



DIÁRIO OFICIAL

DOS MUNICÍPIOS DE

SANTA CATARINA





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2000

Sexta-feira - 20 de Maio de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	4	Gaspar	215	Paraíso	661
Água Doce	5	Governador Celso Ramos	219	Passos Maia	663
Anchieta	7	Grão Pará	220	Paulo Lopes	668
Antônio Carlos	50	Guaraciaba	221	Penha	670
Arabutã	51	Guaramirim	263	Peritiba	676
Ascurra	53	Guarujá do Sul	271	Petrolândia	678
Balneário Piçarras	54	Herval d'Oeste	272	Pinheiro Preto	679
Barra Bonita	55	Ilhota	274	Planalto Alegre	692
Benedito Novo	57	Imarui	276	Pomerode	694
Biguçu	65	Imbituba	277	Porto Belo	698
Blumenau	75	Indaial	282	Porto União	699
Bom Jardim da Serra	85	Iomerê	293	Rio dos Cedros	713
Bom Jesus do Oeste	88	Ipumirim	294	Rio do Sul	702
Bom Retiro	89	Irineópolis	295	Rio Fortuna	714
Botuvera	90	Itapema	326	Romelândia	715
Braço do Trombudo	93	Itapiranga	328	Santa Rosa do Sul	716
Brunópolis	96	Itapoá	332	Santa Terezinha do Progresso	717
Brusque	97	Ituporanga	336	Santiago do Sul	718
Caçador	100	Jacinto Machado	337	São Bento do Sul	748
Camboriú	112	Jaraguá do Sul	340	São Carlos	750
Campo Alegre	114	Joaçaba	524	São Domingos	751
Campos Novos	122	Lacerdópolis	529	São João do Oeste	787
Canelinha	123	Lages	530	São Joaquim	791
Canoinhas	124	Laguna	532	São José	797
Capinzal	130	Lajeado Grande	537	São José do Cedro	800
Catanduvas	132	Lauro Muller	540	São Lourenço do Oeste	801
Caxambu do Sul	136	Lindóia do Sul	541	São Miguel do Oeste	817
Chapecó	138	Luzerna	542	Schroeder	820
Cocal do Sul	144	Macieira	544	Seara	833
Cordilheira Alta	145	Mafra	583	Serra Alta	866
Coronel Martins	146	Maracajá	584	Timbó	868
Correia Pinto	147	Maravilha	586	Trombudo Central	872
Corupá	148	Modelo	589	Tunápolis	873
Curitibanos	161	Morro da Fumaça	592	União do Oeste	875
Dionísio Cerqueira	163	Navegantes	593	Urussanga	876
Faxinal dos Guedes	166	Nova Trento	599	Vargeão	877
Flor do Sertão	197	Novo Horizonte	614	Videira	878
Forquilha	198	Ouro	615	Vitor Meireles	888
Fraiburgo	207	Ouro Verde	616	Xanxerê	889
Galvão	210	Palhoça	617	Xavantina	891
Garopaba	211	Palmitos	618	Xaxim	892
Garuva	214	Papanduva	659		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2000

Sexta-feira - 20 de Maio de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Associações

AMMVI 893

Consórcios

ARIS 894

CIDEMA..... 894

CIMCATARINA..... 895

CIS/AMARP..... 900

CIS/AMOSC..... 902

Consórcio Mampituba 902

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 66/2016

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 76/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 66/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 03 de junho de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 18 de maio de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

ERRATA AO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº11/2013

ERRATA AO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2013

Por equívoco de digitação, utilizou-se incorretamente a tabela de valores para os reajustes constantes na cláusula primeira do sétimo termo aditivo ao contrato nº. 11/2013 firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce e a empresa Betha Sistemas Ltda, sendo que segue abaixo o texto corrigido:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica corrigidos os valores mensais pelo IGP-M acumulado dos últimos doze meses (10,63%), conforme exposto abaixo:

Descrição da nota	Valor atual	Sem reajuste		Com reajuste		Total da Nota mês de maio/2015	Valor reajustado
		Dias	Valor	Dias	Valor		
Alug. Sist. Contabilidade Pública	R\$ 223,59	12	R\$ 89,44	18	R\$ 148,41	R\$ 237,85	R\$ 247,36
Alug. Sist. Licitações e Compras	R\$ 145,34	12	R\$ 58,14	18	R\$ 96,47	R\$ 154,61	R\$ 160,79
Alug. Sist. Tesouraria	R\$ 145,34	12	R\$ 58,14	18	R\$ 96,47	R\$ 154,61	R\$ 160,79

Deslocamento e estadia	Valor atual	Valor reajustado		Horas técnicas	Valor atual	Valor reajustado
Deslocamento	R\$ 0,67	R\$ 0,74		Implantação	R\$ 9.354,10	R\$ 10.348,44
Estadia	R\$ 122,99	R\$ 136,06		Suporte	R\$ 67,09	R\$ 74,22

O valor total deste será de R\$ R\$ 4.529,64.

Publique-se na forma de costume.

Água Doce, 17 de maio de 2016

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

Diretor do Departamento de Compras Licitações e Convênios

ERRATA AO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº2/2013

ERRATA AO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2013

Errata do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº. 2/2013, firmado entre o Fundo do Sistema Municipal de Assistência – SIMA de Água Doce e a empresa Betha Sistemas Ltda, conforme segue:

Onde lê-se:

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2013

Leia-se:

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2013

Por equívoco de digitação, utilizou-se incorretamente a tabela de valores para os reajustes constantes na cláusula primeira, sendo que segue abaixo o texto corrigido:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica corrigidos os valores mensais pelo IGP-M acumulado dos últimos doze meses (10,63%), conforme exposto abaixo:

Descrição da nota	Valor atual	Sem reajuste		Com reajuste		Total da Nota mês de maio/2015	Valor reajustado
		Dias	Valor	Dias	Valor		
Alug. Sist. Contabilidade Pública	R\$ 223,59	12	R\$ 89,44	18	R\$ 148,41	R\$ 237,85	R\$ 247,36
Alug. Sist. Tesouraria	R\$ 145,34	12	R\$ 58,14	18	R\$ 96,47	R\$ 154,61	R\$ 160,79

Deslocamento e estadia	Valor atual	Valor reajustado		Horas técnicas	Valor atual	Valor reajustado
Deslocamento	R\$ 0,67	R\$ 0,74		Implantação	R\$ 9.354,10	R\$ 10.348,44
Estadia	R\$ 122,99	R\$ 136,06		Suporte	R\$ 67,09	R\$ 74,22

O valor total deste será de R\$ R\$ 3.249,51.

Publique-se na forma de costume.

Água Doce, 17 de maio de 2016

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

Diretor do Departamento de Compras Licitações e Convênios

ERRATA AO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº27/2013

ERRATA AO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2013

Por equívoco de digitação, utilizou-se incorretamente a tabela de valores para os reajustes constantes na cláusula primeira do sétimo termo aditivo ao contrato nº. 27/2013 firmado entre o Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce e a empresa Betha Sistemas Ltda, sendo que segue abaixo o texto corrigido:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica corrigidos os valores mensais pelo IGP-M acumulado dos últimos doze meses (10,63%), conforme exposto abaixo:

Descrição da nota	Valor atual	Sem reajuste		Com reajuste		Total da Nota mês de maio/2015	Valor reajustado
		Dias	Valor	Dias	Valor		
Alug. Sist. Contabilidade Pública	R\$ 223,59	12	R\$ 89,44	18	R\$ 148,41	R\$ 237,85	R\$ 247,36
Alug. Sist. Licitações e Compras	R\$ 145,34	12	R\$ 58,14	18	R\$ 96,47	R\$ 154,61	R\$ 160,79
Alug. Sist. Tesouraria	R\$ 145,34	12	R\$ 58,14	18	R\$ 96,47	R\$ 154,61	R\$ 160,79

Deslocamento e estadia	Valor atual	Valor reajustado		Horas técnicas	Valor atual	Valor reajustado
Deslocamento	R\$ 0,67	R\$ 0,74		Implantação	R\$ 9.354,10	R\$ 10.348,44
Estadia	R\$ 122,99	R\$ 136,06		Suporte	R\$ 67,09	R\$ 74,22

O valor total deste será de R\$ R\$ 4.529,64.

Publique-se na forma de costume.

Água Doce, 17 de maio de 2016

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

Diretor do Departamento de Compras Licitações e Convênios

Anchieta

PREFEITURA

RGF - 1º QUADRIMESTRE DE 2016

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.845.855,80	447,40
Pessoal Ativo	8.822.168,78	447,40
Pessoal Inativo e Pensionista	11.611,42	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	12.075,60	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	304.472,05	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	304.472,05	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.541.383,75	447,40
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.196.692,91	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.541.831,15	56,21
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.118.015,75	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.662.114,96	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.206.214,17	54,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	715.636,79	712.332,01	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	685.093,82	685.093,82	0,00	0,00
Outras Dívidas	30.542,97	27.238,19	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.331.081,81	2.904.820,09	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.790.957,51	3.317.909,01	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	17.755,12	17.984,75	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	477.630,82	431.073,67	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.615.445,02	-2.192.488,08	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.949.706,65	15.196.692,91	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,79%	4,69%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-10,81%	-14,43%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.939.647,98	18.236.031,49	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	16.145.683,18	16.412.428,34	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	49.719,47	135.438,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.112.959,47	5.508.217,98	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.954.201,10	15.196.692,91	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.289.924,24	3.343.272,44	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.960.931,82	3.008.945,20	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS				
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE:

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.196.692,91	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.431.470,87	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.188.323,78	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.063.768,50	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RQF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
Alienação de Bens	299.467,77	0,00	0,00	0,00	0,00	299.467,77	0,00	0,00	0,00	
Atendimento a Situação de Emergência - 30ª SDR-DC:	498,90	0,00	0,00	0,00	0,00	498,90	0,00	0,00	0,00	
Atendimento a Situação de Emergência - 30ª SDR-DC.-superavit	(498,31)	0,00	0,00	0,00	0,00	(498,31)	0,00	0,00	0,00	
CO-FINANCIAMENTO P/ ATENÇÃO BÁSICA - ESTADO	85.576,27	0,00	1.325,30	0,00	3.988,84	80.282,13	0,00	0,00	0,00	
Cofinanciamento Atenção Bas. - Estado-Capac-SUPERAVIT	(20.106,57)	0,00	1.857,82	0,00	1.932,00	(23.896,39)	276,00	0,00	0,00	
Contrib. p/Custeio Serv.Illumin.Púb-Cosip-Superavit Financeiro	483,20	0,00	2.592,30	0,00	320,40	(2.429,50)	0,00	0,00	0,00	
Contribuição p/ Custeio Serv. Illumin.Pública-Cosip	35.954,77	0,00	0,00	0,00	(65,73)	36.020,50	33.524,67	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Civil	22.859,18	0,00	279,00	0,00	0,00	22.580,18	923,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Polícia Civil - Superávit Financeiro	3.501,27	0,00	0,00	0,00	0,00	3.501,27	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Polícia Militar	17.695,22	0,00	0,00	0,00	0,00	17.695,22	0,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.966,00	0,00	0,00	
Convênio Trânsito - Prefeitura	22.998,07	0,00	0,00	0,00	0,00	22.998,07	0,00	0,00	0,00	
Cota-Parte Contr.Interv.Domin.Econ. - CIDE	11.582,35	0,00	1.868,05	370,00	0,00	9.344,30	456,06	0,00	0,00	
Cota-Parte Contr.Interv.Domin.Econ.-CIDE-Superavit	(1.291,02)	0,00	688,00	0,00	0,00	(1.959,02)	0,00	0,00	0,00	
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo-FEP	243.143,13	0,00	1.400,00	22.178,23	0,00	219.564,90	47.714,25	0,00	0,00	
Cota-Parte Fundo Especial Petróleo-FEP-SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	183.466,00	0,00	(183.466,00)	0,00	0,00	0,00	
Multas por Danos ao Meio Ambiente	0,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58	0,00	0,00	0,00	
Outr. Transf.União-Min.Saude-Ampl Posto -Proj.1.173	4.741,64	0,00	0,00	0,00	0,00	4.741,64	0,00	0,00	0,00	
Outr. Transf. Conv.União-FNDE-Equip.Creche-PAR 201300394	11.455,36	0,00	0,00	0,00	0,00	11.455,36	0,00	0,00	0,00	
Outras Transf Conv.União-Minist.Saude/Contr.Posto Saude	210.686,23	219,44	0,00	281.413,80	0,00	(70.947,01)	0,00	0,00	0,00	
Outras Transf do Estado- Transp. Escolar	8.673,48	0,00	0,00	0,00	0,00	8.673,48	269.968,55	0,00	0,00	
Outras Transf. Conv. Estado/FUNDAM Proposta 0000012642	402.299,48	0,00	0,00	819.624,07	0,00	(417.324,59)	0,00	0,00	0,00	
Outras Transf. Conv.União-FNDE-Equip.Creche-PAR 201300394	(11.455,36)	0,00	0,00	0,00	0,00	(11.455,36)	0,00	0,00	0,00	
Outras Transf. Convênios FNS - Ministi.Saude - Superavit Financeiro	23.413,11	0,00	0,00	0,00	0,00	23.413,11	0,00	0,00	0,00	
Outras Transf. Convênios União-FNDE Constr.Creche	12.345,29	0,00	0,00	0,00	0,00	12.345,29	0,00	0,00	0,00	
Outras Transf. Convênios União-FNDE Constr.Creche - SUPERA	(12.345,29)	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.345,29)	0,00	0,00	0,00	
Outras Transf. da União - Programa NASF	63.109,59	0,00	1.232,64	0,00	583,35	61.293,60	0,00	0,00	0,00	
Outras Transf. da União - Programa NASF - Superavit Financeiro	(442,11)	0,00	0,00	0,00	0,00	(442,11)	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/6

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/6

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		Do Exercício	(b)						
						(c)			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
Transf. Direta do FNDE - PNAE	29.639,04	0,00	0,00	0,00	0,00	29.639,04	0,00	0,00	
Transf. Direta do FNDE - PNAE-Superavit	(10.180,99)	0,00	1.980,00	0,00	0,00	(12.160,99)	135,24	0,00	
Transf. FNDE/PAR Termo Compr.20140938/2013 - Caminho Escolar	3.662,29	0,00	0,00	0,00	0,00	3.662,29	0,00	0,00	
Transf. Pessoas Fis./ Juríd - Doações-Superavit Financeiro	6.191,81	0,00	0,00	0,00	0,00	6.191,81	0,00	0,00	
Transf. Rec. FNAS-Piso Básico Transição-Superavit	66,84	0,00	0,00	0,00	0,00	66,84	0,00	0,00	
Transf. Rec. FNAS-Piso Básico Variável - Superavit	(897,90)	0,00	0,00	0,00	0,00	(897,90)	0,00	0,00	
Transf. Rec.Fdo Est.Assist. Social - Co-Financ-Benef.Event	436,40	0,00	0,00	0,00	0,00	436,40	0,00	0,00	
Transf. Rec.Fdo Est.Assist. Social - Co-Financ-Benef.Event/SUPERAVIT	430,00	0,00	298,93	19,34	0,00	111,73	19,15	0,00	
Transf. Rec.FNS/MS Vig. Preve Contr. DST, Aids e Hepatites Virais	5.823,42	0,00	424,00	4.010,00	0,00	1.389,42	0,00	0,00	
Transf. Rec.FNS/MS Vigilância, Prev.e Contr. DST, Aids e Hepatites Virais	36.414,52	0,00	0,00	0,00	0,00	36.414,52	0,00	0,00	
Transf. Recursos do Estado - Vigilância Sanitária- DENGUE	10.323,40	0,00	0,00	0,00	0,00	10.323,40	0,00	0,00	
Transf. Recursos do FEAS/PROT.SOC. BASICA	29.736,50	0,00	0,00	0,00	0,00	29.736,50	0,00	0,00	
Transf. Recursos do FEAS/PROT.SOC. BASICA - SUPERAVIT	2.674,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2.674,79	0,00	0,00	
Transf. Recursos do FNAS-Piso Básico Variável	897,90	0,00	0,00	0,00	0,00	897,90	0,00	0,00	
Transf. Recursos do Fundo Estadual Assist. Social/Custeio	2.241,49	0,00	0,00	0,00	0,00	2.241,49	0,00	0,00	
Transf. Recursos Estado - Vigilância Sanitária -Dengue SUPERAVIT	(4.525,99)	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.525,99)	0,00	0,00	
Transf. Recursos Estado-Mac/Consultas Especial.0,30	(18.489,37)	0,00	0,00	0,00	0,00	(18.489,37)	0,00	0,00	
Transf. Recursos FNS/MS-Mac/Consultas Espec-SUPERAVIT	3.222,68	138,90	0,00	0,00	0,00	3.083,78	0,00	0,00	
Transf. Recursos FNS/SUS- MAC - APAE	28.566,72	0,00	0,00	0,00	0,00	28.566,72	85.700,16	0,00	
Transf. Recursos FNS/SUS- MAC HOSPITALAR	129.240,78	0,00	0,00	0,00	0,00	129.240,78	0,00	0,00	
Transf. Recursos FNS/SUS- MAC HOSPITALAR - SUPERAVIT FIM	(5.880,00)	0,00	1.970,00	0,00	0,00	(7.850,00)	1.180,00	0,00	
Transf. Sist. Único Saúde-SUS-VIG.SANIT	38.342,50	0,00	0,00	0,00	0,00	38.342,50	0,00	0,00	
Transf. Conv.Un.FNS/Nova Ampl.Posto-Proposta 11243.552.000/1140-01, Pr	36.357,11	0,00	0,00	0,00	0,00	36.357,11	0,00	0,00	
Transf. Conv.União -FNS- Equip.-Prop.11243.552.000/1140-01, Pr	145.268,65	0,00	0,00	0,00	0,00	145.268,65	0,00	0,00	
Transf. Conv.União -FNS- Equip.-Prop.11243.552.000/1140-07, Pr	113.147,39	0,00	0,00	0,00	0,00	113.147,39	0,00	0,00	
Transf. Conv.União Dest.Progr.Assist.Soc-PAIF/CRAS	2.289,15	0,00	1.023,08	0,00	0,00	928,12	10.342,92	0,00	
Transf. de Recursos Estado / FMS - BPC	360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	0,00	0,00	
Transf. de Recursos Estado / FMS - BPC -SUPERAVIT	(360,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(360,00)	0,00	0,00	
Transf. Direta FNDE-PNATE-Transp. Escolar	368,47	0,00	0,00	0,00	0,00	368,47	76.071,24	0,00	

R\$ 1,00

Continuação 3/6

R\$ 1,00

Continua 3/6

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 4/6
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)				R\$ 1,00	
Transf. Rec. ESTADO-Incent. Laborat. Prot. Dent. LRDP	7.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.080,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. Rec. Estado Progr. Saude-Farm. Básica	(19.117,85)	0,00	12.147,69	0,00	0,00	(31.265,54)	6.535,24	0,00	0,00	
Transf. Rec. Estado Progr. Saude-Farm. Básica-Superávít	78,03	0,00	1.205,25	0,00	0,00	(1.127,22)	2.259,50	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único de Saúde-SUS-PMAQ-Superavit	(1.529,45)	0,00	549,00	0,00	0,00	(2.078,45)	3.395,67	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único Saude-SUS-Saude Escola	972,30	0,00	0,00	0,00	0,00	972,30	0,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único Saude-SUS-Saude Escola - superavit	(180,00)	0,00	300,00	0,00	0,00	(480,00)	0,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Saude-SUS-VIG SAN-AÇOES ESTR-Superavit	7.005,89	0,00	3.844,00	0,00	0,00	3.161,89	0,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único Saude-SUS-ECD-Superávít	(1.636,09)	0,00	475,00	0,00	0,00	(2.111,09)	4.075,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único Saude-SUS-PAB-Superavit	(843,40)	973,94	2.443,00	3.489,80	0,00	(7.750,14)	17.247,32	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único Saude-SUS-S BUCAL-Superávít	60,16	0,00	0,00	0,00	0,00	60,16	0,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único Saude-SUS-V.S. Vig. e Prev. Viol. Trans	2.759,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2.759,26	0,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único de Saúde-SUS- ACS	122.431,76	0,00	3.150,97	0,00	0,00	118.903,87	0,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único de Saúde-SUS- ACS-Superavit	(13.839,02)	0,00	0,00	0,00	0,00	(15.421,22)	0,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único de Saúde-SUS-ECD	30.580,80	0,00	213,50	0,00	0,00	30.277,37	5.024,50	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único de Saúde-SUS-ESF	95.159,98	0,00	3.018,36	0,00	0,00	83.510,53	0,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único de Saúde-SUS-FARM.BASICA	14.672,67	904,64	10.802,42	308,45	0,00	2.657,16	5.840,64	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único de Saúde-SUS-MAC	14.685,15	0,00	0,00	0,00	0,00	14.685,15	0,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único de Saúde-SUS-MAC-Superavit	792,97	0,00	0,00	790,00	0,00	2,97	13.601,38	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único de Saúde-SUS-PAB	(182.138,57)	235,50	4.570,80	2.289,50	5.684,89	(194.919,26)	760,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único de Saúde-SUS-SAÚDE BUCAL	32.690,15	0,00	0,00	0,00	1.507,82	31.182,33	0,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único de Saúde-SUS-V.S. Vig. Prev. Viol.Acid. - Superávít	0,00	0,00	580,00	0,00	0,00	(580,00)	1.600,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único Saude-SUS- MAC/Rede Cegonha	2.724,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2.724,41	0,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único Saude-SUS-FARM.BASICA-Superávít	558,80	0,00	0,00	558,80	0,00	0,00	1.825,20	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único Saude-SUS-Prot. Dent.-MAC/LRPD- B. S/ MISEI	11.006,95	0,00	0,00	0,00	0,00	11.006,95	8.550,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único Saude-SUS-Prot. Dent.-MAC/LRPD- B. S/ MISEI	(14.685,37)	0,00	0,00	0,00	0,00	(14.685,37)	1.670,00	0,00	0,00	
Transf. Sist. Único Saude-SUS-VIG.SAN-AÇOES ESTRUTUR	208,91	0,00	0,00	0,00	0,00	208,91	0,00	0,00	0,00	
Transf. Sistema Único de Saúde-SUS-PMQAQ	168.426,83	0,00	8.194,50	1.482,19	6.865,63	151.884,51	32.094,00	0,00	0,00	
Transf. União Dest. Progr. Assist. Soc-CRAS -Superávít	(325,56)	0,00	0,00	0,00	99,12	(424,68)	7.140,00	0,00	0,00	
Transf. Uniao/FNAS - Serv. Conv. Fort. Vinc-SCFV - SUPERAVIT	(550,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(550,00)	0,00	0,00	0,00	

Continua 4/6

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 5/6

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Demais Obrigações Financeiras						
		Do Exercício		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		(e)				
		(a)	(b)	(c)	(d)					
Transferencia Salario Educação	141.201,71	0,00	8.258,05	0,01	0,00	132.943,65	7.836,90	0,00		
Transferencia Salario Educação - Superavit Financeiro	31.871,04	2.065,00	1.296,90	2.770,15	0,00	25.738,99	6.148,20	0,00		
Transferencias da Uniao/FNAS - Serv. Conv. Fort. Vinc-SCFV	11.158,56	0,00	1.994,77	0,00	688,60	8.475,19	15.033,36	0,00		
Transferências de Recursos do FNAS - APRIMORA REDE	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00		
Transferências de Recursos do FNAS - IGD/SUAS	556,59	0,00	0,00	0,00	0,00	556,59	0,00	0,00		
Transferências de Recursos do FNAS - IGD/SUAS - Superávit	1.843,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.843,03	0,00	0,00		
Trasf.Conv.União Dest.Progr.Assit-Bolsa Fam.-IGD-PBF	13.736,17	0,00	0,00	0,00	0,00	13.736,17	0,00	0,00		
Trasf.União D.Progr.Assit-Bolsa Fam.-IGD-PBF-Superavit	6.269,46	0,00	900,00	0,00	0,00	5.369,46	0,00	0,00		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.570.195,50	4.537,42	115.885,01	1.438.332,37	57.859,21	953.581,49	678.186,10	0,00		
Outros Transf.Convenio c/União-FUNASA-Esgotamento Sanitário	73.014,29	0,00	0,00	781.967,38	0,00	(708.953,09)	0,00	0,00		
Recursos Ordinarios - 15% Saude	626.723,38	1.925,16	65.254,32	12.061,98	35.121,04	512.360,88	818.914,69	0,00		
Recursos Ordinarios - 15% Saude - SUPERAVIT	543,81	0,00	0,00	0,00	0,00	543,81	0,00	0,00		
Recursos Ordinarios - 25% Educação	(199.858,75)	274,26	52.600,00	3.669,06	18.068,83	(274.470,90)	455.698,20	0,00		
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇ.MUN.-SUPERAVIT FINANCEII	1.935,24	95,00	0,00	0,00	0,00	1.840,24	0,00	0,00		
Recursos Ordinarios - Orçam. Municipal	75.656,72	0,00	232,61	0,00	2.456,25	72.967,86	17.173,57	0,00		
Recursos Ordinarios - Orçamentos Municipais	0,00	10.364,69	179.905,20	44.136,95	0,00	(234.406,84)	1.258.077,68	0,00		
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS	55,30	0,00	0,00	0,00	0,00	55,30	0,00	0,00		
Recursos Ordinarios - Orçamentos Municipais	160.885,66	0,00	0,00	0,00	21.914,43	138.971,23	0,00	0,00		
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	(798,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(798,00)	0,00	0,00		
Transf. de Pessoas Fisicas/ Judiciais - Doações	3.496,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.496,40	0,00	0,00		
Tx de Fiscalização de Vigilância Sanitaria	6.059,46	0,00	0,00	0,00	18,24	6.041,22	0,00	0,00		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	747.713,51	12.659,11	297.992,13	841.835,37	77.578,79	(482.351,89)	2.549.864,14	0,00		
TOTAL (III) = (I + II)	3.317.909,01	17.196,53	413.877,14	2.280.167,74	135.438,00	471.229,60	3.228.050,24	0,00		

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 5/6

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 6/6
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida		15.196.692,91
DESPESAS COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	VALOR	% SOBRE A RCL
	8.541.831,15	56,21
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.118.015,75	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.662.114,96	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	VALOR	% SOBRE A RCL
	-2.192.488,08	-14,43
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.236.031,49	120,00
GARANTIA DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas	VALOR	% SOBRE A RCL
	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.343.272,44	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Externas e Internas	VALOR	% SOBRE A RCL
	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.431.470,87	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.063.768,50	7,00
RESTOS A PAGAR		
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	3.228.050,24	471.229,60

FONTE:

RREO - 2º. BIMESTRE DE 2016

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 28/02/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

ANCHIETA, 19/05/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

Nelsi Luiza Schmidt Piovesan
Contador CRC/RS nº 056287/T-O

Greici Bratz
Controle Interno

Município de ANCHIETA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)						SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00						0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00						0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00						0,00
TOTAL	0,00						0,00
DESPESAS							
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)							
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	11.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.500,00
Investimentos	11.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.500,00
TOTAL	11.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.500,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	288.902,23						288.902,23

FONTE:

ANCHIETA, 19/05/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

Nelsi Luiza Schmidt Piovesan
Contador CRC/RS nº 056287/T-O

Greici Bratz
Controle Interno

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS			
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes		4.997.183,00	5.487.644,69	2.235.386,22	40,73	1.344.794,75	24,51
		2.685.300,00	2.636.337,56	820.215,66	31,11	820.215,66	31,11
		2.311.883,00	2.851.307,13	1.415.170,56	49,63	524.579,09	18,40
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos		29.000,00	308.950,00	5.964,00	1,93	5.964,00	1,93
		29.000,00	308.950,00	5.964,00	1,93	5.964,00	1,93

Continua 1/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		29.000,00	308.950,00	5.964,00	1,93	5.964,00	1,93
Investimentos		29.000,00	308.950,00	5.964,00	1,93	5.964,00	1,93
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		5.026.183,00	5.796.594,69	2.241.350,22	38,67	1.350.758,75	23,30
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		1.399.500,00	1.908.015,01	613.052,52	27,35	424.267,91	31,41
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		1.279.600,00	1.788.115,01	562.213,19	25,08	379.963,82	28,13
Recursos de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos		119.900,00	119.900,00	50.839,33	2,27	44.304,09	3,28
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹		-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		1.399.500,00	1.908.015,01	613.052,52	27,35	424.267,91	31,41
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)		3.626.683,00	3.888.579,68	1.628.297,70	72,65	926.490,84	68,59
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5		0,00					
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL VI(i) - (15 x IIIb)/100)6		926.490,84					

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
		-				-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.600.070,00	3.200.540,48	1.214.237,84	54,00	786.001,34	58,09
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.204.500,00	1.290.200,20	559.883,01	24,90	278.568,31	20,59
Vigilância Sanitária	96.300,00	190.974,83	43.918,46	1,95	34.818,96	2,57
Alimentação e Nutrição	20.000,00	20.000,00	2.316,20	0,10	2.316,20	0,17
Outras Subfunções	1.109.000,00	1.101.938,00	428.053,53	19,04	251.406,86	18,58
TOTAL	5.029.870,00	5.803.653,51	2.248.409,04	100,00	1.353.111,67	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ANCHIETA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

ANCHIETA, 19/05/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA	Nelsi Luiza Schmidt Piovesan	Greici Bratz
Prefeito	Contador CRC/RS nº 056287/T-O	Controle Interno

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANterior (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANterior	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

ANCHIETA, 19/05/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

Nelsi Luiza Schmidt Piovesan
Contador CRC/RS nº 056287/T-O

Greici Bratz
Controle Interno

Município de ANCHIETA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	18.775.000,00
Previsão Atualizada		—	18.775.000,00
Receitas Realizadas		3.231.813,46	5.975.390,88
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	181.113,14
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	18.775.000,00
Créditos Adicionais		—	2.209.022,03
Dotação Atualizada		—	20.984.022,03
Despesas Empenhadas		2.449.604,12	7.884.186,76
Despesas Liquidadas		2.561.559,95	4.656.136,52
Superavit Orçamentário		—	1.319.254,36
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		2.449.604,12	7.884.186,76
Despesas Liquidadas		2.561.559,95	4.656.136,52
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			15.196.692,91
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-577.043,06
Resultado Primário		0,00	1.217.667,04
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		3.112.959,47	1.557,12
EXECUTIVO		2.748.152,17	1.557,12
LEGISLATIVO		17.097,00	0,00
EXECUTIVO		347.710,30	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		477.630,82	0,00
EXECUTIVO		477.630,82	0,00
TOTAL:		3.590.590,29	1.557,12
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.224.645,79	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		715.925,61	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		25.295,77	1.957.699,67
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de ANCHIETA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	11.500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	926.490,84	15,00	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANCHIETA, 19/05/2016

 ARI PRESTES DE OLIVEIRA
 Prefeito

 Nelsi Luiza Schmidt Piovesan
 Contador CRC/RS nº 056287/T-O

 Greici Bratz
 Controle Interno

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	18.775.000,00	18.775.000,00	3.231.813,46	17,21	5.975.390,88	12.799.609,12
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.680.661,53	18.680.661,53	2.588.046,14	13,85	5.331.358,02	13.349.303,51
IMPOSTOS	1.147.500,00	1.147.500,00	391.815,08	34,15	474.693,04	672.806,96
TAXAS	970.000,00	970.000,00	327.284,24	33,74	373.749,40	596.250,60
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	177.500,00	177.500,00	64.530,84	36,36	100.943,64	76.556,36
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	148.500,00	148.500,00	34.312,03	23,11	70.870,96	77.629,04
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	500,00	500,00	83,82	16,76	83,82	416,18
RECEITA PATRIMONIAL	148.000,00	148.000,00	34.228,21	23,13	70.787,14	77.212,86
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	134.900,00	134.900,00	52.698,71	39,07	104.832,86	30.067,14
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.000,00	1.000,00	380,00	38,00	390,00	610,00
RECEITA DE SERVIÇOS	133.900,00	133.900,00	52.318,71	39,07	104.442,86	29.457,14
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	136.631,92	136.631,92	20.638,73	15,11	24.040,57	112.591,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.884.229,61	16.884.229,61	1.994.971,75	11,82	4.492.088,05	12.392.141,56
TRANSF. DE PESSOAS	16.879.229,61	16.879.229,61	1.964.971,75	11,64	4.461.538,65	12.417.690,96
TRANSF. DE CONV.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	549,40	4.450,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	-30.000,00
MULTAS E JUROS DE MORA	228.900,00	228.900,00	93.609,84	40,90	164.832,54	64.067,46
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	87.700,00	87.700,00	74.077,97	84,47	109.096,36	-21.396,36
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	65.000,00	65.000,00	16.616,15	25,56	41.006,80	23.993,20
RECEITAS DIVERSAS	72.200,00	72.200,00	2.375,39	3,29	14.029,05	58.170,95
RECEITAS DE CAPITAL	94.338,47	94.338,47	643.767,32	682,40	644.032,86	-549.694,39
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	4.000,00	4.000,00	540,33	13,51	700,33	3.299,67
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	94.338,47	94.338,47	643.767,32	682,40	644.032,86	-549.694,39
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	6.500,00	6.500,00	592,80	9,12	858,34	5.641,66
	87.838,47	87.838,47	643.174,52	732,22	643.174,52	-555.336,05
	87.838,47	87.838,47	643.174,52	732,22	643.174,52	-555.336,05
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.775.000,00	18.775.000,00	3.231.813,46	17,21	5.975.390,88	12.799.609,12
OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.775.000,00	18.775.000,00	3.231.813,46	17,21	5.975.390,88	31,83	12.799.609,12
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.775.000,00	18.775.000,00	3.231.813,46	17,21	5.975.390,88	31,83	12.799.609,12
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.078.158,17	—	—	181.113,14	—	—
Superávit Financeiro	—	1.078.158,17	—	—	181.113,14	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.775.000,00	20.984.022,03	2.449.604,12	7.884.186,76	13.099.835,27	2.561.559,95	4.656.136,52	16.327.885,51	4.242.259,38
DESPESAS CORRENTES	18.050.660,24	18.966.026,59	2.436.330,11	7.848.735,17	11.117.291,42	2.548.499,34	4.630.840,75	14.335.185,84	4.216.963,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.328.802,91	10.369.960,57	1.642.286,36	3.056.021,24	7.313.939,33	1.497.710,89	2.907.916,35	7.462.044,22	2.796.986,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	74.000,00	74.000,00	0,00	4.000,00	70.000,00	200,70	409,10	73.590,90	409,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.647.857,33	8.522.066,02	794.043,75	4.788.713,93	3.733.352,09	1.050.587,75	1.722.515,30	6.799.550,72	1.419.568,51
DESPESAS DE CAPITAL	689.339,76	1.982.995,44	13.274,01	35.451,59	1.947.543,85	13.060,61	25.295,77	1.957.699,67	25.295,77
INVESTIMENTOS	678.339,76	1.971.995,44	13.274,01	24.451,59	1.947.543,85	11.401,65	21.990,99	1.950.004,45	21.990,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	11.000,00	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	1.658,96	3.304,78	7.695,22	3.304,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.775.000,00	20.984.022,03	2.449.604,12	7.884.186,76	13.099.835,27	2.561.559,95	4.656.136,52	16.327.885,51	4.242.259,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de ANCHIETA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.775.000,00	20.984.022,03	2.449.604,12	7.884.186,76	13.099.835,27	2.561.559,95	4.656.136,52	16.327.885,51	4.242.259,38
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.319.254,36	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.775.000,00	20.984.022,03	2.449.604,12	7.884.186,76	—	2.561.559,95	5.975.390,88	—	4.242.259,38

FONTE:

ANCHIETA, 19/05/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA	Nelsi Luiza Schmidt Piovesan	Greici Bratz
Prefeito	Contador CRC/RS nº 056287/T-O	Controle Interno

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF- Art. 52, inciso II, alínea “c”)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.775.000,00	20.984.022,03	2.449.604,12	7.884.186,76	100,00	13.099.835,27	2.561.559,95	4.656.136,52	100,00
Legislativa	800.000,00	800.000,00	74.296,07	211.405,71	2,68	588.594,29	109.237,95	194.232,14	4,17
Ação Legislativa	800.000,00	800.000,00	74.296,07	211.405,71	2,68	588.594,29	109.237,95	194.232,14	4,17
Administração	1.885.591,92	1.906.908,74	245.306,30	818.586,97	10,38	1.088.321,77	276.020,76	513.942,71	11,04
Administração Geral	1.038.591,92	1.042.791,92	144.072,73	445.025,03	5,64	597.766,89	144.472,86	276.367,70	5,94
Controle Interno	258.500,00	258.500,00	34.626,21	71.455,66	0,91	187.044,34	35.638,23	68.287,66	1,47
Administração de Receitas	588.500,00	605.616,82	66.607,36	302.106,28	3,83	303.510,54	95.909,67	169.287,35	3,64
Defesa Nacional	36.000,00	36.000,00	4.107,36	7.340,72	0,09	28.659,28	4.107,36	7.340,72	0,16
Defesa Terrestre	36.000,00	36.000,00	4.107,36	7.340,72	0,09	28.659,28	4.107,36	7.340,72	0,16
Segurança Pública	211.400,00	259.439,40	8.365,57	26.286,11	0,33	233.153,29	13.107,47	20.091,16	0,43
Administração Geral	36.000,00	36.000,00	3.004,16	5.799,60	0,07	30.200,40	3.004,16	5.799,60	0,12
Policimento	64.400,00	64.400,00	4.654,41	16.371,86	0,21	48.028,14	8.217,86	11.388,86	0,24
Defesa Civil	111.000,00	159.039,40	707,00	4.114,65	0,05	154.924,75	1.885,45	2.902,70	0,06
Assistência Social	682.600,00	809.174,70	189.990,20	374.814,16	4,75	434.360,54	103.713,00	191.611,61	4,12
Administração Geral	204.500,00	204.500,00	28.483,57	110.597,94	1,40	93.902,06	35.350,16	65.635,72	1,41
Assistência ao Idoso	20.000,00	20.000,00	16.319,93	18.634,13	0,24	1.365,87	6.131,04	6.131,04	0,13
Assistência ao Portador de Deficiência	6.000,00	6.551,68	0,00	0,00	0,00	6.551,68	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	321.100,00	409.988,05	122.301,83	198.432,82	2,52	211.555,23	45.673,15	90.178,50	1,94
Assistência Comunitária	131.000,00	168.134,97	22.884,87	47.149,27	0,60	120.985,70	16.558,65	29.666,35	0,64
Saúde	4.980.870,00	6.013.127,44	964.716,35	2.360.197,33	29,94	3.652.930,11	782.226,24	1.347.076,03	28,93
Administração Geral	1.060.000,00	1.052.938,00	179.727,19	422.017,89	5,35	630.920,11	141.848,38	245.371,22	5,27
Atenção Básica	2.600.070,00	3.459.014,41	610.596,05	1.332.061,77	16,90	2.126.952,64	447.396,87	786.001,34	16,88
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.204.500,00	1.290.200,20	146.258,78	559.883,01	7,10	730.317,19	167.300,46	278.568,31	5,98
Vigilância Sanitária	96.300,00	190.974,83	27.721,33	43.918,46	0,56	147.056,37	23.896,33	34.818,96	0,75
Alimentação e Nutrição	20.000,00	20.000,00	413,00	2.316,20	0,03	17.683,80	1.784,20	2.316,20	0,05
Educação	5.701.323,64	8.488.869,53	691.753,94	2.218.233,26	28,14	3.630.636,27	789.476,28	1.366.816,83	29,36
Administração Geral	166.800,00	194.262,94	46.892,60	89.520,19	1,14	104.742,75	47.599,38	65.134,85	1,40
Ensino Fundamental	3.224.539,06	3.317.678,45	323.464,00	1.322.000,10	16,77	1.995.678,35	427.945,63	735.220,98	15,79
Ensino Médio	153.097,00	153.097,00	16.000,00	139.079,80	1,76	14.017,20	31.383,50	31.383,50	0,67
Ensino Superior	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,25	0,00	2.000,00	2.000,00	0,04

R\$ 1,00

SALDO

(e) = (a-d)

16.327.885,51

605.767,86

605.767,86

1.392.966,03

766.424,22

190.212,34

436.329,47

28.659,28

28.659,28

239.348,24

30.200,40

53.011,14

156.136,70

617.563,09

138.864,28

13.868,96

6.551,68

319.809,55

138.468,62

4.666.051,41

807.566,78

2.673.013,07

1.011.631,89

156.155,87

17.683,80

4.482.052,70

129.128,09

2.582.457,47

121.713,50

18.000,00

Continua 1/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)
							% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.775.000,00	20.984.022,03	2.449.604,12	7.884.186,76	13.099.835,27	2.561.559,95	4.656.136,52
Educação	5.701.323,64	5.848.869,53	691.753,94	2.218.233,26	3.630.636,27	789.476,28	1.366.816,83
Educação Infantil	2.112.887,58	2.139.831,14	261.397,34	623.633,17	1.516.197,97	278.147,87	530.677,50
Educação Especial	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	0,00	2.400,00	2.400,00
Cultura	75.750,00	75.750,00	3.670,28	7.466,85	68.283,15	3.884,70	5.536,97
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	15.750,00	15.750,00	0,00	0,00	15.750,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	60.000,00	60.000,00	3.670,28	7.466,85	52.533,15	3.884,70	5.536,97
Urbanismo	810.300,00	917.629,70	66.273,98	464.734,89	452.894,81	127.342,84	248.060,08
Administração Geral	446.000,00	488.657,29	48.098,23	261.747,59	226.909,70	87.985,09	175.798,39
Infra-Estrutura Urbana	44.000,00	112.117,49	2.800,01	2.800,01	109.317,48	2.800,01	2.800,01
Serviços Urbanos	320.300,00	316.854,92	15.375,74	200.187,29	116.667,63	36.557,74	69.461,68
Habitação	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	85.800,00	185.800,00	0,00	58.200,00	127.600,00	5.200,00	11.322,50
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	103.600,00	0,00	0,00	103.600,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	85.800,00	82.200,00	0,00	58.200,00	24.000,00	5.200,00	11.322,50
Agricultura	1.137.552,00	1.861.552,00	132.864,40	422.601,51	1.438.950,49	149.995,65	325.417,29
Administração Geral	938.200,00	938.200,00	101.774,40	377.575,88	560.624,12	115.412,85	287.915,49
Preservação e Conservação Ambiental	25.000,00	25.000,00	570,00	570,00	24.430,00	0,00	0,00
Extensão Rural	174.352,00	898.352,00	30.520,00	44.455,63	853.896,37	34.582,80	37.501,80
Comércio e Serviços	212.950,00	116.950,00	-100.000,00	0,00	116.950,00	-50.000,00	0,00
Administração Geral	12.950,00	12.950,00	0,00	0,00	12.950,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	200.000,00	94.000,00	-100.000,00	0,00	94.000,00	-50.000,00	0,00
Turismo	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
Transporte	1.225.162,44	1.223.120,52	123.261,50	560.058,34	663.062,18	162.046,33	289.657,63
Transporte Rodoviário	1.225.162,44	1.223.120,52	123.261,50	560.058,34	663.062,18	162.046,33	289.657,63
Desporto e Lazer	268.200,00	268.200,00	35.848,45	122.582,39	145.617,61	39.297,00	62.897,98
Desporto Comunitário	268.200,00	268.200,00	35.848,45	122.582,39	145.617,61	39.297,00	62.897,98
Encargos Especiais	576.500,00	576.500,00	9.149,72	231.678,52	344.821,48	45.904,37	72.132,87
Serviço da Dívida Interna	15.000,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	1.859,66	3.713,88
Outros Encargos Especiais	561.500,00	561.500,00	9.149,72	216.678,52	344.821,48	44.044,71	68.418,99
							1,47

Continuação 2/3

SALDO

(e) = (a-d)

16.327.885,51

4.482.052,70

1.609.153,64

21.600,00

70.213,03

15.750,00

54.463,03

669.569,62

312.858,90

109.317,48

247.393,24

50.000,00

50.000,00

174.477,50

103.600,00

70.877,50

1.536.134,71

650.284,51

25.000,00

860.850,20

116.950,00

12.950,00

94.000,00

10.000,00

933.462,89

933.462,89

205.302,02

205.302,02

504.367,13

11.286,12

493.081,01

Continua 2/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)
							% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.775.000,00	20.984.022,03	2.449.604,12	7.884.186,76	13.099.835,27	2.561.559,95	4.656.136,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.775.000,00	20.984.022,03	2.449.604,12	7.884.186,76	13.099.835,27	2.561.559,95	4.656.136,52
							100,00

FONTE:

ANCHIETA, 19/05/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

Nelsi Luiza Schmidt Piovesan
Contador CRC/RS nº 056287/T-O

Greici Bratz
Controle Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Continuação 3/3

SALDO

(e) = (a-d)

16.327.885,51

35.000,00

16.327.885,51

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (U.L. 12 Mes.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.385.477,96	1.255.846,34	1.257.933,12	1.172.826,09	1.058.913,67	1.289.990,43	1.217.730,89	1.606.900,72	1.283.562,56	1.503.128,09	1.335.616,42	1.346.950,04	15.676.868,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	60.527,19	64.511,61	114.086,81	44.027,27	60.622,19	34.326,65	150.476,53	29.736,03	52.980,98	52.980,98	232.467,33	159.347,75	1.037.217,61
I.P.T.U.	5.395,25	4.017,60	969,59	703,33	1.047,60	350,51	1.790,36	92,78	0,00	0,00	0,00	71.758,45	88.691,92
I.R.R.F.	5.387,20	4.439,56	52.677,79	6.421,38	6.081,87	20.446,32	8.222,00	108.594,26	4.819,07	8.190,85	11.148,68	4.530,84	240.959,82
I.S.S.	22.258,19	30.327,36	29.670,35	23.097,45	6.399,92	17.081,56	22.515,45	33.835,12	16.085,69	4.576,77	182.897,99	27.221,02	415.756,87
I.T.B.I.	17.696,65	16.119,65	25.892,00	9.870,00	17.380,00	13.800,00	-261,00	2.640,00	5.100,00	7.600,00	18.746,26	11.189,00	145.794,56
Outras Receitas Tributárias	9.789,90	9.607,44	4.867,08	3.935,11	3.313,88	6.827,86	3.501,69	3.618,79	3.638,49	32.313,36	19.882,40	44.648,44	146.044,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.449,10	16.502,04	17.258,89	17.399,83	17.670,63	17.731,06	17.673,34	18.125,59	21.839,63	14.719,30	16.466,55	17.846,48	209.681,54
RECEITA PATRIMONIAL	14.862,41	16.326,81	18.464,52	19.985,45	18.298,88	16.206,02	15.771,75	19.969,25	12.923,20	14.526,87	22.972,99	10.936,02	201.640,17
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.832,25	5.370,74	2.560,06	8.801,86	8.559,10	32.763,01	6.405,68	9.329,51	1.384,07	2.017,77	15.099,93	5.538,80	102.662,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.241.134,78	1.144.593,05	1.095.612,75	1.066.047,93	957.756,09	1.103.486,64	1.113.242,49	1.374.489,77	1.204.007,73	1.365.093,18	99.1016,66	1.117.338,38	13.773.829,45
Cota-Parte do F.P.M.	591.411,98	514.588,39	381.036,57	445.648,92	371.540,26	422.874,40	477.458,38	549.022,36	521.721,09	653.119,36	396.716,85	471.611,14	5.795.749,70
Cota-Parte do I.C.M.S.	346.672,22	332.222,24	335.387,63	322.175,00	336.267,15	347.696,65	349.763,46	341.467,59	424.373,57	346.454,61	350.392,18	392.489,52	4.195.361,62
Cota-Parte do I.P.V.A.	49.549,96	56.232,44	57.529,46	51.690,54	55.233,57	45.396,33	22.690,80	13.595,64	25.289,83	46.181,30	47.405,45	43.230,41	514.015,83
Cota-Parte do ITR.	62,61	58,28	19,67	57,22	1.917,53	2.626,88	202,14	44,47	0,00	0,00	108,19	87,25	5.185,24
Outras Transferências Correntes	79.510,21	76.149,69	163.263,92	83.964,91	37.319,25	119.511,05	99.694,31	303.367,48	45.480,96	149.845,09	34.309,24	70.192,41	1.262.728,52
Transferências da LC 81/1989	5.478,54	5.215,30	4.807,12	5.115,00	5.100,47	5.916,11	5.390,11	5.322,40	6.665,26	5.147,60	5.025,67	5.196,78	64.343,36
Transferências da LC 87/1996	1.450,18	1.450,18	1.450,18	1.450,18	1.450,18	1.450,18	1.450,18	1.450,18	1.478,95	1.478,95	1.478,95	1.478,95	17.517,24
Transferências do FUNDEB	166.969,08	156.673,53	152.118,20	155.996,16	148.927,68	158.015,04	156.573,11	160.209,65	178.997,97	162.766,27	155.579,13	163.111,92	2.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.984,76	8.845,76	10.264,05	16.865,62	23.079,23	39.796,91	30.633,43	36.796,99	13.661,90	53.889,99	57.592,96	35.943,61	223.900,00
Cota-Parte do ITR.	-302,54	-301,67	-293,96	-301,47	-673,53	-815,40	-339,45	-298,92	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.317,94
Transferências da LC 87/1996	-302,54	-301,67	-293,96	-301,47	-673,53	-815,40	-339,45	-298,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	198.924,90	181.953,72	156.085,29	165.225,15	154.301,57	165.191,87	171.394,81	182.180,33	195.905,55	210.476,16	160.225,41	176.806,63	2.116.671,39
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	198.924,90	181.953,72	156.085,29	165.225,15	154.301,57	165.191,87	171.394,81	182.180,33	195.905,55	210.476,16	160.225,41	176.806,63	2.116.671,39
Dedução Receita IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.186.553,05	1.073.894,62	1.101.847,83	1.007.601,54	904.612,10	1.104.798,56	1.046.336,08	1.426.720,39	1.087.647,01	1.292.651,93	1.175.391,01	1.170.143,41	13.556.197,53

FONTE:

ANCHIETA, 19/05/2016

ARTI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

Neli Luiza Schmidt Piovesan
Controlador CRC/RS nº 056287/T-O

Greici Bratz
Controlador Interno

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ANCHIETA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
PERÍODO DE REFERÊNCIA			2015			
Caixa						0,00
Bancos Conta Movimento			0,00			0,00
Investimentos			0,00			0,00
Outros Bens e Direitos			0,00			0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS						
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2015	
			Até o Bimestre/2016			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de ANCHIETA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 19/05/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

Nelsi Luiza Schmidt Piovesan

Contador CRC/RS nº 056287/T-O

Greici Bratz

Controle Interno

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	715.636,79	713.990,97	712.332,01
DEDUÇÕES (II)	1.321.300,40	1.640.909,47	1.648.895,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.679.434,77	1.925.579,63	1.929.686,21
Demais Haveres Financeiros	3.496,55	3.438,23	3.422,68
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	361.630,92	288.108,39	284.213,39
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-605.663,61	-926.918,50	-936.563,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-605.663,61	-926.918,50	-936.563,49

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	-9.644,99	-330.899,88

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 19/05/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

Nelsi Luiza Schmidt Piovesan
Contador CRC/RS nº 056287/T-O

Greici Bratz
Controle Interno

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	18.546.761,53	6.084.610,63	9.772.354,06
Receita Tributária	1.147.500,00	543.097,04	814.360,11
I.P.T.U.	170.000,00	76.459,93	104.367,91
I.S.S.	300.000,00	251.389,82	213.329,33
I.T.B.I.	200.000,00	48.237,24	158.358,01
I.R.R.F.	300.000,00	59.853,52	206.354,63
Outras Receitas Tributárias	177.500,00	107.156,53	131.950,23
Receita de Contribuição	148.500,00	87.384,10	125.717,53
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	148.500,00	87.384,10	125.717,53
Receita Patrimonial Líquida	1.000,00	400,00	788,00
Receita Patrimonial	134.900,00	99.622,74	161.710,51
(-) Aplicações Financeiras	133.900,00	99.222,74	160.922,51
Transferências Correntes	16.884.229,61	5.257.495,98	9.293.998,98
F.P.M.	7.400.000,00	1.964.615,80	3.255.365,29
I.P.V.A	448.000,00	156.545,57	365.433,30
I.C.M.S.	4.214.929,61	1.368.695,95	2.763.984,92
Convênios	0,00	30.000,00	0,00
Outras Transferências Correntes	4.821.300,00	1.737.638,66	2.909.215,47
Demais Receitas Correntes	365.531,92	196.233,51	-462.510,56
Dívida Ativa	72.200,00	15.812,78	29.379,86
Diversas Receitas Correntes	293.331,92	180.420,73	-491.890,42
RECEITAS DE CAPITAL (II)	94.338,47	644.032,86	1.134.668,58
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	6.500,00	858,34	1.233,59
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	229.100,00
Transferências de Capital	87.838,47	643.174,52	904.334,99
Convênios	87.838,47	643.174,52	904.334,99
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	87.838,47	643.174,52	904.334,99
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	18.634.600,00	6.727.785,15	10.676.689,05

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	19.102.823,36	8.046.162,43	10.566.767,71	4.830.083,50	8.965.779,60
Pessoal e Encargos Sociais	10.344.960,57	3.044.848,73	5.489.847,74	2.910.758,48	5.483.099,63
Juros e Encargos da Dívida (IX)	74.000,00	4.000,00	971,89	409,10	971,89
Outras Despesas Correntes	8.683.862,79	4.997.313,70	5.075.948,08	1.918.915,92	3.481.708,08
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.028.823,36	8.042.162,43	10.565.795,82	4.829.674,40	8.964.807,71
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.982.995,44	36.630,59	1.511.204,50	27.873,59	107.836,84
Investimentos	1.971.995,44	25.630,59	1.489.117,70	24.568,81	85.750,04
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	11.000,00	11.000,00	22.086,80	3.304,78	22.086,80
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.971.995,44	25.630,59	1.489.117,70	24.568,81	85.750,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	35.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	21.035.818,80	8.067.793,02	12.054.913,52	4.854.243,21	9.050.557,75

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.401.218,80	-1.340.007,87	-1.378.224,47	1.873.541,94	1.626.131,30
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	194.152,39	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	194.152,39	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

ANCHIETA, 19/05/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

Nelsi Luiza Schmidt Piovesan
Contador CRC/RS nº 056287/T-O

Greici Bratz
Controle Interno

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

R\$ 1,00

RP REPROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Inscritos		Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016		
PODER/ÓRGÃO						Saldo Total (a+b)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)						
EXECUTIVO						
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	18.529,56	459.101,26	-	12.564,59	1.557,12	2.297.364,27
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	18.529,56	459.101,26	0,00	12.564,59	1.557,12	2.297.364,27
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	0,00	409.208,33	0,00	12.469,59	1.557,12	2.297.364,27
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	2.254,80	0,00	0,00	0,00	1.670,77
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	9.007,19	12.179,60	0,00	0,00	0,00	3.457,90
SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	14.602,78	0,00	9.007,19	216,00	10.560,56
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	11.887,64	0,00	0,00	0,00	1.050,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	0,00	31.054,62	0,00	0,00	0,00	4.162,64
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	13.414,59	0,00	0,00	410,66	2.689,34
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	5.679,74	0,00	0,00	0,00	1.108.526,90
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	9.302,93	183.823,69	0,00	274,26	0,00	8.835,58
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	0,00	81.837,93	0,00	2968,70	505,06	845.459,48
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	0,00	48.769,71	0,00	0,00	0,00	7.648,20
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281.413,80
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	0,00	3.703,23	0,00	0,00	425,40	15.997,60
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	219,44	0,00	0,00	219,44	0,00	219,44
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.433,54
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE	0,00	95,00	0,00	95,00	0,00	95,00
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE	0,00	95,00	0,00	95,00	0,00	95,00
LEGISLATIVO						
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	0,00	49.797,93	0,00	0,00	0,00	143,52
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)						
	0,00	49.797,93	0,00	0,00	0,00	143,52
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	18.529,56	459.101,26	0,00	12.564,59	1.557,12	2.297.364,27

FONTE:

ANCHIETA, 19/05/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PrefeitoNelisi Luitza Schmidt Piovesan
Contador CRC/RS nº 0562877-I-OGreici Bratz
Controle Interno

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	983.500,00	983.500,00	510.898,05	51,95
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	205.000,00	205.000,00	65.668,92	32,03
1.1.1- IPTU	170.000,00	170.000,00	64.986,76	38,23
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	9,27	0,93
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	27.000,00	27.000,00	556,19	2,06
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.000,00	7.000,00	116,70	1,67
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.300,00	200.300,00	73.053,89	36,47
1.2.1- ITBI	200.000,00	200.000,00	48.237,24	24,12
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	300,00	300,00	24.816,65	8.272,22
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	323.200,00	323.200,00	321.042,51	99,33
1.3.1- ISS	300.000,00	300.000,00	251.389,82	83,80
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.200,00	1.200,00	30.794,39	2.566,20
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	16.000,00	16.000,00	1.787,68	11,17
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	6.000,00	6.000,00	37.070,62	617,84
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	255.000,00	255.000,00	51.132,73	20,05
1.4.1- IRRF	255.000,00	255.000,00	51.132,73	20,05
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.787.054,61	14.787.054,61	4.393.672,10	29,71
2.1- Cota-Parte FPM	8.900.000,00	8.900.000,00	2.455.769,58	27,59
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.900.000,00	8.900.000,00	2.455.769,58	27,59
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.214.929,61	5.214.929,61	1.710.869,40	32,81
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	5.915,80	19,72
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	25.268,82	31,59
2.5- Cota-Parte ITR	2.125,00	2.125,00	166,97	7,86
2.6- Cota-Parte IPVA	560.000,00	560.000,00	195.681,53	34,94
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.770.554,61	15.770.554,61	4.904.570,15	31,10

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	386.800,00	386.800,00	132.145,04	34,16
5.1- Transferências do Salário-Educação	240.000,00	240.000,00	105.433,64	43,93
5.2- Transferências Diretas - PDDE	9.300,00	9.300,00	5.840,00	62,80
5.3- Transferências Diretas - PNAE	36.760,00	36.760,00	12.284,00	33,42
5.4- Transferências Diretas - PNAE	54.000,00	54.000,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	46.440,00	46.440,00	8.400,00	18,09
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	300,00	300,00	187,40	62,47
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	580.500,00	580.500,00	160.139,32	27,59
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	967.300,00	967.300,00	292.284,36	30,22

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.634.500,00	2.634.500,00	878.739,36	33,36
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.500.000,00	1.500.000,00	491.153,78	32,74
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.000.000,00	1.000.000,00	342.173,45	34,22
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	1.183,16	19,72
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	5.053,73	31,59
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	500,00	500,00	39,28	7,86
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	112.000,00	112.000,00	39.135,96	34,94
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	770.165,63	38,51
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	770.165,63	38,51
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-634.500,00	-634.500,00	-108.573,73	17,11
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.602.500,00	1.602.500,00	710.654,02	44,35	710.654,02	44,35
13.1- Com Educação Infantil	1.000.000,00	1.000.000,00	276.327,45	27,63	276.327,45	27,63
13.2- Com Ensino Fundamental	602.500,00	602.500,00	434.326,57	72,09	434.326,57	72,09
14- OUTRAS DESPESAS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.002.500,00	2.002.500,00	710.654,02	35,49	710.654,02	35,49
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						710.654,02
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						92,27
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						7,73

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 *						0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	3.942.638,65		3.942.638,65		1.226.142,54	31,10
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.912.000,00	1.912.000,00	588.793,97	30,79	509.760,60	26,66
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.605.500,00	2.605.500,00	970.878,59	37,26	651.022,33	24,99
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.002.500,00	1.002.500,00	434.326,57	43,32	434.326,57	43,32
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.603.000,00	1.603.000,00	536.552,02	33,47	216.695,76	13,52
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.517.500,00	4.517.500,00	1.559.672,56	34,53	1.160.782,93	25,70
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-108.573,73	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-108.573,73	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.269.356,66	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,88	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	180.210,00	180.210,00	39.377,60	21,85	22.381,60	12,42
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	587.266,64	673.627,53	393.920,58	58,48	122.854,15	18,24
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	767.476,64	853.837,53	433.298,18	50,75	145.235,75	17,01
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.284.976,64	5.371.337,53	1.992.970,74	37,10	1.306.018,68	24,31

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		770.165,63	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		770.165,63	0,00

ANCHIETA, 19/05/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

Nelsi Luiza Schmidt Piovesan
Contador CRC/RS nº 056287/T-O

Greici Bratz
Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.982.995,44	35.451,59	25.295,77	0,00	1.947.543,85
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.982.995,44	35.451,59	25.295,77	0,00	1.947.543,85
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.982.995,44	-35.451,59	-	-	-1.947.543,85

FONTE:

ANCHIETA, 19/05/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito

Nelsi Luiza Schmidt Piovesan
Contador CRC/RS nº 056287/T-O

Greici Bratz
Controle Interno

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2016 - TOMADA DE PREÇO Nº 02/2016

AVISO DE ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2016

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, torna pública a ERRATA, comunicando a todos os interessados que no Processo Licitatório nº 44/2016 – modalidade Tomada de Preço nº 02/2016, altera o Edital nos seguintes termos:

Onde se lê:

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS PÚBLICOS, DA RUA DANIEL PETRY, NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC, COM A EXTENSÃO DE 1.000,00 M²... "

Leia-se:

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS PÚBLICOS, DA RUA DANIEL PETRY, NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.000,00 M²..."

Todos os demais termos do referido edital ficam inalterados.

Antônio Carlos, 19 de maio de 2016.

Eliane Nunes de Oliveira Folganes

Presidente da Comissão de Licitações

Arabutã

PREFEITURA

ATA 002 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 34/2016

ATA 002

Processo Licitatório nº. 034/2016 – Convite nº 003/2016

Objeto: O presente Convite visa à escolha da melhor proposta para o seguinte objeto: Contratação da execução de forma indireta, empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução da restauração da casa onde será instalada a "Casa da Memória do Município de Arabutã", em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente edital.

A Comissão Permanente de Licitações se reuniu para analisar a documentação das empresas CONSTRUTORA SOLO LTDA, F SIGMA CONSTRUTORA EIRELLI EPP, SÉRGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA E SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, constatou que:

a) A empresa SÉRGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA, no dia 18 de maio de 2016 encaminhou e-mail (protocolado sob nº. 875) solicitando devolução do envelope de proposta, alegando que ganhou outros processos licitatórios para execução de obras no mesmo período. A empresa não deixou registrada, mas deu a entender que, em vista de tais obras, não contará com equipe para a execução, porém, não está explicitado na solicitação.

A Lei Federal nº 8.666/93, especificamente, no artigo 43, § 6º prevê que: "Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão".

Assim, considerando que a fase de habilitação não se exauriu, pois no dia da abertura do certame (17/05/2016) apenas foram abertos os documentos de habilitação, sendo que a Comissão, "para melhor análise da documentação de habilitação, esta Comissão, entendeu por bem, sustar o andamento do presente processo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sendo que, somente após a conclusão de tal fase será deliberado o prosseguimento do certame" (trecho extraído da Ata 001).

Neste sentido, em vista do fato de que a fase de habilitação não havia encerrado, entendemos que a empresa tem o direito de desistir da proposta, com ou sem justificativa. No caso em tela, a empresa justificou que se tonou vencedora em outros certames.

Os Tribunais Pátrios asseveram:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INTERESSADO. DESISTÊNCIA DE PROPOSTA. CARTA DE FIANÇA. SOMATÓRIO DE ATESTADOS. HABILITAÇÃO. PROSSEGUIMENTO NO CERTAME. I - A fase de habilitação no procedimento licitatório somente se encerra após a devolução dos envelopes aos inabilitados, desde que não tenha havido recurso, ou após a sua denegação, caso em que o interessado não pode desistir da proposta, exceto se houver motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão (art. 43, II, §§ 5º e 6º, da Lei nº 8.666/93).(...) (TJ-DF - AGI: 20140020120683 DF 0012154-93.2014.8.07.0000, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 10/12/2014, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 22/01/2015 . Pág.: 423) (grifos nossos).

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. DESISTÊNCIA DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇO. TEMPESTIVIDADE. 1. "A fase de habilitação só se encerra após a devolução dos envelopes aos inabilitados ou, caso todos tenham sido habilitados, após o escoamento do prazo para recursos ou o improvimento dos apresentados" (fls. 162-165). 2. Inexiste, pois, motivo justo para o indeferimento de desistência de proposta de preço, se realizado antes do término

do prazo para interposição de recurso. 3. O fato de a impetrante ter-se sagrado vencedora do certame e não haver celebrado o contrato não implica a perda superveniente do objeto da ação, ante a possibilidade de vir a ser penalizada pela Comissão de Licitação em razão de sua desistência do certame. 4. Apelação e remessa oficial improvidas. (TRF-1 - AMS: 19132 DF 2003.34.00.019132-3, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA, Data de Julgamento: 22/08/2007, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 06/09/2007 DJ p.106)

Em vista do exposto, esta Comissão, aceita a solicitação de desistência da proposta, pois a fase de habilitação não está encerrada e, neste ínterim, os licitantes podem solicitar a desistência, nos moldes da Lei de Licitações.

b) Sobre a documentação das empresas licitantes que permanecem no certame F. SIGMA CONSTRUTORA EIRELLI EPP, CONSTRUTORA SOLO LTDA E SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME, informamos que todas cumpriram com os requisitos do Edital, sendo habilitadas.

c) Perante tal quadro e atendendo as disposições da legislação licitatória, todas as licitantes anteriormente referidas deverão ser cientificadas do teor da presente ata, para, querendo, apresentar recursos ou renunciar o direito de interposição de recursos. Concluída essa fase, sem manifestação dos licitantes, ocorrerá a abertura das propostas comerciais, no dia 25 de maio de 2016, às 14h.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações.

Arabutã, 19 de maio de 2016.

Presidente da Comissão de Licitações - LEANDRA CHRISTINA COL-DEBELLA

Presidente da Comissão de Licitações Suplente: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

Membros:

DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

AVISO - CONFERÊNCIA DAS CIDADES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÃ

O Município de Arabutã convida todos para a 6ª Conferência da Cidade de Arabutã, que será realizada no dia 01 de junho de 2016, a partir das 08h, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sob a coordenação da Comissão Preparatória Municipal.

A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Arabutã desenvolverá seus trabalhos a partir do temário "A função Social da Cidade e da Propriedade" e como Lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº. 36/2016

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 036/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preços para prestação de serviços de horas máquinas, conforme itens do Formulário Proposta, anexo I. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 13h30 do dia 06 de junho de 2016, sendo que na mesma data, às 14h em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br. Arabutã/SC, 19 de maio de 2016. JACKSON LUIZ PATZLAFF, Prefeito.

PORTARIA 147/2016

PORTARIA Nº. 147/2016

ESTABELECE A ESCALA DE TRABALHO PARA OS INSEMINADORES NO PERÍODO DE 01 DE JUNHO A 30 DE JUNHO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do art. 1, da Lei Complementar nº. 179, de 08 de abril de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. A escala de trabalho para o mês de junho de 2016 é a que consta no quadro do anexo I.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Arabutã (SC), 19 de maio de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pelas publicações

ANEXO I

DOMINGO		SEGUNDA FEIRA		TERÇA FEIRA		QUARTA FEIRA		QUINTA FEIRA		SEXTA FEIRA		SÁBADO	
						01	M- Daniel T- Sidinei	02	M- Márcio T- Daniel	03	M- Sidinei T- Márcio	04	M- Márcio T- Daniel
05	Daniel	06	M- Daniel T- Sidinei	07	M- Márcio T- Daniel	08	M- Sidinei T- Márcio	09	M- Daniel T- Sidinei	10	M- Márcio T- Daniel	11	M- Sidinei T- Márcio
12	Sidinei	13	M- Sidinei T- Márcio	14	M- Daniel T- Sidinei	15	M- Márcio T- Daniel	16	M- Sidinei T- Márcio	17	M- Daniel T- Sidinei	18	M- Daniel T- Sidinei
19	Márcio	20	M- Márcio T- Daniel	21	M- Sidinei T- Márcio	22	M- Daniel T- Sidinei	23	M- Márcio T- Daniel	24	M- Sidinei T- Márcio	25	M- Márcio T- Daniel
26	Daniel	27	M- Daniel T- Sidinei	28	M- Márcio T- Daniel	29	Sidinei Márcio	30	Daniel Sidinei				

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 85/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 85/2016 ref. Pregão Presencial n. 45/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Auto Elétrica Ascurra LTDA - ME

CNPJ n. 85.381.853/0001-73

Objeto: O contrato tem como objeto a prestação de serviços de parte elétrica para veículos pesados com motor e a diesel e máquinas operacionais, bem como serviços de parte elétrica para veículos leves e utilitários, para a secretaria de obras, estradas e serviços urbanos, conselho tutelar, secretaria da educação, cultura, desporto e promoção social, secretaria de agricultura e meio ambiente e secretaria de administração e planejamento.

Valor total do contrato: R\$ 19.000,00

Vigência: 31/12/2016

Ascurra, 20 de maio de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 86/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 86/2016 ref. Pregão Presencial n. 45/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Mecânica Cé LTDA - ME

CNPJ n. 79.381.588/0001-20

Objeto: O contrato tem como objeto a prestação de serviços mecânicos para tratores agrícolas e implementos sem especialização, serviços mecânicos para máquinas operatrizes, serviços de torno e solda p/ tratores e implementos agrícolas e serviços de torno e solda para máquinas operatrizes, para a secretaria de obras, estradas e serviços urbanos, conselho tutelar, secretaria da educação, cultura, desporto e promoção social, secretaria de agricultura e meio ambiente e secretaria de administração e planejamento.

Valor total do contrato: R\$ 30.700,00

Vigência: 31/12/2016

Ascurra, 20 de maio de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 87/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 87/2016 ref. Pregão Presencial n. 45/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Mecânica Bertoldi LTDA - ME

CNPJ n. 82.152.745/0001-30

Objeto: O contrato tem como objeto a prestação de serviços mecânicos para veículos pesados com motor a diesel e serviços de torno e solda para veículos pesados e caminhões a diesel, para a secretaria de obras, estradas e serviços urbanos, conselho tutelar, secretaria da educação, cultura, desporto e promoção social, secretaria de agricultura e meio ambiente e secretaria de administração e planejamento.

Valor total do contrato: R\$ 29.175,00

Vigência: 31/12/2016

Ascurra, 20 de maio de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 88/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 88/2016 ref. Pregão Presencial n. 45/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Auto Center Ascurra LTDA - ME

CNPJ n. 15.619.652/0001-86

Objeto: O contrato tem como objeto a prestação de serviços mecânicos para veículos leves com motor a gasolina e etanol, incluindo serviços especializados como injeção elétrica, para a secretaria de obras, estradas e serviços urbanos, conselho tutelar, secretaria da educação, cultura, desporto e promoção social, secretaria de agricultura e meio ambiente e secretaria de administração e planejamento.

Valor total do contrato: R\$ 13.200,00

Vigência: 31/12/2016

Ascurra, 20 de maio de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 49/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 49/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 3/6/2016 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO SEMI-NOVO, TIPO CAMIONETA, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: ANO E MODELO A PARTIR DE 2002, DE COR CLARA, SEM RESTRIÇÕES, COM MOTOR MWM A DIESEL, 6 CILINDROS, POTÊNCIA ENTRE 170 E 200CV, COM GARANTIA, COM CAIXA DE CAMBIO NA GARANTIA, COM TRACÇÃO 4X2, COM CINCO MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, COM 4 PNEUS NOVOS RADIAIS R16 OU R17, BORRACHUDOS PARA CARGA, COM PINTURA NOVA E COM TODOS OS ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS POR LEI NA DATA DE FABRICAÇÃO, COM FORRAÇÃO E PAINEL EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM SISTEMA ELÉTRICO EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, CABINE SIMPLES, COM FEIXE DE MOLAS REFORÇADO PARA CARROCERIA PESADA, SEM CAÇAMBA, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 1100KG, TAMANHO DA CARROCERIA A SER INSTALADA DE 2,70M DE COMPRIMENTO, POR 1,93 DE LARGURA, QUE SERÁ UTILIZADA PELO SETOR DE OBRAS NA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DESTE MUNICÍPIO, conforme informações no Edital.

Maiores informações poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e o edital poderá ser baixado pelo site www.ascurra.sc.gov.br.

Ascurra, 20 de maio de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ADITIVO 01/2016 DO CONTRATO 10/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
TERMO ADITIVO 001/2016 DE 17/05/2016 PMBP
CONTRATO Nº 10/2016-PMBP DE 08/03/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016-PMBP
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Nº 03/2016
HOMOLOGADO EM 08/03/2016

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 003/2016 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2016-PMBP, e tem por objeto a Contratação de empresa Reforma e Pintura do Ginásio Aurélio Solano de Macedo, Reforma da Instalação do Campo Municipal Quincaledo e Ampliação e Reforma das salas de aula da Escola Professora Francisca Borba, conforme documentos anexos ao Processo, em diversos locais do Município de Balneário Piçarras, em estrita observância aos Memoriais, Planilhas e Projetos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, documentos anexos ao Processo.

Fica aditivado o valor de R\$21.557,11(vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e onze centavos), segundo planilha de valores anexa ao contrato, ficando o valor global do contrato em R\$65.738,29(sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos).

Balneário Piçarras(SC), 17 de maio de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

ADITIVO 01/2016 DO CONTRATO 22/2015 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
TERMO ADITIVO 001/2016 DE 26/05/2016 PMBP
CONTRATO 22/2015 PMBP
REF.PROCESSO LICITATÓRIO N.º030/2015 PMBP
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº016/2015 PMBP
HOMOLOGADO EM 25/05/2015

Constitui objeto do presente Pregão Presencial o LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL e serviços de informática, para atender demanda da Prefeitura Municipal.

Empresas Participantes Habilitadas:

IPM INFORMÁTICA LTDA. - Fica aditivado o Contrato 022/2015 PMBP, passando a vigor até 26 de maio de 2017. Sendo que o seu valor global corrigido de R\$284.939,40 (duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e trinta e nove reais e quarenta centavos)

Balneário Piçarras(SC), 27 de abril de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

ADITIVO 02/2016 DO CONTRATO 17/2015 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
TERMO ADITIVO 002/2016 DE 28/04/2016/PMBP
PROCESSO Nº 019/2015 PMBP DE 27/04/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015 PMBP DE 27/04/2015
CONTRATO Nº017 /2015 PMBP DE 28/04/2015

O contrato tem por objeto a execução de obra de engenharia referente a execução de obras e serviços de engenharia para Obra da Praça de Todas as Idades, na Avenida Getúlio Vargas, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e no Edital e seus anexos.

CONSTRUTORA E INCORPORADORA NATINHO LTDA

Fica suprimido do valor do contrato o montante de R\$ 6.416,26(seis mil, quatrocentos e dezesseis reais e vinte e seis centavos), sendo composto pelas seguintes supressões:

- R\$214,07(duzentos e quatorze reais e sete centavos) da Contrapartida Financeira do Município.
- R\$6.202,19(seis mil, duzentos e dois reais e dezenove centavos) do repasse de recursos OGU.

Balneário Piçarras(SC), 28 de abril de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

CONTRATO 02/2016 FMDCA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Processo Licitatório nº 002/2016-FMDCA
Inexigibilidade nº 001/2016-FMDCA
Contrato 00/2016 - FMDCA

O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da ASSOCIAÇÃO PELA SAÚDE EMOCIONAL DE CRIANÇAS- ASEC, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.270546/0001-01, com sede a Rua Abolição, nº 411, Bairro Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo.Valor do Contrato: R\$ 79.800(setenta e nove mil e oitocentos reais). Vigência: 30/12/2016. Balneário Piçarras/SC, 10 de maio de 2016. Ana Paula Ribeiro Stiebler - Gestora do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

e do Adolescente

Barra Bonita

PREFEITURA

CONTRATO Nº45/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 045/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: CRIATIVA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME.

OBJETO: Contratação de Serviços para oficinas promovidas pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

VALOR: R\$ 11.640,00((onze mil seiscentos e quarenta reais)).

VIGÊNCIA: 13/05/2016 a 31/12/2016.

ASSINATURA: 13/05/2016.

FUNDAMENTO: PROCESSO DE LICITAÇÃO N.06/2016, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 13 de MAIO de 2016.

AURÉLIA TEREZINHA BOFF DOS SANTOS
Gestora FMAS**CONTRATO Nº46/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 046/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: SOCIEDADE MEDICA GONZALLES S/C LTDA - EPP.

OBJETO: Contratação de serviços profissionais médicos para atendimento aos munícipes nos postos de saúde do município para atuar no Programa ESF, bem como realizar pequenos procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, com carga horária de 40h/semanais, no mesmo horário de expediente dos servidores municipais.

VALOR: R\$ 148.000,00((cento e quarenta e oito mil reais)).

VIGÊNCIA: 19/05/2016 a 31/12/2016.

ASSINATURA: 19/05/2016.

FUNDAMENTO: PROCESSO DE LICITAÇÃO N.20/2016, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 19 de MAIO de 2016.
DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal**EDITAL PREGÃO Nº08/2016 FMAS**

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº 008/2016

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Aquisição de eletrododmésticos destinados ao CRAS do Município. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 06 de JUNHO de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 20 de maio de 2016.

AURÉLIA TEREZINHA BOFF DOS SANTOS
Gestora FMAS**ERRATA**

Errata

Na edição nº1984 do diário Oficial dos Municípios - DOM/SC,. Publicada em 28/04/2016, Portaria nº118/2016.

Onde se lê " matricula nº, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo",
Leia-se "Matricula nº238601 e declara vacância do cargo de Auxiliar Administrativo."

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 13 de maio de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se na forma da Lei.

PORTARIA Nº 140, DE 17 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE LICENÇA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 140, de 17 de maio de 2016.

"Concede licença e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município. combinado com o que consta no Art.124, da Lei Complementar 037/2011, de 07 de novembro de 2011.

Resolve.

Art. 1º - Conceder licença maternidade a servidora Diane Guaragni, matricula nº419501, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Turismo sob regime Estatutário, pelo período de 13 de maio a 08 de novembro de 2016.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 13.05.2016.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 16 de maio de 2016.

Darci Joao Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 141, DE 18 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA Nº 141, de 18 de maio de 2016.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 2,0 (duas) diárias ao Senhor Luiz Antonio Zaccaron, Matrícula nº 15402, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº023/2016 e Roteiro de Viagem nº06/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº024/2016, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 18 de maio de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

TERMO ADITIVO CONTRATO 24/2015

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 24/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PUBLICO, PARA Contratação de empresa para controle e monitoramento do sistema de

abastecimento de água.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o Município de Barra Bonita - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL Sr. MARCELO RAMA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa KF SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, com sede na Rua Presidente Vargas, 1256, Bairro Centro, do município de Arroio do Meio - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 11301741000129, resolvem celebrar o presente contrato, em decorrência da solicitação de reequilíbrio financeiro, com fulcro no artigo 57 da Lei nº 8666/93, firmam o presente termo aditivo, com as seguintes cláusulas e condições com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Valor do Contrato nº24/2015, aplicando como forma de reequilíbrio financeiro do serviço a porcentagem de 11,00%, passando a vigorar o valor de R\$ 1.784,88 (um mil setecentos e oitenta e quatro reais com oitenta e oito centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº24/2015 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 19 de maio de 2016.

MARCELO RAMA

P / Contratante

KF SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

P/Contratada

Testemunhas:

Nome: Emerson Filimberti Nome: Rafael Favretto

CPF nº 933.942.849-87 CPF nº 008.080.889-12

Visto: _____

MOACIR JOAO HANTT

OAB: 27.542

CAMARA DE VEREADORES DE BARRA BONITA

RESUMO DO EDITAL PREGÃO 001/2016

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº 01/2016

A Câmara de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a contratação de empresa para realização de CONCURSO PÚBLICO, para o preenchimento de vagas de provimento efetivo e formação de cadastro de reserva no quadro de servidores da Câmara de Vereadores de Barra Bonita(SC), sendo: dois cargos de nível superior, um de nível médio, e um de nível fundamental, totalizando quatro cargos. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 14 horas do dia 03 de junho de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Câmara de Vereadores de Barra Bonita(SC), no horário comercial, junto a

Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0056, no Departamento de Compras, ou no site Oficial da Câmara de Vereadores de Barra Bonita: camarabb@bol.com.br.

Barra Bonita(SC), 18 de maio de 2016

JOACIR RALDI

Presidente da Mesa Diretora

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO E ABERTURA DA LICITAÇÃO PP 35/2016

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 19/05/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 35/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (ÁREA CELESC)

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 35/2016, com a presença do Pregoeiro JOÃO ULLER e da Equipe de Apoio SERGIO DARIO PASQUALI e MAURICIO STEFFEN, nomeados pela Portaria nº 003/2016. Compareceram ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado as empresas ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, INSTALADORA ELETRICA GUARAMIRIM LTDA EPP, GBL SERVICOS LTDA ME e QUARK ENGENHARIA LTDA. As empresas participantes apresentaram seus credenciamentos em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital, credenciando respectivamente seus representantes legais conforme a seguir: JONATA COSTA, JOSÉ LUIZ AUGUSTO, LEONARDO GERALDO ZICKHUR e BERNARDO VARGAS DE SOUZA. Foram analisadas as Declarações de Habilitação apresentadas pelas empresas acima mencionadas, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital. A licitante GBL SERVICOS LTDA ME apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços, sendo as propostas neles contida disponibilizadas aos licitantes presentes para serem conferidas e rubricadas. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. As propostas das demais licitantes estão de acordo com o exigido, sendo as mesmas classificadas ficando a ordem de classificação inicial, conforme anexo desta Ata. Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, todas foram consideradas classificadas, ficando a ordem de classificação inicial, conforme anexo desta Ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura do envelope identificado como de Habilitação da licitante classificada como primeira colocada. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. Da análise dos documentos de habilitação apresentados pela licitante vencedora GBL SERVIÇOS LTDA ME verificou-se que a mesma não apresentou Certificado de acervo técnico – CAT do profissional, apresentou certificado de conclusão de curso de NR-10 não autenticados, não comprovando sua autenticidade e também não apresentou declaração de disponibilidade de veículo e equipamentos necessários para a realização dos serviços objetos da presente licitação, portanto, decide-se pela inabilitação da referida licitante por não cumprir com as exigências habilitatórias referentes ao item 5.1.4.1 e suas alíneas do edital. Em seguida, abriu-se o envelope de habilitação da licitante segunda colocada ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME está HABILITADA e DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivo item do presente certame à empresa vencedora. Em seguida lavrou-se a presente Ata que foi achada conforme. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 19/05/2016, às 10h29m.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PASQUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	--

LICITANTES PRESENTES:

JONATA COSTA

JOSÉ LUIZ AUGUSTO

LEONARDO GERALDO ZICKHUR

BERNARDO VARGAS DE SOUZA,

ANEXO DA ATA DA SESSÃO

Pregão Presencial nº 000035/2016

Propostas iniciais apresentadas:

Item: 00001 MANUTENCAO DE ILUMINACAO PUBLICA NO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO (AREA CELESC), INCLUINDO INSTALACAO, CONCERTO E SUBSTITUICAO DE LAMPADAS, REATORES, CHAVES DE ILUMINACAO PUBLICA, BRACO DE ILUMINACAO DE 1M E BRACO DE ILUMINACAO DE 3 M, COM VEICULO ADEQUADO PARA OS SERVICOS ATENDENDO A NORMAS E LEGISLACOES VIGENTES

Fornecedor	Proposta
INSTALADORA ELETRICA GUARAMIRIM LTDA EPP	79,0000
ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME	80,0000
QUARK ENGENHARIA LTDA	96,0000
GBL SERVICOS LTDA ME	96,0000

Lances efetuados:

Itens	Participantes	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME	77,5000	0,0000
1	INSTALADORA ELETRICA GUARAMIRIM LTDA EPP	76,0000	0,0000
1	GBL SERVICOS LTDA ME	78,5000	0,0000
1	QUARK ENGENHARIA LTDA	78,0000	0,0000
1	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME	74,5000	0,0000
1	INSTALADORA ELETRICA GUARAMIRIM LTDA EPP	72,0000	0,0000
1	GBL SERVICOS LTDA ME	75,5000	0,0000
1	QUARK ENGENHARIA LTDA	75,0000	0,0000
1	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME	71,0000	0,0000
1	INSTALADORA ELETRICA GUARAMIRIM LTDA EPP	70,0000	0,0000
1	GBL SERVICOS LTDA ME	71,8000	0,0000
1	QUARK ENGENHARIA LTDA	71,5000	0,0000
1	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME	68,0000	0,0000
1	INSTALADORA ELETRICA GUARAMIRIM LTDA EPP	0,0000	0,0000
1	GBL SERVICOS LTDA ME	69,0000	0,0000
1	QUARK ENGENHARIA LTDA	68,5000	0,0000
1	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME	67,0000	0,0000
1	GBL SERVICOS LTDA ME	67,9000	0,0000
1	QUARK ENGENHARIA LTDA	67,5000	0,0000
1	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME	66,0000	0,0000
1	GBL SERVICOS LTDA ME	66,9000	0,0000
1	QUARK ENGENHARIA LTDA	66,5000	0,0000
1	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME	65,0000	0,0000
1	GBL SERVICOS LTDA ME	65,9500	0,0000
1	QUARK ENGENHARIA LTDA	0,0000	0,0000
1	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME	0,0000	0,0000
1	GBL SERVICOS LTDA ME - INABILITADA	64,9000	64,0000

Vencedor:

Itens	Vencedor	Marca	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total
00001	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME		800,00	65,00	52.000,00
Total do Fornecedor: 52.000,0000					
Total de Itens: 52.000,0000					

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 40/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2016

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE HIGIÊNE E LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 06 de junho de 2016. ABERTURA: às 09:05h do dia 06 de junho de 2016. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 19 de maio de 2016.
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016

CADASTRO DE RESERVA – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, através de suas Secretarias Municipais, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo Simplificado, para as Vagas e/ou Reservas de Vagas de: Servente, Técnico em Saúde Bucal ESF, e Auxiliar de Desenvolvimento da Educação Infantil, a serem admitidos em caráter temporário no ano de 2016.

1. – DAS INSCRIÇÕES

1.1. – As inscrições para o Processo Seletivo estarão abertas do dia 20 de maio de 2016 até o dia 03 de junho de 2016 e podem ser feitas junto a Secretaria Municipal de Educação na Prefeitura Municipal de Benedito Novo, de segundas as quintas-feiras das 09:00 as 11:30 e das 13:30 as 16:30 e nas sextas-feiras das 09:00 as 11:30.

1.1.1. – Efetuada a inscrição, o candidato receberá um comprovante de inscrição.

1.1.2. – A inscrição poderá ser feita por procuração, devendo o procurador, no ato da inscrição, entregar cópia do documento de identidade.

1.1.3. – O Processo Seletivo pontuará títulos/aperfeiçoamento (para o magistério), prova escrita de acordo com o cargo pretendido.

1.1.4. – Somente poderá fazer a inscrição maior de 18 anos de idade.

1.2. – Documentos para Inscrição:

1.2.1. – Obrigatórios e de responsabilidade do candidato:

a) Fotocópia dos Documentos Pessoais (Carteira de Identidade e CPF).

b) Fotocópias do Tempo de Serviço (para o Magistério), prestado junto a Rede Municipal, até 20 de maio de 2016, expresso em anos, meses e dias, contendo data de início e término do vínculo; e dos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento a partir do ano 2014.

(ATENÇÃO: NÃO SERÃO FOTOCOPIADOS DOCUMENTOS NA PREFEITURA)

2. – DOS CARGOS

a) Auxiliar de Desenvolvimento da Educação Infantil:

- Símbolo: ADEI;

- Código: 7;

- Carga Horária Semanal: 40 h;

- Vagas: Reserva de Vagas;

- Escolaridade: Magistério completo, ou a partir da 2ª fase em Nível Superior em Pedagogia, Normal Superior e/ ou 2ª fase de Nível Superior de Cursos afins da Educação;

- Salário: R\$ 2.135,64.

b) Servente:

- Símbolo: SE;

- Código: 991011;

- Carga Horária Semanal: 40 h;

- Vagas: Reserva de Vagas;

- Escolaridade: Anos iniciais do Ensino Fundamental;

- Salário: R\$ 880,00.

c) Técnico em Saúde Bucal ESF:

- Símbolo: ESF;

- Código: 27;

- Carga Horária Semanal: 40 h;

- Vagas: Reserva de Vagas;

- Escolaridade: Ensino Médio Completo e Curso Técnico com registro no órgão fiscalizador;

- Salário: R\$ 1.359,45.

3. – DA PROVA ESCRITA

3.1. – A prova escrita de que trata este Edital, acontecerá no dia 13 de junho de 2016, nas dependências da Escola de Educação Básica Teófilo Nolasco de Almeida, sito a Rua Celso Ramos - Centro, Benedito Novo/SC, às 18:00h.

3.2. – O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de quinze minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação e/ou seu comprovante de inscrição.

3.3. – Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

- a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identificação que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.
- b) Prestar prova sem que o seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.
- c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.
- d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico predeterminado.

3.4. – Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização das provas.

3.5. – Não haverá segunda chamada para a prova objetiva em etapa única, deste edital, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do processo.

3.6. – Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

3.7. – Depois de identificado e instalado, o candidato não poderá ausentar-se da sala.

3.8. – Durante as provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, tablets, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico.

3.9. – Será, também, eliminado do Processo Seletivo o candidato que incorrer nas seguintes situações:

- a) Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.
- b) Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
- c) Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.
- d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.
- e) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.
- f) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

3.10. – Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de respostas, por erro do candidato.

3.11. – Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada juntamente com o Caderno de Perguntas.

3.12. – A prova terá a duração conjunta de 2 (duas) horas, incluído o tempo de marcação na folha de respostas.

3.13. – O candidato somente poderá deixar o local da prova 15 (quinze) minutos após o seu início.

3.14. – Na hipótese de candidata lactante, será facultada a possibilidade de amamentar o filho durante a realização da prova, desde que leve um acompanhante, o qual será responsável pela criança e permanecerá em outro ambiente.

3.15. – Pontuação:

PROVA ÁREA	Número de Questões	Valor por Questão	Total de Pontos
Conhecimentos Específicos	10	0,5	50
Português	05	0,3	15
Matemática	05	0,3	15
Conhecimento Gerais	10	0,2	20
TOTAL	30		100

3.15.1. – A prova terá 30 (trinta) questões, com 4 (quatro) alternativas cada uma, distribuídas e avaliadas conforme a tabela acima.

3.15.2. – Para os cargos de Servente e Técnico em Saúde Bucal ESF a pontuação final será a soma da pontuação obtida na prova. Para o Cargo de Auxiliar de Desenvolvimento da Educação Infantil a pontuação final será a soma da pontuação obtida na prova somada a pontuação dos títulos.

3.15.3. – Para a prova de títulos, a cada 100h, será considerado 0,5 (zero vírgula cinco) ponto ao candidato, não ultrapassando a 3 (três) pontos.

3.15.4. – Para o tempo de Serviço, no município de Benedito Novo, a cada ano, será considerado 0,5 (zero vírgula cinco) ponto ao candidato, não ultrapassando a 3 (três) pontos.

3.15.5. – O candidato deverá obter 50 (cinquenta) por cento ou mais do total da prova para ser considerado aprovado na prova escrita.

3.15.6. – Em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

a) Tiver maior nota na prova de:

- 1º Conhecimentos Específicos;
- 2º Português;
- 3º Matemática;
- 4º Conhecimentos Gerais.

b) Tiver a maior idade.

4. - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS E MÚLTIPLA ESCOLHA:

NÍVEL FUNDAMENTAL:

Língua Portuguesa:

Fonologia: encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica, prosódia, ortografia, acentuação; Morfologia: estrutura e formação das palavras, classes de palavras; Sintaxe: termos da oração, período composto, conceito e classificação das orações, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, pontuação; Semântica: significação das palavras no texto; Interpretação de texto.

Matemática:

Conjunto dos números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Propriedades, comparação; Expressões numéricas; Teoria dos números: pares, ímpares, múltiplos, divisores, primos, compostos, fatoração, divisibilidade.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas; Fundamentos históricos, geográficos, econômicos, políticos e atuais do Mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do município de Benedito Novo.

NÍVEL MÉDIO:

Português:

Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego da Estrutura, formação e classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência verbal e nominal. Significação literal e contextual de vocábulos. Análise sintática: sujeito, termos ligados ao nome e termos ligados ao verbo. Redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos e correspondência oficial.

Matemática:

Números: naturais, inteiros, racionais e reais. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. Média aritmética simples e ponderada. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. Porcentagem; Juros. Probabilidade. Equações do 2º grau. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores.

Conhecimentos Gerais e Atualidades:

Notícias nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades. História do Município de Benedito Novo, www.beneditonovo.sc.gov.br e História do Brasil.

NÍVEL SUPERIOR:

Língua Portuguesa:

Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego da Estrutura, formação e classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência verbal e nominal. Significação literal e contextual de vocábulos. Análise sintática: sujeito, termos ligados ao nome e termos ligados ao verbo. Redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos e correspondência oficial.

Matemática:

Números: naturais, inteiros, racionais e reais. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. Média aritmética simples e ponderada. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. Porcentagem; Juros. Probabilidade. Equações do 2º grau. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores.

Conhecimentos Gerais:

Constituição Federal e suas emendas: dos Princípios Fundamentais, dos Direitos e Garantias Fundamentais, da Nacionalidade e dos Direitos Políticos. Políticas públicas. Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: política, economia,

sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas. Fundamentos históricos, geográficos, econômicos, políticos e atuais do Mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do município de Benedito Novo. Noções de Informática: Sistema operacional Windows. Noções do ambiente Microsoft Office (Power Point, Word e Excel). Conceitos relacionados à Internet.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (referente a cada cargo):

Servente:

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; Noções básicas de segurança e higiene do trabalho. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Noções de ética e cidadania; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Execução de atividades afins, observando a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo. Conhecimentos sobre cidadania e consciência ecológica. Desenvolvimento sustentável. Cidadania e Participação Social; 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar).; Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo.; Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho; Noções sobre primeiros socorros; Uso de equipamentos de proteção individual –EPIs; Ergonomia.

Técnico em Saúde Bucal ESF:

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Anatomia da cavidade bucal. Anatomia dental. Anatomia do corpo humano/sistemas. Atribuições da equipe de saúde bucal no programa de saúde da família. Atribuições de pessoal auxiliar em odontologia (Lei 11.889/2008). Biossegurança, controle de infecção, prevenção e controle de riscos. Caderno de Atenção Básica /número 17. Cárie dentária/cariologia. Ciclos de vida na Saúde Bucal. Dentição humana. Dieta, nutrição, saúde bucal. Doenças infectocontagiosas. Doenças periodontais. Doenças transmissíveis e não transmissíveis. Educação em Saúde. Epidemiologia. Equipamento, aparelhos odontológicos, material e instrumental odontológico. Ergonomia, riscos ocupacionais. Estratégias de educação em saúde. Ética. Ficha clínica. Imunidade, resistência, seres vivos. Financiamento e participação social no SUS. Fluoretos. História das Políticas de Saúde no Brasil. Identificação dos dentes. Imunidade/Imunização. Lei Estadual, Municipal de SC referente à saúde bucal. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Periodontia, doenças periodontais. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Humanização. Política pública de saúde. Prevenção das doenças bucais. Prevenção/controle de riscos. Processo Saúde-Doença / determinantes/ condicionantes. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Programa Saúde da Família. Promoção de Saúde. Radiologia odontológica, processamento filme radiográfico. Segurança contra radiação. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Técnicas de escovação supervisionada. Vigilância em saúde.

Auxiliar de Desenvolvimento da Educação Infantil:

Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Temas Transversais. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social da educação infantil; Educar e cuidar; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil.

5. – DA DIVULGAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE REVISÃO

Será exposta no Mural da Prefeitura Municipal de Benedito Novo e no Sítio do Município de Benedito Novo: www.beneditonovo.sc.gov.br, conforme tabela abaixo:

DATA PREVISTA	ATO
20/05/2016	Publicação do Edital
20/05/2016 á 03/06/2016	Período das inscrições
06/06/2016	Homologação provisória das inscrições
07/06/2016 e 08/06/2016	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição
09/06/2016	Homologação final das inscrições
13/06/2016	Data da prova escrita
14/06/2016	Publicação do gabarito provisório
15/06/2016 a 16/06/2016	Prazo para recurso contra o gabarito provisório
17/06/2016	Publicação do gabarito oficial e da classificação provisória
20/06/2016 e 21/06/2016	Prazo para recurso contra a classificação provisória
23/06/2016	Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 002/2016

6. – DA CONTRATAÇÃO

6.1. – Para a contratação será necessário apresentar os requisitos exigidos para cada cargo, cópia dos seguintes documentos:

- a) RG;
- b) CPF;
- c) Comprovante de Escolaridade (Registro no Órgão Regulamentador);
- d) Título de Eleitor e o comprovante de quitação eleitoral;
- e) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- f) Número da conta Bancária;
- g) Comprovante de Residência;
- h) Declaração de vacinação.

6.2. – Caso o candidato chamado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a contratação, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Benedito Novo convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

6.3. – Para todas as contratações é obrigatório o exame médico admissional. Os candidatos serão avaliados com os conceitos "Apto" ou "Inapto", sendo considerados aprovados para contratação os candidatos que obtiverem conceito "Apto".

6.4. – Os cargos integrantes deste Processo Seletivo com Reserva de Vaga, serão convocados dentro das necessidades, conforme surgirem novas vagas através de chamada individual dos candidatos, por ordem de classificação.

6.5. – O candidato que desistir da vaga e não assumir o cargo passará para o último lugar na chamada do processo seletivo.

7. – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. – O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

7.2. – O candidato que, no ato da inscrição, ou no dia da prova, prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

7.3. – O presente Edital de Seleção Pública terá validade pelo período que anteceder a efetivação por meio do Concurso público e poderão ocorrer mudanças com alterações ou cancelamento de contratos, inclusive, prevalecendo o excepcional interesse público.

7.4. – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão para Acompanhamento do Processo Seletivo para Admissões de Caráter Temporário, observada a legislação vigente.

7.5. – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, com acesso através do Sítio do Município de Benedito Novo: www.beneditonovo.sc.gov.br.

7.5.1. – Não serão fornecidas por estas Secretarias cópias impressas do presente Edital.

Município de Benedito Novo, 20 de maio de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº. 77/2015 - SRP

TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2015

Aos dezessete dias do mês de maio de 2016, o Município de Benedito Novo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. JEAN MICHEL GRUNDMANN, com sede na Rua Celso Ramos, nº 5070, cidade de Benedito Novo/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.780/0001-08, resolve RESCINDIR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, a qual foi firmada com a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, de acordo com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo visa rescindir o registro do saldo remanescente de todos os itens constantes da Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 9/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 77/2015 – SRP, quais sejam:

Item	Uni	Produto	Qtde Restante	Prç Unit.	Prç Tot.
001	UND	CESTAS BASICAS CONFORME REGULAMENTACAO DA LEI Nº 1.672 DE 14 DE MAIO DE 2012 E DECRETO Nº 36/2012 DE 15 DE MAIO DE 2012.	459	35,76	16.413,84

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Fundamento Legal: A clausula 8ª da Ata de Registro de Preços dispõe que:

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA EMPRESA

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- (...)
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

2.2 Motivação: A licitante AP OESTE DISTRIBUIRA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP encaminhou na data de 28/04/2016, SOLICITAÇÃO DE DESISTÊNCIA da Ata de Registro de Preços alegando não poder mais entregar os produtos pelo preço ofertado.

Para firmeza e validade, o presente Termo de Rescisão foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e aprovado, será assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e as Testemunhas e encaminhado ao Fornecedor, com cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Benedito Novo, 17 de maio de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

Testemunhas:

Sérgio Dário Pasquali CPF: 904.677.109-10	Joice Aparecida Costa CPF: 095.294.259-37
--	--

Biguaçu

PREFEITURA

ATO DE PRORROGAÇÃO Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL 001/SEMAD/2015

Ato de Prorrogação nº 001/2016

O Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, RAMON WOLLINGER, no uso de suas atribuições legais, em face do que dispõe o item 12.2 do Edital 001/SEMAD/2015 do Processo Seletivo Público desta Secretaria Municipal de Administração da Municipalidade de Biguaçu, prorroga, dentro da previsão editalícia, o resultado final do certame homologado através do Ato Homologatório 001/2015, no Diário Oficial do Município de Biguaçu de 12 de maio de 2015, edição nº 1740, página 9, permanecendo a mesmo válido até o dia 31/12/2016, salvo homologação dos Concursos Públicos para provimento efetivo em data anterior a esta.

Biguaçu (SC), 12 de maio de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL 04

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº: 93-4/2015 - Contrato Nº: 93/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Valor: 152.530,21 (cento e cinquenta e dois mil quinhentos e trinta reais e vinte e um centavos)

Vigência: Início: 15/03/2016 Término: 28/05/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 228/2014

Recursos: Dotação: 1.007.4.4.90.00.00.00.00.00 (57)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA COSTRUTURAÇÃO DA NOVA SEDE DO CEIM DONA DORVALINA LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, CONFORME PROJETO.

Aditivo Nº: 354-2/2015 - Contrato Nº: 354/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ENGETOPO SERVICOS DE ENGENHARIA, ADMINISTRACAO DE

Valor: 58.118,55 (cinquenta e oito mil cento e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência: Início: 15/03/2016 Término: 19/08/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 152/2015

Recursos: Dotação: 1.012.4.4.90.00.00.00.00.00 (124)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REVITALIZAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO, LOCALIZADO NA RUA JOÃO PESSOA, Nº 14, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.

Aditivo Nº: 168-1/2015 - Contrato Nº: 168/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Vigência: Início: 18/03/2016 Término: 30/07/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 26/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS COM LAJOTAS E CONCRETO ARMADO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E MODELOS EM ANEXO.

Contrato Nº: 68/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: JACKSON DA SILVA STUDIO - ME

Valor: 5.220,00 (cinco mil duzentos e vinte reais)

Vigência: Início: 16/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 33/2016

Recursos: Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (29)

Objeto: AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS PARA SOLENIDADES REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 69/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: BEE2B INFORMATICA LTDA ME

Valor: 14.107,00 (quatorze mil cento e sete reais)

Vigência: Início: 17/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº: 13/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE GAVETA KVM PARA RACK E HD EXTERNO, PARA USO DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 70/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: JEFERSON DA SILVEIRA ME

Valor: 8.645,00 (oito mil seiscentos e quarenta e cinco reais)

Vigência: Início: 17/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 35/2016

Recursos: Dotação: 2.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (71), 2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (336)

Objeto: AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) FOGÕES INDUSTRIAL E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Contrato Nº: 71/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: SJR ORGANICAO E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA - ME

Valor: 95.800,00 (noventa e cinco mil e oitocentos reais)

Vigência: Início: 17/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 31/2016

Recursos: Dotação: 2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 (207)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ARBITRAGEM PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU NO ANO DE 2016

Contrato Nº: 77/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: JACKSON DA SILVA STUDIO - ME

Valor: 1.174,21 (um mil cento e setenta e quatro reais e vinte e um centavos)

Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 42/2016

Recursos: Dotação: 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (246)

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS CRIANÇAS QUE ESTÃO ABRIGADAS NA

CASA LAR MUNICIPAL.**Contrato Nº: 78/2016**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PATRICIA CORTINAS LTDA - ME
Valor: 2.010,00 (dois mil e dez reais)
Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 36/2016
Recursos: Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (226)
Objeto: AQUISIÇÃO DE CORTINAS COM VARÃO E PERSIANAS COM INSTALAÇÃO PARA O NOVO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 79/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA
Valor: 375.378,65 (trezentos e setenta e cinco mil trezentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)
Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 55/2016
Recursos: Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (355)
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DE MATERIAS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO CONFORME O MEMORANDO E-2684/2016 E DECRETO 39/2016.

Contrato Nº: 72/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ADBX - COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor: 10.780,00 (dez mil setecentos e oitenta reais)
Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 247/2015
Recursos: Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (61), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS DOS CEIMS; ESCOLAS MUNICIPAIS E UNIFORMES ESPORTIVOS E MATERIAIS PARA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Contrato Nº: 73/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EP
Valor: 19.570,00 (dezenove mil quinhentos e setenta reais)
Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 247/2015
Recursos: Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (61), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS DOS CEIMS; ESCOLAS MUNICIPAIS E UNIFORMES ESPORTIVOS E MATERIAIS PARA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Contrato Nº: 74/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor: 12.712,00 (doze mil setecentos e doze reais)
Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 247/2015
Recursos: Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (61), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS DOS CEIMS; ESCOLAS MUNICIPAIS E UNIFORMES ESPORTIVOS E MATERIAIS PARA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Contrato Nº: 75/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MERCANTT COMERCIAL LTDA
Valor: 2.000,00 (dois mil reais)
Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 247/2015
Recursos: Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (61), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS DOS CEIMS; ESCOLAS MUNICIPAIS E UNIFORMES ESPORTIVOS E MATERIAIS PARA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Contrato Nº: 76/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: TRACTON IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA EPP
Valor: 6.280,00 (seis mil duzentos e oitenta reais)
Vigência: Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 247/2015
Recursos: Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (61), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS MERENDEIRAS DOS CEIMS; ESCOLAS MUNICIPAIS E UNIFORMES ESPORTIVOS E MATERIAIS PARA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Contrato Nº: 80/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA
Valor: 15.048,00 (quinze mil e quarenta e oito reais)
Vigência: Início: 29/03/2016 Término: 29/03/2017
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 56/2016
Recursos: Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (45), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (50), 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (68), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (103), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (181), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)
Objeto: ASSINATURA ANUAL DO JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, DE SEGUNDA À SEXTA FEIRA, PARA SEREM DISTRIBUÍDAS NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, BIBLIOTECA PÚBLICA E ESCOLAS DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº: 388-1/2015 - Contrato Nº: 388/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
Vigência: Início: 19/03/2016 Término: 30/06/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 178/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS ESMERALDINO PRAZERES (PC-3) E HUGO AMORIM.

Contrato Nº: 81/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: INSTITUTO O BARRIGA VERDE
Valor: 0,01 (um centavo)
Vigência: Início: 29/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 54/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Contrato Nº: 82/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ADAM DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Valor: 3.169,60 (três mil cento e sessenta e nove reais e sessenta centavos)
Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 260/2015
Recursos: Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (177), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (301)
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E UNIFORMES PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Contrato Nº: 83/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: BROCCATO COMERCIO DE UNIFORMES LTDA EP
Valor: 20.688,75 (vinte mil seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos)
Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 260/2015
Recursos: Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (177), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (301)
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E UNIFORMES PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Contrato Nº: 84/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: FOOT COM. E DISTRIB. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME
Valor: 17.100,50 (dezessete mil cem reais e cinquenta centavos)
Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 260/2015
Recursos: Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (177), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (301)
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E UNIFORMES PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Contrato Nº: 85/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PEIXER COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA ME
Valor: 5.852,40 (cinco mil oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos)
Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 260/2015
Recursos: Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (177), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (301)
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E UNIFORMES PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Contrato Nº: 86/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: VIVER ARTIGOS PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA
Valor: 2.773,10 (dois mil setecentos e setenta e três reais e dez centavos)
Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 260/2015
Recursos: Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00 (177), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (301)
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

INDIVIDUAL E UNIFORMES PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES E OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Aditivo Nº: 237-9/2012 - Contrato Nº: 237/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CONSORCIO SQE LUZ
Valor: 1.682.402,97 (um milhão seiscentos e oitenta e dois mil quatrocentos e dois reais e noventa e sete centavos)
Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 30/03/2017
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 1/2012
Recursos: Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (355)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DO MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº: 376-2/2015 - Contrato Nº: 376/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 15/06/2016
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 197/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA RUA MARTINHA MARIA RODRIGUES, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU-SC.

Aditivo Nº: 331-1/2015 - Contrato Nº: 331/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: BASE PRE-FABRICADOS LTDA - ME
Vigência: Início: 30/03/2016 Término: 30/11/2016
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 66/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES NA AVENIDA BEIRA RIO NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº: 399-2/2015 - Contrato Nº: 399/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
Vigência: Início: 01/04/2016 Término: 21/08/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 190/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS CAMBORIÚ, CRICIÚMA, NOVA TRENTO, TREZE TÍLIAS, ANTÔNIO CARLOS, ARARANGUÁ, CAÇADOR, ITAJAÍ, JOINVILLE, LOCALIZADAS NO BAIRRO JARDIM CAROLINA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 87/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MH TECH SOLUÇÕES EM TI LTDA ME
Valor: 12.000,00 (doze mil reais)
Vigência: Início: 01/04/2016 Término: 01/04/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 8/2016
Recursos: Dotação: 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (190)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA E EVOLUTIVA PARA O SISTEMA PRÓ-EMPREGO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Aditivo Nº: 377-2/2015 - Contrato Nº: 377/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: WA COMERCIO LTDA - ME
Vigência: Início: 06/04/2016 Término: 10/08/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 177/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO DAS

RUAS MANOEL MARIANO FERREIRA E RUA KILIANO KREMER , NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS EM ANEXO.

Contrato Nº: 88/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MARIA HELENA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - ME

Valor: 8.300,00 (oito mil e trezentos reais)

Vigência: Início: 06/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº: 38/2016

Recursos: Dotação: 2.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (228)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 89/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CASTELLI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor: 67.050,00 (sessenta e sete mil e cinquenta reais)

Vigência: Início: 06/04/2016 Término: 06/04/2021

Licitação: Outras Modalidades Nº: 18/2016

Objeto: CONCESSÃO DE USO MEDIANTE OUTORGA DE BOXES DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

Contrato Nº: 90/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: SIDNEY NASCIMENTO BARBOSA

Valor: 10.600,00 (dez mil seiscentos reais)

Vigência: Início: 06/04/2016 Término: 06/04/2021

Licitação: Outras Modalidades Nº: 18/2016

Objeto: CONCESSÃO DE USO MEDIANTE OUTORGA DE BOXES DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

Contrato Nº: 91/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: JULIA ANUNCIAÇÃO MUNIZ TORRES

Valor: 10.400,00 (dez mil quatrocentos reais)

Vigência: Início: 06/04/2016 Término: 06/04/2021

Licitação: Outras Modalidades Nº: 18/2016

Objeto: CONCESSÃO DE USO MEDIANTE OUTORGA DE BOXES DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

Contrato Nº: ATA21/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP

Valor: 506.245,00 (quinhentos e seis mil duzentos e quarenta e cinco reais)

Vigência: Início: 31/03/2016 Término: 31/03/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 12/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOKS PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E FAMABI.

Contrato Nº: 92/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: RAFABELA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Valor: 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

Vigência: Início: 07/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 30/2016

Recursos: Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (9)

Objeto: CONFECÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO EM AÇO INOX ESCOVADO.

Aditivo Nº: 401-1/2016 - Contrato Nº: 401/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Vigência: Início: 06/04/2016 Término: 06/10/2016

Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 188/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO

DA RUA OLÍVIO RAFAEL SHULA E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DAS RUAS MARIA MOISÉS, JOSÉ DO NASCIMENTO DOS REIS E FELICIANO FRANCISCO GONÇALVES, TODAS LOCALIZADAS NO BAIRRO AREIAS DE CIMA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC.

Contrato Nº: 93/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: TELMA APARECIDA PROBST BECKER ME

Valor: 9.000,00 (nove mil reais)

Vigência: Início: 13/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 44/2016

Recursos: Dotação: 2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 (246), 2.059.3.3.90.00.00.00.00.00 (259), 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (271)

Objeto: LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS PARA ATENDER AOS EVENTOS DO RECREIO, CASA LAR E SECRETARIA.

Contrato Nº: 94/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: ENGETOPO SERVICOS DE ENGENHARIA, ADMINISTRACAO DE

Valor: 90.000,00 (noventa mil reais)

Vigência: Início: 14/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 50/2016

Recursos: Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (160)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA E SUPERVISÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS EM PROJETOS E OBRAS DE ENGENHARIA (MACRODRENAGEM, SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, OBRAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO) RELATIVOS AOS CONTRATOS FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E AS EMPRESAS PROJETISTAS E EXECUTORAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Contrato Nº: 95/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: REJANE COMERCIO DE PRODUTOS PEDAGOGICOS LTDA

Valor: 2.799,98 (dois mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)

Vigência: Início: 15/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 19/2016

Recursos: Dotação: 2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (344), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (345)

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DOMÉSTICOS, BRINQUEDOS E 01 (UM) EQUIPAMENTO PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CECÍLIA ALAIDE DE CARVALHO ROSA, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER.

Contrato Nº: 96/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: FGH DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS PARA DEPARTAMENTOS EI

Valor: 1.362,00 (um mil trezentos e sessenta e dois reais)

Vigência: Início: 15/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 48/2016

Recursos: Dotação: 2.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (228)

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA O NOVO AQUARTELAMENTO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 97/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: JEFERSON DA SILVEIRA ME

Valor: 568,00 (quinhentos e sessenta e oito reais)

Vigência: Início: 15/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 48/2016

Recursos: Dotação: 2.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (228)

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA O NOVO AQUARTELAMENTO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 98/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SULMACRO LIXEIRAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.
Valor: 65.580,00 (sessenta e cinco mil quinhentos e oitenta reais)
Vigência: Início: 19/04/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 32/2016
Recursos: Dotação: 2.087.4.4.90.00.00.00.00.00 (347)
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA PINTURA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE TRÂNSITO PARA USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES.

Contrato Nº: 99/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: LUIZ BEZERRA DOS SANTOS
Valor: 12.600,00 (doze mil seiscentos reais)
Vigência: Início: 19/04/2016 Término: 19/04/2021
Licitação: Concorrência p/ Compras e Serviços Nº: 39/2016
Objeto: CONCESSÃO DE USO PARA FINS COMERCIAIS NO RAMO DE LANCHONETE/BAR, EM ÁREA DO GINÁSIO ESPORTES NAGIB SALUM, LOCALIZADO NA RUA GETÚLIO VARGAS, CENTRO - BIGUAÇU/SC, SENDO A ÁREA DE 17,70 M².

Aditivo Nº: 204-1/2015 - Contrato Nº: 204/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: GUARDA FILA SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME
Valor: 8.172,00 (oito mil cento e setenta e dois reais)
Vigência: Início: 08/04/2016 Término: 08/04/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 62/2015
Objeto: AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DE ATENDIMENTOS PARA O PRÓ CIDADÃO.

Aditivo Nº: 218-3/2014 - Contrato Nº: 218/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: LEANDRO DA CONCEICAO MENDES 06255994970
Valor: 45.432,00 (quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais)
Vigência: Início: 28/04/2016 Término: 28/04/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº: 95/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SE SUPORTE EM TELEFONIA E CABEAMENTO ESTRUTURADO PARA PMB .

Aditivo Nº: 21-1/2016 - Contrato Nº: 21/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA.
Valor: 52.356,00 (cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e seis reais)
Vigência: Início: 29/04/2016 Término: 15/06/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 22/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PMB.

Contrato Nº: 101/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR ME
Valor: 3.710,00 (três mil setecentos e dez reais)
Vigência: Início: 29/04/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 56/2016
Recursos: Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (226), 2.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (228)
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O NOVO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 102/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA RW LTDA
Valor: 1.184,00 (um mil cento e oitenta e quatro reais)

Vigência: Início: 29/04/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 56/2016
Recursos: Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (226), 2.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (228)
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O NOVO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.

Contrato Nº: 103/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CLAUDIO ALVES & CIA LTDA - ME
Valor: 1.060,00 (um mil e sessenta reais)
Vigência: Início: 29/04/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 70/2016
Recursos: Dotação: 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (204)
Objeto: AQUISIÇÃO DE EXTINTORES E LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA PARA ADEQUAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES NAGIB SALUM E CENTRO CULTURAL CASARÃO BORN, JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS.

Aditivo Nº: 78-1/2016 - Contrato Nº: 78/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PATRICIA CORTINAS LTDA - ME
Valor: 502,50 (quinhentos e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 36/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE CORTINAS COM VARÃO E PERSIANAS COM INSTALAÇÃO PARA O NOVO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº: 342-4/2012 - Contrato Nº: 342-1/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ACAO SOCIAL SAO JOAO EVANGELISTA
Valor: 10.629,97 (dez mil seiscentos e vinte e nove reais e noventa e sete centavos)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 28/05/2017
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 263/2012
Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA NO CENTRO ADMINISTRATIVO DE BIGUAÇU LOCALIZADA NA RUA LUCIO BORN Nº 12, EDIFÍCIO SÃO JOÃO EVANGELISTA NO SEGUNDO ANDAR (SALA 209), PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Contrato Nº: 106/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: FAZENDO FITA CIA. ARTISTICA
Valor: 1.000,00 (um mil reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 78/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS PARA COMPOREM A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº: 107/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MILTON FERREIRA DA SILVA
Valor: 500,00 (quinhentos reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 78/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS PARA COMPOREM A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº: 108/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: NEWTON DE SOUZA
Valor: 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 78/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS PARA COMPORER A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº: 109/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: QGX SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E COMÉRCIO LT
Valor: 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 78/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS PARA COMPORER A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº: 110/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SANDRO DE SOUZA PENTEADO 89635817053
Valor: 1.000,00 (um mil reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 78/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS PARA COMPORER A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.

Contrato Nº: 111/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ÉLIDA LUCIA DE MELLO
Valor: 600,00 (seiscentos reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 81/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES, QUE COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.

Contrato Nº: 112/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: FERNANDO JESUS ROCHA
Valor: 1.000,00 (um mil reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 81/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES, QUE COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.

Contrato Nº: 113/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: OSVALDO APARECIDO DA SILVA
Valor: 1.000,00 (um mil reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 81/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES, QUE COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.

Contrato Nº: 114/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: EROMAR SILVA SOUZA
Valor: 500,00 (quinhentos reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 81/2016

Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES, QUE COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.

Contrato Nº: 115/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MARCOS AURELIO DE LARA
Valor: 500,00 (quinhentos reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 81/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES, QUE COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.

Contrato Nº: 116/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: VICTOR LEONARDO DA SILVEIRA
Valor: 1.000,00 (um mil reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 81/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES, QUE COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.

Contrato Nº: 117/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: Volnei Firmini Varaschin
Valor: 10.000,00 (dez mil reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 81/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES, QUE COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.

Contrato Nº: 125/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SERVIG SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP
Valor: 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 66/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA PARA O EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS, A REALIZAR-SE NA PRAÇA NEREU RAMOS, NO PERÍODO DE 12 A 15 DE MAIO DE 2016.

Contrato Nº: 118/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MARCUS COSTA DA CRUZ
Valor: 1.000,00 (um mil reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 81/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES, QUE COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.

Contrato Nº: 119/2016
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: Douglas Vieira
Valor: 1.000,00 (um mil reais)
Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 81/2016
Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (214)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES, QUE

COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.**Contrato Nº: 120/2016****Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****Contratada: Marcelo Vitor Cordeiro****Valor: 1.000,00 (um mil reais)****Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016****Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 81/2016****Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (214)****Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS , PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES , QUE COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.****Contrato Nº: 121/2016****Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****Contratada: LUIZ HENRIQUE MARINHO SCHEIDT****Valor: 1.000,00 (um mil reais)****Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016****Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 81/2016****Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (214)****Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS , PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES , QUE COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.****Contrato Nº: 122/2016****Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****Contratada: JONATHAS RAMOS DA SILVA****Valor: 500,00 (quinhentos reais)****Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016****Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 81/2016****Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (214)****Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS , PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES , QUE COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.****Contrato Nº: 123/2016****Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****Contratada: mateus joao gaspar****Valor: 900,00 (novecentos reais)****Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016****Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 81/2016****Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (214)****Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS , PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES , QUE COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.****Contrato Nº: 124/2016****Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****Contratada: gustavo rodrigues dos santos****Valor: 1.000,00 (um mil reais)****Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/05/2016****Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 81/2016****Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (214)****Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS , PESSOAS FÍSICAS/ JURÍDICAS, PARA APRESENTAÇÕES , QUE COMPORÃO A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.****Contrato Nº: 127/2016****Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****Contratada: Diemerson Silva Pontes****Valor: 13.000,00 (treze mil reais)****Vigência: Início: 06/05/2016 Término: 31/05/2016****Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 49/2016****Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO RECANTO DO PRÉ ADOLESCENTE - RECREIO E CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS - CCI.****Contrato Nº: 128/2016****Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****Contratada: EROMAR SILVA SOUZA****Valor: 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)****Vigência: Início: 06/05/2016 Término: 31/05/2016****Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 49/2016****Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO RECANTO DO PRÉ ADOLESCENTE - RECREIO E CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS - CCI.****Contrato Nº: 129/2016****Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****Contratada: SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/SC****Valor: 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)****Vigência: Início: 06/05/2016 Término: 31/05/2016****Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 83/2016****Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (214)****Objeto: CONTRATAÇÃO DO SESC PARA AÇÃO COMUNITÁRIA , PARA COMPOR, O EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS.****Contrato Nº: 130/2016****Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****Contratada: ELISANGELA CHAVES DE LIMA HUGEN****Valor: 1.000,00 (um mil reais)****Vigência: Início: 06/05/2016 Término: 31/12/2016****Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 85/2016****Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (214)****Objeto: CONTRATAÇÃO DA BANDA DITS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS, NA PRAÇA NEREU RAMOS, EM BIGUAÇU.****Contrato Nº: 131/2016****Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****Contratada: Pablo silva dos santos****Valor: 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)****Vigência: Início: 06/05/2016 Término: 31/12/2016****Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 84/2016****Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (214)****Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCUÇÃO PARA O EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS****Contrato Nº: 132/2016****Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****Contratada: CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP****Valor: 44.900,00 (quarenta e quatro mil e novecentos reais)****Vigência: Início: 06/05/2016 Término: 31/05/2016****Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº: 77/2016****Recursos: Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (214)****Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E DEMAIS ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO BIGUAÇU 183 ANOS, NO PERÍODO DE 12 A 15 DE MAIO DE 2016, NA PRAÇA NEREU RAMOS, BIGUAÇU.****RESCISÃO CONTRATUAL****Contrato Nº: 276/2014****Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****Contratada: PB & M CONSULTORIA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP****Licitação: Pregão Presencial Nº: 109/2014****Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PREDIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA URBANA****Contrato Nº: 44/2016****Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****Contratada: OZIAS DEODATO ALVES JUNIOR****Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 26/2016****Objeto: ASSINATURA MENSAL DO JORNAL BIGUAÇU EM FOCO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA PARA SEREM DISTRIBUIDOS NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, BIBLIOTECA PÚBLICA,**

CEIM'S E ESCOLAS DO MUNICÍPIO**EXTRATO CONTRATUAL - FAMABI**

Contrato Nº: ATA21/2016

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP

Valor: 19.660,00 (dezenove mil seiscentos e sessenta reais)

Vigência: Início: 31/03/2016 Término: 31/03/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 12/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA USO DA FAMABI.

Contrato Nº: 100/2016

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada: RICARDO ALEXANDRE GABRIEL & CIA LTDA - EPP

Valor: 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Vigência: Início: 19/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016

Recursos: Dotação: 2.078.3.3.90.00.00.00.00 (4)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO PARA O HORTO MUNICIPAL PARA USO DOS SERVIDORES.

Contrato Nº: 126/2016

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada: CLAUDIO SANTOS DE OLIVEIRA

Valor: 1.999,00 (um mil novecentos e noventa e nove reais)

Vigência: Início: 05/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 3/2016

Recursos: Dotação: 2.078.4.4.90.00.00.00.00 (7)

Objeto.: AQUISIÇÃO DE AR-CONDICIONADO PARA USO DA FUNDACÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAMABI

Biguaçu, 19 de maio de 2016

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

PORTARIA Nº 1465/2016

PORTARIA nº 1465 de 19 de maio de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) SUELEN MORESCHI, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 18/05/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1466/2016

PORTARIA nº 1466 de 19 de maio de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) PEDRO FRANCISCO DA COSTA NETO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 18/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 18/05/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1467/2016

PORTARIA nº 1467 de 19 de maio de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Suelen Moreschi, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a contar de 19/05/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/05/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1468/2016

PORTARIA nº 1468 de 19 de maio de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Pedro Francisco da Costa Neto, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assessor de Finanças, nível CC-3, na Secretaria Municipal da Fazenda, a contar de 19/05/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/05/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1469/2016

PORTARIA nº 1469 de 19 de maio de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Camilla Costa Vieira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente de Educação Infantil, nível CC-5, na Secretaria Municipal da Fazenda, a contar de 18/05/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/05/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1470/2016

PORTARIA nº 1470 de 19 de maio de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, André da Silveira Ribeiro, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a contar de 18/05/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/05/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1471/2016

PORTARIA nº 1471 de 19 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KAROLYNE SILVA ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PSICÓLOGO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 19/05/2016 a 11/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/05/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1472/2016

PORTARIA nº 1472 de 19 de maio de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Caroline Porcelis Vargas, detentor do cargo de provimento temporário de Enfermeiro I, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1479/2016

PORTARIA nº 1479 de 19 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JEFERSON DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/05/2016 a 02/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/05/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1480/2016

PORTARIA nº 1480 de 19 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARINA YUMI TAKAHASHI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 16/04/2016 a 31/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/04/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1481/2016

PORTARIA nº 1481 de 19 de maio de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ERIC SABATINI REGUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10/03/2016 a 31/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/03/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.285/2016

LEI Nº 8.285, DE 18 DE MAIO DE 2016.

INSTITUI O "DIA DA UMBANDA" NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau o Dia da Umbanda, a ser realizado, anualmente, no dia 15 de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.678/2016

PORTARIA Nº 19.678, DE 29 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA ALAN JONES VANZUITEN, VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com os arts. 195 e 196, da Lei Complementar 632, de 30 de março de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 864, de 04 de julho de 2012, e de conformidade com o Memorando SEFAZ nº 051/2016, resolve:

NOMEAR

ALAN JONES VANZUITEN, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, disciplinado pela Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 864, de 04 de julho de 2012, com as atribuições nelas previstas, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 20 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de abril de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 19.728/2016

PORTARIA Nº 19.728, DE 16 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 02/12/2014:

MICHELE KAROLINE BENVENUTTI GOUVEIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para a função de Assessor de Contratos de Prestação de Serviços, FGC-30%, no dia 02 de maio de 2016;

MARIA BERNADETE LOMBARDI MOREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para a função de Assessor de Obrigações Patronais, FGC-50%, junto a Secretaria Municipal de Administração, no dia 02 de maio de 2016;

DÉBORA FRITZSCHE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para a função de Assessor de Cotação, FGC-30%, no dia 02 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.729/2016

PORTARIA N.19.729, DE 16 DE MAIO DE 2016.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR DENÚNCIA DE SUPOSTA IRREGULARIDADE NO CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE APOIO AO GABINETE, NO GABINETE DO VICE-PREFEITO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e os arts. 209 e 210, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DETERMINAR

a abertura de Sindicância Administrativa a ser conduzida pela Terceira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias n. 15.146, 31/10/2011, n. 15.578, de 02/04/2012 e n. 18.495, de 02/03/2015, a fim de apurar denúncia efetuada pelo vereador Jefferson Forest, veiculada na rede social www.facebook.com.br, sobre suposta irregularidade no cumprimento de jornada de trabalho de servidor público municipal, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Apoio ao Gabinete, no Gabinete do Vice-Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.730/2016

PORTARIA Nº 19.730, DE 16 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA ANDRÉIA MARIA ALBANO MAFRA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo ao Memorando SEDEAD nº 027/2016, de 03/05/2016, resolve:

DESIGNAR, a contar de 02 de maio de 2016, a servidora pública municipal ANDRÉIA MARIA ALBANO MAFRA, matrícula n. 200662, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Implantação, FGC-60%, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.731/2016

PORTARIA Nº 19.731, DE 16 DE MAIO DE 2016.

DECLARA VAGO O CARGO DE SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS, OCUPADO POR HELENA DE FATIMA DOS SANTOS DA ROSA ZEN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO, a contar de 10 de maio de 2016, o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, ocupado pela servidora pública municipal HELENA DE FATIMA DOS SANTOS DA ROSA ZEN, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em virtude de sua posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014, nomeada através da Portaria nº 19.423/2016, conforme o Processo Administrativo nº 2016/05/4323.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

CONVENIO IBES - 2015

EXTRATO – CONVÊNIO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA –

Mantenedora do Instituto Blumenauense de Ensino Superior -IBES

OBJETO: Cooperação técnica mútua com o objetivo de estabelecer condições de realização do estágio curricular obrigatório dos cursos disponibilizados pela SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA com base na Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008, que regulamenta o estágio obrigatório dos alunos do ensino superior.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

PRAZO: De 15 de junho de 2015 até 14 de junho de 2016.

DATA: 15 de junho de 2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 000114/2016 - SEFAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

DIRETORIA DE RECEITA

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 000114/2016

CONTRIBUINTE: 93 MODEL MANAGEMENT LTDA. - ME

ENDEREÇO: RUA SÃO PAULO, 245 – SALA 201

Inscrição no CMC: 97786 CNPJ: 15.711.012/0001-00

Processo Fiscal: 2016/84

Sócios: JEAN CARLOS DE ANDRADE THEISS

Notifica-se o sujeito passivo, com fundamento nos artigos 70, V e 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias

contados a partir do primeiro dia útil seguinte à ciência desta notificação recolher à Fazenda Municipal o valor referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a seguir discriminado, facultada a reclamação contra este lançamento nos termos do Art. 207 da mesma lei e Art. 49 do Decreto 8.664/2008:

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:

Base de Cálculo	3.793,40
Imposto a Recolher	75,87
Atualização Monetária	19,99
Juros de Mora	36,17
Multa p/ infração	47,93
Total Geral	179,96

1 - DESCRIÇÃO DOS FATOS

1.1 - Apurada a emissão de notas fiscais eletrônicas, consoante o portal NOTABLU, FOI CONSTATADO A pendência dos recolhimentos do ISSQN. NFS-E : 0002 A 0005

1.2 - Não foi identificado no sistema pagamentos referentes às mesmas notas.

2) DA INCIDÊNCIA DO ISSQN

2.1) Os serviços de REPRES. COMLS. E AG. DE MAO DE OBRA, estão sujeitos ao ISSQN conforme Lista de Serviços da LC Federal 116/03 e Art. 276 da LC 632/2007, item: 10.09 – REPRES. DE QUALQUER NATUREZA, INCLUSIVE COMERCIAL. E 17.04 – RECRUTAMENTO , AGENCIAMENTO, SELEÇÃO E COLOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.

3) DA INFRAÇÃO

3.1) O sujeito passivo deixou de cumprir a obrigação de recolher o ISSQN apurado nas NFS-e indicadas, infringindo a legislação tributária municipal (Art. 295, § 1º da LC 632/2007).

4) DA COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se dos valores das NFS-e relacionadas no Anexo I desta Notificação Fiscal, emitidas pelo próprio sujeito passivo e ISSQN devido pelo prestador sem comprovação de recolhimento.

4.2 O detalhamento mensal e anual da base de cálculo é apresentado nos anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, que integram a presente notificação.

5) DO CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 2% conforme Art. 276 LC 632/2007.

5.2) Sobre o valor histórico do imposto incidiram, com fundamento no art. 82 da LC 632/2007: juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária pelo INPC, com índices fixado nos Decretos nº 8840/2008, nº 9085/2009, nº 9313/2010, nº 9551/2011, nº 9876/2012, nº 10.223/2013, nº 10.502/2014 e nº 10.820/2015.

5.3) Sobre o valor atualizado do imposto, foi aplicada multa de 50% (cinquenta por cento), cfe. Art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada ou parcelada nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terão início os procedimentos de cobrança.

6.3) Esta Notificação Fiscal não implica em homologação, podendo o sujeito passivo sofrer fiscalização relativo ao período a que se referem os documentos inclusos nesta Notificação Fiscal.

ROGÉRIO DEGLMANN

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO

Matrícula nº 13.067-2

Anexo a Notificação Fiscal nº 000106/2016 – BIOGASTEC ENERGIE ASSESSORIA E PROJ. DE GERAÇÃO ENERGÉTICA LTDA.

Exercício 2012	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Outubro	900,00	18,00	18,00	23,76	5,76	10,22	33,98
TOTAL	900,00	18,00	18,00	23,76	5,76	10,22	33,98
2013							
Maio	2.893,40	57,87	57,87	72,10	14,23	25,95	98,05
TOTAL	2893,40	57,87	57,87	72,10	14,23	25,95	98,05

TERMO DE ENCERRAMENTO DE FISCALIZAÇÃO Nº 3507/2016 - SEFAZ

TERMO DE ENCERRAMENTO DE FISCALIZAÇÃO nº 3507/2016

As 9 : 30 do dia 18/05/2016 , encerrou-se a fiscalização relativa ao contribuinte KLOEPFEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, estabelecido na Rua Tobias Barreto 263 apto 15 sala 01 - Vila Nova, inscrito no Cadastro Municipal de Contribuintes (CMC) sob o nº 90644 e CNPJ nº 11735499000100, referente ao Processo Fiscal nº 2015/763 e sócios os Sr(a-s) LUIZ FERNANDO KLOEPFEL/MARIELLE LOEWE DE OLIVEIRA.

DESCRIÇÃO DOS FATOS

1) Período Fiscal: 2011/06 a 2013/02

2) Documentos examinados:

Notas Fiscais de Serviço Eletrônica-Notablu 1 a 60

Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

Prestou serviços de Gestão e administração de propriedades imobiliárias, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros. Após a intimação nº 3429/2015 não ser cumprida em virtude da não localização dos sócios responsáveis pela empresa no local constante no alvará de localização e que se encontram em lugar incerto e não sabido, foi lavrada a Notificação Fiscal nº 115/2016 no valor de R\$ 46.588,69 referente ao período de 2011/06 a 2013/02. A referida notificação será publicada através de EDITAL no Boletim Oficial do Município.

Deixou de recolher o ISSQN devido no período considerado, conforme anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, infringindo a legislação tributária municipal:

A partir de janeiro/2008, artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

Observações:

Face as irregularidades constatadas durante o processo fiscalizatório, foi lavrada a Notificação Fiscal nº 115/2016.

Blumenau, 18/05/2016

Adriana Paula da Silva
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA
21553-8

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 115/2016

CONTRIBUINTE : KLOEPFEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ENDEREÇO: Rua Tobias Barreto 263 apto 15 sala 01 - Vila Nova
Nº INSCRIÇÃO: 90.644 CNPJ: 11.735.499/0001-00
Processo Fiscal : 2015/763
Sócios: LUIZ FERNANDO KLOEPFEL/MARIELLE LOEWE DE OLIVEIRA

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
- b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:			
	Base de Cálculo	577.922,00	
	Imposto a Recolher	17.337,66	
	Atualização Monetária	5.970,87	
	Juros de Mora	11.625,90	
	Multa p/ infração	11.654,26	
	Total Geral	46.588,69	

DESCRIÇÃO DOS FATOS

1) Período Fiscal: 2011/06 a 2013/02

2) Documentos examinados: Notas Fiscais de Serviço eletrônicas (NOTABLU) 001 a 060

3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1) Prestou serviços de Gestão e administração de propriedades imobiliárias, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

3.2) Após a intimação nº 3429/2015 não ser cumprida em virtude da não localização dos sócios responsáveis pela empresa no local constante no alvará de localização, foi lavrada a Notificação Fiscal nº 115/2016 no valor de R\$ 46.588,69 referente ao período de 2011/06 a 2013/02. A referida notificação será publicada através de EDITAL no Boletim Oficial do Município. Auditora Fiscal: Adriana Paula da Silva

3.3) Deixou de recolher o ISSQN devido no período considerado, conforme anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, infringindo a legislação tributária municipal:

A partir de janeiro/2008, artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

1 - Soma dos valores referente às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas. 001 a 060

5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 3% (Art. 276 LC 632/2007).

5.2) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

1) Atualização monetária:

- A partir de 2010 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9085/2009

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9313/2010
- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011
- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012
- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013
- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014

b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4) Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

Blumenau(SC) 18/05/2016

Adriana Paula da Silva
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA
21553-8

MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO								
ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº:				115/2016				
Ano 2011	Receita Faturamen- to Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Meses								
Junho	13.418,33	402,55	0,00	402,55	564,21	161,66	332,88	897,09
Julho	67.376,33	2.021,29	0,00	2.021,29	2.833,02	811,73	1.643,15	4.476,17
Agosto	31.522,33	945,67	0,00	945,67	1.325,44	379,77	755,50	2.080,94
Setembro	54.692,67	1.640,78	0,00	1.640,78	2.299,70	658,92	1.287,83	3.587,53
Outubro	17.826,00	534,78	0,00	534,78	749,54	214,76	412,25	1.161,79
Novembro	22.535,33	676,06	0,00	676,06	947,56	271,50	511,68	1.459,24
Dezembro	15.142,00	454,26	0,00	454,26	636,69	182,43	337,44	974,13
Total	222.513,00	6.675,39	0,00	6.675,39	9.356,16	2.680,77	5.280,74	14.636,90
Ano 2012	Receita Faturamen- to Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Meses								
Janeiro	36.386,67	1.091,60	0,00	1.091,60	1.440,92	349,32	749,28	2.190,20
Fevereiro	30.747,67	922,43	0,00	922,43	1.217,62	295,19	620,98	1.838,60
Março	21.594,00	647,82	0,00	647,82	855,13	207,31	427,56	1.282,69
Abril	28.038,67	841,16	0,00	841,16	1.110,34	269,18	544,07	1.654,41
Mai	19.225,00	576,75	0,00	576,75	761,32	184,57	365,43	1.126,75
Junho	19.616,67	588,50	0,00	588,50	776,83	188,33	365,11	1.141,93
Julho	12.825,00	384,75	0,00	384,75	507,87	123,12	233,62	741,50
Agosto	48.070,67	1.442,12	0,00	1.442,12	1.903,61	461,49	856,63	2.760,24
Setembro	4.400,00	132,00	0,00	132,00	174,24	42,24	76,67	250,91
Outubro	1.871,00	56,13	0,00	56,13	74,09	17,96	31,86	105,95
Novembro	14.753,67	442,61	0,00	442,61	584,25	141,64	245,38	829,63
Dezembro	63.082,00	1.892,46	0,00	1.892,46	2.498,07	605,61	1.024,21	3.522,27
Total	300.611,00	9.018,33	0,00	9.018,33	11.904,28	2.885,95	5.540,80	17.445,08
Ano 2013	Receita Faturamen- to Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Meses								
Janeiro	14.998,00	449,94	0,00	449,94	560,55	110,61	224,22	784,77
Fevereiro	39.800,00	1.194,00	0,00	1.194,00	1.487,53	293,53	580,14	2.067,67
Total	54.798,00	1.643,94	0,00	1.643,94	2.048,09	404,15	804,36	2.852,45

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 118/2016 - SEFAZ

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 118/2016

CONTRIBUINTE : WWBLU SERVIÇOS WEB LTDA

ENDEREÇO: RUA FLORIANOPOLIS 140 - VELHA

Nº INSCRIÇÃO: 97.614 CNPJ: 15.744.913/0001-90

Processo Fiscal : 2015/908

Sócios: NILTON CESAR DE OLIVEIRA COSTA, VERDA DE FATIMA OLIVEIRA COSTA

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
- b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:		
	Base de Cálculo	34.950,00
	Imposto a Recolher	699,00
	Atualização Monetária	131,56
	Juros de Mora	197,71
	Multa p/ infração	415,28
	Total Geral	1.443,55

DESCRIÇÃO DOS FATOS

1) Período Fiscal: 2012/09, 2012/11, 2013/08, 2013/10, 2013/12, 2014/02, 2014/04, 2014/05, 2014/07 A 2014/12, 2015/03 A 2015/07, 2015/09, 2015/10 E 2015/11, 2016/04

2) Documentos examinados: Notas Fiscais de Serviço eletrônicas (NOTABLU) 001 A 089

3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1) Prestou serviços de PLANEJAMENTO E CONFECÇÃO DE PÁGINAS ELETRONICAS, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

3.2) Após a intimação nº 3489/2015 não ser cumprida em virtude da não localização dos sócios responsáveis pela empresa no local constante no alvará de localização, foi lavrada a Notificação Fiscal nº 118/2016 no valor de R\$ 1443,55 referente ao período de 2012/09, 2012/11, 2013/08, 2013/10, 2013/12, 2014/02, 2014/04, 2014/05, 2014/07 A 2014/12, 2015/03 A 2015/07, 2015/09, 2015/10 E 2015/11, 2016/04. A referida notificação será publicada através de EDITAL no Boletim Oficial do Município. Auditora Fiscal: Adriana Paula da Silva

3.3) Após a intimação nº 3489/2015 não ser cumprida em virtude da não localização dos sócios responsáveis pela empresa no local constante no alvará de localização, foi lavrada a Notificação Fiscal nº 118/2016 no valor de R\$ 1443,55 referente ao período de 2012/09, 2012/11, 2013/08, 2013/10, 2013/12, 2014/02, 2014/04, 2014/05, 2014/07 A 2014/12, 2015/03 A 2015/07, 2015/09, 2015/10 E 2015/11, 2016/04. A referida notificação será publicada através de EDITAL no Boletim Oficial do Município.

4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

1 - Soma dos valores referente às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas. 001 A 089

5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 2% (Art. 276 LC 632/2007).

5.2) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

1) Atualização monetária:

- A partir de 2010 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9085/2009

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9313/2010

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011

- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013

- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014

b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4) Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

Blumenau(SC) 19/05/2016

Adriana Paula da Silva

AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA

21553-8

Ano 2012	Receita Faturamento Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Meses								
Setembro	3.750,00	75,00	0,00	75,00	99,00	24,00	43,56	142,56
Novembro	1.450,00	29,00	0,00	29,00	38,28	9,28	16,08	54,36
Total	5.200,00	104,00	0,00	104,00	137,28	33,28	59,64	196,92
Ano 2013	Receita Faturamento Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Meses								
Agosto	2.400,00	48,00	0,00	48,00	59,80	11,80	19,73	79,53
Outubro	1.800,00	36,00	0,00	36,00	44,85	8,85	13,90	58,75
Dezembro	800,00	16,00	0,00	16,00	19,93	3,93	5,78	25,71
Total	5.000,00	100,00	0,00	100,00	124,58	24,58	39,42	164,00
Ano 2014	Receita Faturamento Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Meses								
Fevereiro	3.300,00	66,00	0,00	66,00	77,88	11,88	21,03	98,90
Abril	800,00	16,00	0,00	16,00	18,88	2,88	4,72	23,60
Maio	1.850,00	37,00	0,00	37,00	43,66	6,66	10,48	54,14
Julho	1.100,00	22,00	0,00	22,00	25,96	3,96	5,71	31,67
Agosto	2.600,00	52,00	0,00	52,00	61,36	9,36	12,88	74,24
Setembro	2.200,00	44,00	0,00	44,00	51,92	7,92	10,38	62,30
Outubro	1.400,00	28,00	0,00	28,00	33,04	5,04	6,28	39,32
Novembro	800,00	16,00	0,00	16,00	18,88	2,88	3,40	22,28
Dezembro	1.000,00	20,00	0,00	20,00	23,60	3,60	4,01	27,61
Total	15.050,00	301,00	0,00	301,00	355,16	54,16	78,89	434,05
Ano 2015	Receita Faturamento Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Meses								
Março	1.400,00	28,00	0,00	28,00	31,07	3,07	4,35	35,42
Abril	900,00	18,00	0,00	18,00	19,98	1,98	2,60	22,57
Maio	900,00	18,00	0,00	18,00	19,98	1,98	2,40	22,37
Junho	1.100,00	22,00	0,00	22,00	24,41	2,41	2,69	27,10
Julho	900,00	18,00	0,00	18,00	19,98	1,98	2,00	21,97
Setembro	700,00	14,00	0,00	14,00	15,54	1,54	1,24	16,78
Outubro	1.500,00	30,00	0,00	30,00	33,29	3,29	2,33	35,62
Novembro	1.500,00	30,00	0,00	30,00	33,29	3,29	2,00	35,29
Total	8.900,00	178,00	0,00	178,00	197,53	19,53	19,60	217,13
Ano 2016	Receita Faturamento Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Meses								
Abril	800,00	16,00	0,00	16,00	16,00	0,00	0,16	16,16
Total	800,00	16,00	0,00	16,00	16,00	0,00	0,16	16,16

PORTARIAS NºS 336/2016 E 337/2016 - FUNDAÇÃO CULTURAL

PORTARIA Nº. 336/2016

Nomeia Mariana Girardi Barbosa Silva, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Cultura, Símbolo, CC-2.

RODRIGO ROGERIO RAMOS, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

NOMEAR

MARIANA GIRARDI BARBOSA SILVA, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Cultura, Símbolo CC-2, lotada no Departamento de Cultura, a partir do dia 19 de maio de 2016.

Blumenau, 19 de maio de 2016

RODRIGO ROGERIO RAMOS

Presidente

PORTARIA Nº. 337/2016

Nomeia Ivan Claus Schaefer Filho, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Promoção e Eventos, Símbolo, CC-3.

RODRIGO ROGERIO RAMOS, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

NOMEAR

IVAN CLAUS SCHAEFER FILHO, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Promoção e Eventos, Símbolo CC-3, lotado no Departamento de Cultura, a partir do dia 19 de maio de 2016.

Blumenau, 19 de maio de 2016

RODRIGO ROGERIO RAMOS

Presidente

EXTRATO Nº 135/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 135/2016

Dispensa de Licitação nº. 079/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de desumidificador de ar para ser utilizado nos laboratórios de materiais de construção civil e de geologia de engenharia e pavimentação da Universidade. Contratada: ETEC Comercial e Técnica Ltda. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivo após a efetiva entrega (com descarga) do equipamento, desde que o mesmo esteja em perfeitas condições de uso, seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 1.642,00 (mil seiscentos e quarenta e dois reais)/01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências e Tecnologias)/4.4.90.52.00.

Blumenau, 20 de maio de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 136/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 136/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e a empresa
CONSTRUTORA SASSE – ME

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 038/2014 - TERMO ADITIVO Nº. 003

OBJETO: Contratação de serviços de mão de obra de pedreiro, armador de ferragem e carpinteiro, servente de obras e mestre de obras, para os serviços de manutenção nos diversos campi e no Fórum Universitário (NPJ) da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 013/2014 e contrato nº. 038/2014, de 21 de março de 2014.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o Contrato nº 038/2014 suplementado em R\$ 105.701,25 (cento e cinco mil, setecentos e um reais e vinte e cinco centavos), em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, correspondente a 13,54075 % (treze vírgula cinco quatro zero sete cinco por cento) do valor contratual, conforme quadro abaixo:

Item	Código FURB	Quantidade a ser suplementada	Descrição	Preço Unitário do item em R\$	Preço total do item a ser suplementado
01	33124	1950 horas	Serviços de mão de obra de profissional pedreiro, armador de ferragem e carpinteiro, para manutenção nos diversos Campi da FURB, em conformidade com edital de Pregão Presencial nº. 013/2014 e seus Anexos	33,09	64.525,50
02	33125	1725 horas	Serviços de mão de obra de profissional servente de obras para manutenção nos diversos Campi da FURB, em conformidade com edital de Pregão Presencial nº. 013/2014 e seus Anexos	23,87	41.175,75

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 038/2014 e aditivos nºs 01 e 02.

DATA: 19/05/2016.

EXTRATO Nº 137/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 137/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

CONSTRUTORA SASSE – ME

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

CONTRATO Nº. 038/2014 - TERMO ADITIVO Nº. 004

OBJETO: Contratação de serviços de mão de obra de pedreiro, armador de ferragem e carpinteiro, servente de obras e mestre de obras, para os serviços de manutenção nos diversos campi e no Fórum Universitário (NPJ) da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 013/2014 e Contrato nº. 038/2014, de 21 de março de 2014.

ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 038/2014, em seu item 1.4, fica prorrogado por mais doze (12) meses, a contar de 11 de maio de 2016 até 10 de maio de 2017, totalizando 36 (trinta e seis) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 038/2014 e aditivos de nºs 01 a 03 .

DATA: 19/05/2016.

EXTRATO Nº 138/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 138/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de nitrogênio líquido criogênico para diversos departamentos da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 039/2016 e Ata de Registro de Preços nº. 073/2016 firmada em 02 de maio de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)
------	-------------	-------	------	-------------------	-------	-------------------------

1	19393	4.000	Litro	Nitrogênio líquido, com as seguintes características: · Nitrogênio líquido refrigerado a -196°C; · Não inflamável, não tóxico; · Gás liquefeito refrigerado asfixiante, incolor e inodoro; · Classificação ONU 1977.22.	Nitrovet	1,49
Preço Total do Item (em R\$)					5.960,00	
Preço Total do Item (em reais, por extenso)					Cinco mil, novecentos e sessenta reais	

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos produtos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 19/05/2016.

EXTRATO N° 139/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato n°. 139/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

INTEGRASUL SISTEMAS DE SOFTWARE LTDA.

OBJETO: Aquisição de central telefônica, com serviços de instalação, manutenção e suporte para o Hospital Escola Veterinário (HEV) da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa n°. 041/2016 e Contrato n°. 074/2016 firmado em 04 de maio de 2016.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 8.106,38 (oito mil, cento e seis reais e trinta e oito centavos), conforme constante dos autos do processo de Dispensa de Licitação n°. 041/2016, especialmente quanto a Proposta de folhas 17 e seguintes, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo estes os preços unitários e as descrições dos itens:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Total do Item (em R\$)
1	37485	1	Peça	Central telefônica com 1 (um) entroncamento E1, 4 (quatro) troncos analógicos e de 32 (trinta) e dois ramais analógicos.	4.846,38
2	37486	1	Despesa	Serviços de instalação de Central Telefônica.	500,00
3	37487	12	Mês	Serviços de manutenção e suporte de Central Telefônica.	2.760,00
Preço Total (em R\$)				8.106,38	
Preço Final (em reais, por extenso)				Oito mil, cento e seis reais e trinta e oito centavos	

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado da seguinte maneira:

a) em até 30 (trinta) dias consecutivos após o efetivo fornecimento da central e prestação dos serviços de instalação, desde que a mesma seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhado da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

b) mensalmente, em até 30 (trinta) dias consecutivos após a prestação dos serviços de manutenção e suporte da central, desde que os mesmos sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência:

a) contada a partir da data de assinatura do instrumento contratual para o caso do fornecimento da central e da execução dos serviços de instalação, sendo seu encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal n°. 8.666/93.

b) de 12 (doze) meses para a execução continuada dos serviços de manutenção e suporte da central, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com duração limitada a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, II da Lei n°. 8.666/93.

DATA: 19/05/2016.

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATUAIS 25-02 A 19-05-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 61/2016 - Contrato Nº: 22
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: ELIZANDRO PADILHA DE ASSUNÇÃO
Valor : 606,00 (seiscentos e seis reais)
Vigência : Início: 11/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013
Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00 (59)
Objeto : aditivo de valor em razão da quilometragem/SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR/SITIO SENHORA AFONSA/SITIO ROGERIO ANASTACIO/ESCOLA ALTOS DA BOA VISTA

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016
Contrato Nº.: 62/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: NIVALDIR PADILHA
Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)
Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 22/05/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA REFORMA/REPAROS E CONSTRUÇÃO EM DEPENDÊNCIAS DA E.B.M. ALTOS DA BOA VISTA

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016
Contrato Nº.: 63/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: ADRIANO CORDELLA MELO
Valor : 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 22/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de maçãs orgânicas da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para atendimento do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / PNAE.

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016
Contrato Nº.: 64/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: SANDRO VILMAR PIRES-ME
Valor : 22.522,00 (vinte e dois mil quinhentos e vinte e dois reais)
Vigência : Início: 29/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SECRETARIAS DIVERSAS

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016
Aditivo Nº : 65/4 - Contrato Nº: 21
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada...: ANDRE DE SOUZA (TRANSPORTE ESCOLAR ANDRE)
Valor : 2.878,50 (dois mil oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 29/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : aditivo de extensão SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR- 3. SAO BENTO/ADOLFO JOSE MARTINS

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 72/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: JOSE FERNANDO VELHO
Valor : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 13/04/2016 Término: 01/05/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE REPAROS E MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO PARQUE GASPARINO DO AMARAL VELHO

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016
Contrato Nº.: 66/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: VAN DRESEN ASSESSORIA CONTABIL LTDA
Valor : 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 29/03/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA ATUAR NA ASSESSORIA CONTÁBIL

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016
Contrato Nº.: 67/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: COMERCIAL ELETRO CAPITAL DAS AGUAS EIRELI - ME
Valor : 396,40 (trezentos e noventa e seis reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 06/04/2016 Término: 06/04/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ENTIDADES DIVERSAS

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016
Aditivo Nº : 68/2016 - Contrato Nº: 15/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Valor : 37.333,55 (trinta e sete mil trezentos e trinta e três

reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 04/04/2016 Término: 01/02/2017

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : 1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO A CONTRATAÇÃO

DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, OBRAS DE ARTE CORRENTES, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA BJS-050 COM CONSTRUÇÃO DE OBRA DE ARTE ESPECIAL, ESTACA 142+16,87 A ESTACA500 EM SALDO REMANESCENTE CONFORME PLANILHAS E PROJETO.

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 69/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: TECNOELETRO DELLA VECHIA LTDA - EPP

Valor : 6.382,92 (seis mil trezentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos)

Vigência : Início: 05/04/2016 Término: 05/04/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ENTIDADES DIVERSAS

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 70/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME

Valor : 26.578,34 (vinte e seis mil quinhentos e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos)

Vigência : Início: 05/04/2016 Término: 05/04/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ENTIDADES DIVERSAS

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016

Aditivo Nº : 73/05 - Contrato Nº.: 08/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: TROPEIRO TRANSPORTES LTDA - ME

Valor : 9.890,00 (nove mil oitocentos e noventa reais)

Vigência : Início: 20/04/2016 Término: 30/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS E HOSPITALARES (não contaminado).

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 73/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: NILZABEL TEREZINHA LUCIO DIAS 71600191991

Valor : 21.128,00 (vinte e um mil cento e vinte e oito reais)

Vigência : Início: 25/04/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA/MARMITA, conforme cardápio.

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 75/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: ANDERSON BERTO 88936147900

Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 25/04/2016 Término: 03/05/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E ORGANIZAÇÃO DE TRÂNSITO E DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA OS EVENTOS DA XXXVIII FEIRA DO TERNEIRO E DA XXXIII TERNEIRA QUE REALIZAR-SE-Á NO PARQUE GASPARI-NO DO AMARAL VELHO NOS DIAS 29, 30 DE ABRIL E 01 DE MAIO DE 2016.

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 76/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: GIOVANI DOS SANTOS 78543061920

Valor : 7.970,00 (sete mil novecentos e setenta reais)

Vigência : Início: 29/04/2016 Término: 29/05/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA DA CABINE, PINTURA DO CHASSIS E DA CAÇAMBA DO VEÍCULO PLACA LWT 1744

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 80/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: JAIR MACEDO - ME

Valor : 126.160,00 (cento e vinte e seis mil cento e sessenta reais)

Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 16/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E MANGUEIRAS

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016

Contrato Nº.: 77/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Contratada.: ALZIRA APARECIDA MACEDO DE ASSUNCAO (PES-SOA FISICA

Valor : 97.800,00 (noventa e sete mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 01/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação na forma de registro de preços de empresa especializada para prestação de serviços de guincho, conforme descrição do anexo VIII, em atendimento a demanda desta municipalidade.

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016
Aditivo Nº : 78/2016 - Contrato Nº: 32/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: POLIEDRO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 10/05/2016 Término: 10/08/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO NA LOCALIDADE DE ALTOS DA BOA VISTA /BJS 050.

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016
Aditivo Nº : 79/01 - Contrato Nº: 90/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: BASE PRE-FABRICADOS LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/04/2016 Término: 30/08/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES NA E.E.B.M. SÃO GERÔNIMO, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes deste contrato

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 81/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: SINDICATO RURAL DE BOM JARDIM DA SERRA
Valor : 9.456,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta e seis reais)
Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A EPAGRI CONFORME CONVENIO JUNTO AO ÓRGÃO ESTADUAL

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016

EXTRATOS CONTRATUAIS FMS 25-02 A 19-05-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE BOM JARDIM DA SERRA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 07/03 - Contrato Nº: 07/2015
Contratante...: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Valor : 1.228,00 (um mil duzentos e vinte e oito reais)
Vigência : Início: 26/02/2016 Término: 25/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : rescisão contratual em relação a dois itens em contrato de AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
Aditivo Nº : 05/2016 - Contrato Nº: 07/2015
Contratante...: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE BOM JARDIM DA SERRA
Contratada...: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Valor : 269,50 (duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 25/03/2016 Término: 25/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Bom Jardim da Serra, 19 de Maio de 2016

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 082/2016 DE 16 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº 082/2016, DE 16 DE MAIO DE 2016.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO SAUDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR licença para tratamento de Saúde a Sra. LORENI SALETE DIEL, inscrita na matrícula nº 181-3, conforme atestado médico, até o dia 11/11//2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de maio 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS Nº 115 A 121/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Terceiro Termo Aditivo do Contrato 75/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: IPM Sistemas Ltda.

Objeto: Licenciamento de softwares de gestão pública, e serviços de informática.

Ficam alteradas as Cláusulas: Terceira (Da Vigência), prorroga-se a vigência do contrato, a partir da data de assinatura do presente termo até 04 de maio de 2017 e Décima Primeira (Do Reajuste De Preços), fica estipulado através deste aditivo que a Contratante pagará à Contratada o valor mensal de R\$ 7.236,75 (sete mil duzentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos) para locação de software de Gestão Pública, objeto do contrato de origem, tomando por base o índice de correção do período, obtido através do INPC – IBGE. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº75/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Extrato Contrato 115/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: SESC - Serviço Social do Comércio – Centro de Atividades em Urubici.

Objeto: Prestação de serviços de execução de projetos na área Educacional e Cultural e Lazer.

Valor Total: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Extrato Contrato 116/2016 FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro FMS

Contratado: SESC - Serviço Social do Comércio – Centro de Atividades em Urubici.

Objeto: Prestação de serviços de execução de projetos na área da Saúde e Lazer.

Valor Total: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Extrato Contrato 117/2016 FMAS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro FMAS

Contratado: SESC - Serviço Social do Comércio – Centro de Atividades em Urubici.

Objeto: Prestação de serviços de execução de projetos na área Assistencial e Lazer.

Valor Total: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Extrato Contrato 118/2016 Pregão Presencial 12/2016 FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro FMS

Contratado: Nutriport Comercial Ltda.

Objeto: Aquisição de leites especiais (Fórmulas Infantis e Dieta via oral/enteral) para atender a Secretaria Municipal de Saúde no exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 69,505,00 (sessenta e nove mil quinhentos e cinco reais).

Extrato Contrato 119/2016 Pregão Presencial 12/2016 FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro FMS

Contratado: Bruthan Comercial Ltda.

Objeto: Aquisição de leites especiais (Fórmulas Infantis e Dieta via oral/enteral) para atender a Secretaria Municipal de Saúde no exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 21.435,00 (vinte e um mil quatrocentos e trinta e cinco reais).

Extrato Contrato 120/2016 Pregão Presencial 12/2016 FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro FMS

Contratado: Nutriclin Saúde Com. de Prod. Nutricionais Ltda. - EPP.

Objeto: Aquisição de leites especiais (Fórmulas Infantis e Dieta via oral/enteral) para atender a Secretaria Municipal de Saúde no exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 7.605,00 (sete mil seiscentos e cinco reais).

Extrato Contrato 121/2016 Pregão Presencial 12/2016 FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro FMS

Contratado: Merco Soluções em Saúde Ltda.

Objeto: Aquisição de leites especiais (Fórmulas Infantis e Dieta via oral/enteral) para atender a Secretaria Municipal de Saúde no exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 22.350,00 (vinte e dois mil trezentos e cinquenta reais).

Bom Retiro, 19 de maio de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.896/2016

DECRETO Nº 1.896/2016

"Nomeia Comissão Organizadora que Organizará, Executará e Julgará o Processo Seletivo, Edital 02/2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a COMISSÃO ORGANIZADORA para coordenar as atividades de preparar, executar e julgar o Processo Seletivo do Edital nº 02/2016.

Art. 2º - A Comissão Organizadora será composta da seguinte forma:

- 1- Coordenador à Márcia Adriana Cansian
- 2- Membro à Rogério Comandoli
- 3- Membro à Adriano Bósio

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, em 19 de Maio de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2016

A Prefeitura Municipal de Botuverá, com fundamento na Lei nº 502/89 do Município de Botuverá, que regulamenta as contratações de pessoal em caráter temporário no âmbito da Administração do Município de Botuverá, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, dispensado o respectivo concurso público, consoante o disposto no Art. 37, inciso IX, da Constituição da República, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado, para contratação, de Médico Veterinário e Médico ESF. As inscrições poderão ser realizadas de 23/05/2016 à 03/06/2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Botuverá. O Edital completo poderá ser obtido em <http://www.botuvera.sc.gov.br/editais-licitacoes/>.

Botuverá, 20 de Maio de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2016

A Prefeitura Municipal de Botuverá, com fundamento na Lei nº 502/89 do Município de Botuverá, que regulamenta as contratações de pessoal em caráter temporário no âmbito da Administração do Município de Botuverá, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, dispensado o respectivo concurso público, consoante o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado, para contratação, de Médico Veterinário e

Médico ESF, nos termos deste edital.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1 Ao se inscrever o candidato aceita de forma irrestrita as condições contidas neste Edital, que constitui as normas que regem o Processo Seletivo, não podendo delas alegar desconhecimento;

1.2 O candidato interessado em participar do processo seletivo deverá comparecer na data, local e horários abaixo especificados, para entregar contra recibo a documentação descrita no item 2 deste edital.

DATA: 23/05/2016 a 03/06/2016.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Botuverá, Setor de Recursos Humanos, Rua João Morelli, 66 – Botuverá /SC.

HORÁRIO: 08 às 11:30 e 13:30 às 17:00 horas.

1.3 Não serão aceitas reclamações posteriores à data estabelecida para confirmação de inscrição.

1.4 O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo tendo sido aprovado, no caso do fato ser constatado posteriormente à realização do processo seletivo.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

Será exigida dos candidatos ao Processo Seletivo, para fins de inscrição, a apresentação do original e cópia dos seguintes documentos:

- a) Documento de Identidade;
- b) CPF;
- c) Título de Eleitor e do comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (última votação);
- d) Quitação com a obrigação militar (masculino);
- e) Curso de Nível Superior na área de atuação, registro no Conselho de Classe e comprovante de Habilitação;
- f) Curriculum, conforme item 5.
- g) Preenchimento da ficha de inscrição (Anexo I) deste edital.

3. DAS VAGAS, DA JORNADA DE TRABALHO E VENCIMENTOS

3.1 Vagas

ÁREA	VAGAS
Médico do Programa de Estratégia Saúde da Família	01
Médico Veterinário	01

3.2 Preenchidas as vagas disponíveis, os demais candidatos aprovados serão aproveitados nos casos de vacâncias ocorridas no período de validade do Processo Seletivo Simplificados, observando-se a caracterização da situação constante da Lei Municipal 502/89.

3.3 Jornada de Trabalho e Vencimentos

Área	Jornada de trabalho	Vencimentos*
Médico Clínico do Programa de Estratégia Saúde da Família	40 horas semanais	R\$ 15.315,13
Médico Veterinário	40 horas semanais	R\$ 3.918,83

* Nos vencimentos mensais foram considerados adicionais e gratificações.

4. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

4.1 Atribuições de Médico ESF:

a) Descrição Sintética: Prestar assistência médica e cirúrgica a população em geral com ênfase no Programa de Estratégia da Saúde da Família.

b) Descrição Analítica: Atender as consultas médicas em

ambulatoriais, hospitais, unidades sanitárias, e realizar trabalho de campo junto à população de acordo com as diretrizes da Política Municipal de Saúde e do Programa de Saúde da Família. Efetuar exames médicos em escolares e pré-escolares. Preencher e assinar laudos de exames e verificação. Fazer diagnósticos e recomendar a terapêutica indicada para cada caso. Prescrever regimes dietéticos. Prescrever exames laboratoriais. Atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando-os, em casos especiais, a setores especializados. Atender emergências e prestar socorros. Efetuar auditorias nos serviços médico-hospitalares e elaborar relatórios. Elaborar e emitir laudos médicos. Anotar em ficha apropriada os resultados obtidos. Ministrar cursos de primeiros socorros. Supervisionar em atividades de planejamento ou execução, referente à sua área de atuação. Preparar relatórios das atividades relativas ao emprego. Executar outras tarefas compatíveis com as previstas no cargo, particularidades do Município ou designações superiores. Auxiliar e prestar serviços no Programa de Saúde da Família. Realizar orientações a população em geral na área da saúde.

4.2 Atribuições do Médico Veterinário:

a) Descrição Sintética: Planejar, organizar, supervisionar e executar programas de defesa sanitária, proteção, aprimoramento e desenvolvimento da pecuária, realizando estudos e pesquisas, aplicando conhecimentos, dando consultas, fazendo relatórios, exercendo fiscalização e empregando métodos, para assegurar a sanidade do rebanho, a produção racional econômica de alimentos e a saúde da comunidade.

b) Descrição Analítica: Planejar e desenvolver campanhas e serviços de fomento e assistência técnica relacionados à pecuária e à Saúde Pública, valendo-se dos levantamentos de necessidades e do aproveitamento de recursos orçamentários existentes, para favorecer a sanidade e a produtividade do rebanho; Elaborar e executar projetos agropecuários e ao crédito rural, prestando assessoramento, assistência e orientação, fazendo acompanhamento desses projetos, para garantir a produção racional lucrativa dos alimentos e o atendimento aos dispositivos legais quanto à aplicação dos recursos oferecidos; Efetuar profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais, realizando exames clínicos e de laboratório, para assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais; Realizar exames laboratoriais, colhendo material e/ou procedendo à análise anatomopatológica, histopatológica, hematológica, imunológica, para estabelecer o diagnóstico e a terapêutica; Promover o melhoramento do gado, procedendo à inseminação artificial, orientando a seleção das espécies mais convenientes e fixando os caracteres mais vantajosos, para assegurar o rendimento da exploração pecuária; Desenvolver e executar programas de nutrição animal, formulando e balanceando as rações, para baixar o índice de converso alimentar, prevenir doenças, carências e aumentar a produtividade; Promover a inspeção e fiscalização sanitária nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal, bem como de sua qualidade, determinando visita no local, para fazer cumprir a legislação pertinente; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade e de acordo com programas e projetos dos demais entes governamentais, inclusive de inspeção sanitária animal.

5. DO PROCESSO SELETIVO

5.1 O Processo Seletivo constará de análise de curriculum discriminando títulos e experiência profissional, mediante os critérios:

Critérios	Pontuação
Titulação:	
Segunda graduação concluída em carreira afim	10 pontos
Especialização na área	10 pontos
Mestrado	15 pontos
Doutorado	20 pontos
Experiência profissional	
Até 2 anos	05 pontos

2 a 5 anos	10 pontos
6 a 10 anos	15 pontos
Mais de 10 anos	20 pontos

5.2 Para fins de comprovação da formação educacional o candidato deverá apresentar no ato da inscrição curriculum acompanhado de originais e cópias dos certificados de curso realizados;

5.3 Para fins de comprovação de experiência profissional o candidato deverá apresentar original e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; na hipótese de estatutário, publicação da nomeação em Diário Oficial ou Certidão de Tempo de Serviço expedida por órgão público.

5.4 Toda a documentação, deverá ser entregue juntamente com relação de documentos organizada em duas vias.

6. DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

6.1 Na lista de classificação constará a relação dos candidatos, por ordem de classificação, de acordo com o número de pontos obtidos, do primeiro ao último colocado.

6.2 Em caso de empate no total de pontos na classificação, terá preferência o candidato que comprovar maior tempo de experiência na área de atuação e se persistir o empate, o mais idoso.

6.3 O resultado do processo seletivo será divulgado no dia 07/06/2016 no site do Município www.botuvera.sc.gov.br.

7. DOS RECURSOS

7.1 Após a divulgação da lista de classificação, o candidato que se sentir prejudicado poderá impetrar recurso mediante requerimento individual, que deverá ser entregue no protocolo da Prefeitura Municipal de Botuverá, no prazo de três dias úteis contados da divulgação do resultado.

7.2 O recurso não terá, sob nenhuma hipótese, efeito suspensivo total ou parcial.

8. DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

8.1 O Departamento de Recursos humanos (RH) da Prefeitura Municipal de Botuverá convocará os candidatos selecionados de acordo com a ordem classificatória para preenchimento da ficha cadastral, encaminhamento para exame médico admissional e informações da função a ser exigida, da área de atuação, do tempo de contratação, da lotação, da jornada de trabalho, do início de seu exercício bem como da assinatura do contrato.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O candidato não poderá acrescentar, alterar, substituir ou incluir qualquer informação exigida na ficha de inscrição e curriculum após a entrega dos mesmos;

9.2 Não poderão se inscrever no processo seletivo os servidores ocupantes de cargos públicos da Administração Direta e Indireta do Município, nos termos da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.745/03.

9.3 Não haverá inscrição fora da data prevista neste Edital;

9.4 O processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano, contado da data de publicação do resultado, prorrogável por igual período, de acordo com o interesse e necessidade da Prefeitura Municipal de Botuverá.

9.5 A inexistência ou irregularidade das informações prestadas no ato da inscrição, ainda que verifique posteriormente eliminará o candidato do processo seletivo;

9.6 Para o profissional que por incompatibilidade de horário ou qualquer outro motivo não assumir a vaga oferecida no momento da convocação, perderá o direito à vaga;

9.7 O horário de trabalho do candidato aprovado será determinado pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Botuverá;

9.8 Os candidatos aprovados no processo seletivo serão chamados para o desempenho de suas atribuições de acordo com a ordem de classificação e necessidades da Prefeitura Municipal de Botuverá;

9.9 Após o prazo de 48 horas, o candidato que não comparecer

dará direito ao setor de R.H. da Prefeitura Municipal de Botuverá de convocar o próximo classificado.

9.10 Não poderão participar do processo seletivo candidatos não habilitados para a função.

9.11 Os candidatos selecionados, quando convocados, serão submetidos a Inspeção Médica e só poderão ser contratados aqueles que forem julgados aptos fisicamente para o exercício das funções;

9.12 O candidato que vier a ser contratado celebrará termo de contrato temporário regido pelas normas contidas na CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, por um período de 90 (noventa) dias, a título de contrato de experiências, podendo ser rescindido ou prorrogado, conforme interesse da Prefeitura Municipal de Botuverá.

10. CRONOGRAMA

20/05/2016	Divulgação do Edital
23/05/2016 a 03/06/2016	Entrega de documentos no Setor de R.H. da Prefeitura Municipal.
06/06/2016	Análise da documentação
07/06/2016	Publicação da Classificação

Botuverá, 19 de Maio de 2016

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO – PROCESSO SELETIVO 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 02/2016		Uso Exclusivo
Número da Inscrição: Nºà		
CARGO:		
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento: / /	Sexo: M() F ()
CPF:		
E-MAIL:		
Endereço:	Bairro:	
Município:	Estado:	Fone: ()
Escolaridade:		
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.		
Local e Data:	Assinatura do Candidato:	

.....

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 02/2016		
Número da Inscrição:		
CARGO:		
Nome do(a) Candidato(a):		
Local e Data:	Assinatura do Responsável:	

Via Candidato.

EXTRATO CTR47/2016-ANITA MARIA F. SAGAZ ME

Extrato de Contrato nº 47/2016

Concedente: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratada: ANITA MARIA FAEZ SAGAZ ME, CNPJ:15.347.472/0001-92, Rua Escócia, 114, bairro nações, Cep-89.120-000, cidade Timbó/SC, fone: (47)3382-7069, Valor: R\$152.699,00 (cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e nove reais)

Objeto: Locação de lonas, tendas, sonorização, bandas, etc para realização da 25ª Festa Bergamasca.

Fundamento Legal: Processo de Licitação nº36/2016 – Pregão Presencial nº 23/2016

Braço do Trombudo

PREFEITURA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 04/2016 – SRP - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 04/2016 – SRP - FMAS

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 04/2016. Processo licitatório 04/2016. Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios de panificação para coffee break para realização das ações do PAIF (serviço de proteção e atendimento integral à família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedor do certame:

EMPRESA	CNPJ	LOTE	R\$ VALOR
ORLANDO STRAMOSK ME	00.288.428/0001-81	1	2.590,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 19/05/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº39/2015 PMBT

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2015

Número do Registro de Preços: 39/2015 Data do Registro: 19/11/2015 Válido até: 19/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de Serviço de Som de Rua para Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

1 Serviço de som de rua (15316) HORA TIPO EXPORTAÇÃO SOME LUZES LTDA - ME (9233) Tipo Exportaçã 0 44,5000 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2015

Número do Registro de Preços: 39/2015		Data do Registro: 19/11/2015		Válido até: 19/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de Serviço de Som de Rua para Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2015
PROCESSO Nº 62/2015

(9233) - TIPO EXPORTAÇÃO SOME LUZES LTDA - ME

Braço do Trombudo, 19 de Novembro de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 36/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 036/2016, DE 19 DE MAIO DE 2016.
Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS, SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo no artigo 6º da Lei Municipal nº 859/2015...

DECRETA:

Art. 1st - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade: 2.020 – Atenção Básica a Saúde
Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0038.29 R\$ 1.200,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade: 2.020 – Atenção Básica a Saúde
Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0038.29 R\$ 1.200,00

Art. 2nd - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,
em 19 de maio de 2016.
Ademil Antonio da Rosa,
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 37/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 037/2016, DE 19 DE MAIO DE 2016.
Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira às dotações orçamentárias do orçamento vigente do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS, SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 13 da Lei Municipal nº 852/2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias, objetivando assegurar o equilíbrio das contas públicas, nos termos do Art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e

Considerando que a meta bimestral de arrecadação até o 2º bimestre do exercício de 2016 fora estabelecida em R\$ 4.326.000,00, e que a receita efetivamente arrecadada atingiu somente R\$ 4.324.435,66;

Considerando a necessidade de manutenção do equilíbrio financeiro e orçamentário, conforme determina a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; e Considerando os critérios de limitação de empenho estabelecidos no artigo 13 da Lei de Diretrizes Orçamentárias

DECRETA:

Art. 1st - Fica limitado empenho nas rubricas orçamentárias especificadas no Anexo I do presente decreto, no valor total de R\$ 1.564,34, conforme especificado no Anexo retrocitado.

Parágrafo único - No caso do restabelecimento da receita, prevista

no anexo de Metas Fiscais de Arrecadação, de forma que, quando da verificação do comportamento das metas bimestrais, estas passem a apresentar valor excedente à defasagem em relação às dotações objeto de limitação, poderão, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, serem recompostas de forma proporcional às deduções ora efetivadas neste ato.

Art. 2nd - A implementação do disposto neste Decreto, inclusive quanto aos controles necessários, caberá à Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 3rd - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,
em 19 de maio de 2016.
Ademil Antonio da Rosa,
Prefeito Municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 037/2016, DE 19 DE MAIO DE 2016.

ANEXO I

Órgão: 04 – Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo
Unidade: 01 – Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo
Projeto: 1.010 – Máquinas e Equipamentos
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações diretas
..... R\$ 1.564,34

TOTAL R\$ 1.564,34

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.879, DE 16 DE MAIO DE 2016

PORTARIA nº 10.879, DE 16 DE MAIO DE 2016.

Designa gestora responsável do Convênio firmado com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, para execução do Projeto "Brusque Solidária".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Michele Dalmarco para exercer a função de gestora e responsável do Convênio firmado com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, para execução do projeto "Brusque Solidária".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de maio de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 958/2016

PORTARIA Nº 958/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ANDRESA PRADELLA, matrícula nº 515809 nomeada pela Portaria nº 8.558/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 959/2016

PORTARIA Nº 959/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor MARINO BELMIRO ROOS, matrícula nº 442810 nomeado pela Portaria nº 8.542/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 989/2016

PORTARIA Nº 989/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ANA CLAUDIA ASSIS DE OLIVEIRA, matrícula nº 515965 nomeada pela Portaria nº 8.541/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 990/2016

PORTARIA Nº 990/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora GERUSA CRISTINA DE SOUZA DA SILVA, matrícula nº 1017896 nomeada pela Portaria nº 8.548/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Nutricionista, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 991/2016

PORTARIA Nº 991/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor MANOEL FERNANDES DA SILVA, matrícula nº 1017675 nomeado pela Portaria nº 8.540/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 992/2016

PORTARIA Nº 992/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora NORENE FELSKY ODAWARA, matrícula nº 624829 nomeada pela Portaria nº 8.542/2013, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Arquiteto, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 993/2016

PORTARIA Nº 993/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, o servidor EVERSON CARNEIRO LEITE, matrícula nº 938491 nomeado pela Portaria nº 8.317/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/12/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Maio de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 19, DE 16 DE MAIO DE 2016
LEGISLATIVO**

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Brusque

Portaria Nº 19, de 16 de maio de 2016.

Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à funcionária Rose Marie Ulrich, ocupante do cargo de Datilógrafa/Digitadora do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2015 a 2016, na seguinte forma:

- usufruídos 21 (vinte e um) dias no período compreendido entre 21 de dezembro de 2015 a 10 de janeiro de 2016 - férias coletivas;
- para usufruir de 09 (nove) dias no período compreendido entre 17/05/2016 a 25/05/2016.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal à Servidora em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 16 de Maio de 2016.
Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba
Diretor Geral
Rua Eduardo von Buettner, 65 - Centro - Cx.Postal, 31 - Fone/Fax:
(47) 3351-2891 - 88350-050 -
Brusque - SC

**RESOLUÇÃO Nº 03 DE 17 DE MAIO DE 2016 - CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 03 DE 17 DE MAIO DE 2016.**

Dispõe sobre a convocação de suplente de Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei Municipal nº 3.243, de 21 de dezembro de 2009, e Resolução nº 12, de 04 de outubro de 2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º – Convocar e nomear a conselheira suplente Sra. Maria Alice Zucco para que substitua a conselheira Manoela Krieger, no período de seu afastamento por incapacidade laborativa (45 dias) a contar do dia 17/05/2016 até 30/06/2016.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HELTON HORNER

Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.792

DECRETO Nº 6.792, de 16 de maio de 2016.

Ratifica alterações no Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ratificadas as alterações realizadas no Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso de Caçador, aprovado pelo Decreto nº 4.854, de 20 de maio de 2011, nos termos em anexo, conforme Ata nº 84, de 27 de abril de 2016, do referido Conselho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de maio de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE CAÇADOR – SC

“Art.1º - O Conselho Municipal do Idoso – CMI de Caçador foi criado pela Lei Municipal 1953/2003 de 14/08/2003, previsto na Lei Federal 8.842/94, sendo um órgão municipal de deliberação colegiada, consultivo e colaborador das ações de proteção e defesa dos direitos do idoso.” (NR)

“Art. 2º –
.....

I -
.....

VI – Proceder o registro das entidades governamentais e não governamentais que atendam pessoa idosa e que mantenham os programas abaixo relacionados:”(NR)

“Art. 3º - O Conselho Municipal do Idoso é constituído por doze membros com seus respectivos suplentes seis (06) representantes do Poder Público nas três esferas de governo e seis (06) representantes da sociedade civil, que deverão observar as disposições contidas na Lei Municipal nº 1953/2003.” (NR)

“Art 6 º - O Conselho se reunirá em sessão ordinária mensal, que ocorrerá toda terça-feira da segunda semana cada mês.”(NR)

“Art 12º -
.....

I -
.....

VI – Exercer ao direito de voto no caso de empate tendo assim o voto de desempate;

XI – Planejar, organizar e fazer executar as atividades técnicas-administrativas e financeiro do Conselho;

XII –Fiscalizar e acompanhar a prestação de Contas trimestralmente de todos os abrigados na Casa Lar São José ou congêneres, caso os benefícios sejam administrados pela Casa Lar, com parecer da Comissão de finanças.”(NR)

“Art 17º -

§ 3º - O pronunciamento da Comissão terá caráter de parecer e será submetido a aprovação de plenário, conforme artigo 10 deste regimento.” (NR)

Caçador, 27 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

DECRETO Nº 6.793

DECRETO Nº 6.793, de 17 de maio de 2016.

Substitui membros nomeados pelo Decreto 6.493/2015, para compor o Conselho Municipal do Idoso - CMI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 6.493, de 05 de agosto de 2015, para compor o Conselho Municipal do Idoso - CMI, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

4 - Secretaria Municipal de Agricultura
Titular: Jocemara Silva
Suplente: Aline Mendes Luciano

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de maio de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.795

DECRETO Nº 6.795, de 17 de maio de 2016.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 800,00m² (oitocentos metros quadrados), objeto da matrícula nº 2.205, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado nas Ruas Ibirama e Araranguá, no Bairro dos Municípios, nesta cidade, de propriedade de Dirceu Cassol, ficando após o desmembramento constituído de duas glebas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – gleba A com 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), partindo do marco 0=PP, situado na confrontação com a Rua Ararangua; deste, segue, confrontando com a Rua Araranguá com a distância de 20.00 m até o marco 1; deste, segue, confrontando com a "Área de Posse" do Sr. Dirceu Cassol com a distância de 20.00 m até o marco 2; deste, segue, confrontando com a "Gleba B" deste projeto de Desmembramento com a distância de 20.00 m até o marco 5; deste, segue, confrontando com a Rua Ibirama com a distância de 20.00 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – gleba B com 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), partindo do marco 5=PP, situado na confrontação com a "Gleba A" deste projeto de Desmembramento; deste, segue, confrontando com a "Gleba A" deste projeto de Desmembramento com a distância de 20.00 m até o marco 2; deste, segue, confrontando com a "Área de Posse" do Sr. Dirceu Cassol com a distância de 20.00 m até o marco 3; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 33.870 com a distância de 20.00 m até o marco 4; deste, segue, confrontando com a Rua Ibirama com a distância de 20.00 m até o marco 5=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de maio de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.796

DECRETO Nº 6.796, de 18 de maio de 2016.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

4001- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.1.25 – Bloco de Investimentos

4.4.90.00.0044 (182) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

Recurso 44 – Atenção Básica R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de maio de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.797

DECRETO Nº 6.797, de 19 de maio de 2016.

Suplementa e anula dotações do Orçamento do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.303, de 18 de maio de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 404.808,97 (quatrocentos e quatro mil, oitocentos e oito reais e noventa e sete centavos) da seguinte modalidade de aplicação do Orçamento vigente do Município de Caçador:

5 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.5.2.191 - Bloco da Proteção Social Básica

3.1.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 98.000,00

3.1.91.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Subtotal R\$ 110.000,00

8.244.5.2.192 - Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.1.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 36.000,00

3.1.91.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

3.3.50.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

Subtotal R\$ 92.000,00

8.244.5.2.193 - Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.1.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

3.1.91.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

3.3.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 65.643,00

3.3.50.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Subtotal R\$ 115.843,00

8.244.5.2.195 - Bloco da Gestão do SUAS

3.3.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 4.328,35

4.4.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 2.885,56

3.3.90.00.00.3386 - Aplicações Diretas R\$ 151,87

4.4.90.00.00.3386 - Aplicações Diretas R\$ 227,81

Subtotal R\$ 7.593,59

8.244.5.2.196 - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único

3.3.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 46.194,73

4.4.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 30.796,48

3.3.90.00.00.3385 - Aplicações Diretas R\$ 1.587,45

4.4.90.00.00.3385 - Aplicações Diretas R\$ 793,72

Subtotal R\$ 79.372,38

Total R\$ 404.808,97

Art. 2º Ficam anuladas as modalidades de aplicação a seguir especificadas, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.5.2.191 - Bloco da Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.0055 - Aplicações Diretas R\$ 79.372,38

3.3.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Subtotal R\$ 189.372,38

8.244.5.2.192 - Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade
 3.3.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 172.200,00
 4.4.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 35.643,00
 Subtotal R\$ 207.843,00
 8.244.5.2.194 - Bloco da Gestão Municipal
 3.3.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 4.613,55
 4.4.90.00.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 2.980,04
 Subtotal R\$ 7.593,59
 Total R\$ 404.808,97

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de maio de 2016.
 GILBERTO AMARO COMAZZETTO
 PREFEITO MUNICIPAL.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01 - 2016 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01 - 2016 - FMAS
 OBJETO – AQUISIÇÃO DE CREDITOS DE VALE TRANSPORTE DESTINADOS AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS – CRAS E CREAS, QUE NECESSITEM DE TRANSPORTE PARA DESLOCAMENTO EXTERNO – FMAS. EMPRESA – AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA – CNPJ – 83.060.327/0001-86, COM SEDE NESTE MUNICÍPIO, VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$ 25.000,00(vinte e cinco mil reais), PRAZO DE VIGÊNCIA - 12 MESES. Maiores Informações, poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor,

Caçador, 19 de maio de 2016.
 BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS
 SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 031, DE 17 DE MAIO DE 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 031, de 17 de maio de 2016.
 Convoça aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

A cidadã classificada conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, de homologação da Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme sequência de classificação:

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

CL.: ANGELITA APARECIDA ALVES LISBOA TROILLIO

a) A cidadã deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta)

dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso Público;

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos;

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de maio de 2016.
 Gilberto Amaro Comazzetto
 PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.851

PORTARIA Nº 26.851, de 29 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, em razão de faltas injustificadas no período de 01/03/2016 a 31/03/2016, na Secretaria de Saúde e de 15/03/2016 a 14/04/2016, nas demais Secretarias e órgãos Municipais, especificando código, nome do servidor e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
13950	Anderson Luiz Ramos	25hs57min
13375	André Eduardo Lemos	02hs00min
3287	Andréa Rui Pistore	02hs02min
11207	Any Luiz Rodrigues de Lima	07hs00min
1771	Auréliu Luiz Arrabar	12hs43min
14033	Bruna Carolini Szymkuv	08hs00min
12038	Camila Domingues de Souza	05hs47min
13967	Caroline Tramontini	14hs08min
14512	Cibele Aparecida dos Santos Rosa Dias	48hs00min
4596	Claúdia Sampaio Sacenti	02hs02min
13983	Cybelli Aparecida Ribeiro dos Santos	28hs00min
13927	Daniela Fraga	08hs47min
11969	Débora Cristina Muller	04hs08min
7743	Dilva Rejane Niewinski Figueiredo de Matos	03hs18min
11937	Dirce Teresinha Mantovani	14hs37min
11860	Edemir Januário da Costa	08hs47min
12762	Eliane Aparecida dos Santos Correa	03hs40min
12021	Eliane Gouveia	20hs03min
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	07hs00min
9497	Elisiane Cardoso da Piedade	06hs00min
12771	Erica Tasca	05hs37min
14120	Evonei Cassiano Barroso	12hs00min
3278	Frenesi de Oliveira	07hs00min
769	Geni Aparecida dos Santos	09hs07min
13982	Géssica Costa Antunes	21hs17min
11865	Gislaine Lemes da Silva	08hs08min
11879	Hortência Teresinha Girardi Ramos	05hs32min
11936	Ionice Aparecida Alves da Cruz	17hs05min

10949	Iseline Correia de Souza do Valle	03hs12min
13970	Ivone Geraldina Almeida	01h42min
13971	Janaína Ester Oliveira	04hs32min
11853	Jane Terezinha Souza Didone	01h01min
13977	Jéssica Padilha	39hs53min
13776	Johnny Maicou Damião da Silva	03hs47min
12017	Josiane Domingos Camargo	20hs03min
11946	Jucinei Pires do Prado	08hs00min
13979	Kássia de Lima	19hs03min
14037	Lindamir Terezinha Kuracz	04hs13min
14277	Liriane Marques de Lima	04hs00min
14072	Luana Maira Rosa da Costa Zandavalli	25hs32min
13984	Luciane Xavier dos Santos	12hs18min
5635	Luciano Caregnato	42hs33min
11967	Lucimar dos Santos	08hs23min
3751	Luiz Henrique Grando Padilha	12hs00min
14278	Margarete Alves Veronesi	04hs00min
11954	Maria Bernadete Piacentini	04hs07min
9385	Maria Eva Martins da Silva	06hs00min
11965	Marilene de Cássia Fávero	01h37min
13974	Marissol de Santana Neves	04h12min
13958	Matheus Lobato Farinon	27hs02min

12056	Matheus Moro	06hs57min
14034	Mayara Neris da Rocha Banderlof	04hs35min
7674	Patrícia Kirschner	03hs10min
11885	Paulina Voleinik	05hs48min
13370	Raphael Salgado Pedroso	83hs30min
10102	Rosa Meri Coluzzi	02hs47min
3266	Roselaine Aparecida Roesener	07hs00min
14017	Rosilda Cristina Regert	24hs00min
12727	Rudyard Fausto Buba	09hs42min
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes Ferreira	24hs23min
11951	Silvana Maria Cristaldo	17hs43min
9197	Simone Aparecida Gonçalves Corrêa Machado	24hs00min
13585	Susileide Daniele Rodrigues Putti	14hs43min
11871	Tatiana Moraes	20hs05min
847	Tereza Dias dos Santos	03hs13min
11859	Vanira Santos de Moraes	09hs22min
11814	Wania Aline Figura	04hs13min

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de abril de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.852

PORTARIA Nº 26.852, de 29 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR À DISPOSIÇÃO DAS SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE, as Servidoras Públicas Municipais, a seguir relacionadas, para atuarem junto à Unidade de Ensino da Secretaria Municipal da Educação, a contar de 22 de fevereiro de 2016 a 22 de dezembro de 2016, especificando: código, nome, carga horária, escola de lotação e local da disposição, conforme segue:

Código	Nome	C.H.	Local de Lotação	Local da Disposição – Salas de Atendimento Especializado
2532 6948	Adriana Loss	35	EMEB Alcides Tombini – 15h EMEB Morada do Sol – 20h	EMEB Pierina Santin Perret – 35h
126	Cláudia Aparecida Maurílio	40	EMEB Alto Bonito – 20h EMEB Irmão Venâncio José – 20h	EMEB Irmão Venâncio José – 40h
3389	Eronildes Olienick Pinto	20	EMEB Ulysses Guimarães	EMEB Ulysses Guimarães
2008	Ivone Dellai	40	EMEB Henrique Júlio Berger – 20h EMEB Mª Luiza Barbosa – 20h	EMEB Walsin Nunes Garcia – 20h EMEB Alcides Tombini – 20h
2408 4270	Jaqueline Scapinelli de Campos	40	EMEB Esperança – 20h EMEB Alto Bonito – 20h	EMEB Alto Bonito – 40h
1477 6966	Jociane Regina Scapinelli Zardo	40	EMEB Pe José Chamot	EMEB Profª Mª Luiza Martins Barbosa
843	Márcia Inez Gonçalves Cordeiro Mello	40	EMEB Morada do Sol	EMEB Morada do Sol
522	Michelle de Sousa Santos	40	EMEB Nossa Sra. Salete – 20h CMEI Santa Clara – 20h	EMEB Castelhana – 20h EMEB Nossa Sra Salete – 20h
10524	Olivia dos Santos Moreira	20	EMEB Henrique Júlio Berger	EMEB Esperança
4589	Rozangela Preto Vivan	20	EMEB Henrique Júlio Berger	EMEB Henrique Júlio Berger

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de abril de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.853

PORTARIA Nº 26.853, de 29 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR À DISPOSIÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA, as Servidoras Públicas Municipais, a seguir relacionadas, para atuarem junto à Unidade de Ensino da Secretaria Municipal da Educação, a contar de 22 de fevereiro de 2016 a 22 de dezembro de 2016, especificando: código, nome, carga horária, escola de lotação e local da disposição, conforme segue:

Código	Nome	C.H.	Local de Lotação	Local da Disposição – Laboratórios de Informática
523	Adriana Valéria Ceciliato Azambuja	40	EMEB Pierina Santin Perret – 22h EMEB Alcides Tombini – 18h	EMEB Walsin Nunes Garcia – 20h EMEB Vereda dos Trevos – 20h
7773	Daniela da Silva	30	EMEB Henrique Júlio Berger – 14h EMEB Alcides Tombini – 16h	EMEB Alcides Tombini – 30h
10538	Débora Jane Zarur	20	EMEB Pe. José Chamot	EMEB Pe. José Chamot
677	Elay Elisiane Paloschi	20	EMEB Esperança	EMEB Esperança – matutino/ vespertino
217	Hilda Aparecida Preveda	40	EMEB Tabajara	EMEB Tabajara – 30h CMEI Santa Clara – 10h
1202	Ieda Mara Fernandes	20	EMEB Ulysses Guimarães	EMEB Ulysses Guimarães – matutino
432	Lenira de Cácia Carneiro Ruppel	40	EMEB Morada do Sol	EMEB Pierina Santin Perret
3299 9209	Maria Clarice Sarturi	40	EMEB Irmão Venâncio José	EMEB Irmão Venâncio José – 20h EMEB Nossa Senhora da Salete – 20h
819 5700	Meriluci Trento	40	EMEB Henrique Júlio Berger	EMEB Henrique Júlio Berger
1129	Noeli Sandra Dallacosta	20	EMEB Alto Bonito	EMEB Alto Bonito – matutino
1265 3319	Vanderleia Aparecida Birnfeld	40	EMEB Morada do Sol – 20h EMEB Henrique Júlio Berger – 20h	EMEB Morada do Sol
115	Vardelei Furlan	40	EMEB Hilda Granemann de Souza	CEM – EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa
127	Zuleide Aparecida Picoli Ribeiro	40	EMEB Irmão Venâncio José	Secretaria Municipal de Educação - Telecentro

Registre-se e Publique-se. Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.854

PORTARIA Nº 26.854, de 29 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR À DISPOSIÇÃO DO PROJETO NOA – NOVAS OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM, a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, a contar de 22 de fevereiro de 2016 a 22 de dezembro de 2016, especificando: código, nome, carga horária, escola de lotação e local da disposição, conforme segue:

Código	Nome	C.H.	Local de Lotação	Local da Disposição – Projeto NOA
10526	Marizete Zago	20	EMEB Morada do Sol	EMEB Morada do Sol

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.855

PORTARIA Nº 26.855, de 29 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO, aos Servidores Públicos Municipais, lotados junto à Secretaria Municipal de Educação, a seguir relacionados, especificando: código, nome dos servidores, carga horária, cargo, escola de lotação, local da atribuição e período da atribuição, conforme segue:

Código	Nome	C.H.	Cargo	Escola de Lotação	Local da Atribuição de Exercício	Período da Atribuição
10537	Adriana Aparecida Zeni Bof	20	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Esperança	EMEB Alto Bonito	22/02/2016 a 21/12/2016
10078	Andreia Dellai Andrioni	40	Professora de Educação Infantil	CMEI Sonho Encantado	EMEB Pierina Santin Perret – 20h EMEB Alcides Tombini – 20h	22/02/2016 a 21/12/2016
7779	Atílio Silveira de Oliveira	09	Professor de Ensino Fundamental I	EMEB Pierina Santin Perret	EMEB Henrique Julio Berger	22/02/2016 a 21/12/2016
2016	Cizete Catelan	20	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Esperança	EMEB Pierina Santin Perret	22/02/2016 a 21/12/2016
9074	Cristina Lazzarotti	27	Professor de Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Morada do Sol	22/02/2016 a 21/12/2016
8636	Daniele Jociane Fortunato	20	Professora de Educação Infantil	EMEB Irmão Venâncio José	CMEI Sonho Encantado	22/02/2016 a 21/12/2016
10081	Elisandra Scapinelli	20	Professora de Educação Infantil	CMEI Sonho Encantado	EMEB Irmão Venâncio José	22/02/2016 a 21/12/2016
4263	Francielle Marin Menzel	20	Professora de Educação Infantil	EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Henrique Julio Berger	22/02/2016 a 21/12/2016
3308	Gircela Antunes	40	Professor de Educação Infantil	CMEI Pierina Adami	EMEB Irmão Venâncio José (sala locada na EEB Dante Mosconi)	22/02/2016 a 21/12/2016
9871	Luciane de Almeida	40	Professora de Educação Infantil	CMEI Pierina Adami	EMEB Pe. José Chamot (Extensão EEB Graciosa Copetti Pereira)	22/02/2016 a 21/12/2016
4599	Luciane do Carmo Padilha	20	Professor de Ensino Fundamental I	EMEB Maria Luiza Barbosa	EMEB Nossa Senhora da Salete	22/02/2016 a 21/12/2016
3310	Márcia Alves Ribeiro	40	Professor de Educação Infantil	CMEI Pierina Adami	EMEB Nossa Senhora da Salete – 20h EMEB Alto Bonito – 20h	22/02/2016 a 21/12/2016
10527	Maria Célia Badlhuk	20	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Colônia Polidoro	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	22/02/2016 a 21/12/2016
6957	Marilde Aparecida Scapin	20	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Walsin Nunes Garcia	22/02/2016 a 21/12/2016
1042	Marineis Ana Dambrós Castalani	40	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Alto Bonito	EMEB Vereda dos Trevos	22/02/2016 a 21/12/2016
3359	Valmor Arl	15	Professor de Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Alto Bonito	22/02/2016 a 21/12/2016
8309	Vanessa Souza da Silva Gilioli	40	Professora de Educação Infantil	CMEI Sininho	CMEI Santa Clara – 20h EMEB Irmão Venâncio José – 20h	22/02/2016 a 21/12/2016
656	Vanusa Zart	20	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Maria Luiza Barbosa	EMEB Henrique Júlio Berger	22/02/2016 a 21/12/2016
6960	Vera Lúcia Muchinski	20	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Maria Luiza Barbosa	EMEB Henrique Júlio Berger	22/02/2016 a 21/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.856

PORTARIA Nº 26.856, de 29 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que Dispõe sobre o plano de carreira dos profissionais do magistério público municipal e na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 26.621, de 01 de março de 2016, que contratou diversas Servidoras Públicas Municipais, para atuarem em Diversas Unidades Escolares, somente no que se refere às Servidoras a seguir relacionadas, com relação ao local de atuação, especificando: código, nome das servidoras, cargo, local de atuação, motivo da contratação/alteração e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Atuação	Motivo	Período
14299	Karina Padilha	Professor Educação Infantil	EMEB Pe. José Chamot (Extensão EEB Graciosa Copetti Pereira)	Vaga Transitória	18/04/2016 a 22/12/2016
14466	Deise Terezinha Pacevicz Spazzini	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Vaga Transitória	18/04/2016 a 22/12/2016
14296	Gisele Cristiane Galvão Pereira	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Hilda G. de Sousa – AEE	Vaga Transitória	14/03/2016 a 22/12/2016
14463	Jucelaine Teresinha Pereira	Professor Educação Infantil	EMEB Tabajara	Vaga Transitória	11/04/2016 a 22/12/2016
14479	Marlei Tomazi	Professor Educação Infantil	CMEI Gladis Vargas Roesch	Vaga Transitória	01/04/2016 a 22/12/2016
14245	Nilva Maria Fernandes	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada, Édina Mara Ferreira da Silva em licença para tratamento de saúde.	18/04/2016 a 11/08/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.857

PORTARIA Nº 26.857, de 29 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que Dispõe sobre o plano de carreira dos profissionais do magistério público municipal e na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 26.621, de 01 de março de 2016, que contratou diversas Servidoras Públicas Municipais, para atuarem em Diversas Unidades Escolares, somente no que se refere às Servidoras a seguir relacionadas, com relação ao motivo da contratação, especificando: código, nome das servidoras, cargo, local de atuação, motivo da contratação/alteração e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Atuação	Motivo	Período/ A contar de
14265	Cristiane Moreira Camargo Dobner	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Pe. José Chamot (Extensão EEB Graciosa Copetti Pereira)	Vaga Transitória, para atuar no Atendimento Educacional Especializado	14/03/2016 a 22/12/2016
14420	Simone Alves Nunes Ferreira	Professor Ensino Fundamental II	CMEI João Maria Fernandes	Vaga Vinculada, Sandra Regina dos Santos, à disposição da SME	01/03/2016 a 22/12/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.861

PORTARIA Nº 26.861, de 29 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o cidadão TAYLOR FISCHER, do cargo em comissão de Diretor de Habitação – do “Grupo Ocupacional – Comissão”, referência CC-3, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 01 de abril de 2016.

Art. 2º. TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 26.798, de 27 de abril de 2016, que cessou os efeitos da Portaria nº 26.753, de 01 de abril de 2016, que nomeou o cidadão TAYLOR FISCHER, para o cargo em comissão de Diretor de Habitação, do “Grupo Ocupacional – Comissão”, referência CC-3, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 01 de abril de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.862

PORTARIA Nº 26.862, de 29 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o cidadão TAYLOR FISCHER, no cargo em comissão de Secretário Adjunto para Assuntos de Desenvolvimento Econômico, do Grupo de Cargos em Comissão, referência CC-2, do Poder Executivo, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 20 de abril de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.867

PORTARIA Nº 26.867, de 02 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, o cidadão, a seguir relacionado, face o médico urologista convocado do concurso para o cargo ainda não ter tomado posse, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Período – A contar de
Ricardo Rigo Burkle	Médico Urologista	39	20	Secretaria Municipal da Saúde	02/05/2016 a 30/06/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.882

PORTARIA Nº 26.882, de 11 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 108, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os médicos ANA ADELINE BRIDI, JOÃO CARLOS DOS SANTOS e RAUL FERNANDES BRIDI, para comporem Junta Médica que avaliará as condições de saúde dos Servidores Públicos Municipais, abaixo citados, nas datas agendadas pelo Setor de Recursos Humanos, e apresentarão o respectivo Laudo Médico, no prazo de 30 dias, a partir da avaliação pericial, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Matrícula	Servidor
10941	Arlete Terezinha Benjamini Alves dos Santos
4110	Daniela Monteiro
9384	Dinamar Aparecida Gomes
716	Fernando Antônio Dal Puppo
10769	Gilberto Ribeiro
342	João Pedro Soares
1081	Lindamir Souza Silveira
637	Márcia Regia Mostiack
11216	Maria Lourdes Khum Amancio
8308	Maria Luciana Moraes dos Santos
9615	Marilene Lima Fagundes
10535	Marisa Aparecida Alves Moreira
3352	Marlei Kehler
3381	Odair Rebelo do Nascimento
1004	Sebastião Miguel Cachoeira

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.888

PORTARIA Nº 26.888, de 17 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo indeterminado, a cidadã abaixo relacionada, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, especificando nome, cargo, local de atuação, referência, carga horária e data de início da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Local de Atuação	Ref.	C. H.	A contar de:
Camila Reinaldo Rodrigues Fernandes	Auxiliar em Saúde Bucal – ESF	Secretaria Municipal da Saúde	AXC-1	40hs	17/05/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.889

PORTARIA Nº 26.889, de 17 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo indeterminado, a cidadã abaixo relacionada, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, especificando nome, cargo, local de atuação, referência, carga horária e data de

início da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Local de Atuação	Ref.	C. H.	A contar de:
Vanessa Rodrigues Franco Miyakava	Médico – ESF	Secretaria Municipal da Saúde	MED-1	40hs	16/05/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.890

PORTARIA Nº 26.890, de 18 de maio de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que homologou o resultado final do concurso, o cidadão CARLOS ALBERTO BARBOSA FILHO, para ocupar o cargo de Fiscal do Procon, do Grupo Ocupacional – Administrativo do Poder Executivo Municipal, Referência 22, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com data de posse e início do exercício a contar desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.892

PORTARIA Nº 26.892, de 18 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, em contrato temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, 20 (vinte) horas semanais, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando código, nome, cargo, unidade escolar de lotação e data de início da licença, conforme atestado médico apresentado:

Código	Nome	Cargo	Escola de lotação	A contar de
14428	Ana Cristina Corrêa	Professor de Ensino Fundamental II	EMEB Pierina Santin Perret	12/05/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.893

PORTARIA Nº 26.893, de 18 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA dos cargos de provimento efetivo, do Quadro de Servidores do Poder Executivo Municipal de Caçador, especificando código, nome do Servidor, cargo, carga horária, Secretaria/Órgão de lotação, motivo e data da vacância, na forma que segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Carga horária	Secretaria/Órgão	Motivo da vacância	Data da vacância
7982	Adriana Bento Grobe	Técnico em Enfermagem	35hs	518	Exoneração	05/05/2016
11057	Elisa Regina Kruguer Possenti	Auxiliar de Enfermagem	35hs	510	Exoneração	05/05/2016
11351	Juliana Nurilles Garbozza	Assistente Administrativo	35hs	012	Exoneração	14/04/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.894

PORTARIA Nº 26.894, de 19 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que faz jus, especificando código, nome, cargo, órgão de lotação, conversão e período de aquisição, para pagamento no mês de maio de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Lotação	Conv.	Período Aquisitivo
790	Andiara Zeni	Professor Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)	016	1/3	09/02/2008 a 09/02/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 19 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.895

PORTARIA Nº 26.895, de 19 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que faz jus, especificando código, nome, cargo, órgão de lotação, conversão e período de aquisição, com pagamento no mês de maio de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Lotação	Conv.	Período Aquisitivo
10488	Gilmar Antônio Gonçalves	Auxiliar Serviços Gerais	002	1/3	02/02/2011 a 02/02/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 19 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.896

PORTARIA Nº 26.896, de 19 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal ELIETE CATARINA D'AGOSTINI, Matrícula 629, cargo de Técnico em Secretariado, lotada na Secretaria Municipal da Administração, 35 (trinta e cinco) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
11/03/2007 a 11/03/2012	15/05/2016 a 15/06/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de maio de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.897

PORTARIA Nº 26.897, de 19 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que faz jus, especificando código, nome, cargo, órgão de lotação, conversão e período de aquisição, para pagamento no mês de maio de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Lotação	Conv.	Período Aquisitivo
9197	Simone Aparecida Gonçalves Corrêa Machado	Auxiliar Serviços Gerais	517	1/3	02/03/2009 a 02/03/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 19 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

IL 05/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 005/2016 – PMC

Data: 19/05/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADAS PARA O CONserto DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 140 HYUNDAI, UTILIZADA NOS SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO DE ABERTURA DE VALAS E COLOCAÇÃO DE TUBOS PARA ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$: 12.600,00 (Doze Mil e Seiscentos Reais).

Secretaria: Obras e Serviços Urbanos

Contratado: BMC HYUNDAI S.A.

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 19 de Maio de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

LEI N.º 2.919/2016

LEI N.º 2.919/2016

Institui a Semana do Escritor Camboriuense e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana do Escritor Camboriuense, a ser realizada anualmente, entre os dias 25 a 29 de julho, data esta que será comemorada com projetos e ações culturais no Município.

Art. 2º A organização dos eventos em alusão à Semana do Escritor Camboriuense ficará a cargo da Fundação Cultural de Camboriú.

Art. 3º Na Semana do Escritor Camboriuense fica autorizada a comercialização de livros, previamente apresentados a gestão do Sistema Municipal de Cultura, desde que possuam alvará de comércio temporário expedido pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 19 de maio de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.920/2016

LEI N.º 2.920/2016

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA: "RIO GLÓRIA", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, devidamente cadastrada na Secretaria

Municipal de Finanças, "RUA PROJETADA A", sob o código 6950, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 19 de maio de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

PR 22/16 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2016-FME – LICITAÇÃO DIFERENCIADA – COM COTA RESERVADA OS ITENS 02 E 04

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA RECREAÇÃO NOS PÁTIOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:10 horas do dia 08 (Oito) de Junho de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Maio de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESULTADO PR 19/16 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2016-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"FRACASSADA COM REPETIÇÃO DO FEITO"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 18 de Maio de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

ANEXO RFG - 1º QUADRIMESTRE 2016 - PODER LEGISLATIVO

MUNICÍPIO DE CAMBORIU - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESAS COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.552.354,74	0,00	
Pessoal Ativo	3.552.354,74	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	3.552.354,74	0,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL	
	142.961.535,22	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	3.552.354,74	2,48	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.577.692,11	6,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.148.807,51	5,70	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.719.922,90	5,40	
FONTE:			

CAMBORIU, 18/05/2016

ANTONIO PAULO DA SILVA NETO
Presidente da CâmaraMARCIANO SILVA NETO
Contador CRC/SC 023979/O-8JOSE RODRIGUES PEREIRA
1º Secretário

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 059/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016
CONVOCAÇÃO Nº 059/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CLEMAIR DA SILVA JUNIOR MROCZKA, inscrita no CPF/MF sob nº 894.671.409-34, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº 001/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de maio de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 13.013 DE 17 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.013 DE 19 DE MAIO DE 2016
CONCEDE FÉRIAS A COORDENADORA DA DEFESA CIVIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Coordenadora da Defesa Civil, DENISE APARECIDA ROCHA, Registro no Sistema sob nº 955176, referente ao período aquisitivo 16 de Janeiro de 2015 a 15 de Dezembro de 2016, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art.2º) A Coordenadora gozará as férias no período de 23 de maio de 2016 á 01 de junho de 2016, segundo opção sua requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente protocolado e assinado pelo Serviço de Protocolo sob nº 2125 em data de 16 de maio de 2016.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de:

20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.014 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.014 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, LUIZ ERNANDES WESCHE, Matrícula Funcional nº 000569, Registro no Sistema sob nº 954726, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Administração a disposição da Delegacia de Polícia Civil, neste Município.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 26 de janeiro de 2015 á 25 de janeiro de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção do Servidor Público Municipal, requerimento devidamente assinado e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, sob nº 2285 em data de 18 de maio de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.015 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.015 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Diretor de Administração, FABIANO CLEBER

MUNHOZ, Registro no Sistema sob nº 955380, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único – O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2015 á 31 de dezembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção do Diretor de Administração, requerimento devidamente assinado e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, sob nº 2312 em data de 19 de maio de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.016 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.016 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, DAIANE THAIS ROCHA, Matrícula Funcional nº 000676, Registro no Sistema sob nº 955107, ocupante do cargo público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 04 de julho de 2012 a 04 de julho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 01 de fevereiro de 2016 sob nº 204.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.017 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.017 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, LEANDRO CASIO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000675, Registro no Sistema sob nº 955106, ao Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Motorista de Veículos e Equipamentos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 04 de julho de 2012 a 04 de julho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 03 de fevereiro de 2016 sob nº 237.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.018 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.018 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, DJONI MÜLLER, Matrícula funcional nº 000696, Registro no Sistema sob nº 955136, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 05 de setembro de 2012 a 05 de setembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 03 de fevereiro de 2016 sob nº 241.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.019 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.019 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, JONAS MARIO MILCZEWSKI, Matrícula Funcional nº 000694, Registro no Sistema sob nº 955135, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 05 de setembro de 2012 a 05 de setembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 11 de fevereiro de 2016 sob nº 314.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.020 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.020 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, SILVANEI MAIA, Matrícula Funcional nº 000672, Registro no Sistema sob nº 955103, ao Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 02 de julho de 2012 a 02 de julho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 12 de fevereiro de 2016 sob nº 343.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.021 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.021 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, ARI UBALDO CALISTRO, Matrícula Funcional nº 000679, Registro no Sistema sob nº 955110, ao Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 04 de julho de 2012 a 04 de julho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 19 de fevereiro de 2016 sob nº 494.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.022 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.022 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, CRISTIANO SLOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema Sob nº 955080, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 18 de junho de 2012 a 18 de junho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 19 de fevereiro de 2016 sob nº 494.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.023 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.023 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, CÉSAR ELOIR MOURA, Matrícula Funcional nº 000703, Registro no Sistema sob nº 955147, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 05 de novembro de 2012 a 05 de novembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 19 de fevereiro de 2016 sob nº 494.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.024 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.024 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, ELISANDRA CUBAS, Matrícula Funcional nº 000624, Registro no Sistema Sob nº 955051, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 12 de junho de 2012 a 12 de junho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 01 de março de 2016 sob nº 696.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.025 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.025 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, REGINA GROSSKOPF, Matrícula Funcional nº 000657, Registro no Sistema Sob nº 955083, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 19 de junho de 2012 a 19 de junho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 01 de março de 2016 sob nº 680.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.026 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.026 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, LEANDRO PAGANI, Matrícula Funcional nº 000705, Registro no Sistema sob nº 955149, no Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 05 de novembro de 2012 a 05 de novembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 01 de março de 2016 sob nº 700.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.027 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.027 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, ANDRÉ CARLOS STEFANES, Matrícula Funcional nº 000660, Registro no Sistema sob nº 955087, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, exercendo a Função de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 20 de junho de 2012 a 20 de junho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 03 de março de 2016 sob nº 747.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.028 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.028 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, LUCILDA TEIXEIRA, Matrícula Funcional nº 000664, Registro no Sistema Sob nº 955090, no Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 21 de junho de 2012 a 21 de junho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 16 de março de 2016 sob nº 958.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.029 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.029 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, SILIANE SLOMINSKY BERNARDES, Matrícula Funcional nº 000695, Registro no Sistema sob nº 955137, no Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 05 de setembro de 2012 a 05 de setembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 08 de abril de 2016 sob nº 1372.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.030 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.030 DE 19 DE MAIO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, LUIZ ANTÔNIO CÂNDIDO, Matrícula Funcional nº 000409, Registro no Sistema sob nº 954259, ao Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2013 a 15 de abril de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 18 de abril de 2016 sob nº 1599.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.031 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.031 DE 19 DE MAIO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE, Matrícula Funcional nº 000422, Registro no Sistema sob nº 954276, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 22 de maio de 2013 a 22 de maio de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 19 de abril de 2016 sob nº 1633.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.032 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.032 DE 19 DE MAIO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, MARIA ISABEL BUENO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000531, Registro no Sistema Sob nº 954634, ocupante do cargo público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 03 de março de 2013 a 03 de março de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo

opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 20 de abril de 2016 sob nº 1657.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.033 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.033 DE 19 DE MAIO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, VANESSA MILCZEWSKY NASCIMENTO, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema Sob nº 955081, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor de da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 18 de junho de 2012 a 18 de junho de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 27 de abril de 2016 sob nº 1732.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.034 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.034 DE 19 DE MAIO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, ANDRÉIA DO ROCIO MONNEY, Matrícula Funcional nº 0202, Registro no Sistema Sob nº 308130, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2013 a 01 de abril de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 02 de maio de 2016 sob nº 1803.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.035 DE 19 DE MAIO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.035 DE 19 DE MAIO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, RENATO RONSKA, Matrícula Funcional nº 000405, Registro no Sistema sob nº 954255, ao Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Motorista de Veículos e Equipamentos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único – Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2013 a 15 de abril de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 28 de abril de 2016 sob nº 1767.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de maio de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/05/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.497/16 DE 16/05/2016 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

DECRETO Nº 7.497/16 de 16/05/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25–DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL PROJETO/ATIVIDADE: 2.009– manutenção da segurança pública e Trânsito

Elementos de despesa: 142 - 4.4..90.00.00.00.00.00.00.03.0056.000000– Aplicações Diretas....R\$ 25.000,00

Elementos de despesa: 143- 3.3. 90.00.00.00.00.00.00.03.0056.000000– Aplicações Diretas....R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do superávit financeiro do exercício anterior /recursos do Convênio SSP/Trânsito.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 16 de maio de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 39/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 39/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 29/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada de pneus, conforme necessidade, para reposição nos ônibus do Transporte Escolar da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Canelinha, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 03 de junho de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 19 de maio de 2016. ANTONIO DA SILVA – Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 48/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/16

HOMOLOGAÇÃO: 19/05/16

CONTRATADO: MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS INSTRUMENTOS MUSICAIS, TAIS COMO SAXOFONE ALTO EM Bb, TUBA SINFONICA, TROMPETE EM Bb, TROMPETE DE MARCHA Bb, E OUTROS. PROPOSTA SIGEF Nº 16132/2016.

VALOR DA DESPESA: R\$ 45.284,00 (quarenta e cinco mil duzentos e oitenta e quatro reais)

DATA: 19/05/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 59/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/16

HOMOLOGAÇÃO: 19/05/16

CONTRATADO: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE TACHÕES BI LATERAIS BRANCO OU AMARELO OU VERMELHO (COR A DEFINIR NO ATO DA COMPRA), 250 X 150 X 50 MM, DESTINADOS A SINALIZAÇÃO DE TRANSITO DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.700,00 (quinze mil setecentos reais)

DATA: 19/05/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 66/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 99/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 66/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 09/06/2016, às 09h15min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01 EMPILHADEIRA A COMBUSTÃO, PARA UTILIZAÇÃO NO BARRACÃO DE RECICLAGEM DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SITUADO NA RUA MIGUEL DARMOURUS, BAIRRO CAMPO DA AGUA VERDE. CONVÊNIO Nº 2015TR001836. Recebimento de propostas até as 09h10mim do dia 09/06/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 12/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 94/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 12/2016

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/06/2016, às 14h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS Á REFORMA DA PISTA DE SKATE DA PRAÇA MIGUEL PROCOPIAK, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até as 14h00mim do dia 07/06/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 60/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 85/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 60/2016 (PRESENCIAL)

REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/06/2016, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE CONSERVATO, TROCA, BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO DE PNEUS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 07/06/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 48/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 71/2016		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 45.284,00				
Licitação.....: 48/2016 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS INSTRUMENTOS MUSICAIS, TAIS COMO SAXOFONE ALTO EM Bb, TUBA SINFONICA, TROMPETE EM Bb, TROMPETE DE MARCHA Bb, E OUTROS. PROPOSTA SIGEF Nº 16132/2016.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411046458 - SAXOFONE ALTO EM BB, LAQUEADO DOURADO TUBEL G35,EXTENSÃO DE - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Stanford - SAS 1000	2,000	0,0000	2.995,0000	5.990,00	Venceu	1 *****
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA	REGENCY	2,000	0,0000	1.690,0000	3.380,00	Desclassif.	0
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	VOGGA VSAS701	2,000	0,0000	2.990,0000	5.980,00	Inabilitado	0
Item.....: 2 - 411046459 - TUBA SINFÔNICA CONTRA-BAIXO 5/4 - BB/A 4 PISTOS DE AÇÃO FRO - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Stanford - SBB 1050	1,000	0,0000	12.250,0000	12.250,00	Venceu	1 *****
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	REGENCY	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA	REGENCY	1,000	0,0000	8.000,0000	8.000,00	Desclassif.	0
Item.....: 3 - 411046460 - TROMPETE EM BB, ACABAMENTO LAQUEADO COM DETALHES EM ALPACA P - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Stanford - STR 510	3,000	0,0000	685,0000	2.055,00	Venceu	1 *****
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	REGENCY	3,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA	REGENCY	3,000	0,0000	650,0000	1.950,00	Desclassif.	0
Item.....: 4 - 411046461 - TROMBONE DE MARCHA BB, LAQUEADO COM DETALHES DE ALPACA, LEAD - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Stanford - SMS 500	1,000	0,0000	2.485,0000	2.485,00	Venceu	1 *****
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA	HOYDEN HTM 25L	1,000	0,0000	0,0000	0,00	Desclassif.	0
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	HOYDEN HTM 25L	1,000	0,0000	2.490,0000	2.490,00	Inabilitado	0
Item.....: 5 - 411046462 - CLARINETE SOPRANO EM BB 17 CHAVES E 6 ANÉIS, CORPO EM ABS TE - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Denver - DCL 400	2,000	0,0000	557,5000	1.115,00	Venceu	1 *****
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	Denver - DCL 400	2,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 2/5

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

45.284,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 71/2016

Licitação.....: 48/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS INSTRUMENTOS MUSICAIS, TAIS COMO SAXOFONE ALTO EM Bb, TUBA SINFONICA, TROMPETE EM Bb, TROMPETE DE MARCHA Bb, E OUTROS. PROPOSTA SIGEF Nº 16132/2016.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 5 - 411046462 - CLARINETE SOPRANO EM BB 17 CHAVES E 6 ANÉIS, CORPO EM ABS TE - Unidade: UN								
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA	REGENCY	2,000	0,0000	350,0000	700,00	Desclassif.	0
Item.....: 6 - 411046463 - FLAUTA TRANSVERSAL SOPRANO 17 CHAVES EM C COM PÉ EM B CORPO, - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Stanford - SFL 1010	2,000	0,0000	1.212,5000	2.425,00	Venceu	1 *****
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA	REGENCY	2,000	0,0000	800,0000	1.600,00	Desclassif.	0
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	VOGGA VSFL701	2,000	0,0000	1.100,0000	2.200,00	Inabilitado	0
Item.....: 7 - 411046464 - EUPHONIUM 3 PISTOS EM BB, ACABAMENTO LAQUEADO LEADPIPE AVERM - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Stanford - SEP 500	2,000	0,0000	2.327,5000	4.655,00	Venceu	1 *****
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Desclassif.	0
Item.....: 8 - 411046465 - FLUGELHORN EM BB, ACABAMENTO LAQUEADO COM DETALHES EM ALPACA - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Stanford - SFH 1000	1,000	0,0000	1.440,0000	1.440,00	Venceu	1 *****
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA	REGENCY	1,000	0,0000	900,0000	900,00	Desclassif.	0
Item.....: 9 - 411046466 - TROMPETE EM C, ACABAMENTO LAQUEADO, PISTOS EM MONEL, PISTOS - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Stanford - STR 710	1,000	0,0000	1.215,0000	1.215,00	Venceu	1 *****
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Desclassif.	0
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	QUASAR QTR 300L	1,000	0,0000	1.250,0000	1.250,00	Inabilitado	0

Página: 3/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 71/2016		Processo Administrativo:		45.284,00				
Licitação.....: 48/2016 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS INSTRUMENTOS MUSICAIS, TAIS COMO SAXOFONE ALTO EM Bb, TUBA SINFONICA, TROMPETE EM Bb, TROMPETE DE MARCHA Bb, E OUTROS. PROPOSTA SIGEF Nº 16132/2016.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 10 - 411046467 - SAXOFONE TENOR EM BB, ACABAMENTO LAQUEADO DOURADO, CAMPANA G - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Stanford - STS 500	2,000	0,0000	2.385,0000	4.770,00	Venceu	1 *****
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA	REGENCY	2,000	0,0000	2.000,0000	4.000,00	Desclassif.	0
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	VOGGA VSTS701	2,000	0,0000	2.450,0000	4.900,00	Inabilitado	0
Item.....: 11 - 411046468 - ESTANTE DE PARTITURA PRETA DE FERRO - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Stanford - SES Stanc	20,000	0,0000	64,0000	1.280,00	Venceu	1 *****
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA	STRATUS	20,000	0,0000	45,0000	900,00	Desclassif.	0
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	ASK	20,000	0,0000	66,0000	1.320,00	Inabilitado	0
Item.....: 12 - 411046469 - CAIXA TENOR 14X12, CARRIER (CALETE) EM ALUMINIO LEVE NA COR - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Stanford - SCMB141;	1,000	0,0000	739,0000	739,00	Venceu	1 *****
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Desclassif.	0
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	QUASAR QMP1412	1,000	0,0000	770,0000	770,00	Inabilitado	0
Item.....: 13 - 411046470 - BOMBO MARCHING BAND 24X14, 10 AFINAÇÕES, CANOAS INTEIRIÇAS, - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Stanford - SBMB24	1,000	0,0000	1.230,0000	1.230,00	Venceu	1 *****
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Desclassif.	0
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	MAGNU M QMBZ	1,000	0,0000	1.100,0000	1.100,00	Inabilitado	0
Item.....: 14 - 411046471 - TECLADO ARRANJADOR, 61 TECLAS - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Yamaha - PSR-F50	1,000	0,0000	853,0000	853,00	Venceu	1 *****
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 4/5

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 71/2016 Processo Administrativo: 45.284,00

Licitação.....: 48/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS INSTRUMENTOS MUSICAIS, TAIS COMO SAXOFONE ALTO EM Bb, TUBA SINFONICA, TROMPETE EM Bb, TROMPETE DE MARCHA Bb, E OUTROS. PROPOSTA SIGEF Nº 16132/2016.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 14 - 411046471 - TECLADO ARRANJADOR, 61 TECLAS - Unidade: UN								
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	MICHAEL KAM500	1,000	0,0000	870,0000	870,00	Inabilitado	0
Item.....: 15 - 411046472 - ESCALETA 37 TECLAS, MODELO: TRÊS OITAVAS (3/8), ORGEM: NA - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Stanford - SCM 37	1,000	0,0000	142,0000	142,00	Venceu	1 ****
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTACÃO LTDA	STRATUS	1,000	0,0000	100,0000	100,00	Desclassif.	0
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	DOLPHIN 32 TECLA	1,000	0,0000	14.500,0000	14.500,00	Desclassif.	0
Item.....: 16 - 411046473 - VIOLÃO NYLON, NUT 50 MM, TARRAXAS 3+3 PINO GROSSO - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Memphis - AC 39	5,000	0,0000	313,0000	1.565,00	Venceu	1 ****
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	VOGGA VCA104N	5,000	0,0000	290,0000	1.450,00	Inabilitado	0
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTACÃO LTDA	STOKMANS	5,000	0,0000	300,0000	1.500,00	Desclassif.	0
Item.....: 17 - 411046474 - MICROFONE PROFISSIONAL COM FIO TIPO DINÂMICO, COM CÁPSULA SU - Unidade: UN								
13284	MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA	Tag - TM 584	10,000	0,0000	107,5000	1.075,00	Venceu	1 ****
17088	PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTACÃO LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/5

Processo / Ano: 71/2016

Licitação.....: 48/2016 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS INSTRUMENTOS MUSICAIS, TAIS COMO SAXOFONE ALTO EM Bb, TUBA SINFONICA, TROMPETE EM Bb, TROMPETE DE MARCHA Bb, E OUTROS. PROPOSTA SIGEF Nº 16132/2016.

Processo Administrativo: 45.284,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 17	- 411046474 - MICROFONE PROFISSIONAL COM FIO TIPO DINÂMICO, COM CÁPSULA SU - Unidade: UN							
12871	DALGALLO MUSIC CENTER LTDA	VOKAL VM500	10.000	0,0000	105,0000	1.050,00	Inabilitado	0

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	28.754/SC
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	CRC/SC 028524/O-0
VANESSA LANGER -	

Capinzal

PREFEITURA

Edital 014/2016

EDITAL Nº 014, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre as diretrizes do processo de escolha dos representantes das entidades não governamentais para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDEF.

ANDEVIR ISGANZELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso de suas atribuições legais, com base na os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Municipal nº 3.214 de 28 de abril de 2016, torna público a ASSEMBLEIA GERAL a realizar-se no dia 31 de maio de 2016, terça-feira, às 18 horas, na Sala de Reuniões Casa do Cidadão, situada na Avenida XV de Novembro, nº 350, Centro de Capinzal – SC, ficando assim CONVOCADOS todas as Associações de Moradores, Associações de atendimento e/ou defesa de direitos da pessoa com deficiência e Associações de Pais e Professores – APP's, com sede no Município de Capinzal para a escolha de representantes da sociedade civil (organizações não governamentais) para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDEF.

E para que chegue ao conhecimento de todas as entidades e associações acima especificadas e legalmente constituídas com sede no Município de Capinzal, é expedido o presente Edital de Convocação, que será publicado na Imprensa Local e afixado no Mural Público no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sede da Prefeitura, bem como nas sedes das Secretarias Municipais e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

Capinzal, SC, em 19 de maio de 2016.

Andevir Isganzella
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Francisco Dirceu de Araújo
Secretário Interino da Administração e Finanças

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0016/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0012/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0016/2016

Pregão Presencial Nº 0012/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para realização de sessões de Fisioterapia, para pacientes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social. Recursos Próprios.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 06/06/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 20 de maio de 2016.

ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0071/ 2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 0019/2016

Processo Licitatório Nº 0071/2016

Dispensa de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0019/2016

ISRAEL BONIEK GONÇALVES, Secretário de Educação, Cultura e Esportes, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de 0071/2016 conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa especializada para realizar a reforma da cobertura sobre a rampa do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, conforme projeto estabelecido. Com Recursos Federais e Municipais.

FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Reforma da Cobertura sobre a rampa do Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, localizado a Rua José Vicari, Centro, Capinzal - SC. Compreendendo: serviços iniciais; a troca da cobertura e pintura, de forma a atender plenamente o Memorial Descritivo e Especificações Técnicas, integrantes deste processo.	PROART	14.500,00	14.500,00
Total						14.500,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
PROART COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	001
14.500,00(quatorze mil quinhentos reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 83 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 60 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Projeto/Atividade: 2.030 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil
Elemento: 44905199000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 58 - Salário Educação

Despesa: 195 - Construção, ampliação e adequação de creches.
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 60 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Projeto/Atividade: 1.025 - Construção, ampliação e adequação de creches.
Elemento: 44905199000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 19 de maio de 2016

ISRAEL BONIEK GONÇALVES

Secretário de Educação, Cultura e Esportes

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.161 DE 02 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 2.161/16 DE 02 DE MAIO DE 2016.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIO ESTADUAL E GOVERNO FEDERAL NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.520/15 de 08 de Dezembro de 2015, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 514.000,00 (Quinhentos e quatorze mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	451	INFRAESTRUTURA URBANA		
		Construção e Reforma de Espaços Públicos		
	164	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Rec. Governo Estadual	R\$	40.000,00

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
UNID. ORÇ.	0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES		
	782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
		Aquisição de Maquinas, Veículos, Equipamentos e Mobiliários		
	164	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Rec. Governo Estadual	R\$	378.000,00

ÓRGÃO	25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNID. ORÇ.	2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
	301	ATENÇÃO BÁSICA		
		Construção Ampliação Reforma de Espaços de Saúde		
	133	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Rec. Governo Federal	R\$	96.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Convênios através da SDR Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional (aquisição de Equipamento e Torres de Celular) e Ministério da Saúde, para Construção de Academias ao ar livre e Aquisição de Equipamentos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 02 de maio de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
Resp. pela Secretaria de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 02/05/2016.

DECRETO Nº 2.162 DE 02 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 2.162/2016 DE 02 DE MAIO DE 2016.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO DE RECURSOS PRÓPRIOS APURADO EM 2015 NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.520/15 de 08 de Dezembro de 2015, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 4.300,00 (Quatro mil e trezentos reais), na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
UNID. ORÇ.	0301	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Despesas de Capital (consórcio)		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4471)Rec. próprios	R\$	4.300,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Recursos Próprios resultantes do Superávit Financeiro Consolidado de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 02 de maio de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
Resp. pela Secretaria de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 02/05/2016.

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0079/2016

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0079/2016

PREGÃO 0034/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: AEON COMERCIO E SERVICOS LTDA – ME

OBJETO: fornecimento de gêneros alimentícios, limpeza e higiene para a Secretaria de Infraestrutura, Rodoviária e Casa Mortuária do município.

VALOR: R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais)..

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.051.3390.00 - 100 - 64/2016 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvas, SC, 03 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0080/2016

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0080/2016

PREGÃO 0034/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: fornecimento de gêneros alimentícios, limpeza e higiene para a Secretaria de Infraestrutura, Rodoviária e Casa Mortuária do município.

VALOR: R\$710,40 (setecentos e dez reais e quarenta e quatro centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.051.3390.00 - 100 - 64/2016 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvas, SC, 03 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0081/2016

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0081/2016

PREGÃO 0034/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA

OBJETO: fornecimento de gêneros alimentícios, limpeza e higiene para a Secretaria de Infraestrutura, Rodoviária e Casa Mortuária do município.

VALOR: R\$8.379,99 (oito mil trezentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.051.3390.00 - 100 - 64/2016 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvás, SC, 03 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0082/2016

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0082/2016

PREGÃO 0034/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS

OBJETO: fornecimento de gêneros alimentícios, limpeza e higiene para a Secretaria de Infraestrutura, Rodoviária e Casa Mortuária do município.

VALOR: R\$ 2.760,10 (dois mil setecentos e sessenta reais e dez centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.051.3390.00 - 100 - 64/2016 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvás, SC, 03 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0083/2016

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0083/2016

PREGÃO 0034/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

OBJETO: fornecimento de gêneros alimentícios, limpeza e higiene para a Secretaria de Infraestrutura, Rodoviária e Casa Mortuária do município.

VALOR: R\$1.726,70 (um mil setecentos e vinte e seis reais e setenta centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.051.3390.00 - 100 - 64/2016 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvás, SC, 03 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0084/2016

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0084/2016

PREGÃO 0034/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0045/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME

OBJETO: fornecimento de gêneros alimentícios, limpeza e higiene para a Secretaria de Infraestrutura, Rodoviária e Casa Mortuária do município.

VALOR: R\$ 1.507,85 (mil quinhentos e sete reais e oitenta e cinco centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.051.3390.00 - 100 - 64/2016 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Catanduvas, SC, 03 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 52/2016

DECRETO N. 052/2016

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIANÇA FELIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Escolar do Centro de Educação Infantil Criança Feliz, para a gestão 2016 a 2018 do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, com a seguinte composição:

Representante da Direção do C.E.I Criança Feliz:

Naira Terezinha Graboski Chiarello

Representante dos Professores:

Titulares: Fabiane S. Rosetto
Iverlei Pires dos Santos Moreto
Dilvete Marangoni.

Suplente: Janaina Bedin

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Equipe Pedagógica:

Titulares: Maikeli Bellei
Camila Bellei

Suplente: Ana Paula da Silva

Representante de Pais:

Titulares: Natan Cacieli Gheller
Jonatas Biazus
Casiana Foiato Schneider

Suplente: Luana Fidel Dias
Juliana Camargo

Art. 2º. Os membros do Conselho, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º. O mandato dos membros do Conselho será de dois anos.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 19 de Maio de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

PORTARIA 39/2016

PORTARIA Nº 039/2016.

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA RESPONSABILIZAÇÃO DE LICITANTE QUE SE RECUSA A EFETUAR A ENTREGA DOS PRODUTOS LICITADOS, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 25 da Lei Orgânica Municipal, e Considerando que a empresa PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., estabelecida na Rua das Flores nº 130-D, Cidade de Chapecó/SC, participou livremente da licitação levada a efeito pela Administração Municipal para aquisição de medicamentos, Modalidade Pregão Presencial nº 01/2016, na qual sagrou-se vencedora dos itens: 4 - Ácido fólico 5mg comp; 55 - Dipirona 500mg/ml gotas; 84 - Ibuprofeno 300 mg comp; 85 - ibuprofeno 600 mg comp.; 132 - Paracetamol 200mg/ml gotas; 137 - Prednisolona 5mh comp; 154 - Sulfa + Trimetoprima susp oral 40/8 mg/ml; 268 - Flunarizina 10 mg; 305 - Nistatina creme vaginal 60g; 383 - Tramadol cloridrato 50mg/ml solução injetável ampola 1 ml; 429 - Tramadol 50mg/ml injetável.

Considerando que no dia 12 de fevereiro de 2016, a Secretaria Municipal de Saúde emitiu as Autorizações de Fornecimento nº 043 e 044/2016 referente aos itens: 4 - Ácido fólico 5mg comp; 55 - Dipirona 500mg/ml gotas; 84 - Ibuprofeno 300 mg comp; 85 - ibuprofeno 600 mg comp.; 132 - Paracetamol 200mg/ml gotas; 137 - Prednisolona 5mh comp; 154 - Sulfa + Trimetoprima susp oral 40/8 mg/ml; 268 - Flunarizina 10 mg; 305 - Nistatina creme vaginal 60g; 383 - Tramadol cloridrato 50mg/ml solução injetável ampola 1 ml; 429 - Tramadol 50mg/ml injetável, e que reiterou várias vezes o pedido de fornecimento dos referidos medicamentos por meio de telefonemas e e-mails;

Considerando que no item 3.1.3 da Ata de Registro de Preços decorrente da referida licitação e item 9.5 do Edital está expresso que "o fornecedor obriga-se a entregar os produtos em que foi declarado vencedor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data de recebimento da Ordem de Compra;

Considerando que a empresa PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., tendo sido instada a entregar os medicamentos, através de Notificação Extrajudicial de 05 de maio de 2016, ao invés de efetuar a entrega, limitou-se a solicitar desistência ao argumento de que não receberam ditos medicamentos do laboratório de origem, como se não tivesse assumido nenhuma obrigação com o município;

Considerando que os argumentos apresentados para desistência são de todo inaceitáveis, vez que os medicamentos em questão podem ser encontrados com facilidade, até mesmo em farmácias de Chapecó;

Considerando que ao participar de licitação pública, o licitante/proponente deve ter prévio planejamento para atender às requisições do órgão licitante, e que, não tendo certeza de que poderá fornecer, deve deixar de cotar determinados itens;

Considerando que não é a primeira vez que a licitante deixa de cumprir os prazos de entrega;

Considerando, finalmente, a garantia à prévia defesa e as sanções pela inexecução total ou parcial do contrato previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo administrativo para apuração dos reais motivos que levaram a empresa PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE

MEDICAMENTOS LTDA, recusar-se a efetuar a entrega dos medicamentos, correspondentes aos itens: 4 - Ácido fólico 5mg comp; 55 - Dipirona 500mg/ml gotas; 84 - Ibuprofeno 300 mg comp; 132 - Paracetamol 200mg/ml gotas; 137 - Prednisolona 5mh comp; 154 - Sulfa + Trimetoprima susp oral 40/8 mg/ml; 268 - Flunarizina 10 mg; 305 - Nistatina creme vaginal 60g; 383 - Tramadol cloridrato 50mg/ml solução injetável ampola 1 ml; 429 - Tramadol 50mg/ml injetável., do Edital de Licitação - Modalidade Pregão Presencial nº 01/2016, nos quais sagrou-se vencedora.

Art. 2º. Para apuração dos fatos noticiados, desde já nomeio uma Comissão Especial composta pelos membros abaixo nominados, sob a presidência do primeiro:

IVAN CARLOS BELLEI – Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

JONATAS ANTÔNIO BIAZUS – Contador Geral do Município.

NILMAR BONAFÉ – Agente Administrativo.

Art. 3º. A Comissão Especial ora nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para realizar todas as diligências e procedimentos necessários à apuração dos fatos e produzir o relatório conclusivo, cujo prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa;

Art. 4º. A Comissão Processante disporá do tempo e dos recursos materiais que forem necessários para seu regular funcionamento.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 18 de maio de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 32.652, DE 10 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº. 32.652, DE 10 DE MAIO DE 2016.

Abre Crédito Orçamentário pelo Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2016.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó, autorização contida na Lei Municipal nº 6836/15 de 18 de Dezembro de 2015.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

09 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTRUTURA

09.09 - Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura

(266) 3.3.90.00.00.00.00.2.253-1070 – Aplicação Direta

..... 125.000,00

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação produzido na fonte de recurso abaixo relacionada:

Fonte de Recurso: 1070 – CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 10 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.653, DE 16 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº. 32.653, DE 16 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 29.411, de 14 de julho de 2014, que nomeia os membros que constituem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CM-DCA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica Municipal de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O item 2 da alínea "c" do inciso II do artigo 1º do Decreto nº. 29.411, de 14 de julho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

II -

c)

2 - Suplente: Sônia Mara Liotto - Grupo Escoteiro Xapecó."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.657, DE 16 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº. 32.657, DE 16 DE MAIO DE 2016.

Estabelece critérios de hierarquização, elegibilidade e seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 11.977, de 07 de julho de 2009,

que Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV;

CONSIDERANDO a Portaria 412, de 06 de agosto de 2015, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do PMCMV;

CONSIDERANDO finalmente, aprovação dos Critérios adicionais

pelo Concidade da cidade de Chapecó em reunião ordinária de 28

de abril de 2016.

DECRETA :

Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios nacionais e adicionais de

priorização dos candidatos para a seleção do cadastro de reserva

para as unidades habitacionais requalificadas do Loteamento Ex-

poente, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme

Portaria nº 412, de 06 de agosto de 2015, do Ministério das Cida-

des, são eles:

I - famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do Ente Público;

II - famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração; e

III - famílias de que façam parte pessoa(s) com deficiência, comprovado com a apresentação de laudo médico.

IV - famílias beneficiadas por Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Política de Assistência Social, comprovado por declaração do ente público;

V - famílias com ônus excessivo de aluguel, comprovado por recibo ou contrato de aluguel e declaração de renda;

VI - famílias inscritas no cadastro habitacional há mais de 5 (cinco) anos, independente das datas de atualização cadastral, comprovado pro protocolo ou similar.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.663, DE 16 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº. 32.663, DE 16 DE MAIO DE 2016.

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no programa de 2016 do tipo alteração Suplementar.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó e autorização contida na Lei Municipal nº 6836/15 de 18 de Dezembro de 2015.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE
 07.07 - Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente
 (229) 3.3.71.00.00.00.00.2.216-1000 - Transferências a Consórcios Públicos20.000,00
 (216) 3.3.90.00.00.00.00.2.211-1000 - Aplicacoes Diretas
30.406,00
 (198) 3.3.90.00.00.00.00.2.201-1000 - Aplicacoes Diretas
139.571,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE
 07.07 - Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente
 (201) 4.4.90.00.00.00.00.2.201-1000 - Aplicacoes Diretas
98.371,00
 (219) 4.4.90.00.00.00.00.2.211-1000 - Aplicacoes Diretas
30.406,00
 (230) 3.3.93.00.00.00.00.2.216-1000 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos
15.000,00
 (231) 4.4.71.00.00.00.00.2.216-1000 - Transferências a Consórcios Públicos5.000,00
 (197) 3.3.50.00.00.00.00.2.201-1000 - Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu
41.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.671, DE 18 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº. 32.671, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

DECRETA :

Art. 1º. Em complemento ao disposto no Decreto nº 31.986, de 18 de janeiro de 2016, fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 27 de maio de 2016, excetuando-se os serviços considerados essenciais.

§ 1º Não será facultado o ponto para os servidores públicos municipais que fazem parte dos serviços da Central de Resgate Social, do Abrigo Municipal, da Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, do Aeroporto Municipal Serafin Enoss Bertaso, do Terminal Rodoviário de Passageiros Raul Ires Pigatto Bartolamei, do Centro de Informações Turísticas, aos Agentes Municipais de Trânsito, aos Guardas Municipais, aos serviços de Vigilância, aos servidores que atuam no Terminal Urbano João Destri, aos servidores públicos municipais que atuam no Centro de Convivência do Idoso CL Aurino Mantovani e no Albergue João Piltz e aos servidores que atuam no Serviço de Atenção Móvel de Urgência - SAMU.

§ 2º Não será facultado o ponto, na Secretaria de Saúde, para os servidores públicos municipais que atuam na Unidade de Pronto Atendimento - UPA, Pronto Atendimento Efapi, CAPS 24 horas e Unidade de Acolhimento onde o horário de expediente será normal e na Farmácia Central com horário de expediente das 08hs às 20hs.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 18 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria de Articulação Institucional

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 004/2016

CONVENIENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO– Fundação Universitária do desenvolvimento do Oeste- Fundeste, Unochapecó

OBJETO – O presente convênio tem por finalidade estabelecer parceria entre a Fundeste e o município, mediante nº 4225, Bioquímica, portadora da Carteira de Identidade nº 12R-2031028, CPF nº 425.712.190-49, para prestar serviço na Fundação Universitária do Oeste – Fundeste, em decorrência da necessidade de dedicar-se exclusivamente ao Cargo de Vice-Reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão na Unochapecó, com ônus a CESSIONÁRIA.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio tem início de Vigência no dia 01/05/2016 e término previsto para o dia 31/12/2016, podendo ser alterado ou complementado através de termo aditivo a ser formalizado entre as partes.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de abril de 2016 – Luciano José Buligon, Prefeito de Chapecó, Vincenzo Francesco Mastrogiacomo, Presidente da Fundeste

LEI Nº. 6.860, DE 17 DE MAIO DE 2016

LEI Nº. 6.860, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Cessão de Uso de bens imóveis ao Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, de uma parte do Lote 03, da quadra 4117, com área de 100,00m² (cem metros quadrados), dentro de uma área maior, que consta pertencer ao Município de Chapecó, com demais descrições e confrontações previstas na Matrícula Imobiliária nº. 82.374, do Cartório de Registro de Imóveis de Chapecó.

§ 1º A cessão de uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quanto forem necessários para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes.

§ 2º A Cessão de Uso de que trata a presente Lei dar-se-á a título gratuito e destinar-se a abrigar uma torre e um cubículo utilizados para comunicação dos órgãos da Secretaria de Segurança Pública de SC.

Art. 2º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 17 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.861, DE 17 DE MAIO DE 2016

LEI Nº. 6.861, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre recebimento de bem imóvel, por doação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação, a área de terras nº 03, sita na Fazenda Campina do Gregório, com área de 204.360,00m² (duzentos e quatro mil e trezentos e sessenta metros quadrados), com demais descrições e confrontações previstas na Matrícula Imobiliária nº 32.287, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Água Santa Empreendimentos Imobiliários S. A.

§ 1º A doação prevista no presente artigo dar-se-á, por força do contido no artigo 182 da Lei Complementar nº 541, de 26 de novembro de 2014.

§ 2º Da área recebida em doação, 40.420,00m² (quarenta mil e quatrocentos e vinte metros quadrados) serão relativos ao parcelamento de solo de empreendimento vinculado a Matrícula Imobiliária nº 111.047, sendo que o restante, 163.940,00m² (cento e sessenta e três mil e novecentos e quarenta metros quadrados) serão recebidos em doação e afetados como Área Institucional de futuro parcelamento de solo.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar os atos necessários para a consecução da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 17 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.862, DE 18 DE MAIO DE 2016

LEI Nº. 6.862, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Denomina Vias Públicas no Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Luiz Albino Santin, a atual Rua "B", situada entre as quadras 5257, 5258, 5259, 5260, 5261, 5262, 5263, 5264, 5265 e 5266, no Loteamento Dom Leonardo, Bairro Araras, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 2º Fica denominada de Rua Jaci Alberto Detoni, a atual Rua "C", situada entre as quadras 5270, 5271, 5272, 5273, 5275, 5276, 5277 e 5278, no Loteamento Dom Leonardo, Bairro Araras, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 3º Fica denominada de Rua Maria Zamprogna Santin, a atual Rua "D", situada entre as quadras 5267, 5268, 5269, 5275 e 5279, no Loteamento Dom Leonardo, Bairro Araras, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 4º Fica denominada de Rua Elvino Bedin, a atual Rua "F", situada entre as quadras 4950, 5249, 5250, 5251, 5257, 5262, 5267, 5269, 5270, 5275 e 5279, no Loteamento Dom Leonardo, e Rua "C", quadra 4939, no Loteamento Por do Sol, Bairro Araras, nesta Cidade de Chapecó.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 18 de maio de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2016 DE 19 DE MAIO DE 2016

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2016

DE 19 DE MAIO DE 2016

Altera o Regimento Interno do CONCIDADE DE CHAPECÓ e dá outras providências.

O Conselho da Cidade de Chapecó – CONCIDADE DE CHAPECÓ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o título VIII da Lei Complementar Municipal nº 541, de 26 de novembro de 2014, que trata da Gestão Democrática e do Controle Social, e,

Considerando a Resolução Normativa nº 01/2015, de 21 de Maio de 2015, que tem como Anexo Único o Regimento Interno do Conselho da Cidade de Chapecó.

Considerando o Decreto nº 31.170, de 06 de Julho de 2015, que homologa o Regimento Interno do Conselho da Cidade de Chapecó.

Considerando o Regimento Interno do ConCidade de Chapecó que prevê no §6º do seu artigo 8º: "Não será computada a falta do conselheiro titular se este se fizer representar pelo suplente".

Considerando a necessidade de regulamentar a ausência de membros titulares e conselheiros do Conselho da Cidade de Chapecó conforme deliberado na 1ª Capacitação do Conselho da Cidade de Chapecó, realizada em 15 de abril de 2016;

Considerando a reunião ordinária do ConCidade de Chapecó realizada no dia 28 de abril de 2016, onde o plenário discutiu sobre o texto da proposta de alteração do dispositivo, conforme Ata 03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o §6º do seu artigo 8º de acordo com nova redação:

§ 6º Não será computada a falta do conselheiro titular se este se fizer representar pelo suplente, desde que o mesmo comunique previamente, por escrito ou via e-mail, ao seu suplente e à Secretaria Executiva do Conselho em até 24 (vinte e quatro) horas antes da reunião.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó (SC), em 19/05/2016.

WILSON LOBO DE CARVALHO

Presidente do CONCIDADE DE CHAPECÓ

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2016 DE 19 DE MAIO DE 2016

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2016

DE 19 DE MAIO DE 2016

Institui a Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Chapecó.

O Conselho da Cidade de Chapecó – CONCIDADE DE CHAPECÓ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o título VIII da Lei Complementar Municipal nº 541, de 26 de novembro de 2014, que trata da Gestão Democrática e do Controle Social, e, Considerando a Resolução Normativa nº 19, de 18 de Setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades, que estabelece o Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e prevê em seu

artigo 8º:

Art. 8º As etapas da 6ª Conferência Nacional das Cidades serão realizadas nos seguintes períodos:

I - Etapa Municipal de 1º de janeiro de 2016 a 5 de julho de 2016. Considerando o Decreto nº 32.632, de 06 de Maio de 2016, que convoca a Conferência Municipal da Cidade de Chapecó, conforme seu artigo 1º:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, a ser realizada no dia 2 de julho de 2016, no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nês, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 18:00 horas, sob a coordenação do Conselho da Cidade de Chapecó – ConCidade de Chapecó.

Considerando a Resolução Normativa nº 19, de 18 de Setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades, que prevê em seu artigo 41:

Art. 41 Para a realização de cada Conferência Municipal, deverá ser constituída uma Comissão Preparatória pela Conferência Municipal das Cidades e, na sua ausência, pelo Executivo Municipal, com a participação de representantes dos diversos segmentos, conforme proporcionalidade estabelecida no artigo 23 deste Regimento.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Chapecó, composta por dez membros titulares e dez membros suplentes, distribuídos de acordo com os percentuais e segmentos de representatividade definidos pelo artigo 23 do Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades e pelo artigo 21 do Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades:

I - 04 (quatro) do Poder Público - 42,3%, sendo:

a) 01 (um) do Poder Executivo Estadual:

- 1 - Titular: Adriana Trevisan;
- 2 - Suplente: Leonardo Colpani.

b) 02 (dois) do Poder Executivo Municipal:

- 1 - Titular: Nemésio C. da Silva;
- 2 - Suplente: Izabel C. de Quadros.
- 3 - Titular: Júlie Monique Engler;
- 4 - Suplente: Tatiana Sebben Zanella.

c) 01 (um) do Poder Legislativo Municipal:

- 1 - Titular: Rosângela Colombi;
- 2 - Suplente: Caroline Hoffmann.

II - 02 (dois) dos movimentos sociais - 26,7%:

- 1 - Titular: Cezar Francisco Ciarini;
- 2 - Suplente: Nilton Martins.
- 3 - Titular: Fabiane Maria Hackmann;
- 4 - Suplente: Leno Ceresa.

III - 01 (um) das entidades sindicais de trabalhadores - 9,9%:

- a) Titular: Juscemar Pavão;
- b) Suplente: Levi Pereira Santos.

IV - 01 (um) das entidades empresariais relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano - 9,9%:

- a) Titular: Carlos Bortoluzzi;
- b) Suplente: Lírio Sanagiotto.

V - 01 (um) das entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos profissionais - 7%:

a) Titular: Luciano Chiarello;

b) Suplente: Paulo Roberto Lindermann.

VI - 01 (um) das organizações não governamentais (ONGs) - 4,2%:

a) Titular: Cláudio Jorge Kracker

b) Suplente: Álvaro Marcos Michelotto.

Art. 2º Cabe à Comissão Preparatória Municipal, entre outras atribuições:

I - elaborar o Regimento Interno da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições dos Regimentos Estadual e Nacional;

II - elaborar documento sobre o tema central e textos de apoio que subsidiarão as discussões da Conferência;

III - designar o Coordenador da Conferência Municipal da Cidade, assim como definir os expositores, a pauta e elaboração da programação da Conferência;

IV - planejar a infraestrutura para a realização da etapa municipal;

V - estimular, apoiar e acompanhar a Conferência Municipal, em especial, no processo de divulgação e participação social;

VI - mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência Nacional das Cidades;

VII - acompanhar os debates e a organização dos grupos de trabalho, na escolha dos facilitadores e relatores;

VIII - prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário, sem prejuízo do conteúdo, sendo que este tempo não poderá ser inferior à carga horária de oito horas, excluindo a cerimônia de abertura;

IX - enviar as informações constantes no artigo 26 do Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades, incisos I ao IV, para o CONCIDADES/SC, no máximo, até 10 dias úteis após a convocação da referida Conferência;

X - consolidar o relatório final da Conferência de acordo com o modelo disponível no site da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e enviar à Comissão Organizadora Estadual competente no prazo de dez dias após a realização da conferência;

XI - preencher o formulário disponibilizado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência Municipal, até 15 dias após a realização da Conferência, e;

XII - se necessário, encaminhar à Comissão Estadual Recursal e de Validação, os recursos impetrados contra atos da Comissão Preparatória Municipal ou quaisquer questionamentos referentes a atos ou omissões de agentes envolvidos na realização ou participação na referida conferência, no prazo regimental.

Art. 3º Fica convocada a primeira reunião da Comissão Preparatória Municipal para o dia 31 de maio próximo, no horário das 14 horas, na sala de reuniões do Gabinete do Prefeito.

Art. 4º A presente Comissão Preparatória Municipal fica constituída até a elaboração do Relatório final da Conferência.

Art. 5º A 6ª Conferência da Cidade de Chapecó será coordenada pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do Conselho da Cidade de Chapecó, Wilson Lobo de Carvalho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó (SC), em 19/05/2016.

WILSON LOBO DE CARVALHO

Presidente do CONCIDADE DE CHAPECÓ

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 06/2016 DE 19 DE MAIO DE 2016

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 06/2016
DE 19 DE MAIO DE 2016

Regulamenta os procedimentos de regularização de condomínios horizontais implantados e loteamentos aprovados e consolidados, conforme autoriza o artigo 470 da LCM nº541/2014.

A Presidência do CONCIDADE DE CHAPECÓ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o seu Regimento Interno, e

Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 541, de 26 de Novembro de 2014, Plano Diretor do Município, autoriza em seu artigo 470 a regularização de condomínios horizontais implantados e loteamentos aprovados e consolidados até 26 de novembro de 2014, através de lei específica, desde que ouvido previamente o Concidade de Chapecó, que definirá as condições e parâmetros para regularização;

Considerando a quantidade de pedidos de regularização que tem aportado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e diante das peculiaridades observadas em cada processo de regularização;

Considerando a necessidade de ser fixado um procedimento claro e objetivo que regre o andamento dos processos, visando dar um tratamento isonômico aos interessados;

Considerando, por fim, que é atribuição do Concidade de Chapecó elaborar e editar resoluções normativas que estabelecem diretrizes para a atuação do poder Executivo na execução da política de desenvolvimento territorial, conforme o artigo 454, inciso XI da Lei Complementar Municipal nº 541/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Os legitimados para promover os atos necessários para regularização de condomínios horizontais implantados e loteamentos aprovados e consolidados nos termos do artigo 470 da LCM nº 541/2014, serão os proprietários da área ou representante legalmente constituído.

Art. 2º Os interessados deverão apresentar requerimento solicitando a regularização do condomínio horizontal ou loteamento, direcionado a Diretoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), instruído com os seguintes documentos:

I – Comprovação de que o condomínio horizontal encontra-se implantado ou, no caso de loteamento que foi aprovado e encontra-se consolidado nos termos do caput do artigo 470 da LCM nº 541/2014;

II – Matrícula imobiliária atualizada da área a ser regularizada;

III – Levantamento topográfico georreferenciado em coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator), sistema de referência SIRGAS2000 (Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas), impresso e em arquivo digital formato .dwg contendo a localização, divisas e área total da gleba objeto da regularização;

IV - Projeto geométrico da área a ser regularizada;

V - Outros documentos e/ou mapas que se fizerem necessários.

Art. 3º A análise prévia dos documentos será responsabilidade da Diretoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), que emitirá um parecer técnico e encaminhará o processo de regularização para Secretária Executiva do Concidade de Chapecó, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento mencionado no artigo 2º desta Resolução.

Parágrafo único - A Diretoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) poderá opinar

sobre a proposta de doação de área institucional contida no artigo 264, inciso III da LCM nº 541/2014, a ser apresentada pelo interessado. As condições e parâmetros da compensação serão definidos e aprovados pelo plenário do Concidade de Chapecó.

Art. 4º O andamento do processo de regularização no Concidade de Chapecó, passará inicialmente pela análise e parecer das Câmaras Técnicas e posteriormente pela apreciação do plenário do Concidade de Chapecó, nos termos do caput do artigo 470 da LCM nº 541/2014.

Art. 5º Aprovado pelo plenário do Concidade de Chapecó, o processo de regularização deverá ser submetido à audiência pública, nos termos do artigo 451 §3º da LCM nº 541/2014 e nos moldes da Resolução Administrativa nº 05/2015, de 26 de Novembro de 2015, que regulamenta a matéria.

Art. 6º Aprovado na audiência pública, o processo de regularização será encaminhado para Câmara de Vereadores que, através da lei específica, concederá autorização legislativa para aprovação municipal, nos termos do caput do artigo 470 da LCM nº 541/2014.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Concidade de Chapecó.

Chapecó (SC), em 19/05/2016.

WILSON LOBO DE CARVALHO

Presidente do CONCIDADE DE CHAPECÓ

RESUMO DE DECRETOS - 20/05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
32654	16/05/2016	Concede Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade à servidora pública municipal KATIA MORGANA MOHR, ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Comarca de Chapecó
32655	16/05/2016	Concede Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade à servidora pública municipal ROSAURA LANZARIN, ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Comarca de Chapecó
32656	16/05/2016	Concede Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade ao servidor público municipal LUCAS PAES TORRES, ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Comarca de Chapecó
32658	16/05/2016	Exoneração, a pedido, de DAIANA CRISTINA DE MATTOS
32659	16/05/2016	Declara vago e sem lotação, na Administração Municipal, um cargo de Fiscal de Obras e Posturas, pelo passamento de sua titular JUSARA TERESINHA MARQUES DE OLIVEIRA CERUTTI
32660	16/05/2016	Nomeação de GUILHERME SILVEIRA
32661	16/05/2016	Nomeação de VICTOR DE FREITAS NOGARA
32662	16/05/2016	Nomeação de ORLANDINA RIBEIRO DA SILVA
32664	16/05/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.531, de 18 de abril de 2016, que nomeou GUSTAVO PEREIRA DAVILA, para ocupar o cargo de Engenheiro de Trânsito, em virtude da não possuir a habilitação legal para o cargo

32665	16/05/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.534, de 18 de abril de 2016, que nomeou MARINDIA APARECIDA KOLM, para ocupar o cargo de Técnico de Enfermagem, em virtude da não posse dentro do prazo legal
32666	16/05/2016	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 32.548, de 18 de abril de 2016, que nomeou VINICIUS BERNARDOM, para ocupar o cargo de Agente do CREAS - Direito, em virtude da não posse dentro do prazo legal
32667	16/05/2016	Concede Licença Especial à servidora pública municipal FATIMA TEREZINHA ALBERTI BALDIS-SERA

32668	16/05/2016	Nomeação da Conselheira Tutelar Suplente MARLOIVA DE FATIMA GOULART, para responder pela função do Conselheiro Tutelar DILCE ROSA DIOTO, durante seu período de férias
32669	18/05/2016	Exoneração, a pedido, de ALEX SANDRO SILVEIRA
32670	18/05/2016	Concede Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade à servidora pública municipal JEOVANA CORÁ VIDAL, à Secretaria de Estado da Segurança Pública

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 45/16

Portaria Nº 45/16

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear a senhora ERONITA SERPA DARIFF para exercer cargo de Provisório em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de maio de 2016.

Gabinete do Presidente, em 16 de maio de 2016

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PMCS/2016 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PMCS/2016 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Eletrodomésticos (geladeiras) e Aparelhos de TV, para uso no Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 14h00min do dia 06/06/2016.

Abertura: Dia 06/06/2016, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 19 de maio de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Cordilheira Alta

PREFEITURA

RECEBIMENTO 1ª PARCELA - TRANSPORTE ESCOLAR - SDR - ENSINO MÉDIO

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Médio

Município de Cordilheira Alta

Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 1ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR, Ensino Médio no valor de R\$ 12.527,34 (doze mil quinhentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos).

Cordilheira Alta SC, 11 de maio de 2016.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Fundamental

Município de Cordilheira Alta

Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 1ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR, Ensino Fundamental no valor de R\$ 5.516,55 (cinco mil quinhentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos).

Cordilheira Alta SC, 11 de maio de 2016.

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2016 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 01 de junho de 2016, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para possível contratação de serviços em horas máquinas para recuperação de estradas vicinais no interior do município de Coronel Martins, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 09:00 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011.

Coronel Martins (SC), 19 de maio de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

I ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 03/2016 FMS/FHMCP

I ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 03/2016 – FMS/FHMCP

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 03/2016 PMCP, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS NOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS INSTALADOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CORREIA PINTO, alterando-se a ordem dos itens do edital e incluindo o item "6 DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO", item "21 DAS OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S)", e item "22 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE". Feitas as devidas alterações, mantem-se a mesma data e horário de abertura da licitação, dia 31 de maio de 2016, às 14:30 horas.

Correia Pinto/SC, 20 de maio de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 14/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 14/2016 – PREFEITURA

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO 0 KM PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. Tipo: Menor preço por item. Abertura dos envelopes: 03/06/2016 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 20 de maio de 2016.

VÂNIO FOSTER

Prefeito Municipal e.e.

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação

Corupá

PREFEITURA

DECRETO 1059/2016

DECRETO 1059/2016

DISPÕE SOBRE A RECLASSIFICAÇÃO A PEDIDO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções que são conferidas por Lei.

Considerando quehouve por parte da candidata Silvana Pereira Pacheco, brasileira, casada, funcionária pública, RG nº 8.615.608 e CPF nº 435.827.299-15, aprovada em 1º lugar nocargodeMerendeira, pedido de reclassificação para o último lugar dos classificados.

Considerando que no item 15.9 do Edital dispõe que o candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

DECRETA:

Artigo 1º: Fica reclassificada a pedido de acordo com o item 15.9 do Edital de Concurso Público 001/2015 para a última colocação no cargo de Merendeira a candidata SILVANA PEREIRA PACHECO.

Artigo. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Corupá, 19 de Maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 05/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 05/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital de Concurso Público nº 001/2015, conforme os cargos constantes do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

O candidato convocado por este Edital, deverá apresentar-se, na Clínica Henry Ey Ltda. - Humana, sito à Rua Vidal Ramos, nº 222, Bairro Centro, próximo a Escola de Educação Básica Teresa Ramos, nesta cidade, no dia e horário conforme estabelecido no Anexo I, munido do documento oficial de identidade, carteira profissional, carteira de vacinação original e cópia.

O não comparecimento do candidato no dia e horário determinado, importará na sua eliminação do Concurso Público, no qual será tido como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 19 dias do mês de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Ordem	Nome	Data	Horário
7º	Icrair Pereira	30/05/2016	15:50

CARGO: AUXILIAR DE SETOR

Ordem	Nome	Data	Horário
24º	Joyce Raquel Kiatkowski	30/05/2016	15:40

CARGO: MERENDEIRA

Ordem	Nome	Data	Horário
5º	Angela Maria da Silva	23/05/2016	14:10

CARGO: NUTRICIONISTA

Ordem	Nome	Data	Horário
1º	Fernanda Rech Rodrigues	30/05/2016	13:50

PORTARIA Nº 3669/16

PORTARIA Nº 3669/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SRA. SILVANE LEITZKE DANIEL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. SILVANE LEITZKE DANIEL, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em razão da substituição da funcionária Márcia Martini, que esta sob júdice em processo federal, solicitando afastamento por impossibilidade laboral junto ao INSS, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3670/16

PORTARIA Nº 3670/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SRA. ARLETE ADELAIDE MARQUARDT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. ARLETE ADELAIDE MARQUARDT, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira e Cejac (Centro

de Educação de Jovens e Adultos), em virtude de substituição da funcionária Irene Maraski, que está sob júdice em processo federal, solicitando afastamento por impossibilidade laboral junto ao INSS, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3671/16

PORTARIA Nº 3671/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MOTORISTA, O SR. LEANDRO NEUMANN.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do SR. LEANDRO NEUMANN, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Motorista, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na Secretaria de Educação e Cultura, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3672/16

PORTARIA Nº 3672/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SRA. BERNADETE DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. BERNADETE DA SILVA, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Francisco Mees, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3673/16

PORTARIA Nº 3673/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MOTORISTA, O SR. VALDECIR VALDIR GUNTHER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do SR. VALDECIR VALDIR GUNTHER, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Motorista, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3674/16

PORTARIA Nº 3674/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MOTORISTA, O SR. MÁRCIO FIDÉLIS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do SR. MÁRCIO FIDÉLIS, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Motorista, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3675/16

PORTARIA Nº 3675/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MOTORISTA, AO SR. MOACIR LIPINSKY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do SR. MOACIR LIPINSKY, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Motorista, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para

efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3676/16

PORTARIA Nº 3676/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MERENDEIRA, A SRA. ANGELA MARIA DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. ANGELA MARIA DA SILVA, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Merendeira, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar no C.M.E.I. Franz Dorn, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3677/16

PORTARIA Nº 3677/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MERENDEIRA, A SRA. EDENI DE JESUS ALVES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. EDENI DE JESUS ALVES, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Merendeira, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em substituição da funcionária Cristiane Tamanini Alcântara, que está em licença-maternidade, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3679/16

PORTARIA Nº 3679/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. LAURECI BELITZKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. LAURECI BELITZKI, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Bomplandt, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3680/16

PORTARIA Nº 3680/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. GABY MORGANA SCHULZE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. GABY MORGANA SCHULZE, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Bomplandt, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3681/16

PORTARIA Nº 3681/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. CLARICE MARIA DA SILVEIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. CLARICE MARIA DA SILVEIRA, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Gertrudes Steffen, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3682/16

PORTARIA Nº 3682/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. LETICIA ALINE BERLATO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. LETICIA ALINE BERLATO, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Gertrudes Steffen, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3683/16

PORTARIA Nº 3683/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. SILVIA FABIANE DETZ MITTELSTADD.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. SILVIA FABIANE DETZ MITTELSTADD, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de

Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Gertrudes Steffen, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3684/16

PORTARIA Nº 3684/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. FABÍOLA APARECIDA JANSEN.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. FABÍOLA APARECIDA JANSEN, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3685/16

PORTARIA Nº 3685/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. ELAINE AMARAL DA ROCHA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa

Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. ELAINE AMARAL DA ROCHA, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3686/16

PORTARIA Nº 3686/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. LUCIANE APARECIDA BAIER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. LUCIANE APARECIDA BAIER, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3687/16

PORTARIA Nº 3687/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. DANIELA JUDACHEWSKY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. DANIELA JUDACHEWSKY, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3688/16

PORTARIA Nº 3688/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. GENIFFER CAROLINE PEGGAU.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. GENIFFER CAROLINE PEGGAU, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3689/16

PORTARIA Nº 3689/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. KARINA RENATA PINCEGHER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. KARINA RENATA PINCEGHER, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3690/16

PORTARIA Nº 3690/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. VANESSA CAMILA OLEWSKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. VANESSA CAMILA

OLEWSKI, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3691/16

PORTARIA Nº 3691/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. GABRIELLE ENGELHARDT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. GABRIELLE ENGELHARDT, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3692/16

PORTARIA Nº 3692/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. FABIANE MICHELE DOS SANTOS DE SOUZA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. FABIANE MICHELE DOS SANTOS DE SOUZA, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Dona Nina, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3693/16

PORTARIA Nº 3693/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. JOCIELE APARECIDA TRAVASSOS DA SILVA BORGES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. JOCIELE APARECIDA TRAVASSOS DA SILVA BORGES, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Franz Dorn, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3694/16

PORTARIA Nº 3694/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. ADRIANE JANKOWSKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. ADRIANE JANKOWSKI, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3696/16

PORTARIA Nº 3696/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. ANGELA MARIA BORTOLOTTI WARGENOWSKY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. ANGELA MARIA BORTOLOTTI WARGENOWSKY, a partir de 22 de fevereiro de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais,

para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3697/16

PORTARIA Nº 3697/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MERENDEIRA, A SRA. IRACI DA FONSECA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. IRACI DA FONSECA, a partir de 01 de março de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Merendeira, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3698/16

PORTARIA Nº 3698/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. ELIANE PEREIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de

dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. ELIANE PEREIRA, a partir de 01 de março de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3699/16

PORTARIA Nº 3699/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. EDILAINE MARIA DA ROCHA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. EDILAINE MARIA DA ROCHA, a partir de 01 de março de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, em virtude de existir demanda temporária. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3700/16

PORTARIA Nº 3700/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO INSTRUTOR DE MÚSICA – TECLADO/GAITA, AO SR. AUGUSTO MATHEUS OLIARI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do SR. AUGUSTO MATEUS OLIARI, a partir de 07 de março de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Instrutor de Música – Teclado/Gaita, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na Escola de Música Jazz Band Elite, em virtude de existir demanda. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07 de março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3701/16

PORTARIA Nº 3701/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO INSTRUTOR DE MÚSICA – VIOLINO, AO SR. PABLO EMANUEL FERREIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do SR. PABLO EMANUEL FERREIRA, a partir de 07 de março de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Instrutor de Música – Violino, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na Escola de Música Jazz Band Elite, em virtude de existir demanda. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a contar de 07 de março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3702/16

PORTARIA Nº 3702/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO INSTRUTOR DE MÚSICA – CLARINETE, AO SR. JAKSON WAJAND.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do SR. JAKSON WAJAND, a partir de 07 de março de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Instrutor de Música – Clarinete, com carga horária de 10 horas semanais, para trabalhar na Escola de Música Jazz Band Elite, em virtude de existir demanda. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07 de março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3703/16

PORTARIA Nº 3703/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. SILVANA ANDREIA SCHWARZ MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. SILVANA ANDREIA SCHWARZ MÜLLER, a partir de 07 de março de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de

Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no C.E.I. Franz Dorn, em virtude de existir demanda. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07 de março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3704/16

PORTARIA Nº 3704/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO INSTRUTOR DE MÚSICA – MUSICALIZAÇÃO E FLAUTA TRANSVERSAL, AO SR. PAULO HENRIQUE DE SOUSA COSTA WOLODOZELIK.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do SR. PAULO HENRIQUE DE SOUSA COSTA WOLODOZELIK, a partir de 07 de março de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na Escola de Música Jazz Band Elite, em virtude de existir demanda. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07 de março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3705/16

PORTARIA Nº 3705/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MERENDEIRA, A SRA. WANDERLÚCIA PILET SANTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. WANDERLÚCIA PILET SANTOS, a partir de 08 de março de 2016, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 22 de maio de 2016, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de MERENDEIRA, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de existir demanda. No entanto, há que se aguardar o processo burocrático para efetivação de profissional habilitado em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08 de março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 13 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3749/16

PORTARIA Nº 3749/16

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DA SERVIDORA KATIA THAISE DUARTE DOS SANTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, da servidora KATIA THAISE DUARTE DOS SANTOS, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a contar de 01 de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3750/16

PORTARIA Nº 3750/16

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DA SERVIDORA SILVANA WILLE KLETTENBERG.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, da servidora SILVANA WILLE KLETTENBERG, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a contar de 01 de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2877/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3751/16

PORTARIA Nº 3751/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 4, A SERVIDORA SILVANA WILLE KLETTENBERG.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG – 4, a servidora SRA. SILVANA WILLE KLETTENBERG, devido a exercer a coordenação de todas as atividades junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação e CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3752/16

PORTARIA Nº 3752/16

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 3, A SERVIDORA LUANA DANTAS IZIDRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 3, a servidora LUANA DANTAS IZIDRO, para responder pelo controle de arquivo do setor de tributação, junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3753/16

PORTARIA Nº 3753/16

EXONERA O SR. HILARIO SEIDEL, DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE DIVISÃO DE FROTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, o SR. HILARIO SEIDEL, do cargo em comissão de Gerente de Divisão de Frota, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Portaria nº 2956/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
18 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 109/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 109/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO EM USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 06/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 06/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 18 de Maio de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 108/2016

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 108/2016

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços, firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa Linck Máquinas Ltda, com o valor total de R\$ 2.030,00 (Dois mil e trinta reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONserto DO COMANDO HIDRÁULICO DA RETROESCAVADEIRA VOLVO BL70B, CONFORME REQUISICÃO Nº 57 DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 18 de maio de 2016.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25, o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 18 de maio de 2016.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 18 de maio de 2016.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2016

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2016

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitibanos e as empresas THIA-GO KUNITZ DANIEL E ROSEANA MURRAY PRODUÇÕES LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS EIRELI, com o valor total de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA ESCRITORA ROSEANA MURRAY QUE OCORRERÁ NO DIA 07/06/2016, E DA COMPANHIA ARTÍSTICA AVENIDA LAMPARINA QUE OCORRERÁ NOS DIAS 07/06 A 12/06, DURANTE A III SEMANA LITERÁRIA. O PÚBLICO ALVO DESSAS ATRAÇÕES É O ENSINO INFANTIL E MÉDIO. NA FORMA DO ART. 25 INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II – "para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 18 de maio de 2016

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de

acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 18 de maio de 2016.
Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendando a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 18 de maio de 2016.
Amaury Silva
Presidente do Fundo

**REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2016**

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 03/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 03/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 19 de Maio de 2016.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

ADITIVOS E CONTRATOS 2016

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO 049/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Adimilson Ritter Vargas.

Objeto: Prestação de serviços de lavagem para os veículos da Administração Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social.. ONDE SE LE o Valor R\$ 8.440,00 – O CORRETO É Valor R\$ 5.424,00. Origem: Processo 061-2016 – Pregão nº 061/2016 PMDC - Vigência: 18/05/2016 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira -- 18/05/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATO 012/2016.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: Adimilson Ritter Vargas.

Objeto: Prestação de serviços de lavagem para os veículos da Administração Municipal e Fundo Municipal de Assistência Social.. Valor R\$ 3.016,00 –. Origem: Processo 061-2016 – Pregão nº 061/2016 PMDC - Vigência: 18/05/2016 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira -- 18/05/2016.

Marilene Limberger – Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2016.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Maravimáquinas Com. de Peças e serviços –LTDA -ME

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças e prestação de serviços mecânicos para conserto do conversor e transmissão da pá carregadeira Michigan 55c. da Secretaria de Agricultura.-(Aditivo Devido a verificação momento da montagem do conversor que a mesma necessitava de peças e serviços de limpeza e deslocamento para manutenção do Motor) Valor R\$ 2.327,67 - Vigência:18/05/16 à 30/05/2016. Origem: Pregão 050/2016 PMDC. -Dionísio Cerqueira 18/05/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO 011/2016.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Fanem S/A

Objeto: Aquisição de equipamento para o Hospital Municipal.. Valor R\$ 34.800,00 –. Origem: Processo 015-2016 – Pregão nº 015/2016 PMDC - Vigência: 31/03/2016 à 30/09/2016.

Dionísio Cerqueira -- 31/03/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO Nº 050/2016.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Ademir Zanardi

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural ou suas organizações para a Alimentação escolar. Valor R\$ 3.300,00 -Vigência: 19/05/16 à 31/12/2016. Origem: DL 058/2016 PMDC. -Dionísio Cerqueira

19/05/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO Nº 051/2016.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Agenor de Vargas

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural ou suas organizações para a Alimentação escolar. Valor R\$ 3.200,00 -Vigência: 19/05/16 à 31/12/2016. Origem: DL 058/2016 PMDC. -Dionísio Cerqueira 19/05/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO Nº 052/2016.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Luciana T.B. Dickel.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural ou suas organizações para a Alimentação escolar. Valor R\$ 3.262,50 - Vigência: 19/05/16 à 31/12/2016. Origem: DL 058/2016 PMDC. -Dionísio Cerqueira 19/05/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO Nº 053/2016.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Valdir O.Buss.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios sem licitação da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural ou suas organizações para a Alimentação escolar. Valor R\$ 3.750,00 - Vigência: 19/05/16 à 31/12/2016. Origem: DL 058/2016 PMDC. -Dionísio Cerqueira 19/05/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal Luiz Carlos Barreiro de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 023/2016.

Objeto: Aquisição de fogão Industrial e prestação de serviços par manutenção, revisão geral e teste de funcionamento de Aparelho monitor multiparametros, cardioversor, eletrocardiogrado MAC600, no Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 03/06/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 19/05/2016

Maria Cristina Shirmbeck – Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 039/2016. Objeto: Aquisição

de óculos de grau destinado a pacientes idosos em situação de vulnerabilidade atendidos pelos programas Sociais. Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 07/06/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 19/05/2016
João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE CREDENCIAMENTO.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: .040/2016

MODALIDADE: Edital de Credenciamento nº .040/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o PROCESSO Nº 040/2016 – Para credenciamento – OBJETO: Prestação de serviços na área de fisioterapia, destinados aos pacientes do Município, através de clínicas de Fisioterapia em alterações obstétricas, neonatais e uroginecologias, em alterações pneumo-funcionais, disfunções músculo esquelético e alterações em neurologia Valor: R\$ 17,00 (Dezessete reais) por seção. Vigência: 31/12/2016. N.413. Dionísio Cerqueira, 20/05/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5560 2016 HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

DECRETO Nº 5560/2016.

HOMOLOGA RESULTADO PROFERIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

ALTAIR CARDOSO RITTES Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; Art. 17, da Lei Federal nº. 8.666/93; e, demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO e DESTRIBUIDO EM LOTES em consonância com a Anexo Único, o resultado proferido pela Comissão Especial, nomeada pelo Decreto nº 5552/2016, relativamente à avaliação dos bens móveis considerados inservíveis a administração municipal, com a finalidade de proceder a alienação dos mesmos através de processo regular de licitação na modalidade de LEILÃO PÚBLICO TIPO MAIOR LANCE.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 19 DE MAIO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

ANEXO ÚNICO

Lote	Nome do Produto	Valor da Avaliação
1	CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEN 14140, 1990/1990, PL.: MBF-4929 (SC), CH.: 9BWZZG-2ZLC022024	R\$ 9.000,00
2	CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ LK1113, 1982/1982, PL.: AFJ-8303 (SC), CH.: 34404112580386	R\$ 9.000,00
3	CARRETA AGRÍCOLA IMAS	R\$ 400,00
4	CAMINHÃO IVECO E160E213, 1998/1999, PL.: MAX-7496 (SC), CH.: 8ATA1NFH0WX039220	R\$ 8.000,00
5	PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 75III 4X4, , SÉRIE: NÃO IDENTIFICADO	R\$ 18.000,00
6	TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND TL85E 4X4, 2008, SÉRIE: Z8CB36532	R\$ 22.000,00
7	SUCATA DE REFRIGERADOR, MICROONDAS, BEBEDOURO, FREEZERS E OUTROS (APROX. 30 PÇS)	R\$ 800,00
8	SUCATA DE INCUBADORAS, MONITOR CARDIACO, BERÇO AQUECIDO, DETECTOR FETAL E OUTROS HOSPITALARES (APROX. 33 PÇS)	R\$ 600,00
9	SUCATA DE CPUS, IMPRESSORAS, MONITORES, ESTABILIZADORES, TV 29 POL. E OUTROS (APROX. 44 PÇS)	R\$ 400,00
10	SUCATA COMPRESSOR DE AR, MARCA DOUAT	R\$ 300,00
11	06 PNEUS SEM USO ARO 17	R\$ 500,00
12	05 PNEUS HAIDA SEM USO ARO 19	R\$ 500,00
13	03 PNEUS HAIDA SEM USO ARO 18	R\$ 300,00
14	05 PNEUS LINGLONG TYRES ARO 20	R\$ 500,00
15	05 PNEUS LINGLONG TYRES ARO 20	R\$ 500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 19 DE MAIO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 015/2016 Modalidade: Pregão nº 015/2016, Objeto Aquisição de equipamento para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira. Vencedor: Fanem S/A. - Valor R\$ 34.800,00 - Origem: Processo 015-2016 – Pregão nº 015/2016 HMDC - Vigência: 31/03/2016 à 30/09/2016.

Dionísio Cerqueira 31/03/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 058/2016 - Modalidade: DL nº 058/2016, Objeto Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural ou suas organizações para a Alimentação escolar. Vencedores: Ademir Zanardi - Valor R\$ 3.300,00, Agenor de Vargas - Valor R\$ 3.200,00 - Luciana T.B. Dickel. Valor R\$ 3.262,50 - Valdir O. Buss. Valor R\$ 3.750,00 Origem: Processo 058-2016 – DL nº 058/2016 PMDC - Vigência: 19/05/2016 à 31/12/2016. - Dionísio Cerqueira 19/05/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo ONDE SE LÊ - Processo Licitatório nº 060/2016 PMDC PREGÃO nº 060/2016, - O CORRETO É Processo Licitatório nº 062/2016 PMDC PREGÃO nº 062/2016 Objeto: Aquisição de camisetas e leão de pelúcia para o programa Proerd (Secretaria de Educação). Vencedores: Odeti & Bruna Bichos de Pelúcia – Valor R\$ 6.596,00 – Zoon Indústria e Comércio de Confeccções Ltda –EPP – Valor R\$ 6.980,60 –

Dionísio Cerqueira 16/05/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL REF. 1º QUADRIMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL FAXINAL DOS GUEDES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ 1,00
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		15.053.184,95	0,00	0,00
Pessoal Ativo		15.040.858,37	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista		0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		12.326,58	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		21.000,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		21.000,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)		15.032.184,95	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
		VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		30.907.062,00	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)		15.032.184,95	48,64	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		16.689.813,48	54,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		15.855.322,81	51,30	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		15.020.832,13	48,60	
FONTE:				

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	252.415,17	634.040,32	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	474.796,58	0,00	0,00
Interna	0,00	474.796,58	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	252.415,17	159.243,74	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.150.198,01	3.974.369,84	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.150.198,01	4.330.650,41	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	356.280,57	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.897.782,84	-3.340.329,52	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	30.329.652,70	30.907.062,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,83%	2,05%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-9,55%	-10,81%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	36.395.583,24	37.088.474,40	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	32.756.024,92	33.379.626,96	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	474.796,58	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	474.796,58	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	167.370,15	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.050.135,79	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	30.329.652,70	30.907.062,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	6.672.523,59	6.799.553,64	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	6.005.271,23	6.119.598,28	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS				
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE:

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	474.796,58	474.796,58
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	474.796,58	474.796,58
Interna	474.796,58	474.796,58
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	474.796,58	474.796,58
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	30.907.062,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	474.796,58	1,54
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	4.945.129,92	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	4.450.616,93	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.163.494,34	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	474.796,58	1,54

FONTE:

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00.									
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
(f) = (a - (b + c + d + e))									
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	107.490,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.490,46	0,00	0,00
Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	484,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	484,76	0,00	0,00
Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	71,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71,49	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	13.301,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.301,69	1.870,72	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - Convênio Trânsito - Civil	6.945,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.945,16	222.745,29	0,00
Convênio Trânsito - Militar	7.540,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.540,18	78,95	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	2.249,03	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00	2.159,03	7.059,40	0,00
Convênio Trânsito - Petróleo	7.617,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.617,79	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	22.606,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.606,69	1.843,38	0,00
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência : Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	14.004,57	0,00	11.051,15	0,00	0,00	0,00	2.953,42	11.622,81	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	21.497,15	0,00	9.066,40	0,00	0,00	0,00	12.430,75	79.041,40	0,00
Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	13.877,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.877,10	36.500,00	0,00
Recursos de Impostos e Transferências Impostos - Educação	(339.822,82)	0,00	28.924,22	0,00	0,00	60.577,44	(429.324,48)	1.459.563,84	0,00
Salário Educação	174.029,27	0,00	20.255,60	0,00	0,00	0,00	153.773,67	425.819,98	0,00
Superavit - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento	115.572,58	0,00	5.300,00	0,00	0,00	0,00	110.272,58	147.067,01	0,00
SUPERÁVIT CONVÊNIOS EDUCAÇÃO	4.263,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.263,79	0,00	0,00
SUPERÁVIT CONVÊNIOS OUTROS	174.678,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174.678,50	0,00	0,00
SUPERÁVIT COSIP	258.535,06	0,00	11.007,88	0,00	0,00	0,00	247.527,18	0,00	0,00
SUPERÁVIT DE ALIENAÇÕES DE BENS DESTINADOS A PROCEL	280,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,51	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	16.256,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.256,75	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO ALIENACAO BENS SAUDE	74.876,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.876,92	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO ALIENAÇÃO DE BENS	2.397,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.397,16	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA	940,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	940,26	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	3.735,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.735,85	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO CONVÊNIO TRÂNSITO - CIVIL	72.022,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.022,24	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO CONVÊNIO TRÂNSITO - MILITAR	45.300,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.300,44	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO CONVÊNIO TRÂNSITO - PREFEITURA	40.065,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.065,88	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO CONVÊNIO TRÂNSITO - PREFEITURA	37.893,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.893,17	0,00	0,00

R\$ 1,00

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/3
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	
SUPERÁVIT FINANCEIRO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	27.141,71	0,00	0,00	0,00	0,00	27.141,71	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO GESTÃO DO SUS	15.807,37	0,00	0,00	0,00	0,00	15.807,37	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RE	148.095,81	0,00	0,00	0,00	0,00	148.095,81	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TR	17,03	0,00	0,00	0,00	0,00	17,03	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO SALÁRIO EDUCAÇÃO	345.873,88	0,00	0,00	0,00	0,00	345.873,88	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO VIGILÂNCIA EM SAÚDE	99.666,96	0,00	0,00	0,00	0,00	99.666,96	0,00
SUPERÁVIT PNAE	15.103,26	0,00	0,00	0,00	0,00	15.103,26	0,00
SUPERÁVIT PNATE	195,97	0,00	0,00	0,00	0,00	195,97	0,00
SUPERÁVIT TRANSF. DE CONVENIOS SAÚDE/ESTADO	570,35	0,00	0,00	0,00	0,00	570,35	0,00
SUPERÁVIT Transferência Convênios - Estado/Outros	1.064.442,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.064.442,41	0,00
SUPERÁVIT TRANSFERENCIA DE CONVENIOS - EDUCAÇÃO/I	11,28	0,00	0,00	0,00	0,00	11,28	0,00
SUPERÁVIT Transferência SUS/Estado	109.469,05	0,00	0,00	0,00	0,00	109.469,05	0,00
Transferência Convênios - Educação/Estado	2.715,58	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,58	36.500,00
Transferência Convênios - Estado/Outros	42.156,12	0,00	0,00	0,00	0,00	42.156,12	0,00
Transferências de Convênios - Educação	8.243,08	0,00	0,00	0,00	0,00	8.243,08	0,00
Transferências de Convênios - Outros	9.015,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.015,00	0,00
Transferências do FUNDEB - 40%	271.580,15	0,00	0,00	0,00	3.129,20	(62.471,45)	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	357.455,06	0,00	0,00	0,00	23.925,19	225.779,17	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	236.758,03	0,00	0,00	0,00	49.903,96	256.379,96	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	36.728,48	0,00	0,00	0,00	15,24	181.840,36	371.290,76
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.689.758,21	0,00	282.001,86	0,00	137.551,03	3.270.205,32	28.422,68
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Edu	127,13	0,00	0,00	0,00	0,00	127,13	0,00
Recursos Ordinários	1.336.655,40	0,00	171.480,99	0,00	101.260,71	1.063.913,70	2.636.694,05
SUPERÁVIT CIDE	11.655,64	0,00	0,00	0,00	0,00	11.655,64	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO RECURSOS ORDINÁRIOS	7,80	0,00	0,00	0,00	0,00	7,80	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	18.825,17	0,00	0,00	0,00	0,00	18.825,17	0,00
SUPERÁVIT RECURSOS ORDINÁRIOS	212.034,43	0,00	0,00	0,00	0,00	212.034,43	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	559,28	0,00	0,00	0,00	0,00	559,28	0,00

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/3

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) $(f) = (a - (b + c + d + e))$	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(b)					
Transferências de Convênios - Saúde	559,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	559,28	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.579.864,85	0,00	171.480,99	0,00	0,00	101.260,71	1.307.123,15	2.636.694,05	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	5.269.623,06	0,00	453.482,85	0,00	0,00	238.811,74	4.577.328,47	5.975.902,77	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		30.907.062,00	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		15.831.769,08	51,22
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		18.544.237,20	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		17.617.025,34	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-4.182.099,89	-13,53
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		37.088.474,40	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		6.799.553,64	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		474.796,58	1,54
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		4.945.129,92	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		2.163.494,34	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		5.975.902,77	4.577.328,47

FONTE:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA REF. 2º BIM. 2016

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (a)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	33.850.000,00	33.850.000,00	11.250.190,48	33,24	11.250.190,48	22.599.809,52
RECEITA TRIBUTÁRIA	33.850.000,00	33.850.000,00	10.614.060,57	31,36	10.614.060,57	23.235.939,43
IMPOSTOS	2.510.059,50	2.510.059,50	785.243,49	31,28	785.243,49	1.724.816,01
TAXAS	2.247.438,70	2.247.438,70	590.136,02	26,26	590.136,02	1.657.302,68
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	248.882,00	248.882,00	195.107,47	78,39	195.107,47	53.774,53
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	13.738,80	13.738,80	0,00	0,00	0,00	13.738,80
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	435.062,00	435.062,00	148.526,09	34,14	148.526,09	286.535,91
RECEITA PATRIMONIAL	435.062,00	435.062,00	148.526,09	34,14	148.526,09	286.535,91
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	77.810,30	77.810,30	157.478,36	202,39	157.478,36	-79.668,06
RECEITA AGROPECUÁRIA	77.810,30	77.810,30	157.478,36	202,39	157.478,36	-79.668,06
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	34.347,00	34.347,00	0,00	0,00	0,00	34.347,00
RECEITA DE SERVIÇOS	34.347,00	34.347,00	0,00	0,00	0,00	34.347,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.636,80	36.636,80	8.567,69	23,39	8.567,69	28.069,11
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	29.802.484,18	29.802.484,18	9.457.813,58	31,73	9.457.813,58	20.344.670,60
TRANSF. DE CONV.	29.628.459,38	29.628.459,38	9.455.098,34	31,91	9.455.098,34	20.173.361,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	174.024,80	174.024,80	2.715,24	1,56	2.715,24	171.309,56
MULTAS E JUROS DE MORA	953.600,22	953.600,22	56.431,36	5,92	56.431,36	897.168,86
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	67.549,10	67.549,10	20.520,93	30,38	20.520,93	47.028,17
RECEITA DA DIVIDATIVA	97.314,10	97.314,10	20,88	0,02	20,88	97.293,22
RECEITAS DIVERSAS	74.418,50	74.418,50	23.892,84	32,11	23.892,84	50.525,66
RECEITAS DE CAPITAL	714.318,52	714.318,52	11.996,71	1,68	11.996,71	702.321,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	636.129,91	0,00	636.129,91	-636.129,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	474.796,58	0,00	474.796,58	-474.796,58
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	474.796,58	0,00	474.796,58	-474.796,58
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	161.333,33	0,00	161.333,33	-161.333,33
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	68.000,00	0,00	68.000,00	-68.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	33.850.000,00	33.850.000,00	11.250.190,48	33,24	11.250.190,48	22.599.809,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)		
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		33.850.000,00	11.250.190,48	33,24	11.250.190,48	33,24	22.599.809,52		
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	—	—		
TOTAL (VII) = (V + VI)		33.850.000,00	11.250.190,48	33,24	11.250.190,48	33,24	22.599.809,52		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		—	—	—	854.038,32	—	—		
Superávit Financeiro		—	—	—	854.038,32	—	—		
Reabertura de Créditos Adicionais		—	—	—	0,00	—	—		
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (i)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)	(g) = (e-f)	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)	(i) = (e-h)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	33.850.000,00	35.547.595,71	16.347.137,97	16.347.137,97	19.200.457,74	10.371.235,20	10.371.235,20	25.176.360,51	9.917.752,35
DESPESAS CORRENTES	31.877.639,60	31.804.667,16	14.439.444,24	14.439.444,24	17.365.222,92	8.637.151,80	8.637.151,80	23.167.515,36	8.268.269,32
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.446.848,10	16.375.677,62	4.775.149,22	4.775.149,22	11.600.528,40	4.775.149,22	4.775.149,22	11.600.528,40	4.572.677,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	300.000,00	100.000,00	100.000,00	200.000,00	16.738,84	16.738,84	283.261,16	16.738,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.130.791,50	15.128.989,54	9.564.295,02	9.564.295,02	5.564.694,52	3.845.263,74	3.845.263,74	11.283.725,80	3.678.853,37
DESPESAS DE CAPITAL	1.949.462,40	3.720.030,55	1.907.693,73	1.907.693,73	1.812.336,82	1.734.083,40	1.734.083,40	1.985.947,15	1.649.483,03
INVESTIMENTOS	1.548.462,40	3.319.030,55	1.655.278,56	1.655.278,56	1.663.751,99	1.640.911,97	1.640.911,97	1.678.118,58	1.556.311,60
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	400.000,00	400.000,00	252.415,17	252.415,17	147.584,83	93.171,43	93.171,43	306.828,57	93.171,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.898,00	22.898,00	0,00	0,00	22.898,00	0,00	0,00	22.898,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	22.898,00	22.898,00	0,00	0,00	22.898,00	0,00	0,00	22.898,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	33.850.000,00	35.547.595,71	16.347.137,97	16.347.137,97	19.200.457,74	10.371.235,20	10.371.235,20	25.176.360,51	9.917.752,35

Continua 2/3

Município de Faxinal dos Guedes - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	33.850.000,00	35.547.595,71	16.347.137,97	16.347.137,97	19.200.457,74	10.371.235,20	10.371.235,20	25.176.360,51	9.917.752,35
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	878.955,28	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	33.850.000,00	35.547.595,71	16.347.137,97	16.347.137,97	-	10.371.235,20	11.250.190,48	-	9.917.752,35

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 19/05/2016

GENARO COSTA KESKE	FLARI RAFAEL TRICHES	JONAS MANOEL SIRINO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	68.000,00	-68.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	68.000,00	-68.000,00
TOTAL	0,00	68.000,00	-68.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		68.000,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 19/05/2016

GENARO COSTA KESKE
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.364.218,50	2.364.218,50	619.279,65	26,19
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	366.368,00	366.368,00	383,60	0,10
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	194.633,00	194.633,00	75.900,22	39,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.179.247,00	1.179.247,00	388.932,00	33,83
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	507.190,70	507.190,70	114.920,20	22,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	18.318,40	18.318,40	2.909,16	15,88
Dívida Ativa dos Impostos	60.679,70	60.679,70	15.936,47	26,26
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	37.781,70	37.781,70	10.298,00	27,26
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	25.080.939,10	25.080.939,10	7.536.724,60	30,05
Cota-Parte FPM	10.272.000,00	10.272.000,00	2.724.224,65	26,52
Cota-Parte ITR	4.579,60	4.579,60	2.403,08	52,47
Cota-Parte IPVA	1.099.104,00	1.099.104,00	330.614,27	30,08
Cota-Parte ICMS	13.482.000,00	13.482.000,00	4.396.742,53	32,61
Cota-Parte IPI-Exportação	143.112,50	143.112,50	65.203,23	45,56
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	80.143,00	80.143,00	17.536,84	21,88
Desoneração ICMS (LC 87/96)	80.143,00	80.143,00	17.536,84	21,88
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	27.445.157,60	27.445.157,60	8.156.004,25	29,72
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.341.326,20	2.341.326,20	838.215,80	35,80
Provenientes da União	2.341.326,20	2.341.326,20	834.360,79	35,64
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	3.855,01	
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.289,80	2.289,80	6.939,47	303,06
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.343.616,00	2.343.616,00	845.155,27	36,06
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Quadrimestre	% (f/e)*100
				Até o Quadrimestre
				% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.247.326,20	8.247.896,55	4.382.727,49	53,14
Pessoal e Encargos Sociais	4.290.000,00	4.290.000,00	1.284.885,84	29,95
Outras Despesas Correntes	3.957.326,20	3.957.896,55	3.097.841,65	78,27
DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	71.000,00	5.749,36	8,10
Investimentos	25.000,00	71.000,00	5.749,36	8,10
				3.830,85
				5,40

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre	(f/e)*100	Até o Quadrimestre	(g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	71.000,00	5.749,36	8,10	3.830,85	5,40
Investimentos	25.000,00	71.000,00	5.749,36	8,10	3.830,85	5,40
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	8.272.326,20	8.318.896,55	4.388.476,85	52,75	2.529.199,57	30,40
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre	(h/v)*100	Até o Quadrimestre	(i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.341.326,20	2.387.326,20	1.019.360,40	23,23	619.646,96	24,50
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.341.326,20	2.387.326,20	1.019.360,40	23,23	619.646,96	24,50
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.341.326,20	2.387.326,20	1.019.360,40	23,23	619.646,96	24,50
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	5.931.000,00	5.931.570,35	3.369.116,45	76,77	1.909.552,61	75,50
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						686.151,97

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Quadrimestre (l)	% (l/total l)*100	Até Quadrimestre (m)	% (m/total m)*100
	7.825.326,20 402.000,00 45.000,00	7.825.896,55 402.000,00 91.000,00	3.986.803,89 398.964,45 2.708,51	90,85 9,09 0,06	2.370.529,33 157.880,24 790,00	93,73 6,24 0,03
	8.272.326,20	8.318.896,55	4.388.476,85	100,00	2.529.199,57	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Faxinal dos Guedes, 19/05/2016

GENARO COSTA KESKE PREFEITO MUNICIPAL	FLARI RAFAEL TRICHES CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	JONAS MANOEL SIRINO COORDENADOR DE CONTI
--	--	---

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 19/05/2016

GENARO COSTA KESKE
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	33.850.000,00
Previsão Atualizada		—	33.850.000,00
Receitas Realizadas		11.250.190,48	11.250.190,48
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	854.038,32
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	33.850.000,00
Créditos Adicionais		—	1.697.595,71
Dotação Atualizada		—	35.547.595,71
Despesas Empenhadas		16.347.137,97	16.347.137,97
Despesas Liquidadas		10.371.235,20	10.371.235,20
Superavit Orçamentário		—	878.955,28
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre
Despesas Empenhadas		16.347.137,97	16.347.137,97
Despesas Liquidadas		10.371.235,20	10.371.235,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida			30.907.062,00
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Quadrimestre (b)
Resultado Nominal		-125.331,82	-736.141,87
Resultado Primário		622.189,70	195.257,28
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Quadrimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.362.645,45	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.054.313,35	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		474.796,58	-474.796,58
Despesa de Capital Líquida		1.734.083,40	1.985.947,15
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			2049
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		161.333,33	-161.333,33
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Faxinal dos Guedes - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Quadrimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Quadrimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.909.552,61	15,00	23,41
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			
Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Faxinal dos Guedes, 19/05/2016

GENARO COSTA KESKE	FLARI RAFAEL TRICHES	JONAS MANOEL SIRINO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (b/Total b)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Legislativa	33.850.000,00	35.547.595,71	16.347.137,97	100,00	19.200.457,74	10.371.235,20	100,00	25.176.360,51
Ação Legislativa	1.200.000,00	1.200.000,00	285.864,83	1,75	914.135,17	285.864,83	2,76	914.135,17
Administração	1.200.000,00	1.200.000,00	285.864,83	1,75	914.135,17	285.864,83	2,76	914.135,17
Administração Geral	4.426.450,20	4.426.450,20	1.554.671,78	9,51	2.871.778,42	1.009.241,24	9,73	3.417.208,96
Defesa Nacional	4.426.450,20	4.426.450,20	1.554.671,78	9,51	2.871.778,42	1.009.241,24	9,73	3.417.208,96
Defesa Civil	17.173,50	17.173,50	0,00	0,00	17.173,50	0,00	0,00	17.173,50
Segurança Pública	17.173,50	17.173,50	0,00	0,00	17.173,50	0,00	0,00	17.173,50
Policimento	224.700,00	224.700,00	42.026,73	0,26	182.673,27	26.593,35	0,26	198.106,65
Assistência Social	224.700,00	224.700,00	42.026,73	0,26	182.673,27	26.593,35	0,26	198.106,65
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.655.835,70	1.656.167,40	696.731,50	4,26	959.435,90	460.601,41	4,44	1.195.565,99
Assistência Comunitária	143.262,30	143.262,30	40.996,51	0,25	102.265,79	40.511,51	0,39	102.750,79
Saúde	1.512.573,40	1.512.905,10	655.734,99	4,01	857.170,11	420.089,90	4,05	1.092.815,20
Atenção Básica	8.272.326,20	8.318.896,55	4.388.476,85	26,85	3.930.419,70	2.529.199,57	24,39	5.789.696,98
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.825.326,20	7.825.896,55	3.986.803,89	24,39	3.839.092,66	2.370.529,33	22,86	5.455.367,22
Vigilância Epidemiológica	402.000,00	402.000,00	398.964,45	2,44	3.035,55	157.880,24	1,52	244.119,76
Educação	45.000,00	91.000,00	2.708,51	0,02	88.291,49	790,00	0,01	90.210,00
Alimentação e Nutrição	9.166.631,00	9.535.697,93	3.749.638,93	22,94	5.786.059,00	2.468.328,04	23,80	7.067.369,89
Ensino Fundamental	136.960,00	136.960,00	116.006,91	0,71	20.953,09	66.965,51	0,65	69.994,49
Ensino Médio	7.231.589,50	7.496.396,37	3.022.414,53	18,49	4.473.981,84	1.873.568,20	18,07	5.622.828,17
Ensino Superior	28.622,50	28.622,50	0,00	0,00	28.622,50	0,00	0,00	28.622,50
Educação Infantil	57.245,00	57.245,00	13.200,00	0,08	44.045,00	6.600,00	0,06	50.645,00
Educação Especial	1.666.418,00	1.770.678,06	552.221,49	3,38	1.218.456,57	515.398,33	4,97	1.255.279,73
Cultura	45.796,00	45.796,00	45.796,00	0,28	0,00	5.796,00	0,06	40.000,00
Difusão Cultural	351.069,60	1.006.190,16	711.956,31	4,36	294.233,85	676.942,80	6,53	329.247,36
Urbanismo	351.069,60	1.006.190,16	711.956,31	4,36	294.233,85	676.942,80	6,53	329.247,36
Infra-Estrutura Urbana	824.100,00	824.100,00	569.102,76	3,48	254.997,24	174.700,92	1,68	649.399,08
Serviços Urbanos	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Saneamento Básico Urbano	674.100,00	674.100,00	569.102,76	3,48	104.997,24	174.700,92	1,68	499.399,08
Habituação	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Habituação Urbana	180.000,00	206.713,60	51.137,43	0,31	155.576,17	51.137,43	0,49	155.576,17
Agricultura	180.000,00	206.713,60	51.137,43	0,31	155.576,17	51.137,43	0,49	155.576,17
Extensão Rural	790.000,00	790.000,00	398.883,51	2,44	391.116,49	175.816,81	1,70	614.183,19
Indústria	790.000,00	790.000,00	398.883,51	2,44	391.116,49	175.816,81	1,70	614.183,19
Promoção Industrial	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00

Continua 1/2

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continuação 2/2

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (b)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.850.000,00	35.547.595,71	16.347.137,97	16.347.137,97	19.200.457,74	10.371.235,20	10.371.235,20	25.176.360,51
Energia	477.862,00	477.862,00	381.517,33	381.517,33	96.344,67	151.272,04	151.272,04	326.589,96
Energia Elétrica	477.862,00	477.862,00	381.517,33	381.517,33	96.344,67	151.272,04	151.272,04	326.589,96
Transporte	4.843.249,30	4.968.245,29	2.105.245,06	2.105.245,06	2.863.000,23	1.474.279,39	1.474.279,39	3.493.965,90
Transporte Rodoviário	4.843.249,30	4.968.245,29	2.105.245,06	2.105.245,06	2.863.000,23	1.474.279,39	1.474.279,39	3.493.965,90
Desporto e Lazer	235.704,50	710.501,08	659.469,78	659.469,78	51.031,30	657.240,60	657.240,60	53.260,48
Desporto Comunitário	235.704,50	710.501,08	659.469,78	659.469,78	51.031,30	657.240,60	657.240,60	53.260,48
Encargos Especiais	1.150.000,00	1.150.000,00	752.415,17	752.415,17	397.584,83	230.016,77	230.016,77	919.983,23
Outros Encargos Especiais	1.150.000,00	1.150.000,00	752.415,17	752.415,17	397.584,83	230.016,77	230.016,77	919.983,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.898,00	22.898,00	0,00	0,00	22.898,00	0,00	0,00	22.898,00
TOTAL (III) = (I + II)	33.850.000,00	35.547.595,71	16.347.137,97	16.347.137,97	19.200.457,74	10.371.235,20	10.371.235,20	25.176.360,51

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 19/05/2016

GENARO COSTA KESKE
PREFEITO MUNICIPAL

FLAIR RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Faxinal dos Guezes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		3.009.591,07	3.159.789,90	2.789.651,15	2.674.157,53	2.626.028,03	2.809.107,12	2.680.623,25	3.217.611,01	3.171.556,98	3.159.122,02	2.822.719,57	2.924.790,95	35.245.146,38	36.886.187,82
RECEITA TRIBUTÁRIA		200.894,45	433.260,01	187.677,71	191.101,56	183.461,76	194.373,26	180.291,89	247.285,19	107.226,42	202.769,50	276.747,18	198.500,39	2.603.505,32	2.510.659,50
IPI, IPIU		25.685,29	146.000,97	5.883,46	6.094,56	5.047,66	3.745,79	4.454,69	1.080,64	0,00	0,00	0,00	383,60	186.414,64	366.368,00
IPIR/F		44.244,38	39.763,84	39.419,74	42.151,45	38.923,36	41.880,06	40.876,60	115.071,48	87.592,23	88.096,69	122.398,80	31.500,89	517.234,10	507.190,70
I.S.S.		74.812,08	102.517,33	95.496,23	106.859,69	119.634,29	117.252,98	116.412,44	115.174,67	7.740,00	6.399,22	6.645,00	93.869,28	1.248.092,01	1.179.247,00
I.T.E.I.		21.630,66	9.569,00	26.113,84	13.225,04	6.327,00	17.780,00	11.163,10	6.292,70	7.740,00	7.423,95	98.194,71	57.146,00	188.031,46	194.633,00
Outras Receitas Tributárias		34.462,14	135.318,67	20.754,44	20.790,53	13.529,47	13.742,43	7.382,06	9.665,70	11.888,19	74.423,95	98.194,71	9.800,62	460.733,11	262.620,80
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		33.295,82	33.819,63	35.947,21	35.117,24	0,00	70.255,55	36.277,06	38.435,92	38.990,70	35.155,71	35.126,64	39.853,04	428.835,62	435.062,00
RECEITA PATRIMONIAL		23.538,80	21.276,39	26.771,16	22.802,83	23.788,95	24.293,82	24.246,32	12.774,75	21.444,43	29.384,36	31.759,03	32.075,27	286.152,11	77.810,30
RECEITA AGROPECUÁRIA		798,41	1.563,00	1.126,00	2.206,82	1.618,24	1.888,00	1.112	3.714,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.327,59	34.347,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		227,49	64,89	528	40,33	124,68	85,50	1.016,20	42,97	2.279,06	2.440,81	2.168,41	1.679,41	10.172,03	36.636,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.737.219,38	2.699.220,99	2.510.016,04	2.411.807,01	2.409.960,79	2.504.435,59	2.625.349,38	2.894.170,46	2.975.755,28	2.878.596,03	2.466.422,37	2.644.014,02	31.717.343,34	34.818.672,00
Cota-Parte do FPM		786.549,34	696.117,85	508.046,76	594.198,55	495.387,02	563.832,53	695.611,19	732.029,81	695.628,13	870.822,84	526.955,81	628.814,87	7.728.996,70	10.272.000,00
Cota-Parte do ICMS		1.051.421,95	1.052.337,49	988.591,83	960.252,27	1.001.210,52	1.035.241,04	1.041.454,29	1.016.694,50	1.258.165,70	1.027.032,28	1.043.586,07	1.087.869,48	12.562.946,32	13.482.000,00
Cota-Parte do IPVA		126.710,28	111.140,81	128.411,21	96.094,05	118.301,57	103.025,94	99.290,48	51.095,37	57.232,30	66.131,38	96.198,23	107.801,36	1.126.863,98	1.089.104,00
Cota-Parte do ITR		2.194,36	163,41	27,57	283,77	2.782,40	27.022,47	814,44	61,44	57,65	65,51	2.179,74	100,18	35.742,97	4.579,60
Outras Transferências Correntes		273.477,07	339.012,35	424.897,35	297.005,37	346.846,71	304.660,89	423.061,72	617.749,30	352.725,92	357.556,89	264.955,73	283.832,28	4.288.791,58	3.807.150,90
Transferências de LC 61/1996		163.119,99	15.537,17	14.312,89	15.229,55	15.186,31	17.614,88	16.598,71	15.847,13	19.759,60	15.259,63	14.898,18	15.266,82	191.831,86	143.112,50
Transferências de LC 87/1996		4.317,79	4.317,79	4.317,79	4.317,79	4.317,79	4.317,79	4.317,79	4.317,79	4.394,21	4.394,21	4.394,21	4.394,21	52.079,16	80.143,00
Transferências do FUNDEB		474.236,70	450.594,12	431.410,64	443.445,66	422.918,47	448.724,05	443.210,73	456.375,12	587.511,77	534.700,29	511.304,40	535.635,82	5.740.267,77	5.690.582,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		13.745,72	10.384,69	26.703,75	11.081,64	7.073,61	13.765,40	13.438,28	23.187,72	26.270,99	10.405,61	10.495,94	9.238,82	175.812,37	953.600,22
DEDUÇÕES (II)		397.900,95	373.922,69	330.741,80	334.271,00	327.438,91	350.210,71	352.247,20	364.009,00	407.103,34	397.339,59	338.032,21	364.888,98	4.338.086,38	5.016.187,82
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		397.900,95	373.922,69	330.741,80	334.271,00	327.438,91	350.210,71	352.247,20	364.009,00	407.103,34	397.339,59	338.032,21	364.888,98	4.338.086,38	5.016.187,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.611.690,12	2.785.867,11	2.458.909,35	2.339.886,53	2.298.589,12	2.458.896,41	2.328.376,05	2.853.602,01	2.764.853,54	2.761.792,43	2.484.687,36	2.559.901,97	30.907.062,00	33.869.999,00
FONTE:															
Faxinal dos Guezes, 19/05/2016															
GENARO COSTA VESKE PREFEITO MUNICIPAL															
FLÁVIO RAFAEL TRICHES CONTADOR GROSS 16.312/05															
JONAS MANOEL SPINHO COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO															

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	252.415,17	252.415,17	634.040,32
DEDUÇÕES (II)	3.698.373,19	3.698.373,19	4.816.140,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.698.373,19	3.698.373,19	5.269.623,06
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	453.482,85
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.445.958,02	-3.445.958,02	-4.182.099,89
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.445.958,02	-3.445.958,02	-4.182.099,89

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Quadrimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	-736.141,87	-736.141,87

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-125.331,82

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 19/05/2016

GENARO COSTA KESKE
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Quadrimestre/ 2016	Até o Quadrimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	33.772.189,70	10.456.582,21	9.914.269,20
Receita Tributária	2.510.059,50	785.243,49	715.521,38
I.P.T.U.	366.368,00	383,60	179,87
I.S.S.	1.179.247,00	398.932,00	387.944,10
I.T.B.I.	194.633,00	75.900,22	51.875,76
I.R.R.F.	507.190,70	114.920,20	111.610,76
Outras Receitas Tributárias	262.620,80	195.107,47	163.910,89
Receita de Contribuição	435.062,00	148.526,09	95.113,89
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	435.062,00	148.526,09	95.113,89
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	1.158,00
Receita Patrimonial	77.810,30	157.478,36	85.714,78
(-) Aplicações Financeiras	77.810,30	157.478,36	84.556,78
Transferências Correntes	29.802.484,18	9.457.813,58	9.040.884,55
F.P.M.	8.217.600,00	2.179.379,83	2.280.195,93
I.P.V.A	879.283,20	264.491,71	255.561,96
I.C.M.S.	10.785.600,00	3.517.394,38	3.445.579,20
Convênios	174.024,80	2.715,24	16.864,66
Outras Transferências Correntes	9.745.976,18	3.493.832,42	3.042.682,80
Demais Receitas Correntes	1.024.584,02	64.999,05	61.591,38
Dívida Ativa	74.418,50	23.892,84	16.664,10
Diversas Receitas Correntes	950.165,52	41.106,21	44.927,28
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	636.129,91	1.293.000,00
Operações de Crédito (III)	0,00	474.796,58	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	161.333,33	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	1.293.000,00
Convênios	0,00	0,00	1.293.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	1.293.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	33.772.189,70	10.456.582,21	11.207.269,20

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre/ 2016	Até o Quadrimestre/ 2015	Até o Quadrimestre/ 2016	Até o Quadrimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	31.804.667,16	14.439.444,24	13.375.341,11	8.637.151,80	8.976.808,78
Pessoal e Encargos Sociais	16.375.677,62	4.775.149,22	4.553.601,05	4.775.149,22	4.553.601,05
Juros e Encargos da Dívida (IX)	300.000,00	100.000,00	160.500,00	16.738,84	55.017,19
Outras Despesas Correntes	15.128.989,54	9.564.295,02	8.661.240,06	3.845.263,74	4.368.190,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	31.504.667,16	14.339.444,24	13.214.841,11	8.620.412,96	8.921.791,59
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.720.030,55	1.907.693,73	2.674.102,54	1.734.083,40	2.184.678,70
Investimentos	3.319.030,55	1.655.278,56	2.131.411,81	1.640.911,97	1.975.098,66
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	400.000,00	252.415,17	542.690,73	93.171,43	209.580,04
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.320.030,55	1.655.278,56	2.131.411,81	1.640.911,97	1.975.098,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	22.898,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X + XV + XVI + XVII)	34.847.595,71	15.994.722,80	15.346.252,92	10.261.324,93	10.896.890,25

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.075.406,01	-5.538.140,59	-4.138.983,72	195.257,28	310.378,95
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	854.038,32	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	854.038,32	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	622.189,70

Faxinal dos Guedes, 19/05/2016

GENARO COSTA KESKE
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
		Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)						
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015														
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		- 0,00	0,00	- 0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00			
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
FONTE:																	

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 19/05/2016

GENARO COSTA KESKE
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.364.218,50	2.364.218,50	619.279,65	26,19
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	462.539,60	462.539,60	20.817,14	4,50
1.1.1- IPTU	366.368,00	366.368,00	383,60	0,10
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.579,60	4.579,60	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	57.245,00	57.245,00	11.646,72	20,35
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	34.347,00	34.347,00	8.786,82	25,58
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	194.633,00	194.633,00	75.900,22	39,00
1.2.1- ITBI	194.633,00	194.633,00	75.900,22	39,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.199.855,20	1.199.855,20	407.642,09	33,97
1.3.1- ISS	1.179.247,00	1.179.247,00	398.932,00	33,83
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	13.738,80	13.738,80	2.909,16	21,17
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.434,70	3.434,70	4.289,75	124,89
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.434,70	3.434,70	1.511,18	44,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	507.190,70	507.190,70	114.920,20	22,66
1.4.1- IRRF	507.190,70	507.190,70	114.920,20	22,66
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	25.080.939,10	25.080.939,10	7.536.724,60	30,05
2.1- Cota-Parte FPM	10.272.000,00	10.272.000,00	2.724.224,65	26,52
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.272.000,00	10.272.000,00	2.724.224,65	26,52
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	13.482.000,00	13.482.000,00	4.396.742,53	32,61
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	80.143,00	80.143,00	17.536,84	21,88
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	143.112,50	143.112,50	65.203,23	45,56
2.5- Cota-Parte ITR	4.579,60	4.579,60	2.403,08	52,47
2.6- Cota-Parte IPVA	1.099.104,00	1.099.104,00	330.614,27	30,08
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	27.445.157,60	27.445.157,60	8.156.004,25	29,72
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	821.096,10	821.096,10	346.114,67	42,15
5.1- Transferências do Salário-Educação	577.960,00	577.960,00	265.008,02	45,85
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	140.095,10	140.095,10	45.704,00	32,62
5.4- Transferências Diretas - PNATE	93.881,80	93.881,80	20.576,12	21,92
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	9.159,20	9.159,20	14.826,53	161,88
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	174.024,80	174.024,80	2.715,24	1,56
6.1- Transferências de Convênios	174.024,80	174.024,80	2.715,24	1,56
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	995.120,90	995.120,90	348.829,91	35,05
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.016.187,82	5.016.187,82	1.507.344,12	30,05
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.054.400,00	2.054.400,00	544.844,82	26,52
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.696.400,00	2.696.400,00	879.348,15	32,61
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	16.028,60	16.028,60	3.507,36	21,88
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	28.622,50	28.622,50	13.040,66	45,56
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	915,92	915,92	480,57	52,47
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	219.820,80	219.820,80	66.122,56	30,08
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.942.031,00	5.942.031,00	2.184.488,76	36,76
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.930.582,00	5.930.582,00	2.169.362,28	36,58
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	11.449,00	11.449,00	15.126,48	132,21
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	914.394,18	914.394,18	662.008,16	72,40
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.565.218,60	3.565.218,60	1.054.313,35	29,57	1.054.313,35	29,57
13.1- Com Educação Infantil	824.328,00	824.328,00	252.723,13	30,66	252.723,13	30,66
13.2- Com Ensino Fundamental	2.740.890,60	2.740.890,60	801.590,22	29,25	801.590,22	29,25
14- OUTRAS DESPESAS	2.376.812,40	2.376.812,40	1.157.798,78	48,71	648.016,28	27,26
14.1- Com Educação Infantil	381.348,00	381.348,00	117.798,79	30,89	117.798,79	30,89
14.2- Com Ensino Fundamental	1.995.464,40	1.995.464,40	1.039.999,99	52,12	530.217,49	26,57
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.942.031,00	5.942.031,00	2.212.112,13	37,23	1.702.329,63	28,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%						
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.702.329,63	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					48,26	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					29,66	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					22,07	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					26.079,52	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²					26.079,52	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Quadrimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	6.861.289,40		6.861.289,40	2.039.001,06	29,72	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.608.638,00	1.608.638,00	417.961,43	25,98	411.138,27	25,56
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.377.708,60	6.377.708,60	2.557.431,14	40,10	1.628.651,82	25,54
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.736.355,00	4.736.355,00	1.841.590,21	38,88	1.331.807,71	28,12
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.641.353,60	1.641.353,60	715.840,93	43,61	296.844,11	18,09
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.986.346,60	7.986.346,60	2.975.392,57	37,26	2.039.790,09	25,54
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					662.008,16	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					15.136,48	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					=	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					=	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					=	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					677.144,64	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.362.645,45	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					16,71	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	584.829,40	823.556,75	358.942,66	43,58	211.875,65	25,73
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	410.291,50	514.551,56	297.560,27	57,83	145.518,87	28,28
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	995.120,90	1.338.108,31	656.502,93	49,06	357.394,52	26,71
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.981.467,50	9.324.454,91	3.631.895,50	38,95	2.397.184,61	25,71

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O QUADRIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE		2.169.352,28	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O QUADRIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE		15.136,48	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		2.184.488,76	0,00

Faxinal dos Guedes, 19/05/2016

GENARO COSTA KESKE
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Faxinal dos Guedes - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	474.796,58			-474.796,58
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.720.030,55	1.907.693,73	1.734.083,40	0,00	1.812.336,82
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.720.030,55	1.907.693,73	1.734.083,40	0,00	1.812.336,82
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.720.030,55	-1.432.897,15	-	-	-2.287.133,40

FONTE:

Faxinal dos Guedes, 19/05/2016

GENARO COSTA KESKE
PREFEITO MUNICIPAL

FLARI RAFAEL TRICHES
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

JONAS MANOEL SIRINO
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 692/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preço
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 692/2016
MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 06/2016
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor Preço - Global

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE CONTEMPLANDO ACESSIBILIDADE COM ÁREA TOTAL DE 784,75 M².

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 17 de maio de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 06 de junho de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 17 dias do mês de maio de 2016.

ROGERIO PERIN	DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PREGOEIRO OFICIAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 698/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão – Registro de Preços
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 698/2016
MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 18/2016
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Global

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE HORAS MAQUINAS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRA – ESTRUTURA E TRANSPORTE.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 18 de maio de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:00 horas do dia 03 de junho de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de maio de 2016.

ROGERIO PERIN	DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA Nº 130/2016

PORTARIA Nº 130/2016
PRORROGA PORTARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria PRORROGADA A PORTARIA 099/2016, a qual CONCEDIA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Municipal RENATO PERIN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas a partir da data de 21/05/2016, pois o funcionário solicitou prorrogação de sua licença.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 20 dias do mês de Maio de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 131/2016

PORTARIA Nº 131/2016
CONTRATA PROFESSORA SUBSTITUTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a professora abaixo relacionada em caráter temporário e de excepcional interesse público, no cargo de Professora com Licenciatura Específica, em virtude do afastamento da titular por motivo de exame médico, referente ao dia 20/05/2016.

Professora Titular	Professora Substituta	Carga Horária
Laura Maria Rogoski	Rosinéia W. Dall Agnol	20 horas - turno matutino

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 20 dias do mês de Maio de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/ FMS/ 2016;

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 11/FMS/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de doses de Vacina Influenza H1N1, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC, para o exercício de 2016.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de junho de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 19 de maio de 2016.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Pregoeira

DECRETO Nº 103, DE 02 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 103, DE 02 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA, POR CONCURSO, NELSON MORETI, PARA EXERCER O CARGO DE ODONTÓLOGO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga Odontólogo;

CONSIDERANDO que o nomeado em questão foi classificado no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, NELSON MORETI para exercer o cargo de ODONTÓLOGO, classificado em 3º lugar, no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º. O servidor nomeado terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº. 3400, Centro, Forquilha/SC.

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas

de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 02 de maio de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 105, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 105, DE 18 DE MAIO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, c/c Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015,

CONSIDERANDO que o § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015, dispõe que: "Caso o servidor em estágio probatório apresente no instrumento de avaliação, em quaisquer dos requisitos de avaliação, contidos no § 1º do art. 1º da presente Lei, nota igual ou inferior a 2,9 (dois vírgula nove) a Comissão Avaliadora proporá ao titular do órgão a exoneração do servidor";

CONSIDERANDO que a servidora THAIS BEZ MEDEIROS, matrícula 4692, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nomeada pelo Decreto nº 154, de 24 de dezembro de 2014, em exercício desde 05/02/2015, em sua primeira avaliação, apresentou desempenho insuficiente nos quesitos 2.1 (Frequência) e 2.2 (Pontualidade) do Requisito Assiduidade, não alcançando a pontuação mínima disposta no § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO que o art. 10 da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015, dispõe que: "Verificando-se a qualquer fase da avaliação, resultado da avaliação de desempenho "NÃO APTO ENCAMINHAR PARA EXONERAÇÃO", este deverá ser remetida à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar do Município, acompanhada das avaliações anteriores do servidor, da sua ficha funcional e do relatório circunstanciado elaborado e subscrito por todos os membros da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, em que constem os fundamentos que conduziram à indicação pela exoneração, para instauração do respectivo processo de exoneração";

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação indicação pela exoneração em virtude de desempenho insuficiente da servidora THAIS BEZ

MEDEIROS, matrícula 4692, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nos quesitos 2.1 (Frequência) e 2.2 (Pontualidade) do Requisito Assiduidade, apontado no Relatório Circunstanciado da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, instituída pelo Decreto nº 137, de 04 de agosto de 2015.

Parágrafo único. A Comissão Especial será integrada pelos seguintes membros:

- I - Daniele Berti Dalmolim, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 3179;
- II - Luciana Dondossola Bonfante, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, matrícula nº 3046;
- III - Silvana Goulart Padoin, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2439.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 45 (quarente e cinco) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Fica assegurado ao servidor envolvido no processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo da aplicação das sanções legais nos exatos termos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, e da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de maio de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 106, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 106, DE 18 DE MAIO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, c/c Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015,

CONSIDERANDO que o § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015, dispõe que: "Caso o servidor em estágio probatório apresente no instrumento de avaliação, em quaisquer dos requisitos de avaliação, contidos no § 1º do art. 1º da presente Lei, nota igual ou inferior a 2,9 (dois vírgula nove) a Comissão Avaliadora proporá ao titular do órgão a exoneração do servidor";

CONSIDERANDO que a servidora CRISTINA DE TOLEDO PIRON, matrícula 4509, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação, nomeada pelo Decreto nº 144, de 10 de dezembro de 2014, em exercício desde 21/01/2015, em sua primeira avaliação, apresentou desempenho insuficiente nos quesitos 3.1 (Trabalho em equipe) e 3.2 (Relacionamento com o público) do Requisito Relacionamento Interpessoal, não alcançando a pontuação mínima disposta no § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO que o art. 10 da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015, dispõe que: "Verificando-se a qualquer fase da avaliação, resultado da avaliação de desempenho "NÃO APTO ENCAMINHAR PARA EXONERAÇÃO", este deverá ser remetida à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar do Município, acompanhada das avaliações anteriores do servidor, da sua ficha funcional e do relatório circunstanciado elaborado e subscrito por todos os membros da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, em que constem os fundamentos que conduziram à indicação pela exoneração, para instauração do respectivo processo de exoneração";

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação indicação pela exoneração em virtude de desempenho insuficiente da servidora CRISTINA DE TOLEDO PIRON, matrícula 4509, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nos quesitos 3.1 (Trabalho em equipe) e 3.2 (Relacionamento com o público) do Requisito Relacionamento Interpessoal, apontado no Relatório Circunstanciado da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, instituída pelo Decreto nº 137, de 04 de agosto de 2015.

Parágrafo único. A Comissão Especial será integrada pelos seguintes membros:

- I - Daniele Berti Dalmolim, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 3179;
- II - Luciana Dondossola Bonfante, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, matrícula nº 3046;
- III - Silvana Goulart Padoin, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2439.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 45 (quarente e cinco) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Fica assegurado ao servidor envolvido no processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo da aplicação das sanções legais nos exatos termos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, e da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de maio de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 107, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 107, DE 18 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA, POR CONCURSO, MICHELE BARBOSA SEMELER WARMLING, PARA EXERCER O CARGO DE ENFERMEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga Enfermeiro;

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, MICHELE BARBOSA SEMELER WARMLING para exercer o cargo de ENFERMEIRO, classificada em 6º lugar, no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A servidora nomeada terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Avenida 25 de Julho, nº. 3400, Centro, Forquilha/SC.

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de maio de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 110, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 110, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 27 DE MAIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 27 de maio do corrente ano, tendo em vista o

feriado municipal de Corpus Christi, que neste ano ocorrerá no dia 26 de maio, declarado pela Lei nº 200, de 22 de janeiro de 1993.

Art. 2º Os serviços públicos municipais ficarão suspensos na data referida no artigo primeiro.

Parágrafo único. Os serviços públicos considerados essenciais e inadiáveis permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho para que os serviços públicos não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de maio de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração

DECRETO Nº. 060 DE 14 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº. 060 DE 14 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 109.066,94 (cento e nove mil, sessenta e seis reais, noventa e quatro centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito

2.004 – Manutenção da Procuradoria Geral

238 – 3190.00.03.00 – Aplicações DiretasR\$ 9.265,02

Órgão 05 – Secretaria de Educação

2.013 – Manutenção Centros de Educação Infantil

237 – 3190.00.06.19 – Aplicações DiretasR\$ 12.086,69

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.020 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação

231 – 3350.00.06.52 – Aplicações DiretasR\$ 3.500,00

2.021 – Manutenção Índice Gestão Descentralizada – Bolsa Família e IGD/SUAS

239 – 3390.00.06.52 – Aplicações DiretasR\$ 5.849,72

241 – 4490.00.06.63 – Aplicações DiretasR\$ 4.878,00

240 – 3390.00.06.63 – Aplicações DiretasR\$ 15.000,00

2.046 – Manutenção Piso Básico Variável- Serv. Conv. Fortalecimento Vínculos

243 – 3390.00.06.52 – Aplicações DiretasR\$ 3.324,65

2.047 – Manutenção Serviço Proteção de Atendimento Espec. a Família e Indivíduos - PAIF

242 – 3190.00.06.52 – Aplicações DiretasR\$ 22.115,04

2.048 – Manutenção Serviço Proteção Integral a Família - PAIF

234 – 3390.00.06.52 – Aplicações DiretasR\$ 23.834,64

2.049 – Manutenção Proteção Social Básica e Especial - FEAS

236 – 3390.00.06.50 – Aplicações DiretasR\$ 2.799,52

244 – 3390.00.06.52 – Aplicações DiretasR\$ 172,25

244 – 3390.00.06.52 – Aplicações DiretasR\$ 6.070,90
 245 – 3390.00.06.51 – Aplicações DiretasR\$ 170,51

TOTALR\$ 109.066,94

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, segue descrição das fontes abaixo:

. na despesa 238 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 109.866-7 do Banco do Brasil;

. na despesa 237 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 17.133-6 do Banco do Brasil;

. na despesa 236 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 26.819-4 do Banco do Brasil;

. na despesa 231 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 27.579-4 do Banco do Brasil;

. na despesa 239 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 24.634-4 do Banco do Brasil;

. na despesa 234 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 24.639-5 do Banco do Brasil;

. nas despesas 241e 240 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 24.633-6 do Banco do Brasil;

. na despesa 242 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 24.665-4 do Banco do Brasil;

. na despesa 243 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 26.615-9 do Banco do Brasil;

. na despesa 244 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo das contas nº 26.819-4 e 26.851-8 do Banco do Brasil;

. na despesa 245 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo das contas nº 26.851-8 do Banco do Brasil;

TOTALR\$ 109.066,94

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 186.706,93 (cento e oitenta e seis mil, setecentos e seis reais, noventa e três centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde - Forquilha
 2.050 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 087 – 3190.00.03.02 – Aplicações DiretasR\$ 32.340,85
 2.051 – Manutenção dos Programas de Saúde Mental - CAPS
 088 – 3190.00.06.65 – Aplicações DiretasR\$ 1.608,72
 2.053 – Programas de Agente Comunitário Saúde - PACS
 093 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 6.085,41
 2.054 – Programas de Saúde da Família - ESF
 094 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 2.214,39

2.056 – Programa Vigilância Sanitária
 097 – 3190.00.06.66 – Aplicações DiretasR\$ 16.855,63
 2.057 – Programa Vigilância Epidemiologia
 086 – 3390.00.06.66 – Aplicações DiretasR\$ 10.000,00
 091 – 3190.00.06.66 – Aplicações DiretasR\$ 47.891,89
 2.058 – Programa de Saúde Bucal
 095 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 9.434,96
 2.060 – Programa Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF
 092 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 44.754,36
 2.062 – Manutenção Programa SAMU
 089 – 3190.00.06.72 – Aplicações DiretasR\$ 350,64
 090 – 3190.00.06.57 – Aplicações DiretasR\$ 6.811,38
 2.064 – Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade - PMAQ
 096 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 8.358,70

TOTALR\$ 186.706,93

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, segue descrição das fontes abaixo:

. na despesa 87 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 45.000-6 do Banco do Brasil;

. na despesa 88 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 20.997-X do Banco do Brasil;

. na despesa 93 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 22-5 da Caixa Econômica Federal;

. na despesa 94 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 25-0 da Caixa Econômica Federal;

. na despesa 97 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 17.030-6 do Banco do Brasil;

. na despesa 86 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 21.391-8 do Banco do Brasil;

. na despesa 91 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 624.004-0 da Caixa Econômica Federal;

. na despesa 95 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 24-1 da Caixa Econômica Federal;

. na despesa 92 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 23-3 da Caixa Econômica Federal;

. nas despesas 89 e 90 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 624.003-1 da Caixa Econômica Federal;

. na despesa 96 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 33-0 da Caixa Econômica Federal;

TOTALR\$ 186.706,93

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de março de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de março de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 076 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

DECRETO Nº. 076 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I e IV da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 75.787,34 (setenta e cinco mil, setecentos e oitenta e sete reais, trinta e quatro centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

2.013 – Manutenção Centros de Educação Infantil

073 – 4490.00.01.62 – Aplicações DiretasR\$ 29.200,00

Órgão 07 – Secretaria de Infraestrutura

1.017 – Abertura de Avenidas, Pavimentação, Manut, Drenagem, Ruas e Estradas Municipais

247 – 4490.00.06.95 – Aplicações DiretasR\$ 39.194,66

246 – 4490.00.03.00 – Aplicações DiretasR\$ 2.968,27

2.032 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

230 – 3390.00.06.94 – Aplicações DiretasR\$ 3.994,75

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.049 – Manutenção Proteção Social Básica e Especial - FEAS

244 – 3390.00.06.52 – Aplicações DiretasR\$ 396,02

248 – 3390.00.06.53 – Aplicações DiretasR\$ 33,64

TOTALR\$ 75.787,34

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, na despesa 073, será utilizada como fonte de recursos, a anulação de valores da dotação da seguinte conta:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

2.013 – Manutenção Centros de Educação Infantil

068 – 3390.00.01.62 – Aplicações DiretasR\$ 29.200,00

. nas despesas 247 e 246 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 27.323-6 do Banco do Brasil;

. na despesa 230 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 647.003-7 da Caixa Econômica Federal;

. nas despesas 244 e 248 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 24.826-6 do Banco do Brasil;

TOTALR\$ 75.787,34

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 11.705,24 (onze mil, setecentos e cinco reais, vinte e quatro centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde - Forquilha

2.052 – Programa Atenção Básica

098 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 11.705,24

TOTALR\$ 11.705,24

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 624.001-5 da Caixa Econômica Federal;

TOTALR\$ 11.705,24

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de março de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de março de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 083 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 083 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I, IV e V da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 88.172,63 (oitenta e oito mil, cento e setenta e dois reais, sessenta e três centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental

094 – 4490.00.01.62 – Aplicações DiretasR\$ 16.090,00

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

1.021 – Implantação do Centro Cultural

249 – 4490.00.03.00 – Aplicações DiretasR\$ 15.112,59

Órgão 07 – Secretaria de Infraestrutura

1.015 – Construção, Restauração, Passarelas, Acostamentos, Calçadas p/ Ciclistas Pedestres

250 – 4490.00.06.94 – Aplicações DiretasR\$ 55.970,07

TOTALR\$ 88.172,63

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, na despesa 094, será utilizada como fonte de recursos, a anulação de valores da dotação da seguinte conta:

Órgão 05 – Secretaria de Educação
 2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
 088 – 3390.00.01.62 – Aplicações DiretasR\$ 16.090,00

. na despesa 249 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 26.431-8 do Banco do Brasil;

. na despesa 250 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 647.010-8 da Caixa Econômica Federal;

TOTALR\$ 88.172,63

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 163.400,00 (cento e sessenta e três mil, quatrocentos reais), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde - Forquilha
 1.050 – Aquisição Área, Const. Ampliação Adap. Reequip. Unidades de Saúde/CAPS
 003 – 4490.00.02.99 – Aplicações DiretasR\$ 63.400,00
 2.057 – Programa Vigilância Epidemiológica
 053 – 3390.00.02.66 – Aplicações DiretasR\$ 15.000,00
 2.060 – Programa Núcleo de Apoio a Saúde Familiar - NASF
 060 – 3390.00.02.64 – Aplicações DiretasR\$ 20.000,00
 2.064 – Programa de Melhoria de Acesso a Qualidade - PMAQ
 075 – 3190.00.02.64 – Aplicações DiretasR\$ 65.000,00

TOTALR\$ 163.400,00

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recursos as descrições abaixo:

. na despesa 003 será utilizado como fonte de recursos o crédito referente ao Convênio nº 2016TR0066, firmado junto ao Estado de Santa Catarina, na conta nº 25.599-X do Banco do Brasil;

. nas demais despesas, será utilizada como fonte de recursos, a anulação de valores da dotação das seguintes contas:

2.057 – Programa Vigilância Epidemiológica
 054 – 4490.00.02.66 – Aplicações DiretasR\$ 15.000,00
 2.060 – Programa Núcleo de Apoio a Saúde Familiar - NASF
 059 – 3190.00.02.64 – Aplicações DiretasR\$ 20.000,00
 2.064 – Programa de Melhoria de Acesso a Qualidade - PMAQ
 076 – 3390.00.02.64 – Aplicações DiretasR\$ 65.000,00

TOTALR\$ 163.400,00

Art. 5º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 32.600,00 (trinta e dois mil, seiscentos reais), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 18 – Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - Forquilha
 2.071 – Aquisição Máquinas, Implementação, Incentivo ao desenvolvimento Agropecuário, Artesanal Agricultura Familiar/Psicicultura
 024 – 4490.00.02.95 – Aplicações DiretasR\$ 32.600,00

TOTALR\$ 32.600,00

Art. 6º - Para atender aos créditos de que trata o art. 5º, será utilizado como fonte de recursos o crédito referente ao Convênio nº 2016TR0076, firmado junto ao Estado de Santa Catarina, na conta nº 29.592-2 do Banco do Brasil;

TOTALR\$ 32.600,00

Art. 7º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundação Municipal Ambiental de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 4.222,78 (quatro mil, duzentos e vinte e dois reais, setenta e oito centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 21 – Fundação Municipal Ambiental - Forquilha
 2.090 – Manutenção da Fundação Municipal Ambiental
 015 – 3190.00.03.00 – Aplicações DiretasR\$ 4.222,78

TOTALR\$ 4.222,78

Art. 8º - Para atender aos créditos de que trata o art. 7º, será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo bancário nas contas bancárias nº 19.254-6 e 26.757-0, ambas do Banco do Brasil S/A;

TOTALR\$ 4.222,78

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de abril de 2016.
 VANDERLEI ALEXANDRE
 Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de abril de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
 Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 090 DE 25 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 090 DE 25 DE ABRIL DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I, IV e V da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 121.035,35 (cento e vinte e um mil, trinta e cinco reais, trinta e cinco centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito
 2.004 – Manutenção da Procuradoria Geral
 008 – 3390.00.01.00 – Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
 2.040 – Implantação e Manutenção da Seção de Eventos
 150 – 3390.00.01.95 – Aplicações DiretasR\$ 20.000,00

Órgão 07 – Secretaria de Infraestrutura
 1.017 – Abertura de Avenidas, Pavimentação, Manut, Drenagem, Ruas e Estradas Municipais
 247 – 4490.00.06.95 – Aplicações DiretasR\$ 1.035,35

TOTALR\$ 121.035,35

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, na despesa 008, será utilizada como fonte de recursos, a anulação de valores da dotação da seguinte conta:

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito
2.004 – Manutenção da Procuradoria Geral
007 – 3190.00.01.00 – Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

. na despesa 150 será utilizado como fonte de recursos o crédito referente ao Convênio nº 2016TR0363, firmado junto ao Estado de Santa Catarina, na conta nº 29.670-8 do Banco do Brasil;

. na despesa 247 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 27.323-6 do Banco do Brasil;

TOTALR\$ 121.035,35

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde - Forquilha
2.057 – Programa Vigilância Epidemiológica
054 – 4490.00.02.66 – Aplicações DiretasR\$ 5.000,00

TOTALR\$ 5.000,00

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recursos a anulação de valores da dotação das seguintes contas:

2.057 – Programa Vigilância Epidemiológica
052 – 3190.00.02.66 – Aplicações DiretasR\$ 5.000,00

TOTALR\$ 5.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de abril de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de abril de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 104, DE 15 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº. 104, DE 15 DE MAIO DE 2016.

PRORROGA PRAZO PARA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNADA PELO DECRETO Nº 088, DE 15 DE ABRIL DE 2016, APRESENTAR O RELATÓRIO CONCLUSIVO DA APURAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado em 45 (quarenta e cinco) dias o prazo para Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pelo Decreto nº 088, de 15 de abril de 2016, apresentar o relatório final referente a indicação da exoneração em virtude de desempenho insuficiente da servidora LOIR FIRMINO DA SILVA, matrícula nº 4524.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 15 de maio de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado 15 de maio de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS - PROCESSO Nº. 15696/2016

EXTRATO TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS

PROCESSO Nº. 15696/2016

DOADORA – UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE E DOS DIREITOS HUMANOS

DONATÁRIA – PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/SC

OBJETO – O presente instrumento tem por objetivo a doação, pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos ao Município de Forquilha, de bens móveis para serem utilizados exclusivamente na execução das atribuições legais dos Conselhos Tutelares do Município donatário.

DESCRIÇÃO DO BEM – Bebedouro de coluna, para qualquer ambiente, sem precisar de apoio e ponto de água, com gabinete em plástico injetado e chapa eletrozincada pintado na cor branca, utilização de gás refrigerante ecológico livre de CFC, pingadeira removível, capacidade para garrafão de 20 litros, reservatório e dutos em materiais 100% atóxicos, termostato regulável, elétrico, bivolt, duas saídas de água.

VALOR DA DOAÇÃO – R\$ 428,99 (quatrocentos e vinte e oito mil e noventa e nove centavos).

FUNDAMENTO LEGAL – Art. 15, Inciso V do Decreto nº. 99.658, de 10/10/1990, redação dada pelo Decreto nº. 6.807 de 20/04/2007, e Art. 17, Inciso II, alínea "a" da Lei nº. 8.666/93 de 21/06/1993.

DATA DA ASSINATURA – 13 de maio de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS - PROCESSO Nº. 15864/2016

EXTRATO TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS

PROCESSO Nº. 15864/2016

DOADORA – UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE E DOS DIREITOS HUMANOS

DONATÁRIA – PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/SC

OBJETO – O presente instrumento tem por objetivo a doação, pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos ao Município de Forquilha, de 1 (um) automóvel para ser utilizado exclusivamente na execução das atribuições legais dos Conselhos Tutelares do Município donatário.

DESCRIÇÃO DO VEÍCULO – Citroën C3 Aircross 1.6 Feel, veículo automotor de passageiros, zero quilômetro da fábrica.

VALOR DA DOAÇÃO – R\$ 49.851,00 (quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta e um reais).

FUNDAMENTO LEGAL – Art. 15, Inciso V do Decreto nº. 99.658, de 10/10/1990, redação dada pelo Decreto nº. 6.807 de 20/04/2007, e Art. 17, Inciso II, alínea “a” da Lei nº. 8.666/93 de 21/06/1993.

DATA DA ASSINATURA – 13 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS - PROCESSO Nº. 15923/2016

EXTRATO TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS
PROCESSO Nº. 15923/2016

DOADORA – UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE E DOS DIREITOS HUMANOS

DONATÁRIA – PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC

OBJETO – O presente instrumento tem por objetivo a doação, pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos ao Município de Forquilha, de bens móveis para serem utilizados exclusivamente na execução das atribuições legais dos Conselhos Tutelares do Município donatário.

DESCRIÇÃO DO BEM – Refrigerador de 1 porta, capacidade de armazenamento total entre 230 a 300 litros, alimentação bivolt, cor branca, congelador interno, prateleiras removíveis, sem dispenser de água na porta, degelo autolimpante, utilização de gás refrigerante ecológico livre de CFC, garantia mínima de 1 (um) ano e classificação “A” no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

VALOR DA DOAÇÃO – R\$ 1.225,00 (um mil duzentos e vinte e cinco reais).

FUNDAMENTO LEGAL – Art. 15, Inciso V do Decreto nº. 99.658, de 10/10/1990, redação dada pelo Decreto nº. 6.807 de 20/04/2007, e Art. 17, Inciso II, alínea “a” da Lei nº. 8.666/93 de 21/06/1993.

DATA DA ASSINATURA – 13 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.191, DE 17 DE MAIO DE 2016.

LEI Nº 2.191, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a desafetar e ALIENAR com encargos uma área de terra com o objetivo de fomentar o desenvolvimento socioeconômico, priorizando a geração de emprego e renda, mediante licitação, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento socioeconômico, priorizando a geração de emprego e renda, mediante licitação na modalidade Concorrência, do tipo Melhor Proposta Técnica e Melhor Preço, a desafetar e alienar com encargos uma área de terra correspondente ao Lote nº 01 do Loteamento Industrial Santo Anibal Maria Di Francia, do bairro Santa Cruz, localizado na Rua Rodovia Rosa Dagostim Pasini,

esquina com a Rodovia Josephina Lodeti Vassoler, com área total de 42.756,00m² (quarenta e dois mil setecentos e cinquenta e seis metros quadrados), devidamente matriculado sob nº 8.880 do Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, nos termos da Lei nº 2.135, de 12 de novembro de 2015.

Parágrafo único. A integralidade do valor arrecadado na alienação do bem acima referido será aplicado no Loteamento Industrial Anibal Maria di Francia, do bairro Santa Cruz, localizado na Rodovia Rosa Dagostim Pasini, esquina com a Rodovia Josephina Lodeti Vassoler.

Art. 2º Serão avaliadas as propostas técnicas de acordo com os critérios e pesos aprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 3º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, e a concluí-la dentro de até 48 (quarenta e oito) meses prorrogáveis a critério do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, devendo o início de sua atividade dar-se dentro de até 12 (doze) meses após a conclusão da obra.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser dilatados, desde que, a Empresa beneficiada apresente ao Órgão Executivo, relatório demonstrativo das obrigações concretizadas, e justificativas das que estão em andamento e por realizar.

Art. 4º A empresa vencedora da licitação poderá ser multada, mediante regular processo administrativo, que lhe garanta o direito ao contraditório e a ampla defesa, na importância equivalente até 50% (cinquenta por cento) do valor do imóvel alienado, caso não cumpra com a proposta técnica nos prazos dispostos no art. 3º desta Lei.

Art. 5º Incumbe aos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Forquilha a fiscalização da atividade de acordo com o disposto nesta Lei, devendo a empresa informar por escrito, quando solicitada pelo órgão interessado.

Parágrafo único. Ocorrendo infringência das disposições previstas no caput deste artigo, aplicar-se-á a pena de suspensão da expedição do alvará de funcionamento, até o dia em que se prestarem as informações, podendo a critério do Poder Executivo Municipal ser cessado os benefícios concedidos a empresa, incluindo a multa prevista no art. 4º desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 17 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 17 de maio de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.192, DE 19 DE MAIO DE 2016.

LEI Nº 2.192, DE 19 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL RECEBER EM DOAÇÃO TERRENO COMO ÁREAS DESTINADAS À IMPLANTAÇÃO DE ÁREA VERDE DE VEGETAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Poder Executivo, com fundamento no inciso VI do artigo 53 da Lei Complementar nº 17, de 11 de agosto de 2011, autorizado a receber em doação um terreno rural, situado no Bairro Santa Cruz, com área de 20.000 m² (vinte mil metros quadrados), matrícula nº 9.190, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, como área destinada à implantação de área verde de vegetação do Loteamento Jardim Águas Claras, correspondente a matrícula nº 7.051, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 19 de maio de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.192, DE 19 DE MAIO DE 2016.

RETIFICAÇÃO DE EDITAL - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 67/PMF/2016

RETIFICAÇÃO DE EDITAL - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 67/PMF/2016

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Concorrência Pública Nº. 67/PMF/2016 que tem por objetivo a seleção de projetos industriais para serem instalados em uma área de terra correspondente aos Lotes nº 11, 12 e 13 do Loteamento Industrial Santo Anibal Maria di Francia, do Bairro Santa Cruz, devidamente matriculados sob os números 8.791, 8.792 e 8.793 do Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, através de doação com encargos, nos termos das Leis nº 2.135/2015 e nº 2.166/2015.

A retificação do aviso se dá na inclusão do seguinte texto:

4.1.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.1.4.1 Balanço Patrimonial e demonstrativos contábeis...

a) Das empresas recém-constituídas será exigida a apresentação de cópia ou fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente assinado pelo contador com seu respectivo nº do CRC (Conselho Regional de Contabilidade);

b) Das Micro-empresas optantes do Simples Nacional poderá ser substituído o item 4.1.4.1, por declaração formal do contador que comprove esta opção, ou comprovação obtida através do site: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 19 de maio de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0034_2016-PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0034/2016 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0148/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para ministrar a palestra "Segurança Uma Atitude de Amor" ao dia nacional de prevenção de acidentes de trabalho, que será realizada no dia 18/07/2016, no Clube Flor da Maçã. Contratada: KAIZEN CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 09.424.760/0001-09. Valor Total e pagamento: R\$ 3.134,00 (três mil cento e trinta e quatro reais), que será pago em uma parcela. Vigência: 18.07.2016. Fundamento legal: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

Fraiburgo(SC), 18 de maio de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0079_2016-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0079/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Reforma de cobertura do prédio do Paço Municipal, com fornecimento dos materiais e mão de obra, conforme Memorial Descritivo (Anexo VIII) do Edital. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 03.06.2016 no protocolo geral do município junto a Secretaria-Executiva na sede da prefeitura, localizada a Avenida Rio das Antas, 185, Centro. Credenciamento: Até às 09:15 horas do mesmo dia no Setor de Compras e Licitações na sede da Prefeitura. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 19 de maio de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0080_2016-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0080/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de Aparelho de Ar Condicionado para uso na recepção da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes., Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 17.06.2016 no protocolo geral do município junto a Secretaria-Executiva na sede da prefeitura, localizada a Avenida Rio das Antas, 185, Centro. Credenciamento: Até às 09:15 horas do mesmo dia no Setor de Compras e Licitações na sede da Prefeitura. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 19 de maio de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT16PMF74_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT16PMF74
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ZARDO & BONALDO LTDA EPP. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DAS CABECEIRAS DA PONTE EM GABIÃO, NA LOCALIDADE DO RIO MANSINHO, SITUADA NA FB 464, PRÓXIMO AO SILO DOS PASSINI E DOS POMARES DE MAÇÃ DA FAZENDA RIO MANSINHO/FISCHER (COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA), CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 73.420,00 (SETENTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E VINTE REAIS). DATA DO CONTRATO: 19.05.2016. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 19.05.2016 A 17.08.2016. PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO E EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0112/2016 – PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0014/2016. RECURSOS: 03.0200 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

FRAIBURGO (SC), 19 DE MAIO DE 2016.
IVO BIAZZOLO – PREFEITO DE FRAIBURGO/SC

PORTARIA Nº 0949/2016

PORTARIA Nº 0949, DE 19 DE MAIO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0005 de 01 de março de 2016; e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 039/2016 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SANDRA ZONTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 052.563.509-27, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de maio de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0950/2016

PORTARIA Nº 0950, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0024 de 08 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MILENA MAYARA FURLAN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.519.149-10, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de junho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0951/2016

PORTARIA Nº 0951, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0024 de 08 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARTA RIBEIRO STÄGE, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 008.300.239-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de junho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0952/2016

PORTARIA Nº 0952, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Invalidez

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam

trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 3262, de 03 de maio de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 31 de maio de 2016, o servidor GABRIEL TOMCHAK FARIAS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 053.202.099-59, nomeado no cargo de provimento efetivo de ELETRICISTA AUTOMOTIVO, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Invalidez, com data de início fixada em 01 de abril de 2016, Benefício nº 6138827116.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0953/2016

PORTARIA Nº 0953, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 3249, de 02 de maio de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 31 de maio de 2016, a servidora ILOIR MORAES DE OLIVEIRA ARALDI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 594.023.189-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de TESOUREIRO, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 18 de fevereiro de 2016, Benefício nº 1697002541.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0954/2016

PORTARIA Nº 0954, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 068/2016, da Secretaria de Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ILOIR MORAES DE OLIVEIRA ARALDI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 594.023.189-68, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0955/2016

PORTARIA Nº 0955, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FERNANDA NOIA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 056.534.359-96, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de junho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0956/2016

PORTARIA Nº 0956, DE 19 DE MAIO DE 2016.

SUBSTITUI INTEGRANTE DA COMISSÃO ESPECIAL DISCIPLINAR

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 0109/2012; considerando as informações contidas no Processo Administrativo nº 3334/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir integrante da Comissão Especial Disciplinar, passando a integrar a Comissão na condição de Secretária, a servidora

Daiane Ribeiro Cardozo.

Parágrafo Único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0957/2016

PORTARIA Nº 0957, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

IVO BIAZZOLO, Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo CT16PMF74, Processo Administrativo Licitatório nº 0112/2016 - PMF, Tomada de Preços nº 0014/2016, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção das cabeceiras da ponte em gabião, na localidade do Rio Mansinho, situada na Fb 464, próximo ao silo dos Passini e dos pomares de maçã da fazenda Rio Mansinho/Fischer (com fornecimento do material e mão de obra), de acordo com os projetos e memoriais (ANEXO AO PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo (SC), 19 de maio de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 023/2016

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 023/2016, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 011/2016, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 06 de junho de 2016, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO EM DIVERSOS TAMANHO, PARA MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO NAS ESTRADAS VICINAIS, BUEIROS E GALERIAS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 20 de maio de 2016.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Marcos Andre Cossa

Departamento de Compras

Garopaba

PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 63/2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 63/2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 63/2015 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GAROPABA, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O INSTITUTO DAXA

O MUNICÍPIO DE GAROPABA através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº. 08.543.762/0001-46 sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor Paulo Sérgio de Araújo, doravante denominado CONTRATANTE resolve rescindir o contrato nº 63/2016 firmado no dia 22 de dezembro de 2015 com o INSTITUTO DAXA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.715.891/0001-89, com sede na cidade de Curitiba, PR, neste ato representada por Fabio Giovanni Dilda, inscrito no CPF/MF n.º 003.600.349-26, de acordo com as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo visa rescindir o Contrato mencionada acima, firmada no dia 22 de dezembro de 2015, oriunda do Credenciamento de prestação de serviços da saúde nº 009/2016, inexigibilidade de Licitação nº 13/2015.

CLAUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Fundamento Legal

Este termo fundamenta-se no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, quando ocorrer o descumprimento de suas clausulas ou condições.

2.2. Motivação

Descumprimento Do inciso X da Clausula II do contrato nº 63/2015, do que diz:

“Clausula X:

É de responsabilidade exclusiva e integral do CONTRATADO a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde;”

2.3. Comprovação

Comprova-se através do termo de Notificação administrativa, bem como, a solicitação da Secretaria de Saúde, através de oficio anexados a este documento, o descumprimento da clausula mencionado acima.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 A rescisão terá validade a partir da assinatura deste termo e, por estar de acordo, no uso de suas atribuições, firma-se abaixo o presente instrumento em duas vias de igual teor e para um só efeito.

Garopaba, 18 de maio de 2016

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 094/2016

DECRETO N.º 094, DE 19 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 261.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.970 de 19/05/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	211.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	81.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	31.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	50.000,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	50.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	50.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	80.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	60.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	50.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	261.000,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	211.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	51.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	160.000,00
12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil	50.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 1.970, DE 19 DE MAIO DE 2016

LEI Nº 1.970, DE 19 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 261.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	211.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	81.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	31.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	50.000,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	50.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	50.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	80.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	60.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	50.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	261.000,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	211.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	51.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	160.000,00
12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil	50.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 20/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 1.971, DE 19 DE MAIO DE 2016

LEI Nº 1.971, DE 19 DE MAIO DE 2016.

"INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA NA ESCOLA".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Garopaba o "Dia Municipal da Família na Escola, a ser realizado anualmente na terceira sexta-feira do mês de abril, no município de Garopaba.

Art. 2º O Dia Municipal da Família na Escola tem como objetivo estimular que as famílias visitem as escolas e realizem tarefas de interação com os filhos.

Art. 3º A data alusiva ao Dia Municipal da Família na Escola de que trata essa Lei, passa a integrar o calendário oficial de eventos do Município de Garopaba.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 20/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 412/2016

PORTARIA N.º 412, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00024/15-4, nos assentos funcionais da servidora JUCILDA DE SOUZA MACHADO, detentora da matrícula funcional nº. 0761 e do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) JUCILDA DE SOUZA MACHADO, detentora da matrícula nº. 0761, e do cargo de provimento efetivo de Merendeira, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00024/15-4, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/05/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

TERMO DE RESCISÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/2016

TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/2015
TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/2015
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GAROPABA, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O INSTITUTO DAXA

O MUNICÍPIO DE GAROPABA através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº. 08.543.762/0001-46 sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor Paulo Sérgio de Araújo, doravante denominado CONTRATANTE resolve rescindir a Ata de Registro de Preço nº 59/2016 firmado no dia 24 de setembro de 2015 com o INSTITUTO DAXA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.715.891/0001-89, com sede na cidade de Curitiba, PR, neste ato representada por Fabio Giovanni Dilda, inscrito no CPF/MF nº 003.600.349-26, de acordo com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo visa rescindir a ata de registro de preço mencionada acima, firmada no dia 24 de setembro de 2015, oriunda do Pregão Presencial nº 21/2015.

CLAUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO**2.1. Fundamento Legal**

Este termo fundamenta-se no inciso I do artigo 13 do Decreto Municipal nº 133/2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previstos no art. 15 da Lei nº 8.666/93.

2.2. Motivação

Descumprimento da Clausula III da Ata de Registro de Preço que diz:

“Clausula III:

1. Além das obrigações constantes do Termo de Referência anexo do edital, é de responsabilidade dos fornecedores:

c)Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo MUNICÍPIO;”

2.3. Comprovação

Comprova-se através do termo de Notificação administrativa, bem como, a solicitação da Secretaria de Saúde, através de ofício anexados a este documento, o descumprimento da clausula mencionado acima.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 A rescisão terá validade a partir da assinatura deste termo e , por estar de acordo, no uso de suas atribuições, firma-se abaixo o presente instrumento em duas vias de igual teor e para um só efeito.

Garopaba, 18 de maio de 2016

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO
PREFEITO MUNICIPAL

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL FUMREBOM Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ERRATA DE EDITAL

Processo licitatório: FUNREBOM 001/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de um veículo zero km, do tipo caminhão chassi, para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Garuva, conforme Termo de Referência anexo.

NO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL, INCLUI-SE O ITEM AR CONDICIONADO.

A data do credenciamento, entrega, abertura dos envelopes e fase de lances verbais permanece inalterada.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 19 de maio de 2016.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 103/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Concorrência Nº 103/2016

OBJETO: qualificação e pavimentação da rua Carlos Roberto Schramm e Loteamento Margem Esquerda. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 22/06/2016. ABERTURA: dia 22/06/2016 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br Gaspar(SC), 19 de maio de 2016.

SOLY WALTRICK ANTUNES FILHO

Secretário de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil

CONCORRÊNCIA Nº 104/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Concorrência Nº 104/2016

OBJETO: fornecimento de estação de tratamento de esgotos, Loteamento Margem Esquerda. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 23/06/2016. ABERTURA: dia 23/06/2016 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br Gaspar(SC), 19 de maio de 2016.

SOLY WALTRICK ANTUNES FILHO

Secretário de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil

DECRETO Nº 6.985 DE 19 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.985 DE 19 DE MAIO DE 2016.

INTERVENÇÃO MUNICIPAL POR MODALIDADE DE REQUISICÃO DO PRÉDIO E TODAS AS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, ENGLOBANDO LABORATÓRIO, EQUIPAMENTOS MÉDICOS /CIRÚRGICOS, DE EXAMES, RECURSOS HUMANOS E DEMAIS MÁQUINAS, OBJETOS E ITENS QUE FAÇAM PARTE DO REGULAR E EFETIVO FUNCIONAMENTO DO NOSOCÔMIO PARA O ATENDIMENTO DOS QUE DELE NECES-SITAM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e:

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 147 e 148, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, como também, art. 153, da Constituição do Estado de Santa Catarina e, por fim, o art. 196, da Carta da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1.988, onde prescreve que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

CONSIDERANDO a responsabilidade do Município frente à descentralização instituída pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para o atendimento médico-hospitalar da população;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do Município na prestação de serviços de atendimento à saúde da população e com devida cooperação técnica e financeira da União e do Estado;

CONSIDERANDO que o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo

Socorro é o único no Município de Gaspar e que para fins de se firmar convênio ou contrato para prestação de serviços o mesmo está impedido pelas regras do artigo 29, inciso III, art. 55, inciso XII, art. 116, § 3º, inciso I e II, da Lei Federal nº 8.666/1.993; art. 16 e art. 17, da Lei Federal nº 4.320/1.964; art. 26, inciso II, alíneas "b", "c", "d" e "e", da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº 14/2012; e art. 3º, do Decreto Municipal nº 900/2.005;

CONSIDERANDO que o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ainda não tem condições de obter Certidões Negativas de Débito junto ao Poder Público, continuando impedido de receber novos valores do Município;

CONSIDERANDO que é notório o fato do hospital depender de recursos públicos para seu funcionamento, onde, por diversas vezes, afirmou e reconheceu tal condição;

CONSIDERANDO que o Estado de Santa Catarina reconhece a dívida de aproximadamente R\$ 564.329,48 (quinhentos e sessenta e quatro mil trezentos e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos);

CONSIDERANDO que as Portarias com os pedidos pleiteados junto à Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina e Junto ao Ministério da Saúde até o momento restaram infrutíferas à entidade hospitalar;

CONSIDERANDO que o inadimplemento do Estado junto ao hospital e a não habilitação das portarias gera um déficit mensal de aproximadamente R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais);

CONSIDERANDO a recomendação da Diretoria Técnica do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para que seja dada continuidade aos trabalhos de implantação da nova gestão no hospital, visando propiciar estabilidade e viabilidade da instituição, sob pena de ver comprometida todas as transformações já implementadas, expediente que integra o presente Decreto;

CONSIDERANDO que a Comissão Intervencionista tem garantido o pagamento em dia dos funcionários e dos profissionais que atuam na instituição, propiciando segurança e bom ambiente de trabalho;

CONSIDERANDO que ao Município compete a organização, direção e gestão das ações e serviços de saúde executadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em seu âmbito territorial, e à direção municipal deste órgão compete controlar e fiscalizar os procedimentos pertinentes dos serviços privados de saúde;

CONSIDERANDO a necessária e indispensável garantia no direito ao atendimento à saúde da população de forma digna, séria, responsável, profissional e com o devido respeito que a população merece;

CONSIDERANDO que todos os setores do hospital, dos serviços e especialidades médico-hospitalares necessitam condições adequadas de trabalho, a fim de que a entidade possa atender às necessidades da população;

CONSIDERANDO a redação do art. 5º, inciso XXV, da Carta da República Federativa do Brasil de 1.988, in verbis: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: Inciso XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano”;

CONSIDERANDO a importância de trazer à baila a redação entalhada no corpo do art. 25, da Lei nº 6.439, de 01 de Setembro de 1.977, regrando que: “Em caso de calamidade pública, perigo público iminente ou ameaça de paralisação das atividades de interesse da população a cargo das entidades do SINPAS, o Poder Executivo poderá requisitar os bens e serviços essenciais à sua continuidade, assegurada ao proprietário indenização ulterior”;

CONSIDERANDO a redação do art. 15, inciso XIII, da Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990, que assim prescreve: “Art. 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições: Inciso XIII - para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização”;

CONSIDERANDO os termos do art. 1.228, §3º, do Código Civil Brasileiro, in verbis: “Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. § 3º O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente;” e

CONSIDERANDO as razões e motivos acima delineados, caracterizado o estado de perigo público e urgência no atendimento hospitalar por parte do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;

CONSIDERANDO os recursos públicos municipais investidos entre os anos de 2009 a 2015, num montante superior a 18 milhões de reais.

DECRETA:

Art. 1º - Em face da Declaração de Estado de Perigo Público e Urgência no Atendimento na Rede Hospitalar do Município, por ato administrativo veiculado por Decreto do Prefeito Municipal, ficam requisitadas para utilização no atendimento hospitalar da população, TODAS AS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, ENGLOBANDO LABORATÓRIO, EQUIPAMENTOS MÉDICOS /CIRÚRGICOS E DE EXAMES, RECURSOS HUMANOS E DEMAIS MÁQUINAS, OBJETOS E ITENS QUE FAÇAM PARTE DO REGULAR E EFETIVO FUNCIONAMENTO do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, CNPJ nº 84.045.83/00001-25, com sede na Rua José Krauss, nº 97, bairro Sete de Setembro, no Município de Gaspar – SC.

Art. 2º - A manutenção da intervenção do Poder Público Municipal do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, tem por objetivo dar continuidade nos avanços conquistados pela Comissão Interventora, garantir a continuidade da prestação dos serviços de saúde aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde), evitando a sua paralisação.

Art. 3º - A requisição vigorará até 180 (cento e oitenta) dias, contados da vigência deste Decreto, podendo cessar antes de seu termo final ou, ainda, ser prorrogado, de acordo com a necessidade.

Art. 4º - Permanece composta, a Comissão Interventora do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na seguinte conformidade representativa:

- I – Cleones Hostins – CPF 007.944.929-83;
- II - Ricardo Alexandre Freitas – CPF 620.889.049-72;
- III - Adilson Carlos Avosani – CPF 485.375.789-91;
- IV – Euclides Rampelotti – CPF 167.960.399-04.

Art. 5º - No exercício de suas atribuições, caberá à Comissão Interventora do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Gaspar, a prática de todo e qualquer ato inerente à administração do hospital, e, ainda:

- I - representar o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Gaspar, administrativa e judicialmente, cabendo a tomada de decisões gerenciais visando a excelência na gestão do hospital, em especial visando à melhoria no atendimento dos pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde) e o integral cumprimento das suas obrigações legais, contratuais, assim como de suas finalidades estatutárias;
- II - requisitar serviços indispensáveis ao cumprimento de sua missão junto às repartições públicas municipais e solicitá-los às repartições de outras esferas de governo;
- III - gerir os recursos destinados ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Gaspar, podendo, para tanto, abrir e fechar contas bancárias se necessário, bem como movimentar as existentes;
- IV - gerenciar toda a administração de pessoal necessária ao bom andamento dos serviços do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Gaspar;
- V - manter o inventário do patrimônio de bens móveis e imóveis do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;
- VI - adotar todas as medidas de ordem técnica, administrativa, jurídica, financeira, assim como as eventualmente não especificadas neste Decreto, necessárias ao restabelecimento do pleno e hígido funcionamento do hospital.

Art. 6º - As atribuições da Comissão Interventora nomeada poderão ser delegadas à auxiliares de prepostos que componha o quadro funcional do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro ou que venha a ser contratado, seja pessoa física ou jurídica.

Art. 7º - A Comissão Interventora do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Gaspar, deverá remeter à 1.ª Promotoria de Justiça de Gaspar, e à Imprensa do Município a cada 90 (noventa) dias, relatório informando as medidas adotadas bem como demonstrativo simplificado da situação financeira do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Gaspar.

Art. 8º - Os atos de Requisição serão formalizados por Portarias numeradas sequencialmente e constarão no relatório final.

Art. 9º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, caso necessário, ficando, desde já, autorizados, nos termos das Leis Orçamentárias Municipais e da Lei de responsabilidade Fiscal, os repasses necessários.

Parágrafo Único. Caberá à Comissão Interventora, o controle dos repasses efetuados e devidos pelo Estado de Santa Catarina, pela União e pelo Município.

Art. 10 – A Comissão Interventora do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Gaspar, 30 (trinta) dias antes de finalizar o prazo da intervenção vigente, deverá ser remetido ao Prefeito Municipal o relatório de todas as ocorrências e as sugestões de medidas a serem providenciadas.

Art. 11 – Em consequência do presente Decreto, continuam os dirigentes afastados de suas atividades.

Art. 12 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Gaspar – SC, em 19 de maio de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.986 DE 19 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.986, DE 19 DE MAIO DE 2016.
DECRETA LUTO OFICIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º São declarados de Luto Oficial, os dias 20, 21 e 22 do mês em curso, por motivo do falecimento, na data de hoje, do Sr. FRANCISCO HOSTINS, ex-prefeito, considerando os relevantes serviços prestados à comunidade gasparense.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de maio de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.984, DE 19 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 6.984, DE 19 DE MAIO DE 2016.
DECLARA ESTADO DE PERIGO PÚBLICO E URGÊNCIA NA REDE HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE GASPAR, E DÁ OUTRA SPROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e:

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 147 e 148, da Lei Orgânica do Município de Gaspar; art. 153, da Constituição do Estado de Santa Catarina; artigos 6º, 23, 30, 197, 198 e 196, da Constituição da República Federativa do Brasil, este último, dispondo que: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, como também, as Leis 8.080/1990; 8.142/1990; 8.666/1993; e 6.439/1977;

CONSIDERANDO que a Comissão Intervencionista nomeada para dirigir e administrar a instituição conquistou muitos avanços, mas os problemas econômico-financeiros da instituição ainda são graves e não foram totalmente sanados, importando ainda em graves riscos ao atendimento hospitalar no município e região de referência;

CONSIDERANDO que a interrupção dos trabalhos desenvolvidos pela nova administração até o momento importaria em desestabilidade e risco à estrutura funcional da instituição;

CONSIDERANDO que o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é o único no Município de Gaspar e que para fins de se firmar convênio ou contrato para prestação de serviços o mesmo ainda se encontra impedido pelas regras do artigo 29, inciso III, art. 55, inciso XII, art. 116, § 3º, inciso I e II, da Lei Federal nº 8.666/1.993; art. 16 e art. 17, da Lei Federal nº 4.320/1.964; art. 26, inciso II, alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº 14/2012; e art. 3º, do Decreto Municipal nº 900/2.005;

CONSIDERANDO que, ainda não tem condições de obter Certidões Negativas de Débito junto ao Poder Público, o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Gaspar, continua impedido de receber novos valores do Município;

CONSIDERANDO que é notório o fato do hospital depender de recursos públicos para seu funcionamento, onde o próprio hospital, por diversas vezes, afirmou e reconheceu tal condição;

CONSIDERANDO que o Estado de Santa Catarina reconhece a dívida de aproximadamente R\$ 564.329,48 (quinhentos e sessenta e quatro mil trezentos e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos);

CONSIDERANDO que as Portarias com os pedidos pleiteados junto à Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina e Junto ao Ministério da Saúde até o momento restaram infrutíferas à entidade hospitalar;

CONSIDERANDO que o inadimplemento do Estado junto ao hospital e a não habilitação das portarias gera um déficit mensal de aproximadamente R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais);

CONSIDERANDO a recomendação da Diretoria Técnica do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para que seja dada continuidade aos trabalhos de implantação da nova gestão no hospital, visando propiciar estabilidade e viabilidade da instituição, sob pena de ver comprometida todas as transformações já implementadas, expediente que integra o presente Decreto;

CONSIDERANDO que a Comissão Intervencionista tem garantido o pagamento em dia dos funcionários e dos profissionais que atuam na instituição, propiciando segurança e bom ambiente de trabalho;

CONSIDERANDO a necessidade de manter a harmonia das relações entre direção do hospital com a classe médica, com os próprios funcionários, e com o Poder Público interveniente e repassador de recursos;

CONSIDERANDO que a credibilidade vem sendo retomada pela instituição junto aos cidadãos gasparenses, o que tem importado inclusive em aumento do faturamento da instituição;

CONSIDERANDO a necessária e indispensável garantia no direito ao atendimento à saúde da população de forma séria, profissional e com o devido respeito que todos merecem;

CONSIDERANDO, em homenagem ao princípio da continuidade da prestação do serviço público, ser indispensável e necessário que o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro mantenha o serviço público a que se propôs;

CONSIDERANDO que é dever comum da União, Estado e do Município preservar os direitos inalienáveis à saúde e a vida, e os interesses supremos da população à garantia e preservação destes direitos, garantindo a manutenção do adequado funcionamento das instalações do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, fazendo-as com os recursos humanos e materiais de que dispõe, mediante o uso dos equipamentos, móveis e instalações pertencentes à instituição de saúde, nos termos do art. 5º, inciso XXV, da Constituição Federal;

Que diante do quadro explicitado, o efetivo saneamento das anomalias ainda existentes e a consolidação de todos os propósitos indicados no ato interventivo exigem que o Poder Público permaneça por mais tempo na entidade, objetivando a total recuperação da sua capacidade hospitalar para continuar prestando relevantes serviços de interesse público na área da saúde.

DECRETA:

Art.1º. DECLARA O ESTADO DE PERIGO PÚBLICO E URGÊNCIA NA REDE HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE GASPAR, na forma dos motivos e fundamentos informados no presente Decreto.

Parágrafo Único - O prazo de vigência deste Decreto é de até de 180 dias, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Gaspar, em 19 de maio de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO MUNICIPAL

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO 26/2016

REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REPUBLICA A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 26/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 07/06/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 07/06/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 19 de Maio de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIA 149 A 156/2016

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

RESUMO

PORTARIA Nº. 0149 / 2016 DE 22 de ABRIL de 2016

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 79 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, RESUMO Cessar a pedido, a partir desta data, os efeitos da portaria nº 213/2014, de 31/07/2014, que concede LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA

TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a funcionária DAIANA MICHELIS JUNKES, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em atividade na Secretaria Municipal do Planejamento, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0150 / 2016 DE 25 de ABRIL de 2016

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições

RESUMO Tornar sem efeito a portaria nº 131/2016, de 01/04/2016, que contrata KARINE NIEHUES, para ocupar o cargo de Professor, nível I, Inglês, com

carga horária de 20 (vinte) horas semanais, e exercer suas funções na Escola Municipal Professor Gregorio Wessler - Ensino Fundamental,

vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, por não tomar posse, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0151 / 2016 DE 02 de MAIO de 2016

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições

RESUMO Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria nº 123/2013, de 03/04/2013, que designa ADRIANA BECKER, ocupante do cargo de Agente de

Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, vinculado a

Secretaria Municipal da Família e do Desenvolvimento Social, retornando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme solicitação

administrativa.

PORTARIA Nº. 0152 / 2016 DE 02 de MAIO de 2016

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000,

RESUMO Exonerar, a pedido, GISELE ZANELATO ENGELS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Adjunto do Departamento do Esporte, do

Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal do Esporte, a partir desta data, conforme

requerimento.

PORTARIA Nº. 0153 / 2016 DE 02 de MAIO de 2016

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei

Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESUMO Exonerar, a pedido, SIZINO DA ROSA BRANCO, ocupante do cargo de argo de Condutor de Veículos, Código 4.03,, com carga horária de 40

(quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, nomeado pela portaria nº 328/2015, de 01/12/2015, a partir

desta data, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0154 / 2016 DE 02 de MAIO de 2016

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, RESUMO Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 02/05/2016

a 31/05/2016.

PORTARIA Nº. 0155 / 2016 DE 02 de MAIO de 2016

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000, RESUMO Conceder férias regulamentares a VILSON PONCIANO, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade código 2.04, com carga horária de 30

(trinta) horas semanais, responsável pela Gestão de Contabilidade da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Saúde e do Sistema Autonomo de Água e Esgoto - SAMAE, no período de 02/05/2016 a 30/05/2015, referente ao período aquisitivo de 02/11/2014 a 01/11/2015,

bem como, a conversão do período de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário.

PORTARIA Nº. 0156 / 2016 DE 02 de MAIO de 2016

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 3, da Lei Municipal nº 1.640/2009, de 16/12/82009

RESUMO Designar, o funcionário DIONE HEINZEN, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade código 2.04, 30 horas semanais, para respondendo

pela Contabilidade da Fundação Ambiental Municipal de Grão Pará - FAMGP, para responder, cumulativamente, pela Gestão de Contabilidade da

Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Saúde e do Sistema Autonomo de Água e Esgoto - SAMAE, fazendo jus a 3 (três) gratificações,

fixada no artigo 3ª, da Lei 1.640/2009, no período das férias do titular Vilson Ponciano, conforme portaria 155/2016, de 02/05/2016.

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Gilvane Costa Koch ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, e que o Município está em mora, podendo sofrer, em razão disso, sanções, faz-se necessário o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, por contemplar o interesse público, consoante adiante descrito:

Fornecedor: GILVANE COSTA KOCH ME

Restos a Pagar de 2015: 236, 237, 568, 619, 817, 818, 685, 1207 e 1210

Valor: R\$ 7.519,65

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de maio de 2016.

ÉLIO MULLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

Guaraciaba

PREFEITURA

AD01.16 CONTRATO 71.2016 PAGNUSSATTI CONSTRUÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad01/16Cont71/16 - Contrato Nº: 71/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORACAO LTDA - EPP

Valor : 3.552,78 (três mil quinhentos e cinquenta e dois reais e

setenta e oito centavos)

Vigência : Início: 19/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E CALÇADAS COM ATERRO COMPACTADO E PÓ DE PEDRA NAS RUAS SESTIVO ARMANDO MONTAGNA, ANTONIO CAETANO ARPINI, NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, SÃO JOSÉ, PRESIDENTE VARGAS, TIRADENTES, LUIZ SCALCO, BRUNO F. HOFFMANN. SUPRESSÃO DE VALORES PARA HOMOGENEIZAÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS POR LOTE.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 72.16 REGISTRO DE PREÇOS SERVIÇOS HORA MÁQUINA TRATOR ESTEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº72/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 86/16, Edital de Pregão Presencial Nº 72/16, Objeto: Registro de Preços para Contratação de Serviços Hora/Máquina Trator de Esteira; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 03/06/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 03/06/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 19 de maio de 2016.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 73.16 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº73/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 87/16, Edital de Pregão Presencial Nº 73/16, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição de Tubos de Concreto; recebimento de propostas até às 10 horas do dia 03/06/16; a abertura do Edital será às 10 horas do dia 03/06/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 19 de maio de 2016.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2º BIMESTRE 2016

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.525.332,38	30.525.332,38	3.755.281,83	12,30	8.582.981,96	21.942.350,42
RECEITAS CORRENTES	29.675.332,38	29.675.332,38	3.738.902,07	12,60	7.982.100,53	21.693.231,85
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.673.719,58	2.673.719,58	271.541,63	10,16	527.123,03	2.146.596,55
IMPOSTOS	1.854.719,58	1.854.719,58	229.409,02	12,37	433.209,16	1.421.510,42
TAXAS	669.000,00	669.000,00	34.304,05	5,13	78.147,55	590.852,45
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	150.000,00	150.000,00	7.828,56	5,22	15.766,32	134.233,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	160.000,00	160.000,00	30.515,20	19,07	58.021,27	101.978,73
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	160.000,00	160.000,00	30.515,20	19,07	58.021,27	101.978,73
RECEITA PATRIMONIAL	390.000,00	390.000,00	42.595,97	10,92	77.293,87	312.706,13
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	100.000,00	100.000,00	42.595,97	42,60	77.293,87	22.706,13
RECEITA DE SERVIÇOS	584.185,00	584.185,00	125.338,42	21,46	158.251,80	425.933,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.592.243,52	24.592.243,52	3.201.707,98	13,02	7.019.324,02	17.572.919,50
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	24.577.243,52	24.577.243,52	3.201.707,98	13,03	7.019.324,02	17.557.919,50
TRANSF. DE CONV.	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.275.184,28	1.275.184,28	67.202,87	5,27	142.086,54	1.133.097,74
MULTAS E JUROS DE MORA	279.195,33	279.195,33	11.823,58	4,23	26.946,93	252.248,40
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	375.000,00	375.000,00	26.184,63	6,98	63.795,46	311.204,54
RECEITAS DIVERSAS	620.988,95	620.988,95	29.194,66	4,70	51.344,15	569.644,80
RECEITAS DE CAPITAL	850.000,00	850.000,00	16.379,76	1,93	600.881,43	249.118,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
ALIEÇÃO DE BENS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	16.379,76	0,00	600.881,43	-600.881,43
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	16.379,76	0,00	600.881,43	-600.881,43
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	30.525.332,38	30.525.332,38	3.755.281,83	12,30	8.582.981,96	21.942.350,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	30.525.332,38	30.525.332,38	3.755.281,83	12,30	8.582.981,96	21.942.350,42
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	30.525.332,38	30.525.332,38	3.755.281,83	12,30	8.582.981,96	21.942.350,42
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	958.212,31	—	—	168.226,09	—
Superávit Financeiro	—	958.212,31	—	—	168.226,09	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.528.832,38	33.490.326,99	5.752.323,75	15.666.308,53	17.824.018,46	4.992.185,92	8.424.029,16	25.066.297,83	7.430.308,08
DESPESAS CORRENTES	27.188.623,55	28.744.284,27	4.340.422,90	13.830.005,21	14.914.279,06	4.856.874,44	8.255.231,04	20.489.063,23	7.357.359,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.710.001,35	13.438.704,29	2.247.484,49	4.458.634,77	8.980.069,52	2.256.889,52	4.417.256,98	9.021.447,31	4.221.345,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	275.000,00	275.000,00	0,00	142.000,00	133.000,00	11.750,22	34.796,35	240.203,65	34.796,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.203.622,20	15.030.579,98	2.092.938,41	9.229.370,44	5.801.209,54	2.588.234,70	3.803.177,71	11.227.402,27	3.101.217,41
DESPESAS DE CAPITAL	3.330.208,83	4.736.042,72	1.411.900,85	1.836.303,32	2.899.739,40	135.311,48	168.798,12	4.567.244,60	72.948,92
INVESTIMENTOS	3.120.208,83	4.526.042,72	1.411.900,85	1.781.303,32	2.744.739,40	129.159,20	152.814,20	4.373.228,52	56.965,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	210.000,00	210.000,00	0,00	55.000,00	155.000,00	6.152,28	15.983,92	194.016,08	15.983,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	30.528.832,38	33.490.326,99	5.752.323,75	15.666.308,53	17.824.018,46	4.992.185,92	8.424.029,16	25.066.297,83	7.430.308,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	30.528.832,38	33.490.326,99	5.752.323,75	15.666.308,53	17.824.018,46	4.992.185,92	8.424.029,16	25.066.297,83	7.430.308,08
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	158.952,80	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	30.528.832,38	33.490.326,99	5.752.323,75	15.666.308,53	—	4.992.185,92	8.582.981,96	—	7.430.308,08

FONTE:

GUARACIABA, 16/05/2016

ROQUE LUIZ MENEZINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016(BIMESTRE MARÇO - ABRIL)

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	30.528.832,38	33.480.326,99	5.752.323,75	15.666.308,53	17.824.018,46	4.992.185,92	100,00	25.066.297,83
Ação Legislativa	1.200.000,00	1.200.000,00	164.011,81	318.950,40	881.049,60	193.018,26	3,58	898.470,24
Administração	1.200.000,00	1.200.000,00	164.011,81	318.950,40	881.049,60	193.018,26	3,58	898.470,24
Administração Geral	2.762.000,10	2.700.677,60	456.148,39	1.475.010,82	1.225.666,78	538.785,42	10,77	1.793.284,67
Administração Financeira	2.372.000,10	2.310.677,60	390.996,57	1.355.112,51	955.565,09	473.671,60	9,35	1.523.124,98
Controle Interno	180.000,00	180.000,00	34.880,07	57.356,78	122.643,22	34.842,07	0,68	122.681,22
Administração de Receitas	63.000,00	63.000,00	8.273,25	20.028,84	42.971,16	8.273,25	0,24	42.971,16
Defesa Nacional	147.000,00	147.000,00	21.998,50	42.512,69	104.487,31	21.998,50	0,50	104.487,31
Defesa Terrestre	59.000,00	59.000,00	8.500,31	17.070,30	41.929,70	8.468,11	0,20	41.984,90
Segurança Pública	59.000,00	59.000,00	8.500,31	17.070,30	41.929,70	8.468,11	0,20	41.984,90
Policimento	345.276,30	478.609,57	125.680,10	179.369,14	299.240,43	127.002,05	1,83	324.605,49
Defesa Civil	58.276,30	76.567,49	11.421,22	18.345,88	58.221,61	7.692,72	0,13	65.225,11
Informação e Inteligência	277.000,00	330.719,58	52.936,38	99.700,76	231.018,82	57.986,83	0,97	249.380,38
Assistência Social	10.000,00	71.322,50	61.322,50	61.322,50	10.000,00	61.322,50	0,73	10.000,00
Administração Geral	1.074.240,16	1.178.569,23	164.556,61	478.515,81	700.053,42	197.780,02	4,12	831.208,78
Assistência ao Idoso	285.000,00	285.000,00	51.586,61	124.148,55	160.852,25	54.654,50	1,19	184.902,37
Assistência ao Portador de Deficiência	118.000,00	118.000,00	13.598,06	54.265,46	63.734,54	19.541,95	0,48	77.419,92
Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00	20.000,00	0,00	16.800,00	3.200,00	2.800,00	0,05	15.800,00
Assistência Comunitária	315.000,00	340.214,37	41.943,03	125.847,01	214.367,36	54.816,37	1,15	243.598,88
Previdência Social	336.240,16	415.354,06	57.428,91	157.454,79	257.899,27	65.967,20	1,26	309.487,61
Previdência do Regime Estatutário	340.000,00	340.000,00	43.456,42	84.768,68	255.231,32	43.456,42	1,01	255.231,32
Saúde	340.000,00	340.000,00	43.456,42	84.768,68	255.231,32	43.456,42	1,01	255.231,32
Administração Geral	5.716.888,01	6.327.532,51	1.179.580,38	3.664.939,72	2.662.592,79	1.151.805,57	22,91	4.397.397,00
Atenção Básica	362.000,00	362.000,00	46.186,29	157.180,84	204.819,16	58.921,24	1,18	262.476,11
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.657.888,01	5.132.590,04	986.966,00	2.973.515,21	2.159.074,83	947.261,28	19,07	3.525.782,57
Educação	697.000,00	832.942,47	146.428,09	534.243,67	298.698,80	145.623,05	2,66	609.138,32
Administração Geral	10.660.213,34	10.893.535,15	1.290.123,93	2.940.209,37	7.953.325,78	1.178.440,30	23,18	8.940.644,53
Ensino Fundamental	345.000,00	345.000,00	40.212,53	122.839,30	222.160,10	41.566,67	1,19	244.658,54
Ensino Médio	5.350.400,00	5.574.474,39	700.550,86	1.705.596,59	3.868.877,80	700.704,27	13,51	4.436.192,76
Ensino Profissional	187.000,00	187.000,00	30.252,91	41.054,58	145.945,42	38.454,58	0,46	148.545,42
Ensino Superior	115.000,00	115.000,00	0,00	84.023,65	30.976,35	22.376,09	0,34	86.083,25
Educação Infantil	92.000,00	92.000,00	92.000,00	92.000,00	0,00	8.960,00	0,11	83.040,00
Educação de Jovens e Adultos	4.465.813,34	4.475.060,76	419.627,33	868.851,34	3.606.209,42	358.596,61	7,29	3.860.798,44
	105.000,00	105.000,00	7.480,30	25.843,31	79.156,69	7.782,08	0,28	81.326,12

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.528.832,38	33.490.326,99	5.752.323,75	15.666.308,53	100,00	17.824.018,46	4.992.185,92	8.424.029,16	25.066.297,83
Cultura	189.000,00	189.000,00	34.168,57	85.472,53	0,55	103.527,47	8.051,67	18.066,16	170.933,84
Difusão Cultural	189.000,00	189.000,00	34.168,57	85.472,53	0,55	103.527,47	8.051,67	18.066,16	170.933,84
Urbanismo	1.629.000,00	2.790.507,27	1.189.110,64	1.926.308,64	12,30	864.198,63	189.506,74	274.981,03	2.515.526,24
Infra-Estrutura Urbana	817.000,00	894.670,53	68.900,88	517.911,72	3,31	376.758,81	184.835,66	270.161,56	624.508,97
Serviços Urbanos	812.000,00	1.895.836,74	1.120.209,76	1.408.396,92	8,99	487.439,82	4.671,08	4.819,47	1.891.017,27
Habitação	80.000,00	183.511,87	4.961,72	9.104,90	0,06	174.406,97	4.961,72	9.104,90	174.406,97
Habitação Urbana	80.000,00	183.511,87	4.961,72	9.104,90	0,06	174.406,97	4.961,72	9.104,90	174.406,97
Saneamento	139.639,58	139.639,58	905,00	48.216,68	0,31	91.422,90	5.583,20	20.743,68	118.895,90
Saneamento Básico Urbano	139.639,58	139.639,58	905,00	48.216,68	0,31	91.422,90	5.583,20	20.743,68	118.895,90
Gestão Ambiental	133.500,00	133.500,00	5.958,35	18.834,50	0,12	114.665,50	5.958,35	18.834,50	114.665,50
Preservação e Conservação Ambiental	128.500,00	128.500,00	5.958,35	18.834,50	0,12	109.665,50	5.958,35	18.834,50	109.665,50
Recursos Hídricos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	1.873.636,74	1.873.636,74	196.578,49	1.366.159,53	8,72	507.477,21	491.180,57	956.432,18	917.204,56
Promoção da Produção Animal	260.000,00	257.291,45	57.896,43	187.845,57	1,20	69.445,88	66.789,63	143.890,92	113.400,53
Extensão Rural	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Promoção da Produção Agropecuária	1.547.636,74	1.550.345,29	138.680,06	1.138.936,20	7,27	411.409,09	417.231,36	797.600,32	752.744,97
Defesa Agropecuária	60.000,00	60.000,00	0,00	39.377,76	0,25	20.622,24	7.159,58	14.940,94	45.059,06
Indústria	520.000,00	520.000,00	87.227,83	132.012,46	0,84	387.987,54	45.374,03	45.540,46	474.459,54
Promoção Industrial	520.000,00	520.000,00	87.227,83	132.012,46	0,84	387.987,54	45.374,03	45.540,46	474.459,54
Comércio e Serviços	130.000,00	130.000,00	12.000,00	32.000,00	0,20	98.000,00	1.200,00	21.200,00	108.800,00
Promoção Comercial	100.000,00	100.000,00	12.000,00	32.000,00	0,20	68.000,00	1.200,00	21.200,00	78.800,00
Turismo	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
Energia	285.000,00	315.569,29	0,00	279.962,29	1,79	35.607,00	60.735,47	110.192,07	205.377,22
Energia Elétrica	285.000,00	315.569,29	0,00	279.962,29	1,79	35.607,00	60.735,47	110.192,07	205.377,22
Transporte	1.956.438,15	2.578.038,18	504.747,76	1.650.249,01	10,53	927.789,17	541.395,04	906.741,96	1.671.296,22
Transporte Rodoviário	1.956.438,15	2.578.038,18	504.747,76	1.650.249,01	10,53	927.789,17	541.395,04	906.741,96	1.671.296,22
Desporto e Lazer	640.000,00	684.000,00	284.607,44	472.493,75	3,02	191.506,25	136.385,54	194.730,48	489.269,52
Desporto Comunitário	612.000,00	636.000,00	275.790,80	458.705,31	2,93	177.294,69	127.568,90	180.942,04	455.057,96
Lazer	28.000,00	28.000,00	8.816,64	13.788,44	0,09	14.211,56	8.816,64	13.788,44	14.211,56
Encargos Especiais	785.000,00	785.000,00	0,00	486.660,00	3,11	298.340,00	63.097,44	152.344,61	632.655,39
Serviço da Dívida Interna	350.000,00	350.000,00	0,00	197.000,00	1,26	153.000,00	17.902,50	50.780,27	299.219,73
Outras Transferências	20.000,00	20.000,00	0,00	9.660,00	0,06	10.340,00	1.610,00	3.220,00	16.780,00
Outros Encargos Especiais	415.000,00	415.000,00	0,00	280.000,00	1,79	135.000,00	43.584,94	98.344,34	316.655,66

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.528.832,38	33.490.326,99	5.752.323,75	15.666.308,53	100,00	17.824.018,46	4.992.185,92	8.424.029,16	100,00	25.066.297,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	30.528.832,38	33.490.326,99	5.752.323,75	15.666.308,53	100,00	17.824.018,46	4.992.185,92	8.424.029,16	100,00	25.066.297,83

FONTE:

GUARACIABA, 17/05/2016

ROQUE LUIZ MENEZINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES				
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016		2015	
Caixa			0,00			0,00

Continua 2/4

Município de GUARACIABA - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
Bancos Conta Movimento			0,00	0,00
Investimentos			0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GUARACIABA, 16/05/2016

ROQUE LUIZ MENEZINI PREFEITO MUNICIPAL	ERONI JAMIR CASSEL CONTADOR ORÇ/SC: 019044/O-7	KATIA ELOISA KAIBERS CONTROLE INTERNO
---	---	--

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ABRIL/2015 A MARÇO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agø/2015	Sem/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.233.004,86	2.336.801,45	2.267.496,85	2.480.547,15	2.107.681,52	2.182.534,98	2.183.773,16	2.186.031,58	3.239.697,52	2.340.599,32	2.524.866,46	2.062.823,32	34.216.774,49
RECEITA TRIBUTÁRIA	186.212,59	149.317,67	162.128,58	536.844,00	175.934,51	148.429,87	148.156,01	118.871,47	172.126,41	109.796,19	145.785,21	117.647,56	2.673.719,58
I.P.T.U.	0,00	543,07	28.342,23	251.470,67	37.860,42	28.199,48	8.769,00	550,98	2.333,63	0,00	0,00	0,00	347.968,68
I.R.R.F.	36.703,64	22.496,52	34.052,96	63.176,26	37.748,14	39.247,29	35.729,44	39.642,10	67.181,23	24.883,59	47.949,68	41.807,68	490.618,73
I.S.S.	74.769,23	38.986,79	61.114,33	46.100,59	67.069,75	43.380,05	57.786,67	51.394,77	53.867,23	34.242,17	51.384,33	44.342,77	624.446,68
I.T.B.I.	12.530,00	26.504,74	13.236,75	19.821,04	19.423,29	12.480,15	33.375,35	18.277,00	21.206,26	24.756,17	20.984,00	21.375,98	243.570,73
Outras Receitas Tributárias	62.269,72	60.786,55	25.482,31	156.275,44	23.832,91	25.114,90	12.485,55	9.005,62	27.557,66	25.914,26	25.867,00	10.121,13	464.644,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11.709,89	12.361,89	12.897,87	12.588,86	12.877,69	13.098,18	13.489,62	12.984,20	13.810,40	14.369,63	13.136,44	14.354,42	157.679,09
RECEITA PATRIMONIAL	27.555,97	46.223,12	22.249,34	25.708,05	27.327,74	17.901,35	16.710,01	-11.577,89	14.787,45	18.426,28	18.271,62	21.839,64	243.422,68
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	66.204,84	53.394,49	34.538,09	29.000,38	35.820,65	37.462,77	32.711,91	25.522,02	45.809,87	3.908,53	29.004,65	88.829,89	482.122,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.925.483,12	2.061.986,81	2.006.345,67	1.851.254,17	1.840.999,15	1.903.285,01	1.890.128,68	1.876.322,12	2.269.331,70	2.147.543,78	2.292.340,08	1.781.372,72	23.846.403,01
Cota-Parte do F.P.M.	641.242,44	788.549,34	686.117,85	598.046,76	594.198,55	495.387,02	563.832,53	638.611,19	732.029,81	695.628,13	870.825,84	528.952,81	7.741.427,27
Cota-Parte do I.C.M.S.	644.200,85	609.663,31	584.251,30	589.816,03	566.582,14	591.384,76	611.464,88	615.134,76	600.510,38	776.614,63	633.972,21	641.076,40	7.463.643,65
Cota-Parte do I.P.V.A.	78.989,55	92.864,98	94.323,43	105.237,42	90.840,67	94.266,06	90.875,62	60.577,06	33.106,34	42.847,80	65.346,15	80.953,32	929.818,40
Cota-Parte do ITR.	0,00	329,52	0,00	50,36	213,03	6.712,08	10.724,39	481,13	683,13	88,83	112,71	88,41	19.483,59
Outras Transferências Correntes	254.748,02	268.167,82	354.272,39	373.177,55	306.338,81	445.312,30	325.867,33	280.351,59	611.841,59	279.376,48	401.537,40	223.719,36	4.124.810,64
Transferências da LC 61/1989	8.540,53	9.634,64	9.177,01	8.453,90	8.995,33	8.969,79	10.404,23	9.479,17	9.360,10	12.194,77	9.418,07	9.185,01	113.822,55
Transferências da LC 87/1996	10.201,20	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.705,88	2.705,88	2.705,88	38.721,24
Transferências do FUNDEB	287.470,53	290.116,90	275.653,39	283.917,85	271.280,32	258.722,70	274.509,40	271.136,92	279.190,05	339.107,26	308.521,62	295.068,53	3.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.838,45	13.517,47	29.337,30	25.151,69	14.721,78	62.337,80	82.576,93	163.909,66	723.831,69	48.555,41	26.328,26	38.785,09	1.244.891,53
DEDUÇÕES (II)	276.692,72	300.742,24	275.283,76	242.831,55	252.734,68	239.849,76	257.930,17	264.965,55	275.699,79	305.811,62	316.456,00	252.516,78	4.541.442,11
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	276.692,72	300.742,24	275.283,76	242.831,55	252.734,68	239.849,76	257.930,17	264.965,55	275.699,79	305.811,62	316.456,00	252.516,78	4.541.442,11
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.956.312,14	2.036.059,21	1.992.213,09	2.237.715,60	1.854.946,84	1.942.685,22	1.925.842,99	1.921.065,03	2.964.037,73	2.034.788,00	2.208.410,46	1.810.306,54	29.675.332,38

FONTE:

GUARACIABA - 16/05/2016

ERONI JAMIR CASSELL
PREFEITO MUNICIPAL

KATIA ELOISA KABERS
CONTADOR CROC/SC 0190440-7
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Mar/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.336.801,45	2.267.496,85	2.480.547,15	2.107.681,52	2.182.534,98	2.183.773,16	2.186.031,58	3.239.697,52	2.340.599,82	2.524.866,46	2.062.823,32	2.206.307,29	28.119.151,10
RECEITA TRIBUTÁRIA	149.317,67	162.128,58	536.844,00	175.934,51	148.429,87	148.156,01	118.871,47	172.126,41	109.796,19	145.785,21	117.847,56	153.894,07	2.138.931,55
I.P.T.U.	543,07	28.242,23	251.470,67	27.860,42	28.199,48	8.769,00	550,96	2.333,83	0,00	0,00	0,00	0,00	347.968,68
I.R.R.F.	22.496,52	34.052,96	63.176,26	37.746,14	39.247,29	35.729,44	39.642,10	67.181,23	24.883,59	47.949,88	41.807,68	51.734,92	505.650,01
I.S.S.	38.986,79	61.114,33	46.100,59	67.069,75	43.389,05	57.786,67	51.394,77	53.867,23	34.242,17	51.384,33	44.342,77	47.895,67	597.573,12
I.T.B.I.	26.594,74	13.236,75	19.821,04	19.423,29	12.480,15	33.375,35	18.277,00	21.206,26	24.756,17	20.584,00	21.375,98	22.252,00	253.292,73
Outras Receitas Tributárias	60.798,55	25.482,31	156.275,44	23.832,91	25.114,90	12.495,55	9.006,62	27.537,86	25.914,26	25.867,00	10.121,13	32.011,48	434.446,01
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.361,89	12.897,87	12.588,86	12.877,69	13.098,18	13.499,62	12.894,20	13.810,40	14.399,63	13.136,44	14.354,42	16.160,78	162.129,88
RECEITA PATRIMONIAL	46.223,12	22.249,34	25.708,05	27.327,74	17.901,35	16.710,01	-11.577,89	14.787,45	16.426,28	18.271,62	21.839,64	20.756,33	238.623,04
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	53.384,49	34.538,09	29.000,36	35.820,65	37.482,77	32.711,91	25.522,02	45.809,87	3.908,53	29.004,85	88.823,89	36.514,53	452.571,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.061.996,61	2.006.345,67	1.851.254,17	1.840.999,15	1.903.285,01	1.890.128,68	1.876.322,12	2.289.331,70	2.147.543,78	2.292.340,08	1.781.372,72	1.950.565,80	23.871.483,69
Cota-Parte do F.P.M.	789.549,34	686.117,85	508.048,76	594.196,55	495.397,02	563.832,53	636.611,19	732.029,81	695.628,13	879.825,84	528.955,81	628.814,87	7.728.999,70
Cota-Parte do L.C. M.S.	609.663,31	584.251,30	589.818,03	566.582,14	591.364,76	611.464,88	615.134,76	600.510,38	775.614,63	633.872,21	641.076,40	659.131,36	7.478.484,16
Cota-Parte do I.P.V.A.	92.984,98	94.323,43	105.237,42	90.840,67	94.286,06	90.675,62	60.577,06	33.166,34	42.847,80	65.346,15	80.363,32	88.460,11	939.288,96
Cota-Parte do ITR	329,52	0,00	50,36	213,03	6.712,08	10.724,39	481,13	683,13	68,63	112,71	88,41	12,63	19.476,22
Outras Transferências Correntes	268.167,82	354.272,39	373.177,55	306.338,81	445.312,30	325.867,33	280.351,59	611.841,59	279.376,48	401.537,40	223.719,36	252.827,12	4.122.889,74
Transferências da LC 61/1989	9.634,64	9.177,01	8.453,90	8.995,33	8.969,79	10.404,23	9.479,17	9.360,10	12.194,77	9.418,07	9.195,01	9.434,84	114.716,86
Transferências da LC 87/1996	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.550,30	2.705,88	2.705,88	2.705,88	2.705,88	31.225,92
Transferências do FUNDEB	290.116,90	275.653,39	263.817,85	271.280,32	258.722,70	274.509,40	271.136,92	279.190,05	339.107,26	308.521,62	295.068,53	309.176,99	3.438.402,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.517,47	29.337,30	25.151,69	14.721,78	62.337,60	82.576,93	163.909,66	723.831,69	48.555,41	26.328,26	38.785,09	28.417,78	1.257.470,86
DEDUÇÕES (II)	300.742,24	275.283,76	242.831,55	282.734,68	239.849,76	257.930,17	264.965,55	275.659,79	305.811,82	316.456,00	252.516,78	277.711,76	3.262.494,86
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	300.742,24	275.283,76	242.831,55	282.734,68	239.849,76	257.930,17	264.965,55	275.659,79	305.811,82	316.456,00	252.516,78	277.711,76	3.262.494,86
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.036.059,21	1.992.213,09	2.237.715,60	1.824.946,84	1.942.685,22	1.925.842,99	1.921.065,03	2.964.037,73	2.034.788,00	2.208.410,46	1.810.306,54	1.928.595,53	24.856.656,24

FONTE:

GUARACIABA - 16/05/2016

ERONI JAMIR CASSEL
PREFEITO MUNICIPAL

KATIA ELOISA KABLERS
CONTADOR CRC/SC 0190440-7

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	700.000,00	0,00	700.000,00
DESPESAS			
DESPESAS DE CAPITAL	4.736.042,72	168.798,12	2.899.739,40
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.736.042,72	168.798,12	2.899.739,40
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.036.042,72	-	-2.199.739,40

FONTE:

GUARACIABA, 16/05/2016

ROQUE LUIZ MENEZHINI
PREFEITO MUNICIPALERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: MUNICIPIO DE GUARACIABA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Jun 2016 (B)	Em 31 Ago 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.148.226,20	2.131.803,15	2.131.803,15
DEDUÇÕES (II)	886.692,02	1.070.927,72	1.070.927,72
Disponibilidade de Caixa Bruta	890.942,28	1.589.370,41	1.589.370,41
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.250,26	518.442,69	518.442,69
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.261.534,18	1.060.875,43	1.060.875,43
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.822.579,63	1.807.597,16	1.807.597,16
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-561.045,45	-746.721,73	-746.721,73

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2016 (C - A)
VALOR	0,00	-185.676,28

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Jun 2016 (B)	Em 31 Ago 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GUARACIABA, 16/05/2016

ROQUE LUIZ MENEGHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	29.575.332,38	7.904.806,66	7.668.259,91
Receita Tributária	2.673.719,58	527.123,03	591.615,14
I.P.T.U.	413.000,00	0,00	0,00
I.S.S.	650.000,00	177.864,94	229.829,31
I.T.B.I.	230.000,00	88.968,15	54.150,55
I.R.R.F.	561.719,58	166.376,07	145.678,96
Outras Receitas Tributárias	819.000,00	93.913,87	161.956,32
Receita de Contribuição	160.000,00	58.021,27	45.130,42
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	160.000,00	58.021,27	45.130,42
Receita Patrimonial Líquida	290.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	390.000,00	77.293,87	105.925,11
(-) Aplicações Financeiras	100.000,00	77.293,87	105.925,11
Transferências Correntes	24.592.243,52	7.019.324,02	6.516.631,42
F.P.M.	9.615.398,37	2.179.379,83	2.280.195,93
I.P.V.A	760.000,00	221.774,20	201.579,86
I.C.M.S.	7.661.399,99	2.167.755,97	2.007.826,00
Convênios	15.000,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	6.540.445,16	2.450.414,02	2.027.029,63
Demais Receitas Correntes	1.859.369,28	300.338,34	514.882,93
Dívida Ativa	375.000,00	63.795,46	162.052,06
Diversas Receitas Correntes	1.484.369,28	236.542,88	352.830,87
RECEITAS DE CAPITAL (II)	850.000,00	600.881,43	747.660,17
Operações de Crédito (III)	700.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	150.000,00	0,00	40.233,50
Transferências de Capital	0,00	600.881,43	707.426,67
Convênios	0,00	600.881,43	584.501,67
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	122.925,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	600.881,43	707.426,67
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	29.575.332,38	8.505.688,09	8.375.686,58

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	28.744.284,27	13.830.005,21	11.835.456,85	8.255.231,04	6.830.243,27
Pessoal e Encargos Sociais	13.438.704,29	4.458.634,77	4.072.664,54	4.417.256,98	4.005.734,86
Juros e Encargos da Dívida (IX)	275.000,00	142.000,00	130.000,00	34.796,35	43.115,67
Outras Despesas Correntes	15.030.579,98	9.229.370,44	7.632.792,31	3.803.177,71	2.781.392,74
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	28.469.284,27	13.688.005,21	11.705.456,85	8.220.434,69	6.787.127,60
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.736.042,72	1.836.303,32	277.971,33	168.798,12	184.372,66
Investimentos	4.526.042,72	1.781.303,32	227.971,33	152.814,20	167.796,64
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	210.000,00	55.000,00	50.000,00	15.983,92	16.576,02
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.526.042,72	1.781.303,32	227.971,33	152.814,20	167.796,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	33.005.326,99	15.469.308,53	11.933.428,18	8.373.248,89	6.954.924,24

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.429.994,61	-6.963.620,44	-3.557.741,60	132.439,20	1.420.762,34
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	168.226,09	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	168.226,09	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

GUARACIABA , 16/05/2016

ROQUE LUIZ MENEZHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS					RS 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos			Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em 31 de Dezembro de 2015												
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA ENCARGOS GERAIS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE GABINETE DO PREFEITO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULT. ESPORTE E JUV SECRETARIA MUN. DA INDUSTRIA E COMERCIO E SECRETARIA MUN. DA SAÚDE, SANEAM. E ASSIST SECRETARIA MUNIC. TRANSPORTE OBRAS E SER SECRETARIA MUNICIPAL DA INDUSTRIA E COMÉR SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FI SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SE	-	4.723,86	4.723,86	-	0,00	4.723,86	394.427,66	393.359,66	2.691,68	579.980,77	579.980,77				
	0,00	4.723,86	4.723,86	0,00	0,00	4.723,86	394.427,66	393.359,66	2.691,68	579.980,77	579.980,77				
	0,00	4.723,86	4.723,86	0,00	0,00	4.723,86	394.427,66	393.359,66	2.691,68	579.980,77	579.980,77				
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.586,70	18.586,70	0,00	0,00	0,00				
	0,00	473,60	473,60	0,00	0,00	473,60	17.375,58	17.375,58	0,00	520,61	520,61				
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	391,44	0,00	0,00	391,44	391,44				
	0,00	4.250,26	4.250,26	0,00	0,00	4.250,26	8.006,53	8.006,53	0,00	7.616,00	7.616,00				
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.420,00	19.420,00	0,00	3.085,52	3.085,52				
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232.332,88	232.332,88	0,00	346.177,33	346.177,33				
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.131,13	30.131,13	1.532,46	15.271,32	15.271,32				
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00				
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.270,00	6.202,00	0,00	9.241,85	9.241,85				
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.659,90	708,59	0,00	951,31	951,31				
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.121,40	60.966,25	1.159,22	178.725,39	178.725,39					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	4.723,86	4.723,86	0,00	0,00	4.723,86	394.427,66	393.359,66	2.691,68	579.980,77	579.980,77				
FONTE:															

GUARACIABA, 16/05/2016

ROQUE LUIZ MENEZINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIAELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.030.302,15	2.030.302,15	453.496,38	22,34
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	528.786,84	528.786,84	12.067,42	2,28
1.1.1- IPTU	563.000,00	563.000,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	23.286,84	23.286,84	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	42.500,00	42.500,00	8.337,48	19,62
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	3.729,94	7,46
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(150.000,00)	(150.000,00)	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	230.000,00	230.000,00	88.968,15	38,68
1.2.1- ITBI	230.000,00	230.000,00	88.968,15	38,68
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	709.795,73	709.795,73	186.084,74	26,22
1.3.1- ISS	650.000,00	650.000,00	177.864,94	27,36
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.545,73	3.545,73	746,63	21,06
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	21.250,00	21.250,00	4.201,35	19,77
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	35.000,00	35.000,00	3.271,82	9,35
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	561.719,58	561.719,58	166.376,07	29,62
1.4.1- IRRF	561.719,58	561.719,58	166.376,07	29,62
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.135.673,13	21.135.673,13	5.314.448,56	25,14
2.1- Cota-Parte FPM	12.019.247,96	12.019.247,96	2.724.224,65	22,67
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.019.247,96	12.019.247,96	2.724.224,65	22,67
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.140.237,49	8.140.237,49	2.303.240,38	28,29
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	10.823,52	27,06
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	40.242,69	36,58
2.5- Cota-Parte ITR	18.687,68	18.687,68	282,58	1,51
2.6- Cota-Parte IPVA	807.500,00	807.500,00	235.634,74	29,18
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.165.975,28	23.165.975,28	5.767.944,94	24,90

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	598.400,00	598.400,00	223.757,44	37,39
5.1- Transferências do Salário-Educação	400.000,00	400.000,00	159.110,77	39,78
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.000,00	2.000,00	3.000,00	150,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	96.400,00	96.400,00	31.078,00	32,24
5.4- Transferências Diretas - PNAE	100.000,00	100.000,00	26.383,69	26,38
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	4.184,98	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	396.185,00	396.185,00	132.211,74	33,37
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	994.585,00	994.585,00	355.969,18	35,79

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.541.442,11	4.541.442,11	1.152.496,36	25,38
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.403.849,59	2.403.849,59	544.844,82	22,67
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.915.350,00	1.915.350,00	541.938,63	28,29
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	2.164,68	27,06
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	22.000,00	22.000,00	8.048,56	36,58
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.242,52	2.242,52	56,49	2,52
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	190.000,00	190.000,00	55.443,18	29,18
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.000.000,00	3.000.000,00	1.258.874,55	41,96
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.000.000,00	3.000.000,00	1.251.874,60	41,73
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	6.999,95	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.541.442,11	-1.541.442,11	99.378,24	-6,45
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	200.000,00	68.447,43	34,22	68.447,43	34,22
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	200.000,00	68.447,43	34,22	68.447,43	34,22
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	200.000,00	68.447,43	34,22	68.447,43	34,22
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						68.447,43
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						5,44
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						94,56
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						2.799,83
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 *						2.799,83
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	5.791.493,82		5.791.493,82		1.441.986,24	24,90
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.465.813,34	4.468.710,76	868.851,34	19,44	614.262,32	13,75
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.453.400,00	5.635.790,93	1.703.586,15	30,23	1.160.081,77	20,58
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	200.000,00	68.447,43	34,22	68.447,43	34,22
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.453.400,00	5.435.790,93	1.635.138,72	30,08	1.091.634,34	20,08
25- ENSINO MÉDIO	187.000,00	187.000,00	41.054,58	21,95	38.454,58	20,56
26- ENSINO SUPERIOR	92.000,00	92.000,00	92.000,00	100,00	8.960,00	9,74
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	115.000,00	115.000,00	84.023,65	73,06	28.916,75	25,15
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	10.313.213,34	10.498.501,69	2.789.515,72	26,57	1.850.675,42	17,63
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						99.378,24
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						6.999,95
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						2.799,83
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AC' ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						109.178,02
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						1.665.166,07
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						28,87
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	345.000,00	386.683,46	150.693,65	38,97	102.215,20	26,43
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	345.000,00	386.683,46	150.693,65	38,97	102.215,20	26,43
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.658.213,34	10.885.185,15	2.940.209,37	27,01	1.952.890,62	17,94

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.799,83	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.251.874,60	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.002.444,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.002.444,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.999,95	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		259.230,38	0,00

GUARACIABA, 16/05/2016

ROQUE LUIZ MENEHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

GUARACIABA , 16/05/2016

ROQUE LUIZ MENEGHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBEF
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/MÊS ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)			R\$ 1,00
						SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL						
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		150.000,00			0,00	150.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00			0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		150.000,00			0,00	150.000,00
TOTAL		150.000,00			0,00	150.000,00

DESPESAS						
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)
Despesas de Capital	246.720,06	129.378,48	1.873,74	0,00	0,00	0,00
Investimentos	246.720,06	129.378,48	1.873,74	0,00	0,00	0,00
TOTAL	246.720,06	129.378,48	1.873,74	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		268.208,88		0,00

FONTE:

GUARACIABA, 16/05/2016

ROQUE LUIZ MENEZINI
PREFEITO MUNICIPALERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.837.925,81	1.837.925,81	451.933,13	24,59		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	413.000,00	413.000,00	0,00	0,00		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	230.000,00	230.000,00	88.968,15	38,68		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	650.000,00	650.000,00	177.864,94	27,36		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	380.000,00	380.000,00	166.376,07	43,78		
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	23.675,81	23.675,81	658,64	2,78		
Dívida Ativa dos Impostos	56.250,00	56.250,00	11.063,57	19,67		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	85.000,00	85.000,00	7.001,76	8,24		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.082.998,13	20.082.998,13	5.015.757,26	24,98		
Cota-Parte FPM	12.019.247,96	12.019.247,96	2.724.224,65	22,67		
Cota-Parte ITR	18.687,68	18.687,68	282,58	1,51		
Cota-Parte IPVA	712.500,00	712.500,00	207.912,98	29,18		
Cota-Parte ICMS	7.182.562,49	7.182.562,49	2.032.270,84	28,29		
Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	40.242,69	36,58		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	10.823,52	27,06		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	10.823,52	27,06		
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	21.920.923,94	21.920.923,94	5.467.690,39	24,94		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	5.198.888,01	5.617.568,28	3.389.187,98	60,33	1.805.239,54	32,14
Pessoal e Encargos Sociais	2.555.888,01	2.521.557,40	1.101.589,46	43,69	1.096.996,06	43,50
Outras Despesas Correntes	2.643.000,00	3.096.010,88	2.287.598,52	73,89	708.243,48	22,88
DESPESAS DE CAPITAL	123.000,00	324.667,99	93.274,66	28,73	16.940,00	5,22
Investimentos	123.000,00	324.667,99	93.274,66	28,73	16.940,00	5,22

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	123.000,00	324.667,99	93.274,66	28,73	16.940,00	5,22
Investimentos	123.000,00	324.667,99	93.274,66	28,73	16.940,00	5,22
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.321.888,01	5.942.236,27	3.482.462,64	58,61	1.822.179,54	30,66
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	965.000,00	1.297.188,71	628.372,91	18,04	315.268,86	17,30
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	865.000,00	1.197.188,71	597.308,11	17,15	306.221,66	16,81
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	100.000,00	100.000,00	31.064,80	0,89	9.047,20	0,50
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	965.000,00	1.297.188,71	628.372,91	18,04	315.268,86	17,30
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.356.888,01	4.645.047,56	2.854.089,73	81,96	1.506.910,68	82,70
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						27,56
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						686.757,12

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL					
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
0,00			0,00	0,00	
0,00			0,00	0,00	
TOTAL (VIII)					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
-		-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
4.657.888,01	5.132.590,04	2.973.515,21	84,77	1.606.807,47	87,77
697.000,00	832.942,47	534.243,67	15,23	223.804,15	12,23
2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.356.888,01	5.967.532,51	3.507.758,88		100,00	1.830.611,62
TOTAL				100,00	

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times \text{IIb})/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GUARACIABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

GUARACIABA , 16/05/2016

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPALERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

GUARACIABA , 16/05/2016

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL
CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS
CONTROLE INTERNO

Município de GUARACIABA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	30.525.332,38
Previsão Atualizada		—	30.525.332,38
Receitas Realizadas		3.755.281,83	8.582.981,96
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	168.226,09
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	30.528.832,38
Créditos Adicionais		—	2.961.494,61
Dotação Atualizada		—	33.490.326,99
Despesas Empenhadas		5.752.323,75	15.666.308,53
Despesas Liquidadas		4.992.185,92	8.424.029,16
Superavit Orçamentário		—	158.952,80
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		5.752.323,75	15.666.308,53
Despesas Liquidadas		4.992.185,92	8.424.029,16
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			24.856.666,24
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	148.406,69
Resultado Primário		0,00	132.439,20
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	976.032,11	2.691,68	393.359,66
EXECUTIVO	976.032,11	2.691,68	393.359,66
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.723,86	0,00	4.723,86
EXECUTIVO	4.723,86	0,00	4.723,86
TOTAL:	980.755,97	2.691,68	398.083,52
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.667.965,90	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	700.000,00
Despesa de Capital Líquida		168.798,12	4.567.244,60

Continua 1/2

Município de GUARACIABA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	150.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					1.873,74	244.846,32
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual	
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					15,00	27,56
Liquidadas					1.506.910,68	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados					0,00	
					0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARACIABA, 16/05/2016

ROQUE LUIZ MENEZHINI

PREFEITO MUNICIPAL

ERONI JAMIR CASSEL

CONTADOR CRC/SC: 019044/O-7

KATIA ELOISA KAIBERS

CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL 1º QUADRIMESTRE 2016

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.112.503,45	0,00
Pessoal Ativo	13.112.243,45	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	260,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	352.567,38	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	352.567,38	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	12.759.936,07	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.856.666,24	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)	12.759.936,07	51,33
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.422.599,77	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12.751.469,78	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	12.080.339,79	48,60
FONTE:		

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.148.226,20	2.132.242,28	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.540.027,19	1.524.043,27	0,00	0,00
Interna	1.540.027,19	1.524.043,27	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	608.199,01	608.199,01	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.534.864,30	1.385.017,03	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.539.588,16	2.379.806,11	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.723,86	994.789,08	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	613.361,90	747.225,25	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	24.648.750,73	24.856.666,24	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	8,72%	8,58%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	2,49%	3,01%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	29.578.500,88	29.827.999,49	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	26.620.650,79	26.845.199,54	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.540.027,19	1.524.043,27	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.540.027,19	1.524.043,27	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	85.627,59	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	976.032,11	7.821.192,14	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.648.750,73	24.856.666,24	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22º	5.422.725,16	5.468.466,57	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.880.452,64	4.921.619,92	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS				
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE:

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	24.856.666,24	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.977.066,60	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.579.359,94	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.739.966,64	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Do Exercício	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Piso da Atenção Básica (PAB.FIXO)	0,00	0,00	6.585,01	0,00	0,00	(6.585,01)	0,00	0,00
Piso da Atenção Básica (PAB.FIXO) - SUPERAVIT	0,00	0,00	513,00	0,00	0,00	(513,00)	2.520,04	0,00
Agentes Comunitários de Saúde	3.778,13	0,00	5.753,74	0,00	2.075,32	(4.050,93)	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica-SUS	9.716,89	0,00	2.440,00	0,00	0,00	7.276,89	2.170,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica-SUS - SUPERAVIT	6.182,43	0,00	0,00	0,00	0,00	6.182,43	0,00	0,00
BADESC OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	985.927,43	0,00
Bolsa Família - IGDBF	2.886,24	0,00	0,00	0,00	0,00	2.886,24	4.079,60	0,00
Bolsa Família - IGDBF - SUPERAVIT	1.327,71	0,00	780,00	0,00	0,00	547,71	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.314,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.314,22	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE - SUF	363,43	0,00	0,00	0,00	0,00	363,43	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública-C	0,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,28	101.978,73	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública-C	9,29	0,00	0,00	0,00	0,00	9,29	0,00	0,00
Convênio SDR/SC - Manutenção de Vias Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	521.637,09	0,00
Estratégias para combate às endemias - ACE	2.028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.028,00	0,00	0,00
FEAS Benefícios Eventuais Custeio Estado	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00
FEAS Básica Custeio - FEAS/SC	(109,51)	0,00	0,00	0,00	0,00	(109,51)	0,00	0,00
FMAAS Básica Custeio - SUPERAVIT	249,42	0,00	0,00	0,00	0,00	249,42	0,00	0,00
FMAAS Básica Investimento - FEAS/SC	221,15	0,00	0,00	0,00	0,00	221,15	0,00	0,00
FMAAS Básica Investimento - FEAS/SC - SUPERAVIT	803,36	0,00	0,00	0,00	0,00	803,36	0,00	0,00
FMAAS Benefícios Eventuais Custeio Estado - SUPERAVIT	0,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,80	0,00	0,00
FMAAS SERV CONV E FORT DE VÍNCULOS	(10.398,92)	0,00	2.263,26	245,28	523,73	(13.431,19)	8.616,73	0,00
FNDE - Programa Brasil Carinhoso	6.232,08	0,00	0,00	0,00	0,00	6.232,08	0,00	0,00
FNS - INCENTIVO REDE CEGONHA - SUPERAVIT	312,88	0,00	0,00	0,00	0,00	312,88	0,00	0,00
FNS APAE	30.529,14	0,00	0,00	0,00	0,00	30.529,14	0,00	0,00
FNS APAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.056,64	0,00
FNS MAC REDE CEGONHA - RCE - RCEG	70,78	0,00	0,00	0,00	0,00	70,78	0,00	0,00
FNS/Estruturação da Rede de Serv da Atenção Básica - Bloco Im	2.985,47	0,00	0,00	0,00	0,00	2.985,47	0,00	0,00
FNS/Estruturação da Rede de Serv da Atenção Básica - Bloco Im	87.817,61	0,00	3.358,00	0,00	0,00	84.459,61	60.219,66	0,00

Continua 1/5

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 2/5
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(b)						
										(c)
FUNREBOM - SUPERÁVIT	27.174,75	0,00	2.143,00	0,00	0,00	25.031,75	5.439,28	0,00		
Incentivos Pontuais - IPVS/Dengue	5.091,66	0,00	0,00	0,00	0,00	5.091,66	0,00	0,00		
MAC/UNIAO - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	(13.550,59)	0,00	1.973,98	0,00	0,00	(15.524,57)	14.666,36	0,00		
MAC/UNIAO - MAC/UNIAO - superávit	7.359,01	0,00	0,00	0,00	0,00	7.359,01	0,00	0,00		
MAC/UNIAO - MAC/UNIAO - superávit	0,00	0,00	118,00	0,00	0,00	(118,00)	279,50	0,00		
MDS - Programa BCP na Escola - SUPERÁVIT	40,79	0,00	0,00	0,00	0,00	40,79	0,00	0,00		
MDS - Programa BPC na Escola	1,23	0,00	0,00	0,00	0,00	1,23	0,00	0,00		
Ministério das Cidades Convênio 764542/2011	33.748,64	0,00	0,00	15.271,32	0,00	18.477,32	0,00	0,00		
Ministério das Cidades/Conv 789446/2013 - Pavimentação com F	25.111,32	0,00	0,00	122.925,00	0,00	(97.813,68)	0,00	0,00		
MULTAS PREVISTAS NA LEG. TRANSITO - CIVIL	336,73	0,00	0,00	0,00	0,00	336,73	0,00	0,00		
MULTAS PREVISTAS NA LEG. TRANSITO - CIVIL - Superávit	1.618,91	0,00	482,49	0,00	0,00	1.136,42	0,00	0,00		
MULTAS PREVISTAS NA LEG. TRANSITO - PREFEITURA	5.302,40	0,00	0,00	0,00	0,00	5.302,40	0,00	0,00		
Multas Trânsito - SUPERÁVIT	16.042,93	0,00	0,00	0,00	0,00	16.042,93	0,00	0,00		
Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	6.201,22	0,00	2.776,22	0,00	1.035,47	2.389,53	0,00	0,00		
Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF - SUPERÁVIT	79.678,39	0,00	0,00	0,00	0,00	79.678,39	0,00	0,00		
Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF - SUPERÁVIT	0,00	0,00	2.934,96	0,00	0,00	(2.934,96)	1.144,90	0,00		
PAV. PEDRAS IRR JUBELINO PAS. _ 2016004833	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.464,85	0,00		
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	3.100,62	0,00	0,00	0,00	0,00	3.100,62	0,00	0,00		
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola - Superávit	449,23	0,00	0,00	0,00	0,00	449,23	0,00	0,00		
Piso da Atenção Básica (PAB FIXO)	(4.105,83)	0,00	0,00	0,00	1.163,28	(5.269,11)	0,00	0,00		
Piso da Atenção Básica (PAB FIXO) - SUPERÁVIT	3.794,70	0,00	0,00	0,00	0,00	3.794,70	0,00	0,00		
Piso de transição de Alta Complexidade - Família Acolhedora	(5,64)	0,00	0,00	0,00	0,00	(5,64)	0,00	0,00		
Piso de transição de Alta Complexidade - Família Acolhedora	0,00	0,00	139,55	0,00	0,00	(139,55)	1.722,92	0,00		
Piso de transição de Média Complexidade	1.790,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.790,00	0,00	0,00		
Programa de Controle da Dengue (PCD) - FES/SC	573,10	0,00	0,00	0,00	0,00	573,10	0,00	0,00		
Programa de Controle da Dengue (PCD) - FES/SC - SUPERÁVIT	18.551,58	0,00	460,00	0,00	0,00	18.091,58	8.170,00	0,00		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	986,21	0,00	0,00	0,00	0,00	986,21	27.577,49	0,00		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - SUPERÁVIT	2.039,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.039,97	0,00	0,00		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.039,89	0,00		

Continua 2/5

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 3/5
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	(d)	(e)				
		Do Exercício	(c)							
										De Exercícios Anteriores
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)			R\$ 1,00	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	18.627,17	0,00	0,00	0,00	0,00	18.627,17	8.745,60		0,00	
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - FAMÍLIA ACOLHEDORA - FEA	10.495,71	0,00	0,00	0,00	0,00	10.495,71	5.535,98		0,00	
REC MIN SAÚDE AQUIS EQUIP SAÚDE	28.876,18	0,00	0,00	0,00	0,00	28.876,18	0,00		0,00	
Rec. Ministério da Saúde/FUNASA Conv. Coop. Téc.	529.929,36	0,00	0,00	0,00	0,00	529.929,36	0,00		0,00	
REC. VINC. ESTADO - CONV. CASAN	57,17	0,00	0,00	0,00	0,00	57,17	0,00		0,00	
REC. VINC. ESTADO - CONV. CASAN - superavit	(48,26)	0,00	0,00	0,00	0,00	(48,26)	0,00		0,00	
REC. VINC. ESTADO - CONV. CASAN - SUPERÁVIT	298,89	0,00	0,00	0,00	0,00	298,89	0,00		0,00	
REC. VINCULADOS UNIÃO - SUS VIG.EPIDEMIOLÓGICA	9.887,71	0,00	351,07	0,00	0,00	9.536,64	18.520,95		0,00	
REC. VINCULADOS UNIÃO - SUS VIG.EPIDEMIOLÓGICA - SUP	28.855,11	0,00	0,00	0,00	0,00	28.855,11	0,00		0,00	
RECURSO APOIO A CRECHES	87,73	0,00	0,00	0,00	0,00	87,73	0,00		0,00	
RECURSO APOIO A CRECHES - SUPERAVIT	384,02	0,00	0,00	0,00	0,00	384,02	0,00		0,00	
RECURSO CASAN REPAROS RUAS	724,34	0,00	0,00	0,00	0,00	724,34	0,00		0,00	
Recursos FUNDAM	140.219,66	0,00	0,00	0,00	0,00	140.219,66	0,00		0,00	
RECURSOS VINCULADOS - FUNREBOM	45.190,19	0,00	10.316,40	0,00	0,00	34.873,79	12.922,28		0,00	
Royalties de Petróleo FEP	38.126,82	0,00	0,00	28.423,56	0,00	9.703,26	57.000,00		0,00	
Royalties de Petróleo FEP - SUPERAVIT	77.226,54	0,00	0,00	0,00	0,00	77.226,54	0,00		0,00	
Royalties de Petróleo FEP - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.226,54		0,00	
Saúde Bucal	631,02	0,00	1.945,76	0,00	0,00	(1.979,67)	0,00		0,00	
Saúde Bucal - SUPERAVIT	290,65	0,00	0,00	0,00	0,00	290,65	0,00		0,00	
Saúde da Família	1.272,21	0,00	10.407,21	0,00	0,00	(10.276,76)	0,00		0,00	
Saúde da Família - SUPERAVIT	993,73	0,00	0,00	0,00	0,00	993,73	0,00		0,00	
SERV CONV E FORT DE VÍNCULOS - FNAS - SUPERAVIT	12.554,69	0,00	1.296,80	0,00	0,00	11.194,53	5.327,90		0,00	
Transferências do FUNDEF/FUNDEF (40%)	265.064,56	0,00	21.194,50	0,00	0,00	234.474,53	0,00		0,00	
Transf. SUS Estado - Co-Financiam. At. Básica	35.511,79	0,00	4.850,84	0,00	0,00	28.912,31	79.976,40		0,00	
TRANSF. SUS ESTADO-FES - Co-Financiam. At. Básica SUPER	39.649,64	0,00	0,00	0,00	0,00	39.649,64	39.622,00		0,00	
Transf.SUS- Prog.Melhoria Acesso e da Qualid.-PMAQ	14.882,20	0,00	8.774,31	0,00	0,00	4.534,77	22.017,60		0,00	
Transf SUS- Prog.Melhoria Acesso e da Qualid.-PMAQ - SUPER/	46.091,26	0,00	0,00	0,00	0,00	46.091,26	0,00		0,00	
Transferência de Recursos do FNAS - IGD-SUAS	599,83	0,00	0,00	0,00	0,00	599,83	0,00		0,00	
Transferência de Recursos do FNAS - IGD-SUAS - SUPERAVIT	276,07	0,00	0,00	0,00	0,00	276,07	0,00		0,00	

Continua 3/5

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										Continuação 4/5	
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras						
		(a)	(b)								
Transferência do FUNDEB/FUDEP (60%)	(5.834,18)	0,00	0,00	33.052,96	0,00	19.070,68	(57.957,82)	12,51	0,00		
Transferência do Salário Educação	134.696,03	0,00	0,00	0,00	0,00	76,04	134.619,99	86.659,06	0,00		
Transferência do Salário Educação - SUPERAVIT	101,59	0,00	0,00	0,00	0,00	101,59	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Recursos do FNAS - CRAS	18.405,07	0,00	0,00	930,47	0,00	1.099,47	16.375,13	15.129,73	0,00		
Transferências de Recursos do FNAS - CRAS - SUPERAVIT	1.730,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.730,76	0,00	0,00		
Transferências de Recursos do FNAS - CRAS - SUPERAVIT	0,00	0,00	0,00	1.130,05	0,00	0,00	(1.130,05)	478,80	0,00		
Vigilância em Saúde SANITARIA	3.902,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.902,88	0,00	0,00		
Vigilância em Saúde SANITARIA - SUPERAVIT	8.045,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.045,05	0,00	0,00		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.875.455,43	0,00	0,00	126.971,58	166.865,16	39.732,92	1.541.885,77	2.399.886,46	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS - EDUCAÇÃO	1.039,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.039,70	0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS - EDUCAÇÃO - SUPERAVIT	41.683,46	0,00	0,00	1.873,74	0,00	0,00	39.809,72	25.980,01	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS - SAÚDE	559,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	559,86	0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS - SAÚDE - SUPERAVIT	21.488,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.488,82	0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS GERAL	6.398,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.398,21	0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS GERAL - SUPERAVIT	205.036,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	205.036,60	101.524,73	0,00		
Assistência Farmacêutica Básica-Estado	14.762,15	0,00	0,00	2.224,00	0,00	0,00	12.538,15	11.929,20	0,00		
FNS Requalificação das UBS Ampliação	1.485,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.485,91	0,00	0,00		
MULTAS PREVISTAS NA LEG. TRANSITO - MILITAR	2.359,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.359,19	0,00	0,00		
Programa Requalificação de UBS Reforma	44.776,70	0,00	0,00	0,00	11.565,95	0,00	33.210,75	0,00	0,00		
Programa Saúde na Escola - PSE	567,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	567,50	0,00	0,00		
Recetas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	(96.047,84)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(96.047,84)	0,00	0,00		
Recetas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	1.039.421,87	0,00	0,00	113.572,80	4.487,95	1.098,24	920.262,88	669.485,73	0,00		
Recurso Casan Reparo Ruas - Superávit	2,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,96	0,00	0,00		
RECURSOS EMERGENCIAIS DE CALAMIDADE PÚBLICA	424,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424,09	0,00	0,00		
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAM. MUNICIPAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	(18.000,00)	0,00	0,00		
Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.210,79	(8.210,79)	0,00	0,00		
Recursos Ordinários - Saúde	28.330,47	0,00	0,00	134.407,93	520,61	7.492,42	(114.090,49)	1.350.510,96	0,00		
Recursos Ordinários - Superávit	(27.358,52)	0,00	0,00	0,00	336.991,38	0,00	(364.349,90)	51.794,39	0,00		

Continua 4/5

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 5/5

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Recursos próprios	(903.968,82)	1.068,00	602.713,50	40.481,72	28.780,99	(1.577.013,03)	2.612.375,27	0,00	0,00
Transporte Escolar Estado	4.437,58	0,00	0,00	0,00	0,00	4.437,58	0,00	0,00	0,00
Transporte Escolar Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.371,98	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	385.399,89	1.068,00	854.791,97	412.047,61	45.582,44	(928.090,13)	4.824.972,27	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.260.855,32	1.068,00	981.763,55	578.912,77	85.315,36	613.795,64	7.224.858,73	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	24.856.666,24
DESPESAS COM PESSOAL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.759.936,07
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	51,33
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	54,00
	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	
Dívida Consolidada Líquida	747.225,25
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3,01
	29.827.999,49
	120,00
GARANTIA DE VALORES	
Total das Garantias Concedidas	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00
	5.468.466,57
	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.977.066,60
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.739.966,64
	16,00
	7,00
RESTOS A PAGAR	
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	7.224.858,73
	613.795,64

FONTE:

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 61/2016
Processo Licitatório: 61/2016
Tipo: Menor Preço - Por Item
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM ESPECIALIDADE NA ÁREA DE ESTUDO CONSULTORIA E PLANEJAMENTO VOLTADA PARA ATIVIDADES RELACIONADAS À GEOLOGIA, GEOTÉCNICA, MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA REGULARIZAÇÃO DE JAZIDAS JUNTO AO DNPM
Entrega dos Envelopes: 07/06/2016 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 07/06/2016 às 09h00min
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.
Guaramirim (SC), 19 de maio de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 10 40 2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO CONTRATO 40/2012- PMG
Processo de Licitação: 79/2012 - FMS

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia
Objeto da Licitação: Contratação de empresa de engenharia para a construção de uma creche no bairro Amizade, no Município de Guaramirim, em parceria com o convênio do Ministério da Educação.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: Rocha Empreendimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 05.279.711/0001-60, com sede na Rod. BR 280, nº 4.517, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.
Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:
a) prorrogar o prazo de execução e do contrato até 13/08/2015;
b) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 13/09/2015;

Data da Assinatura: 12/06/2015 Vigência 13/09/2015.

GUARAMIRIM (SC), 12/06/2015
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE RP Nº05/2016 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2016 - HSA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2016
Objeto: Aquisição de filmes de raio x, revelador e fixador.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 08/2016 - HSA
Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, n.º 05, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: IBF – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, com sede na Rua Pastor Manoel Avelino de Souza, 187, em Duque de Caxias, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.255.787/0001-91
Valor: R\$154.436,80 (cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).
Vigência: Início: 18/05/2016 Término: 17/05/2017.
Guaramirim-SC, 19 de maio de 2016.
MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA HSA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2016 – FMS.

Objeto: AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS PARA FORNECIMENTO AOS PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DE GUARAMIRIM.
Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.
Fundamento Legal: Art. 24, IV, da Lei 8.666/93.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, 155, Centro – Guaramirim/SC.
Contratado: NUTRIMIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, sob o CNPJ nº 20.978.588/0001-60.

Valor: R\$ 3.659,40 (três mil e seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

Guaramirim (SC), 18 de maio de 2016.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITIVO Nº 12/2015 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 12/2015- PMG

Processo de Licitação: 45/2015 - PMG

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para pavimentação asfáltica da Rua Leopoldo Friedel, no bairro Ilha da Figueira em Guaramirim/SC, com extensão de 260 metros, em atendimento ao contrato de repasse nº 785596/2013 do Ministério das Cidades.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratado: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, 1720, Figueirinha, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) prorrogar o prazo de execução da obra até 30/03/2017;
- b) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 29/04/2017.

Data da Assinatura: 02/05/2016 Vigência 29/04/2017.

GUARAMIRIM (SC), 02/05/2016

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 165/2016

PORTARIA Nº. 165/2016

Retorna de licença saúde Ines Goretti de Oliveira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Ines Goretti de Oliveira, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 10 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de maio de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO SELETIVO Nº. 04/2016/SMS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL 04/2016

O Município de Guaramirim, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de Atendente de Consultório Dentário - PSF, Farmacêutico/Bioquímico e Técnico em Farmácia, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37 inciso IX da Constituição Federal de 1988, art. 2º inciso V da Lei Complementar nº. 49, 20 de dezembro de 2013, e suas alterações.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A seleção para contratação temporária será realizada pela Comissão Organizadora do presente processo seletivo, designada pela Portaria nº 174/2016, publicada em 18/05/2016, no DOM/SC, edição nº1998, e sob a coordenação da Secretária Municipal de Saúde, obedecidos os critérios de habilitação específica, experiência na função e demais requisitos estabelecidos no presente edital.

1.2 O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde, obedecidas às normas do presente Edital;

1.3 O inteiro teor do Edital estará disponível no "site" www.guaramirim.sc.gov.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento. O Edital também estará disponível para leitura na Secretaria de Saúde, na Rua Henrique Friedemann, nº415, Centro em Guaramirim-SC.

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1 O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas, referentes aos cargos dispostos no Anexo I, conforme art. 2º inciso V da Lei Complementar nº. 49, de 20 de dezembro de 2013, e suas alterações.

2.2 O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (um) ano, a contar da data do ato de homologação do resultado para cada cargo – função/especialidade/disciplina-lotação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Guaramirim e Secretaria de Saúde.

2.3 Os cargos objeto deste Processo Seletivo, as respectivas funções, especialidades e disciplinas (se houver), lotação, escolaridade, vagas, carga horária e remuneração estão indicados no Anexo I.

2.4 A descrição dos cargos e suas atividades típicas que competirão aos ocupantes dos cargos objeto deste Processo Seletivo são as indicadas no Anexo II do presente Edital.

2.5 O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado e que vier a ser convocado/admitido para o cargo público a que concorreu, será lotado, a critério da Administração, em qualquer das unidades ou órgãos da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Guaramirim, respeitada em qualquer caso a opção ao ente apontado no formulário de inscrição.

2.6 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser convocados para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

3. DO REGIME JURÍDICO

3.1 Os candidatos habilitados e classificados no processo seletivo serão admitidos sob regime Administrativo Especial, conforme Lei Complementar nº 49 de 20 de dezembro de 2013, e suas alterações, e à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições para o processo seletivo de contratação de prestação de serviços em caráter temporário são gratuitas e serão realizadas no período de 20/05/2016 a 18/06/2016, no horário das 09h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, junto a Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Henrique Friedemann, nº 415, Centro, Guaramirim – SC, podendo ser realizadas das seguintes formas:

a) Pessoalmente;

b) Por meio de Procuração registrada em cartório com cópia dos documentos autenticados;

c) Por meio de correio eletrônico para os e-mails: adriana.andrade@guaramirim.sc.gov.br e luciana.leite@guaramirim.sc.gov.br, nos prazos e horários previstos no edital, onde os documentos (ficha de inscrição e cópias autenticadas dos documentos conforme item 4.6) deverão ser encaminhados preenchidos, assinados e digitalizados.

4.1.2 A Ficha de Inscrição poderá ser impressa através do Edital (Anexo III) ou ser retirada na Secretaria Municipal de Saúde.

4.2 Para efeito de inscrição, o candidato preencherá formulário padrão (Anexo III), que deverá ser preenchido com letra legível, não podendo haver rasuras ou emendas, nem omissão de dados nele solicitado, sob pena de nulidade da inscrição.

4.3 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto ao cargo e/ou função/especialidade/disciplina escolhidos;

4.4 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá, no ato da inscrição, protocolar na Secretaria de Saúde, requerimento indicando as condições especiais de prova que necessita e os fundamentos, bem como deverá apresentar, no ato da inscrição, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10).

4.5 São requisitos para a inscrição:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;

b) Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

c) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

d) Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da nomeação;

e) Conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;

f) Ter conhecimento das atribuições estabelecidas na descrição do cargo conforme consta no Anexo II.

4.6 O Candidato deverá obrigatoriamente entregar no local de inscrição a Ficha de Inscrição (Anexo III) devidamente preenchida e assinada, segundo orientações deste Edital, juntamente com a documentação abaixo:

a) Cópia do documento oficial de identificação com foto;

b) Cópia do CPF.

4.7 É de total responsabilidade do candidato a conferência dos documentos e informações prestadas no item 4.6.

4.8 Inscrição por Procuração: A inscrição poderá também ser efetuada por intermédio de um procurador habilitado, mediante apresentação de documentos que ficarão retidos:

a) De instrumento particular com firma reconhecida, ou instrumento público de procuração, passado pelo interessado, contendo poderes expressos para esse fim;

b) Dos documentos relacionados no subitem 4.6 deste Edital, sem originais e devidamente autenticados;

c) Cópia do documento e original da identidade do procurador.

4.8.1 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante.

4.9 A não apresentação da fotocópia dos documentos a, ou bexigidos no item 4.8 e/ou falta de preenchimento de um dos itens da ficha de inscrição acarretará na eliminação do candidato no Processo Seletivo.

4.10 As listas gerais de inscrições deferidas e indeferidas serão divulgadas no site do Município de Guaramirim a partir do dia 20/06/2016.

4.11 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital;

5. DO LOCAL E HORÁRIO DE PROVAS

5.1 O local de aplicação das provas será divulgado juntamente com a Homologação das Inscrições, no site www.guaramirim.sc.gov.br conforme as datas previstas nesse edital.

5.2 A prova objetiva será realizada no dia 25/06/2016, com início às 08h00min e terá duração de 03h00min (três horas).

6. DAS PROVAS

6.1 O Processo Seletivo será efetuado mediante aplicação de provas objetivas em que serão avaliados os conhecimentos e/ou habilidades dos candidatos sobre as matérias relacionadas a cada cargo e função – especialidade – disciplina (se houver), cuja composição e respectivos programas fazem parte do Anexo IV deste Edital;

6.2 Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova munido do comprovante de inscrição, documento de identificação oficial original e caneta esferográfica de tinta azul ou preta de tubo transparente, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos antes do horário fixado

para seu início. Será vedada a admissão em sala de provas ao candidato que se apresentar após o início das mesmas.

6.2.1 O candidato deverá ingressar na sala antes do horário estipulado para o início da prova, sendo considerado eliminado o candidato que deixar de comparecer ou atrasar-se.

6.3 Somente será admitido para realizar a prova, o candidato que estiver munido de documento de identificação oficial original.

6.4 Serão considerados documentos de identificação oficial, as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto).

6.5 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identificação oficial por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar o registro original de Boletim de Ocorrência expedido por Órgão Policial no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da prova.

6.6 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Boletim de Ocorrência expedido a mais de 30 (trinta) dias, Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (sem foto), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada e/ou qualquer outro documento não especificado no item 6.4.

6.7 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

6.8 A prova objetiva terá duração de 03 (três) horas e será constituída de 20(vinte) questões, sendo 05 (cinco) questões de Português e 15 (quinze) questões de Conhecimentos Específicos, todas com 04 (quatro) alternativas de resposta, sendo apenas 01 (uma) a correta.

6.9 As questões da prova objetiva deverão ser respondidas em cartão de respostas, específico, personalizado para cada candidato e, para tanto, os candidatos devem dispor de caneta esferográfica preta ou azul de tubo transparente.

6.10 Será atribuída nota 0 (zero):

a) à(s) questão(ões) da prova objetiva que contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

b) à(s) questão(ões) da prova objetiva que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;

c) à(s) questão(ões) da prova objetiva que não estiver(em) assinalada(s) no cartão de respostas;

d) à(s) questão(ões) da prova objetiva ou à(s) prova(s) objetiva(s) cujo cartão de respostas for preenchido fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova, ou seja, preenchidas com canetas não esferográficas ou com canetas esferográficas de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

6.11 Durante as provas não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização ou porte de calculadora, relógio, pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo Simplificado.

6.12 O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções especificadas. Em nenhuma hipótese, haverá substituição do Caderno de Prova ou Cartão de Resposta por erro do candidato.

6.13 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão de Resposta. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com as instruções contidas no Caderno de Prova, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

6.14 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser desligados e entregues aos fiscais da sala do Processo Seletivo.

6.15 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita (objetiva), nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

6.16 Ao encerrar a prova, o candidato deverá entregá-la ao fiscal juntamente com o cartão resposta assinado e o caderno de provas, caso não entregue poderá ser penalizado, ter sua prova anulada e ser eliminado do Processo Seletivo.

6.17 Os candidatos somente poderão se retirar do local das provas objetivas, após 1h (uma hora) do início das mesmas.

6.18 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala da prova objetiva somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente.

6.19 A Prova Objetiva terá caráter eliminatório e classificatório. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, tendo peso de 0,20 as questões de português e 0,60 as questões de conhecimento específico.

6.20 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.

6.21 Os cadernos de prova serão disponibilizados via Internet, juntamente com o gabarito preliminar da prova no "site" www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos, no dia 25/06/2016 após as 14h00min.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 Os candidatos aprovados na Prova Objetiva, serão classificados por cargo – função/especialidade – lotação, em ordem decrescente dos pontos obtidos.

7.2 Ocorrendo empate no número de pontos, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

a) Possuir idade superior a 60 (sessenta) anos (Art. 27, parágrafo único do Estatuto do

Idoso - Lei nº. 10.741/2003);

b) obtiver o maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;

c) obtiver o maior número de acertos nas questões de língua portuguesa;

d) possuir idade mais elevada.

8. DO RESULTADO

8.1A lista classificatória provisória, juntamente com a pontuação individual dos candidatos, será publicada no mural de publicações oficiais do Município e no "site" www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos, no dia 27/06/2016.

9. DOS RECURSOS

9.1 O candidato que desejar interpor recurso deverá fazê-lo, nos moldes do Anexo V em até 02 (dois) dias úteis após a publicação dos gabaritos preliminares das provas, devendo protocolá-los junto a Secretaria de Saúde, no horário das 09h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, com a menção expressa que se relacionam a este Edital.

9.2 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

9.2.1 O candidato que desejar interpor recurso deverá fazê-lo por uma das vias a seguir:

a) Entregar pessoalmente ou se fazer representar por procurador legalmente constituído na Secretaria de Saúde do Município de Guaramirim

situada à Rua Henrique Friedmann, n.º 415, Centro, no horário das 09h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, com menção expressa que se relacionam a este Edital.

b) Enviar o formulário devidamente preenchido e assinado (digitalizado), através de correio eletrônico para os e-mails: adriana.andrade@guaramirim.sc.gov.br e luciana.leite@guaramirim.sc.gov.br nos prazos e horários previstos no edital.

9.3 Todos os recursos regulares serão analisados e o gabarito oficial definitivo será divulgado no endereço eletrônico www.guaramirim.sc.gov.br e no mural público da Prefeitura Municipal de Guaramirim. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

9.4 Não será aceito recurso fora do formulário próprio ou fora do prazo.

9.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

9.6 Em caso de anulação de questão(ões), os pontos a ela(s) correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos.

9.7 No caso de alteração na indicação da resposta correta de uma questão no gabarito preliminar, o mesmo será alterado para a forma correta no gabarito definitivo.

9.8 Caberá a Comissão do presente edital anular questões das provas, quando for o caso. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso administrativo contra resultado de recurso.

10. DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

10.1 Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se a ordem de classificação por cargo - função/especialidade/disciplina – lotação.

10.2 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro da Prefeitura Municipal de Guaramirim, nos quadros da Secretaria de Saúde. A admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

10.3 O candidato aprovado e classificado será convocado para admissão através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento (AR).

10.3.1 O candidato deverá comunicar toda e qualquer alteração de seu endereço e contato telefônico. A manutenção do endereço atualizado junto ao Município é responsabilidade do candidato.

10.4 O candidato terá o prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento do AR, para se apresentar e entregara documentação necessária à sua admissão, conforme opção de cargo, composta por:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social original;

b) Cópia e original da Cédula de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

d) Cópia e original do Título de Eleitor e de Certidão de Regularidade eleitoral;

e) Cópia e original da certidão de nascimento (se solteiro) ou da certidão de casamento (se casado);

f) Cópia e original do histórico escolar e certificado de conclusão do ensino médio (para os cargos de nível médio) e/ou curso técnico (quando o cargo exigir), e original do histórico escolar e diploma ou certificado de conclusão de curso superior com habilitação específica na área de atuação, quando expressamente exigida pelo anexo II (para cargos de nível superior);

g) Cópia e original do registro Profissional no órgão de classe, quando o cargo exigir;

h) Certificado de quitação do Serviço Militar (para candidatos do sexo masculino);

i) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou do Estado onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos;

j) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Santa Catarina, para os candidatos que foram Policiais Militares;

k) Cópia e original da Carteira Nacional de Habilitação, quando o cargo exigir;

l) Comprovante de residência;

m) Declaração de Imposto de Renda (dos que declaram);

n) 01 (uma) foto 3x4 colorida e atual;

o) Cartão PIS/PASEP.

10.5 A contratação do candidato classificado dependerá de aprovação prévia em exame admissional.

10.6 O não comparecimento do candidato classificado, implicará na alteração da ordem de classificação, devendo o candidato ser reposicionado no final da classificação.

10.7 Os candidatos aprovados e classificados, quando convocados, tem um prazo máximo de 10 (dez) dias para tomar posse no cargo e assumir suas atividades.

10.8 A Contratação será pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, prorrogável por até 12 (doze) meses, se houver interesse da Administração.

10.9 O profissional contratado ficará vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, podendo ocorrer mudança de local de trabalho, sempre que necessário e conforme o interesse da Administração, ou no retorno do titular que estiver sendo substituído.

11. DA RESCISÃO

11.1. O contrato firmado de acordo com a Lei Complementar nº 49, 20 de dezembro de 2013, extinguir-se-á:

a) Pelo término do prazo contratual;

b) Por iniciativa do contratado;

c) Quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível de demissão;

d) Por iniciativa do Poder Público e das Autarquias e Fundações Públicas Municipais.

12. DO FORO JUDICIAL

12.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital é o da Comarca de Guaramirim/SC.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A homologação do resultado deste Processo Seletivo será efetuada por cargo – função/especialidade/disciplina – lotação ou por grupos, a critério da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

13.2 O inteiro teor deste Edital, as Portarias de Homologação e o resultado final (Ato de Homologação do Processo Seletivo) serão publicados no mural público e no site oficial do Município de Guaramirim, apenas dos candidatos aprovados no Processo Seletivo.

13.3 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, por Ato da Comissão e Avaliação do Processo Seletivo, o candidato que:

- a) tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
 b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
 c) for surpreendido, durante a aplicação das provas, utilizando ou portando calculadora, relógio, pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico;
 d) for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
 e) ausentar-se da sala de prova.

13.4 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo, tanto da Prefeitura Municipal de Guarimir e da Secretaria de Saúde.

13.5 As informações relativas a este edital ou os casos omissos poderão ser esclarecidas pela Comissão Organizadora e Avaliadora deste Processo Seletivo.

Guaramirim (SC), 19 de maio de 2016.

Cheila Patricia Rohweder
 Secretária de Saúde

ANEXO I

EMPREGO, VAGAS, SALÁRIO MENSAL, JORNADA DE TRABALHO E ESCOLARIDADE/PRÉ-REQUISITOS

Empregos de Nível Superior:

CARGO	Nº de Vagas	Salário Mensal em R\$ (reais)	Jornada Semanal de Trabalho	Escolaridade/Pré-Requisitos
FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO	01	3.639,16	40h	Curso superior completo em farmácia/bioquímica e Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Empregos de Nível Médio:

CARGO	Nº de Vagas	Salário Mensal em R\$ (reais)	Jornada Semanal de Trabalho	Escolaridade/Pré-Requisitos
ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – PSF Contratação Temporária conforme atribuições previstas na Lei Complementar nº. 16/2007.	01	1.668,80	40h	Ensino médio completo. Curso Técnico de Higiene Bucal, e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
TÉCNICO EM FARMÁCIA	01	1.997,43	40h	Ensino Médio Completo e Curso Profissionalizante Técnico em Farmácia.

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO

Descrição do Cargo: Executar tarefas relacionadas com a composição e fornecimento de medicamentos e outros preparados semelhantes, a análise de toxinas, de substâncias de origem animal e vegetal, de matérias-primas e dos produtos acabados, valendo-se de técnicas e aparelhos especiais e baseando-se em fórmulas estabelecidas, para atender a receitas médicas, odontológicas e veterinárias, a dispositivos legais, a finalidades industriais e a outros propósitos.

Atividades Típicas:

Realizar atividades educativas coletivas;

Fazer a manipulação de insumos farmacêuticos, como medicação, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas;

Controlar entorpecentes e produtos equiparados, anotando sua venda em mapas, guias e livros, segundo os receituários devidamente preenchidos;

Analisar produtos farmacêuticos acabados e em fase de elaboração de seus insumos, valendo-se de métodos químicos;

Analisar soro antiofídico, pirogênio e outras substâncias, valendo-se de meios biológicos;

Fazer análise clínica de exudatos e transudatos humanos, como sangue e urina, valendo-se de diversas técnicas específicas;

Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.

TÉCNICO EM FARMÁCIA

Descrição do Cargo: Exercer atividades desenvolvidas de acordo com as boas práticas de manipulação farmacêutica, sob supervisão direta do farmacêutico.

Atividades Típicas:

Realizar operações farmacotécnicas;

Conferir fórmulas, efetuar manutenção de rotina em equipamentos, utensílios de laboratório e rótulos das matérias-primas;

Controlar estoques, fazer testes de qualidade de matérias-primas, equipamentos e ambiente;

Documentar atividades e procedimentos da manipulação farmacêutica;

Realizar outras atribuições compatíveis com sua área de atuação. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº. 07/2011)

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Contratação Temporária conforme atribuições prevista na Lei Complementar nº. 16/2007.

Descrição do Cargo: Auxiliar o profissional Cirurgião Odontólogo nas rotinas de consultório; auxiliar na execução de ações de assistência integral aliado a atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específico de acordo com o planejamento local.

Atividades Típicas:

Esterilização de Materiais;

Auxiliar o cirurgião dentista em procedimentos gerais e cirurgias;
Manutenção da ordem no consultório;
Controle do atendimento de pacientes;
Executar outras tarefas da mesma natureza e nível de dificuldade. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº. 06/2005.

ANEXO III**FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO 04/2016**

(Apresentar formulário preenchido no ato da Inscrição)

Inscrição nº _____ Via Candidato (a)

Data da Inscrição: ____/____/____

Nome: _____

Nome Social: _____

Função: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF _____ Telefone () _____

E-mail: _____

Ass. Candidato (a): _____

Ass. Secretaria de Saúde: _____

Data Recebimento: ____/____/____

Inscrição nº _____ Via Secretaria de Saúde

Data da Inscrição: ____/____/____

Nome: _____

Nome Social: _____

Função: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF _____ Telefone () _____

E-mail: _____

Ass. Candidato (a): _____

Ass. Secretaria de Saúde: _____

Data Recebimento: ____/____/____

ANEXO IV**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****ENSINO MÉDIO E SUPERIOR – DISCIPLINAS COMUNS:**

Língua Portuguesa e Interpretação de Textos: Leitura e interpretação de textos literários e não literários – descrição, narração, dissertação, etc. Fonética: Encontros vocálicos – ditongo, tritongo, hiato. Encontros consonantais. Dígrafos. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas - monossílabas, dissílabas, trissílabas, polissílabas. Divisão silábica. Sílabas tônicas. Classificação das palavras quanto ao acento tônico - oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas. Ortoépia. Prosódia. Ortografia. Acentuação Gráfica. Crase. Notações léxicas. Abreviatura, siglas e símbolos. Morfologia: Estrutura das palavras – raiz, radical, palavras primitivas e derivadas, palavras simples e compostas. Formação das palavras – derivação, composição, redução, hibridismos. Sufixos. Prefixos. Radicais. Classificação e flexão das palavras - substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, etc. Semântica: Significação das palavras – sinônimos e antônimos. Análise sintática - frase, oração e período. Termos Essenciais da Oração - sujeito, predicado. Termos integrantes e acessórios da oração - objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva, adjunto adnominal, adjunto adverbial, aposto, vocativo, etc. Classificação das orações: principal, coordenadas, subordinadas, reduzidas, etc. Sinais de Pontuação, emprego da vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, parênteses, travessão, aspas, colchetes, asterisco, parágrafo. Sintaxe de concordância – nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Sintaxe de colocação. Modos e tempos verbais, infinitivo, gerúndio e particípio.

ENSINO MÉDIO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**TÉCNICO EM FARMÁCIA**

Medicamentos genéricos, similares e de referência. Noções básicas de Assistência Farmacêutica no SUS. Preparo de drogas de acordo com fórmulas pré-estabelecidas ou necessidades urgentes. Acondicionamento e distribuição de medicamentos. Manutenção de estoques. Controle de compras. Farmacologia: noções básicas de farmacologia geral de medicamentos que atuam em vários sistemas, em vários aparelhos e de psicofarmacologia. Princípio ativo dos fármacos: atuação dos fármacos no organismo, indicações e contraindicações. Posologia. Efeitos colaterais. Farmácia ambulatorial e hospitalar: dispensação de medicamentos, previsão, estocagem e conservação de medicamentos. Boas práticas de armazenamento e distribuição de medicamentos. Boas Práticas na dispensação. Conduta para com o paciente. Noções básicas de farmacotécnica: pesos e medidas. Formas farmacêuticas. Cálculos em farmácia. Nomenclatura de fármacos. Portaria SVS/MS 344/98. RDC 44/2010. Lei nº 8080/90-Sistema Único de Saúde. Legislação sanitária e profissional. Conduta ética dos profissionais da área de saúde. Ética Profissional.

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Noções Gerais da Função e Atribuições do ASB/TSB. Código de Ética Odontológica, Lei nº 4.324, Decreto Lei 68.704, Lei nº 5.081, Código de Processo Ético, Consolidação das Normas, Lenº 8.142, Lei nº 11.889/08; Epidemiologia em saúde bucal; Levantamentos epidemiológicos em saúde bucal; Sistema de informação em saúde bucal; Anatomia e fisiologia bucal; Sistema de Trabalho e atendimento em saúde bucal; Organização da clínica odontológica; Equipamentos e instrumental, conservação e manutenção; Materiais odontológicos com uso em saúde

coletiva; Ações coletivas em saúde bucal; Educação em saúde; Trabalho em equipe; Biossegurança; Radiologia; Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal; Processo saúde-doença; Esterilização do instrumental. Materiais dentários. Responsabilidades dos profissionais de saúde bucal na promoção de saúde. Humanizações das relações assistenciais. A questão do sigilo profissional em odontologia.

ENSINO SUPERIOR – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO

Política Nacional de Saúde – Sistema Único de Saúde (SUS); Estratégia de Saúde da Família; Política Nacional de Medicamentos; Farmacologia Geral: Farmacocinética, Farmacodinâmica, Fatores que alteram os efeitos dos medicamentos; Conceito de biodisponibilidade e bioequivalência; Farmacovigilância; Assistência Farmacêutica no SUS; Política Nacional de Assistência Farmacêutica; Assistência Farmacêutica: Ciclo da Assistência Farmacêutica – seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, prescrição, dispensação de medicamentos; Humanização; Uso Racional de Medicamentos; Princípios de ética profissional; Noções sobre atividades administrativas e gerenciais na assistência farmacêutica; Noções gerais da legislação vigente sobre: Financiamento da assistência farmacêutica; Medicamentos Essenciais; Componente Básico, Estratégico e Especializado de Assistência Farmacêutica; Boas práticas de armazenamento e distribuição de medicamentos; Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias; Medicamentos sob controle especial (portaria 344/98 e suas atualizações); RDC 44/2010; Licitação pública (Lei 8.666/93); Medicamentos genéricos, similares e de referência; Epidemiologia: - Conceitos de Vigilância Epidemiológica e doenças de notificação compulsórias; Farmacotécnica: - Medicamentos, Administração de Medicamentos; Principais Formas Farmacêuticas e Formulações Magistrais; Pesagem e medidas de volume; Farmácia magistral (Armazenamento de Matérias Primas) e Controle de Qualidade; Princípios de Ética Profissional e Código de Ética Farmacêutica.

ANEXO V – MODELO DE RECURSO

SOLICITAÇÃO DE RECURSO EDITAL 04/2016

NOME DO CANDIDATO (A): _____

MOTIVO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO (A)

(Para uso da Secretaria Municipal de Saúde)

DEFERIDO ()

INDEFERIDO ()

Guaramirim, _____ de _____ de 2016.

ANEXO VI

CALENDÁRIO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO 04/2016

Data	Descrição	Local
20/05/2016 a 18/06/2016.	Inscrições dos Candidatos e Recebimento da Documentação exigida no Edital.	Secretaria Municipal de Saúde.
20/06/2016.	Divulgação das Inscrições.	Mural da Prefeitura Municipal e site: www.guaramirim.sc.gov.br .
21/06/2016 e 22/06/2016.	Recursos sobre as Inscrições.	Secretaria Municipal de Saúde.
23/06/2016.	Homologação das Inscrições; Divulgação do Local da Realização da Prova.	Mural da Prefeitura Municipal e site: www.guaramirim.sc.gov.br .
25/06/2016.	Prova Objetiva.	Local a ser definido.
25/06/2016.	Divulgação do Gabarito.	Site: www.guaramirim.sc.gov.br .
27/06/2016.	Resultado PRELIMINAR.	Site: www.guaramirim.sc.gov.br
28/06/2016 e 29/06/2016.	Recursos sobre a Prova Objetiva.	Secretaria Municipal de Saúde
30/06/2016.	Resultado Final.	Mural da Prefeitura Municipal e site: www.guaramirim.sc.gov.br .

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 23, 24 E 25

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 23/2016 - Tomada de Preço Nº. 04/2016.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para instalação de estrutura de iluminação de Estádio Municipal no município de Guarujá do Sul, através do Convenio nº. 2016TR000563 – Estado de Santa Catarina, Agencia de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e o município de Guarujá do Sul.

Habilitação e Propostas: 07/06/2016 (Documentação 08:15 e abertura as 08:30).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 19 de maio de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Estado de Santa Catarina

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 24/2016- Concorrência Nº. 02/2016

Objeto: Doação com encargos e cláusula de reversão como forma de incentivo a Indústria de área de terras, situadas no município de Guarujá do Sul (07 Imóvel em 5 itens).

Fundamentação: Lei Federal nº. 8666/93 e Lei Municipal nº. 2.223/2012 e 2.289/2013.

Habilitação e Propostas: 24/06/2016 as 08:30 horas

Edital: Cópia e Informações a disposição no horário da 07:30 as 11:30 as 13:00 as 17:00, na Prefeitura Municipal ou pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 19 de maio de 2016.

Jose Carlos Foiatto;

Prefeito Municipal.

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 25/2016- Concorrência Nº. 03/2016

Objeto: Concessão de Direito Real de Uso com encargos como forma de incentivo a Industria, área de terras, situada na Linha Arara, município de Guarujá do Sul.

Fundamentação: Lei Federal nº. 8666/93 e Lei Municipal nº. 2.223/2012 e 2.289/2013.

Habilitação e Propostas: 25/06/2016 as 08:30 horas

Edital: Cópia e Informações a disposição no horário da 07:30 as 11:30 as 13:00 as 17:00, na Prefeitura Municipal ou pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 19 de maio de 2016.

Jose Carlos Foiatto;

Prefeito Municipal.

ERRATA DE EDITAL - PRE PL 22

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATORIO Nº. 22/2016 TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2016

OBJETO: Contratação de empresa para execução de ampliação de rede de distribuição elétrica na Linha Cembrani para posteriormente instalação de rede de distribuição de agua e Rua Joao Panegaz, município de Guarujá do Sul.

Considerando que houve um erro de digitação o Preambulo do presente edital, Onde Lê-se : conforme descrito no objeto do presente edital e que estará recebendo os envelopes de documentação e das propostas até às 08:15 horas do dia 17/05/2016, passa a ler-se: conforme descrito no objeto do presente edital e que estará recebendo os envelopes de documentação e das propostas até às 08:15 horas do dia 31/05/2016.

Guarujá do Sul, 19 de maio de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO 3525/2016

DECRETO 3525/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizando pelo artigo 10, inciso III da Lei Municipal 3.126 de 07/12/2015 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ R\$ 851.901,95 (oitocentos e cinquenta e um mil, novecentos e um reais e noventa e cinco centavos), proveniente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 – Manutenção dos serviços de água – urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 30

Valor: R\$ 650.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 – Manutenção dos serviços administrativos – SIMAE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 31

Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 – Manutenção dos serviços administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 28

Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.064 – Operação e Manutenção de Sistema de Água Rural

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 32

Valor: R\$ 45.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.129 – Transferência a Consórcio Público Cisam – Meio Oeste (regulação)

Modalidade Aplicação: 3.3.93.00.00.00.00.00.03.0000- 33

Valor: R\$ 6.334,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 0.002 – Amortização e encargos da dívida - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00.03.0000- 34

Valor: R\$ 10.567,95

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval D'Oeste, 18 de maio de 2016

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 641/2016

PORTARIA Nº 641/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO à Servidora LILIAN TÂNIA AMORIM (Matr. 2549), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível – 14, Referência "C", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, a contar de 18 de maio de 2016, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso III, "b", da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Maio de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 639/2016

PORTARIA Nº 639/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora REGINA TEDESCO GEHM (Matr. 4321), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Carmen Teresinha Guiggi, junto ao CMEI Criança Feliz, a partir de 19 de maio de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor efetivo, aprovada e classificada em 51º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu

contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Maio de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 640/2016

PORTARIA Nº 640/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 48 (quarenta e oito) dias de Licença Prêmio, à servidora LARIANE ASSIS XAVIER SANTOS DE CARVALHO (Matr. 2575), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 6, Referência "C", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 19 de maio de 2016 a 05 de julho de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Maio de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 642/2016

PORTARIA Nº 642/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora DEONICE MARIA CORTELINI PARIZE (Matr. 576), nascida aos 17/05/1963, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/A, anexo XI, a partir de 17 de maio de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Maio de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 643/2016

PORTARIA Nº 643/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora LARIANE ASSIS XAVIER SANTOS DE CARVALHO (Matr. 2575), nascida aos 11/05/1983, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/D, anexo XI, a partir de 11 de maio de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Maio de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 644/2016

PORTARIA Nº 644/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora MARIZETE APARECIDA MERLINI FRANZOZI (Matr. 2569), nascida aos 06/05/1968, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/A, anexo XI, a partir de 06 de maio de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Maio de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 016 - 2016 FMS - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PROCESSO Nº. 116/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2016 – FMS Fundo Municipal de Saúde	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJETO	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO 1.0, ZERO KM, MOTOR FLEX, NA COR BRANCA, COM CAPACIDADE PARA 5 LUGARES INCLUSO MOTORISTA, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 06/06/16 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 06/06/16 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h.	

DANIEL CHRISTIAN BOSI
PREFEITO MUNICIPAL
Ilhota, 20 de maio de 2016.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 087-2016 EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo administrativo nº 115/ 2016.
Dispensa nº 087/2016.
Objeto: Contratação de 60 assinaturas de jornal para o período de seis meses, para atender as necessidades da Prefeitura e suas Secretarias.
Contratante: Município de Ilhota / SC.
Contratada: GRAFICA E EDITORA METAS LTDA.
Valor Total Estimado: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais)
Fundamento legal: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
Data de Ratificação: 19/05/2016.

Ilhota, 19 de maio de 2016.
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO DESERTA - PRG 014-2016 - CARRO VIGILÂNCIA

AVISO
PREGÃO 14/2016

O PREGOEIRO OFICIAL DECLARA DESERTO O(A) PREGÃO 14/2016, PELA AUSÊNCIA DE LICITANTES PRESENTES NO CERTAME, DE ACORDO COM A LEI 10.520/02, LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

Ilhota, 19 de maio de 2016.
ALEX MIRANDA
Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 415/2016

PORTARIA Nº 415/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª ANA CAROLINE MIRANDA, do cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 16 de maio de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 18 de maio de 2016.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 416/2016

PORTARIA Nº 416/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª ALESSANDRA OLIVEIRA, do cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 05 de maio de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 18 de maio de 2016.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 417/2016

PORTARIA Nº 417/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª LUCIANA DOS SANTOS, do cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 16 de maio de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 18 de maio de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 420/2016

PORTARIA Nº 420/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª ANDREIA VITORIA FONTONI, do cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 31 de maio de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 19 de maio de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 418/2016

PORTARIA Nº 418/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª TAIRINE ESPINDOLA, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 16 de maio de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 18 de maio de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 419/2016

PORTARIA Nº 419/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

CONCEDER, 30% de função gratificada ao Sr. DÉLCIO DÁRIO CUSTÓDIO, no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, com 200 horas mês, a partir de 02 de maio de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 18 de maio de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE CARTA CONVITE Nº 003/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí/SC, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 30/05/2016 às 10h00min, licitação na modalidade de Convite, do tipo Menor Preço Global, cujo objetivo visa à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de perícia contábil nas áreas cível, trabalhista e tributária. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na Rua José Inácio da Rocha, Nº 109, Centro, Imaruí/SC, CEP: 88.770-000, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0213.

Imaruí, 20 de Maio de 2016.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016

O Município de Imaruí através da Prefeitura Municipal e seu setor de licitação torna público para conhecimento dos interessados a retificação do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 004/2016, para Contratação por tempo determinado de funcionários na área da Saúde, contendo as seguintes alterações:

No Anexo I - Cronograma:

Onde se - lê:

Datas Previstas	Eventos
13/05/2016	Publicação do Edital
16/05/2016 a 20/05/2016	Período para: <ul style="list-style-type: none">• Inscrição no posto de atendimento;• Recebimentos dos títulos;
25/05/2016	Publicação da Lista das inscrições deferidas e relação das inscrições indeferidas.
30/05/2016 a 31/05/2016	Período para interposição de recursos concernente as inscrições indeferidas.
03/06/2016	Divulgação do resultado preliminar das avaliações de títulos;
07/06/2016 a 08/06/2016	Período para interposição de recursos concernente ao resultado preliminar das avaliações de títulos.
17/06/2016	PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Leia-se:

Datas Previstas	Eventos
13/05/2016	Publicação do Edital
16/05/2016 a 25/05/2016	Período para: <ul style="list-style-type: none">• Inscrição no posto de atendimento;• Recebimentos dos títulos;
01/06/2016	Publicação da Lista das inscrições deferidas e relação das inscrições indeferidas.
02/06/2016 a 03/06/2016	Período para interposição de recursos concernente as inscrições indeferidas.
08/06/2016	Divulgação do resultado preliminar das avaliações de títulos;
10/06/2016 a 14/06/2016	Período para interposição de recursos concernente ao resultado preliminar das avaliações de títulos.
21/06/2016	PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Os demais itens e subitens do edital permanecem inalterados.

Imaruí, 19 de Maio de 2016.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal de Imaruí

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 108, DE 19 DE MAIO DE 2016

DECRETO PMI Nº 108, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Reconstitui o Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o que dispõe a Lei nº 3.334, de 27 de maio de 2008, que criou a Medalha Henrique Lage;

Considerando a reforma administrativa decorrente da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015;

Considerando a Portaria PMI/GGP nº 171, de 30 de março de 2016;

Considerando Portaria PMI/GGP nº 175, de 30 de março de 2016;

Considerando a Portaria PMI/GGP nº 177, de 31 de março de 2016; e

Considerando a Portaria PMI/GGP nº 186, de 1º de abril de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconstituído o Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage com a seguinte composição:

I – Jaison Cardoso de Souza, Chefe do Poder Executivo Municipal;

II – Elísio Sgrott, Vice-Prefeito;

III – Titulares das Secretarias Municipais:

a) Nicolau Corsino Bento, Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública;

b) Daniel Vinício Arantes Neto, Secretário Municipal de Educação Interino;

c) Eduardo dos Passos Nunes, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação;

d) Paulo Juchem Sefton, Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

e) Juliana da Silva Ignácio, Secretária Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura;

f) Maria Martins dos Passos Souza, Secretária Municipal de Saúde;

g) Ivan Vitória, Secretário Municipal da Fazenda;

h) Selma Elias Westphal, Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda;

IV – Dr. Ricardo Farias Rosa, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Imbituba;

V - Representantes dos movimentos sociais juridicamente constituídos no município:

a) Sandra Leal, integrante da Indústria da Solidariedade; e

b) Jandir Silva de Aguiar, integrante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais.

§1º O Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage será presidido pelo Chefe do Poder Executivo, que indicará o Secretário do referido colegiado.

§2º O Vice-Prefeito substituirá o Chefe do Poder Executivo na presidência do Conselho Municipal, nas ausências do mesmo.

§3º A Secretaria do Conselho Municipal Medalha Henrique Lage será exercida pela titular da Secretaria Municipal de Educação.

§4º Os membros do Conselho Municipal não serão remunerados pelo exercício da função.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage:
I - elaborar seu regimento;

II - aprovar o nome dos candidatos indicados para receber a Medalha;

III - zelar pelo prestígio da Medalha;

IV - aprovar as medidas necessárias ao bom desempenho de suas funções;

V - suspender ou cancelar o direito de uso da Medalha, nos termos do regimento;

VI - manter acervo atualizado de objetos e publicações referentes ao homenageado;

VII - manter livro de registro, em que serão inscritos, por ordem cronológica, os nomes dos agraciados com a medalha e seus dados biográficos.

§1º Constarão no regimento do Conselho Municipal as especificações de tamanho e desenho da Medalha e do Diploma, bem como as condições e particularidades de sua concessão.

§2º A concessão da Medalha será aprovada pelo voto secreto da maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal.

§3º O "quorum" para deliberação do Conselho Municipal é de dois terços de seus membros.

Art. 3º O Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage se reunirá ordinariamente, conforme determinar o regimento, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

Art. 4º Compete aos membros do Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage a indicação dos nomes dos candidatos ao seu recebimento.

Parágrafo único. A indicação conterá o nome completo e a qualificação do candidato à homenagem, seus dados biográficos, a relação de serviços por ele prestados ao desenvolvimento do município.

Art. 5º Fica revogado o Decreto PMI nº 091, de 09 de maio de 2014.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de maio de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

EDITAL DO 1º QUADRIMESTRE DO ANO FISCAL 2016 EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 02/2016.

O Prefeito Municipal de Imbituba, com base no Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei Complementar (LRF) nº. 101, de 04 de maio de 2000, convida toda a sociedade civil e organizada com a atuação e sede no Município de Imbituba, bem como demais municípios, para participar da Audiência Pública que fará realizar no dia 25 de maio de 2016, as 18 h, no Plenário da Câmara de Vereadores de Imbituba, na qual apresentara a avaliação das Metas Fiscais a 1º Quadrimestre de 2016.

Imbituba – SC, 17 de maio de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal de Imbituba

EDITAL SEAGP Nº 052/2016

EDITAL SEAGP Nº 052/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
Nº 01/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 01/2015, divulgado através do Edital nº 01/2015, de 01 de novembro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2015, de 08 de Março de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2015, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 20 de Maio a 19 de Junho de 2016, no horário das 08h às 13h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 19 de maio de 2016.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 052/2016
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde - área 05
Rita de Cassia Santos Ferreira

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO Nº 46/2016 - PMI

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 65/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 08:00 horas, do dia 03 de Junho de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, com o sistema de registro de preços, do tipo menor preço por global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível, contratação de empresa, com fornecimento de material e instalação de equipamentos para adequação de acessibilidade dos veículos da frota do transporte escolar.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 20 de maio de 2016.
Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Interino de Educação

PORTARIA PMI/GGP Nº 275/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 275, de 19 de maio de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 22 de março de 2016, através da PORTARIA PMI/GGP Nº 154/2016, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Maria das Graças Dias Melo	Técnica em Enfermagem - 40h	888.495.039-20	17/05/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 19 de maio de 2016.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 276/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 276, de 19 de maio de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 29 de março de 2016, através da PORTARIA PMI/GGP Nº 162/2016, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rosinete Silveira José	Técnica em Enfermagem - 40h	030.745.869-58	17/05/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 19 de maio de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 277/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 277, de 19 de maio de 2016.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 4.523, de 19 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. CLÁUDIA REGINA RODRIGUES, inscrita no CPF sob o n.º 578.543.869-00, Professora, matrícula n.º 93, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 278/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 278, de 19 de maio de 2016.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 4.678, de 23 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. SÔNIA REGINA ALVES, inscrita no CPF sob o n.º 578.459.219-04, Professora, matrícula n.º 530, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 279/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 279, de 19 de maio de 2016.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 4.773, de 24 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. ACIOLI DE AGUIAR, inscrito no CPF sob o n.º 379.162.389-34, Auxiliar de Serviços, matrícula n.º 01, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 280/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 280, de 19 de maio de 2016.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 2.439, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. ZULEIDE RAQUEL PAMATO DE BRUM ROCHA, brasileira, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 741.381.119-72, matrícula n.º 590, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 281/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 281, de 19 de maio de 2016.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 2.687, de 20 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. ORLANDO DOS PASSOS, brasileiro, Eletricista, inscrito no CPF sob o n.º 520.905.079-34, matrícula n.º 433, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 282/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 282, de 19 de maio de 2016.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 2.580, de 19 de março de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. LADJANE BELLINA DE BITTENCOURT, brasileira, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 028.771.059-97, matrícula n.º 263, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 283/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 283, de 19 de maio de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Rosinete Silveira José	Técnica em Enfermagem	030.745.869-58	18/05/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de maio de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 284/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 284, de 19 de maio de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Maria das Graças Dias Melo	Técnica em Enfermagem	888.495.039-20	18/05/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de maio de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PUBLICAÇÃO DE COMUNICADO DA CONCORRÊNCIA Nº 02/2016 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 52/2016

CONCORRÊNCIA Nº 02/2016

COMUNICADO

Considerando que todos os licitantes foram inabilitados e/ou todas as propostas foram desclassificadas, fixo o prazo aos mesmos o prazo de 08(oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação e/ou de outras propostas, nos moldes do parágrafo 3º do artigo 48 da Lei de Licitações e Contratos, 8.666/93, ressalto que o prazo de oito dias úteis começará a fluir a partir da data de publicação deste comunicado.

Imbituba, 20 de maio de 2016

Dilson Petrassem Junior

Presidente da CPL

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1960/16

. DECRETO Nº 1960/16

. De 19 de maio de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no F.MUN.INF.E ADOLES.DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.261, de 21 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do F.MUN.INF.E ADOLES.DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
32	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
32.001	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
32.001.0014	DIREITOS DA CIDADANIA
32.001.0014.0243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
32.001.0014.0243.0032	AÇÕES QUE VISAM A GARANTIA DOS DIREITOS
32.001.0014.0243.0032.2551	MANUTENÇÃO DE PROJETOS PONTUAIS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03000000	Recursos Ordinários - E.A.
Valor: (10.000,00)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, 19 de maio de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1961/16

. DECRETO Nº 1961/16

. De 19 de maio de 2016

Homologa Processo Seletivo nº 007/2016 da Prefeitura Municipal de Indaial/Secretaria Municipal de Saúde

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, o Edital do Processo Seletivo nº 007/2016 para o preenchimento de vagas temporárias existentes e formação de Cadastro de Reserva para o cargo de Psicólogo do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de maio de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL**EDITAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2016**

Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público Simplificado para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público para o cargo de Psicólogo e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar público o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2016 para a contratação de pessoal por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público em regime especial de trabalho. A contratação de pessoal será destinada à reposição de Psicólogos, para atuar na oferta de assistência psicológica nos Serviços de Saúde mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 4.724 de 2012, Lei Municipal nº 4.986 de 2014 e Decreto nº 1.952 de 16 de Maio de 2016, que designou a Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2016.

1. Do Regime Jurídico e Remuneração

1.1 A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 4.724 de 2012 e Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

1.2 O contrato terá a validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por uma única vez, conforme a Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014, havendo rescisão quando da realização de Concurso Público pelo município, para os cargos previstos neste edital.

1.3 A remuneração será estabelecida conforme o item 2 deste edital.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, a contar da homologação do resultado, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 1 (um) ano.

1.5 Os aprovados e contratados por este edital terão o horário de trabalho estabelecido de acordo com as necessidades do órgão requisitante, podendo ser no período matutino e/ou vespertino.

1.6 Todos os atos pertinentes ao presente processo seletivo serão publicados e divulgados por meio do endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br, bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município de Indaial.

1.7 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação ou divulgação dos atos pertinentes ao Processo Seletivo de que trata este edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados e que forem publicados durante a sua execução.

1.8 A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo Público Simplificado, tais como aqui se acham estabelecidas.

1.9 Será admitida a impugnação deste Edital, no prazo de (01) um dia útil, a contar do dia de sua publicação, dirigidas à Secretaria Municipal de Saúde, Rua Leoberto Leal, nº 155, Bairro Tapajós, das 8:00 às 13:00 horas.

1.10 Os requisitos para o exercício do cargo deverão estar concluídos e serem comprovados para contratação do convocado.

2. Do Cargo

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	ESCOLARIDADE E EXIGÊNCIA MÍNIMA NECESSÁRIA	SALÁRIO INICIAL R\$
PSICÓLOGO	1	20	Ensino Superior na área, registro no Conselho de Classe	2.426,23

ADICIONAIS:

*VALE ALIMENTAÇÃO POR DIA TRABALHADO: R\$ 8,00 (20 HS)

2.1 Todas as contratações ocorrerão conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, com base na classificação obtida por candidato, para atuar nas Unidades de Saúde do Município de Indaial.

3. Das Inscrições

3.1 Para candidatar-se às vagas deste Edital, o candidato deverá atender aos requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

- Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;
- Ter no mínimo 18 anos completos;
- Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo (graduação, especializações).

3.2 As inscrições ocorrerão no período de 23 de maio de 2016 até as 16:00 horas do dia 03 de Junho de 2016 e não será cobrada taxa de inscrição.

3.2.1 Os candidatos deverão realizar a inscrição pessoalmente ou procuração através da entrega da documentação comprobatória, conforme especificações abaixo:

3.2.2 Pessoalmente, com a entrega dos documentos constantes dos itens 3.3 e 6.3 acompanhados dos seus originais, caso a exigência não for documento original, até o dia 03 de Junho de 2016, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:30 horas às 16:00 horas, na Secretaria de Saúde de Indaial, situada na Rua Leoberto Leal, nº 155 – Bairro Tapajós – Indaial/SC.

3.2.3 Através de Procuração, devidamente registrada em cartório, com este fim, desde que os documentos listados nos itens 3.3 e 6.3 estejam todos autenticados, e entregue pelo procurador no endereço listado acima, até o dia 03 de Junho de 2016, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:30 horas às 16:00 horas.

3.3 No ato da inscrição o candidato deverá fornecer ainda os seguintes documentos (Importante: caso os documentos sejam entregues através de procuração, conforme item 3.2.3, as fotocópias deverão ser autenticadas por tabelião):

- RG;
- CPF;
- Diploma ou Certificado de Conclusão do Curso de Psicologia;
- Comprovante de inscrição profissional no CRP;
- Documentos comprobatórios dos itens utilizados para se obter a pontuação: certificados de conclusão de cursos ou eventos de qualificação (itens 6.4 e 6.4.1); comprovante de experiência profissional (itens 6.5, 6.5.1 e 6.5.2) e prova de títulos (item 6.6).

3.6 Na ausência de algum dos documentos dos itens "a, b, c, d", a inscrição não será considerada.

3.7 O prazo para impugnação da relação de inscritos será 01 (um) dia útil.

4. Das Obrigações**4.1 Das Obrigações Comuns**

a) Executar o serviço zelando pela qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas ações.

- b) Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão.
- c) Manter em regularidades suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, bem como, estar sempre em dia com o devido Conselho Regional de Medicina.
- c) Registrar o ponto eletrônico no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimentos de relatórios, referências, documentos, etc), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde e chefia imediata.
- d) Respeitar o número mínimo de atendimentos colocados pela Secretaria Municipal de Saúde.

5. Das Atribuições Específicas

5.1 As atribuições específicas do cargo estão dispostas no Anexo III deste Edital.

6. Análise dos Critérios para Pontuação

6.1 As contratações serão realizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, sendo ela a responsável pela seleção e efetivação dos profissionais. Os inscritos serão chamados respeitando-se a pontuação de cada profissional, conforme critérios estabelecidos no anexo I.

6.2 Todos os documentos comprobatórios utilizados para a obtenção de pontos deverão ser digitalizados e encaminhados junto com o ato de inscrição para o mesmo endereço eletrônico.

6.3 O Processo Seletivo resultará do somatório de pontos obtidos nos seguintes aspectos avaliados: I- qualificação profissional certificada, II – experiência profissional comprovada, e III – prova de títulos.

6.4 Para critério de pontuação quanto à qualificação profissional, serão considerados apenas os certificados de participação em eventos com carga horária mínima de 20 horas, correspondentes aos últimos quatro anos a contar da data da publicação do presente edital.

6.4.1 Não serão aceitos certificados de disciplinas de graduação, especialização, mestrado e doutorado, mesmo que cursadas de modo isolado. (As especializações serão pontuadas na Prova de Títulos)

6.5 Para comprovação de experiência profissional serão aceitos registros em carteira de trabalho ou certidões de tempo de serviço prestado, em papel timbrado, constando o período e cargo exercido, CNPJ do órgão e assinatura do responsável pelo setor de RH.

6.5.1 Os profissionais autônomos deverão apresentar documentalmente, nome e contato de pessoas que possam efetivamente comprovar o período de exercício profissional.

6.5.2 No quadro relativo ao tempo de experiência profissional, a fração igual ou superior a 6 (seis) meses deverá ser convertida em um ano completo.

6.6 Quanto à Prova de Títulos, ainda que o candidato apresente mais de um certificado para Especialização, Mestrado ou Doutorado, o valor será o fixado na tabela, não sendo majorado o seu valor pela maior quantidade de certificados apresentados.

6.6.1 Dos títulos de que se trata o Item 6.6 somente serão aceitos os que tiverem sido fornecidos por instituições devidamente reconhecidas pelo MEC.

6.7 Em todos os três aspectos avaliados (Qualificação Profissional, Experiência Profissional e Prova de Títulos) a pontuação máxima à ser alcançada em cada item será aquela fixada no Anexo 1, resultando que a nota máxima à ser alcançada no certame será a nota 10,0.

7. Da Classificação

7.1 Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de classificação.

7.2 O resultado preliminar será publicado a partir do dia 08/06/2016 no site www.saudeindaial.sc.gov.br, bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.3 No caso de igualdade de classificação, dar-se-á preferência respectivamente ao candidato que:

- a) Comprovar maior tempo de experiência na área a ser contratado, conforme tabela de critérios para pontuação, no anexo II.
- b) Apresentar maior idade, considerando-se dia, mês e ano.

7.4 O prazo para impugnação da classificação será de 01 (um) dia útil, a contar da publicação.

7.5 Esgotado o prazo do item 7.4, a partir do dia 10/06/2016, será publicada a homologação do resultado e da classificação final.

8. Dos Procedimentos de Contratação

8.1 O candidato aprovado e classificado, quando convocado para admissão, será submetido ao regime de contrato especial de trabalho, regido pela Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

8.2 A contratação do Candidato fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste Edital e da legislação vigente.

8.3 O prazo de contratação dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a publicação da convocação, considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no dia, horário e local aprezados, para assinar o devido contrato.

9. Do Exame Admissional

9.1 O candidato aprovado, quando convocado para contratação, deverá, obrigatoriamente, submeter-se à Avaliação Médica, em caráter eliminatório, em local e horário previamente designados pelo DPRH.

9.2 O candidato receberá, após a realização do Exame Admissional, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de apto ou inapto.

9.3 Não poderá ser contratado o candidato que:

- I) for considerado inapto no exame admissional;
- II) deixar de apresentar algum exame solicitado ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;
- III) não comparecer na data e local agendado para as avaliações;
- IV) apresentar declaração falsa ou inexata de dados no Exame Admissional, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis;
- V) Na Avaliação Médica poderá utilizar-se de todos os recursos disponíveis para avaliação da aptidão.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2016 será supervisionado, coordenado e executado pela Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2016, constituída por 06 (seis) servidores públicos, sendo 03 (três) efetivos da Secretaria Municipal de Saúde de Indaial, devidamente designados para esta finalidade através do Decreto nº 1.952 de 16 de Maio de 2016.

11.2 A Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2016 terá como atribuição a avaliação da documentação e contabilização dos pontos de cada candidato participante da seleção.

11.3 O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2016, com a consequente anulação do ato de contratação no cargo, pela autoridade competente, sem prejuízo das

medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

11.4 A classificação do candidato assegurará apenas a expectativa do direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2016.

11.5 Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a juízo da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, através de publicidade prévia e ampla.

11.6 As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualização ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito.

11.7 Para a contratação o candidato deverá comunicar se já possui outro cargo, emprego ou função pública e ao se encontrar na situação de acúmulo legal deverá apresentar o horário de trabalho já existente para aferição da compatibilidade de horário com a jornada de trabalho a ser assumida na Secretaria de Saúde do Município de Indaial (deverá apresentar CERTIDÃO ou DECLARAÇÃO sobre o horário de trabalho).

11.8 É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e legislação superveniente, sendo acumulável:

a) dois cargos ou empregos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

11.9 A proibição de acumular estende-se a empregos, funções, proventos de aposentadoria e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (Emenda Constitucional nº. 19).

11.10 Os anexos I a IV são partes integrantes deste edital.

11.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado nº 007/2016, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Indaial, em conformidade com este Edital e com a legislação vigente.

Indaial, 19 de Maio de 2016.

Adriane Machado Ferrari
Secretária de Saúde

ANEXO I
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 007/2016: CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO
Imprimir e preencher esta ficha, anexando os documentos comprobatórios. Os documentos deverão ser ordenados e numerados, conforme a numeração da ficha.
Nome do candidato: _____

1. Qualificação Profissional			
1.1 Horas de Qualificação Profissional em Saúde Mental			
Itens considerados	Pontuação	Nº do documento	Pontuação atingida (Preenchimento pela Comissão)
20 a 50 horas	0,4 pontos		
51 a 80 horas	0,6 pontos		
81 a 110 horas	0,9 pontos		
111 a 150 horas	1,2 pontos		
151 a 180 horas	1,5 pontos		
181 a 200 horas	1,8 pontos		
Acima de 200 horas	2,0 pontos		
Pontuação Máxima do Item 1.1 = 2,0 pontos			
1.2 Horas de Qualificação em Outras Áreas Afins			
Itens considerados	Pontuação	Nº do documento	Pontuação atingida (Preenchimento pela Comissão)
20 a 50 horas	0,2 pontos		
51 a 80 horas	0,35 pontos		
81 a 110 horas	0,50 pontos		
111 a 150 horas	0,60 pontos		
151 a 180 horas	0,70 pontos		
181 a 200 horas	0,85 pontos		
Acima de 200 horas	1,00 ponto		
Pontuação Máxima do Item 1.2 = 1,0 ponto			
2. Experiência Profissional			
2.1 Atividade Profissional na Área da Saúde			
Itens considerados	Pontuação (ano)	Nº do documento	Pontuação atingida (Preenchimento pela Comissão)
Em saúde mental, atuando em função clínica	0,6 p/ano		
Em saúde mental, em outras funções (supervisão, estágio não curricular, coordenação ou equivalente)	0,4 p/ano		
Em saúde pública, atuando em atividade meio (Recurso Humanos, Educação Permanente ou equivalente)	0,3 p/ano		
Em outras áreas	0,2 p*ano		
Pontuação Máxima do Item 2 = 3,5 pontos			

3. Prova de Títulos			
3.1 Saúde Mental/Psicologia			
Itens considerados	Pontuação	Nº do documento	Pontuação atingida (Preenchimento pela Comissão)
Doutorado	3,0 pontos		
Mestrado	2,5 pontos		
Especialização	1,8 pontos		
3.2 Saúde Pública/Coletiva			
Itens considerados	Pontuação	Nº do documento	Pontuação atingida (Preenchimento pela Comissão)
Doutorado	2,5 pontos		
Mestrado	2,0 pontos		
Especialização	1,5 pontos		
3.3 Residência			
Itens considerados	Pontuação	Nº do documento	Pontuação atingida (Preenchimento pela Comissão)
Residência com concentração em Saúde Mental	2,0 pontos		
Residência em Saúde da Família	1,5 pontos		
3.4 Outras Áreas Afins à Saúde (Políticas Públicas, Gestão em Saúde ou equivalente)			
Itens considerados	Pontuação	Nº do documento	Pontuação atingida (Preenchimento pela Comissão)
Doutorado	2,0 pontos		
Mestrado	1,5 pontos		
Especialização	1,0 pontos		
Pontuação Máxima do Item 3 = 3,5			
Total de Pontos Obtidos:			

Assinatura: _____

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

Nº 007/2016

Nome do Candidato: _____

Nome da Mãe: _____

Nacionalidade : _____

Sexo : Masculino () Feminino ()

CPF: _____

RG: _____

Número de Inscrição no Conselho: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço : _____

Nº : _____

Bairro : _____

Cidade : _____ UF : _____

Telefone : _____ Celular : _____

E mail: _____

Assinatura _____

Indaial, ____ de _____ de 2016.

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES POR CARGO

Descrição Sumária: Desenvolver serviços relacionados a problemática pessoal com intervenções clínicas no âmbito individual e coletivo.

Descrição Detalhada:

- 1- Realizar ações voltadas para o tratamento de dependência química;
- 2- Promover ações de reabilitação psicossocial;
- 3- Intervir e manejar situações de crise;
- 4- Desenvolver atividades de grupo e de promoção em saúde;
- 5- Emitir relatórios e pareceres da área de competência;
- 6- Conduzir conduta clínica em reciprocidade com Projeto Terapêutico Individual;
- 7- Participar do processo de matriciamento em saúde mental;
- 8- Efetuar com a equipe o acolhimento institucional.

- 9 – Realizar visita domicilia conforme necessidade do serviço.
10 - Executar outras atividades compatíveis com o cargo;

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA EXERCÍCIO DE CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE INDIAIAL.**

Tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso XVI (e suas respectivas alíneas) e inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 15 de outubro de 1988, eu _____, declaro, a quem possa interessar e para os devidos fins, que não estou impedido(a) de exercer função, cargo ou emprego público.

DECLARO QUE NÃO EXERÇO e NÃO estou LICENCIADO ou APOSENTADO de qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja incompatível com aquele que exerço, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO estar ciente de que devo comunicar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Indaial qualquer alteração que venha a ocorrer em meus dados pessoais e de endereço, bem como em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se o processo administrativo disciplinar, sem prejuízo de eventuais convocações para verificação da Administração.

DECLARO não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.

RESPONSABILIZO-ME pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsas, ficarei sujeito (a) às penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Indaial, ____ de _____ de 2016.

(Assinatura do Servidor)

DECRETO Nº 1962/16

. DECRETO Nº 1962/16

. De 19 de maio de 2016

Homologa Processo Seletivo nº 008/2016 da Prefeitura Municipal de Indaial/Secretaria Municipal de Saúde

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, o Edital do Processo Seletivo nº 008/2016 para o preenchimento de vagas temporárias existentes e formação de Cadastro de Reserva para o cargo de Técnico em Enfermagem do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de maio de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL**EDITAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 008/2016**

Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público para o cargo de Técnico de Enfermagem e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar público o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 008/2016 para a contratação de pessoal por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público em regime especial de trabalho. A contratação de pessoal será destinada à reposição de Técnicos de Enfermagem, para atuar nas Unidades Básicas de Saúde, Serviço de Atenção Integrado a Saúde ou CAPS, nos termos da Lei Municipal nº 4.724 de 2012, Lei Municipal nº 4.986 de 2014 e Decreto nº 1.952 de 16 de Maio de 2016, que designou a Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 008/2016.

1. Do Regime Jurídico e Remuneração

1.1 A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 4.724 de 2012 e Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

1.2 O contrato terá a validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por uma única vez, conforme a Lei Municipal nº 4.724 de 2012,

alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014, havendo rescisão quando da realização de concurso público pelo município, para os cargos previstos neste edital.

1.3 A remuneração será estabelecida conforme o item 2 deste edital.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, a contar da homologação do resultado, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 1 (um) ano.

1.5 Os aprovados e contratados por este edital terão o horário de trabalho estabelecido de acordo com as necessidades do órgão requisitante, podendo ser no período matutino e/ou vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

1.6 Todos os atos pertinentes ao presente processo seletivo serão publicados e divulgados por meio do endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br, bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município de Indaial.

1.7 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação ou divulgação dos atos pertinentes ao Processo Seletivo de que trata este edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados e que forem publicados durante a execução do Processo Seletivo.

1.8 A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo Público, tais como aqui se acham estabelecidas.

1.9 Será admitida a impugnação deste Edital, no prazo de (01) um dia útil, a contar do dia de sua publicação, dirigidas à Secretaria Municipal de Saúde, Rua Leoberto Leal, nº 155, Bairro Tapajós, das 8:00 às 13:00 horas.

1.10 Os requisitos para o exercício do cargo deverão estar concluídos e serem comprovados para contratação do convocado.

2. Dos Cargo

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Escolaridade e Exigência mínima exigida	Salário Inicial R\$
Técnico de Enfermagem	01	40	Curso Técnico completo em Enfermagem e registro no Conselho de Classe	2.254,35

ADICIONAIS:

* Insalubridade 20% do salário-base

*Vale-alimentação por dia trabalhado: R\$ 16,00 (40 hs)

2.1 Todas as contratações ocorrerão conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, com base na classificação final do processo seletivo.

3. Das Inscrições

3.1 As inscrições deverão ser realizadas através do endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br, no link Processo Seletivo Edital 008/2016, no período de 23/05/2016 até as 23h:59min do dia 03/06/2016. Outras informações poderão ser adquiridas pelo telefone (47) 3281-7131.

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3.3 A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.4 São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento do requerimento de inscrição.

3.5 Não será cobrada taxa de inscrição.

3.6 O candidato só poderá se inscrever para um único cargo.

3.7 Após o preenchimento correto e finalização do Requerimento de Inscrição, o candidato deverá imprimir a Confirmação de Inscrição que estará disponível no seu endereço eletrônico.

3.8 Para candidatar-se às vagas abertas presentes neste Edital, o candidato deverá atender aos requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

- Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;
- Ter no mínimo 18 anos completos;
- Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo (graduação, curso técnico).

4. Do Deferimento das Inscrições

4.1 A relação das inscrições deferidas será divulgada a partir das 10h:00 do dia 07/06/2016, no endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br, bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município de Indaial.

4.2 Caso o nome do candidato não conste do relatório das inscrições deferidas, deverá encaminhar um e-mail para juridico_01@saudeindaial.sc.gov.br, até às 23h:59min do dia 08/06/2016, com requerimento solicitando a regularização da sua inscrição, devendo anexar cópia da Confirmação da Inscrição.

4.3 A comissão verificará a regularidade da inscrição, e se esta for comprovada, procederá à inclusão do candidato, comunicando-lhe pelo endereço de e-mail cadastrado no ato de inscrição.

5. Das Etapas do Processo Seletivo

5.1 O processo seletivo constará de etapa única: Prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório.

6. Da Prova Escrita

6.1 A prova escrita descrita no item 5.1 será aplicada no dia 19/06/2016, no município de Indaial (SC), de acordo com o cronograma abaixo: Prova escrita com questões objetivas

Duração: 3h 00 min

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova	08:30 horas
Fechamento dos portões (a partir deste horário, não será permitida a entrada de candidatos sob qualquer alegação)	08:50 horas
Abertura dos envelopes e distribuição das provas	08:52 horas
Início da resolução da prova	09:00 horas
Prazo mínimo para entrega da prova	10:00 horas
Término da prova (devolução obrigatória do caderno de provas e cartão-resposta)	12:00 horas

6.2 O local de realização das provas será divulgado no endereço eletrônico do Processo Seletivo www.saudeindaial.sc.gov.br, a partir do dia

14/06/2016.

6.3 A prova escrita constará de questões objetivas, cada uma com 5 (cinco) alternativas (a,b,c,d,e) das quais uma única será a correta.

6.4 O número de questões e o valor atribuído a cada uma delas, constam no quadro abaixo.

ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR	TOTAL
Língua Portuguesa	5	0,20	1,00
Legislação e temas de Saúde Pública	10	0,15	1,50
Conhecimentos específicos do cargo	15	0,50	7,50
TOTAL	30	-	10,00

6.5 Será aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco inteiros) na prova escrita.

6.6 Para prestar a prova escrita o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

6.7 A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Processo Seletivo envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

6.8 O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções nele contidas. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

6.9 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

6.10 Será atribuída nota 0,00 (zero) às respostas de questões objetivas:

- a) cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) que contenha emenda (s) e /ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

6.11 Os conteúdos programáticos constam no Anexo II do presente edital.

6.12 As provas serão corrigidas unicamente pela marcação do candidato no cartão-resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

7. Normas de Segurança Durante a Realização das Provas

7.1 A comissão poderá, por motivos técnicos ou de força maior, retardar o início das provas.

7.2 A entrada nos locais de prova será permitida mediante a apresentação de documento de identificação.

7.2.1 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

7.3 Não serão aceitos documentos sem foto ou qualquer registro de ocorrência que busque a sua substituição.

7.4 Só serão aceitos documentos em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

7.5 A não-apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital, impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

7.6 Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado previamente para o seu início, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

7.7 Durante a realização da prova é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

- a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta;
- b) Documento de identificação e comprovante de inscrição;
- c) Se assim desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.

7.8 É vedada, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico. Também é proibida a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés e qualquer tipo de armamento.

7.9 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser desligados e depositados abaixo da cadeira do candidato, podendo recolhê-lo quando do término da prova.

7.10 A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará na exclusão do candidato no concurso, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

7.11 É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.

7.12 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas escritas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

7.13 O candidato somente poderá entregar o cartão-resposta e o caderno de prova, 1 (uma) hora após o início da prova.

7.14 Por razões de segurança, é vedado ao candidato retirar-se do local de prova, mesmo que desistente ou excluído do concurso, antes de 1 (uma) hora do início da prova.

7.15 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão entregar o cartão-resposta e o caderno de prova ao mesmo tempo.

8. Da Classificação

8.1 A nota final do candidato será a nota obtida na prova escrita, expressa com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

NF = NPE

NF – Nota final

NPE – Nota da prova escrita

8.2 A classificação será feita por cargo em ordem decrescente da nota final obtida, expressa com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

8.3 Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03,

para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

8.4 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- a) Maior número de acertos nas questões objetivas de conhecimentos específicos;
- b) Maior número de acertos nas questões de "Legislação e temas de Saúde Pública", quando houver;
- c) Maior número de acertos nas questões de Língua Portuguesa;
- d) Maior idade.

9. Da Divulgação da Prova Objetiva e do Gabarito Preliminar

9.1 As questões da prova objetiva e o gabarito preliminar serão divulgados a partir das 10:00 horas, do dia 20/06/2016, pelo endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural da Secretaria de Saúde do Município de Indaial.

9.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da prova ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá interpor recurso das 08:00 às 12:00 horas do dia 21/06/2016, diretamente na Secretaria de Saúde.

9.3 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem objetivamente as circunstâncias que os justificam.

9.4 Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres com as justificativas serão divulgados no endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural da Secretaria de Saúde de Indaial, a partir do dia 22/06/2016.

9.5 Não será aceito recurso via postal, via fax ou e-mail.

9.6 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

10. Da Divulgação do Gabarito Oficial

10.1 O gabarito oficial será publicado a partir do dia 23/06/2016 pelo endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural da Secretaria de Saúde de Indaial.

10.2 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

10.3 Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independentemente de terem recorrido ou não.

10.4 Caberá a Comissão do Processo Seletivo anular questões das provas, quando for o caso.

10.5 Não serão disponibilizados os cadernos de provas utilizados pelos candidatos

11. Da Classificação Preliminar

11.1 O resultado preliminar será publicado a partir do dia 24/06/2016 no endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural da Secretaria de Saúde de Indaial.

11.2 O candidato, que manifestar qualquer discordância com relação à sua classificação no resultado preliminar da prova objetiva, poderá interpor no 1º dia útil subsequente a publicação, das 08:00 às 12:00 horas, com a finalidade de obter cópia do seu cartão-resposta.

11.3 Para recorrer, o candidato deverá interpor recurso diretamente na Secretaria de Saúde.

11.4 Não será aceito recurso via postal, via fax ou e-mail.

11.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem objetivamente as circunstâncias que os justificam.

11.6 Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão disponibilizados pelo endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural da Secretaria de Saúde de Indaial.

11.7 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

12. Da Classificação Final

12.1 O resultado oficial do processo seletivo será divulgado pelo endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br e no mural da Secretaria de Saúde de Indaial, a partir do dia 28/06/2016.

13. Das Obrigações

13.1 Das Obrigações Comuns

a) Executar o serviço zelando pela qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas ações.

b) Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão.

c) Manter em regularidades suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, bem como, estar sempre em dia com o devido Conselho Regional de Enfermagem.

c) Registrar o ponto eletrônico no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimentos de relatórios, referências, documentos, etc), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde e chefia imediata.

14. Das Atribuições Específicas

14.1 As atribuições específicas de cada cargo estão dispostas no Anexo I deste Edital.

15. Dos Requisitos Básicos para Contratação

15.1 São requisitos básicos para a contratação:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito anos).
- c) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício da função.
- d) Comprovar a escolaridade exigida.
- e) Declarar não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.
- f) Declarar que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.
- g) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- h) Estar em dia com as obrigações militares para o sexo masculino.
- i) Estar no gozo dos direitos políticos.
- j) Ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para o sexo masculino.

16. Dos Procedimentos de Contratação

16.1 O candidato aprovado e classificado, quando convocado para admissão, será submetido ao regime de contrato especial de trabalho, regido pela Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

16.2 A contratação do Candidato fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste Edital e da legislação vigente.

16.3 O prazo de contratação dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a publicação da convocação no site oficial www.saudeindaial.sc.gov.br, considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no dia, horário e local aprazados, para assinar o devido contrato.

17. Do Exame Admissional

17.1 O candidato aprovado, quando convocado para contratação, deverá, obrigatoriamente, submeter-se à Avaliação Médica, em caráter eliminatório, em local e horário previamente designados pelo DPRH.

17.2 O candidato receberá, após a realização do Exame Admissional, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de apto ou inapto.

17.3 Não poderá ser contratado o candidato que:

I) for considerado inapto no exame admissional;

II) deixar de apresentar algum exame solicitado ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;

III) não comparecer na data e local agendado para as avaliações;

IV) apresentar declaração falsa ou inexata de dados no Exame Admissional, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis;

V) Na Avaliação Médica poderá utilizar-se de todos os recursos disponíveis para avaliação da aptidão.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2016 será supervisionado, coordenado e executado por 01 (uma) Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 008/2016, constituída por 06 (seis) servidores públicos, sendo 03 (três) efetivos da Secretaria Municipal de Saúde de Indaial, devidamente designados para esta finalidade através do Decreto nº 1.952 de 16 de maio de 2016.

18.2 A Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 008/2016 terá como atribuição a avaliação da documentação e contabilização dos pontos de cada candidato participante da seleção.

18.3 O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 008/2016, com a consequente anulação do ato de contratação no cargo, pela autoridade competente, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

18.4 A classificação do candidato assegurará apenas a expectativa do direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 008/2016.

18.5 Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a juízo da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, através de publicidade prévia e ampla.

18.6 As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualização ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito.

18.7 Para a contratação o candidato deverá comunicar se já possui outro cargo, emprego ou função pública e ao se encontrar na situação de acúmulo legal deverá apresentar o horário de trabalho já existente para aferição da compatibilidade de horário com a jornada de trabalho a ser assumida na Secretaria de Saúde do Município de Indaial (deverá apresentar CERTIDÃO ou DECLARAÇÃO sobre o horário de trabalho).

18.8 É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e legislação superveniente, sendo acumulável:

a) dois cargos ou empregos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

18.9 A proibição de acumular estende-se a empregos, funções, proventos de aposentadoria e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (Emenda Constitucional nº. 19).

18.10 Os anexos I a III são partes integrantes deste edital.

18.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público nº 001/2016, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Indaial, em conformidade com este Edital e com a legislação vigente.

Indaial, 19 de maio de 2016.

Adriane Machado Ferrari

Secretária de Saúde

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES POR CARGO

TÉCNICO DE ENFERMAGEM: Elaborar relatórios com informações, dados estatísticos e indicadores da área, visando fornecer subsídios para decisões de correções de políticas ou procedimentos de sua área de atuação. Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando a adequada e imediata disponibilidade dos mesmos. Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos. Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho. Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos utilizados no trabalho. Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança no trabalho. Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município. Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda. Exercer as atividades inerentes ao cargo de acordo com sua competência técnica, conforme prescreve o seu respectivo conselho. Recusar-se a executar atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal ou que não ofereçam segurança ao profissional, à pessoa, família e coletividade. Realizar acolhimento ao paciente. Procedimentos de Rotina de Enfermagem. Realizar curativos. Preparar materiais para esterilização. Preencher documentos para levantamentos de dados. Exercer a profissão com justiça, compromisso, equidade, resolutividade, dignidade, competência, responsabilidade, honestidade e lealdade. Fundamentar suas relações no direito, na prudência, no respeito, na solidariedade e na diversidade de opinião e posição ideológica. Assegurar à pessoa, família e coletividade assistência de enfermagem livre de danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência. Avaliar criteriosamente sua competência técnica científica ética e legal e somente aceitar encargos ou atribuições, quando capaz de desempenho seguro para si e para outrem. Prestar Assistência de Enfermagem sem discriminação de qualquer natureza. Prestar adequadas informações à pessoa, família e coletividade a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca da Assistência de

Enfermagem, bem como ao estado de saúde do paciente e seu tratamento. Respeitar, reconhecer e realizar ações que garantam o direito da pessoa ou de seu representante legal, de tomar decisões sobre sua saúde, tratamento, conforto e bem estar. Respeitar o pudor, a privacidade e a intimidade do ser humano, em todo seu ciclo vital, inclusive nas situações de morte e pós-morte. Colabora com a equipe a qual esta inserida; buscando a interatividade e multidisciplinariedade. Proteger a pessoa, família e coletividade contra danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência por parte de qualquer membro da Equipe de Saúde. Disponibilizar seus serviços profissionais à comunidade em casos de emergência, epidemia e catástrofe, sem pleitear vantagens pessoais. Encaminhar a pessoa, família e coletividade aos serviços de defesa do cidadão, nos termos da lei. Respeitar no exercício da profissão, as normas relativas à preservação do meio ambiente e denunciar aos órgãos competentes as formas de poluição e deterioração que comprometam a saúde e a vida. Registrar no prontuário eletrônico do paciente as informações inerentes e indispensáveis ao processo de cuidar. Prestar Assistência de Enfermagem em qualquer situação que se caracterize como urgência ou emergência. Respeitar a hierarquia da instituição.

ANEXO II CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS LÍNGUA PORTUGUESA

Análise e interpretação de texto. Acentuação tônica e gráfica. Análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios. Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Pontuação gráfica. Vícios de linguagem. Redação de bilhete, carta, requerimento e ofício.

LEGISLAÇÃO E TEMAS DE SAÚDE PÚBLICA

Implantação do SUS – Leis Orgânicas da Saúde 8.080/90 e 8.142/90. Artigos 196 a 200 da Constituição Brasileira/88. Portaria 2488/2011 – Política Nacional de Atenção Básica. NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família; PMAQ – Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade. Acolhimento. Indicadores de saúde. Sistema de notificação de doenças e agravos de notificação compulsória; Vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento de doenças de interesse para saúde pública; Planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Política Nacional da Atenção Básica (portaria nº 2488/2011). Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB e E-SUS). Portaria nº. 2.121 de 18 de Dezembro de 2015 – Ações em Processos Epidêmicos; Programa Nacional de Melhoria de Acessos e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQAB). Ações, Programas e Estratégias da DAB: Academia da Saúde, Brasil Sorridente, Consultório na Rua, Melhor em Casa, Requalifica UBS e Programa Saúde na Escola. Redes de Atenção à Saúde, 2010 – Portaria nº 4.279, de 30/12/2010. Administração de medicamentos; Assistência humanizada de enfermagem; Cálculos de doses de medicações; Conceito de infecção, desinfecção, assepsia, antisepsia; Cuidados básicos de enfermagem na atenção à saúde da criança, adolescente, mulher/gestante/puérpera, adulto e idoso; Doenças de notificação compulsória; Doenças infectocontagiosas: Conceitos, tipos, formas de transmissão, precauções, padrão de prevenção e cuidados na assistência dessas doenças; Doenças relacionadas ao trabalho; Epidemiologia, prevenção e controle de infecções; Feridas: tipos, técnicas de realização de curativos e de prevenção; Legislação e normas regulamentadoras da profissão; Legislação que regulamenta a segurança e saúde do trabalhador em estabelecimento de saúde; Medidas de controle de infecção; Mensuração de dados vitais – Conceito, técnicas de mensuração e valores de referência; Estratégia de saúde da família: conceito de acolhimento, conceito e ações de visitas domiciliares; Imunização: calendário de vacinação, técnicas de preparo de vacinas, vias de administração, reações imediatas e tardias. Urgências e emergências.

ANEXO III RECURSO ADMINISTRATIVO

ARGUMENTAÇÃO: _____

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1661/2016

DECRETO Nº 1661 DE 19 DE MAIO DE 2016

Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do Município de Iomerê

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Pública Municipal no dia 27 de maio de 2016.

Art. 2º - Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 19 de maio de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretario de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 187/2016 DE 19 DE MAIO DE 2016.

DESIGNA SERVIDORA EFETIVA NO CARGO DE ENFERMEIRA PARA ASSUMIR A RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA UNIDADE BÁSICA E DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE ARY GIOMBELLI, POR DETERMINAÇÃO DO COREN/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

D E S I G N A

Art. 1º ADRIANA BORTOLANZA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº. 3.743.420-9 e CPF sob o nº. 031.925.839-40, residente e domiciliada na cidade de Ipumirim - SC, no Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, com carga horária de 40 horas, para atuar como Responsável Técnica da Unidade Básica e da Unidade Mista de Saúde Ary Giombelli, por força de determinação do COREN/SC.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos retroativos a partir de 21 de Janeiro de 2016.

Ipumirim - SC, 19 de Maio de 2.016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RG PROC 01/2016 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2016
PREGÃO PRESENCIAL 01/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2016, Pregão Presencial nº 01/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Rafael Cristofolini - representante da empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representantes da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2016, Pregão Presencial nº 01/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Rafael Cristofolini - representante da empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	10	Balde	Óleo lubrificante para motores a diesel turbo classificado 15W40 API CI-4, multi viscoso para motores diesel de alta potência, superalimentado ou turbo alimentado que operem em condições severas, exigindo lubrificantes com o nível de desempenho ACEA ES/02 E&/04, M B 228.3, Cummins CES 20078, Volvo VDS-3. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros.	215,00	2.150,00
09	30	Un	Óleo lubrificante para motor a gasolina e álcool multivisco grau de viscosidade SAE 20W/40 API SF. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem com conteúdo líquido de 01 litro.	11,60	348,00
VALOR TOTAL R\$					2.498,00

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

ATA RP PROC 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2016
PREGÃO PRESENCIAL 01/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2016, Pregão Presencial nº 01/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Rafael Cristofolini - representante da empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representantes da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2016, Pregão Presencial nº 01/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Rafael Cristofolini - representante da empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	50	Balde	Óleo lubrificante para motores a diesel turbo classificado 15W40 API CI-4, multi viscoso para motores diesel de alta potência, superalimentado ou turbo alimentado que operem em condições severas, exigindo lubrificantes com o nível de desempenho ACEA ES/02 E8/04, M B 228.3, Cummins CES 20078, Volvo VDS-3. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros. PETRONAS	215,00	10.750,00
02	16	Balde	Óleo hidráulico predominantemente não rerrefinado tipo ATF para transmissões automáticas e direções hidráulicas, atendendo à especificação da GM Tipo A Sufixo A (TASA), para uso em equipamentos que não aceitem óleos com nível de desempenho API GL-4 ou GL-5, Contendo os seguintes aditivos: anti-corrosivo, antidesgaste, antiespumante, antiferrugem, antioxidante, dispersante, abaixador do ponto de fluidez, melhorador do índice de viscosidade. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros. LUBRAX	244,00	3.904,00
03	120	Un	Fluído sintético de alto ponto de ebulição, atendendo à classificação DOT 3, para uso em sistemas de freios a disco ou tambor de veículos automotivos e tratores, contendo os aditivos anticorrosivo e antioxidante. Embalagem com conteúdo líquido de 500 ml. LUBRAX	15,40	1.848,00
05	200	Balde	Óleo predominantemente não rerrefinado para lubrificação e acionamento de sistemas hidráulicos que operem em condições severas de pressão e temperatura , grau de viscosidade ISO 68, contendo os seguintes aditivos: anticorrosivo, antidesgaste, antiespumante, antiferrugem, antioxidante e abaixador do ponto de fluidez. O produto deve ter registro na ANP, homologado pela Volvo, MB, JCB e Cummins e atender norma ISO-VG68 FIAT555710, DIN 51517 partes 1,2 e 23 DIN 51524 parte 2 (HLP). Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros. LUBRAX	222,00	44.400,00
06	50	Balde	Óleo lubrificante predominantemente não rerrefinado para motores diesel com aspiração natural e superalimentados, que operem em condições severas, exigindo lubrificantes com nível de desempenho API CF, grau de viscosidade SAE 40, que operem em condições severas, exigindo lubrificantes com o nível de desempenho, ACEA ES/02 E7/04, M B 228.3, Cummins ces 20078, volvo vds 3. Apresentar laudo de homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros. LUBRAX	184,00	9.200,00
07	40	Balde	Óleo lubrificante predominantemente não rerrefinado para engrenagens hipóides que exijam lubrificantes com nível de desempenho API GL-5, disponível no grau SAE 90. O produto deve ter registro na ANP, homologado pela Volvo, MB ou Cummins. Apresentar laudo de homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros. LUBRAX	182,00	7.280,00
08	50	Balde	Óleo lubrificante predominantemente não rerrefinado para conversores de torque e sistemas hidráulicos, atendendo à especificação ALLISON C-3, grau de viscosidade SAE 10W, contendo os seguintes aditivos: anticorrosivo, antidesgaste, antiespumante, detergente, dispersante e abaixador do ponto de fluidez. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros. LUBRAX	192,00	9.600,00
09	150	Un	Óleo lubrificante para motor a gasolina e álcool multiviscoso grau de viscosidade SAE 20W/40 API SF. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem com conteúdo líquido de 01 litro. PETRONAS	11,60	1.740,00
11	10	Balde	Óleo Lubrificante SAE 433 - Balde Com 20 Litros. LUBRAX	225,00	2.250,00
12	120	Un	Óleo lubrificante para motores 2 tempos API TC SAE 30, para roçadeira e motosserra. O produto deve ter registro na ANP, homologado pela STHILL, EFCO ou HOSQVARNA. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem em frasco de 500 ml. CASTROL	19,90	2.388,00
VALOR TOTAL R\$					93.360,00

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

ATA RP PROC 01/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2016 (PREFEITURA MUNICIPAL)

PREGÃO PRESENCIAL 01/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2016, Pregão Presencial nº 01/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Rafael Cristofolini - representante da empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representantes da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2016, Pregão Presencial nº 01/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Rafael Cristofolini - representante da empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	50	Balde	Óleo lubrificante para motores a diesel turbo classificado 15W40 API CI-4, multi viscoso para motores diesel de alta potência, superalimentado ou turbo alimentado que operem em condições severas, exigindo lubrificantes com o nível de desempenho ACEA ES/02 E&04, M B 228.3, Cummins CES 20078, Volvo VDS-3. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros. PETRONAS	215,00	10.750,00
09	100	Un	Óleo lubrificante para motor a gasolina e álcool multiviscoso grau de viscosidade SAE 20W/40 API SF. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem com conteúdo líquido de 01 litro. PETRONAS	11,60	1.160,00
VALOR TOTAL R\$					11.910,00

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal de Irineópolis

ATA RP PROC 02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 02/2016, Pregão Presencial nº 02/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Rodrigo Pazdziora - representante da empresa Hobi Extração e Comercio de Areia Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representantes da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Hobi Extração e Comercio de Areia Ltda segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 02/2016, Pregão Presencial nº 02/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Rodrigo Pazdziora - representante da empresa Hobi Extração e Comercio de Areia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Hobi Extração e Comercio de Areia Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item

07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
01	20.000	Tonelada	Pedregulho sujo	HOBÍ	16,00	320.000,00
02	20.000	Tonelada	Areia	HOBÍ	27,50	550.000,00
TOTAL R\$						870.000,00

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

ATA RP PROC 06/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 06/2016, Pregão Presencial nº 04/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin, Sra. Cassiana Laís Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Marcelo Batschauer - representante da empresa Pre Moldados Irineópolis Ltda; Sr. Felipe Matheus Piermann - representante da empresa Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda EPP; Sr. Saulo Marcel dos Santos - representante da empresa Kerber Pre-Moldados Ltda; Sr. Fernando Miro Filho - representante da empresa Tecnotubos Tecnologia em Tubos de Concreto Ltda EPP. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Pre Moldados Irineópolis Ltda; Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda EPP; Kerber Pre-Moldados Ltda; Tecnotubos Tecnologia em Tubos de Concreto Ltda EPP seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 06/2016, Pregão Presencial nº 04/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin, Sra. Cassiana Laís Brand e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Marcelo Batschauer - representante da empresa Pre Moldados Irineópolis Ltda; Sr. Felipe Matheus Piermann - representante da empresa Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda EPP; Sr. Saulo Marcel dos Santos - representante da empresa Kerber Pre-Moldados Ltda; Sr. Fernando Miro Filho - representante da empresa Tecnotubos Tecnologia em Tubos de Concreto Ltda EPP. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Pre Moldados Irineópolis Ltda; Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda EPP; Kerber Pre-Moldados Ltda; Tecnotubos Tecnologia em Tubos de Concreto Ltda EPP e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cimentela Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda ME

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	100 unidades	Tubo de concreto simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 20 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho e fêmea	CIMENTELA	16,50	1.650,00
03	600 unidades	Tubo de Concreto Simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 30 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	CIMENTELA	19,10	11.460,00
08	200 unidades	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 120 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	CIMENTELA	313,00	62.600,00
10	06 unidades	Tubo de Concreto Armado (PA2) com diâmetro nominal interno de 200 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	CIMENTELA	1.290,00	7.740,00
TOTAL					83.450,00

Kerber Pre Moldados Ltda

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	50 unidades	Tubo de concreto poroso com diâmetro nominal interno de 20 cm, comprimento de 50 cm e encaixe macho e fêmea	KERBER	11,80	590,00
TOTAL R\$					590,00

Pré-Moldados Irineópolis – Artefatos de Cimento e Estruturas Metálicas Ltda – EPP

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
04	700 unidades	Tubo de Concreto Simples (PS1) com diâmetro nominal interno de 40 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	LAMO-LARCI	30,00	21.000,00
09	208 unidades	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 150 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	LAMO-LARCI	408,00	84.864,00
TOTAL R\$					105.864,00

Tecnotubos Tecnologia em Tubos de Concreto Ltda – ME

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
05	714 unidades	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 60 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	TT	85,00	60.690,00
06	388 unidades	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 80 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	TT	129,00	50.052,00
07	300 unidades	Tubo de Concreto Armado (PA1) com diâmetro nominal interno de 100 cm, comprimento de 1 metro e encaixe macho fêmea.	TT	192,00	57.600,00
TOTAL R\$					168.342,00

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 07/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 07/2016, Pregão Presencial nº 05/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sra Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representantes da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Lech & Cia Ltda segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 07/2016, Pregão Presencial nº 05/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sra Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Lech & Cia Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata. Lech & Cia Ltda

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADES ESCOLARES	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	310	Recarga de Gás Li-quefeito de Petróleo com 13 Kg	- Escolas da Rede de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, na sede do Município e em diversas localidades do interior do Município (250 unidades); - Prefeitura Municipal (24 unidades); - Secretaria da Infraestrutura (12 unidades); - Secretaria do Desenvolvimento Comunitário (24 unidades).	64,71	20.060,10
02	20	Recarga de Gás Li-quefeito de Petróleo com 45 Kg	Berçário do Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida	247,17	4.943,40
TOTAL R\$					25.003,50

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

ATA RP PROC 08/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2015
PREGÃO PRESENCIAL 07/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2015, Pregão Presencial nº 07/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak, - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014. Sr. Joao Silvestre Jacobovski - representante da empresa Joao Silvestre Jacobovski. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representante da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Joao Silvestre Jacobovski, segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2015, Pregão Presencial nº 07/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak, - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014. Sr. Joao Silvestre Jacobovski - representante da empresa Joao Silvestre Jacobovski. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Joao Silvestre Jacobovski e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

João Silvestre Jacobovski – ME

Item	Qtd	Descrição	Valor Unitário	Valor Total R\$
01	1200	Pão de Queijo - TRIUNFO	1,00	1.200,00
02	800	Sanduiche Natural – Tamanho Médio – Embalados Individualmente- TRIUNFO	2,95	2.360,00
03	1500	Mini Sanduiche Natural- TRIUNFO	0,87	1.305,00
04	1000	Sonho- TRIUNFO	2,20	2.200,00
05	2000	Mini Sonho- TRIUNFO	0,87	1.740,00
06	2000	Sanduiche Queijo e Presunto (Inteiro) - TRIUNFO	2,13	4.260,00
07	50	Empadão (Grande) (Forma) - TRIUNFO	45,00	2.250,00
08	50	Mini Pastel (Cento) - TRIUNFO	55,00	2.750,00
09	50	Mini Risólis (Cento) - TRIUNFO	55,00	2.750,00
10	50	Mini Coxinha (Cento) - TRIUNFO	55,50	2.775,00
11	100	Bolo de Nega Maluca (forma grande) - TRIUNFO	29,00	2.900,00
12	500	Mini Carolina - TRIUNFO	0,75	375,00
13	50	Bolo de Cenoura (forma grande) - TRIUNFO	29,00	1.450,00
14	50	Torta de Frutas- TRIUNFO	21,25	1.062,50
15	50	Cuque – diversos sabores – forma grande- TRIUNFO	11,80	590,00
16	80	Bolos Variados (Quilos) - TRIUNFO	22,00	1.760,00
TOTAL R\$				31.727,50

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

ATA RP PROC 57/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 57/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 57/2015, Pregão Presencial nº 31/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sra. Daniele Flavia Sorg- representante da empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Sra. Bruna Celia Rodrigues Bellanda - representante da empresa Nutriport Comercial Ltda; Sr. Joao Francisco Candaten - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos

Ltda EPP, e Sr. Joao Silvestre Jacobovski - representante da empresa Joao Silvestre Jacobovski. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Lech & Cia Ltda; Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Nutriport Comercial Ltda; Papelaria São Bento Ltda ME; e AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP, seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.

A empresa Joao Silvestre Jacobovski foi desclassificada por estar em desacordo com o item 5, subitem 5.1 alínea "b". Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 57/2015, Pregão Presencial nº 31/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sra. Daniele Flavia Sorg - representante da empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Sra. Bruna Celia Rodrigues Bellanda - representante da empresa Nutriport Comercial Ltda; Sr. Joao Francisco Candaten - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP, e Sr. Joao Silvestre Jacobovski - representante da empresa Joao Silvestre Jacobovski. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Lech & Cia Ltda; Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Nutriport Comercial Ltda; Papelaria São Bento Ltda ME e AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. O envelope da empresa Joao Silvestre Jacobovski permanece lacrado no presente processo. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP

Item	Quant	Un	Descrição Dos Alimentos	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
3	700	Quilo	ACHOCOLATADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – MISTURA EM PÓ PARA O PREPARO DE ACHOCOLATADO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS. O PRODUTO DEVE ESTAR COM SUAS CARACTERÍSTICAS DE COR, SABOR, CHEIRO, PRESERVADAS, DEVE SER FORMULADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SELECIONADAS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 1KG RENDIMENTO: 1KG = 42 PORÇÕES DE 200ML PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 60 DIAS.	GOOLAK	5,70	3.990,00
6	20	Und	ADOÇANTE LÍQUIDO DIETÉTICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO TRANSPARENTE, INGREDIENTES: SACARINA SÓDICA, CICLAMATO DE SÓDIO E EDULCORANTES. EMBALAGEM: EMBALAGENS DE 100ML PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	ADOCYL	2,25	45,00
9	200	Caixa	AMIDO DE MILHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO. DEVE SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS, ISENTA DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITAS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS OU IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EMBALAGEM DE 500G PRAZO DE VALIDADE: MÍN 10 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX 60 DIAS.	DAJU	2,75	550,00
12	200	Pacote	ARROZ PARBOILIZADO TIPO I CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: GRUPO: PARBOILIZADO. CLASSE: LONGO FINO - TIPO I. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS DISFORMES PERCENTUAL DE IMPUREZAS ACIMA DE 5% (GRÃOS QUEIMADOS, PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS). EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1KG, EM EMBALAGENS DE POLIETILENO TRANSPARENTE; PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	MINUTINHO	2,19	438,00
24	1.000	Pacote	BISCOITO TIPO ROSQUINHA DE COCO CARACTERÍSTICA TÉCNICA: CONTENDO BASICAMENTE FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO. DEVE APRESENTAR SABOR CARACTERÍSTICO DE COCO E AGRADÁVEL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE COM PESO MÍNIMO DE 335G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS.	PRODASA	2,68	2.680,00

30	200	Pacote	CANJICA DE MILHO BRANCA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TIPO 1, GRUPO FINA, SUBGRUPO BRANCA, CLASSE BRANCA. EMBALAGEM: ACONDICIONADA EM PACOTES DE 500G, LIVRE DE VIOLAÇÕES. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS	DAJU	1,75	350,00
40	250	Caixa	CHÁ IN NATURA SABOR CAMOMILA EMBALAGEM: CAIXA COM 10 SACHES PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	BARAO	1,95	487,50
42	200	Pacote	COCO RALADO: CARACTERÍSTICA TÉCNICA: PRODUTO DE BOA QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS EM SUA COMPOSIÇÃO. EMBALAGEM: EMBALAGEM DE 100G. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DATA DE EMPACOTAMENTO E PRAZO DE VALIDADE APARENTES. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	KITAL	2,78	556,00
44	350	Unidade	DOCE DE FRUTAS EMBALAGEM: POTES DE POLIETILENO ATÓXICO, COM PESO LÍQUIDO DE 400G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	DIFRUTI	2,70	945,00
45	200	Unidade	DOCE DE LEITE PASTOSO INGREDIENTES: LEITE, AÇÚCAR, XAROPE DE GLICOSE, AMIDO MODIFICADO, BICARBONATO DE SÓDIO, CITRATO DE SÓDIO/ESTABILIZANTE E SORBATO DE POTÁSSIO/ CONSERVANTE. EMBALAGEM: POTES DE POLIETILENO ATÓXICO, COM PESO LÍQUIDO DE NO MÍNIMO 900 GRAMAS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	DOCITO	7,75	1.550,00
47	850	Unidade	EXTRATO DE TOMATE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONCENTRADO. O EXTRATO DE TOMATE DEVE SER PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, ESCOLHIDOS, SÃOS, SEM PELE E SEM SEMENTES. O PRODUTO DEVE ESTAR ISENTO DE FERMENTAÇÕES. SEM ADITIVOS E CONSERVANTES. EMBALAGEM: EMBALAGEM SACHE DE 1,020GR PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	QUERO	4,65	3.952,50
48	350	Unidade	EXTRATO DE TOMATE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONCENTRADO. O EXTRATO DE TOMATE DEVE SER PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, ESCOLHIDOS, SÃOS, SEM PELE E SEM SEMENTES. O PRODUTO DEVE ESTAR ISENTO DE FERMENTAÇÕES. SEM ADITIVOS E CONSERVANTES. EMBALAGEM: EMBALAGEM SACHE DE 340G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	DAJUDA	1,20	420,00
50	300	Pacote	FARINHA DE TRIGO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, TIPO I ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA E SER RESISTENTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 5KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS.	GARDENIA	8,48	2.544,00
51	100	Pacote	FARINHA DE TRIGO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, TIPO I ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA E SER RESISTENTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS.	GARDENI	2,09	209,00
53	1.300	Quilo	FEIJÃO PRETO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – PRETO TIPO I, NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SÃOS, SEM A PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS E/OU CARUNCHADOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS	BRINGUENTTI	3,24	4.212,00

55	30	Unidade	FERMENTO EM PÓ BIOLÓGICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FERMENTO BIOLÓGICO, SECO, INSTANTÂNEO, PARA PÃO. ISENTO DE MOFO E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALAGEM: HERMETICAMENTE FECHADA (VÁCUO), CONTENDO 125G EM ENVELOPES ALUMINIZADOS PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	TOK	3,50	105,00
70	2.500	Pacote	LEITE EM PÓ INTEGRAL DE FABRICAÇÃO NACIONAL INGREDIENTES: LEITE DE VACA INTEGRAL DESIDRATADO NÃO MODIFICADO, POR PROCESSOS TECNOLÓGICOS ADEQUADOS. O LEITE EM PÓ DEVERÁ APRESENTAR TEXTURA HOMOGÊNEA, COLORAÇÃO PRÓPRIA, PREPARADO COM MATÉRIAS - PRIMAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE PARASITOS E DE QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE. EMBALAGEM: PACOTES RESISTENTES DE 400G. PRAZO DE VALIDADE: MÍN 10 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX 45 DIAS.	AURORA	7,05	17.625,00
71	30	Lata	LEITE DE SOJA EM PÓ INGREDIENTES: EXTRATO DE SOJA , AÇÚCAR, ÓLEO DE SOJA REFINADO, VITAMINAS E MINERAIS (CÁLCIO, FÓSFORO, MAGNÉSIO, VITAMINA C, NIACINA, FERRO, ZINCO, VITAMINA E, ÁCIDO PANTOTÊNICO, MANGANÊS, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITAMINA A, COBRE, ÁCIDO FÓLICO, IODO, VITAMINA K, BIOTINA, VITAMINA D E VITAMINA B12), MALTODEXTRINA, SAL REFINADO, L-METIONINA, AROMA IDÊNTICO AO NATURAL DE BAUNILHA, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA E ESPESSANTE GOMA GUAR. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM: LATA DE 300	SUPRA SOY	25,00	750,00
73	400	Pacote	MACARRÃO ALETRIA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MACARRÃO COM OVOS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADE, BOLOR, MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 500G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	GERMANI	2,95	1.180,00
76	60	Pacote	MACARRÃO PAI NOSSO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MACARRÃO COM OVOS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADE, BOLOR, MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 500G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	NINFA	1,95	117,00
77	100	Pacote	MACARRÃO EM FORMATO DE LETRINHAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MACARRÃO COM OVOS E VITAMINAS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADE, BOLOR, MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTE BEM VEDADOS DE 500G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	GERMANI	2,98	298,00
78	20	Pacote	MACARRÃO INTEGRAL CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FARINHA DE TRIGO INTEGRAL ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO E CORANTE NATURAL DE URUCUM E CÚRCUMA EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTE BEM VEDADOS DE 500G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	GALO	3,30	66,00
80	15	Unidade	MAIONESE EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS TETRA PAK DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	SOYA	6,40	96,00
81	660	Pote	MARGARINA SEM SAL CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: COM REDUÇÃO DE 50% TEOR DE LIPÍDEOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, CONTENDO 500 GRS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	DELICIA	3,38	2.028,00
84	650	Unidade	MILHO VERDE EM CONSERVA INGREDIENTES: MILHO, ÁGUA, E SAL, SEM CONSERVANTES. EMBALAGEM: SACHÊ DE 200G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	PREDILECTA	1,29	774,00

86	160	Pacote	MILHO PARA PIPOCA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CLASSE AMARELO TIPO I, GRÃOS INTEIROS, SEM CARUNCHO OU MOFO. EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM PACOTES DE 500G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	DAJU	1,65	99,00
91	870	Unidade	ÓLEO DE SOJA INGREDIENTES: ÓLEO DE SOJA 100% NATURAL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM EMBALAGENS TRANSPARENTES ATÓXICAS TIPO PET NÃO APRESENTANDO AMASSAMENTO OU VAZAMENTO, APRESENTANDO CONTEÚDO DE 900 ML. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	COAMO	2,98	2.384,00
103	20	Quilo	PÓ PARA PUDIM SEM LEITE SABOR MORANGO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DILUÍDO EM ÁGUA EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO CONTENDO 12 PACOTES DE POLIETILENO LEITOSO, ATÓXICO COM 1KG CADA. RENDIMENTO: 1 KG = 18,5 PORÇÕES DE 200ML PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	LEO	8,98	179,60
109	510	Pacote	SAGÚ - FÉCULA DE MANDIOCA INGREDIENTES: SAGU: FÉCULA DE MANDIOCA (FORMATO PÉROLA), SEM ADIÇÃO DE GLÚTEN; MISTURA SABOR DE UVA: AÇÚCAR, ÁCIDO CÍTRICO (INS330), AROMA NATURAL DE UVA, CORANTE NATURAL DE CLOROFILA (INS 140I) E CORANTE NATURAL DE CARMIM (INS 120), SEM ADIÇÃO DE GLÚTEN. EMBALAGEM: POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE DE 500 GRAMAS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	PRATA	2,75	1.375,00
117	100	Pacote	TRIGO PARA QUIBE – 500G CARACTERÍSTICA TÉCNICA: TRIGO PARA KIBE. EMBALAGEM: 500G	CAROL	2,55	255,00
TOTAL R\$						50.260,60

Frutas e Verduras Indiana Ltda – EPP

Item	Quant	Un	Descrição Dos Alimentos	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	130	Quilo	ABACATE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DE 1ª QUALIDADE, GRAU MÉDIO DE MATURAÇÃO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	4,99	648,70
2	1.000	Quilo	ABOBRINHA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: A ABOBRINHA DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, LIVRES DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	2,99	2.990,00
7	200	Pacote	ALHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – BULBO INTEIRO, DE 1ª QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, DEVENDO ESTAR BEM DESENVOLVIDO, SADIO. NÃO DEVE CONTER SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADOS EM SACOS RESISTENTES (TIPO REDE) DE 150G.	INDIANA	2,99	598,00
8	800	Und	ALFACE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – DE 1ª QUALIDADE, FOLHAS FIRMES, NÃO PODERÁ ESTAR MURCHA, ÍNTEGRA, TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES.	IN NATURA	0,99	792,00
15	10.000	Quilo	BANANA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: 1ª QUALIDADE. GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, UNIDADES MÉDIAS APROXIMADAMENTE 120G EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	1,29	12.900,00

16	1.500	Quilo	BATATA INGLESIA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: BATATA DE 1ª QUALIDADE, CLASSE MÉDIA TIPO ESPECIAL, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	2,24	3.360,00
17	400	Quilo	BATATA SALSA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: BATATA SALSA DE 1ª QUALIDADE, CLASSE MÉDIA TIPO ESPECIAL, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, PRODUTO COM TAMANHO PEQUENO OU DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	5,49	2.196,00
21	1.000	Quilo	BETERRABA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. PRODUTO COM TAMANHO MUITO PEQUENO OU DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	1,99	1.990,00
34	1.000	Quilo	CENOURA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CENOURA DE 1ª QUALIDADE, CLASSE MÉDIA TIPO ESPECIAL DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, PRODUTO COM TAMANHO MUITO PEQUENO OU DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	1,99	1.990,00
35	600	Quilo	CEBOLA DE CABEÇA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CEBOLA DE 1ª QUALIDADE, CLASSE MÉDIA TIPO ESPECIAL, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	2,56	1.536,00
41	800	Quilo	CHUCHU CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE ESTAR LIVRES DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	1,79	1.432,00
69	1.600	Quilo	LARANJA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. A LARANJA DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE, PRODUTO COM TAMANHO PEQUENO OU DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	1,99	3.184,00
72	8.500	Quilo	MAÇÃ FUGI OU GALA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. A MAÇÃ DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE, PRODUTO COM DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	3,69	31.365,00

82	3.500	Quilo	MAMÃO FORMOSA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. O MAMÃO DEVE SER ENTREGUE PRONTO PARA A DEGUSTAÇÃO, NÃO ESTANDO VERDE E NEM MUITO MADURO, LIVRES DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	2,98	10.430,00
83	130	Quilo	MANGA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. A MANGA DEVE SER ENTREGUE PRONTO PARA A DEGUSTAÇÃO, NÃO ESTANDO VERDE E NEM MUITO MADURO, LIVRES DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	3,58	465,40
92	1.000	Dúzia	OVOS DE GALINHA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO, PRODUTOS APRESENTANDO DANOS E DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM CAIXAS APROPRIADAS COM CAPACIDADE 1 DÚZIA.	IN NATURA	3,47	3.470,00
100	50	Quilo	PÊRA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DE 1ª QUALIDADE, CASCA Sã, LISA, SEM PICADAS DE INSETO, SEM IMPERFEIÇÕES APRESENTANDO TAMANHO E COR UNIFORMES, SEM RUP- TURAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS, ISENTO DE PARTES PÚTRIDAS. DEVENDO ESTAR BEM DESENVOLVIDAS E MADURAS, DEVENDO APRESENTAR 80 A 90% DE MATURAÇÃO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	7,47	373,50
108	800	Quilo	REPOLHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: REPOLHO DE 1ª QUALIDADE, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. PRODUTOS DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: UNIDADES EM MÉDIA DE 1 KG	IN NATURA	1,40	1.120,00
115	500	Unidade	SUCO CONCENTRADO DE UVA INGREDIENTES: INTEGRAL ELABORADO SOMENTE C/ UVAS, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR E SEM CONSERVANTES. NÃO ALCÓOLICO E NÃO FERMENTADO. EMBALAGEM: GARRAFA DE 500ML.	BONA	5,93	2.965,00
116	700	Quilo	TOMATE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	3,18	2.226,00
TOTAL R\$						86.031,60

Lech & Cia Ltda

Item	Quant	Un	Descrição Dos Alimentos	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
4	450	Pa-cote	AÇÚCAR REFINADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO PROCESSADO DA CANA-DE-AÇÚCAR COM MOAGEM REFINADA. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, COLORAÇÃO, MISTURAS E PESO INSATISFATÓRIO; EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 5KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	ALTO ALEGRE	10,00	4.500,00
5	200	Pa-cote	AÇÚCAR REFINADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO PROCESSADO DA CANA-DE-AÇÚCAR COM MOAGEM REFINADA. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, COLORAÇÃO, MISTURAS E PESO INSATISFATÓRIO; EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	ALTO ALEGRE	2,10	420,00

10	200	Qui- lo	APRESUNTADO FATIADO EMBALAGEM: EMBALADOS EM ISOPOR CONTENDO ESPECIFICADOS O LOCAL DE ORIGEM DO PRODUTO, PESO, DATA DE EMBALAGEM E DATA DE VENCIMENTO.	FRIMESA	10,55	2.110,00
11	700	Pa- cote	ARROZ PARBOILIZADO TIPO I CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: GRUPO: PARBOILIZADO. CLASSE: LONGO FINO - TIPO I. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS DISFORMES PERCENTUAL DE IMPUREZAS ACIMA DE 5% (GRÃOS QUEIMADOS, PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS). EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5KG, EM EMBALAGENS DE POLIETILENO TRANSPARENTE; PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	SABOR SUL	9,00	6.300,00
18	40	Pa- cote	BATATA PALHA EMBALAGEM: ACONDICIONADA EM PACOTES DE 500G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	PINDUCA	10,30	412,00
19	4.500	Pa- cote	BEBIDA LÁCTEA COM POLPA DE FRUTAS SABOR MORANGO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: BEBIDA LÁCTEA COM POLPA DE FRUTAS. EMBALAGEM: SACOS DE POLIETILENO LEITOSO ATÓXICO CONTENDO 1 LITRO, ACONDICIONADOS EM CAIXAS DE PAPELÃO. PRAZO DE VALIDADE: MIN 30 DIAS. FABRICAÇÃO: MAX 7 DIAS.	PIA	3,25	14.625,00
20	2.000	Uni- da- de	BEBIDA LÁCTEA UHT SABOR CHOCOLATE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: ACHOCOLATADO LIQUIDO, RECONSTITUÍDA, AÇÚCAR, SORO DE LEITE, CACAU, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, EXTRATO DE MALTE, VITAMINAS (C, A E ACIDO FÓLICO), SAL, ESPASSANTES, GOMA GUAR, E CARRAGEM, ESTABILIZANTES, MONO E DIGLICERÍDIOS DO ÁCIDOS GRAXOS, CITRATO DE SÓDIO E LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTES. EMBALAGEM: 200ML	FRIMESA	1,45	2.900,00
27	40	Pa- cote	BISCOITO DOCE SEM LACTOSE EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE (COM DUPLA EMBALAGEM) COM PESO MÍNIMO DE 370G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS.	NINFA	2,89	350,00
29	250	Qui- lo	CANJIQUELHA DE MILHO AMARELO FINA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CANJIQUELHA DE MILHO AMARELO/XERÉM FINA. EMBALAGEM: ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1KG, LIVRE DE VIOLAÇÕES. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS	SINHÁ	1,40	350,00
31	100	Uni- da- de	CANELA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CANELA EM PÓ EMBALAGEM: EMBALAGEM 25G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	INCAS	1,69	169,00
32	2.000	Qui- lo	CARNE MOÍDA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PEÇA DE CARNE BOVINA SEM OSSO, CONGELADA E MOÍDA SEM SEBO, CARNE DE COR VERMELHA CEREJA, ELÁSTICA FIRME E COM ODOR AGRAVÁVEL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. ACONDICIONADA EM SACOS DE POLIPROPILENO REFORÇADO E REVESTIDO POR CAIXA DE PAPELÃO (TIPO KRAFT) OU CAIXA PLÁSTICA LIMPA, DE ATÉ 20KG. EMBALADOS EM PACOTES DE ATÉ 1KG DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NOS DEMAIS APÓS CONGELADOS, CONSTANDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 30 DIAS.	DISTRIBOÍ	13,20	26.400,00
33	150	Qui- lo	CARNE BOVINA (COXÃO MOLE) EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. ACONDICIONADA EM SACOS DE POLIPROPILENO REFORÇADO E REVESTIDO POR CAIXA DE PAPELÃO (TIPO KRAFT) OU CAIXA PLÁSTICA LIMPA, DE ATÉ 20KG. EMBALADOS EM PACOTES DE ATÉ 1KG DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NOS DEMAIS APÓS CONGELADOS, CONSTANDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 30 DIAS.	DISTRIBOÍ	21,30	3.195,00
46	25	Uni- da- de	GELEIA DIET EMBALAGEM: EMBALAGEM DE 200G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	DELA-KA-SA	8,90	222,50

49	100	Pa-cote	FARINHA LÁCTEA INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, LEITE EM PÓ INTEGRAL, VITAMINAS E MINERAIS, SAL E AROMATIZANTES. CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM EMBALAGENS DE NO MÍNIMO 230 G. PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 6 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS	NUTRI-MENTAL	4,50	450,00
62	1.300	Pa-cote	FLOCOS DE MILHO PRÉ COZIDO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FUBÁ DE MILHO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS OU IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 500G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS.	SINHA	1,10	1.430,00
63	3.000	Qui-lo	FRANGO CONGELADO – COXA E SOBRE-COXA: CARACTERÍSTICA TÉCNICAS: COXA E SOBRE-COXA DE FRANGO CONGELADO. A AVE DEVE ESTAR FIRME E SEM MANCHAS, PEÇA LISA E COLORAÇÃO CLARA, ADERENTE, SEM ODORES; DEVERÃO SER TRANSPORTADOS DE ACORDO COM AS NORMAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA; EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM BANDEJAS OU SACOS DE POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE DE 1 KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	LAR	7,40	22.200,00
64	20	Uni-da-de	GELATINA DIET EMBALAGEM: EMBALAGEM DE 12G	ROYAL	2,22	44,40
66	2.000	Uni-da-de	HAMBURGUER EMBALAGEM: ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS DE 56G.	PERDIGAO	0,80	1.600,00
67	80	Uni-da-de	IOGURTE A BASE DE SOJA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: ALIMENTO COM SOJA SABOR IOGURTE COM POLPA DE MORANGO, 100% VEGETAL, SEM LACTOSE E SEM COLESTEROL. EMBALAGEM: EMBALAGEM DE 170G. PRAZO DE VALIDADE: MIN 30 DIAS. FABRICAÇÃO: MAX 7 DIAS.	BATAVO	2,09	167,20
68	30	Uni-da-de	IOGURTE NATURAL DESNATADO EMBALAGEM: EMBALAGEM DE 170G. PRAZO DE VALIDADE: MIN 30 DIAS. FABRICAÇÃO: MAX 7 DIAS.	FRIMESA	1,70	51,00
75	400	Pa-cote	MACARRÃO CARACOL CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MACARRÃO COM OVOS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADE, BOLOR, MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 500GR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	NINFA	2,70	1.080,00
79	15	Uni-da-de	MAIONESE EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM EMBALAGENS BEM VEDADOS DE 3KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	DAJUDA	20,00	300,00
87	150	Pa-cote	MINI PIZZA EMBALAGEM: EMBALAGEM DE 300G CONTENDO 12 UND	ROMANHA	6,05	907,50
88	100	Qui-lo	MOELA DE FRANGO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DE 1.ª QUALIDADE, RESFRIADA. O MIÚDO DEVERÁ APRESENTAR-SE COM ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDOS E NEM PEGAJOSA, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, SEM MANCHAS ESVERDEADAS, LIVRES DE PARASITAS, SUJIDADES E QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERÁ-LA OU ENCOBRIR QUALQUER ALTERAÇÃO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. EMBALADOS EM PACOTES DE 1KG, CONSTANDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 30 DIAS.	LAR	7,84	784,00

89	100	Qui-lo	MORTADELA FATIADA SEM GORDURA EMBALAGEM: EMBALADOS EM ISOPOR CONTENDO ESPECIFICADOS O LOCAL DE ORIGEM DO PRODUTO, PESO, DATA DE EMBALAGEM E DATA DE VENCIMENTO.	FRICASA	5,80	580,00
90	900	Qui-lo	MÚSCULO SEM OSSO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PEÇA DE CARNE BOVINA CORTADA EM CUBOS, SEM SEBO, CARNE DE COR VERMELHA CEREJA, ELÁSTICA FIRME E COM ODOR AGRADÁVEL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. EMBALADOS EM PACOTES DE 1KG DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NOS DEMAIS APÓS CONGELADOS, CONSTANDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 30 DIAS.	DISTRIBO	13,70	12.330,00
94	500	Qui-lo	PÃO FRANCÊS EMBALAGEM: DEVE SER ENTREGUE EM PACOTES PLÁSTICOS TRANSPARENTES RESISTENTES LACRADOS PARA QUE NÃO HAJA CONTATO EXTERNO. PESO: 50 GRAMAS CADA UNIDADE	TRIGOS	8,97	4.485,00
95	500	Qui-lo	PÃO FRANCÊS INTEGRAL EMBALAGEM: DEVE SER ENTREGUE EM PACOTES PLÁSTICOS TRANSPARENTES RESISTENTES LACRADOS PARA QUE NÃO HAJA CONTATO EXTERNO. PESO: 50 GRAMAS CADA UNIDADE	TRIGOS	9,47	4.735,00
96	100	Qui-lo	PÃO TIPO HAMBÚRGUER EMBALAGEM: DEVE SER ENTREGUE EM PACOTES PLÁSTICOS TRANSPARENTES RESISTENTES LACRADOS PARA QUE NÃO HAJA CONTATO EXTERNO. PESO: 50 GRAMAS CADA UNIDADE	TRIGOS	9,47	947,00
97	250	Qui-lo	PÃO TIPO HOT DOG EMBALAGEM: DEVE SER ENTREGUE EM PACOTES PLÁSTICOS TRANSPARENTES RESISTENTES LACRADOS PARA QUE NÃO HAJA CONTATO EXTERNO. PESO: 50 GRAMAS CADA UNIDADE	TRIGOS	9,34	2.335,00
98	600	Qui-lo	PÃO DE FORMA INTEGRAL FATIADO: CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: NÃO DEVE APRESENTAR TAMANHO IRREGULAR E NÃO INTEGRIDADE DA MASSA- O PÃO NÃO DEVERÁ ESTAR AMASSADO, QUEIMADO OU COM MANCHAS ESCURAS NA PARTE INFERIOR DO PÃO. EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE RESISTENTE, CONTENDO 1 UNIDADE DE 500 GRAMAS COM APROXIMADAMENTE 20 FATIAS. O PACOTE DEVERÁ ESTAR ROTULADO COM PESO E DATA DE FABRICAÇÃO.	TRIGOS	10,00	6.000,00
99	400	Qui-lo	PEIXE – FILÉ DE PEIXE CONGELADO CARACTERÍSTICA: DEVE APRESENTAR-SE LIVRE DE PARASITAS, PELES, ESCAMAS, OSSOS, PARTES DA CABEÇA, VÍSCERAS E CARTILAGENS, ALÉM DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS E QUAISQUER OUTROS CONTAMINANTES CAPAZES OU NÃO MASCARAR OU ENCOBRIR POSSÍVEIS ALTERAÇÕES DO PESCADO. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR SEMPRE EM TEMPERATURA CONGELADA. EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO ATÓXICO DE APROXIMADAMENTE 2 KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	PEIXE VIVO	13,90	5.560,00
104	30	Caixa	PUDIM DIET EMBALAGEM: EMBALAGEM DE 30G	APTI	1,94	58,20
105	150	Qui-lo	QUEIJO - TIPO MUSSARELA FATIADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MUSSARELA LEITE DE VACA. EMBALAGEM: EMBALADOS EM ISOPOR CONTENDO ESPECIFICADOS O LOCAL DE ORIGEM DO PRODUTO, PESO, DATA DE EMBALAGEM E DATA DE VENCIMENTO.	TIROL	21,66	3.249,00
111	500	Qui-lo	SALSICHA TIPO HOT DOG CONGELADA INGREDIENTES: PRODUTO DE EMULSÃO DE CARNES EM FORMA DE GOMOS LONGOS, COZIDA E CONGELADA. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM PACOTES DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	FRICASA	6,16	3.080,00
TOTAL R\$						134.092,40

Nutriport Comercial Ltda

Item	Quant	Un	Descrição Dos Alimentos	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
36	100	Pacote	CEREAL À BASE DE ARROZ PRÉ-COZIDO PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COM BANANA E MAÇÃ INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ (59%), AÇÚCAR, AMIDO, FRUTAS DESIDRATADAS (13%) (BANANA E MAÇÃ), SAIS MINERAIS (FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO, CARBONATO DE CÁLCIO E PIROFOSFATO FÉRRICO), VITAMINAS (VITAMINA C, VITAMINA E, NIACINA, ÁCIDO PANTOTÊNICO, VITAMINAS B6, B2, B1, ÁCIDO FÓLICO E VITAMINA B12) E AROMATIZANTE. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 230G. PRAZO DE VALIDADE: MÍN.12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 30 DIAS.	MILNUTRI CEREAIS ARR	3,45	345,00
37	100	Pacote	CEREAL À BASE DE MILHO INGREDIENTES: FARINHA DE MILHO PRÉ-GELATINIZADA RICA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (85,4%), AÇÚCAR, SAL, SAIS MINERAIS (FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO, CARBONATO DE CÁLCIO E PIROFOSFATO FÉRRICO), VITAMINAS (VITAMINA C, VITAMINA E, NIACINA, ÁCIDO PANTOTÊNICO, VITAMINAS B6, B2, B1, ÁCIDO FÓLICO E VITAMINA B12) E AROMATIZANTE. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 230G . PRAZO DE VALIDADE: MÍN.12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 30 DIAS.	MILNUTRI CEREAIS MIL	3,45	345,00
38	100	Pacote	CEREAL À BASE DE TRIGO, ARROZ, AVEIA, CEVADA E MILHO PRÉ-COZIDO PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL INGREDIENTES: FARINHAS DE CEREAIS (62%) (TRIGO RICA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, ARROZ, AVEIA, CEVADA E MILHO RICA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO), AÇÚCAR, MALTODEXTRINA, SAIS MINERAIS (CARBONATO DE CÁLCIO, FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO E PIROFOSFATO FÉRRICO), SAL, VITAMINAS (VITAMINA C, VITAMINA E, NIACINA, ÁCIDO PANTOTÊNICO, VITAMINAS B6, B2, B1, ÁCIDO FÓLICO E VITAMINA B12) E AROMATIZANTE. EMBALAGEM: EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 230G. PRAZO DE VALIDADE: MÍN.12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 30 DIAS.	MILNUTRI CEREAIS MULTI CEREAIS	3,47	347,00
57	50	Lata	FORMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTANTES DE 0 A 6 MESES INGREDIENTES: MALTODEXTRINA, LEITE DE VACA DESNATADO (FONTE PROTÉICA), OLEÍNA DE PALMA, ÓLEO DE PALMISTE, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE MILHO, LECITINA DE SOJA, VITAMINAS (VITAMINA C, TAURINA, VITAMINA E, VITAMINA PP, PANTOTEONATO DE CÁLCIO, VITAMINA A, VITAMINA B6, VITAMINA B1, VITAMINA D3, VITAMINA B2, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K1, BIOTINA, VITAMINA B12), MINERAIS (SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODETO DE POTÁSSIO). NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM: LATA DE 400G	MILUPA 1	17,50	875,00
58	50	Lata	FORMULA INFANTIL EM PÓ PARA LACTANTES DE 6 A 12 MESES INGREDIENTES: LEITE DE VACA DESNATADO (FONTE PROTÉICA), MALTODEXTRINA, OLEÍNA DE PALMA, ÓLEO DE PALMISTE, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE MILHO, MINERAIS (SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODETO DE POTÁSSIO), LECITINA DE SOJA, VITAMINAS (VITAMINA C, VITAMINA PP, VITAMINA E, PANTOTEONATO DE CÁLCIO, VITAMINA A, , VITAMINA B6, VITAMINA B1, VITAMINA D3, VITAMINA B2, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA K1, BIOTINA, VITAMINA B12). NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM: LATA DE 400G	MILUPA 2	18,00	900,00
TOTAL R\$						2.812,00

Papellaria São Bento Ltda – EPP

Item	Quant	Un	Descrição Dos Alimentos	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
13	30	Pacote	ARROZ INTEGRAL TIPO I CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CLASSE: LONGO, FINO, TIPO I INTEGRAL. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR MOFO, SUBSTÂNCIAS NOCIVAS, PREPARAÇÃO FINAL DIETÉTICA INADEQUADA (EMPAPAMENTO). EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1KG, EM EMBALAGENS DE POLIETILENO TRANSPARENTE; PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	DALON	2,48	74,40

14	200	Caixa	AVEIA EM FLOCOS FINOS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – ISENTA DE MOFO, LIVRE DE PARASITAS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 200G, ATÓXICA, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADA. EMBALAGEM: CAIXAS RESISTENTES COM NO MÍNIMO DE 250G ATÓXICA, RESISTENTE E HERMETICAMENTE VEDADA. PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 6 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS	APTI	2,14	428,00
22	1.000	Pacote	BISCOITO LEITE EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE COM PESO DE 400G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	PRODASA	2,94	2.970,00
23	1.000	Pacote	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER COM GERGELIM EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE (COM DUPLA EMBALAGEM) COM PESO DE 400G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS.	PRODASA	2,91	2.910,00
25	900	Pacote	BISCOITO MAISENA EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE (COM DUPLA EMBALAGEM) COM PESO DE 400G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS.	PRODASA	2,49	2.241,00
26	1.000	Pacote	BISCOITO AMANTEIGADO EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE COM PESO DE 350G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS.	PRODASA	2,39	2390,00
28	300	Quilo	MISTURA PARA O PREPARO DE BOLO DE LARANJA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MISTURA EM PÓ, PRODUTO DILUÍDO EM ÁGUA. RENDIMENTO DO PRODUTO: 1KG = 20 PORÇÕES DE 60G. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO CONTENDO 12 PACOTES DE POLIETILENO LEITOSO ATÓXICO COM 1 KG CADA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	SAFRA	8,39	2.517,00
39	255	Pacote	CHÁ TOSTADO SABOR NATURAL EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EMBALAGEM DE 500G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	MATINE	4,69	1.078,70
43	300	Quilo	MISTURA PARA BOLO CUCA DE BANANA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MISTURA EM PÓ, PRODUTO DILUÍDO EM ÁGUA. RENDIMENTO DO PRODUTO: 1KG = 20 PORÇÕES DE 60G. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO CONTENDO 12 PACOTES DE POLIETILENO LEITOSO ATÓXICO COM 1 KG CADA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	BOA SAFRA	8,99	2.697,00
52	350	Quilo	FARINHA DE MILHO AMARELA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FARINHA DE MILHO EM FLOCOS AMARELA, GRANULAÇÃO MÉDIA, ISENTA DE IMPUREZAS, SEM SUJIDADES E BOLORES, COM CONCENTRAÇÃO DE FLOCOS INTEIROS EMBALAGEM: ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS PLASTIFICADAS DE 1KG PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS	PICOLI	2,15	752,50
54	300	Unidade	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FERMENTO QUÍMICO EM PÓ, PARA CONFECCÃO DE BOLOS. ISENTO DE MOFO E QUALQUER SUBSTÂNCIA NOCIVA. EMBALAGEM: POTE PLÁSTICO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM TAMPA DE ROSCA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, CONTENDO 250G DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	APTI	4,05	1.215,00
59	250	Quilo	FUBÁ AMARELO FINO EMBALAGEM: PACOTE PLÁSTICO TRANSPARENTE, CONTENDO 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍN 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX 60 DIAS.	SINHA	1,59	397,50

60	350	Pacote	FLOCOS DE MILHO AÇUCARADOS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FLOCOS DE MILHO COM AÇÚCAR. NÃO DEVERÁ CONTER SUJIDADES, EMBALAGEM VIOLADA E CORPO ESTRANHO AO PRODUTO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 02 KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS.	CIA CA-SEIROS	21,70	7.595,00
74	1.500	Pacote	MACARRÃO FURADINHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MACARRÃO COM OVOS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADE, BOLOR, MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 500G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	OGLIARI	2,74	4.110,00
85	20	Unidade	MILHO ERVILHA EM CONSERVA 2 KG EMBALAGEM: EMBALAGEM DE 2 KG. LATAS SEM FERRUGEM OU AMASSADAS PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	OLE	12,78	255,60
93	50	Pacote	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA. DEVE SER OBTIDA A PARTIR DE GRÃOS DE SOJA LIMPOS E SUBMETIDOS A PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, DEVE APRESENTAR COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICO, DEVE ESTAR LIVRE DE SUJIDADES, PARA SITAS E LARVAS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR ACONDICIONADA EM SACOS PLÁSTICOS BEM VEDADOS, COM PESO LÍQUIDO DE 500G.	BOA SAFRA	6,15	307,50
101	130	Quilo	PÓ PARA GELATINA SABOR MORANGO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO DILUÍDO EM ÁGUA. RENDIMENTO DO PRODUTO: MÍNIMO DE 5 LITROS. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO CONTENDO 12 PACOTES DE POLIETILENO LEITOSO, ATÓXICO COM 1KG CADA PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS.	BOA SAFRA	9,09	1.181,70
102	600	Quilo	PÓ PARA PUDIM COM LEITE SABOR MORANGO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DILUÍDO EM ÁGUA EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO CONTENDO 12 PACOTES DE POLIETILENO LEITOSO, ATÓXICO COM 1KG CADA. RENDIMENTO: 1 KG = 18,5 PORÇÕES DE 200ML PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	BOA SAFRA	9,94	5.964,00
106	150	Quilo	REFRESCO NATURAL EM PÓ SABOR LARANJA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: NÃO DEVERÁ CONTER SUJIDADES, EMBALAGEM VIOLADA E CORPO ESTRANHO AO PRODUTO. INGREDIENTES: AROMATIZANTES E CORANTES NATURAIS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 1KG. RENDIMENTO DO PRODUTO: 1KG = 54 PORÇÕES DE 200ML. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS.	BOA SAFRA	5,99	898,50
107	150	Quilo	REFRESCO NATURAL EM PÓ SABOR LIMÃO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: NÃO DEVERÁ CONTER SUJIDADES, EMBALAGEM VIOLADA E CORPO ESTRANHO AO PRODUTO. INGREDIENTES: AROMATIZANTES E CORANTES NATURAIS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 1KG. RENDIMENTO DO PRODUTO: 1KG = 54 PORÇÕES DE 200ML. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS.	BOA SAFRA	5,99	898,50
110	280	Quilo	SAL INGREDIENTES: SAL IODADO. EMBALAGEM: POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	CRUZEIRO	1,17	327,60
112	100	Lata	SARDINHA ENLATADA SARDINHAS AO PRÓPRIO SUCO C/ ÓLEO COMESTÍVEL, REPARADA COM PESCADO FRESCO, LIMPO, EVISCERADO, COZIDO, IMERSA EM ÓLEO COMESTÍVEL. INGREDIENTES: SARDINHAS, ÁGUA DE CONSTITUIÇÃO (AO PRÓPRIO SUCO), ÓLEO COMESTÍVEL E SAL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM LATAS DE 125G. PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 60 DIAS.	88	2,79	279,00

113	160	Quilo	MISTURA PARA O PREPARO DE SOPA DE MACARRÃO LEGUMES E CARNE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MISTURA EM PÓ PARA O PREPARO DE SOPA. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1KG, EM EMBALAGENS DE POLIETILENO TRANSPARENTE; RENDIMENTO: 1KG = 37 PORÇÕES DE 200ML PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	BOA SAFRA	10,35	1.656,00
114	160	Quilo	MISTURA PARA O PREPARO DE SOPA CANJA DE GALINHA COM LEGUMES E OVOS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MISTURA EM PÓ PARA O PREPARO DE SOPA. EMBALAGEM: EMBALAGEM FILME DE POLIÉSTER, VEDADO ETIQUETA APOSTA, 1KG. CARACTERÍSTICAS: ENRIQUECIDA COM FERRO PRAZO DE VALIDADE: MÍN.12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 60 DIAS.	BOA SAFRA	9,90	1.584,00
TOTAL R\$						44.728,50

Irineópolis, 04 de fevereiro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 57/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 57/2015
PREGÃO PRESENCIAL 31/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 57/2015, Pregão Presencial nº 31/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sra. Daniele Flavia Sorg- representante da empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Sra. Bruna Celia Rodrigues Bellanda - representante da empresa Nutriport Comercial Ltda; Sr. Joao Francisco Candaten - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP, e Sr. Joao Silvestre Jacobovski - representante da empresa Joao Silvestre Jacobovski. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Lech & Cia Ltda; Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Nutriport Comercial Ltda; Papelaria São Bento Ltda ME; e AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP, seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Joao Silvestre Jacobovski foi desclassificada por estar em desacordo com o item 5, subitem 5.1 alínea "b". Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 57/2015, Pregão Presencial nº 31/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sra. Daniele Flavia Sorg- representante da empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Sra. Bruna Celia Rodrigues Bellanda - representante da empresa Nutriport Comercial Ltda; Sr. Joao Francisco Candaten - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP, e Sr. Joao Silvestre Jacobovski - representante da empresa Joao Silvestre Jacobovski. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Lech & Cia Ltda; Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Nutriport Comercial Ltda; Papelaria São Bento Ltda ME e AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. O envelope da empresa Joao Silvestre Jacobovski permanece lacrado no presente processo. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP

Item	Quant	Un	Descrição Dos Alimentos	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
3	100	Quilo	ACHOCOLATADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – MISTURA EM PÓ PARA O PREPARO DE ACHOCOLATADO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS. O PRODUTO DEVE ESTAR COM SUAS CARACTERÍSTICAS DE COR, SABOR, CHEIRO, PRESERVADAS, DEVE SER FORMULADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SELECIONADAS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 1KG RENDIMENTO: 1KG = 42 PORÇÕES DE 200ML PRAZO DE VALIDADE: MÍN.12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 60 DIAS.	GOOLAK	5,70	570,00

9	212	Caixa	AMIDO DE MILHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO. DEVE SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTA DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITAS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS OU IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EMBALAGEM DE 500G PRAZO DE VALIDADE: MÍN 10 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX 60 DIAS.	DAJU	2,75	33,00
47	20	Unidade	EXTRATO DE TOMATE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONCENTRADO. O EXTRATO DE TOMATE DEVE SER PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, ESCOLHIDOS, SÃOS, SEM PELE E SEM SEMENTES. O PRODUTO DEVE ESTAR ISENTO DE FERMENTAÇÕES. SEM ADITIVOS E CONSERVANTES. EMBALAGEM: EMBALAGEM SACHE DE 1,020GR PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	QUERO	4,65	93,00
50	50	Pacote	FARINHA DE TRIGO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, TIPO I ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA E SER RESISTENTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 5KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS.	GARDENIA	8,48	424,00
53	05	Quilo	FEIJÃO PRETO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – PRETO TIPO I, NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SÃOS, SEM A PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS E/OU CARUNCHADOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS	BRINGUENTTI	3,24	16,20
55	05	Unidade	FERMENTO EM PÓ BIOLÓGICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FERMENTO BIOLÓGICO, SECO, INSTANTÂNEO, PARA PÃO. ISENTO DE MOFO E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALAGEM: HERMETICAMENTE FECHADA (VÁCUO), CONTENDO 125G EM ENVELOPES ALUMINIZADOS PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	TOK	3,50	17,50
70	30	Pacote	LEITE EM PÓ INTEGRAL DE FABRICAÇÃO NACIONAL INGREDIENTES: LEITE DE VACA INTEGRAL DESIDRATADO NÃO MODIFICADO, POR PROCESSOS TECNOLÓGICOS ADEQUADOS. O LEITE EM PÓ DEVERÁ APRESENTAR TEXTURA HOMOGÊNEA, COLORAÇÃO PRÓPRIA, PREPARADO COM MATÉRIAS - PRIMAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE PARASITOS E DE QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE. EMBALAGEM: PACOTES RESISTENTES DE 400G. PRAZO DE VALIDADE: MÍN 10 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX 45 DIAS.	AURORA	7,05	211,50
81	60	Pote	MARGARINA SEM SAL CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: COM REDUÇÃO DE 50% TEOR DE LIPÍDEOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, CONTENDO 500 GRS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	DELICIA	3,38	202,80
84	50	Unidade	MILHO VERDE EM CONSERVA INGREDIENTES: MILHO, ÁGUA, E SAL, SEM CONSERVANTES. EMBALAGEM: SACHÊ DE 200G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	PREDILECTA	1,29	64,50
86	100	Pacote	MILHO PARA PIPOCA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CLASSE AMARELO TIPO I, GRÃOS INTEIROS, SEM CARUNCHO OU MOFO. EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM PACOTES DE 500G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	DAJU	1,65	165,00
91	70	Unidade	ÓLEO DE SOJA INGREDIENTES: ÓLEO DE SOJA 100% NATURAL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM EMBALAGENS TRANSPARENTES ATÓXICAS TIPO PET NÃO APRESENTANDO AMASSAMENTO OU VAZAMENTO, APRESENTANDO CONTEÚDO DE 900 ML. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	COAMO	2,98	208,60

109	10	Pacote	SAGÚ - FÉCULA DE MANDIOCA INGREDIENTES: SAGU: FÉCULA DE MANDIOCA (FORMATO PÉROLA), SEM ADIÇÃO DE GLÚTEN; MISTURA SABOR DE UVA: AÇÚCAR, ÁCIDO CÍTRICO (INS330), AROMA NATURAL DE UVA, CORANTE NATURAL DE CLOROFILA (INS 140I) E CORANTE NATURAL DE CARMIM (INS 120), SEM ADIÇÃO DE GLÚTEN. EMBALAGEM: POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE DE 500 GRAMAS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	PRATA	2,75	27,50
119	200	UN	MISTURA PARA O PREPARO DE BOLO – DIVERSOS SABORES – EMBALAGEM DE 450G	APTI	2,85	570,00
120	250	PCT	BISCOITO SALGADO – EMBALAGEM DE 360G	PRODA-SA	2,88	720,00
121	250	PCT	BISCOITO DOCE – EMBALAGEM DE 700G	NINFA	6,00	1.500,00
125	1000	CX	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL – EMBALAGEM TETRAPAK – CAIXA COM 01 LITRO	PIRA-CANJUBA	2,08	2.080,00
127	25	POTE	MAIONESE – EMBALAGEM DE 500G	SOYA	2,65	66,25
131	50	UN	PÓ PARA PUDIM – DIVERSOS SABORES – EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 50G	APTI	0,88	44,00
133	30	UN	CREME DE LEITE – EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	PIRA-CANJUBA	1,48	44,40
134	50	UN	LEITE CONDENSADO – EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 350G	PIRA-CANJUBA	2,50	125,00
136	50	POTE	DOCE DE FRUTAS – EMBALAGEM PLÁSTICA – POTE COM 900G	DIFRUT-TI	3,77	188,50
137	50	UN	DOCE DE LEITE – EMBALAGEM COM 400G	DOCITO	3,08	154,00
141	50	PCT	PRATO DESCARTÁVEL – GRANDE 25,8CM – PACOTE COM 10 UNIDADES	COPO-SUL	3,75	187,50
147	100	PCT	GUARDANAPO PEQUENO – EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	POMME	0,95	95,00
149	10	UN	VINAGRE – EMBALAGEM COM 900ML	CHEMIM	1,20	12,00
151	10	PCT	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE – PACOTE COM 500G – EMBALAGEM PLÁSTICA	MAJU	2,50	25,00
152	10	PCT	MACARRÃO TIPO PARAFUSO – EMBALAGEM COM 500G	MAJU	1,98	19,80
			TOTAL R\$			7.865,05

Frutas e Verduras Indiana Ltda – EPP

Item	Quant	Un	Descrição Dos Alimentos	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
7	05	Pacote	ALHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – BULBO INTEIRO, DE 1ª QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, DEVENDO ESTAR BEM DESENVOLVIDO, SADIO. NÃO DEVE CONTER SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADOS EM SACOS RESISTENTES (TIPO REDE) DE 150G.	INDIANA	2,99	14,95
8	50	Und	ALFACE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – DE 1ª QUALIDADE, FOLHAS FIRMES, NÃO PODERÁ ESTAR MURCHA, ÍNTEGRA, TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES.	IN NATURA	0,99	49,50
15	600	Quilo	BANANA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: 1ª QUALIDADE. GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, UNIDADES MÉDIAS APROXIMADAMENTE 120G EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	1,29	774,00
16	50	Quilo	BATATA INGLESA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: BATATA DE 1ª QUALIDADE, CLASSE MÉDIA TIPO ESPECIAL, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	2,24	112,00

34	50	Quilo	CENOURA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CENOURA DE 1ª QUALIDADE, CLASSE MÉDIA TIPO ESPECIAL DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, PRODUTO COM TAMANHO MUITO PEQUENO OU DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	1,99	99,50
35	50	Quilo	CEBOLA DE CABEÇA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CEBOLA DE 1ª QUALIDADE, CLASSE MÉDIA TIPO ESPECIAL, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	2,56	128,00
69	600	Quilo	LARANJA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. A LARANJA DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE, PRODUTO COM TAMANHO PEQUENO OU DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	1,99	1.194,00
72	600	Quilo	MAÇÃ FUGI OU GALA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. A MAÇÃ DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE, PRODUTO COM DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	3,69	2.214,00
82	100	Quilo	MAMÃO FORMOSA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. O MAMÃO DEVE SER ENTREGUE PRONTO PARA A DEGUSTAÇÃO, NÃO ESTANDO VERDE E NEM MUITO MADURO, LIVRES DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	2,98	298,00
92	60	Dúzia	OVOS DE GALINHA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO, PRODUTOS APRESENTANDO DANOS E DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM CAIXAS APROPRIADAS COM CAPACIDADE 1 DÚZIA.	DROSK-ZAKA	3,47	208,20
108	50	Quilo	REPOLHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: REPOLHO DE 1ª QUALIDADE, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. PRODUTOS DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: UNIDADES EM MÉDIA DE 1 KG	IN NATURA	1,40	70,00
116	100	Quilo	TOMATE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	3,18	318,00
128	30	KG	MELÃO	IN NATURA	6,00	180,00
TOTAL R\$						5.660,15

Lech & Cia Ltda

Item	Quant	Un	Descrição Dos Alimentos	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
4	10	Pacote	AÇÚCAR REFINADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO PROCESSADO DA CANA-DE-AÇÚCAR COM MOAGEM REFINADA. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, COLORAÇÃO, MISTURAS E PESO INSATISFATÓRIO; EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 5KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	ALTO ALEGRE	10,00	100,00
11	05	Pacote	ARROZ PARBOILIZADO TIPO I CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: GRUPO: PARBOILIZADO. CLASSE: LONGO FINO - TIPO I. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS DISFORMES PERCENTUAL DE IMPUREZAS ACIMA DE 5% (GRÃOS QUEIMADOS, PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS). EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5KG, EM EMBALAGENS DE POLIETILENO TRANSPARENTE; PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	SABOR SUL	9,00	45,00
29	20	Quilo	CANJIQUEINHA DE MILHO AMARELO FINA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CANJIQUEINHA DE MILHO AMARELA/XERÉM FINA. EMBALAGEM: ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1KG, LIVRE DE VIOLAÇÕES. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS	SINHÁ	1,40	28,00
31	05	Unidade	CANELA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CANELA EM PÓ EMBALAGEM: EMBALAGEM 25G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	INCAS	1,69	8,45
32	100	Quilo	CARNE MOÍDA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PEÇA DE CARNE BOVINA SEM OSSO, CONGELADA E MOÍDA SEM SEBO, CARNE DE COR VERMELHA CEREJA, ELÁSTICA FIRME E COM ODOR AGRAVÁVEL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. ACONDICIONADA EM SACOS DE POLIPROPILENO REFORÇADO E REVESTIDO POR CAIXA DE PAPELÃO (TIPO KRAFT) OU CAIXA PLÁSTICA LIMPA, DE ATÉ 20KG. EMBALADOS EM PACOTES DE ATÉ 1KG DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NOS DEMAIS APÓS CONGELADOS, CONSTANDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 30 DIAS.	DISTRIBOI	13,20	1.320,00
33	50	Quilo	CARNE BOVINA (COXÃO MOLE) EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. ACONDICIONADA EM SACOS DE POLIPROPILENO REFORÇADO E REVESTIDO POR CAIXA DE PAPELÃO (TIPO KRAFT) OU CAIXA PLÁSTICA LIMPA, DE ATÉ 20KG. EMBALADOS EM PACOTES DE ATÉ 1KG DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NOS DEMAIS APÓS CONGELADOS, CONSTANDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 30 DIAS.	DISTRIBOI	21,30	1.065,00
62	05	Pacote	FLOCOS DE MILHO PRÉ COZIDO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FUBÁ DE MILHO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS OU IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 500G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS.	SINHA	1,10	5,50
63	50	Quilo	FRANGO CONGELADO – COXA E SOBRE-COXA: CARACTERÍSTICA TÉCNICAS: COXA E SOBRE-COXA DE FRANGO CONGELADO. A AVE DEVE ESTAR FIRME E SEM MANCHAS, PEÇA LISA E COLORAÇÃO CLARA, ADERENTE, SEM ODORES; DEVERÃO SER TRANSPORTADOS DE ACORDO COM AS NORMAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA; EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM BANDEJAS OU SACOS DE POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE DE 1 KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	LAR	7,40	370,00

90	25	Quilo	MÚSCULO SEM OSSO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PEÇA DE CARNE BOVINA CORTADA EM CUBOS, SEM SEBO, CARNE DE COR VERMELHA CEREJA, ELÁSTICA FIRME E COM ODOR AGRADÁVEL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. EMBALADOS EM PACOTES DE 1KG DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NOS DEMAIS APÓS CONGELADOS, CONSTANDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 30 DIAS.	DISTRIBOÍ	13,70	242,50
111	300	Quilo	SALSICHA TIPO HOT DOG CONGELADA INGREDIENTES: PRODUTO DE EMULSÃO DE CARNES EM FORMA DE GOMOS LONGOS, COZIDA E CONGELADA. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM PACOTES DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	FRICASA	6,16	1.848,00
118	800	UN	SUCO EM PÓ – EMBALAGEM DE 20G	TRINK	0,70	560,00
122	100	PCT	BOLACHA RECHEADA – EMBALAGEM DE 140G	YUPI	1,50	150,00
123	20	PCT	GRANULADO – EMBALAGEM DE 150G	INCAS	1,90	38,00
124	10	UN	FERMENTO EM PÓ BIOLÓGICO – EMBALAGEM DE 500G	PAKMAIA	6,19	61,90
126	50	CX	PÓ PARA GELATINA – EMBALAGEM DE 30G – DIVERSOS SABORES	NEILAR	0,70	35,00
129	50	LATA	ERVILHA EM CONSERVA	QUERO	1,39	69,50
130	5	UN	CRAVO – EMBALAGEM DE 39G	INCAS	2,10	10,50
132	5	UN	BANHA – EMBALAGEM DE 1KG	FRIMESA	4,32	21,60
135	10	VID	LEITE DE COCO	SOCOCO	2,70	27,00
138	50	PCT	COLHER DESCARTÁVEL – PEQUENA – PACOTE COM 50 UNIDADES	STRAWPLAST	3,40	170,00
139	50	PCT	GARFO PLÁSTICO DESCARTÁVEL – PEQUENO – EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	STRAWPLAST	2,49	124,50
142	4	UN	PENEIRA PARA CHÁ	XX	1,40	5,60
144	100	GL	ÁGUA MINERAL – 20 LITROS	AQUA10	7,45	745,00
150	5	PCT	FARINHA DE MILHO BRANCA TIPO BIJU – EMBALAGEM PLÁSTICA – PACOTE COM 01KG	DA SERRA	2,79	13,95
153	600	UN	BEBIDA LÁCTEA COM POLPA DE FRUTAS – DIVERSOS SABORES – 01 LITRO	PIA	3,90	2.340,00
154	100	PCT	PALITO PARA CHURRASCO - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PARANA	2,99	299,00
155	100	PCT	PALITO PARA PICOLE – EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	INCAS	2,47	247,00
TOTAL R\$						10.051,00

Papeleria São Bento Ltda – EPP

Item	Quant	Un	Descrição Dos Alimentos	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
39	25	Pacote	CHÁ TOSTADO SABOR NATURAL EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EMBALAGEM DE 500G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	MATINE	4,69	117,25
110	290	Quilo	SAL INGREDIENTES: SAL IODADO. EMBALAGEM: POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	CRUZEIRO	1,17	11,70
112	200	Lata	SARDINHA ENLATADA SARDINHAS AO PRÓPRIO SUCO C/ ÓLEO COMESTÍVEL, REPARADA COM PESCADO FRESCO, LIMPO, EVISCERADO, COZIDO, IMERSA EM ÓLEO COMESTÍVEL. INGREDIENTES: SARDINHAS, ÁGUA DE CONSTITUIÇÃO (AO PRÓPRIO SUCO), ÓLEO COMESTÍVEL E SAL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM LATAS DE 125G. PRAZO DE VALIDADE: MÍN.12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 60 DIAS.	88	2,79	279,00
140	50	PCT	PRATO DESCARTÁVEL – PEQUENO 21CM – PACOTE COM 10 UNIDADES	EM-BRAST	1,39	69,50
143	300	PCT	COPO DESCARTÁVEL 180ML, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	IBRAS-COPO	3,25	975,00
145	100	UN	PAPEL TOALHA 20X22CM - EMBALAGEMCOM 02 UNIDADES	CLARYS	2,62	262,00
146	200	PCT	GUARDANAPO GRANDE – EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	BOB	3,29	658,00
TOTAL R\$						2.372,45

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal



ATA RP PROC 62/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2015
CONCORRENCIA Nº 02/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública de abertura dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação, relativo ao Processo Licitatório nº 62/2015, Concorrência nº 02/2015, os membros da Comissão os membros da Comissão Permanente de Licitação designados através da Portaria nº 02/2016, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Presidente, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - membros; Sr. Adelmir Holdefer - Representante da empresa Knapp & Cia Ltda. O Extrato do presente certame foi publicado, conforme o artigo 21, incisos II e III, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, no Diário Oficial da União na edição do dia 17/12/2015, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina na Edição do dia 17/12/2015; Jornal Diário do Planalto, Jornal de Circulação Regional, na Edição do dia 17/12/2015; no Mural Público - Imprensa Oficial do Município (Lei nº 1.018/01) a partir do dia 17/12/2015, DOM/SC - Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - www.diariomunicipal.sc.gov.br, na Edição Nº 1295 no dia 17/12/2015; e no site oficial do Município - www.irineopolis.sc.gov.br no dia 17/12/2015; para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certame. A Comissão Permanente de Licitações, através de seus membros presentes, realizou a análise dos documentos da empresa que se apresentou para o certame: Knapp & Cia Ltda., e verificou que a mesma apresentou todos os documentos em conformidade com o Item 05 (cinco) do Edital, sendo assim considerada HABILITADA. A empresa proponente apresentou Termo de Renúncia na forma e sob as penas impostas pela Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93, declarando que não pretendem recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do Procedimento Licitatório, passando-se a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços das empresas habilitadas.

Presentes à Sessão Pública de abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, relativo ao Processo Licitatório nº 62/2015, Concorrência nº 02/2015, os membros da Comissão os membros da Comissão Permanente de Licitação designados através da Portaria nº 02/2016, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Presidente, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - membros; Sr. Adelmir Holdefer - Representante da empresa Knapp & Cia Ltda. O Extrato do presente certame foi publicado, conforme o artigo 21, incisos II e III, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, no Diário Oficial da União na edição do dia 17/12/2015, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina na Edição do dia 17/12/2015; Jornal Diário do Planalto, Jornal de Circulação Regional, na Edição do dia 17/12/2015; no Mural Público - Imprensa Oficial do Município (Lei nº 1.018/01) a partir do dia 17/12/2015, DOM/SC - Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - www.diariomunicipal.sc.gov.br, na Edição Nº 1295 no dia 17/12/2015; e no site oficial do Município - www.irineopolis.sc.gov.br no dia 17/12/2015; para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certame. A empresa Knapp & Cia Ltda. apresentou a proposta com o valor de R\$ 12,99 m³; R\$ 399,00/hora; sendo assim considerada VENCEDORA do presente certame. A Comissão de Licitação, através de seus membros presentes, considerou o preço compatível com os praticados no mercado e abaixo dos valores máximos estipulado no edital, apresentando-se vantajosos para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para o Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal. Knapp & Cia Ltda

Item	Descrição	Valor R\$	Total R\$
01	Perfuração de detonação de 15.000 m³ de rocha	12,99	194.850,00
02	Desmonte de rocha através de rompedor 500 (quinhentas) horas	399,00	199.500,00
TOTAL R\$			394.350,00

Irineópolis, 19 maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 64/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2015
PREGÃO PRESENCIAL 36/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 36/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Julio Cezar Ribeiro dos Santos - representante da empresa Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Sr. João Marco Kriek de Souza - representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME. A empresa Bellenzier Pneus Ltda enviou seus envelopes Através do Expresso São Miguel cod. 87671. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. As empresas Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME foram desclassificadas do item 42 por não atender ao edital. A empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME foi desclassificada do item 18 e 20 por não atender ao edital. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo

Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 36/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Julio Cezar Ribeiro dos Santos - representante da empresa Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Sr. João Marco Kriek de Souza - representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME.A empresa Bellenzier Pneus Ltda enviou seus envelopes Através do Expresso São Miguel cod. 87671.Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda; Bellenzier Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Modelo Pneus Ltda

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
31	02	Un	Câmara de ar 14x17.5	TORTUGA	110,00	220,00
32	10	Un	Câmara de ar 275/80 – 22.5	QBOM	94,00	940,00
TOTAL R\$						1.160,00

Fabi Recapagens de Pneus Ltda

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	24	Un	Pneu Radial 205/70 R 15	PIRELLI CHRONO	368,00	8.832,00
03	48	Un	Pneu radial 275/80 R 22.5	PIRELLI FR85 LISO	1.190,00	57.120,00
04	18	Un	Pneu radial 185/80 R14	PIRELLI CHRONO	270,00	4.860,00
06	36	Un	Pneu radial 275/80 R 22.5 borrachudo	PIRELLI TG01	1.295,00	46.620,00
07	48	Un	Pneu Convencional 1.000x20 Borrachudo - RADIAL	PIRELLI RT59 CONV	989,00	47.472,00
08	22	Un	Pneu Convencional 1.000x20 misto	PIRELLI CT65 CONV	848,00	18.656,00
09	24	Un	Pneu Convencional 900x20 Borrachudo - 14 Lonas	PIRELLI RT59	775,00	18.600,00
10	14	Un	Pneu Convencional 900x20 Liso - 14 Lonas	PIRELLI CT65	688,00	9.632,00
12	12	Un	Pneu Convencional 1.400x24 – 16 Lonas	PIRELLI PN14	1.930,00	23.160,00
14	04	Un	Pneu Convencional 10.5/80x18 – 10 Lonas	PIRELLI RA45	500,00	2.000,00
18	04	Un	Pneu Convencional 12x16.5 – 10 Lonas	PIRELLI PN16	728,00	2.912,00
21	12	Un	Pneu Convencional 7.50x16 borrachudo – 12 lonas	PIRELLI AS22	498,00	5.976,00
26	02	Un	Câmara de ar 900x16	PIRELLI L590	59,00	118,00
27	10	Un	Câmara de ar 7.50x16 – bico longo	PIRELLI Z415	49,00	490,00
30	04	Un	Câmara de ar 10.5/80 x 18	PIRELLI L615	79,50	318,00
33	16	Un	Protetor 1.400x24	IRBO	49,50	792,00
36	10	Un	Protetor 275/80 – 22.5	IRBO	30,00	300,00
TOTAL R\$						247.858,00

Bellenzier Pneus Ltda

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
11	08	Un	Pneu Convencional 7.50x16 Agrícola – 8 Lonas	GOODYEAR	348,00	2.784,00
15	04	Un	Pneu Convencional 12.4x24 – 8 Lonas	GOODYEAR	1.064,00	4.256,00
16	04	Un	Pneu Convencional 900x16 – 10 Lonas	GOODYEAR	478,00	1.912,00
17	04	Un	Pneu Convencional 14x17.5 – 10 Lonas	GOODYEAR	1.117,00	4.468,00
TOTAL R\$						13.420,00

R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	60	Un	Pneu Radial 175/70-13	FIRESTONE MULTIHAWK	166,00	9.960,00
05	18	Un	Pneu radial 175/70 R14	BRIDGESTONE SEIBERLI	210,00	3.780,00
22	30	Un	Pneu radial 215/75 R17.5 – 12 lonas	FIRESTONE FS557	682,00	20.460,00
23	16	Un	Câmara de ar 1.400x24	LEFORT	165,00	2.640,00
24	48	Un	Câmara de ar 1.000x20	LEFORT	81,00	3.888,00
25	24	Un	Câmara de ar 900x20	LEFORT	68,50	1.644,00
28	08	Un	Câmara de ar 17.5x25	LEFORT	229,50	1.836,00
34	48	Un	Protetor 1.000x20	SBN	26,50	1.272,00
35	24	Un	Protetor 900x20	SBN	26,50	636,00
TOTAL R\$						46.116,00

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

ATA RP PROC 64/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2015
PREGÃO PRESENCIAL 36/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 36/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Julio Cezar Ribeiro dos Santos - representante da empresa Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Sr. João Marco Kriek de Souza - representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME.A empresa Bellenzier Pneus Ltda enviou seus envelopes Através do Expresso São Miguel cod. 87671.Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.As empresas Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME foram desclassificadas do item 42 por não atender ao edital.A empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME foi desclassificada do item 18 e 20 por não atender ao edital.Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 36/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Julio Cezar Ribeiro dos Santos - representante da empresa Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Sr. João Marco Kriek de Souza - representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME.A empresa Bellenzier Pneus Ltda enviou seus envelopes Através do Expresso São Miguel cod. 87671.Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda; Bellenzier Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	16	Un	Pneu Radial 175/70-13	FIRESTONE MULTIHAWK	166,00	2.656,00

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 64/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO 64/2015
PREGÃO PRESENCIAL 36/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 36/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Julio Cezar Ribeiro dos Santos - representante da empresa Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Sr. João Marco Kriek de Souza - representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME.A empresa Bellenzier Pneus Ltda enviou seus envelopes Através do Expresso São Miguel cod. 87671.Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.As empresas Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME foram desclassificadas do item 42 por não atender ao edital.A empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME foi desclassificada do item 18 e 20 por não atender ao edital.Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 36/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra.

Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Julio Cezar Ribeiro dos Santos - representante da empresa Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Sr. João Marco Kriek de Souza - representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME.A empresa Bellenzier Pneus Ltda enviou seus envelopes Através do Expresso São Miguel cod. 87671.Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda; Bellenzier Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Bellenzier Pneus Ltda

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
20	08	Un	Pneu Radial 225/65-16	GOODYEAR	583,00	4.664,00

Fabi Recapagens de Pneus Ltda

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	08	Un	Pneu Radial 205/70 R 15	PIRELLI CHRONO	368,00	2.944,00

R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	12	Un	Pneu Radial 175/70-13	FIRESTONE MULTIHAWK	166,00	1.992,00
05	08	Un	Pneu radial 175/70 R14	BRIDGESTONE SEIBERLI	210,00	1.680,00
19	24	Un	Pneu Radial 205/75-16	BRIDGESTONE DURAVIS	444,00	10.656,00
TOTAL R\$						14.328,00

Irineópolis, 19 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal de Irineópolis

DECRETO Nº 3000/2016

Decreto nº 3.000/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Fica suplementada a dotação a seguir especificada no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
1.007 – Construções de Pontes, Galerias e Obras de Drenagem		
4.4.90.00.00.00.00.0100 (101)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 3º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam anuladas as dotações a seguir especificadas:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.016 – Manutenção de Ações de Serviços Urbanos		
4.4.90.00.00.00.00.0100 (97)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 4º - Fica suplementada a dotação a seguir especificada no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.018 – Manutenção do Transporte Rodoviário		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (106)	Aplicações Diretas	R\$ 32.000,00

Art. 5º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam anuladas as dotações a seguir especificadas:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.016 – Manutenção de Ações de Serviços Urbanos		
4.4.90.00.00.00.00.0100 (97)	Aplicações Diretas	R\$ 32.000,00

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 19 de maio de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2016 - PM

CONTRATO Nº 35/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 28/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º 24/2014

2º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de serviços Nº 44/2014, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Benefix Sistemas e Gestão de Negócios Ltda.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Benefix Sistemas e Gestão de Negócios Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua Da Conceição nº 95, salas 1203 e 1204, centro, na cidade de Niteroi, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.039.615/0001-08, neste ato representada pelo senhor Leandro Villamarim Maia, portador do CPF nº 089.314.646-30 e RG nº MG 12.329.566, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 28/2014, modalidade Pregão Presencial nº. 24/2014, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Décima Oitava do Contrato nº. 44/2014, deferido em 13 de maio de 2016, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 14/05/2017.

CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 15 de Maio de 2016.

Município de Irineópolis	Benefix Sistemas e Gestão de Negócios Ltda.
Juliano Pozzi Pereira	Leandro Villamarim Maia
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Ivete Cardoso Fronczak	Nome: Rodrigo Antonio Jurck
CPF: 383.533.939-72	CPF: 089.370.669-80

LEI Nº 1.901/2016

LEI N.º 1.901/2016, DE 18 DE MAIO DE 2016.

“AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE POÇO PRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara aprovou e Eu sanciono o seguinte:

LEI

Art. 1.º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção à Associação de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de Poço Preto, inscrita no CNPJ 79.366.324/0001-06, com sede à Rua Florianópolis, S/N, na localidade de Poço Preto, no Município de Irineópolis – SC, para realização de ações de manutenção e conservação das ruas e estradas da sede urbana do Distrito de Poço Preto.

Art. 2.º - O convênio tem por objetivo repassar à referida Associação recursos financeiros, em parcelas mensais e consecutivas, no valor de

até R\$ 2.329,00 (dois mil trezentos e vinte e nove reais).

Parágrafo Único: Juntamente com a primeira parcela será disponibilizada uma quantia de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a aquisição dos equipamentos e materiais necessários a realização dos serviços.

Art. 3.º - Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas das parcelas recebidas, que deverá vir acompanhada de Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas, sob pena da não liberação da parcela seguinte.

Art. 4.º - As Dotações Orçamentárias a serem utilizadas para contabilização das respectivas despesas será da Secretaria Municipal da Infraestrutura.

Art. 5.º - Observada a legislação vigente da época, o Convênio a ser firmado, será reajustado a cada 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor), entre o mês da data base e o mês do reajuste, calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, tendo-se como data base o mês da assinatura do Convênio.

§ 1º No caso de extinção do IGP-M adotar-se-á índice que reflita a perda financeira do período considerado, nos termos dos arts. 40, XIV, "c" e 55, III, da Lei Federal 8.666/93, e suas posteriores alterações.

§ 2º Os valores do Convênio de que trata esta Lei, poderão ser alterados mediante assinatura de Termo Aditivo.

Art. 6º - O prazo de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único. O convênio a ser firmado pode ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

Art. 7.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis/SC, 18 de Maio de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.902/2016

Lei Nº 1.902/2016.

"DISPÕE SOBRE O COMERCIO DE ARTIGOS DE CONVENIÊNCIA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA EM FARMACIAS E DROGARIAS."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara municipal de Irineópolis aprovou Projeto de Lei de iniciativa do Legislativo e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica autorizado às farmácias e drogarias instaladas no âmbito deste Município, a realizarem a comercialização de artigos de conveniências com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento, bem como fica permitida a prestação de serviços de utilidade pública.

Art. 2º - Consideram-se artigos de conveniência, para fins desta Lei os seguintes produtos:

I. leite em pó, farináceos e afins;

II. cartões telefônicos, recargas e chips para celular, cartões de estacionamentos e afins;

III. meias, roupas elásticas e assemelhados com destinações terapêuticas preventivas, curativas ou para gestantes e bebês;

IV. pilhas, carregadores, cartão de memória, câmeras digitais, filmadora, colas e afins;

V. mel, doces, margarinas, manteigas e derivados e salgadinhos em geral, desde que industrializados e devidamente registrados;

VI. bebidas não alcoólicas como: refrigerantes, sucos industrializados, água mineral, iogurtes, energéticos, chás, lácteos e refrigerantes, em suas embalagens originais e afins;

VII. sorvetes, doces e picolés, nas suas embalagens originais;

VIII. produtos dietéticos e light;

IX. repelentes, inseticidas de uso doméstico e afins;

X. cereais como barras, farinha láctea, flocos e fibras em qualquer apresentação e afins;

XI. biscoitos, bolachas, chocolates, pães e afins, todos em embalagens originais;

XII. produtos e acessórios ortopédicos;

XIII. artigos para higienização de ambiente;

XIV. suplementos alimentares destinados a desportistas e atletas, bem como tornozeleiras, joelheiras, cotoveleiras e demais produtos para uso ortopédico e assemelhados;

XV. eletrônicos, desde que:

a) Sejam condicionados a cosméticos, tais como: secadores, prancha, escovas elétricas e assemelhados, ou

b) Sejam de uso auxiliar á tratamento terapêutico, tais como desumidificadores, umidificadores, medidores de pressão, nebulizadores, aquecedoras, esterilizadores, respiradores e afins:

XVI. brinquedos educativos;

XVII. perfumaria e produtos de higiene pessoal e domestica em geral;

XVIII. alimentos congelados diversos nas suas embalagens originais;

XIX. produtos utilizados para fins de diagnósticos, bem como os odontológicos;

XX. alimentos diversos, enlatados, temperos e condimentos, desde que em embalagens com até um quilograma ou um litro, dependendo do tipo.

Art. 3º - Considera-se prestação de serviço de utilidade pública o recebimento de contas de água, luz, telefone, boletos bancários, bem como venda de recargas de telefonia e bilhetes de transporte públicos e afins.

Art. 4º - As farmácias e drogarias ficam obrigadas a dispor, adequadamente, os artigos de conveniência em suas embalagens originais e devidamente lacrados, em prateleiras, estantes ou balcões separados dos utilizados para o comercio e armazenagem de medicamentos.

Art. 5º - O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator, no que couber, ás penalidades previstas nas Legislações, Federal Estadual e Municipal que regulamentam a matéria.

Art. 6º - Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de Maio de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 117/2016

PORTARIA Nº. 117/2016.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	ALCIR JOSÉ CHAVES	01/06 a 30/06/2016
2.	BRUNO GUARACY PINTO	01/06 a 30/06/2016
3.	ELIANE CHAVES	05/06 a 04/07/2016
4.	JEAN PEDRO MARQUES	01/06 a 15/06/2016
5.	ROSANI APARECIDA NOGATH	10/06 a 09/07/2016
6.	WILIAN LEZAN	01/06 a 30/06/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 19 de Maio de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itapema

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/06/2016 AUDIÊNCIA PÚBLICA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

A Prefeitura do Município de Itapema e o Colégio dos Delegados para a Revisão do Plano Diretor, através da Secretaria de Planejamento Urbano, em atendimentos às disposições legais, CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação e discussão da minuta de anteprojeto de lei complementar que versa sobre a REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ITAPEMA Lei Complementar Nº 07/2002, cujo objetivo é a atualização e o aperfeiçoamento da legislação municipal urbanística que se constitui no principal regulamento da política urbana municipal, capaz de propiciar o cumprimento das funções social, econômica, ambiental e cultural que integram a cidade, cuja apresentação se dará na seguinte ordem

1 CONCEITOS E LEGISLAÇÃO

2 LEITURAS COMUNITÁRIAS E TÉCNICAS

3 A CONSTRUÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR NO COLÉGIO DOS DELEGADOS PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ITAPEMA

4 PRINCIPAIS PROPOSTAS

A Audiência Pública será realizada no dia 02 de junho de 2016, com instalação da sessão marcada para às 19h00, no Escola Educar sito Rua 230, Bairro Meia Praia, Itapema - SC e será presidida pelo Secretário de Planejamento Urbano Senhor Rogério Weigert Cavagnari.

A íntegra do termo Propositivo referente a Revisão do Plano Diretor de Itapema – permanecerá à disposição dos interessados para consulta, no horário das 9:00 às 16:00hs, no período de 23/05/2016 à 01/06/2016, na Secretaria de Planejamento Urbano, sito Av. Nereu Ramos, 134 - Centro, Itapema - SC, e em arquivo eletrônico no Portal da Prefeitura de Itapema, no ícone “biblioteca” da página eletrônica que trata do Plano Diretor em: www.Itapema.sc.gov.br.

E, para que se torne de conhecimento público é expedido o presente Edital de Convocação.

Itapema, 18 de maio de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal de Itapema

A participação na Audiência Pública obedecerá às seguintes regras:

1. Trata-se de evento público, que permite a presença de toda e qualquer cidadão ou entidade interessada no assunto objeto da discussão, como participante inscrito ou como ouvinte;
2. Os trabalhos serão presididos pelo Secretário de Planejamento urbano, o qual comporá a mesa diretiva junto dos 1º e 2º secretários, por ele indicados no início da sessão;
3. A entrega da inscrição do participante para a apresentação de sugestões ou de comentários perdura de 19/05/2016 à 01/06/2016, das 9h00 às 16h00 (exceto feriados, pontos facultativos e finais de semana), e deverá ser realizada, pessoalmente ou por procuração, junto ao Protocolo Geral da Prefeitura do Município de Itapema;
4. As inscrições serão feitas em listas apropriadas, garantindo-se

aos inscritos

conhecer a ordem de seu pronunciamento, sendo que cada pessoa poderá inscrever apenas o próprio nome e ser também portadora de procuração de no máximo 01 (uma) pessoa;

5. Para inscrever-se como representante de entidade da sociedade civil, o interessado deverá comprovar que a ela pertence e que tem delegação para falar em seu nome, sendo permitida até 02 (duas) inscrições para cada órgão ou entidade, desde que tratem de tópicos distintos;

6. Os interessados deverão indicar, no ato da inscrição, os tópicos da matéria que irão apresentar, para acompanhamento da mesa diretora dos trabalhos, podendo juntar memoriais de seus apontamentos à inscrição, os quais integrarão o processo administrativo relativo a Audiência Pública;

7. Cada pessoa terá direito a 02 (duas) inscrições desde que cada uma delas versem

sobre tópicos distintos, os quais deverão ser indicados nas respectivas fichas de inscrições, para apresentação das sugestões ou comentários, tendo até 05 (cinco) minutos para cada explanação, obedecida a ordem de inscrição;

8. A manifestação deverá ater-se aos tópicos indicados na inscrição, não sendo permitida sua alteração após a inscrição;

9. Esgotada a apresentação do inscrito, passar-se-á aos demais inscritos, sucessivamente;

10. Poderá ocorrer a manifestação por pessoa diversa da inscrita, mediante entrega ao Presidente da Sessão, de procuração com o devido reconhecimento de firma em cartório, antes do início da Audiência;

11. Para o bom andamento dos trabalhos, nas manifestações de apoio ou reprovação à proposta ou das sugestões apresentadas, fica vedado o uso de instrumentos acústicos ou de quaisquer meios que conturbem a discussão;

12. Durante a Audiência Pública será mantido no recinto, para livre consulta dos

presentes, um exemplar do PROPOSTA, que compõe a Minuta de Anteprojeto do PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ITAPEMA;

13. Havendo quantidade de inscritos que torne impossível a apresentação de todos no mesmo dia, a Audiência Pública poderá ser interrompida para continuidade no dia seguinte;

14. Em cada um dos dias da Audiência Pública, o horário de encerramento não ultrapassará às 22h00, preferencialmente;

15.

16. Após a apresentação de todos os inscritos, o Presidente dará por concluída a audiência pública, informando a data da divulgação das sugestões recebidas e seus comentários, encerrando os trabalhos;

17. Dúvidas e casos omissos, levantados pelos inscritos durante a execução dos trabalhos, serão dirimidos pelo Presidente da Sessão;

18. Poderão ser apresentados recursos, mediante requerimento no Protocolo Geral da Prefeitura do Município de Itapema, das 9h00 às 16h00, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado do final da Audiência Pública, visando dirimir quaisquer dúvidas a respeito dos trabalhos executados durante a audiência pública;

E, para que se torne de conhecimento público é expedido o presente Edital de Convocação.

Itapema, 18 de maio de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal de Itapema

PROCESSO Nº 65 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.040.2016

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Processo nº 65 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.040.2016
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de adequação do Fosso do Elevador do CIMS.
Entrega dos envelopes: Até às 14:00(catorze) horas do dia 03 de junho de 2016.
Abertura do Pregão: 03 de junho de 2016, às 14:00(catorze) horas.
Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “serviços – fornecedores – modalidades – pregão – 04.040.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.
Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 19 de maio de 2016.
Everaldo Darós
Diretor de Compras, Contratos e Licitações

PROCESSO Nº 78 / 2016 – TOMADA DE PREÇOS 02.005.2016 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA 406.

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

##ATO EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Processo nº 78 / 2016 – Tomada de Preços 02.005.2016
Objeto: Contratação de empresa para execução de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua 406.
Abertura dos Envelopes: 07/06/2016 às 14:00 (quatorze) horas.
Entrega dos envelopes: Até às 14:00 (quatorze) horas do dia 07/06/2016.
Endereço para retirada do edital: O Edital e seus anexos poderão ser baixados pelo sítio www.itapema.sc.gov.br no ícone “compras e licitações – modalidades – tomada de preços – pasta 02.005.2016” ou pessoalmente no balcão do Departamento de Compras e Licitações.

Itapema, 19 de maio de 2016.
EVERALDO DARÓS
DIRETOR DE COMPRAS

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 66, DE 19 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 66, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3030, de 19 de maio de 2016;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

20.606.0107.1.026 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 35.880,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação total das seguintes dotações:

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

20.606.0107.2.038 – Manutenção das Atividades da Secretaria

31.71.00.00.00.00.0104 – Transferência a Consórcios Públicos R\$ 35.880,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 19 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 67, DE 19 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 67, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, exercício de 2016, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3031, de 19 de maio de 2016;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga-SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 122 – Outras Transferências Correntes do Estado, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

08.01 – Secretaria Municipal de Transportes

26.782.0149.2.043 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes

33.90.00.00.00.00.0122 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 19 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 68, DE 19 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 68, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Retifica o art. 1º do Decreto nº 82, de 22 de maio de 2014.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e considerando o Decreto nº 90, de 23 de maio de 2012 que homologa o resultado final classificatório das provas de concurso público de Itapiranga, referente ao Edital 01/2012;

Decreta:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 82, de 22 de maio de 2014, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica prorrogado o prazo do Concurso Público decorrente do Edital de Concurso Público nº 001/2012, de 19 de março de 2012, por mais dois anos, até 23 de maio de 2016."

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 19 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 123 A 126/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2016

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Açougue Do Vicente Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015.

OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item nº 14 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.

VALOR: R\$ 1.847,78
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 10 de maio de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2016
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Açougue Do Vicente Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015.
OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro dos itens de nº 29, 31 e 53 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 11.542,80
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 18 de maio de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2016
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Ap Oeste Distribuidora E Comércio De Alimentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015.
OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item de nº 50 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 10.787,84
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 18 de maio de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2016
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Herta Ana Vogt - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015.
OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro dos itens de nº 12, 32, 55 e 56 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 12.829,62
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 18 de maio de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 009/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONTRATOS – FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2016 – FMS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Gente Seguradora S.A.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 015/2015 – FMS
OBJETO: Alteração da cobertura das apólices dos itens nº 02 e 04 e renovação dos seguros dos veículos do Fundo Municipal de Saúde.
VALOR: R\$ 2.420,00
VIGÊNCIA: 06 de maio de 2017.
Itapiranga – SC, 04 de maio de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DOS CONTRATOS 061 A 065/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2016
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 069/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Itau Seguros De Auto E Residência S.A.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 055/2014.
OBJETO: Renovação de seguros de veículos, de propriedade do Município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 7.182,43
VIGÊNCIA: 06 de maio de 2017..
Itapiranga – SC. 05 de maio de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Paloschi & Paloschi Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 68/2016.
OBJETO: Contratação de empresa para o treinamento de equipes de competição do Departamento de Esportes do Município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 27.300,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 06 de maio de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2016
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger & Grutzmann Corretora De Seguros Ltda
ORIGEM: Convite de nº 92/2013.
OBJETO: Contratação de seguros para equipamentos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 4.259,06
VIGÊNCIA: 06 de maio de 2017.
Itapiranga – SC. 06 de maio de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2016
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 099/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Empresa Brasileira De Correios E Telégrafos
ORIGEM: Dispensa 104/2014.
OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato para prestação de serviços de correios.
VALOR: R\$ 15.000,00
VIGÊNCIA: 23 de julho de 2017.
Itapiranga – SC. 13 de maio de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2016
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 095/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Itau Seguros De Auto E Residência S.A.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 104/2015.
OBJETO: Renovação de seguros de veículos, de propriedade do município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 1.300,08
VIGÊNCIA: 09 de junho de 2017.
Itapiranga – SC. 17 de maio de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

LEI N. 3.030, DE 19 DE MAIO DE 2016

LEI N. 3.030, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir até o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
20.606.0107.1.026 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 35.880,00

Art. 2º - Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação total das seguintes dotações:

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
20.606.0107.2.038 – Manutenção das Atividades da Secretaria
31.71.00.00.00.00.00.0104 – Transferência a Consórcios Públicos
..... R\$ 35.880,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 19 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

LEI Nº 3.031, DE 19 DE MAIO DE 2016

LEI Nº 3.031, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, exercício de 2016, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga-SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 122 – Outras Transferências Correntes do Estado, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

08.01 – Secretaria Municipal de Transportes
26.782.0149.2.043 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes
33.90.00.00.00.00.00.0122 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 19 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

LEI Nº 3.032, DE 19 DE MAIO DE 2016

LEI Nº 3.032, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso com a Secretaria de Estado de Segurança Pública de SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º – Fica o poder executivo autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, para utilização dos órgãos vinculados (PM, PC, CBM, IGP) sediados na cidade de Itapiranga, com a finalidade de abrigar uma torre e um cubículo utilizados para comunicação dos órgãos da Secretaria de Segurança Pública de SC, de área com a seguinte descrição:

"Área de 40m² (quarenta metros quadrados), com as coordenadas: Altitude 333 m2, Graus Decimais -27.159910, -53.697695, GMS (S,W) -27º9'35.6753", -53º41'51.7003"; UTM (E,N) 232669.35, 6992978.88, localizada em imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga/SC, sob o nº 7.120, sendo Parte do Lote rural nº 1, da Linha Santa Fé, situado neste município de Itapiranga, com área de 100.000m² (cem mil metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: ao Norte, em 223,00 metros, com parte do mesmo lote nº 1 de propriedade de Ivo Francisco Welter; ao SUL, em 223,00 metros, também, com parte do mesmo lote nº 1, de propriedade de Ivo Francisco Welter; ao Leste, em 448,43 metros, com o lote nº 2, de propriedade de Maria Lúcia Siebert; e ao OESTE, em 448,43 metros, com travessão da Linha Itapiranga."

Art. 2º – A cessão de uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quanto forem necessários para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º – As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 19 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 12/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 12/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 12/2016 FMS, cujo objeto é a aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das Unidades Básicas de Saúde, para distribuição aos pacientes do município. Entrega da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 06 de junho de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 19 de maio de 2016.
Luis Carlos Steffenon
Adm. do FMS

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 11/2016 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 11/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 11/2016 FMS, cujo objeto é a aquisição de materiais para o laboratório de análises clínicas da secretaria da Saúde desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 03 de junho de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 19 de maio de 2016.
Luis Carlos Steffenon
Adm. do FMS

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 31/16 - DESERTA ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	19/05/2016	Horário: 09h:30min
Licitação /Modalidade	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO PROCESSO	Nº 31/2016 Nº 18/2016 Nº 38/2016

OBJETO:

Aquisição de Materiais de Construção para manutenção e reforma da sede, Campos de futebol municipais, Ginásio Municipal, Pista de skate, continuidade da construção do muro da sede, e manutenção do Centro esportivo convencionado com a Secretaria de Esporte e Lazer, conforme edital e seus Anexos. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2722/2016. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios no dia 03/05/2016, Site Oficial do Município e mural público municipal, no dia 02/05/2016 a fim de ampla divulgação. Iniciada a sessão foi constatado que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 10h30min.

FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
MEMBRO

ROSILDA APARECIDA BOLDORI
MEMBRO

DECRETO MUNICIPAL NO 2769/2016 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL NO 2769/2016

Data: 18 de maio de 2016.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,
Considerando o Inciso II do Art. 331 e a Seção III e IV do Capítulo IV, da Lei Municipal nº 71/1994;

DECRETA

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Contribuintes para julgar, em segunda e última instância administrativa, os recursos interpostos contra atos ou decisões sobre matéria tributária, praticados pela autoridade administrativa de Primeira Instância, por força de suas atribuições.

Art. 2º O Conselho vincula-se administrativamente a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Contribuintes:

I - julgar os recursos interpostos contra decisões de primeira

instância administrativa que versem sobre lançamentos de impostos, taxas e contribuições, imunidades, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, e aplicação de penalidades de qualquer natureza;

II - aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Contribuintes, através de votação de 2/3 (dois terços) de seus membros;

III - aprovar súmulas administrativas vinculantes por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 4º O Conselho Municipal de Contribuintes compõem-se de:

I - Presidência;

II - Colegiado julgador;

III - Secretaria.

Art. 5º O conselho Municipal de contribuintes, será nomeado pelo Prefeito Municipal com mandato de seus Conselheiros de 02 (dois) anos, permitida a renomeação sendo composta cada Câmara de 07 (sete) membros, conforme segue:

I - Presidente do Conselho nomeado pelo Poder Executivo e seu respectivo vice-presidente;

II - Dois Conselheiros pertencentes ao quadro municipal, sendo obrigatoriamente, um do órgão fazendário e um do órgão jurídico, e seus respectivos suplentes;

III - Um Conselheiro do Comércio e Indústria estabelecido em Itapoá, e seu respectivo suplente;

IV - Um Conselheiro Contador devidamente registrado no CRC-SC, e seu respectivo suplente;

V - Um Conselheiro Advogado devidamente registrado na OAB, e seu respectivo suplente.

§1º Os Suplentes, quando convocados, prestarão o compromisso perante o presidente do Conselho.

§2º Os Conselheiros prestarão compromisso de bem e fielmente cumprir a legislação tributária, antes da atuação no primeiro julgamento, perante o Prefeito Municipal, ou seu representante, por quem serão empossados.

Art. 6º Considerar-se-á vago o cargo quando o conselheiro não assumir as funções no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação das respectivas nomeações no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 7º Perderá o mandato, após deliberação do Conselho, o Conselheiro que:

I - usar, de qualquer forma, meios ilícitos para retardar o exame e julgamento de processos ou que, no exercício da função, praticar atos de favorecimento;

II - reter processos ou requerimentos em seu poder por mais de 15 (quinze) dias além dos prazos previstos para relatar ou proferir voto, sem motivo justificado;

III - faltar a mais de 3 (três) sessões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no mesmo exercício, salvo por motivos justificados;

IV - for punido, em decisão final, em processo administrativo ou em processo criminal por infração patrimonial ou contra a Administração Pública, com sentença transitada em julgado.

Art. 8º Os Conselheiros efetivos, em suas faltas e impedimentos, por tempo igual ou superior a 15 (quinze) dias, serão substituídos pelos seus respectivos Suplentes, para isso convocado pelo Presidente do Conselho.

Art. 9º Verificando-se vacância de cargo de Conselheiro efetivo, no decorrer do mandato, assumirá o respectivo suplente até a conclusão do mandato.

Parágrafo Único - A vacância da suplência será comunicada ao Secretário Municipal de Administração e Finanças para fins de convocação do novo suplente.

Art. 10 O Conselho de Contribuintes terá uma Secretaria Geral para atender aos serviços administrativos e executar os trabalhos de

expediente em geral, competindo-lhe fornecer todos os elementos e prestar as informações necessárias ao funcionamento do Conselho.

Parágrafo Único - A estrutura administrativa e as atribuições da Secretaria serão definidas pelo Presidente do Conselho.

Art. 11 Ao Presidente do Conselho compete:

- I - dirigir os trabalhos do Conselho e presidir as sessões;
 - II - proferir no julgamento, quando for o caso, o voto de desempate;
 - III - determinar o número de sessões;
 - IV - convocar sessões extraordinárias;
 - V - fixar dia e hora para a realização das sessões;
 - VI - distribuir os processos e requerimentos aos Conselheiros, por sorteio;
 - VII - despachar o expediente do Conselho;
 - VIII - despachar os pedidos que encerrem matéria estranha à competência do Conselho, inclusive recursos não admitidos pela lei, determinando a devolução dos processos e requerimentos à origem;
 - IX - representar o Conselho nas solenidades e atos oficiais, podendo delegar essa função a um ou mais Conselheiros;
 - X - dar exercício aos Conselheiros;
 - XI - convocar os suplentes para substituir os Conselheiros efetivos em suas faltas e impedimentos;
 - XII - conceder licença aos Conselheiros nos casos de doenças ou outro motivo relevante, nas formas e nos prazos previstos;
 - XIII - apreciar os pedidos dos Conselheiros, relativos à justificação de ausência às sessões ou à prorrogação de prazo para retenção de processos e requerimentos;
 - XIV - promover o andamento dos processos e requerimentos distribuídos aos Conselheiros, cujo prazo de retenção tenha se esgotado;
 - XV - comunicar ao Prefeito Municipal, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, o término do mandato dos membros do Conselho e de seus suplentes;
 - XVI - apresentar até o dia 15 de fevereiro, ao Prefeito Municipal relatórios dos trabalhos realizados pelo Conselho no exercício anterior;
 - XVII - fixar o número mínimo de processos e requerimentos em pauta de julgamento para abertura e funcionamento das sessões das Câmaras;
 - XVIII - outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Regimento Interno do Conselho;
 - XIX - solicitar ao Secretário da Fazenda a designação e substituição de funcionários para o exercício de atividades inerentes às funções administrativas do Conselho.
- Parágrafo Único - As licenças por motivo de doença poderão ser concedidas pelo Presidente, por tempo indeterminado; nos demais casos, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sendo que os afastamentos por tempo superior a esse prazo serão concedidos pelo Prefeito Municipal.
- Art. 12 Ao Vice-Presidente do Conselho, além das atribuições normais de Conselheiro, compete:
- I - substituir o Presidente do Conselho nos casos vacância, faltas e impedimentos;
 - II - outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Regimento Interno do Conselho.
- Art. 13 Nas faltas e impedimentos concomitantes do Presidente e do Vice-Presidente, a Presidência do Conselho será exercida em caráter de substituição, pelo Conselheiro, funcionário público municipal mais idoso.
- Art. 14 O pedido de licença do Presidente do Conselho será dirigido ao Prefeito Municipal.
- Art. 15 Aos Conselheiros compete:
- I - relatar os processos que lhes forem distribuídos;
 - II - proferir voto nos julgamentos;
 - III - efetuar, se necessário, diligências ou vistorias junto aos contribuintes para melhor análise dos processos e requerimentos;
 - IV - observar os prazos para restituição dos processos e requerimentos em seu poder;

- V - solicitar vistas de processos e requerimentos, com adiamento do julgamento, para exame e apresentação de voto em separado;
- VI - sugerir medidas de interesse do Conselho;
- VII - outras atribuições que lhes forem conferidas pelo Regimento Interno do Conselho.

Art. 16 O Presidente do Conselho de Contribuintes, designará um Conselheiro Relator do processo, podendo este converter o julgamento em diligência e determinar a produção de provas ou do que julgar cabível para formar sua convicção.

Parágrafo Único - O parecer e voto do Conselheiro Relator será submetido à todos os membros do Conselho de Contribuintes, que poderá mantê-lo todo, em parte e não acatá-lo, nos termos de Regimento Próprio.

Art. 17 Os processos e requerimentos serão distribuídos de forma equitativa aos Conselheiros, os quais elaborarão relatório que será apresentado a julgamento, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de distribuição.

Parágrafo Único - O prazo previsto neste artigo poderá, em casos excepcionais, ser prorrogado por mais de 20 (vinte) dias, por despacho do Presidente do Conselho, mediante solicitação do Conselheiro interessado.

Art. 18 O conselho deliberará com a presença mínima de 05 (cinco) membros, devendo a decisão ser proferida por maioria simples.

§ 1º - As sessões serão públicas.

§ 2º - A retirada de um Conselheiro não impede o prosseguimento da sessão, desde que se mantenha o número mínimo para o seu funcionamento, constando-se a ocorrência na respectiva ata.

Art. 19 O Conselho realizará sessões ordinárias e extraordinárias.

§ 1º As sessões ordinárias realizar-se-ão em dia e hora decididos pelo colegiado e publicadas no Diário Oficial dos Municípios.

§ 2º - A pauta indicará dia, hora e local da sessão de julgamento.

§ 3º - A publicação da Pauta dos julgamentos vale como notificação do recorrente e da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

§ 4º - Os julgamentos adiados serão incluídos nos trabalhos da próxima sessão, independente de nova publicação.

§ 5º As sessões extraordinárias serão convocadas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência e publicadas no Diário Oficial dos Municípios.

§ 6º As sessões ordinárias serão realizadas em dia e hora previamente fixados nas pautas de julgamento, e ficam limitadas a 1 (uma) por semana, no máximo, e a 2 (duas) por mês, no mínimo.

Art. 20 Após decurso do prazo recursal e publicação da pauta de julgamento no Diário Oficial dos Municípios, fica vedado a qualquer das partes a juntada de novos documentos ou alegação de fatos novos.

Art. 21 Compete ao Presidente do Conselho propor ao Secretário de Administração e Finanças a estrutura administrativa do Conselho.

Art. 22 São atribuições da Secretaria:

- I - preparar o expediente para despachos do Presidente;
- II - encaminhar aos Conselheiros os processos que lhes forem distribuídos, dando a respectiva baixa quando devolvidos;
- III - elaborar informações estatísticas;
- IV - preparar o expediente de frequência dos Conselheiros;
- V - preparar e encaminhar a julgamento ou a despacho do Presidente os processos, requerimentos e expedientes relativos a questões fiscais;
- VI - produzir relatórios e votos, conforme determinado pelo Presidente do Conselho;
- VII - receber a correspondência do Conselho, inclusive processos e requerimentos;
- VIII - distribuir e acompanhar o andamento de processos, requerimentos e expedientes, até solução final, dando baixa dos autos para o cumprimento de decisões;
- IX - preparar atas e cuidar do expediente do Conselho;
- X - manter em ordem a jurisprudência do Conselho;
- XI - fazer publicar no Diário Oficial do Município os atos necessários ao expediente do Conselho;
- XII - comunicar ao Presidente sobre o não cumprimento dos prazos

por Conselheiros e partes; cumprir e fazer cumprir as determinações do Conselho.

Art. 23 O Conselho poderá convocar, para esclarecimento, servidores fiscais ou dirigir-se para o mesmo fim a qualquer repartição.

Art. 24 É defeso ao Conselheiro se manifestar e proferir voto em processos ou requerimentos em que:

I - seja parte interessada;

II - participou como mandatário do contribuinte;

III - decidiu em primeira instância administrativa;

IV - atuou ou postulou como procurador do contribuinte;

V - o contribuinte ou qualquer dos sócios seja seu cônjuge ou parente consanguíneo ou afim em linha reta ou na linha colateral até segundo grau;

VI - o contribuinte seja cliente de escritório ou sociedade de profissionais, da qual faça parte como sócio, associado, empregado ou possua qualquer vínculo;

VII - seja funcionário, sócio quotista, acionista, procurador ou membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal da recorrente, ou com esta possua qualquer vínculo;

VIII - na condição de funcionário da Municipalidade, seja autor do feito ou tenha, em qualquer fase do processo, feito apreciação de mérito sobre a causa em julgamento;

Parágrafo Único - O Conselheiro impedido deverá arguir o fato junto ao Presidente do Conselho, sob pena de nulidade dos atos praticados sob impedimento.

Art. 25 O Presidente do conselho, a pedido devidamente fundamentado do Secretário de Administração e Finanças, poderá dar prioridade a julgamento de processos e requerimentos, sempre que se fizer necessário resguardar o interesse da Fazenda Pública Municipal ou do contribuinte.

Parágrafo Único - O Poder Executivo adotará as providências necessárias para que, dentro de 60 (sessenta) dias da data da publicação desta lei, o Conselho de Contribuintes se organize conforme suas disposições.

Art. 26 Os Conselheiros servidores da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC não poderão se afastar de suas funções originais, salvo para o período necessário à realização de diligências, estudos e reuniões no desempenho de suas atividades de conselheiros previstas neste Decreto.

Art. 27 O Conselho Municipal de Contribuintes reger-se-á pelo seu Regimento Interno, que deverá ser submetido ao Prefeito para publicação através de Decreto específico.

Art. 28 A designação dos funcionários administrativos necessários ao funcionamento do Conselho serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 29 Este decreto entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 2768/2016 datado de 16 de maio de 2016.

Itapoá (SC), 18 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº33/2016-AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (AVIAMENTOS), PARA UTILIZAÇÃO NAS OFICINAS REALIZADAS PELO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ATRAVÉS PAIF – PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA – GERAÇÃO DE RENDA, NAS COMUNIDADES, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº33/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº20/2016

PROCESSO Nº43/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal

Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 08 de junho de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (AVIAMENTOS), PARA UTILIZAÇÃO NAS OFICINAS REALIZADAS PELO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL ATRAVÉS PAIF – PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA – GERAÇÃO DE RENDA, NAS COMUNIDADES, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS, e poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link “pregão”, ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 20 de maio de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA

SECRETÁRIA DE BEM ESTAR SOCIAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 101/2016 EDITAL Nº 46/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 101/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado a comparecer na Secretária de Educação no dia 20/05/2016, às 10h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
05	40	Geografia	Marcia C. Wagnier de Aguiar	25/05/2016	10/06/2016

Itapoá, 18 de maio de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 102/2016 EDITAL Nº 46/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 102/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo a candidata convocada a comparecer na Secretária de Educação no dia 23/05/2016, às 8h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
04	30	Ciências	Maria Rita da Silva	27/05/2016	09/07/2016

Itapoá, 19 de maio de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**LEI MUNICIPAL Nº 654/2016**

LEI MUNICIPAL Nº 654/2016

Data: 19 de maio de 2016

ALTERA A LEI MUNICIPAL N 642, DE 07 DE JANEIRO DE 2016, SOBRE A INSTITUIÇÃO DA JORNADA ESCOLAR AMPLIADA NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA, E QUE ESTABELECE NORMAS PARA SEU FUNCIONAMENTO.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 44, V, da Lei Orgânica do Município c/c art. 39, V, do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou, o Prefeito Municipal sancionou tacitamente com fulcro no art. 52, § 2º, da Lei Orgânica Municipal e eu, promulgo a seguinte

LEI

Art. 1º Fica alterado o § 5º, do Artigo 3º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º – As atividades ofertadas na Ampliação da Jornada Escolar e distribuídas entre os núcleos serão:

Art. 2º Fica alterado o Artigo 4º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º – O quadro de funcionários que atuarão na Jornada Ampliada deverá ser preenchido por profissionais concursados, com habilitação em Educação Física ou em Artes”.

Art. 3º Fica criado o Parágrafo Único, do Artigo 4º, com a seguinte redação:

“Parágrafo único: Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a oferecer treinamento aos profissionais habilitados em Educação Física ou Artes, com a finalidade de atender ao disposto no § 5º, do Artigo 3º desta Lei.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, 19 de maio de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

Ituporanga

PREFEITURA

Lei n 2650, de 19 de maio de 2016

LEI Nº 2.650, de 19 de maio de 2016

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2016 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2015 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.636, de 07 de dezembro de 2015 e LEI Nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 731.000,00 (setecentos e trinta e um mil reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO I e ANEXO II.

Art. 2º. Fica alterada as dotações Orçamentárias constantes da Lei nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I e ANEXO II, da presente Lei, do qual passarão a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos do artigo 43, §1º - III da Lei 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 19 de maio de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

Lei nº 2649 de 19 de maio de 2016

LEI Nº 2.649, de 19 de maio de 2016

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2016 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2015 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.636, de 07 de dezembro de 2015 e LEI Nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º. Fica alterada as dotações Orçamentárias constantes da Lei nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I, da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos do artigo 43, §1º - III da Lei 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 19 de maio de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 003/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2016/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, a Comissão Permanente de Licitações, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal Senhor Antonio João de Fáveri, torna público a realização de licitação no dia 08/06/2016 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: TOMADA DE PREÇO, forma de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CAPELA MORTUÁRIA COM ÁREA TOTAL DE 256,30m² NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais quantitativos em anexo ao Edital.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133. Jacinto Machado - SC, 19 de Maio de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 002/2016

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 002/2016

O Prefeito Municipal de Jacinto Machado – SC, Antonio João de Fáveri, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto do § 4º art. 9º, combinado com art. 63 da Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), convida a população de Jacinto Machado, entidades governamentais e sociedade civil organizada, à participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA que demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais, referente ao 1º quadrimestre de 2016, que tem por finalidade básica assegurar transparência às contas e ações governamentais e contribuir para o aprimoramento da participação popular nas decisões políticas no âmbito da administração pública municipal.

Data: 24 de maio de 2016 (terça-feira)

Horário: 19:00 horas

Local: Plenário Vereador Bonifácio Bratti – Câmara Municipal de Jacinto Machado

Endereço: Avenida Padre Herval Fontanella, nº. 886 – Centro - Jacinto Machado-SC

Jacinto Machado – (SC), 19 de maio de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratada: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP

Valor: R\$ 10.565,00 (dez mil quinhentos e sessenta e cinco reais).

Vigência: Início: 04/05/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 - PR

Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Objeto.: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. (2)

Jacinto Machado – SC, 4 de Maio de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: GOLD COMPUTADORES LTDA
Valor: R\$ 6.575,00 (seis mil quinhentos e setenta e cinco reais).
Vigência: Início: 04/05/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 - PR
Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
Objeto.: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. (2)

Jacinto Machado – SC, 4 de Maio de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: MM SÃO JOSÉ LTDA ME
Valor: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).
Vigência: Início: 04/05/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 - PR
Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
Objeto.: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. (2)

Jacinto Machado – SC, 4 de Maio de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: BRANET GESTÃO DE LOGÍSTICA EM SAUDE LTDA ME
Valor: R\$ 16.490,00 (dezesesseis mil quatrocentos e noventa reais).
Vigência: Início: 04/05/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 - PR
Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
Objeto.: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. (2)

Jacinto Machado – SC, 4 de Maio de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME
Valor: R\$ 14.556,60 (quatorze mil quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).
Vigência: Início: 04/05/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 - PR
Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
Objeto.: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. (2)

Jacinto Machado – SC, 4 de Maio de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: REFRIMIX REFRIGERAÇÃO EM AR CONDICIONADO EIRELI
Valor: R\$ 8.089,00 (oito mil e oitenta e nove reais).
Vigência: Início: 04/05/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 - PR
Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
Objeto.: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. (2)

Jacinto Machado – SC, 4 de Maio de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: DIMASA DISTR DE MAQS AUTOMOTORAS SERV E AUTOPECAS
Valor: R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais).
Vigência: Início: 11/05/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016 - PR
Dotação: 1.022.4490.00 - 722 - 26/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS 1.022.4490.00 - 80 - 1/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
Objeto.: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL 0 KM ANO/MODELO 2016/2017 PARA SER UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 11 de Maio de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

COMTUR - RESOLUÇÃO Nº 002/2016

	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR LEI Nº 6.906/2014	
--	---	--

RESOLUÇÃO Nº 002/2016/Comtur

Dispõe sobre atrativos turísticos da Rota Alemã para a inclusão no material de divulgação do Conselho Municipal de Turismo – Comtur.

O Presidente do Conselho Municipal de Turismo - Comtur, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Nº 6.906/2014 e, em conformidade com a deliberação realizada na Sessão Plenária Ordinária do dia 12 de maio do corrente ano, e

CONSIDERANDO o Regimento Interno do Comtur, homologado pelo Decreto nº 10.310/2015, em seu Art. 28: Compete à Comissão de Patrimônio Cultural e Natural: I – identificar atrativos turísticos culturais, materiais e imateriais; II – formular Propostas de incentivo ao desenvolvimento e preservação destes atrativos culturais; III – formular propostas de inclusão e transformação desses atrativos em produtos, nos programas e projetos turísticos; IV – realizar levantamentos e indicar a ocupação e uso de áreas e locais, estimulando o aproveitamento turístico dos recursos naturais do município;

CONSIDERANDO a lista de atrativos fornecidos pela Diretoria de Turismo da Fundação Municipal de Esportes e Turismo, elaborada a partir da “Reunião de definição dos atrativos de Jaraguá do Sul que integrarão a Rota Alemã” realizada no dia 21 de março de 2014, com representantes da comunidade;

CONSIDERANDO o roteiro de avaliação dos atrativos realizado pela Comissão de Patrimônio Cultural e Natural no dia 4 de abril de 2016;

CONSIDERANDO que a implantação da Rota Alemã remeterá à experimentação cultural de origem alemã;

CONSIDERANDO a atratividade dos locais e os anseios dos visitantes quanto aos serviços de gastronomia e de festas típicas;

CONSIDERANDO a preservação e conservação da arquitetura das igrejas luteranas e das sociedades de tiro;

CONSIDERANDO que o principal motivador dos visitantes será a vivência numa rota de paisagens naturais preservadas e no modo de vida da comunidade;

RESOLVE:

Art. 1º – Deferir o parecer 001/2016/CPCN/COMTUR/JS da Comissão de Patrimônio Natural e Cultural do Comtur:

I - Lista dos atrativos turísticos da Rota Alemã para a inclusão no material de divulgação, dos seguintes pontos:

1. Associação Recreativa e Cultural Rio da Luz – Salão Barg;
2. Sociedade Recreativa Alvorada;
3. IECLB – Comunidade Apóstolo Paulo;
4. IECLB – Comunidade Cristo Bom Pastor;
5. Parque Malwee;
6. Museu Wolfgang Weege;
7. Casa Rux;
8. Café Colonial Strudel Haus;
9. Restaurante ARMalwee;

10. Pesque Pague Alcir;
11. Portal Turístico Germânico – Centro de Atendimento ao Turista;
12. Kings Restaurante;
13. Sociedade Esportiva e Recreativa Aliança;
14. Sociedade Esportiva e Recreativa Guarany;
15. Sociedade Recreativa Rio da Luz II – Salão Centenário;
16. Sociedade Recreativa Vitória – Rio da Luz;
17. Sociedade de Atiradores Ribeirão Grande da Luz;
18. Sociedade 25 de Julho;
19. Botafogo Futebol Clube;
20. IECLB – Comunidade Cristo Salvador;
21. Choperia General Küster.

II - A continuidade dos trabalhos da Comissão de Patrimônio Natural e Cultural do Comtur na identificação das atividades que poderão ser associadas à atividade turística, avaliando também o interesse e o envolvimento da comunidade.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de maio de 2016.

Jean Carlo Leutprecht
Presidente do Comtur

COMTUR - RESOLUÇÃO Nº 003/2016

	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR LEI Nº 6.906/2014	
--	---	--

RESOLUÇÃO Nº 003/2016/Comtur

Dispõe sobre a re-composição das Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Turismo – Comtur.

O Presidente do Conselho Municipal de Turismo - Comtur, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Nº 6.906/2014 e, em conformidade com a deliberação realizada na Sessão Plenária Ordinária do dia 12 de maio do corrente ano,

RESOLVE:

Art. 1º – Re-compôr as Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Turismo - Comtur, que ficará constituída por:

I - Planejamento e Análise Técnica

- Ariane Raizer
- Cintia Buzian
- Daiane Ramos
- Fenísio Pires Junior
- Harysson Andrey Passig

II - Legislação e Normas

- Egon Lotário Jagnow
- Denise Sueli Henn
- Gabriel Bruch Ramos
- Josemeri de Sousa Coelho
- Cintia Buzian

III – Finanças e Orçamento

- Gabriel Bruch Ramos
- Jucelaine Janice Pötter
- Rúbia Friedemann Torres
- Fenísio Pires Junior
- Jean Carlo Leutprecht.

IV – Patrimônio Cultural e Natural

- Egon Lotário Jagnow
- Denise Sueli Henn
- Alessandro Richter
- Ariane Raizer
- Kelly Giovanella

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se as resoluções nº 002/2015/Comtur e nº 001/2016/Comtur no que diz respeito a Composição de Comissões.

Jaraguá do Sul, 13 de maio de 2016.

Jean Carlo Leutprecht
Presidente do Comtur

COMTUR - RESOLUÇÃO Nº 004/2016

	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR LEI Nº 6.906/2014	
--	---	--

RESOLUÇÃO Nº 004/2016/Comtur

Dispõe sobre 10 (dez) principais pontos turísticos para a inclusão no Mapa Regional do Colegiado de Turismo da AMVALI, do Conselho Municipal de Turismo – Comtur.

O Presidente do Conselho Municipal de Turismo - Comtur, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Nº 6.906/2014 e, em conformidade com a deliberação realizada na Sessão Plenária Ordinária do dia 12 de maio do corrente ano, e

CONSIDERANDO a solicitação do Colegiado de Turismo da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu – Amvali, de informações para a atualização do Mapa Turístico Regional, com no máximo 10 (dez) atrativos por Município;

RESOLVE:

Art. 1º – Recomendar a inclusão dos 10 (dez) pontos turísticos de Jaraguá do Sul no Mapa Regional da Amvali dos seguintes:

1. Parque Malwee
2. Chiesetta Alpina
3. Museu WEG de Ciência e Tecnologia
4. Igreja Nossa Senhora do Rosário
5. Museu Histórico Emílio da Silva
6. Morro Boa Vista / Voo Livre
7. Café Colonial Strudel Haus
8. Noviciado Nossa Senhora de Fátima
9. Salão Barg
10. Pesque Pague Alcir

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de maio de 2016.

Jean Carlo Leutprecht
Presidente do Comtur

CONCULTURA/JS - RESOLUÇÃO 06/2016/

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
--	---	--

RESOLUÇÃO 06/2016/CONCULTURA/JS

Dispõe sobre a Indicação de representantes do Concultura para compor a Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos das Crianças e Adolescentes do CMDCA.

A Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.444/2006, de 28/09/2006 e de acordo com a Lei 4.845/2007, de 14 de dezembro de 2007 do Fundo Municipal de Cultura e suas alterações e, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária realizada no dia 9 de março de 2016 e, Considerando a solicitação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente feita através do Of. nº 015 /2016/CMDCA, de indicação de dois representantes do Concultura, um titular e um suplente, para compor a Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos das Crianças e Adolescentes do CMDCA.

Considerando que o envolvimento de representantes do Concultura, fortalecerá as discussões na elaboração do Plano Decenal dos Direitos das Crianças e Adolescentes do CMDCA.

RESOLVE:

Art. 1º – Indicar como representantes do Concultura na Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos das Crianças e Adolescentes do CMDCA, os conselheiros Harysson Andrey Passig como titular e a conselheira Edilma Lemanhê, como suplente.

Art. 2º _ Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 9 de março de 2016.

Edilma Lemanhê
Presidente do Conselho Municipal de Cultura

CONCULTURA/JS - RESOLUÇÃO 07/2016/

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
--	---	--

RESOLUÇÃO 07/2016/CONCULTURA/JS

Dispõe sobre o processo 10.751/2016, Solicitação de alteração na execução da contrapartida, tendo como requerente, Liana Enke, projeto Casulo de Histórias, da área de Artes Integradas, do Concurso 01/2014/FMC do Fundo Municipal de Cultura.

A Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.444/2006, de 28/09/2006 e de acordo com a Lei 4.845/2007, de 14 de dezembro de 2007 do Fundo Municipal de Cultura e suas alterações e, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016.

Considerando que a solicitação é pela mudança do local de execução de uma das duas oficinas de contrapartida, a outra oficina será realizada normalmente de acordo como o planejado.

Considerando que a oficina a ser remanejada estava prevista para acontecer na Biblioteca Pública Municipal de Jaraguá do Sul, porém hoje, há a dificuldade em abrir em horários fora do expediente da mesma, que implicam em horas extras de funcionários neste momento de crise.

Considerando que foi oportunizada a realização desta oficina na Biblioteca do SESC em horário que melhor atende aos participantes.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à alteração de local da realização da oficina da Biblioteca Pública Municipal de Jaraguá do Sul para a Biblioteca do SESC.

Art. 2º _ Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

Edilma Lemanhê

Presidente do Conselho Municipal de Cultura

CONCULTURA/JS - RESOLUÇÃO 08/2016/

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
--	--

RESOLUÇÃO 08/2016/CONCULTURA/JS

Dispõe sobre o processo 10950/2016, Solicitação de alteração na execução da contrapartida, tendo como requerente, Sandra Regina Baron, projeto "Os Bolsos da Ana Cigana", área de Literatura, do Concurso 01/2014/FMC do Fundo Municipal de Cultura.

A Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.444/2006, de 28/09/2006 e de acordo com a Lei 4.845/2007, de 14 de dezembro de 2007 do Fundo Municipal de Cultura e suas alterações e, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016.

Considerando que a solicitação é pelo redirecionamento do local e da data das apresentações de contrapartida do espetáculo "Ana Cigana".

Considerando que não havia detalhamento das apresentações previstas no corpo do projeto.

Considerando que o prazo de execução do projeto encerrou em 1º de abril de 2016.

Considerando que foi justificado o adiamento da contrapartida, em função de compor a Semana Nacional do Livro Infantil que começa no dia 18 de abril, data do "Dia Nacional do Livro Infantil" que foi instituído em 2002, ano em que foi criada a Lei 10.402/02, registrando a data de nascimento de Monteiro Lobato como o dia oficial da literatura infantojuvenil.

Considerando que esta data vai otimizar o lançamento em relação aos eventos literários da cidade.

Considerando que o prazo final de contrato é até 4 de maio de 2016.

Considerando que foi oportunizada a realização das duas apresentações de contrapartida, na Biblioteca Pública Municipal de Jaraguá do Sul, uma no dia 18 de abril e a outra a ser agendada em conformidade com a disponibilidade da Biblioteca.

Considerando que a finalização em fevereiro continua dentro do

prazo de execução permitido pelo edital do Concurso 01/2014/FMC do Fundo Municipal de Cultura.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável ao redirecionamento do local e da data das apresentações de contrapartida do espetáculo "Ana Cigana" conforme segue:

a) As duas apresentações serão na Biblioteca Pública Municipal de Jaraguá do Sul.

b) A data de uma das apresentações é dia 18 de abril.

c) A data da segunda apresentação a ser agendada com a responsável pela Biblioteca Pública Municipal de Jaraguá do Sul, observando que não ultrapasse a data de 04 de maio de 2016.

Art. 2º _ Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

Edilma Lemanhê

Presidente do Conselho Municipal de Cultura

CONCULTURA/JS - RESOLUÇÃO 09/2016/

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
--	--

RESOLUÇÃO 09/2016/CONCULTURA/JS

Dispõe sobre a avaliação da execução e alcance dos objetivos da Etapa de Mobilização Social do CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados, com as atividades realizadas.

A Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.444/2006, de 28/09/2006 e de acordo com a Lei 4.845/2007, de 14 de dezembro de 2007 do Fundo Municipal de Cultura e suas alterações e, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016.

Considerando o documento encaminhado pela equipe Gestora do CEU, que fora preenchido e assinado pelo senhor Juarez Gomes, representante deste Conselho na etapa de mobilização comunitária e início das atividades da equipe gestora.

Considerando os relatos do Sr. Juarez Gomes, representante que participou das oficinas de mobilização da comunidade, onde participaram em torno de quinze pessoas e que acredita que após o início efetivo das atividades a comunidade participe mais.

Considerando o parecer da Comissão de Legislação e Normas do Concultura, que após informado do calendário de execução das atividades de mobilização social do CEU, constatou a execução do objeto desta etapa de implantação do equipamento.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é de parecer favorável ao relatório referente a etapa de mobilização social e avaliação das atividades realizadas no Centro Integrado de Esportes e Cultura (CEU), nesta etapa de implantação do equipamento, para o qual atribui as seguintes avaliações concordando com o Parecer nº 02/2016/CLN/CONCULTURA da Comissão de Legislação e Normas do Concultura conforme segue:

a) as dependências do equipamento estão aptas e abertas para receber a comunidade: sim() não(X);

b) a comunidade utiliza o equipamento: sim() não(X);

c) os grupos da comunidade exercem a gestão do CEU, em parceria com membros do poder público, no planejamento dos usos e da programação: sim(X) não();

d) há interação do poder público local, comunidade e entidades

atuantes na área para a gestão e o desenvolvimento de projetos e/ou políticas públicas no CEU: sim(X) não();
e) o Grupo Gestor do CEU está formalmente constituído: sim(X) não()”.

Art. 2º _ Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

Edilma Lemanhê

Presidente do Conselho Municipal de Cultura

CONCULTURA/JS - RESOLUÇÃO 10/2016/

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
--	---	--

RESOLUÇÃO 10/2016/CONCULTURA/JS

Dispõe sobre a retificação da Resolução nº 08/2016/CONCULTURA/JS do processo 10950/2016, Solicitação de alteração na execução da contrapartida, tendo como requerente, Sandra Regina Baron, projeto “Os Bolsos da Ana Cigana”, área de Literatura, do Concurso 01/2014/FMC do Fundo Municipal de Cultura.

A Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.444/2006, de 28/09/2006 e de acordo com a Lei 4.845/2007, de 14 de dezembro de 2007 do Fundo Municipal de Cultura e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º – Retificar a escrita do mês de fevereiro para o mês de maio, localizado no último considerando da Resolução nº 08/2016/CONCULTURA/JS emitida em 13 de abril de 2016.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Edilma Lemanhê

Presidente do Conselho Municipal de Cultura

CONCULTURA/JS - RESOLUÇÃO 11/2016/

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
--	---	--

RESOLUÇÃO 11/2016/CONCULTURA/JS

Dispõe sobre a 1ª Etapa – Avaliação de Mérito Cultural do Edital 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais do Fundo Municipal de Cultura.

A Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.444/2006, de 28/09/2006 e de acordo com a Lei 4.845/2007, de 14 de dezembro de 2007 do Fundo Municipal de Cultura e suas alterações e, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 11 de maio de 2016.

CONSIDERANDO as normas postas na 1ª Etapa – Avaliação de mérito Cultural dos Projetos do Edital 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais do Fundo Municipal de Cultura, que no item 11.2.2

expressa que a ausência de documentos relacionados no item 9.4, que devem constar no envelope do projeto cultural, obrigatoriamente, acarretam no INDEFERIMENTO do projeto.

CONSIDERANDO que algumas das 11 comissões constituídas através de edital específico para a avaliação de mérito cultural dos projetos inscritos no Edital 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, interpretaram equivocadamente o item 11.2.2 do edital mencionado acima, sobre a obrigatoriedade de constar no envelope do projeto cultural, os documentos relacionados no item 9.4 sob pena de INDEFERIMENTO do projeto.

CONSIDERANDO que foi verificado que estas comissões apontaram a ausência dos documentos listados no item 9.4 em seus relatórios na ficha de acompanhamento, e desacertadamente, julgaram apto onde era para julgar inapto.

CONSIDERANDO que a Portaria nº 011/2016, datada de 12 de abril – Relação dos projetos aptos na 1ª Etapa – Avaliação de mérito Cultural dos Projetos do Edital 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais do Fundo Municipal de Cultura, foi listado o resultado final das comissões, e não poderia alterar este resultado.

CONSIDERANDO que por transparência na condução do processo, a Fundação Cultural trouxe o fato detectado a este conselho, para que se posicione diante da situação.

RESOLVE:

Art. 1º – Solicitar que a Fundação Cultural solicite às comissões que não observaram as normas constantes do Edital 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais no item 11.2.2 que reavaliem o resultado dos projetos julgados, e alterem o resultado do mesmo em acordo com o que dispõe a normatização do referido edital, de forma a recuperar isonomia no processo.

Art. 2º – Solicitar à Fundação Cultural que retifique a Portaria nº 011/2016, datada de 12 de abril – Relação dos projetos aptos na 1ª Etapa – Avaliação de mérito Cultural dos Projetos do Edital 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais do Fundo Municipal de Cultura, em conformidade com o novo resultado destas comissões.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de maio de 2016.

Edilma Lemanhê

Presidente do Conselho Municipal de Cultura

CONCULTURA/JS - RESOLUÇÃO 12/2016/

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	
--	---	--

RESOLUÇÃO 12/2016/CONCULTURA/JS

Dispõe sobre o Edital dos 30% do Fundo Municipal de Cultura.

A Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.444/2006, de 28/09/2006 e de acordo com a Lei 4.845/2007, de 14 de dezembro de 2007 do Fundo Municipal de Cultura e suas alterações e, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 11 de maio de 2016.

Considerando que a Minuta do Edital dos 30% apresentada pela Comissão de legislação e Normas do Concultura, foi aprovada mediante ajustes já realizados no momento da deliberação.

Considerando que este edital se enquadra na Lei Nº 4845/2007,

que Institui o Fundo Municipal de Cultura no Município de Jaraguá do Sul e dá outras providências. Em seu Art. 16º Inciso V – em outros programas ou projetos culturais. Paragrafo Único – Até 30% dos recursos do Fundo poderão ser utilizados para projetos de fomento e capacitação nas diversas áreas culturais, a serem apresentados e aprovados pelo Conselho Municipal de Cultura e executados pela Fundação Cultural.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a minuta do Edital dos 30 % e encaminhá-la à Fundação Cultural para que dê prosseguimento ao mesmo para ser lançado ainda no primeiro semestre do ano de 2016,

Art. 2º – Conceder o valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) do Fundo Municipal de Cultura para o Edital dos 30 %.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de maio de 2016.

Edilma Lemanhê

Presidente do Conselho Municipal de Cultura

EDITAL Nº 003/2016/SEMED/PMJS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 003/2016/Semed/PMJS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL DE ADMINISTRADOR ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

O Prefeito e o Secretário da Educação de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais e com amparo legal na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, faz saber que se encontram abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO UNICAMENTE COM BASE NO EXAME DE TÍTULOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL DE ADMINISTRADOR ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, para contratação por tempo determinado para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, nas condições e prazos previstos no presente Edital.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem como objeto a Seleção Pública Simplificada de Pessoal para contratação, em caráter temporário, de ADMINISTRADOR ESCOLAR, para atuar em Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Jaraguá do Sul.

1.2. O candidato aprovado, observada a sua inscrição, poderá ser convocado para atuar em caráter temporário em uma das vagas disponíveis nas Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, na função de Administrador Escolar, exercendo as atribuições pertinentes ao referido cargo, conforme o anexo III B, da Lei Complementar nº 122/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

2.1. São requisitos para o candidato participar do processo seletivo público simplificado e/ou para firmar contrato temporário com a administração pública:

I - a nacionalidade brasileira;

II - a idade mínima de dezoito anos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - aptidão física e mental;

V - nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função pública;

2.2. É vedada a celebração de contrato com a administração pública sem o preenchimento dos requisitos do item 2.1., observando, ainda, a vedação de cumulação de cargos públicos, o período de interrupção do contrato de trabalho e a inexistência de aplicação de penalidade de demissão ou perda de cargo público.

2.3. O período de interrupção de contrato de trabalho será de seis meses, para candidatos que firmaram contratos com a administração do Município de Jaraguá do Sul, no anos de 2014 e 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado deverá ser realizada somente na Secretaria da Educação, no período de 23 a 25 de maio de 2016, no seguinte horário:

- 23 de maio: das 8h às 11h e das 13h às 16h

- 24 e 25 de maio: das 8h às 12h.

3.2. Os documentos solicitados no item 3.3. deste Edital devem ser originais e cópias, apresentando-os (originais) e entregando-os (cópias) para serem protocoladas, na ordem constante neste item.

3.3. O candidato deverá apresentar e/ou anexar os seguintes documentos:

a) Cópia da Carteira de Identidade, CPF e Carteira de Trabalho.

b) Cópia dos diplomas e certificados que comprovem a habilitação necessária para o cargo de Administrador Escolar, conforme anexo III, da Lei Complementar nº 161/2015:

- Licenciatura Plena em Pedagogia;

- Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar;

- Licenciatura Plena (curso voltado à docência) com Pós-Graduação em Administração Escolar ou Gestão Educacional (Escolar);

- Licenciatura Plena em Gestão Educacional (Escolar);

c) Tempo de serviço prestado no cargo de professor e/ou administrador escolar, expresso por período contados até o dia 30 de abril de 2016 (original), de acordo com o modelo anexo a este Edital.

d) Declaração da Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul contendo data de início e término de eventual contratação temporária nos últimos anos (2014, 2015), ou declaração de inexistência de contrato temporário no referido período, na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul (obrigatório para todos). Soli-citar esta declaração na Diretoria de Gestão de Pessoas (original).

e) Apresentar comprovante de quitações das obrigações eleitorais.

CLÁUSULA V – DA HOMOLOGAÇÃO

5.1 A homologação das inscrições será divulgada por meio da INTERNET no sites do município <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br> e/ou <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/educacao>, no quadro de publicações da Secretaria da Educação, no dia 30 de maio de 2016, após às 15h.

5.2 O candidato poderá impetrar recurso do resultado da homologação até o dia 31 de maio de 2016, na Secretaria da Educação (modelo anexo), até às 12h.

5.3 Homologação Final da média final da seleção será divulgada por meio da INTERNET no site <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br> e/ou <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/educacao>, no quadro de publicações da Secretaria da Educação, no dia 01 de junho de 2016, após às 15h.

CLÁUSULA VI – DO RECURSO

6.1 No dia 31 de maio de 2016, de conhecimento da divulgação da classificação o candidato poderá recorrer do resultado,

preenchendo o Formulário de Recurso (anexo ao Edital), fundamentado e dirigido à Comissão de Seleção do Processo Seletivo.

6.2 O Formulário de Recurso deverá ser entregue na Secretaria da Educação, localizado à rua Walter Marquardt, 1111, bairro Barra do Rio Molha, sendo liminarmente indeferido o recurso que se basear em razões subjetivas, sem a devida comprovação.

CLÁUSULA VII – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

7.1 O Prefeito Municipal de Jaraguá do Sul designará profissionais da Secretaria da Educação da Prefeitura de Jaraguá do Sul para compor a Comissão responsável pela organização e avaliação do Processo Seletivo Público Simplificado.

CLÁUSULA VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

8.1 Os profissionais serão admitidos, em caráter temporário, por regime de direito administrativo especial, através de processo seletivo público e universal, para atender necessidade temporária decorrente de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal.

8.2 Os candidatos serão convocados em observância ordem da classificação, a conveniência da Administração.

8.3 O candidato classificado e convocado para assumir vaga disponível e que não aceitar nenhuma das oferecidas pela Administração Municipal, decairá do direito ao preenchê-la.

8.4 O candidato classificado que não se apresentar no dia e horário determinados para escolha de vagas, perderá todos os direitos de preenchimento de vaga.

8.5 O candidato convocado para contratação deverá se apresentar no Setor de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul, no prazo máximo de dois dias úteis, sob a pena da perda do direito ao preenchimento da vaga escolhida.

8.6 O candidato que não comparecer na data agendada pela Administração Pública para a realização do exame médico admissional, decairá do direito ao preenchimento da vaga.

8.7 O número de aulas oferecidas em uma Unidade Escolar não poderá ser fragmentado, exceto quando for maior do que a carga horária permitida semanalmente.

8.8 O candidato que solicitar extinção de seu contrato de trabalho deverá fazê-lo com 30 (trinta) dias de antecedência, caso contrário, será aplicado a penalidade constante do Artigo 10, inciso IV, parágrafo 4º, da Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010.

8.9 Não será permitido ao candidato contratado, e em exercício, desistir de parte de sua carga horária, exceto quando for de interesse da Administração.

8.10 Na admissão o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo Setor de Gestão de Pessoas e a não apresentação de tais implicará na perda de todos os direitos ao preenchimento da vaga.

8.11 A contratação do candidato classificado dependerá, ainda, da aprovação prévia em exames médico-admissionais e da comprovação da habilitação.

8.12 As contratações serão realizadas mediante dotação orçamentária específica e prévia autorização do Prefeito.

8.13 A remuneração do contratado na forma deste Edital será idêntica à remuneração percebida pelo servidor efetivo em início de

carreira de mesma categoria, sendo: R\$ 3.137,91 (três mil, cento e trinta e sete reais e noventa e um centavos) para 40 horas semanais.

8.14 A contratação de professores para jornada semanal na forma inferior à fixada por Lei para o cargo efetivo do professor substituído dar-se-á com redução proporcional da respectiva remuneração, observada a conveniência da Administração.

8.15 Para os efeitos de remuneração, não serão consideradas as vantagens de natureza individual dos professores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

8.16 Aplica-se ao contratado nos termos deste Edital o disposto:
I - no artigo 13 da Lei Complementar Municipal Nº 002/1993, de 20 de dezembro de 1993, para fins de concessão de gratificação de aulas atividades correspondendo a 20% (vinte por cento) da respectiva carga horária semanal;
II - na legislação municipal que fixa auxílio alimentação e auxílio transporte;
III - no artigo da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, direito de petição;
IV - no artigo da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, deveres, proibições, acumulação e responsabilidade do servidor;
V - no artigo da Lei Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, penalidades;
VI - no artigo da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, que trata da licença especial à gestante e adotante.

8.17 O contratado nos termos deste Edital não poderá:
I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
III - ser novamente contratado com base no mesmo processo seletivo que originou a sua contratação, ressalvada as prorrogações contratuais.

8.18 A inobservância dos disposto no item 8.14. importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

8.19 As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado por tempo determinado serão apuradas mediante Processo Administrativo Disciplinar, assegurada ampla defesa.

8.20 O contrato firmado de acordo com este Edital extinguir-se-á:
I – pelo término contratual;
II - por iniciativa do contratado;
III - quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão observando a ampla defesa e o contraditório;
IV - por iniciativa de Poder Executivo.

8.21 A extinção do contrato fundada nos incisos I,II e III do item 8.20. não implicará no pagamento de indenização.

8.22 A extinção do contrato fundada no inciso IV do item 8.20., decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe seria devido no período remanescente do contrato.

8.23 A extinção do contrato fundada no inciso II do item 8.20 será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias.

8.24 A inobservância do disposto no item 8.20 implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público

simplificado do município de Jaraguá do Sul pelo período de 2 (dois) anos, contado da data do encerramento do contrato.

8.25 O tempo de serviço público objeto de contratação por tempo determinado será computada na forma prevista em Lei, observada a legislação relativa ao Regime Geral da Previdência Social- RGPS.

8.26 A conferência e assinatura da ficha de inscrição deste edital valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo Público Simplificado.

8.27 A data para chamada para a escolha das vagas será na medida que surgir a necessidade em 2016, a critério da Secretaria da Educação.

8.28 Fica assegurado à pessoa com deficiência (PcD), 5% (cinco por cento) das vagas existentes, nos termos do Artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, da Lei Federal Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e pela Lei Complementar Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, cujas atribuições do cargo sejam compatíveis com a necessidade de que sejam portadores. O candidato pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar na ficha de inscrição o tipo de deficiência e anexar laudo médico pericial que comprove a deficiência e se a mesma é compatível com o exercício do cargo de professor.

8.29 Não será fornecido ao candidato qualquer documento de caráter individual comprobatório de classificação.

8.30 A classificação do candidato no Processo Seletivo Público Simplificado não implica direito a contratação, cabendo ao Município, exclusivamente, a decisão quanto à conveniência e oportunidade as convocações para provimento das demandas verificadas.

8.31 Caberá ao candidato contratado arcar com as despesas de sua locomoção ou mudança, para prover demanda em localidade dentro da região de sua escolha.

8.32 Exercido o direito de escolha, não será permitida a desistência da vaga para assumir outra, nem transferência de Unidade Escolar ou Centro de Educação Infantil, ressalvado o interesse público.

8.33 A inexatidão de informações e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente a contratação do candidato na insubsistência da inscrição no processo Seletivo Público Simplificado poderão levar a sua nulidade e consequente rescisão unilateral por parte do Município, sem prejuízo das cominações legais aplicáveis.

8.34 Os candidatos classificados deverão manter atualizados seus endereços (telefones e e-mail) junto a Secretaria da Educação se responsabilizando pelos prejuízos que por ventura vierem a ter em decorrências da não atualização, inclusive os que levarem a compreensão de sua desistência tácita.

8.35 A simples efetuação da inscrição não gera qualquer direito ao candidato.

8.36 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo designada pelo Prefeito Municipal, através do Decreto nº 10.827/2016, ou, após contratação, pelo Secretário Municipal da Educação, conforme o caso.

8.37 Não poderão ser contratados os interessados com:

- a) ocorrência no Conselho Tutelar;
- b) demitidos ou exonerados por Processo de Sindicância e ou Administrativo Disciplinar;

8.38 As despesas decorrentes da execução deste Edital correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento.

8.39 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário da Educação

MODELO

(Carimbo ou papel timbrado do Estabelecimento de Ensino)

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Declaramos para os devidos fins que _____, matrícula nº _____, conta com o (s) seguinte (s) serviço prestado no cargo de Professor e/ou Administrador Escolar (Municipal, Estadual ou Particular) até 31 de abril de 2016, conforme:

- de ____/____/____ de ____ a ____/____/____
- de ____/____/____ de ____ a ____/____/____
- de ____/____/____ de ____ a ____/____/____

Totalizando: ____ anos, ____ meses e ____ dias.

Jaraguá do Sul, ____ de ____ de 2016.

Carimbo e assinatura do Responsável

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

Edital nº 003/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL ADMINISTRADOR ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome candidato: _____

Data Nasc.: ____/____/____ CPF: _____
RG: _____

Endereço Completo: _____

Fone residencial: _____ Celular: _____

E-mail: _____

Assinatura do Candidato

Para preenchimento da Comissão:

Pontuação tempo de serviço: _____ Pontuação cursos: _____

Habilitação: Pós () Mestrado () Doutorado ()

Visto Comissão Data da inscrição: ____/____/____

Recibo Inscrição

Nome candidato: _____

Disciplina: () Administrador Escolar

Habilitação: Pós () Mestrado () Doutorado ()

Data da inscrição: ____/____/____ Recebido por: _____

EXTRATO DO CONTRATO Nº 181/2016

E X T R A T O D O C O N T R A T O Nº 181/2016

PROCESSO: Tomada de Preços nº 16/2016-FMDI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

CONTRATADA: SUPERAR EIRELI-EPP

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado destinados a climatização do prédio: Pavilhão "C" do Parque Municipal de Eventos, sede do Centro de Convivência, situado na rua Walter Marquardt, 910 – bairro Barra do Rio Molha, em Jaraguá do Sul SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato

DO PREÇO: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 57.916,43 (cinquenta e sete mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta e três centavos) referente à mão de obra e R\$ 258.347,24 (duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos, referente aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 316.263,67 (trezentos e dezesseis mil, duzentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos), em conformidade com o disposto no item 5.2 seguinte. O pagamento será efetuado na terceira sexta-feira após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo a medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS e de cópia das certidões de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Dívida Ativa da União, Seguridade Social (INSS) e para com o FGTS, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, ambos da Lei n. 8.666/1993, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos na obra sem a efetiva execução. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida, estando incluso a confecção, instalação e manutenção durante o período de execução das obras, de 01 (uma) placa em folhas de zinco, conforme modelo anexo ao Edital (Anexo V), devendo a mesma ser instalada em local a ser determinado pelo MUNICÍPIO. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, POR OCASIÃO DO RECEBIMENTO DA OBRA, os documentos abaixo identificados: a) Certidão Negativa de Débito para com o INSS ref. a obra executada; b) Certificado de Regularidade do FGTS. Na hipótese de não apresentação, o pagamento será sustado. REAJUSTE: Em caso de prorrogação do prazo de execução contratual e depois de decorrido o prazo de 12(doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta comercial, o valor poderá ser reajustado pela variação do INPC, ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, incidentes apenas sobre os serviços a serem executados.

DOS PRAZOS O prazo para execução da obra será de 60(sessenta) dias consecutivos, a contar do dia seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. A ordem de serviço deverá ser emitida em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por igual período, devidamente justificado pela autoridade competente, em documento a ser juntado ao processo licitatório. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescidos de 60 (sessenta) dias. O prazo para execução das obras fixado no item 6.1 deverá ser rigorosamente cumprido, ressalvados os casos previstos no §1º do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas do objeto desta licitação correrão por conta de recursos do exercício de 2016. A dotação orçamentária é a seguinte:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.122.0851.2.803	Manutenção das ações previstas na Lei que institui o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso	4.4.90 – aplicações diretas	316	Próprio Doação

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2016

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: DIETER JANSSEN, JEAN CARLO LEUTPRECHT E ALDIVAR BAGATOLI

DIETER JANSSEN Prefeito Municipal	JEAN CARLO LEUTPRECHT Gestor do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI
--------------------------------------	--

PORTARIA Nº 382/2016

PORTARIANº 382/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 189/2016/DGP, de 16/05/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 1º/05/2016, a Portaria Nº 1462/2013, de 23/09/2013, que designou o servidor público municipal JAIME LUIZ MENDONÇA para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 383/2016

PORTARIANº 383/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 118/2016/Sema-GAS, de 12/05/2016, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 1º/05/2016, a Portaria Nº 119/2016, de 07/03/2016, que alterou de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal MÁRCIA REGINA CARDOSO, matrícula 3359-6, ocupante do cargo efetivo de FISCAL SANITARISTA, lotada na Secretaria Municipal da Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 384/2016

PORTARIANº 384/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 120/2012, de 23 de março de 2012; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 15368/2016;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, a partir de 1º/06/2016, de 40 horas semanais para 30 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal KAREN CRISTINA DA COSTA, ocupante do cargo efetivo de ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS, lotada na Secretaria Municipal da Administração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 385/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
--	--

PORTARIANº 385/2016 - de 17/05/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Servidora CLEUSA CARNEIRO SCHROEDER.

Publicada na forma do artigo 91, §1º, da LOM.

PORTARIA Nº 386/2016

PORTARIANº 386/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 38 a 40, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 048/2016/Sehare, de 28/04/2016, da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/06/2016, MARCIO RENATO STEILEIN, matrícula 7138, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PESQUISA, PROJETOS E PROGRAMAS HABITACIONAIS - Sehare, da Diretoria de Habitação, da Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de maio de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 387/2016

PORTARIANº 387/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 9864/2016;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER LICENÇA, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, à servidora pública municipal SÔNIA MARIA WINTER VOLKMANN, lotada na Secretaria Municipal da Educação, no período de 05/09/2016 a 04/09/2018, podendo ser prorrogado por igual período, vedada sua renovação antes de 02 (dois) anos de eventual prorrogação.

Art.2º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido da servidora ou no interesse do serviço.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/09/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de maio de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 388/2016

PORTARIANº 388/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso XIII, da LOM; e

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida pelo Sr. Prefeito Municipal;
CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo Disciplinar Nº 010/2015, instaurado pela Portaria Nº 166/2015, de 12/02/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 117/2016/3ªCPAD, de 04/05/2016, da Terceira Comissão Permanente de Processos Administrativos;

RESOLVE :

Art.1º ABSOLVER o Ex-Secretário Municipal ANTONIO MARCOS DA SILVA e o servidor público municipal ALESSANDRO BUOZI MARTINS, com fundamento no artigo 240, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais do servidor.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de maio de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 389/2016

PORTARIANº 389/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com base nas razões que constam no Processo Administrativo Disciplinar Nº 011/2015, instaurado pela Portaria Nº 167/2015, de 12/02/2015; e

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida pelo Sr. Prefeito Municipal;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 129/2016/3ª CPAD, de 11/05/2016, da Terceira Comissão Permanente de Processos Administrativos;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/06/2016, LUCILDA MARIA WOLF VOLTOLINI, matrícula 3371-5, ocupante do cargo de AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais da servidora.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de maio de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 005/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 005/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 5708/2016, cadastro – INCRA: 801.062.007.811-0, Alvará de restauração e reforma Etapa III, tendo como requerente, Eliane Joceli Silveira – CASA SILVEIRA, do imóvel situado na Rua 8240 – JGS 240 – Ricardo Luiz Floriani – bairro: Nereu Ramos – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de março de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação em técnica enxaimel do ano de 1917 com 142,57 m², averbada na MI 776, é tombada pelo Decreto nº5.563/2005.

CONSIDERANDO que o projeto de restauração e reforma Etapa III e demais etapas descritas no projeto de restauração completa da edificação, mantém as características do prédio de forma aceitável e compatível, com o uso de materiais e soluções que respeitam e preservam a edificação.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável ao alvará de licença para restauração, concordando com o Parecer nº 004/2016 da Comissão de

Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo nº 045/2016/SPHC, do Setor de Patrimônio Histórico Cultural de Jaraguá do Sul, abrangendo as demais etapas que compreendem a restauração da edificação como um todo.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de março de 2016.

Marcelo Heinz Prochnow
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 006/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 006/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 5707/2016, cadastro – INCRA: 801.062.035.866, Alvará de restauração e reforma Etapa II, tendo como requerente, Eno Rux, do imóvel situado na Rua Rodovia Estadual - SC 416 – Wolfgang Weege – bairro: Rio Cerro II – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de março de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação em técnica enxaimel do ano de 1915 com 84,75 m², averbada na MI 1735, é tombada pelo Decreto nº 8492/2012, de 15 de março de 2012.

CONSIDERANDO que o projeto de restauração e reforma Etapa II e demais etapas descritas no projeto de restauração completa da edificação, mantém as características do prédio de forma aceitável e compatível, com o uso de materiais e soluções que respeitam e preservam a edificação.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável ao alvará de licença para restauração, concordando com o Parecer nº 003/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo nº 044/2016/SPHC, do Setor de Patrimônio Histórico Cultural de Jaraguá do Sul, abrangendo as demais etapas que compreendem a restauração da edificação como um todo, devendo ser observado o que segue:

a) Devem ser incluídos na proposta de restauração, a recuperação de pinturas internas “antigas” que se caracterizam por “faixas”, bordaduras, listras e detalhes pictográficos, com a previsão de sua restauração e recuperação num todo ou de forma parcial como também seu registro em projeto.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de março de 2016.

Marcelo Heinz Prochnow
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 007/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 007/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 6109/2016, cadastro: 44.731, Alvará de restauração, tendo como requerente, Carlos Alberto Ginjo (CASA SPLITTER), do imóvel situado na rua 14 – Jorge Czerniewicz, 927 – bairro: Czerniewicz – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que

lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de março de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação em alvenaria do ano de 1939 com 201,10 m², averbada na MI 54.906, é tombada pelo Decreto nº 7.503/2010, de 18 de outubro de 2010.

CONSIDERANDO que o projeto de restauração – Etapa I, no futuro distribuído em novas etapas, mantém as características do prédio de forma aceitável e compatível, com o uso de materiais e soluções que respeitam e preservam a edificação.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável ao alvará de licença para restauração, concordando com o Parecer nº 007/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo nº 048/2016/SPHC, do Setor de Patrimônio Histórico Cultural de Jaraguá do Sul, para a restauração/reforma – Etapa I – restauração da estrutura da cobertura, desde que atendidos os itens:

1. As telhas deverão ser conforme a tipologia original existentes atualmente na edificação, podendo ser repostas novas telhas se for o caso. A denominação de telhas “tipo uruguaia”, leia-se telhas planas cerâmicas, tipo alemã.

2. Na restauração da estrutura do madeiramento da cobertura, deverão ser reproduzidos todos os encaixes/ancoragens/pinagem/tarugos/sóculos e soluções construtivas da época de sua construção, seguindo a sequência lógica e preservando a integridade física dos materiais empregados.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de março de 2016.

Marcelo Heinz Prochnow
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 008/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 008/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 4017/2016, cadastro:14.389, Alvará de restauração e reforma, tendo como requerente, Blásio Mannes (Casa Freygang), do imóvel situado na rua 6 – Coronel Procópio Gomes de Oliveira, 584 - Centro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de março de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação em alvenaria do ano de 1937 com 108,03 m² (a restaurar), 11,52 m² (a ampliar), Total: 119,52 m², averbada na MI 12.787, é tombada pelo Decreto nº 9.017/2012, de 05 de dezembro de 2012.

CONSIDERANDO que o projeto inclui a restauração dos 108,03 m² e a ampliação de 11,52 m² em alvenaria, distribuído em etapas, mantém as características do prédio de forma aceitável e compatível, com o uso de materiais e soluções que respeitam e preservam a edificação.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável ao alvará de licença para restauração, concordando com o Parecer nº 006/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo nº 047/2016/SPHC, do Setor de Patrimônio Histórico Cultural de Jaraguá do Sul, abrangendo todas as etapas que compreendem a restauração da edificação como um todo, observando

o que segue:

a) Devem ser incluídos na proposta de restauração, a recuperação de pinturas internas “antigas” que se caracterizam por “faixas”, bordaduras, listras e detalhes pictográficos, com a previsão de sua restauração e recuperação num todo ou de forma parcial como também seu registro em projeto.

b) Manutenção do muro frontal existente e parcial lateral, que deverão ser registrados em projeto e sujeito a aprovação do Setor de Patrimônio Histórico Cultural.

c) A estrutura do piso do banheiro deverá estar totalmente independente, com elementos estruturais e de apoio próprios e autônomos, não devendo ser apoiada na estrutura original.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de março de 2016.

Marcelo Heinz Prochnow

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 009/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 009/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 6555/2016 cadastro:1.361, Alvará de restauração, tendo como requerente, Carlos Eduardo Mann – CASA MANN, do imóvel situado na rua 15 – Rudolfo Hufenuessler, 152 – Centro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de março de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação em alvenaria do ano de 1955 com 185,83 m² informado no cadastro técnico da PMJS, MI 74.982, é tombada pelo Decreto nº 10.622/2015, de 10 de novembro de 2015.

CONSIDERANDO que o projeto de restauração e reforma Etapa II e demais etapas descritas no projeto de restauração completa da edificação, mantém as características do prédio de forma aceitável e compatível, com o uso de materiais e soluções que respeitam e preservam a edificação.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável ao alvará de licença para restauração, concordando com o Parecer nº 005/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo nº 046/2016/SPHC, do Setor de Patrimônio Histórico Cultural de Jaraguá do Sul, abrangendo todas as etapas ainda que executadas em etapas futuras e momentos diferentes, desde que siga uma sequência lógica e preserve a integridade física dos materiais empregados.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de março de 2016.

Marcelo Heinz Prochnow

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 010/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 010/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo SPHC Cadastro: 35.946, Aprovação do Projeto Arquitetônico (E.M.E.F. Ricieri Marcatto), tendo como requerente, Secretaria Municipal de Educação, da edificação escolar situada na rua 853 – Richard Viergutz – bairro: Rio Cerro I – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que o muro de alvenaria da edificação escolar constante da MI 27.353, é de interesse em preservar como um bem cultural edificado, pois faz conjunto com a escola.

CONSIDERANDO que o conjunto prédio da escola e muro valorizam a paisagem local, destacando-se do seu entorno.

CONSIDERANDO que o projeto de restauro e reconstrução mantém as características do muro de forma aceitável e compatível com a preservação do mesmo.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o projeto arquitetônico da E.M.E.F. Ricieri Marcatto, apresentado, concordando com o Parecer nº 009/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que determina que deverá ser seguido o mesmo padrão construtivo, com materiais compatíveis com aqueles já empregados na construção do muro histórico.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 011/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 011/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 8491/2016 cadastro: 7.344, Alvará de reforma (restauro da cobertura), tendo como requerente, Vandelina Deretti Mannes (antiga Casa Fischer), do imóvel situado na Rua 4 – Presidente Epitácio Pessoa, nº 772 – Centro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a edificação de alvenaria, constante do Cadastro Técnico 7344 e MI 60.589, com área de 110,09 m² do ano de 1942/1947, de interesse de preservação, conforme Decreto nº 10.622/2015 de 10 de novembro de 2015.

CONSIDERANDO que o projeto de restauro e reconstrução mantém as características do telhado de forma aceitável e compatível com a preservação do mesmo.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de reforma e restauro da cobertura apresentado, concordando com o Parecer nº 011/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que

concorda com o Parecer Administrativo 109/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 012/2016/COMPHAAN/JS RESOLUÇÃO Nº 012/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 7628/2016 cadastro: 7.344, Alvará de licença para restauração, tendo como requerente, Vandeline Deretti Mannes (antiga Casa Fischer), do imóvel situado na Rua 4 – Presidente Epitácio Pessoa, nº 772 - Centro– Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a edificação de alvenaria, constante do Cadastro Técnico 7344 e MI 60.589, com área de 110,09 m² do ano de 1942/1947, de interesse de preservação, conforme Decreto nº 10.622/2015 de 10 de novembro de 2015.

CONSIDERANDO a análise do projeto de restauro que mantém as características da edificação de forma aceitável e compatível com a preservação do mesmo.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de restauro, concordando com o Parecer nº 010/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 111/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural conforme segue:

a) Com relação a proposta de supressão parcial do muro de pedras frontal, é contrário à retirada, devendo manter o muro conforme existente hoje.

b) O projeto deverá ser reapresentado ao Setor de Patrimônio Histórico Cultural para sua homologação e aprovação, com as correções, sem necessidade de retornar ao COMPHAAN, senão houver nenhuma outra alteração a ser anuída.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 013/2016/COMPHAAN/JS RESOLUÇÃO Nº 013/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 7366/2016 cadastro: 7.346, Alvará de licença para restauração/reforma e ampliação, tendo como requerente, William Emanuel Muller (Administradora Hancar), do imóvel situado na Rua 4 – Presidente Epitácio Pessoa, nº 868 - Centro– Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que

lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a edificação de alvenaria, constante do Cadastro Técnico 7346 e MI 8.624, com área de 80,00 m² a restaurar e 29,05 m² a ampliar, do ano de 1925, é de interesse de preservação, conforme Decreto nº 7.990/2011 de 05 de julho de 2011.

CONSIDERANDO a análise do projeto de restauro e ampliação que mantém as características da edificação de forma aceitável e compatível com a preservação do mesmo.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de licença para restauro e ampliação apresentado, concordando com o Parecer nº 012/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 108/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 014/2016/COMPHAAN/JS RESOLUÇÃO Nº 014/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 39820/2015 Cadastro: 8.203, Alvará de demolição, tendo como requerente, Valmir José Bressan e Marize Richert Bressan, do imóvel situado na Rua 4 – Presidente Epitácio Pessoa, nº 753 – Centro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação mista, constante do Cadastro Técnico 8.203 e MI 28.732, com área de 159,63 m², do ano de 1964/1982, não mais existe, restando apenas um volume remanescente da edificação aos fundos, utilizado como depósito.

CONSIDERANDO a edificação não faz parte do inventário dos bens culturais edificados do Projeto Caminhos Históricos de Jaraguá do Sul de interesse em preservar como Patrimônio edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 013/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 077/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 015/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 015/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 26525/2015 cadastro: 9.853, Alvará de demolição, tendo como requerente, Edla Fritsche de Moraes e Silvano Martins de Moraes, do imóvel situado na Rua 88 – Henrique Marquardt, nº 220 – bairro: Czerniewicz – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de madeira, constante do Cadastro Técnico 9.853 e MI 34.374, com área de 88,00 m² a demolir, do ano de 1936, já está parcialmente demolida, sem uso e em estado de deterioração.

CONSIDERANDO a edificação não era de interesse em preservar como Patrimônio edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 014/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 088/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 016/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 016/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 31244/2015 cadastro: 9.571, Alvará de demolição, tendo como requerente, Joselito Schiochet, do imóvel situado na Rua 720 – Júlio Tissi – Pioneiro, nº 1008 – bairro: Nereu Ramos – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de madeira, constante do Cadastro Técnico 9.571 e MI 30.342, com área de 48,00 m², do ano de 1960, já está demolida.

CONSIDERANDO a edificação não era de interesse em preservar como Patrimônio edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 015/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 079/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 017/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 017/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 35018/2015 cadastro INCRA: 801.062.019.283, Alvará de demolição, tendo como requerente, Ildo Nienow, do imóvel situado na rua 8446 – JGS 446 – Localidade: Garibaldi – Ribeirão Cacilda – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de madeira, constante do Cadastro INCRA 9.571 801.062.019.283 e TI 43.011, com área de 38,00 m², do ano de 1973, já está demolida.

CONSIDERANDO a edificação não era de interesse em preservar como Patrimônio edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 016/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 080/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 018/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 018/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 42693/2015, cadastro 1.124, consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente, Marlene Izidoro da Costa, do imóvel situado na rua 52 – Expedicionário Cabo Harry Hadlich, nº 374 – Centro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a análise da solicitação de construção de 481,00 m² no Cadastro 1.124, constatou-se a existência de uma edificação em alvenaria com 179,31 m² do ano de 1971, já na MI 13.020 do mesmo terreno constatou-se uma casa residencial em madeira com um pavimento e área de 153,28 m².

CONSIDERANDO que as edificações identificadas não são de interesse em preservar como patrimônio edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão de viabilidade para construção solicitado e também concedendo anuência para o alvará de demolição das referidas edificações, concordando com o Parecer nº 033/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 128/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 019/2016/COMPHAAN/JS
RESOLUÇÃO Nº 019/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 33137/2015 cadastro: 35.979, Alvará de demolição, tendo como requerente, Augusto Demarchi Júnior e Geovane Demarchi, do imóvel situado na Rua – Prefeito José Bauer – bairro: Três Rios do Sul – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a edificação de madeira, constante do Cadastro 35.979 e MI 3.367, com área de 60,00 m² a demolir, do ano de 1970, não é de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 017/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 087/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 020/2016/COMPHAAN/JS
RESOLUÇÃO Nº 020/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 39803/2015 cadastro: 3.153, Alvará de demolição, tendo como requerente, Elca Pieske, do imóvel situado na rua 502 – Bertha Weege, nº 484 – bairro: Barra do Rio Cerro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a edificação de residencial em alvenaria, constante do Cadastro 3153 e MI 77.222, com área de 113,00 m² a demolir, do ano de 1969, não é de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 018/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 105/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 021/2016/COMPHAAN/JS
RESOLUÇÃO Nº 021/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 30717/2015 cadastro: 578, Alvará de demolição, tendo como requerente, Isidoro Lipinski e Rosalina Lipinski, do imóvel situado na rua 118 – Araquari, nº 252 – bairro: Ilha da Figueira – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a edificação de madeira, constante do Cadastro 578 e MI 45.223, com área de 77,00 m², do ano de 1972, não mais existe e não era de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 019/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 106/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 022/2016/COMPHAAN/JS
RESOLUÇÃO Nº 022/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 40765/2015 cadastro: 9.046, Alvará de demolição, tendo como requerentes, Gelson Goulart Anschau e Edineia Aparecida Kröetz Anschau, do imóvel situado na Rua 59 – Irmão Leandro, nº 1082 – bairro: Vila Lenzi – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a edificação de madeira, constante do Cadastro 9.046 e MI 10.377, com área de 48,00 m², do ano de 1965, não mais existe, não sendo passível de preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 020/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 107/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 023/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 023/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 415/2016 – Cadastro: 8.278, Alvará de demolição, tendo como requerentes, Luciana Saade e Adolpho Oswaldo Saade, do imóvel situado na Rua 50 – Guilherme Weege, nº 205 – Centro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a edificação de alvenaria, constante do Cadastro 8.278 e MI 47.879, com área de 148,70 m², do ano de 1974, a demolir, não é de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 021/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 100/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 024/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 024/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 4043/2016 – Cadastro: 19.950, Alvará de demolição, tendo como requerentes, Alírio Uller e Ivaldina de Jesus de Assis Uller, do imóvel situado na rua 598 – João André dos Reis, nº 205 – bairro: Vila Lenzi – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a edificação de madeira, constante do Cadastro 19.950 e MI 83.628, com área de 117,00 m², do ano de 1964, a demolir, não é de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 022/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 112/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 025/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 025/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 5154/2016 – Cadastro: 5.838, Alvará de demolição, tendo como requerentes, Anderson José Tecilla e Outros, do imóvel situado na Rua 8 – João Januário Ayroso, nº 3086 – bairro: São Luís – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a edificação mista, constante do Cadastro 5.838 e MI 40.959, com área de 265,00 m², do ano de 1957, a demolir, não é de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 023/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 114/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 026/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 026/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 4895/2016 – Cadastro: 27.496, Alvará de demolição, tendo como requerente, Lenilson Emílio Elísio, do imóvel situado na Rua 302 – Erwino Bublitz, nº 58 – bairro: Czerwicz – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a edificação alvenaria, constante do Cadastro 27.496 e MI 65.137, com área de 123,20 m², do ano de 1975, a demolir, estava em ruínas e não é de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 024/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 113/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 027/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 027/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 4354/2016 – Cadastro: 5.569, Alvará de demolição, tendo como requerente, JGM Empreendimentos e Participações Ltda, do imóvel situado na rua 504 – Ângelo Rubini, nº 1031 – bairro: Barra do Rio Cerro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a edificação alvenaria, constante do Cadastro 5.569 e MI 33.021, com área de 113,40 m², do ano de 1973, a demolir, não é de interesse em preservar com patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 025/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 115/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 028/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 028/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 9594/2014 – Cadastro: 3.302, Alvará de ampliação, tendo como requerente, Venezio Hornburg, do imóvel situado na rua 12 – Av. Prefeito Waldemar Grubba – bairro: Vila Lalau – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que as edificações, uma casa de madeira com 91,00 m², do ano de 1960 e um rancho de madeira com 138,00 m², do ano de 1964, averbados na MI 20.820, não mais existem e não são passíveis de preservar como patrimônio cultural edificado.

CONSIDERANDO que o alvará de ampliação para 1.519,66 m² envolvem os cadastros 3.302, 34.491 e 28.749 e as MIs 20.820, 40.298 e 50.790, onde não foram identificados imóveis de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de ampliação, concordando com o Parecer nº 026/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 103/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência também para o alvará de demolição.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 029/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 029/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 37266/2015 – Cadastro: 8.153, Alvará de construção civil comercial em alvenaria, tendo como requerente, Rodrigo Rogério Vassel, do imóvel situado na rua 97 – Rio de Janeiro, nº 154 – bairro: Czerniewicz – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que o galpão de madeira do ano de 1965, averbado na MI 58.603, e cadastro 8.153 não mais existe, e não é passível de preservar como patrimônio cultural edificado.

CONSIDERANDO que o alvará de construção civil comercial em alvenaria para 187,50 m² envolve o cadastro e a MI acima referidos, onde foi identificado um galpão em alvenaria, sem interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de construção civil comercial em alvenaria, concordando com o Parecer nº 027/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 102/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência para o alvará de demolição do galpão de madeira do ano de 1965.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 030/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 030/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 4971/2016 – Cadastro: 6.590, Alvará de construção civil residencial em alvenaria, tendo como requerente, Janice Correa, do imóvel situado na rua 43 – Pe. Alberto Romuald Jakobs, nº 373 – bairro: Vila Lenzi – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de madeira do ano de 1973, averbada na MI 6.486, e cadastro 6.590 não mais existe, e não é passível de preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de construção civil residencial em alvenaria, concordando com o Parecer nº 028/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 101/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência para o alvará de demolição da edificação de madeira do ano de 1973.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 031/2016/COMPHAAN/JS
RESOLUÇÃO Nº 031/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 4373/2016 – Cadastro: 14.173, Consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente, Iris Stein Lunelli, do imóvel situado na rua 5 – Prefeito José Bauer, nº 567 – bairro: Rau – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que as edificações encontradas na MI 29.662 e cadastro 14.173, uma residência de madeira com área total de 121,40 m², do ano de 1972, e um telheiro com 48,00 m² também do ano de 1972, não são de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à consulta de viabilidade para construção, concordando com o Parecer nº 032/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 110/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência para o alvará de demolição das edificações supracitadas do ano de 1972.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 032/2016/COMPHAAN/JS
RESOLUÇÃO Nº 032/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 33362/2015 – Cadastro: 33.700, Consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente, Tayze L. M. Buzarello, do imóvel situado na rua 887 – Domingos A. Garcia – bairro: Três Rios do Norte – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que na vistoria “in loco”, constatou-se que a edificação enxaimel, averbada na MI 57.476, não mais existe, restando apenas duas edificações no terreno, não averbadas na referida MI, que não são de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado

CONSIDERANDO que há registros que identificam a referida edificação enxaimel averbada na MI 57.476, como inventariada pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional – IPHAN na década de 1980, e que fazia parte dos “Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina”, o qual é fruto de uma parceria entre a Fundação Catarinense de Cultura – FCC e IPHAN.

CONSIDERANDO que o terreno está no raio de abrangência de um

bem tombado do Eixo Histórico 2, IECLB – Paróquia Apóstolo Tiago, tombada pelo decreto Municipal nº 10.475/2015;

CONSIDERANDO que não há documentação no processo referente a demolição da edificação enxaimel, conforme relatado no Parecer Administrativo 093/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

RESOLVE:

Art. 1º – Indeferir a consulta de viabilidade para construção, concordando com o Parecer nº 031/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, e solicitar esclarecimentos sobre a demolição do imóvel na técnica enxaimel averbado na MI 57.476 e indicado como patrimônio histórico com interesse em preservação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.
Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 033/2016/COMPHAAN/JS
RESOLUÇÃO Nº 033/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 33363/2015 – Cadastro: 33.700, Consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente, Tayze L. M. Buzarello, do imóvel situado na rua 887 – Domingos A. Garcia – bairro: Três Rios do Norte – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que na vistoria “in loco”, constatou-se que a edificação enxaimel, averbada na MI 57.476, não mais existe, restando apenas duas edificações no terreno, não averbadas na referida MI, que não são de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado

CONSIDERANDO que há registros que identificam a referida edificação enxaimel averbada na MI 57.476, como inventariada pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional – IPHAN na década de 1980, e que fazia parte dos “Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina”, o qual é fruto de uma parceria entre a Fundação Catarinense de Cultura – FCC e IPHAN.

CONSIDERANDO que o terreno está no raio de abrangência de um bem tombado do Eixo Histórico 2, IECLB – Paróquia Apóstolo Tiago, tombada pelo decreto Municipal nº 10.475/2015;

CONSIDERANDO que não há documentação no processo referente a demolição da edificação enxaimel, conforme relatado no Parecer Administrativo 094/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

RESOLVE:

Art. 1º – Indeferir a consulta de viabilidade para construção, concordando com o Parecer nº 030/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, e solicitar esclarecimentos sobre e solicitar esclarecimentos sobre a demolição do imóvel na técnica enxaimel averbado na MI 57.476 e indicado como patrimônio histórico com interesse em preservação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 034/2016/COMPHAAN/JS RESOLUÇÃO Nº 034/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 26.329/2015 – Cadastros: 35.081 e 33.200, alvará de ampliação, tendo como requerente, Zanotti S.A., do imóvel situado na rua 447 – Germano Wagner, nº 1000 – bairro: Centenário – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação constante na MI 19.068, um galpão industrial em alvenaria com área de 720,00 m², construído no ano de 1964, já foi demolido e em seu lugar foi construído outro galpão.

CONSIDERANDO que o alvará de ampliação solicitado para a obra já consolidada em nada afetará a edificação histórica vizinha, do ano de 1964, de propriedade de Nair Zanotti, que é de interesse de preservação conforme certificação de inventário nº 017/2015, datada de 7 de outubro de 2015, nem afetará também a propriedade de Adolar Eggert, localizada na lateral esquerda e que se encontra em processo de tombamento.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de ampliação, concordando com o Parecer nº 029/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 127/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência para o alvará de demolição do galpão de alvenaria de 720,00 m² do ano de 1964.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 035/2016/COMPHAAN/JS RESOLUÇÃO Nº 035/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 18779/2007 – Cadastros: 13.973, 22.832, 14.216, 16.342, 22.833 e 17.290, alvará de ampliação e reforma, tendo como requerente, WEG Equipamentos Elétricos S.A., do imóvel situado na rua 12 – Av. Prefeito Waldemar Grubba, nº 3000 – bairro: Vila Lalau – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que as edificações averbadas na MI 16.013, um prédio em alvenaria para a Fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973, um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar

dos anos foi ampliado; e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976 e demolido em 1992.

CONSIDERANDO que as edificações supracitadas não eram de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado e já foram demolidas e substituídas por prédios pré-moldados.

CONSIDERANDO que com relação ao Eixo Histórico I, no qual o Parque Fabril é lindeiro, nenhuma edificação histórica existente neste eixo foi afetada fisicamente ou visualmente pelas edificações atuais.

CONSIDERANDO que as edificações constantes nas MI 29.399, 29.400, 31.418 e 65.957 não estão enquadradas na Lei 1.854/94 e na MI 30.141 não há benfeitoria.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de ampliação e reforma, concordando com o Parecer nº 035/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 119/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência para o alvará de demolição dos imóveis averbados na MI 16.013 conforme segue:

- a) um prédio em alvenaria para a Fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973;
- b) um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado;
- c) e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 036/2016/COMPHAAN/JS RESOLUÇÃO Nº 036/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 27022/2008 – Cadastros: 13.973, 22.832, 14.216, 16.342, 22.833 e 17.290, alvará de ampliação, tendo como requerente, WEG Equipamentos Elétricos S.A., do imóvel situado na rua 12 – Av. Prefeito Waldemar Grubba, nº 3000 – bairro: Vila Lalau – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que as edificações averbadas na MI 16.013, um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973, um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado; e um prédio em madeira para a Fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976 e demolido em 1992.

CONSIDERANDO que as edificações supracitadas não eram de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado e já foram demolidas e substituídas por prédios pré-moldados.

CONSIDERANDO que com relação ao Eixo Histórico I, no qual o Parque Fabril é lindeiro, nenhuma edificação histórica existente neste eixo foi afetada fisicamente ou visualmente pelas edificações atuais.

CONSIDERANDO que as edificações constantes nas MI 29.399, 29.400, 31.418 e 65.957 não estão enquadradas na Lei 1.854/94 e na MI 30.141 não há benfeitoria.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de ampliação, concordando com o Parecer nº 036/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 117/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência para o alvará de demolição dos imóveis averbados na MI 16.013 conforme segue:

- a) um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973;
- b) um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado;
- c) e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 037/2016/COMPHAAN/JS RESOLUÇÃO Nº 037/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 5864/2016 – Cadastros: 13.973, 22.832, 14.216, 16.342, 22.833 e 17.290, alvará de ampliação, tendo como requerente, WEG Equipamentos Elétricos S. A., do imóvel situado na rua 12 – Av. Prefeito Waldemar Grubba, nº 3000 – bairro: Vila Lalau – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que as edificações averbadas na MI 16.013, um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973, um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado; e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976 e demolido em 1992.

CONSIDERANDO que as edificações supracitadas não eram de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado e já foram demolidas e substituídas por prédios pré-moldados.

CONSIDERANDO que com relação ao Eixo Histórico I, no qual o Parque Fabril é lindeiro, nenhuma edificação histórica existente neste eixo foi afetada fisicamente ou visualmente pelas edificações atuais.

CONSIDERANDO que as edificações constantes nas MI 29.399, 29.400, 31.418 e 65.957 não estão enquadradas na Lei 1.854/94 e na MI 30.141 não há benfeitoria.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de ampliação, concordando com o Parecer nº 037/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 122/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência para o alvará de demolição dos imóveis averbados na MI 16.013 conforme segue:

- a) um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973;
- b) um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado;
- c) e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 038/2016/COMPHAAN/JS RESOLUÇÃO Nº 038/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 7103/2016 – Cadastros: 13.973, 22.832, 14.216, 16.342, 22.833 e 17.290, alvará de ampliação, tendo como requerente, WEG Equipamentos Elétricos S. A., do imóvel situado na rua 12 – Av. Prefeito Waldemar Grubba, nº 3000 – bairro: Vila Lalau – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que as edificações averbadas na MI 16.013, um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973, um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado; e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976 e demolido em 1992.

CONSIDERANDO que as edificações supracitadas não eram de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado e já foram demolidas e substituídas por prédios pré-moldados.

CONSIDERANDO que com relação ao Eixo Histórico I, no qual o Parque Fabril é lindeiro, nenhuma edificação histórica existente neste eixo foi afetada fisicamente ou visualmente pelas edificações atuais.

CONSIDERANDO que as edificações constantes nas MI 29.399, 29.400, 31.418 e 65.957 não estão enquadradas na Lei 1.854/94 e na MI 30.141 não há benfeitoria.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de ampliação, concordando com o Parecer nº 038/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 121/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência para o alvará de demolição dos imóveis averbados na MI 16.013 conforme segue:

- a) um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973;
- b) um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado;
- c) e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 039/2016/COMPHAAN/JS
RESOLUÇÃO Nº 039/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 1596/2016 – Cadastros: 13.973, 22.832, 14.216, 16.342, 22.833 e 17.290, alvará de construção civil industrial em alvenaria, tendo como requerente, WEG Equipamentos Elétricos S. A., do imóvel situado na rua 12 – Av. Prefeito Waldemar Grubba, nº 3000 – bairro: Vila Lalau – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que as edificações averbadas na MI 16.013, um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973, um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado; e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976 e demolido em 1992.

CONSIDERANDO que as edificações supracitadas não eram de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado e já foram demolidas e substituídas por prédios pré-moldados.

CONSIDERANDO que com relação ao Eixo Histórico I, no qual o Parque Fabril é lindeiro, nenhuma edificação histórica existente neste eixo foi afetada fisicamente ou visualmente pelas edificações atuais.

CONSIDERANDO que as edificações constantes nas MI 29.399, 29.400, 31.418 e 65.957 não estão enquadradas na Lei 1.854/94 e na MI 30.141 não há benfeitoria.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de construção civil industrial em alvenaria, concordando com o Parecer nº 039/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 120/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência para o alvará de demolição dos imóveis averbados na MI 16.013 conforme segue:

- a) um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973;
- b) um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado;
- c) e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 040/2016/COMPHAAN/JS
RESOLUÇÃO Nº 040/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 22518/2010 – Cadastros: 13.973, 22.832, 14.216, 16.342, 22.833 e 17.290, alvará de construção civil comercial em alvenaria, tendo como requerente, WEG Equipamentos Elétricos S. A. - AUTOMAÇÃO, do imóvel situado na rua 12 – Av.

Prefeito Waldemar Grubba, nº 3000 – bairro: Vila Lalau – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que as edificações averbadas na MI 16.013, um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973, um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado; e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976 e demolido em 1992.

CONSIDERANDO que as edificações supracitadas não eram de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado e já foram demolidas e substituídas por prédios pré-moldados.

CONSIDERANDO que com relação ao Eixo Histórico I, no qual o Parque Fabril é lindeiro, nenhuma edificação histórica existente neste eixo foi afetada fisicamente ou visualmente pelas edificações atuais.

CONSIDERANDO que as edificações constantes nas MI 29.399, 29.400, 31.418 e 65.957 não estão enquadradas na Lei 1.854/94 e na MI 30.141 não há benfeitoria.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de construção civil comercial em alvenaria, concordando com o Parecer nº 040/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 118/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência para o alvará de demolição dos imóveis averbados na MI 16.013 conforme segue:

- a) um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973;
- b) um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado;
- c) e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 041/2016/COMPHAAN/JS
RESOLUÇÃO Nº 041/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 1591/2016 – Cadastros: 13.973, 22.832, 14.216, 16.342, 22.833 e 17.290, alvará de construção civil industrial em alvenaria, tendo como requerente, WEG Equipamentos Elétricos S. A. - MOTORES, do imóvel situado na rua 12 – Av. Prefeito Waldemar Grubba, nº 3000 – bairro: Vila Lalau – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que as edificações averbadas na MI 16.013, um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m²,

concluído em 1973, um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado; e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976 e demolido em 1992.

CONSIDERANDO que as edificações supracitadas não eram de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado e já foram demolidas e substituídas por prédios pré-moldados.

CONSIDERANDO que com relação ao Eixo Histórico I, no qual o Parque Fabril é lindeiro, nenhuma edificação histórica existente neste eixo foi afetada fisicamente ou visualmente pelas edificações atuais.

CONSIDERANDO que as edificações constantes nas MI 29.399, 29.400, 31.418 e 65.957 não estão enquadradas na Lei 1.854/94 e na MI 30.141 não há benfeitoria.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de construção civil industrial em alvenaria, concordando com o Parecer nº 041/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 124/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência para o alvará de demolição dos imóveis averbados na MI 16.013 conforme segue:

- a) um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973;
- b) um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado;
- c) e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 042/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 042/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 8871/2016 – Cadastros: 13.973, 22.832, 14.216, 16.342, 22.833 e 17.290, alvará de construção civil industrial em alvenaria, tendo como requerente, WEG Equipamentos Elétricos S. A., do imóvel situado na rua 12 – Av. Prefeito Waldemar Grubba, nº 3000 – bairro: Vila Lalau – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que as edificações averbadas na MI 16.013, um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973, um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado; e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976 e demolido em 1992.

CONSIDERANDO que as edificações supracitadas não eram de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado e já foram demolidas e substituídas por prédios pré-moldados.

CONSIDERANDO que com relação ao Eixo Histórico I, no qual o Parque Fabril é lindeiro, nenhuma edificação histórica existente neste eixo foi afetada fisicamente ou visualmente pelas edificações

atuais.

CONSIDERANDO que as edificações constantes nas MI 29.399, 29.400, 31.418 e 65.957 não estão enquadradas na Lei 1.854/94 e na MI 30.141 não há benfeitoria.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de construção civil industrial em alvenaria, concordando com o Parecer nº 042/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 126/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência para o alvará de demolição dos imóveis averbados na MI 16.013 conforme segue:

- a) um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973;
- b) um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado;
- c) e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 043/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 043/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 5268/2016 – Cadastros: 13.973, 22.832, 14.216, 16.342, 22.833 e 17.290, alvará de construção civil industrial em alvenaria, tendo como requerente, WEG Equipamentos Elétricos S. A., do imóvel situado na rua 12 – Av. Prefeito Waldemar Grubba, nº 3000 – bairro: Vila Lalau – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que as edificações averbadas na MI 16.013, um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973, um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado; e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976 e demolido em 1992.

CONSIDERANDO que as edificações supracitadas não eram de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado e já foram demolidas e substituídas por prédios pré-moldados.

CONSIDERANDO que com relação ao Eixo Histórico I, no qual o Parque Fabril é lindeiro, nenhuma edificação histórica existente neste eixo foi afetada fisicamente ou visualmente pelas edificações atuais.

CONSIDERANDO que as edificações constantes nas MI 29.399, 29.400, 31.418 e 65.957 não estão enquadradas na Lei 1.854/94 e na MI 30.141 não há benfeitoria.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de construção civil industrial em alvenaria, concordando com o Parecer nº 034/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo 123/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, e inclui a anuência para o alvará de demolição dos imóveis averbados na MI 16.013 conforme segue:

- a) um prédio em alvenaria para a fábrica II, com área de 5.625,00m², concluído em 1973;
- b) um prédio em alvenaria para tratamento térmico, com área de 480,00 m² concluído em 1975, que com o passar dos anos foi ampliado;
- c) e um prédio em madeira para a fábrica de caixas, com 700,00 m², concluído em 1976.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 044/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 044/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre a alteração de descrição dos níveis de preservação e sua adoção em todos os tombamentos.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de abril de 2016.

CONSIDERANDO que o “Projeto de preservação da memória e identidade de Jaraguá do Sul – Patrimônio Arquitetônico nos Caminhos Históricos”, aprovado pela Resolução 002/2010/COMPHAAN/JS, de 9 de fevereiro de 2010, define vários níveis de preservação do patrimônio cultural edificado constante deste projeto;

CONSIDERANDO que estes níveis também são tomados como referência quando do tombamento de outras edificações, não constantes do projeto;

CONSIDERANDO que estes níveis, nem sempre atendem às demandas de preservação e uso das edificações protegidas;

CONSIDERANDO que, em função do exposto no item anterior, há necessidade de ajustar estes níveis de preservação às situações reais;

CONSIDERANDO que é atribuição do Comphaan deliberar sobre o assunto;

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à alteração de descrição dos níveis de preservação e sua adoção em todos os tombamentos.

§ 1º – Que estes níveis sejam adotados oficialmente e constem em todas as resoluções do Comphaan, nas notificações de tombamento, nos decretos de tombamento e outros documentos onde for necessário informá-los, a partir da data de publicação desta resolução.

§ 2º – Que sejam validados os níveis de proteção especificados em todas as resoluções e decretos de tombamentos, anteriores a esta resolução do Comphaan.

Art. 2º – Que os níveis de preservação, ora adotados, tenham a seguinte definição:

I – NP-1: Nível de proteção máxima. A originalidade da edificação deve ser mantida. Não se admite modificações sob hipótese

alguma, nem intervenção para adequação a novos usos. Quando da sua conservação ou restauração, os materiais devem ser os mesmos usados quando de sua construção, salvo quando da sua inexistência ou impossibilidade de aquisições absolutas. Novas edificações, inclusive aquelas que darão suporte ao uso da edificação tombada, devem ter afastamentos mínimos, determinados pela sua natureza, e não podem ser anexados à mesma. Devem ter a aprovação do Comphaan.

II – NP-2: Nível de proteção indicado para edificações em que devem ser preservados os estilos arquitetônicos, as técnicas construtivas de uma determinada época, a volumetria e os elementos que caracterizam seu estilo. Pode haver remanejamento interno, desde que estas adequações e modificações não interfiram na sua estabilidade estrutural, nem danifique algum elemento que deva ser preservado.

III – NP-3: Nível de proteção indicado para edificações com valor paisagístico, adjacentes a edificação ou conjunto arquitetônico de interesse cultural e histórico. Podem ser parcialmente demolidos, ficando a reedificação ou edificação sujeita a restrições a serem definidas em parecer ou legislação complementar, de forma que a nova edificação não elimine ou descaracterize as articulações entre as relações espaciais e visuais ali envolvidas.

Art. 3º – Que se introduza mais um nível, NP-1A, com a seguinte definição:

NP-1A – Nível de proteção em que o imóvel deve ser mantido em sua originalidade, admitindo apenas pequenas adequações, extremamente necessárias para que seu uso possa ocorrer ou ser mantido. As intervenções devem permitir a reversão sem danos à edificação. Novas edificações, inclusive aquelas que darão suporte ou ampliem o uso da edificação tombada, são admitidas, podendo ter ligação direta com a mesma, desde que não interfiram na visibilidade, salubridade e conservação, ou a descaracterizem. As intervenções devem ser aprovadas pelo Comphaan.

§ único – Que nas edificações já tombadas, antes desta resolução, com indicação NP-1, caso haja necessidade demonstrada, mediante solicitação do proprietário, este nível, por deliberação do Comphaan, possa ser alterado para NP-1A.

Art. 4º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de abril de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

SEMED - PORTARIA Nº 0174/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0174/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: IARA VIEIRA, ocupante do cargo da categoria funcional

de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF RIBEIRÃO MOLHA	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0175/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0175/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: MICHELINE NAZARE LUCKMANN QUADROS, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF ERICH BLOSFELD	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0176/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0176/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: ANA PAULA FRIGO SILVEIRA STINGHEN, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF CRISTINA MARCATTO	20

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0177/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0177/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

REMOVER: DIANA SILVA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF PROFº HENRIQUE HEISE	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0178/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0178/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: ELIANE APARECIDA BONFIM, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016 , conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária

EMEF GUILHERME HANEMANN	40
-------------------------	----

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0179/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0179/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: DAGMAR HEMPKMAIER, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF PROFª GERTRUDES STEILEIN MILBRATZ	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0180/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0180/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: ANDREIA ROHLING, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF ALBERTO BAUER	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0181/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0181/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: ANDREA CASAS DA SILVA, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF WALDEMAR SCHMITZ	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0182/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0182/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: DIANA SILVA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF PROFª GERTRUDES STEILEIN MILBRATZ	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0183/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0183/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: MARILAINE CAMARA DE CAMARA, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF RENATO PRADI	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0184/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0184/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: SUZANA LEITE DA SILVA, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF ALBANO KANZLER	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0185/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0185/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: NERCI SALETE GALVÃO KUGELMEIER, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF WALDEMAR SCHMITZ	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0186/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0186/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: JANAINA LIBÓRIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF WALDEMAR SCHMITZ	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0187/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0187/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: JOSÉ DA CONCEIÇÃO JUNIOR, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF MACHADO DE ASSIS	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0189/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0189/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: MILTON ANTÔNIO SCHNEIDER, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF ALBERTO BAUER	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0188/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 0188/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO A: ELIANE MONTIBELLER DA SILVA, ocupante do cargo da categoria funcional de Coordenador Pedagógico, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2016, conforme abaixo:

Unidade Escolar	Carga Horária
EMEF ATAYDE MACHADO	40

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0190/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 190/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JANAINA APARECIDA MENDES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 19/04/2016 até 18/06/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF JONAS ALVES DE SOUZA	40

Jaraguá do Sul, 14 de abril de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0191/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0191/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, MERIELE BAIRROS, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 02/05/2016 até 18/06/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Cristina Marcatto	40

Jaraguá do Sul, 28 de abril de 2016

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0192/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0192/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, GIZELY SILVA DE SOUZA DE AGUIAR, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 09/05/2016 até 18/06/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Wolfgang Weege	40

Jaraguá do Sul, 03 de maio de 2016

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0193/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0193/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, BEATRIZ DE OLIVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 02/05/2016 até 18/06/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Max Schubert	40

Jaraguá do Sul, 27 de abril de 2016

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO - MAIO 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2208/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABT2226	54137057F	6700/0	30/09/2015	230 * XVI
ADF8916	54136388F	6599/2	04/10/2015	230 * V
ADF8916	54136389F	6726/1	04/10/2015	230 * XVIII
AJD8193	54136369F	5037/1	30/09/2015	162 * III
AJD8193	54136370F	5134/1	30/09/2015	164 c/c 162 * III
AJD8193	54136371F	6769/1	30/09/2015	230 * XXII
AJM7080	55603596E	5010/0	17/09/2015	162 * I
AJM7080	55603597E	6637/2	17/09/2015	230 * IX
ARN8622	54136385F	6700/0	04/10/2015	230 * XVI
BEA1312	54136381F	5169/1	03/10/2015	165
BEA1312	54136382F	5282/0	02/10/2015	176 * I
BEA1312	54136383F	6912/0	03/10/2015	232
CJX6130	54136843F	6610/2	03/10/2015	230 * VII
CJX6130	54137249F	7340/0	03/10/2015	252 * IV
CJX6130	54137250F	6912/0	03/10/2015	232
CJX6130	54137251F	6963/0	03/10/2015	237
EJS4597	54136531F	6599/2	06/10/2015	230 * V
ILF9295	54134198F	6912/0	10/09/2015	232
ILF9295	54134875F	5029/1	10/09/2015	162 * II
JNR5354	54132754F	6912/0	14/09/2015	232
KGD0081	54135953F	6599/2	15/09/2015	230 * V
KGD0081	54135954F	6912/0	15/09/2015	232
KGD0081	54135955F	6556/1	15/09/2015	230 * I
KGD0081	54135956F	6769/1	15/09/2015	230 * XXII
KGD0081	54135957F	6629/0	15/09/2015	230 * VIII
LWW2639	54135191F	6726/1	24/09/2015	230 * XVIII

1 / 5

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWW2639	54135192F	6610/2	24/09/2015	230 * VII
LWW2639	54135193F	6637/2	24/09/2015	230 * IX
LWW2639	54135194F	6769/2	24/09/2015	230 * XXII
LWW2639	54135195F	6653/2	24/09/2015	230 * XI
LXB4572	54136587F	5169/1	30/09/2015	165
LXB4572	54136588F	6610/2	30/09/2015	230 * VII
LXB4572	54136590F	6726/1	30/09/2015	230 * XVIII
LXB4572	54136592F	6769/2	30/09/2015	230 * XXII
LXE4966	54137054F	6599/2	30/09/2015	230 * V
LXO1699	54134218F	6599/2	01/09/2015	230 * V
LXO1699	54134666F	6629/0	01/09/2015	230 * VIII
LXO1699	54134667F	6912/0	01/09/2015	232
LYH5769	54136372F	6769/2	30/09/2015	230 * XXII
LYH5769	54136373F	7285/0	30/09/2015	250 * III
LYQ9462	54135748F	6408/0	21/09/2015	221
LYR6233	54136520F	6653/2	04/10/2015	230 * XI
LYR6233	54136522F	6912/0	04/10/2015	232
LYR6233	54136523F	6610/2	04/10/2015	230 * VII
LYW2418	54135331F	5045/0	15/09/2015	162 * V
LYX5816	54133821F	6599/2	12/09/2015	230 * V
LZC9362	54137239F	6963/0	03/10/2015	237
LZV4535	54136906F	6637/1	30/09/2015	230 * IX
LZV4535	54136907F	6769/2	30/09/2015	230 * XXII
LZV4535	54136958F	6726/1	30/09/2015	230 * XVIII
LZW6652	54135384F	6637/1	01/10/2015	230 * IX
LZY1755	54136514F	6599/2	30/09/2015	230 * V
MAI8912	54136367F	6726/1	30/09/2015	230 * XVIII
MAX8254	54133162F	6599/2	02/09/2015	230 * V
MBD9537	54137059F	6599/2	30/09/2015	230 * V
MBF0305	54137362F	6726/1	04/10/2015	230 * XVIII
MBJ6305	54137095F	5010/0	06/10/2015	162 * I
MBJ6305	54137096F	5118/0	06/10/2015	164 c/c 162 * I
MBJ6305	54137097F	6599/2	06/10/2015	230 * V
MBK4027	54136464F	6556/1	30/09/2015	230 * I
MBV3670	54136711F	6637/2	29/09/2015	230 * IX
MBV3670	54136753F	6637/1	29/09/2015	230 * IX
MBX7797	54135949F	6912/0	30/09/2015	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBX8667	54124399F	6599/2	02/10/2015	230 * V
MBX8667	54124400F	6769/2	02/10/2015	230 * XXII
MCE8454	54136575F	6599/2	29/09/2015	230 * V
MCE8454	54136577F	5118/0	29/09/2015	164 c/c 162 * I
MCE8454	54136578F	6912/0	29/09/2015	232
MCE8454	54136579F	6726/1	29/09/2015	230 * XVIII
MCE8454	54136580F	6653/1	29/09/2015	230 * XI
MCE8454	54136582F	6769/2	29/09/2015	230 * XXII
MCE8454	54136583F	6637/2	29/09/2015	230 * IX
MCF6638	54133957F	6599/2	05/09/2015	230 * V
MCJ9164	54137357F	6726/1	04/10/2015	230 * XVIII
MCQ2040	54137063F	6599/2	02/10/2015	230 * V
MCT0400	54136470F	6769/1	30/09/2015	230 * XXII
MCV1024	54135628F	6599/2	24/09/2015	230 * V
MCV1024	54135629F	5010/0	24/09/2015	162 * I
MCV1024	54135630F	5118/0	24/09/2015	164 c/c 162 * I
MCV1024	54135635F	6769/2	24/09/2015	230 * XXII
MCV1024	54135636F	6963/0	24/09/2015	237
MCV1024	54135637F	5274/1	24/09/2015	175
MDC4061	54131334F	5010/0	30/09/2015	162 * I
MDC4061	54131335F	5118/0	30/09/2015	164 c/c 162 * I
MDC4061	54131336F	6912/0	30/09/2015	232
MDC4061	54135381F	6602/0	30/09/2015	230 * VI
MDC4061	54135382F	6726/1	30/09/2015	230 * XVIII
MDC4061	54135383F	6769/2	30/09/2015	230 * XXII
MDD8966	54136291F	7340/0	28/09/2015	252 * IV
MDH2472	54133878F	5045/0	30/08/2015	162 * V
MDH2472	54133879F	6599/2	30/08/2015	230 * V
MDO6884	54137084F	6556/1	04/10/2015	230 * I
MDR7562	54131839F	6599/2	30/09/2015	230 * V
MDR7562	54746548E	6726/1	30/09/2015	230 * XVIII
MDY0259	54133884F	7579/0	08/09/2015	277
MDY0259	54133885F	5045/0	08/09/2015	162 * V
MDY0259	54133886F	6912/0	08/09/2015	232
MEA4950	54136924F	6670/0	05/10/2015	230 * XIII
MEA8974	54133283F	6599/2	02/09/2015	230 * V
MEI2077	54136476F	6610/2	02/10/2015	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEZ3537	54137153F	6599/2	01/10/2015	230 * V
MFG4365	54134127F	6769/1	15/09/2015	230 * XXII
MFG4365	54134128F	6602/0	15/09/2015	230 * VI
MFG4365	54134879F	6599/2	15/09/2015	230 * V
MFG4365	54134880F	5010/0	15/09/2015	162 * I
MFG4365	54134881F	6912/0	15/09/2015	232
MFG4365	54134882F	5118/0	15/09/2015	164 c/c 162 * I
MFG4365	54134883F	6637/2	15/09/2015	230 * IX
MFG4365	54134884F	6556/1	15/09/2015	230 * I
MFG4365	54134885F	6726/1	15/09/2015	230 * XVIII
MFO3489	54133301F	6610/2	11/09/2015	230 * VII
MFP2648	54127719F	5010/0	30/09/2015	162 * I
MFP2648	54127720F	5118/0	30/09/2015	164 c/c 162 * I
MGB0927	54137162F	6599/2	01/10/2015	230 * V
MGJ8142	54136840F	7285/0	03/10/2015	250 * III
MGL8070	54132756F	6726/1	14/09/2015	230 * XVIII
MGP3936	54134668F	6912/0	05/09/2015	232
MGQ0788	54137083F	6769/1	04/10/2015	230 * XXII
MGT0368	54133899F	5320/0	05/10/2015	176 * V
MHC9216	54136246F	6610/2	24/09/2015	230 * VII
MHC9216	54727048E	6700/0	24/09/2015	230 * XVI
MHF0185	54133434F	5169/1	04/10/2015	165
MHN6151	54137243F	6670/0	03/10/2015	230 * XIII
MHT8681	55990595C	6599/2	30/09/2015	230 * V
MHT8681	55990597C	6610/2	30/09/2015	230 * VII
MHW6780	54135527F	6670/0	11/09/2015	230 * XIII
MHW6780	54135528F	5010/0	11/09/2015	162 * I
MHW6780	54135579F	6912/0	11/09/2015	232
MHW6780	54135580F	5118/0	11/09/2015	164 c/c 162 * I
MHX5332	54136807F	6670/0	29/09/2015	230 * XIII
MHX5332	54136863F	6653/2	29/09/2015	230 * XI
MHX5332	54136864F	6602/0	29/09/2015	230 * VI
MHX5332	54136865F	6610/2	29/09/2015	230 * VII
MJB2045	54137202F	6599/2	02/10/2015	230 * V
MJB2045	54137203F	6726/1	02/10/2015	230 * XVIII
MJB2045	54137205F	6912/0	02/10/2015	232
MJN9840	54131587F	5010/0	07/09/2015	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJN9840	54131588F	6610/2	07/09/2015	230 * VII
MJS1252	54133890F	5320/0	12/09/2015	176 * V
MKF0957	54131266F	6670/0	04/09/2015	230 * XIII
MLO8114	54135868F	6912/0	02/10/2015	232
MLO8114	54136321F	6599/2	02/10/2015	230 * V
MMM3436	54136005F	5169/1	03/10/2015	165
NOL6629	54135356F	6556/1	14/09/2015	230 * I
OTW3231	54135202F	6637/1	10/09/2015	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 9

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2213/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABO2535	54131586F	6050/2	13/09/2015	208
ABO2535	54131590F	5940/1	13/09/2015	203 * III
ABO2535	54131591F	5835/0	13/09/2015	195
ABO2535	54131593F	5720/0	13/09/2015	186 * I
ABO2535	54131594F	5185/1	13/09/2015	167
AEL0096	54136959F	5185/1	30/09/2015	167
AEW4856	54136942F	5568/0	13/10/2015	181 * XIX
AFD2663	54135876F	5185/1	10/10/2015	167
AFX1347	54137214F	5380/0	02/10/2015	181 * I
AGE0117	54137675F	5541/1	10/10/2015	181 * XVII
AGY1777	54134607F	5541/2	11/09/2015	181 * XVII
AHF0838	54139016F	5541/5	13/10/2015	181 * XVII
AIE1816	54315592F	5541/2	05/10/2015	181 * XVII
AIE7419	54139032F	5568/0	13/10/2015	181 * XIX
AJK6495	54137482F	5541/6	13/10/2015	181 * XVII
AJQ1116	54136346F	5185/1	10/10/2015	167
AJT2767	54136737F	5185/1	10/10/2015	167
AJZ3199	54314930F	5541/2	11/09/2015	181 * XVII
AKB3433	54136116F	5452/3	18/09/2015	181 * VIII
AKK8471	54131314F	5479/0	15/09/2015	181 * X
ALS7983	54315428F	5541/2	30/09/2015	181 * XVII
ALY5433	54137326F	5541/5	14/10/2015	181 * XVII
AMN7880	55990598C	5452/3	07/10/2015	181 * VIII
ANF0190	54137403F	7366/2	08/10/2015	252 * VI
ANF0190	54137404F	5185/1	08/10/2015	167
AOX7759	54138326F	5541/1	15/10/2015	181 * XVII

1 / 9

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APB0336	54137700F	5185/1	15/10/2015	167
APQ6102	54137523F	5541/5	03/10/2015	181 * XVII
AQH2569	54136599F	5800/0	03/10/2015	192
ASK4049	54136292F	5452/2	28/09/2015	181 * VIII
ASP1858	54132784F	5452/3	16/09/2015	181 * VIII
AUA5311	54131796F	7366/2	02/10/2015	252 * VI
AUE1486	54127727F	7366/2	06/10/2015	252 * VI
AUX2005	54314906F	5541/2	11/09/2015	181 * XVII
AVC6908	54315655F	5541/2	06/10/2015	181 * XVII
AVE8265	54137736F	5541/5	10/10/2015	181 * XVII
AXG2184	54314433F	5541/2	25/08/2015	181 * XVII
AZV2455	54315785F	5541/2	09/10/2015	181 * XVII
BGC6116	54315231F	5541/2	21/09/2015	181 * XVII
BJN2341	54314740F	5541/2	04/09/2015	181 * XVII
CGP5366	54135217F	5452/1	10/09/2015	181 * VIII
CII2726	54136963F	5185/1	30/09/2015	167
CNN3239	54315705F	5541/2	07/10/2015	181 * XVII
CWH6068	54135042F	6050/2	16/09/2015	208
CWU9958	54135224F	5525/0	10/09/2015	181 * XV
CXG6240	54137686F	5541/5	11/10/2015	181 * XVII
DDB3074	54135172F	5207/0	12/09/2015	169
DEL9154	54135875F	5185/1	10/10/2015	167
DEM2875	54315502F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
DFM1103	54314743F	5541/2	04/09/2015	181 * XVII
DMD5809	54315452F	5541/2	01/10/2015	181 * XVII
EA04647	54314878F	5541/2	10/09/2015	181 * XVII
EBB3069	54315485F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
EHV7946	54137709F	5207/0	07/10/2015	169
EVI3743	54315503F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
FEF6262	54315799F	5541/2	09/10/2015	181 * XVII
FIP7330	54314796F	5541/2	08/09/2015	181 * XVII
HGV6509	54315633F	5541/2	06/10/2015	181 * XVII
HIX2922	54134590F	5550/0	09/09/2015	181 * XVIII
HKQ6899	54135584F	5541/5	11/09/2015	181 * XVII
HOI8832	54136847F	5525/0	03/10/2015	181 * XV
HPE1916	54139023F	5568/0	13/10/2015	181 * XIX
IKY6242	54314116F	5541/2	14/08/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
INF9078	54135853F	5541/2	18/09/2015	181 * XVII
IOP4800	54314806F	5541/2	08/09/2015	181 * XVII
IVV1810	54136620F	5380/0	24/09/2015	181 * I
JMQ5220	54136535F	5541/1	06/10/2015	181 * XVII
JPQ6191	54135083F	5541/6	05/09/2015	181 * XVII
KDX7337	54135516F	5525/0	11/09/2015	181 * XV
KFN9147	54315360F	5541/2	28/09/2015	181 * XVII
KQZ6815	54315609F	5541/2	05/10/2015	181 * XVII
KWH2316	54137468F	7366/2	05/10/2015	252 * VI
LMD8419	54315094F	5541/2	17/09/2015	181 * XVII
LVP6572	54137744F	5541/6	11/10/2015	181 * XVII
LWV5861	54315390F	5541/2	29/09/2015	181 * XVII
LWX9430	54137484F	5541/5	13/10/2015	181 * XVII
LXE6437	54314651F	5541/2	02/09/2015	181 * XVII
LXX4141	54134514F	5185/1	07/10/2015	167
LYV2887	54314200F	5541/2	18/08/2015	181 * XVII
LYW3429	54137804F	5525/0	09/10/2015	181 * XV
LYW3429	54315767F	5541/2	09/10/2015	181 * XVII
LYW8383	54136742F	5800/0	10/10/2015	192
LYZ7628	54315312F	5541/2	26/09/2015	181 * XVII
LZQ4682	54315476F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
LZU9469	54135025F	5568/0	14/09/2015	181 * XIX
LZV2733	54135872F	7366/2	10/10/2015	252 * VI
LZW9654	54314766F	5541/2	05/09/2015	181 * XVII
LZZ1485	54136107F	5185/1	18/09/2015	167
MAA6045	54136179F	5568/0	20/09/2015	181 * XIX
MAE4316	54133826F	5185/1	13/10/2015	167
MAN8933	54139008F	5525/0	11/10/2015	181 * XV
MAO7102	54136349F	5185/1	10/10/2015	167
MAO9257	54137725F	5541/1	10/10/2015	181 * XVII
MAQ7335	54137586F	5207/0	06/10/2015	169
MAR2895	54315752F	5541/2	08/10/2015	181 * XVII
MAX1132	54135362F	5550/0	20/09/2015	181 * XVIII
MAZ4542	54314778F	5541/2	05/09/2015	181 * XVII
MBA4593	54139037F	5614/1	13/10/2015	182 * V
MBD9592	54315500F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
MBH3808	54137802F	6068/1	08/10/2015	209

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBI5786	54131795F	5541/6	02/10/2015	181 * XVII
MBK0235	54315322F	5541/2	26/09/2015	181 * XVII
MBL0596	54315451F	5541/2	01/10/2015	181 * XVII
MBN9914	54135852F	5550/0	17/09/2015	181 * XVIII
MBP8108	54315757F	5541/2	08/10/2015	181 * XVII
MBP8775	54135842F	5991/0	06/10/2015	206 * I
MBR1827	54135480F	5525/0	10/09/2015	181 * XV
MBU6869	54315567F	5541/2	03/10/2015	181 * XVII
MBW7758	54135027F	5568/0	15/09/2015	181 * XIX
MBX1334	54135766F	5843/4	20/09/2015	196
MBY1622	54315801F	5541/2	09/10/2015	181 * XVII
MCE9890	54315586F	5541/2	05/10/2015	181 * XVII
MCF4273	54135672F	5452/1	14/09/2015	181 * VIII
MCJ4455	54135533F	5568/0	11/09/2015	181 * XIX
MCM5250	54135330F	5185/2	15/09/2015	167
MCM7815	54136759F	5185/1	10/10/2015	167
MCO0866	54136770F	5207/0	14/10/2015	169
MCP4643	54315701F	5541/2	07/10/2015	181 * XVII
MCR7417	54136004F	7366/2	10/10/2015	252 * VI
MCV4938	54132782F	6017/5	16/09/2015	206 * III
MCV9246	54136815F	5568/0	29/09/2015	181 * XIX
MDB0988	54134137F	5967/0	22/09/2015	203 * V
MDG5673	54134141F	5738/0	24/09/2015	186 * II
MDH3226	54137475F	6122/0	09/10/2015	214 * I
MDJ0144	54138207F	5541/1	13/10/2015	181 * XVII
MDK1361	54135241F	5460/0	10/09/2015	181 * IX
MDM8001	54135878F	5541/5	10/10/2015	181 * XVII
MDM8001	54137738F	5541/6	10/10/2015	181 * XVII
MDO3288	54135892F	5185/1	10/10/2015	167
MDP9364	54137402F	5550/0	08/10/2015	181 * XVIII
MDS3949	54131843F	5525/0	12/10/2015	181 * XV
MDS8805	54314070F	5541/2	13/08/2015	181 * XVII
MDU0921	54134805F	5452/1	09/09/2015	181 * VIII
MDU6525	54132768F	5185/1	16/09/2015	167
MDV3366	54132483F	5525/0	03/10/2015	181 * XV
MDV6251	54132679F	5550/0	11/09/2015	181 * XVIII
MDW7908	54315760F	5541/2	08/10/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEA4835	54315514F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
MEB7763	54135481F	5525/0	10/09/2015	181 * XV
MEC7023	54136331F	5541/2	07/10/2015	181 * XVII
MED7504	54315431F	5541/2	30/09/2015	181 * XVII
MEE8168	54139004F	5541/6	11/10/2015	181 * XVII
MEG5757	54132669F	5568/0	04/09/2015	181 * XIX
MEG7146	54314639F	5541/2	02/09/2015	181 * XVII
MEG7914	54315680F	5541/2	07/10/2015	181 * XVII
MEH9309	54314953F	5541/2	12/09/2015	181 * XVII
MEI1103	54134647F	5185/2	25/09/2015	167
MEL0147	54314870F	5541/2	10/09/2015	181 * XVII
MEL8882	54315215F	5541/2	21/09/2015	181 * XVII
MEM9027	54315497F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
MES5421	54134962F	5185/1	04/09/2015	167
MEW5701	54136142F	5835/0	20/09/2015	195
MEW5701	54136164F	5207/0	20/09/2015	169
MEX1552	54135498F	5460/0	10/09/2015	181 * IX
MEX1705	54137657F	5207/0	07/10/2015	169
MEY8907	54315600F	5541/2	05/10/2015	181 * XVII
MEZ3019	54137719F	5541/6	10/10/2015	181 * XVII
MEZ8259	54135597F	5568/0	11/09/2015	181 * XIX
MFC3289	54315560F	5541/2	03/10/2015	181 * XVII
MFC6795	54135812F	5878/0	22/09/2015	199
MFE8158	54727007E	5185/1	21/09/2015	167
MFG3907	54315309F	5541/2	26/09/2015	181 * XVII
MFG3907	54315732F	5541/2	08/10/2015	181 * XVII
MFG5936	54139015F	5568/0	13/10/2015	181 * XIX
MFI2853	54136766F	5800/0	10/10/2015	192
MFM3400	54314760F	5541/2	05/09/2015	181 * XVII
MFN5700	54131319F	5550/0	20/09/2015	181 * XVIII
MFN9420	54314816F	5541/2	08/09/2015	181 * XVII
MFP5851	54135845F	5991/0	06/10/2015	206 * I
MFS2252	54136850F	5541/6	03/10/2015	181 * XVII
MFT8083	54315408F	5541/2	30/09/2015	181 * XVII
MFT8228	54315329F	5541/2	28/09/2015	181 * XVII
MFU3503	54314664F	5541/2	02/09/2015	181 * XVII
MFV4149	54135547F	5541/6	12/09/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFY2472	54136062F	5207/0	18/09/2015	169
MFZ4622	54315617F	5541/2	06/10/2015	181 * XVII
MGD7629	54315604F	5541/2	05/10/2015	181 * XVII
MGE0964	54137856F	5991/0	06/10/2015	206 * I
MGE4679	54135324F	5738/0	14/09/2015	186 * II
MGE4832	54135288F	5207/0	09/10/2015	169
MGG5201	54137707F	5207/0	07/10/2015	169
MGI0169	54136945F	5460/0	13/10/2015	181 * IX
MGI0169	54137701F	5525/0	15/10/2015	181 * XV
MGI4351	54137852F	5991/0	06/10/2015	206 * I
MGJ8581	54137859F	5550/0	13/10/2015	181 * XVIII
MGN6868	54137742F	5207/0	11/10/2015	169
MGN6876	54314924F	5541/2	11/09/2015	181 * XVII
MGQ0529	54131698F	5460/0	07/10/2015	181 * IX
MGS8872	54315477F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
MGT0520	54136344F	5185/1	10/10/2015	167
MHA7791	54073138N	5002/0	22/09/2015	257 § 8º
MHB0777	54315688F	5541/2	07/10/2015	181 * XVII
MHB6423	54135867F	5550/0	07/10/2015	181 * XVIII
MHC6518	54137221F	5568/0	02/10/2015	181 * XIX
MHD2448	54137007F	7366/2	09/10/2015	252 * VI
MHD4217	54314672F	5541/2	03/09/2015	181 * XVII
MHH1514	54314636F	5541/2	02/09/2015	181 * XVII
MHH3979	54136401F	6122/0	13/10/2015	214 * I
MHP9059	54135652F	5185/1	14/09/2015	167
MHT1314	54136303F	5568/0	23/09/2015	181 * XIX
MHU3807	54315548F	5541/2	03/10/2015	181 * XVII
MHU4017	54137717F	5460/0	11/10/2015	181 * IX
MHU8928	54136979F	5452/1	12/10/2015	181 * VIII
MHY1932	54315346F	5541/2	28/09/2015	181 * XVII
MIA0214	54315480F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
MIA0386	54135603F	5550/0	14/09/2015	181 * XVIII
MIB0041	54137585F	5185/1	06/10/2015	167
MIB6969	54135879F	5185/1	10/10/2015	167
MIB8914	54315689F	5541/2	07/10/2015	181 * XVII
MIC2995	54137510F	5541/6	03/10/2015	181 * XVII
MIC4664	54315559F	5541/2	03/10/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIE8944	54315511F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
MIG6455	54314757F	5541/2	05/09/2015	181 * XVII
MIH4192	54136549F	6122/0	06/10/2015	214 * I
MIH4285	54315340F	5541/2	28/09/2015	181 * XVII
MIH4582	54315762F	5541/2	09/10/2015	181 * XVII
MIJ0681	54315416F	5541/2	30/09/2015	181 * XVII
MIK9659	54135660F	5541/1	14/09/2015	181 * XVII
MIP4223	54136148F	5460/0	20/09/2015	181 * IX
MIP9696	54137469F	5550/0	09/10/2015	181 * XVIII
MIS6145	54315443F	5541/2	30/09/2015	181 * XVII
MIS7704	54315468F	5541/2	01/10/2015	181 * XVII
MIU1234	54315425F	5541/2	30/09/2015	181 * XVII
MIV6255	54315721F	5541/2	08/10/2015	181 * XVII
MIV7452	54134510F	7048/1	03/10/2015	244 * II
MIW9490	54315664F	5541/2	07/10/2015	181 * XVII
MJA1768	54315471F	5541/2	01/10/2015	181 * XVII
MJB2395	54314856F	5541/2	09/09/2015	181 * XVII
MJB8407	54134491F	5460/0	02/09/2015	181 * IX
MJB9257	54315509F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
MJC2538	54315315F	5541/2	26/09/2015	181 * XVII
MJH7800	54315433F	5541/2	30/09/2015	181 * XVII
MJI8535	54137731F	5568/0	10/10/2015	181 * XIX
MJJ8039	54138208F	5460/0	13/10/2015	181 * IX
MJM1546	54314652F	5541/2	02/09/2015	181 * XVII
MJM1643	54315771F	5541/2	09/10/2015	181 * XVII
MJP2407	54136216F	5460/0	21/09/2015	181 * IX
MJQ0731	54138305F	5568/0	14/10/2015	181 * XIX
MJT2310	54315764F	5541/2	09/10/2015	181 * XVII
MJT3956	54133187F	5541/6	08/10/2015	181 * XVII
MJT3956	54315724F	5541/2	08/10/2015	181 * XVII
MJV7990	54315507F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
MJV9705	54136328F	5959/4	06/10/2015	203 * IV
MJW6572	54135140F	5541/6	05/09/2015	181 * XVII
MJX0690	54315369F	5541/2	29/09/2015	181 * XVII
MJX5005	54315581F	5541/2	05/10/2015	181 * XVII
MJZ6185	54314885F	5541/2	10/09/2015	181 * XVII
MKB9307	54315715F	5541/2	08/10/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKE3708	54315380F	5541/2	29/09/2015	181 * XVII
MKH5584	54314871F	5541/2	10/09/2015	181 * XVII
MKH7589	54314616F	5541/2	01/09/2015	181 * XVII
MKH8056	54134122F	6947/1	11/09/2015	235
MKI0052	54136946F	5380/0	13/10/2015	181 * I
MKJ5652	54138310F	5568/0	14/10/2015	181 * XIX
MKJ5652	54315741F	5541/2	08/10/2015	181 * XVII
MKM1192	54315766F	5541/2	09/10/2015	181 * XVII
MKN7543	54314654F	5541/2	02/09/2015	181 * XVII
MKP0364	54134231F	7366/2	09/09/2015	252 * VI
MKP6754	54315652F	5541/2	06/10/2015	181 * XVII
MKR7946	54133963F	5185/1	09/09/2015	167
MKS0587	54137863F	5380/0	13/10/2015	181 * I
MKS1207	54315479F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
MKS6502	54138104F	5568/0	14/10/2015	181 * XIX
MKT1113	54315656F	5541/2	06/10/2015	181 * XVII
MKW6011	54135090F	5207/0	05/09/2015	169
MKX5481	54135261F	5541/6	14/09/2015	181 * XVII
MKX8974	54137658F	5207/0	07/10/2015	169
MLB7292	54135884F	7366/2	10/10/2015	252 * VI
MLC2330	54314767F	5541/2	05/09/2015	181 * XVII
MLC7277	54135040F	5185/1	16/09/2015	167
MLC7665	54137098F	5568/0	14/10/2015	181 * XIX
MLD0342	54136283F	5207/0	28/09/2015	169
MLF9989	54135582F	5541/6	11/09/2015	181 * XVII
MLG7278	54315510F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
MLH6949	54315319F	5541/2	26/09/2015	181 * XVII
MLK8527	54315496F	5541/2	02/10/2015	181 * XVII
MLO1975	54314510F	5541/2	28/08/2015	181 * XVII
MLP1372	54136091F	5541/5	18/09/2015	181 * XVII
MLP9837	54314667F	5541/2	02/09/2015	181 * XVII
MLQ1971	54314621F	5541/2	01/09/2015	181 * XVII
MLS3165	54137612F	5207/0	10/10/2015	169
MLT7002	54137604F	5614/1	07/10/2015	182 * V
MLV9034	54135518F	5568/0	11/09/2015	181 * XIX
MMA4240	54139029F	5380/0	13/10/2015	181 * I
MMA5475	54131346F	5525/0	04/10/2015	181 * XV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMA5540	54315343F	5541/2	28/09/2015	181 * XVII
MMA7838	54315778F	5541/2	09/10/2015	181 * XVII
MMB0140	54135874F	5185/1	10/10/2015	167
MMC9063	54132778F	5541/4	16/09/2015	181 * XVII
MMC9067	54315327F	5541/2	26/09/2015	181 * XVII
MMD1287	54314648F	5541/2	02/09/2015	181 * XVII
MMF1529	54315589F	5541/2	05/10/2015	181 * XVII
MMH3443	54076218N	5002/0	09/10/2015	257 § 8º
MMH3443	54076234N	5002/0	09/10/2015	257 § 8º
MMH9076	54137734F	5541/5	10/10/2015	181 * XVII
MMI0407	54315045F	5541/2	15/09/2015	181 * XVII
MMI1946	54314909F	5541/2	11/09/2015	181 * XVII
MMM1476	54314230F	5541/2	18/08/2015	181 * XVII
MNZ4263	54315320F	5541/2	26/09/2015	181 * XVII
NOW0288	54314645F	5541/2	02/09/2015	181 * XVII
OCI9986	54137006F	5568/0	09/10/2015	181 * XIX
OKE1704	54135777F	5991/0	23/09/2015	206 * I
OKF9663	54135699F	6017/5	16/09/2015	206 * III
OQJ3276	54134421F	5525/0	28/08/2015	181 * XV
QHB5712	54314432F	5541/2	25/08/2015	181 * XVII
QHD4487	54314528F	5541/2	28/08/2015	181 * XVII
QHE6396	54315708F	5541/2	07/10/2015	181 * XVII
QHG2457	54315374F	5541/2	29/09/2015	181 * XVII
QHJ9225	54315723F	5541/2	08/10/2015	181 * XVII
QHM0395	54137319F	5568/0	14/10/2015	181 * XIX
QHM1543	54137543F	5207/0	06/10/2015	169
QHM4326	54315820F	5541/2	09/10/2015	181 * XVII
QHM8353	54139035F	5525/0	13/10/2015	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2244/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABO6854	54136416F	6912/0	08/11/2015	232
ABO6854	54140272F	5010/0	08/11/2015	162 * I
ABO6854	54140273F	6408/0	08/11/2015	221
AEL0096	54131849F	6599/2	05/12/2015	230 * V
AEL0096	54138374F	5169/1	05/12/2015	165
AEL0096	54138375F	6637/2	05/12/2015	230 * IX
AEL0096	54138376F	6637/1	05/12/2015	230 * IX
AEP8676	54138084F	6700/0	04/12/2015	230 * XVI
AGQ0990	54732040E	5010/0	06/12/2015	162 * I
AGQ0990	54732041E	5061/0	06/12/2015	163 c/c 162 * I
AKS6082	54141801F	6556/1	04/12/2015	230 * I
AOO1720	54137928F	6670/0	10/11/2015	230 * XIII
APP6993	54139554F	6726/1	06/11/2015	230 * XVIII
ARN4030	54138140F	6912/0	06/11/2015	232
ESN3508	54142226F	6912/0	05/12/2015	232
IGI0425	54142958F	6599/2	06/12/2015	230 * V
IQG5087	54140960F	6726/1	09/12/2015	230 * XVIII
IQG5087	54140961F	6408/0	09/12/2015	221
KJA1380	54142162F	6599/2	04/12/2015	230 * V
KJA1380	54142455F	6599/2	03/12/2015	230 * V
LMC0908	54142272F	6912/0	08/12/2015	232
LWT2668	54140709F	5169/1	13/11/2015	165
LWU7873	54139207F	5320/0	31/10/2015	176 * V
LWU7873	54139209F	5290/0	31/10/2015	176 * II
LXO1699	54140766F	5010/0	11/11/2015	162 * I
LXO1699	54140767F	5118/0	11/11/2015	164 c/c 162 * I

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXO1699	54140768F	5274/1	11/11/2015	175
LXO1699	54140769F	6726/1	11/11/2015	230 * XVIII
LXO1699	54140770F	6637/1	11/11/2015	230 * IX
LXS2833	54137041F	6599/2	14/11/2015	230 * V
LXS2833	54137043F	5118/0	14/11/2015	164 c/c 162 * I
LXS2833	54137044F	6580/0	14/11/2015	230 * IV
LXS2833	54137787F	5010/0	14/11/2015	162 * I
LXU5753	54142092F	5045/0	08/12/2015	162 * V
LXU5753	54142093F	5142/0	08/12/2015	164 c/c 162 * V
LYB9857	54138190F	6599/2	08/11/2015	230 * V
LYG0008	54141700F	6599/2	08/12/2015	230 * V
LYG0008	54141701F	6912/0	08/12/2015	232
LYO6533	54137625F	6726/1	15/11/2015	230 * XVIII
LYO6533	54137626F	6610/2	15/11/2015	230 * VII
LYO6533	54140711F	6408/0	15/11/2015	221
LYQ5909	54142907F	6599/2	05/12/2015	230 * V
LYQ5909	54142908F	6726/1	05/12/2015	230 * XVIII
LYQ5909	54142909F	6629/0	05/12/2015	230 * VIII
LYQ5909	54142910F	6912/0	05/12/2015	232
LYR6762	54143033F	6408/0	08/12/2015	221
LYR6762	54143034F	6637/1	08/12/2015	230 * IX
LZY5360	54137279F	5010/0	07/11/2015	162 * I
LZY5360	54138062F	5118/0	07/11/2015	164 c/c 162 * I
LZY5360	54138063F	7579/0	07/11/2015	277
LZY5360	54138064F	6599/2	07/11/2015	230 * V
MAV7488	54142332F	6599/2	04/12/2015	230 * V
MBH3544	54142083F	6726/1	08/12/2015	230 * XVIII
MBP0315	54142539F	6408/0	06/12/2015	221
MBT4149	54142759F	6599/2	06/12/2015	230 * V
MBT4149	54142760F	6637/1	06/12/2015	230 * IX
MBT4149	54142761F	6610/2	06/12/2015	230 * VII
MBV1039	54141298F	6912/0	05/12/2015	232
MCJ3247	54138269F	6912/0	06/11/2015	232
MDD6228	54140761F	6599/2	11/11/2015	230 * V
MDT5684	54140290F	6599/2	11/11/2015	230 * V
MEF0038	54140804F	6599/2	10/11/2015	230 * V
MEP7190	54143602F	6769/1	10/12/2015	230 * XXII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEV8659	54141432F	5010/0	09/12/2015	162 * I
MEV8659	54141433F	6726/1	09/12/2015	230 * XVIII
MEV8659	54143305F	6599/2	09/12/2015	230 * V
MEV8659	54143306F	6912/0	09/12/2015	232
MEV8659	54143307F	5118/0	09/12/2015	164 c/c 162 * I
MEY4633	54142263F	6670/0	04/12/2015	230 * XIII
MFJ0818	54142265F	6599/2	05/12/2015	230 * V
MFJ5201	54140480F	6599/2	04/12/2015	230 * V
MFJ5201	54142611F	5118/0	04/12/2015	164 c/c 162 * I
MFJ5201	54142612F	5010/0	04/12/2015	162 * I
MFM4861	54140725F	7579/0	02/12/2015	277
MFM4861	54140726F	7340/0	02/12/2015	252 * IV
MFW4058	54138199F	6599/2	10/11/2015	230 * V
MFJ1341	54138137F	6599/2	06/11/2015	230 * V
MGK5501	54143304F	6726/1	08/12/2015	230 * XVIII
MGM9876	54140289F	6610/2	11/11/2015	230 * VII
MHB5726	54138139F	6599/2	06/11/2015	230 * V
MHF1277	54138193F	6912/0	10/11/2015	232
MHF1277	54138194F	6599/2	10/11/2015	230 * V
MHG2349	54141296F	6599/2	04/12/2015	230 * V
MHG2349	54141297F	5045/0	04/12/2015	162 * V
MHH8869	54141849F	7579/0	06/12/2015	277
MHH8869	54141850F	6599/2	06/12/2015	230 * V
MHH9139	54142916F	5010/0	05/12/2015	162 * I
MHH9139	54142917F	5118/0	05/12/2015	164 c/c 162 * I
MHI5084	54140762F	6912/0	11/11/2015	232
MHK6656	54141032F	6653/2	16/11/2015	230 * XI
MHK6656	54141033F	6637/2	16/11/2015	230 * IX
MHK6656	54141085F	6610/2	16/11/2015	230 * VII
MHZ3732	54139905F	5169/1	08/11/2015	165
MIL9033	54143257F	6912/0	08/12/2015	232
MIN1145	54142335F	6599/2	04/12/2015	230 * V
MIP9654	54142492F	5118/0	10/12/2015	164 c/c 162 * I
MIP9654	54142493F	5010/0	10/12/2015	162 * I
MIP9654	54142494F	6912/0	10/12/2015	232
MIT6719	54142550F	5169/1	07/12/2015	165
MJC5581	54142921F	6912/0	08/12/2015	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJC5581	54142922F	7340/0	08/12/2015	252 * IV
MJF8151	54142167F	6610/2	07/12/2015	230 * VII
MJI0467	54138808F	6599/2	30/11/2015	230 * V
MJS0210	54138177F	5010/0	06/11/2015	162 * I
MJY5980	54132498F	6599/2	08/12/2015	230 * V
MKH1269	54137931F	7579/0	14/11/2015	277
MKH1269	54137932F	5274/1	14/11/2015	175
MKH1269	54137933F	6637/1	14/11/2015	230 * IX
MKH1269	54137934F	6602/0	14/11/2015	230 * VI
MKY8557	54142330F	6599/2	04/12/2015	230 * V
MLR1488	54140410F	6599/2	08/11/2015	230 * V
NPQ1428	54142929F	5045/0	08/12/2015	162 * V
NPQ1428	54142930F	5142/0	08/12/2015	164 c/c 162 * V
NPQ1428	54142931F	6599/2	08/12/2015	230 * V
NPQ1428	54142932F	6912/0	08/12/2015	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 11

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2245/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABK9514	54142772F	5452/1	05/12/2015	181 * VIII
ABL1829	54086273N	5002/0	01/12/2015	257 § 8º
ABS8669	54140864F	5568/0	14/11/2015	181 * XIX
ADW5716	54316891F	5541/2	07/11/2015	181 * XVII
AEA2227	54141108F	5568/0	16/11/2015	181 * XIX
AEL0096	54138377F	6319/0	05/12/2015	220 * VI
AEL0096	54138378F	5215/2	05/12/2015	170
AEL0096	54138379F	5967/0	05/12/2015	203 * V
AEP8676	54138083F	5185/1	04/12/2015	167
AEW4856	54143042F	5568/0	08/12/2015	181 * XIX
AFI2071	54140677F	5525/0	08/11/2015	181 * XV
AGR0590	54142415F	5541/1	01/12/2015	181 * XVII
AHK1769	54316937F	5541/2	09/11/2015	181 * XVII
AID0889	54141075F	5541/5	12/11/2015	181 * XVII
AJH6425	54142534F	5185/2	06/12/2015	167
AJW4257	54316658F	5541/2	31/10/2015	181 * XVII
ALB6139	54317076F	5541/2	13/11/2015	181 * XVII
ALB8633	54140511F	5568/0	10/11/2015	181 * XIX
ALC9511	54140489F	5541/6	07/12/2015	181 * XVII
AMP0893	54143144F	5452/3	08/12/2015	181 * VIII
AMR0235	54142755F	5185/2	03/12/2015	167
AMU3271	54140694F	5541/1	10/11/2015	181 * XVII
AMU7158	54142475F	5541/1	06/12/2015	181 * XVII
AMV9816	54141699F	5541/4	08/12/2015	181 * XVII
AOI2178	54141040F	5541/1	16/11/2015	181 * XVII
AOW6498	54316709F	5541/2	03/11/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APG4976	54316574F	5541/2	30/10/2015	181 * XVII
APM3634	54316814F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
APP6993	54316848F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
AQB9056	54316910F	5541/2	09/11/2015	181 * XVII
ARM3402	54316899F	5541/2	07/11/2015	181 * XVII
ARQ4699	54316429F	5541/2	27/10/2015	181 * XVII
ASV9578	54139919F	5541/1	13/11/2015	181 * XVII
ASW3206	54316919F	5541/2	09/11/2015	181 * XVII
ATP7081	54141694F	5550/0	05/12/2015	181 * XVIII
AUE1486	54143011F	5185/2	07/12/2015	167
AUL4721	54316409F	5541/2	26/10/2015	181 * XVII
AVV4473	54142815F	5541/5	03/12/2015	181 * XVII
AYT0393	54316533F	5541/2	29/10/2015	181 * XVII
BCW0485	54141208F	5568/0	15/11/2015	181 * XIX
BES0113	54138526F	5550/0	12/11/2015	181 * XVIII
BEV4545	54141014F	5541/6	11/11/2015	181 * XVII
BOU2164	54316753F	5541/2	04/11/2015	181 * XVII
CBF3625	54316809F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
CEI1373	54316944F	5541/2	09/11/2015	181 * XVII
CKI2279	54140582F	5541/6	08/11/2015	181 * XVII
CLJ0580	54137201F	5541/6	06/11/2015	181 * XVII
CMA1275	54140644F	5541/5	11/11/2015	181 * XVII
DBO7880	54316943F	5541/2	09/11/2015	181 * XVII
DDA1627	54141073F	5460/0	12/11/2015	181 * IX
DDC0695	54142375F	5550/0	08/12/2015	181 * XVIII
DEC8983	54142609F	5541/5	04/12/2015	181 * XVII
DIM3655	54142826F	5185/1	05/12/2015	167
DMC1643	54141062F	5541/6	11/11/2015	181 * XVII
DML9039	54134834F	5541/3	07/11/2015	181 * XVII
DUH0698	54142656F	5185/1	07/12/2015	167
DVL1716	54141371F	5525/0	07/12/2015	181 * XV
EEG3386	54140087F	5541/6	04/11/2015	181 * XVII
EIZ4246	54140528F	5541/1	11/11/2015	181 * XVII
EOM0748	54143170F	5541/5	08/12/2015	181 * XVII
ERN3263	54142472F	5541/6	06/12/2015	181 * XVII
ETO2561	54316982F	5541/2	10/11/2015	181 * XVII
EZB2053	54142435F	5541/6	03/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
FGG0003	54317056F	5541/2	12/11/2015	181 * XVII
FYZ2277	54141530F	5568/0	17/11/2015	181 * XIX
GAA9898	54138531F	5550/0	13/11/2015	181 * XVIII
HCI5357	54142346F	5541/1	07/12/2015	181 * XVII
HCI5357	54142442F	5541/4	03/12/2015	181 * XVII
HMJ2922	54142622F	5541/6	08/12/2015	181 * XVII
HMO4552	54316870F	5541/2	07/11/2015	181 * XVII
HOY2390	54140603F	5380/0	10/11/2015	181 * I
HRL1015	54141005F	5452/1	11/11/2015	181 * VIII
HRR9376	54317230F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII
IAE2299	54140276F	5185/1	10/11/2015	167
IHF8360	54140604F	5541/1	10/11/2015	181 * XVII
IHF8360	54140706F	5550/0	11/11/2015	181 * XVIII
IIL4323	54140895F	5568/0	15/11/2015	181 * XIX
IIL4323	54316823F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
IJK3611	54142413F	5452/1	01/12/2015	181 * VIII
IJS1403	54142454F	5460/0	03/12/2015	181 * IX
IKB8537	54142808F	5525/0	03/12/2015	181 * XV
IPG4003	55992147C	6050/2	13/11/2015	208
IQR8338	54141158F	5550/0	15/11/2015	181 * XVIII
IRG5433	54140124F	5568/0	03/11/2015	181 * XIX
ISR8545	54138948F	5541/3	12/11/2015	181 * XVII
JPC9017	54316842F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
JUG0086	54143064F	5525/0	08/12/2015	181 * XV
KGD0081	54137289F	5568/0	15/11/2015	181 * XIX
KJA1380	54142510F	5541/5	03/12/2015	181 * XVII
KNW3276	54142422F	5541/1	01/12/2015	181 * XVII
KQQ0076	54316518F	5541/2	29/10/2015	181 * XVII
KVV2866	54142794F	5541/1	05/12/2015	181 * XVII
KWF5497	54140225F	5738/0	07/11/2015	186 * II
KZZ0029	54316902F	5541/2	07/11/2015	181 * XVII
LWT5280	54143026F	5185/1	07/12/2015	167
LWU6159	54140908F	7366/2	11/11/2015	252 * VI
LWU7873	54139208F	5347/0	31/10/2015	178
LWZ4247	54143464F	5185/1	10/12/2015	167
LXD0100	54140162F	5525/0	04/11/2015	181 * XV
LXD0353	54141452F	5924/1	17/11/2015	203 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXD0353	54141502F	5924/2	17/11/2015	203 * I
LXE8339	54143115F	5541/5	06/12/2015	181 * XVII
LXR4712	54317013F	5541/2	11/11/2015	181 * XVII
LXS2833	54137788F	5835/0	14/11/2015	195
LXS2833	54137789F	5215/2	14/11/2015	170
LYC3226	54139965F	7366/2	10/11/2015	252 * VI
LYC3226	54139966F	5185/1	10/11/2015	167
LYF5128	54317019F	5541/2	11/11/2015	181 * XVII
LYG2736	54316826F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
LYJ5211	54143155F	5452/1	08/12/2015	181 * VIII
LYN1260	54143062F	5568/0	08/12/2015	181 * XIX
LYO0357	54140904F	5541/6	11/11/2015	181 * XVII
LYO7649	54317042F	5541/2	12/11/2015	181 * XVII
LYY1099	54143025F	5185/1	07/12/2015	167
LYY1099	54143027F	5185/2	07/12/2015	167
LZQ0058	54142777F	5541/6	05/12/2015	181 * XVII
LZR6353	54143021F	5185/2	07/12/2015	167
LZX4602	54140169F	5452/1	04/11/2015	181 * VIII
MAI5601	54139373F	5185/1	09/11/2015	167
MAI8588	54143110F	5525/0	06/12/2015	181 * XV
MAL8142	54143023F	5207/0	07/12/2015	169
MAM4275	54316956F	5541/2	10/11/2015	181 * XVII
MAM9930	54317016F	5541/2	11/11/2015	181 * XVII
MAO4605	54142086F	5185/1	08/12/2015	167
MAT9142	54143024F	5185/1	07/12/2015	167
MAU3553	54140330F	5185/1	10/11/2015	167
MAV8903	54142325F	7366/2	03/12/2015	252 * VI
MBA3144	54140875F	5568/0	14/11/2015	181 * XIX
MBB5293	54138947F	5541/3	12/11/2015	181 * XVII
MBF5715	54316977F	5541/2	10/11/2015	181 * XVII
MBG2491	54140602F	5541/6	10/11/2015	181 * XVII
MBM1776	54142540F	5541/6	06/12/2015	181 * XVII
MBM5683	54317071F	5541/2	12/11/2015	181 * XVII
MBO2386	54140425F	5541/6	09/11/2015	181 * XVII
MBP0315	54142538F	5541/4	06/12/2015	181 * XVII
MBT7109	54142357F	5541/3	07/12/2015	181 * XVII
MBX7165	54142431F	5541/1	03/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBY5082	54141207F	5568/0	15/11/2015	181 * XIX
MCC8216	54140509F	5541/1	10/11/2015	181 * XVII
MCE1739	54141030F	5541/1	12/11/2015	181 * XVII
MCF6263	54140757F	5185/1	10/11/2015	167
MCF6263	54316741F	5541/2	04/11/2015	181 * XVII
MCI1946	54140907F	5452/3	11/11/2015	181 * VIII
MCJ2897	54140461F	5541/5	10/11/2015	181 * XVII
MCL8912	54139961F	5207/0	10/11/2015	169
MCM0569	54140215F	5541/6	07/11/2015	181 * XVII
MCQ0323	54316396F	5541/2	26/10/2015	181 * XVII
MCQ0585	54317002F	5541/2	11/11/2015	181 * XVII
MCU1100	54139425F	5819/2	14/11/2015	193
MCW0120	54316940F	5541/2	09/11/2015	181 * XVII
MCZ9944	54143458F	5568/0	10/12/2015	181 * XIX
MDD0391	54142364F	5550/0	07/12/2015	181 * XVIII
MDE4144	54141468F	5541/4	17/11/2015	181 * XVII
MDI0294	54316994F	5541/2	10/11/2015	181 * XVII
MDI0518	54316420F	5541/2	27/10/2015	181 * XVII
MDI3852	54140712F	5207/0	16/11/2015	169
MDI8625	54137780F	5878/0	10/11/2015	199
MDL9117	54316469F	5541/2	28/10/2015	181 * XVII
MDN0070	54142360F	5541/1	07/12/2015	181 * XVII
MDO3854	54140549F	5541/1	11/11/2015	181 * XVII
MDP0616	54143134F	5541/6	08/12/2015	181 * XVII
MDP7748	54137938F	5991/0	14/11/2015	206 * I
MDQ3429	54142820F	5541/1	05/12/2015	181 * XVII
MDS9671	54140553F	5541/1	08/11/2015	181 * XVII
MDV6251	54316970F	5541/2	10/11/2015	181 * XVII
MDX3899	54140444F	6050/2	12/11/2015	208
MEA6652	54142470F	5185/1	06/12/2015	167
MEB3756	54086281N	5002/0	01/12/2015	257 § 8º
MEB7185	54142474F	5568/0	06/12/2015	181 * XIX
MEG2622	54139477F	5550/0	07/12/2015	181 * XVIII
MEI1509	54142420F	5541/1	01/12/2015	181 * XVII
MEL1792	54316783F	5541/2	05/11/2015	181 * XVII
MEO1591	54141031F	5541/1	12/11/2015	181 * XVII
MEP4323	54139368F	5509/0	09/11/2015	181 * XIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MER2559	54143258F	5185/1	08/12/2015	167
MEV6935	54139435F	5550/0	14/11/2015	181 * XVIII
MEX9359	54139251F	5550/0	10/12/2015	181 * XVIII
MEY0605	54140637F	5541/1	11/11/2015	181 * XVII
MEZ4591	54139936F	5541/1	13/11/2015	181 * XVII
MFA2409	54139996F	6068/1	26/11/2015	209
MFA2409	54139997F	5207/0	26/11/2015	169
MFB3731	54316847F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
MFB8062	54137826F	5452/3	06/11/2015	181 * VIII
MFB8770	54142768F	5452/1	05/12/2015	181 * VIII
MFC2971	54140350F	5568/0	13/11/2015	181 * XIX
MFD0139	54139432F	5550/0	14/11/2015	181 * XVIII
MFD1679	54143499F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MFD4064	54139466F	5550/0	12/11/2015	181 * XVIII
MFF2043	54141197F	5967/0	04/12/2015	203 * V
MFG3907	54316818F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
MFH4570	54137024F	5452/2	09/11/2015	181 * VIII
MFH7724	54140809F	5185/1	11/11/2015	167
MFI0037	54139408F	5541/6	03/11/2015	181 * XVII
MFI8976	54140683F	5541/1	08/11/2015	181 * XVII
MFJ1193	54140943F	5410/0	01/12/2015	181 * IV
MFK2206	54137368F	5185/1	06/10/2015	167
MFK2206	54141223F	6122/0	17/11/2015	214 * I
MFK8038	54316551F	5541/2	29/10/2015	181 * XVII
MFL5092	54141480F	5568/0	17/11/2015	181 * XIX
MFM9257	54139199F	5568/0	14/11/2015	181 * XIX
MFO2326	54316810F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
MFP0064	54317064F	5541/2	12/11/2015	181 * XVII
MFP3325	54137769F	5550/0	09/11/2015	181 * XVIII
MFQ2799	54140561F	5541/1	08/11/2015	181 * XVII
MFQ2940	54142366F	5541/6	07/12/2015	181 * XVII
MFR0859	54139671F	5185/1	13/11/2015	167
MFR3382	54140540F	5380/0	11/11/2015	181 * I
MFS2252	54142528F	5541/6	06/12/2015	181 * XVII
MFS8037	54142788F	5452/1	05/12/2015	181 * VIII
MFU1144	54317061F	5541/2	12/11/2015	181 * XVII
MFU3377	54139367F	5541/6	06/11/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFU6609	54140375F	5460/0	06/11/2015	181 * IX
MFU7331	54136020F	5550/0	15/11/2015	181 * XVIII
MFV3798	54141034F	5568/0	11/11/2015	181 * XIX
MFW3459	54132686F	5541/6	31/10/2015	181 * XVII
MFV2535	54316837F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
MFZ0951	54142555F	5452/3	03/12/2015	181 * VIII
MGB3040	54138935F	5541/3	12/11/2015	181 * XVII
MGB8349	54142928F	5835/0	08/12/2015	195
MGC0311	54142807F	5525/0	03/12/2015	181 * XV
MGE8714	54143057F	5541/6	07/12/2015	181 * XVII
MGF5809	54142468F	5541/1	06/12/2015	181 * XVII
MGH3931	54142825F	5541/6	05/12/2015	181 * XVII
MGN2267	54142348F	5568/0	07/12/2015	181 * XIX
MGO0245	54142816F	5525/0	03/12/2015	181 * XV
MGO1483	54317030F	5541/2	11/11/2015	181 * XVII
MGR2551	54142432F	5541/1	03/12/2015	181 * XVII
MGU8223	54142915F	5185/2	05/12/2015	167
MGV2218	54142429F	5541/1	03/12/2015	181 * XVII
MGY5201	54142159F	5568/0	04/12/2015	181 * XIX
MHC8650	54142419F	5541/1	01/12/2015	181 * XVII
MHE3214	54316659F	5541/2	31/10/2015	181 * XVII
MHE7187	54139447F	5550/0	15/11/2015	181 * XVIII
MHH2561	54137432F	5550/0	03/12/2015	181 * XVIII
MHH8869	54141851F	6050/1	06/12/2015	208
MHH8869	54142702F	5185/1	06/12/2015	167
MHI4050	54132691F	5550/0	12/11/2015	181 * XVIII
MHI5807	54131850F	5207/0	09/12/2015	169
MHI5807	54138383F	6050/2	09/12/2015	208
MHJ2370	54137193F	5541/6	05/11/2015	181 * XVII
MHK6065	54137627F	5452/3	15/11/2015	181 * VIII
MHK6656	54141084F	5207/0	16/11/2015	169
MHL8291	54143028F	5185/1	07/12/2015	167
MHM2067	54137036F	5550/0	09/11/2015	181 * XVIII
MHR4390	54316905F	5541/2	09/11/2015	181 * XVII
MIA3597	54316819F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
MIA3597	54316830F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
MIB0663	54141191F	5550/0	04/12/2015	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIB7602	54316523F	5541/2	29/10/2015	181 * XVII
MIB7602	54316544F	5541/2	29/10/2015	181 * XVII
MIB9818	54086282N	5002/0	01/12/2015	257 § 8º
MIC0312	54140421F	5207/0	09/11/2015	169
MID5763	54139439F	5541/3	14/11/2015	181 * XVII
MIF4202	54138943F	5541/3	12/11/2015	181 * XVII
MIF4489	54316662F	5541/2	31/10/2015	181 * XVII
MIG8864	54139451F	5550/0	15/11/2015	181 * XVIII
MIH3878	54140346F	5568/0	13/11/2015	181 * XIX
MIJ1231	54139555F	5541/3	07/11/2015	181 * XVII
MIK2121	54139450F	5550/0	15/11/2015	181 * XVIII
MIL1422	54140393F	5452/1	10/11/2015	181 * VIII
MIL4312	54142853F	5835/0	04/12/2015	195
MIM6343	54138933F	5541/3	12/11/2015	181 * XVII
MIN8443	54141691F	5460/0	05/12/2015	181 * IX
MIO5141	54142757F	5541/1	03/12/2015	181 * XVII
MIO5545	54316803F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
MIP4099	54141012F	5541/6	11/11/2015	181 * XVII
MIQ2636	54139342F	5665/0	09/11/2015	182 * X
MIR2718	54142811F	5541/1	03/12/2015	181 * XVII
MIR3154	54140396F	5550/0	10/11/2015	181 * XVIII
MIS1159	54142799F	5568/0	05/12/2015	181 * XIX
MIT8415	54140494F	5541/6	08/12/2015	181 * XVII
MIU9538	54316398F	5541/2	26/10/2015	181 * XVII
MIV0307	54140608F	5541/5	10/11/2015	181 * XVII
MIV0959	54137647F	5967/0	01/12/2015	203 * V
MIV5022	54141076F	5541/5	12/11/2015	181 * XVII
MIX6917	54142787F	5525/0	05/12/2015	181 * XV
MIY8573	54140442F	5568/0	12/11/2015	181 * XIX
MIZ0037	54138065F	5452/1	08/11/2015	181 * VIII
MJD9536	54142158F	5568/0	04/12/2015	181 * XIX
MJH4389	54316947F	5541/2	09/11/2015	181 * XVII
MJI7589	54140643F	5541/3	11/11/2015	181 * XVII
MJJ4497	54316613F	5541/2	30/10/2015	181 * XVII
MJM1546	54316929F	5541/2	09/11/2015	181 * XVII
MJO6346	54140903F	7366/2	11/11/2015	252 * VI
MJO8316	54143005F	5207/0	07/12/2015	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJP5701	54142800F	5568/0	05/12/2015	181 * XIX
MJS8098	54316604F	5541/2	30/10/2015	181 * XVII
MJT5990	54142469F	5541/1	06/12/2015	181 * XVII
MJT6654	54142451F	5541/4	03/12/2015	181 * XVII
MJV7980	54317069F	5541/2	12/11/2015	181 * XVII
MJW6119	54139700F	5550/0	14/11/2015	181 * XVIII
MJW7759	54140242F	5541/1	07/11/2015	181 * XVII
MJX3008	54141055F	5541/1	11/11/2015	181 * XVII
MJX5121	54143460F	5452/2	10/12/2015	181 * VIII
MJY5980	54132499F	5207/0	08/12/2015	169
MJY6026	54140154F	5541/6	04/11/2015	181 * XVII
MKA8214	54139921F	5541/1	13/11/2015	181 * XVII
MKB3816	54138043F	5541/1	12/11/2015	181 * XVII
MKB5340	54316816F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
MKB5340	54317051F	5541/2	12/11/2015	181 * XVII
MKE3559	54141696F	5452/1	05/12/2015	181 * VIII
MKF3173	54316974F	5541/2	10/11/2015	181 * XVII
MKF4451	54143105F	6050/1	06/12/2015	208
MKH4520	54086290N	5002/0	01/12/2015	257 § 8º
MKL9906	54142554F	5991/0	03/12/2015	206 * I
MKM8133	54316922F	5541/2	09/11/2015	181 * XVII
MKO5908	54316976F	5541/2	10/11/2015	181 * XVII
MKP1919	54138523F	5550/0	12/11/2015	181 * XVIII
MKR5726	54141203F	5568/0	15/11/2015	181 * XIX
MKT1113	54142489F	5541/1	10/12/2015	181 * XVII
MKV3647	54141454F	5568/0	13/11/2015	181 * XIX
MKW2475	54086078N	5002/0	04/12/2015	257 § 8º
MKW2475	54086287N	5002/0	01/12/2015	257 § 8º
MKW6135	54316988F	5541/2	10/11/2015	181 * XVII
MKX5632	54140801F	5550/0	19/11/2015	181 * XVIII
MKX7229	54317006F	5541/2	11/11/2015	181 * XVII
MKY8111	54134533F	7366/2	12/11/2015	252 * VI
MKZ0160	54141027F	5568/0	12/11/2015	181 * XIX
MLA8513	54316435F	5541/2	27/10/2015	181 * XVII
MLC2899	54317028F	5541/2	11/11/2015	181 * XVII
MLD0053	54140594F	5380/0	10/11/2015	181 * I
MLF6012	54142804F	5380/0	03/12/2015	181 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLG1746	54143487F	5207/0	11/12/2015	169
MLH1688	54316108F	5541/2	17/10/2015	181 * XVII
MLH4881	54140852F	5452/1	13/11/2015	181 * VIII
MLJ0759	54139329F	7366/2	03/11/2015	252 * VI
MLK6929	54140629F	5568/0	11/11/2015	181 * XIX
MLL3334	54143008F	5207/0	07/12/2015	169
MLO1618	54140176F	5541/6	04/11/2015	181 * XVII
MLP2942	54316594F	5541/2	30/10/2015	181 * XVII
MLR1488	54140409F	5568/0	08/11/2015	181 * XIX
MLR3375	54139666F	5541/6	10/11/2015	181 * XVII
MLR9673	54142160F	5568/0	04/12/2015	181 * XIX
MLU0600	54143501F	5541/6	11/12/2015	181 * XVII
MLU8505	54140679F	5525/0	08/11/2015	181 * XV
MLV6517	54138942F	5541/3	12/11/2015	181 * XVII
MMD5124	54083120N	5002/0	17/11/2015	257 § 8º
MMD8297	54316746F	5541/2	04/11/2015	181 * XVII
MMH9076	54142512F	5541/5	03/12/2015	181 * XVII
MMH9096	54140873F	5568/0	14/11/2015	181 * XIX
MMI0916	54138938F	5541/3	12/11/2015	181 * XVII
MMI2112	54317026F	5541/2	11/11/2015	181 * XVII
MMI4751	54139431F	5550/0	14/11/2015	181 * XVIII
MMK1908	54139412F	5541/6	07/11/2015	181 * XVII
MMM5061	54142955F	7366/2	05/12/2015	252 * VI
MNF1743	54140736F	6122/0	09/12/2015	214 * I
MNP4404	54141072F	5541/5	12/11/2015	181 * XVII
MQH7027	54142477F	5541/5	06/12/2015	181 * XVII
NSC0158	54139479F	5550/0	07/12/2015	181 * XVIII
OKF9383	54138280F	5185/1	11/11/2015	167
OKH9822	54316581F	5541/2	30/10/2015	181 * XVII
QHD0057	54316973F	5541/2	10/11/2015	181 * XVII
QHF1385	54316991F	5541/2	10/11/2015	181 * XVII
QHG5802	54316834F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
QHK6836	54141692F	5452/1	05/12/2015	181 * VIII
QHL1615	54140879F	5568/0	14/11/2015	181 * XIX
QHN3934	54141065F	5541/6	11/11/2015	181 * XVII
QHP2863	54140536F	5568/0	11/11/2015	181 * XIX
QHP3814	54316777F	5541/2	05/11/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
QHQ4005	54139427F	5568/0	14/11/2015	181 * XIX
QII8555	54141079F	5541/1	12/11/2015	181 * XVII
QJB7500	54316877F	5541/2	07/11/2015	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 8

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2246/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFT7004	54131669F	6912/0	31/07/2015	R\$ 53,20	232
AFW4291	54132369F	5010/0	09/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
AFW4291	54132370F	6599/2	09/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
AFW4291	54132371F	5118/0	09/08/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AGO8239	54131408F	5010/0	17/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
AGO8239	54131409F	6599/2	17/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
AGO8239	54131410F	6912/0	17/07/2015	R\$ 53,20	232
AHL0040	54132330F	6637/2	03/08/2015	R\$ 127,69	230 * IX
AHL8519	54002279D	6599/2	06/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
AHL8519	54002280D	5010/0	06/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
AHL8519	54002281D	6726/1	06/08/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
AHL8519	54002282D	7340/0	06/08/2015	R\$ 85,13	252 * IV
AHL8519	54002359D	6912/0	06/08/2015	R\$ 53,20	232
AHL8519	54002360D	6637/1	06/08/2015	R\$ 127,69	230 * IX
AHL8519	54002361D	6670/0	06/08/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
AHL8519	54002362D	5118/0	06/08/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AHL8519	54003465D	6599/2	21/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
AHL8519	54003466D	6726/1	21/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
AHL8519	54003467D	6637/1	21/07/2015	R\$ 127,69	230 * IX
AHL8519	54003468D	6602/0	21/07/2015	R\$ 191,53	230 * VI
AHL8519	54003469D	6670/0	21/07/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
AHQ7647	54132343F	5045/0	05/08/2015	R\$ 191,54	162 * V
AHQ7647	54132344F	5142/0	05/08/2015	R\$ 191,54	164 c/c 162 * V
AHQ7647	54132345F	6912/0	05/08/2015	R\$ 53,20	232
AHQ7647	54132346F	6769/1	05/08/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
AHZ1463	54130926F	5010/0	22/07/2015	R\$ 574,61	162 * I

1 / 8

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIX7562	54132043F	6599/2	28/07/2015	R\$ 191,54	230 * V
AIZ3935	54131000F	6602/0	20/07/2015	R\$ 191,53	230 * VI
ALZ5414	54132352F	6637/2	03/08/2015	R\$ 127,69	230 * IX
ANJ6413	54130749F	6599/2	17/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
ANJ6413	54131932F	5169/1	17/07/2015	R\$ 1.915,38	165
ANN2302	54132203F	7340/0	28/07/2015	R\$ 85,13	252 * IV
ANY2675	54002287D	5010/0	27/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
AOZ0061	54002237D	6408/0	27/07/2015	R\$ 85,13	221
AOZ0061	54002241D	6610/2	27/07/2015	R\$ 127,69	230 * VII
AOZ0061	54002242D	6670/0	27/07/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
AST0375	54130758F	5010/0	15/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
AST0375	54130759F	6726/1	15/08/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
AYT2674	54002248D	6700/0	27/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVI
BME8880	54002255D	5010/0	31/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
CKM1126	54131305F	6637/1	25/07/2015	R\$ 127,69	230 * IX
CKM1126	54743750E	6726/2	25/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
COK6294	54132189F	6599/2	05/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
CRN5952	54131089F	6599/2	09/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
DIR8834	54003307D	6726/1	02/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
DIR8834	54003308D	6599/2	02/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
DJC3337	54132202F	6769/2	28/07/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
DSE7307	54131531F	5169/1	16/08/2015	R\$ 1.915,38	165
HSA4318	54132235F	6599/2	09/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
HSA4318	54132424F	5010/0	09/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
HSA4318	54132425F	5061/0	09/08/2015	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
IBH6165	54132060F	5010/0	24/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
IBH6165	54132061F	6599/2	24/07/2015	R\$ 191,54	230 * V
IBH6165	54132062F	6912/0	24/07/2015	R\$ 53,20	232
III7901	54002283D	6912/0	28/07/2015	R\$ 53,20	232
INX7474	54003354D	6700/0	07/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVI
JYE4003	54130370F	6599/2	27/06/2015	R\$ 191,53	230 * V
JYE4003	54130371F	6408/0	27/06/2015	R\$ 85,12	221
KIH0070	54130882F	5010/0	24/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
KIH0070	54130883F	5118/0	24/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
KXC0093	54132350F	6912/0	06/08/2015	R\$ 53,20	232
KXC0093	54132351F	6769/1	06/08/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
LUN0524	54002307D	6408/0	31/07/2015	R\$ 85,13	221

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWW3432	54131143F	5010/0	11/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
LWW3432	54131144F	6599/2	11/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
LWW3432	54131145F	5118/0	11/08/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXB4572	54130934F	5320/0	26/07/2015	R\$ 957,69	176 * V
LXB4572	54130935F	6912/0	26/07/2015	R\$ 53,20	232
LXC1697	54131126F	5010/0	15/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
LXC1697	54131127F	5118/0	15/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXI5362	54002414D	6670/0	09/08/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
LYD2688	54131156F	6637/2	22/07/2015	R\$ 127,69	230 * IX
LYD2688	54131203F	6963/0	22/07/2015	R\$ 127,69	237
LYH0390	54131483F	6599/2	22/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
LYJ4042	54131815F	5169/1	06/08/2015	R\$ 1.915,38	165
LYJ4042	54131816F	6912/0	06/08/2015	R\$ 53,20	232
LYL4330	54745177E	6599/2	23/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
LYL4330	54745178E	5010/0	23/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
LYL4330	54745180E	5118/0	23/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYV7695	54132380F	6599/2	11/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
LYV7695	54132381F	6637/1	11/08/2015	R\$ 127,69	230 * IX
LYV7695	54132382F	6912/0	11/08/2015	R\$ 53,20	232
LYX4806	54002277D	6670/0	06/08/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
LYX4806	54002278D	6610/2	06/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
LYZ9697	54132339F	6769/1	05/08/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
LZD6437	54132970F	6912/0	16/08/2015	R\$ 53,20	232
LZD6437	54132971F	6599/2	16/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
LZD6437	54132972F	6653/2	16/08/2015	R\$ 127,69	230 * XI
LZD9141	54127650F	5045/0	22/07/2015	R\$ 191,53	162 * V
LZN9415	54002258D	6912/0	31/07/2015	R\$ 53,20	232
LZU5569	54131425F	6599/2	28/07/2015	R\$ 191,54	230 * V
LZU5937	54132080F	6610/2	01/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
LZW1162	54131354F	5010/0	20/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
LZW1162	54131356F	5118/0	20/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZW1162	54131359F	6556/1	20/07/2015	R\$ 191,53	230 * I
LZW1162	54132162F	5118/0	28/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZW1162	54132163F	6599/2	28/07/2015	R\$ 191,54	230 * V
LZW1162	54132164F	6556/1	28/07/2015	R\$ 191,54	230 * I
LZW1162	54132166F	6610/2	28/07/2015	R\$ 127,69	230 * VII
LZW1162	54132905F	6599/2	13/08/2015	R\$ 191,54	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZY8615	54002427D	6408/0	09/08/2015	R\$ 85,13	221
MAC8445	54002467D	6610/2	12/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MAM4275	54127942F	6610/2	26/06/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MAM8195	54129741F	7579/0	08/08/2015	R\$ 1.915,38	277
MAO3501	54132231F	6769/1	09/08/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
MAO3501	54132418F	5045/0	09/08/2015	R\$ 191,54	162 * V
MAO3501	54132419F	6408/0	09/08/2015	R\$ 85,13	221
MAU9102	54128970F	6599/2	27/07/2015	R\$ 191,54	230 * V
MAU9102	54132726F	6599/2	11/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MAU9102	54132727F	6637/2	11/08/2015	R\$ 127,69	230 * IX
MAU9102	54132728F	6610/2	11/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MAU9102	54132729F	6653/2	11/08/2015	R\$ 127,69	230 * XI
MAU9102	54132809F	5118/0	11/08/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAU9102	54132811F	5010/0	11/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
MAU9102	54132812F	6912/0	11/08/2015	R\$ 53,20	232
MAX3065	54138778F	6599/2	21/10/2015	R\$ 191,54	230 * V
MBF7267	54130582F	5169/1	07/08/2015	R\$ 1.915,38	165
MBF7267	54132087F	6912/0	07/08/2015	R\$ 53,20	232
MBF7267	54132088F	5045/0	07/08/2015	R\$ 191,54	162 * V
MBF7267	54132089F	5304/0	07/08/2015	R\$ 957,69	176 * III
MBG0874	54002223D	6726/1	27/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBP8775	54003479D	6769/2	22/07/2015	R\$ 85,12	230 * XXII
MBW5782	54132348F	6963/0	06/08/2015	R\$ 127,69	237
MBX8667	54127758F	5274/1	15/08/2015	R\$ 1.915,38	175
MBY3645	54002290D	6726/1	27/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCA8166	54129340F	7579/0	25/07/2015	R\$ 1.915,38	277
MCA8732	54002353D	6670/0	04/08/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
MCC4867	54137345F	5010/0	27/10/2015	R\$ 574,61	162 * I
MCC4867	54137346F	5118/0	27/10/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCF5499	54131017F	6599/2	22/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MCK0014	54131592F	5010/0	24/09/2015	R\$ 574,61	162 * I
MCT9755	54131138F	6599/2	03/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MCZ4615	54002207D	5274/1	27/07/2015	R\$ 1.915,38	175
MDG0538	54138121F	6408/0	27/10/2015	R\$ 85,13	221
MDG1992	54128988F	6912/0	08/08/2015	R\$ 53,20	232
MDH7256	54002383D	6912/0	06/08/2015	R\$ 53,20	232
MDJ0759	54132022F	6700/0	22/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDL8659	54132340F	6653/2	05/08/2015	R\$ 127,69	230 * XI
MDU4154	54130589F	6610/2	13/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MDU4154	54132151F	6726/1	13/08/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDV2199	54130397F	5010/0	06/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
MDV2199	54130398F	5118/0	06/08/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDV2199	54130400F	6610/2	06/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MDV2524	54135201F	6637/1	25/09/2015	R\$ 127,69	230 * IX
MDV2524	54912740E	6599/2	25/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
MDV2524	54912741E	6726/1	25/09/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDV2524	54912742E	6670/0	25/09/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
MDV2524	54912743E	6769/2	25/09/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
MED0251	54002488D	6602/0	14/08/2015	R\$ 191,54	230 * VI
MED7165	54002396D	6599/2	04/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MEG6471	54002408D	6726/1	08/08/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEG6471	54002409D	6769/2	08/08/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
MEG8017	54002397D	6670/0	04/08/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
MEH6007	54132197F	5010/0	06/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
MEH6007	54132198F	6610/2	06/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MEQ2954	54002181D	5118/0	23/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEQ2954	54002183D	6599/2	23/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MEQ2954	54002185D	5010/0	23/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
MET1017	54002422D	5010/0	09/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
MET1017	54002423D	5118/0	09/08/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MET1017	54002424D	6599/2	09/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MET4731	54130666F	6599/2	16/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MET4731	54130667F	5037/1	16/08/2015	R\$ 574,61	162 * III
MEU5725	54002404D	6599/2	08/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MEV5308	54132065F	5169/1	25/07/2015	R\$ 1.915,38	165
MEV5308	54132066F	6637/2	25/07/2015	R\$ 127,69	230 * IX
MFB0841	54125164F	6599/2	26/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MFC2971	54132026F	6726/1	22/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFE2784	54003340D	5010/0	07/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
MFE2784	54003341D	6912/0	07/07/2015	R\$ 53,20	232
MFF0162	54138789F	6769/2	22/10/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
MFF0162	54138854F	6610/2	22/10/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MFJ7121	54133135F	6599/2	18/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MPK0235	54132037F	5045/0	28/07/2015	R\$ 191,54	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFK0235	54132038F	5142/0	28/07/2015	R\$ 191,54	164 c/c 162 * V
MFK0235	54132040F	7340/0	28/07/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MFK0235	54132041F	6912/0	28/07/2015	R\$ 53,20	232
MFK0235	54132042F	6610/2	28/07/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MFL5191	54132459F	6602/0	16/08/2015	R\$ 191,54	230 * VI
MFP2294	54003470D	6599/2	22/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MFS2098	54002402D	5010/0	08/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
MFT5762	54129146F	5029/2	08/07/2015	R\$ 957,69	162 * II
MFZ7788	54132711F	6670/0	08/08/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
MGC4404	54132413F	7340/0	09/08/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MGD5028	54131865F	5169/1	25/07/2015	R\$ 1.915,38	165
MGD5028	54132357F	6653/1	06/08/2015	R\$ 127,69	230 * XI
MGD5028	54132358F	5010/0	06/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
MGE4338	54130485F	6408/0	03/07/2015	R\$ 85,12	221
MGF9353	54003333D	6599/2	06/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MGH7317	54132655F	5045/0	10/08/2015	R\$ 191,54	162 * V
MGJ3642	54002451D	6769/1	10/08/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
MGJ8142	54002323D	6700/0	04/08/2015	R\$ 127,69	230 * XVI
MGP2036	54133506F	5045/0	18/08/2015	R\$ 191,54	162 * V
MGP2036	54133507F	6912/0	18/08/2015	R\$ 53,20	232
MGR0447	54133894F	5045/0	23/09/2015	R\$ 191,54	162 * V
MGU8310	54124365F	6599/2	22/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MGW2523	54131160F	5045/0	25/07/2015	R\$ 191,54	162 * V
MGW2523	54131161F	6726/1	25/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGW2523	54131210F	6556/4	25/07/2015	R\$ 191,54	230 * I
MGW2523	54131211F	5029/2	25/07/2015	R\$ 957,69	162 * II
MHB3117	54131169F	6653/2	15/08/2015	R\$ 127,69	230 * XI
MHB3117	54131170F	6610/2	15/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MHC0615	54131024F	6599/2	14/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MHF9865	54130891F	5290/0	01/08/2015	R\$ 957,69	176 * II
MHL4513	54002387D	6408/0	05/08/2015	R\$ 85,13	221
MHL4513	54002388D	6599/2	05/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MHO5527	54002314D	6726/1	31/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHP5044	54131803F	6599/2	24/07/2015	R\$ 191,54	230 * V
MHR2292	54131727F	6599/2	11/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MHS8677	54124892F	5010/0	18/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
MHS8677	54124893F	5118/0	18/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHS8677	54124894F	6912/0	18/07/2015	R\$ 53,20	232
MIA5109	54002426D	7579/0	09/08/2015	R\$ 1.915,38	277
MID6955	54129745F	5118/0	12/08/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MID6955	54131147F	6599/2	12/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MIF9887	54133394F	6670/0	19/08/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
MIG8932	54131372F	5010/0	05/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
MIG8932	54131374F	6599/2	05/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MIK6568	54132379F	6599/2	09/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MIL8626	54132385F	6610/2	13/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MIL8626	54132386F	6653/1	13/08/2015	R\$ 127,69	230 * XI
MIL8626	54132387F	6602/0	13/08/2015	R\$ 191,54	230 * VI
MIV7452	54132403F	7340/0	06/08/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MIV8693	54131823F	5169/1	10/08/2015	R\$ 1.915,38	165
MJB0725	54132434F	6726/1	16/08/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MJB1677	54132407F	7340/0	06/08/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MJB3217	54003378D	6700/0	13/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVI
MJC6149	54132353F	6610/2	03/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MJC6149	54132354F	6637/2	03/08/2015	R\$ 127,69	230 * IX
MJF8028	54002253D	6599/2	31/07/2015	R\$ 191,54	230 * V
MJF8028	54002309D	5010/0	31/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
MJF8028	54002310D	5118/0	31/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJF8028	54002312D	6726/1	31/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MJO1535	54002462D	6912/0	10/08/2015	R\$ 53,20	232
MJO1535	54002463D	6599/2	10/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MJQ1336	54003474D	6610/2	22/07/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MJX8821	54002483D	7340/0	14/08/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MJY8241	54002154D	6726/1	22/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MKL5183	54002333D	6637/1	04/08/2015	R\$ 127,69	230 * IX
MKL7945	54132977F	6912/0	16/08/2015	R\$ 53,20	232
MKL7945	54132978F	6599/2	16/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MKW8377	54130487F	6599/2	03/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MLJ0323	54131722F	6610/2	08/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MLJ0323	54131723F	6637/2	08/08/2015	R\$ 127,69	230 * IX
MLK2676	54003415D	7340/0	17/07/2015	R\$ 85,12	252 * IV
MLK2676	54003416D	6912/0	17/07/2015	R\$ 53,20	232
MLK7335	54002324D	6599/2	04/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MLK7335	54002325D	6912/0	04/08/2015	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLK7335	54002327D	7340/0	04/08/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MLS3404	54002172D	7340/0	27/07/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MLS3404	54002173D	6700/0	27/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVI
MMM4310	54132426F	5010/0	11/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
QHA1474	54131487F	6599/2	22/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
QHJ1003	54002202D	6700/0	27/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 10

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2247/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAK6590	54135301F	5541/6	24/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AAM1143	54313219F	5541/2	14/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AAQ6414	54313701F	5541/2	30/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ABL1829	54129796F	5843/4	06/07/2015	R\$ 127,69	196
ACB1100	54313625F	5541/2	28/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AEK7742	54132962F	5568/0	14/08/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
AFF2051	54136270F	5185/1	24/09/2015	R\$ 127,69	167
AGC3857	54131986F	5568/0	28/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
AGH4819	54131498F	5568/0	23/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
AHL8519	54002363D	7234/0	06/08/2015	R\$ 85,13	250 * I * a
AJE5999	54313571F	5541/2	27/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AJK4417	54002218D	5185/1	27/07/2015	R\$ 127,69	167
AJK4417	54002219D	5185/2	27/07/2015	R\$ 127,69	167
AJO2889	54313484F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AKY4983	54313497F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ALF5612	54313503F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ALX2857	54316204F	5541/2	20/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ANJ6413	54131933F	6050/2	17/07/2015	R\$ 191,53	208
ANU2771	54313621F	5541/2	28/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ANV3989	54313424F	5541/2	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AOG4283	54312948F	5541/2	04/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AOR2452	54313774F	5541/2	03/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AOZ0061	54002236D	5185/1	27/07/2015	R\$ 127,69	167
APP0209	54313509F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
APY7269	54312972F	5541/2	06/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
APY7269	54313130F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

1 / 10

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AQH2919	54312635F	5541/2	24/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AQU3213	54313161F	5541/2	11/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AQZ2627	54130372F	6068/1	27/06/2015	R\$ 127,69	209
ASE3494	54315900F	5541/2	13/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ASS4477	54061441N	5002/0	31/07/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
ATE3497	54131989F	5568/0	28/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
ATF0767	54313002F	5541/2	07/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ATH1991	54313677F	5541/2	30/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AUB3467	54131835F	5738/0	26/09/2015	R\$ 191,54	186 * II
AUT4354	54313200F	5541/2	13/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AUZ1833	54136652F	5568/0	25/09/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
AUZ8091	54312879F	5541/2	02/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AVS1636	54315183F	5541/2	19/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AVV4473	54124370F	5541/1	31/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AYM6299	54133317F	5525/0	17/08/2015	R\$ 85,13	181 * XV
CAL2755	54131667F	5460/0	23/07/2015	R\$ 85,12	181 * IX
CAP1411	54135836F	7366/2	30/09/2015	R\$ 85,13	252 * VI
CHO4245	54130929F	5185/1	26/07/2015	R\$ 127,69	167
CTP5002	54313251F	5541/2	15/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CXG6240	54313721F	5541/2	31/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CXQ3476	54131927F	5185/1	17/07/2015	R\$ 127,69	167
DDA4008	55992142C	6122/0	07/08/2015	R\$ 191,54	214 * I
DEM2875	54313587F	5541/2	27/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DGV4141	54313052F	5541/2	08/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DIF5748	54313501F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DIO9335	54136000F	5380/0	29/09/2015	R\$ 85,13	181 * I
DIS6399	54313734F	5541/2	01/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DIZ3264	54313694F	5541/2	30/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DLF4581	54312966F	5541/2	06/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DLS6667	54130985F	6050/2	16/07/2015	R\$ 191,53	208
DNK3868	54313445F	5541/2	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DSK9645	54064219N	5002/0	17/08/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
DWD9713	54130740F	5568/0	16/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
DWN6408	54313679F	5541/2	30/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DXY7446	54003315D	5193/0	06/07/2015	R\$ 191,53	168
EKS5099	54312735F	5541/2	27/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EVI3743	54131366F	5550/0	25/07/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EVI3743	54131679F	5452/1	01/08/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
FMR7335	54129742F	7366/2	11/08/2015	R\$ 85,13	252 * VI
GVV8792	54313765F	5541/2	03/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HFR2306	54133005F	5525/0	14/08/2015	R\$ 85,13	181 * XV
HGV5854	54312961F	5541/2	06/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HIH7647	54313619F	5541/2	28/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HKC6024	54136955F	5452/1	30/09/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
HNS6735	54128588F	7366/2	07/07/2015	R\$ 85,12	252 * VI
HSZ2414	54131475F	5878/0	20/07/2015	R\$ 85,12	199
IGV6484	54061428N	5002/0	31/07/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
IJD2703	54132736F	5568/0	11/08/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
ILN2264	54315230F	5541/2	21/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ILU5725	54313516F	5541/2	24/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
INF9872	54312965F	5541/2	06/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
INI7384	54312902F	5541/2	03/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
INO2584	54130941F	5541/6	03/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IOW7159	54132409F	5185/1	06/08/2015	R\$ 127,69	167
IUZ7444	54313123F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
JOM3413	54133353F	5568/0	17/08/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
JPX5950	54132138F	5185/1	31/07/2015	R\$ 127,69	167
KEG0740	54055778N	5002/0	30/06/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
LWW3432	54313461F	5541/2	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LWW9186	54131504F	5525/0	27/07/2015	R\$ 85,13	181 * XV
LXH8209	54313419F	5541/2	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LXP6299	54314968F	5541/2	14/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LXS7944	54313611F	5541/2	28/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LXT2895	54313814F	5541/2	04/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LXX6728	54002429D	5185/1	09/08/2015	R\$ 127,69	167
LXX7882	54002474D	5185/1	14/08/2015	R\$ 127,69	167
LXZ5307	54313016F	5541/2	07/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYC9974	54132723F	5525/0	11/08/2015	R\$ 85,13	181 * XV
LYC9974	54132724F	5460/0	11/08/2015	R\$ 85,13	181 * IX
LYD8148	54313730F	5541/2	31/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYH0390	54131482F	5550/0	22/07/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYH0390	54132004F	5541/1	20/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYH6002	54131164F	5185/1	15/08/2015	R\$ 127,69	167
LYH9527	54128975F	5185/1	24/07/2015	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYI3432	54313262F	5541/2	15/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYK4569	54132552F	5452/3	07/08/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
LYP6655	54128984F	5185/1	04/08/2015	R\$ 127,69	167
LYR6590	54313280F	5541/2	16/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYT1712	54132121F	6050/1	27/07/2015	R\$ 191,54	208
LYU5065	54131136F	5185/1	30/07/2015	R\$ 127,69	167
LYW5669	54313787F	5541/2	04/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYX3339	54002259D	5738/0	31/07/2015	R\$ 191,54	186 * II
LYY3801	54313600F	5541/2	28/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYZ2029	54313747F	5541/2	01/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZB3768	54313208F	5541/2	13/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZD1901	54313723F	5541/2	31/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZG1548	54312795F	5541/2	30/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZP3572	54131163F	5428/4	01/08/2015	R\$ 191,54	181 * V
LZU5569	54131423F	5568/0	28/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
LZW1162	54132904F	5550/0	13/08/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
LZX3812	54313713F	5541/2	31/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZZ4079	54132813F	5452/1	11/08/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MAJ4283	54313070F	5541/2	08/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAL1858	54132329F	5207/0	03/08/2015	R\$ 53,20	169
MAM0890	54002379D	5193/0	06/08/2015	R\$ 191,54	168
MAN4184	54132146F	5452/3	07/08/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MAO0303	54127757F	5738/0	25/07/2015	R\$ 191,54	186 * II
MAR1855	54132715F	5525/0	09/08/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MAU9102	54128969F	5835/0	27/07/2015	R\$ 127,69	195
MAU9102	54132810F	5207/0	11/08/2015	R\$ 53,20	169
MAV7706	54313319F	5541/2	17/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAX3065	54138779F	5185/1	21/10/2015	R\$ 127,69	167
MBA9302	54130595F	5878/0	14/08/2015	R\$ 85,13	199
MBA9302	54130596F	5843/1	14/08/2015	R\$ 127,69	196
MBB8945	54313483F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBB8945	54313788F	5541/2	04/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBC2069	54132805F	5525/0	11/08/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MBC4848	54131419F	5550/0	22/07/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBC9074	54002392D	5185/1	05/08/2015	R\$ 127,69	167
MBJ3157	54132173F	5541/6	30/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBM0462	54130424F	5185/1	21/07/2015	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBQ2216	54312901F	5541/2	03/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBS1148	54313504F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBS1831	54131880F	5541/6	08/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBS2179	54131139F	7366/2	07/08/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MBS3109	54313021F	5541/2	07/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV5613	54132612F	5452/1	13/08/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MCB4362	54132222F	5967/0	13/08/2015	R\$ 957,69	203 * V
MCM3396	54313733F	5541/2	01/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCP5925	54312871F	5541/2	02/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ2817	54315217F	5541/2	21/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCV6107	54313698F	5541/2	30/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCW0629	54313138F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCY5024	54313798F	5541/2	04/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ3410	54132414F	5185/1	09/08/2015	R\$ 127,69	167
MCZ4347	54313402F	5541/2	21/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ4615	54002204D	6270/0	27/07/2015	R\$ 127,69	220 * II
MCZ4615	54002206D	5835/0	27/07/2015	R\$ 127,69	195
MCZ4615	54002208D	6050/1	27/07/2015	R\$ 191,54	208
MCZ4615	54002209D	5215/1	27/07/2015	R\$ 191,54	170
MCZ4615	54002210D	5843/3	27/07/2015	R\$ 127,69	196
MCZ4615	54002212D	6319/0	27/07/2015	R\$ 127,69	220 * VI
MCZ5987	54313502F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDH3185	54131162F	6530/0	01/08/2015	R\$ 127,69	228
MDK4746	54132205F	5541/1	01/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL8659	54132341F	5207/0	05/08/2015	R\$ 53,20	169
MDP8702	54135416F	5541/6	17/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDQ9824	54313657F	5541/2	29/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR2241	54313120F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDS7359	54313584F	5541/2	27/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDU4154	54132091F	5207/0	13/08/2015	R\$ 53,20	169
MDV2199	54130399F	6122/0	06/08/2015	R\$ 191,54	214 * I
MDV2199	54130401F	5207/0	06/08/2015	R\$ 53,20	169
MEB8960	54131572F	5460/0	03/08/2015	R\$ 85,13	181 * IX
MED7165	54002395D	5185/1	04/08/2015	R\$ 127,69	167
MEG7914	54313705F	5541/2	31/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEH3862	54130483F	5452/2	02/07/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MEK1844	54131872F	5207/0	06/08/2015	R\$ 53,20	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEK6613	54313659F	5541/2	29/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK6688	54064210N	5002/0	17/08/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MEO2516	54313524F	5541/2	24/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEQ4235	54131500F	5541/6	24/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEQ8529	54313180F	5541/2	11/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MER7449	54002300D	5185/1	27/07/2015	R\$ 127,69	167
MET9178	54315890F	5541/2	13/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV2545	54313473F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEY0079	54132557F	6050/1	14/08/2015	R\$ 191,54	208
MEZ4992	54313407F	5541/2	21/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB0841	54125165F	5185/1	26/07/2015	R\$ 127,69	167
MFD3428	54312460F	5541/2	18/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFF2043	54132842F	5207/0	13/08/2015	R\$ 53,20	169
MFJ4868	54132124F	5738/0	28/07/2015	R\$ 191,54	186 * II
MFK0235	54132039F	5207/0	28/07/2015	R\$ 53,20	169
MFK6807	54130894F	5819/8	04/08/2015	R\$ 574,61	193
MF3511	54002460D	5835/0	10/08/2015	R\$ 127,69	195
MF3511	54002461D	5207/0	10/08/2015	R\$ 53,20	169
MFP2573	54130478F	5550/0	01/07/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFQ4390	54312575F	5541/2	23/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ4390	54313463F	5541/2	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFS2833	54064216N	5002/0	17/08/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MFS6469	54132017F	5207/0	22/07/2015	R\$ 53,20	169
MFT9875	54132318F	5568/0	30/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MFU3596	54313466F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFU5454	54064212N	5002/0	17/08/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MFV4573	54315225F	5541/2	21/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY1990	54132070F	5991/0	26/07/2015	R\$ 191,54	206 * I
MFZ1900	54312739F	5541/2	27/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD1128	54130638F	5541/2	09/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD5028	54129278F	6050/2	25/07/2015	R\$ 191,54	208
MGD5028	54131864F	5835/0	25/07/2015	R\$ 127,69	195
MGD5028	54132359F	5207/0	06/08/2015	R\$ 53,20	169
MGE1607	54312815F	5541/2	30/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE4338	54130484F	5185/1	03/07/2015	R\$ 127,69	167
MGE7714	54131446F	5541/2	07/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF3222	54138492F	5452/1	19/10/2015	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGG8233	54313369F	5541/2	20/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI0254	54312698F	5541/2	25/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGJ8142	54313127F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGL1005	54136223F	5550/0	21/09/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MGO0441	54313312F	5541/2	17/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO1428	54129612F	5568/0	26/05/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MGO6296	54313031F	5541/2	07/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO7177	54130391F	7366/2	13/07/2015	R\$ 85,12	252 * VI
MGP6565	54130939F	5452/3	31/07/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MGP6838	54315249F	5541/2	22/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR7257	54314951F	5541/2	12/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGU9721	54315238F	5541/2	22/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGV8126	54313354F	5541/2	18/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGW3588	54312518F	5541/2	20/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGX1743	55180216C	7056/1	26/07/2015	R\$ 191,54	244 * III
MGX3657	54127754F	5738/0	25/07/2015	R\$ 191,54	186 * II
MGX7317	54131630F	5460/0	24/07/2015	R\$ 85,13	181 * IX
MHB3117	54131171F	7030/2	15/08/2015	R\$ 191,54	244 * I
MHD5763	54133479F	6122/0	23/09/2015	R\$ 191,54	214 * I
MHF4613	54132846F	5185/1	13/08/2015	R\$ 127,69	167
MHG8070	54131631F	5460/0	24/07/2015	R\$ 85,13	181 * IX
MHI0700	54313779F	5541/2	03/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK0034	54131685F	5843/4	14/08/2015	R\$ 127,69	196
MHK1519	54132405F	5541/1	05/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK1957	54124378F	5738/0	16/08/2015	R\$ 191,54	186 * II
MHL0684	54064225N	5002/0	17/08/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MHM3614	54132902F	5550/0	13/08/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MHO1186	54312979F	5541/2	06/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHR6277	54128965F	5185/1	20/07/2015	R\$ 127,69	167
MHU6917	54313063F	5541/2	08/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHW1953	54314997F	5541/2	14/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHW6528	54315128F	5541/2	18/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHW9279	54313522F	5541/2	24/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHW9608	54313573F	5541/2	27/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHX5082	54061436N	5002/0	31/07/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MIA9378	54133307F	5525/0	17/08/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MIB0041	54313336F	5541/2	18/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIB9818	54128983F	5185/1	04/08/2015	R\$ 127,69	167
MIC2995	54131867F	5541/6	05/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MID6536	54132833F	5185/1	13/08/2015	R\$ 127,69	167
MIE0348	54315165F	5541/2	18/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE2127	54131101F	5541/2	13/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MII1689	54131709F	5541/1	18/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ2291	54313511F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK6568	54132378F	5878/0	09/08/2015	R\$ 85,13	199
MIM6813	54064218N	5002/0	17/08/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MIN0408	54313738F	5541/2	01/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIO4111	54058178N	5002/0	16/07/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MIQ4872	54312970F	5541/2	06/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIR1814	54313026F	5541/2	07/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT5306	54313172F	5541/2	11/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIU7826	54061431N	5002/0	31/07/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MIV6494	54313506F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV6494	54313542F	5541/2	24/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX4378	54128982F	5185/1	04/08/2015	R\$ 127,69	167
MIY4749	54313707F	5541/2	31/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIZ0982	54313121F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIZ3560	54312927F	5541/2	03/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC6149	54132332F	5207/0	03/08/2015	R\$ 53,20	169
MJE1896	54312997F	5541/2	07/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF6732	54312885F	5541/2	03/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJG5865	54002415D	5185/1	09/08/2015	R\$ 127,69	167
MJG9410	54313383F	5541/2	21/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI8168	54313374F	5541/2	20/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ8506	54124898F	5568/0	29/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJK0993	54314957F	5541/2	12/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL1023	54136984F	5568/0	16/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJL9100	54132730F	5568/0	11/08/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJO1046	54131953F	5541/1	20/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP8187	54313804F	5541/2	04/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP9714	54131556F	5541/1	21/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJR5162	54064196N	5002/0	17/08/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MJS1306	54313313F	5541/2	17/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKA5615	54313248F	5541/2	15/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKB4419	54313325F	5541/2	17/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKD8486	54129282F	5185/1	30/07/2015	R\$ 127,69	167
MKF0973	54126098F	7366/2	14/08/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MKF9434	54132845F	5185/1	13/08/2015	R\$ 127,69	167
MKH4520	54313770F	5541/2	03/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ0672	54313028F	5541/2	07/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKK1040	54064229N	5002/0	17/08/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MKO8191	54313420F	5541/2	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKR7014	54127755F	5738/0	25/07/2015	R\$ 191,54	186 * II
MKS4705	54132033F	5541/1	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKS6732	54312938F	5541/2	04/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKW2475	54313545F	5541/2	24/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKW2475	54316171F	5541/2	20/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKW8377	54130486F	5959/1	03/07/2015	R\$ 957,69	203 * IV
MLB8592	54132377F	5207/0	09/08/2015	R\$ 53,20	169
MLC7665	54313285F	5541/2	16/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLD3229	54313254F	5541/2	15/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLD7723	54133031F	5541/5	17/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLG4578	54132834F	5207/0	13/08/2015	R\$ 53,20	169
MLI0067	54315168F	5541/2	18/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLK7335	54002326D	5185/1	04/08/2015	R\$ 127,69	167
MLK8999	54313332F	5541/2	17/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLL2194	54315948F	5541/2	14/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLM6635	54313394F	5541/2	21/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLN5801	54129594F	7366/2	10/07/2015	R\$ 85,12	252 * VI
MLO3598	54741594E	6122/0	02/07/2015	R\$ 191,53	214 * I
MLP7562	54132735F	5541/1	11/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLQ0653	54131428F	5568/0	30/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MLQ1229	54132220F	5185/1	06/08/2015	R\$ 127,69	167
MLR1825	54313690F	5541/2	30/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLR2121	54064227N	5002/0	17/08/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MLY5986	54313184F	5541/2	11/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MMB1530	54131573F	5550/0	06/08/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MMF1529	54313367F	5541/2	20/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MMF1971	54135988F	5541/6	25/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MMF7649	54132852F	5967/0	13/08/2015	R\$ 957,69	203 * V
MMH4406	54132913F	5541/6	14/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMH9076	54138749F	5568/0	25/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MMJ0100	54132607F	5568/0	11/08/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MMJ0788	54061438N	5002/0	31/07/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MML5301	54132182F	5541/6	31/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM1316	54130030F	5541/6	02/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM8357	54312609F	5541/2	23/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MOW0444	54312742F	5541/2	27/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
NDE0968	54312872F	5541/2	02/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
NZP5905	54131655F	5380/0	17/07/2015	R\$ 85,12	181 * I
OKG8907	54132029F	5568/0	22/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
OKH0628	54061442N	5002/0	31/07/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
QHA1474	54131486F	5452/3	22/07/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
QHB2331	54315018F	5541/2	15/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHB4617	54315085F	5541/2	17/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHD4104	54132744F	5185/1	13/08/2015	R\$ 127,69	167
QHE1395	54131949F	5207/0	20/07/2015	R\$ 53,20	169
QHH0301	54313241F	5541/2	14/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHK7921	54313132F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHO5321	54132556F	5452/3	07/08/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
QIL0128	54055779N	5002/0	30/06/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
QIL0128	54064221N	5002/0	17/08/2015	R\$ 127,69	257 § 8º

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2248/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEV6371	54138068F	5010/0	18/11/2015	162 * I
AEV6371	54139984F	5118/0	18/11/2015	164 c/c 162 * I
AFN1619	54142289F	6599/2	15/12/2015	230 * V
AHY6668	54132500F	6599/2	09/12/2015	230 * V
AHY6668	54134845F	5274/1	09/12/2015	175
AHY6668	54134848F	5118/0	09/12/2015	164 c/c 162 * I
AHY6668	54134849F	6912/0	09/12/2015	232
HMO4552	54137291F	5169/1	16/11/2015	165
HMO4552	54139970F	5169/1	16/11/2015	165
HMO4552	54139972F	6912/0	16/11/2015	232
IKG8919	54143561F	5169/1	15/12/2015	165
IKG8919	54143562F	6408/0	15/12/2015	221
IPF0402	54143365F	5169/1	15/12/2015	165
LWP5432	54142937F	6599/2	10/12/2015	230 * V
LWP5432	54142938F	6912/0	10/12/2015	232
LWP5432	54142940F	6408/0	10/12/2015	221
LXI5685	54142388F	6599/2	16/12/2015	230 * V
LXP7743	54141382F	5010/0	15/12/2015	162 * I
LXP7743	54141383F	6912/0	15/12/2015	232
LXP7743	54141384F	6610/2	15/12/2015	230 * VII
LXP7743	54142562F	6599/2	15/12/2015	230 * V
LXP7743	54142563F	5118/0	15/12/2015	164 c/c 162 * I
LXP7743	54142564F	6556/1	15/12/2015	230 * I
LXY6031	54142269F	5045/0	08/12/2015	162 * V
LYM5623	54138299F	6599/2	21/11/2015	230 * V
LYO6533	54140710F	5010/0	15/11/2015	162 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBO5978	54142935F	6599/2	08/12/2015	230 * V
MBT4149	54133976F	6599/2	10/12/2015	230 * V
MBY8909	55901104B	5010/0	16/12/2015	162 * I
MBY8909	55901105B	5118/0	16/12/2015	164 c/c 162 * I
MBY8909	55901106B	6599/2	16/12/2015	230 * V
MBY8909	55901107B	6653/2	16/12/2015	230 * XI
MBY8909	55901108B	6726/1	16/12/2015	230 * XVIII
MCB6543	54124743F	5010/0	21/11/2015	162 * I
MCB6543	54124744F	6599/2	21/11/2015	230 * V
MCB6543	54124745F	5118/0	21/11/2015	164 c/c 162 * I
MCD4030	54137114F	6599/2	16/12/2015	230 * V
MCD8003	54141263F	5010/0	20/11/2015	162 * I
MCD8003	54141264F	5118/0	20/11/2015	164 c/c 162 * I
MCQ8897	54139537F	6599/2	08/12/2015	230 * V
MCQ8897	54139538F	6610/2	08/12/2015	230 * VII
MCQ8897	54139539F	6769/2	08/12/2015	230 * XXII
MCQ8897	54139540F	6653/2	08/12/2015	230 * XI
MCQ8897	54139541F	6726/1	08/12/2015	230 * XVIII
MCQ8897	54139542F	6912/0	08/12/2015	232
MCQ8897	54139543F	5045/0	08/12/2015	162 * V
MCQ8897	54139544F	5142/0	08/12/2015	164 c/c 162 * V
MDN5319	54136031F	5037/1	13/12/2015	162 * III
MDN5319	54136032F	5134/1	13/12/2015	164 c/c 162 * III
MDN5319	54136033F	6599/2	13/12/2015	230 * V
MDN5319	54136034F	6912/0	13/12/2015	232
MDO8731	54143669F	6912/0	15/12/2015	232
MDV6798	54143802F	6599/2	11/12/2015	230 * V
MDY3124	54140294F	6599/2	12/11/2015	230 * V
MDY3124	54140295F	6912/0	12/11/2015	232
MEF4960	54142286F	6912/0	10/12/2015	232
MEV0509	54143667F	6599/2	15/12/2015	230 * V
MEV0509	54143668F	6912/0	15/12/2015	232
MEV8659	54139556F	6599/2	15/12/2015	230 * V
MEV8659	54139557F	5010/0	15/12/2015	162 * I
MEV8659	54139558F	5118/0	15/12/2015	164 c/c 162 * I
MGK5501	54143303F	6556/1	08/12/2015	230 * I
MGO1902	54143606F	6726/1	16/12/2015	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGU0436	54137301F	6599/2	09/12/2015	230 * V
MGZ5537	54139485F	6599/2	14/12/2015	230 * V
MHA6224	54140487F	6408/0	07/12/2015	221
MHF6410	54142627F	6599/2	16/12/2015	230 * V
MHF6410	54142628F	6912/0	16/12/2015	232
MHF6410	54142629F	6726/1	16/12/2015	230 * XVIII
MHF6410	54142630F	6653/2	16/12/2015	230 * XI
MIW9627	54141754F	6408/0	20/11/2015	221
MJF7229	54142287F	6610/2	10/12/2015	230 * VII
MJH0778	54143311F	5045/0	12/12/2015	162 * V
MJH0778	54143312F	5142/0	12/12/2015	164 c/c 162 * V
MJH0778	54143313F	6599/2	12/12/2015	230 * V
MJJ5464	54142275F	6599/2	08/12/2015	230 * V
MJJ5464	54142276F	6556/1	08/12/2015	230 * I
MJJ5464	54142277F	6726/1	08/12/2015	230 * XVIII
MJO1223	54127765F	7340/0	13/12/2015	252 * IV
MLR3828	54140934F	6599/2	23/11/2015	230 * V
OKE2953	54143272F	5045/0	10/12/2015	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 11

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2249/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABW7135	54317755F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
ACS3283	54317972F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
AEY7087	54317667F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
AEZ4645	54137296F	5410/0	27/11/2015	181 * IV
AFM0544	54318124F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
AHY6668	54134846F	7056/1	09/12/2015	244 * III
AIE1816	54143807F	7366/2	17/12/2015	252 * VI
AJH2146	54317264F	5541/2	18/11/2015	181 * XVII
AJL1365	54142378F	5380/0	15/12/2015	181 * I
AKF7167	54317979F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
AKU2478	54130141F	6122/0	22/11/2015	214 * I
ALK5968	54317763F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
ANH2108	54141117F	5550/0	17/11/2015	181 * XVIII
AOC1681	54317653F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
AQD4937	54142861F	5614/3	13/12/2015	182 * V
AQO6719	54317907F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
ARQ1062	54141618F	5185/1	18/11/2015	167
ART7052	54141405F	7366/2	19/11/2015	252 * VI
ATQ3985	54141180F	5541/6	24/11/2015	181 * XVII
AUJ8755	55901009B	5541/1	10/12/2015	181 * XVII
AUV0543	54141528F	5550/0	13/11/2015	181 * XVIII
AUV0543	54141545F	5550/0	17/11/2015	181 * XVIII
AVG3467	54142782F	5541/6	05/12/2015	181 * XVII
AVZ6191	54315862F	5541/2	10/10/2015	181 * XVII
AYC2712	54317949F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
AZH9416	54141390F	5550/0	17/12/2015	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BAB4545	54143364F	5185/1	13/12/2015	167
BBG0102	54318103F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
BKH0342	54316968F	5541/2	10/11/2015	181 * XVII
BLU1095	54318014F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
BUM0518	54141165F	5452/1	15/11/2015	181 * VIII
CCD4914	54143281F	5541/6	15/12/2015	181 * XVII
CSX3214	54141957F	5541/6	24/11/2015	181 * XVII
DCA3161	54317802F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
DEF3060	54141598F	6122/0	22/11/2015	214 * I
DFR1081	54127475F	6122/0	22/11/2015	214 * I
DGZ5340	54317854F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
DIN3760	54141458F	5568/0	13/11/2015	181 * XIX
DLF9745	54141248F	5185/1	17/11/2015	167
DLF9745	54141617F	5185/1	18/11/2015	167
DLM6176	54317706F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
DXC2493	54141098F	5541/1	16/11/2015	181 * XVII
DXF6148	54140338F	5541/6	13/11/2015	181 * XVII
EBE6320	54143201F	5452/1	10/12/2015	181 * VIII
EIJ2028	54141225F	5541/1	17/11/2015	181 * XVII
ELN7604	54317673F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
EMU3954	54317911F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
ETZ1765	54318068F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
FFT9882	54141498F	5541/3	18/11/2015	181 * XVII
FLR0050	54141955F	5541/6	24/11/2015	181 * XVII
GSP5827	54317740F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
HEB2050	54141246F	6122/0	17/11/2015	214 * I
HJB3191	54140799F	5550/0	19/11/2015	181 * XVIII
HLQ3316	54317636F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
HMO4552	54137293F	5720/0	16/11/2015	186 * I
HMO4552	54139971F	5185/1	16/11/2015	167
HSA4318	54318107F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
IDN6053	54318011F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
IKY6242	54317741F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
IOK9146	54317641F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
IRR0653	54317756F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
ISK8162	54139201F	5568/0	14/11/2015	181 * XIX
JGR4117	54317805F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JGR4117	54318110F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
JPH5438	54142828F	5509/0	14/12/2015	181 * XIII
KQL7222	54138528F	5550/0	12/11/2015	181 * XVIII
KYJ2484	54140496F	5541/6	12/12/2015	181 * XVII
KZI2807	54138539F	5550/0	22/11/2015	181 * XVIII
LAH2702	54317792F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
LUJ1789	54317628F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
LWP5432	54142936F	5185/1	10/12/2015	167
LWV0644	54143217F	5541/6	09/12/2015	181 * XVII
LWV4012	54317900F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
LXI5685	54142387F	5185/1	16/12/2015	167
LXP2659	54138355F	5185/2	15/11/2015	167
LXR0225	54317944F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
LXT4439	54141239F	5541/3	17/11/2015	181 * XVII
LXZ1496	54139676F	5550/0	13/11/2015	181 * XVIII
LYF5916	54130147F	6122/0	22/11/2015	214 * I
LYM5623	54138300F	5185/2	21/11/2015	167
LYM8814	54317925F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
LYO8603	54138366F	5541/6	23/11/2015	181 * XVII
LYQ8176	54317987F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
LYT4825	54137048F	5185/2	17/11/2015	167
LYV6260	54141708F	5541/3	20/11/2015	181 * XVII
LYZ2029	54317930F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
LZA0463	54131851F	5380/0	13/12/2015	181 * I
LZA0463	54138389F	5550/0	13/12/2015	181 * XVIII
LZA0463	54141378F	5550/0	13/12/2015	181 * XVIII
LZA0463	54143077F	5550/0	15/12/2015	181 * XVIII
LZA0463	54143078F	5380/0	15/12/2015	181 * I
LZA0463	54735348E	5541/1	14/12/2015	181 * XVII
LZB2769	54139672F	5550/0	13/11/2015	181 * XVIII
LZB3735	54142859F	5428/3	11/12/2015	181 * V
LZD1901	54317843F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
LZD4285	54317744F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
LZI6307	54143146F	5541/5	08/12/2015	181 * XVII
LZL7378	54317624F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
LZR6834	54141542F	5550/0	17/11/2015	181 * XVIII
LZU3852	54317771F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAK0273	54317931F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MAM4275	54141170F	5568/0	15/11/2015	181 * XIX
MAM4275	54143491F	5185/1	11/12/2015	167
MAM7990	54318247F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
MAP0469	54141111F	5568/0	17/11/2015	181 * XIX
MAP4020	54141597F	6122/0	22/11/2015	214 * I
MAR6196	54317733F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
MAR7680	54143120F	5738/0	08/12/2015	186 * II
MAU4636	54143197F	5410/0	10/12/2015	181 * IV
MBC5212	54141654F	5185/1	17/11/2015	167
MBL8147	54141653F	5185/1	17/11/2015	167
MBM5702	54141509F	5185/1	17/11/2015	167
MBN5751	54143196F	5568/0	10/12/2015	181 * XIX
MBO9917	54318032F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MBO9972	54143360F	5185/1	13/12/2015	167
MBO9972	54143361F	5185/2	13/12/2015	167
MBP6242	54139988F	7366/2	18/11/2015	252 * VI
MBQ1156	54317977F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MBZ2296	54141508F	5550/0	13/11/2015	181 * XVIII
MCG0098	54130146F	6122/0	22/11/2015	214 * I
MCH7661	54143150F	5541/1	08/12/2015	181 * XVII
MCI1946	54141428F	5452/1	05/12/2015	181 * VIII
MCI7269	54140794F	5541/3	18/11/2015	181 * XVII
MCM2615	54317773F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MCP1658	54317065F	5541/2	12/11/2015	181 * XVII
MCP4216	54316972F	5541/2	10/11/2015	181 * XVII
MCQ1182	54318203F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MCT3865	54138359F	7048/1	19/11/2015	244 * II
MCU6375	54137940F	5991/0	14/11/2015	206 * I
MCV8768	54317775F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MDA5659	54141821F	5185/1	20/11/2015	167
MDD2182	54318295F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MDD7759	54143483F	5185/1	11/12/2015	167
MDJ6684	54317855F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MDJ9618	54143012F	5207/0	07/12/2015	169
MDK9254	54130145F	6122/0	22/11/2015	214 * I
MDN5319	54136030F	7030/1	13/12/2015	244 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO6254	54317858F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MDP0616	54317616F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
MDP0758	54140839F	5185/1	20/11/2015	167
MDP0758	54140840F	5185/2	20/11/2015	167
MDP2145	54139483F	5550/0	11/12/2015	181 * XVIII
MDQ1255	54138388F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MDQ9824	54317737F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
MDS2945	54141521F	5525/0	17/11/2015	181 * XV
MDS6883	54141233F	5541/3	17/11/2015	181 * XVII
MDT5362	54141037F	5568/0	11/11/2015	181 * XIX
MDU5741	54143553F	5185/1	11/12/2015	167
MDV0751	54141511F	5541/4	17/11/2015	181 * XVII
MDV6798	54143803F	5819/8	11/12/2015	193
MDX0744	54141744F	5185/1	20/11/2015	167
MDY4923	54142491F	5541/6	10/12/2015	181 * XVII
MDY4923	54143207F	5541/6	09/12/2015	181 * XVII
MEC2840	54141492F	5568/0	17/11/2015	181 * XIX
MED2098	54317838F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MED3254	54141573F	5541/3	21/11/2015	181 * XVII
MEG5849	54140792F	5550/0	18/11/2015	181 * XVIII
MEG5849	54141531F	5550/0	17/11/2015	181 * XVIII
MEL1722	54141004F	5541/1	11/11/2015	181 * XVII
MEL4607	54139983F	5541/1	18/11/2015	181 * XVII
MEL7420	54139701F	5550/0	14/11/2015	181 * XVIII
MEM9027	54318075F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
MEM9027	54318270F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MEN2431	54317969F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MEO7344	54141494F	5550/0	17/11/2015	181 * XVIII
MEP0977	54141357F	5550/0	14/11/2015	181 * XVIII
MEQ4944	54317688F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
MEQ9149	54140911F	5550/0	15/11/2015	181 * XVIII
MEQ9149	54318301F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MEU1806	54318261F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
MEU7286	54141499F	5541/3	18/11/2015	181 * XVII
MEV4654	54317888F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MEW4939	55901101B	5541/6	15/12/2015	181 * XVII
MEW8762	54142863F	5878/0	15/12/2015	199

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEZ0866	54132688F	5550/0	12/11/2015	181 * XVIII
MEZ8259	55901006B	5568/0	10/12/2015	181 * XIX
MFB4464	54140347F	5568/0	13/11/2015	181 * XIX
MFB4625	54139940F	5541/1	14/11/2015	181 * XVII
MFC3289	54318327F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MFF2383	54141471F	5541/1	17/11/2015	181 * XVII
MFF4025	54317745F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
MFF4681	54317659F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
MFF4681	54317692F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
MFJ3846	54317770F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MFK1511	54141430F	5541/6	08/12/2015	181 * XVII
MFP5693	54140669F	5452/1	08/11/2015	181 * VIII
MFR6752	54138385F	5525/0	09/12/2015	181 * XV
MFS9114	54143282F	5541/6	15/12/2015	181 * XVII
MFT0967	54141712F	5541/3	20/11/2015	181 * XVII
MFT7837	54143463F	5460/0	10/12/2015	181 * IX
MFV6127	54139429F	5568/0	14/11/2015	181 * XIX
MFY0778	54318206F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MGA0955	54141758F	5185/1	20/11/2015	167
MGB1426	54141723F	5185/1	19/11/2015	167
MGB1426	54141724F	7366/2	19/11/2015	252 * VI
MGC5346	54138093F	5568/0	16/12/2015	181 * XIX
MGD9742	54136018F	5550/0	15/11/2015	181 * XVIII
MGE1607	54142499F	5541/1	11/12/2015	181 * XVII
MGE1607	54317651F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
MGE7755	54139428F	5568/0	14/11/2015	181 * XIX
MGE9990	54317973F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MGG6272	54140916F	5452/3	19/11/2015	181 * VIII
MGH2628	54143049F	5622/2	08/12/2015	182 * VI
MGH3931	54143206F	5541/6	09/12/2015	181 * XVII
MGI5534	54139679F	6130/0	13/11/2015	214 * II
MGI7089	54318035F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MGI8635	54142490F	5541/6	10/12/2015	181 * XVII
MGJ1322	54142085F	5185/2	08/12/2015	167
MGK2988	54318131F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MGL9880	54137411F	6050/1	25/11/2015	208
MGM4136	54141166F	5452/1	15/11/2015	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGN9254	54317957F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MGP1168	54317621F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
MGP2476	54317988F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MGP5029	54139949F	6122/0	17/11/2015	214 * I
MGQ2762	54143356F	5380/0	10/12/2015	181 * I
MGR2551	54143036F	5541/1	08/12/2015	181 * XVII
MGR2551	54143045F	5541/1	08/12/2015	181 * XVII
MGS3397	54317897F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MGS3397	54318085F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
MGX2649	54143151F	5541/1	08/12/2015	181 * XVII
MGY6388	54141231F	5541/3	17/11/2015	181 * XVII
MGZ2011	54140465F	5452/1	21/11/2015	181 * VIII
MGZ2011	54140466F	5460/0	21/11/2015	181 * IX
MGZ5537	54143558F	7048/1	14/12/2015	244 * II
MHA6224	54142615F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MHC6644	54142924F	5185/1	08/12/2015	167
MHF6417	54317650F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
MHG8262	54317760F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MHH2594	54139226F	5541/3	18/11/2015	181 * XVII
MHL7428	54318045F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
MHM2190	54317881F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MHM6440	54141355F	5991/0	14/11/2015	206 * I
MHM9861	54316942F	5541/2	09/11/2015	181 * XVII
MHP1521	54317753F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MHS5626	54134840F	5541/5	18/11/2015	181 * XVII
MHT2873	54317739F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
MHU1594	54139930F	5541/1	13/11/2015	181 * XVII
MHV0823	54143469F	5541/6	10/12/2015	181 * XVII
MHV9553	54317615F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
MHW2901	54140914F	7366/2	19/11/2015	252 * VI
MHX0347	54317934F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MHX2027	54143114F	5541/1	06/12/2015	181 * XVII
MHX9292	54088014N	5002/0	15/12/2015	257 § 8º
MHX9292	54088016N	5002/0	15/12/2015	257 § 8º
MHY4548	54318155F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MHZ5214	54139530F	6130/0	22/11/2015	214 * II
MIA5401	54317764F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIA5401	54318215F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MIA5401	54318271F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MIC0045	54317645F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
MIC3602	54318337F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MIC4152	54143118F	5568/0	08/12/2015	181 * XIX
MIC4664	54317882F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MIC6827	54317927F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MID4172	54142565F	5452/3	15/12/2015	181 * VIII
MIE2002	54316894F	5541/2	07/11/2015	181 * XVII
MIJ8638	54317904F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MIM0686	54317036F	5541/2	11/11/2015	181 * XVII
MIM6038	54139675F	5550/0	13/11/2015	181 * XVIII
MIN2158	54143658F	5541/5	11/12/2015	181 * XVII
MIP1293	54317993F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MIP3295	54137631F	5541/2	19/11/2015	181 * XVII
MIQ7277	54317892F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MIS0294	54141862F	6122/0	22/11/2015	214 * I
MIS5677	54143193F	5541/6	10/12/2015	181 * XVII
MIS8342	54140920F	6122/0	19/11/2015	214 * I
MIT3719	54140925F	5452/3	20/11/2015	181 * VIII
MIX7877	54143363F	5185/1	13/12/2015	167
MIX8656	54143216F	5568/0	09/12/2015	181 * XIX
MIX9927	54141464F	5550/0	17/11/2015	181 * XVIII
MIX9927	54141771F	5550/0	24/11/2015	181 * XVIII
MJA8765	54143111F	5452/1	06/12/2015	181 * VIII
MJC1201	54318171F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MJE1492	54318003F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MJE4392	54141544F	5568/0	17/11/2015	181 * XIX
MJF4890	54140337F	5568/0	13/11/2015	181 * XIX
MJI0241	54138096F	5568/0	16/12/2015	181 * XIX
MJI9226	54143244F	5525/0	10/12/2015	181 * XV
MJJ4386	54139482F	5550/0	11/12/2015	181 * XVIII
MJJ6009	54141570F	5541/3	21/11/2015	181 * XVII
MJJ6641	54141717F	5541/3	20/11/2015	181 * XVII
MJL1023	54083926N	5002/0	24/11/2015	257 § 8º
MJL4293	54317887F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MJL8284	54318010F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJL9327	54142458F	5541/6	03/12/2015	181 * XVII
MJL9696	54143278F	7366/2	15/12/2015	252 * VI
MJM3670	54141547F	5541/3	18/11/2015	181 * XVII
MJM8674	54141553F	5541/3	18/11/2015	181 * XVII
MJO5035	54141095F	5452/2	16/11/2015	181 * VIII
MJO9665	54141605F	5541/3	18/11/2015	181 * XVII
MJP0503	54141550F	5541/3	18/11/2015	181 * XVII
MJP9055	54141483F	5541/6	17/11/2015	181 * XVII
MJQ2414	54142705F	5541/4	12/12/2015	181 * XVII
MJS0593	54140822F	5541/3	18/11/2015	181 * XVII
MJU5929	54317937F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MJV2534	54138537F	5568/0	18/11/2015	181 * XIX
MJW2834	54317694F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
MJX0629	54317862F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MJY3737	54140695F	5541/1	10/11/2015	181 * XVII
MJY3814	54317836F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MJZ6185	54141304F	5568/0	17/11/2015	181 * XIX
MKA5113	54317970F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MKB2131	54143752F	7366/2	11/12/2015	252 * VI
MKC9201	54317817F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
MKD1227	54318118F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MKF3742	54140720F	6050/2	20/11/2015	208
MKF6102	54316967F	5541/2	10/11/2015	181 * XVII
MKH2888	54318140F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MKI0262	54140856F	5185/1	13/11/2015	167
MKI1340	54142969F	5185/1	13/12/2015	167
MKI1340	54142970F	7366/2	13/12/2015	252 * VI
MKI6067	54143123F	5525/0	08/12/2015	181 * XV
MKK7869	54127474F	6122/0	22/11/2015	214 * I
MKL2550	54317787F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MKM5267	54317657F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
MKO0009	54139947F	7366/2	17/11/2015	252 * VI
MKO0009	54139948F	5185/1	17/11/2015	167
MKO0282	54317708F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
MKP1011	54139976F	7366/2	14/11/2015	252 * VI
MKP3668	54139486F	5550/0	15/12/2015	181 * XVIII
MKP8617	54317685F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKQ0565	54317716F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
MKQ1484	54143500F	5541/5	11/12/2015	181 * XVII
MKQ5734	54142482F	6068/1	10/12/2015	209
MKQ7627	54143195F	5541/4	10/12/2015	181 * XVII
MKR8600	54138545F	5550/0	25/11/2015	181 * XVIII
MKS0587	54318194F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MKT0047	54141602F	5541/3	18/11/2015	181 * XVII
MKU9733	54140926F	5185/1	20/11/2015	167
MLA7746	54143664F	5738/0	12/12/2015	186 * II
MLB7179	54143186F	5541/1	09/12/2015	181 * XVII
MLC5486	54317810F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
MLC5486	54318031F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MLE8837	54141549F	5541/3	18/11/2015	181 * XVII
MLH7518	54317784F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MLI2408	54317747F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MLJ2157	54141646F	6050/1	22/11/2015	208
MLJ3714	54131750F	5541/1	16/11/2015	181 * XVII
MLK0495	54318024F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MLK8315	54141671F	7366/2	19/11/2015	252 * VI
MLL0116	54317661F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
MLL1978	55900954B	5541/1	10/12/2015	181 * XVII
MLO0879	54137937F	7366/2	14/11/2015	252 * VI
MLP5279	54317889F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MLQ8314	54317948F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MLQ8375	54143112F	5452/1	06/12/2015	181 * VIII
MLT9152	54139986F	7366/2	18/11/2015	252 * VI
MLW1504	54317827F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
MLZ6076	54317790F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MMA0567	54141003F	5541/1	11/11/2015	181 * XVII
MMA7722	55901023B	5541/6	10/12/2015	181 * XVII
MMC3707	54141819F	7366/2	20/11/2015	252 * VI
MMD0768	54318311F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MMF0783	54139937F	5541/1	13/11/2015	181 * XVII
MMI2112	54140433F	5460/0	11/11/2015	181 * IX
MMI2112	54316835F	5541/2	06/11/2015	181 * XVII
MMI8487	54317880F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MMK3992	54139236F	5550/0	18/11/2015	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMK6588	54137927F	5550/0	13/11/2015	181 * XVIII
MML8004	54089007N	5002/0	17/12/2015	257 § 8º
MVD9511	54317984F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MZC2980	54141860F	6122/0	22/11/2015	214 * I
NEQ1387	54141589F	6122/0	22/11/2015	214 * I
OBO5483	54143119F	5380/0	08/12/2015	181 * I
OHE3043	54143022F	5207/0	07/12/2015	169
OKE3058	54317767F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
OKH7995	54141387F	5207/0	15/12/2015	169
OSJ7445	54138390F	5568/0	13/12/2015	181 * XIX
QHE1119	54318001F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
QHG7461	54140754F	5568/0	10/11/2015	181 * XIX
QHH2506	54142496F	5541/4	10/12/2015	181 * XVII
QHK3197	54317873F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
QHK7086	54318015F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
QHQ9213	54140506F	5452/1	10/11/2015	181 * VIII
QHX1973	54140401F	5380/0	13/11/2015	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2250/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALO9083	54002418D	6769/1	09/08/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
ANY2675	54002288D	5118/0	27/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ARR1626	54743122E	5045/0	21/11/2014	R\$ 191,53	162 * V
ARR1626	54743123E	5142/0	21/11/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
ARR1626	54743124E	6912/0	21/11/2014	R\$ 53,20	232
AUL4199	54003369D	6700/0	13/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVI
BBL1983	54129001F	6408/0	05/10/2015	R\$ 85,13	221
BBL1983	54133900F	5045/0	05/10/2015	R\$ 191,54	162 * V
BMV5770	54002381D	6912/0	06/08/2015	R\$ 53,20	232
BMV5770	54002382D	5010/0	06/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
DAQ1136	54136511F	6700/0	29/09/2015	R\$ 127,69	230 * XVI
DDB9610	54124735F	5010/0	30/10/2015	R\$ 574,61	162 * I
DDB9610	54124736F	5118/0	30/10/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IFQ3111	54742647E	5118/0	17/11/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IFQ3111	54742649E	6726/1	17/11/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
IJB6584	54131812F	5118/0	01/08/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IJY6579	54740610E	5169/1	19/10/2014	R\$ 1.915,38	165
IJY6579	54740611E	6726/1	19/10/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LUN0524	54002308D	6726/1	31/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYF0444	54740881E	6726/1	16/11/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYZ6398	54136325F	6610/2	02/10/2015	R\$ 127,69	230 * VII
LZD9141	54127649F	6599/2	22/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
LZU5937	54129286F	6653/2	01/08/2015	R\$ 127,69	230 * XI
LZW1162	54132161F	5010/0	28/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
LZW1162	54132165F	6912/0	28/07/2015	R\$ 53,20	232
MAF9431	54741639E	6610/2	29/11/2014	R\$ 127,69	230 * VII

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAO4622	54136485F	5010/0	06/10/2015	R\$ 574,61	162 * I
MAO4622	54136486F	6599/2	06/10/2015	R\$ 191,54	230 * V
MAO4622	54136487F	5118/0	06/10/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAO4622	54136488F	6602/0	06/10/2015	R\$ 191,54	230 * VI
MAO4622	54136489F	6912/0	06/10/2015	R\$ 53,20	232
MAO5205	54739128E	6653/1	11/09/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MBM0462	54130422F	5010/0	21/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
MDI3766	54135798F	6602/0	05/10/2015	R\$ 191,54	230 * VI
MDJ0759	54132023F	6670/0	22/07/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
MDL8659	54132342F	6769/2	05/08/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
MEB0014	54002295D	6700/0	27/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVI
MFD2040	54136377F	6599/2	02/10/2015	R\$ 191,54	230 * V
MFD2040	54136378F	6912/0	02/10/2015	R\$ 53,20	232
MGB6220	54003471D	6602/0	22/07/2015	R\$ 191,53	230 * VI
MGD5028	54129277F	5010/0	25/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
MGD5028	54129279F	5274/1	25/07/2015	R\$ 1.915,38	175
MGD5028	54132356F	6610/2	06/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MGF2203	54741687E	5118/0	16/11/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGF2203	54741688E	5274/1	16/11/2014	R\$ 1.915,38	175
MGF2203	54741689E	6556/1	16/11/2014	R\$ 191,53	230 * I
MGF2203	54741690E	6408/0	16/11/2014	R\$ 85,12	221
MGF2203	54743030E	5118/0	23/11/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGF2203	54743350E	6653/2	23/11/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MGJ3642	54002449D	6599/2	10/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MGM6089	54003478D	6670/0	22/07/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
MGW2523	54131209F	6599/2	25/07/2015	R\$ 191,54	230 * V
MIG8932	54131373F	5118/0	05/08/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJC6149	54132331F	6653/2	03/08/2015	R\$ 127,69	230 * XI
MKF0166	54742009E	5169/1	21/10/2014	R\$ 1.915,38	165
MKQ8672	54131140F	5169/1	08/08/2015	R\$ 1.915,38	165
MMM4310	54132237F	5061/0	11/08/2015	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MQF8811	54740329E	5320/0	07/11/2014	R\$ 957,69	176 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2251/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADL8687	54313764F	5541/2	03/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ADL8687	54313778F	5541/2	03/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AGD5604	54313072F	5541/2	09/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AJF0650	54131122F	5185/1	14/07/2015	R\$ 127,69	167
AUU5692	54130877F	5207/0	24/07/2015	R\$ 53,20	169
AYA2800	54135013F	5541/6	09/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
BYG4453	54313242F	5541/2	14/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CFT4063	54316071F	5541/2	16/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CLT0072	54139871F	5525/0	30/10/2015	R\$ 85,13	181 * XV
DTC3326	54313081F	5541/2	09/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EET0846	54313349F	5541/2	18/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EGM2461	54139005F	5525/0	11/10/2015	R\$ 85,13	181 * XV
ETD3060	54316076F	5541/2	17/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IJB6584	54002345D	6270/0	01/08/2015	R\$ 127,69	220 * II
IPA5790	54137588F	5185/1	06/10/2015	R\$ 127,69	167
KDI0712	54313057F	5541/2	08/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KER5205	54313321F	5541/2	17/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LUJ1789	54316312F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LUN0524	54002252D	5207/0	31/07/2015	R\$ 53,20	169
LWW9186	54131505F	5460/0	27/07/2015	R\$ 85,13	181 * IX
LYB1467	54313286F	5541/2	16/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYH0568	54132994F	5452/3	17/08/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
LZB6310	54132992F	5568/0	17/08/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MAN2748	54313198F	5541/2	13/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAO4622	54136490F	5207/0	06/10/2015	R\$ 53,20	169
MAX3273	54129345F	5541/2	25/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBM7645	54137546F	5185/1	06/10/2015	R\$ 127,69	167
MBN3736	54138686F	5452/1	02/11/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MBO7577	54135395F	5541/6	04/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB9925	54137507F	5460/0	03/10/2015	R\$ 85,13	181 * IX
MCZ2803	54313729F	5541/2	31/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDI3766	54135799F	5550/0	05/10/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MDP9898	54132117F	5452/3	27/07/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MDT0070	54132113F	5541/6	24/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDX4586	54132310F	5207/0	30/07/2015	R\$ 53,20	169
MEB0868	54137579F	5541/5	04/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB3756	54132181F	5452/3	31/07/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MES0360	54312804F	5541/2	30/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW5504	54131447F	5541/2	07/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFA6407	54076238N	5002/0	09/10/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MFJ1192	54003311D	5185/2	06/07/2015	R\$ 127,69	167
MFP5702	54129268F	5541/6	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY0793	54133706F	7056/1	06/10/2015	R\$ 191,54	244 * III
MGE7714	54128396F	5878/0	31/07/2015	R\$ 85,13	199
MGF5659	54315973F	5541/2	15/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR8411	54132840F	5185/1	13/08/2015	R\$ 127,69	167
MGY4058	54135797F	5800/0	05/10/2015	R\$ 127,69	192
MHC7127	54002316D	5835/0	31/07/2015	R\$ 127,69	195
MHE0043	54314973F	5541/2	14/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG0582	54132139F	5541/6	31/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHI3265	54137545F	5185/1	06/10/2015	R\$ 127,69	167
MHM9975	54313669F	5541/2	29/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHO1230	54313370F	5541/2	20/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHO8259	54132177F	5568/0	30/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MHP7703	54064236N	5002/0	17/08/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MHZ2432	54130636F	5550/0	09/07/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIC7022	54136710F	5525/0	28/09/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MIE2127	54313196F	5541/2	13/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH0409	54313055F	5541/2	08/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIR5097	54314945F	5541/2	12/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIU5569	54132115F	5185/2	25/07/2015	R\$ 127,69	167
MIU8159	54313237F	5541/2	14/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIW0110	54315008F	5541/2	15/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJB4659	54139156F	5525/0	25/10/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MJH2563	54137535F	5541/6	04/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ7939	54315835F	5541/2	10/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP9055	54130975F	5843/4	13/07/2015	R\$ 127,69	196
MJT8210	54139111F	5460/0	26/10/2015	R\$ 85,13	181 * IX
MJT8210	54313134F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJX4705	54135961F	5568/0	25/09/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MKB4802	54312962F	5541/2	06/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKD3171	54131430F	5550/0	30/07/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MKF1833	54137562F	5380/0	03/10/2015	R\$ 85,13	181 * I
MKH1269	54313046F	5541/2	08/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL4506	54312881F	5541/2	02/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKN8206	54130628F	5550/0	02/07/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKR7790	54133355F	5568/0	15/08/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MKV1034	54313113F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKW2475	54316205F	5541/2	20/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLA4779	54137516F	5452/1	03/10/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MLD8556	54315104F	5541/2	17/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLD9471	54064215N	5002/0	17/08/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MLJ0323	54131570F	5460/0	03/08/2015	R\$ 85,13	181 * IX
MLL8291	54315882F	5541/2	13/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLN9158	54137536F	5541/5	04/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLU3529	54313365F	5541/2	20/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MMI7410	54313418F	5541/2	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MMJ0788	54064223N	5002/0	17/08/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
NWB9280	54137577F	5541/5	03/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OBD4026	54313207F	5541/2	13/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHK3246	54315017F	5541/2	15/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHK6043	54315247F	5541/2	22/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHL1185	54137576F	5541/5	03/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHL5795	54136846F	5525/0	03/10/2015	R\$ 85,13	181 * XV
QHO9684	54312968F	5541/2	06/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHP8913	54132815F	5525/0	11/08/2015	R\$ 85,13	181 * XV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2252/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALW7245	54141272F	6912/0	25/11/2015	232
ALW7245	54142055F	5010/0	25/11/2015	162 * I
ALW7245	54142056F	5118/0	25/11/2015	164 c/c 162 * I
AQQ5664	54141776F	6726/1	26/11/2015	230 * XVIII
BNH6465	54142065F	6769/2	30/11/2015	230 * XXII
CNC7811	54141782F	5010/0	26/11/2015	162 * I
CNC7811	54141784F	6912/0	26/11/2015	232
CNC7811	54141786F	6610/2	26/11/2015	230 * VII
DLF3165	54142066F	6408/0	30/11/2015	221
EXD7898	54140967F	6580/0	17/12/2015	230 * IV
EXD7898	54140969F	6599/2	17/12/2015	230 * V
EXD7898	54140970F	5010/0	17/12/2015	162 * I
EXD7898	54140971F	5118/0	17/12/2015	164 c/c 162 * I
EXD7898	54140972F	7579/0	17/12/2015	277
LWS8650	54139491F	5169/1	20/12/2015	165
LXB2987	54139559F	6599/2	19/12/2015	230 * V
LYH3094	54137123F	6769/1	17/12/2015	230 * XXII
LZE7677	54140848F	6610/2	24/11/2015	230 * VII
MAI0081	54143703F	6769/1	19/12/2015	230 * XXII
MAV1086	54138296F	5045/0	20/11/2015	162 * V
MAV1086	54138297F	5096/0	20/11/2015	163 c/c 162 * V
MAY6026	54143612F	6769/1	17/12/2015	230 * XXII
MAY6026	54143613F	6599/2	17/12/2015	230 * V
MBO3357	54141795F	6726/1	30/11/2015	230 * XVIII
MBU5026	54143367F	6599/2	17/12/2015	230 * V
MCA4101	54142174F	5169/1	20/12/2015	165

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCA4101	54142175F	5282/0	20/12/2015	176 * I
MCA4101	54142176F	5304/0	20/12/2015	176 * III
MCB6543	54137420F	5010/0	01/12/2015	162 * I
MCB6543	54137421F	6599/2	01/12/2015	230 * V
MCB6543	54137422F	5118/0	01/12/2015	164 c/c 162 * I
MCB6543	54141282F	5010/0	30/11/2015	162 * I
MCB6543	54141283F	5118/0	30/11/2015	164 c/c 162 * I
MCB6543	54141284F	6602/0	30/11/2015	230 * VI
MCB6543	54141285F	6556/1	30/11/2015	230 * I
MCB6543	54141286F	6610/2	30/11/2015	230 * VII
MCB6543	54141287F	6912/0	30/11/2015	232
MCB6543	54141288F	6599/2	30/11/2015	230 * V
MCT9242	54142295F	6408/0	17/12/2015	221
MCU5438	54138295F	6599/2	19/11/2015	230 * V
MDB4738	54142297F	6599/2	17/12/2015	230 * V
MFB2090	54142064F	7285/0	30/11/2015	250 * III
MFO9209	54131848F	6912/0	01/12/2015	232
MGH1756	54142059F	5010/0	26/11/2015	162 * I
MGW5254	54139560F	5045/0	20/12/2015	162 * V
MHF6922	55491802F	6912/0	18/12/2015	232
MHK1519	54137124F	7340/0	17/12/2015	252 * IV
MHP3876	54142153F	6408/0	26/11/2015	221
MHS8677	54137119F	6599/2	17/12/2015	230 * V
MHS8677	54137120F	6726/1	17/12/2015	230 * XVIII
MHS8677	54137121F	6912/0	17/12/2015	232
MHV1452	55491738F	6912/0	18/12/2015	232
MHV1452	55491739F	6599/2	18/12/2015	230 * V
MJG4016	54141772F	6610/1	26/11/2015	230 * VII
MJJ8650	54137118F	6599/2	17/12/2015	230 * V
MJR1648	54140471F	6599/2	25/11/2015	230 * V
MKK7522	54138072F	5010/0	26/11/2015	162 * I
MKK7522	54138073F	5118/0	26/11/2015	164 c/c 162 * I
MKP9111	54133190F	6599/2	25/11/2015	230 * V
MLP7110	54143293F	6912/0	17/12/2015	232
ODB4809	55491752F	7340/0	17/12/2015	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 9

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2253/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAH1949	55901078B	5185/1	17/12/2015	167
ABK9514	54318132F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
AEV6371	54317422F	5541/2	21/11/2015	181 * XVII
AGX6482	54317421F	5541/2	21/11/2015	181 * XVII
AHK3048	54141325F	5568/0	28/11/2015	181 * XIX
AJM0967	54317169F	5541/2	16/11/2015	181 * XVII
AKF1193	54141321F	5541/4	28/11/2015	181 * XVII
ALB8633	54317187F	5541/2	16/11/2015	181 * XVII
AMK3204	55491757F	5908/0	18/12/2015	202 * I
ANJ0565	54130149F	6122/0	22/11/2015	214 * I
ANT3626	55491910F	5541/5	17/12/2015	181 * XVII
AOO4507	54141277F	5185/1	26/11/2015	167
APP6993	54317159F	5541/2	14/11/2015	181 * XVII
AQY9463	54317170F	5541/2	16/11/2015	181 * XVII
AQY9463	54317468F	5541/2	24/11/2015	181 * XVII
ASI9568	54318195F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
ASW8896	54317238F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII
ATJ0077	54317370F	5541/2	20/11/2015	181 * XVII
ATN2935	54317151F	5541/2	14/11/2015	181 * XVII
AUD3043	54317216F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII
AUH9306	54317160F	5541/2	14/11/2015	181 * XVII
AUT1956	54142636F	5550/0	19/12/2015	181 * XVIII
AWJ8899	55491913F	5541/5	17/12/2015	181 * XVII
AWZ3300	54141141F	5568/0	28/11/2015	181 * XIX
AZN5519	54137837F	5541/6	21/11/2015	181 * XVII
BCI0005	54142031F	5568/0	25/11/2015	181 * XIX

1 / 9

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BEV4545	54317347F	5541/2	19/11/2015	181 * XVII
CEI1373	54317130F	5541/2	14/11/2015	181 * XVII
CEI1373	54317147F	5541/2	14/11/2015	181 * XVII
CKM5050	54318046F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
CMA1275	54133191F	5843/3	25/11/2015	196
CMA1275	54142213F	5568/0	30/11/2015	181 * XIX
CNC7811	54141785F	5835/0	26/11/2015	195
CWZ3096	54143471F	5541/1	10/12/2015	181 * XVII
CXQ1932	55900977B	5380/0	14/12/2015	181 * I
DEH4988	54317355F	5541/2	20/11/2015	181 * XVII
DEJ2680	54317464F	5541/2	23/11/2015	181 * XVII
DWL1289	54318052F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
EFP9600	55901048B	5541/1	14/12/2015	181 * XVII
EKK2991	54318120F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
EQU0774	54318123F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
EXD7898	54140968F	7048/1	17/12/2015	244 * II
FGG0003	54317376F	5541/2	20/11/2015	181 * XVII
FRO5620	54142050F	5452/1	30/11/2015	181 * VIII
HGS0884	54317381F	5541/2	20/11/2015	181 * XVII
HHK1122	55491923F	5568/0	18/12/2015	181 * XIX
HKW9172	55900975B	5541/5	14/12/2015	181 * XVII
HLU4507	54317196F	5541/2	16/11/2015	181 * XVII
HRP6966	54141995F	5541/5	30/11/2015	181 * XVII
IHG9794	54317247F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII
IIM2313	54317382F	5541/2	20/11/2015	181 * XVII
IKU5378	54142302F	5525/0	30/11/2015	181 * XV
IKU5378	54317093F	5541/2	13/11/2015	181 * XVII
IMB0030	54317080F	5541/2	13/11/2015	181 * XVII
IMS0940	54317397F	5541/2	21/11/2015	181 * XVII
INZ1009	54318053F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
IRT5686	54317167F	5541/2	16/11/2015	181 * XVII
ISU1600	54317091F	5541/2	13/11/2015	181 * XVII
JPS1196	54318312F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
KOU3632	55900991B	5380/0	14/12/2015	181 * I
KPK1635	54318259F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
KXM5264	54317124F	5541/2	13/11/2015	181 * XVII
KZI2807	54317485F	5541/2	24/11/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LMC0908	54318279F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
LWV5861	54318325F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
LWZ1206	54142057F	5185/2	26/11/2015	167
LWZ5553	54137638F	5452/3	28/11/2015	181 * VIII
LXG4120	55901033B	5541/1	14/12/2015	181 * XVII
LXO3314	54141327F	5541/1	28/11/2015	181 * XVII
LXW9495	55491931F	5541/5	18/12/2015	181 * XVII
LXY7476	54141333F	5568/0	28/11/2015	181 * XIX
LYG3345	55901099B	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
LYH3094	54137122F	5193/0	17/12/2015	168
LYS0609	54317409F	5541/2	21/11/2015	181 * XVII
LYV9623	54317205F	5541/2	16/11/2015	181 * XVII
LYY9356	54142993F	5452/3	18/12/2015	181 * VIII
LZW0848	55491748F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MAW7094	54141970F	5541/1	25/11/2015	181 * XVII
MAY6026	54318300F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MBC9007	54139487F	5460/0	20/12/2015	181 * IX
MBC9007	54139488F	5452/1	20/12/2015	181 * VIII
MBC9007	54139489F	5347/0	20/12/2015	178
MBH0575	54317122F	5541/2	13/11/2015	181 * XVII
MBH3464	54317442F	5541/2	23/11/2015	181 * XVII
MBN1188	54318152F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MBN2826	54137642F	5738/0	29/11/2015	186 * II
MBU5026	54143366F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MBU5026	55901054B	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MBX0595	54317178F	5541/2	16/11/2015	181 * XVII
MBZ8807	55900987B	5452/1	14/12/2015	181 * VIII
MCC8148	54317332F	5541/2	19/11/2015	181 * XVII
MCF0744	54318108F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MCF9154	55491854F	5460/0	17/12/2015	181 * IX
MCI5561	54317113F	5541/2	13/11/2015	181 * XVII
MCL8691	54139241F	5550/0	22/11/2015	181 * XVIII
MCN3127	54140935F	6076/0	24/11/2015	210
MCP3425	54318112F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MCP4104	54142308F	5550/0	30/11/2015	181 * XVIII
MCP8488	54134841F	5452/3	27/11/2015	181 * VIII
MCR4191	54137834F	5541/6	17/11/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCR4191	54141517F	5541/6	17/11/2015	181 * XVII
MCW0120	54317511F	5541/2	25/11/2015	181 * XVII
MCX1978	54318158F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MCY8699	55901039B	5541/5	14/12/2015	181 * XVII
MDA4420	54317279F	5541/2	18/11/2015	181 * XVII
MDB7693	54317138F	5541/2	14/11/2015	181 * XVII
MDE7674	54142997F	7366/2	18/12/2015	252 * VI
MDF8830	54317117F	5541/2	13/11/2015	181 * XVII
MDH0015	55900968B	5541/6	14/12/2015	181 * XVII
MDI1636	54318313F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MDL4459	54317405F	5541/2	21/11/2015	181 * XVII
MDL5176	55900986B	5541/4	14/12/2015	181 * XVII
MDN3563	54317213F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII
MDN8631	54317399F	5541/2	21/11/2015	181 * XVII
MDV2524	54317275F	5541/2	18/11/2015	181 * XVII
MEA7217	54317111F	5541/2	13/11/2015	181 * XVII
MEC0474	54141790F	5568/0	30/11/2015	181 * XIX
MEC2900	54317331F	5541/2	19/11/2015	181 * XVII
MEH3786	54141994F	5541/5	30/11/2015	181 * XVII
MEH7697	54141411F	5568/0	26/11/2015	181 * XIX
MEI1103	54143907F	5568/0	18/12/2015	181 * XIX
MEI2195	54137950F	5991/0	30/11/2015	206 * I
MEI4817	54317243F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII
MEI9284	54318221F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MEK8037	54317429F	5541/2	23/11/2015	181 * XVII
MEM2765	54318090F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
MEM5425	54318302F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MEO0377	55491891F	5452/1	18/12/2015	181 * VIII
MEO4534	54139549F	5541/3	16/12/2015	181 * XVII
MEP5150	54317144F	5541/2	14/11/2015	181 * XVII
MEQ1824	54141329F	5720/0	28/11/2015	186 * I
MEQ6823	54137651F	5878/0	02/12/2015	199
MEV0071	54141992F	5568/0	30/11/2015	181 * XIX
MEV0071	54142041F	5568/0	26/11/2015	181 * XIX
MEV6298	54318297F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MEW1615	55491753F	5185/1	18/12/2015	167
MEW1615	55491754F	5185/2	18/12/2015	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEY3574	54137641F	5738/0	29/11/2015	186 * II
MEZ1097	54317375F	5541/2	20/11/2015	181 * XVII
MFB9711	54141343F	5878/0	28/11/2015	199
MFC2803	54127556F	6050/1	28/11/2015	208
MFE7135	54317337F	5541/2	19/11/2015	181 * XVII
MFF2383	54141969F	5541/1	25/11/2015	181 * XVII
MFF8863	54143904F	5380/0	18/12/2015	181 * I
MFK8468	54140851F	5568/0	24/11/2015	181 * XIX
MF8117	54142987F	7366/2	18/12/2015	252 * VI
MFO8786	54317296F	5541/2	19/11/2015	181 * XVII
MFO9209	54141404F	6130/0	19/11/2015	214 * II
MFP3867	55900982B	5452/1	14/12/2015	181 * VIII
MFR2665	54140850F	5568/0	24/11/2015	181 * XIX
MFR3676	54318238F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
MFS3487	54141583F	5185/1	21/11/2015	167
MF81777	54142020F	5541/5	25/11/2015	181 * XVII
MFY1675	54139514F	5550/0	14/11/2015	181 * XVIII
MGA7686	54141722F	5525/0	19/11/2015	181 * XV
MGC5965	54318216F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MGD6221	54318130F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MGF5659	55901075B	5541/5	17/12/2015	181 * XVII
MGG1825	54142974F	5452/3	17/12/2015	181 * VIII
MGH8982	54317224F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII
MGI2533	54131236F	5738/0	21/11/2015	186 * II
MGM3207	55491746F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MGN4951	54317494F	5541/2	24/11/2015	181 * XVII
MGN4951	54317503F	5541/2	24/11/2015	181 * XVII
MGN5247	54143368F	5541/5	17/12/2015	181 * XVII
MGR2137	54318072F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
MGS3397	55491719F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MGS8872	54318199F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MGT0520	54318191F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MGT6454	54317549F	5541/2	25/11/2015	181 * XVII
MGY2730	54317477F	5541/2	24/11/2015	181 * XVII
MHB8754	54318163F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MHB9712	54317173F	5541/2	16/11/2015	181 * XVII
MHD0491	54141183F	5550/0	24/11/2015	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHI4923	54317132F	5541/2	14/11/2015	181 * XVII
MHI6133	54317252F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII
MHK7435	54317233F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII
MHN0627	54142635F	5550/0	19/12/2015	181 * XVIII
MHO3108	54318220F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MHP7479	54142994F	5738/0	18/12/2015	186 * II
MHR9305	54141611F	6122/0	18/11/2015	214 * I
MHT9087	54318229F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MHV1452	55491737F	5207/0	18/12/2015	169
MHV1656	55901042B	5541/6	14/12/2015	181 * XVII
MHV9759	54141630F	5541/3	21/11/2015	181 * XVII
MHY4207	54317235F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII
MIA0376	54317154F	5541/2	14/11/2015	181 * XVII
MIA0840	55491935F	5541/5	18/12/2015	181 * XVII
MIA3597	54317218F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII
MIA3597	54317414F	5541/2	21/11/2015	181 * XVII
MIC2516	54317356F	5541/2	20/11/2015	181 * XVII
MIC2995	54318257F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
MID9475	55491755F	5967/0	18/12/2015	203 * V
MIE5855	54318234F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MIF4610	54317486F	5541/2	24/11/2015	181 * XVII
MIG6455	54318344F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MIH7202	54317188F	5541/2	16/11/2015	181 * XVII
MIH9602	54317529F	5541/2	25/11/2015	181 * XVII
MIK2790	55491896F	5568/0	18/12/2015	181 * XIX
MIK5343	54317476F	5541/2	24/11/2015	181 * XVII
MIO3749	55491930F	5541/1	18/12/2015	181 * XVII
MIP3187	55491727F	5452/1	17/12/2015	181 * VIII
MIR2634	54141271F	5568/0	24/11/2015	181 * XIX
MIR8943	54142018F	5541/6	25/11/2015	181 * XVII
MIS1788	54317165F	5541/2	16/11/2015	181 * XVII
MIW0009	54317497F	5541/2	24/11/2015	181 * XVII
MIW8641	54317433F	5541/2	23/11/2015	181 * XVII
MIW9496	55491925F	5541/1	18/12/2015	181 * XVII
MIX9059	55901000B	5541/1	14/12/2015	181 * XVII
MJE9977	54141140F	5541/6	28/11/2015	181 * XVII
MJG1020	54317480F	5541/2	24/11/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJG6276	55901060B	5541/4	17/12/2015	181 * XVII
MJG7722	54137949F	5991/0	29/11/2015	206 * I
MJH3108	54318292F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MJI6799	55901019B	5541/5	10/12/2015	181 * XVII
MJI7541	54317544F	5541/2	25/11/2015	181 * XVII
MJI8580	54138551F	5550/0	30/11/2015	181 * XVIII
MJJ6339	54317248F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII
MJK0393	54142995F	5525/0	18/12/2015	181 * XV
MJK4413	54317473F	5541/2	24/11/2015	181 * XVII
MJL8284	55491715F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MJM2121	54141973F	5525/0	25/11/2015	181 * XV
MJO1492	54141751F	5380/0	19/11/2015	181 * I
MJS0049	54317133F	5541/2	14/11/2015	181 * XVII
MJW5735	55491936F	5541/6	18/12/2015	181 * XVII
MJY6535	54143856F	5231/2	19/12/2015	172
MJY6888	54140939F	5525/0	27/11/2015	181 * XV
MJZ3095	54141833F	5541/1	27/11/2015	181 * XVII
MJZ6185	54317194F	5541/2	16/11/2015	181 * XVII
MJZ8975	54317380F	5541/2	20/11/2015	181 * XVII
MKA4671	55491741F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MKB5100	54317538F	5541/2	25/11/2015	181 * XVII
MKD2153	54142013F	5541/1	25/11/2015	181 * XVII
MKE2367	54137945F	5410/0	21/11/2015	181 * IV
MKG0998	55491888F	5541/1	18/12/2015	181 * XVII
MKI2397	54138549F	5525/0	30/11/2015	181 * XV
MKI7999	54318319F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MKI9738	55901025B	5541/4	14/12/2015	181 * XVII
MKJ7722	54141563F	5452/3	18/11/2015	181 * VIII
MKL2197	55491877F	5541/1	18/12/2015	181 * XVII
MKL2550	54317293F	5541/2	19/11/2015	181 * XVII
MKN0267	54142011F	5541/4	26/11/2015	181 * XVII
MKO5908	54317317F	5541/2	19/11/2015	181 * XVII
MKS4954	54141704F	5541/3	19/11/2015	181 * XVII
MKU0201	55491921F	5568/0	18/12/2015	181 * XIX
MKX6532	54318278F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MKY5969	54141989F	5568/0	30/11/2015	181 * XIX
MLC1764	54141148F	5541/4	28/11/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLC5486	54317314F	5541/2	19/11/2015	181 * XVII
MLF1269	54142048F	5550/0	26/11/2015	181 * XVIII
MLI0037	54142040F	5550/0	26/11/2015	181 * XVIII
MLK0536	55491731F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MLK5878	54317210F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII
MLL0662	55901070B	5568/0	17/12/2015	181 * XIX
MLM6396	54137628F	6122/0	19/11/2015	214 * I
MLS2630	54317142F	5541/2	14/11/2015	181 * XVII
MLU0767	54142309F	5568/0	30/11/2015	181 * XIX
MLV0013	54142045F	5541/6	26/11/2015	181 * XVII
MLV4204	54317259F	5541/2	18/11/2015	181 * XVII
MLV5488	54317527F	5541/2	25/11/2015	181 * XVII
MLX4888	54318177F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MLZ0627	54143370F	5452/3	18/12/2015	181 * VIII
MMH5205	54140938F	5452/3	24/11/2015	181 * VIII
MMI7271	54141149F	5541/6	29/11/2015	181 * XVII
MMJ2223	54140467F	5541/6	12/11/2015	181 * XVII
MML7256	54317413F	5541/2	21/11/2015	181 * XVII
MMM0792	54317266F	5541/2	18/11/2015	181 * XVII
MMM2640	55901096B	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MMM4905	54142008F	5550/0	24/11/2015	181 * XVIII
MWX7410	54317686F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
NFY6708	54317512F	5541/2	25/11/2015	181 * XVII
OKG3068	54317333F	5541/2	19/11/2015	181 * XVII
OQC5878	54317463F	5541/2	23/11/2015	181 * XVII
QHB3353	55901067B	5541/4	17/12/2015	181 * XVII
QHB6187	54317531F	5541/2	25/11/2015	181 * XVII
QHC3710	54317100F	5541/2	13/11/2015	181 * XVII
QHC4324	54317348F	5541/2	19/11/2015	181 * XVII
QHE6396	54318063F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
QHG5802	54317267F	5541/2	18/11/2015	181 * XVII
QHG7806	54142312F	5541/1	30/11/2015	181 * XVII
QHH5235	55491708F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
QHM0917	54137846F	5541/5	29/11/2015	181 * XVII
QHO0078	55901044B	5541/6	14/12/2015	181 * XVII
QHO1627	54317270F	5541/2	18/11/2015	181 * XVII
QIB2111	54142042F	5541/1	26/11/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
QIT8777	54317246F	5541/2	17/11/2015	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2254/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADI5589	54742435E	5142/0	14/11/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
ADI5589	54742549E	6637/2	05/11/2014	R\$ 127,69	230 * IX
ADI5589	54742550E	6637/1	05/11/2014	R\$ 127,69	230 * IX
ANS0902	54138181F	6912/0	06/11/2015	R\$ 53,20	232
ANS0902	54138183F	6610/2	06/11/2015	R\$ 127,69	230 * VII
ASB5167	54137487F	6653/2	14/10/2015	R\$ 127,69	230 * XI
JB6584	54131811F	5010/0	01/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
KTF5427	54740617E	6963/0	19/10/2014	R\$ 127,69	237
MBR9221	54131893F	5045/0	16/08/2015	R\$ 191,54	162 * V
MEE7285	54135447F	6912/0	06/11/2015	R\$ 53,20	232
MEE7285	54139366F	6408/0	06/11/2015	R\$ 85,13	221
MFJ9000	54744271E	5290/0	16/12/2014	R\$ 957,69	176 * II
MFJ9000	54744272E	5320/0	16/12/2014	R\$ 957,69	176 * V
MGF2203	54741686E	5010/0	16/11/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGF2203	54743029E	5010/0	23/11/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGJ3642	54139374F	5010/0	09/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MGJ3642	54139375F	5118/0	09/11/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGJ3642	54139376F	6912/0	09/11/2015	R\$ 53,20	232
MGJ3642	54140454F	6599/2	09/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MGJ3642	54140455F	7340/0	09/11/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MGJ3642	54140456F	6726/1	09/11/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGN6371	54127761F	6912/0	14/10/2015	R\$ 53,20	232
MGN6371	54127762F	6637/1	14/10/2015	R\$ 127,69	230 * IX
MKU0999	54743420E	6637/2	06/12/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MKU0999	54743421E	6548/0	06/12/2014	R\$ 85,12	229

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2255/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AER8243	54137730F	5568/0	10/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
AFX9457	54136739F	5185/1	10/10/2015	R\$ 127,69	167
ANS0902	54138184F	5185/1	06/11/2015	R\$ 127,69	167
ANS0902	54138185F	5185/2	06/11/2015	R\$ 127,69	167
AOS5971	54315354F	5541/2	28/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
APH5782	54138793F	5525/0	22/10/2015	R\$ 85,13	181 * XV
AST0339	54315792F	5541/2	09/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ATW3988	54132169F	5568/0	29/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
AUM2272	54132147F	5550/0	07/08/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
AWJ8899	54139815F	5541/5	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AWK8691	54139097F	5452/1	30/10/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
BSC1411	54140046F	5541/1	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ERU3251	54137718F	5541/1	10/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IFW7845	54315640F	5541/2	06/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IKU5378	54315326F	5541/2	26/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IVS8728	54136746F	5452/3	14/10/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
JHH3289	54315728F	5541/2	08/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
JPk4877	54733270E	7366/2	14/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LYW3336	54136408F	5185/1	06/11/2015	R\$ 127,69	167
LYY4487	54140426F	5541/5	09/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYY8639	54316663F	5541/2	31/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZZ7867	54315294F	5541/2	26/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAF0913	54315432F	5541/2	30/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBJ4854	54315805F	5541/2	09/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBM6178	54316540F	5541/2	29/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCC5517	54137864F	7366/2	12/10/2015	R\$ 85,13	252 * VI

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDG1793	54315460F	5541/2	01/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDQ3093	54139087F	5568/0	30/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MEI6813	54138205F	5568/0	13/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MEI9564	54140372F	5541/2	06/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK7374	54135844F	5991/0	06/10/2015	R\$ 191,54	206 * I
MFF0605	54315710F	5541/2	07/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFL9323	54137854F	5991/0	06/10/2015	R\$ 191,54	206 * I
MGC5179	54140180F	5541/5	04/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGG5680	54137926F	7366/2	05/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MGJ3178	54315791F	5541/2	09/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGP6741	54316486F	5541/2	28/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGP9389	54316754F	5541/2	04/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ5849	54137166F	5452/2	20/10/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MHD5628	54139007F	5525/0	11/10/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MHD8343	54315550F	5541/2	03/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA7734	54315463F	5541/2	01/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA7734	54315594F	5541/2	05/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MID5412	54315409F	5541/2	30/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE2127	54313203F	5541/2	13/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MII1954	54137323F	5568/0	14/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MIO9328	54137679F	5568/0	11/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MIV0012	54136351F	5185/1	10/10/2015	R\$ 127,69	167
MJB0609	54315518F	5541/2	02/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC8677	54139741F	5568/0	04/11/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJE5649	54315602F	5541/2	05/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI7528	54138493F	5525/0	19/10/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MJK7927	54136768F	5738/0	12/10/2015	R\$ 191,54	186 * II
MJY0123	54138131F	5568/0	29/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MKH8616	54138916F	7366/2	03/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MKJ6200	54137888F	5525/0	05/11/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MKJ6200	54137920F	5452/1	05/11/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MKK0892	54315784F	5541/2	09/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKT3366	54315851F	5541/2	10/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKZ9969	54315742F	5541/2	08/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLK9238	54315733F	5541/2	08/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLQ3837	54137698F	5568/0	15/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MLT8069	54135890F	6122/0	10/10/2015	R\$ 191,54	214 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLW1960	54137474F	5185/1	09/10/2015	R\$ 127,69	167
MMM6986	54136339F	5541/6	10/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
NTS5499	54140165F	5525/0	04/11/2015	R\$ 85,13	181 * XV
QHA1907	54137865F	5550/0	13/10/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
QHB2331	54315422F	5541/2	30/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHB2331	54315552F	5541/2	03/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHK6487	54138417F	7366/2	17/10/2015	R\$ 85,13	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2256/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEI5493	54133983F	6556/1	19/12/2015	230 * I
AMB7494	54142340F	6599/2	05/12/2015	230 * V
BXM7301	54139297F	6700/0	27/12/2015	230 * XVI
BXM7301	54139298F	6637/2	27/12/2015	230 * IX
CAY1493	54140950F	6599/2	02/12/2015	230 * V
LWV6944	54142911F	6726/1	05/12/2015	230 * XVIII
LWV6944	54142912F	6637/1	05/12/2015	230 * IX
LXY5031	54142270F	5142/0	08/12/2015	164 c/c 162 * V
LYE6097	54143254F	6769/1	08/12/2015	230 * XXII
LZG7242	54142537F	6912/0	06/12/2015	232
MBW2433	54142169F	6599/2	07/12/2015	230 * V
MBW2433	54142857F	5045/0	07/12/2015	162 * V
MBW2433	54142858F	5142/0	07/12/2015	164 c/c 162 * V
MBZ1958	54141295F	6556/1	04/12/2015	230 * I
MCS6828	54142996F	6599/2	18/12/2015	230 * V
MDB7270	54143607F	6599/2	16/12/2015	230 * V
MDC2977	54732042E	5118/0	07/12/2015	164 c/c 162 * I
MDC2977	54732043E	5010/0	07/12/2015	162 * I
MDC2977	54732044E	6599/2	07/12/2015	230 * V
MDC2977	54735346E	6653/1	07/12/2015	230 * XI
MDC2977	54735347E	6610/2	07/12/2015	230 * VII
MEP9836	54142336F	6726/1	04/12/2015	230 * XVIII
MEY4578	54735343E	6599/2	06/12/2015	230 * V
MFQ8234	54142070F	6769/1	04/12/2015	230 * XXII
MGC7066	54142266F	5010/0	05/12/2015	162 * I
MHD6584	54140966F	6599/2	17/12/2015	230 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIT5575	54138075F	5010/0	01/12/2015	162 * I
MIT5575	54138077F	6912/0	01/12/2015	232
MIT5575	54138078F	6408/0	01/12/2015	221
MJO6346	54142333F	6556/1	04/12/2015	230 * I
MLH7868	54142081F	6700/0	05/12/2015	230 * XVI
MZN5270	55491808F	6599/2	21/12/2015	230 * V
NMQ9563	54142338F	6670/0	05/12/2015	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2257/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACP0801	54317179F	5541/2	16/11/2015	181 * XVII
AEI5493	54133982F	5185/1	19/12/2015	167
AEI5493	54133984F	7234/0	19/12/2015	250 * I * a
AFS0848	55491716F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
AJZ7052	54140734F	5185/1	09/12/2015	167
AJZ7052	54140735F	7366/2	09/12/2015	252 * VI
AKY9531	54142168F	5568/0	07/12/2015	181 * XIX
AQW3860	55491852F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
ASW7063	54142423F	5541/1	01/12/2015	181 * XVII
ASX8938	55491721F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
AUU3907	54140490F	5541/6	07/12/2015	181 * XVII
CNT6145	54142223F	6050/1	01/12/2015	208
CTU5256	54091972N	5002/0	29/12/2015	257 § 8º
CZL5670	54318218F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
DJN1627	55491866F	5452/2	17/12/2015	181 * VIII
DRZ4000	54142803F	5452/1	03/12/2015	181 * VIII
EQJ8410	54142508F	5541/1	03/12/2015	181 * XVII
FDU8364	54091990N	5002/0	29/12/2015	257 § 8º
FKW1843	54142447F	5541/5	03/12/2015	181 * XVII
HMO4552	54137851F	5525/0	01/12/2015	181 * XV
HOG9398	54318286F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
HPE0310	54086058N	5002/0	04/12/2015	257 § 8º
IJN6574	55901083B	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
IJT6057	54317389F	5541/2	20/11/2015	181 * XVII
IMB0030	54318204F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
ITN3409	54142821F	5541/1	05/12/2015	181 * XVII

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KIT1045	54142517F	5541/6	03/12/2015	181 * XVII
KJA1380	54142161F	5541/5	04/12/2015	181 * XVII
KYS2632	55491864F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
LXQ5349	55491887F	5541/1	18/12/2015	181 * XVII
LYX8205	54142370F	5525/0	08/12/2015	181 * XV
LZG7242	54142536F	5541/5	06/12/2015	181 * XVII
MAK0004	54124748F	5541/5	03/12/2015	181 * XVII
MBE1263	54142409F	5541/1	01/12/2015	181 * XVII
MBF3616	54318245F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
MBQ4119	54143052F	5541/4	07/12/2015	181 * XVII
MCC1914	54137849F	5541/6	29/11/2015	181 * XVII
MCJ1977	54138089F	5452/1	08/12/2015	181 * VIII
MCJ7446	54142780F	5541/6	05/12/2015	181 * XVII
MCT3225	54143861F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MCV6200	54142361F	5568/0	07/12/2015	181 * XIX
MCZ4989	54143858F	5207/0	22/12/2015	169
MDA0900	54142156F	5568/0	30/11/2015	181 * XIX
MDC2977	54735345E	7056/1	07/12/2015	244 * III
MDQ2448	54143002F	5207/0	07/12/2015	169
MDR6125	54317126F	5541/2	14/11/2015	181 * XVII
MEC5641	54141294F	5738/0	02/12/2015	186 * II
MEE5098	54140730F	6122/0	05/12/2015	214 * I
MEL8449	54142544F	5460/0	06/12/2015	181 * IX
MEP1941	54143133F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
MEZ5903	54142779F	5460/0	05/12/2015	181 * IX
MFT0113	54142606F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MGA7686	54140951F	5525/0	03/12/2015	181 * XV
MGB0159	54137646F	6050/1	01/12/2015	208
MGB0159	54142324F	5185/1	03/12/2015	167
MGE8659	54142440F	5541/6	03/12/2015	181 * XVII
MGH7059	54142756F	5541/6	03/12/2015	181 * XVII
MGK8224	54317112F	5541/2	13/11/2015	181 * XVII
MGQ0781	54133195F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MGQ1455	54086272N	5002/0	01/12/2015	257 § 8º
MHD6584	54140965F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MHX7105	54086065N	5002/0	04/12/2015	257 § 8º
MHZ8173	55900990B	5541/4	14/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIB1753	54137427F	5720/0	02/12/2015	186 * I
MIP0440	54142436F	5541/1	03/12/2015	181 * XVII
MIQ9822	54318190F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MIS6862	54140945F	5541/6	01/12/2015	181 * XVII
MIX4846	54143117F	5207/0	08/12/2015	169
MJC9089	54142403F	5452/2	01/12/2015	181 * VIII
MJH8165	54142467F	5541/5	06/12/2015	181 * XVII
MJK4664	54142441F	5541/6	03/12/2015	181 * XVII
MJK4664	54142604F	5541/6	03/12/2015	181 * XVII
MJN0482	54142224F	6050/1	01/12/2015	208
MJO1046	55901088B	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MJR1179	54317517F	5541/2	25/11/2015	181 * XVII
MJR8643	54141787F	5550/0	28/11/2015	181 * XVIII
MJX4261	55901102B	5541/6	15/12/2015	181 * XVII
MKF4633	54142320F	5568/0	03/12/2015	181 * XIX
MKH6233	54142067F	5541/1	02/12/2015	181 * XVII
MKI7488	54317542F	5541/2	25/11/2015	181 * XVII
MKJ0881	54142433F	5380/0	03/12/2015	181 * I
MKK0731	54137437F	5550/0	03/12/2015	181 * XVIII
MKN6361	54139474F	5550/0	07/12/2015	181 * XVIII
MKO0009	54086277N	5002/0	01/12/2015	257 § 8º
MKO0009	54086278N	5002/0	01/12/2015	257 § 8º
MKR8600	54142439F	5568/0	03/12/2015	181 * XIX
MKX6602	54142476F	5541/5	06/12/2015	181 * XVII
MLD5429	54142306F	5550/0	30/11/2015	181 * XVIII
MLE5253	54142960F	5452/3	07/12/2015	181 * VIII
MLH4881	54143157F	5452/1	08/12/2015	181 * VIII
MLL0455	54318249F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
MLO8695	54086269N	5002/0	01/12/2015	257 § 8º
MLR5806	54142504F	5541/1	02/12/2015	181 * XVII
MLZ7310	54089479N	5002/0	21/12/2015	257 § 8º
MLZ7310	54089480N	5002/0	21/12/2015	257 § 8º
MLZ7310	54089481N	5002/0	21/12/2015	257 § 8º
MMF9381	54318308F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MMJ4779	54317379F	5541/2	20/11/2015	181 * XVII
NJW4778	55491714F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
OKE9877	54142460F	5541/6	03/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
OKF6517	54142225F	6050/1	05/12/2015	208
OKG1451	54142480F	5541/6	07/12/2015	181 * XVII
QHA2742	55491726F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
QHA7544	55491918F	5568/0	18/12/2015	181 * XIX
QHH4571	54142527F	5541/6	06/12/2015	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2258/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAD0555	54729448E	5118/0	17/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AGQ1591	54002267D	6599/2	29/07/2015	R\$ 191,54	230 * V
AJL9251	54127298F	5010/0	04/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
AJL9251	54127299F	5061/0	04/07/2015	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
CIO0012	54746346E	7579/0	18/07/2015	R\$ 1.915,38	277
ECW3602	54131477F	6599/2	21/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
ECW3602	54131478F	6912/0	21/07/2015	R\$ 53,20	232
ECW3602	54131479F	6610/2	21/07/2015	R\$ 127,69	230 * VII
IFG3469	54740700E	6637/2	30/10/2014	R\$ 127,69	230 * IX
IFQ3111	54742648E	6637/1	17/11/2014	R\$ 127,69	230 * IX
JOZ9069	54003324D	6769/1	06/07/2015	R\$ 85,12	230 * XXII
JOZ9069	54003325D	6670/0	06/07/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
LAN7522	54736107E	6670/0	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
LXG7648	54132712F	7285/0	08/08/2015	R\$ 85,13	250 * III
LYF8052	54131153F	6769/2	02/07/2015	R\$ 85,12	230 * XXII
LYF8052	54131202F	6602/0	02/07/2015	R\$ 191,53	230 * VI
LZQ5131	54130872F	6599/2	12/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
LZQ5131	54130873F	6726/1	12/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAK2861	54140287F	6912/0	11/11/2015	R\$ 53,20	232
MAK2861	54140288F	6599/2	11/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MBG5232	54126749F	6599/2	05/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MBG5232	54126750F	5118/0	05/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBG5232	54130720F	5010/0	05/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
MBG5232	54130721F	7579/0	05/07/2015	R\$ 1.915,38	277
MBI4582	54003486D	6610/2	22/07/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MBI4582	54131502F	6637/2	22/07/2015	R\$ 127,69	230 * IX

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBU1627	54003435D	7579/0	18/07/2015	R\$ 1.915,38	277
MBW5782	54746414E	6610/2	15/02/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MBX5847	54003449D	5010/0	20/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
MBX5847	54003452D	6599/2	20/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MCP8494	54002246D	6602/0	27/07/2015	R\$ 191,54	230 * VI
MCX5115	54127897F	5169/1	04/07/2015	R\$ 1.915,38	165
MDF0880	54131970F	6637/2	22/07/2015	R\$ 127,69	230 * IX
MDN8069	54003338D	6700/0	07/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVI
MEC8780	54002419D	6610/2	08/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MEC8780	54002420D	6912/0	09/08/2015	R\$ 53,20	232
MEC8780	54002421D	7579/0	09/08/2015	R\$ 1.915,38	277
MEC8780	54002425D	6599/2	09/08/2015	R\$ 191,54	230 * V
MED6822	54124524F	6610/2	01/03/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MEG8058	54746036E	5169/1	15/02/2015	R\$ 1.915,38	165
MEU0238	54140248F	6963/0	08/11/2015	R\$ 127,69	237
MEU0238	54140249F	6670/0	08/11/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
MFG0147	54138232F	7579/0	16/10/2015	R\$ 1.915,38	277
MGF1252	54743441E	5169/1	14/12/2014	R\$ 1.915,38	165
MGH0593	54003473D	6599/2	22/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MHK6656	54131960F	6610/2	20/07/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MHK6656	54132003F	6653/2	20/07/2015	R\$ 127,69	230 * XI
MHO5342	54130542F	7340/0	12/07/2015	R\$ 85,12	252 * IV
MID6955	54129744F	6912/0	12/08/2015	R\$ 53,20	232
MID6955	54131146F	5010/0	12/08/2015	R\$ 574,61	162 * I
MIH2062	54002315D	6599/2	31/07/2015	R\$ 191,54	230 * V
MJG4712	54130916F	5010/0	18/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
MJI7340	54139194F	7340/0	11/11/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MJM4004	54002372D	6602/0	08/08/2015	R\$ 191,54	230 * VI
MJS7288	54002304D	6700/0	29/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVI
MKF0166	54742005E	6971/0	21/10/2014	R\$ 191,53	238
MKF0166	54742010E	6637/2	21/10/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MKH2563	54132104F	6599/2	22/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MKI5020	54132659F	6610/2	16/08/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MKZ6015	54130412F	6610/2	05/07/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MKZ6015	54130413F	6602/0	05/07/2015	R\$ 191,53	230 * VI
MKZ6015	54130414F	5274/1	05/07/2015	R\$ 1.915,38	175
MNN3089	54138179F	6670/0	06/11/2015	R\$ 127,69	230 * XIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MNY2067	54744539E	5169/1	09/02/2015	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2259/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAW0879	54131380F	5550/0	10/08/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
ABW0298	54135417F	5541/5	17/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ADF5975	54129336F	7366/2	16/07/2015	R\$ 85,12	252 * VI
AED2761	54313780F	5541/2	03/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AEU4367	54138775F	5525/0	20/10/2015	R\$ 85,13	181 * XV
AFJ4002	54137174F	5819/2	21/10/2015	R\$ 574,61	193
AFX8499	54313099F	5541/2	09/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AHU3598	54138498F	5541/1	19/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AKX5746	54312619F	5541/2	24/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
APA2204	54313061F	5541/2	08/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
APM3690	54141107F	5568/0	16/11/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
AQU5103	54138945F	5541/3	12/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ATL3358	54316524F	5541/2	29/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AWU2978	54316441F	5541/2	27/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
BOL4870	54316637F	5541/2	31/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CDK6410	54313100F	5541/2	09/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CIO0012	54003437D	5835/0	18/07/2015	R\$ 127,69	195
CIO0012	54003438D	6270/0	18/07/2015	R\$ 127,69	220 * II
CMY4898	54138115F	5185/1	22/10/2015	R\$ 127,69	167
DEE3145	54312568F	5541/2	22/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DQE7344	54312873F	5541/2	02/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EIJ2028	54138500F	5525/0	19/10/2015	R\$ 85,13	181 * XV
HBK0906	54312636F	5541/2	24/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HMY5126	54312980F	5541/2	06/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IHE7048	54131421F	5568/0	27/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
IKD1485	54132625F	5568/0	15/08/2015	R\$ 127,69	181 * XIX

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JRQ6395	54313109F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KDK3141	54312868F	5541/2	02/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KKF6799	54125185F	5568/0	16/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
KKF6799	54136983F	5568/0	16/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
LOH5618	54312877F	5541/2	02/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LWV3200	54140048F	5541/1	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LXA2744	54316950F	5541/2	10/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LXE6225	54058168N	5002/0	16/07/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
LZB4570	54313147F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBA4593	54138244F	5452/2	20/10/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MBM0625	54131303F	5452/3	24/07/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MBS1304	54139960F	6068/1	10/11/2015	R\$ 127,69	209
MCF0086	54312695F	5541/2	25/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCF5499	54131018F	5185/1	22/07/2015	R\$ 127,69	167
MCH1536	54312772F	5541/2	29/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCP4176	54313033F	5541/2	07/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCT1563	54312845F	5541/2	01/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCT9973	54316024F	5541/2	16/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCU6513	54131104F	5924/1	03/07/2015	R\$ 957,69	203 * I
MCU8080	54317060F	5541/2	12/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDD0816	54132215F	5525/0	05/08/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MDE5424	54313102F	5541/2	09/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDP1077	54312628F	5541/2	24/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MER5260	54312534F	5541/2	22/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ9385	54130880F	5207/0	24/07/2015	R\$ 53,20	169
MFB9074	54130379F	7056/1	05/07/2015	R\$ 191,53	244 * III
MFG0147	54138233F	5207/0	16/10/2015	R\$ 53,20	169
MFG3434	54738041E	7366/2	27/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFJ6722	54138409F	5525/0	17/10/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MFL8955	54312796F	5541/2	30/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFW4487	54313329F	5541/2	17/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY7047	54312583F	5541/2	23/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY7047	54312593F	5541/2	23/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ1226	54125046F	6564/0	05/07/2015	R\$ 191,53	230 * II
MGO3740	54131660F	5568/0	21/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MGP3323	54130663F	5550/0	08/08/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MGQ1455	54312832F	5541/2	01/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGU7389	54313056F	5541/2	08/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGW6803	54140588F	5541/1	10/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGX9927	54131614F	5568/0	17/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MHG1202	54131094F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG4445	54316588F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM5921	54312566F	5541/2	22/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHN4103	54131099F	5541/6	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHO5342	54130541F	5207/0	12/07/2015	R\$ 53,20	169
MHR1239	54317037F	5541/2	12/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHX5263	54139200F	5568/0	14/11/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MIA3033	54138197F	5185/1	10/11/2015	R\$ 127,69	167
MIB7929	54317047F	5541/2	12/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH7444	54313338F	5541/2	18/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH7444	54313357F	5541/2	18/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM8028	54140538F	5541/1	11/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP0440	54136786F	5185/1	22/10/2015	R\$ 127,69	167
MIR9052	54137739F	5541/6	10/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB9942	54138786F	5568/0	21/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJC2225	54131652F	5568/0	17/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJI7340	54139192F	7307/0	11/11/2015	R\$ 85,13	251 * II
MJI7340	54139193F	5185/2	11/11/2015	R\$ 127,69	167
MJK1707	54313563F	5541/2	24/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJU3383	54313232F	5541/2	14/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJU7738	54131665F	5460/0	23/07/2015	R\$ 85,12	181 * IX
MKA9120	54132018F	5185/1	22/07/2015	R\$ 127,69	167
MKI2660	54316382F	5541/2	26/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKU2396	54313067F	5541/2	08/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKY1889	54316938F	5541/2	09/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKY1889	54317055F	5541/2	12/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKY2417	54315619F	5541/2	06/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKY9883	54312853F	5541/2	02/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLC4014	54316253F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLC4014	54316305F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLG7789	54312942F	5541/2	04/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLI4056	54313204F	5541/2	13/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLK4364	54315806F	5541/2	09/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLN1603	54139185F	5622/2	10/11/2015	R\$ 53,20	182 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLV6517	54129275F	5541/6	25/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLZ2797	54313173F	5541/2	11/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MML8004	54140703F	7366/2	10/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
NOF9915	54316960F	5541/2	10/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
NSQ7718	54315614F	5541/2	06/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2260/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANH9052	54137443F	6408/0	07/12/2015	221
AUE1486	54142638F	5169/1	01/01/2016	165
AUE1486	54142639F	6599/2	01/01/2016	230 * V
BQT2177	54138090F	5045/0	16/12/2015	162 * V
BQT2177	54138092F	6912/0	16/12/2015	232
CMO8880	54142293F	6599/2	16/12/2015	230 * V
CRM7220	54143261F	6670/0	08/12/2015	230 * XIII
DZC5784	54142285F	6670/0	10/12/2015	230 * XIII
EDE2493	54143202F	5010/0	09/12/2015	162 * I
MAP4540	54143262F	5010/0	08/12/2015	162 * I
MAQ2888	54143654F	6599/2	11/12/2015	230 * V
MBN2826	54138809F	6599/2	12/12/2015	230 * V
MBN2826	54138810F	5010/0	12/12/2015	162 * I
MBQ8546	54142087F	6769/1	08/12/2015	230 * XXII
MCE9277	54140743F	5010/0	11/12/2015	162 * I
MCE9277	54143357F	5118/0	11/12/2015	164 c/c 162 * I
MCO1557	54142947F	6599/2	15/12/2015	230 * V
MCX7451	54143665F	6637/2	14/12/2015	230 * IX
MDC3840	54141377F	6912/0	12/12/2015	232
MDL1039	54142177F	5010/0	05/01/2016	162 * I
MDL1039	54142864F	5118/0	05/01/2016	164 c/c 162 * I
MEB9531	54142558F	6912/0	07/12/2015	232
MEC5814	54142091F	6769/1	08/12/2015	230 * XXII
MEH3786	54143608F	6599/2	16/12/2015	230 * V
MEK0347	54143265F	5010/0	10/12/2015	162 * I
MEK0347	54143266F	5118/0	10/12/2015	164 c/c 162 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEN0264	54142278F	5037/1	08/12/2015	162 * III
MEN0264	54142279F	5134/1	08/12/2015	164 c/c 162 * III
MFF3504	54143288F	6599/2	16/12/2015	230 * V
MFF3504	54143289F	6912/0	16/12/2015	232
MGC7066	54142267F	5118/0	05/12/2015	164 c/c 162 * I
MGG5680	54133986F	6599/2	04/01/2016	230 * V
MGI7013	54142523F	7340/0	06/12/2015	252 * IV
MGI7013	54142524F	6610/2	06/12/2015	230 * VII
MIN5124	54142273F	6769/1	08/12/2015	230 * XXII
MIQ8799	54142343F	5282/0	07/12/2015	176 * I
MIX2350	54137441F	6408/0	07/12/2015	221
MJL6935	54142919F	5045/0	08/12/2015	162 * V
MJL6935	54142920F	6912/0	08/12/2015	232
MJL7617	54142296F	6599/2	17/12/2015	230 * V
MKH1929	54142605F	6599/2	04/12/2015	230 * V
MKI4029	54143068F	6912/0	16/12/2015	232
MKX6993	54142089F	6599/2	08/12/2015	230 * V
NNI3015	54142106F	6602/0	18/12/2015	230 * VI
QHJ3092	54137111F	6769/1	16/12/2015	230 * XXII
QHM1452	54133200F	6700/0	10/12/2015	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 10

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2261/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABW9122	54318624F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
AEQ6344	54318373F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
AFJ1047	54318028F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
AGR1689	54318414F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
AIO0273	54318495F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
AIW8662	54318728F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
AJS5509	54317723F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
AJV1805	54317766F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
AKC8582	54318527F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
AKF7167	54318587F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
AKW9710	54318803F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
AKZ1839	54317789F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
ALP5192	54317833F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
ALZ6145	54318813F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
AMQ3416	54318363F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
ANL8125	54142652F	5207/0	07/12/2015	169
ANS6007	54143044F	5380/0	08/12/2015	181 * I
AOM4262	54138395F	5541/6	14/12/2015	181 * XVII
APP7010	54318476F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
APU8483	54143485F	5185/1	11/12/2015	167
AQG2740	54317785F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
AQK3112	54143159F	5568/0	08/12/2015	181 * XIX
AQO8542	54142367F	5525/0	07/12/2015	181 * XV
ARR5252	54318496F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
ARZ2375	54317326F	5541/2	19/11/2015	181 * XVII
ARZ2375	54317342F	5541/2	19/11/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AVD5020	54317995F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
AVY1293	54318470F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
AYB0591	54143241F	5541/1	10/12/2015	181 * XVII
AZJ7231	54317797F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
BBL1983	54318018F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
BDN1985	54318479F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
BEW0081	54143222F	5541/6	09/12/2015	181 * XVII
CCS9536	54318486F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
CLL8034	54318635F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
CLL8034	54318660F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
CLO0278	54124746F	5541/6	03/12/2015	181 * XVII
DIC5277	54318769F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
DJG1639	54318663F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
DKN9188	54318007F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
DKV9740	54318512F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
DSS2626	54317610F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
DVM0758	54318765F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
DVS4663	54317534F	5541/2	25/11/2015	181 * XVII
EEG2953	54318762F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
EMU3954	54318791F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
FJK5524	54318525F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
FSR2280	54318541F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
HDK2864	54318380F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
HLX6976	54142374F	5541/1	08/12/2015	181 * XVII
HMP6943	54317967F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
HPC8320	54318417F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
HSA4318	54318655F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
IFB7421	54317738F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
IKU5378	54317712F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
ISZ3960	54317629F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
JGO8592	54142855F	5550/0	07/12/2015	181 * XVIII
JNP5916	54318717F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
JPk0667	54318614F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
JPk0667	54318667F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
JPY6522	54318459F	5541/2	18/12/2015	181 * XVII
JSG9501	54318448F	5541/2	18/12/2015	181 * XVII
JVG8455	54095178N	5002/0	05/01/2016	257 § 8º

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KER5205	54318451F	5541/2	18/12/2015	181 * XVII
KRI5752	54143238F	5568/0	10/12/2015	181 * XIX
KUY2304	54137108F	5550/0	10/12/2015	181 * XVIII
LCC3259	54318761F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
LOU3850	54318395F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
LPD1942	54142443F	5541/1	03/12/2015	181 * XVII
LUR1452	54317630F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
LWU6083	54318561F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
LXA6824	54318439F	5541/2	18/12/2015	181 * XVII
LXA6830	54317896F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
LXD5155	54317919F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
LXH9342	54318025F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
LXJ0972	54143663F	5738/0	13/12/2015	186 * II
LXJ2667	54318433F	5541/2	18/12/2015	181 * XVII
LXS1117	54143128F	5380/0	08/12/2015	181 * I
LXT3190	54142280F	5185/1	10/12/2015	167
LXT5714	54318332F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
LXT8026	54140483F	5541/6	04/12/2015	181 * XVII
LXU4833	54317868F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
LXW9495	54318788F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
LYA8037	54318700F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
LYB7664	54142288F	5568/0	12/12/2015	181 * XIX
LYB7664	54143308F	5568/0	12/12/2015	181 * XIX
LYO3615	54318703F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
LYQ5871	54130811F	5738/0	06/12/2015	186 * II
LYR3356	54318504F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
LYW5669	54317899F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
LYY1169	54143287F	5835/0	16/12/2015	195
LZB2528	54318480F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
LZB8771	54317445F	5541/2	23/11/2015	181 * XVII
LZB8771	54317456F	5541/2	23/11/2015	181 * XVII
LZC7127	54318727F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
LZE7444	54318500F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
LZI6179	54318503F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
LZJ8832	54143137F	5568/0	08/12/2015	181 * XIX
LZM5094	54142655F	5207/0	07/12/2015	169
LZU2922	54318346F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZU9789	54317679F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
LZV3580	54143362F	5185/1	13/12/2015	167
LZX5245	54318617F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
LZZ6640	54142316F	5568/0	30/11/2015	181 * XIX
MAA9399	54318006F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MAE1280	54317724F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
MAH5087	54318589F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MAK4933	54318005F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MAL6276	54318009F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MAP0990	54317929F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MAQ0659	54318715F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MAQ2888	54143652F	5550/0	11/12/2015	181 * XVIII
MAR8393	54318628F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
MAT5093	54317776F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MAV5744	54143455F	5541/6	10/12/2015	181 * XVII
MAV7488	54317719F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
MBC8433	54317986F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MBF1863	54142237F	5541/4	12/12/2015	181 * XVII
MBF5681	54318521F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MBL7385	54318802F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
MBR8763	54318529F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MBT9949	54143158F	5541/4	08/12/2015	181 * XVII
MBU5026	54143031F	5185/1	07/12/2015	167
MBU5167	54143035F	5185/1	08/12/2015	167
MBU8388	54318419F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
MCC8961	54318019F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MCE0727	54317951F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MCE9277	54140744F	5720/0	11/12/2015	186 * I
MCF0744	54318795F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
MCI5846	54318547F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MCN0555	54318743F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MCP0648	54141436F	5843/3	12/12/2015	196
MCP0654	54142434F	5614/1	03/12/2015	182 * V
MCR5863	54142373F	5541/6	08/12/2015	181 * XVII
MCX7355	54317550F	5541/2	26/11/2015	181 * XVII
MCY9030	54317983F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MDC2701	54318522F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDD0816	54318461F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MDD4159	54143109F	5525/0	06/12/2015	181 * XV
MDE5424	54318121F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MDF5597	54318669F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MDJ3277	54317705F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
MDO7726	54318026F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MDR9136	54317960F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MDV4293	54318661F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
MDW2840	54318744F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MEC1014	54318368F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
MEC7263	54318750F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MEC8384	54318546F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MED6556	54317879F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MEE9325	54143204F	5541/1	09/12/2015	181 * XVII
MEG1185	54138816F	5967/0	22/12/2015	203 * V
MEG7914	54318533F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MEH5829	54318735F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MEL4607	54140746F	6050/2	11/12/2015	208
MEO2377	54318569F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MEO6514	54318524F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MEP1941	54137448F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MER0067	54143371F	5622/2	18/12/2015	182 * VI
MET0739	54317964F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MEU2205	54318456F	5541/2	18/12/2015	181 * XVII
MEV7481	54318789F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
MEZ6162	54143226F	5541/1	09/12/2015	181 * XVII
MFB2614	54318548F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MFC4864	54318720F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MFG8691	54143237F	5541/1	10/12/2015	181 * XVII
MFI3840	54318008F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MFK5237	54317778F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MFK7991	54318483F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MFL3875	54318411F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
MFL8955	54318017F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MFL8955	54318059F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
MFO7961	54143163F	5541/1	08/12/2015	181 * XVII
MFO9775	54318576F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFR0238	54143018F	5207/0	07/12/2015	169
MFR9234	54317844F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MFS3487	54317780F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MFS7877	54317666F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
MFV8289	54318702F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MFY8254	54317757F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MFZ7562	54143063F	5460/0	08/12/2015	181 * IX
MGB1426	54318674F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MGC0163	54137109F	6050/1	11/12/2015	208
MGD3535	54142342F	5738/0	07/12/2015	186 * II
MGD4365	54317656F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
MGE2852	54317905F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MGF6465	54317841F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MGF8349	54143148F	5452/1	08/12/2015	181 * VIII
MGG5680	54133985F	6564/0	04/01/2016	230 * II
MGH7627	54317110F	5541/2	13/11/2015	181 * XVII
MGI7013	54142521F	5185/1	06/12/2015	167
MGI7013	54142522F	5720/0	06/12/2015	186 * I
MGI8907	54318494F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MGL0903	54143047F	5541/4	08/12/2015	181 * XVII
MGM6076	54318516F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MGM6076	54318564F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MGM6076	54318581F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MGN1616	54317840F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MGO7674	54318462F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MGP2036	54318780F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
MGQ7059	54317831F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
MGQ8559	54143192F	5452/1	09/12/2015	181 * VIII
MGR1687	54317602F	5541/2	26/11/2015	181 * XVII
MGS6513	54138937F	5541/3	12/11/2015	181 * XVII
MGT5030	54142466F	5541/1	06/12/2015	181 * XVII
MGW4851	54318760F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
MGX2816	54318677F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MGX5279	54142382F	5550/0	16/12/2015	181 * XVIII
MGX6428	54317675F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
MHA5606	54141423F	5452/1	05/12/2015	181 * VIII
MHD0390	54318515F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHD5763	54143046F	5541/4	08/12/2015	181 * XVII
MHF4198	54143273F	5568/0	13/12/2015	181 * XIX
MHG4026	54318362F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
MHG5951	54318042F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MHH8017	54318759F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
MHI0459	54141380F	5550/0	13/12/2015	181 * XVIII
MHI8396	54318537F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MHJ8366	54317635F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
MHK4312	54138088F	5452/1	08/12/2015	181 * VIII
MHK7435	54143175F	5568/0	09/12/2015	181 * XIX
MHL1510	54317714F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
MHL7033	54318683F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MHL8041	54317697F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
MHO5074	54142347F	5185/1	07/12/2015	167
MHO6198	54143267F	5185/1	10/12/2015	167
MHO9273	54318465F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MHQ0709	54143489F	5185/1	11/12/2015	167
MHS6428	54318636F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
MHS8749	54318507F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MHT6128	54318366F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
MHU3177	54318374F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
MHW2517	54318455F	5541/2	18/12/2015	181 * XVII
MHX9292	54095163N	5002/0	05/01/2016	257 § 8º
MHY2661	54318819F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
MHY7881	54143178F	5452/2	08/12/2015	181 * VIII
MHZ9945	54318530F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MIB6911	54318693F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MIC0045	54318398F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
MIC1634	54143203F	5207/0	09/12/2015	169
MIC3064	54317952F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MIE0101	54317935F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MIE6811	54318392F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
MIG6823	54318430F	5541/2	18/12/2015	181 * XVII
MIK7014	54142178F	5568/0	04/01/2016	181 * XIX
MIO8665	54139547F	5819/8	11/12/2015	193
MIO9003	54142509F	5541/5	03/12/2015	181 * XVII
MIQ7514	54318099F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIS2288	55491766F	5452/3	30/12/2015	181 * VIII
MIS4376	54318467F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MIS7851	54318749F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MIU9015	54318532F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MIV6494	54318607F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
MIY7735	54317869F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MJA1771	54317791F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MJF5789	54086960N	5002/0	08/12/2015	257 § 8º
MJH7384	54317788F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MJI3536	54318723F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MJO5505	54318716F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
MJQ4284	54318671F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MJS0452	54318364F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
MJS7227	54318792F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
MJU9929	54140732F	7307/0	05/12/2015	251 * II
MJU9929	54317693F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
MJV7980	54317689F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
MJV7990	54318797F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
MJW1850	54142350F	5550/0	07/12/2015	181 * XVIII
MJZ9025	54140493F	5460/0	08/12/2015	181 * IX
MKA2241	54318474F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MKB4802	54318348F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
MKD0117	54143014F	7366/2	07/12/2015	252 * VI
MKD9220	54142964F	7366/2	07/12/2015	252 * VI
MKG3386	54317786F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MKI4029	54143069F	7048/1	16/12/2015	244 * II
MKJ0300	54318705F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MKN0175	54143466F	5550/0	10/12/2015	181 * XVIII
MKR8600	54317893F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MKS0587	54318560F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MKS6732	54318597F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MKU7013	54318037F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MKV9384	54131274F	5380/0	14/12/2015	181 * I
MKW7214	54317976F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MKX3482	54318067F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
MKY3062	54317846F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MKY3320	54317718F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKZ3378	54143199F	5380/0	10/12/2015	181 * I
MKZ8795	54318756F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
MLB3116	54317872F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MLB3542	54143225F	5541/1	09/12/2015	181 * XVII
MLC0470	55491759F	6122/0	29/12/2015	214 * I
MLC4014	54317799F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
MLC5486	54318466F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MLF8953	54142802F	5541/4	03/12/2015	181 * XVII
MLG6059	54318022F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MLK5577	55901018B	5568/0	10/12/2015	181 * XIX
MLL2308	54140741F	5541/6	09/12/2015	181 * XVII
MLM4342	54318463F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MLN9370	54140721F	6122/0	23/11/2015	214 * I
MLO1688	54317758F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MLO5285	54143478F	5541/1	11/12/2015	181 * XVII
MLO8695	54318033F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
MLQ1319	54317954F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MLQ3750	54317971F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MLS0227	54317812F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
MLV2140	54142770F	5452/1	05/12/2015	181 * VIII
MLV8265	54318572F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MMI9944	54317813F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
MMK0989	54142438F	5568/0	03/12/2015	181 * XIX
MMM4905	54143228F	5541/1	09/12/2015	181 * XVII
MXC1707	54318672F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
NHA2001	54318413F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
OKE2150	54317654F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
OKG4277	54318721F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
OKG4954	54317634F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
OKH0260	54317947F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
OQP3308	54143248F	5541/1	10/12/2015	181 * XVII
QHB2331	54317680F	5541/2	28/11/2015	181 * XVII
QHB2331	54317777F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
QHB2331	54317906F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
QHG7324	54142344F	5541/1	07/12/2015	181 * XVII
QHI1511	54317632F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
QHI2903	54142966F	6050/1	09/12/2015	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
QHK9956	54318410F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
QHO6926	54130809F	6050/1	06/12/2015	208
QIB2111	54317816F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
QIB2111	54317826F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
QIB2111	54318000F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
QIE0090	54087283N	5002/0	10/12/2015	257 § 8º
QIQ0016	54317806F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
QIS7080	54088021N	5002/0	15/12/2015	257 § 8º
QJI0003	54143484F	5185/2	11/12/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2262/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABO6854	54138191F	6637/1	08/11/2015	R\$ 127,69	230 * IX
ABO6854	54138192F	6726/1	08/11/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
AER0234	54131363F	6912/0	24/07/2015	R\$ 53,20	232
AGN8784	54003395D	6599/2	16/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
AHN0114	54003410D	6912/0	17/07/2015	R\$ 53,20	232
AXA0017	54003382D	6610/2	14/07/2015	R\$ 127,69	230 * VII
BBS9799	54003489D	6599/2	20/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
CNC7811	54130918F	5010/0	22/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
CNC7811	54130921F	6637/1	22/07/2015	R\$ 127,69	230 * IX
CNC7811	54130922F	5274/1	22/07/2015	R\$ 1.915,38	175
DOU7113	54140836F	6599/2	20/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
DOU7113	54140837F	6912/0	20/11/2015	R\$ 53,20	232
IFG3469	54740925E	5010/0	30/10/2014	R\$ 574,61	162 * I
IFG3469	54740926E	6963/0	30/10/2014	R\$ 127,69	237
IFG3469	54740927E	6769/2	30/10/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
IFG3469	54740928E	5118/0	30/10/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ILX1950	54003483D	6599/2	22/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
ILX1950	54003484D	5118/0	22/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ILX1950	54003485D	5010/0	22/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
LYF8052	54131152F	6637/1	02/07/2015	R\$ 127,69	230 * IX
LYL4101	54739460E	5010/0	14/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZM8058	54127763F	5169/1	18/10/2015	R\$ 1.915,38	165
MBF5354	54739895E	5010/0	30/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBG0874	54002221D	5010/0	27/07/2015	R\$ 574,61	162 * I
MBJ1674	54133080F	7579/0	21/11/2015	R\$ 1.915,38	277
MBN8884	54003317D	6599/2	06/07/2015	R\$ 191,53	230 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBV7951	54129284F	6912/0	30/07/2015	R\$ 53,20	232
MBV7951	54132077F	5118/0	30/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBX5847	54003453D	5118/0	20/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCX5115	54127898F	6637/2	04/07/2015	R\$ 127,69	230 * IX
MCZ2984	54141219F	5045/0	17/11/2015	R\$ 191,54	162 * V
MCZ2984	54141220F	6912/0	17/11/2015	R\$ 53,20	232
MCZ2984	54141402F	5096/0	17/11/2015	R\$ 191,54	163 c/c 162 * V
MDC3513	54003327D	6599/2	06/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MEN5952	54003436D	6610/2	18/07/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MEO2048	54002302D	6912/0	29/07/2015	R\$ 53,20	232
MFB1633	54003442D	6599/2	20/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MFD4937	54738685E	6599/2	05/11/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFS9839	54141109F	6637/2	16/11/2015	R\$ 127,69	230 * IX
MFV3264	54003495D	6700/0	20/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVI
MGG0144	54737985E	7340/0	05/11/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MHG9741	54003289D	6599/2	29/06/2015	R\$ 191,53	230 * V
MHM6544	54003408D	6599/2	17/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MHM6544	54003409D	6769/2	17/07/2015	R\$ 85,12	230 * XXII
MHV7762	54002197D	5118/0	23/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIM0972	54003264D	5010/0	29/06/2015	R\$ 574,61	162 * I
MJG4712	54130917F	5118/0	18/07/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MLK4762	54141099F	7340/0	16/11/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MLS3017	54003428D	6769/2	18/07/2015	R\$ 85,12	230 * XXII
MMA6314	54133121F	6912/0	16/08/2015	R\$ 53,20	232
MMK7884	54003323D	6912/0	06/07/2015	R\$ 53,20	232
MNB9244	54003433D	6599/2	18/07/2015	R\$ 191,53	230 * V
MNB9244	54003434D	6653/2	18/07/2015	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2263/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABA2358	54079779N	5002/0	29/10/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
AFS3318	54130632F	5568/0	03/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
AFZ7409	54312989F	5541/2	06/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AHX2403	54132172F	5568/0	30/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
AKK0918	54312912F	5541/2	03/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AKP1282	54139353F	5541/6	25/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ANV1907	54079962N	5002/0	30/10/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
ANY6947	54130998F	5207/0	17/07/2015	R\$ 53,20	169
ARI9437	54130556F	5746/1	01/07/2015	R\$ 85,12	187 * I
ARO8252	54141677F	5185/1	19/11/2015	R\$ 127,69	167
ARZ1850	54130741F	5452/1	16/07/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
AUT2608	54312947F	5541/2	04/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
BAA0302	54313486F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
BAT4007	54313488F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
BBI3010	54132120F	5541/2	27/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
BBI3010	54313757F	5541/2	01/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CNC7811	54130919F	5827/0	22/07/2015	R\$ 127,69	194
CNC7811	54130920F	5819/2	22/07/2015	R\$ 574,61	193
CNC7811	54131120F	5185/1	12/07/2015	R\$ 127,69	167
CRN5952	54131087F	5550/0	09/07/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
CTU5256	54141726F	5185/1	19/11/2015	R\$ 127,69	167
DER7191	54312753F	5541/2	29/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DHV8795	54130548F	6858/0	17/07/2015	R\$ 85,12	231 * VII
DRH6966	54316330F	5541/2	24/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DRN7169	54131481F	5541/6	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DXQ9560	54131352F	5452/3	16/07/2015	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EAT5958	54312834F	5541/2	01/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EBL8204	54312604F	5541/2	23/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
EGL2738	54313534F	5541/2	24/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ETO2561	54315962F	5541/2	14/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ETP8729	54316282F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
FDU8364	54141182F	5550/0	24/11/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
HHR1143	54130868F	5185/1	11/07/2015	R\$ 127,69	167
HNW4816	54138625F	5541/6	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HNW4816	54315922F	5541/2	13/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HPE0310	54315863F	5541/2	10/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HSD9762	54316036F	5541/2	16/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ICF9547	54312775F	5541/2	29/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IDE9728	54138857F	5525/0	22/10/2015	R\$ 85,13	181 * XV
JPE9275	54312562F	5541/2	22/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LUJ1789	54316926F	5541/2	09/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LXE5959	54131746F	5380/0	16/11/2015	R\$ 85,13	181 * I
LXU4833	54312835F	5541/2	01/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LXV3422	54131518F	5215/2	09/08/2015	R\$ 191,54	170
LXV3422	54131523F	5185/1	09/08/2015	R\$ 127,69	167
LXV3422	54131524F	5185/2	09/08/2015	R\$ 127,69	167
LYN0079	54312625F	5541/2	24/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LYP3233	54002155D	5185/1	27/07/2015	R\$ 127,69	167
LYV4412	54313436F	5541/2	22/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZG3910	54131063F	5550/0	03/07/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
LZI8238	54131102F	5185/1	02/07/2015	R\$ 127,69	167
LZP5543	54316266F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAK6674	54141861F	6122/0	22/11/2015	R\$ 191,54	214 * I
MAM7202	54139165F	5452/1	27/10/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MAS0791	54129319F	5550/0	05/07/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAU0123	54130624F	5550/0	01/07/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAY0231	54141557F	5541/3	18/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAZ4309	54002161D	5185/2	27/07/2015	R\$ 127,69	167
MBE4468	54312894F	5541/2	03/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE9063	54139923F	5541/1	13/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBX5327	54140871F	5568/0	14/11/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MCC1107	54315833F	5541/2	10/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCF4305	54315880F	5541/2	13/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCK1506	54138623F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCT1978	54002198D	5207/0	23/07/2015	R\$ 53,20	169
MCX5944	54137832F	6050/1	17/11/2015	R\$ 191,54	208
MCZ0167	54130876F	5185/1	24/07/2015	R\$ 127,69	167
MDM2154	54131456F	5541/2	15/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDW8944	54312897F	5541/2	03/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEC2168	54313252F	5541/2	15/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MED1699	54130150F	6122/0	22/11/2015	R\$ 191,54	214 * I
MED6556	54312770F	5541/2	29/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEG2612	54313250F	5541/2	15/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK5831	54312801F	5541/2	30/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEP7570	54138862F	5525/0	22/10/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MER1005	54140714F	5967/0	19/11/2015	R\$ 957,69	203 * V
MER1564	54312833F	5541/2	01/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU4150	54140451F	5541/6	13/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ1097	54316054F	5541/2	16/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE3745	54138928F	5665/0	12/11/2015	R\$ 85,13	182 * X
MFH4800	54313054F	5541/2	08/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH7036	54138358F	5541/1	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFK1354	54312481F	5541/2	19/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFR0859	54130958F	5541/6	06/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT0039	54130622F	5568/0	01/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MFT4755	54139622F	5541/4	29/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY2745	54312461F	5541/2	18/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB3099	54316121F	5541/2	19/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGC6269	54312678F	5541/2	25/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE7898	54132102F	5452/1	22/07/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MGF8349	54742067E	7366/2	01/07/2015	R\$ 85,12	252 * VI
MGG6696	54313122F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGG9825	54315968F	5541/2	14/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI4090	54315440F	5541/2	30/09/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGJ4375	54139604F	7366/2	27/10/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MGK9390	54130993F	5452/2	17/07/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MGM7514	54141460F	5452/3	17/11/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MGN9947	54126097F	7366/2	14/07/2015	R\$ 85,12	252 * VI
MGN9947	54131353F	5452/3	16/07/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MGP0967	54132013F	5568/0	22/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGT9691	54141592F	6122/0	22/11/2015	R\$ 191,54	214 * I
MGU3723	54141648F	6122/0	22/11/2015	R\$ 191,54	214 * I
MGX1183	54130387F	7048/1	11/07/2015	R\$ 191,53	244 * II
MGX2310	54083930N	5002/0	24/11/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MGX2555	54316223F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGX2555	54316237F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGX2777	54141206F	5568/0	15/11/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MGX9441	54313525F	5541/2	24/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHA0120	54312808F	5541/2	30/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHA3248	54313214F	5541/2	13/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE6935	54130572F	5541/6	13/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG2334	54132859F	5452/3	13/08/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MHH5813	54312618F	5541/2	24/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ0748	54746546E	5738/0	26/09/2015	R\$ 191,54	186 * II
MHL1433	54128390F	5967/0	06/08/2015	R\$ 957,69	203 * V
MHS6641	54139164F	5185/1	27/10/2015	R\$ 127,69	167
MHU3783	54317046F	5541/2	12/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV7594	54131973F	5568/0	22/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MHY5587	54316088F	5541/2	17/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF3078	54129272F	5738/0	24/07/2015	R\$ 191,54	186 * II
MIM6038	54313051F	5541/2	08/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIN0673	54313244F	5541/2	14/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIO3519	54139276F	7366/2	27/10/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MIT0931	54312803F	5541/2	30/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV2761	54316044F	5541/2	16/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV9128	54313170F	5541/2	11/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIW9669	54131459F	5568/0	15/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MIX9927	54312883F	5541/2	02/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH0741	54128384F	5568/0	06/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJH0741	54312711F	5541/2	26/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ4626	54312514F	5541/2	20/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL3725	54129327F	5550/0	10/07/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJL8504	54134189F	5460/0	06/09/2015	R\$ 85,13	181 * IX
MJL8504	54134862F	5452/1	06/09/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MJM6481	54129950F	5380/0	13/07/2015	R\$ 85,12	181 * I
MJN2453	54142006F	5525/0	24/11/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MJO9726	54312740F	5541/2	27/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJR3854	54130118F	5568/0	16/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJR3854	54136982F	5568/0	16/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJX1727	54131064F	5568/0	03/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJZ9765	54315912F	5541/2	13/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKA8169	54312919F	5541/2	03/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKB4222	54312939F	5541/2	04/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKF9684	54056335N	5002/0	02/07/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MKI0776	54140284F	5568/0	10/11/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MKI1196	54131457F	5541/6	15/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKK5164	54313645F	5541/2	29/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKK8553	54130481F	5550/0	02/07/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKN5863	54313330F	5541/2	17/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO0009	54313131F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO0009	54313137F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO5088	54312498F	5541/2	19/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKP7671	54079554N	5002/0	27/10/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MKT0181	54313146F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV1152	54312730F	5541/2	27/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKX9259	54138490F	5460/0	19/10/2015	R\$ 85,13	181 * IX
MKZ2296	54130955F	5800/0	06/07/2015	R\$ 127,69	192
MKZ3006	54312726F	5541/2	26/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKZ4073	54312913F	5541/2	03/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLA2542	54316220F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLC4765	54055780N	5002/0	30/06/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MLD8556	54131617F	5568/0	19/07/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MLD8556	54312732F	5541/2	27/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLG6643	54313111F	5541/2	10/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLH7491	54313513F	5541/2	23/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLK6929	54312932F	5541/2	03/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLM7589	54312547F	5541/2	22/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLM9717	54312802F	5541/2	30/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLO2766	54141507F	5550/0	13/11/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MLS4661	54138124F	5568/0	27/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MLU9460	54316248F	5541/2	21/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLX1566	54131008F	5541/1	03/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLY0581	54312721F	5541/2	26/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLY4666	54139710F	5568/0	28/10/2015	R\$ 127,69	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMA4775	54139264F	5185/1	26/10/2015	R\$ 127,69	167
MMA8910	54312848F	5541/2	01/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MMD2835	54139115F	5525/0	26/10/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MMH6526	54313405F	5541/2	21/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM1264	54130142F	6122/0	22/11/2015	R\$ 191,54	214 * I
MVK5959	54316278F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MXF2949	54055773N	5002/0	30/06/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
ODJ8085	54130491F	7234/0	08/07/2015	R\$ 85,12	250 * I * a
OKE1704	54131005F	5541/1	03/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OKE9058	54138745F	5452/1	25/10/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
OPL8202	54142052F	5452/2	24/11/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
QHC1913	54313295F	5541/2	16/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHJ1032	54312524F	5541/2	20/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHR2013	54130959F	5800/0	07/07/2015	R\$ 127,69	192
QIM1919	54313755F	5541/2	01/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QIT8777	54312457F	5541/2	18/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2264/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAH1949	P00R000029	6700/0	12/01/2016	230 * XVI
AAH1949	P00R00002A	6610/2	12/01/2016	230 * VII
ADQ8313	54142949F	6912/0	15/12/2015	232
ADQ8313	54142950F	7579/0	15/12/2015	277
ADQ8313	54142951F	5274/1	15/12/2015	175
ADQ8313	54143671F	6599/2	15/12/2015	230 * V
ADQ8313	54143672F	6556/1	15/12/2015	230 * I
AJP9285	P00RE00006	7579/0	09/01/2016	277
ALD0779	54143269F	6599/2	10/12/2015	230 * V
ARR9657	54142459F	6599/2	03/12/2015	230 * V
BEN0514	P00QX00008	7340/0	22/12/2015	252 * IV
BPF6218	P00R00000H	6599/2	24/12/2015	230 * V
HEW1443	P00R00001A	5010/0	09/01/2016	162 * I
HEW1443	P00R00001B	5118/0	09/01/2016	164 c/c 162 * I
IRC8369	54143670F	6912/0	15/12/2015	232
LYF9552	P00QZ0001S	6637/2	08/01/2016	230 * IX
LZC8571	P00Q10001L	5010/0	07/01/2016	162 * I
LZC8571	P00Q10001M	5118/0	07/01/2016	164 c/c 162 * I
LZJ1178	P00R00000R	6912/0	02/01/2016	232
LZJ1178	P00R00000V	7579/0	02/01/2016	277
MAL2953	55491868F	6653/2	18/12/2015	230 * XI
MAL2953	55491869F	6610/2	18/12/2015	230 * VII
MAQ4467	P00QV0001G	6769/1	01/01/2016	230 * XXII
MBM3734	P00QZ0000I	5045/0	26/12/2015	162 * V
MBM3734	P00QZ0000K	6912/0	26/12/2015	232
MBO0723	P00QP00016	5169/1	09/01/2016	165

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBS9168	P00QX0000Y	5010/0	30/12/2015	162 * I
MBS9168	P00QX0000Z	6556/1	30/12/2015	230 * I
MBS9168	P00QX00011	5118/0	30/12/2015	164 c/c 162 * I
MBU3302	P00Q100013	5010/0	31/12/2015	162 * I
MBU3302	P00Q100014	6599/2	31/12/2015	230 * V
MBU3302	P00Q100015	5118/0	31/12/2015	164 c/c 162 * I
MCN8549	P00QP0000L	6769/1	04/01/2016	230 * XXII
MCO4284	P00QP0000K	6700/0	04/01/2016	230 * XVI
MCS2873	P00QV00016	6432/1	01/01/2016	223
MCX2909	P00R00000Z	5010/0	04/01/2016	162 * I
MCX2909	P00R000010	6726/1	04/01/2016	230 * XVIII
MCX2909	P00R000011	6599/2	04/01/2016	230 * V
MCX2909	P00R000012	5070/1	04/01/2016	163 c/c 162 * II
MCZ3410	P00RE00007	5169/1	09/01/2016	165
MCZ3410	P00RE00008	5045/0	09/01/2016	162 * V
MCZ6943	54137125F	5010/0	17/12/2015	162 * I
MCZ6943	54137126F	5118/0	17/12/2015	164 c/c 162 * I
MCZ6943	54137127F	6599/2	17/12/2015	230 * V
MDB4275	54143560F	6408/0	15/12/2015	221
MDW2559	P00QX0000T	6599/2	28/12/2015	230 * V
MEA7737	P00QZ0001Y	6769/2	12/01/2016	230 * XXII
MEG5092	54143275F	5045/0	13/12/2015	162 * V
MEG5092	54143276F	5142/0	13/12/2015	164 c/c 162 * V
MEG5092	54143277F	6599/2	13/12/2015	230 * V
MEG9286	P00QV0002C	6599/2	07/01/2016	230 * V
MFG7503	P00QZ0000O	6599/2	29/12/2015	230 * V
MFK3647	P00Q30000I	6599/2	12/01/2016	230 * V
MFK3647	P00Q30000J	6408/0	12/01/2016	221
MFK8038	54143070F	6637/1	16/12/2015	230 * IX
MFK8038	54143071F	6726/1	16/12/2015	230 * XVIII
MFK8038	54143072F	6912/0	16/12/2015	232
MFK8038	54143073F	5010/0	16/12/2015	162 * I
MFK8038	54143074F	5118/0	16/12/2015	164 c/c 162 * I
MFK8203	P00R00001H	6610/2	12/01/2016	230 * VII
MFN2106	P00PZ00026	6637/2	13/01/2016	230 * IX
MFN2106	P00PZ00027	6556/1	13/01/2016	230 * I
MFN2106	P00PZ00028	6726/1	13/01/2016	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFN2106	P00PZ00029	6769/1	13/01/2016	230 * XXII
MFP2648	P00QX0000V	5010/0	28/12/2015	162 * I
MFP2648	P00QX0000W	6599/1	28/12/2015	230 * V
MFP2648	P00QX0000X	5118/0	28/12/2015	164 c/c 162 * I
MGM9591	P00QP0000N	6556/1	04/01/2016	230 * I
MGM9591	P00QP0000O	6726/1	04/01/2016	230 * XVIII
MGM9591	P00QP0000P	6610/2	04/01/2016	230 * VII
MGW3531	P00R90000F	5010/0	10/01/2016	162 * I
MGW3531	P00R90000G	5118/0	10/01/2016	164 c/c 162 * I
MHC7496	P00QZ0001B	6912/0	03/01/2016	232
MHI8015	P00KC0000Z	6769/2	12/01/2016	230 * XXII
MHY7534	P00QP0000J	6408/0	04/01/2016	221
MIA4268	P00Q10000L	7340/0	28/12/2015	252 * IV
MIA4268	P00Q10000M	6610/2	28/12/2015	230 * VII
MIU7641	P00QZ0000R	7340/0	29/12/2015	252 * IV
MIZ1469	54137947F	5169/1	22/11/2015	165
MJB2045	P00QZ00003	7579/0	23/12/2015	277
MJB2045	P00QZ00004	6599/2	23/12/2015	230 * V
MJB2045	P00QZ00005	6912/0	23/12/2015	232
MJC6149	P00QV0000V	7340/0	31/12/2015	252 * IV
MKC8538	P00QV0001Z	7340/0	02/01/2016	252 * IV
MKI6165	P00QV0000Q	6599/2	27/12/2015	230 * V
MKL8830	P00PZ0000C	6912/0	27/12/2015	232
MLD3339	P00RE0000F	6700/0	13/01/2016	230 * XVI
MMK1773	P00Q300008	6599/2	09/01/2016	230 * V
MMK1773	P00Q30000A	6912/0	09/01/2016	232
MVZ0066	P00QZ0000G	5169/1	24/12/2015	165
QHJ7888	P00QV00022	7358/0	02/01/2016	252 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 8

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 041 2265/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAB8426	P00QV0000P	5452/1	27/12/2015	181 * VIII
AAG0551	P00PZ0000R	5185/1	30/12/2015	167
AAK6050	54317783F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
ADQ8313	54142948F	5835/0	15/12/2015	195
ADQ8313	54143673F	5207/0	15/12/2015	169
AFE7389	P00Q30000L	7366/2	12/01/2016	252 * VI
AGD6986	54318870F	5541/2	05/01/2016	181 * XVII
AGE0299	P00QV0002W	5460/0	14/01/2016	181 * IX
AGZ3194	54318957F	5541/2	08/01/2016	181 * XVII
AHF5647	54318146F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
AIZ2780	P00QW00009	5541/6	21/12/2015	181 * XVII
AJP0661	P00QV0000M	5541/6	24/12/2015	181 * XVII
AJT5566	P00R000021	5568/0	12/01/2016	181 * XIX
AJV8259	P00QV0002E	5525/0	07/01/2016	181 * XV
AKX5746	54318169F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
AKX5746	54318211F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
ALE0230	54318853F	5541/2	04/01/2016	181 * XVII
ALE9039	P00Q30000E	5185/1	09/01/2016	167
ALS9805	54142173F	5568/0	15/12/2015	181 * XIX
AMF0567	54318179F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
AMH1900	54318858F	5541/2	04/01/2016	181 * XVII
AMQ8953	54318251F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
AOA1581	54318757F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
AOS7143	54318925F	5541/2	06/01/2016	181 * XVII
AQV1116	P00QZ0001X	6564/0	11/01/2016	230 * II
ARR9657	54142515F	5541/6	03/12/2015	181 * XVII

1 / 8

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BBC1107	54317612F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
BKJ1443	54317732F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
BMC5731	P00QP0000R	5185/1	04/01/2016	167
CDV9293	54318596F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
CJU7870	P00PZ0001C	5185/1	30/12/2015	167
CLO0278	54317865F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
CTI0852	54318012F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
CTT3876	P00QP00008	5541/6	23/12/2015	181 * XVII
CVE8405	54318924F	5541/2	06/01/2016	181*XVII
CYT0185	54318737F	5541/2	28/12/2015	181 * XVII
DEI5768	54137300F	5452/1	08/12/2015	181 * VIII
DIR6220	P00QZ0000W	5550/0	30/12/2015	181 * XVIII
DIY0469	54319003F	5541/2	09/01/2016	181*XVII
DKW6884	54318531F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
EBL8204	54318273F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
EIG5318	P00QV0002U	7366/2	12/01/2016	252 * VI
EMV7171	54142977F	7366/2	17/12/2015	252 * VI
EZB2053	P00QX00028	5452/1	14/01/2016	181 * VIII
GTZ2202	54318823F	5541/2	04/01/2016	181*XVII
HLG3533	54318043F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
HPC8320	P00Q10001B	5541/6	05/01/2016	181*VII
IKN6561	54317438F	5541/2	23/11/2015	181 * XVII
IMQ5196	54141292F	5568/0	02/12/2015	181 * XIX
IUZ7754	P00QV0001V	5185/1	02/01/2016	167
JQZ0978	P00Q10001C	5185/1	05/01/2016	167
JSG9501	54317830F	5541/2	02/12/2015	181 * XVII
KJX7921	P00Q10000N	7234/0	28/12/2015	250 * I * a
KPQ2422	54142380F	5550/0	15/12/2015	181 * XVIII
LBG3185	P00PZ00020	5525/0	09/01/2016	181 * XV
LOF4989	54317914F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
LWV3136	P00QV0001O	5185/1	02/01/2016	167
LWV3718	P00RB0000E	7030/1	08/01/2016	244 * I
LXB4122	54318242F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
LXI8188	P00QV0002G	5185/1	10/01/2016	167
LXM8663	P00QZ0000D	5185/1	24/12/2015	167
LXM8663	P00QZ0000E	5185/2	24/12/2015	167
LXV1716	P00PZ0001L	5185/1	04/01/2016	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXZ9448	54317725F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
LYE1311	P00PZ0001W	5525/0	09/01/2016	181 * XV
LYF9552	P00QZ0001T	5800/0	08/01/2016	192
LYV5103	54317851F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
LYX0014	P00PZ0000L	5185/1	30/12/2015	167
LYX0014	P00PZ0000M	5185/2	30/12/2015	167
LZI4142	P00R00001Z	5541/6	12/01/2016	181*VII
LZJ1178	P00R00000S	5428/1	02/01/2016	181 * V
LZP7304	P00Q300003	5738/0	09/01/2016	186 * II
LZR9313	55491894F	5541/5	18/12/2015	181 * XVII
LZV3580	P00QV0000Y	5185/1	31/12/2015	167
LZV3580	P00QV0000Z	5185/2	31/12/2015	167
MAL2953	55901089B	5207/0	18/12/2015	169
MAO7102	54318869F	5541/2	05/01/2016	181*XVII
MAR8393	54318915F	5541/2	06/01/2016	181*XVII
MAT8013	54318903F	5541/2	06/01/2016	181*XVII
MAX3001	54318897F	5541/2	05/01/2016	181*XVII
MAX9521	P00QZ0001N	7366/2	07/01/2016	252 * VI
MAZ2632	54089010N	5002/0	17/12/2015	257 § 8º
MBB6953	54317981F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MBB8945	54318980F	5541/2	08/01/2016	181*XVII
MBG7117	P00KC0000G	5525/0	12/01/2016	181 * XV
MBK9014	P00QZ0000U	5541/6	30/12/2015	181 * XVII
MBL3131	55901085B	5541/5	17/12/2015	181 * XVII
MBM1146	P00QZ00008	5185/1	24/12/2015	167
MBM7525	P00Q300002	5207/0	09/01/2016	169
MBU3302	P00Q100012	6050/1	31/12/2015	208
MBU5026	54318835F	5541/2	04/01/2016	181*XVII
MCP8405	54318862F	5541/2	05/01/2016	181*XVII
MCQ5628	P00R000028	5568/0	12/01/2016	181 * XIX
MCQ8421	54143372F	5452/3	18/12/2015	181 * VIII
MCR4441	54141386F	5550/0	15/12/2015	181 * XVIII
MCS4582	54318800F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
MCT9878	P00PZ0001Z	5185/1	09/01/2016	167
MCY4860	P00QV0001S	5967/0	02/01/2016	203 * V
MCY5933	P00R000027	5541/6	12/01/2016	181*VII
MDA4101	54318159F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDB4275	54143555F	5550/0	15/12/2015	181 * XVIII
MDC3275	54143605F	5185/1	12/12/2015	167
MDC3631	P00R00001J	5452/1	12/01/2016	181 * VIII
MDF7817	54142172F	5568/0	15/12/2015	181 * XIX
MDF8830	54318269F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MDO6395	54318186F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MDP3679	P00QV0001T	5967/0	02/01/2016	203 * V
MDR1378	54318149F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MDS2146	54143404F	5410/0	16/12/2015	181 * IV
MDU5405	P00QV0001R	5185/1	02/01/2016	167
MDV1785	54143279F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MDW2559	P00QX0000S	5550/0	28/12/2015	181 * XVIII
MEB2845	P00QX0000U	5568/0	28/12/2015	181 * XIX
MEG9286	P00QV0002D	5380/0	07/01/2016	181 * I
MEI3679	P00QX00012	7048/1	30/12/2015	244 * II
MEJ0565	54318335F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MEK2971	54318893F	5541/2	05/01/2016	181 * XVII
MEO2333	54319010F	5541/2	09/01/2016	181 * XVII
MEV5520	P00PZ0001J	5185/1	04/01/2016	167
MEV6117	54137445F	5819/2	10/12/2015	193
MEY2018	54317955F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MEZ2084	54317877F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MEZ8912	54318861F	5541/2	05/01/2016	181 * XVII
MFA5868	54142633F	5550/0	19/12/2015	181 * XVIII
MFC5099	P00RE0000L	5185/1	14/01/2016	167
MFF1805	P00R00001T	5541/6	12/01/2016	181 * VII
MFG3907	54318890F	5541/2	05/01/2016	181 * XVII
MFG7503	P00R00002H	5541/2	14/01/2016	181 * XVII
MFI3118	55491873F	5541/4	18/12/2015	181 * XVII
MFK1354	54317647F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
MFK8818	P00QX00016	7366/2	03/01/2016	252 * VI
MFN5011	P00QX0000J	6050/1	26/12/2015	208
MFP0064	54318201F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MFP2573	54143552F	5550/0	11/12/2015	181 * XVIII
MFQ2513	P00R00002G	5452/3	14/01/2016	181 * VIII
MFR5201	P00QX00020	5452/1	14/01/2016	181 * VIII
MFS0317	54318148F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFS3495	P00QV0002K	5452/3	12/01/2016	181 * VIII
MFV3415	54318998F	5541/2	09/01/2016	181*XVII
MFV8295	54318340F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MFV0778	54318846F	5541/2	04/01/2016	181*XVII
MGA8273	P00QZ0000S	5541/6	30/12/2015	181 * XVII
MGC0311	P00QX0001N	5525/0	13/01/2016	181 * XV
MGC5964	54317894F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MGE2839	P00KC0000M	5185/1	12/01/2016	167
MGG0573	P00QV0001J	5967/0	02/01/2016	203 * V
MGG0573	P00QV0001K	5185/1	02/01/2016	167
MGI8694	54143198F	5541/1	10/12/2015	181 * XVII
MGL3394	54318709F	5541/2	24/12/2015	181 * XVII
MGM5087	54318208F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MGO5776	54317990F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MGQ4585	54318873F	5541/2	05/01/2016	181*XVII
MGS5843	P00KC0000A	6122/0	10/01/2016	214 * I
MGU3820	P00QZ00011	5207/0	30/12/2015	169
MGV1618	54319009F	5541/2	09/01/2016	181*XVII
MGX8854	54143080F	5568/0	15/12/2015	181 * XIX
MHA4486	P00Q100002	5550/0	19/12/2015	181 * XVIII
MHC7496	P00QZ0001C	5738/0	03/01/2016	186 * II
MHE3075	54143205F	5541/6	09/12/2015	181 * XVII
MHG5951	54318137F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MHG7918	P00KC0000H	5452/1	12/01/2016	181 * VIII
MHH2234	P00R000019	6050/1	08/01/2016	208
MHN2511	P00QV00026	5541/4	06/01/2016	181*VII
MHN8696	P00QV0002T	5452/3	12/01/2016	181 * VIII
MHO4696	P00QV0002R	5525/0	12/01/2016	181 * XV
MHO6666	P00QV0000O	5452/1	27/12/2015	181 * VIII
MHT1687	54318944F	5541/2	07/01/2016	181*XVII
MHX0278	54318932F	5541/2	07/01/2016	181*XVII
MHX5259	54319007F	5541/2	09/01/2016	181*XVII
MHY2331	54130144F	6122/0	22/11/2015	214 * I
MIF1131	54141391F	5550/0	17/12/2015	181 * XVIII
MIG7145	P00PZ0000W	5967/0	30/12/2015	203 * V
MIH7283	P00R900002	5738/0	08/01/2016	186 * II
MIL1727	P00Q10001E	5185/1	05/01/2016	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIL5760	P00RB0000I	5541/6	09/01/2016	181*VII
MIO2747	54142829F	5541/1	14/12/2015	181 * XVII
MIO6993	54318996F	5541/2	09/01/2016	181*XVII
MIP9156	P00QX0000R	5550/0	28/12/2015	181 * XVIII
MIR2634	54318324F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MIS0313	54318960F	5541/2	08/01/2016	181*XVII
MIS0558	54133977F	6050/1	11/12/2015	208
MIS6145	P00QV00012	7234/0	31/12/2015	250 * I * a
MIS8245	54317903F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MIU1573	P00QP0000C	5665/0	24/12/2015	182 * X
MIU1978	54138384F	5568/0	09/12/2015	181 * XIX
MIV3193	54140745F	5967/0	13/12/2015	203 * V
MIX8679	P00R00000G	5525/0	25/12/2015	181 * XV
MIX9927	54317959F	5541/2	05/12/2015	181 * XVII
MIY3457	54317950F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MIZ9075	54318997F	5541/2	09/01/2016	181*XVII
MJB6221	54143239F	5541/6	10/12/2015	181 * XVII
MJC6149	P00QV0000W	7030/2	31/12/2015	244 * I
MJF4287	54318895F	5541/2	05/01/2016	181*XVII
MJI4870	54138095F	5568/0	16/12/2015	181 * XIX
MJN3671	P00KC0000U	5525/0	12/01/2016	181 * XV
MJP8869	P00R90000A	5541/5	09/01/2016	181*VII
MJR5366	54089482N	5002/0	21/12/2015	257 § 8º
MJR7565	54143461F	5541/1	10/12/2015	181 * XVII
MJX7477	54318399F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
MJY2067	54318768F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
MJY3814	54318883F	5541/2	05/01/2016	181*XVII
MJY3814	54318927F	5541/2	06/01/2016	181*XVII
MJZ9009	P00PZ0001S	6050/1	09/01/2016	208
MKA8442	54318161F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MKD0117	54317847F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MKD0617	54318207F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MKD2520	54143235F	5568/0	10/12/2015	181 * XIX
MKF3826	P00Q10001H	5185/1	06/01/2016	167
MKG6410	P00KC0000B	5525/0	10/01/2016	181 * XV
MKJ9506	P00PZ0001X	5525/0	09/01/2016	181 * XV
MKK6759	54318920F	5541/2	06/01/2016	181*XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKK7066	P00PZ0001U	5525/0	09/01/2016	181 * XV
MKL8830	P00PZ0000B	7030/1	27/12/2015	244 * I
MKL9025	P00QZ0000B	5185/1	24/12/2015	167
MKM0068	54317871F	5541/2	03/12/2015	181 * XVII
MKM0395	54318188F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MKM2463	54317727F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
MKO2357	54138097F	5568/0	16/12/2015	181 * XIX
MKR5922	P00QV0000U	5967/0	31/12/2015	203 * V
MKS4015	55901007B	5541/1	10/12/2015	181 * XVII
MKU0419	P00PZ0000F	5185/1	30/12/2015	167
MKU6032	54142986F	7030/1	18/12/2015	244 * I
MKW7214	54318258F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
MKW9355	54318164F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MKX5207	54317939F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MLC4014	55900980B	5452/2	14/12/2015	181 * VIII
MLF1669	P00QX00004	5541/6	21/12/2015	181 * XVII
MLF1774	54318854F	5541/2	04/01/2016	181 * XVII
MLH1391	54318134F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MLL0641	54318192F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MLN4949	P00R00002C	6025/0	14/01/2016	206 * IV
MLO0471	54318291F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MLO0969	54318837F	5541/2	04/01/2016	181 * XVII
MLO1618	54317652F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
MLP4343	54138394F	5452/2	14/12/2015	181 * VIII
MLS5254	54143227F	5541/5	09/12/2015	181 * XVII
MLZ2481	P00Q30000K	7366/2	12/01/2016	252 * VI
MMD0768	P00QW00002	5541/6	20/12/2015	181 * XVII
MMI1596	54143160F	5541/1	08/12/2015	181 * XVII
MMK1773	P00Q300009	5207/0	09/01/2016	169
MML4111	54142801F	5452/1	05/12/2015	181 * VIII
MML5301	P00QZ00009	5185/1	24/12/2015	167
NSL4996	54318615F	5541/2	23/12/2015	181 * XVII
NTE7482	54318849F	5541/2	04/01/2016	181 * XVII
OKH4529	54089166N	5002/0	18/12/2015	257 § 8º
QHA0237	54133198F	5967/0	10/12/2015	203 * V
QHG5802	54318094F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
QHL3921	54139548F	5541/6	16/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
QHM4162	54317655F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
QHM7864	55900985B	5568/0	14/12/2015	181 * XIX
QHN8826	54141392F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
QHP2731	54142495F	5207/0	10/12/2015	169
QIC0418	54142567F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
QID2610	P00Q100017	5568/0	05/01/2016	181 * XIX
QIQ5857	54318101F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2266/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ERK1355	54139633F	6963/0	31/10/2015	R\$ 127,69	237
EVH5898	54136530F	6769/1	06/10/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
LNH0079	54138474F	7340/0	19/10/2015	R\$ 85,13	252 * IV
LNH0079	54138475F	6963/0	19/10/2015	R\$ 127,69	237
LNH0079	54138557F	6769/2	19/10/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
MAF9431	54741641E	6963/0	29/11/2014	R\$ 127,69	237
MBB7121	54734929E	5045/0	16/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBL6723	54130808F	6599/2	15/10/2015	R\$ 191,54	230 * V
MCA6888	54139632F	6769/1	31/10/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
MEC1014	54739600E	5169/1	06/10/2014	R\$ 1.915,38	165
MGQ8130	54729289E	5169/1	02/12/2015	R\$ 1.915,38	165
MGV7129	54739833E	5290/0	24/09/2014	R\$ 957,69	176 * II
MHP1323	54142256F	5037/1	30/11/2015	R\$ 574,61	162 * III
NTC8083	54131229F	5274/1	21/11/2015	R\$ 1.915,38	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2267/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACK5353	54136028F	7366/2	19/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
ADX9450	54312573F	5541/2	23/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AEH5589	54130134F	5843/3	29/10/2015	R\$ 127,69	196
AJH3294	54317483F	5541/2	24/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AJJ3661	54317176F	5541/2	16/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AJU8249	54130893F	5185/1	04/08/2015	R\$ 127,69	167
APF2105	54317153F	5541/2	14/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AQC8860	54003351D	5185/1	07/07/2015	R\$ 127,69	167
ARZ4174	54141815F	5541/3	20/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
BED1333	54141568F	5185/1	18/11/2015	R\$ 127,69	167
BZW6283	54139642F	5550/0	01/11/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
CEL2798	54142043F	5541/1	26/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CZD7283	54316181F	5541/2	20/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DEX2801	54137298F	5410/0	27/11/2015	R\$ 85,13	181 * IV
DSZ2368	54313197F	5541/2	13/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
HRZ0484	54139850F	5541/6	31/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
JPD6700	54142001F	5568/0	30/11/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
JVG8455	54317521F	5541/2	25/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KOJ7001	54315919F	5541/2	13/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
KXN4319	54141409F	5738/0	23/11/2015	R\$ 191,54	186 * II
LAC0069	54140400F	5541/6	13/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LNH0079	54138556F	5185/1	19/10/2015	R\$ 127,69	167
LZK1691	54317345F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MAF9431	54741640E	7030/2	29/11/2014	R\$ 191,53	244 * I
MAT8013	54141606F	5541/3	18/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBK3546	54313024F	5541/2	07/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCA6620	54135561F	5452/1	11/09/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MCG9175	54132912F	5541/6	14/08/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDB7287	54133837F	6130/0	30/10/2015	R\$ 191,54	214 * II
MDG6207	54140832F	5185/1	20/11/2015	R\$ 127,69	167
MDT4426	54312874F	5541/2	02/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEC2882	54138034F	5525/0	08/11/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MEE1705	54086284N	5002/0	01/12/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MEM3274	54139869F	5452/1	30/10/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MEM3274	54139870F	5541/1	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MER1564	54312923F	5541/2	03/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV9903	54141555F	5541/3	18/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM9888	54139818F	5541/6	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ4390	54317307F	5541/2	19/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB1426	54315824F	5541/2	10/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGC4634	54315888F	5541/2	13/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGL6420	54141332F	5541/6	28/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHT3825	54140885F	5550/0	15/11/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MIL2936	54141841F	5568/0	30/11/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJF5789	54139629F	5550/0	29/10/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MJG9317	54316326F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJS1317	54139774F	5541/1	31/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJZ2805	54312940F	5541/2	04/07/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJZ6759	54316074F	5541/2	16/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKF9544	54317209F	5541/2	17/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKF9544	54317491F	5541/2	24/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKK3017	54064234N	5002/0	17/08/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MKR8600	54316631F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKT1928	54138439F	5614/3	29/10/2015	R\$ 127,69	182 * V
MLL0446	54138997F	7366/2	27/10/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MLM8149	54317149F	5541/2	14/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLO2961	54127470F	6122/0	22/11/2015	R\$ 191,54	214 * I
MMC0851	54134689F	5185/2	06/09/2015	R\$ 127,69	167
NTC8083	54131230F	5738/0	21/11/2015	R\$ 191,54	186 * II
OLO4469	54317460F	5541/2	23/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHF1180	54312556F	5541/2	22/06/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHL2293	54316310F	5541/2	23/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2268/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEQ6344	P00QP00010	5169/1	07/01/2016	165
AEQ6344	P00QP00011	5045/0	07/01/2016	162 * V
AGD0352	54141394F	5045/0	17/12/2015	162 * V
AGD0352	54141395F	6912/0	17/12/2015	232
AGD0352	54141396F	6599/2	17/12/2015	230 * V
AGD0352	54141397F	5142/0	17/12/2015	164 c/c 162 * V
BGH1529	P00PZ0002A	6599/2	22/01/2016	230 * V
BGH1529	P00PZ0002B	5010/0	22/01/2016	162 * I
BGH1529	P00PZ0002C	5118/0	22/01/2016	164 c/c 162 * I
DAU6003	54142298F	6599/2	17/12/2015	230 * V
DMC3336	54141268F	6408/0	21/11/2015	221
EHV7946	P00QP00018	5320/0	14/01/2016	176 * V
LXV3199	P00SC00008	6602/0	16/01/2016	230 * VI
LZJ1178	P00R00000Q	6599/2	02/01/2016	230 * V
LZJ1178	P00R00000T	6726/1	02/01/2016	230 * XVIII
LZJ6362	54142299F	6599/2	17/12/2015	230 * V
LZJ6362	54142301F	6912/0	17/12/2015	232
LZJ6362	54143294F	6726/1	17/12/2015	230 * XVIII
LZJ6362	54143296F	6610/2	17/12/2015	230 * VII
LZJ6362	54143297F	6769/1	17/12/2015	230 * XXII
LZJ6362	54143298F	5010/0	17/12/2015	162 * I
LZJ6362	54143299F	5118/0	17/12/2015	164 c/c 162 * I
MAE9610	P00QX0002H	6599/2	16/01/2016	230 * V
MAE9610	P00QX0002J	6602/0	16/01/2016	230 * VI
MAE9610	P00QX0002K	6637/2	16/01/2016	230 * IX
MBM3734	P00QZ0000J	6599/2	26/12/2015	230 * V

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBY7320	P00QP0002R	6700/0	17/01/2016	230 * XVI
MBY8909	P00KC00018	7340/0	19/01/2016	252 * IV
MBY8909	P00KC00019	6610/2	19/01/2016	230 * VII
MBY8909	P00KC0001A	6653/2	19/01/2016	230 * XI
MCG6918	P00KC0001G	5169/1	21/01/2016	165
MCG6918	P00KC0001H	5010/0	21/01/2016	162 * I
MCG6918	P00KC0001I	5320/0	21/01/2016	176 * V
MCG6918	P00KC0001J	6912/0	21/01/2016	232
MCG6918	P00KC0001K	6599/2	21/01/2016	230 * V
MCQ2308	P00QV0004T	6726/1	19/01/2016	230 * XVIII
MDV2199	P00QX0002L	5010/0	16/01/2016	162 * I
MDV2199	P00QX0002S	6653/1	17/01/2016	230 * XI
MDV2199	P00QX0002T	6610/2	17/01/2016	230 * VII
MDV2199	P00QX0002U	5061/0	17/01/2016	163 c/c 162 * I
MDV2199	P00QX0002V	6602/0	17/01/2016	230 * VI
MEB8105	54143292F	6599/2	17/12/2015	230 * V
MEC3751	54143702F	6408/0	19/12/2015	221
MEF4960	P00QV0004Y	5118/0	19/01/2016	164 c/c 162 * I
MEU4763	P00QX00037	6556/1	20/01/2016	230 * I
MFE9241	P00QP0002I	6599/2	16/01/2016	230 * V
MFE9241	P00QP0002J	6610/2	16/01/2016	230 * VII
MFE9241	P00QP0002K	6610/1	16/01/2016	230 * VII
MFE9241	P00QP0002L	5010/0	16/01/2016	162 * I
MFE9241	P00QP0002M	6637/2	16/01/2016	230 * IX
MFE9241	P00QP0002N	5118/0	16/01/2016	164 c/c 162 * I
MFE9241	P00QP0002O	6912/0	16/01/2016	232
MHD7629	54143563F	5169/1	18/12/2015	165
MHF4833	54143905F	6912/0	18/12/2015	232
MIS5677	54141440F	6700/0	12/01/2016	230 * XVI
MLA6803	54143615F	6726/1	17/12/2015	230 * XVIII
OKE0785	54142946F	6726/1	15/12/2015	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2269/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGD0352	54142568F	7048/1	17/12/2015	244 * II
AGO1085	P00R90002B	5541/1	19/01/2016	181 * XVII
AHF4501	P00QX0000A	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
AHP0299	P00QP0004E	5525/0	22/01/2016	181 * XV
AJP0106	P00R00002Z	5568/0	23/01/2016	181 * XIX
AKS0155	P00QP0003V	5541/6	22/01/2016	181 * VII
ALA9053	P00QV00038	5525/0	17/01/2016	181 * XV
ALD5616	54142569F	5894/0	19/12/2015	201
ALE0230	P00QP0003N	5568/0	22/01/2016	181 * XIX
ANF3859	54318147F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
APW3466	54318900F	5541/2	06/01/2016	181 * XVII
AQT7591	P00RB0000P	7366/2	17/01/2016	252 * VI
ATA1909	54138398F	6068/1	18/12/2015	209
ATF9374	54143310F	7366/2	12/12/2015	252 * VI
ATQ5514	54317617F	5541/2	27/11/2015	181 * XVII
AUG1809	54318303F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
AVT4699	55491876F	5541/1	18/12/2015	181 * XVII
AWF0789	P00PZ0000K	5967/0	30/12/2015	203 * V
AWG3310	55491946F	5525/0	19/12/2015	181 * XV
AWH8888	55901093B	5541/4	17/12/2015	181 * XVII
AXY0025	54318978F	5541/2	08/01/2016	181 * XVII
BZJ3463	P00Q30000D	5185/1	09/01/2016	167
CCA3922	P00QP0003I	5452/1	22/01/2016	181 * VIII
CDQ1690	54318315F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
CKJ2407	55491861F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
CVM6158	55900967B	5541/4	14/12/2015	181 * XVII

1 / 7

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DAQ7275	P00R900026	7366/2	19/01/2016	252 * VI
DBF4909	P00R00002F	5541/6	14/01/2016	181*VII
DDE8310	P00QP00039	5525/0	22/01/2016	181 * XV
DGD2792	54318079F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
DKW6884	54318523F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
DQK5061	P00R900015	5550/0	17/01/2016	181 * XVIII
DTZ4529	P00KC00022	5541/6	22/01/2016	181*VII
EAD6253	54318864F	5541/2	05/01/2016	181*XVII
EAZ9286	P00QP0001Y	5541/5	15/01/2016	181*VII
ELG2297	54318965F	5541/2	08/01/2016	181*XVII
FHY9228	P00SC0000Y	5550/0	21/01/2016	181 * XVIII
FJJ0647	54318127F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
GOO9215	P00QP00032	5207/0	21/01/2016	169
HKQ6899	P00R90002M	5380/0	19/01/2016	181 * I
HZC2626	54143138F	5541/6	08/12/2015	181 * XVII
HZC2626	54143200F	5525/0	10/12/2015	181 * XV
ICR1926	54318922F	5541/2	06/01/2016	181*XVII
IKP1731	P00R00002I	5541/2	14/01/2016	181*XVII
IKU5378	54318267F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
IQH9750	P00PZ0000T	5185/1	30/12/2015	167
ISG3200	54090564N	5002/0	15/12/2015	257 § 8º
ITT6830	55491865F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
IVB0412	54317717F	5541/2	30/11/2015	181 * XVII
JFW5367	54318983F	5541/2	08/01/2016	181*XVII
JPJ5588	P00RB0000W	5452/1	18/01/2016	181 * VIII
JUE1721	P00SC0000T	5185/1	19/01/2016	167
JVP7023	54317516F	5541/2	25/11/2015	181 * XVII
KGI0282	54318097F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
KHF8537	54318034F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
KHO3309	54318153F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
LOS3038	54318255F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
LTP2756	54318048F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
LWV1958	P00SC0000U	5185/1	19/01/2016	167
LWZ9696	P00QV0003Y	5541/1	18/01/2016	181*XVII
LXM0792	54318135F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
LXV3199	P00SC00007	5525/0	16/01/2016	181 * XV
LYH5081	P00QX00027	5452/1	14/01/2016	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYS8550	54318219F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
LYW6495	54318039F	5541/2	07/12/2015	181 * XVII
LYZ7628	54318973F	5541/2	08/01/2016	181*XVII
LZJ6362	54142300F	5193/0	17/12/2015	168
LZJ6362	54143300F	5185/1	17/12/2015	167
LZJ6362	54143301F	5185/1	17/12/2015	167
MAA8790	P00QV00008	5550/0	19/12/2015	181 * XVIII
MAE9610	P00QX0002I	5185/1	16/01/2016	167
MAU7079	55901081B	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MBA8704	P00RB0000O	6050/1	16/01/2016	208
MBD7185	54318281F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MBG8238	54318239F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
MBT2276	54318307F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MBY7320	P00QP0002P	5525/0	17/01/2016	181 * XV
MBY8909	P00KC0001B	5207/0	19/01/2016	169
MCB3324	54318851F	5541/2	04/01/2016	181*XVII
MCB9933	54318184F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MCF6263	54318167F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MCM1998	54317772F	5541/2	01/12/2015	181 * XVII
MCR5422	54318105F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MCT0263	P00QV0003Q	5452/1	18/01/2016	181 * VIII
MCT2800	55491897F	5622/2	18/12/2015	182 * VI
MCZ6592	55901038B	5541/5	14/12/2015	181 * XVII
MDB2716	P00QP0002D	5541/6	15/01/2016	181*VII
MDD1596	P00QX00030	5568/0	17/01/2016	181 * XIX
MDJ6684	54318252F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
MDQ7309	55491919F	5568/0	18/12/2015	181 * XIX
MDU3237	P00RE0000R	5541/6	21/01/2016	181*VII
MDV2199	P00QX0002N	5835/0	16/01/2016	195
MDV2199	P00QX0002O	5207/0	16/01/2016	169
MDV2199	P00QX0002Q	6050/1	16/01/2016	208
MDV2199	P00QX0002R	5843/3	17/01/2016	196
MDW2241	P00QX00034	5185/1	19/01/2016	167
MDW2840	55491780F	5185/1	15/01/2016	167
MDW2840	55491781F	7366/2	15/01/2016	252 * VI
MDX6906	54318073F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
MDZ3831	P00QV00052	5550/0	20/01/2016	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEA5852	P00QP00037	5525/0	22/01/2016	181 * XV
MEF3297	54318969F	5541/2	08/01/2016	181*XVII
MEG7067	54142973F	5770/2	17/12/2015	189
MEG8877	P00SC0000H	5541/1	16/01/2016	181*XVII
MEM8173	P00QP0001V	5541/6	15/01/2016	181*VII
MEP6818	54318227F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MEQ0302	P00QV0003H	5541/6	18/01/2016	181*VII
MEQ7716	54318320F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MEV8010	55491720F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MEW5019	P00QP0004H	5525/0	22/01/2016	181 * XV
MEX6722	54139551F	5207/0	20/12/2015	169
MEZ8356	P00QX00038	5185/1	21/01/2016	167
MFA5203	P00QP0002H	5525/0	16/01/2016	181 * XV
MFD6090	P00QX00031	5452/3	17/01/2016	181 * VIII
MFD7645	P00SC00006	5452/3	15/01/2016	181 * VIII
MFE8444	P00QV00031	5207/0	15/01/2016	169
MFG3907	54140747F	7366/2	17/12/2015	252 * VI
MFH2874	55901098B	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MFL6775	55901080B	5541/5	17/12/2015	181 * XVII
MFL8667	P00QV00035	5819/8	16/01/2016	193
MFQ7410	P00R900016	5568/0	17/01/2016	181 * XIX
MFR0525	55491862F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
MFV3798	55900984B	5568/0	14/12/2015	181 * XIX
MFW3728	P00R90002R	5541/5	19/01/2016	181*VII
MFZ7397	P00R90001Z	5568/0	19/01/2016	181 * XIX
MGC0311	P00R90001S	5525/0	19/01/2016	181 * XV
MGC2863	54140748F	5185/1	17/12/2015	167
MGE2852	54318095F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MGE2852	54318224F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MGE2852	54318338F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MGH5749	54318168F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MGI5044	55491725F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
MGL1728	54089167N	5002/0	18/12/2015	257 § 8º
MGL6323	P00R90002L	5568/0	19/01/2016	181 * XIX
MGL6420	P00R90002Y	5541/5	19/01/2016	181*VII
MGO0245	P00PZ0001V	5525/0	09/01/2016	181 * XV
MGP8810	54319008F	5541/2	09/01/2016	181*XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGR3420	54317545F	5541/2	25/11/2015	181 * XVII
MGR6517	55901032B	5541/1	14/12/2015	181 * XVII
MGS6981	P00SC0001E	5185/1	21/01/2016	167
MGZ0114	54318115F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MGZ4774	54318128F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MHC0024	54318202F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MHI1088	55901043B	5541/6	14/12/2015	181 * XVII
MHI9508	54318156F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MHJ5988	55491914F	5541/5	17/12/2015	181 * XVII
MHM9774	54143809F	5185/2	27/12/2015	167
MHO3268	54318058F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
MHP8946	P00QV0004U	5185/1	19/01/2016	167
MHQ1763	P00QX0000D	5550/0	24/12/2015	181 * XVIII
MHQ5050	54318388F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
MHS8451	P00R000030	5452/1	23/01/2016	181 * VIII
MHT1428	54318293F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MHW7389	54318078F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
MHX7105	P00QP0001X	5541/6	15/01/2016	181*VII
MIB1816	55900999B	5541/6	14/12/2015	181 * XVII
MIC1050	55901094B	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MIC2995	P00QP00024	5541/6	15/01/2016	181*VII
MIE5206	P00QX00036	5541/6	20/01/2016	181*VII
MII1985	55491855F	5541/5	17/12/2015	181 * XVII
MIJ5383	55491908F	5568/0	17/12/2015	181 * XIX
MIK3642	54318181F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MIN1125	54089011N	5002/0	17/12/2015	257 § 8º
MIO1569	55491909F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
MIR8097	54317933F	5541/2	04/12/2015	181 * XVII
MIT8848	P00QP0003B	5568/0	22/01/2016	181 * XIX
MIV3104	P00QV0004P	5541/1	18/01/2016	181*XVII
MIX6868	55901100B	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MIZ3667	54142294F	5193/0	17/12/2015	168
MJA8803	54142865F	6050/1	17/01/2016	208
MJB0905	P00R90002S	5541/1	19/01/2016	181*XVII
MJB5523	55901053B	5452/1	14/12/2015	181 * VIII
MJD9224	54318091F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
MJE3823	55491707F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJG6276	P00R90001V	5541/4	19/01/2016	181*VII
MJG9410	P00R90002W	5541/5	19/01/2016	181*VII
MJJ5757	P00QP0003H	5525/0	22/01/2016	181 * XV
MJO6567	54318054F	5541/2	08/12/2015	181 * XVII
MJO8378	54318129F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MJP6634	54142979F	5185/1	17/12/2015	167
MJS3157	54089159N	5002/0	18/12/2015	257 § 8º
MJS5299	P00R90002T	5541/1	19/01/2016	181*XVII
MJT2628	55491728F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MJW4998	P00Q30000V	5185/1	17/01/2016	167
MJX2695	54318113F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
MJZ6185	54318256F	5541/2	12/12/2015	181 * XVII
MKA9115	55900965B	5541/6	10/12/2015	181 * XVII
MKD6332	55491915F	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MKE1506	54318294F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
MKG1983	P00QP00045	5452/1	22/01/2016	181 * VIII
MKK5616	55901084B	5541/1	17/12/2015	181 * XVII
MKR8947	54318329F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MLB7292	54318310F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MLM1238	P00R00002Y	5541/6	23/01/2016	181*VII
MLM6052	P00QP0003Y	5541/1	22/01/2016	181*XVII
MLM8318	P00QX00032	7366/2	18/01/2016	252 * VI
MLN5974	54318217F	5541/2	11/12/2015	181 * XVII
MLN9492	54318847F	5541/2	04/01/2016	181*XVII
MLQ3553	55491706F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
MLS3357	P00R00002Q	5541/2	19/01/2016	181*XVII
MLT0207	54089504N	5002/0	21/12/2015	257 § 8º
MLT5820	55491863F	5541/5	17/12/2015	181 * XVII
MLV2850	P00RE0000U	5967/0	22/01/2016	203 * V
MLY3199	54318321F	5541/2	15/12/2015	181 * XVII
MLY3430	55491892F	5452/1	18/12/2015	181 * VIII
MMC0081	55491902F	5541/5	17/12/2015	181 * XVII
MMK4632	54143230F	5541/1	09/12/2015	181 * XVII
MMK6596	55491904F	5568/0	17/12/2015	181 * XIX
MZU0147	55491711F	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
NOW0288	54318165F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
NUQ3234	P00QP00048	5541/5	22/01/2016	181*VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
OKF2768	P00R900020	5541/1	19/01/2016	181 * XVII
OLS9566	55901059B	5541/6	17/12/2015	181 * XVII
QHA6979	55900994B	5568/0	14/12/2015	181 * XIX
QHG3771	P00SC00010	5525/0	21/01/2016	181 * XV
QHH8500	P00Q300017	5460/0	20/01/2016	181 * IX
QHJ0154	54318150F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
QHJ3341	54089500N	5002/0	21/12/2015	257 § 8º
QHK6527	P00QP0001W	5568/0	15/01/2016	181 * XIX
QHN7859	55491932F	5541/6	18/12/2015	181 * XVII
QHN8220	P00QV0004A	5452/1	18/01/2016	181 * VIII
QHP2714	55901087B	5541/4	17/12/2015	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2270/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAH1949	54142271F	6599/2	08/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
ABA5468	54142913F	6599/2	05/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
ABA5468	54142914F	6726/1	05/12/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
AHY6668	54134847F	5010/0	09/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
ERK1355	54139828F	6610/2	31/10/2015	R\$ 127,69	230 * VII
HAK2216	54745793E	5169/1	11/04/2015	R\$ 1.915,38	165
HCW5031	54740740E	6637/1	06/12/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LZW4180	54142926F	5010/0	08/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
LZW4180	54142927F	5118/0	08/12/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAI3561	54737345E	6700/0	29/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MCT3413	54141848F	6599/2	05/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
MCW5387	54740632E	6670/0	26/11/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MDR9640	54131270F	6599/2	03/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MGB2223	54138267F	6726/1	06/11/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGB2223	54138268F	6769/1	06/11/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
MGH5388	54740413E	6670/0	01/10/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MGH5388	54740414E	6963/0	01/10/2014	R\$ 127,69	237
MHA6367	54740410E	6963/0	30/09/2014	R\$ 127,69	237
MHP1323	54142257F	6599/2	30/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MHP1323	54142258F	5134/1	30/11/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * III
MHP8807	54133759F	5320/0	20/08/2015	R\$ 957,69	176 * V
MHV5056	54136012F	7340/0	07/11/2015	R\$ 85,13	252 * IV
MIA7146	54735094E	6700/0	14/09/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MJL7918	54741318E	6700/0	28/11/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MJP0275	54734637E	6670/0	02/03/2015	R\$ 127,69	230 * XIII
MJQ1336	54137294F	6726/1	18/11/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLU0551	54125982F	5169/1	04/04/2015	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 041 2271/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEI2518	54142792F	5541/1	05/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AML8587	54139824F	5541/1	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AMX2822	54317404F	5541/2	21/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AQA4579	54140016F	5541/6	31/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ASB5363	54315872F	5541/2	13/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
AWH8939	54139760F	5550/0	31/10/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
BMW1183	54080164N	5002/0	03/11/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
CDC4407	54316404F	5541/2	26/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CGS6525	54141299F	5185/1	05/12/2015	R\$ 127,69	167
CLN9177	54316401F	5541/2	26/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
CLT0072	54086970N	5002/0	08/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
COP8533	54138024F	5800/0	04/11/2015	R\$ 127,69	192
CVR6980	54141241F	5541/3	17/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
DZU6713	54143015F	5207/0	07/12/2015	R\$ 53,20	169
HRI8016	54316732F	5541/2	04/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ISG3200	54316602F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
IST1489	54140156F	5568/0	04/11/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
JUS7334	54140182F	5380/0	04/11/2015	R\$ 85,13	181 * I
KDK3141	54740260E	5347/0	12/10/2014	R\$ 85,12	178
KHO3309	54080616N	5002/0	04/11/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
LXT6605	54139365F	5541/6	06/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
LZQ1374	54137442F	7366/2	07/12/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MBF6869	54139762F	5541/6	31/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MBL6342	54139627F	5452/1	29/10/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MCB5102	54138085F	5525/0	05/12/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MCE9890	54086063N	5002/0	04/12/2015	R\$ 53,20	257 § 8º

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCR4191	54317250F	5541/2	17/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCW5156	54316704F	5541/2	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MCW7487	54140234F	5541/5	07/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDB2629	54316586F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDF7649	54143016F	5207/0	07/12/2015	R\$ 53,20	169
MDG1693	54140026F	5207/0	03/11/2015	R\$ 53,20	169
MDH1826	54316492F	5541/2	29/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR9640	54140412F	5525/0	08/11/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MDY7947	54137198F	5541/6	06/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEC9230	54142543F	5541/6	06/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE1705	54086288N	5002/0	01/12/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MEJ2006	54140417F	5541/6	08/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX8804	54142653F	5207/0	07/12/2015	R\$ 53,20	169
MFB0857	54142511F	5541/6	03/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ3792	54141199F	5967/0	04/12/2015	R\$ 957,69	203 * V
MFS7720	54138039F	5541/6	09/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MGG0144	54737984E	5835/0	05/11/2014	R\$ 127,69	195
MGG0144	54737986E	7030/2	05/11/2014	R\$ 191,53	244 * I
MGJ1118	54138695F	5525/0	05/11/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MGT3273	54138518F	5550/0	04/11/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MHB2900	54316384F	5541/2	26/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE6580	54316757F	5541/2	04/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG5606	54316425F	5541/2	27/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHI3827	54139085F	5541/6	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV5056	54136011F	7366/2	07/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MHX3393	54140118F	5568/0	03/11/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MIE6610	54139291F	5452/3	07/11/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MIF0066	54139292F	5452/1	07/11/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MIN1125	54140578F	5460/0	08/11/2015	R\$ 85,13	181 * IX
MIT0214	54139341F	5665/0	09/11/2015	R\$ 85,13	182 * X
MIU5688	54139801F	5541/6	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV5373	54140116F	5568/0	03/11/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJA2409	54140082F	5525/0	04/11/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MJE2521	54316612F	5541/2	30/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ7939	54086057N	5002/0	04/12/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MJK9929	54137924F	7366/2	05/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MJL5398	54316505F	5541/2	29/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJO6529	54081814N	5002/0	10/11/2015	R\$ 53,20	257 § 8º
MJR4826	54139756F	5541/6	31/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY6866	54140212F	5428/1	04/11/2015	R\$ 191,54	181 * V
MJY7760	54140428F	5568/0	09/11/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MJZ9065	54142313F	5541/1	30/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKB0019	54140114F	5568/0	03/11/2015	R\$ 127,69	181 * XIX
MKI7933	54317215F	5541/2	17/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKU8142	54139456F	5550/0	04/11/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MKV5959	54317107F	5541/2	13/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MKW4803	54316514F	5541/2	29/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLE4040	54138515F	5550/0	04/11/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
MLF8793	54137897F	5665/0	09/11/2015	R\$ 85,13	182 * X
MLM4151	54139796F	5541/1	03/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
MLR9489	54316448F	5541/2	27/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OKG8707	54140379F	5541/5	06/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
OPI4734	54316635F	5541/2	31/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
QHA7480	54141847F	6122/0	04/12/2015	R\$ 191,54	214 * I
QIZ9030	54140058F	5460/0	03/11/2015	R\$ 85,13	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2272/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AZO0174	P00RE00014	5169/1	24/01/2016	165
CEA7512	P00RE00011	7579/0	24/01/2016	277
CEA7512	P00RE00012	6599/2	24/01/2016	230 * V
CEA7512	P00RE00013	5169/1	24/01/2016	165
IES6534	55491941F	5142/0	22/12/2015	164 c/c 162 * V
IES6534	55491943F	6912/0	22/12/2015	232
IQF4368	55492053F	6610/2	18/01/2016	230 * VII
IQF4368	55492054F	6653/2	18/01/2016	230 * XI
JLF0703	P00QX0003N	5118/0	25/01/2016	164 c/c 162 * I
JLF0703	P00QX0003O	6726/1	25/01/2016	230 * XVIII
KJV6805	P00R900037	6599/2	25/01/2016	230 * V
KPK1635	P00RE0001M	5274/1	26/01/2016	175
LXP7743	P00R00003P	5010/0	23/01/2016	162 * I
LXP7743	P00R00003R	5118/0	23/01/2016	164 c/c 162 * I
LXP7743	P00R00003S	6599/2	23/01/2016	230 * V
LXP7743	P00R00003T	6912/0	23/01/2016	232
LYE9999	P00R90003Y	6653/2	27/01/2016	230 * XI
MAT4442	P00QZ00022	5010/0	26/01/2016	162 * I
MAT4442	P00QZ00025	6912/0	26/01/2016	232
MBY8909	55491788F	6599/2	19/01/2016	230 * V
MBY8909	55491789F	5118/0	19/01/2016	164 c/c 162 * I
MCJ8618	P00R000047	5274/1	24/01/2016	175
MCR9775	P00QV0004J	6610/2	18/01/2016	230 * VII
MCR9775	P00QV0004K	6769/1	18/01/2016	230 * XXII
MCR9775	P00QV0004L	6769/2	18/01/2016	230 * XXII
MCR9775	P00QV0004M	6653/1	18/01/2016	230 * XI

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCR9775	P00QV0004N	6963/0	18/01/2016	237
MCR9775	P00QV0004O	6912/0	18/01/2016	232
MGC3452	54143369F	6599/2	17/12/2015	230 * V
MHD8416	P00R000046	5274/1	24/01/2016	175
MHM9076	P00QX0003F	5169/1	23/01/2016	165
MHM9076	P00QX0003G	6912/0	24/01/2016	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

URIEL RIBEIRO

DELEGADO REGIONAL - 15A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 041 2273/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADH8259	54319351F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
AHS3636	54319028F	5541/2	11/01/2016	181*XVII
AKW9710	54319017F	5541/2	11/01/2016	181*XVII
AKW9710	54319169F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
AKZ1980	P00R900039	5185/1	25/01/2016	167
ALP5192	54318111F	5541/2	09/12/2015	181 * XVII
AOB0170	55573330F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
AOG6948	54319032F	5541/2	11/01/2016	181*XVII
APC9990	54318552F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
APJ8921	P00RB00018	5185/1	22/01/2016	167
AQK8992	54319242F	5541/2	18/01/2016	181*XVII
ASY5466	P00R000035	5525/0	23/01/2016	181 * XV
ATA8619	55573314F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
ATN0236	54318588F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
ATW4517	54319241F	5541/2	18/01/2016	181*XVII
AWM1447	P00QX0003C	7366/2	22/01/2016	252 * VI
AZT7232	54319193F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
BBH4337	54319084F	5541/2	12/01/2016	181*XVII
CMD5273	P00QX0004S	5541/1	26/01/2016	181*XVII
DEB7837	54318822F	5541/2	30/12/2015	181 * XVII
DFM8375	P00QP0004G	5525/0	22/01/2016	181 * XV
DFY8298	54319067F	5541/2	12/01/2016	181*XVII
DIN7591	P00QX00039	5452/3	22/01/2016	181 * VIII
DKF0892	54318963F	5541/2	08/01/2016	181*XVII
DRL7823	54319293F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
DUN3635	P00R00003Z	5541/6	23/01/2016	181*VII

1 / 6

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EAM9520	55491905F	5541/4	17/12/2015	181 * XVII
ECZ2244	P00RE0000Y	5525/0	23/01/2016	181 * XV
EFC7363	P00RE0000V	5541/6	22/01/2016	181*VII
EGL2738	P00R00003L	5452/1	23/01/2016	181 * VIII
EGQ4801	P00R00003I	7366/2	23/01/2016	252 * VI
ELG2297	54319309F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
EPY3926	P00QV0004B	5525/0	18/01/2016	181 * XV
ETZ1765	54319196F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
EYZ4416	55573308F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
FSR2280	54319308F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
FSR2280	54319316F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
FSR2280	54319329F	5541/2	20/01/2016	181*XVII
HDF1369	55573312F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
HNU8707	P00KC00021	5541/6	22/01/2016	181*VII
HSA4318	54319224F	5541/2	18/01/2016	181*XVII
INX7474	54319081F	5541/2	12/01/2016	181*XVII
IPA8204	54319287F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
IPA8204	54319299F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
IQF4368	55492055F	5819/2	18/01/2016	193
KDK9862	54319294F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
KJV6805	P00R900033	5185/1	25/01/2016	167
KNB8707	54127769F	5541/6	21/12/2015	181 * XVII
KZN0153	54319118F	5541/2	13/01/2016	181*XVII
LWS3641	54318543F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
LXD3536	54319280F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
LXP7743	P00R00003Q	5835/0	23/01/2016	195
LXR6719	54319073F	5541/2	12/01/2016	181*XVII
LXS6325	P00RB00015	5550/0	21/01/2016	181 * XVIII
LXT7721	54318262F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
LXT7721	54318268F	5541/2	14/12/2015	181 * XVII
LZP7777	55573322F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
LZQ4682	54319163F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
LZR4154	54319016F	5541/2	11/01/2016	181*XVII
LZR5659	P00QP0004F	5460/0	22/01/2016	181 * IX
LZX3812	54319065F	5541/2	12/01/2016	181*XVII
MAA8072	54318540F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MAL0740	54319098F	5541/2	13/01/2016	181*XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAN6538	55573346F	5541/2	22/01/2016	181°XVII
MAS0107	55573350F	5541/2	22/01/2016	181°XVII
MBM1538	55573392F	5541/2	23/01/2016	181°XVII
MBP0657	P00QV0005Z	5746/1	27/01/2016	187 * I
MBP7993	P00QX0003Q	5185/1	26/01/2016	167
MBW5681	54318592F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MBY1622	54319306F	5541/2	20/01/2016	181°XVII
MCI7862	54319346F	5541/2	21/01/2016	181°XVII
MCJ6658	P00R00004A	5541/6	24/01/2016	181°VII
MCK2488	54319071F	5541/2	12/01/2016	181°XVII
MCO9686	54319091F	5541/2	13/01/2016	181°XVII
MCP0654	54318182F	5541/2	10/12/2015	181 * XVII
MCU3657	54319024F	5541/2	11/01/2016	181°XVII
MDB7859	54318586F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MDF8830	54318489F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MDH6939	54318499F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MDJ6684	54319295F	5541/2	19/01/2016	181°XVII
MDJ6684	55573387F	5541/2	23/01/2016	181°XVII
MDN3543	54318493F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MDO1013	P00R00003U	5541/5	23/01/2016	181°VII
MDO1403	54319047F	5541/2	12/01/2016	181°XVII
MDP6314	P00QX0003V	5541/4	26/01/2016	181°VII
MDR4376	54318539F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MDS7359	54319044F	5541/2	11/01/2016	181°XVII
MDS7359	54319053F	5541/2	12/01/2016	181°XVII
MDW1111	54319076F	5541/2	12/01/2016	181°XVII
MDY7461	54319252F	5541/2	18/01/2016	181°XVII
MEA1214	P00R90003R	5568/0	25/01/2016	181 * XIX
MEA3157	P00QV0005N	5541/1	25/01/2016	181°XVII
MEC7982	54319327F	5541/2	20/01/2016	181°XVII
MEG2253	P00R90003C	5185/1	25/01/2016	167
MEG6386	54127767F	5541/6	21/12/2015	181 * XVII
MEJ7737	P00Q30001A	5541/5	25/01/2016	181°VII
MEK2998	54319305F	5541/2	20/01/2016	181°XVII
MEM4174	P00QP0004B	5525/0	22/01/2016	181 * XV
MEX3891	54318509F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MFB9663	54318464F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFC7893	54319162F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
MFG3907	54319182F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
MFH0911	54319054F	5541/2	12/01/2016	181*XVII
MFH0911	54319176F	5541/2	15/01/2016	181*XVII
MFJ8837	54319092F	5541/2	13/01/2016	181*XVII
MFL8955	54318774F	5541/2	29/12/2015	181 * XVII
MFO9772	54318412F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
MFP0064	54318513F	5541/2	21/12/2015	181 * XVII
MFR6741	55573399F	5541/2	23/01/2016	181*XVII
MFJ0778	54319267F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
MGA1323	54319080F	5541/2	12/01/2016	181*XVII
MGJ1604	54318383F	5541/2	16/12/2015	181 * XVII
MGP5100	55491767F	5452/3	30/12/2015	181 * VIII
MHA1538	54319034F	5541/2	11/01/2016	181*XVII
MHE8811	55573335F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MHM9076	P00QX0003H	6319/0	24/01/2016	220 * VI
MHM9076	P00QX0003I	5835/0	24/01/2016	195
MHN9923	55573345F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MHR4390	55573319F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MHX9815	P00QX00045	5525/0	26/01/2016	181 * XV
MIH3333	54319228F	5541/2	18/01/2016	181*XVII
MIW2554	54318393F	5541/2	17/12/2015	181 * XVII
MIX1775	55573324F	5541/2	21/01/2016	181*XVII
MIX9927	54318485F	5541/2	19/12/2015	181 * XVII
MIY5117	54318594F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MJB5523	54318577F	5541/2	22/12/2015	181 * XVII
MJE2148	P00R00002V	5541/5	23/01/2016	181*VII
MJF5789	54090569N	5002/0	28/12/2015	257 § 8º
MJF5789	54090570N	5002/0	28/12/2015	257 § 8º
MJS7760	P00QZ0000V	5452/3	30/12/2015	181 * VIII
MJU5251	55573336F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MJW6137	54319021F	5541/2	11/01/2016	181*XVII
MJW8039	54319027F	5541/2	11/01/2016	181*XVII
MJY3814	54319153F	5541/2	14/01/2016	181*XVII
MJZ1753	54319286F	5541/2	19/01/2016	181*XVII
MKB4222	55573354F	5541/2	22/01/2016	181*XVII
MKE6776	P00R90003N	5568/0	25/01/2016	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKF0388	54319271F	5541/2	19/01/2016	181* ^{XVII}
MKH3778	55491769F	6050/1	03/01/2016	208
MKR1354	P00R000041	5541/6	23/01/2016	181* ^{VII}
MKS0587	54319051F	5541/2	12/01/2016	181* ^{XVII}
MKS0587	54319057F	5541/2	12/01/2016	181* ^{XVII}
MKS0587	54319079F	5541/2	12/01/2016	181* ^{XVII}
MKS2153	54318447F	5541/2	18/12/2015	181 * ^{XVII}
MLA8919	54127771F	5541/5	21/12/2015	181 * ^{XVII}
MLE6798	54102362N	5002/0	28/01/2016	257 § 8º
MLI9688	54318274F	5541/2	14/12/2015	181 * ^{XVII}
MLN1603	55573378F	5541/2	23/01/2016	181* ^{XVII}
MLP1861	P00R90003B	5185/1	25/01/2016	167
MLR1084	54091987N	5002/0	29/12/2015	257 § 8º
MLV0269	P00QX0004F	5541/6	26/01/2016	181* ^{VII}
MLV8268	54318554F	5541/2	22/12/2015	181 * ^{XVII}
MLW0930	P00RE00018	5541/6	25/01/2016	181* ^{VII}
MLY6564	P00R90003P	5568/0	25/01/2016	181 * ^{XIX}
MMA6858	54318724F	5541/2	28/12/2015	181 * ^{XVII}
MMB1032	54318526F	5541/2	21/12/2015	181 * ^{XVII}
MMD8546	54318481F	5541/2	19/12/2015	181 * ^{XVII}
MML4735	54318469F	5541/2	19/12/2015	181 * ^{XVII}
MMM9129	54319218F	5541/2	16/01/2016	181* ^{XVII}
MOD1188	54318305F	5541/2	15/12/2015	181 * ^{XVII}
MOH4019	54318289F	5541/2	14/12/2015	181 * ^{XVII}
OKF3020	54319042F	5541/2	11/01/2016	181* ^{XVII}
QHA2619	54319148F	5541/2	14/01/2016	181* ^{XVII}
QHB6187	55573358F	5541/2	22/01/2016	181* ^{XVII}
QHB9997	54318520F	5541/2	21/12/2015	181 * ^{XVII}
QHJ8056	55573304F	5541/2	21/01/2016	181* ^{XVII}
QHJ9225	54318088F	5541/2	08/12/2015	181 * ^{XVII}
QHP8913	P00RB0001B	5452/3	24/01/2016	181 * ^{VIII}
QIZ2110	54143857F	7366/2	22/12/2015	252 * ^{VI}

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2016

ROGERIO LUIZ KUMLEHN

AUTORIDADE DE TRANSITO

Joaçaba

PREFEITURA

243/2015 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 243/2015/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e ETREX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na Rua Dorival de Brito, nº 185, centro, Herval d'Oeste, SC, inscrita no CNPJ sob nº 07.815.411/0001-84, a seguir denominada simplesmente LOCADORA, representada neste ato pelo Sr. Raimundo Wieser, inscrito no CPF sob nº 148.359.249-91, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba, SC.

Por este instrumento particular, as partes qualificadas celebram de comum acordo, TERMO ADITIVO ao contrato nº 243/2015/PMJ, firmado em 20/05/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 39/2015/PMJ – Dispensa nº 4/2015/PMJ, cujo objeto é a locação do imóvel localizado na Rua Treze de Maio, nº 64, centro, Joaçaba, com área de 527,50 m², de propriedade da LOCADORA, conforme matrícula 9.533 do Registro de Imóveis 1º Ofício, destinado ao desenvolvimento das atividades da Casa da Cultura Rogério Sganzerla, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 20 de maio de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O valor mensal do contrato fica reajustado em 9,8307%, relativo à variação do INPC-IBGE no período de maio de 2015 a abril de 2016, passando o valor original de R\$ 2.300,00 para R\$ 2.526,00 (dois mil quinhentos e vinte e seis reais), a contar de 01 de junho de 2016.

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 30.312,00 (trinta mil trezentos e doze reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 18 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Rafael Laske – Prefeito

ETREX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - LOCADORA
Raimundo Wieser

Testemunhas:

1. _____
2. _____

94/2016 FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 94/2016/FMS
PL 12/2016/PMJ – PP 08/2016/PMJ

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAÇABA.
CONTRATADA: CLINICA E COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS QUIBEN LTDA-ME

OBJETO: a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos, visando o controle populacional destes animais no Município de Joaçaba.

VALOR CONTRATADO: R\$ 48.166,00(quarenta e oito mil e cento e sessenta e seis reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.123 – BLVGS – BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

35 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: LEILA A. PAULI BAURMANN

DATA DE ASSINATURA: 16.05.2016

PAULA GIOVANA KLEBER

Secretária Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DECRETO Nº 4.938 DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 4.938 DE 18 DE MAIO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, CAPUT, DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 22/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ R\$ 851.901,95 (oitocentos e cinquenta e um mil, novecentos e um reais e noventa e cinco centavos), proveniente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 – Manutenção dos serviços de água - urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 30

Valor: R\$ 650.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 – Manutenção dos serviços administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 31

Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 – Manutenção dos serviços administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 28

Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.064 – Operação e Manutenção de Sistema de Agua Rural

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 32

Valor: R\$ 45.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.129 – Transferência a Consórcio Público Cisam – Meio Oeste (regulação)

Modalidade Aplicação: 3.3.93.00.00.00.00.00.03.0000- 33

Valor: R\$ 6.334,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 0.002 – Amortização e encargos da dívida - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00.03.0000- 34

Valor: R\$ 10.567,95

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 18 de maio de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO PL 48/2016/PMJ - TP 9/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2016/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 09/2016/PMJ

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de sonorização com locação dos equipamentos e disponibilização de técnicos, bem como para a locação, montagem e desmontagem de tendas e palco, destinados à estruturação de eventos municipais. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 07/06/2016, a partir das 15h30min, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 15h do dia 07/06/2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.

joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 19 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - Prefeito

EXTRATO PP 26/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016/PMJ

Objeto Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de colchonetes, lençóis e mantas infantis para os Centros de Educação Infantil da rede municipal. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 10/06/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 10/06/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba (SC), 16 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Marilde Terezinha Bittencourt – Secretária

EXTRATO PP 29/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de Concreto Asfáltico Usinado a Quente – C.A.U.Q., destinado às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba (SC). Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 06/06/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 06/06/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba (SC), 16 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretaria de Infraestrutura

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

HOMOLOG PL 12/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2016/FMS

A Secretária de Saúde Paula Geovana Kleber, no uso de suas atribuições, resolve: HOMOLOGAR a contratação de clínicas veterinárias para a prestação de serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos, visando o controle populacional destes animais no Município de Joaçaba.

Empresa Vencedora:

CLINICA E COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS QUIBEN

VALOR R\$ 48.166,00

FISCAIS: LEILA A. PAULI BAUERMANN

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 16 de maio de 2016.

Paula Giovana Kleber

Secretaria- FMS

NOTA LICITAÇÃO FRACASSADA PL 33/2016/PMJ - TP 7/2016/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

TOMADA DE PREÇO
Nr.: 7/2016 - TP

Processo Administrativo: 34/2016
Processo de Licitação: 33/2016
Data do Processo: 28/04/2016

Objeto: contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a recuperação da Ponte Jorge Lacerda - ligação entre os municípios de Herval d'Oeste e Joaçaba, SC.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 3 / 2016

Motivo: Aos dezoito dias do mês de maio de 2016, às 15h, reuniram-se nas dependências do prédio da Prefeitura de Joaçaba os membros da Comissão de Licitações da Prefeitura de Joaçaba, para proceder à abertura do Processo de Licitação nº 33/2016/PMJ - Edital TP 7/2016/PMJ. Até o horário previsto no edital - 14h30 min poderiam ser entregues no setor de protocolo os envelopes. Constatou-se que não acudiram interessados em participar da licitação, sendo a mesma declarada DESERTA. O presente processo será encaminhado para autoridade superior para deliberações.

Joaçaba, 18 de Maio de 2016

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 036/2016 - RETIFICA RESOLUÇÃO 026/2016 - LEANDRO**

RESOLUÇÃO Nº 036/2016 DE 19 DE MAIO DE 2016

"RETIFICAR RESOLUÇÃO Nº 025/2016"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109 da Lei Complementar 76/2003, resolve:

Art. 1º - RETIFICAR A RESOLUÇÃO Nº 025/2016, a qual dispõe sobre a CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA PRÊMIO do servidor LEANDRO SARTORI:

Onde se lê: RESOLUÇÃO Nº 025/2016 DE 17 DE MAIO DE 2016

Leia-se: RESOLUÇÃO Nº 035/2016 DE 17 DE MAIO DE 2016

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua assinatura.

Joaçaba, 19 de maio de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente

Lacerdópolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 30/2016

Contrato Nº: 30/2016 Contratante..: MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS Contratada...: PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, Valor: 4.914,50 (Quatro mil novecentos e quatorze reais e cinquenta centavos) Vigência: Início: 18/05/2016 Término: 30/12/2016 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 06/2016 Objeto: Contratação para fornecimento parcelado de material de limpeza e higiene.

Lacerdópolis, 18 de Maio de 2016

Lages

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA 03-2016 PML

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2016

A Prefeitura do Município de Lages, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados o lançamento do Edital de Chamada Pública nº 03/2016, que tem como objeto a verificação de empresa interessada em fornecer gratuitamente sinal de internet sem fio (wi-fi), nas Praças públicas de Lages. A retirada do Edital far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00 horas, no Setor de Licitações, ou através do site. www.lages.sc.gov.br Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169. Lages, 19 de maio de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

EXTRATO 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SOUZA E ESMERALDINO LTDA ME - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 08.922.953/0001-19, estabelecida à Rua Esteves Junior, s/nº - em Tubarão/SC - CEP: 88.701-130 - fone: (048) 3052-2771.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do CEIM (Centro de Educação Infantil Municipal), no Bairro Pró Morar. Conforme solicitação de reajuste efetuada pela Secretaria da Educação ofício nº 290/2016, com anuência da Secretaria da Fazenda ofício nº 126/2016 e com parecer jurídico (PROGEM) nº 452/2016 favorável fica reajustado o contrato em 10.5578% com base no índice IGP-DI.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 19 de maio de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV - DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 10.625,00 (dez mil seiscentos e vinte e cinco reais)

SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME - 09.196.745/0001-42 - RUA TREZE DE JUNHO Nº 795 - FLOR DE NÁPOLIS - SÃO JOSÉ/SC.

Lages, 20 de abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 47-B/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 43/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Contratação Aquisição de Material de Higiene e Limpeza Para Uso na Manutenção da Limpeza Pública Feita Pela Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV - DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 78.666,00 (setenta e oito mil seiscentos e sessenta e seis reais)

JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 13.965.228/0001-68, ESTABELECIDNA AV. 24 DE OUTUBRO, S/ Nº - CENTRO, BOM RETIRO/SC - CEP. 88.680-000.

Lages, 20 de abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 47-A/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 43/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Contratação Aquisição de Material de Higiene e Limpeza Para Uso na Manutenção da Limpeza Pública Feita Pela Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL

EXTRATO ARP 47-C/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47-C/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 43/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Contratação Aquisição de Material de Higiene e Limpeza Para Uso na Manutenção da Limpeza Pública Feita Pela Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL

DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 22.792,40 (vinte e dois mil setecentos e noventa e dois mil e quarenta centavos)

CELIA REGINA W SANI - ME, INSCRITA NO CNPJ: 04.195.853/0001-87 COM SEDE A AVENIDA BEIRA RIO, 730 – BAIRRO CENTRO – CEP 88450-000 – ALFREDO WAGNER/SC.

Lages, 20 de abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 47-D/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47-D/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 43/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Contratação Aquisição de Material de Higiene e Limpeza Para Uso na Manutenção da Limpeza Pública Feita Pela Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 23.506,50 (vinte e três mil quinhentos e seis reais e cinquenta centavos)

M. MOBILE EIRELI – CNPJ 15.764.033/0001-85 – RUA EDUARDO NEIDERT, 1803 – BAIRRO BARRO PRETO – RIO NEGRINHO/SC CEP 89.295-000.

Lages, 20 de abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 47-E/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 47-E/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO Nº 43/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Contratação Aquisição de Material de Higiene e Limpeza Para Uso na Manutenção da Limpeza Pública Feita Pela Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 58.430,00 (cinquenta e oito mil e

quatrocentos e trinta reais)

JP DE LIMA COMÉRCIO – CNPJ 05.785.417/0001-20 – RUA TREZE DE MAIO, 400 BAIRRO CZERNIEWICZ JARAGUA ´DO SUL/SC.

Lages, 20 de abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

RERRATIFICAÇÃO PP 20-2016 SEMASA**RERRATIFICAÇÃO**

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016 – SEMASA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOMBAS SUBMERSÍVEIS E MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO PARA ATENDIMENTO DO CENTRO TECNOLÓGICO ÓRION PARQUE.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento aos pedidos de esclarecimento, a Secretaria Requisitante solicita, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do referido Edital:

- No Item 18, leia-se: SOFTSTART: TRIFÁSICO; PARA MOTOR SUBMERSÍVEL DE ESGOTO DE 12,5 KW ; 380V; 60 HZ; IP20; ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NACIONAL, OBS.: NA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTAR CATÁLOGO TÉCNICO PERSONALIZADO EM PORTUGUÊS.

- No Item 21, leia-se: MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL (ESGOTO), FABRICADO EM FOFO, TUBULAÇÃO DE RECALQUE COM POSSIBILIDADE DE ADAPTAÇÃO CASO A DESCARGA DA VOLUTA DA BOMBA SEJA INFERIOR DN 100 MM QUE DEVERÁ SER FORNECIDA COM OS EQUIPAMENTOS, CURVA DA BOMBA DE ACORDO COM A NORMA ISO 9906:1999 (E) - ANEXO A, PONTO OPERACIONAL (35,4 M³/H E ~ 28,4 MCA), MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO, POTÊNCIA (12,5 kw ou 17 CV), RENDIMENTO HIDRÁULICO >30%, RENDIMENTO DO MOTOR 91%, PROPULSOR VORTEX , ROTAÇÃO MÁXIMA DE 3600 RPM , CLASSE H, 60 HZ, 380V, CORRENTE NOMINAL 26 A, FATOR DE SERVIÇO 1.3; 2 PÓLOS, PROTEÇÃO IP-68, PASSAGEM DE SÓLIDOS 65MM, CABOS ELÉTRICO DE 10M COM KIT PEDESTAL CONJUNTO COMPLETO COM SUPORTE SUPERIOR TUBOS GUIA, GUIA DESLIZANTE, CURVA DE DESCARGA OU ADAPTADOR DN 100 COM ABF E ACESSÓRIOS, CORRENTE

DE IÇAMENTO E CHUMBADORES QUÍMICOS. MATERIAIS INCLUSOS PARA BOMBA: 01 PEDESTAL FABRICADO EM FERRO FUNDIDO; 01 GUIA DESLIZANTE FABRICADO EM FERROFUNDIDO; 01 SUPORTE SUPERIOR DOS TUBOS GUIA;

01 TUBO GUIA GALVANIZADO

COM 06 METROS DE COMPRIMENTO;

01 LANCE DE CORRENTE GALVANIZADO

COM 06 METROS DE COMPRIMENTO;

01 CURVA DE DESCARGA DE 90º

FABRICADO EM FERRO FUNDIDO

OU DESCARGA DIRETA EM

HORIZONTAL. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NACIONAL E CATÁLOGOS EM PORTUGUÊS. OBS.: APRESENTAR COM A PROPOSTA, CURVA DA BOMBA E CATÁLOGO PERSONALIZADO.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 23/05/2016, para às 13:30 do dia 13/06/2016.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 19 de maio de 2016.

Benjamin Schultz

Secretário da SEMASA

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 535/2016

PORTARIA RH Nº 535/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, EDMAR DOS SANTOS FERNANDES para exercer o Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Projetos, DS 3, com lotação na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 574/2016

PORTARIA RH Nº 574/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, RENAN ESPÍNDOLA para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Movimentação e Protocolo, DS 4, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 575/2016

PORTARIA RH Nº 575/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 3178/2016;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, de 05 de Maio de 2016 a 02 de Agosto de 2016, ao Servidor VALÉRIA SANTANA TAVARES, Professor, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Maio de 2016.

SIMONE BELMIRO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 576/2016

PORTARIA RH Nº 576/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, JÚLIA DA CONCEIÇÃO PINTO FELIPE do cargo de Professor Auxiliar, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 10/05/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 577/2016

PORTARIA RH Nº 577/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário LUCIANE DA SILVA para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, HAB 010, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 06/05/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 578/2016

PORTARIA RH Nº 578/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário DIANA SILVEIRA DE CÓRDOVA para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e

Esportes, a partir de 04/05/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 579/2016

PORTARIA RH Nº 579/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 02.05.16 a 31.05.2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Adriana Fernandes Rodrigues	2015/2016
Alzira Cândido da Silva	2015/2016
Marilene Moreira Cardoso	2015/2016
Regina de Oliveira Ramos	2015/2016
Zenilda Pacheco dos Passos	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Maio de 2016.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 583/2016

PORTARIA RH Nº 583/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 16.05.16 a 14.06.2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Aline Rodrigues Duarte	2014/2015
Fábio Laurentino	2015/2016
Luiz Carlos de Araújo	2014/2016
Rafael da Silva Schimitz	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 584/2016

PORTARIA RH Nº 584/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

DEMITIR, GRAZIELA RODRIGUES DA ROSA do cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 585/2016

PORTARIA RH Nº 585/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário PRISCILA MACHADO DA SILVA para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, 20 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 13/05/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 586/2016

PORTARIA RH Nº 586/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário JÚLIA DA CONCEIÇÃO PINTO FELIPE para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 11/05/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 587/2016

PORTARIA RH Nº 587/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário JANAINA RODRIGUES DA SILVA para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, 20 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 11/05/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 588/2016

PORTARIA RH Nº 588/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário BRUNA MUNCINELLI para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, 20 horas semanais, HAB 010, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 13/05/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 589/2016

PORTARIA RH Nº 589/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário KELLEN LISBOA DA SILVA para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, 20 horas semanais, HAB 030, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 11/05/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 590/2016

PORTARIA RH Nº 590/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário BRUNA CAMILA REZENDE para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 11/05/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 591/2016

PORTARIA RH Nº 591/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário VÂNIA BOLDOINO PEREIRA para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, HAB 010, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 11/05/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 592/2016

PORTARIA RH Nº 592/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 6687/2015;

RESOLVE:

Conceder adicional de aperfeiçoamento profissional por cursos de aperfeiçoamento, no percentual de 3%, aos Servidores abaixo

relacionados de acordo com o Edital SMAS nº 002/2015, com efeitos retroativos a 02/01/2016.

- Adriana Maciel Machado;
- Ramon Leandro Valetim.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 593/2018

PORTARIA RH Nº 593/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, JANAINA BENTO PACHECO Auxiliar de Enfermagem, do dia 04.01.2016 a 02.02.2016, referente ao período aquisitivo 2011/2012.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 594/2016

PORTARIA RH Nº 594/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, RENATA DE AGUIAR DA ROSA Enfermeiro, do dia 11.01.2016 a 09.02.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 595/2016

PORTARIA RH Nº 595/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, DAISIANE SOUZA DE OLIVEIRA do cargo de

Professor de Educação Infantil, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 596/2016

PORTARIA RH Nº 596/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

EXONERAR, WELLINGTON LINHARES MARTINS do Cargo em comissão de Assessor de Planejamento e Marketing Turístico, AS 3, com lotação na Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 597/2016

PORTARIA RH Nº 597/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e, considerando o disposto no art.9º da Lei Complementar nº 135/2006,

RESOLVE:

DESIGNAR, os Servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de Guarda Municipal, de provimento efetivo, para exercerem a Função Gratificada de Inspetor, nos termos do anexo III do dispositivo legal citado, a partir desta data.

- Cristiano da Silva Nunes;
- Douglas Marcelino Claudino;
- Matheus Peixoto Philipi.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 598/2016

PORTARIA RH Nº 598/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, WELLINGTON LINHARES MARTINS para exercer o cargo em comissão de Assessor da Presidência, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 601/2016

PORTARIA RH Nº 601/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, ALVARO SILVA MARTINS do Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Apoio Administrativo, DS 3, com lotação na Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 599/2016

PORTARIA RH Nº 599/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, SYLLAS TIMÓTEO MARIZ MELO para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 3, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 602/2016

PORTARIA RH Nº 602/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e de acordo com o processo protocolado sob o nº 945/2016;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. PAULA SOUZA DE MEDEIROS Assistente de Administração, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir de 18/05/2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 600/2016

PORTARIA RH Nº 600/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, LUCAS MARTINS CARDOSO do Cargo em comissão de Coordenador de Análise de Projeto e Registro, DS 4, com lotação na Secretaria de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Maio de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 024/2016 DE 18/05/2016 NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MUNICIPAIS CONSIDERADO INSERVÍVEIS PARA FINS DE ALIENAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Decreto n. 024-2016
De 18-05-2016

"NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MUNICIPAIS CONSIDERADO INSERVÍVEIS PARA FINS DE ALIENAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente com o Art. 98, inc. "I" da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º . A nomeação da Comissão Municipal de avaliação de bens Municipais, considerado inservíveis para a administração, com o objetivo de alienação, composta dos seguintes membros:

- Geovani Biffi Presidente
- Vanderlei Rover Secretário
- Odair Santin membro

Art. 2º . O objetivo da comissão consiste em avaliação de bens, devendo fixar o valor mínimo para fins de alienação, conforme segue:

LOTE 01: 01 GM CORSA WIND, Ano 1999/1999, Placas CWK 3459.
LOTE 02: 01 FORD ESCORT GL 1.6, placa AJT 7866, ano de fabricação 2001.
LOTE 03: 01 FIAT UNO MILLE WEY ECONOMI, placa MJZ 2515 , ano de fabricação 2010/2011.
LOTE 04: 01 MARCOPOLLO VOLARE 25 LUGARES, placa MAU 8027, ano de fabricação 1998.
LOTE 05: 01 MARCOPOLLO FRATELLO 28 LUGARES, placa MCY 0011, ano de fabricação 2002, cor branco.
LOTE 06: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO.
LOTE 07: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, sem bomba.
LOTE 08: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, com bomba.
LOTE 09: TANQUE DE DISTRIBUIÇÃO LÍQUIDO 8000 L.
LOTE 10: SUCATAS DIVERSAS, ferro velho, motor, esteira, ensiladeiras, pneus.
LOTE 11: SUCATAS DE INFORMÁTICA, computadores, impressoras, nobreaks.
LOTE 12: 21 MÁQUINAS DE COSTURA INDUSTRIAIS, marcas diversas.

Art. 3º. Os membros da comissão ora nomeados, prestarão serviços relevante ao Município, não recebendo qualquer tipo de vencimento, gratificação ou indenização pela presente nomeação.

Art. 4º . Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º . Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 18 de Maio de 2016.
VALMIR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueli Fortes Martins
Servidora Designada

TERMO DE AVALIAÇÃO

EMBASAMENTO LEGAL:

Decreto Municipal n. 024/2013 de 18/05/2016

OBJETO:

Atribuição de valor mínimo para fins de alienação.

BENS AVALIADOS:

LOTE 01: 01 GM CORSA WIND, Ano 1999/1999, Placas CWK 3459.
LOTE 02: 01 FORD ESCORT GL 1.6, placa AJT 7866, ano de fabricação 2001.
LOTE 03: 01 FIAT UNO MILLE WEY ECONOMI, placa MJZ 2515 , ano de fabricação 2010/2011.
LOTE 04: 01 MARCOPOLLO VOLARE 25 LUGARES, placa MAU 8027, ano de fabricação 1998.
LOTE 05: 01 MARCOPOLLO FRATELLO 28 LUGARES, placa MCY 0011, ano de fabricação 2002, cor branco.
LOTE 06: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO.
LOTE 07: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, sem bomba.
LOTE 08: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, com bomba.
LOTE 09: TANQUE DE DISTRIBUIÇÃO LÍQUIDO 8000 L.
LOTE 10: SUCATAS DIVERSAS, ferro velho, motor, esteira, ensiladeiras, pneus.
LOTE 11: SUCATAS DE INFORMÁTICA, computadores, impressoras, nobreaks.
LOTE 12: 21 MÁQUINAS DE COSTURA INDUSTRIAIS, marcas diversas.

Aos dezenove dias do mês de maio de 2016, após vistoria in loco dos bens acima mencionado, objetivando a verificação do estado destes, e, utilizando como parâmetro o preço de revenda praticado na região, com uma redução de valor em virtude do estado em que se encontram os bens, foi aplicado o valor mínimo para venda nos seguintes valores.

LOTE 01: 01 GM CORSA WIND, Ano 1999/1999, Placas CWK 3459 . LANCE INICIAL R\$ _____.
LOTE 02: 01 FORD ESCORT GL 1.6, placa AJT 7866, ano de fabricação 2001, LANCE INICIAL R\$ _____.
LOTE 03: 01 FIAT UNO MILLE WEY ECONOMI, placa MJZ 2515 , ano de fabricação 2010/2011. LANCE INICIAL R\$ _____.
LOTE 04: 01 MARCOPOLLO VOLARE 25 LUGARES, placa MAU 8027, ano de fabricação 1998. LANCE INICIAL R\$ _____.
LOTE 05: 01 MARCOPOLLO FRATELLO 28 LUGARES, placa MCY 0011, ano de fabricação 2002, cor branco. LANCE INICIAL R\$ _____.
LOTE 06: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO. LANCE INICIAL R\$ _____.
LOTE 07: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, sem bomba. LANCE INICIAL R\$ _____.
LOTE 08: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, com bomba. LANCE INICIAL R\$ _____.
LOTE 09: TANQUE DE DISTRIBUIÇÃO LÍQUIDO 8000 L. LANCE INICIAL R\$ _____.
LOTE 10: SUCATAS DIVERSAS, ferro velho, motor, esteira, ensiladeiras, pneus. LANCE INICIAL R\$ _____.
LOTE 11: SUCATAS DE INFORMÁTICA, computadores, impressoras,

nobreaks, . LANCE INICIAL R\$ _____.
LOTE 12: 21 MÁQUINAS DE COSTURA INDUSTRIAIS, marcas diversas. LANCE INICIAL R\$ _____. .

O presente termo de avaliação é a expressão da verdade, não podendo ser rasurado nem emendado sob pena de anulação. Nada mais.

Lajeado Grande, 19 de Maio de 2016.

Geovani Biffi	Vanderlei Rover	Odair Santin
Presidente	Secretário	Membro

DECRETO Nº 025/2016 DE 18/05/2016 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Decreto nº. 025/2016

De 18/05/2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 98, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal c/c inciso XVI do artigo 6º e §§ 2º, 4º artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 c/c Decreto Municipal n. 041/2006 de 25/05/2006.

DECRETA:

Art. 1º - Fica através deste Decreto nomeado pregoeiro e a equipe de apoio, para realização de Licitação na Modalidade de Pregão de que trata o Decreto Municipal n. 041/2006 de 25/05/2006, para o período de 18 de Maio de 2016 a 31 de dezembro de 2016, e terá função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, conforme segue:

Pregoeiro: Clodoaldo Squina
Equipe de Apoio : Davi Carlos Smieski
Jaqueline Fortes Martins
Giovani Biffi
Eromildes Paulo Freitas Pereira

Art. 2º - O pregoeiro e a equipe de apoio, deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º – O pregoeiro e a equipe de apoio, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

Art. 5º - O pregoeiro poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 6º - As despesas decorrentes deste decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, 18 de Maio de 2016.

VALMIR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

DECRETO Nº 026/2016 DE 18/05/2016 DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Decreto nº. 026/2016

De 18/05/2016

"DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 98, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal c/c inciso XVI do artigo 6º e §§ 2º, 4º artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1º - Fica através deste Decreto nomeada a Comissão Permanente de Licitação para o período de 18 de Maio a 31 de dezembro de 2016, e terá função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Art. 2º - Os membros indicados para a Comissão Permanente de Licitação, deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º - Fazem parte da Comissão Permanente de Licitação;

Presidente: Clodoaldo Squina
Secretário: Davi Carlos Smieski
Membro: Eromildes Paulo Freitas Pereira
Giovani Biffi
Jaqueline Fortes Martins

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com o parágrafo 4º do artigo 51 da Lei nº 8.666/93.

Art. 5º - A Comissão poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 6º - As despesas decorrentes deste decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, 18 de maio de 2016.

VALMIR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Jaqueline Fortes Martins
Servidora designada

Lauro Muller

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N° 46/PMLM

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N° 46/PMLM

PROCESSO N° N° 46/PMLM /2016

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 2 de junho de 2015 às 09:30hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizará processo licitatório para contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de pavimentação asfáltica da estrada Geral localidade de Capivaras Alta, Lauro Muller/ SC, recurso obtido junto a Agencia de Desenvolvimento Regional de Criciúma, convenio nº 2016TR000644, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 16 de maio de 2015.

Jair F Madeira

Presidente da Comissão de Licitação.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL N° 02/2016

EDITAL N° 02/2016

CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. Convocar Audiência Pública, a ser realizada no dia 31 de maio de 2016, às 17h30min., tendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao disposto no § 4º, do Art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2016.

Art. 2º. Para a Audiência Pública, ficam convocados os titulares e suplentes da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, os representantes do Poder Executivo do Município de Lindóia do Sul e convidados todos os demais Vereadores e cidadãos Lindoiense maiores de 16 anos.

Lindóia do Sul, 18 de maio de 2016.

Neudi Ângelo Bertol

Presidente

Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

PORTARIA N° 153/2016, DE 13 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA N° 153/2016, de 13 de Maio de 2016.

INTERROMPE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 135, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e;

Considerando a excepcional necessidade de retorno ao serviço, para que não haja interrupção da continuidade dos trabalhos desempenhados pelo Servidor;

RESOLVE:

Interromper, as férias concedidas, na forma da Portaria nº 139/2016, de 26 de Abril de 2016, ao Servidor Público Municipal Edem Luiz Tumeiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auditor Interno, vinculado no Gabinete do Prefeito e Vice, pelo período de 16 (Dezesseis) dias, compreendidos entre os dias 16 a 31 de Maio de 2016, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 13 de Maio de 2016.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo Recursos Humanos

Ciente em ____/____/____

Luzerna

PREFEITURA

1 TERMO ADITIVO A ARP 089/2015/PML

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 089/2015
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 042/2015
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 025/2015

Aos 18 (dezoito) dias do mês de maio do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, e a empresa ACORDAR ASSESSORIA EDUCACIONAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Duque de Caxias, nº 767, Apto 502, Edifício Duque de Caxias, Centro, no Município de Joaçaba/SC CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 15.220.888/0001-45, neste ato representado por sua sócia administradora ROSE MARIA MAKOWSKI, brasileira, maior e capaz, casada, professora, portador da cédula de identidade nº 2.818.792 SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o nº 854.934.909-78, denominado FORNECEDOR 1 classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº PML. 089/2015, Pregão nº PML. 042/2015, com fundamento no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO A ATA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, DESTINADOS AO ACESSORAMENTO PEDAGÓGICO NO DIAGNÓSTICO DA APRENDIZAGEM E NA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem por objeto, sem aplicação de reajuste, com a concordância das partes, prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço PML nº 089/2015, até 31 de dezembro de 2016, conforme estabelecido na Cláusula 9 da susmencionada Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata de Registro de Preços original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 18 de maio de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

ROSE MARIA MAKOWSKI
ACORDAR ASSESSORIA EDUCACIONAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

1 TERMO ADITIVO A ARP 161/2015/PML

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 161/2015
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 101/2015
PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 067/2015

Aos 18 (dezoito) dias do mês de maio do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, e a empresa AUTO POSTO LUZERNA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida 16 de Fevereiro, 5549, na cidade de Luzerna/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.588.656/0001-67, neste ato representada pelo Senhor VALDEMIR LAMP, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 11/R 742.476 e inscrito no CPF/MF sob o nº 250.368.239-15, residente e domiciliado na Rua Dois Irmãos, 222, Município de Luzerna/SC, denominada FORNECEDOR 1 classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº PML. 101/2015, Pregão nº PML. 067/2015, com fundamento no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO A ATA DESTINADA AO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E SERVIÇO DE LAVAGEM PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC E FUNDOS ESPECIAIS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA SUPRESSÃO DE VALOR

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância das partes, aditar a Ata de Registro de Preços PML Nº 0161/2015, suprimindo o valor original do litro de Diesel S10, a partir de 18 de maio de 2016, passando o mesmo de R\$ 3,44 (três reais e quarenta e quatro centavos) o litro para R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos), alterando assim o item 1.1. da Cláusula Primeira da supramencionada Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata de Registro de Preços original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 18 de maio de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

VALDEMIR LAMP
AUTO POSTO LUZERNA LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 034/2016 - PP
024/2016 - PARQUE INFANTIL - PML**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 034/2016 - PML

Pregão Presencial nº 023/2016 – PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 034/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a contratação de empresa para fornecimento e instalação de parque infantil, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I deste edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* ADEMIR ANTONIO STANICZUK – EPP;

* BRUBRINQ IND. E COM. DE BRINQUEDOS LTDA – EPP;

* KRENKE BRINQUEDOS PEDAGICOS LTDA;

* SULBRINQUEDOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – ME.

- Valor total: R\$ 151.185,00

Luzerna (SC), 19 de maio de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

decreto 1573

DECRETO Nº 1573, DE 16 DE MAIO DE 2016.

Nomeia JUNTA MÉDICA

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar 68, 04/11/2014, Estatuto dos Servidores Públicos, e LEI COMPLEMENTAR Nº50, de 01 de abril de 2013. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Macieira

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Médicos Dr. May S. C. Silveira: Ortopedista, CRM 13377; Dra Caroline Cecilia Finkler Schmidt: Endocrinologista, CRM 13320 Dra. Nathalie Galvan: Clínico Geral, CRM18807, para sob a presidência do primeiro, comporem a JUNTA MÉDICA responsável pela avaliação diagnóstica e emissão de Laudo sobre o estado de saúde do Servidor Delfino da Silva, em Licença para Tratamentos de Saúde superior a 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 16 de maio de 2016.

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

portaria 3496

PORTARIA N.º 3496/2016

"Admite Servidor que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), faz saber a todos que:

Considerando que há necessidade da Secretaria de Educação em ter esta profissional em psicologia com carga de 10:00 horas semanais, conforme solicitação da Secretária Municipal de Educação; Considerando que o município deflagrou o processo seletivo n. 01/2016, onde previa a contratação temporária de profissional em psicologia com carga horária de 30:00 horas, à ser lotada na Assistência Social do Município;

Considerando que houve competição e classificação de profissional de psicologia no certame acima mencionado;

Considerando que em conversa com Secretária de Assistência Social, concluiu-se que 20:00 horas semanais seriam suficientes à respectiva pasta;

Considerando que o Poder Público visa além de atender aos princípios constitucionais do art. 37 da CF/88, atentar-se ao princípio da economicidade;

Considerando que deflagrar novo certame seletivo seria um total desperdício de recursos públicos municipais; e

Considerando por derradeiro, que com 30 horas semanais o mesmo profissional poderá desempenhar suas atribuições nas duas secretarias, sem onerar o erário público municipal de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1o - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Senhora, Priscila

Luvison, para ocupar o Cargo de Psicóloga, após aprovação em teste seletivo nº 01/16, com remuneração mensal prevista em Lei, lotada na Secretaria de Assistência Social, por 30(trinta) horas semanais, sendo destas, cedida a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 10 (dez) horas semanais, com efeitos a contar desta data, até 30/12/2016.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 09 de maio de 2016.

Emerson Zanella
Prefeito Municipal

portaria 3500

PORTARIA N. º 3500/2016

"Nomeia Servidor para Cargo de Provimento em Comissão".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Complementar nº 036, de 18/06/2009,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor, Valdir Villan, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Meio Ambiente, com remuneração mensal prevista em Lei, com efeitos a partir de 10/05/2016.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 10 de maio de 2016.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

portaria 3501

PORTARIA N.º 3501/2016

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, Art.91 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1o – CONCEDER ao Servidor Publico Municipal, Carlos Alberto Pedrozo, lotado na Secretaria de Infraestrutura e desenvolvimento Urbano, no cargo de Serviços Gerais II, 10 dias de férias, no período de 16/05/2016 a 25/05/2016,

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 10 de maio de 2016.

Emerson Zanella
Prefeito Municipal

portaria 3502

PORTARIA N.º 3502/2016

"Admite Servidor que especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº39, de 28/12/2009.

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Senhora, Manalisa Valéria Zanelato, para ocupar o Cargo de Farmacêutica, com remuneração mensal prevista em Lei, lotada na Secretaria de Saúde, por 30(trinta) horas semanais, com efeitos a contar de 17 de maio de 2016, até 31/12/2016.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 17 de maio de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3503

PORTARIA N.º 3503/2016

Conceder Conversão de Licença Prêmio ao Servidor que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER CONVERSÃO DE 15 DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, ADELINO GOMES, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, para pagamento no mês 05/2016.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 10 de maio de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

RELATORIO GESTAO FISCAL 1 QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.911.209,33	0,00
Pessoal Ativo	5.651.010,01	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	260.199,32	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	260.199,32	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	260.199,32	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.651.010,01	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.183.332,89	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	5.651.010,01	50,53
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.709.999,73	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.374.499,75	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.038.999,76	54,00
FONTE:		

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	27.984,43	15.546,95	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	27.984,43	15.546,95	0,00	0,00
Interna	27.984,43	15.546,95	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	5.393.712,98	5.708.748,92	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.393.712,98	5.856.449,09	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	147.700,17	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-5.365.728,55	-5.693.201,97	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.953.281,84	11.183.332,89	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,26%	0,14%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-48,99%	-50,91%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	13.143.938,21	13.419.999,47	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	11.829.544,39	12.077.999,52	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	27.984,43	15.546,95	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	27.984,43	15.546,95	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	8.189,71	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	801.008,44	2.021.312,84	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	3.334.153,13	3.735.892,12	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.334.153,13	3.740.377,41	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	4.485,29	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	17.172,36	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-3.334.153,13	-3.735.892,12	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.953.281,84	11.183.332,89	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.409.722,00	2.460.333,24	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.168.749,80	2.214.299,91	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS				
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				
FONTE:				

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.183.332,89	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.789.333,26	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.610.399,94	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	782.833,30	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		Demais Obrigações Financeiras				
		(a)	(b)	(c)	(d)					(e)
Superavit Transf Rec sus uniao	0,00	0,00	0,00	4.980,40	0,00	0,00	(4.980,40)	1.263,50	0,00	
Alienação de Bens	(1.218,41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.218,41)	0,00	0,00	
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	36,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,34	0,00	0,00	
Alienções de Bens destinados a Programas de Saúde	1.218,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.218,41	0,00	0,00	
CIDE	19,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,09	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	3.539,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.539,38	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública -	(4.513,84)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.513,84)	30.784,03	0,00	
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência	3.659.322,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.659.322,77	0,00	0,00	
Convênio de Tânsito - Civil	4.794,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.794,32	250,00	0,00	
Convênio de Tânsito - Militar	4.356,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.356,93	0,00	0,00	
Convênio de Tânsito - Prefeitura	11.164,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.164,54	3.600,00	0,00	
FEP - Transferências Decorrentes de Comp. Financ. Exploração I	11.695,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.695,44	0,00	0,00	
Outras Transferências do FNDE	8.436,43	0,00	0,00	1.143,22	0,00	0,00	7.293,21	2.453,71	0,00	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -	(18,19)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(18,19)	0,00	0,00	
Salário-Educação	24.106,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.106,81	0,00	0,00	
Superavit FEP	(5.661,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.661,00)	0,00	0,00	
Superavit Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.240,05	0,00	
Superavit Transf Rec sus uniao	(13.155,39)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(13.155,39)	0,00	0,00	
Superavit Transf. Sus Estado	(8.430,08)	0,00	0,00	174,14	0,00	0,00	(8.604,22)	2.266,98	0,00	
Superavit Transp. Esc. Estado	(19,95)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(19,95)	0,00	0,00	
Superavit. SUAS - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.054,33	0,00	
Transferência de Convênios - Outros	(0,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(0,01)	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Estado/Educação	19,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,95	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - Estado/Outros	173.217,70	0,00	0,00	0,00	158.586,60	0,00	14.631,10	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - UNIÃO/Educação	23.302,61	0,00	0,00	0,00	11.783,69	0,00	11.518,92	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - UNIÃO/Outros	9.320,45	0,00	0,00	0,00	294.944,09	0,00	(285.623,64)	0,00	0,00	
Transferências de Convênios - UNIÃO/Saúde	8.398,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.398,67	0,00	0,00	
Transferências de Recursos do SUS	(23.365,39)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(23.365,39)	0,00	0,00	

R\$ 1,00

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/3

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
						(b)			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Transferências do FUNDEB 40%	57.913,17	0,00	0,00	0,00	0,00	57.913,17	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	34.690,75	0,00	0,00	0,00	0,00	34.690,75	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/ES	8.420,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.420,54	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/UF	32.181,23	0,00	4.104,00	0,00	0,00	28.077,23	9.828,05	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	55.790,30	0,00	0,00	0,00	0,00	55.790,30	0,00	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/UNIÃO	144.475,70	0,00	2.575,00	0,00	0,00	141.900,70	19.672,13	0,00	0,00
Transferências Legais para o desenvolvimento da Educação	114,89	0,00	0,00	0,00	0,00	114,89	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.220.154,16	0,00	12.976,76	465.314,38	0,00	3.741.863,02	103.412,78	0,00	0,00
Contribuição para o Fundo Previdenciário do Regime Próprio - RPP	688.424,69	0,00	0,00	0,00	0,00	688.424,69	0,00	0,00	0,00
	361.459,00	0,00	0,00	0,00	0,00	361.459,00	0,00	0,00	0,00
	156.771,47	0,00	17.125,60	0,00	0,00	139.645,87	418.007,30	0,00	0,00
	120.752,21	0,00	15.126,56	0,00	282,18	105.343,47	282.976,79	0,00	0,00
	65.250,81	0,00	0,00	0,00	6.116,18	59.134,63	19.972,59	0,00	0,00
	(353.484,01)	0,00	615,17	0,00	0,00	(354.099,18)	9.199,67	0,00	0,00
	772.877,78	0,00	101.856,08	0,00	1.791,35	669.230,35	715.968,33	0,00	0,00
	(4.615,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.615,00)	6.461,00	0,00	0,00
	267,12	0,00	0,00	0,00	0,00	267,12	0,00	0,00	0,00
	1.455,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.455,40	0,00	0,00	0,00
	(152.864,54)	0,00	0,00	0,00	0,00	(152.864,54)	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.636.294,93	0,00	134.723,41	465.314,38	8.189,71	1.493.381,81	1.452.585,68	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	5.856.449,09	0,00	147.700,17	465.314,38	8.189,71	5.235.244,83	1.555.998,46	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	3.740.377,41	0,00	4.485,29	0,00	10.210,44	3.725.681,68	11.447,21	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/3
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6	R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	11.183.332,89
DESPESAS COM PESSOAL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	VALOR % SOBRE A RCL
	5.651.010,01 50,53
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	6.709.999,73 60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	6.374.499,75 57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	
Dívida Consolidada Líquida	VALOR % SOBRE A RCL
	-5.693.201,97 -50,91
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.419.999,47 120,00
GARANTIA DE VALORES	
Total das Garantias Concedidas	VALOR % SOBRE A RCL
	0,00 0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.460.333,24 22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
Operações de Crédito Externas e Internas	VALOR % SOBRE A RCL
	0,00 0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00 0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.789.333,26 16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	782.833,30 7,00
RESTOS A PAGAR	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.555.998,46 5.235.244,83

FONTE:

RELATORIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2 BIMNESTRE

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	13.059.000,00	13.059.000,00	1.852.131,05	14,18	4.082.776,13	8.976.223,87
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.058.982,00	13.058.982,00	1.805.020,09	13,82	3.986.717,40	9.072.264,60
IMPOSTOS	342.440,00	342.440,00	56.563,36	16,52	85.611,81	256.828,19
TAXAS	296.560,00	296.560,00	56.113,36	18,92	76.926,55	219.633,45
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	21.680,00	21.680,00	450,00	2,08	8.685,26	12.994,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	330.000,00	330.000,00	49.262,48	14,93	96.733,73	233.266,27
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	280.000,00	280.000,00	44.177,00	15,78	86.222,63	193.777,37
RECEITA PATRIMONIAL	50.000,00	50.000,00	5.085,48	10,17	10.511,10	39.488,90
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	716.310,00	716.310,00	255.779,22	35,71	558.319,81	157.990,19
RECEITA AGROPECUÁRIA	716.310,00	716.310,00	255.779,22	35,71	558.319,81	157.990,19
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	3.630,00	3.630,00	0,00	0,00	0,00	3.630,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.630,00	3.630,00	0,00	0,00	0,00	3.630,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	56.050,00	56.050,00	6.718,80	11,99	18.001,59	38.048,41
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.543.134,00	11.543.134,00	1.423.013,83	12,33	3.195.284,34	8.347.849,66
TRANSF. DE CONV.	11.437.134,00	11.437.134,00	1.423.013,83	12,44	3.180.250,34	8.256.883,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	106.000,00	106.000,00	0,00	0,00	15.034,00	90.966,00
MULTAS E JUROS DE MORA	67.418,00	67.418,00	13.682,40	20,29	32.766,12	34.651,88
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.040,00	16.040,00	2.792,39	17,41	2.930,11	13.109,89
RECEITA DA DIVIDAATIVA	16.940,00	16.940,00	6.513,97	38,45	20.773,66	-3.833,66
RECEITAS DIVERSAS	12.090,00	12.090,00	0,00	0,00	1.590,50	10.499,50
RECEITAS DE CAPITAL	22.348,00	22.348,00	4.376,04	19,58	7.471,85	14.876,15
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	47.110,96	261,727,56	96.058,73	-96.040,73
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	47.110,96	261,727,56	96.058,73	-96.040,73
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	612.904,00	612.904,00	86.144,40	14,06	171.427,96	441.476,04
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.671.904,00	13.671.904,00	1.938.275,45	14,18	4.254.204,09	9.417.699,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.671.904,00	13.671.904,00	1.938.275,45	14,18	4.254.204,09	31,12
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.671.904,00	13.671.904,00	1.938.275,45	14,18	4.254.204,09	31,12
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		334.545,30	—	—	58.844,84	—
Superávit Financeiro		334.545,30	—	—	58.844,84	—
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.059.000,00	13.586.269,56	1.880.585,80	4.612.026,20	8.974.243,36	1.701.038,13	3.045.489,41	10.540.780,15	2.893.303,95
DESPESAS CORRENTES	11.459.393,00	11.703.719,89	1.856.480,76	4.548.431,37	7.155.288,52	1.675.292,69	2.999.220,18	8.704.499,71	2.859.665,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.121.852,00	6.188.734,59	957.661,84	1.849.452,18	4.339.282,41	954.532,00	1.819.356,65	4.369.377,94	1.810.945,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.000,00	6.000,00	368,22	835,68	5.164,32	368,22	835,68	5.164,32	835,68
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.331.541,00	5.508.985,30	898.450,70	2.698.143,51	2.810.841,79	720.392,47	1.179.027,85	4.329.957,45	1.047.884,99
DESPESAS DE CAPITAL	593.557,00	876.499,67	24.105,04	63.594,83	812.904,84	25.745,44	46.269,23	830.230,44	33.638,23
INVESTIMENTOS	559.357,00	842.299,67	17.886,30	51.157,35	791.142,32	19.526,70	33.831,75	808.467,92	21.200,75
INVERSOES FINANCEIRAS	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	32.000,00	32.000,00	6.218,74	12.437,48	19.562,52	6.218,74	12.437,48	19.562,52	12.437,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.006.050,00	1.006.050,00	0,00	0,00	1.006.050,00	0,00	0,00	1.006.050,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.006.050,00	1.006.050,00	0,00	0,00	1.006.050,00	0,00	0,00	1.006.050,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	612.904,00	612.904,00	86.598,84	171.069,43	441.834,57	85.689,96	170.160,55	442.743,45	170.160,55
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.671.904,00	14.199.173,56	1.967.184,64	4.783.095,63	9.416.077,93	1.786.728,09	3.215.649,96	10.983.523,60	3.063.464,50

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.671.904,00	14.199.173,56	1.967.184,64	4.783.095,63	9.416.077,93	1.786.728,09	3.215.649,96	10.983.523,60	3.063.464,50
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.038.554,13	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.671.904,00	14.199.173,56	1.967.184,64	4.783.095,63	—	1.786.728,09	4.254.204,09	—	3.063.464,50

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	612.904,00	612.904,00	86.144,40	14,06	171.427,96	27,97
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	612.904,00	612.904,00	86.144,40	14,06	171.427,96	27,97
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	612.904,00	612.904,00	86.144,40	14,06	171.427,96	27,97
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	612.904,00	612.904,00	86.144,40	14,06	171.427,96	27,97

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	612.904,00	612.904,00	86.598,84	171.069,43	441.834,57	85.689,96	170.160,55	442.743,45	170.160,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	612.904,00	612.904,00	86.598,84	171.069,43	441.834,57	85.689,96	170.160,55	442.743,45	170.160,55

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 635.903,74

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Macieira, 18/05/2016

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPALEDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.059.000,00	13.586.269,56	1.880.585,80	4.612.026,20	96,42	1.701.038,13	3.045.489,41	94,71
Legislativa	668.000,00	668.000,00	91.455,63	178.861,84	3,74	83.925,77	159.798,13	4,97
Ação Legislativa	668.000,00	668.000,00	91.455,63	178.861,84	3,74	83.925,77	159.798,13	4,97
Administração	1.680.500,00	1.695.274,41	197.225,67	811.247,34	16,96	223.659,94	450.717,01	14,02
Administração Geral	1.680.500,00	1.695.274,41	197.225,67	811.247,34	16,96	223.659,94	450.717,01	14,02
Segurança Pública	18.084,00	25.086,81	2.412,84	5.702,02	0,12	2.216,09	3.476,27	0,11
Policimento	18.084,00	25.086,81	2.412,84	5.702,02	0,12	2.216,09	3.476,27	0,11
Assistência Social	385.001,00	431.523,02	54.600,91	111.159,98	2,32	47.388,54	75.969,74	2,36
Assistência ao Idoso	28.000,00	28.000,00	1.203,16	3.272,21	0,07	1.784,45	2.774,15	0,09
Assistência à Criança e ao Adolescente	13.000,00	13.000,00	5.348,00	12.533,58	0,26	4.270,01	5.415,39	0,17
Assistência Comunitária	344.001,00	390.523,02	48.049,75	95.354,19	1,99	41.334,08	67.770,20	2,11
Previdência Social	492.904,00	492.904,00	56.401,47	126.532,70	2,65	61.053,66	115.085,49	3,58
Previdência do Regime Estatutário	492.904,00	492.904,00	56.401,47	126.532,70	2,65	61.053,66	115.085,49	3,58
Saúde	2.740.418,00	3.023.999,01	386.009,87	1.157.481,30	24,20	489.788,32	848.352,59	26,38
Atenção Básica	2.630.472,00	2.892.702,21	369.418,28	1.119.719,81	23,41	466.488,12	818.542,85	25,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.720,00	7.813,72	376,00	1.474,00	0,03	376,00	1.474,00	0,05
Vigilância Sanitária	13.420,00	32.668,33	7.111,98	17.944,68	0,38	12.014,70	12.942,24	0,40
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.008,75	0,00	820,19	0,02	0,00	820,19	0,03
Alimentação e Nutrição	74.805,00	74.805,00	9.103,61	17.522,62	0,37	10.909,50	14.573,31	0,45
Abastecimento	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	2.775.774,00	2.845.331,14	715.560,33	1.059.319,36	22,15	357.639,52	610.272,01	18,98
Ensino Fundamental	2.733.774,00	2.803.331,14	709.190,36	1.047.878,79	21,91	353.414,81	605.976,70	18,84
Ensino Médio	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	6.000,00	6.000,00	1.035,20	1.035,20	0,02	1.035,20	1.035,20	0,03
Educação Infantil	20.000,00	20.000,00	2.334,77	2.405,37	0,05	1.989,51	2.060,11	0,06
Educação Especial	8.000,00	8.000,00	3.000,00	8.000,00	0,17	1.200,00	1.200,00	0,04
Cultura	100.000,00	100.000,00	0,00	4.140,00	0,09	0,00	4.140,00	0,13
Diffusão Cultural	100.000,00	100.000,00	0,00	4.140,00	0,09	0,00	4.140,00	0,13
Urbanismo	352.645,00	352.645,00	5.390,00	265.390,00	5,55	45.623,84	72.972,85	2,27
Infra-Estrutura Urbana	70.002,00	70.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	282.643,00	282.643,00	5.390,00	265.390,00	5,55	45.623,84	72.972,85	2,27
Habituação	11.201,00	11.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	11.201,00	11.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Gestão Ambiental	13.059.000,00	13.586.269,56	1.880.585,80	4.612.026,20	96,42	1.701.038,13	3.045.489,41	10.540.780,15
Preservação e Conservação Ambiental	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Agricultura	975.001,00	975.001,00	180.905,92	361.826,33	7,56	190.370,88	289.830,41	685.170,59
Extensão Rural	25.001,00	25.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.001,00
Produção Industrial	950.000,00	950.000,00	180.905,92	361.826,33	7,56	190.370,88	289.830,41	660.169,59
Indústria	5.001,00	5.001,00	0,00	4.000,00	0,08	0,00	4.000,00	1.001,00
Promoção Industrial	5.001,00	5.001,00	0,00	4.000,00	0,08	0,00	4.000,00	1.001,00
Comércio e Serviços	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00
Turismo	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,00
Transporte	1.391.918,00	1.397.750,17	181.324,20	362.855,17	7,59	175.163,49	315.428,73	1.082.321,44
Transporte Rodoviário	1.391.918,00	1.397.750,17	181.324,20	362.855,17	7,59	175.163,49	315.428,73	1.082.321,44
Desporto e Lazer	175.001,00	275.001,00	2.712,00	8.237,00	0,17	3.442,94	7.457,67	267.543,33
Desporto Comunitário	175.001,00	275.001,00	2.712,00	8.237,00	0,17	3.442,94	7.457,67	267.543,33
Encargos Especiais	273.000,00	273.000,00	6.586,96	155.273,16	3,25	20.765,14	87.998,51	185.001,49
Outros Encargos Especiais	273.000,00	273.000,00	6.586,96	155.273,16	3,25	20.765,14	87.998,51	185.001,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.006.050,00	1.006.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.006.050,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	612.904,00	612.904,00	86.598,84	171.069,43	3,58	85.689,96	170.160,55	442.743,45
Ação Legislativa	12.000,00	12.000,00	1.817,76	3.642,76	0,08	908,88	2.733,88	9.266,12
Administração	12.000,00	12.000,00	1.817,76	3.642,76	0,08	908,88	2.733,88	9.266,12
Administração Geral	52.000,00	52.000,00	6.343,06	12.058,01	0,25	6.343,06	12.058,01	39.941,99
Saúde	260.000,00	260.000,00	36.467,05	74.134,41	1,55	36.467,05	74.134,41	185.865,59
Atenção Básica	260.000,00	260.000,00	36.467,05	74.134,41	1,55	36.467,05	74.134,41	185.865,59
Educação	162.904,00	162.904,00	24.859,58	46.899,11	0,98	24.859,58	46.899,11	116.004,89
Ensino Fundamental	162.904,00	162.904,00	24.859,58	46.899,11	0,98	24.859,58	46.899,11	116.004,89
Agricultura	56.000,00	56.000,00	9.246,78	17.537,46	0,37	9.246,78	17.537,46	38.462,54
Produção Industrial	56.000,00	56.000,00	9.246,78	17.537,46	0,37	9.246,78	17.537,46	38.462,54

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Transporte	612.904,00	612.904,00	86.598,84	171.069,43	441.834,57	85.689,96	170.160,55	442.743,45
Transporte Rodoviário	70.000,00	70.000,00	7.864,61	16.797,68	53.202,32	7.864,61	16.797,68	53.202,32
	70.000,00	70.000,00	7.864,61	16.797,68	53.202,32	7.864,61	16.797,68	53.202,32
TOTAL (III) = (I + II)	13.671.904,00	14.199.173,56	1.967.184,64	4.783.065,63	9.416.077,93	1.786.728,09	3.215.649,96	10.983.523,60

FONTE:

Madeira, 18/05/2016

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Mar/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.153.352,29	1.078.083,34	1.277.780,89	761.955,28	900.020,87	998.463,00	1.047.742,49	1.514.894,35	1.246.531,40	1.294.928,15	1.034.395,47	1.083.543,76	13.311.705,29
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.426,46	30.932,42	18.670,05	15.251,29	25.795,40	4.635,76	25.278,95	32.855,11	18.161,69	10.855,76	24.657,78	31.855,38	252.455,95
I.P.T.U.	9.017,87	3.491,52	1.830,96	0,00	135,97	131,80	0,00	471,43	0,00	0,00	0,00	13.865,62	29.045,17
I.R.R.F.	162,82	22.145,47	6.336,61	6.596,54	17.074,83	17.074,83	17.367,40	22.581,94	10.753,70	4.922,73	16.773,59	11.649,84	183.335,27
I.S.S.	2.615,30	4.902,93	9.341,18	3.053,55	7.978,19	3.053,21	6.505,21	6.514,03	3.356,51	1.770,25	4.785,38	2.828,42	56.707,20
I.T.B.I.	325,53	0,00	720,00	5.251,72	1.500,00	1.146,42	1.131,21	2.925,28	0,00	0,00	990,94	3.119,57	17.120,67
Outras Receitas Tributárias	305,14	382,50	449,30	399,48	106,41	322,29	274,83	372,43	4.041,48	4.193,78	117,87	332,13	11.247,64
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.143,31	23.637,85	24.885,11	22.594,63	23.601,52	19.802,91	22.353,22	41.646,52	26.265,16	21.205,09	24.655,34	24.507,14	298.993,80
RECEITA PATRIMONIAL	93.442,75	70,94	62.424,71	19.498,15	37.490,79	119.190,68	79.098,47	130.763,96	153.344,95	149.195,64	166.922,39	88.855,83	1.300.300,26
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.642,36	2.446,21	4.321,81	5.346,28	9.740,28	9.053,91	7.226,31	2.653,58	3.619,60	7.653,19	3.404,70	3.314,10	64.452,33
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.011.439,45	1.010.632,21	1.099.520,53	887.592,47	795.690,00	841.919,10	906.873,87	1.303.022,85	1.041.109,30	1.091.024,45	808.096,26	907.847,71	11.595.126,20
Cota-Parte do FPM	591.411,98	514.588,59	534.564,35	291.731,14	371.540,26	422.874,40	477.459,38	549.022,36	521.721,08	553.119,36	393.716,85	471.611,14	5.795.749,70
Cota-Parte do ICMS	273.841,79	262.427,52	272.880,56	247.890,34	294.278,76	274.851,01	265.761,40	268.701,57	330.035,94	269.321,32	272.382,28	285.797,76	3.288.992,25
Cota-Parte do IPVA	13.717,48	17.599,35	12.759,95	11.955,91	13.532,76	6.946,82	10.233,93	5.926,43	3.715,73	8.335,71	13.593,30	14.315,80	132.424,12
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	1.208,92	9.347,57	68,64	0,00	1.955,89	0,00	0,00	0,00	12.211,02
Outras Transferências Correntes	61.427,59	81.986,89	214.335,56	69.468,60	81.982,49	60.338,42	76.132,56	409.985,72	91.907,09	76.975,52	45.675,57	52.877,50	1.322.525,51
Transferências de LC 61/1989	4.327,58	4.122,03	3.797,22	4.000,42	4.028,95	4.673,25	4.672,75	4.204,26	5.181,33	4.001,57	3.905,78	4.008,70	50.546,84
Transferências de LC 87/1996	1.145,52	1.145,52	1.145,52	1.145,52	1.145,52	1.145,52	1.145,52	1.145,52	1.149,68	1.149,68	1.149,68	1.149,68	24.300,59
Transferências do FUNDEB	65.597,51	129.052,51	59.646,42	61.310,34	59.472,34	62.040,11	61.277,98	63.097,99	85.811,55	78.121,29	74.692,00	78.287,13	877.377,17
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.257,96	10.119,71	8.130,88	11.691,46	6.502,88	4.080,64	6.591,97	3.922,93	4.130,70	14.555,02	6.690,00	7.022,40	90.373,75
DEDUÇÕES (II)	197.683,90	179.870,89	185.680,27	131.479,86	152.239,50	163.510,88	173.769,09	205.136,00	196.461,75	205.447,12	155.747,18	177.349,96	2.128.376,40
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	20.795,16	19.912,44	20.572,68	20.127,36	21.092,55	19.802,91	19.876,49	38.130,30	23.783,67	18.261,96	22.203,53	21.973,47	267.332,52
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	176.888,74	159.958,45	165.107,59	111.352,50	131.146,95	143.807,97	153.892,60	166.005,70	172.678,08	187.185,16	137.549,65	155.376,49	1.861.043,88
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	955.668,39	898.138,45	1.032.080,62	630.475,42	747.781,37	834.972,12	873.973,40	1.309.748,35	1.050.069,65	1.089.480,93	878.648,29	896.193,80	11.183.328,89
FONTE													
Macieira, 19/05/2016													

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	880.000,00	880.000,00	579.561,27	344.411,57	
RECEITAS CORRENTES	880.000,00	880.000,00	579.561,27	344.411,57	
Receita de Contribuições dos Segurados	280.000,00	280.000,00	86.222,63	83.714,10	
Pessoal Civil	280.000,00	280.000,00	86.222,63	83.714,10	
Ativo	270.000,00	270.000,00	86.222,63	83.714,10	
Inativo	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	600.000,00	600.000,00	493.338,64	260.697,47	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	600.000,00	600.000,00	493.338,64	260.697,47	
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	612.904,00	612.904,00	171.427,96	156.815,24	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.492.904,00	1.492.904,00	750.989,23	501.226,81	

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	492.904,00	492.904,00	126.532,70	74.293,27	115.085,49	73.383,01
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	2.415,60	0,00	1.505,34
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	2.415,60	0,00	1.505,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	492.904,00	492.904,00	126.532,70	71.877,67	115.085,49	71.877,67
Pessoal Civil	0,00	0,00	102.613,26	71.877,67	102.613,26	71.877,67
Aposentadorias	0,00	0,00	89.235,76	62.248,50	89.235,76	62.248,50

Continua 1/4

Município de Macieira - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2015
Pensões	0,00	0,00	13.377,50	9.629,17	13.377,50	9.629,17	9.629,17
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	492.904,00	492.904,00	23.919,44	0,00	12.472,23	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	492.904,00	492.904,00	23.919,44	0,00	12.472,23	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	492.904,00	492.904,00	126.532,70	74.293,27	115.085,49	73.383,01	73.383,01
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	635.903,74	427.943,90	427.943,90
APORTES REALIZADOS							
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR							
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS							
Plano Financeiro							0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras							0,00
Recursos para Formação de Reserva							0,00
Outros Aportes para o RPPS							0,00
Plano Previdenciário							0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro							0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial							0,00
Outros Aportes para o RPPS							0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS							
Valor							1.000.000,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA							
BENS E DIREITOS DO RPPS							
			PERÍODO DE REFERÊNCIA				
			2016	2015			
Caixa			0,00	0,00			
Bancos Conta Movimento		3.740.377,41	0,00	2.735.494,75			
Investimentos		0,00	0,00	0,00			
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00	0,00			

Continua 2/4

Município de Macieira - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	612.904,00	612.904,00	171.427,96	156.815,24
RECEITAS CORRENTES (VIII)	612.904,00	612.904,00	171.427,96	156.815,24
Receita de Contribuições Patronais	612.904,00	612.904,00	171.427,96	156.815,24
Pessoal Civil	612.904,00	612.904,00	171.427,96	156.815,24
Ativo	612.904,00	612.904,00	171.427,96	156.815,24
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	612.904,00	612.904,00	171.427,96	156.815,24
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

Macieira, 18/05/2016

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	27.984,43	21.765,69	15.546,95
DEDUÇÕES (II)	5.393.712,98	5.926.446,93	5.708.748,92
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.393.712,98	6.099.778,84	5.856.449,09
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	173.331,91	147.700,17
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.365.728,55	-5.904.681,24	-5.693.201,97
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.365.728,55	-5.904.681,24	-5.693.201,97

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	211.479,27	-327.473,42

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	3.334.153,13	3.525.588,24	3.735.892,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.334.153,13	3.525.588,24	3.740.377,41
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	4.485,29
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-3.334.153,13	-3.525.588,24	-3.735.892,12
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-3.334.153,13	-3.525.588,24	-3.735.892,12

FONTE:

Macieira, 18/05/2016

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.955.576,00	3.599.825,55	3.528.302,95
Receita Tributária	342.440,00	85.611,81	88.935,91
I.P.T.U.	32.000,00	13.965,62	15.698,27
I.S.S.	70.000,00	12.750,56	12.409,19
I.T.B.I.	30.000,00	4.110,51	8.205,05
I.R.R.F.	164.560,00	46.099,86	45.507,35
Outras Receitas Tributárias	45.880,00	8.685,26	7.116,05
Receita de Contribuição	942.904,00	268.161,69	255.340,47
Receitas Previdenciárias	892.904,00	257.650,59	240.529,34
Outras Contribuições	50.000,00	10.511,10	14.811,13
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	716.310,00	558.319,81	382.670,11
(-) Aplicações Financeiras	716.310,00	558.319,81	382.670,11
Transferências Correntes	11.543.134,00	3.195.284,34	3.157.116,70
F.P.M.	6.080.000,00	1.634.534,87	1.710.147,01
I.P.V.A	112.000,00	31.944,44	29.584,44
I.C.M.S.	2.992.000,00	926.031,14	911.479,92
Convênios	106.000,00	15.034,00	7.517,00
Outras Transferências Correntes	2.253.134,00	587.739,89	498.388,33
Demais Receitas Correntes	127.098,00	50.767,71	26.909,87
Dívida Ativa	12.090,00	1.590,50	0,00
Diversas Receitas Correntes	115.008,00	49.177,21	26.909,87
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18,00	96.058,73	48.947,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	96.058,73	48.947,00
Convênios	18,00	96.058,73	48.947,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	96.058,73	48.947,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.955.594,00	3.695.884,28	3.577.249,95

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.316.623,89	4.719.500,80	4.512.443,53	3.169.380,73	3.125.220,91
Pessoal e Encargos Sociais	6.801.638,59	2.020.521,61	1.829.759,79	1.989.517,20	1.814.373,79
Juros e Encargos da Dívida (IX)	6.000,00	835,68	2.958,86	835,68	2.958,86
Outras Despesas Correntes	5.508.985,30	2.698.143,51	2.679.724,88	1.179.027,85	1.307.888,26
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.310.623,89	4.718.665,12	4.509.484,67	3.168.545,05	3.122.262,05
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	876.499,67	63.594,83	582.288,33	46.269,23	378.065,51
Investimentos	842.299,67	51.157,35	523.004,00	33.831,75	318.781,18
Inversões Financeiras	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	32.000,00	12.437,48	59.284,33	12.437,48	59.284,33
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	844.499,67	51.157,35	523.004,00	33.831,75	318.781,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.006.050,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.161.173,56	4.769.822,47	5.032.488,67	3.202.376,80	3.441.043,23

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.205.579,56	-1.073.938,19	-1.455.238,72	493.507,48	136.206,72
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	58.844,84	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	58.844,84	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Macieira, 18/05/2016

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)		Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)													
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA													
SECRET. MUNIC. DE AGRICULTURA E DESENV. EC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	801.008,44	0,00	335.694,06	335.694,06	0,00	465.314,38	465.314,38
SECRET. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E DESENV. EC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	801.008,44	0,00	335.694,06	335.694,06	0,00	465.314,38	465.314,38
SECRET. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZEND.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.013,17	0,00	74.013,15	74.013,15	0,00	0,00	0,00
SECRET. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E L.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	251.390,59	0,00	92.804,01	92.804,01	0,00	158.586,58	158.586,58
SECRET. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E L.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.666,00	0,00	2.666,00	2.666,00	0,00	0,00	0,00
SECRET. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E L.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	472.938,68	0,00	166.210,90	166.210,90	0,00	306.727,78	306.727,78
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)													
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	801.008,44	0,00	335.694,06	335.694,06	0,00	465.314,38	465.314,38

ONTE:

FONTE:

Madeira, 18/05/2016

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	311.060,00	311.060,00	80.939,01	26,02
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	45.300,00	45.300,00	17.978,08	39,69
1.1.1- IPTU	32.000,00	32.000,00	13.965,62	43,64
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.420,00	2.420,00	618,08	25,54
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	9.680,00	9.680,00	1.590,50	16,43
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.200,00	1.200,00	1.803,88	150,32
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	4.110,51	13,70
1.2.1- ITBI	30.000,00	30.000,00	4.110,51	13,70
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	71.200,00	71.200,00	12.750,56	17,91
1.3.1- ISS	70.000,00	70.000,00	12.750,56	18,22
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	164.560,00	164.560,00	46.099,86	28,01
1.4.1- IRRF	164.560,00	164.560,00	46.099,86	28,01
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.573.020,00	11.573.020,00	3.263.920,27	28,20
2.1- Cota-Parte FPM	7.600.000,00	7.600.000,00	2.043.168,44	26,88
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.600.000,00	7.600.000,00	2.043.168,44	26,88
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.740.000,00	3.740.000,00	1.157.538,30	30,95
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	19.360,00	19.360,00	4.598,72	23,75
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	55.660,00	55.660,00	17.098,38	30,72
2.5- Cota-Parte ITR	18.000,00	18.000,00	1.585,89	8,81
2.6- Cota-Parte IPVA	140.000,00	140.000,00	39.930,54	28,52
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.884.080,00	11.884.080,00	3.344.859,28	28,15
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	124.410,00	124.410,00	6.988,82	5,62
5.1- Transferências do Salário-Educação	99.000,00	99.000,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	24.200,00	24.200,00	6.266,00	25,89
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.210,00	1.210,00	722,82	59,74
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	70.002,00	70.002,00	111.092,73	158,70
6.1- Transferências de Convênios	70.002,00	70.002,00	111.092,73	158,70
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	324.115,00	324.115,00	9.108,11	2,81
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	518.527,00	518.527,00	127.189,66	24,53
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.314.604,00	2.314.604,00	652.783,38	28,20
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.520.000,00	1.520.000,00	408.633,57	26,88
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	748.000,00	748.000,00	231.507,16	30,95
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.872,00	3.872,00	919,72	23,75
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	11.132,00	11.132,00	3.419,66	30,72
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	3.600,00	3.600,00	317,17	8,81
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	28.000,00	28.000,00	7.986,10	28,52
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	904.840,00	904.840,00	319.734,48	35,34
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	900.000,00	900.000,00	316.911,97	35,21
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.840,00	4.840,00	2.822,51	58,32
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.414.604,00	-1.414.604,00	-335.871,41	23,74
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	102.904,00	109.182,95	32.716,83	29,97	32.716,83	29,97
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	102.904,00	109.182,95	32.716,83	29,97	32.716,83	29,97
14- OUTRAS DESPESAS	801.936,00	801.936,00	200.674,80	25,02	200.674,80	25,02
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	801.936,00	801.936,00	200.674,80	25,02	200.674,80	25,02
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	904.840,00	911.118,95	233.391,63	25,62	233.391,63	25,62
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						233.391,63
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						10,23
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						62,76
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						27,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						6.278,95
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						6.278,95
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³		2.971.020,00	2.971.020,00	836.214,82	28,15	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	20.000,00	20.000,00	2.405,37	12,03	2.060,11	10,30
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.681.256,00	2.687.534,95	1.048.425,93	39,01	630.763,89	23,47
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	904.840,00	911.118,95	233.391,63	25,62	233.391,63	25,62
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.776.416,00	1.776.416,00	815.034,30	45,88	397.372,26	22,37
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.701.256,00	2.707.534,95	1.050.831,30	38,81	632.824,00	23,37
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-335.871,41
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						2.822,51
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-333.048,90
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						965.872,90
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						28,88
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	100.210,00	124.450,05	25.096,11	20,17	856,05	0,69
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	162.015,00	201.053,14	34.548,79	17,18	25.295,08	12,58
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	262.225,00	325.503,19	59.644,90	18,32	26.151,14	8,03
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.963.481,00	3.033.038,14	1.110.476,20	36,81	658.975,14	21,73

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		316.911,97	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.822,51	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		319.734,48	0,00

Macieira, 18/05/2016

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	876.499,67	63.594,83	46.269,23	0,00	812.904,84
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	876.499,67	63.594,83	46.269,23	0,00	812.904,84
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-876.499,67	-63.594,83	-	-	-812.904,84

FONTE:

Macieira, 18/05/2016

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	496.976,94	109.071,41	387.905,53	7.809.916,22
2016	527.092,53	283.993,64	243.098,89	8.053.015,11
2017	542.005,43	342.042,66	199.962,77	8.252.977,88
2018	542.578,94	389.909,31	152.669,63	8.405.647,51
2019	559.698,00	432.995,94	126.702,06	8.532.349,57
2020	541.401,03	466.620,21	74.780,82	8.607.130,39
2021	608.029,05	500.929,89	107.099,16	8.714.229,55
2022	565.772,23	550.279,37	15.492,86	8.729.722,41
2023	570.360,54	611.656,41	-41.295,87	8.688.426,54
2024	572.508,51	679.234,56	-106.726,05	8.581.700,49
2025	577.580,66	746.808,02	-169.227,36	8.412.473,13
2026	590.216,76	801.890,06	-211.673,30	8.200.799,83
2027	597.602,77	843.376,83	-245.774,06	7.955.025,77
2028	588.915,35	899.396,86	-310.481,51	7.644.544,26
2029	588.417,25	962.646,31	-374.229,06	7.270.315,20
2030	602.497,25	1.038.392,62	-435.895,37	6.834.419,83
2031	643.112,27	1.106.914,40	-463.802,13	6.370.617,70
2032	630.935,34	1.157.278,96	-526.343,62	5.844.274,08
2033	622.233,39	1.199.626,89	-577.393,50	5.266.880,58
2034	614.535,85	1.236.256,56	-621.720,71	4.645.159,87
2035	616.402,58	1.279.700,79	-663.298,21	3.981.861,66
2036	631.409,32	1.317.144,18	-685.734,86	3.296.126,80
2037	602.459,44	1.353.800,89	-751.341,45	2.544.785,35
2038	619.470,07	1.395.333,02	-775.862,95	1.768.922,40
2039	623.762,25	1.429.405,75	-805.643,50	963.278,90
2040	624.974,40	1.476.235,18	-851.260,78	112.018,12
2041	633.215,20	1.519.602,28	-886.387,08	-774.368,96
2042	626.707,51	1.569.158,92	-942.451,41	-1.716.820,37
2043	626.031,60	1.610.522,26	-984.490,66	-2.701.311,03
2044	632.747,11	1.631.230,76	-998.483,65	-3.699.794,68
2045	633.976,13	1.635.581,59	-1.001.605,46	-4.701.400,14
2046	635.935,51	1.630.096,73	-994.161,22	-5.695.561,36
2047	378.721,19	1.625.829,37	-1.247.108,18	-6.942.669,54
2048	372.199,98	1.635.577,31	-1.263.377,33	-8.206.046,87
2049	373.549,34	1.649.816,00	-1.276.266,66	-9.482.313,53
2050	373.040,97	1.657.705,98	-1.284.665,01	-10.766.978,54
2051	370.299,26	1.650.295,86	-1.279.996,60	-12.046.975,14
2052	362.867,35	1.632.984,41	-1.270.117,06	-13.317.092,20
2053	356.434,82	1.611.749,57	-1.255.314,75	-14.572.406,95
2054	350.918,97	1.585.578,70	-1.234.659,73	-15.807.066,68
2055	343.541,94	1.553.990,77	-1.210.448,83	-17.017.515,51
2056	335.225,76	1.517.544,67	-1.182.318,91	-18.199.834,42
2057	326.459,36	1.477.860,37	-1.151.401,01	-19.351.235,43
2058	317.283,75	1.436.322,37	-1.119.038,62	-20.470.274,05
2059	307.775,91	1.393.281,01	-1.085.505,10	-21.555.779,15
2060	298.074,64	1.349.029,91	-1.050.955,27	-22.606.734,42
2061	277.981,25	1.304.095,25	-1.026.114,00	-23.632.848,42
2062	267.765,54	1.258.403,12	-990.637,58	-24.623.486,00
2063	267.765,54	1.212.157,24	-944.391,70	-25.567.877,70
2064	257.455,22	1.165.483,12	-908.027,90	-26.475.905,60
2065	244.386,02	1.106.319,70	-861.933,68	-27.337.839,28
2066	234.295,78	1.061.094,52	-826.798,74	-28.164.638,02
2067	224.399,77	1.015.843,24	-791.443,47	-28.956.081,49
2068	214.378,74	970.478,70	-756.099,96	-29.712.181,45
2069	204.417,92	925.386,71	-720.968,79	-30.433.150,24
2070	194.567,25	880.793,35	-686.226,10	-31.119.376,34
2071	184.839,15	836.754,88	-651.915,73	-31.771.292,07
2072	175.307,94	793.607,71	-618.299,77	-32.389.591,84
2073	165.995,86	751.452,50	-585.456,64	-32.975.048,48
2074	156.807,29	709.856,43	-553.049,14	-33.528.097,62

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	147.854,41	669.327,35	-521.472,94	-34.049.570,56
2076	139.145,61	629.903,17	-490.757,56	-34.540.328,12
2077	130.752,32	591.907,31	-461.154,99	-35.001.483,11
2078	122.698,23	555.446,95	-432.748,72	-35.434.231,83
2079	114.924,38	520.255,24	-405.330,86	-35.839.562,69
2080	107.452,36	486.429,90	-378.977,54	-36.218.540,23
2081	100.265,12	453.893,71	-353.628,59	-36.572.168,82
2082	93.446,35	423.025,60	-329.579,25	-36.901.748,07
2083	86.982,92	393.766,03	-306.783,11	-37.208.531,18
2084	80.854,63	366.023,69	-285.169,06	-37.493.700,24
2085	75.151,83	340.207,47	-265.055,64	-37.758.755,88
2086	69.785,87	315.916,11	-246.130,24	-38.004.886,12
2087	64.834,78	293.502,87	-228.668,09	-38.233.554,21
2088	60.264,25	272.812,35	-212.548,10	-38.446.102,31
2089	56.110,11	254.006,85	-197.896,74	-38.643.999,05

Projeção atuarial elaborada em 14/04/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Macieira, 18/05/2016

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00					0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00					0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00					0,00
TOTAL		0,00					0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital		1.254,75	0,00	1.254,75	0,00	0,00	0,00	1.254,75
Investimentos		1.254,75	0,00	1.254,75	0,00	0,00	0,00	1.254,75
TOTAL		1.254,75	0,00	1.254,75	0,00	0,00	0,00	1.254,75

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		-1.254,75

FONTE:

Macieira, 18/05/2016

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPALEDEMAR NICOLAU KUHN
DIRETOR GERAL DE CONTABILIDADE

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	%		
					(b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	311.060,00	311.060,00	80.939,01		26,02	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	32.000,00	32.000,00	13.965,62		43,64	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	4.110,51		13,70	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	70.000,00	70.000,00	12.750,56		18,22	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	164.560,00	164.560,00	46.099,86		28,01	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.420,00	2.420,00	618,08		25,54	
Dívida Ativa dos Impostos	10.880,00	10.880,00	1.590,50		14,62	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.200,00	1.200,00	1.803,88		150,32	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.573.020,00	11.573.020,00	3.263.920,27		28,20	
Cota-Parte FPM	7.600.000,00	7.600.000,00	2.043.168,44		26,88	
Cota-Parte ITR	18.000,00	18.000,00	1.585,89		8,81	
Cota-Parte IPVA	140.000,00	140.000,00	39.930,54		28,52	
Cota-Parte ICMS	3.740.000,00	3.740.000,00	1.157.538,30		30,95	
Cota-Parte IPI-Exportação	55.660,00	55.660,00	17.098,38		30,72	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.360,00	19.360,00	4.598,72		23,75	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.360,00	19.360,00	4.598,72		23,75	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.884.080,00	11.884.080,00	3.344.859,28		28,15	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	%		
					(d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	586.688,00	586.688,00	216.062,62		36,83	
Provenientes da União	586.688,00	586.688,00	214.709,85		36,60	
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	1.352,77			
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00		0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.000,00	5.000,00	365,75		7,32	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	591.690,00	591.690,00	216.428,37		36,58	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	%		
				(f/e)*100	Até o Bimestre (g)	(g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.821.110,00	2.963.966,75	1.182.462,44	39,89	890.362,64	30,04
Pessoal e Encargos Sociais	1.943.600,00	1.996.151,64	613.569,50	30,74	613.569,50	30,74
Outras Despesas Correntes	877.510,00	967.815,11	568.892,94	58,78	276.793,14	28,60
DESPESAS DE CAPITAL	80.502,00	221.226,26	13.030,65	5,89	11.351,05	5,13
Investimentos	80.502,00	221.226,26	13.030,65	5,89	11.351,05	5,13

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	80.502,00	221.226,26	13.030,65	5,89	11.351,05	5,13
Investimentos	80.502,00	221.226,26	13.030,65	5,89	11.351,05	5,13
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.901.612,00	3.185.193,01	1.195.493,09	37,53	901.713,69	28,31
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/f)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/f)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	591.690,00	824.546,75	225.218,65	18,84	202.016,04	22,40
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	596.688,00	819.544,75	225.218,65	18,84	202.016,04	22,40
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	5.002,00	5.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	591.690,00	824.546,75	225.218,65	18,84	202.016,04	22,40
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.309.922,00	2.360.646,26	970.274,44	81,16	699.697,65	77,60
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						197.968,76

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.890.472,00	3.152.702,21	1.193.854,22	98,33	892.677,26	98,32
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.720,00	7.813,72	1.474,00	0,12	1.474,00	0,16
Vigilância Sanitária	13.420,00	32.668,33	17.944,68	1,48	12.942,24	1,43
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.008,75	820,19	0,07	820,19	0,09
TOTAL	2.924.612,00	3.208.193,01	1.214.093,09	100,00	907.913,69	100,00

FONTE:

- ¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- ² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- ³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- ⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- ⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- ⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

Macieira, 18/05/2016

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2016 (NOVA DATA DE ABERTURA)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2016
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Aquisição de leões de pelúcia, mascote do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD), destinados a Polícia Militar, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 15h00min do dia 13/06/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 19 de maio de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO PREÇOS Nº 149/2015

EXTRATO ATA REGISTRO PREÇOS Nº 149/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: TRANSPORTE, TERRAPLENAGEM E URBANIZAÇÃO BRESCIANI LTDA – EPP

CNPJ Nº: 03.052.314/0001-26

Valor Registrado: R\$ 2.659.900,00 (dois milhões seiscentos e cinquenta e nove mil e novecentos reais).

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de hora máquina para manutenção e recuperação e serviços de drenagem pluvial junto as ruas urbanas do Município de Mafra/SC, incluindo mão de obra e material para execução.

Origem: Processo nº 347/2015, Pregão Presencial - RP nº 136/2015

Data de Assinatura: 03/12/2015

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 03 de dezembro de 2016.

Foro: Comarca de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 63/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 63/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,
Contratado: GAMAPE COMERCIO DE PEÇAS, FERRAMENTAS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Objeto: aquisição parcelada de peças para maquinas pesadas pertencentes a frota do município de Maracajá – SC para o ano de 2016.

Valor: R\$ 31.674,05 (trinta e um mil seiscentos e setenta e quatro reais e cinco centavos)

Vigência: 06/05/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 06 de maio de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Rafael Jerônimo Lopes Gamba

Contratado

EXTRATO DO CONTRATO 64/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 64/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,
Contratado: NAZAMAK PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME
Objeto: aquisição parcelada de peças para maquinas pesadas pertencentes a frota do município de Maracajá – SC para o ano de 2016.

Valor: R\$ 30.044,10 (trinta mil e quarenta e quatro reais e dez centavos)

Vigência: 06/05/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 06 de maio de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Odete Farias Nazário

Contratado

EXTRATO DO CONTRATO 65/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 65/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,
Contratado: ELIENE REUS DAROS - MEI,
Objeto: Serviço de monitor do projeto de Corte e Costura Industrial, para mulheres e adolescentes do município inseridos no Programa Bolsa Família.

Valor: R\$ 5.593,00 (cinco mil quinhentos e noventa e três reais).

Vigência: 11/05/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 11 de maio de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Eliene Réus Daros

Contratado

EXTRATO DO CONTRATO 66/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 66/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,
Contratado: MANITOU BRASIL IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE MÁQUINAS DE ELEVAÇÃO LTDA,

Objeto: Aquisição de equipamentos para o Centro Municipal de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos, localizado na Rodovia Municipal MAR 150 – Espigão Grande, no município de Maracajá/SC

Valor: R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais).

Vigência: 17/05/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 17 de maio de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Marcelo de Almeida Branco

Contratado

EXTRATO DO CONTRATO 67/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 67/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,
Contratado: K.C.R INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI,

Objeto: Aquisição de equipamentos para o Centro Municipal de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos, localizado na Rodovia Municipal MAR 150 – Espigão Grande, no município de Maracajá/SC

Valor: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Vigência: 17/05/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 17 de maio de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Marco Ribeiro Junior

Contratado

EXTRATO DO CONTRATO 68/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 68/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,
Contratado: ALBERTINA HELENA LENHANI CARDOSO - MEI,
Objeto: Contratação de empresa especializada para a elaboração e aplicação de cursos de capacitação e palestras, para o programa de formação de mulheres de diferentes faixas etárias visando a promoção da autonomia econômica, cultural e social, conforme convenio nº 170/2013 – SPM/PR firmado entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o município de Maracajá

Valor: R\$ 76.498,08 (setenta e seis mil quatrocentos e noventa e oito reais e oito centavos).

Vigência: 17/05/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 17 de maio de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Albertina Helena Lenhani Cardoso

Contratado

EXTRATO DO CONTRATO 69/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 69/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: EVERALDO TEIXEIRA SILVEIRA - ME

Objeto: Contratação de inserções em rádios e jornais de circulação regional, para o programa de formação de mulheres de diferentes faixas etárias visando a promoção da autonomia econômica, cultural e social, conforme convenio nº 170/2013 – SPM/PR firmado entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o município de Maracajá.

Valor: R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais).

Vigência: 18/05/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 18 de maio de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Everaldo Teixeira Silveira

Contratado.

EXTRATO DO CONTRATO 70/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 70/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: RADIO ARARANGUÁ LTDA - EPP

Objeto: Contratação de inserções em rádios e jornais de circulação regional, para o programa de formação de mulheres de diferentes faixas etárias visando a promoção da autonomia econômica, cultural e social, conforme convenio nº 170/2013 – SPM/PR firmado entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o município de Maracajá.

Valor: R\$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais).

Vigência: 18/05/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 18 de maio de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Ricardo de Pellegrin Stopassoli

Contratado.

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 35/2016 - PP

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 35/2016

O Município de Maracajá, torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 35/2016 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, para a aquisição de bica corrida para revitalização de ruas do município de Maracajá – SC, de acordo o Programa de Transferência do Estado de Santa Catarina nº 2016005393, que gerou o seguinte resultado: Item – 01 adjudicado para a empresa Maracajá Comercio de Materiais para Construção Ltda, valor Adjudicado R\$ 38,00 (trinta e oito reais), Valor Total Adjudicado R\$ 202.978,90 (duzentos e dois mil novecentos e setenta e oito reais e noventa centavos).

Maracajá/SC, 18 de maio de 2016.

Marcio Michel Jumes de Sousa

Pregoeiro

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 436/2016

DECRETO N. 436/2016, de 22 de abril de 2016.

ESTABELECE PLANO DE CONTENÇÃO E CONTROLE DE DESPESAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

1. Considerando a necessidade de manter o equilíbrio econômico, financeiro e orçamentário do Município;

2. Considerando a queda brusca dos recursos oriundos do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, em mais de 60% em relação aos meses de fevereiro a março de fevereiro 2016;

3. Considerando o disposto no Art. 14, da Lei Municipal n. 3.899, de 29 de outubro de 2015, in verbis: "Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF)";

4. Considerando a necessidade de respeitar os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial o Art. 19, bem como o disposto no caput do Art. 169 da Constituição da República Federativa do Brasil, no que tange a despesa total com pessoal;

5. Considerando a queda de receita, bem como, a atual situação político-econômica que assola o País;

6. Considerando a necessidade de manter em pleno funcionamento os serviços públicos considerados essenciais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o Plano de Contenção e Controle de Despesas no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 2º. O Gabinete da Prefeita, manterá suas despesas mensais limitadas à 2,15% da receita ordinária, sem exceder, até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º. A Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, manterá suas despesas mensais limitadas à 7,50% da receita ordinária, sem exceder, até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º. A Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, manterá suas despesas mensais limitadas à 28% da receita ordinária, sem exceder, até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 5º. O Departamento de Cultura, manterá suas despesas mensais limitadas à 2% da receita ordinária, sem exceder, até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 6º. O Departamento de Esportes, manterá suas despesas mensais limitadas à 2% da receita ordinária, sem exceder, até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 7º. A Secretaria de Saúde e Saneamento, manterá suas despesas mensais limitadas à 20% da receita ordinária, sem exceder, até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 8º. A Secretaria de Assistência Social, manterá suas despesas mensais limitadas à 6,00% da receita ordinária, sem exceder, até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 9º. A Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, manterá suas despesas mensais limitadas à 8,35% da receita ordinária, sem exceder, até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 10. A Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, manterá suas despesas mensais limitadas à 5,00% da receita ordinária, sem exceder, até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 11. A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, manterá suas despesas mensais limitadas à 13% da receita ordinária, sem exceder, até o dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 12. Fica suspenso o pagamento de abono pecuniário de férias.

Art. 13. Fica suspenso o pagamento de licenças-prêmio, exceto para fins de aposentadoria.

Art. 14. Fica suspenso o pagamento de horas-extras, salvo em casos excepcionais de interesse do serviço e mediante prévia e expressa autorização da Prefeita de Maravilha.

Art. 15. Fica autorizado a revisão e supressão das chamadas "funções gratificadas" e nas chamadas "funções confiança".

Parágrafo único. Cada secretaria deverá realizar o plano de readequação funcional, garantindo a máxima economia, visando à redução dos gastos com pessoal.

Art. 16. As despesas fixas e variáveis tais como: energia elétrica, água, telefone, combustível, manutenção de veículos e máquinas, lubrificantes, material de expediente, material de higiene e limpeza, devem ser reduzidas por meio do gerenciamento e acompanhamento efetivo dos programas e ações, em cada Secretaria e unidade de trabalho.

Parágrafo primeiro. A responsabilidade de gestão e cumprimento deste artigo é conferida ao secretário ou gestor de cada secretaria (unidade), observando as metas e limites estipulados nesse decreto.

Parágrafo segundo. Fica instituído, para atendimento ao artigo anterior o turno único, que será operacionalizado da seguinte forma:

1. O turno único das 13h às 19h será adotado nas seguintes secretarias e Departamentos:

1.1. Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda.

1.1.2. Casa da Cidadania.

1.1.3. Setor de Vigilância Sanitária.

1.1.4. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

1.1.5. Secretaria de Educação, Cultura e Desporto – somente nas atividades desenvolvidas pelo setor administrativo da secretaria, junto ao Centro Administrativo Municipal.

1.1.6. Departamento de Cultura – somente setor administrativo.

1.1.7. Na Biblioteca Pública Municipal.

1.1.8. No Museu Padre Fernando.

1.1.9. Departamento de Esportes – somente setor administrativo.

1.1.10. Secretaria de Assistência Social.

1.1.11. No Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.

1.1.12. No Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS.

2. O turno único das 12h e 30 min às 18h e 30min será adotado nas seguintes secretarias:

- 2.1. Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.
- 2.2. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

3. Não será adotado turno único, mantendo-se o mesmo horário já adotado:

- 3.1. Na Secretaria de Saúde e Saneamento.
- 3.2. Nas unidades de saúde do Município de Maravilha e CAPS.
- 3.3. Nas unidades escolares da rede pública municipal.
- 3.4. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e no Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.
- 3.5. No Abrigo Infantil.
- 3.6. Conselho Tutelar.
- 3.7. No Setor de Vigilância Ambiental (setor de “combate a dengue”) – o funcionamento será processado da seguinte forma:
 - 3.7.1. Expediente interno (sem atendimento ao público) das 07h e 30min às 11h e 30min.
 - 3.7.2. Expediente externo (com atendimento ao público) das 13h às 17h.

Art. 17. Os secretários, gestores de cada unidade, são diretamente responsáveis e responsabilizados pelas adequações e limites financeiros acima definidos, devendo seguir as diretrizes estratégicas de gestão e garantir o cumprimento dos limites estabelecidos.

Parágrafo único. Cada secretário ou gestor da unidade assinará um termo de responsabilidade e compromisso, formalmente, onde assumirá o compromisso e a responsabilidade de gerir e promover as adequações econômicas-financeiras e operacionais com base nas determinações deste decreto, observando, acompanhando e avaliando as metas e os limites acordados.

Art. 18. Fica suspenso, o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, bem como a concessão de qualquer função gratificada e/ou confiança, ressalvados os casos devidamente justificados e aprovados pela Prefeita do Município de Maravilha.

Art. 19. Fica suspensa a concessão de vantagens, salvo derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X, da Constituição Federal, bem como, a criação de cargo, emprego ou função e a alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesa, ressalvados, os casos devidamente justificados e aprovados Prefeita do Município de Maravilha.

Art. 20. Férias acumuladas, especialmente, no que se refere aos cargos comissionados, deverão, obrigatoriamente, serem usufruídas até 30 de outubro de 2016. Caso não solicitadas, o Setor de Recursos Humanos terá autonomia para decidir o período e concedê-las.

Art. 21. Ficam suspensos os gastos com diárias, passagens, cursos, seminários e congressos, salvo em casos excepcionais de interesse do serviço e mediante prévia e expressa autorização da Prefeita de Maravilha.

Art. 22. Que os gestores, secretários, diretores, chefes de departamento ficam obrigados a cumprir rigorosamente o presente PLANO DE CONTROLE E CONTENÇÃO DE DESPESAS, inclusive apresentando sugestões e alternativas para o cumprimento do estabelecido.

Art. 23. Qualquer despesa com recursos ordinários, somente poderá ser realizada mediante aprovação da área financeira (Tesoureira), área contábil (Contador) e com expressa autorização da Autoridade Superior do Executivo Municipal.

Parágrafo único. Para atendimento ao disposto no artigo anterior,

fica criada a Comissão Permanente de Acompanhamento – CPA, com a seguinte composição: Rosimar Maldaner, Sandro Donati, Cleiton Borgaro, Cláudio José Zembruski, Tânia Maria Zanotto, Elton Schmidt, Igor Eduardo Damaren e Diane de Jesus.

Art. 24. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 23 de Maio de 2016 até 31 de dezembro de 2016. As licitações já agendadas serão reprogramadas, automaticamente, para o mesmo dia, no período vespertino.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 26. As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Maravilha, 22 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita do Município de Maravilha

CLEITON BORGARO Sec. Planej. Adm. Fazenda	
ROSEMÉRI RODRIGUES DA SILVA Secretária de Educação, Cultura e Desporto	CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI Contador
CLAUDIR SANSIGOLO Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	CRISTIANE ROVERSI Diretora de Projetos
FLÁVIA ROBERTA FIGUEIREDO Secretária de Assistência Social	DIANE DE JESUS Diretora de Recursos Humanos
MIRIANI SARTORI Secretária de Saúde e Saneamento	ELTON SCHMIDT Diretor geral – Setor de Compras
NEIVO SARTORI Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo	IGOR EDUARDO DAMAREN Procurador Geral
GELSON ROSSETTO Secretário de Indústria, Comércio e Turismo	VALDEMIR ANDRETTA Diretor de Trânsito
TÂNIA MARIA ZANOTTO Tesoureira	ROSI INÁCIA REICHERT Diretora de Cultura
BERLIN MARCOS FILLIPIN Diretor de Planejamento Urbano	MARCELO HEINZ Diretor de Esportes

Decreto nº 486/2016

DECRETO Nº 486, DE 17 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária, de servidores municipais por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna nº 259/16 da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário

(ACT) as pessoas relacionadas no Anexo Único do presente Decreto, as quais foram classificadas no Edital de Substituição nº 001/2016 para atuar como professores substitutos, suprimindo as licenças para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias e eventuais afastamentos a pedido da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de maio de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

ANEXO ÚNICO

Nº	PROFESSOR
1	Andréia Badia
2	Carine Goelzer
3	Juçara Felipe de Oliveira
4	Janice Timm Alba
5	Dandara Campana
6	Francieli da Motta
7	Analice Barros Chagas
8	Rosane Janner
9	Elci Regina Diesel Grebien
10	Carine Willinghoefer
11	Claudete Beatriz Hermes

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0158/2016

Decreto nº 158/2016 de 19/05/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 477/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 477/2016, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO, LIMPEZA, CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE CALHAS NOS IMÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
OSNI KAMMLER - ME	34.355,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 19 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Chefe do Depto. De Licitações

DECRETO Nº 0159/2016

DECRETO Nº 0159/2016 DE 19 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVAIR RODRIGO KOTTWITZ, APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MODELO, EDITAL Nº 001/2016, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.253/2016 em especial o Edital de Concurso Público nº 001/2016, do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 097/2016 em 18.03.2016, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a partir desta data, o Sr. EVAIR RODRIGO KOTTWITZ, portador do CPF nº 068.853.189-06, RG nº 5.521.744-3, aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, Edital nº 001/2016, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS, nível 14, referência "A" da Tabela de Isonomia

de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, com carga horária de 40 horas semanais, com a jornada de trabalho fixada e a atribuição de exercício, de conformidade com o interesse e necessidade do atendimento do serviço público, com observância das disposições legais, percebendo a remuneração do quadro conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 19 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE Nº 027/2016 – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2016

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 0159/2016

CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais Externos

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC compareceu o Sr. EVAIR RODRIGO KOTTWITZ, portador do CPF nº 068.853.189-06, RG nº 5.521.744-3, nomeado a fim de tomar posse no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS, conforme especificado pelo Decreto nº 0159/2016.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional competente onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo/SC, aos 19 de maio de 2016.

EVAIR RODRIGO KOTTWITZ

Servidor

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
PROCESSO LICITATÓRIO N.475/2016
PREGÃO N. 28/2016

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
VALOR: R\$ 7.783,45

O Prefeito m de Modelo- SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou ata de registro de preço com a Empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA O DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MODELO. A integra da ata de registro de preço está disponibilizado no site do município no endereço www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 19 de maio de 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
PROCESSO LICITATÓRIO N.475/2016
PREGÃO N. 28/2016

CONTRATADA: SCS COMÉRCIO LTDA - ME

VALOR: R\$ 7.501,75

O Prefeito m de Modelo- SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou ata de registro de preço com a Empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA O DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MODELO. A integra da ata de registro de preço está disponibilizado no site do município no endereço www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 19 de maio de 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
PROCESSO LICITATÓRIO N.475/2016
PREGÃO N. 28/2016

CONTRATADA: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
VALOR: R\$ 7.428,88

O Prefeito m de Modelo- SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou ata de registro de preço com a Empresa vencedora do Processo Licitatório supracitado objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA O DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MODELO. A integra da ata de registro de preço está disponibilizado no site do município no endereço www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 19 de maio de 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2016 PAULO MAGRIN

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Contratado: PAULO MAGRIN
Valor: R\$ 0,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público

para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato administrativo, objetivando receber em cessão gratuita de uso e gozo de área de propriedade do CEDENTE para o CESSIONÁRIO MUNICÍPIO DE MODELO, consistente na área de 25 m² (vinte e cinco metros quadrados), cuja área não está cercada, para instalação de poste de concreto para colocação de antena e fornecimento de energia para utilização dos equipamentos, localizada na Linha Esperança, cuja torre é denominada de 10 Torre Esperança.

Modelo (SC), 05 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2016 APAE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE – ESCOLA ESPECIAL MUNDINHO FELIZ
Valor: R\$ 0,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou contrato administrativo, objetivando a cessão gratuita de uso e gozo para utilização de imóvel do Município, consistente em: Parte sudoeste do Lote Urbano nº 189, da quadra nº 01, com área de 669,00 m² (seiscentos e sessenta e nove metros quadrados), com benfeitorias, na Rua 7 de Setembro, na Cidade de Modelo – SC, matriculada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Modelo, sob nº 5.610.

Modelo (SC), 10 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 004/2016 AO CONTRATO Nº 104/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 004/2016 AO CONTRATO Nº 104/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Contratada: MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – EPP
Valor: R\$ 2.591,38

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que formalizou termo aditivo ao contrato administrativo aditando o objeto do contrato, constante da cláusula segunda, com ampliação e supressão do objeto, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei 8.666/93, nos termos do relatório de Vistoria e Justificativa.

Modelo (SC), 10 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0104/2016

PORTARIA Nº 0104/2016 DE 19 DE MAIO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010,

2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído aos Servidores Públicos Municipais LUIZ CARLOS SPIECKER e EVAIR RODRIGO KOTTWITZ, nomeados pelos Decretos nº 0154/2016 e 0159/2016, respectivamente, o exercício das funções do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Externos, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Estradas e Rodagens – DMER de Modelo/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 19 de maio de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 009/2015 Nº7

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 009/2015

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 009/2015, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Zelador

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
9º	Luciana Sachietti
10º	Luzia da Silva Nazário
11º	Cristine Antônio Nazário

Morro da Fumaça, de 19 de Maio de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 06/2016 FUNREBOM - PARECER DA COMISSÃO JULGADORA -

PARECER DA COMISSÃO JULGADORA PREGÃO PRESENCIAL 6/2016 - FUNREBOM

RESUMO DA ATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

AO(S) 19 DE MAIO DE 2016, ÀS 09H00MIN, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE A PREGOEIRA E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADAS PELA(O) PORTARIA Nº 377 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

FOI ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES AUTO PEÇAS E MECÂNICA GIRO MAXIMO LTDA EPP (2333), PRESIDIESEL COMÉRCIO DE AUTO PECAS LTDA - ME (14515), DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E ENQUADRADAS COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE OS REPRESENTANTES VISTARAM OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO.

NA SEQUENCIA FORAM ABERTOS OS ENVELOPES RELATIVOS ÀS PROPOSTAS E VISTADAS PELOS PRESENTES, CONSTATANDO-SE QUE AS MESMAS CUMPRIRAM COM O EXIGIDO NO EDITAL.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA PRESIDIESEL COMÉRCIO DE AUTO PECAS LTDA - ME, ONDE SE VERIFICOU QUE A EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS NÃO CUMPRIU COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL, PORÉM, SENDO ELA ME OU EPP, TEM O PRAZO ASSEGURADO DE 5 (CINCO) DIAS PRORROGADOS POR MAIS 5 (CINCO) CONFORME PREVISTO EM LEI PARA APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO FEDERAL REGULARIZADA, A QUAL QUE SE ENCONTRA COM UMA LIMINAR APRESENTADA NA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME.

Pregoeira: Carla Claudino

Membros: Josezite dos Santos

Tatiana Alencar Carlini

Miroslava Marin

CONTRATOS 047 - 048 - 065 - 074/2016

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 047/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CEO CONSULTORIO ODONTOLÓGICO

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO, PROMOVER A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PACTUADA NO CONTRATO ORIGINAL.

VIGÊNCIA: 13/03/2016 á 31/12/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

CONTRATO Nº 048/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: FARIA & VELOSO ATIVIDADES DE ATENDIEMNTO NA AREA DE SAUDE

OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 56/2015 PARA ALTERAR A VIGENCIA.

VIGÊNCIA: 16/03/2016 Á 31/12/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

CONTRATO Nº 065/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: OSMAR ALTAIR ADRIANO

OBJETO: O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel,

com 569,40 m² de área construída, com 07(sete) salas, 02 (dois) banheiros, imóvel pintado. Localizado na rua Aurea vitalina, nº 169 – Bairro Centro, Município Navegantes/SC, CEP: 88375-000.

VALOR: R\$ 29.566,00

VIGÊNCIA: 01/04/2016 á 31/12/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

CONTRATO Nº 074/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: ARNALDO LUIZ REISER

OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 89/2015 PARA ALTERAR A VIGENCIA.

VIGÊNCIA: 14/04/2016 Á 31/12/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

DECRETO Nº 066 DE 19 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 66 DE 19 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 3057 de 07/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 542 – Controle Ambiental

Programa: 22– Gestão Ambiental Eficaz

2.068 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

24 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

T O T A L
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 542 – Controle Ambiental

Programa: 22– Gestão Ambiental Eficaz

2.068 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

19 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

T O T A L
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 19 de Maio de 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de Maio de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1295/2016 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE

PORTARIA N º 1295 DE 17 DE MAIO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Ari-celi Vitti, ocupante do cargo de Professora Efetiva 445001 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 05/03/2016 a 27/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1296/2016 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE

PORTARIA N º 1296 DE 17 DE MAIO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora Andrea Cristina das Neves ocupante do cargo de Professora Efetiva 63703 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 23/09/2015 a 18/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1312/2016 NOMEAÇÃO CONCURSO 001/2015

PORTARIA N º 1312 DE 17 DE MAIO DE 2016
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. JONAS GRACHTEN FRAGA, para exercer o cargo de PSICÓLOGO INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO /SUAS, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 17/05/2016

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MAIO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1313/2016 LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA N º 1313 DE 18 DE MAIO DE 2016
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Soleide Waltrick, ocupante da função de Professora Efetiva 206509, no período de 09/05/2016 a 04/11/2016.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retro-agindo a 09/05/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1314, 1315/2016 LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA N º 1314 DE 18 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Simone Boastik, ocupante do cargo de Professora Efetiva 1984910 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 20/04/2016 a 27/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1315 DE 18 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor Simone Boastik ocupante do cargo de Professora ACT 1984912 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 20/04/2016 a 01/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1316, 1317/2016 LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA N º 1316 DE 18 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Jessica Alice Fortuna, ocupante da função de Vigia ACT, no período de 11/05/2016 a 05/11/2016.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/05/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1317 DE 18 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Cristiane Pereira de Araujo Veleda, ocupante da função de Professora Efetiva, no período de 09/05/2016 a 03/11/2016.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 09/05/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1318/2016 PROGRESSÃO

PORTARIA N º 1318 DE 18 DE MAIO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ROSANA DE SOUZA VIEIRA SILVA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2012/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo a 01/04/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1319,1320,1321/2016 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA N º 1319 DE 18 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) JULIANE WAGNER PACHECO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de ANALISTA ADMINISTRATIVO, para usufruir de 30 (trinta) dias , pelo período de 16/05/2016 a 14/06/2016, restando 60 dias para gozo posterior, período aquisitivo entre 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16 de maio de 2016 a 14 de junho de 2016. Fazendo gozo de 30 (trinta) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1320 DE 18 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) GRACIANE MARA SALLES VENANCIO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA matricula 145904, para usufruir de 60 (sessenta) dias , pelo período de 11/05/2016 a 09/07/2016, período aquisitivo entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11 de maio de 2016 a 09 de julho de 2016. Fazendo gozo de 60 (sessenta) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1321 DE 18 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) GRACIANE MARA SALLES VENANCIO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA matricula 145905, para usufruir de 60 (sessenta) dias restantes , pelo período de 11/05/2016 a 09/07/2016, período aquisitivo entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11 de maio de 2016 a 09 de julho de 2016. Fazendo gozo de 60 (sessenta) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1322,1323/2016 CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO ASSUNTOS PARTICULARES

PORTARIA N.º 1322 DE 18 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares ao (a) servidor (a) Jonathan Cesar Maia, Professor – Matrícula 357607, 20 horas semanais, no período de 30/05/2016 a 30/05/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N.º 1323 DE 18 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares ao (a) servidor (a) Jonathan Cesar Maia, Professor – Matrícula 357605, 20 horas semanais, no período de 30/05/2016 a 30/05/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**LICITAÇÃO Nº 03-2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03-2016 - CONVOCAÇÃO DE LICITANTE**

CONVOCAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL N.003/2016.

Processo licitatório N.003/2016

O Presidente do Legislativo, Sr. ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade N. 2.294.800 SSP/SC e do CPF N. 683.382.449-53, residente e domiciliado na cidade de Navegantes –SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, em especialmente a lei Federal 8.666/93 e o edital de licitação CONVOCA neste ato a empresa:

GT LIMP SERVIÇO E PRODUTOS DE LIMPEZA. ME, com sede na Rua Luiz Tadeu Gandolfi, nº 208, Galpão, Jardim Eldorado, Cep. 88.133-568Palhoça-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o número 16.920.937/0001-15, para no prazo de cinco dias úteis, após o recebimento da presente convocação, para assinar o contrato de prestação de serviço objeto do processo licitatório acima descrito. Navegantes-sc. 19 de maio de 2016.

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC

LICITAÇÃO Nº 03-2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03-2016 - PARECER DE ADJUDICAÇÃO

PARECER DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.003/2016.

Processo licitatório N.003/2016

JOSÉ JOÃO DE SOUZA Pregoeiro da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, nomeado pela portaria N. 001/2016, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, dá o seu parecer pela adjudicação do presente processo licitatório, adjudicando neste momento a

proposta formulada pela empresa GT LIMP SERVIÇO E PRODUTOS DE LIMPEZA. ME, com sede na Rua Luiz Tadeu Gandolfi, nº 208, Galpão, Jardim Eldorado, Cep. 88.133-568Palhoça-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o número 16.920.937/0001-15, no valor anual de R\$57.312,48 (Cinquenta e sete mil trezentos e doze reais e quarenta e oito centavos) Navegantes-sc. 19 de maio de 2016.

JOSÉ JOÃO DE SOUZA.

EQUIPE DE APOIO:

SOLOM MANOEL COSTA _____

VANILDO TELLES _____

VILSEMAR OLÍMPIO DUARTE _____

LICITAÇÃO Nº 03-2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03-2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL N.003/2016.

Processo licitatório N.003/2016

O Presidente do Legislativo, Sr. ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade N. 2.294.800 SSP/SC e do CPF N. 683.382.449-53, residente e domiciliado na cidade de Navegantes –SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, em especialmente a lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, a vista da ata da sessão pública e parecer do pregoeiro e equipe técnica, do processo licitatório acima mencionado resolve: 01- Homologar a presente licitação nos presentes termos:

a) Pregão presencial N.003/2016, Processo Licitatório N.003/2016.

b) Modalidade Pregão.

c) Data da homologação 19/05/2016.

d) Constitui objeto desta licitaçãoa contratação de empresa especializada no fornecimento de dois empregados para trabalhar na recepção, devidamente uniformizados, de segunda a sexta-feira ao longo do ano de 2016, Licitação tipo Pregão Presencial na modalidade de Menor Preço.

GT LIMP SERVIÇO E PRODUTOS DE LIMPEZA. ME, com sede na Rua Luiz Tadeu Gandolfi, nº 208, Galpão, Jardim Eldorado, Cep. 88.133-568Palhoça-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o número 16.920.937/0001-15no valor anual de R\$57.312,48 (Cinquenta e sete mil trezentos e doze reais e quarenta e oito centavos).

Navegantes-sc. 19 de maio de 2016.

ALICIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

PORTARIA N º 066 DE 20 DE MAIO DE 2016

PORTARIA N º 066 DE 20 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § III, "a", § 5º da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a segurada SUELI COUTO FERNANDES portadora da cédula de identidade n.º 424.048, inscrita no CPF sob o n.º 585.525.109-87, e PIS/PASEP nº 100.91261.83.7, efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada no ENSINO FUNDAMENTAL EFETIVO, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2016.04.03320P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Retroagindo seus efeitos a partir de 17 de maio de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 20 DE MAIO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza Jan Ullrich

PREFEITO DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 20 de maio de 2016.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE

Nova Trento

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016

PROCESSO Nº 049/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016

Aos 18 dias do mês de maio de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/05/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: O objeto deste Pregão é o Registro de Preços para locação de Rolo Compactador, com fornecimento de mão-de-obra, materiais de consumo, manutenção preventiva e corretiva e demais materiais necessários ao completo desempenho dos trabalhos, com transporte incluso para ser utilizado na recuperação de vias públicas de Nova Trento, conforme quantidades e especificações contidas no anexo I do edital

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

FRANNA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME (CNPJ Nº 08.332.974/0001-84)

Item	Descrição	Unid.	Quant	Valor Unitário	Valor Total
1	Locação de Rolo Compactador	Horas	1.000	70,00	70.000,00
TOTAL					70.000,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os serviços serão executados conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os serviços deverão ter seu início em no máximo 24 horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento, 18 de maio de 2016.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

PORTARIA Nº 205/2016

PORTARIA Nº 205/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 002/2016, de 19/02/2016, LEONIRIA FATIMA ANZINI MISTURA, matrícula nº 7060, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Língua Portuguesa), na Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Distrito de Agutí, Município de Nova Trento, a contar de 01 de março de 2016 até a realização do Processo Seletivo nº 001/2016, em substituição a titular Rosiane Melo Cordeiro, afastada Conforme Portaria nº 191/2016 (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de março de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LEONIRIA FATIMA ANZINI MISTURA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Geral de Agutí, s/nº, Distrito de Agutí, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 894.452.289-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Língua Portuguesa), na Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Distrito de Agutí, Município de Nova Trento, em substituição a titular Rosiane Melo Cordeiro, afastada Conforme Portaria nº 191/2016 (Readaptação).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de março de 2016 até a realização do Processo Seletivo nº 001/2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de março de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Leoniria Fatima Anzini Mistura
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de março de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 240/2016 "A"

PORTARIA Nº 240/ 2016 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015, de 22/09/2015, convocada conforme Decreto nº 006/2016, LISANGELA LOCKS, matrícula nº 7104, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 35 (trinta e cinco) horas semanais (Educação Infantil – Contador de Histórias e Professor Itinerante), sendo 25 (vinte e cinco) horas semanais na Creche Municipal Espreado e 10 (dez) horas semanais na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 07 de março de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de março de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LISANGELA LOCKS, brasileira, casada, residente na Rua Salvador Gessele, nº 23, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 008.810.719-19, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 35 (trinta e cinco) horas semanais (Educação Infantil – Contador de Histórias e Professor Itinerante), sendo 25 (vinte e cinco) horas semanais na Creche Municipal Espreado e 10 (dez) horas semanais na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.504,95 (hum mil quinhentos e quatro reais e noventa e cinco centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 07 de março de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 07 (sete) horas diárias, totalizando 35 (trinta e cinco) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 07 de março de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Lisangela Locks
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 07 de março de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 300/2016

PORTARIA Nº 300/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CF/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 097/2016, PAULO ROBERTO RODRIGUES, matrícula nº 7112, para exercer o cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento a contar de 01 de abril de 2016 a 20 de dezembro de 2016, por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma), bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, brasileiro, solteiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor PAULO ROBERTO RODRIGUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Felipe Schmidt, nº 786, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador

do CPF nº 494.282.099-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento (desdobramento de turma).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.544,48 (hum mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de abril de 2016 a 20 de dezembro de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da alteração na quantidade de matrículas de alunos.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de abril de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Paulo Roberto Rodrigues
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

RESULTADO LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2016

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 050/2016

A Prefeitura de Nova Trento/SC por meio de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 039/2016, tendo por objeto do pregão Aquisição de Serra Fita móvel para madeira, em aço estrutural, acompanhada de Amolador, a ser utilizada no atendimento da população de Nova Trento (com rodado para transporte até o local da prestação de serviço, acoplada em trator agrícola), conforme especificações constantes do Anexo I deste edital, teve sua sessão realizada em 18/05/2016, com abertura iniciada às 15:30 horas e encerrada às 15:35, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Outras informações podem ser obtidas na Prefeitura de Nova Trento, sito à Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, ou pelos fones: 48 3267-3213/3267-3211.

Nova Trento/SC, 18 de maio de 2016.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

TERMO ADITIVO - CONTRATO 150/2012

TERMO ADITIVO DE VALOR - SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 150/2012

Origem: Processo Licitatório nº 085/2012 - Pregão Presencial nº 050/2012

PREÂMBULO

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a Rua Santo Inácio, 122, Centro do Município de Nova Trento - SC, inscrito no CPF sob o n.º 032.953.809-88 e portador da cédula de identidade n.º 3.573.471, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, VICTOR ALISSON GOMES, pessoa física, residente à Rua Valério Celso Zanluca, 202, cidade de Nova Trento/SC, inscrito no CPF sob n.º 018.154.619-18, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 150/2012, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato nº 150/2012, incluindo nas obrigações da contratada os serviços de Acompanhamento Técnico nas Hortas Escolares e Assistência Técnica Judicial Ambiental, com fundamento no Capítulo III que dispõe a Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato nº 150/2012 e dá-se ao presente contrato o valor de R\$ 2.937,50 (Dois mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) por mês, até o final de sua vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 150/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 18 de maio de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI Prefeito	VICTOR ALISSON GOMES CONTRATADO
Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Cátia Maria Búrigo

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2016**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 1/9

Processo Nº.: 46/2016**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2016**

No dia 19 do mês de Maio do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.858.200/0001-91, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS, 164, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 35/2016, Processo Licitatório nº. 46/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para contratações futuras, destinadas ao suprimento da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade - constantes da listagem do ANEXO I, parte integrante deste Edital, contendo a discriminação dos medicamentos e seus quantitativos estimados, locais, horário e condições de entregas e recebimentos, bem como as demais normas de transporte e sanitária, quando exigida.

Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6008	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.	2, 10, 13, 33, 48, 52, 53, 57, 60, 71, 81
7077	ANDROMEDA DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.	
6527	CENTERMEDI - COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	63, 65, 68, 70, 77, 80
7222	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA.	56
6831	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. - MINAS	12, 19, 21, 24, 26, 49, 51
6517	CRISTALIA PROD. QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA.	5, 8, 11, 27, 34, 37, 40, 61
6757	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	46, 58, 64, 66, 69, 74
6013	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	4
7360	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS	75
6940	LA DALLA PORTA JUNIOR - JUNIMED DISTRIBUIDORA	
6077	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	31, 44, 62, 73
6021	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	6, 7, 54, 59, 67, 78
7538	PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	29
6532	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	
7083	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	16, 17, 18, 20, 22, 23, 25, 41

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.	00.802.002/0001-02	CLEITON ANDRE WAGNER	029.131.619-01
ANDROMEDA DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.	13.568.558/0001-10		. . .
CENTERMEDI - COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	03.652.030/0001-70	PEDRO DE OLIVEIRA SAMPAIO	251.983.860-49
Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA.	94.516.671/0002-34		. . .
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. - MINAS	67.729.178/0004-91	HEITOR DE OLIVEIRA SAMPAIO	061.648.339-22
CRISTALIA PROD. QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA.	44.734.671/0001-51	MARCELO DELLA GIUSTINA	035.720.399-24
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	05.531.725/0001-20	PAULA BURATTE	035.641.729-80
DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	02.520.829/0001-40	IVAN CARLOS FACIOLI	958.229.920-72
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS	06.035.038/0001-86	JULIO CESAR TONDOLO	541.837.900-34
LA DALLA PORTA JUNIOR - JUNIMED DISTRIBUIDORA	11.145.401/0001-56	ALEXANDRE DUARTE	987.040.609-20
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	CRISTIANO GARCIA DE FREITAS	940.402.140-72
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	02.816.696/0001-54	FLAVIO ANTONIO E. SANTOS	275.382.309-04
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	04.355.394/0001-51		. . .
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	85.247.385/0001-49		. . .
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	09.944.371/0001-04		. . .

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 2/9

Processo Nº.: 46/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para contratações futuras, destinadas ao suprimento da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade - constantes da listagem do ANEXO I, parte integrante deste Edital, contendo a discriminação dos medicamentos e seus quantitativos estimados, locais, horário e condições de entregas e recebimentos, bem como as demais normas de transporte e sanitária, quando exigida.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6008 - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	CLARITROMICINA 500 MG	Comp	E.M.S	600,000	1,6770	1.006,20
10	CINARIZINA 75 MG	Comp	Brainfarma	200,000	0,1860	37,20
13	ISOSSORBIDA, DINITRATO 5MG (SUBLINGUAL)	Comp	Baldacci	700,000	0,3840	268,80
33	GLICONATO DE CALCIO 10%-10ML(EV)	Amp.	Isofarma	200,000	1,3750	275,00
48	CARVAO ATIVADO EM PÓ 1000G	Pcts.	Quimidrol	2,000	55,0000	110,00
52	PARACETAMOL SOLUÇÃO ORAL(GOTAS) 200MG/ML-20ML	Frs.	Sobral	4.000,000	0,6870	2.748,00
53	XINAFOATO SALMETEROL,PROPIONATO FLUTICAZONA 25/125-120 DOSES	Frs.	GlaxoSmithKli	15,000	92,8100	1.392,15
57	CARBAMAZEPINA 200mg	Comp	Teuto	3.000,000	0,0570	171,00
60	CEFALEXIA 500mg.	Comp	Multilab	40.000,000	0,4500	18.000,00
71	AMINOFILINA 100mg	Comp	Vitapan	5.000,000	0,0370	185,00
81	VALPROATO DE SODIO+ACIDO VALPROICO 300MG-LIBERAÇÃO PROLONGAD	Comp	Torrent	1.000,000	0,7670	767,00

Fornecedor: 6013 - DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	FENITOINA 100 MG	Comp	TEUTO	25.000,000	0,2800	7.000,00

Fornecedor: 6021 - PONTAMED FARMACEUTICA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SODICO 500 MG-IM/IV-PÓ SOLUÇÃO INJ	Frs.	TEUTO	5.400,000	5,3700	28.998,00
7	GLICOSE 25% INJETAVEL - AMPOLA 10ML	Amp.	SAMTEC	350,000	0,2340	81,90
54	XINAFOATO SALMETEROL,PROPIONATO FLUTICAZONA 50/500 60 DOSES	Frs.	GLAXOWELL	18,000	148,0000	2.664,00
59	CAPTOPRIL 50 MG	Comp	PRATI DONAI	50.000,000	0,0360	1.800,00
67	DEXAMETASONA, ELIXIR 0,5MG/5ML - FRASCO 100ML	Frs.	SOBRAL	1.000,000	1,2300	1.230,00
78	LACTULOSE 667MGLML- FRASCO 120ML - COM SABOR	Frs.	EMS	200,000	6,6080	1.321,60

Fornecedor: 6077 - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
31	IMIPRAMINA 75MG-COMPRIMIDO	Comp	NOVARTIS	2.000,000	1,8300	3.660,00
44	AMIODARONA 100MG	Comp	LIBBS	200,000	0,6500	130,00
62	NIMESULIDA 100 MG	Comp	VITAPAN	8.000,000	0,0600	480,00
73	SULFATO GLICOSAMINA+SULFATO SÓDICO CONDROITINA 1,5G+1,2G-PÓ	SACH	EUROFARMA	360,000	4,4900	1.616,40

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Processo Nº.: 46/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2016

Fornecedor: 6517 - CRISTALIA PROD. QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	Comp	Cristália	12.000,000	0,6400	7.680,00
8	BROMETO DE PANCURONIO 4 MG - 2 ML	Amp.	Cristália	200,000	6,4900	1.298,00
11	FLUMAZENIL 0,5MG - 5ML (EV)	Amp.	Cristália	50,000	20,5000	1.025,00
27	SULFATO DE EFEDRINA 50 MG/ML - 1 ML (EV,IM,SC)	Amp.	Cristália	1.000,000	2,0400	2.040,00
34	BUPIVACAINA,CLOIDRATO 0,50%-4ML	Amp.	Cristália	80,000	7,6900	615,20
37	ROPIVACAINA,CLORIDRATO 10,0 MG/ML-20ML-SEM CONSERVANTES	Amp.	Cristália	1.000,000	20,9300	20.930,00
40	SUFENTANILA, CITRATO 7,5MCG/ML - 2ML EMB.ESTOJO ESTERIL	Amp.	Cristália	1.800,000	7,2500	13.050,00
61	DESOXIRRIBONUCLESE+FIBRINOLISINA+CLORANFENICOL-PO	Bisn.	Cristália	400,000	29,8000	11.920,00

Fornecedor: 6527 - CENTERMEDI - COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
63	AMOXILINA SUSPENSAO ORAL 250MG/5ML	Frs.	PRATI D.	3.000,000	2,2000	6.600,00
65	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400/80 MG	Comp	PRATI D	20.000,000	0,0890	1.780,00
68	NISTATINA, CREME VAGINAL - 40G	Bisn.	TEUTO	1.000,000	2,1900	2.190,00
70	METFORMINA 850 MG	Comp	GEOLAB	160.000,000	0,0460	7.360,00
77	SAL PARA REIDRATAÇÃO ORAL - PÓ - EMB. 27,9G-COM SABOR	SACH	IFAL	3.000,000	0,4480	1.344,00
80	ACICLOVIR 200 MG	Comp	UNIAO QUIMI	10.000,000	0,2160	2.160,00

Fornecedor: 6757 - DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
46	ACETILCISTEINA 40 MG/ML - 100ML - XAROPE	Frs.	GEOLAB	100,000	7,6340	763,40
58	CARBAMAZEPINA 400 MG	Comp	TEUTO	3.000,000	0,1160	348,00
64	IBUPROFENO SOL. 50MG/ML - FRASCO 30ML	Frs.	TEUTO	5.000,000	1,0000	5.000,00
66	ALBENDAZOL 400 MG	Comp	PRATI	2.000,000	0,6090	1.218,00
69	LOSARTANA POTASSICA 50 MG	Comp	TEUTO	500.000,000	0,0300	15.000,00
74	PERMETRINA 1%, LOÇÃO CAPILAR - EMB.60ML	Frs.	NATIVITA	600,000	1,1600	696,00

Fornecedor: 6831 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. - MINAS

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	GLICOSE 50 % - 10 ML	Amp.	FARMACE	1.150,000	0,2200	253,00
19	SORO CLOR. DE SODIO 0,9% - 500ML SISTEMA FECHADO	Frs.	FRESENIUS	10.000,000	2,4700	24.700,00
21	SORO CLOR. DE SODIO 0,9% + GLICOSE 5% 500ML SIST.FECHADO	Frs.	SANOBIOL	5.000,000	2,7000	13.500,00
24	SORO GLICOSE 5% - 500ML SISTEMA FECHADO	Frs.	SANOBIOL	5.300,000	2,6500	14.045,00
26	SORO RINGUER COM LACTATO DE SÓDIO - 500 ML	Frs.	SANOBIOL	1.000,000	2,6970	2.697,00
49	ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML EV	Amp.	HIPOLABOR	100,000	1,9800	198,00
51	PARACETAMOL SOLUÇÃO ORAL (GOTAS) 200MG/ML - 15ML	Frs.	FARMACE	4.000,000	0,5500	2.200,00

Fornecedor: 7083 - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	SORO CLOR. DE SODIO 0,9% - 100ML SISTEMA FECHADO	Frs.	FRESENIUS	15.000,000	1,5890	23.835,00
17	SORO CLOR. DE SODIO 0,9% - 1000ML SISTEMA FECHADO	Frs.	FRESENIUS	8.000,000	3,4280	27.424,00
18	SORO CLOR. DE SODIO 0,9%+GLICOSE 5% 250ML SIST.FECHADO	Frs.	FRESENIUS	5.000,000	2,1950	10.975,00
20	SORO CLOR. DE SODIO 0,9% + GLICOSE 5% 1000ML SIST.FECHADO	Frs.	FRESENIUS	5.000,000	3,4290	17.145,00
22	SORO GLICOSE 5% - 1000ML SITEMA FECHADO	Frs.	FRESENIUS	5.000,000	3,4290	17.145,00
23	SORO GLICOSE 5% - 250ML SISTEMA FECHADO	Frs.	FRESENIUS	1.200,000	1,9660	2.359,20
25	SORO RINGUER COM LACTATO DE SÓDIO - 1000 ML	Frs.	FRESENIUS	2.000,000	3,4290	6.858,00
41	SORO CLOR.DE SODIO 0,9% - 250ML SISTEMA FECHADO	Frs.	FRESENIUS	10.000,000	1,9660	19.660,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTOPágina: 4/9
Processo Nº.: 46/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2016**Fornecedor: 7222 - Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
56	CARBONATO DE LITIO 300 MG	Comp	HIPOLABOR	5.000,000	0,1300	650,00

Fornecedor: 7360 - EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
75	GLICAZIDA 60MG	Comp	SERVIER	600,000	0,3110	186,60

Fornecedor: 7538 - PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
29	METOPROLOL, TARTARATO 5 MG - 5 ML	Amp.	seloken	50,000	22,1200	1.106,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 5/9
Processo Nº.: 46/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2016

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**Processo Nº.: 46/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2016****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 7/9
Processo Nº.: 46/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2016

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 8/9
Processo Nº.: 46/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2016

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTOPágina: 9/9
Processo Nº.: 46/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2016**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 19 de Maio de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO

Empresas Participantes:

ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA.	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
ANDROMEDA DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.	CNPJ: 13.568.558/0001-10	_____
CENTERMEDI - COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	CNPJ: 03.652.030/0001-70	_____
Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA.	CNPJ: 94.516.671/0002-34	_____
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. - MINAS	CNPJ: 67.729.178/0004-91	_____
CRISTALIA PROD. QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA.	CNPJ: 44.734.671/0001-51	_____
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA	CNPJ: 05.531.725/0001-20	_____
DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 02.520.829/0001-40	_____
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H	CNPJ: 06.035.038/0001-86	_____
LA DALLA PORTA JUNIOR - JUNIMED DISTRIBUIDORA	CNPJ: 11.145.401/0001-56	_____
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 94.894.169/0001-86	_____
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	CNPJ: 02.816.696/0001-54	_____
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	CNPJ: 04.355.394/0001-51	_____
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	CNPJ: 85.247.385/0001-49	_____
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.	CNPJ: 09.944.371/0001-04	_____

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO TA 001 AO CA Nº 054/2015 AMBIENTALIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 054/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: AMBIENTALIS ENGENHARIA LTDA - EPP

Vigência : Início: 19/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2015

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA, consistindo na prorrogação do prazo para até 31 de Dezembro de 2.016.

Fundamento legal: no art. 57 I, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 054/2015.

Novo Horizonte/SC, em 19 de Maio de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

EXTRATO TA 004 AO CA Nº 046/2015 - EDMAR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo Nº : 004 ao Contrato Administrativo Nº: 046/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: EDMAR DA SILVA - ME

Vigência : Início: 19/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2015

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, consistindo na prorrogação do prazo para até 31/12/2016.

Fundamento legal: com amparo no art. 57 I, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 046/2015

Novo Horizonte/SC, em 19 de Maio de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 042/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N 042/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 0024/2016

ATA REGISTRO DE PREÇO N° 0040/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ANTONIO HECKLER - ME

Objeto: Aquisição de material gráfico e material de divulgação, para uso das secretarias e destinados às campanhas socioeducativas.

Vigência: 18/05/2016 até 31/12/2016

Valor total: R\$ 598,00 (quinhentos e noventa e oito reais)

Data de assinatura: 18/05/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N 042/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 0024/2016

ATA REGISTRO DE PREÇO N° 0041/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: DIGITAL CRUZEIRO LTDA – ME

Objeto: Aquisição de material gráfico e material de divulgação, para uso das secretarias e destinados às campanhas socioeducativas.

Vigência: 18/05/2016 até 31/12/2016

Valor total: R\$ 9.270,90 (nove mil duzentos e setenta reais e noventa centavos)

Data de assinatura: 18/05/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N 042/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 0024/2016

ATA REGISTRO DE PREÇO N° 0042/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: GRAFICA ERECHIM LTDA

Objeto: Aquisição de material gráfico e material de divulgação, para uso das secretarias e destinados às campanhas socioeducativas.

Vigência: 18/05/2016 até 31/12/2016

Valor total: R\$ 9.739,50 (nove mil setecentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos)

Data de assinatura: 18/05/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N 042/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 0024/2016

ATA REGISTRO DE PREÇO N° 0043/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: DALLAROSA REPRESENTACOES LTDA - ME

Objeto: Aquisição de material gráfico e material de divulgação, para uso das secretarias e destinados às campanhas socioeducativas.

Vigência: 18/05/2016 até 31/12/2016

Valor total: R\$ 14.937,00 (quatorze mil novecentos e trinta e sete reais)

Data de assinatura: 18/05/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N 042/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 0024/2016

ATA REGISTRO DE PREÇO N° 0044/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: NORTE INDÚSTRIA GRAFICA LTDA - EPP

Objeto: Aquisição de material gráfico e material de divulgação, para uso das secretarias e destinados às campanhas socioeducativas.

Vigência: 18/05/2016 até 31/12/2016

Valor total: R\$ 7.969,00 (sete mil novecentos e sessenta e nove reais)

Data de assinatura: 18/05/2016

Ouro Verde

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 0001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 0001/2016

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares na Rua Iraci Santos, Área 2.994m² com meio fio e na Rua João Maria Conrado, Área 600 m² sem meio fio conforme Edital projetos técnicos; memorial descritivo. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min do dia 06 de junho 2016. Cred.sessão de lances e Hab. Às 09h05min do dia 06 de junho de 2016. Obt. do Edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3447-0007. Ouro Verde (SC), 18 de maio de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

Palhoça

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 024/2016

PORTARIA Nº 024/2016

Concede a aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do inciso I. do §1º, do art. 40, da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01 e do art. 1º da Lei Federal nº 10887/04 e declara a vacância do cargo público do servidor Jaime Hadlich.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso I, da Constituição da República, observada a modificação determinada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, o servidor Jaime Hadlich, detentor da matrícula funcional nº 400834-05, inscrito no CPF sob o Nº 217.144.799-00 e no PIS/PASEP sob o nº 102.978.674-47, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria, em caráter integral ao tempo de contribuição, nos termos do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição calculada, em conformidade com o disposto no art. 1º e seus parágrafos da Lei Federal Nº 10.887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único. A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/05/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 10 de maio de 2016.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente administrativo
Matrícula 300010-01

PORTARIA Nº 025/2016

PORTARIA Nº 025/2016

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora Eligianie Lopes Sckricoski.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, a servidora Eligianie Lopes Sckricoski, detentora da matrícula funcional nº 800353-01, inscrita no CPF sob o Nº 732.522.049-91 e no PIS/PASEP sob o nº 106.743.200-74, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/05/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 10 de maio de 2016.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares
Técnico Previdenciário
Matrícula 900048

Palmitos

PREFEITURA

COMUNICADO 4/2016

COMUNICADO

(Mudança do sentido de via pública)

O ORTPAL, (Órgão Executivo de Trânsito e Transportes de Palmitos), através do seu Diretor de Trânsito, amparado na Lei 3.416/2010, Art. 7º, inciso II, comunica a toda população de Palmitos em geral e aos usuários das vias do município a contar de hoje dia 20 de maio de 2016 que a Rua CARLOS GOMES terá seu sentido de circulação de veículos alterado para "MÃO ÚNICA", da Av Brasil para rua Rio Branco, ficando expressamente proibido transitar no sentido contrario da via.

Tal medida consultada ao conselho de trânsito, se faz necessário tendo em vista que inúmeros acidente aconteceram no local, em virtude da pouca visibilidade ao acessar a Av Brasil.

Para que os usuários se adaptem ao novo sentido da via foi estipulado um prazo de 20 (vinte) dias a contar do dia 20 de maio de 2016, neste período os veículos que transitarem na contramão de direção não serão autuados e sim orientados do novo sentido da via, após esse período o veículo que por ventura vir a circular em desacordo com a legislação será autuado pelos agentes de trânsito.

Pedimos aos usuários muita atenção ao transitarem nesta via durante o período, respeitando sempre as regras de circulação de veículos contidas no CTB (Código Nacional de Transito Brasileiro).

Palmitos 19 de maio de 2016.

AIRTON COSTA

Diretor de Trânsito de Palmitos

RGF 1º QUAD. 2016

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			(f) = (a - (b + c + d + e))			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				
	(a)							
Alienação de Bens	423,21	0,00	0,00	0,00	0,00	423,21	0,00	0,00
	686,08	0,00	0,00	0,00	0,00	686,08	0,00	0,00
	1.647,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.647,73	0,00	0,00
	37.943,18	0,00	0,00	0,00	0,00	37.943,18	0,00	0,00
	22.005,42	0,00	0,00	0,00	0,00	22.005,42	30.000,00	0,00
	340,58	0,00	4.427,27	0,00	0,00	(4.086,69)	12.773,55	0,00
	7.331,08	0,00	156,48	0,00	0,00	7.174,60	39.677,00	0,00
	325.446,57	0,00	595,70	0,00	0,00	321.520,46	330,00	0,00
	118.610,24	0,00	2.689,10	0,00	0,00	115.921,14	84.638,04	0,00
	20.793,61	0,00	0,00	0,00	0,00	20.793,61	2.227,28	0,00
	5.625,18	0,00	265,89	0,00	0,00	5.359,29	3.711,02	0,00
	57.378,72	0,00	2.297,42	0,00	0,00	55.081,30	9.750,50	0,00
	20.787,27	0,00	6.080,00	0,00	0,00	14.707,27	0,00	0,00
	529,65	0,00	0,00	0,00	0,00	529,65	0,00	0,00
	10.597,62	0,00	179,00	0,00	0,00	10.418,62	2.317,60	0,00
	20.310,23	0,00	0,00	0,00	0,00	20.310,23	735,60	0,00
	12.702,03	0,00	0,00	0,00	0,00	12.702,03	6.446,80	0,00
	3.314,71	0,00	0,00	0,00	0,00	3.314,71	1.315,00	0,00
	166,00	0,00	11.130,20	0,00	0,00	(10.964,20)	11.175,16	0,00
	10.211,71	0,00	378,00	0,00	0,00	9.833,71	24.239,64	0,00
	26.991,77	0,00	3.713,14	0,00	0,00	23.278,63	37.292,18	0,00
	27.065,58	0,00	4.957,00	0,00	0,00	22.108,58	10.771,50	0,00
	67.529,17	0,00	0,00	0,00	0,00	67.529,17	134.776,32	0,00
(1.063,39)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.063,39)	4.103,50	0,00	
29.799,95	0,00	414,27	0,00	0,00	29.385,68	27.105,35	0,00	
38.559,41	0,00	0,00	0,00	0,00	38.559,41	0,00	0,00	
(458.117,98)	0,00	9.750,00	0,00	0,00	(468.117,98)	138.148,80	0,00	
179.158,82	0,00	23.451,80	0,00	0,00	155.707,02	40.168,18	0,00	

Continua 1/4

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		(a)	(b)						(c)
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	29.437,79		0,00	5.386,16	0,00	233,36	23.818,27	47.878,57	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	14.095,44		0,00	8.191,01	0,00	0,00	5.904,43	61.971,66	0,00
Proteção Social Básica	18.885,28		0,00	0,00	0,00	0,00	18.885,28	0,00	0,00
Rec. Remun. Dep. Banc. não Vinculados	418.715,21		0,00	0,00	0,00	0,00	418.715,21	90.469,40	0,00
Rec. Remun. Dep. Banc. Outros Rec. Vinculados	3.400,17		0,00	0,00	0,00	0,00	3.400,17	0,00	0,00
Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. FUNDEB - 40%	1.498,00		0,00	0,00	0,00	0,00	1.498,00	0,00	0,00
Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. Saúde	2.967,26		0,00	0,00	0,00	0,00	2.967,26	4.000,00	0,00
Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. Social	1.842,77		0,00	0,00	0,00	0,00	1.842,77	0,00	0,00
Recursos - COSIP	177.416,90		0,00	0,00	0,00	0,00	177.416,90	291.726,47	0,00
Recursos - FUNREBOM	58.384,42		0,00	0,00	11.497,00	0,00	46.887,42	31.829,48	0,00
Recursos Convênios - Governo Estadual	359.967,11		0,00	5.920,00	338.487,66	0,00	15.559,45	203.149,50	0,00
Recursos Convênios - Governo Estadual - Água	366.789,94		0,00	0,00	0,00	0,00	366.789,94	1.826.567,90	0,00
Recursos Convênios - Governo Estadual - FUNDAM	(234.118,50)		0,00	0,00	0,00	0,00	(234.118,50)	708.351,64	0,00
Recursos Convênios - Governo Estadual Saúde	140,71		0,00	0,00	0,00	0,00	140,71	0,00	0,00
Recursos Convênios - Governo Federal - Saneamento Básico	4.095,00		0,00	0,00	0,00	0,00	4.095,00	1.170.000,00	0,00
Recursos Convênios - Governo Federal - SUPERÁVIT	177.060,14		0,00	0,00	0,00	0,00	177.060,14	0,00	0,00
Recursos Convênios - Governo Federal - Superávit	6.319,22		0,00	0,00	0,00	0,00	6.319,22	0,00	0,00
Recursos Convênios Educação - Governo Federal	91.189,41		0,00	0,00	0,00	0,00	91.189,41	591.136,87	0,00
Recursos Convênios Saúde - Governo Federal	8.439,76		0,00	0,00	0,00	0,00	8.439,76	0,00	0,00
Recursos Convênios Saúde - Governo Federal - Superávit	5.892,46		0,00	0,00	0,00	0,00	5.892,46	0,00	0,00
Recursos do Exercício Anterior - Bolsa Família	5.340,33		0,00	1.954,55	0,00	0,00	3.385,78	9.251,32	0,00
Recursos do Exercício Anterior - Casan	75,73		0,00	0,00	0,00	0,00	75,73	0,00	0,00
Recursos do Exercício Anterior - Convênio Estado	(35.623,64)		0,00	0,00	0,00	0,00	(35.623,64)	0,00	0,00
Recursos do Exercício Anterior - Cosip	(40.017,55)		0,00	0,00	1.454,94	0,00	(41.472,49)	3.046,00	0,00
Recursos do Exercício Anterior - Fundeb 40%	(51.644,87)		0,00	13.985,20	0,00	0,00	(65.630,07)	16.528,96	0,00
Recursos do Exercício Anterior - Funrebom	(83,58)		0,00	1.571,49	0,00	0,00	(1.655,07)	150,00	0,00
Recursos do Exercício Anterior - PETI	(14.906,21)		0,00	2.956,51	0,00	0,00	(17.862,72)	14.966,01	0,00
Recursos do Exercício Anterior - PNAE	(367,32)		0,00	0,00	0,00	0,00	(367,32)	0,00	0,00
Recursos do Exercício Anterior - Salário Educação	2.589,02		0,00	0,00	3.982,95	0,00	(1.393,93)	240,00	0,00

Continuação 2/4

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Recursos do Exercício Anterior - Vinc. Social	(3.725,98)	0,00	1.176,22	0,00	0,00	(4.902,20)	4.586,06	0,00
Recursos do Exercício Anterior Conv. Trans. PM	18.266,58	0,00	0,00	0,00	0,00	18.266,58	1.980,00	0,00
Recursos do Exercício Anterior Conv. Trans. PC	9.643,10	0,00	0,00	0,00	0,00	9.643,10	184,64	0,00
Recursos do Exercício Anterior CREAS	(508,02)	0,00	2.328,51	0,00	0,00	(2.836,53)	10.604,56	0,00
Recursos do Exercício Anterior Fundo Especial de Petróleo	257,30	0,00	0,00	0,00	0,00	257,30	1.587,67	0,00
Recursos do Exercício Anterior Governo Federal	50.190,73	0,00	0,00	0,00	0,00	50.190,73	0,00	0,00
Recursos do Governo Estadual vinculados ao Social	8.596,03	0,00	0,00	0,00	0,00	8.596,03	0,00	0,00
Recursos do Governo Federal	288.088,33	117.474,65	0,00	64.637,67	0,00	85.976,01	315.908,53	0,00
Recursos do Governo Federal Vinculados ao Social	26.146,83	0,00	0,00	0,00	0,00	26.146,83	955,10	0,00
Recursos Governo Federal - Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.319,11	0,00
Recursos SUS - Município - Alvará Sanitário	12.528,70	0,00	1.507,71	0,00	328,38	10.692,61	40.151,59	0,00
Recursos Vinculados ao FUNDEB - 40%	254.417,02	0,00	15.850,46	0,00	0,00	238.566,56	253.251,19	0,00
Recursos Vinculados ao FUNDEB - 60%	(92.838,41)	0,00	36.774,37	0,00	28.489,76	(158.102,54)	0,00	0,00
Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	(277.428,79)	0,00	0,00	0,00	0,00	(277.428,79)	0,00	0,00
Transferência de Convênio de Instituição Privada	329.560,79	0,00	0,00	0,00	0,00	329.560,79	0,00	0,00
Transferências do Salário-Educação	56.517,86	0,00	44.281,16	0,00	0,00	12.236,70	255.196,73	0,00
Transferências do SUS - CAPS	141.267,25	0,00	12.338,29	0,00	1.904,10	127.024,86	59.958,06	0,00
Transferências do SUS - Estado	74.966,58	0,00	1.920,00	0,00	0,00	73.046,58	15.495,37	0,00
Transferências do SUS - Estado - NASF	(1.620,13)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.620,13)	0,00	0,00
Transferências do SUS - União - NASF	61.669,34	0,00	1.437,75	0,00	1.376,14	58.855,45	16.057,76	0,00
Transporte Escolar - Estado	30.034,92	0,00	22.450,84	0,00	0,00	7.584,08	112.968,51	0,00
Vigilância em Saúde	49.476,38	0,00	6.324,64	0,00	62,76	43.088,98	26.980,48	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.980.060,96	117.474,65	256.840,14	420.060,22	35.974,91	2.149.711,04	6.974.112,16	0,00
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	19,22	0,00	0,00	0,00	0,00	19,22	0,00	0,00
Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. FUNDEB - 60%	5.991,99	0,00	0,00	0,00	0,00	5.991,99	0,00	0,00
Recursos Convênios Educação - Governo Federal Exerc. Anterior	6.001,53	0,00	0,00	0,00	0,00	6.001,53	0,00	0,00
Recursos Ordinários	2.692.540,62	6.605,85	348.168,67	115.469,12	62.263,76	2.160.033,22	3.004.296,65	0,00
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	(24.623,03)	0,00	1.124,71	23.819,86	0,00	(49.567,60)	110.935,01	0,00

Continuação 3/4

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/4
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Recursos Social Estado	(5.352,15)	0,00	1.124,62	0,00	0,00	(6.476,77)	1.767,17	0,00	0,00
Recursos Vinc. Social Governo Federal	19.941,71	0,00	0,00	0,00	0,00	19.941,71	2.778,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Educação	45.957,32	0,00	77.484,80	0,00	0,00	15.799,90	314.210,59	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Saúde (EC 29/00)	(678.584,84)	0,00	65.718,03	15.558,17	24.317,51	(784.178,55)	610.961,59	0,00	0,00
Superávit de Recursos Ordinários vinculados a educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.345,11	0,00	0,00
Transferência CAPS - Municípios	2.332,30	0,00	1.863,75	0,00	236,25	232,30	12.327,70	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.064.224,67	6.605,85	495.484,58	154.847,15	102.617,42	1.304.669,67	4.058.621,82	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	5.044.285,63	124.080,50	752.324,72	574.907,37	138.592,33	3.454.380,71	11.032.733,98	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

PALMITOS, 19/05/2016

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Silvane Salete Bonometti Caumo
Contadora CRC/SC nº023487/O-2

Eberson Almir Rigoni
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	33.320.146,71	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	17.592.033,42	52,80
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	19.992.088,03	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	18.992.483,62	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.192.797,60	-9,58
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	39.984.176,05	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.330.432,28	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.331.223,47	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.332.410,27	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	11.032.733,98	3.454.380,71

FONTE:

PALMITOS, 19/05/2016

Norberto Paulo Gonzatti
 Prefeito Municipal

Silvane Salete Bonometti Caumo
 Contadora CRC/SC nº023487/O-2

Eberson Almir Rigoni
 Controlador Interno

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.762.349,38	0,00
Pessoal Ativo	17.266.137,49	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	227.857,59	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	268.354,30	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	170.315,96	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	170.315,96	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	17.592.033,42	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	33.320.146,71	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	17.592.033,42	52,80
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	19.992.088,03	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	18.992.483,62	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	17.992.879,22	54,00

FONTE:

PALMITOS, 19/05/2016

Norberto Paulo Gonzatti
 Prefeito Municipal

Silvane Salete Bonometti Caumo
 Contadora CRC/SC nº023487/O-2

Eberson Almir Rigoni
 Controlador Interno

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	33.320.146,71	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	5.331.223,47	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	4.798.101,13	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.332.410,27	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

PALMITOS, 19/05/2016

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Silvane Salete Bonometti Caumo
Contadora CRC/SC nº023487/O-2

Eberson Almir Rigoni
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE PALMITOS - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.727.128,23	0,00
Pessoal Ativo	16.217.698,35	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	241.075,58	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	268.354,30	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	170.315,96	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	170.315,96	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	16.556.812,27	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	33.320.146,71	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	16.556.812,27	49,69
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	17.992.879,22	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	17.093.235,26	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	16.193.591,30	48,60

FONTE:

PALMITOS, 19/05/2016

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Silvane Salete Bonometti Caumo
Contadora CRC/SC nº023487/O-2

Eberson Almir Rigoni
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.050.602,69	975.082,81	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.050.602,69	975.082,81	0,00	0,00
Interna	1.050.602,69	975.082,81	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.523.535,94	4.167.880,41	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.541.543,76	5.044.285,63	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	18.007,82	876.405,22	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.472.933,25	-3.192.797,60	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	32.956.931,06	33.320.146,71	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,19%	2,93%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,50%	-9,58%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	39.548.317,27	39.984.176,05	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	35.593.485,54	35.985.758,45	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.050.602,69	975.082,81	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	33.545,43	18.636,35	0,00	0,00
Interna	33.545,43	18.636,35	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.017.057,26	956.446,46	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	138.592,33	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.274.690,58	11.607.641,35	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

PALMITOS, 19/05/2016

Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito Municipal

Silvane Salete Bonometti Caumo
Contadora CRC/SC nº023487/O-2

Eberson Almir Rigoni
Controlador Interno

FONTE:

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	32.956.931,06	33.320.146,71	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	7.250.524,83	7.330.432,28	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	6.525.472,35	6.597.389,05	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

PALMITOS, 19/05/2016

 Norberto Paulo Gonzatti
 Prefeito Municipal

 Silvane Salete Bonometti Caumo
 Contadora CRC/SC nº023487/O-2

 Eberson Almir Rigoni
 Controlador Interno

RREO 2º BIMISTRE 2016

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	41.800.000,00	41.800.000,00	6.556.010,29	15,68	13.584.312,44	28.215.687,56
RECEITA TRIBUTÁRIA	34.660.800,00	34.660.800,00	5.327.649,17	15,37	11.198.292,50	23.462.507,50
IMPOSTOS	3.715.000,00	3.715.000,00	746.999,62	20,11	1.228.381,93	2.486.618,07
TAXAS	2.830.000,00	2.830.000,00	545.563,07	19,28	895.600,59	1.934.399,41
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	885.000,00	885.000,00	201.436,55	22,76	332.781,34	552.218,66
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	650.000,00	650.000,00	128.810,06	19,82	250.127,89	399.872,11
RECEITA PATRIMONIAL	650.000,00	650.000,00	128.810,06	19,82	250.127,89	399.872,11
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	310.500,00	310.500,00	89.098,31	28,70	165.386,24	145.113,76
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.000,00	5.000,00	704,40	14,09	1.527,01	3.472,99
RECEITA DE SERVIÇOS	305.500,00	305.500,00	88.393,91	28,93	163.859,23	141.640,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	29.600.600,00	29.600.600,00	4.269.759,44	14,42	9.390.213,87	20.210.386,13
TRANSF. DE CONV.	29.099.300,00	29.099.300,00	4.256.875,99	14,63	9.284.421,58	19.814.878,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	501.300,00	501.300,00	12.883,45	2,57	105.792,29	395.507,71
MULTAS E JUROS DE MORA	374.700,00	374.700,00	92.981,74	24,81	164.182,57	210.517,43
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	36.500,00	36.500,00	11.806,88	32,35	22.997,82	13.502,18
RECEITAS DIVERSAS	188.200,00	188.200,00	35.366,20	18,79	71.687,99	116.512,01
RECEITAS DE CAPITAL	150.000,00	150.000,00	45.808,66	30,54	69.496,76	80.503,24
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.139.200,00	7.139.200,00	1.228.361,12	17,21	2.386.019,94	4.753.180,06
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.139.200,00	7.139.200,00	1.228.361,12	17,21	2.386.019,94	4.753.180,06
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	41.800.000,00	41.800.000,00	6.556.010,29	15,68	13.584.312,44	28.215.687,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)						
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)						
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro						
Reabertura de Créditos Adicionais						

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.800.000,00	43.262.606,47	5.414.622,09	23.411.511,07	19.851.095,40	7.533.648,48	12.378.777,09	30.883.829,38	11.626.452,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	32.361.700,00	33.144.497,29	4.943.729,63	15.706.234,37	17.438.262,92	5.529.930,19	10.093.854,05	23.050.643,24	9.343.208,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.767.516,00	18.825.058,27	3.023.245,63	6.086.234,85	12.738.823,42	2.844.308,11	5.850.892,63	12.974.165,64	5.589.685,00
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS	15.000,00	15.000,00	0,00	4.600,00	10.400,00	530,30	1.183,79	13.816,21	1.183,79
INVERSOES FINANCEIRAS	13.579.184,00	14.304.439,02	1.920.484,00	9.615.399,52	4.689.039,50	2.685.091,78	4.241.777,63	10.062.661,39	3.752.339,54
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	9.418.300,00	10.088.109,18	470.892,46	7.705.276,70	2.392.832,48	2.003.718,29	2.284.923,04	7.813.186,14	2.283.244,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.853.300,00	9.533.109,18	470.892,46	7.371.331,27	2.161.777,91	1.936.549,62	2.209.403,16	7.323.706,02	2.207.724,16
RESERVA DO RPPS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	41.800.000,00	43.262.606,47	5.414.622,09	23.411.511,07	19.851.095,40	7.533.648,48	12.378.777,09	30.883.829,38	11.626.452,37
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.205.535,35	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	41.800.000,00	43.262.606,47	5.414.622,09	23.411.511,07	—	7.533.648,48	13.584.312,44	—	11.626.452,37

FONTE:

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					(b/Total b)			(d/Total d)
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.800.000,00	43.262.606,47	5.414.622,09	23.411.511,07	100,00	7.533.648,48	12.376.777,09	30.883.829,38
Legislativa	1.785.000,00	1.785.000,00	297.288,13	553.344,69	2,36	252.755,87	475.976,55	1.309.023,45
Ação Legislativa	1.785.000,00	1.785.000,00	297.288,13	553.344,69	2,36	252.755,87	475.976,55	1.309.023,45
Administração	3.358.610,00	3.418.610,00	438.624,49	1.530.781,39	6,54	535.632,66	1.018.507,71	2.400.102,29
Administração Geral	2.563.610,00	2.623.610,00	334.460,01	1.114.287,88	4,76	412.495,41	806.091,99	1.817.518,01
Administração Financeira	470.000,00	470.000,00	50.668,12	247.336,49	1,06	74.249,97	127.568,49	342.431,51
Controle Interno	150.000,00	150.000,00	13.496,36	74.845,52	0,32	18.886,98	39.719,95	110.280,05
Comunicação Social	175.000,00	175.000,00	40.000,00	94.311,50	0,40	30.000,30	46.127,28	129.872,72
Defesa Nacional	15.000,00	288.307,30	165.319,11	265.474,93	1,13	0,00	0,00	288.307,30
Defesa Civil	15.000,00	288.307,30	165.319,11	265.474,93	1,13	0,00	0,00	288.307,30
Segurança Pública	261.500,00	386.069,66	12.651,22	96.807,84	0,41	30.197,73	51.520,72	334.548,94
Policimento	261.500,00	386.069,66	12.651,22	96.807,84	0,41	30.197,73	51.520,72	334.548,94
Assistência Social	1.925.300,00	2.088.612,33	222.837,76	703.429,95	3,00	204.006,96	338.929,10	1.749.683,23
Assistência ao Idoso	170.000,00	170.000,00	9.386,84	35.549,44	0,15	8.923,57	13.800,53	156.199,47
Assistência ao Portador de Deficiência	99.900,00	100.038,94	941,50	90.941,50	0,39	9.941,50	9.941,50	90.097,44
Assistência à Criança e ao Adolescente	330.000,00	366.886,55	45.857,89	124.196,16	0,53	32.943,37	54.680,26	312.206,29
Assistência Comunitária	1.325.400,00	1.451.686,84	166.651,53	452.742,85	1,93	152.198,52	260.506,81	1.191.180,03
Saúde	8.819.974,00	8.990.394,22	1.443.316,54	4.054.976,94	17,32	1.394.965,47	2.737.030,95	6.253.363,27
Atenção Básica	7.022.574,00	7.146.876,04	1.189.450,33	3.397.419,78	14,51	1.051.868,14	2.234.186,95	4.912.689,09
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.120.100,00	1.126.290,46	134.995,62	357.483,07	1,53	216.711,28	327.569,51	798.720,95
Vigilância Sanitária	146.300,00	169.991,89	16.902,01	85.865,31	0,37	24.039,14	43.509,83	126.482,06
Vigilância Epidemiológica	131.000,00	146.787,13	43.287,74	80.256,00	0,34	35.443,91	50.976,91	95.810,22
Alimentação e Nutrição	400.000,00	400.448,70	58.680,84	133.952,78	0,57	66.903,00	80.787,75	319.660,95
Educação	9.986.034,67	10.072.061,78	1.510.861,24	4.954.857,96	21,16	1.899.717,10	3.189.088,92	6.882.972,86
E ensino Fundamental	7.009.234,67	7.095.261,78	945.209,96	3.562.563,31	15,22	1.400.530,56	2.230.893,55	4.864.368,23
E ensino Médio	275.000,00	275.000,00	-9.901,72	201.198,28	0,86	36.954,35	40.183,24	234.816,76
E ensino Superior	40.000,00	40.000,00	12.399,29	21.190,86	0,09	8.754,50	10.745,59	29.254,41
Educação Infantil	2.861.800,00	2.661.800,00	563.153,71	1.169.906,51	5,00	453.477,69	907.266,54	1.754.533,46
Cultura	200.000,00	200.000,00	33.471,75	53.564,71	0,23	20.562,58	31.233,32	168.766,68
Diffusão Cultural	200.000,00	200.000,00	33.471,75	53.564,71	0,23	20.562,58	31.233,32	168.766,68
Urbanismo	3.805.108,53	4.219.764,84	231.358,47	3.247.432,26	13,87	436.001,08	943.173,21	3.276.591,63
Infra-Estrutura Urbana	1.500.908,53	1.750.908,53	145.326,61	1.390.456,23	5,94	0,00	241.648,36	1.509.260,17
Serviços Urbanos	2.304.200,00	2.468.856,31	86.031,86	1.856.976,03	7,93	436.001,08	701.524,85	1.767.331,46

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	41.800.000,00	43.262.606,47	5.414.622,09	23.411.511,07	19.851.095,40	7.533.648,48	12.378.777,09	100,00
Habituação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	1.960.000,00	1.960.000,00	0,00	1.960.000,00	10.000,00	780.000,00	780.000,00	6,30
Saneamento Básico Urbano	1.960.000,00	1.960.000,00	0,00	1.960.000,00	10.000,00	780.000,00	780.000,00	6,30
Gestão Ambiental	2.924.472,80	2.924.472,80	0,00	2.558.299,08	366.173,72	731.731,18	731.731,18	5,91
Abastecimento	2.924.472,80	2.924.472,80	0,00	2.558.299,08	366.173,72	731.731,18	731.731,18	5,91
Agricultura	2.260.000,00	2.260.616,22	269.621,65	973.235,80	1.287.380,42	395.064,46	689.822,27	5,57
Abastecimento	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	1.903.000,00	1.903.616,22	192.637,65	805.947,95	1.097.668,27	330.147,56	552.122,22	4,46
Promoção da Produção Agropecuária	257.000,00	257.000,00	76.984,00	167.287,85	88.712,15	64.916,90	137.700,05	1,11
Indústria	370.000,00	370.000,00	76.862,95	192.863,55	177.136,45	95.899,46	134.741,04	1,09
Promoção Industrial	370.000,00	370.000,00	76.862,95	192.863,55	177.136,45	95.899,46	134.741,04	1,09
Comércio e Serviços	195.000,00	230.075,00	203.289,11	203.289,11	26.785,89	16.425,00	16.425,00	0,13
Turismo	195.000,00	230.075,00	203.289,11	203.289,11	26.785,89	16.425,00	16.425,00	0,13
Transporte	2.406.000,00	2.540.622,32	419.725,03	1.008.950,26	1.531.672,06	502.095,10	821.173,26	6,63
Transporte Rodoviário	2.406.000,00	2.540.622,32	419.725,03	1.008.950,26	1.531.672,06	502.095,10	821.173,26	6,63
Desporto e Lazer	638.000,00	638.000,00	88.514,00	242.029,51	395.970,49	77.518,20	118.777,46	0,96
Desporto Comunitário	638.000,00	638.000,00	88.514,00	242.029,51	395.970,49	77.518,20	118.777,46	0,96
Encargos Especiais	860.000,00	860.000,00	890,64	822.173,09	37.826,91	161.075,63	300.646,40	2,43
Serviço da Dívida Interna	325.000,00	325.000,00	0,00	301.000,00	24.000,00	59.803,07	60.792,91	0,49
Outros Encargos Especiais	535.000,00	535.000,00	890,64	521.173,09	13.826,91	101.272,56	239.853,49	1,94

Continua 2/3

Continuação 33

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.800.000,00	43.262.606,47	5.414.622,09	23.411.511,07	19.851.085,40	7.533.648,48	12.378.777,09	30.883.829,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
TOTAL (II) = (I + II)	41.800.000,00	43.262.606,47	5.414.622,09	23.411.511,07	19.851.085,40	7.533.648,48	12.378.777,09	30.883.829,38

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes		8.192.374,00	8.357.040,54	3.834.565,16	45,88	2.571.029,20	30,76
		5.415.000,00	5.428.190,27	1.776.586,05	32,73	1.562.918,53	28,79
		2.777.374,00	2.928.850,27	2.057.979,11	70,27	1.008.110,67	34,42
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos		227.600,00	232.904,98	86.459,00	37,12	85.214,00	36,59
		227.600,00	232.904,98	86.459,00	37,12	85.214,00	36,59

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	227.600,00	232.904,98	86.459,00	37,12	85.214,00	36,59
Investimentos	227.600,00	232.904,98	86.459,00	37,12	85.214,00	36,59
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	8.419.974,00	8.589.945,52	3.921.024,16	45,65	2.656.243,20	30,92
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.863.600,00	3.982.258,10	1.949.947,91	49,73	1.296.206,24	48,80
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.654.700,00	3.757.542,36	1.800.395,74	45,92	1.193.926,66	44,95
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	208.900,00	224.715,74	149.552,17	3,81	102.279,58	3,85
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.863.600,00	3.982.258,10	1.949.947,91	49,73	1.296.206,24	48,80
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.596.374,00	4.607.687,42	1.971.076,25	50,27	1.360.036,96	51,20
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI] - (15 x IIIb)/100⁶						
						1.360.036,96

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	7.022.574,00	7.146.876,04	3.397.419,78	86,65	2.234.186,95	84,11
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.120.100,00	1.126.290,46	357.483,07	9,12	327.569,51	12,33
Vigilância Sanitária	146.300,00	169.991,89	85.865,31	2,19	43.509,83	1,64
Vigilância Epidemiológica	131.000,00	146.787,13	80.256,00	2,05	50.976,91	1,92
TOTAL	8.419.974,00	8.589.945,52	3.921.024,16	100,00	2.656.243,20	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.147.200,00	3.147.200,00	945.555,84	30,04
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.062.600,00	1.062.600,00	102.053,96	9,60
1.1.1- IPTU	960.000,00	960.000,00	64.019,90	6,67
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	90.000,00	90.000,00	29.881,61	33,20
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	11.000,00	11.000,00	8.152,45	74,11
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	380.000,00	380.000,00	123.251,03	32,43
1.2.1- ITBI	380.000,00	380.000,00	123.251,03	32,43
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.174.600,00	1.174.600,00	504.065,25	42,91
1.3.1- ISS	1.150.000,00	1.150.000,00	492.144,06	42,80
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.800,00	2.800,00	962,43	34,37
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	9.114,64	45,57
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.800,00	1.800,00	1.844,12	102,45
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	530.000,00	530.000,00	216.185,60	40,79
1.4.1- IRRF	530.000,00	530.000,00	216.185,60	40,79
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	24.315.000,00	24.315.000,00	7.598.780,23	31,25
2.1- Cota-Parte FPM	11.560.000,00	11.560.000,00	3.405.280,79	29,46
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.560.000,00	11.560.000,00	3.405.280,79	29,46
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.920.000,00	10.920.000,00	3.682.785,95	33,73
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	45.000,00	45.000,00	14.706,40	32,68
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	155.000,00	155.000,00	54.256,53	35,00
2.5- Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	393,07	7,86
2.6- Cota-Parte IPVA	1.630.000,00	1.630.000,00	441.357,49	27,08
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	27.462.200,00	27.462.200,00	8.544.336,07	31,11
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	624.000,00	624.000,00	227.391,02	36,44
5.1- Transferências do Salário-Educação	450.000,00	450.000,00	175.774,20	39,06
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	74.000,00	74.000,00	23.491,09	31,74
5.5- Outras Transferências do FNDE	100.000,00	100.000,00	28.125,73	28,13
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.054.218,67	1.054.218,67	414.599,48	39,33
6.1- Transferências de Convênios	1.054.218,67	1.054.218,67	414.599,48	39,33
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	99.000,00	99.000,00	63.389,58	64,03
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.777.218,67	1.777.218,67	705.380,08	39,69

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.731.000,00	4.731.000,00	1.519.755,24	32,12
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.180.000,00	2.180.000,00	681.056,06	31,24
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.184.000,00	2.184.000,00	736.556,87	33,73
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	9.000,00	9.000,00	2.941,28	32,68
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	31.000,00	31.000,00	10.513,00	33,91
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	78,58	7,86
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	326.000,00	326.000,00	88.609,45	27,18
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.560.000,00	4.560.000,00	1.508.966,32	33,09
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.560.000,00	4.560.000,00	1.508.966,32	33,09
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-171.000,00	-171.000,00	-10.788,92	6,31
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.508.000,00	3.508.000,00	1.322.548,48	37,70	1.322.548,48	37,70
13.1- Com Educação Infantil	1.300.000,00	1.300.000,00	547.318,33	42,10	547.318,33	42,10
13.2- Com Ensino Fundamental	2.208.000,00	2.208.000,00	775.230,15	35,11	775.230,15	35,11
14- OUTRAS DESPESAS	1.062.800,00	1.145.348,96	535.266,42	46,73	265.486,27	23,18
14.1- Com Educação Infantil	343.800,00	343.800,00	120.326,52	35,00	79.180,54	23,03
14.2- Com Ensino Fundamental	719.000,00	801.548,96	414.939,90	51,77	186.305,73	23,24
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.570.800,00	4.653.348,96	1.857.814,90	39,92	1.588.034,75	34,13
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.588.034,75
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						87,65
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						17,59
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-5,24
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	6.865.550,00	6.865.550,00	2.136.084,02	31,11		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.497.200,00	2.497.200,00	1.127.397,33	45,15	886.454,18	35,50
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.433.116,00	5.515.767,32	2.080.268,99	37,71	1.737.221,40	31,50
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.927.000,00	3.009.548,96	1.190.170,05	39,55	961.535,88	31,95
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.506.116,00	2.506.218,36	890.098,94	35,52	775.685,52	30,95
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.930.316,00	8.012.967,32	3.207.666,32	40,03	2.623.675,58	32,74
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-10.788,92
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						82.548,96
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						71.760,04
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						2.551.915,54
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %						29,87
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	460.000,00	461.975,79	424.327,38	91,85	168.890,65	36,56
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.492.818,67	1.493.267,37	1.203.451,88	80,59	389.496,27	26,08
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.952.818,67	1.955.243,16	1.627.779,26	83,25	558.386,92	28,56
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	9.883.134,67	9.968.210,48	4.835.445,58	48,51	3.182.062,50	31,92

MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		82.548,96	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.516.456,31	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.481.581,54	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.481.581,54	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		117.423,73	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS			
DESPESAS DE CAPITAL			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	10.098.109,18	2.284.923,04	2.392.832,48
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	10.098.109,18	2.284.923,04	2.392.832,48
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-10.098.109,18	-	-2.392.832,48

FONTE:

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

PALMITOS, 19/05/2016

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Mar/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	3.793.276,07	3.104.256,49	3.061.686,03	2.982.315,11	2.870.594,53	2.823.316,43	2.875.015,58	3.529.003,31	3.218.536,32	3.468.710,04	2.982.890,39	3.041.435,28	37.693.995,58
RECEITA TRIBUTÁRIA	752.955,24	251.520,88	285.281,19	300.601,01	292.534,03	174.255,57	182.615,05	182.615,05	191.360,04	290.022,27	403.978,43	340.021,19	3.715.000,00
I.P.T.U.	376.874,42	15.702,92	76.115,05	16.266,12	68.446,01	6.072,74	4.783,24	14.903,76	0,00	0,00	0,00	64.019,90	770.000,00
I.R.P.F.	44.754,27	52.208,45	40.654,11	39.524,88	36.643,35	36.092,50	47.883,91	74.853,83	69.894,05	46.716,02	50.552,54	49.022,99	530.000,00
I.S.S.	101.897,26	96.735,31	93.546,29	116.390,88	96.305,66	89.501,93	99.013,26	146.616,65	83.091,22	105.600,10	173.446,42	123.003,32	1.150.000,00
I.T.B.I.	29.001,59	66.313,56	17.540,73	38.902,00	32.343,14	29.485,51	20.414,26	36.708,00	20.636,13	20.900,00	41.499,00	40.075,90	380.000,00
Outras Receitas Tributárias	200.437,08	20.900,64	57.422,01	87.517,03	55.595,87	13.102,89	10.540,28	22.141,97	14.538,64	116.800,15	136.540,47	61.596,08	885.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	57.524,33	54.654,71	56.880,15	54.241,78	54.297,70	55.596,81	56.794,09	58.161,33	63.716,57	57.601,26	63.548,31	65.261,75	650.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	45.103,94	53.079,58	52.409,19	48.946,31	31.850,47	39.201,78	23.546,24	16.432,89	35.794,75	40.470,59	48.793,95	39.269,95	310.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.784.630,87	2.685.469,71	2.821.177,41	2.531.097,58	2.438.153,66	2.535.763,57	2.572.110,63	3.097.126,00	2.893.762,50	3.043.317,55	2.417.114,30	2.549.311,05	34.304.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	985.696,66	857.847,31	751.270,71	742.746,18	619.233,77	704.750,67	755.763,99	1.345.594,44	899.535,16	1.088.532,28	661.194,76	783.018,59	11.590.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	885.721,18	828.647,98	825.045,74	786.040,61	832.947,39	861.258,74	866.427,80	846.829,14	1.054.893,16	861.289,14	871.057,79	895.099,86	10.320.000,00
Cota-Parte do IPVA	142.349,31	176.210,18	218.090,66	178.321,32	142.336,18	137.695,77	100.373,23	60.205,62	67.789,27	104.371,21	136.253,65	129.884,36	1.630.000,00
Cota-Parte do IPTU	33,90	108,85	6,42	89,53	2.088,41	5.424,05	486,35	72,62	11,21	54,24	245,08	82,54	5.000,00
Outras Transferências Correntes	403.474,87	445.594,07	470.481,62	442.906,31	489.922,07	421.421,71	439.574,99	465.646,43	472.397,32	600.737,83	373.720,55	348.893,15	5.429.000,00
Transferências da LC 61/1999	13.570,56	12.925,98	11.907,45	12.670,08	12.634,09	14.654,50	13.183,85	16.599,53	12.493,63	12.396,68	12.493,63	12.396,68	155.000,00
Transferências da LC 87/1996	3.592,14	3.592,14	3.592,14	3.592,14	3.592,14	3.592,14	3.592,14	3.592,14	3.592,14	3.592,14	3.592,14	3.592,14	45.000,00
Transferências do FUNDEB	377.222,25	360.785,20	340.779,67	352.727,41	336.399,61	355.625,98	352.540,58	363.011,76	408.895,25	371.879,56	355.482,24	372.669,27	4.560.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	95.011,59	98.101,61	45.993,09	47.525,23	52.798,67	48.930,70	39.979,57	62.068,88	33.902,46	37.296,37	45.410,40	47.571,34	374.700,00
DEDUÇÕES (II)	400.790,49	375.825,82	338.741,02	347.092,17	322.566,17	345.482,93	365.998,80	367.596,23	402.485,79	414.139,83	337.590,05	365.549,57	4.731.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	400.790,49	375.825,82	338.741,02	347.092,17	322.566,17	345.482,93	365.998,80	367.596,23	402.485,79	414.139,83	337.590,05	365.549,57	4.731.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.335.465,58	2.728.430,67	2.722.945,01	2.635.222,94	2.548.028,36	2.477.833,50	2.518.016,78	3.161.407,08	2.816.050,53	3.054.570,21	2.645.270,34	2.675.885,71	34.633.990,00
FONTE													

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	35.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Investimentos	35.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
TOTAL	35.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	59.852,33		59.852,33

FONTE:

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF - Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
			Até o Bimestre/2016 Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES REALIZADOS						
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016		2015	
Caixa						0,00
Bancos Conta Movimento			0,00			0,00
Investimentos			0,00			0,00
Outros Bens e Direitos			0,00			0,00

Continua 2/4

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PALMITOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

F U N T E

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA										
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	18.007,82	18.007,82	0,00	0,00	57.583,91	1.217.106,67	699.783,21	575.702,71	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E F	0,00	18.007,82	18.007,82	0,00	0,00	57.583,91	1.217.106,67	699.783,21	575.702,71	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	0,00	7.884,46	7.884,46	0,00	0,00	54.389,22	1.168.900,87	699.783,21	575.702,71	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR	0,00	10.123,36	10.123,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.216,09	25.750,89	15.616,22	0,00
SECRETARIA DO TRAB. IND., COM., SERVIÇO E T	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.616,22	15.616,22	15.616,22	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.665,26	74.999,87	74.999,87	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.375,20	979.462,94	556.562,38	432.501,88	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.994,02	32.698,36	26.863,85	26.863,85	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.214,69	48.205,80	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.214,69	48.205,80	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I) + (II):	0,00	18.007,82	18.007,82	0,00	0,00	57.583,91	1.217.106,67	699.783,21	575.702,71	0,00

FONTE:

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.050.602,69	1.042.251,48	975.082,81
DEDUÇÕES (II)	3.523.535,94	5.397.171,98	4.167.880,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.541.543,76	5.975.989,42	5.044.285,63
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	18.007,82	578.817,44	876.405,22
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.472.933,25	-4.354.920,50	-3.192.797,60
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.472.933,25	-4.354.920,50	-3.192.797,60

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	1.162.122,90	-719.864,35

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	34.355.300,00	11.034.433,27	10.670.482,05
Receita Tributária	3.715.000,00	1.228.381,93	1.114.608,33
I.P.T.U.	770.000,00	64.019,90	103.782,68
I.S.S.	1.150.000,00	492.144,06	334.870,47
I.T.B.I.	380.000,00	123.251,03	156.294,30
I.R.R.F.	530.000,00	216.185,60	186.324,86
Outras Receitas Tributárias	885.000,00	332.781,34	333.336,02
Receita de Contribuição	650.000,00	250.127,89	201.696,19
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	650.000,00	250.127,89	201.696,19
Receita Patrimonial Líquida	5.000,00	1.527,01	424,92
Receita Patrimonial	310.500,00	165.386,24	158.504,01
(-) Aplicações Financeiras	305.500,00	163.859,23	158.079,09
Transferências Correntes	29.600.600,00	9.390.213,87	9.122.900,94
F.P.M.	9.380.000,00	2.724.224,73	2.850.244,91
I.P.V.A	1.304.000,00	352.748,04	362.776,87
I.C.M.S.	8.736.000,00	2.946.229,08	2.828.934,32
Convênios	501.300,00	105.792,29	57.108,60
Outras Transferências Correntes	9.679.300,00	3.261.219,73	3.023.836,24
Demais Receitas Correntes	384.700,00	164.182,57	230.851,67
Dívida Ativa	188.200,00	71.687,99	143.239,35
Diversas Receitas Correntes	196.500,00	92.494,58	87.612,32
RECEITAS DE CAPITAL (II)	7.139.200,00	2.386.019,94	1.073.841,29
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	7.139.200,00	2.386.019,94	1.073.841,29
Convênios	7.139.200,00	2.386.019,94	1.073.841,29
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	7.139.200,00	2.386.019,94	1.073.841,29
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	41.494.500,00	13.420.453,21	11.744.323,34

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	33.144.497,29	15.706.234,37	15.228.824,94	10.093.854,05	9.621.687,72
Pessoal e Encargos Sociais	18.825.058,27	6.086.234,85	6.114.636,82	5.850.892,63	5.752.489,99
Juros e Encargos da Dívida (IX)	15.000,00	4.600,00	103.720,00	1.183,79	43.573,78
Outras Despesas Correntes	14.304.439,02	9.615.399,52	9.010.468,12	4.241.777,63	3.825.623,95
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	33.129.497,29	15.701.634,37	15.125.104,94	10.092.670,26	9.578.113,94
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	10.098.109,18	7.705.276,70	10.399.508,26	2.284.923,04	988.079,97
Investimentos	9.533.109,18	7.371.331,27	10.088.892,53	2.209.403,16	801.352,16
Inversões Financeiras	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	365.000,00	333.945,43	310.615,73	75.519,88	186.727,81
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	9.733.109,18	7.371.331,27	10.088.892,53	2.209.403,16	801.352,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	42.882.606,47	23.072.965,64	25.213.997,47	12.302.073,42	10.379.466,10

Município de PALMITOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.388.106,47	-9.652.512,43	-13.469.674,13	1.118.379,79	1.364.857,24
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	277.830,22	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	277.830,22	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Município de PALMITOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	41.800.000,00	
Previsão Atualizada		—	41.800.000,00	
Receitas Realizadas		6.556.010,29	13.584.312,44	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	277.830,22	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	41.800.000,00	
Créditos Adicionais		—	1.462.606,47	
Dotação Atualizada		—	43.262.606,47	
Despesas Empenhadas		5.414.622,09	23.411.511,07	
Despesas Liquidadas		7.533.648,48	12.378.777,09	
Superavit Orçamentário		—	1.205.535,35	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		5.414.622,09	23.411.511,07	
Despesas Liquidadas		7.533.648,48	12.378.777,09	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			33.320.146,71	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-719.864,35	0,00
Resultado Primário		0,00	1.118.379,79	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.274.690,58	0,00	575.702,71	698.987,87
EXECUTIVO	1.274.690,58	0,00	575.702,71	698.987,87
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	18.007,82	0,00	18.007,82	0,00
EXECUTIVO	18.007,82	0,00	18.007,82	0,00
TOTAL:	1.292.698,40	0,00	593.710,53	698.987,87
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.634.464,50	25%	30,83
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.322.548,48	60%	87,65
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		2.284.923,04	7.813.186,14	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de PALMITOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	35.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.360.036,96	15,00	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 042/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 042/2016. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de edificação de pontes de concreto no interior do município. Tipo Empreitada por Preço Global, do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE"; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 06/06/2016; Início da Sessão Pública: Às 08:45 hs do dia 06/06/2016. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Convênio com a Defesa Civil. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 19 de maio de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 043/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 043/2016. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação de calçadas e Sinalização de Trânsito na Avenida Papa João XXIII. Tipo Empreitada por Preço Global, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL"; Entrega dos envelopes: Até as 13:45hs do dia 06/06/2016; Início da Sessão Pública: Às 14:00hs do dia 06/06/2016. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Contrato de Repasse com a Caixa Econômica Federal nº 719781/2009. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 19 de maio de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2015

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2015

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva inscrito no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. Dario Schicovski, altera o preço registrado pela empresa LUDA PNEUS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 20.122.244/0001-54, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA PRINCIPAL

Este aditamento fica inteiramente vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2015 datada de 10 de setembro de 2015, referente ao processo licitatório Pregão Presencial – Registro de Preços nº 067/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 24, no mesmo percentual ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 001.077.994 de 19/08/2015 e NFE 001.172.703 de 20/02/2016 da empresa fornecedora Bridgestone do Brasil Industria e Comércio Ltda, passando portando o preço unitário, registrado, do referido item de R\$ 1.394,00 para R\$ 1.620,00; acréscimo do valor unitário para o item 37, no mesmo percentual ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 336677 de 31/08/2015 e NFE 18637 de 29/02/2016 da empresa fornecedora Pirelli Pneus Ltda/TP Industrial de Pneus Brasil Ltda, passando portando o preço unitário, registrado, do referido item de R\$ 931,00 para R\$ 976,86 e acréscimo do valor unitário para o item 38, no mesmo percentual ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 336677 de 31/08/2015 e NFE 18637 de 29/02/2016 da empresa fornecedora Pirelli Pneus Ltda/TP Industrial de Pneus Brasil Ltda e NFEs 000040931 de 01/10/2015 e 000044055 de 22/01/2016 da empresa fornecedora FVA Material de Borracha Ltda, passando portando o preço unitário, registrado, do referido item de R\$ 1.040,00 para R\$ 1.097,00.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

Papanduva (SC), 27 de abril de 2016.

DARIO SCHICOVSKI

PELA CONTRATANTE

Testemunhas:

Marcela Cecon

PELA CONTRATADA

Marcio Wisniewski Ricardo Zenfe

Matricula: 50 Matricula: 2675

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira

Assessor Jurídico

OAB/SC 14035B

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2016**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 9912351967

Nº DO TERMO ADITIVO: 006/2016 - 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912351967
CONTRATADO: ECT – EMPRESA PÚBLICA, CONSTITUÍDA NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº. 509, DE 20 DE MARÇO DE 1969.
CNPJ: 34.028.316/0028-23

PROCESSO LICITATÓRIO VINCULADO: ---

OBJETO: SERVIÇOS DE CORREIOS E TELEGRAFOS

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02/06/2014

VIGÊNCIA DO CONTRATO ADITIVADO: 02/06/2016 À 02/06/2017

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: 02/05/2016

VALOR ORIGINAL: ---

VALOR DO ADITIVO: ---

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 19 DE MAIO DE 2016.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE
VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA

LUIZ EDUARDO SALIBA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/SC 33.396

Paraíso

PREFEITURA

DECRETO 1815/2016

DECRETO Nº 1815/2016.

"Dispõe sobre a substituição do Pregoeiro da Administração Municipal e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 09 de novembro de 1993, e demais legislações em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Nomear a Sra. ADRIANE ORSO para exercer a função de Pregoeira da Administração Municipal em substituição ao pregoeiro RAIMUNDO OUVIDIO MALDANER, no dia 19/05/2016 pregão nº 010/2016 em virtude do mesmo não poder se fazer presente neste dia e horário, para atribuições de receber as propostas e lances, analisar sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, na forma da legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Prefeitura Municipal de Paraíso, 18 de Maio de 2016.

Erni Giacomini
Prefeito Municipal

Garrido de Togni
Secretário Mun. de Adm,
Fazenda e Planejamento
Este Decreto foi registrado e
Publicado na forma da Lei.
Paraíso(SC), 18 de Maio de 2016.

Servidor Responsável

I

DECRETO 1816/2016

DECRETO Nº 1816/2016

"Dispõe sobre a substituição de membro da Equipe de Apoio do Pregoeiro e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 09 de novembro de 1993 e do Decreto nº 1083/2006, alterado pelo Decreto 1394 /2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a Senhora CLADES DIESEL KONZEM como membra da Equipe de Apoio ao Pregoeiro, para acompanhar a abertura dos processos licitatórios em andamento no dia 19/05/2016 em substituição, a membra ENISE ERENO, que foi nomeada como membra até o dia 31/05/2016, em substituição a Marcia de Fatima Kleinert a qual esta em gozo de férias, e que os dois suplentes encontram-se em licença médica

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario..

Paraíso-SC, 18 de Maio de 2016.

Erni Giacomini
Prefeito Municipal

Garrido de Togni
Sec.Munic.Adm.Faz.e Planej.

Este Decreto foi registrado e
Publicado na forma da Lei.
Paraíso(SC), 18 de Maio de 2016.

Servidor Responsável

DECRETO 1817/2016

DECRETO Nº 1817/2016

"Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418 de 28 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 486,00(quatrocentos e oitenta e seis reais), no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECR.MUN.DA AGRIC.E EMIO AMBIENTE
09.03 – DIV.DE AGROP.MEIO AMB.REC.NAT.RENOVAVEIS
09.03.20.606.1100.2.120 – MANUT.E FUNC.DO PROGR.PEQUENO AGRIC.C/BENEF.
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0200 – Transf.a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos(109).... R\$ 486,00
Total da Adição R\$ 486,00 (quatrocentos e oitenta e seis reais)

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de de R\$ 486,00(quatrocentos e oitenta e seis reais), fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1418 de 28 de novembro de 2015 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

09.00 – SECR.MUN.DA AGRIC.E EMIO AMBIENTE
09.03 – DIV.DE AGROP.MEIO AMB.REC.NAT.RENOVAVEIS
09.03.20.606.1100.2.120 – MANUT.E FUNC.DO PROGR.PEQUENO AGRIC.C/BENEF.
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(111) R\$ 486,00
Total da Subtração R\$ 486,00 (quatrocentos e oitenta e seis reais),.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 18 de maio de 2016.

Erni Giacomini
Prefeito Municipal

Garrido de Togni
Secretário Municipal de Administração,
Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e
publicado na data supra
Paraíso (SC) 18 de maio de 2016

Servidor Responsável

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA 01/2016FMS

EDITAL Nº.../2016

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O gestor do fundo Municipal de Saúde de Paraíso –SC, torna público a todos os munícipes, que será realizada a Audiência Pública de Prestação de contas dos relatórios de receita e despesas serviços prestados referente ao 1º quadrimestre de 2016, no dia 07 de junho de 2016, as 15:00 horas, no auditório da câmara Municipal de Vereadores, sito a Rua Alcides Zanin, 603 – Centro, nesta cidade, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

Paraíso – SC, em 16 de maio de 2016

Elizete Roggia
Secretária Municipal de Saúde

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA N.º 930, DE 26 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA N.º 930, de 26 de abril de 2016.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal em Exercício de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o inciso I, parágrafo único, do art. 13, da Lei Complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999 e,

Considerando a necessidade de nomear servidor para preencher vaga do emprego público de Agente Comunitário de Saúde;
Considerando a aprovação e a classificação obtida pela candidata no Concurso Público nº 001/2015, levado a efeito pelo Edital de Concurso Público n. 001/2015, homologado através do Decreto nº 360, de 15 de maio de 2015, para o Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora CHARIANA ESTULANO BRESSIANI, para ocupar o Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, Símbolo ACS, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal da Saúde, para exercer as atividades do seu cargo na Micro Área 01, a partir de 01 de abril de 2016.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento fixado no Anexo I, da Lei Complementar nº 025, de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de abril de 2016.

Publique-se

Passos Maia, SC, 26 de abril de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA N.º 929, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA N.º 929, de 20 de abril de 2016.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando o crescente início das atividades da Unidade Básica de Saúde na comunidade de Zumbi dos Palmares;
Considerando a necessidade de contratação de pessoal para

realização dos serviços de limpeza e tarefas afins na citada unidade de saúde;

Considerando a grave crise econômica vivida no país, e, consequentemente, o comprometimento das despesas de pessoal do município, que impõe cautela na contratação de servidor efetivo para exercer a função;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do Art. 3º da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação em caráter temporário para atender necessidades transitórias de excepcional interesse público;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo n. 001/2016
Considerando, por fim, estarem presentes todos os requisitos necessários à contratação em questão;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR em caráter temporário a servidora ILENIR FERREIRA DA SILVA para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, cumprindo carga horária de 40(quarenta) horas semanais, lotando-a na Secretaria de Saúde, pelo período de 18/04/2016 a 31/12/2016.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo IV, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 18 de abril de 2016.

Publique-se.

Passos Maia, SC, 20 de abril de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA N.º 931, DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA N.º 931, de 02 de maio de 2016.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a recente aposentadoria de vários profissionais da Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando a necessidade de contratação de pessoal para suprir as necessidades da Secretaria;

Considerando a grave crise econômica vivida no país, e, consequentemente, o elevado comprometimento das despesas de pessoal do município, que impõe cautela na contratação de servidor efetivo para exercer a função;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender

necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;
Considerando o resultado no Processo Seletivo n. 001/2016
Considerando, por fim, estarem presentes todos os requisitos necessários à contratação em tela.

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR em caráter temporário a servidora ELIANE GANDOLFI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Enfermagem, símbolo TC-10, Grupo ocupacional Técnico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 02 de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento estabelecido no anexo IV, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2016.

Publique-se

Passos Maia, SC, 02 de maio de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 935, DE 08 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº 935, de 08 de maio de 2016.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal nº 018, de 03 de agosto de 2005,

Considerando a recente aposentadoria de vários servidores e exoneração de vários secretários municipais, como medida para adequação das despesas de pessoal;

Considerando tratar-se de situação transitória e de nível de confiança, motivos que afastam a contratação em caráter efetivo;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a servidora FERNANDA PATRICIA RAVARENA para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, símbolo ASS-12, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-o na Secretaria Municipal de Educação e Esportes a partir do dia 08 de maio de 2016.

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, o servidor ora contratado fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Complementar Municipal nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Fica concedido ao servidor, conforme art. 48, § 1º, da Lei Complementar 018, de 03 de agosto de 2005, o adicional de representação de 50% (cinquenta por cento) sobre vencimento básico do cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de maio de 2016

Publique-se.

Passos Maia, SC, 08 de maio de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 936, DE 08 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº 936, de 08 de maio de 2016.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal nº 018, de 03 de agosto de 2005,

Considerando a recente aposentadoria de vários servidores e exoneração de vários secretários municipais, como medida para adequação das despesas de pessoal;

Considerando tratar-se de situação transitória e de nível de confiança, motivos que afastam a contratação em caráter efetivo;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a servidora IONARA LUZIA PADILHA para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, símbolo ASS-12, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-o na Secretaria Municipal de Educação e Esportes a partir do dia 08 de maio de 2016.

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, o servidor ora contratado fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Complementar Municipal nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de maio de 2016

Publique-se.

Passos Maia, SC, 08 de maio de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 937, DE 08 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº 937, de 08 de maio de 2016.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005,

Considerando a recente aposentadoria de vários servidores e exoneração de vários secretários municipais, como medida para adequação das despesas de pessoal;

Considerando tratar-se de situação e de nível de confiança, motivos que afastam a contratação em caráter efetivo;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o servidor MICHEL HENRIQUE MARCHESINI para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, símbolo ASS-12, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-o na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico a partir do dia 08 de maio de 2016. Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, o servidor ora contratado fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Complementar Municipal nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de maio de 2016

Publique-se.

Passos Maia, SC, 08 de maio de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 926, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 926, de 20 de abril de 2016.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal em Exercício de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando que, conforme a Portaria nº 861, de 24 de fevereiro de 2016, a servidora encontra-se em licença para tratamento de saúde até o dia 31/03/2016;

Considerando a Comunicação de decisão expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – que concede auxílio doença à Sra. Maritânia Brizola até o dia 01/06/2016;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE da servidora MARITÂNIA BRIZOLA, matrícula n. 384, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, com lotação na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, até o dia 01/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2016.

Publique-se.

Passos Maia, SC, 20 de abril de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 927, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 927, de 20 de abril de 2016.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento de exoneração, que informa a exoneração da servidora a partir do dia 15 de abril de 2016 hoje visto que a servidora obteve o benefício previdenciário de aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1

º EXONERAR A PEDIDO, a servidora público municipal LAURENTINA FRANCISCA MARQUES, matrícula n. 8.005, ocupante do Professor, Símbolo PD/A-I, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 15 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 15 de abril de 2016

Publique-se.

Passos Maia, SC, 20 de abril de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 928, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 928, de 20 de abril de 2016.

“REDUZ JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento da Secretaria Municipal de Educação e Esportes solicitando a redução da carga horário da servidora Maria Elaine Rodrigues de 40 horas semanais para 30 horas semanais, por não haver necessidade do cumprimento da jornada inicialmente contratada, em razão da redução da demanda;

Considerando a concordância expressa da servidora no próprio requerimento;

Considerando a necessidade de observância do princípio da eficiência do gasto público;

Considerando o disposto no art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 05 de 31 de outubro de 1999, que dispõe que por interesse público, através de ato do poder executivo, a jornada de trabalho poderá ser reduzida ou ampliada, desde que não ultrapasse a carga horária de 40(quarenta) horas semanais e haja concordância

expressa do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º REDUZIR A JORNADA DE TRABALHO da servidora MARIA ELAINE RODRIGUES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em jornada de trabalho atual de 40 (quarenta) horas semanais, símbolo SG-13, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 40 (quarenta) horas semanais para 30 (vinte) horas semanais a partir do dia 1º de abril de 2016.

Parágrafo Único: Reduzir o vencimento do servidor proporcionalmente à redução de carga horária realizada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2016

Publique-se.

Passos Maia, SC, 20 de abril de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 932, DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº 932, de 02 de maio de 2016.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a recente aposentadoria e pedidos de exoneração de vários motoristas da Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando a necessidade de contratação de pessoal para suprir o cargo de motorista na referida secretaria;
Considerando a aprovação e a classificação obtida pelo candidato no Concurso Público nº 001/2015, levado a efeito pelo Edital de Concurso Público n. 001/2015, homologado através do Decreto nº 360, de 15 de maio de 2015, para o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o senhor DEJAIR ARGENTA, para ocupar o Cargo de provimento efetivo de Motorista, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-3, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, contemplado na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 02 de maio de 2016.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento estabelecidos no anexo V, da Lei complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2016

Publique-se

Passos Maia, SC, 02 de maio de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 933, DE 03 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº 933, de 03 de maio de 2016.

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 82, inciso IV, da Lei Complementar nº. 002, de 14 de setembro de 1998,

Considerando o requerimento encaminhado pela servidora sob protocolo nº 0220/16 com data de 03/05/2016.

Considerando o disposto no inciso IV, do art. 82, da Lei Complementar n. 002, de 14 de setembro de 1998 que prevê a possibilidade de concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, sem ônus para o erário público, à servidora ADILES JOANA MARINI, ocupante do Cargo de Secretária de Desenvolvimento Social, Símbolo DS-4, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, pelo período de 01/05/2016 a 01/07/2016.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de maio de 2016.

Publique-se

Passos Maia, SC, 03 de maio de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 934, DE 05 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº 934, de 05 de maio de 2016.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento, sob protocolo nº 0221/16 de 04/05/2016, onde a servidora solicita sua exoneração em razão de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

RESOLVE:

Art. 1

º EXONERAR A PEDIDO, a servidora público municipal DIRCE

DILEMA BONATTO MEOTTI, matrícula n. 8.001, ocupante do Professor, Símbolo PD/A-I, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 05 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 05 de maio de 2016

Publique-se.

Passos Maia, SC, 05 de maio de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 938, DE 16 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº 938, de 16 de maio de 2016.

“DESIGNA SERVIDOR PARA OCUPAR INTERNAMENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora IVANIA SANGALI DALL'ORSOLETTA ocupante do cargo de ORIENTADORA EDUCACIONAL, para responder internamente pelo expediente da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, exercendo cumulativamente as atribuições de ambos os cargos.

Art. 2º Pela acumulação dos cargos descritos no artigo anterior, a servidora ora designada não terá direito de acréscimo aos seus vencimentos, continuando a receber os vencimentos do seu cargo efetivo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2016.

Publique-se.

Passos Maia, SC, 16 de maio de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 939, DE 16 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº 939, de 16 de maio de 2016.

“DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE MOTORISTA AUXILIAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando, que o número de motoristas de Secretaria Municipal de Saúde não é suficiente para atender satisfatoriamente sua demanda;
Considerando que não é possível a contratação de mais motoristas, em razão das dificuldades financeiras enfrentadas pelos municípios;

Considerando, a necessidade de adoção de medidas para assegurar o equilíbrio fiscal do município;

Considerando, por fim, que o servidor possui habilitação compatível para a função, bem como os cursos de capacitação exigidos para atuar na área da saúde como motorista, além de experiência comprovada, pois exerceu as funções de motorista junto ao sistema SAMU,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor NILBERTO BORTOLINI, ocupante do cargo de Técnico em Vigilância Sanitária, para exercer provisoriamente as funções de motorista, em caráter auxiliar, junto a Secretaria Municipal da Saúde, exercendo cumulativamente as atribuições de ambos os cargos.

Art. 2º Pela acumulação dos cargos descritos no artigo anterior, o servidor não terá direito de acréscimo aos seus vencimentos, continuando a receber os vencimentos do seu cargo efetivo, exceto nas hipóteses de jornada extraordinária e o plantão sobreaviso, na forma da Lei Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

Passos Maia, SC, 16 de maio de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO
Responsável pela publicação
dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 003/2016

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2016

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação asfáltica de parte da Rua Heleodoro Serafim Schimidt no Bairro Areias (Estaca 123 + 0,00 à estaca 138+ 10,00), Município de Paulo Lopes, conforme especificações constates do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “DOCUMENTAÇÃO” e nº. 2 – “PROPOSTA” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, centro, Paulo Lopes/SC, até as 09h55min do dia 06/06/2016. A sessão se dará a partir das 10h00min do dia 06/06/2016, no endereço acima especificado. O edital encontra-se a disposição dos interessados, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Paulo Lopes, 19 de maio de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 181/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 181/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 1640/2015 resolve:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA de Chefe de Equipe do ESF (Estratégia de Saúde da Família), a Servidor Pública Municipal, Ana Paula de Abreu Bastos, brasileira, portadora do CPF nº 037.652.787-00, matrícula nº 11223, Ensino Superior completo, ocupante do Cargo de Médico (a) 40h semanais, contratada pela Portaria nº 176/2016, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 19 de maio de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 182/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA 182/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei complementar nº 1269 de 25 de março de 2008, artigo 3º resolve.

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NÍVEL, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Silvani de Oliveira Martins, brasileira, portadora do CPF nº 881.491.020-00, matrícula nº 10883, ocupante do Cargo de Professora, a disposição da Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes – SC, em 19 de Maio de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 183/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 183/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de C para D, a servidora Pública Municipal efetiva e estável, brasileira, Elizangela Machado, portadora do CPF nº 040.686.339-32, matrícula nº1063, nomeada pela Portaria nº 109/2006, a disposição na Secretaria Municipal de Finanças.

Município de Paulo Lopes – SC, em 19 de maio 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 184/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 184/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO DE 180 dias, a Conselheira Tutelar, Elisangela Felizardo da Silva Martins, brasileira, portadora do CPF nº 038.762.549-65 matrícula nº 11066, com vínculo contributivo ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, no período de 16/05/2016 à 11/11/2016, conforme atestado em anexo que ora regularizamos.

Município de Paulo Lopes SC em 19 de maio de 2016.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretario Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2016- FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 30/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2016 – FMS

Aos 19 (dezenove) dias, do mês de Maio de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 07/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI, com sede na cidade de Balneário Camboriú/SC, no Bairro: Municípios, na Rua Araquari, nº 80, CEP:88330-484, Telefone (47) – 3367-3681, E-mail: administrativo@litoralalm.com.br, inscrita sobre o CNPJ nº: 18.941.818/0001-74. Banco do Brasil, Agência nº 4251-X e Conta Corrente nº 27475-5.

1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 07/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

		Programa de Trabalho / Atividade			Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	Marca	QUAT. UNITÁRIO	PREVISÃO DE CUSTO	
					GLOBAL	
1. 01	* Pacote de Fralda Geriátrica tamanho P, de boa qualidade, pacote contendo 12 unidades de acordo com as seguintes especificações: - Fralda descartável de uso diurno e noturno, capacidade 20-40kg, polpa de celulose, polímero absorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivos termoplásticos, fios de elastano e fitas adesivas. Fitas adesivas reposicionáveis: 4 fitas para melhor ajuste. Cobertura filtrante suave, atóxica, máxima suavidade e conforto. Flocos de gel superabsorventes para maior absorção e retenção de líquidos, reduzindo a umidade. Possui Aloe Vera, com indicador de umidade, atóxica, hipoalergênica, recomendado para os casos de incontinência urinária/fecal moderada e pós-parto.	Unid	DESCARPACK	10.000	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
2. 02	Pacote de Fralda Geriátrica tamanho M, de boa qualidade, pacote contendo 10 unidades de acordo com as seguintes especificações - Fralda descartável de uso diurno e noturno, capacidade de 40 – 70kg, polpa de celulose polímero absorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivos termoplásticos, fios de elastano e fitas adesivas. Fitas adesivas reposicionáveis: 4 fitas para melhor ajuste. Cobertura filtrante suave, atóxica, máxima suavidade e conforto. Flocos de gel superabsorventes para maior absorção e retenção de líquidos, reduzindo a umidade, possui aloe vera, com indicador de unidade, atóxica, hipoalergênica, recomendado para os casos de incontinência urinária/fecal moderada e pós-parto.	Unid	DESCARPACK	10.000	R\$ 1.00	R\$ 10.000,00

3.3	Pacote de Fralda Geriátrica tamanho G, de boa qualidade, pacote contendo 08 unidades. Fralda descartável de uso diurno e noturno, capacidade de 70-90 kg, polpa de celulose polímero absorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivos termoplásticos, fios de elastano e fitas adesivas. Fitas adesivas reposicionáveis: 4 fitas para melhor ajuste. Cobertura filtrante suave, atóxica, máxima suavidade e conforto. Flocos de gel superabsorventes para maior absorção e retenção de líquidos, reduzindo a umidade, possui aloe vera, com indicador de unidade, atóxica, hipoalergênica, recomendado para os casos de incontinência urinária/fecal moderada e pós-parto.	Unid	DESCARPACK	10.000	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00
4.	Pacote de Fralda Geriátrica tamanho XG, de boa qualidade, pacote contendo 07 unidades. Fralda de uso diurno e noturno, capacidade acima de 90kg, polpa de celulose polímero absorvente, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivos termoplásticos, fios de elastano e fitas adesivas. Fitas adesivas reposicionáveis: 4 fitas para melhor ajuste. Cobertura filtrante suave, atóxica, máxima suavidade e conforto. Flocos de gel superabsorventes para maior absorção e retenção de líquidos, reduzindo a umidade, possui aloe vera, com indicador de unidade, atóxica, hipoalergênica, recomendado para os casos de incontinência urinária/fecal moderada e pós-parto.		DESCARPACK	10.000	R\$ 1,10	R\$ 11.000,00
	TOTAL				R\$	41.000,00

1.2 – Para a aquisição dos materiais, o valor global estimado é de R\$: 41.000,00 (Quarenta e um mil reais).

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 07/2016 - FMS.

3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A entrega dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax.

4 - DO PRAZO

4.1– Os materiais ora contratados terão início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 – Os quantitativos de materiais são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 - Os materiais deverão ser entregues na Secretaria de Saúde com validade igual ou superior a 12 meses.

4.4– Os produtos adquiridos do presente deverão ser entregues e fornecidos pela empresa vencedora da licitação, mediante previa autorização do orçamento pela Secretaria de Saúde,

5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 07/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaiando o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

7 – RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos materiais, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos materiais, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os materiais, e efetue a entrega dos materiais solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente. Não serão aceitos materiais com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa, nem com prazo inferior a 12 meses de validade no ato da entrega.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos materiais entregues;
- b) efetuar o pagamento dos materiais, na época de sua exigibilidade.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos materiais entregues observar-se-á o seguinte:

9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 - A licitante deverá entregar os produtos com um prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo Órgão e/ou Departamento responsável pela solicitação do objeto desta ata.

9.5 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.6 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os materiais entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.7 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou materiais fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.8- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - Os materiais entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do

Contrato, a qualidade dos materiais, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos materiais solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

9.8.9 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais com ótimo padrão de qualidade, devendo efetuar as entregas dos produtos em embalagens próprias, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

9.8.10 - Os materiais deverão ter o prazo de validade igual ou superior a 12 meses, sendo que serão devolvidos materiais com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa.

10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

11 – PENALIDADES

11.1 - A não entrega dos materiais no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os materiais ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou

prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário de Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI
CNPJ nº: 18.941.818/0001-74

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

PORTARIA Nº 194/2016

PORTARIA Nº 194/16

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

DESIGNAR: a funcionária efetiva MELINA ZILLI, ocupante do cargo de Psicólogo, para responder por atribuição específica – Treinamento com Agentes Comunitárias de Saúdes e Unidades Básicas de Saúde, percebendo um adicional de função no percentual de 60% sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05.

A presente Portaria entra em vigor nesta data

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 18 de maio de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

TERMO DE RESCISAO 38/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 38/2016.

Fica rescindido o Contrato nº 319/2016 - PMP, firmado entre o Sr. CRISTIANO NASCIMENTO LIMA e esta PREFEITURA, em 15 de março de 2016, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha, 17 de maio de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

CRISTIANO NASCIMENTO LIMA
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

DANIELE S. DE SOUZA LUNGE
Secretária de Administração

Z:\DOCUMENTOS 2016\RESCISÃO\38 - CRISTIANO NASCIMENTO LIMA.docx

TP05/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇO Nº 05/2016 - PMP

Objeto: A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para contratação de empresa especializada na urbanização da Orla da Praia de Armação, trechos 1 e 2 da Avenida Elizabeth Konder Reis em Penha/SC, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Recebimento dos Envelopes até: 06/06/2016 às 10:00horas.

Abertura do Processo: 06/06/2016 às 10:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Mikail Gileno dos Santos– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 18 de maio de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 31 2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016

PROCESSO LICITATÓRIO nº 09/2015 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL nº 05/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA, Empresa de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 11.391.279/0001-06, com sede à Rua Brasília, centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por seu titular a Senhora ELIANI MORTARI, Secretário Municipal de Saúde, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF nº 040.725.629-63, de acordo Lei Federal 8.666/93 e com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 05/2015, RESOLVE, registrar o preço da empresa

S & R DISTRIBUIDORA LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Regente Diogo A. Feijo, nº 451, bairro São Cristovão, Chapecó - SC, inscrita no CNPJ nº 04.889.315/0001-92, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador o Senhor SERGIO JACIR PORTELA, portador da Carteira de Identidade nº 3.450.055 SSP/SC e CPF nº 182.633.64949, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente ATA o REGISTRO DE PREÇOS a supressão do item 76 Clortalidona 50mg da Ata de Registro de Preços Nº 18/2016, sendo que a empresa deixa de ser detentora do Registro de Preço deste item, conforme solicitação da empresa e deferimento do Departamento Jurídico.

2. DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços 18/2016 permanecem inalteradas.

3. DO DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da comarca de Concórdia – SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

Município de Peritiba, 18 de Maio de 2016.

ELIANI MORTARI Secretário de Saúde e Bem Estar Social Contratante	S & R DISTRIBUIDORA LTDA Contratada
LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha	GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha
LIZIANE TROMBETTA Fiscal do contrato	PAULO CÉSAR SAATKAMP Assessor Jurídico OAB 13284

EXTRATO DE CONTRATO 50 2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 50/2016

Processo Licitatório nº 20/2016, Pregão Presencial nº 12/2016

Objeto: Aquisição de Distribuidor de adubo orgânico líquido, em atendimento a proposta SIGEF nº 17.041, convênio nº 2016TR792.

Contratado: JEAN PYER VIVIAN EIRELI EPP

CNPJ nº 06.161.649/0001-70

Valor do contrato: R\$ 28.500,00 (Vinte e oito mil e quinhentos reais)

Data de Vigência: 19/05/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 19 de Maio de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 51 2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 51/2016

Processo Licitatório nº 26/2016, Pregão Presencial nº 14/2016 Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, elaboração de regulamento, tabela, súmulas, controle de artilheiros, goleiros, disciplina, classificação e divulgação no site e julgamento do campeonato municipal de futebol de salão no decorrer do ano de 2016.

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DE CONCORDIA A.D.A.C

CNPJ nº 22.594.355/0001-99

Valor do contrato: R\$ 12.925,00 (Doze mil novecentos e vinte e cinco reais)

Data de Vigência: 19/05/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 19 de Maio de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 01 2016 - REFORMA PARQUE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 28/2016 na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO SOB REGIME DE EMPREITADA MELHOR PREÇO POR LOTE, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE DUAS SALAS DE ATIVIDADES NO INTERIOR DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES ALOÍSIO HAVERROTH, EM UMA ÁREA DE 120m², CONFORME DESCRIÇÃO DO EDITAL. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 07/06/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone (47) 3536-1151. Petrolândia, 20 de maio de 2016. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 181/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º:181/2016.

Contrato de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa COMERCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA – ME, autorizado através do Processo n.º 053/2016, Licitação 014/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF n.º. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: COMERCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA - ME

CNPJ-MF n.º. 02.220.031/0001-83

Endereço: TR Teobaldo Fritz sn, Centro, Fraiburgo, CEP: 89580-000

Representada por: MARCELO JOMBRA

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 014/2016, datado de 17/03/2016 e homologado em data de 08 de abril de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionado abaixo especificados e quantificados, a serem instalados Sede Municipal (sala de internet) e Creche Municipal:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DOS APARELHOS COTADOS	PREÇO UNITÁRIO R\$	MARCA	PREÇO TOTAL R\$
02	Aparelhos de Ar Condicionado, modelo Split, Quente e Frio, capacidade de 12.000 BTUs, marca KOMEKO	R\$ 1.495,00	KOMEKO	R\$ 2.990,00
01	Aparelhos de Ar Condicionado, modelo Split, Quente e Frio, capacidade 12.000 BTUs, marca KOMEKO	R\$ 1.460,00	KOMEKO	R\$ 1.460,00
TOTAL GERAL EM R\$			R\$ 4.450,00	

1.2 As unidades externas (condensadoras) serão colocadas na mesma parede onde ficará a parte interna (evaporadora), sendo que a tubulação frigorífica será a necessária para interligar as unidades que ficarão separadas apenas pela parede.

1.3 A licitante adjudicatária deverá instalar os aparelhos às suas expensas (material e mão-de-obra).

1.4 O prazo para instalação dos aparelhos será de até 20 dias a contar da data da assinatura do contrato.

1.5 A empresa vencedora deverá ter serviço de suporte técnico para atendimento, sempre que necessário.

1.6 Os defeitos deverão ser solucionados em até 48 (quarenta e oito) horas a partir da abertura do chamado técnico por parte do Município

1.7 Os custos (material, mão-de-obra) referentes ao meio de transporte acima citado serão de responsabilidade da empresa vencedora.

1. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Município pagará a contratada, pela compra, o valor integral de R\$ 4.450,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

2.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço integral, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

2.2 O contrato terá início com a assinatura e término com o termo final da garantia, está que é de 12 meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para instalação dos equipamentos.

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

Parágrafo Segundo. O recebimento definitivo do objeto será feito somente após atestado de regularidade expedido por Engenheiro da AMARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 014/2016 – modalidade pregão presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

8.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 16 de maio de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

COMERCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA - ME

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 183/2016

LICITAÇÃO Nº 034/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 183/2016

Termo de Contrato de "CONCERTO (Revisão) DE UM VEICULO TIPO CAMINHÃO TANQUE" firmado entre o Município de Pinheiro Preto e a empresa MECÂNICA ATLAS, autorizado através do Processo n. 105/2016 Licitação n. 034/2016 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: MECANICA ATLAS

CNPJ-MF n.º.86.547.601/0001-34

Endereço: Rodovia SC 135, km 120, Videira – SC – CEP: 89560-000

Representada por: RUBENS ALBERTO REICHERT

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 034/2016, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO, pela contratada, de serviços técnicos/mecânicos de CONCERTO e revisão mecânica do veículo tipo CAMINHÃO TANQUE, PLACA MCA2714, DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO – SC., CONSISTENTES NA REVISÃO DOS ROLAMENTOS, RETENTOR CAIXA, BOMBA DE ÓLEO, KIT EMBREAGEM, NA FORMA DETALHADA NO ANEXO a este contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 10.820,00 (dez mil, oitocentos e vinte reais), sendo R\$ 1.257,57 referente serviço de mão-de-obra e R\$ 9.562,43 (nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos) peças, devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação: 2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

2.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de cinco dias, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ

a) Início: 17/05/2016

b) Término: 17/05/2017 - (TERMO DA GARANTIA).

3.2. O serviços deverão ser entregues no prazo de 10 (dez) dias, contados da expedição de ordem de serviço.

3.3 Os serviços e peças terão garantia de 01 ano.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do veículo na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 034/2016, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.4. A contratada obriga-se a garantir, pelo prazo de até cinco anos após o término da garantia, o fornecimento de peças de reposição.

5.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 17 de maio de 2016.

CONTRATANTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

MECANICA ATLAS

TESTEMUNHAS:

1) 2)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 184/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS N.º: 184/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e WEINHEIMER INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, autorizado através da Licitação nº 032/2016, Processo Administrativo nº. 098/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: WEINHEIMER INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

CNPJ-MF n.º 23.409.878/0001-80

Endereço: Estrada Linha Novo São Paulo, nº, Interior, Rio das Antas, SC

Representada por: EDUARDO WEINHEIMER.

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 032/2016, homologado em 13 de maio de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos profissionais na área elétrica, hidráulica e manutenções em geral.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço MENSAL de R\$ 2.496,00 (dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais), devendo a despesa correr à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 – Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentária: 2000 – Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 2002 – Secretaria de Administração e Finanças

Função: 4 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 3 – Administração Geral

Ação: 2.22 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3390-0000

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E HORÁRIO

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

- a) início: assinatura do contrato
- b) término: 31/12/2016.

Parágrafo único. Havendo interesse e necessidade pública, referidos horários poderão ser alterados.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2- Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste pregão, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

4.1 – DA RESCISÃO

4.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8666/93.

4.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de Pregão nº 032/2016, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 17 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
TESTEMUNHAS:

1) 2)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 185/2016

PREGÃO PRESENCIAL 035/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 185/2016

Termo de Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECANICA ATLAS, autorizado através do Processo n. 108/2016, Licitação n. 035/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: EMPRESA: MECÂNICA ATLAS LTDA

CNPJ-MF n.º E OU CPF. 86.547.601/0001-34

Endereço: Rod SC 453 KM 53,6

Representada por: RUBENS ALBERTO REICHERT

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 035/2016, datado de 09 de maio de 2016, e homologado em data de 18 de maio de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 035/2016, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de mão de obra mecânica especializada (Homem/hora) em veículos Leves, médios, grande porte e máquinas pesadas, bem como serviços de solda elétrica (com arame e usinagem) e serviços com solda MIG com arame e serviço de chapeação:

Item	Qnt.	Und	Produto	Valor Unitário	Valor Total
17	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA CAMINHÃO TANQUE MERCEDES BENZ MODELO 2423 K ANO 2003 PLACA MCA 2714	72,00	2.160,00
20	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ MODELO 2423 K ANO 2003 PLACA MCA 2514	72,00	2.160,00

1.2 Caso a empresa contratada tenha sede fora do raio de 60 km (sessenta quilômetros), tendo como ponto central a Garagem de máquinas do Município, ficará obrigada em transportar, consertar e trazer de volta a máquina/veículo as suas custas, ou poderá executar o serviço a suas custas na própria Garagem de máquinas/veículo do Município ou ainda, poderá executar o serviço, a suas custas, em outro local apropriado com equipamentos e mecânicos especializados.

1.3 Os serviços de desmontagem, montagem e conserto de pneus devem ser realizados no município.

1.4 Quanto ao local de prestação dos serviços dos demais itens, estes serão prestados a critério do município de Pinheiro Preto, atendendo a distância descrita no parágrafo primeiro.

1.5 – A Validade da proposta é de 60 dias, contados da abertura do envelope da proposta de preço.

1.6 - A empresa vencedora do certame deverá fornecer relatório detalhado de serviços prestados.

1.7 – Os serviços deverão ser prestados em até 48 horas do pedido expedido pelo Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade do município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

O contrato terá início em 19/05/2016, com término em 31/12/2016.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 035/2016 – modalidade pregão presencial – registro de preços, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 18 de maio de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

MECANICA ATLAS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 186/2016

PREGÃO PRESENCIAL 035/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 186/2016

Termo de Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa AGRIVENDAS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, autorizado através do Processo n. 108/2016, Licitação n. 035/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: EMPRESA: AGRIVENDAS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA CNPJ-MF n.º E OU CPF. 03.488.984/0001-90

Endereço: Rodovia SC 453, s/n, N.S Aparecida, Videira, SC CEP: 89560-000

Representada por: AFONSO LUIZ RUBINI

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 035/2016, datado de 09 de maio de 2016, e homologado em data de 18 de maio de 2016, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 035/2016, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de mão de obra mecânica especializada (Homem/hora) em veículos Leves, médios, grande porte e máquinas pesadas, bem como serviços de solda elétrica (com arame e usinagem) e serviços com solda MIG com arame e serviço de chapeação:

Item	Qnt.	Und	Produto	Valor Unitário	Valor Total
01	150	Hora	MÃO DE OBRA DE SOLDA MIG.	R\$ 62,00	R\$ 9.450,00
03	150	Hora	SERVIÇOS DE USINAGEM (TORNO).	R\$ 75,00	R\$ 11.250,00
05	200	Hora	MÃO DE OBRA DE SOLDA ELÉTRICA (ELETRODO).	R\$ 62,00	R\$ 12.400,00
06	300	Hora	MÃO DE OBRA CONserto de Maquinas Agrícolas, que compreende Ensiladeira, Distribuidor Orgânico, Plantadeira, Grade Aradora e outros.	R\$ 73,00	R\$ 21.900,00
08	300	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA EM Maquinas de Grande Porte, que se caracteriza: Motoniveladora, Escavadeira Hidráulica, Retroescavadeira, Rolo Compactador, Carregadeira, Mini Carregadeira e outras nas mesmas características.	R\$ 68,00	R\$ 20.400,00
09	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA TRATOR AGRale Modelo BX 6110 Ano 2012/2013	R\$ 62,00	R\$ 1.860,00
10	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA TRATOR Massey Modelo 4275 Ano 2014	R\$ 62,00	R\$ 1.860,00
11	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA TRATOR Walmet Modelo BM100 Ano 2009	R\$ 62,00	R\$ 1.860,00

12	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA TRATOR WALMET MODELO A750L ANO 2014	R\$ 62,00	R\$ 1.860,00
13	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA CAMINHÃO BASCULANTE VW MODELO 13.180 ANO 2000 PLACA MAY1604 (tanque)	R\$ 56,00	R\$ 1.680,00
14	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ MODELO L2213 ANO 1982 PLACA LZM0956	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
15	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ MODELO L 1313 ANO 1985 PLACA MCY2680	R\$ 62,00	R\$ 1.860,00
16	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA CAMINHÃO BASCULANTE VOLVO VM MODELO 330 6X4 R ANO 2014 PLACA QHD 8705	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
18	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA CAMINHÃO BASCULANTE VOLVO VM MODELO 330 6X4 R ANO 2014 PLACA QHD8715	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
19	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ MODELO ATRON 2729 K 6X4 ANO 2014 PLACA QHC3304	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
21	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ MODELO L1513 ANO 1982 (poli-guindaste)	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
22	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA CAMINHÃO FORD CARGO MODELO 1729 ANO 2014 PLACA QHC 6635 e para fins de orçamento	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
23	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA ONIBUS MERCEDES BENZ MODELO IMP/M. BENZ OF 1620 ANO/MODELO 1995/96 – PLACA IFF0302	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
24	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA ONIBUS VW 15.190 – EOD E.S.ORE ANO 2012 – PLACA MKL7683 e para fins de orçamento ônibus.	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
25	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA ONIBUS VW 15.190 – EOD E. HD ORE ANO 2014 PLACA OKF 4554	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
26	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA ONIBUS VW 15.190 – EOD E. HD ORE ANO 2014 PLACA OKH 6864	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
27	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA ONIBUS IVECO – CITY CLASS 70C16 ANO 2010 PLACA MII 5655	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
28	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA ONIBUS IVECO CITY CLASS 70C 17 ANO 2013 PLACA QHE 5955	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00
29	30	Hora	MÃO DE OBRA MECÂNICA ONIBUS MERCEDES BENZ IMP/M OF 1620 ANO 1996 PLACA IFE 7886	R\$ 73,00	R\$ 2.190,00

1.2 Caso a empresa contratada tenha sede fora do raio de 60 km (sessenta quilômetros), tendo como ponto central a Garagem de máquinas do Município, ficará obrigada em transportar, consertar e trazer de volta a máquina/veículo as suas custas, ou poderá executar o serviço a suas custas na própria Garagem de máquinas/veículo do Município ou ainda, poderá executar o serviço, a suas custas, em outro local apropriado com equipamentos e mecânicos especializados.

1.3 Os serviços de desmontagem, montagem e conserto de pneus devem ser realizados no município.

1.4 Quanto ao local de prestação dos serviços dos demais itens, estes serão prestados a critério do município de Pinheiro Preto, atendendo a distância descrita no parágrafo primeiro.

1.5 – A Validade da proposta é de 60 dias, contados da abertura do envelope da proposta de prego.

1.6 - A empresa vencedora do certame deverá fornecer relatório detalhado de serviços prestados.

1.7 – Os serviços deverão ser prestados em até 48 horas do pedido expedido pelo Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade

do município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

O contrato terá início em 19/05/2016, com término em 31/12/2016.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 035/2016 – modalidade pregão presencial – registro de preços, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 18 de maio de 2016.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA
AGRIVENDAS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 002/2015, CONVOCA a seguinte candidata aprovada no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime Celetista)
845.499.559-53	Fabiane Bogoni Tragancin	Técnica em Enfermagem - PSF

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- a. Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- b. Parcial de Urina;
- c. Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- e. Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar;
- d. ECG – eletrocardiograma com laudo;

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2022 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, a candidata deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto - SC.

Analizados os exames e sendo a candidata considerada apta, a mesma será, então, nomeada para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 18 de maio de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 301, DE 18 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº 301, DE 18 DE MAIO DE 2016.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 035/2016 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 035/2016, modalidade pregão presencial, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviço de mão de obra especializada (homem/hora) em veículos leves, médios, grande porte, máquinas pesadas e máquinas agrícolas, bem como serviços de soldas, usinagem, chapeação e serviços elétricos, e adjudica o objeto as seguintes empresas:

I – MECANICA ATLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 86.547.601/0001-34, itens: 17 pelo preço de R\$ 72,00 (setenta e dois reais) por hora, 20 pelo preço de R\$ 72,00 (setenta e dois reais) por hora;

II – AGRIVENDAS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.488.984/0001-90, itens: 01 - R\$ 62,00 (sessenta e dois reais) por hora, 03 - R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) por hora, 05 - R\$ 62,00 (sessenta e dois reais) por hora, 06 - R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora, 08 - R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) por hora, 09 - R\$ 62,00 (sessenta e dois reais) por hora, 10 - R\$ 62,00 (sessenta e dois reais) por hora, 11 - R\$ 62,00 (sessenta e dois reais) por hora, 12 - R\$ 62,00 (sessenta e dois reais) por hora, 13 - R\$ 56,00 (cinquenta e seis reais) por hora, 14 - R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora, 15 - R\$ 62,00 (sessenta e dois reais) por hora, 16 - R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora.

e três reais) por hora, 18 - R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora, 19 - R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora, 21 - de R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora, 22 - R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora, 23 - R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora, 24 - R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora, 25 - R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora, 26 - R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora, 27 - R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora, 28 - R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora e 29-R\$ 73,00 (setenta e três reais) por hora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18 DE MAIO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Pinheiro Preto (SC), 19 de maio de 2016.

O Poder Legislativo do município de Pinheiro Preto, representado neste ato pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, Vereador Edison Antonio Mânica, com fulcro no art. 307 e seguintes do Regimento Interno, convida todos os munícipes para participar da Audiência Pública, a ser realizada no Plenário desta Casa de Leis, no dia 03 de junho de 2016, às 19h30min, com o objetivo de discutir sobre aberturas de créditos adicional suplementar que vem sendo realizadas pelo Executivo Municipal por meio de Decreto.

Atenciosamente,

EDISON ANTONIO MÂNICA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4554/2016

DECRETO Nº 4554/2016, DE 18 DE MAIO DE 2016.

CRIA MODALIDADE DE APLICAÇÃO, DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam criadas as modalidades de aplicação nas aplicações:

I – 05.01.12.368.0006.1.004 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – 1022

II – 07.03.20.606.0013.1.010 – 4.4.90.00.00.00.00.00 - 1089

Art. 2º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto:

Art. 3º. Os recursos para cobertura do crédito Adicional Suplementar provenientes do Excesso de arrecadação de que trata o presente Decreto, são oriundos das fontes constantes do Anexo I, termo de compromisso PAR firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação nº 201304241/2013 e referente a alienação de bens inservíveis nº 023/2016:

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 18 de maio de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4554/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
18/05/2016	1	Adicionar	139.000,00	155	1	44900000000000	1022 - Transferências de Convênios - Educação
18/05/2016	1	Adicionar	15.000,00	154	1	44900000000000	1089 - Alienação de bens Outros Programas
18/05/2016	1	Adicionar	21.000,00	52	1	44900000000000	1089 - Alienação de bens Outros Programas
18/05/2016	1	Adicionar	5.000,00	98	1	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
18/05/2016	2	Subtrair	5.000,00	99	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
18/05/2016	1	Adicionar	4.000,00	95	1	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
18/05/2016	2	Subtrair	4.000,00	96	1	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
TOTAL DA ENTIDADE			184.000,00				

Planalto Alegre/SC, em 18 de maio de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

ED_LE023/2016**AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO**

Processo Administrativo. Nº. PM-023/2016

Modalidade: LEILÃO

Edital nº PM/LL-023/2016

Tipo: Maior Lance

Objeto: VENDA DE ATIVOS INSERVÍVEIS ATRAVÉS DE LEILÃO PÚBLICO OFICIAL ON-LINE E PRESENCIAL.

Data do Leilão: 08 de junho de 2016, com início às 10:00 Hs.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390, Centro – Planalto Alegre-SC, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-Feira, das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3335-0066, e nos portais eletrônicos: www.planaltoalegre.sc.gov.br e www.superbid.net

Planalto Alegre-SC, em 19 de maio de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.069 DE 23 DE MARÇO DE 2016

DECRETO Nº 3.069 DE 23 DE MARÇO DE 2016
TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 1º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 – Manut.de Atividades Educação Infantil

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01180000 – Transferências do Fundeb -(aplic.profis) R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art 2º - Os valores resultantes das transposições do Art. 1º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 – Manut.de Atividades Educação Infantil

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01180000 – Transferências do Fundeb -(aplic.profis) R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 23 de março de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

DECRETO Nº 3.081 DE 05 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 3.081 DE 05 DE MAIO DE 2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 617.938,78 (seiscentos e dezessete mil, novecentos e trinta e oito reais e setenta e oito centavos) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Prefeitura, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08.000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.1009- Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01640003 - Transf.Conv.-Implantação Ponte Concreto R\$ 370.126,72

Projeto/Atividade: 15.451.0070.1011- Pavimentação de Ruas e Calçadas

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01640002 – Transf.Conv.-Pav.R.Hilda A.G. Volkmann R\$ 247.812,06

TOTAL R\$ 617.938,78

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 05 de maio de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012 / 2016

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TERMINAIS RODoviÁRIOS DE BLUMENAU - SETERB.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO SETERB PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE ATENDIMENTO A ACIDENTES DE TRÂNSITO, PARA 06 (SEIS) AGENTES MUNICIPAIS DE TRÂNSITO DE POMERODE, COM CARGA HORÁRIA DE 20 (VINTE) HORAS/AULA TEÓRICAS E PRÁTICAS.

Valor total contratado: R\$1.259,40 (um mil, duzentos e cinquenta

e nove reais e quarenta centavos).
Data do Curso – Dias 18, 19 e 20/05/2016.
Base Legal – Artigo 24, VIII da Lei n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 13 de Maio de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

LEI Nº 2822/2016

Lei nº 2822/2016

FIXA O SUBSÍDIO DO PREFEITO MUNICIPAL, VICE PREFEITO MUNICIPAL, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE POMERODE, PARA LEGISLATURA DE 2017-2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ClausKrahn, Presidente da Câmara Municipal de Pomerode;
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º -O valor do subsídio mensal do Prefeito Municipal de Pomerode é fixado em R\$ 26.427,91 (vinte e seis mil, quatrocentos e vinte sete reais e noventa e um centavos), edo Vice Prefeito em R\$ 8.493,00 (oito mil, quatrocentos e noventa três reais)na forma do que dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 29, inciso VI, letra B, combinado com o artigo 37 inciso XI e nos artigos 55 e 25 inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2o - O valor do subsídio mensal de cada Secretário Municipal de Pomerode fica fixado em R\$10.897,61 (dez mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e um centavos) de acordo com o que estabelece a Constituição Federal em seu artigo 29, inciso V, letra B, combinado com o artigo 37 inciso XI e nos artigos 55 e 25 inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3o - O valor do subsídio mensal de cada Vereador da Câmara Municipal de Pomerode é fixado em R\$ 5.804,54 (cinco mil, oitocentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) com um adicional para o Presidente da Câmara Municipal, no valor de R\$ 2.902,27 (dois mil, novecentos e dois reais e vinte e sete centavos) na forma do que dispõem a Constituição Federal em seu artigo 29 inciso VI, letra "b", e, os Artigos 25 inciso V, e 55 da Lei Orgânica Municipal, e 37 do Regimento Interno, observado o limite previsto no artigo 29, Inciso VII, letra B, da Constituição Federal.

Art. 4º -Os valores dos subsídios ora fixados corresponderão ao ano de 2017 e serão corrigidos anualmente, a partir do ano de 2018, pela reposição do índice inflacionário de acordo com o INPC/IBGE, e reajustados na mesma data do reajuste concedido aos funcionários públicos municipais.

Art. 5o – As diárias e ajuda de custo percebidos pelos agentes políticos em razão de suas respectivas atividades, não integram os subsídios, em razão de seu caráter indenizatório.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento dos Poderes Executivo e Legislativo, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 1o de janeiro de 2017.

Pomerode/SC, 1º de abril de 2016.
ClausKrahn
Presidente

LEI ORDINÁRIA Nº 2.827, DE 16 DE MAIO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.827, DE 16 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REVOGAR O INCENTIVO ECONÔMICO CONCEDIDO A EMPRESA INDÚSTRIA DE EMBUTIDOS POMERODE LTDA. PELA LEI Nº 2.519 DE 19 DE OUTUBRO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a revogação do incentivo econômico concedido a empresa INDÚSTRIA DE EMBUTIDOS POMERODE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.137.707/0001-93, nos termos da Lei n.º 1225 de 24 de Maio de 1995.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 2.519, de 19 de outubro de 2012.

Município de Pomerode, 16 de maio de 2016.
Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.828, DE 19 DE MAIO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.828, DE 19 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE VEÍCULO DO MUNICÍPIO DE POMERODE AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por meio do instituto de cessão de uso a disponibilizar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período quantas vezes se reputar necessário em razão de interesse público e mediante autorização legislativa para cada prorrogação, ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego n.º 381, Centro, Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, uma viatura para uso exclusivo da Seção de Atividades Técnicas do 3º Grupamento de Bombeiros Militar, sediado no Município de Pomerode, com as seguintes características:

I - 01 (um) veículo marca RENAULT, modelo Sandero Privilege 1.6, tipo automóvel, combustível álcool/gasolina, cor vermelha, ano de fabricação/modelo 2013/2014 chassi 93YBSR86HEJ777059, código de RENAVAM 569973007, placa MLT - 0624, com todos os equipamentos obrigatórios.

Parágrafo Único. O veículo objeto desta Lei deverá ter seu uso destinado exclusivamente à execução de vistorias, fiscalizações e apoio a atividades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, sediado no Município de Pomerode, ficando o cessionário responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução do serviço e pelo bom uso do equipamento.

Art. 2º As despesas decorrentes da manutenção, conservação, licenciamento e de sua utilização correrão por conta do orçamento do FUNREBOM (Lei 173/2009).

Art. 3º A Cessão de Uso de que trata esta Lei poderá ter seu ato rescindido em qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes, pondo fim a cessão revertendo o veículo ao município de Pomerode.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 19 de maio de 2016.
Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2016

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Pomerode e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

O MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Rua 15 de Novembro, nº 525, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.251/0001-04, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Rolf Nicolodelli, portador da Carteira de Identidade nº portador da cédula de identidade n9-1.399.157-SSP/SC e do CPF/MF nº 421.393.179-04, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa, doravante denominado CESSIONÁRIO, situado à Rua Almirante Lamego n.º 381, Centro, Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, representada Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, Coronel BM – Onir Mocellin, amparados na Lei Municipal nº 2.828, de 19 de maio de 2016 e da Lei Complementar 173/2009, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, o seguinte bem móvel adquirido com recursos do Convênio de Trânsito do Município de Pomerode celebrado entre as partes:

I - 01 (um) veículo marca RENAULT, modelo Sandero Privilege 1.6, tipo automóvel, combustível álcool/gasolina, cor vermelha, ano de fabricação/modelo 2013/2014 chassi 93YBSR86HEJ777059, código de RENAVAM 569973007, placa MLT - 0624, com todos os equipamentos obrigatórios.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem se destina exclusivamente à execução de vistorias, fiscalizações e apoio a atividades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, sediado no Município de Pomerode, ficando o cessionário responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução do serviço e pelo bom uso do equipamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CESSIONÁRIO:

a) Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina; b) Não transferir ou ceder o bem a terceiros; c) Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente; d) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas; e) A OPM a qual o veículo se destina, responsabilizar-se-á pelo pagamento do licenciamento anual e do Seguro DPVAT do veículo, arcando com as despesas, através dos recursos financeiros oriundos do Convênio de Trânsito ou de outros convênios firmado entre as partes; f) Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do bem, por meio do Convênio de Trânsito ou de outros convênios firmados entre as partes, e a partir do próximo exercício financeiro, além das fonte já citadas, também com recursos do tesouro estadual.

CLÁUSULA QUARTA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão por conta de dotação orçamentária do FUNREBOM (Lei 173/2009).

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de policiamento, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período quantas vezes se reputar necessário em razão de interesse público e mediante autorização legislativa para cada prorrogação, podendo ser renunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Pomerode, em 19 de maio de 2016

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal
Município de Pomerode

Onir Mocellin
Comandante-Geral
Corpo de Bombeiros Militar de SC,

Testemunhas:

CPF: _____ CPF: _____

LEI ORDINÁRIA Nº 2.829, DE 19 DE MAIO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.829, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Altera O ART. 3ª DA LEI Nº 2.825, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 3º da Lei 2.825, de 13 de abril de 2016 que passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A Cessão de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo determinado de 05 (cinco) anos, e poderá ser rescindida em qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 19 de maio de 2016.

Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 003/2016

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Pomerode e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – PMSC.

Aos xx dias do mês de maio de 2016, o Município de Pomerode-SC, doravante denominado - Cedente, situado à Rua XV de Novembro, nº 525, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, neste ato representado pelo Exmo Sr Rolf Nicolodelli, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 421.393.179-04 e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - Cessionária, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo Diretor da DALF (Diretoria de Apoio Logístico e Financeiro), Coronel PM Giovanni Cardoso Pacheco, amparados na Lei Municipal nº 2.825, de 13 de Abril de 2016, alterada pela Lei Municipal nº 2.829, de 19 de maio de 2016, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, na Portaria nº 2400/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010 e inciso XI, do Art. 4º da Portaria Nº 237/PMSC/2011, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Cedente fornecerá à Cessionária, para utilização exclusiva no Pelotão da Polícia Militar, sediado no Município de Pomerode, os seguintes bens:

- 01 (um) veículo marca HYUNDAI, modelo TUCSON GLSB, tipo caminhoneta, combustível álcool/gasolina, cor branca, ano de fabricação/modelo 2015/2016 chassi 95PJN81EPGB093693, código de RENAVAM 1074457894, placa QHV — 7650, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais).

O bem objeto do presente termo está com todos os equipamentos obrigatórios e foi adquirido através do Convênio de Trânsito do Município de Pomerode- SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O veículo destina-se ao serviço de policiamento ostensivo motorizado no Município de Pomerode, ficando a Cessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CESSIONÁRIO:

A Cessionária, pelo uso do veículo, obrigar-se-á:

- Usar o veículo exclusivamente para o fim a que se destina;
- Zelar pela guarda do veículo, comunicando ao Cedente a ocorrência de qualquer acidente;
- Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito e pelos efeitos dessas;
- A OPM a qual o veículo se destina, responsabilizar-se-á pelo pagamento do licenciamento anual e do Seguro DPVAT do veículo, arcando com as despesas, através dos recursos financeiros oriundos de Fundos Municipais ou convênios municipais; Arcar com os custos de manutenção do veículo que correrão por conta, no exercício

corrente, dos recursos do tesouro municipal de Pomerode e a partir do próximo exercício financeiro, além da fonte já citada, também com recursos do tesouro estadual.

- Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;

CLÁUSULA QUARTA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão por conta de dotação própria da POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, prevista em orçamento vigente e na Portaria nº407, de 27 de abril de 2011 do DENATRAN.

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o veículo, objeto deste instrumento passará a integrar a frota da Cessionária, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de segurança pública, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DEVOLUÇÃO DO BEM

Ao findar o prazo de vigência desta Cessão de Uso ou sendo rescindida por qualquer motivo, o Cedente poderá providenciar leilão para venda do bem objeto desta cessão, e utilizar esse recurso para compra de novo veículo a ser cedido para a mesma finalidade.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser renunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 34 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Pomerode, em 19 de maio de 2016

ROLF NICLODELLI GIOVANNI
Prefeito Municipal
Município de Pomerode

CARDOSO PACHECO
Cel PM Diretor da DALF
Polícia Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

CPF: _____ CPF: _____

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.429, DE 09 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 1.429, DE 09 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.335 DE 10/12/2015, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Porto Belo, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para a suplementação do seguinte programa:

ÓRGÃO: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Públicos

Função: 15 - Urbanismo

Sub Função: 451 – Infra Estrutura Urbana

Programa: 0021 – Obras e Serviços Públicos

Atividade: 1.007 – Pavimentação e Urbanização de Ruas e Avenidas

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.1.5083/49

Valor: R\$ 1.000.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2.375, de 06 de abril de 2016, alterada pela Lei 2.391 de 06/05/2016.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 09 dias do mês de maio do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO

ESPÉCIE: MUNICÍPIO DE PORTO BELO, doravante denominada CEDENTE, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, inscrita no CNPJ sob n.º 82.575.812/0001-20, neste ato representado pelo Sr. Evaldo José Guerreiro Filho, Prefeito Municipal, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 79.424.255/0001-31, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 3016, Bairro Centro, neste Município, neste ato representado pelo Sr. José Maria de Oliveira, Presidente, amparados pela Lei Municipal nº 2197, de 28 de agosto de 2014, alterada pela Lei 2291, de 25 de junho de 2015.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a Concessão de Direito Real de Uso de Bem Imóvel Público pelo prazo de 30 anos da área matriculada no Registro de Imóveis de Tijucas sob o nº 20.145, localizada na Rua Sabiá, Jardim Paraíso Campestre, Centro, neste Município, com área total de 10.226,00m².

DESTINAÇÃO: A presente Concessão de Direito Real de Uso de Imóvel Público destina-se exclusivamente ao uso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

DESPESAS: As despesas decorrentes da edificação da sede ficarão a cargo exclusivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

DATA DA ASSINATURA: 09 de maio de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 938/2016

DECRETO Nº 938, de 26 de abril de 2016.

Designa responsável pelo Serviço de Proteção ao Consumidor – PROCON.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Designa MAIRA TERESINHA LUSA como responsável pelo Serviço de Proteção ao Consumidor – PROCON de Porto União, sem ônus para o Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 26 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 950/2016

DECRETO Nº 950, de 20 de maio de 2016.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATO 021/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 021/2016 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Bitur Transportadora Turística Ltda.

Objeto: Fornecimento de 4.000 (quatro mil) passagens ao ano para os funcionários, estagiários, professores e alunos da rede de Ensino do município de Porto União da linha Porto União / Santa Cruz do Timbó / São Pedro do Timbó.

Valor Total: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 003/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de maio de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Bitur Transportadora Turística Ltda.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 022/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 022/2016 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Cattani Sul Transportes e Turismo Ltda.

Objeto: Fornecimento de 200 (duzentas) passagens ao ano para os funcionários, estagiários, professores e alunos da rede de Ensino do município de Porto União da linha Jangada do Sul ao Rio Espingarda.

Valor Total: R\$ 704,00 (setecentos e quatro reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 004/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 04 de maio de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Cattani Sul Transportes e Turismo Ltda.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 023/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 023/2016 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.

Objeto: Fornecimento de produtos para a alimentação escolar.

Valor Total: R\$ 76.312,67 (setenta e seis mil trezentos e doze reais e sessenta e sete centavos).

Vigência: Até 31/07/2016.

Base legal: Pregão Presencial 004/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de maio de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 024/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 024/2016 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda – EPP.

Objeto: Fornecimento de produtos para a alimentação escolar.

Valor Total: R\$ 52.778,72 (cinquenta e dois mil setecentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos).

Vigência: Até 31/07/2016.

Base legal: Pregão Presencial 004/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de maio de 2016.

Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Mercado Kosera Ltda – EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 025/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 025/2016 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP.
Objeto: Fornecimento de produtos para a alimentação escolar.
Valor Total: R\$ 60.970,60 (sessenta mil novecentos e setenta reais e sessenta centavos).
Vigência: Até 31/07/2016.
Base legal: Pregão Presencial 004/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 05 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 026/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 026/2016 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda – ME.
Objeto: Fornecimento de produtos para a alimentação escolar.
Valor Total: R\$ 64.026,99 (sessenta e quatro mil vinte e seis reais e noventa e nove centavos).
Vigência: Até 31/07/2016.
Base legal: Pregão Presencial 004/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 05 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Supermercado Dukelli Ltda – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 027/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 027/2016 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.
Objeto: Fornecimento de produtos para a alimentação escolar.
Valor Total: R\$ 33.242,25 (trinta e três mil duzentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: Até 31/07/2016.
Base legal: Pregão Presencial 004/2016 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 05 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 076/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 076/2016.
Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI – EPP.
Objeto: Execução da obra de pavimentação asfáltica em CAUQ da Rua Luiz Pacheco, incluindo material e mão de obra.
Valor Total: R\$ 184.999,78 (cento e oitenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e oito centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Tomada de Preços 005/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 05 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Engemass Engenharia e Construção EIRELI – EPP.
Contratada

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 022/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 083/2016
Dispensa de Licitação nº 022/2016

Caracterização da Situação: O município necessita contratar um consultor para capacitar os Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente do município de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de um consultor para capacitar os Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente do município de Porto União.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Joelson Tiburcio dos Passos tendo em vista que o mesmo apresentou o menor preço, conforme comprovam os orçamentos anexos ao presente processo.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União
Unidade 0501 – Fundo Municipal da Infância e da Adolescência
Atividade 2113 – Manutenção Fundo da Criança e do Adolescente – FIA
Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas
Cód. 197

Complemento 33903948 – Serviços de Seleção e Treinamento

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 18 de maio de 2016.
VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 861/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 009/2016 – EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 004/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP,
Mercado Kosera Ltda – EPP,
Anamir Terezinha Boscatto Lopes Rodrigues EIRELI – EPP,
Supermercado Dukelli Ltda – ME e
Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.
Porto União SC, 05 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 005/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 037/2016 - PREFEITURA
Tomada de Preços 005/2016
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Engemass Engenharia e Construção EIRELI – EPP.
Porto União SC, 05 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

CAMARA DE VEREADORES DE PORTO UNIÃO

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2016
A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, através da Comissão Especial de Licitações de Pregão Eletrônico e Presencial, torna público a RETIFICAÇÃO da publicação do Extrato de Edital de Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 001/2016 para aquisição de um veículo 0Km; ONDE SE LÊ: " volume mínimo de porta malas 530 litros." LEIA-SE ; "volume mínimo de porta malas 430 litros"

As demais características do veículo mantêm inalteradas, conforme Edital e Retificação anterior.

Porto União, 19 de maio de 2016.
ALCEU JUNG
Presidente da Câmara Municipal de Porto União.

Rio do Sul

PREFEITURA

KETRIN BOSCO - 2º TERMO ADITIVO

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KETRIN BOSCO, portador(a) do CPF nº 062.012.449-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 137/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 137/2016, iniciando-se a prorrogação em 17/05/2016 e encerrando-se em 23/05/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 13/05/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

KETRIN BOSCO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PAUTA DE JULGAMENTO COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 02/06/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO –
LEI COMPLEMENTAR Nº 305/2015

DATA DA SESSÃO: 02/06/2016

HORA DA SESSÃO: 9 HORAS

LOCAL: CENTRO ADMINISTRATIVO PREFEITO HELMUTH BAUNGARTEN, SITO NA PRAÇA 25 DE JULHO, Nº 01, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE RIO DO SUL – SC – SALA 15 – PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO.

Nº DO PROCESSO	BENEFICIADO	PROCURADOR	RELATOR
2701/2016	PAULO AMAURY DE SOUZA	-	JONNY SCHMIDT
7054/2016-	HANELOURA HOLDORF	-	JONNY SCHMIDT
2193/2016	ILSA JURASZEK	-	JONNY SCHMIDT
6931/2016	NAIR MARCILIO	-	JONNY SCHMIDT
527/2016	BELMIRO JOAO DA CRUZ	-	JONNY SCHMIDT
1144/2016	AUGUSTINHO BERNARDINO DE ANDRADE	-	JONNY SCHMIDT
1146/2016	SILVANA APARECIDA ANDRADE	-	JONNY SCHMIDT
1475/2016	SILDA BRANGER SILVEIRA	-	JONNY SCHMIDT
813/2016	SIDONIA BECKER MARZZANI	-	JONNY SCHMIDT
256/2016	DENISE APARECIDA RAMOS	-	JONNY SCHMIDT
1249/2016	JULITA HENKEL	-	JONNY SCHMIDT
249/2016	ADEMAR HILBERT	-	JONNY SCHMIDT
936/2016	ANA SERAFIM	-	JONNY SCHMIDT
1870/2016	CORNELIO GALDINO PEDROSO	-	JONNY SCHMIDT
1433/2016	JOSE SILVINO BAUER	-	JONNY SCHMIDT
353/2016	VALDIR PURIM	-	JONNY SCHMIDT
600/2016	ANITA SANTIAGO DAMASIO	-	JONNY SCHMIDT
2520/2016	ANTONIO PEDROSO	-	JONNY SCHMIDT
2021/2016	ARLINDO LEMKE	-	JONNY SCHMIDT
2945/2016	ALDO BITTENCOURT	-	JONNY SCHMIDT
1299/2016	ANILTON BRAND	-	JONNY SCHMIDT
1289/2016	MARCELO ALVES GOUVEIA	-	JONNY SCHMIDT
543/2016	ARY DOS SANTOS	-	JONNY SCHMIDT
3119/2016	DOBRANDINA MALKOWSKI	-	JONNY SCHMIDT

2271/2016	IRENE LANA GORGES	-	JONNY SCHMIDT
344/2016	MARIA LUCIA FAUSTO	-	RONALDO DA ROCHA
1727/2016	JOSE JURACY KNOPF	-	RONALDO DA ROCHA
954/2016	BONIFACIO ROPELATO	-	RONALDO DA ROCHA
454/2016	IRENE CORREA	-	RONALDO DA ROCHA
995/2016	CECILIA BIANCATO BASILIO	-	RONALDO DA ROCHA
920/2016	BERTOLINO GUILHERME WEISS	-	RONALDO DA ROCHA
1381/2016	RONALD STREY	-	RONALDO DA ROCHA
545/2016	MARCOS ROBERTO CORREIA	-	RONALDO DA ROCHA
6941/2016	ALMIRA LIMAS	-	RONALDO DA ROCHA
441/2016	INES PALHANO DE OLIVEIRA	-	RONALDO DA ROCHA
6975/2016	ANA MARIA BREHMER	-	RONALDO DA ROCHA
1161/2016	PEDRO BERNARDINO SERAPHIM	-	RONALDO DA ROCHA
2374/2016	MARILI DE OLIVEIRA	-	RONALDO DA ROCHA
2121/2016	HILDA LIPPMANN	-	RONALDO DA ROCHA
532/2016	RENALDO LAMEGO	-	RONALDO DA ROCHA
985/2016	ERASMO EVERALDO NIESS MULLER	-	RONALDO DA ROCHA
2363/2016	EMILIANO JOAO FELISBINO	-	RONALDO DA ROCHA
2547/2016	VALBURGA BEKHAUSER MARTINS	-	RONALDO DA ROCHA
2317/2016	MARIA LUCIA DE OLIVEIRA	-	RONALDO DA ROCHA
2348/2016	CARMEN DE SOUZA LIMA	-	RONALDO DA ROCHA
416/2016	ROSANGELA MARIA WALCANAIA	-	RONALDO DA ROCHA
3102/2016	ROSELI APARECIDA BUENO	-	ANA PAULA NUNES
2365/2016	MARLENE MORAES	-	ANA PAULA NUNES
7121/2016	VANIA DE FATIMA CARDOZO	-	ANA PAULA NUNES
7014/2016	OLGA APARECIDA FLORIANO	-	ANA PAULA NUNES
7102/2016	ROSELI BECKER	-	ANA PAULA NUNES
2719/2016	SIMONE BUTTNER	-	ANA PAULA NUNES
3115/2016	MARIA LUCIA PADILHA	-	ANA PAULA NUNES
2983/2016	MARIJANE BALDA SSAR	-	ANA PAULA NUNES
4293/2016	IVONETE ROZA	-	ANA PAULA NUNES
7066/2016	TEREZINHA VANDERLINDE	-	ANA PAULA NUNES
2702/2016	CLARA MARIA C. LUDVECH	-	ANA PAULA NUNES
2845/2016	JANIRIA JACQUES	-	ANA PAULA NUNES
2639/2016	ADERLE ALVES DE OLIVEIRA	-	ANA PAULA NUNES
3061/2016	IDALINA BATISTI	-	ANA PAULA NUNES

Ronaldo da Rocha
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 19 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 0560/RH

PORTARIA Nº. 0560/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, o servidor DIEGO DA SILVA OSSEMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática (40h), para a partir de 11/05/2016 exercer as atribuições do cargo em comissão de Chefe Divisão Apoio Técnico Pedagógico da Secretaria de Educação, com opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo.

Art. 2º Conceder o percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da remuneração do cargo de Chefe Divisão Apoio Técnico Pedagógico da Secretaria de Educação, com fundamento no Art. 56 da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, em face do servidor optar pela remuneração do cargo efetivo de Técnico em Informática (40h).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

PORTARIA Nº 0567/RH

PORTARIA Nº. 0567/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, a LUCIANA BACKES, nomeada pela Portaria nº 0389/RH de 05 de abril de 2016, publicada em 12 de abril de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

PORTARIA Nº 0603/RH

PORTARIA Nº 0603/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Homologar o Estágio Probatório dos servidores municipais abaixo relacionados, por terem completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO
ADELAIDE VANDERLINDE DA SILVA	254690-1	COZINHEIRO	21/02/2013 A 23/02/2016
ADRIANA PASSOS BONALDO	164933-3	PROFESSOR	01/08/2012 A 03/01/2016
ADRIELE FOSTER	158780-3	PROFESSOR	07/08/2012 A 16/02/2016
ALDEVANIA KUHLMAN CAETANO	104434-12	PROFESSOR	01/08/2012 A 26/01/2016
ALESSANDRA GONÇALVES	119644-3	PROFESSOR	06/08/2012 A 09/02/2016
ALEXANDRE DE MORAES	269514-1	TOPOGRAFO	11/03/2013 A 15/03/2016
ALICE SILVEIRA SCHEFFER	260045-1	NUTRICIONISTA	18/03/2013 A 22/03/2016
ALINE MICAELA SCHAFER	170550-3	PROFESSOR	01/08/2012 A 15/02/2016
ARLENE MORAES MICHELS MULLER	220230,2	COZINHEIRO	25/02/2013 A 25/02/2016
ARLETE DE SOUZA	99473-2	PROFESSOR	10/02/2004 A 31/12/2015
CAROLINE FRAINER	170135-2	PEDAGOGO	01/08/2012 A 31/01/2016
CELIA APARECIDA DA SILVA	254649-1	COZINHEIRO	07/03/2013 A 06/03/2016
CLAUDIA MARA DA SILVA	182036-2	COZINHEIRO	05/03/2013 A 07/03/2016
CLEIDE APARECIDA PADILHA	169056-3	COZINHEIRO	26/02/2013 A 02/03/2016
CLEUZA NARDES FANFA DOS SANTOS	254657-1	COZINHEIRO	05/03/2013 A 19/03/2016
DAIANA VALIATI	171182-6	PROFESSOR	01/08/2012 A 31/01/2016
DAIARA RUBIA VANUNCCI	225584-2	PROFESSOR	01/08/2012 A 01/02/2016
DALTON ALEXANDRO DOLZAN	264334-1	AGENTE DE DEFESA CIVIL	08/04/2013 A 07/04/2016
DARLI MARIA DE ANDRADE	188573-4	COZINHEIRO	06/03/2013 A 03/04/2016
DEBORA ROIWAS	224650-2	AGENTE ADMINISTRATIVO	16/04/2013 A 19/04/2016
ELIANE APARECIDA DE SOUZA MOURA	211087-3	AUX. SERV. GERAIS FEM.	03/09/2012 A 08/03/2016
ELIANE JANETE DA SILVA RUBLESKI	189421-4	AUX. SERV. GERAIS FEM.	24/10/2012 A 14/04/2016
ELISANGELA MARCELINO DA SILVA	100013-4	TEC. EM ENFERMAGEM	17/04/2013 A 17/04/2016
EMELLIN LUANA SORGATTO	236446-1	AGENTE ADMINISTRATIVO	22/04/2013 A 21/04/2016

EMILIANA VARGAS	105880-2	ASSISTENTE SOCIAL	04/03/2013 A 28/03/2016
ERIKA RIBEIRO SCHMOEGEL DE ALCANTARA	215937-5	PROFESSOR	01/08/2012 A 31/01/2016
FABIANA FACHINI SCHEIDT	188549-7	PROFESSOR	01/08/2012 A 30/01/2016
FABIANA VANDRESEN LEHMKUHL	119539-2	PROFESSOR	01/08/2012 A 03/03/2016
JANAINA APARECIDA DOS SANTOS	171123-5	PROFESSOR	01/08/2012 A 10/02/2016
JANAINA FIDELIS	219789-2	AUX. SERV. GERAIS FEM.	03/09/2012 A 23/03/2016
JOAO LUIS SUPPI RODRIGUES	230340-2	EDUCADOR SOCIAL	02/04/2013 A 08/04/2016
JOCIMARA MARIANO DE LIMA MARCHI	217700-2	AUX. SERV. GERAIS FEM.	03/09/2012 A 10/09/2015
KEIDIMA CASSIA DE MELO GARDIOLI	171255-7	PROFESSOR	01/08/2012 A 17/02/2016
KELI MONTEIRO DE VARGAS	216992-2	AGENTE ADMINISTRATIVO	25/02/2013 A 25/02/2016
LEILA APARECIDA POSSAMAI	176842-5	PROFESSOR	01/08/2012 A 22/03/2016
LEILA PATRICIA CONTI	77771-3	PROFESSOR	01/10/2012 A 15/01/2016
LENICE ALVES DE SOUZA ANTONIO	76899-2	COZINHEIRO	21/02/2013 A 25/02/2016
LENIR VANDERLINDE	97578-4	COZINHEIRO	21/02/2013 A 07/03/2016
LOIRI GALVAO MAAS	247910-1	AUX. SERV. GERAIS FEM.	16/04/2013 A 28/04/2016
LORDES RECH	101001-2	COZINHEIRO	20/02/2013 A 29/02/2016
LUCELIA RENGEL GUIMARAES	215287-2	TEC. EM ENFERMAGEM	01/04/2013 A 12/04/2016
LUCIANA BARBOSA	260053-1	NUTRICIONISTA	18/03/2013 A 19/03/2016
MAICON PATRICK FARIAS	259780-1	MOTORISTA DE CAMINHÃO	11/03/2013 A 10/03/2016
MARCIA CLARICE DA SILVA FILAGRANA	254703-1	COZINHEIRO	21/02/2013 A 20/02/2016
MARCIANI DA ROCHA	235040-2	TEC. EM ENFERMAGEM	03/09/2012 A 04/03/2016
MARECI BRIDAROLLI MACIESKI	124923-2	COZINHEIRO	11/03/2013 A 10/03/2016
MARGARETE PINTO NASATO	189740-4	PROFESSOR	01/08/2012 A 31/10/2015
MARILEIA RENZI	72680-5	PROFESSOR	01/08/2012 A 31/01/2016
MARLISE FRONZA	236357-1	AGENTE ADMINISTRATIVO	03/04/2013 A 17/04/2016
MARLON ANDERSON DE SOUZA	236438-2	AGENTE ADMINISTRATIVO	22/04/2013 A 22/04/2016
MATEUS MIRANDA FAGUNDES	260959-1	PSICOLOGO	14/03/2013 A 04/04/2016
MELANIA STAROWSKI	173720-3	COZINHEIRO	05/03/2013 A 10/03/2016
MICHELE KARINA BERNARDINO CANTARELLI	103136-7	PROFESSOR	01/08/2012 A 13/02/2016
MICHELE RUBLESKI	257818-1	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	01/03/2013 A 13/03/2016
NADIR XAVIER	191540-3	AUX. SERV. GERAIS FEM.	10/10/2012 A 12/02/2016
NATALIA WEISE SCHETINGER	118222-2	PROFESSOR	21/08/2012 A 31/01/2016
NOEMIA APARECIDA GEMELLI	266620-1	PSICOPEDAGOGO	01/04/2013 A 31/03/2016
PRISCILA SEVEGNANI	260037-1	NUTRICIONISTA	18/03/2013 A 17/03/2016
ROBERTO CALBUCH	264792-1	AUX. SERV. GERAIS MASC.	24/04/2013 A 23/04/2016
RODRIGO FARBER	176753-3	AGENTE ADMINISTRATIVO	18/03/2013 A 17/03/2016
ROSELI BONFANTE	260967-1	PSICOLOGO	08/04/2013 A 07/04/2016
SANDRA MARA WERLICH DE SOUZA	267180-1	TECNICO EM ENFERMAGEM	08/04/2013 A 13/04/2016
SIDNEI PICOLI	111511-2	MOTORISTA DE CAMINHÃO	01/04/2013 A 31/03/2016
SOLANGE REGINA ROSSETTI MERIZ	103624-11	PROFESSOR	01/08/2012 A 31/01/2016
SOLANIA KOHL	171980-3	COZINHEIRO	25/02/2013 A 05/04/2016
SUILENE MARIA RUDOLF RODRIGUES DE MORAES	84000-5	COZINHEIRO	19/02/2013 A 28/02/2016
TELMA ANGELITA MARCHI	108669-1	ENFERMEIRO	03/09/2012 A 15/12/2015
TEREZINHA FRANCIIELE DOS SANTOS PESSOA CAMPOS	106640-16	PROFESSOR	01/08/2012 A 31/01/2016
VIVIANA PEREIRA DAMASCENO	173347-5	PROFESSOR	01/08/2012 A 05/02/2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº. 0590/RH

PORTARIA Nº. 0590/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/05/2016, o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, ocupado pelo(a) servidor(a) ENIO WIGGERS, em virtude de sua Aposentadoria, por invalidez, com proventos proporcionais e paridade, conforme Decreto nº 5259, de 19 de abril de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
Ed

PORTARIA Nº. 0591/RH

PORTARIA Nº. 0591/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/05/2016, o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, ocupado pelo(a) servidor(a) ISOLDE WEHMUTH, em virtude de sua Aposentadoria, por invalidez, com proventos proporcionais e paridade, conforme Decreto nº 5261, de 19 de abril de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
Ed

PORTARIA Nº. 0592/RH

PORTARIA Nº. 0592/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/05/2016, o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, ocupado pelo(a) servidor(a) NELZI TEREZINHA PIETRASCK, em virtude de sua Aposentadoria, por invalidez, com proventos proporcionais e paridade, conforme Decreto nº 5260, de 19 de abril de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
Ed

PORTARIA Nº. 0593/RH

PORTARIA Nº. 0593/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/05/2016, o cargo de provimento efetivo de Professor (40h), ocupado pelo(a) servidor(a) MARILENE RIZZI, em virtude de sua Aposentadoria, por tempo de contribuição – especial de magistério, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 5264, de 19 de abril de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
Ed

PORTARIA Nº. 0594/RH

PORTARIA Nº. 0594/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago e extinto, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/05/2016, o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, ocupado pelo(a) servidor(a) JUREMA KOEHLER HERING, em virtude de sua Aposentadoria, por invalidez, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 5268, de 19 de abril de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
Ed

PORTARIA Nº. 0595/RH

PORTARIA Nº. 0595/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/05/2016, o cargo de provimento efetivo de Médico (20h), ocupado pelo(a) servidor(a) JAIR VOLNEY CARLOS TEIXEIRA, em virtude de sua

Aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 5265, de 19 de abril de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ed

PORTARIA Nº. 0596/RH

PORTARIA Nº. 0596/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/05/2016, o cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, ocupado pelo(a) servidor(a) VOLNI ROGERIO SILVA, em virtude de sua Aposentadoria, por invalidez, com proventos proporcionais e sem paridade, conforme Decreto nº 5273, de 19 de abril de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ed

PORTARIA Nº. 0597/RH

PORTARIA Nº. 0597/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/05/2016, o cargo de provimento efetivo de Professor (40h), ocupado pelo(a) servidor(a) DULCE BINI TINTI, em virtude de sua Aposentadoria, por idade, com proventos proporcionais calculados pela média das 80% maiores remunerações e sem paridade, conforme Decreto nº 5262, de 19 de abril de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ed

PORTARIA Nº. 0598/RH

PORTARIA Nº. 0598/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago e extinto, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/05/2016, o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, ocupado pelo(a) servidor(a) ANA OLÍPIA VITORINO, em virtude de sua Aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 5258, de 19 de abril de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ed

PORTARIA Nº. 0599/RH

PORTARIA Nº. 0599/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/05/2016, o cargo de provimento efetivo de Professor (40h), ocupado pelo(a) servidor(a) RAQUEL APARECIDA WESSNER FROELICH, em virtude de sua Aposentadoria, por tempo de contribuição – especial de magistério, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 5269, de 19 de abril de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ed

PORTARIA Nº. 0602/RH

PORTARIA Nº. 0602/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, a partir de 07/05/2016 o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, em virtude do falecimento do titular do cargo, o servidor CANISIO SCHMITT, ocorrido em 07/05/2016, conforme Certidão de Óbito de Matrícula nº 105262 01 55 2016 4 00047 262 0017566 67, do município e comarca de

Rio do Sul – Santa Catarina, nos termos do Art. 38, inciso VII da Lei Complementar nº. 309, de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de maio de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ed

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA
Sr. Luiz Alberto Duarte
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 042/2016

2º TERMO ADITIVO Nº 042/2016 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 155/2015, REFERENTE A SERVIÇOS TÉCNICOS DE PREVISÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA.

Aos quatro (04) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA., estabelecida na rua Dom Jaime Câmara, 179, Sala 305, Centro, no município de Florianópolis/SC, CEP 88.015-120, inscrita no CNPJ sob o nº 02.977.730/0001-72, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio, Sr. Luiz Alberto Duarte, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Convite nº 086/2015, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 155, datado de 03 de setembro de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do inciso II do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 19 de agosto de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

TAISE BUSARELLO - 2º TERMO ADITIVO

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) TAISE BUSARELLO, portador(a) do CPF nº 010.163.499-47, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 130/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 130/2016, iniciando-se a prorrogação em 17/05/2016 e encerrando-se em 22/06/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 13/05/2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TAISE BUSARELLO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CÂMARA MUNICIPAL**CONCURSO Nº 1/2016 - CONCURSO FOTOGRÁFICO "EDUCAÇÃO, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE"**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016

CONCURSO Nº 01/2016 CONCURSO FOTOGRÁFICO "EDUCAÇÃO, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE"

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, doravante denominada CMRS ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.622.985/0001-14, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, 2º andar – Bairro Centro, neste Município, por determinação do Senhor MARIO MIGUEL, Presidente da Câmara, através da Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 885, publicada no Diário Oficial do Município no dia 7 de janeiro de 2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade CONCURSO, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1 - DO OBJETO 1.1. O presente concurso tem como objetivo premiar as melhores produções fotográficas dentro do tema "Educação, Cidadania e Sustentabilidade".

1.2. Por "Educação", entender como aplicação de métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano; pedagogia, didática, ensino.

1.3. Por "Cidadania", entender como o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na constituição.

1.4. Por "Sustentabilidade", entender como ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações.

2 – MODALIDADES DO CONCURSO 2.1. Fotojornalismo: a imagem deve mostrar apenas os fatos, sem alteração da mesma, e transmitir mensagens do dia-a-dia à população; ter valor noticioso.

2.2. Foto artística: as fotografias devem ter um valor estético para serem capazes de ser consideradas arte, podendo ter tanto o cenário quanto a própria imagem alterados.

2.3. Foto cotidiana: retratos, paisagens, imagens cotidianas de uma forma geral que, ainda que não sejam noticiosas, transmitam uma mensagem que remeta a um ou mais dos temas propostos.

2.4. Cada modalidade tem duas divisões: Profissional e Estudantil.

2.5. O material deve ser entregue impresso, em tamanho 10x15 cm.

3 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO 3.1. Poderão participar do concurso, na divisão Estudantil, todos os alunos regularmente matriculados em escolas (públicas e privadas) e faculdades de Rio do Sul ou na Fundação Cultural de Rio do Sul, mediante comprovante de residência e, na divisão Profissional, pessoas físicas que residam em Rio do Sul cuja ocupação profissional tenha relação direta com Fotografia, como jornalistas, publicitários e fotógrafos, mediante comprovante de residência.

3.2. Considera-se participante do Concurso todo aquele que tiver seu trabalho recebido em conformidade com as normas estabelecidas neste Edital.

3.3. As inscrições de menores de 18 (dezoito) anos somente serão aceitas mediante autorização dos pais ou representante legal expressa na Ficha de Inscrição.

3.4. É vedada a participação de qualquer membro da Comissão Julgadora, de Vereadores ou de servidores da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, bem como de seus respectivos cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais, até o 2º grau, por vínculo de consanguinidade ou afinidade, ou de quem quer que, de uma maneira ou de outra, esteja envolvido com a realização do Concurso.

3.5. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todas as condições expressas neste Edital e em

seus anexos; na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor; na responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4 - DA PREMIAÇÃO 4.1. O primeiro colocado em cada categoria e em cada divisão receberão honraria em solenidade própria da Câmara Municipal de Rio do Sul, a ser realizada na Semana da Feira de Livro, de 13 a 18 de setembro.

4.2. Caso a Comissão Julgadora entenda que nenhuma das propostas apresentadas em determinada categoria é merecedora de premiação, ou não seja apresentada nenhuma proposta, será declarada inexistência de vencedor na categoria.

4.3. Poderá haver brindes, doados por agentes da iniciativa privada ou pessoas físicas, para os vencedores.

5 – DA INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO 5.1 A inscrição formal da proposta dar-se-á mediante a entrega da Ficha de Inscrição do Concurso, disponível no sítio eletrônico <www.camarariodosul.sc.gov.br>, devidamente preenchida.

5.2. Para efetivar sua inscrição, os proponentes deverão encaminhar à Comissão Permanente de Licitação os seguintes envelopes, devidamente lacrados, contendo as indicações a seguir, conforme seu conteúdo:

5.2.1 Envelope nº 01 – contendo "Documentos de Habilitação":

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CONCURSO FOTOGRÁFICO "EDUCAÇÃO, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE"

ENVELOPE Nº 01 – "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

PROPONENTE: (nome do proponente)

5.2.2. Envelope nº 02 – contendo "Via Identificada do(s) material (is) concorrente(s)":

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CONCURSO FOTOGRÁFICO "EDUCAÇÃO, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE"

ENVELOPE Nº 02 – "Via Identificada do(s) material (is) concorrente(s)"

CATEGORIA: (indicar a categoria)

PROPONENTE:(nome completo do concorrente)

5.3. O envelope padronizado (nº 03) deverá ser retirado junto à Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, no endereço: Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Praça 25 de Julho, 01, Centro - Rio do Sul SC, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 18h (segundas-feiras) ou das 7h30 às 13h30 (terça a sexta).

5.3.1 Os envelopes com o respectivo material, bem como toda documentação referente à inscrição deverão ser entregues e protocoladas junto a Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Rio do Sul, até o dia 29 de julho de 2016, às 13:30 horas.

5.4. O envelope padronizado, assim como o material, não poderá(ão) conter qualquer tipo de identificação, rubrica, marca ou sinal feita pelo proponente, bem como aposição de qualquer tipo de material externo para lacrar o referido invólucro, sob pena de desclassificação.

5.5. Constará apenas no envelope padronizado etiqueta aposta pela própria Câmara de Vereadores de Rio do Sul, indicando a categoria em que o proponente pretende concorrer.

5.6. Nenhum envelope será aceito pela Câmara de Vereadores de Rio do Sul após a data e hora aprazadas para esta licitação.

5.7. A Câmara de Vereadores de Rio do Sul não se responsabiliza por inscrições enviadas por via postal que foram extraviadas, não entregues no endereço e fora do prazo determinado neste edital.

5.8 Para as inscrições feitas pelos correios serão considerados o dia

e a hora da postagem.

5.9 A inscrição é gratuita.

5.10 A assinatura do participante, na ficha de inscrição do concurso, implicará a sua aceitação plena das condições estabelecidas neste Regulamento e no Edital do Concurso.

5.11 Cada participante pode inscrever apenas um trabalho em cada categoria.

6 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

(ENVELOPE Nº 01) 6.1. Os Documentos de Habilitação deverão ser acondicionados em invólucro preparado pelo proponente (Envelope nº 01), com a identificação na parte externa conforme item 5.2.1. que deverá conter:

Câmara de Vereadores de Rio do Sul

Comissão de Licitação

Praça 25 de Julho, 01, Centro - Rio do Sul SC

6.1.1. Ficha de inscrição, totalmente preenchida, sem emendas ou rasuras, conforme formulário próprio constante do Anexo I do presente edital;

6.1.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo para habilitação, conforme modelo constante do Anexo II do presente edital;

6.1.3. Termo de cessão de direitos de uso de imagem e autoria, conforme modelo constante do Anexo III do presente edital;

6.1.4. Termo de responsabilidade pela utilização de imagem de terceiros, se for o caso, conforme modelo constante do Anexo IV do presente edital;

6.1.5. Termo de cessão de imagem de terceiros, se for o caso, conforme modelo constante do Anexo V do presente edital;

f) Cópia de documento legal de identificação (RG e CPF) do proponente ou representante legal;

6.1.6. Cópia do comprovante de residência ou de matrícula escolar no município de Rio do Sul;

6.2. A falta de qualquer dos documentos relacionados no item anterior, ou a irregularidade em algum deles, acarretará a inabilitação do proponente e sua consequente exclusão do concurso.

7 – DA VIA IDENTIFICADA DO MATERIAL CONCORRENTE

(ENVELOPE Nº 02) 7.1. O Envelope nº 02 servirá apenas para a IDENTIFICAÇÃO dos participantes do concurso, que se dará ao final do processo classificatório.

7.2. O Envelope nº 02 deverá conter cópia da fotografia que o proponente apresentar para o concurso no Envelope nº 03 (Via NÃO Identificada), a ser apresentada com as mesmas especificações do item 2.4, mais a identificação do proponente (nome e RG) e a categoria que concorre.

8 – DA VIA NÃO IDENTIFICADA DO MATERIAL CONCORRENTE

(ENVELOPE Nº 03) 8.1. O Envelope nº 03 (invólucro padronizado que será fornecido pela Câmara de Vereadores de Rio do Sul) deverá conter a fotografia, conforme especificações do item 2.4.

8.1.1. O (s) material (is) constantes do Envelope nº 03 não poderá(ão) conter qualquer tipo de identificação, rubrica, marca ou sinal feita pelo proponente, que possibilite identificar a sua autoria antes da abertura do Envelope nº 02, sob pena de desclassificação.

9 – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO 9.1. No dia 3 de agosto de 2016, às 9 horas, a Comissão Permanente de Licitação reunir-se-á, no plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, em Sessão Pública, podendo fazer-se presente qualquer interessado, para análise dos Documentos de Habilitação dos proponentes inscritos, procedendo da seguinte forma:

9.1.1. Providenciarão a abertura dos Envelopes de nº 01 [Documentos de Habilitação], verificando a adequação dos documentos às exigências expressas neste Edital.

9.1.2. Estando a Habilitação do proponente em conformidade, manterão o Envelope nº 02 [Via Identificada(s) Fotografia(s) Concorrente(s)] sob sua guarda e encaminharão o Envelope nº 03 [Via NÃO Identificada(s) Material(is) Concorrente(s)] à Comissão Julgadora para avaliá-las.

9.2. Não serão encaminhadas para análise da Comissão Julgadora os trabalhos dos proponentes que não atenderem aos requisitos de habilitação.

9.3. A Comissão Permanente de Licitação repassará à Comissão Julgadora apenas o Envelope nº 03 (Via NÃO Identificada).

10 – DO JULGAMENTO DOS TRABALHOS 10.1. Os trabalhos serão apreciados pela Comissão Julgadora do Concurso, que será composta por:

10.1.1. Amauri Abe, servidor da Câmara Municipal de Rio do Sul da área de Comunicação Social, graduado em Jornalismo, indicado pelo presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul.

10.1.2. Tiago Amado, servidor da Fundação Cultural de Rio do Sul, graduado em Jornalismo, indicado pela Fundação Cultural de Rio do Sul.

10.1.3. Pablo Albino, fotógrafo, indicado pela Unidavi.

10.2. Recebidos os Envelopes nº 03 (Via NÃO Identificada), a Comissão Julgadora iniciará seus trabalhos numerando manualmente (iniciando em 01 até o número final de propostas) cada um dos envelopes inscritos.

10.3. Abertos os envelopes, serão inicialmente analisados os materiais, verificando se o conteúdo apresentado corresponde às especificações e requisitos mínimos exigidos, e desclassificando aquela(s) que não atender(em) ao que foi estabelecido.

10.4. Em seguida passar-se-á a avaliação do(s) material (is) classificada(s).

10.5. Em caso de empate, o voto decisivo será feito pelo representante da Fundação Cultural de Rio do Sul.

10.6. Compete à Comissão Julgadora escolher o trabalho vencedor, bem como impugnar propostas que não se enquadrem no Regulamento do Concurso.

10.7. Se a Comissão Julgadora decidir que nenhum dos trabalhos apresenta os requisitos exigidos, lavrará ata sucinta, esclarecendo as razões de sua decisão.

10.8. O participante terá sete dias úteis para recorrer das decisões da Comissão Julgadora, contados a partir da sua divulgação.

10.9 No processo de avaliação dos trabalhos inscritos, a Comissão Julgadora norteará sua decisão fundamentada nos seguintes critérios:

CRITÉRIO	PONTOS
Clareza de comunicação	15
Correlação com tema proposto	30
Originalidade	20
Conteúdo	20
Qualidade estética	15
PONTUAÇÃO MÁXIMA	100

10.9.1 Quanto a "Clareza de Comunicação", entende-se como o quanto o material soube transmitir sua mensagem.

10.9.2 Quanto a "Correlação com tema proposto", entende-se como o quanto o material está efetivamente relacionado com "Educação", "Sustentabilidade" e/ou "Cidadania".

10.9.3 Quanto a "Originalidade", entende-se como o quanto o material é inovador e autêntico, em todas as suas nuances.

10.9.4 Quanto a "Conteúdo", entende-se como a qualidade das informações presentes no material.

10.9.5 Quanto a "Qualidade estética", entende-se como a qualidade técnica do material no sentido de transmitir a sensação de belo, artisticamente.

10.10. Cada membro da Comissão Julgadora dará suas notas conforme critérios de avaliação, cujo somatório total das notas de cada membro será de no máximo 100 (cem) pontos. A nota final dos proponentes será a nota de cada um dos 05 membros somadas e divididas por 5 (cinco), resultando em uma nota de 0 a 100 pontos.

10.11. As propostas serão ordenadas de acordo com a pontuação final, da mais alta para a mais baixa, resultando na relação classificatória.

10.12. No caso de empate de duas ou mais propostas, a ordem de

classificação se dará pela maior nota obtida no critério "Correlação com tema proposto", persistindo o empate o critério passa a ser "Originalidade".

10.13. A Comissão Julgadora, após a análise individualizada e julgamento dos critérios, elaborará planilha com as pontuações obtidas, encaminhando-a, juntamente com as propostas (Envelope nº 03), à Comissão Permanente de Licitação.

10.14. A Comissão de Licitação, em sessão pública, fará a apuração geral das propostas, de posse do material que lhe foi encaminhado pela Comissão Julgadora promovendo a abertura dos envelopes com identificação dos proponentes (Envelope nº 02 - Via Identificada) para o cotejo com o contido nos envelopes sem identificação (Envelope nº 03), a fim de se averiguar a sua autoria e declarar os vencedores do certame.

10.15. O resultado final dos premiados será homologado pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul e publicado no Diário Oficial dos Municípios e divulgado na página eletrônica da Câmara de Vereadores de Rio do Sul (www.camarariosul.sc.gov.br), sendo de total responsabilidade do(s) proponente(s) acompanhar a divulgação dessas informações.

10.16 O resultado final do concurso será divulgado, nos termos do item anterior, no dia 5 de setembro.

11 – DO FORO 11.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir todas as questões deste Concurso, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

11.2 Não serão aceitos outros Foros diferentes do estabelecido no item anterior, por mais privilegiados que possam ser.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1. O participante vencedor do Concurso compromete-se a garantir, formalmente, a cessão e a transferência para a Câmara Municipal de Rio do Sul, sem qualquer ônus e em caráter definitivo, plena e totalmente, todos os direitos autorais para qualquer tipo de utilização, publicação, exposição ou reprodução.

12.2. É facultado à Câmara Municipal de Rio do Sul divulgar ou não a íntegra dos materiais audiovisuais em seus meios de comunicação, como espaço em TV, espaço publicitário em jornais e página na internet.

12.3. Os trabalhos enviados para o concurso não serão devolvidos.

12.4. A Câmara Municipal de Rio do Sul poderá cancelar o concurso de que trata este Regulamento, em razão de caso fortuito ou de força maior, ou, ainda, por insuficiência de inscrições, a seu critério, sem que isso importe em qualquer direito indenizatório para os candidatos inscritos.

12.5. A simples participação neste CONCURSO, através do envio material e dados cadastrais, implica no conhecimento e total aceitação deste Regulamento.

12.6. O participante cuja conduta implicar na manipulação dolosa da operação do CONCURSO ou que violar os termos e condições impostos neste Regulamento, estará automaticamente desclassificado.

12.7 Das sessões de processamento do Concurso serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pela Comissão de Licitação e Comissão Julgadora, quando for o caso, bem como pelos presentes nas Sessões Públicas.

12.8. Os casos omissos neste Regulamento serão analisados pela Comissão Julgadora.

12.9 Para o conhecimento público, expede-se o presente edital, que é publicado no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico <www.camarariosul.sc.gov.br>.

Rio do Sul, 20 de maio de 2016.

MÁRIO MIGUEL
Presidente da Câmara

ANEXO I FICHA DE INSCRIÇÃO CONCURSO Nº 01/2016.

Nome do(a) autor(a): _____

Endereço: _____

_____ Bairro: _____

CEP: _____ Cidade: _____

Estado: _____

Telefone 1: () _____

Telefone 2: () _____

E-mail: _____

Data de nascimento: ____/____/____

RG: _____

CPF: _____

Modalidade: () Fotojornalismo () Foto artística () Foto cotidiana
Divisão: () Profissional () Estudantil

Atesto a veracidade das informações acima prestadas e declaro conhecer e estar de acordo com o Processo Licitatório nº 12/2016 – Concurso nº 01/2016 da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

Assinatura: _____

OBS.: No caso de menores de 18 (dezoito) anos, deve constar também o nome e a assinatura dos pais ou representante legal.

Autorizado por: _____

Vínculo de parentesco: _____

RG: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ANEXO II DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO CONCURSO Nº 01/2016.

_____ (Nome do participante)

_____, portador do RG

nº _____, inscrito no CPF sob nº

_____, residente na _____ (endereço completo) _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Rio do Sul (SC), _____ de _____ de 2016.

(assinatura)

Nome do Participante

Número da Identidade

Número do CPF

ANEXO III TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE IMAGEM E AUTORIA CONCURSO Nº 01/2016.

Eu, _____

portador do RG nº _____, inscrito no
CPF sob nº _____, nascido em
_____/_____/_____, residente na rua _____

na cidade de _____, declaro que pos-
suo os direitos autorais do material audiovisual inscrito no Processo
Licitação nº 12/2016 – Concurso nº 01/2016 da Câmara de Vere-
adores de Rio do Sul e que, sendo classificado, autorizo a cessão
total de direitos da minha produção, permitindo à Câmara de Vere-
adores de Rio do Sul, a critério próprio, sem limite de tempo, sem
incidência de quaisquer ônus, a utilização ou divulgação dessa ima-
gem em mídia impressa, internet, mídias digitais, eletrônicas e au-
diovisuais, desde que esses usos não tenham finalidade comercial.
Essa cessão vigora em caráter definitivo e irrevogável desde sua
assinatura e consequente classificação da proposta (imagem) no
presente Concurso.

Estou ciente de que a Câmara de Vereadores de Rio do Sul dispõe
da prerrogativa da utilização ou não do material, e de que a mesma
não tem responsabilidade pelo uso indevido de terceiros, que ve-
nham a utilizar a imagem em outros veículos sem o consentimento
do autor ou da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

E, por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Rio do Sul (SC), _____ de _____
de 2016.

(assinatura)

Nome do Participante
Número da Identidade
Número do CPF

ANEXO IV

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM DE TERCEIROS CONCURSO Nº 01/2016.

Eu, _____ (Nome do partici-
pante) _____, portador do RG nº _____
e inscrito no CPF sob nº _____, responsabilizo-me pela utilização
da imagem de terceiros em meu material, ciente de que a utili-
zação das imagens de pessoas sem a devida autorização poderá
acarretar problemas jurídicos, pelos quais me responsabilizarei civil
e penalmente.

Rio do Sul (SC), _____ de _____
de 2016.

(assinatura)

Nome do Participante
Número da Identidade
Número do CPF

ANEXO V

TERMO DE CESSÃO DOS DIREITOS DE IMAGEM DE TERCEIROS CONCURSO Nº 01/2016.

Pelo presente instrumento, EU, _____(nome)
_____, _____(nacionalidade) _____, _____
(estado civil) _____, portador do RG nº _____
e inscrito no CPF sob nº _____, residente e do-
miciliado na Rua _____, Bair-
ro _____, CEP _____,
na cidade de _____, Estado de _____,
autorizo a utilização de meu
material fotográfico a ser habilitado no Processo Licitação nº
12/2016 – Concurso nº 01/2016 da Câmara de Vereadores de Rio
do Sul, ciente de que a utilização da imagem será em caráter univer-
sal, total e definitivo, que se faz por prazo indeterminado e gratuito,

conforme legislação aplicável à matéria, ao AUTOR DO MATERIAL,
_____(nome do autor) _____
, _____(nacionalidade) _____, _____(estado civil)
_____, portador do RG nº _____, inscrito
no CPF sob nº _____, residente e domiciliado na Rua
_____, Bairro _____,
CEP _____, na cidade de _____,
Estado de _____.

Rio do Sul (SC), _____ de _____
de 2016.

(assinatura)

Nome do Participante
Número da Identidade
Número do CPF

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 57/2016 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO DE MATERIAIS PARA ILUMINACAO PUBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 57/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item/Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO DE MATERIAIS PARA ILUMINACAO PUBLICA, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 01/06/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 01/06/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 17 de maio de 2016.

FERNANDO TOMASELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 58/2016 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARENTES E IDOSOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 58/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARENTES E IDOSOS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 01/06/2016 - Hora: 15:15. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 01/06/2016 - Hora: 15:30. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 17 de maio de 2016.

FERNANDO TOMASELLI
Prefeito Municipal

Rio Fortuna

PREFEITURA

RESULTADO CH 01 FMS APAE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC

RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016 FMS

OBJETO: Seleção e possível contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde localizadas no município de Rio Fortuna/SC, na área ambulatorial, para atender a demanda no Município de Rio Fortuna de pacientes do SUS no procedimento 03.01.07.007-5 – Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor.

INTERESSADO: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Fortuna – APAE.

DATA DA SESSÃO: 21/03/2016.

Rio Fortuna/SC, 21 de março de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015

OBJETO: Aquisição de Combustível, sendo 25.000 litros de gasolina.

EMPRESA CONTRATADA: POSTO TUANE LTDA ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 81.250,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2015.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 069/2014 – PR nº 033/2014.

Rio Fortuna/SC, 15 de janeiro de 2015.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015

OBJETO: Aquisição de Combustível, sendo 130.000 litros de Óleo Diesel.

EMPRESA CONTRATADA: OENNING & CIA LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 339.300,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2015.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 069/2014 – PR nº 033/2014.

Rio Fortuna/SC, 15 de janeiro de 2015.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2015

OBJETO: Aquisição de Combustível, sendo 100.000 litros de Óleo Diesel S10.

EMPRESA CONTRATADA: POSTO RICKEN LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 275.000,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2015.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 069/2014 – PR nº 033/2014.

Rio Fortuna/SC, 15 de janeiro de 2015.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

ADITIVO 14

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

NUMERO ADITIVO Nº: 14

CONTRATO Nº 64/2015

PARTES: Município de Romelândia e PRE-LAGES - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA..

ALTERAÇÃO: ADIÇÃO DE 18,7406% .

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

ASSINATURAS: Pelo Município de Romelândia VALDOCI SAUL e pela Contratada: JOSÉ ALBERTO SACHETTI

Romelândia – SC, 02/05/16

ADITIVO 15

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

NUMERO ADITIVO Nº: 15

CONTRATO Nº 23/2016

PARTES: Município de Romelândia e GLOBAL ASSESORIA E SERVIÇOS S/C LTDA.

ALTERAÇÃO: ADIÇÃO DE 25% DO CONTRATO 23/2016.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

ASSINATURAS: Pelo Município de Romelândia VALDOCI SAUL e pela Contratada: VILSON LUIZ WILDNER

Romelândia/SC, 18/05/16

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ERRATA DE EXTRATO DO CONTRATO 91/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Publicação na Edição nº 1999 de 19/05/2016

ERRATA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 91/2016

Onde lê-se:

" Vigência: 02/05/2016 a 31/03/2016."

Leia-se:

"Vigência: 02/05/2016 a 31/12/2016."

ERRATA DE EXTRATO DOS CONTRATOS 86, 87, 88, 89 E 90/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Publicação na Edição nº 1999 de 19/05/2016

ERRATA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 86, 87, 88, 89 e 90/2016

Onde lê-se:

" Vigência: 20/04/2016 a 30/06/2016."

Leia-se:

"Vigência: 20/04/2016 a 31/12/2016."

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EXTRATO PL Nº.41/2016

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 41/2016 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 24/2016, para AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS CONFORME CONVENIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 02/06/2016, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:15 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570046. Santa Terezinha do Progresso (SC), 19/05/2016. Jacob Gilmar Junges – Prefeito Municipal.

Santiago do Sul

PREFEITURA

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 1

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL



RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	10.608.618,00	10.608.618,00	1.481.850,29	13,97	3.257.194,33	7.351.423,67
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.608.618,00	10.608.618,00	1.480.965,97	13,96	3.255.480,96	7.353.137,04
IMPOSTOS	348.000,00	348.000,00	58.156,38	16,71	94.647,58	253.352,42
TAXAS	292.400,00	292.400,00	35.834,79	12,26	70.164,99	222.235,01
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	55.600,00	55.600,00	22.321,59	40,15	24.482,59	31.117,41
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	32.000,00	32.000,00	7.862,78	24,57	15.496,23	16.503,77
RECEITA PATRIMONIAL	32.000,00	32.000,00	7.862,78	24,57	15.496,23	16.503,77
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	164.870,00	164.870,00	27.854,56	16,89	55.807,44	109.062,56
RECEITA DE SERVIÇOS	164.870,00	164.870,00	27.854,56	16,89	55.807,44	109.062,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	276.900,00	276.900,00	53.367,22	19,27	88.893,66	188.006,34
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.736.010,00	9.736.010,00	1.317.361,68	13,53	2.979.380,40	6.756.629,60
TRANSF. DE PESSOAS	9.728.610,00	9.728.610,00	1.315.814,78	13,53	2.977.725,88	6.750.884,12
TRANSF. DE CONV.	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.400,00	6.400,00	1.546,90	24,17	1.654,52	4.745,48
MULTAS E JUROS DE MORA	50.838,00	50.838,00	16.363,35	32,19	21.255,65	29.582,35
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.100,00	13.100,00	1.601,19	12,22	2.087,06	11.012,94
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.638,00	3.638,00	8.308,65	228,39	8.376,75	4.738,75
RECEITAS DIVERSAS	16.100,00	16.100,00	2.192,64	13,62	5.110,68	10.989,32
RECEITAS DE CAPITAL	18.000,00	18.000,00	4.260,87	23,67	5.681,16	12.318,84
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	884,32	0,00	1.713,37	-1.713,37
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	10.608.618,00	10.608.618,00	1.481.850,29	13,97	3.257.194,33	7.351.423,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Continua 1/3



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)						
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)						
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro						
Reabertura de Créditos Adicionais						

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES									
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									

Continua 2/3



Município de Santiago do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.608.618,00	11.280.920,74	1.473.639,52	5.531.754,13	5.749.166,61	1.912.157,26	3.358.293,25	7.922.627,49	3.165.704,10
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.608.618,00	11.280.920,74	1.473.639,52	5.531.754,13	—	1.912.157,26	3.358.293,25	—	3.165.704,10

FONTE:

Santiago do Sul, 19/05/2016

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 10

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Santiago do Sul, 12/05/2016

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 11



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		R\$ 1,00					
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)				
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00				
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00				
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00				
TOTAL	0,00	0,00	0,00				
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	185.500,00	177.469,00	177.469,00	177.469,00	0,00	0,00	8.031,00
Investimentos	185.500,00	177.469,00	177.469,00	177.469,00	0,00	0,00	8.031,00
TOTAL	185.500,00	177.469,00	177.469,00	177.469,00	0,00	0,00	8.031,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	-177.469,00					-177.469,00

FONTE:

Santiago do Sul, 19/05/2016

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 12



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	298.600,00	298.600,00	71.192,54	23,84		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	74.600,00	74.600,00	0,00	0,00		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	22.800,00	22.800,00	1.555,20	6,82		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	21.254,96	21,25		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	95.000,00	95.000,00	47.354,83	49,85		
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	400,00	400,00	406,83	101,77		
Dívida Ativa dos Impostos	4.100,00	4.100,00	560,11	13,66		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.700,00	1.700,00	60,61	3,57		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.717.400,00	9.717.400,00	3.084.263,01	31,74		
Cota-Parte FPM	6.400.000,00	6.400.000,00	2.043.168,44	31,92		
Cota-Parte ITR	1.900,00	1.900,00	6,26	0,33		
Cota-Parte IPVA	140.000,00	140.000,00	44.512,24	31,79		
Cota-Parte ICMS	3.100.000,00	3.100.000,00	978.127,22	31,55		
Cota-Parte IPI-Exportação	59.500,00	59.500,00	14.538,61	24,43		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	16.000,00	16.000,00	3.910,24	24,44		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	16.000,00	16.000,00	3.910,24	24,44		
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.016.000,00	10.016.000,00	3.155.455,55	31,50		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	585.610,00	585.610,00	233.615,95	39,89		
Provenientes da União	518.410,00	518.410,00	210.692,80	40,64		
Provenientes dos Estados	67.200,00	67.200,00	22.923,15	34,11		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.290,00	3.290,00	3.972,38	120,74		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	588.900,00	588.900,00	237.588,33	40,34		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.224.620,00	2.406.165,33	1.303.198,62	54,16	762.875,72	31,71
Pessoal e Encargos Sociais	962.620,00	967.020,00	315.013,85	32,58	312.080,53	32,27
Outras Despesas Correntes	1.262.000,00	1.439.145,33	988.184,77	68,66	450.795,19	31,32

Continua 1/4



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	67.000,00	172.690,00	98.452,70	57,01	97.916,50	56,70
Investimentos	67.000,00	172.690,00	98.452,70	57,01	97.916,50	56,70
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.291.620,00	2.578.855,33	1.401.651,32	54,35	860.792,22	33,38
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	585.610,00	756.345,33	359.182,15	25,63	213.871,46	24,85
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	585.610,00	756.345,33	359.182,15	25,63	213.871,46	24,85
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	585.610,00	756.345,33	359.182,15	25,63	213.871,46	24,85
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	1.706.010,00	1.822.510,00	1.042.469,17	74,37	646.920,76	75,15
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						173.602,43

Continua 2/4



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA									
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE					
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º									
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
0,00							0,00		
0,00							0,00		
TOTAL (VIII)									
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26									
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
-				-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)									
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS					
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100				
Atenção Básica	2.116.010,00	2.360.755,33		781.013,34	90,73				
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	60.000,00	60.000,00	4,01	18.727,04	2,18				
Vigilância Sanitária	100.610,00	100.610,00	1,32	18.449,18	2,14				
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	57.490,00	3,21	42.602,66	4,95				
TOTAL	2.291.620,00	2.578.855,33	100,00	860.792,22	100,00				

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

Santiago do Sul, 19/05/2016

Volmir Antonio Sotille
Prefeito MunicipalDomingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 13



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Santiago do Sul, 11/05/2016

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 14

Município de Santiago do Sul - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	10.608.618,00	
Previsão Atualizada		—	10.608.618,00	
Receitas Realizadas		1.481.850,29	3.257.194,33	
Déficit Orçamentário		—	101.098,92	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	442.814,96	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	10.608.618,00	
Créditos Adicionais		—	672.302,74	
Dotação Atualizada		—	11.280.920,74	
Despesas Empenhadas		1.473.639,52	5.531.754,13	
Despesas Liquidadas		1.912.157,26	3.358.293,25	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.473.639,52	5.531.754,13	
Despesas Liquidadas		1.912.157,26	3.358.293,25	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			9.620.238,26	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-439.352,00	322.795,26	-73,47
Resultado Primário		-939.718,00	-78.835,73	8,39
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	340.431,71	8.929,05	257.927,14	73.575,52
EXECUTIVO	340.431,71	8.929,05	257.927,14	73.575,52
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	10.045,54	0,00	10.045,54	0,00
EXECUTIVO	10.045,54	0,00	10.045,54	0,00
TOTAL:	350.477,25	8.929,05	267.972,68	73.575,52
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		858.442,97	25%	27,21
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		161.724,17	60%	84,35
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		358.481,60	588.370,76	

Continua 1/2



Município de Santiago do Sul - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
		Valor apurado até o Bimestre			Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00			0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		177.469,00			8.031,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		646.920,76	15,00		20,50
Liquidadas		0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Santiago do Sul, 19/05/2016

Volmir Antonio Sotille
 Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
 Contador SC-020.348/O-5

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 2

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL



RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) = (d) - (e)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Legislativa	10.608.618,00	11.280.920,74	1.473.639,52	5.531.754,13	100,00	1.912.157,26	3.358.293,25	100,00
Ação Legislativa	480.200,00	480.200,00	55.202,14	150.378,24	2,72	62.623,11	117.943,69	3,51
Administração	480.200,00	480.200,00	55.202,14	150.378,24	2,72	62.623,11	117.943,69	3,51
Planejamento e Orçamento	1.719.976,00	1.729.976,00	255.255,83	877.872,99	15,87	308.402,56	565.106,65	16,83
Administração Geral	671.000,00	671.000,00	95.272,49	343.753,91	6,21	110.466,64	227.835,26	6,78
Administração Financeira	759.976,00	759.976,00	120.858,82	410.987,54	7,43	148.853,46	243.984,50	7,27
Controle Interno	206.000,00	216.000,00	24.825,29	95.845,22	1,73	34.783,23	66.000,57	1,97
Segurança Pública	83.000,00	83.000,00	14.299,23	27.286,32	0,49	14.299,23	27.286,32	0,81
Defesa Civil	3.800,00	7.282,32	5.850,70	6.150,70	0,11	72,00	162,00	0,00
Assistência Social	3.800,00	7.282,32	5.850,70	6.150,70	0,11	72,00	162,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	616.200,00	621.831,53	73.163,92	184.064,34	3,33	65.473,61	121.644,74	3,62
Assistência Comunitária	431.200,00	435.831,53	29.256,82	101.342,32	1,83	36.281,38	72.842,40	2,17
Saúde	185.000,00	186.000,00	43.907,10	82.722,02	1,50	29.192,23	48.802,34	1,45
Atenção Básica	2.291.620,00	2.578.855,33	250.708,05	1.401.651,32	25,34	437.676,54	860.792,22	25,63
Vigilância Sanitária	2.116.010,00	2.360.755,33	233.654,90	1.282.048,36	23,18	412.665,35	781.013,34	23,26
Vigilância Epidemiológica	60.000,00	60.000,00	0,00	56.180,64	1,02	9.363,52	18.727,04	0,56
Educação	100.610,00	100.610,00	9.445,01	18.449,18	0,33	9.445,01	18.449,18	0,55
Alimentação e Nutrição	15.000,00	57.490,00	7.608,14	44.973,14	0,81	6.202,66	42.602,66	1,27
Ensino Fundamental	2.114.440,00	2.215.795,75	280.348,30	932.590,84	16,86	340.320,15	534.795,16	15,92
Ensino Médio	66.080,00	70.241,00	26.352,56	30.519,38	0,55	14.584,63	15.788,44	0,47
Ensino Superior	1.443.340,00	1.506.376,99	196.151,41	576.803,94	10,43	234.022,40	404.543,26	12,05
Educação Infantil	196.800,00	196.800,00	2.895,90	151.615,88	2,74	20.351,51	20.351,51	0,61
Educação Especial	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	353.220,00	365.377,76	54.948,43	152.288,32	2,75	66.015,78	88.766,12	2,64
Urbanismo	20.000,00	42.000,00	0,00	21.383,32	0,39	5.345,83	5.345,83	0,16
Infra-Estrutura Urbana	106.000,00	106.000,00	12.394,23	38.645,11	0,70	15.786,64	25.867,15	0,77
Serviços Urbanos	106.000,00	106.000,00	12.394,23	38.645,11	0,70	15.786,64	25.867,15	0,77
	372.500,00	498.997,81	55.776,56	348.117,96	6,29	108.729,21	151.327,53	4,51
	110.400,00	162.497,91	30.261,40	52.199,65	0,94	52.199,65	52.199,65	1,55
	262.100,00	336.499,90	25.515,16	295.918,31	5,35	56.529,56	99.127,88	2,95

C

R\$ 1,00

DO

(a-d)

22.627,49

62.256,31

62.256,31

64.869,35

43.164,74

15.991,50

49.999,43

55.713,68

7.120,32

7.120,32

00.186,79

62.989,13

37.197,66

18.063,11

79.741,99

41.272,96

82.160,82

14.887,34

81.000,59

54.452,56

01.833,73

76.448,49

35.000,00

76.611,64

36.654,17

80.132,85

80.132,85

47.670,28

10.298,26

37.372,02

ontinua 1/2



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Conti

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) = (d/Total d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.608.618,00	11.280.920,74	1.473.639,52	5.531.754,13	5.749.166,61	1.912.157,26	3.358.293,25	7,9
Habituação	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	30.000,00	30.000,00	2.150,00	2.650,00	27.350,00	2.216,41	2.284,84	0,07
Saneamento Básico Rural	21.000,00	21.000,00	2.150,00	2.650,00	18.350,00	2.216,41	2.284,84	0,07
Saneamento Básico Urbano	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	992.000,00	1.039.500,00	173.965,34	558.012,72	481.487,28	178.240,82	354.161,95	10,55
Extensão Rural	992.000,00	1.039.500,00	173.965,34	558.012,72	481.487,28	178.240,82	354.161,95	10,55
Indústria	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.327.280,00	1.402.780,00	287.843,93	598.751,17	804.028,83	313.899,53	475.483,51	14,16
Transporte Rodoviário	1.327.280,00	1.402.780,00	287.843,93	598.751,17	804.028,83	313.899,53	475.483,51	14,16
Desporto e Lazer	103.000,00	118.100,00	20.980,52	71.266,74	46.833,26	22.989,09	32.977,04	0,98
Desporto Comunitário	103.000,00	118.100,00	20.980,52	71.266,74	46.833,26	22.989,09	32.977,04	0,98
Encargos Especiais	361.602,00	361.602,00	0,00	361.602,00	0,00	55.727,59	115.746,77	3,45
Outros Encargos Especiais	361.602,00	361.602,00	0,00	361.602,00	0,00	55.727,59	115.746,77	3,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	10.608.618,00	11.280.920,74	1.473.639,52	5.531.754,13	5.749.166,61	1.912.157,26	3.358.293,25	7,9

FONTE:

Santiago do Sul, 19/05/2016

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

inuação 2/2

DO
(a-d)

122.627,49
7.000,00
7.000,00
27.715,16
18.715,16
9.000,00
85.338,05
85.338,05
6.000,00
6.000,00
2.000,00
2.000,00
127.296,49
127.296,49
85.122,96
85.122,96
145.855,23
145.855,23
75.000,00
<hr/>
122.627,49

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 3

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016



RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.040.830,45	946.956,28	901.902,97	848.186,73	806.537,15	852.242,34	898.591,18	1.228.372,24	1.007.434,10	1.087.026,97	857.119,23	883.610,57	11.391.320,21
RECEITA TRIBUTÁRIA	35.165,57	28.876,52	25.944,54	22.539,35	23.839,16	18.188,18	14.946,51	28.862,79	15.883,41	20.597,79	41.776,67	18.379,71	294.013,20
IPI/LU	15.653,47	7.599,96	9.988,44	5.387,53	344,88	137,81	0,00	793,31	0,00	0,00	0,00	0,00	41.246,40
IPI/RF	8.184,63	8.491,79	8.332,96	8.433,92	8.631,53	8.300,79	8.739,21	18.403,79	13.005,90	10.669,23	11.924,03	11.255,67	124.813,45
ISS	4.054,30	9.818,25	4.719,11	4.473,11	11.643,11	5.912,95	5.935,98	6.751,42	1.604,44	8.390,63	6.961,07	4.338,82	74.963,19
ITBI	1.350,00	1.890,00	700,00	2.000,00	2.800,00	3.200,00	0,00	280,00	0,00	200,00	1.355,20	0,00	13.735,20
Outras Receitas Tributárias	4.913,17	1.806,52	2.224,03	2.244,79	419,64	636,63	274,32	2.664,27	783,07	1.377,93	21.536,37	785,22	39.655,96
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.581,95	3.367,45	3.732,69	3.497,18	3.665,87	3.670,91	463,67	7.180,56	3.999,66	3.633,79	3.785,85	4.075,93	32.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	20.430,92	21.784,15	22.378,79	23.311,76	21.843,26	20.466,25	17.518,05	16.036,15	13.194,31	14.818,57	16.031,93	12.680,59	220.434,73
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	25.381,21	18.193,82	17.649,99	15.189,59	15.679,34	18.335,78	18.220,08	23.799,20	18.189,37	17.388,07	25.323,67	28.037,55	241.222,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	953.317,30	873.644,27	828.294,87	779.443,47	739.291,66	787.932,17	842.903,19	1.149.531,22	952.921,43	1.039.043,37	756.436,99	829.830,56	10.532.551,50
Cota-Parte do FPM	591.411,98	514.598,39	391.036,57	445.648,92	371.540,26	422.874,40	477.459,38	549.022,36	521.721,09	653.119,36	396.718,85	471.611,14	5.796.749,70
Cota-Parte do ICMS	236.883,53	227.009,77	228.172,71	220.144,45	228.773,70	237.363,57	239.009,47	233.327,20	280.761,25	229.000,91	230.236,70	238.195,36	2.831.031,62
Cota-Parte do IPIVA	13.449,93	12.814,31	15.104,05	9.337,80	8.828,28	7.590,36	7.017,51	2.434,64	5.803,67	9.562,45	17.770,21	11.375,91	121.086,12
Cota-Parte do ITR	0,00	6,37	0,00	5,00	461,42	752,17	5,41	0,00	0,00	0,00	6,26	0,00	1.236,63
Outras Transferências Correntes	59.981,94	66.199,12	155.172,06	55.072,94	81.504,95	68.808,18	70.015,71	314.066,19	87.730,53	96.121,58	62.596,64	57.390,57	1.176.556,41
Transferências de LC 61/1966	3.743,53	3.565,73	3.284,75	3.495,13	3.465,19	4.042,55	3.685,12	3.636,86	4.405,64	3.402,51	3.321,90	3.408,56	43.475,47
Transferências de LC 87/1966	990,91	990,91	990,91	990,91	990,91	990,91	990,91	990,91	977,56	977,56	977,56	977,56	11.837,52
Transferências do FUNDEC	47.265,48	45.469,67	43.533,82	44.746,32	42.676,95	45.281,03	44.724,68	46.053,06	51.521,69	46.851,00	44.808,87	46.950,46	550.475,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.953,50	3.150,07	3.502,09	4.205,38	2.247,86	3.658,05	4.446,68	3.022,32	3.326,92	1.555,38	13.757,12	2.605,23	48.441,60
DEDUÇÕES (II)	169.285,79	151.794,97	125.317,62	135.924,24	123.015,74	134.768,58	145.632,80	157.892,26	162.733,67	179.312,41	129.806,12	145.099,75	1.761.081,56
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	169.285,79	151.794,97	125.317,62	135.924,24	123.015,74	134.768,58	145.632,80	157.892,26	162.733,67	179.312,41	129.806,12	145.099,75	1.761.081,56
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	871.544,66	795.161,31	775.585,35	712.262,49	683.521,41	717.475,76	752.958,38	1.070.489,98	844.700,43	917.814,56	727.313,11	748.510,82	9.630.238,26
FONTE:													
Santiago do Sul, 19/05/2016													

Domingos Severino Spornchiato
Prefeito Municipal

Vinici Antonio Solari
Prefeito Municipal

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 4



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016	2015		
Caixa			0,00	0,00		

Continua 2/4



Município de Santiago do Sul - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Santiago do Sul, 11/05/2016

Volmir Antonio Sotille Prefeito Municipal	Domingos Severino Sponchiado Contador SC-020.348/O-5
--	---

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 5

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	280.191,28	240.299,28	200.407,28
DEDUÇÕES (II)	1.646.283,34	1.762.608,73	1.323.488,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.656.328,88	1.975.789,23	1.516.077,23
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	10.045,54	213.180,50	192.589,15
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.366.092,06	-1.522.309,45	-1.123.080,80
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	259.298,00	219.406,00	179.514,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.625.390,06	-1.741.715,45	-1.302.594,80

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	439.120,65	322.795,26

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-439.352,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Santiago do Sul, 19/05/2016

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 6

Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	10.443.748,00	3.199.673,52	3.212.568,06
Receita Tributária	348.000,00	94.647,58	98.278,86
I.P.T.U.	74.600,00	0,00	12.352,92
I.S.S.	100.000,00	21.254,96	16.853,45
I.T.B.I.	22.800,00	1.555,20	7.850,00
I.R.R.F.	95.000,00	47.354,83	31.990,57
Outras Receitas Tributárias	55.600,00	24.482,59	29.231,92
Receita de Contribuição	32.000,00	15.496,23	12.494,73
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	32.000,00	15.496,23	12.494,73
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	164.870,00	55.807,44	62.597,39
(-) Aplicações Financeiras	164.870,00	55.807,44	62.597,39
Transferências Correntes	9.736.010,00	2.979.380,40	3.005.118,90
F.P.M.	5.120.000,00	1.634.534,88	1.710.147,02
I.P.V.A	112.000,00	35.610,01	34.736,54
I.C.M.S.	2.480.000,00	782.502,09	786.768,42
Convênios	6.400,00	1.654,52	2.757,36
Outras Transferências Correntes	2.017.610,00	525.078,90	470.709,56
Demais Receitas Correntes	327.738,00	110.149,31	96.675,57
Dívida Ativa	16.100,00	5.110,68	5.343,19
Diversas Receitas Correntes	311.638,00	105.038,63	91.332,38
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	1.713,37	525.577,57
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	1.713,37	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	525.577,57
Convênios	0,00	0,00	525.577,57
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	525.577,57
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	10.443.748,00	3.199.673,52	3.738.145,63

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.259.068,38	5.011.175,33	4.561.081,14	2.999.811,65	2.733.704,12
Pessoal e Encargos Sociais	5.368.589,00	1.637.118,89	1.383.115,44	1.620.585,57	1.367.755,44
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.890.479,38	3.374.056,44	3.177.965,70	1.379.226,08	1.365.948,68
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.259.068,38	5.011.175,33	4.561.081,14	2.999.811,65	2.733.704,12
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	946.852,36	520.578,80	1.054.279,60	358.481,60	262.835,60
Investimentos	707.500,36	281.226,80	814.927,60	278.697,60	183.051,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	239.352,00	239.352,00	239.352,00	79.784,00	79.784,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	707.500,36	281.226,80	814.927,60	278.697,60	183.051,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	75.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	11.041.568,74	5.292.402,13	5.376.008,74	3.278.509,25	2.916.755,72



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-597.820,74	-2.092.728,61	-1.637.863,11	-78.835,73	821.389,91
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	442.814,96	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	442.814,96	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-939.718,00

Santiago do Sul, 19/05/2016

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 7



Município de Santiago do Sul - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	10.045,54	-	-	10.045,54	-	340.431,71	257.927,14	257.927,14	8.923,05	73.575,52
EXECUTIVO	0,00	10.045,54	0,00	0,00	10.045,54	0,00	340.431,71	257.927,14	257.927,14	8.923,05	73.575,52
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	10.045,54	0,00	0,00	10.045,54	0,00	340.431,71	257.927,14	257.927,14	8.923,05	73.575,52
SEC. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.611,94	230.611,94	8.696,86	6.759,00
SEC. MUNIC. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.986,56	0,00	0,00	0,00	43.986,56
SEC. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.386,43	26.386,43	26.386,43	0,00	0,00
SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	6.164,25	0,00	0,00	6.164,25	0,00	9.687,00	0,00	0,00	0,00	9.687,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS	0,00	3.514,29	0,00	0,00	3.514,29	0,00	14.394,92	918,77	918,77	333,19	13.142,96
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	10.045,54	0,00	0,00	10.045,54	0,00	340.431,71	257.927,14	257.927,14	8.923,05	73.575,52

FONTE:

Santiago do Sul, 19/05/2016

Volmir Antonio Stille
Prefeito MunicipalDomingos Severino Spornchiado
Contador SC-020.348/O-5

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 8

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	298.900,00	298.900,00	71.192,54	23,82
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	78.800,00	78.800,00	84,92	0,11
1.1.1- IPTU	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	300,00	300,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.200,00	2.200,00	75,45	3,43
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.400,00	1.400,00	9,47	0,68
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(100,00)	(100,00)	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	22.800,00	22.800,00	1.555,20	6,82
1.2.1- ITBI	22.800,00	22.800,00	1.555,20	6,82
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	102.300,00	102.300,00	22.197,59	21,70
1.3.1- ISS	100.000,00	100.000,00	21.254,96	21,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	100,00	100,00	406,83	406,83
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	484,66	24,23
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	300,00	300,00	51,14	17,05
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(100,00)	(100,00)	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	95.000,00	95.000,00	47.354,83	49,85
1.4.1- IRRF	95.000,00	95.000,00	47.354,83	49,85
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.752.400,00	9.752.400,00	3.084.263,01	31,63
2.1- Cota-Parte FPM	6.435.000,00	6.435.000,00	2.043.168,44	31,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.400.000,00	6.400.000,00	2.043.168,44	31,92
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	17.500,00	17.500,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	17.500,00	17.500,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.100.000,00	3.100.000,00	978.127,22	31,55
2.3- ICMS-Desoneração – LC. nº87/1996	16.000,00	16.000,00	3.910,24	24,44
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	59.500,00	59.500,00	14.538,61	24,43
2.5- Cota-Parte ITR	1.900,00	1.900,00	6,26	0,33
2.6- Cota-Parte IPVA	140.000,00	140.000,00	44.512,24	31,79
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.051.300,00	10.051.300,00	3.155.455,55	31,39
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	88.480,00	88.480,00	37.944,30	42,88
5.1- Transferências do Salário-Educação	55.000,00	55.000,00	25.632,07	46,60
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	14.980,00	14.980,00	4.662,00	31,12
5.4- Transferências Diretas - PNATE	18.500,00	18.500,00	5.104,92	27,59
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	2.545,31	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	220.400,00	220.400,00	10.408,54	4,72
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	308.880,00	308.880,00	48.352,84	15,65
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.943.480,00	1.943.480,00	616.851,95	31,74
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.280.000,00	1.280.000,00	408.633,56	31,92
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	620.000,00	620.000,00	195.625,13	31,55
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.200,00	3.200,00	782,04	24,44
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.900,00	11.900,00	2.907,74	24,43
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	380,00	380,00	1,25	0,33
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	28.000,00	28.000,00	8.902,23	31,79
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	594.640,00	594.640,00	191.736,28	32,24
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	590.000,00	590.000,00	190.132,02	32,23
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.640,00	4.640,00	1.604,26	34,57
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.353.480,00	-1.353.480,00	-426.719,93	31,53
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	584.000,00	584.449,00	161.724,17	27,39	161.724,17	27,39
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	584.000,00	584.449,00	161.724,17	27,39	161.724,17	27,39
14- OUTRAS DESPESAS	10.640,00	10.640,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	10.640,00	10.640,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	594.640,00	601.089,00	161.724,17	26,91	161.724,17	26,91
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						161.724,17
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						84,35
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						15,65
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.512.825,00		2.512.825,00		788.863,89	31,39
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	350.320,00	350.320,00	142.399,32	40,65	78.897,12	22,52
23.1- Creche	135.320,00	135.320,00	47.751,97	35,29	37.266,78	27,54
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	135.320,00	135.320,00	47.751,97	35,29	37.266,78	27,54
23.2- Pré-escola	215.000,00	215.000,00	94.647,35	44,02	41.630,34	19,36
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	215.000,00	215.000,00	94.647,35	44,02	41.630,34	19,36
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.340.640,00	1.347.089,00	493.614,78	36,64	354.430,18	26,31
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	594.640,00	601.089,00	161.724,17	26,91	161.724,17	26,91
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	746.000,00	746.000,00	331.890,61	44,49	192.706,01	25,83
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.690.960,00	1.697.409,00	636.014,10	37,47	433.327,30	25,53
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-426.719,93
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						1.604,26
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-425.115,67
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						858.442,97
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						27,21
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	58.000,00	112.287,99	61.265,67	54,56	37.834,49	33,69
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	87.480,00	103.798,76	42.199,83	40,66	32.578,21	31,39
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	145.480,00	216.086,75	103.465,50	47,88	70.412,70	32,59
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.836.440,00	1.913.495,75	739.479,60	38,65	503.740,00	26,33



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		190.132,02	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.604,26	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		191.736,28	0,00

Santiago do Sul, 19/05/2016

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.



Município de Santiago do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)		0,00	0,00		
DESpesas	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESpesas EMPENHADAS (e)	DESpesas LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESpesas DE CAPITAL	946.852,36	520.578,80	358.481,60	0,00	426.273,56
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESpesa DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	946.852,36	520.578,80	358.481,60	0,00	426.273,56
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)		-946.852,36	-	-	-426.273,56

FONTE:

Santiago do Sul, 19/05/2016

Volmir Antonio Sotille
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado
Contador SC-020.348/O-5

São Bento do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A.

DO OBJETO: Fornecimento de passes (vale transporte) para profissionais da Rede Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental para São Bento do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho e Mafra, pelo período de fevereiro à julho de 2016, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 45/2016 de 22 de fevereiro de 2016.

DO VALOR: R\$ 84.670,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: fevereiro de 2016 até 31 de julho de 2016.

São Bento do Sul, 11 de março de 2016.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do

Município.

REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 096/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 096/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MEGA TRAINER.

DO OBJETO: Contratação de academia para desenvolver atividades físicas para 15 grupos da 3ª Idade, sendo 8 horas semanais duas vezes por semana, 1 hora por dia, para o período de maio a dezembro de 2016, conforme especificações em anexo ao Convite nº 89/2016.

DO VALOR: R\$ 28.700,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 07 (sete) meses e 26 (vinte e seis) dias a contar desta data.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2016.

ASS: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

MEGA TRAINER, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 094/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 094/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 137/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa 9 MM PROPAGANDA LTDA, em 07 de maio de 2014, conforme Edital de Concorrência Pública nº 316/2013.

Considerando o objeto do Contrato de nº 137/2014 que consiste na contratação de serviços de agência de propaganda, que se compõe de planejamento, criação, execução, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias, promoções, materiais de divulgação, produção gráfica, eletrônica (VT, Spot etc...), eventos e outros serviços necessários às ações de comunicação social da Administração Municipal;

Considerando que a Empresa 9MM Propaganda Ltda presta serviços para a Prefeitura de São Bento do Sul, decorrentes do Edital de Concorrência Pública nº 316/2013, e face a obrigação do Município de divulgação de seus atos, prestação de contas, programas, obras, serviços e campanhas, bem como divulgações de caráter

educativo, informativo ou de orientação social aos munícipes das ações desenvolvidas pela Administração Direta, Indireta e Autarquias;

Considerando que os serviços são solicitados de acordo com as necessidades do Município, conforme consta no Edital de Concorrência Pública nº 316/2013 e conforme Cláusula Quarta – do Prazo do Contrato nº 137/2014, onde informa a possibilidade de prorrogação por no máximo 60 meses, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 07 (sete) meses e 25 (vinte e cinco) dias, a contar de 07 de maio de 2016 e com término em 31 de dezembro de 2016. Os serviços que não forem contratados até 31 de dezembro de 2016, deverão ser desconsiderados caso não haja termo aditivo ao contrato. Neste caso não há obrigatoriedade de contratação pela Prefeitura, não podendo se falar em perdas e danos.

Permanece o valor mensal do Contrato em R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), totalizando o valor em R\$ 587.500,00 (quinhentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais), referente ao período prorrogado para pagamento de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 07 de maio de 2014, Termo Aditivo nº 359/2014 de 05 de dezembro de 2014 e Termo Aditivo nº 131/2015 de 05 de maio de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 04 de maio de 2016.

Ass: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.

9 MM PROPAGANDA LTDA, como Contratada.

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 029/2016

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 029/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Rescisão ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 029/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – ME, de 10 de fevereiro de 2016, conforme Edital de Pregão Presencial nº 2/2016.

Cláusula Primeira – Fica rescindido a partir desta data o Contrato nº 029/2016 que consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços para elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados para a realização de Processo Seletivo nº 002/2016 (Emprego Público), com validade de 2 anos, para cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias junto ao Secretaria Municipal de Saúde, conforme anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 2/2016.

Parágrafo Único: O presente Processo Seletivo (Emprego Público) será para os seguintes cargos:

- Agente Comunitário de Saúde para os seguintes Bairros:

Alpino – 02 vagas;

Boehmerwald – 02 vagas

1º de Maio – 03 vagas;

Mato Preto – 03 vagas;

Serra Alta – 03 vagas;

Urca – 02 vagas;

Vila São Paulo – 03 vagas;

Bela Aliança – 01 vaga;

Centenário – 01 vaga;

Cruzeiro – 01 vaga;

Lençol – 01 vaga;

Progresso – 01 vaga;

25 de Julho – 01 vaga;
Rio Vermelho Estação – 01 vaga;
Rio Vermelho Povoado – 01 vaga;
Vila Pilz – 01 vaga.

- Agente de Combate a Endemias 02 vagas.

Considerando Abertura de Processo Administrativo nº 2066/2016 no dia 21 de março de 2016 pela Secretaria de Administração, referente ao contrato nº 029/2016, devido após diversas tentativas de contato pelo departamento de RH com a Contratada para cumprimento das Cláusulas Contratuais, tentativas estas sem sucesso, e a informação de que a Contratada e seus dirigentes estariam possivelmente envolvidos em fraude em concurso público realizado em outro município;

Considerando que a Contratada foi notificada na data de 26 de março de 2016 conforme AR (Aviso de Recebimento) SN 73751998 5 BR, e que conforme informado no Processo Administrativo nº 2066/2016, a mesma teria o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação/recebimento para manifestação escrita sobre os fatos narrados no mesmo;

Considerando que até a data de 07 de abril de 2016 a Contratada não se manifestou conforme solicitado e conforme previsto no Processo Administrativo nº 2066/2016, faz-se necessária a rescisão do referido Contrato com base nos Artigos 77, 78 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e seus incisos, Cláusula Décima Primeira – da Rescisão e Cláusula Décima Segunda – das Penalidades do Contrato nº 029/2016, a partir desta data.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma unilateral, de acordo com o art. 79, inciso I da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 07 de abril de 2016.

São Bento do Sul, 07 de abril de 2016.

Ass: EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS, pela Secretaria de Administração do Município.

NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME, como Contratada.

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.46/2016 -PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.46/2016
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N. 46/2016.
Tipo : Menor preço
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS P/ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 03 de junho de 2016
Abertura dos Envelopes :08:00 horas- dia 03 de junho de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000.
SAO CARLOS, 19 de maio de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

TA -PALOMA EIRELI 3º

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO ADITIVO
Contrato Nº.: 034/2015 -TERCEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...: PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELE
Objeto : FINALIZAÇÃO DE PISCINA MASTER E INFRAESTRUTURAS-OBRA CIVIS - PARQUE AQUATICO MUNICIPAL DE ACORDO COM OS PROJETOS TÉCNICOS E MEMORIAIS DESCRITIVO
Prazo : 90 dias
PROCESSO Concorrência n.68/2015
Vigência : 30.06.2016
SAO CARLOS, 18 DE MAIO DE 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO N.47/2016 CC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.:47/2016
Edital: CONCORRENCIA P/OBRAS E SERV ENG N.047/2016
Tipo : Menor preço global.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA 3ª ETAPA -PARQUE AQUATICO - PAISAGISMO
.Entrega dos Envelopes:08:30 horas -dia 22 de junho de 2016
Abertura dos Envelopes :08:30 horas- dia 22 de junho de 2016
Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000-S CARLOS, 19 de maio de 2016-
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

RES CONT N.10-2016 -FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 010/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Contratada...: APAE DE SAO CARLOS
Objeto : prestação dos serviços ambulatoriais para acompanhamento de pacientes portadores de deficiência mental ou com autismo que necessitam de estimulação neuro-sensorial, retroagindo seus efeitos, período de janeiro a dezembro de 2016-
Valor : R\$285.667,20
Vigência : 31.12.2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N. 8/2016
SAO CARLOS-SC, 18 de maio de 2016.
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2282 DE 18 05 16 VACANCIA DO CARGO DO SERVIDOR PRIMO BRUNETTO PELO FALECIMENTO

DECRETO Nº 2282, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre a vacância do cargo público em razão do falecimento de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008; Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012; e pelo inciso VII do artigo 34 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando o falecimento do servidor ocorrido no dia 14 de maio de 2016, conforme Certidão de Óbito apresentado no Setor de Pessoal;
DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, ocorrida no dia 14 de maio de 2016, por motivo de falecimento do servidor ocupante Primo Brunetto, deste Município de São Domingos SC.

Art. 2º Ficam revogadas as portarias nº 1844, de 28 de setembro de 2015, nº 1613, de 26 de maio de 2014, nº 944, de 31 de agosto de 2010, nº 836 de 05 de março de 2010, nº 131, de 08 de abril de 2008, todas anteriores no que diz respeito ao servidor e nº 631, de 19 de março de 2009;

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

São Domingos (SC), 18 de maio de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 2280, DE 17 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 2280, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Estabelece horário de expediente do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VI e XXXIX do artigo 100 da Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto no Decreto nº 2038, de 10 de agosto de 2015, que estabelece o horário de expediente das secretarias municipais;

Considerando a necessidade de otimizar o atendimento aos usuários da assistência social do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de expediente do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, que passa a ser das 8h00min. às 12h00min. e das 13h30min. às 17h30min.

Art. 2º Aos casos de adaptação e ajustes necessários para atendimento do interesse público cabe à Secretária de Assistência Social proceder os encaminhamentos e providências cabíveis.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de maio de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 2281, DE 17 DE MAIO DE 2016. DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 2281, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária no Orçamento de 2016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.776, de 26/11/15;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no Orçamento de 2016 da unidade Prefeitura Municipal na seguinte programação de despesa:

Da Programação de Despesa:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA				
04.122.1003.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	10	01.0000	15.000,00

Para Programação de Despesa:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA				
04.122.1003.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	8	01.0000	15.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 17 de maio de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR Nº 0054 PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 054, DE 05 DE MAIO DE 2016.

INSTITUI O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E ABRANGÊNCIA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Art. 1º O Plano Diretor Participativo é o instrumento global e participativo de implementação da política municipal de desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental do município de São Domingos, estado de Santa Catarina, e integra o processo de planejamento e gestão municipal.

§ 1º O Plano Diretor de São Domingos, aplicável à totalidade do seu território, é o instrumento básico e estratégico da Política de Desenvolvimento Territorial do Município e integra o sistema de planejamento municipal.

§ 2º O Plano Diretor Participativo é o instrumento global e participativo de implementação da política municipal de desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental do município de São Domingos, estado de Santa Catarina, e integra o processo de planejamento e gestão municipal.

Art. 2º O Plano Diretor Participativo tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e das propriedades rural e urbana.

Art. 3º São princípios do Plano Diretor Participativo:

I – a universalização do direito à cidade, incluindo o acesso às políticas públicas sociais e aos equipamentos;

II – a integração das políticas públicas, favorecendo-se no nível das ações e projetos estratégicos prioritários (ver anexo VIII) a combinação sinérgica e a gestão intersetorial;

III – garantia da função social da terra;

IV – promoção do desenvolvimento socioeconômico equilibrado;

V – proteção e preservação do meio ambiente;

VI – gestão pública democrática e participativa.

Art. 4º Além do Plano Diretor Participativo, o processo de planejamento e gestão municipal abrange as seguintes matérias:

I – plano plurianual;

II – diretrizes orçamentárias e orçamento anual;

III – gestão orçamentária participativa;

IV – planos, programas e projetos setoriais;

V – planos e projetos de comunidades e distritos;

VI – programas de desenvolvimento econômico e social;

VII – código de obras;

VIII – código de posturas;

IX – código tributário.

§ 1º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporarão e observarão as diretrizes, os prazos e os projetos estratégicos prioritários estabelecidos nesta lei e com base nas disposições dos artigos 4º e 44 da Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

§ 2º O processo de planejamento municipal deverá considerar também os planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

Art. 5º As disposições deste Plano Diretor Participativo aplicam-se a toda extensão territorial do município, considerando as especificidades das áreas urbanas e rurais.

Art. 6º O Plano Diretor Participativo revoga as outras legislações existentes que entrem em desconformidade com ela.

Art. 7º O Plano Diretor Participativo deve ser revisto conforme §3º do art. 40 da Lei 10.257/01 - Estatuto da Cidade, no mínimo, a cada 10 (dez) anos, de forma que atenda seus artigos 40, 43 e 52.

Art. 8º Todas as matérias tratadas no Plano Diretor Participativo deverão atender aos fundamentos contidos nestes princípios e nas políticas deles derivadas.

CAPÍTULO II

DA FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA NO MUNICÍPIO E DA PROPRIEDADE URBANA E RURAL

Art. 9º A função social da terra e da propriedade urbana no município é definida como a garantia a todos os cidadãos ao direito à cidade e ao acesso a terra, à moradia digna, ao trabalho remunerado, ao lazer, à cultura, aos espaços coletivos com equipamentos e serviços públicos, ao saneamento ambiental, à mobilidade e a acessibilidade permitindo a integração do território municipal.

Art. 10. A função social da terra e da propriedade rural é definida como a adequada utilização do solo e a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes da urbanização, de modo a atender o bem-estar social da coletividade, o aproveitamento racional e adequado da terra e dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente, a promoção da justiça social e uso da terra que favoreça o bem-estar dos trabalhadores e dos proprietários.

Art. 11. A função social da terra e da propriedade urbana e rural no município é cumprida quando:

I – considerar os princípios, políticas, ações e projetos do Plano Diretor Participativo;

II – garantir o direito à moradia, por meio de financiamento para habitação popular e programas de regularização fundiária mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerando a situação socioeconômica da população e as normas ambientais, priorizando as áreas mais carentes, permitindo que todos tenham moradia adequada e possam viver em um ambiente saudável e atendido pelos serviços públicos essenciais;

III – garantir a qualidade de vida, facilitando o acesso a terra por meio de parcerias e convênios;

IV – garantir a permanência do pequeno agricultor na terra, por intermédio da qualificação e do incentivo às atividades econômicas que sejam compatíveis com a preservação do meio ambiente;

V – fomentar a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

VI – a ordenação e o controle do uso do solo visam evitar:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) o parcelamento do solo, a edificação, o uso excessivo ou inadequado em relação à infraestrutura urbana;

d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;

e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

f) a deterioração das áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambiental.

VII – houver simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

VIII – os parâmetros urbanísticos definidos pelo ordenamento do uso e ocupação do solo determinado nesse plano (anexo V) possam garantir que a intensidade de uso seja adequada à disponibilidade da infraestrutura urbana, de equipamentos e de serviços públicos;

IX – promover a proteção, a preservação e a recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

X – o planejamento do desenvolvimento municipal, a distribuição espacial da população e das atividades econômicas, evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

XI – a integração e a complementaridade entre as atividades urbanas e rurais contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do município e do território sob sua área de influência;

XII – a adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana forem compatíveis com as condicionantes ambiental, social e econômica do município e do território sob sua área de influência;

XIII – houver a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, prevendo a transferência para a coletividade de parte da valorização imobiliária inerente a ela;

XIV – o Poder Executivo Municipal recuperar parte dos investimentos que tenham contribuído na valorização de imóveis urbanos;

XV – o Poder Executivo Municipal garantir a justa distribuição das melhorias e dos custos da urbanização considerando as necessidades, direitos fundamentais e capacidade de pagamento;

XVI – o Poder Executivo Municipal privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a utilização dos bens pelos diferentes segmentos sociais com a adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento territorial;

XVII – o Poder Executivo Municipal convocar audiência pública para debater casos de processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído e que possam representar risco ao conforto ou a segurança da população.

TÍTULO II

DAS POLÍTICAS DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

CAPÍTULO I

DA PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Art. 12. As ações de políticas públicas sociais descritas a seguir visam orientar tanto o ordenamento territorial quanto o desenvolvimento de futuras políticas e planos setoriais, de maneira que estas estejam em consonância com os princípios estabelecidos neste Plano Diretor Participativo.

Art. 13. O objetivo geral destas políticas é o de garantir o acesso à habitação, à educação, ao lazer e patrimônio cultural, à saúde, à qualidade de vida, à mobilidade e ao transporte, melhorando a distribuição dos investimentos públicos nas áreas urbana e rural e levando em consideração as necessidades e as singularidades de cada área.

Seção I

Da habitação

Art. 14. Para efetivar a função social da terra e da propriedade urbana e rural no que se refere à habitação, são ações do Poder Executivo Municipal:

- I – efetivar o Plano Municipal de Habitação, vinculando recursos ao Fundo Municipal do Plano Diretor (FMPD), para a produção, adequação e melhoramento das moradias e dos assentamentos;
- II – garantir a gestão democrática por meio de participação da população, em consonância com os instrumentos de participação popular previstos no Sistema Municipal de Planejamento e Gestão (SIMPLAGE);
- III – estimular a produção de Habitação de Interesse Social (HIS) pela iniciativa privada, assegurando padrão adequado quanto à habitabilidade, localização, condições de infraestrutura e inserção socioterritorial na malha urbana existente;
- IV – promover o acesso à habitação urbana e rural, à terra legalizada, dotada de infraestrutura e serviços públicos à população de baixa renda, melhorando a qualidade de vida, elevando os padrões de habitabilidade da população e mantendo equilíbrio nos aspectos social, econômico, ambiental e institucional;
- V – buscar parcerias para a regularização fundiária das propriedades rurais e urbanas;
- VI – promover a diversificação dos usos e atividades nos distritos e comunidades para reduzir a necessidade de deslocamentos;
- VII – garantir o acesso à habitação a todas as faixas de renda, as diferentes faixas etárias e grupos sociais, por meio de políticas de controle do uso do solo;
- VIII – fixar a população rural no interior, por intermédio da melhoria de suas condições de moradia, a partir da estratégia de integração de esforços para otimizar as políticas de desenvolvimento socioeconômico sustentável, e da integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais;
- IX – disponibilizar a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e outros serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- X – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;
- XI – promover um Sistema Municipal de Informações (SMI) com os objetivos de coletar, sistematizar e atualizar dados territoriais e socioeconômicos que subsidiem a efetivação do Plano Municipal de Habitação, a fim de monitorar os usos, a ocupação e a valorização dos imóveis, como parte das políticas e programas específicos de recuperação da valorização socialmente produzida pela realização de investimentos com recursos públicos.

Seção II

Da Educação

Art. 15. Para efetivar a universalização das políticas públicas sociais, no que tange à educação, são ações do Poder Executivo Municipal:

- I – universalizar o acesso à educação fundamental por meio de programas como Educação de Jovens e Adultos (EJA), Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (NAES), Alfabetização de Adultos e Brasil Alfabetizado;
- II – promover e participar de iniciativas e programas voltados à erradicação do analfabetismo e à melhoria nos níveis de escolaridade da população;
- III – estabelecer parcerias com entidades, públicas e privadas, na promoção de cursos técnicos de qualificação profissional à população das áreas, urbana e rural;
- IV – rever a política do ensino no meio rural, objetivando a fixação do jovem no campo, por intermédio da parceria do poder público e privado, e do governo Estadual, oferecendo disciplinas técnicas agrícolas na grade curricular escolar;
- V – promover programas para a integração família/escola/comunidade;
- VI – incentivar a educação dos jovens por meio de bolsas de estudo, sendo que em contrapartida estes devem prestar serviços voluntários ao município, retornando o conhecimento adquirido;
- VII – ampliar a oferta de creches e escolas de educação infantil no município, a fim de atender a demanda;
- VIII – articular as ações do Plano Municipal de Educação ao Plano Diretor Participativo;
- IX – articular as ações do Conselho Municipal de Educação e o da Merenda Escolar aos demais conselhos.

Seção III

Do lazer, esporte e cultura

Art. 16. Para efetivar a universalização das políticas públicas sociais, no que tange ao lazer, esporte e cultura, são ações do Poder Executivo Municipal:

- I – promover políticas municipais de segurança em conjunto com políticas educacionais, de esporte e de lazer, a fim de elaborar estratégias preventivas de combate à criminalidade ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
- II – promover a construção, manutenção e otimização dos espaços de lazer, esporte e cultura, dotando-os de melhor infraestrutura e acessibilidade, buscando melhorar a qualidade de vida da população;
- III – potencializar e modernizar a infraestrutura dos equipamentos públicos existentes;
- IV – promover parcerias com órgãos públicos, organizações não governamentais, empresas e instituições de ensino, para a elaboração e implantação de projetos relacionados ao esporte e lazer;
- V – implantar espaços específicos nas áreas públicas para o desenvolvimento de atividades de esporte, de lazer e de cultura junto à comunidade;
- VI – articular e integrar os equipamentos culturais, públicos e privados;
- VII – potencializar programas e eventos de incentivo ao esporte;
- VIII – criar espaços para prática de esportes, como trilhas de caminhadas, quadras poliesportivas;
- IX – dotar de infraestrutura os salões comunitários para a prática de lazer na área rural e urbana;
- X – criar praças e parques públicos respeitando as necessidades e as prioridades definidas a partir da demanda, priorizando áreas desprovidas desses equipamentos;
- XI – instituir sistema de manutenção corretiva/preventiva capaz de manter os equipamentos urbanos em funcionamento;
- XII – promover e implementar programas de atividades extracurriculares, como aulas de pintura, música, dança, teatro, culinária, tapeçaria, reforço escolar, e atividades de esporte e de lazer, entre outros;
- XIII – criar programas extracurriculares de promoção de atividades físicas e esportivas orientadas por profissionais da área, objetivando a complementação da saúde e da cidadania;
- XIV – divulgar e conscientizar os munícipes sobre os aspectos históricos e desenvolvimento do potencial turístico;
- XV – potencializar o título do município como a Capital Catarinense das Araucárias.

Seção IV**Da saúde e qualidade de vida**

Art. 17. Para efetivar a universalização das políticas públicas sociais, no que tange à saúde e qualidade de vida, são ações do Poder Executivo Municipal:

I – garantir o atendimento de qualidade a todos os cidadãos;

II – desenvolver políticas de promoção e prevenção de doenças;

III – criação de consórcios intermunicipais para viabilizar o município como micropolo regional de saúde pública, fornecimento de serviços especializados, ampliação da oferta de médicos especialistas e equipamentos;

IV – viabilizar a reabertura do hospital existente por meio de parcerias entre poder público e privado, e de seu reaparelhamento;

V – criação de centro de especialidades e Centro de Atendimento Psico Social (CAPS);

VI – potencializar a infraestrutura existente das unidades de saúde que deem suporte ao atendimento das necessidades da população;

VII – manter programas de integração entre os sistemas municipais e regionais de saúde potencializando consórcios (CIS-AMOSC e ASIMS – com região do Paraná), aumentando a qualidade dos serviços prestados e minimizando custos;

VIII – criar critério de controle no sistema de saúde, evitando o atendimento desnecessário;

IX – ampliar e qualificar o quadro de profissionais da área da saúde, com o objetivo de aumentar a capacidade e a qualidade de atendimento necessária à demanda da população e incentivando sua permanência no município;

X – articular as ações do Plano Municipal de Saúde ao Plano Diretor Participativo;

XI – articular as ações do Conselho Municipal de Saúde aos demais conselhos;

XII – buscar a ampliação e qualificação do quadro de segurança policial do município;

XIII – viabilização e implantação de Pelotão Militar Efetivo para atender a microrregião.

Seção V**Da mobilidade e transporte**

Art. 18. O objetivo da política de mobilidade e transporte é garantir a mobilidade e acessibilidade universal por meio da qualificação da infraestrutura e serviços, de forma a valorizar, a proteger e a consolidar eixos de circulação que promovam a integração entre os setores do município, urbano e rural, e otimizem o seu acesso regional, potencializando as relações econômicas, além de contribuir para a ocupação equilibrada do território.

Subseção I**Da mobilidade regional**

Art. 19. Para efetivar a universalização das políticas públicas sociais, no que tange à mobilidade regional, são ações do Poder Executivo Municipal:

I – estabelecer um sistema viário regional, integrando São Domingos (SC), os demais municípios e o estado do Paraná por meio de vias estruturais com capacidade para o tráfego gerado, em consonância com os planos viários municipais e estaduais;

II – viabilizar o transporte coletivo interestadual, por intermédio de rotas de ônibus que passem pelo município;

III – solicitar junto ao departamento responsável à criação de acostamento contíguo à rodovia SC-480 em toda a extensão do município;

IV – implantar trevo na rodovia SC-480, no acesso à linha Nova Arvorezinha;

V – implantar sistema de controle de velocidade dos automóveis e das cargas, sinalizando adequadamente vias regionais que passam pela malha urbana do município;

VI – promover a eficiência no transporte de cargas e de mercadorias, priorizando melhorias e investimentos em infraestrutura nas estradas.

Subseção II**Da mobilidade urbana**

Art. 20. Para efetivar a universalização das políticas públicas sociais, no que tange à mobilidade urbana, são ações do Poder Executivo Municipal:

I – promover o sistema de circulação e de transporte que assegure acessibilidade e conectividade a todas as áreas urbanas consolidadas, além das futuras;

II – promover acessibilidade às pessoas com deficiência, no que tange aos passeios públicos e edificações, possibilitando acesso a todos os espaços;

III – potencializar as vias, os passeios e as sinalizações com permanente manutenção, como forma de melhorar as condições de mobilidade, facilitando o transporte e otimizando os fluxos no município;

IV – elaborar plano de circulação e desvio de cargas pesadas e estacionamento de veículos nas centralidades do município;

V – reestruturar, por intermédio de um projeto, o sistema viário, por meio da hierarquização de vias, da criação de binários e de outras soluções com vistas à humanização do trânsito e o aumento da mobilidade;

VI – projetar e implantar um sistema de mobilidade que priorize o deslocamento por meio de ciclovias/ciclofaixas e sua integração com outros modais;

VII – garantir a iluminação das vias, dos logradouros e dos equipamentos públicos, proporcionando deslocamento seguro;

VIII – criar campanhas de conscientização e de sinalização no trânsito;

IX – delimitar o horário para carga e descarga de mercadorias e circulação de veículos pesados, prioritariamente no Eixo de Densificação Urbana (EDU);

X – diversificar as formas de mobilidade, como ciclovias e calçadas, e garantir a complementaridade entre os serviços e modos de transporte urbano, priorizando o transporte coletivo sobre o individual e incentivando tecnologias de baixo impacto ambiental;

XI – elaborar um manual técnico que contemple regras e diretrizes para implantação e adequação dos passeios, do mobiliário urbano e da arborização nas calçadas.

Subseção III**Da mobilidade rural**

Art. 21. Para efetivar a universalização das políticas públicas sociais, no que tange à mobilidade rural, são ações do Poder Executivo Municipal:

I – manter o sistema viário rural em condições compatíveis com a necessidade de escoamento da produção, viabilizando os recursos necessários, inclusive junto aos governos Estadual e Federal, dadas às características de abastecimento regional e interestadual, e o significativo valor econômico da produção agropecuária;

II – promover melhorias nos acessos das propriedades rurais;

III – promover o transporte coletivo rural para atender as diversas localidades do município, considerando alternativas de rotas, de horários (inclusive nos finais de semana), independentemente da oferta do transporte escolar;

IV – garantir a iluminação pública das sedes e distritos das comunidades da área rural;

V – garantir a sinalização, com placas de identificação e de trânsito, nas comunidades do município.

CAPÍTULO II

DA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EQUILIBRADO

Art. 22. As ações de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico visam promover de maneira equânime e inclusiva a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social e econômico do município, o incentivo ao empreendedorismo e às iniciativas de economia solidária, o fomento a novos investimentos nos segmentos produtivos, a valorização do potencial ambiental e turístico, com a diversificação de atividades urbanas e rurais e a qualificação da mão de obra.

Seção I

Da diversificação e dinamização da economia

Art. 23. Para efetivar a promoção do desenvolvimento socioeconômico, no que tange à diversificação e dinamização da economia, são ações do Poder Executivo Municipal:

I – garantir a integração e a complementaridade entre as atividades nos espaços urbano e rural;

II – estimular a distribuição de atividades econômicas conforme previstas no macrozoneamento, de maneira a promover o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada;

III – fomentar as iniciativas de associativismo e de cooperativismo nas áreas urbana e rural, bem como as demais iniciativas empreendedoras;

IV – estimular o fortalecimento das cadeias produtivas locais, agregando valor à produção;

V – estimular a produção e a comercialização de produtos locais direcionadas à conquista de novos mercados consumidores internos e externos;

VI – apoiar as atividades industrial e agropecuária, sobretudo as de caráter inovador e sustentável;

VII – promover o desenvolvimento equitativo da área rural, com mecanismos próprios para diversidade e vocação de cada território, incluindo programas de fixação da população no campo e incremento de sua renda;

VIII – criar condições de oferta da infraestrutura necessária à instalação e incremento de empreendimentos econômicos;

IX – estimular parcerias para o desenvolvimento das áreas gravadas ao uso industrial (AI e AIC) e de desenvolvimento econômico especial (ADEE e ADEE’);

X – qualificar os recursos humanos locais, a partir de cursos técnicos e profissionalizantes;

XI – qualificar os recursos humanos com foco nas novas tecnologias e solicitações atuais do mundo do trabalho, ampliando as possibilidades de vagas e incrementando o nível médio dos salários;

XII – ampliar a oferta e o acesso à escola e aos cursos profissionalizantes adequados à demanda local;

XIII – estabelecer parceria com universidades para gerar a qualificação e a extensão de cursos de nível superior.

Seção II

Da promoção e desenvolvimento do turismo

Art. 24. Para efetivar a promoção do desenvolvimento socioeconômico, no que tange o desenvolvimento do turismo, são ações do Poder Executivo Municipal:

I – desenvolver o turismo enquanto atividade geradora de benefícios econômicos, sociais e culturais para o município, a partir do desenvolvimento de um modelo compatível com as políticas Federal e Estadual do setor;

II – preparar e subsidiar o município com infraestrutura adequada para receber o turista;

III – desenvolver projetos de criação/ampliação das ofertas turísticas nas tipologias do: turismo náutico e de balneário (sobretudo nos lagos das barragens e na Prainha), turismo rural, agroturismo, ecoturismo (nas unidades de conservação, principalmente no Parque Estadual das Araucárias), turismo de aventura, turismo gastronômico, religioso (especialmente no Distrito de Vila Milani), turismo cultural, entre outros;

IV – apoiar e promover eventos já consolidados e prospectar novos com potencial turístico, compatibilizando-os com os potenciais do município e da região;

V – incentivar o uso racional e equilibrado dos atrativos turísticos, particularmente quando vinculados às Unidades de Conservação;

VI – promover a organização de roteiros de visitação aos atrativos turísticos a partir de sua capacidade de suporte, articulando-se com os municípios vizinhos para a organização do turismo de forma regional e compartilhada;

VII – favorecer a orientação técnica e gerencial, bem como o acesso às linhas de crédito, para pequenos empreendimentos turísticos;

VIII – fomentar a abertura de comércio e serviços voltados para o turismo;

IX – criar programa de incentivos fiscais para a propulsão e desenvolvimento da economia baseada nas atividades do turismo;

XII – elaborar e implementar o Plano Municipal de Turismo;

X – reativar a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo;

XI – criar Conselho Regional de Turismo com selo de identificação e divulgação do turismo regional;

XII – implementar ações do Plano Diretor Participativo em consonância com os Planos Municipais de Turismo.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO AMBIENTAL

Art. 25. A gestão ambiental compreende um processo onde todos os espaços, tanto urbano quanto rural, devem ser monitorados para a manutenção do equilíbrio pretendido, visando qualificar o território municipal por meio da proteção, preservação, recuperação e valorização do patrimônio ambiental, cultural, histórico e paisagístico, promovendo suas potencialidades, com a adequada gestão dos recursos naturais, e, desta forma, superando os conflitos referentes à degradação do meio ambiente.

Parágrafo único. Para fins de ordenamento, regulação e demais parâmetros de uso e ocupação do solo, no que se refere à utilização dos recursos naturais, deverão ser obedecidas às determinações das legislações vigentes, quaisquer que sejam as esferas.

Seção I

Da preservação e utilização equilibrada do meio ambiente

Art. 26. Para efetivar a implementação da preservação e utilização do meio ambiente, são ações do Poder Executivo Municipal:

I – planejar o desenvolvimento do município de modo a evitar e a corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, por meio da gestão democrática e de ações públicas efetivas, quanto às atividades de uso e ocupação do solo, para garantia da qualidade ambiental e ordenamento territorial;

- II – incentivar, por meio da educação ambiental, a sensibilização e a conscientização referente à valorização, a preservação e a conservação do ambiente natural e dos bens histórico-culturais;
- III – adotar padrões de produção e consumo compatíveis com os limites ambiental, social e econômico;
- V – melhorar a paisagem urbana, a preservação dos recursos naturais e, em especial, a ocupação criteriosa do entorno dos mananciais de abastecimento de água e dos lagos das barragens, em consonância com o Plano de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA);
- V – fomentar articulações nos níveis regional, estadual e federal para intensificar a proteção do meio ambiente;
- VI – priorizar e recuperar as áreas visando à conexão de fragmentos florestais por intermédio de corredores de biodiversidade;
- VII – manter e preservar as Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais degradadas, especialmente o Parque Estadual das Araucárias;
- VIII – articular as ações de preservação das microbacias e seus recursos hídricos em consonância com os programas e consórcios já existentes;
- IX – cadastrar os bens socioambientais, com vistas à promoção do manejo racional da biodiversidade;
- X – buscar a criação de incentivos financeiros ou outras compensações para os proprietários de áreas de interesse ambiental, prioritariamente nas localizadas em áreas de captação de abastecimento de água e em áreas de preservação resguardadas ou as mantidas por obrigação ambiental;
- XI – garantir a proteção do ambiente natural, por intermédio de criação de medidas de preservação, de conservação e de fiscalização sobre as atividades potencialmente geradoras de impactos e sobre as áreas destinadas à proteção do meio ambiente;
- XII – realizar inventário das fontes de poluição, de contaminantes e de seus níveis de risco nos diferentes sistemas ambientais e nas bacias hidrográficas do município, bem como o posterior acompanhamento das ações.

Seção II

Do saneamento ambiental

Art. 27. Para efetivar o saneamento ambiental, deverão ser implementadas as seguintes ações do Poder Público Municipal:

- I – investir prioritariamente na implantação de um sistema municipal de tratamento de esgoto sanitário, garantindo o acesso de toda a população a esse serviço;
- II – exigir ligação obrigatória de esgoto das unidades prediais em fossa séptica, filtros e sumidouros enquanto não instalado o sistema municipal de tratamento de esgoto sanitário;
- III – ampliar o sistema de drenagem pluvial;
- IV – realizar a fiscalização sobre as ligações de esgoto clandestinas no sistema de drenagem pluvial;
- V – garantir a gestão democrática nas diversas etapas e ações, priorizando a elaboração e implementação de um Plano Municipal de Saneamento que regulamente incentivos, obrigações e punições aos usuários do sistema.

Subseção I

Dos resíduos sólidos

Art. 28. Para efetivar a correta destinação dos resíduos sólidos, são ações do Poder Público Municipal:

- I – preservar a qualidade dos recursos hídricos e do solo por meio da implementação de um programa de monitoramento e de gerenciamento dos resíduos e efluentes;
- II – implantar um programa de coleta de resíduos sólidos na área rural;
- III – ampliar o número de lixeiras nas ruas, com vistas à coleta seletiva;
- IV – promover o desenvolvimento e a adoção de meios de tratamento e aproveitamento do lixo orgânico na área urbana;
- V – estimular a população por meio da educação, conscientização e informação, para a redução da produção dos resíduos sólidos, bem como à separação do lixo;
- VI – implantar um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos na área urbana e rural.

Subseção II

Do abastecimento

Art. 29. Para efetivar a utilização racional dos mananciais de abastecimento de água, deverão ser implementadas as seguintes ações do Poder Público Municipal:

- I – identificar os mananciais destinados ao abastecimento de água em uso, avaliá-los e caracterizá-los quanto à origem superficial ou subterrânea da água, quanto à quantidade e qualidade em relação à demanda, bem como em relação aos riscos atuais e potenciais de redução de disponibilidade hídrica, por uso indevido do solo e da água nas bacias hidrográficas;
- II – proteger os mananciais e controlar a demanda por água para fins urbanos e rurais, com o objetivo de perenizar a disponibilidade hídrica e de reduzir os riscos de restrições ao desenvolvimento impostas por problemas de escassez;
- III – incentivar o reuso de águas para atender a demandas domésticas ou industriais menos exigentes em qualidade;
- IV – incentivar a coleta de água da chuva para reuso em edificações nas propriedades urbanas e rurais.

CAPÍTULO IV

DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS

Art. 30. Os projetos estratégicos são frutos de ações combinadas das diversas políticas, cuja concretização se dá no âmbito físico e espacial, dependendo de estudos aprofundados que apontarão medidas específicas e seus prazos para a execução.

Art. 31. São projetos estratégicos, previstos no anexo VIII deste plano:

- a) Distritos Industriais;
- b) Camping Prainha;
- c) Gestão do Tráfego de Veículos Pesados e Contorno Viário;
- d) Ciclovia e Ciclofaixas;
- e) Consórcio Intermunicipal para Micropolo na Saúde;
- f) Parque Linear;
- g) Cooperativas de Reciclagem.

TÍTULO III

DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

Art. 32. Em conformidade com os princípios, as políticas, as ações e os projetos do Plano Diretor Participativo, especialmente no que diz respeito ao cumprimento da função social da terra e da propriedade urbana e rural, definidos no Título I e Título II, o ordenamento territorial

é o instrumento de ordenação e indução do desenvolvimento do município, guiando-se pelos princípios de integração socioterritorial nas áreas urbanas e rurais.

Art. 33. O ordenamento territorial deve respeitar as particularidades dos ambientes naturais e construídos, buscando o equilíbrio na oferta de espaços para as diversas atividades humanas, cuja espacialização e regramentos são definidos por meio dos Capítulos de Macroáreas e dos respectivos Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo.

CAPÍTULO I

DAS MACROÁREAS E DO USO DO SOLO

Art. 34. As macroáreas, delimitadas no anexo II - Mapa das Macroáreas (Município) e no anexo III - Mapa de Macroáreas (Área Urbana), partes integrantes deste plano, têm como finalidade fixar as regras fundamentais de ordenamento do território, definindo diretrizes de forma a atender os princípios, as políticas, as ações e os projetos nele presentes, sendo definidas pela divisão do território em áreas que espacializam as intenções do município quanto às diferentes particularidades do território.

§ 1º Entende-se por Macroáreas as áreas do território municipal que, em virtude de suas especificidades fáticas, definem prioridades e objetivos para políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e territorial, podendo apresentar parâmetros reguladores diferenciados de usos e ocupação do solo.

§ 2º Entende-se por Áreas as partes do território que exigem tratamento específico na definição de parâmetros reguladores de usos e ocupação do solo.

§ 3º Entende-se por Eixo a faixa das áreas que acompanham as vias do sistema viário municipal que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de usos e ocupação do solo.

Art. 35. O Ordenamento Territorial do município subdivide-se em:

I – Macroárea de Produção Primária (MAPP);

II – Macroárea Urbana (MAURB);

III – Macroárea da UHE Quebra Queixo;

IV – Macroárea da PCH Ludesia;

V – Macroárea da PCH Santa Luzia Alto;

VI – Macroárea do Distrito de Vila Milani (MDVilaMilani);

VII – Macroárea do Distrito de Maratá (MDMaratá);

VIII – Área da Floresta das Araucárias (APEA);

IX – Área de Preservação Permanente (APP);

X – Área de Resguardo Ambiental e da Paisagem (ARAP);

XI – Área de Lazer Ambiental (ALA);

XII – Área de Ocupação Urbana Prioritária (AOUP);

XIII – Área de Expansão Urbana Futura (AEUF);

XIV – Área de Ocupação Restrita da Bacia (AORB);

XV – Área Urbana Descontínua (AUD);

XVI – Regularização de Área Especial de Interesse Social em Área Pública ou Privada (RAEIS);

XVII – Área Especial de Interesse Social (AEIS);

XVIII – Área Industrial Consolidada (AIC);

XIX – Área Industrial (AI);

XX – Área de Desenvolvimento Econômico Especial (ADEE);

XXI – Área do Parque (AP);

XXII – Eixo de Densificação Urbana (EDU);

XXIII – Eixo de Integração Intermunicipal (EIM);

XXIV – Eixo de Integração Interestadual (EIE);

XXV – Eixo de Escoamento da Produção (EPR);

XXVI – Eixo de Conexão Futura (ECF).

Seção I

Macroárea de Produção Primária (MAPP)

Art. 36. A Macroárea de Produção Primária (MAPP) apresenta as seguintes características predominantes:

I – produção agrícola, pecuária e leiteira;

II – médias e grandes propriedades rurais;

III – concentra a principal base de arrecadação do município.

Art. 37. AMAPP tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – diversificar a produção e a técnica agrícola para agregar valor aos produtos e incentivar o cuidado ambiental;

II – priorizar políticas para o fortalecimento de pequenos produtores e agricultura familiar;

III – incentivar o cinturão agroecológico com vistas a mercados externos e para agregação de valor aos produtos;

IV – implementar e qualificar a infraestrutura básica de saneamento;

V – qualificar a circulação e o escoamento da produção;

VI – priorizar o associativismo e cooperativismo como estratégia de fortalecimento da produção e sua comercialização;

VII – reconhecer e demarcar as Reservas Legais das propriedades rurais;

VIII – recuperar a qualidade ambiental por meio da implantação de Reservas Legais e recuperação de matas ciliares nas áreas de preservação permanente, conforme Legislação Federal.

Parágrafo único. A proteção ambiental na MAPP fica condicionada às demais legislações vigentes e às exigências por elas impostas no que diz respeito aos limites para as atividades de produção primária ou que comprometam os recursos hídricos.

Art. 38. Em observância às Legislações Federal e Estadual vigente, na MAPP, para atividades consideradas social, ambiental e economicamente impactantes, aplicam-se os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV), considerando a Área de Expansão Urbana Futura (AEUF);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual;

III – direito de preempção;

IV – direito de superfície.

Seção II

Macroárea Urbana (MAURB)

Art. 39. A Macroárea Urbana (MAURB) é caracterizada por áreas urbanizadas ou com potencial para urbanização.

Art. 40. AMAURB tem como objetivo orientar o uso e a ocupação do solo nas áreas urbanizadas ou com potencial para urbanização e implementar as políticas públicas conforme características e objetivos específicos.

Parágrafo único. A proteção ambiental na MAURB fica condicionada às demais legislações vigentes e às exigências por elas impostas no que diz respeito aos limites para as atividades de produção primária ou que comprometam os recursos hídricos.

Seção III

Macroárea da UHE Quebra Queixo (M Quebra Queixo)

Art. 41. A Macroárea da UHE Quebra Queixo (M Quebra Queixo) apresenta as seguintes características:

I– composta por paisagens naturais privilegiadas, principalmente próximas ao lago da barragem;

II– presença de recursos hídricos;

III – potencial náutico e de balneário.

Parágrafo único. Toda atividade neste setor é regulamentada pelo Plano de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PA-CUERA).

Seção IV

Macroárea da PCH Ludesha (M Ludesha)

Art. 42. A Macroárea da PCH Ludesha (M Ludesha) apresenta as seguintes características:

I– composta por paisagens naturais privilegiadas, principalmente próximas ao lago da barragem;

II– presença de recursos hídricos;

III – potencial náutico e de balneário;

IV – apresenta conflito público/privado de acesso ao lago.

Parágrafo único. Toda atividade neste setor é regulamentada pelo Plano de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PA-CUERA).

Seção V

Macroárea da PCH Santa Luzia Alto (M Santa Luzia Alto)

Art. 43. A Macroárea da PCH Santa Luzia Alto (M Santa Luzia Alto) apresenta as seguintes características:

I– composta por paisagens naturais privilegiadas, principalmente próximas ao lago da barragem;

II– presença de recursos hídricos;

III – potencial náutico e de balneário;

IV – impacta diretamente na área de balneário do município (Praia Camping).

Parágrafo único. Toda atividade neste setor é regulamentada pelo Plano de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PA-CUERA).

Seção VI

Macroárea do Distrito de Vila Milani (MDVilaMilani)

Art. 44. A Macroárea do Distrito da Vila Milani (MDVilaMilani) apresenta as seguintes características:

I – área de atividades turístico-religiosas;

II – presença de um núcleo urbano;

III – localização às margens da SC-156, sendo rota de acesso ao estado do Paraná;

IV – apresenta áreas utilizadas como sítios urbanos, entendendo este como um grande lote onde se desenvolvem atividades de produção.

Art. 45. A MDVilaMilani tem como objetivo orientar o uso e a ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – descentralizar os benefícios da área urbana mais consolidada de maneira a favorecer a autonomia e o desenvolvimento socioeconômico territorial equilibrado;

II – aproveitar os potenciais turísticos existentes para sua diversificação, potencializando o desenvolvimento econômico.

Parágrafo único. Para a caracterização dos parâmetros construtivos, tem-se o território da MDVilaMilani legislado sobre a nomenclatura de Área do Distrito da Vila Milani (ADVilaMilani).

Art. 46. A expansão urbana da ADVilaMilani está condicionada à análise do Conselho do Plano Diretor.

Parágrafo único. A análise do Conselho do Plano Diretor deverá levar em conta a demanda ocasionada pela expansão urbana e as necessárias exigências de incremento da infraestrutura, principalmente de abastecimento de energia, de água e de esgoto, bem como as exigências legais referentes à circulação e mobilidade, áreas verdes, equipamentos públicos, entre outros.

Art. 47. Em observância à Legislação Federal e Estadual vigente, na ADVilaMilani, aplicam-se os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a Legislação Estadual;

III – direito de preempção;

IV – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

V – IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento em títulos;

VI – consórcio imobiliário;

VII – outorga onerosa de parcelamento;

VIII – outorga onerosa do direito de construir;

IX – transferência do direito de construir;

X – operação urbana consorciada.

Seção VII

Macroárea do Distrito de Maratá (MDMaratá)

Art. 48. A Macroárea do Distrito de Maratá (MDMaratá) apresenta as seguintes características:

I – presença de um núcleo urbano;

II – localização às margens da rodovia, sendo rota de acesso ao município de Coronel Martins (SC);

III – pequenas propriedades com potencial de produção primária.

Art. 49. A MDMaratá tem como objetivo orientar o uso e a ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – descentralizar os benefícios da área urbana mais consolidada de maneira a favorecer a autonomia e o desenvolvimento socioeconômico territorial equilibrado;

II – aproveitar os potenciais de produção existentes, potencializando o desenvolvimento econômico.

Parágrafo único. Para a caracterização dos parâmetros construtivos, tem-se o território da MDMaratá legislado sobre a nomenclatura de Área do Distrito de Maratá (ADMaratá).

Art. 50. A expansão urbana da ADMaratá está condicionada à análise do Conselho do Plano Diretor.

Parágrafo único. A análise do Conselho do Plano Diretor deverá levar em conta a demanda ocasionada pela expansão urbana e as necessárias exigências de incremento da infraestrutura, principalmente de abastecimento de energia, de água e de esgoto, bem como as exigências legais referentes à circulação e à mobilidade, áreas verdes, equipamentos públicos, entre outros.

Art. 51. Em observância à Legislação Federal e Estadual vigente, na ADMaratá, aplicam-se os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual;

III – direito de preempção;

IV – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

V – IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento em títulos;

VI – consórcio imobiliário;

VII – outorga onerosa de parcelamento;

VIII – outorga onerosa do direito de construir;

IX – transferência do direito de construir;

X – operação urbana consorciada.

Seção VIII

Área do Parque Estadual das Araucárias (APEA)

Art. 52. A Área do Parque Estadual das Araucárias (APEA) apresenta as seguintes características:

I – áreas de preservação permanente protegidas pelo Código Florestal (Lei Federal n. 4771/65);

II – presença de vasta área nativa;

III – abundante fauna;

IV – espaços de recreação, lazer e turismo ecológico.

Art. 53. A APEA tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de preservar permanentemente segundo o Código Florestal (Lei Federal n. 4771/65).

Art. 54. Em observância a Resolução n. 13 do CONAMA, de 6 de dezembro de 1990, aplicam-se os seguintes instrumentos de ordenação do desenvolvimento do território:

I – O órgão responsável por cada Unidade de Conservação, juntamente com os órgãos licenciadores e de meio ambiente, definirá as atividades que possam afetar a biota da Unidade de Conservação e demais atividades possíveis a partir do Plano de Manejo;

II – Nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota deverá ser, obrigatoriamente, licenciada pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo único. O licenciamento a que se refere este inciso só será concedido mediante autorização do responsável pela administração da Unidade de Conservação.

Seção IX

Área de Preservação Permanente (APP)

Art. 55. As Áreas de Preservação Permanente (APP) apresentam as seguintes características:

I – correspondem às áreas de preservação permanente protegidas pelas determinações das legislações vigentes, quaisquer que sejam as esferas;

II – existência de corpos hídricos importantes;

III – predominância da fauna e flora nativa.

Art. 56. AAPP tem como objetivo orientar o uso e a ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – preservar como permanente essas áreas segundo as determinações das legislações vigentes, quaisquer que sejam as esferas;

II – priorizar a conservação da mata nativa e a interação desta com as demais áreas e, na necessidade de passar o traçado das ruas por estes locais, repor a vegetação em outra área previamente estabelecida no projeto de loteamento;

III – recuperar áreas degradadas e preservar as reservas legais e a biodiversidade;

IV – controlar e garantir a qualidade ambiental por meio da conservação e recuperação dos remanescentes florestais e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Parágrafo único. Os imóveis já consolidados que não respeitam os parâmetros desta área ou que as restrições inviabilizam sua ocupação deverão se enquadrar em regulamentação municipal específica, a ser desenvolvido no prazo de 2 (dois) anos.

Art. 57. Os limites mínimos a serem observados e aprovados na ocupação de terrenos e glebas que contenham em seu interior áreas consideradas de preservação permanente (APPs) devem respeitar obrigatoriamente o estabelecido pela legislação competente, salvo se possuam autorização expressa de uso emitida pelo órgão ambiental competente.

§ 1º - Nos terrenos e glebas situadas na Macroárea de Produção Primária (MAPP) deverão ser observados os limites e os parâmetros mínimos de ocupação, conforme estabelecidos pela legislação pertinente.

§ 2º - No caso de terrenos, glebas e edificações situadas na Macroárea Urbana (MAURB), os limites mínimos de ocupação do solo deverão obedecer às determinações das legislações vigentes, quaisquer que sejam as esferas.

§ 3º - O Poder Executivo Municipal deverá indicar no ato da Consulta Prévia, exigida para elaboração de projetos e licenciamento de obras, as áreas que são protegidas pela legislação, bem como as áreas sujeitas a algum tipo de risco ambiental ou geológico, ou solicitar ao requerente o estudo desse.

§ 4º - O Poder Executivo Municipal deverá providenciar estudos específicos que estabeleçam através de critérios técnicos, as faixas mínimas necessárias para a drenagem urbana e as áreas destinadas à preservação ambiental a serem respeitadas no município, objetivando a proteção do meio ambiente e o cumprimento da função socioambiental da propriedade.

Art. 58. Consideram-se, ainda, áreas de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais

formas de vegetação natural destinadas a:

- a) atenuar a erosão das terras;
- b) formar faixas de proteção ao longo de rodovias;
- c) proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- d) asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
- e) assegurar condições de bem estar público.

Parágrafo único. A supressão total ou parcial de vegetação situada em área de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do órgão ambiental competente, observando os demais requisitos legais quando necessários à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social.

Art. 59. Em observância à Legislação Federal e Estadual vigente, na APP, aplicam-se os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual;

III – transferência do direito de construir;

IV – direito de preempção.

Seção X

Área de Resguardo Ambiental e da Paisagem (ARAP)

Art. 60. A Área de Resguardo Ambiental e da Paisagem (ARAP) apresenta a característica da presença de elementos naturais ou transformados pela ação antrópica que componham e caracterizem a paisagem.

Art. 61. A ARAP tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – ordenar o espaço construído, para assegurar a qualidade morfológica da paisagem urbana, seus valores ambientais, naturais, culturais e paisagísticos;

II – reconhecer e preservar a paisagem de lagos naturais e artificiais (Lago da PCH Ludesha e Lago da PCH Santa Luzia Alto), vales, cascatas e a Prainha, entre outros, atendendo aos aspectos econômicos, funcionais, estéticos, formais e simbólicos;

III – não incentivar a permanência de edificações que obstruam esta paisagem, bem como realizar Relatório de Impacto da Paisagem para novas áreas, encaminhando para análise do Conselho do Plano Diretor.

Art. 62. Em observância à Legislação Federal e Estadual vigente, na ARAP, aplicam-se os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual;

III – direito de preempção;

IV – transferência do direito de construir.

Seção XI

Área de Lazer Ambiental (ALA)

Art. 63. A Área de Lazer Ambiental (ALA) é composta por glebas de vegetação preservada ou de mata nativa, que apresentem potencial de qualificação do espaço urbano ou rural, e caracterizadas pela presença de elementos naturais, visuais e objetos urbanos de identidades coletivas da paisagem a serem preservadas.

Art. 64. A ALA deve ser de uso público e permitir uso coletivo, assim como ter acesso direto à via pública, como, por exemplo, por ciclovias, por parques lineares, entre outros.

Art. 65. AALA tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – recuperar e/ou preservar as reservas de mata nativa e a biodiversidade;

II – vetar usos e formas de ocupação do solo potencialmente poluidoras, em especial os que ameaçam a qualidade dos recursos ambientais;

III – controlar e garantir a qualidade ambiental por meio da conservação e/ou recuperação dos remanescentes florestais e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;

IV – priorizar a localização e a compensação das reservas legais nas proximidades das margens dos rios e nas áreas indicadas no macrozoneamento para formação de corredor de biodiversidade, entre outros;

V – garantir mecanismos de apropriação desta área por parte da população para atividades de lazer, educação/pesquisa ambiental e turismo;

VI – melhorar a qualidade ambiental e paisagística do município;

VII – possibilitar a criação de corredores verdes recuperando remanescentes vegetais, incorporando-se a mata ciliar, de maneira a dar continuidade às trocas entre os ambientes natural e urbano e com isso facilitar a manutenção da fauna e flora;

VIII – preservar belezas cênicas, principalmente para valorizar o título de capital das araucárias.

§ 1º A destinação de porcentagem obrigatória de área verde em novos loteamentos deve, quando houver APP contígua, ser anexada linearmente para desenvolvimento de atividades de lazer, educação ambiental e turismo.

Art. 66. As áreas definidas no Plano de Manejo da PEA são aqui reconhecidas neste macrozoneamento como ALA a fim de indicar os locais de compensação de Reserva Legal das propriedades urbanas e rurais, como forma de compensar seus proprietários sem onerar o poder público ao acesso coletivo das mesmas.

Art. 67. Em observância à Legislação Federal e Estadual vigente, na ALA, aplicam-se os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual;

III – direito de preempção;

IV – transferência do direito de construir.

Seção XII

Área de Ocupação Urbana Prioritária (AOUP)

Art. 68. A Área de Ocupação Urbana Prioritária (AOUP) apresenta as seguintes características:

I – concentração de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos;

II – existência de lotes vazios;

III – concentração de usos comerciais e de serviços ao longo de algumas vias;

IV – predominância de edificações residenciais.

Art. 69. AAOUP tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

- I – priorizar a ocupação e a densificação em áreas já dotadas de infraestrutura;
- II – incentivar a ocupação dos imóveis que não cumprem a função social da propriedade.

Art. 70. AAOUP utilizará prioritariamente os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

- I – parcelamento, da edificação e da utilização compulsórios;
- II – IPTU progressivo no tempo e da desapropriação com pagamento em títulos;
- III – transferência do direito de construir;
- IV – consórcio imobiliário;
- V – direito de preempção;
- VI – direito de superfície;
- VII – outorga onerosa do direito de construir;
- VIII – operações urbanas consorciadas;
- IX – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV).

Seção XIII

Área de Expansão Urbana Futura (AEUF)

Art. 71. A Área de Expansão Urbana Futura (AEUF) apresenta as seguintes características:

- I – proximidade com a mancha urbana já consolidada;
- II – concentração de atividades de produção primária;
- III – proximidade com infraestrutura já existente;
- IV – manutenção de remanescentes vegetais;
- V – potencial de urbanização futura.

Art. 72. AAEUF tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

- I – garantir solo urbano adequado às atividades urbanas quando do esgotamento das possibilidades dentro dos limites da AOUP;
- II – garantir a ligação viária e paisagística entre as principais áreas urbanas;
- III – garantir a manutenção dos remanescentes vegetais para a utilização coletiva e qualificação ambiental dos futuros assentamentos;
- IV – permitir o desenvolvimento de atividades da produção primária, desde que não gerem incomodidades.

§ 1º Para parcelamento de solo na AEUF, deverá ser traçado um círculo de 750 metros (setecentos e cinquenta metros) de raio centrado na gleba a ser parcelada. Quando pelo menos 20% (vinte por cento) dos lotes em parcelamentos urbanos vizinhos estiverem ocupados, será permitida a nova ocupação, caso contrário, deve esperar que se cumpra esta porcentagem.

§ 2º No ato de aprovação do parcelamento do solo para uso urbano, a área parcelada passa automaticamente a integrar a AOUP, estando sujeita às normas e aos instrumentos urbanísticos incidentes sobre esta última.

§ 3º A demarcação de novos setores e eixos nestas áreas fica remetida à consulta e ao laudo técnico, e deliberação do Conselho do Plano Diretor.

§ 4º. No anel de terrenos rurais limítrofes, entre a área consolidada (AOUP) e a AEUF, é vedado o uso de agroquímicos com a classificação toxicológica I, II e III em uma faixa de 250 metros (duzentos e cinquenta metros), a contar do perímetro da AOUP.

§ 5º Possibilitar a instalação de atividades urbanas, desde que sob análise prévia do Conselho do Plano Diretor, de acordo com as legislações vigentes.

Art. 73. A AEUF utilizará prioritariamente os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

- I – parcelamento, da edificação e da utilização compulsórios;
- II – IPTU progressivo no tempo e da desapropriação com pagamento em títulos;
- III – transferência do direito de construir;
- IV – consórcio imobiliário;
- V – direito de preempção;
- VI – direito de superfície;
- VII – outorga onerosa do direito de construir;
- VIII – operações urbanas consorciadas;
- IX – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV).

Seção XIV

Área de Ocupação Restrita da Bacia (AORB)

Art. 74. A Área de Ocupação Restrita da Bacia (AORB) é composta por solo urbano de suporte da bacia de captação de água do Rio Bonito.

Art. 75. AAOORB tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

- I – orientar a ocupação de novos assentamentos adequando com a restrição dos parâmetros para a área;
- II – compatibilizar o uso do solo em relação à fragilidade do manancial de abastecimento de água.

Art. 76. AAOORB utilizará prioritariamente os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

- I – transferência do direito de construir;
- II – consórcio imobiliário;
- III – direito de preempção;
- IV – direito de superfície;
- V – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV).

Seção XV

Área Urbana Descontínua (AUD)

Art. 77. A Área Urbana Descontínua (AUD) apresenta a característica de ocupação urbana caracterizada por sedes e sítios de recreio com baixa densidade populacional e construtiva, distante da infraestrutura existente, em cujo entorno predominam atividades de produção primária.

Art. 78. AAUD tem como objetivo orientar o uso e a ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

- I – permitir a ocupação urbana fora da AOUP, obrigando o empreendedor a assumir os custos da urbanização incluindo a extensão da infraestrutura;
- II – adequar a ocupação urbana aos condicionantes ambientais previstos em lei, incluindo os PACUERA.

§ 1º O gravame de novas AUD fica condicionado a análise e a aprovação do Conselho do Plano Diretor ou de acordo com a legislação

específica a ser elaborada.

§ 2º Quando a gleba a ser ocupada não for servida pelas redes públicas de abastecimento de água e de energia elétrica, tais serviços deverão ter seus projetos técnicos previamente submetidos e aprovados pelas empresas concessionárias de serviço público.

§ 3º Os loteamentos para sedes e sítios de recreio obedecerão aos mesmos requisitos exigidos para parcelamento, em consonância com os objetivos desta área.

§ 4º Para fins de regularização dos lotes já parcelados, sobre os quais incidir este gravame, as dimensões existentes ficam respeitadas, incidindo sobre as novas edificações, os parâmetros construtivos desta área.

Art. 79. A AUD utilizará prioritariamente os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual;

III – transferência do direito de construir;

IV – direito de preempção;

V – direito de superfície.

Seção XVI

Regularização de Área Especial de Interesse Social (RAEIS)

Art. 80. A Regularização de Área Especial de Interesse Social (RAEIS) são porções do território destinadas à regularização fundiária sustentável dos assentamentos habitacionais de baixa renda, mediante Plano Específico de Urbanização e Legalização.

Parágrafo único. Entende-se por Habitação de Interesse Social aquela destinada a famílias com renda igual ou inferior a 3 (três) salários mínimos, de promoção pública ou a ela vinculada.

Art. 81. São objetivos da Regularização de Área Especial de Interesse Social (RAEIS):

I – efetivar o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade assegurando a preservação, a conservação e a recuperação ambiental;

II – induzir os proprietários de terrenos vazios a investir em programas habitacionais de interesse social de modo a ampliar a oferta de terra à produção de moradia digna para a população de baixa renda;

III – promover a regularização fundiária sustentável dos assentamentos ocupados pela população de baixa renda;

IV – eliminar os riscos decorrentes de ocupações em áreas inadequadas ou, quando não for possível, reassentar seus ocupantes;

V – ampliar a oferta de equipamentos urbanos e comunitários;

VI – certificar a segurança da posse e integração socioespacial dos assentamentos habitacionais de baixa renda ao conjunto da cidade;

VII – fomentar políticas e programas de viabilização de acesso à habitação e de incremento de renda;

VIII – promover o desenvolvimento humano dos seus ocupantes.

Parágrafo único. O reassentamento de que trata o inciso IV deste artigo deverá, necessariamente, se dar para o local mais próximo possível do ocupado, de acordo com os princípios estabelecidos na Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 82. A Regularização de Área Especial de Interesse Social pode caracterizar-se como:

a) Em áreas privadas: áreas privadas ocupadas irregularmente por população de baixa renda caracterizadas pela ilegalidade fundiária e pela precariedade ou inexistência de infraestrutura básica, predominantemente localizadas em áreas ambientalmente frágeis, como margens de rios, com alto risco de inundação;

b) Em áreas públicas: propriedades públicas, ocupadas irregularmente por população de baixa renda, caracterizadas pela ilegalidade fundiária e pela precariedade ou inexistência de infraestrutura básica.

§ 1º As Áreas Especiais de Interesse Social estão delimitadas no anexo III deste plano.

§ 2º O reconhecimento como RAEIS de ocupações irregulares não eximirá seus promotores ou proprietários das obrigações e responsabilidades civis, administrativas e penais prevista em lei.

Art. 83. Aplicam-se nas RAEIS, de acordo com o interesse público, os instrumentos previstos nesta Lei Complementar e na Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 84. Para cada RAEIS, o Poder Executivo Municipal, com a participação dos moradores locais, deverá elaborar Plano Específico de Urbanização e Legalização que definirá ações de âmbito urbanístico-fundiário, jurídico, social, econômico e ambiental a serem desenvolvidas no local.

§ 1º O Plano Específico de Urbanização e Legalização de cada RAEIS será estabelecido por Decreto do Poder Executivo Municipal, passando primeiramente pela aprovação do Conselho do Plano Diretor.

§ 2º O Plano Específico de Urbanização e Legalização deverá definir a forma de gestão e de participação da população nos processos de delimitação, de implementação e de manutenção das RAEIS.

§ 3º O Plano Específico de Urbanização e Legalização poderá definir padrões de uso, ocupação e parcelamento do solo especiais, objetivando a permanência das famílias moradoras em áreas de RAEIS e a melhoria urbanística e ambiental da área.

Art. 85. Novos gravames de RAEIS poderão ser delimitados por leis municipais específicas, de acordo com as diretrizes gerais de política urbana e com a Legislação de Uso e Ocupação do Solo.

§ 1º A delimitação de novas RAEIS deverá obedecer aos seguintes critérios:

I – áreas ocupadas por população de baixa renda;

II – áreas usucapidas coletivamente e ocupadas por moradores de baixa renda;

III – loteamentos e parcelamentos irregulares e precários, ocupados por famílias de baixa renda.

§ 2º Têm competência para solicitar a delimitação de novas RAEIS:

I – o Poder Executivo Municipal e Conselho da Cidade;

II – as entidades representativas de moradores de áreas passíveis de delimitação como RAEIS, desde que dotadas de personalidade jurídica.

§ 3º Como mecanismo de proteção contra as ações especulativas do mercado, fica proibido o remembramento de lotes nas RAEIS.

Seção XVII

Área Especial de Interesse Social (AEIS)

Art. 86. A Área Especial de Interesse Social (AEIS) é uma porção do território não edificada, não utilizada ou subutilizada de áreas públicas ou privadas destinadas à urbanização e produção de habitação de interesse social e aos equipamentos públicos e comunitários, garantindo a acessibilidade e mobilidade, a infraestrutura atendida por serviços públicos, que deem suporte a esta função urbana, e a qualidade de vida da população.

Art. 87. São objetivos da Área Especial de Interesse Social (AEIS):

I – aumentar a oferta de terras para o mercado de baixa renda;

II – implantar infraestrutura urbana com vistas à qualidade de vida;

III – fomentar políticas e programas de viabilização de acesso à habitação e de incremento de renda.

§ 1º A outorga do direito de parcelar em lotes menores que o lote mínimo será gratuita para a produção de Habitação de Interesse Social (HIS), até o limite mínimo de 240 m² (duzentos e quarenta metros quadrados).

§ 2º Como mecanismo de proteção contra as ações especulativas do mercado, fica proibido o remembramento de lotes nas AEIS.

Seção XVIII

Área Industrial Consolidada (AIC)

Art. 88. A Área Industrial Consolidada apresenta as seguintes características:

I – uso do solo consolidado prioritariamente por empreendimentos industriais;

II – sistema viário apropriado para a vazão da produção;

III – conexão existente ou potencial com o núcleo urbano.

Art. 89. AAIC tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – incentivar a instalação de indústrias de baixo impacto ambiental;

II – incentivar o desenvolvimento econômico do município.

Art. 90. A Área Industrial Consolidada utilizará prioritariamente os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual.

Seção XIX

Área Industrial (AI)

Art. 91. A Área Industrial apresenta as seguintes características:

I – uso do solo potencial para instalação de empreendimentos prioritariamente industriais e de diversificação da atividade econômica do município;

II – sistema viário apropriado para a vazão da produção;

III – conexão existente ou potencial com o núcleo urbano.

Art. 92. AAI tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – incentivar a instalação de indústrias de baixo impacto ambiental;

II – incentivar o desenvolvimento econômico do município.

Art. 93. A Área Industrial utilizará prioritariamente os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual;

III – direito de superfície;

IV – operações urbanas consorciadas.

Seção XX

Área de Desenvolvimento Econômico Especial (ADEE)

Art. 94. A Área Desenvolvimento Econômico Especial apresenta as seguintes características:

I – uso do solo potencial para instalação de empreendimentos diferenciados para diversificação da atividade econômica do município;

II – localização estratégica facilitando a acessibilidade e mobilidade;

III – conexão existente com o núcleo urbano.

Parágrafo único. A ADEE' (linha) apresenta, além dessas características, a localização longitudinal a SC-480, estando sob o seu gravame apenas os lotes cuja testada é esta rodovia.

Art. 95. AADEE e a ADEE' têm como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – incentivar a instalação de indústrias de baixo impacto ambiental;

II – incentivar a criação de bolsões verdes entre a ADEE e a AEUF, a fim de minimizar os impactos gerados ao meio ambiente;

III – incentivar o desenvolvimento econômico do município.

Art. 96. A ADEE e a ADEE' utilizarão prioritariamente os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual;

III – operação urbana consorciada;

IV – direito de superfície.

Seção XXI

Área do Parque (AP)

Art. 97. A Área do Parque (AP) apresenta a característica de ser em área de banhado com presença de área verde contígua a mancha urbana e tangente ao manancial de água.

Art. 98. AAP tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – manter as características naturais do local, potencializando o uso de lazer e preservação ambiental;

II – fazer a conexão entre o espaço urbano e rural;

III – incentivar a criação de bolsões verdes entre a ADEE, a ADEE' e a AEUF, a fim de minimizar os impactos gerados ao meio ambiente.

Art. 99. A Área do Parque utilizará prioritariamente os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual;

III – direito de preempção.

Seção XXII

Eixo de Densificação Urbana (EDU)

Art. 100. O Eixo de Densificação Urbana (EDU) constitui-se nas áreas compreendidas pelos lotes com testada para a via na qual predominam as atividades comerciais do município e a maior densificação.

Art. 101. O EDU tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – diversificação das atividades de comércio e serviços ao longo das vias;

II – priorizar a ocupação com maior densidade, otimizando a infraestrutura instalada.

Art. 102. O EDU utilizará prioritariamente os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – direito de preempção;

III – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

IV – IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento em títulos;

V – outorga onerosa do direito de construir;

VI – transferência do direito de construir;

VII – consórcio imobiliário;

VIII – direito de superfície;

IX – operações urbanas consorciadas.

Seção XXIII

Eixo de Integração Intermunicipal (EIM)

Art. 103. O Eixo de Integração Intermunicipal (EIM) apresenta como principal característica a existência do sistema viário articulando as atividades urbanas e rurais com intenso fluxo de veículos pesados, integrando sedes e comunidades, e outras sedes urbanas e outros municípios.

Art. 104. O EIM tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – priorizar os investimentos na infraestrutura desses eixos de integração;

II – melhorar a mobilidade e circulação entre comunidades rurais e urbanas e entre outros municípios;

III – facilitar o escoamento da produção.

Art. 105. O EIM utilizará prioritariamente os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual;

III – direito de preempção.

Seção XXIV

Eixo de Integração Interestadual (EIE)

Art. 106. O Eixo de Integração Interestadual (EIE) apresenta as seguintes características:

I – via articuladora das atividades econômicas e sociais com o estado do Paraná;

II – eixo de escoamento da produção agrícola e industrial;

III – infraestrutura deficiente, como falta de acostamento, pavimentação precária, carência de postos de serviços e informação, falta de sinalização.

Art. 107. O EIE tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – incentivar a instalação de empreendimentos que não conflitem ou descaracterizem a área;

II – abrigar atividades compartilhadas, do setor de serviços e indústria, que sirvam aos municípios vizinhos, de maneira cooperativa e complementar;

III – proporcionar a criação de rotas de turismo regional, nas quais a via atue não somente como alternativa de deslocamento, mas ofereça opções e atrativos paisagísticos, gastronômicos, de hospedagem e de apoio.

Parágrafo único. Deverá ser obedecida a faixa de domínio, determinada pelo órgão competente.

Art. 108. O EIE utilizará prioritariamente os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual;

III – Direito de preempção.

Seção XXV

Eixo de Escoamento da Produção (EPR)

Art. 109. O Eixo de Escoamento da Produção (EPR) caracteriza-se por ser via escoadora da produção agrícola do município.

Art. 110. O EPR tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – permitir a mobilidade de pessoas, matéria-prima e mercadorias;

II – garantir espaço contíguo às vias para obras e equipamentos de suporte as atividades agrícolas.

Parágrafo único. Deverá ser obedecida a faixa de domínio de 20 (vinte) metros a partir de seu eixo central em cuja área não deverá haver edificação.

Art. 111. O EPR utilizará prioritariamente os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual;

III – Direito de preempção.

Seção XXVI

Eixo de Conexão Futura (ECF)

Art. 112. O Eixo de Conexão Futura (ECF) caracteriza-se pela indicação de um eixo de conexão futura sobre a MAPP interligando as rodovias SC-480 e SC-156, incentivando atividades econômicas e turísticas.

Art. 113. O ECF tem como objetivo orientar o uso e ocupação do solo e implementar as políticas públicas no sentido de:

I – desviar o tráfego regional da área urbana central para a via do contorno viário futuro (ECF);

II – abrigar atividades econômicas e turísticas em consonância com as políticas de desenvolvimento econômico de diversificação e dinamização da economia, e da geração de emprego e de renda;

III – criar alternativas para mobilidade atendendo a demanda propiciada pela atividade industrial.

§ 1º A extensão da ECF e de 150 metros (cento e cinquenta metros) a partir de cada margem da via de contorno, sendo que, a partir deste limite, ficará gravado como ALA uma faixa de 30 (trinta) metros para amortização de impacto e conexão com a mancha urbana futura AEUF.

§ 2º O estudo para viabilização e o projeto para a execução do contorno viário deverão ser submetidos aos ditames da legislação vigente, adequando-se com as orientações previstas neste plano.

§ 3º O ECF, pela sua característica e pela sua importância no município, deverá ter o projeto de seu traçado definitivo num prazo de 5 (cinco) anos.

§ 4º O ECF é destinado para usos não residenciais.

§ 5º Deverá ser garantida a cobertura vegetal mínima de 20% (vinte por cento) da área com espécies nativas.

§ 6º Deverá ser obedecida a faixa de domínio de 20 (vinte) metros a partir de seu eixo central, em cuja área não deverá haver edificação.

Art. 114. O ECF utilizará prioritariamente os seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

I – Estudo Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);

II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual;

III – direito de preempção.

CAPÍTULO II

DOS PARÂMETROS BÁSICOS DE PARCELAMENTO,

OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

Art. 115. São políticas do Plano Diretor Participativo para efetivar o ordenamento do território quanto aos parâmetros básicos de parcelamento, ocupação e uso do solo, vinculados as Macroáreas:

I – estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo, tendo em vista o cumprimento da função social da terra e da propriedade urbana e rural;

II – orientar o crescimento e desenvolvimento do município visando minimizar os impactos sobre áreas ambientalmente frágeis, exigindo medidas compensatórias e mitigadoras para empreendimentos e para atividades geradores de impactos socioambientais;

III – prever e controlar densidades demográficas e de ocupação de solo de acordo com a oferta de infraestrutura, serviços e condições naturais do território;

IV – compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, tendo em vista a equidade na distribuição das funções no território.

Art. 116. O regramento dos usos e das atividades no território municipal deverá obedecer aos objetivos fixados nas Macroáreas, descritas neste plano, e as restrições quanto aos níveis de incomodidade gerados.

Seção I

Do parcelamento do solo

Art. 117. O parcelamento do solo urbano fica estabelecido como sendo a divisão de terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, podendo ser realizado na forma de loteamento, desmembramento e remembramento, sempre mediante aprovação municipal.

Art. 118. Entende-se como loteamento a divisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias públicas ou logradouros públicos, ou com prolongamento, modificação ou ampliação das vias públicas ou logradouros públicos existentes.

Art. 119. Entende-se como desmembramento a divisão de gleba ou lote em lotes destinados à edificação, que não implique na abertura de novas vias públicas ou logradouros públicos, nem no prolongamento, na modificação ou na ampliação dos já existentes.

Art. 120. Entende-se como remembramento a junção de dois ou mais lotes, formando apenas um imóvel.

Parágrafo único. Não será admitido o parcelamento do solo para outros fins que contrariem os objetivos e parâmetros das Macroáreas, Áreas e Eixos determinados neste plano.

Seção II

Das áreas parceláveis e não parceláveis

Art. 121. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos nas áreas urbanas passíveis de serem parceladas, de acordo com os parâmetros previstos nesta Lei.

Art. 122. Não será permitido o parcelamento do solo:

I – em terrenos alagadiços, antes de tomadas as medidas saneadoras;

II – em áreas de nascentes e corpos d'água e nas áreas de preservação permanente;

III – em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento);

IV – em terrenos nos quais as condições geológicas não aconselham a edificação, podendo o Poder Executivo Municipal exigir laudo técnico e sondagem sempre que achar necessário;

V – em áreas onde a poluição ou a degradação da qualidade ambiental impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

Subseção I

Dos loteamentos

Art. 123. Nos parcelamentos sob forma de loteamento deverá ser implantada pelo loteador a seguinte infraestrutura mínima:

I – sistema coletivo de abastecimento de água;

II – tratamento paisagístico dos canteiros e instalação de meio-fio, em todas as vias;

III – implantação de rede coletora de esgotamento sanitário;

IV – rede de energia elétrica e iluminação pública das vias;

V – sistema de captação, de condução e de disposição das águas pluviais;

VI – adequação topográfica de modo a garantir acessibilidade entre vias e quadras;

VII – integração com o desenho urbano existente, respeitando a conexão da malha viária consolidada;

VIII – demarcação das quadras e lotes;

IX – abertura e pavimentação asfáltica das vias;

X – tratamento das faixas ao longo das margens dos córregos, linhas de drenagem sazonais e corpos d'água em geral, que atendam à condição de Área de Preservação Permanente (APP), de acordo com as diretrizes do órgão municipal responsável pelo meio ambiente;

XI – tratamento das áreas destinadas às áreas verdes com vegetação nativa quando não houver cobertura vegetal remanescente;

XII – observar as demais exigências contidas na lei federal de parcelamento do solo;

XIII – exigir placas de nomenclatura de ruas e avenidas na entrega dos novos loteamentos, sendo de padrão mínimo de qualidade exigido pela prefeitura municipal.

Parágrafo único. Os parcelamentos situados ao longo de rodovias estaduais deverão conter ruas marginais paralelas à faixa de domínio das rodovias conforme definições estabelecidas pelo órgão responsável, bem como pelo Conselho do Plano Diretor (CPD).

Subseção II

Dos desmembramentos

Art. 124. Nos parcelamentos sob forma de desmembramento deverá ser implantada a seguinte infraestrutura básica:

I – sistema individual de abastecimento de água;

II – sistema de captação, condução e disposição das águas pluviais;

III – demarcação das quadras e lotes;

IV – rede de saneamento para futura interligação à rede pública;

V – tratamento das faixas ao longo das margens dos córregos, linhas de drenagem sazonais e corpos d'água em geral, que atendam à condição de Área de Preservação Permanente, de acordo com as diretrizes do órgão municipal responsável pelo meio ambiente;

VI – tratamento das áreas destinadas às áreas verdes com vegetação nativa quando não houver cobertura vegetal remanescente.

Subseção III

Da regularização fundiária

Art. 125. O Poder Executivo Municipal, com base nas atribuições previstas no inciso VIII do art. 30 da Constituição da República, na Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e na legislação municipal, deverá incorporar à malha urbana os assentamentos precários, favelas, ocupações e loteamentos irregulares ou clandestinos, visando sua regularização urbanística e fundiária, mediante a utilização de instrumentos urbanísticos próprios, constantes neste plano.

Art. 126. Na realização de programas de regularização fundiária devem ser adotadas como diretrizes:

I – normas especiais para urbanização compatíveis com a situação real dos assentamentos, mediante a expedição de normativas e a instituição de AEIS;

II – legalização e titulação das áreas em benefícios dos ocupantes, atendidos os requisitos deste Plano Diretor;

III – promoção de condições adequadas para a urbanização e melhoria das condições de saneamento ambiental;

IV – implantação da infraestrutura urbana e dos equipamentos e serviços públicos necessários.

Art. 127. No atendimento às diretrizes do artigo anterior deste plano, o Poder Executivo Municipal promoverá:

I – regularização fundiária e a urbanização específica dos assentamentos irregulares consolidados de população de baixa renda, garantindo a permanência de seus moradores, preferencialmente no local do assentamento, excetuando-se as situações de risco;

II – regularização fundiária para as famílias moradoras em áreas impróprias ou consideradas de risco, por meio da promoção do reassentamento para lotes urbanizados, localizados, preferencialmente, próximos ao local do assentamento;

III – adoção de normas e padrões urbanísticos especiais definidos por intermédio de critérios que observem as condições do território e sua articulação com o entorno, promovendo a qualidade ambiental das áreas irregulares e respeitando as relações socioespaciais existentes.

Art. 128. Compete ao Poder Executivo Municipal a elaboração e a implementação de um Plano Específico de Urbanização, conforme as disposições deste plano e do Plano Municipal de Habitação.

Seção III

Da ocupação do solo

Art. 129. São parâmetros urbanísticos reguladores da ocupação do solo:

I – coeficiente de aproveitamento;

II – taxa de ocupação;

III – taxa de permeabilidade do solo;

IV – recuos;

V – altura máxima de edificação;

VI – lote mínimo;

VII – obrigação compulsória de reuso de águas pluviais.

Art. 130. Os parâmetros urbanísticos básicos para o Macrozoneamento estão definidos na tabela do Anexo V.

Art. 131. O Código de Obras e o Código de Posturas têm prazo de 1 (um) ano a partir da aprovação deste plano para serem revisados e adequados a todos os princípios, políticas, ações e projetos nele previstos prevendo penalidades no caso de seu descumprimento.

Seção IV

Dos usos geradores de incomodidades

Art. 132. Considera-se incomodidade o estado de desacordo de uso ou de atividade com os condicionantes locais, causando incômodo às estruturas físicas e de vivências sociais.

Art. 133. Para fins de análise do grau de incomodidade dos usos e das atividades a serem instaladas nas Macroáreas, somente serão aprovados se observadas e adequadas aos seguintes critérios de classificação:

I – quanto à produção de ruídos;

II – quanto à periculosidade;

III – quanto à poluição hídrica;

IV – quanto à geração de resíduos sólidos;

V – quanto à emissão de mau cheiro.

Art. 134. A permissão e requisitos para instalação de atividades, com base nos níveis de incomodidades, estão definidos na tabela do Anexo VI.

Art. 135. Quanto à produção de ruídos, a qual se caracteriza pela geração de impacto causada pelo uso de máquinas, utensílios ruidosos, aparelhos sonoros ou similares no entorno, as atividades classificam-se em (ver detalhamento na tabela de incomodidades no anexo VI):

I – estabelecimentos geradores de ruído, com possibilidade de correção mediante tratamento acústico;

II – estabelecimentos geradores de ruído que necessitem de instalação em áreas e locais especiais.

Parágrafo único. São considerados estabelecimentos geradores de ruído aqueles que ultrapassarem os seguintes limites:

a) Diurno (das 8h às 22h) - 55 decibéis;

b) Noturno (das 22h às 8h) - 50 decibéis.

Art. 136. Quanto à periculosidade, são consideradas atividades incômodas àquelas que ofereçam riscos de explosões, incêndios, trepidações, produção de gases, exalações de detritos danosos à saúde ou que, eventualmente, possam pôr em perigo pessoas ou propriedades do entorno, sendo classificadas como perigosas.

§ 1º São consideradas não incômodas todas as atividades que não se enquadrarem no caput do artigo anterior.

§ 2º Para as áreas aonde for permitido os usos ou atividades enquadradas como incômodas, as medidas mitigadoras serão definidas pelas instruções técnicas e normas do Corpo de Bombeiros.

Art. 137. Considera-se poluição hídrica toda e qualquer ação caracterizada pelo lançamento de efluentes que alterem a qualidade da rede hidrográfica ou a integridade do sistema coletor de esgotos. As atividades de poluição hídrica são classificadas como:

I – não incômodo: as atividades que emitem efluente líquido compatível com lançamento direto na rede de esgoto ou corpos hídricos;

II – incômodo: as atividades que emitem efluente líquido potencialmente poluente.

Parágrafo único. Considera-se potencialmente poluidora o uso ou atividade que no modo de produção emite ou produz substâncias nocivas, que mesmo quando tratadas oferecem risco a qualidade ambiental, por possuírem:

I – concentração de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) acima de 500;

II – concentração de Demanda Química de Oxigênio (DQO) acima de 700;

III – Potencial hidrogeniônico (pH) menor que 5 ou maior que 9.

Art. 138. O lançamento de efluentes líquidos, direta ou indiretamente na rede de esgoto, estará vinculado a determinações do órgão estadual competente e da concessionária responsável pelo serviço, sendo o tratamento dos efluentes de inteira responsabilidade do empreendimento.

Art. 139. Os efluentes líquidos provenientes dos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde e cemitérios, para serem lançados na rede pública de esgoto ou em corpo receptor, devem atender às diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e de saneamento competentes.

Parágrafo único. Deverão ser observadas as normativas do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e as exigências do órgão ambiental estadual, cumprindo as medidas mitigadoras estabelecidas pelo órgão ambiental competente.

Art. 140. Considera-se incomodidade pela geração de resíduos sólidos aquela cuja produção, manipulação ou estocagem de resíduos sólidos coloque em risco o meio ambiente, bem como a saúde pública.

Parágrafo único. Consideram-se resíduos sólidos aqueles que estejam em estado sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição.

Art. 141. Os resíduos sólidos classificam-se em:

I – Não perigosos: são aqueles que, em função de suas propriedades físicas ou químicas, não apresentem riscos à saúde pública ou ao meio ambiente, são eles:

- a) resíduos orgânicos;
- b) sucata de metais ferrosos;
- c) sucata de metais não ferrosos (latão etc.);
- d) resíduos de papel e papelão;
- e) resíduos de plástico polimerizado;
- f) resíduos de borracha;
- g) resíduos de madeira;
- h) resíduos de materiais têxteis;
- i) resíduos de minerais não-metálicos;
- j) areia de fundição;
- k) bagaço de cana.

II – Perigosos: são aqueles que, em função de suas propriedades físicas, químicas ou infecto-contagiosas, apresentem riscos à saúde pública, provocando doenças ou acentuando seus índices e riscos ao meio ambiente, são eles:

- a) inflamabilidade;
- b) corrosividade;
- c) reatividade;
- d) toxicidade;
- e) patogenicidade.

Art. 142. Para classificação na tabela de incomodidades do anexo VI, os resíduos sólidos serão classificados como:

I – não incômodo: atividades que produzem resíduos sólidos não perigosos até 100 litros/dia;

II – incômodo 1: atividades que produzem resíduos sólidos não perigosos acima de 100 litros/dia ou atividades que produzem resíduos sólidos perigosos até 100 litros/dia;

III – incômodo 2: atividades que produzem resíduos sólidos perigosos acima de 100 litros/dia.

Parágrafo único. Cabe aos geradores de resíduos de serviço de saúde, e ao seu responsável legal, o gerenciamento dos resíduos desde a geração até a disposição final, atendendo aos requisitos ambientais e de saúde pública.

Art. 143. Considera-se incomodidade pela missão de mau cheiro aquela originada pela produção de gases que exalem odores prejudiciais à qualidade de vida.

Art. 144. Para que a atividade possa ser implantada nas macroáreas territoriais de que trata este plano, é necessária a análise e o enquadramento da mesma nos dispositivos definidos neste capítulo resultando no seguinte enquadramento:

I – permitido, quando a instalação da atividade for permitida para a referida macroárea territorial;

II – proibido, quando a instalação da atividade não for condizente com os princípios de organização espacial definidos para o referido macrozoneamento;

III – sujeito à análise, quando a instalação da atividade necessitar maiores estudos técnicos, podendo ainda haver a exigência de termos de compromisso e de ajustamentos de conduta, com o objetivo de garantir a adequada coexistência da atividade com o meio ambiente e as áreas de entorno.

Art. 145. Haverá descumprimento da função social da propriedade quando o proprietário não cumprir as condições determinadas na tabela de parâmetros urbanísticos de ocupação do solo das macroárea, no quadro de incomodidades admissíveis nas macroáreas e na lista de padrões de incomodidades.

Art. 146. O Poder Público Municipal, em conjunto com o Poder Público Estadual e Federal, é responsável pela fiscalização do uso e ocupação referente às propriedades rurais.

Art. 147. Em caso de atividades já instaladas que não se adequem ao disposto para aquela macroárea, estas deverão apresentar medidas de minimização das incomodidades produzidas, sendo que uma regulamentação específica deverá ser implementada em até 3 (três) anos, determinando as penalidades para as situações que desrespeitarem os critérios de incomodidade.

Seção V

Dos usos geradores de impacto à vizinhança

Art. 148. Os usos geradores de impacto à vizinhança são todos aqueles que possam vir a causar alteração significativa no ambiente natural ou construído, ou sobrecarga na capacidade de atendimento da infraestrutura, quer se instalem em empreendimentos públicos ou quer em privados, em quaisquer das macroáreas do território, os quais serão designados “Empreendimentos de Impacto”.

Art. 149. São considerados Empreendimentos de Impacto:

- I – os loteamentos com mais de 100 (cem) unidades ou com área superior a 100.000 m² (cem mil metros quadrados);
- II – loteamentos que estejam fora do perímetro urbano do município;
- III – centros comerciais;
- IV – centros de eventos;
- V – centrais de carga e logística;
- VI – silos;
- VII – estações de tratamento;
- VIII – cemitérios;
- IX – presídios;
- X – postos de serviço com venda de combustível;
- XI – depósitos de gás liquefeito de petróleo (GLP);
- XII – depósitos de inflamáveis, tóxicos e equiparáveis;
- XIII – casas de shows;
- XIV – centros de diversões;
- XV – empreendimento produtivo com área construída acima de 500 m² (quinhentos metros quadrados);
- XVI – empreendimento que produza efluente líquido.

Art. 150. A aprovação dos Empreendimentos de Impacto deve ser acompanhada pelo Conselho do Plano Diretor e fica condicionada aos seguintes instrumentos de ordenação e controle do território:

- I – Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Relatório de Impacto de Vizinhança (REIV);
- II – Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), de acordo com a legislação estadual.

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DOS INSTRUMENTOS PARA INDUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Art. 151. O município adotar para a indução do desenvolvimento territorial os instrumentos de política urbana abaixo transcritos:

- I – parcelamento, da edificação e da utilização compulsórios;
- II – IPTU progressivo no tempo e da desapropriação com pagamento em títulos;
- III – transferência do direito de construir;
- IV – consórcio imobiliário;
- V – direito de preempção;
- VI – direito de superfície;
- VII – outorga onerosa do direito de construir;
- VIII – operações urbanas consorciadas;
- IX – estudo de impacto de vizinhança.

Seção I

Do parcelamento, da edificação e da utilização compulsórios

Art. 152. O parcelamento, a edificação e a utilização compulsória do solo urbano visam garantir o cumprimento da função social da terra e da propriedade por meio da indução da ocupação de áreas vazias e de imóveis não edificadas, subutilizados ou não utilizados.

Art. 153. A utilização do parcelamento, da edificação e da utilização compulsória do solo urbano, objetiva:

- I – otimizar a ocupação de regiões urbanas dotadas de infraestrutura e equipamentos urbanos, inibindo a expansão urbana do Município na direção de áreas não servidas de infraestrutura, bem como nas áreas ambientalmente frágeis;
- II – aumentar a oferta de lotes urbanizados nas regiões já consolidadas da malha urbana do Município;
- III – combater o processo de periferização;
- IV – inibir o processo de retenção especulativa de imóveis urbanos.

Art. 154. É passível de parcelamento, edificação ou utilização compulsório o imóvel:

- I – não edificado, o qual tenha a área igual ou superior a 1500 m² (um mil e quinhentos metros quadrados) ou conjunto de imóveis urbanos contíguos, de um único proprietário registrado, cuja somatória das áreas registradas seja superior a 1500 m² (um mil e quinhentos metros quadrados) e cujo coeficiente de aproveitamento seja igual a zero exigido na Macroárea Urbana (MAURB);
- II – subutilizado, aquele cujo aproveitamento do solo, no Eixo de Densificação Urbana (EDU), for inferior ao coeficiente mínimo definido para este eixo;
- III – não utilizado, todo tipo de edificação que esteja comprovadamente desocupada há mais de 2 (dois) anos na Macroárea Urbana (MAURB) independente da área construída, ressalvados os casos dos imóveis integrantes de massa falida.

§ 1º Fica facultado aos proprietários dos imóveis, de que trata o inciso I, propor ao Poder Executivo Municipal o estabelecimento do Consórcio Imobiliário, conforme disposições do art. 46 da Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

§ 2º Os imóveis situados na Macroárea Urbana (MAURB) que possuem condições hidrogeológicas (ambientais) desfavoráveis para a ocupação, comprovadas por meio de laudo geoambiental feito por profissional especializado, não serão taxados como subutilizados caso seu coeficiente de aproveitamento esteja abaixo do mínimo.

§ 3º O cadastro multifinalitário que irá reconhecer e demarcar as situações citadas no art. 154 deverá ser finalizado no prazo máximo de 2 (dois) anos a contar da aprovação desta lei e por meio da implantação do Sistema Municipal de Informações. Os dados obtidos serão incorporados para fins de tributação conforme legislação municipal pertinente, sendo que a partir de sua implantação, o sistema deverá ser atualizado, no mínimo, a cada 2 (dois) anos.

§ 4º Os imóveis identificados nas situações a que se refere o art. 154 deste plano, quando findado o prazo estabelecido no parágrafo 3o, devem ter seus proprietários notificados, devendo a notificação ser averbada no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 5º A notificação far-se-á:

- a) por funcionário do órgão competente do Poder Executivo Municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administrativa;
- b) por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso anterior.

§ 6º Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de 1 (um) ano a partir do recebimento da notificação, protocolar pedido de

aprovação e execução de parcelamento ou de edificação.

§ 7º Somente poderão apresentar pedidos de aprovação de projeto até duas vezes para o mesmo lote.

§ 8º Os parcelamentos e edificações deverão ser iniciados no prazo máximo de 1 (um) ano a contar da aprovação do projeto.

§ 9º Os imóveis não utilizados deverão estar ocupados no prazo máximo de 1 (um) ano a partir do recebimento da notificação.

§ 10º Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, poderá ser prevista a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

§ 11º A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas no art. 154 deste plano sem interrupção de quaisquer prazos.

Art. 155. Serão aceitos como formas de aproveitamento de imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados a construção de equipamentos comunitários ou espaços livres arborizados, averbados no Cartório de Registro de Imóveis, desde que seja garantido o uso público e a melhoria da qualidade ambiental, conforme análise pelo Poder Executivo Municipal e pelo Conselho do Plano Diretor.

Seção II

IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento em títulos

Art. 156. A aplicação do IPTU progressivo no tempo e da desapropriação com pagamento em títulos objetiva:

I – fazer cumprir os princípios da função social da cidade e da propriedade por meio da indução da ocupação de imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados;

II – fazer cumprir o disposto na seção anterior que trata do parcelamento, edificação ou utilização compulsória;

III – aumentar a oferta de lotes urbanizados na malha urbana existente;

IV – combater o processo de periferização;

V – inibir o processo de retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

VI – induzir determinado uso ou ocupação, conforme os objetivos estabelecidos no Plano Diretor Participativo.

Art. 157. Em caso de descumprimento das etapas e prazos descritos na seção anterior, o município aplicará alíquotas progressivas de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) definidas em lei específica municipal com base no artigo 7º da Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), respeitando o limite máximo pré-estabelecido de 10% (dez por cento) do valor do imóvel e mínimo de 5% (cinco por cento) do valor do imóvel, majoradas anualmente pelo prazo de 5 (cinco) exercícios fiscais consecutivos até que o proprietário cumpra com a obrigação de utilizar, edificar ou parcelar, conforme caso.

Parágrafo único. A lei específica municipal que regulamentará este instrumento deverá entrar em vigor assim que concluída a implantação do Sistema Municipal de Informações.

Art. 158. Caso não cumprido o parcelamento, a edificação ou a utilização do imóvel no prazo de 05 (cinco) anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo, o Poder Executivo Municipal poderá proceder a desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública nos termos do artigo 8º da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Parágrafo único. Os títulos da dívida pública, previstos no artigo anterior serão resgatados no prazo de até 10 (dez) anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.

Seção III

Transferência do direito de construir

Art. 159. Entende-se como transferência do direito de construir o instrumento de política urbana, utilizado como forma de compensação ao proprietário de imóvel sobre o qual incide um interesse público, de preservação de bens de interesse socioambiental, que permite a esse proprietário transferir para outro local o potencial construtivo que foi impedido de utilizar.

Art. 160. O instrumento da Transferência do Direito de Construir objetiva:

I – viabilizar a preservação de imóveis ou áreas de importante valor histórico ou ambiental;

II – compensação monetária aos proprietários, por meio da venda do potencial construtivo, dos imóveis que possuem interesse ambiental, social ou histórico.

Art. 161. A transferência do direito de construir poderá ser utilizada quando o imóvel for considerado necessário para fins de:

I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;

III – servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e Habitação de Interesse Social.

Parágrafo único. Também poderá transferir o direito de construir o proprietário que doar ao Poder Executivo Municipal seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos nos incisos anteriores.

Art. 162. Poderão ter seu potencial construtivo transferido os imóveis que possuem Coeficiente de Aproveitamento Máximo (CA Máximo).

Parágrafo único. Deve-se controlar a transferência de potencial construtivo para imóveis situados em áreas não dotadas de infraestrutura básica, observando-se as disposições deste Plano Diretor Participativo e demais legislações que regulamentam a matéria.

Art. 163. O volume construtivo, a base de cálculo, os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga, a contrapartida do beneficiário, os procedimentos e taxas administrativas e demais critérios necessários à aplicação da transferência do direito de construir serão definidos em legislação municipal específica a ser elaborada em 2 (dois) anos, observando-se o coeficiente de aproveitamento máximo permitido na área para onde ele for transferido.

Parágrafo único. Para fins de contribuição ao Fundo Municipal do Plano Diretor (FMPD), esta legislação específica deverá incluir uma taxa sobre as negociações de transferência.

Art. 164. O impacto da transferência do direito de construir deverá ser controlado permanentemente por órgão municipal competente, que tornará públicos os relatórios de monitoramento do uso do instrumento.

§ 1º Não será concedida a faculdade de transferir o direito de construir aos proprietários de imóveis cujos possuidores preencham os requisitos para adquiri-los por usucapião.

§ 2º O Conselho do Plano Diretor (CPD) auxiliará no monitoramento da utilização deste instrumento, devendo seus pareceres serem observados pelo Poder Executivo Municipal.

Seção IV

Do consórcio imobiliário

Art. 165. O consórcio imobiliário é um instrumento de cooperação entre o Poder Executivo Municipal e a iniciativa privada para fins de realizar urbanização em áreas que tenham carência de infraestrutura e serviços urbanos e contenham imóveis urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados, conforme define o art. 154 desta Lei.

§ 1º Como forma de viabilização do consórcio imobiliário, expresso por meio de planos de urbanização ou edificação, o proprietário poderá transferir ao Poder Executivo Municipal o seu imóvel, recebendo como pagamento, após a realização das obras, percentual de unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 2º O Poder Executivo Municipal poderá promover o aproveitamento do imóvel que receber por transferência nos termos deste artigo, direta ou indiretamente, mediante concessão urbanística ou outra forma de contratação.

§ 3º O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras, observado o disposto no § 2º do art. 80 da Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 166. O instrumento do consórcio imobiliário objetiva:

I – realizar obras de urbanização, como abertura de vias públicas, pavimentação, rede de água, esgoto e iluminação pública;

II – realizar projetos de Habitação de Interesse Social;

III – implantar equipamentos comunitários.

Art. 167. As condições para execução do consórcio imobiliário serão fixadas por lei municipal que deverá entrar em vigor no prazo de 1 (um) ano e também por meio de contrato firmado entre as partes envolvidas em cada operação, contendo, no mínimo:

I – interesse público para aplicação do instrumento, com descrição das melhorias que serão executadas, o valor do imóvel, índices e critérios utilizados para a avaliação do empreendimento, bem como da repartição e descrição das partes correspondentes ao Poder Executivo Municipal e ao proprietário do imóvel após a urbanização;

II – destinação que será dada à parcela do imóvel que passará a ser de propriedade pública;

III – projeto de urbanização ou edificação da área;

IV – cronograma físico-financeiro das obras.

Art. 168. O consórcio imobiliário poderá ser aplicado preferencialmente na Macroárea Urbana (MAURB).

Art. 169. Para ser desenvolvido, o projeto de consórcio imobiliário deverá ser aprovado pelo Conselho do Plano Diretor (CPD).

Seção V

Do direito de preempção

Art. 170. O direito de preempção confere ao Poder Executivo Municipal preferência na aquisição de imóvel urbano respeitado seu valor no mercado imobiliário antes que o imóvel de interesse do município seja comercializado entre particulares.

Art. 171. O direito de preempção poderá ser exercido sempre que o Poder Executivo Municipal necessitar de áreas para:

I – regularização fundiária;

II – execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III – constituição de reserva fundiária;

IV – ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. 172. Através de Lei Municipal específica a entrar em vigor no prazo de 2 (dois) anos a partir da aprovação deste plano, o Poder Público Municipal delimitará novas áreas sujeitas à incidência do direito de preempção, com base em plano específico e no cadastro multifinalitário, bem como os prazos de vigência, de acordo com os incisos 1 e 2 do art. 25 da Lei Federal n.10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 173. Para exercício do direito de preempção, o Poder Executivo Municipal, por meio de seu órgão competente, deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área delimitada para o exercício do direito de preempção, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir da identificação de novas áreas onde será aplicado este instrumento.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, ficam gravadas no Mapa de Áreas de Preempção – anexo IV, as áreas já identificadas no processo de elaboração deste plano.

Art. 174. O proprietário de imóvel incluído nos termos do artigo anterior deverá, antes de proceder à alienação, notificar o Poder Executivo Municipal e o Conselho do Plano Diretor sobre sua intenção, juntamente com as informações sobre preço, condições de pagamento, prazo de validade e proposta de compra assinada por terceiro na aquisição do imóvel.

§ 1º A notificação mencionada no caput deste artigo será anexada na proposta de compra assinada por terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão:

a) preço;

b) condições de pagamento;

c) prazo de validade.

§ 2º A declaração de intenção de alienar onerosamente o imóvel deve ser apresentada com os seguintes documentos:

a) proposta de compra apresentada pelo terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão o preço, as condições de pagamento e a validade da mesma;

b) endereço do proprietário, para recebimento de notificação e de outras comunicações;

c) certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel, expedida pelo cartório de registro de imóveis da circunscrição imobiliária competente;

d) declaração assinada pelo proprietário, de que não incidem sobre quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou executória.

Art. 175. Recebida a notificação a que se refere o artigo anterior, o Poder Executivo Municipal poderá manifestar, por escrito, dentro do prazo legal o interesse em exercer a preferência para aquisição do imóvel.

§ 1º O Poder Executivo Municipal fará publicar num jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso de notificação recebida e a intenção de adquirir o imóvel nas condições da proposta apresentada.

§ 2º O decurso de prazo de 30 (trinta) dias após a data de recebimento da notificação do proprietário, sem a manifestação expressa do Poder Executivo Municipal de que pretende exercer o direito de preempção, faculta o proprietário a alienar onerosamente o seu imóvel ao proponente interessado nas condições da proposta apresentada sem prejuízo do direito do Poder Executivo Municipal exercer a preferência em face de outras propostas de aquisições onerosas dentro do prazo legal de vigência do direito de preempção.

Art. 176. Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a apresentar ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do instrumento público de alienação do imóvel.

§ 1º A alienação a terceiros processada em condições diversas da proposta apresentada poderá ser considerada nula de pleno direito, nos termos do disposto no § 5º, do art. 27, da Lei Federal n. 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade).

§ 2º O Poder Público Municipal promoverá as medidas judiciais cabíveis para a declaração de nulidade de alienação onerosa efetuada em condições diversas da proposta apresentada.

§ 3º Na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 1º, deste artigo, o Poder Público Municipal poderá adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

Seção VI

Do direito de superfície

Art. 177. O direito de superfície é o direito real de construir na superfície, espaço aéreo ou subsolo do terreno, permitindo que se possa fazer sobre ou sob a propriedade independente do direito sobre ela, podendo ainda ser concedido para outro, sem que isto represente a venda, concessão ou transferência da própria propriedade.

Art. 178. O instrumento do Direito de Superfície objetiva:

I – separar a propriedade dos terrenos urbanos do direito de edificação;

II – fazer com que os ônus do processo de verticalização incidam sobre aqueles que são responsáveis pela sobrecarga da infraestrutura;

III – aumentar a capacidade do Poder Público de interferir sobre os mercados imobiliários;

IV – a regularização fundiária e o ordenamento e direcionamento da expansão urbana.

§ 1º Será objeto de taxaço por parte do município o direito de superfície concedido sobre todo o uso do espaço público, superficial, aéreo ou subterrâneo, que implique em benefício financeiro para o usuário, especialmente a implantação de fontes e redes:

a) de energia elétrica;

b) de telecomunicações;

c) de TV a cabo;

d) de captação e distribuição de água e esgoto.

§ 2º A concessão do direito de superfície deverá ser regulada por legislação específica, no prazo de 2 (dois) anos devendo atender ao disposto neste plano e nas leis federais e estaduais pertinentes ao tema.

Art. 179. É facultado ao proprietário de imóvel urbano, conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no Cartório de Registro de Imóveis, conforme o disposto na Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 180. O direito de superfície poderá ser exercido em todo o território municipal, nos termos da Legislação Federal e Estadual pertinente. Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal poderá exercer o direito de superfície em áreas particulares onde haja carência de equipamentos públicos e comunitários.

Art. 181. O Poder Executivo Municipal poderá conceder onerosamente o direito de superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo, nas áreas públicas integrantes do seu patrimônio, para exploração por parte das concessionárias de serviços públicos.

Seção VII

Da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Art. 182. Entende-se como outorga onerosa do direito de construir a faculdade concedida ao proprietário de imóvel, para que este, mediante contrapartida oferecida ao Poder Executivo Municipal, possa construir acima do coeficiente de aproveitamento básico, até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo permitido para a macroárea, e dentro dos parâmetros determinados neste plano.

§1º A outorga onerosa do direito de construir será realizada conforme o disposto nos artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), e de acordo com os critérios e procedimentos definidos em legislação específica.

§ 2º O Poder Executivo Municipal deverá emitir relatórios correspondentes ao monitoramento do uso do instrumento da outorga onerosa do direito de construir.

Art. 183. A utilização da outorga onerosa do direito de construir objetiva:

I – impedir que o proprietário ocupe o terreno da forma que desejar;

II – preservar a paisagem urbana;

III – gerar recursos para o Fundo Municipal do Plano Diretor (FMPD);

IV – fazer com que os ônus do processo de verticalização incidam sobre aqueles que são responsáveis pela sobrecarga da infraestrutura.

Art. 184. As áreas passíveis de outorga onerosa são aquelas compreendidas na Macroárea Urbana (MAURB).

Art. 185. A concessão da outorga onerosa do direito de construir estará condicionada à aprovação pelo Conselho do Plano Diretor e poderá ser negada caso se verifique a possibilidade de impacto não suportável pela infraestrutura ou o risco de comprometimento da paisagem urbana.

Art. 186. Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir serão destinados ao FMPD e sua gestão fica condicionada ao Conselho do Plano Diretor.

Parágrafo único. Poderá ser permitida a utilização do coeficiente máximo, sem contrapartida financeira (outorga não onerosa) na produção de Habitação de Interesse Social e de equipamentos públicos, desde que submetida à análise do Conselho do Plano Diretor.

Art. 187. Os imóveis que poderão receber potencial construtivo e as condições a serem observadas para a outorga onerosa do direito de construir estarão definidas em legislação específica – cuja implementação poderá aguardar a demanda imobiliária – e deverá determinar no mínimo:

I – a fórmula de cálculo da cobrança;

II – os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga;

III – a contrapartida do beneficiário;

IV – os procedimentos e taxas administrativas.

Seção VIII

Das operações urbanas consorciadas

Art. 188. As operações urbanas consorciadas são o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental, ampliando os espaços públicos, melhorias de infraestrutura e do sistema viário, em um determinado perímetro contínuo ou descontinuo.

Art. 189. O Poder Executivo Municipal poderá promover operações urbanas consorciadas nas áreas urbanas, visando:

I – ampliação e melhoria do Sistema Viário;

II – implantação e melhoria de equipamentos e espaços públicos;

III – implantação de programas de habitação de interesse social;

IV – implantação de equipamentos estratégicos para o desenvolvimento urbano;

V – ampliação da melhoria da infraestrutura.

Art. 190. Cada aplicação da operação urbana consorciada será definida por Lei municipal específica, que deverá conter o Plano de Operação Urbana Consorciada, incluindo, no mínimo:

I – finalidade, bem como o interesse público na operação proposta e anuência de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos proprietários, moradores e usuários permanentes da área de intervenção;

II – delimitação da área de intervenção e influência do projeto, com descrição da situação de propriedade e posse dos imóveis, do uso e ocupação do solo e das condições da infraestrutura e equipamentos comunitários existentes;

III – estudo e relatório de impacto de vizinhança (EIV/REIV), de acordo com o estabelecido neste Plano Diretor Participativo;

IV – programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

V – programa básico de ocupação da área;

VI – plano de operacionalização, contendo orçamento, cronograma físico-financeiro do projeto e fontes de financiamento;

VII – contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios decorrentes da implantação da Operação Urbana Consorciada;

VIII – garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor cultural e ambiental, protegidos por tombamento ou lei;

IX – forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

§ 1º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, mediante contrapartida fornecida pelo interessado, conforme critérios estabelecidos por Lei municipal específica:

a) modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações de normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

b) regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

§ 2º Os recursos obtidos na forma do inciso VII, do caput, e parágrafo 2º deste artigo serão aplicados exclusivamente na própria operação urbana consorciada.

§ 3º O processo de cada operação urbana consorciada deve ser monitorada pelo Conselho do Plano Diretor.

Seção IX

Do estudo de impacto de vizinhança (EIV)

Art. 191. Os empreendimentos que causam grande impacto urbanístico e ambiental, definidos neste plano, adicionalmente ao cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação pertinente, terão sua aprovação condicionada à elaboração e à aprovação de estudo de impacto de vizinhança (EIV), a ser apreciado pelos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal e aprovado pelo Conselho do Plano Diretor.

Art. 192. O EIV tem por objetivo sistematizar os procedimentos que permitirão ao Município compreender qual impacto determinado empreendimento ou atividade poderá causar no ambiente socioeconômico, natural ou construído, bem como dimensionar a sobrecarga na capacidade de atendimento de infraestrutura básica, quer sejam empreendimentos públicos ou privados quer, sejam habitacionais ou não habitacionais.

Art. 193. O sistema de EIV caracterizar-se-á pelo processo democrático participativo que permita a avaliação comunitária dos resultados impactantes da implantação de determinado empreendimento.

Art. 194. Para a definição dos empreendimentos ou atividades, públicos ou privados, que causem impacto de vizinhança, deverá se observar, no mínimo, a presença simultânea dos seguintes fatores:

I – interferência significativa na infraestrutura urbana;

II – interferência significativa na prestação de serviços públicos;

III – alteração significativa na qualidade de vida na área de influência do empreendimento ou atividade, afetando a saúde, a segurança, a locomoção ou bem-estar dos moradores e frequentadores do local;

IV – necessidade de parâmetros urbanísticos especiais;

V – interferência na biodiversidade local e regional;

VI – alterações de ecossistemas em termos físicos, químicos ou biológicos;

VII – modificação da paisagem natural e construída.

Art. 195. O EIV deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento sobre a qualidade de vida da população residente ou usuária da área em questão e seu entorno, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

I – adensamento populacional;

II – uso e ocupação do solo;

III – valorização imobiliária;

IV – áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;

V – quantidade de equipamentos urbanos, incluindo aumento ou diminuição do consumo de água e de energia elétrica, bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;

VI – quantidade de equipamentos comunitários, como os de saúde e educação;

VII – sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque, e demanda por transporte público;

VIII – poluição sonora e do ar;

IX – ventilação e iluminação;

X – impacto socioeconômico na população residente ou atuante no entorno.

Art. 196. O Poder Executivo Municipal, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, deverá solicitar como condição para aprovação do projeto, alterações e complementações no mesmo, bem como a execução de melhorias na infraestrutura urbana e implantação de equipamentos comunitários, tais como:

I – ampliação das redes de infraestrutura urbana;

II – área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;

III – ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, ponto de ônibus, faixa de pedestres, semaforização;

IV – proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;

V – manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais considerados de interesse paisagístico, histórico,

artístico ou cultural, bem como recuperação ambiental da área;

VI – cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros;

VII – percentual de Habitação de Interesse Social no empreendimento;

VIII – construção de equipamentos sociais em outras áreas da cidade.

Parágrafo único. A aprovação do empreendimento ficará condicionada a assinatura de Termo de Compromisso pelo interessado, no qual este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal e pelo Conselho do Plano Diretor, antes da finalização do empreendimento.

Art. 197. Os empreendimentos de impacto e as proposições para eliminação ou minimização de impactos sugeridos pelo EIV serão aprovados pelo Conselho do Plano Diretor mediante elaboração de parecer.

§ 1º Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, antes da aprovação do empreendimento, que ficarão disponíveis para consulta e manifestação no órgão competente do Poder Executivo Municipal, por qualquer interessado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, após anúncio sobre a disponibilidade de tal documento por meio de jornal.

§ 2º Antes da aprovação do empreendimento gerador de impacto, deverá ser realizada audiência pública pelo Conselho do Plano Diretor.

Art. 198. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) requerido nos termos da Legislação Ambiental Estadual e Federal.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 199. O Poder Público Municipal, com base nas atribuições previstas no inciso VIII do artigo 30 da Constituição da República, na Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), deverá incorporar aos assentamentos precários, favelas, loteamentos irregulares e ocupações, visando sua regularização urbanística e fundiária, mediante a utilização dos seguintes instrumentos.

I – Concessão de Direito Real de Uso;

II – Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia;

III – Usucapião especial de imóvel urbano;

IV – Assistência técnica e jurídica gratuita;

V – Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS).

Seção I

Da concessão de direito real de uso

Art. 200. As áreas ocupadas irregularmente pela população de baixa renda poderão ser regularizadas por meio da concessão de direito real de uso, que a partir do contrato estabelecido entre a administração municipal transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social nos termos do Decreto-Lei Federal n. 271/1967.

Art. 201. A concessão de direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública com atuação específica nessa área.

Art. 202. A concessão poderá ser outorgada para uma associação comunitária ou uma cooperativa habitacional formada pelos beneficiários do programa. Neste caso a concessão poderá ser contratada de forma onerosa ou gratuita.

Seção II

Da concessão especial de uso para fins de moradia

Art. 203. As ocupações irregulares compostas por moradores de baixa renda sobre áreas de propriedade pública poderão ser regularizadas por intermédio de concessão especial de uso para fins de moradia, de forma individual ou coletiva, nos termos da legislação vigente.

Art. 204. A concessão especial de uso para fins de moradia será aplicada à regularização fundiária na Macroárea Urbana (MAURB).

Seção III

Da usucapião especial de imóvel urbano

Art. 205. As áreas de propriedade particular, ocupadas pela população de baixa renda, poderão ser regularizadas por meio de usucapião especial de imóvel urbano, prevista no art. 183 da Constituição Federal e nos artigos 9º a 14 da Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Parágrafo único. Entende-se como usucapião especial de imóvel urbano a aquisição de domínio para a utilização de imóvel particular, por aquele que possuir sua área ou edificação urbana de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), por 5 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia e de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Seção IV

Da assistência técnica e jurídica gratuita

Art. 206. O Poder Executivo Municipal garantirá assessoria técnica, urbanística, jurídica e social, gratuita à população, aos indivíduos, às entidades, aos grupos comunitários e aos movimentos vinculados às questões de Habitação de Interesse Social (HIS), buscando promover a inclusão social, jurídica, ambiental e urbanística da população de baixa renda à cidade, na garantia da moradia digna, particularmente nas ações visando à regularização fundiária e à qualificação dos assentamentos existentes.

Seção V

Das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS)

Art. 207. Este instrumento visa reconhecer a forma ilegal de ocupação do solo criando e delimitando áreas especiais para Habitação de Interesse Social (HIS), destinadas à população de baixa renda, as áreas legais cujas condições de moradia sejam precárias, bem como as áreas vazias não parceladas na Macroárea Urbana (MAURB), rompendo com a dinâmica segregadora e impedindo que os terrenos possam ser adquiridos por setores do mercado imobiliário interessados em edificar para parcelas de renda superior e, desta forma, assegurando terra urbana de qualidade para população de baixa renda.

Art. 208. O Plano Específico de Urbanização e Legalização deverá ser implementado a partir da ação articulada e integrada de diversas secretarias e prioritariamente em áreas onde haja predominância de população de baixa renda.

Art. 209. As ações de políticas públicas devem ser integradas e complementares, promovendo a melhoria na qualidade de vida para as populações que integram os projetos de regularização fundiária, como geração de renda, saúde, educação, educação ambiental, entre outros.

Art. 210. O Poder Executivo Municipal deverá articular os diversos agentes envolvidos no processo de regularização, como representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, dos Cartórios Registrários, dos governos, Estadual e Federal, bem como os grupos sociais envolvidos,

visando equacionar e agilizar o Programa de Regularização Fundiária de Áreas Irregulares.

TÍTULO V

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

CAPÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SIMPLAGE)

Art. 211. O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão (SIMPLAGE) consiste num conjunto de estruturas e processos democráticos participativos cuja finalidade é assegurar a elaboração, a revisão e a operacionalização do planejamento e da gestão municipal, de forma integrada, contínua, dinâmica e participativa (ver Anexo XI – Simplage).

Art. 212. O SIMPLAGE tem os seguintes objetivos:

- I – Garantir o pleno desenvolvimento urbano e territorial organizado e a função social da cidade e da propriedade urbana e rural;
- II – Criar e viabilizar o funcionamento de instâncias e processos consultivos e deliberativos que assegurem a ampla participação da população municipal de forma direta e por meio de suas organizações representativas na elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento e políticas sociais: Planos de Governo, Planos Diretores, Legislação Orçamentária e Política Municipal de Regularização Fundiária, Planos Setoriais como condição obrigatória para a sua aprovação pela Câmara Municipal conforme disposto no artigo 44 da Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);
- III – instituir processos participativos, permanentes e sistemáticos de elaboração de leis regulamentares e complementares a política urbana e territorial municipal;
- IV – formular estratégias, políticas, programas e projetos para implementação e monitoramento da gestão urbana, do Plano Diretor Participativo e da política habitacional;
- V – promover a fiscalização, a informação e a conscientização da sociedade em relação aos canais de participação e controle social disponibilizadas pela administração pública;
- VI – conferir maior autonomia e melhores condições de atuação aos Conselhos Municipais;
- VII – realizar consultas ou debates públicos para definição coletiva de ações de qualificação que atendam as demandas sociais e econômicas de desenvolvimento do Município;
- VIII – promover campanhas de conscientização e sensibilização para a construção e difusão de processos participativos e democráticos.

Art. 213. O SIMPLAGE é composto por:

- I – Instrumentos para a Participação Popular;
- II – Conselho do Plano Diretor (CPD);
- III – Equipe Municipal de Planejamento (EMP);
- IV – Fundo Municipal do Plano Diretor (FMPD).

Seção I

Dos instrumentos para a participação popular

Art. 214. Fica garantida a participação da população em todas as fases do processo de gestão democrática das políticas municipais, de acordo com as seguintes instâncias de participação:

- I – conferências da cidade;
- II – audiências públicas;
- III – consultas públicas;
- IV – plebiscitos e referendos populares;
- V – iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

§ 1º Os instrumentos referidos nos incisos II e III também deverão ser utilizados no processo de elaboração e votação do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual.

§ 2º Os instrumentos citados nos incisos IV e V deverão ser utilizados conforme prescritos na Constituição Federal, na Lei Federal n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e nas demais legislações correlatas.

Art. 215. Os processos participativos devem garantir a representatividade dos diferentes segmentos da sociedade, com real condição de defesa de seus interesses específicos, nos seguintes termos:

- I – realização dos atos participativos por segmentos sociais, por temáticas e por regiões (conforme anexo I – Mapa das Regiões Administrativas);
- II – definição de locais e horários que permitam o acesso da maioria da população, considerando, quando houver necessidade, a alternância de locais e horários;
- III – acessibilidade física, incluindo disponibilidade de meios de transporte, para a efetiva participação da população nas instâncias de discussão e decisão.

Parágrafo único. Para que a participação e a representatividade de toda a população sejam garantidas, o Poder Executivo Municipal deve prover os recursos financeiros necessários para que se concretizem os instrumentos de participação popular descritos nesse capítulo.

Art. 216. A publicidade para realização dos processos participativos deve seguir os seguintes requisitos:

- I – convocação por edital e ampla comunicação pública, em linguagem acessível e adequada, por meio dos meios de comunicação social disponíveis;
- II – antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias para divulgação do cronograma, dos locais das reuniões ou consultas e da apresentação dos assuntos que serão discutidos;
- III – garantia do acesso à informação e aos dados municipais necessários de forma transparente, em linguagem acessível e adequada, em tempo hábil, por intermédio de meios digitais e impressos;
- IV – publicação e divulgação dos resultados das reuniões ou consultas, com registro da presença dos participantes em lista de assinaturas e dos debates e propostas em ata escrita.

Art. 217. Os processos de avaliação, revisão e fiscalização do Plano Diretor Participativo devem ser realizados conforme determinação dos § 3º e § 4º do artigo 40 da Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), considerando, ainda, a obrigatoriedade de realização de Conferência da Cidade para alteração de qualquer dispositivo da Lei do Plano Diretor Participativo.

Subseção I

Das conferências da cidade

Art. 218. As Conferências da Cidade têm por finalidade promover a participação da população nos processos decisórios do Poder Executivo

Municipal sobre assuntos de interesse público do Município.

§ 1º As Conferências da Cidade serão realizadas, ordinariamente, a cada 3 (três) anos, quando convocadas pelo Conselho Nacional das Cidades, com vistas à contribuição nas propostas das Conferências Estadual e Nacional das Cidades.

§ 2º As Conferências da Cidade serão realizadas, extraordinariamente, para deliberação sobre proposta de alteração deste plano, como condição obrigatória à sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 219. As Conferências da Cidade têm caráter deliberativo, e as resoluções nelas tomadas vinculam as decisões do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Caso haja a necessidade de alteração das deliberações tomadas nas Conferências da Cidade, por motivos de ordem técnica, financeira ou jurídica, o Poder Executivo Municipal deverá convocar audiência pública para esclarecer e votar os motivos da alteração.

Art. 220. Às Conferências da Cidade cabem, dentre outras atribuições:

I – avaliar a implementação do Plano Diretor Participativo e deliberar sobre propostas de revisão ou alteração deste;

II – eleger e empossar os membros do Conselho do Plano Diretor;

III – eleger os delegados para as Conferências Estaduais da Cidade;

IV – sugerir ao Poder Executivo Municipal adequações nos instrumentos, programas e projetos destinados à efetivação dos princípios, políticas, ações e projetos deste Plano Diretor Participativo.

Art. 221. As Conferências da Cidade poderão ser convocadas:

I – pelo Poder Executivo Municipal, em conjunto com o Conselho do Plano Diretor (CPD);

II – pela sociedade civil, mediante solicitação de, no mínimo, 1% (um por cento) dos eleitores do Município.

Art. 222. A metodologia das conferências deve ser participativa, garantindo todos os requisitos de divulgação e abrangência necessários para mobilizar os diferentes segmentos da sociedade e representações do território municipal.

Subseção II

Das audiências públicas

Art. 223. As audiências públicas têm por finalidade discutir, avaliar impactos e resultados, analisar e colher subsídios, críticas e sugestões sobre assuntos de interesse público do Município, bem como informar e prestar esclarecimentos à população sobre os atos do Poder Executivo Municipal.

Art. 224. As audiências públicas serão realizadas obrigatoriamente:

I – durante a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual, como condição necessária a sua aprovação pela Câmara Municipal, conforme determina o artigo 44 da Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);

II – durante a elaboração de projetos, programas e legislações propostos pelo Poder Executivo Municipal que tenham relação com os temas deste plano;

III – nos demais casos previstos em lei.

Parágrafo único. É obrigatória também a convocação de audiência pública para a implementação dos instrumentos de “Operações Urbanas Consorciadas” e do “Estudo de Impacto de Vizinhança” deste Plano Diretor Participativo.

Art. 225. As audiências públicas têm caráter consultivo e informativo, e as sugestões encaminhadas não vinculam as decisões do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal deve documentar e responder publicamente sobre os motivos do não acolhimento das sugestões produzidas nas audiências públicas.

Art. 226. As audiências públicas poderão ser convocadas:

I – pelo Poder Executivo Municipal;

II – pelo Poder Legislativo Municipal;

III – pelo Conselho do Plano Diretor;

IV – pela sociedade civil, por meio de solicitação de, no mínimo, 1% (um por cento) dos eleitores do Município.

Art. 227. As audiências públicas deverão atender aos seguintes requisitos:

I – representatividade e publicidade conforme o disposto na totalidade dos artigos 223 e 224;

II – ser dirigidas pelo Poder Executivo Municipal, que, após a exposição do conteúdo, abrirá as discussões aos presentes;

III – garantia da livre participação, independentemente de comprovação de residência ou qualquer outra condição;

IV – disponibilização pública, inclusive por meio eletrônico, de todos os documentos relativos ao tema de audiência pública, tais como, estudos, plantas, planilhas e projetos para exame e extração de cópias com antecedência mínima de 4 (quatro) dias da data de sua realização.

Art. 228. As intervenções dos participantes realizadas em audiência pública serão registradas por escrito e gravadas, para acesso e divulgação públicos, e deverão constar nos processos sobre os quais versaram.

Parágrafo único. Em caso de realização de audiências públicas para elaboração ou discussão de leis, as gravações e atas deverão ser anexadas ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Subseção III

Das consultas públicas

Art. 229. A consulta pública tem por finalidade submeter à apreciação da população atos normativos, programas e projetos do Poder Executivo Municipal, bem como recolher sugestões acerca destes.

Art. 230. A consulta pública deve ser formalizada por edital que informe o tema e o conteúdo da consulta, os locais e horários onde podem ser acessados os documentos para análise e as datas de realização e encerramento da consulta.

Parágrafo único. O edital deve ser publicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e divulgado conforme o disposto no artigo 216 deste plano.

Art. 231. As críticas e as sugestões derivadas de consulta pública serão registradas e divulgadas publicamente, e deverão constar nos processos a que se referem, compondo memorial destes, inclusive na sua tramitação legislativa.

Art. 232. As consultas públicas têm caráter consultivo e informativo, e as sugestões encaminhadas não vinculam as decisões do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal deve documentar e responder publicamente sobre os motivos do não acolhimento das sugestões.

Art. 233. Poderão remeter questões para consulta pública:

I – o Poder Executivo Municipal;

II – o Poder Legislativo Municipal;
III – o Conselho do Plano Diretor;
IV – a sociedade civil, mediante solicitação de, no mínimo, 1% (um por cento) dos eleitores do Município.

Subseção IV

Do Conselho do Plano Diretor (CPD)

Art. 234. Fica criado o Conselho do Plano Diretor (CPD), órgão colegiado de caráter deliberativo, permanente e integrante da Administração Pública Municipal, que reúne representantes do Poder Público e da sociedade civil.

§ 1º O CPD é parte integrante do Sistema Nacional de Conselhos de Cidades.

§ 2º O CPD integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, porém, não será subordinado a este no exercício de suas funções.

§ 3º A integração do CPD à estrutura administrativa municipal dar-se-á tendo em vista, unicamente, a necessidade de suporte administrativo, operacional e financeiro para seu pleno funcionamento.

§ 4º As deliberações do CPD deverão estar articuladas as dos outros conselhos setoriais do município, buscando a integração das diversas ações e políticas de desenvolvimento municipal, garantindo a participação da sociedade.

Art. 235. O CPD será composto por 21 (vinte e um) membros com direito a voto:

I – 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal;

II – 1 (um) representante governamental da esfera Estadual ou Federal;

III – 2 (dois) representantes Poder Legislativo Municipal;

IV – 5 (cinco) representantes da sociedade civil, sendo 1 (um) de cada uma das regiões territoriais administrativas (conforme anexo I – Mapa das Regiões Administrativas);

V – 1 (um) representante das entidades empresariais e sindicatos patronais;

VI – 1 (um) representante de sindicatos de trabalhadores;

VII – 1 (um) representante dos movimentos sociais e associações comunitárias;

VIII – 1 (um) representante das associações profissionais, sendo preferencialmente das entidades de classe relacionadas ao planejamento urbano;

IX – 1 (um) representante dos estudantes universitários;

X – 1 (um) representante dos estudantes secundaristas;

XI – 1 (um) representante dos conselhos escolares;

XII – 1 (um) representante dos grupos de idosos;

XIII – 1 (um) representante da sociedade civil das entidades promotoras de cultura, esporte e lazer;

XIV – 1 (um) representante de associações de pessoas com deficiência;

XV – 1 (um) representante do comércio, indústria e prestação de serviços.

§ 1º O mandato dos Conselheiros será de 3 (três) anos.

§ 2º Os representantes da sociedade civil, referidos nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV serão eleitos e empossados na Conferência da Cidade, que será realizada a cada 3 (três) anos.

§ 3º A eleição de que trata o parágrafo 2º deste artigo será realizada em assembléia própria de cada segmento da sociedade, realizada durante a Conferência da Cidade.

§ 4º Os representantes do Poder Público, referidos nos incisos I, II e III, serão indicados pelo respectivo órgão.

§ 5º Os conselheiros poderão ser reeleitos por no máximo 1 (um) mandato, devendo haver, necessariamente, renovação de pelo menos 1/3 (um terço) dos conselheiros a cada mandato, definido a partir de sorteio dos que poderão permanecer.

§ 6º A eleição para o primeiro mandato de conselheiros deverá ser realizada em audiência pública convocada especificamente para esse fim no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a sua aprovação.

§ 7º A cada nova gestão, o coordenador do CPD será eleito entre os conselheiros na primeira reunião do Conselho.

§ 8º Os conselheiros não serão remunerados pelo exercício de suas funções.

§ 9º O Poder Público Municipal deverá ajudar no custeio do deslocamento dos conselheiros que não residem na sede do município.

Art. 236. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CPD, na qualidade de observadores, sem direito a voto, quando de pautas que impliquem em questões de seu interesse:

I – representantes dos demais órgãos colegiados do Município;

II – representantes de órgãos estaduais relacionados ao planejamento territorial e ambiental.

Art. 237. O quorum mínimo de instalação das reuniões do CPD é de 50% (cinquenta por cento) mais um dos conselheiros com direito a voto.

Art. 238. As deliberações do Conselho da Cidade serão válidas quando aceitas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros com direito a voto presentes na reunião.

Art. 239. Compete ao CPD:

I – elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho;

II – acompanhar, analisar e deliberar sobre questões relativas à implementação do Plano Diretor Participativo;

III – emitir pareceres sobre propostas de alteração do Plano Diretor Participativo;

IV – convocar audiências públicas e emitir pareceres sobre Projetos de Lei que tenham relação com os temas deste plano, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal;

V – receber e encaminhar para discussão matérias oriundas de setores da sociedade civil que sejam de interesse coletivo;

VI – controlar os recursos oriundos do Fundo Municipal do Plano Diretor (FMPD) e deliberar sobre a aplicação destes;

VII – elaborar, em conjunto com a Equipe de Planejamento Municipal, propostas para o Plano Plurianual e para a Lei Orçamentária Anual;

VIII – acompanhar a implementação do orçamento público municipal;

IX – convocar, organizar e coordenar as Conferências da Cidade em conjunto com o Poder Executivo Municipal;

X – exigir o cumprimento dos prazos, particularmente para a elaboração das legislações específicas previstas no plano;

XI – zelar pela integração das políticas setoriais.

Art. 240. Compete ao Coordenador do CPD:

I – representar o Conselho em toda e qualquer circunstância;

II – coordenar as reuniões do Conselho, zelando pela participação integral de seus membros;

III – convocar as reuniões extraordinárias, dando ciência a seus membros com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, por

contato telefônico, por correspondência, e-mail ou pessoalmente;

IV – coordenar as atividades do Conselho;

V – fazer cumprir as determinações do Regimento Interno e as decisões do Conselho;

VI – poderá designar comitês temáticos e grupos de trabalho específicos;

VII – adotar as providências necessárias ao acompanhamento, pelo Conselho, da execução dos projetos e propostas do Plano Diretor.

Art. 241. Compete ao Secretário Executivo do CPD:

I – assessorar o coordenador na elaboração das pautas das reuniões, organizar a ordem do dia das reuniões ordinárias e enviar a pauta aos membros, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência;

II – secretariar as reuniões do Conselho;

III – preparar as atas das reuniões;

IV – receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrar e tomar as providências necessárias.

Art. 242. Compete aos membros do CPD:

I – comparecer às sessões do Conselho;

II – eleger, entre seus integrantes, o coordenador;

III – participar das discussões e deliberações do Conselho, apresentando proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;

IV – votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;

V – requerer urgência para discussão e votação de assuntos não incluídos na ordem do dia, bem como preferência nas votações e discussões de assuntos de interesse emergente;

VI – obedecer às normas regimentais.

Art. 243. O CPD deverá convocar audiências públicas de caráter excepcional, quando for necessária a tomada de decisões de grande impacto urbano, econômico ou social para o Município.

Art. 244. O CPD poderá instituir comitês temáticos e grupos de trabalho específicos, de acordo com suas deliberações internas.

Parágrafo único. O regimento interno deverá regulamentar o processo de criação, funcionamento e extinção dos comitês temáticos e grupos de trabalho.

Art. 245. O Poder Executivo Municipal garantirá o devido suporte técnico e operacional ao CPD e aos conselhos setoriais.

Parágrafo único. O suporte operacional, bem como o assessoramento técnico, deverá ser garantido pelo Poder Executivo Municipal a fim de permitir que o CPD cumpra seus objetivos, considerando-se:

a) A oferta de infraestrutura e espaço físico adequados para as reuniões;

b) Apoio, inclusive financeiro, à capacitação e atualização dos conselheiros no que se refere às dimensões técnicas, legais e de gestão;

c) Pareceres de profissionais no que se refere às decisões de caráter técnico.

Subseção V

Da Equipe de Planejamento Municipal

Art. 246. A Equipe de Planejamento Municipal tem por finalidade formular, implementar, controlar e avaliar os programas, projetos e ações decorrentes deste plano.

§ 1º A Equipe é constituída por, no mínimo, um representante de cada setor e área que compõem a estrutura organizacional da administração da Prefeitura Municipal, conforme a estrutura administrativa indicada na legislação municipal vigente.

§ 2º O caráter regional da Equipe fica garantido pela articulação já existente com a Associação de Municípios do Alto Irani (AMAI), compartilhando a estrutura de recursos humanos e estruturais nas ações para a consecução do Plano Diretor Participativo.

§ 3º A constituição da Equipe de Planejamento Municipal deve privilegiar a capacitação técnica de seus participantes e a incorporação gradativa de quadros profissionais legalmente competentes, priorizando-se a contratação integral ou parcial de um arquiteto-urbanista para a coordenação da equipe.

§ 4º A Equipe de Planejamento Municipal deve constituir-se imediatamente após a aprovação deste plano e reunir-se no mínimo, mensalmente, para encaminhar, controlar e avaliar as ações previstas nos programas e projetos.

Art. 247. Serão criados para atender as necessidades da Equipe de Planejamento Municipal:

I – Sistema de Informações Municipal;

II – Sistema de Monitoramento e Avaliação.

Art. 248. São competências da Equipe de Planejamento Municipal:

I – formular os objetivos e as diretrizes da gestão municipal, para atender aos princípios, políticas, ações e projetos deste Plano Diretor Participativo;

II – articular e integrar as políticas públicas entre os setores e demais órgãos da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal;

III – gerenciar o Plano Diretor Participativo a partir da formulação e coordenação de programas e projetos para a sua implementação;

IV – garantir eficácia e eficiência à gestão, visando à melhoria dos processos e o atendimento dos objetivos deste Plano Diretor Participativo;

V – aplicar os instrumentos previstos neste plano;

VI – formular e implementar os indicadores para o Sistema de Monitoramento e Avaliação;

VII – implementar e manter atualizado o Sistema de Informações Municipal;

VIII – produzir informações para subsidiar as ações e decisões dos demais componentes do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão;

IX – participar da elaboração do Plano Plurianual, em conjunto com o CPD, e coordenar a sua implantação a partir dos princípios, políticas, ações e projetos contidos neste Plano Diretor Participativo, na Lei Federal n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e na Constituição Federal;

X – participar da elaboração, com auxílio do CPD, da Lei Orçamentária Anual e coordenar a aplicação dos recursos municipais.

Subseção VI

Do sistema de informações municipal

Art. 249. O Sistema de Informações Municipal tem como objetivo fornecer informações para o planejamento e gestão municipais, a partir de cadastro multifinalitário atualizado, subsidiando a tomada de decisões.

§ 1º O Poder Público Municipal deverá concluir no prazo máximo de 2 (dois) anos o cadastro multifinalitário.

§ 2º O Poder Público Municipal deverá, associadamente com os outros municípios da AMAI, realizar investimentos conjuntos, tanto na compra de equipamentos de informática e programas de geoprocessamento (uma vez que se opte por centralizar na associação de municípios a base operacional do gerenciamento de dados e informações geográficas), quanto na formação e incremento dos quadros profissionais em termos qualitativos e quantitativos.

§ 3º A Equipe de Planejamento Municipal deverá manter atualizado, permanentemente, o Sistema de Informações Municipal, com informações referentes a indicadores sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico territoriais, inclusive cartográficos, geológicos, ambientais, imobiliários, e outras de relevante interesse para o Município, georeferenciadas em meio digital, de forma progressiva.

§ 4º A Equipe de Planejamento Municipal deverá dar ampla publicidade a todos os documentos e informações produzidos no processo de elaboração, revisão, aperfeiçoamento e implementação do Plano Diretor Participativo, com o objetivo de assegurar o conhecimento dos respectivos conteúdos à população, devendo ainda disponibilizá-los a qualquer munícipe que requisitá-los.

§ 5º Sempre que possível às informações devem ser organizadas conforme as regiões territoriais administrativas do Município, permitindo análise comparativa.

Art. 250. Os agentes públicos ou privados que desenvolvem atividades no Município deverão fornecer à Equipe de Planejamento Municipal, quando requeridos, todos os dados e informações que forem considerados necessários à complementação do Sistema de Informações Municipal.

Art. 251. O Sistema de Informações Municipal deverá ser norteado pelos princípios:

I – da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, procurando evitar a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;

II – da democratização, publicização e disponibilização das informações, em linguagem acessível, principalmente as relativas ao processo de execução, controle e avaliação do Plano Diretor Participativo.

Subseção VII

Do sistema de monitoramento e avaliação

Art. 252. O Sistema de Monitoramento e Avaliação é o mecanismo instituído para verificar a eficiência e os resultados obtidos pela aplicação dos programas, projetos e ações decorrentes deste Plano Diretor Participativo.

Parágrafo único. O Sistema de Monitoramento e Avaliação deve ser gerido pela Equipe de Planejamento Municipal, devendo ser o trabalho articulado ao do Conselho do Plano Diretor.

Art. 253. As informações geradas pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação devem compor a base de dados do Sistema de Informações Municipal.

Art. 254. O monitoramento e a avaliação do Plano Diretor Participativo serão norteados pela análise periódica de indicadores de desempenho da implementação deste plano.

Parágrafo único. Os indicadores de desempenho deverão mensurar o atendimento aos princípios, políticas, ações e projetos deste plano, bem como da alocação de recursos para fazer cumpri-lo.

Art. 255. Anualmente a Equipe de Planejamento Municipal deverá possibilitar, por intermédio do Sistema de Monitoramento e Avaliação, a emissão de relatórios e tornar públicos os resultados obtidos e não obtidos pela implementação do Plano Diretor Participativo, no intuito de fornecer subsídios para que a população possa avaliar a implementação deste plano e a sua adequação ao atendimento das necessidades do Município.

Subseção VIII

Do Fundo Municipal do Plano Diretor (FMPD)

Art. 256. Fica criado o Fundo Municipal do Plano Diretor (FMPD), com a finalidade de apoiar ou realizar investimentos destinados a concretizar os princípios, políticas, ações e projetos de desenvolvimento territorial, integrantes ou decorrentes deste plano, em obediência às prioridades e prazos nele estabelecidos.

Art. 257. Os recursos destinados a este Fundo e os de competência dele serão aplicados em programas, ações e projetos relacionados:

I – à execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, incluindo a regularização fundiária e a aquisição de imóveis para constituição de reserva fundiária;

II – à execução de programas e projetos de infraestrutura e saneamento ambiental, direcionadas prioritariamente à população de baixa renda, tanto na área urbana quanto na rural;

III – a aquisição de áreas e construção de equipamentos públicos e comunitários;

IV – a aquisição de áreas e construção de parques e praças.

Art. 258. O Fundo Municipal do Plano Diretor (FMPD) será formado pelos seguintes recursos:

I – transferências intergovernamentais;

II – transferências de instituições privadas;

III – transferências do exterior;

IV – transferências de pessoa física;

V – rendas provenientes da aplicação financeira dos seus próprios recursos;

VI – doações;

VII – receitas provenientes da aplicação dos instrumentos previstos neste plano;

VIII – outras receitas que lhe sejam destinadas por lei.

Art. 259. O Fundo Municipal do Plano Diretor (FMPD) será controlado integralmente pelo Conselho do Plano Diretor (CPD).

§ 1º Para melhor controle por parte do CPD, os recursos destinados ao FMPD e os de competência dele serão aplicados em conta bancária específica, que será gerenciada pelo Poder Executivo Municipal.

§ 2º A prestação de contas do FMPD deverá ser realizada pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 260. Os recursos do FMPD serão depositados em conta corrente especial, mantida em instituição financeira designada pela Secretaria Municipal competente, especialmente aberta para esta finalidade.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 261. Constitui infração toda ação ou omissão contrária ao cumprimento da função social da terra e da propriedade urbana e rural definida com base nos parâmetros expressos neste plano.

Art. 262. O não atendimento dos objetivos definidos neste plano implicará na atribuição de sanções administrativas pelas instâncias competentes.

Art. 263. No caso de descumprimento das determinações expressas neste plano, as licenças e alvarás poderão ser sumariamente revogados unilateralmente pelo Poder Público Municipal, a qualquer tempo e sem ônus para a Administração.

Art. 264. O Poder Executivo Municipal encaminhará para apreciação e deliberação da Câmara Municipal, a contar da data da publicação desta Lei, os seguintes projetos de lei.

I – No prazo de 1 (um) ano:

- a) código de obras;
- b) código de posturas;
- c) regulamentação para o consórcio imobiliário;
- d) regulamentação para aquelas operações urbanas consorciadas previstas no capítulo dos instrumentos;
- e) regulamentação específica para o uso correto do meio ambiente.

II – No prazo de 2 (dois) anos:

- a) Sistema Municipal de Informações;
- b) regulamentação para o procedimento com as situações em desacordo com as APPs anteriores ao plano;
- c) regulamentação dos instrumentos de outorga onerosa do direito de construir e da transferência do direito de construir;
- d) código de tributação;

III– No prazo de 3 (três) anos:

- a) regulamentação para o procedimento com as situações anteriores ao plano em desacordo com a orientação para as macroáreas.

IV– No prazo de 5 (cinco) anos:

- a) elaborar projeto do Eixo do Contorno Viário Futuro (ECF);
- b) outras legislações necessárias para a implementação do Plano Diretor.

Art. 265. Serão examinados, de acordo com a legislação em vigor à época de sua protocolização, os processos administrativos de projeto de edificação e licenciamento de construção, respeitando o prazo para o início das obras, bem como o projeto de parcelamento do solo e das suas edificações aprovadas anteriormente à entrada em vigor dos parâmetros estabelecidos neste plano.

§ 1º Obra iniciada é aquela cujas fundações estejam concluídas e a conclusão tenha sido comunicada ao Poder Executivo, desde que executadas de forma tecnicamente adequada à edificação licenciada.

§ 2º Os projetos de edificação e parcelamento aprovados e licenciados terão validade de 1 (um) ano para o seu início.

§ 3º Os projetos não iniciados no prazo estabelecido no parágrafo anterior deverão sofrer as alterações referentes aos dispositivos estabelecidos neste plano para terem continuidade.

Art. 266. A audiência pública para eleição do primeiro mandato do Conselho do Plano Diretor deverá acontecer no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a aprovação do plano, sendo que seus membros tomam posse imediatamente.

Art. 267. Os termos e expressões utilizados neste Plano Diretor Participativo estão definidos no Glossário no Anexo IX, fazendo parte dele, e deve ser utilizado quando necessário para interpretação do mesmo.

Art. 268. São partes integrantes e complementares desta Lei os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Mapa das regiões territoriais administrativas do município;
- b) Anexo II – Mapa das macroáreas (município);
- c) Anexo III – Mapa das macroáreas (área urbana);
- d) Anexo IV – Mapa das áreas de preempção;
- e) Anexo V – Tabela de parâmetros urbanísticos;
- f) Anexo VI – Tabela de incomodidades;
- g) Anexo VII – Croquis;
- h) Anexo VIII – Projetos estratégicos prioritários;
- i) Anexo IX – Glossário;
- j) Anexo X – Lista de siglas;
- k) Anexo XI – SIMPLAGE.

Art. 269. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 270. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de maio de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO I – MAPA DAS REGIÕES ADMINISTRADAS NO MUNICÍPIO

ANEXO II - MAPA DAS MACROÁREAS - (ÁREA URBANA)

ANEXO III – MAPA DAS MACROÁREAS (Área Urbana)

Quadrante 01

Quadrante 02

Quadrante 03

Quadrante 04

Quadrante 05

Quadrante 05

Quadrante 06

ANEXO IV – MAPA DAS ÁREAS DE PREEMPÇÃO

ANEXO V – TABELA DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS

Demais exigências:

- 1 - No pavimento térreo só será obrigatório o afastamento frontal, quando exigido.
- 2 - Nos edifícios com mais de 4 (quatro) pavimentos será exigido recuo lateral igual a altura total do edifício (H) dividida por 15 (quinze).
- 3 - Quando o edifício alinhar com a divisa não poderá haver aberturas.
- 4 - Os terrenos de esquina deverão adotar para uma das fachadas o recuo frontal e para a outra, metade deste (conforme desenho no anexo VII).
- 5 - Todo imóvel deverá deixar uma área permeável de 5% (cinco por cento) em relação à área total do lote, sendo que para a AUD este deverá ser de 40%.
- 6 - A obrigação compulsória de reuso de águas pluviais se aplica:
 - a) novas edificações públicas;
 - b) em todas as novas edificações multifamiliares na AORB;
 - c) em todas as novas edificações acima de 4 (quatro) pavimentos no EDU;
 - d) em todas as novas edificações industriais no AI, AIC e ADEE.
- 7 - Na AORB serão anexadas à ALA as áreas verdes em todo novo parcelamento que forem simultaneamente limítrofes a esta e que façam parte daquelas exigidas pela Lei 6.766.
- 8 - No limite de pavimentos descritos na tabela de parâmetros urbanísticos, o pavimento subsolo, quando utilizado para garagens, não serão computados.
 - * Exceção está sujeita à análise do Conselho do Plano Diretor (CPD).
 - ** O afastamento mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) deverá ser observado a partir do 3º pavimento ou do início da torre da edificação quando a mesma possuir construção caracterizada por embasamento e torre. Nestes casos, a taxa de ocupação será de 80% (oitenta por cento) para a base e 60% (sessenta por cento) para a torre.
Base: compreende o térreo (1º pavimento) mais o 2º pavimento;
Torre: a partir do 3º pavimento, quando a edificação tem seu volume reduzido em relação à base.

ANEXO VI – TABELA DE INCOMODIDADES

TABELA DE INCOMODIDADES

TABELA DE INCOMODIDADES

Para a AUD, os parâmetros de incomodidades estarão sob análise do Conselho do Plano Diretor.

ANEXO VII – CROQUIS

Recuo e afastamentos conforme índices urbanísticos (anexo V)
e glossário (anexo IX)

Exemplo de lote de meio de quadra, considerando o pavimento térreo sem afastamentos laterais, com paredes cegas nas mesmas e recuo frontal.

Exemplo de lote de meio de quadra, considerando o pavimento térreo com afastamentos laterais e recuo frontal.

Exemplo de lote de esquina, considerando o pavimento térreo com afastamentos laterais e recuos frontais.

Exemplo de edificação indicando a altura (H) a ser considerada para fins dos parâmetros urbanísticos.

Exemplo de edificação indicando o embasamento (térreo), e a torre da edificação com afastamentos da divisa conforme parâmetros urbanísticos.

ANEXO VIII – PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORITÁRIOS

TEMA: INDÚSTRIA

TEMA: TURISMO

TEMA: MOBILIDADE E TRANSPORTE

TEMA: MOBILIDADE E TRANSPORTE

TEMA: SAÚDE

TEMA: LAZER E MEIO AMBIENTE

TEMA: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO/MEIO AMBIENTE

ANEXO IX – GLOSSÁRIO

Agroquímico: adubos químicos e agrotóxicos em geral, produzidos artificialmente, incluindo herbicidas, fungicidas, acaricidas e outros.

Área de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Áreas verdes: bosques de mata nativa representativos da flora do Município, destinados à proteção e preservação das águas, do habitat natural da flora e da fauna, da estabilidade do solo e da paisagem natural, que observem e mantenham uma distribuição equilibrada dos maciços vegetais.

Arruamento: abertura de via ou logradouro destinado à circulação ou utilização pública.

Atividade: tipo de atividade econômica que será desenvolvida, se comercial, serviços ou industrial.

Coefficiente de aproveitamento (CA): é o número que, multiplicado pela área do imóvel indica a quantidade máxima de metros quadrados que podem ser construídos em um imóvel, somando-se as áreas totais de todos os pavimentos.

Mínimo: é o número que indica o mínimo de área construída que deve existir num terreno, abaixo do qual este terreno será considerado subutilizado.

Básico: é o número que indica o máximo de área construída permitida para o imóvel.

Máximo: é o número que indica o potencial construtivo adicional ao básico permitido num imóvel, que poderá ser exercido mediante aplicação dos instrumentos previstos neste plano.

Concentração de DBO: Concentração de Demanda Bioquímica de Oxigênio.

Concentração de DQO: Concentração de Demanda Química de Oxigênio.

Concessão de direito real de uso: direito real resolúvel, ou seja, que se pode extinguir com o passar do tempo caso não seja cumprida sua finalidade, aplicável a terrenos públicos ou particulares, de caráter gratuito ou oneroso, para fins de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social.

Concessão de uso especial para fins de moradia: é o instrumento hábil para regularização fundiária das terras públicas informalmente ocupadas pela população de baixa renda.

Conservação: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

Consórcio imobiliário: é um instrumento de cooperação entre o Poder Executivo Municipal e a iniciativa privada, para fins de urbanizar em áreas carentes de infraestrutura e serviços urbanos, e contenham imóveis urbanos subutilizados ou não utilizados.

Densidade demográfica ou populacional: relação entre o número de habitantes de determinada área e a área em questão (número de habitantes por hectare: hab/ha; número de habitantes por metro quadrado: hab/m²; número de habitantes por quilometro quadrado: hab/km² etc.).

Desenvolvimento: é um processo dinâmico de melhoria que implica uma mudança, uma evolução, crescimento e avanço, podendo ocorrer nos âmbitos: sociais, econômicos, ambientais, entre outros.

Desmembramento: a divisão de gleba ou lote em lotes destinados à edificação, que não implique na abertura de novas vias públicas ou logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

Drenagem urbana: sistema preventivo de inundações por meio do gerenciamento da água da chuva que escoar no meio urbano, minimizando os riscos aos quais a população está sujeita.

Empreendimentos de impacto: são aqueles que quando instalados, independente do porte, geram efeitos negativos sobre a infraestrutura, sobre a paisagem, sobre a população residente local, sobre as atividades econômicas existentes e sobre o meio-ambiente.

Equipamentos urbanos: são todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento do município, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados. Por exemplo: abastecimento de água, serviço de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica, gás canalizado, entre outros.

Estudo de Impacto Ambiental (EIA): objetiva avaliar as consequências de ações e projetos capazes de gerar alterações na qualidade de determinado ambiente, avaliando as prováveis modificações nas diversas características socioeconômicas e biofísicas do meio ambiente que possam resultar de um projeto proposto.

Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV): documento técnico a ser exigido, com base em lei municipal, para a concessão de licenças e autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos ou atividades que possam afetar a qualidade de vida da população residente na área ou nas proximidades.

Gleba: área de terra que não foi objeto de parcelamento urbano.

Habitação de Interesse Social: é aquela destinada às famílias com renda igual ou inferior a 3 (três) salários mínimos, de promoção pública ou a ela vinculada.

Imóvel não edificado: refere-se ao imóvel que possui área igual ou superior a 500 m² (quinhentos metros quadrados) ou conjunto de imóveis urbanos contíguos, de um único proprietário registrado, cuja somatória das áreas registradas seja superior a 500 m² (quinhentos metros quadrados) e cujo coeficiente de aproveitamento seja igual à zero na Macroárea Urbana (MAURB);

Imóvel não utilizado: todo tipo de edificação que esteja comprovadamente desocupada há mais de dois anos, independente da área construída, ressalvados os casos dos imóveis integrantes de massa falida.

Imóvel subutilizado: aquele cujo aproveitamento do solo for inferior ao coeficiente mínimo definido em anexo deste Plano.

Impacto ambiental: considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas e biológicas do ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

Incomodidade: a reação adversa de forma aguda ou crônica sobre o meio ambiente, natural e construído, tendo em vista suas estruturas físicas e sistemas sociais.

Infraestrutura básica: são os equipamentos de abastecimento de água potável, disposição adequada de esgoto sanitário, distribuição de energia elétrica, e solução de manejo de águas pluviais.

Infraestrutura urbana: é a estrutura composta pelos equipamentos de abastecimento de água potável, pela rede de coleta e sistema de

tratamento de esgoto sanitário, pela distribuição de energia elétrica e iluminação pública, pela rede de drenagem de águas pluviais e pelas vias de circulação.

Instrumentos urbanísticos: são ferramentas que viabilizam as intenções para induzir o desenvolvimento e a inclusão territorial da população marginalizada e para fazer a gestão democrática do município.

Lauda geoambiental: é um instrumento para se conhecer o subsolo, o nível do lençol freático, coeficientes de permeabilidade a fim de se avaliar possibilidade de infiltração de efluentes, águas pluviais e avaliar vazão de água pluvial decorrentes da impermeabilização do terreno.

Lote: a unidade imobiliária destinada à edificação resultante de loteamento ou desmembramento.

Loteamento: a divisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias públicas ou logradouros públicos, ou com prolongamento, modificação ou ampliação das vias públicas ou logradouros públicos existentes.

Macroáreas: unidades territoriais definidas pelas macroáreas a partir das suas características de uso e ocupação do solo; disponibilidade de infraestrutura básica, serviços públicos e equipamentos comunitários. As Macroáreas orientam a formulação das Políticas Públicas Municipais e servem de base para a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade. Divisão do Município em unidades territoriais (Macroáreas, áreas, setores, eixos, entre outros) e é o referencial espacial para o uso, ocupação e urbanização do solo, para as Políticas Públicas Municipais e para os instrumentos do Estatuto da Cidade.

Manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas.

Mobilidade urbana: resultado da interação dos deslocamentos de pessoas e bens entre si e com o próprio meio, que visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização dos modos não-motorizados e coletivos de transporte, de forma efetiva, que não gere segregações espaciais.

Moradia digna: é a moradia adequada e acessível a toda população, sem distinção de cor, raça, credo ou classe social, que atende simultaneamente aos requisitos de posse juridicamente segura; espaço e acessibilidade física; adequada iluminação, aquecimento e ventilação; adequada infraestrutura básica e serviços, bem como suprimento de água, saneamento e tratamento de resíduos; de durabilidade e estabilidade estrutural; apropriada qualidade ambiental e de saúde; adequada localização com relação ao trabalho e serviços básicos; fisicamente acessível e próxima a áreas habitadas.

Parcelamento do solo urbano: é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, podendo ser realizado na forma de loteamento, desmembramento e remembramento, sempre mediante aprovação municipal.

Passeios verdes lineares: são espaços não pavimentados destinados a lazer, convívio social, entremeados por estacionamento, incrementados com vegetação que poderá ser retirada posteriormente, caso seja necessário ampliar a largura da faixa viária.

Ph: o potencial hidrogeniônico é um índice que indica a acidez, a neutralidade ou a alcalinidade de um meio qualquer.

Plano plurianual (PPA): é o planejamento do município no tempo; prevê as despesas com programas, obras e serviços decorrentes que duram mais de um ano. No primeiro ano de governo, o prefeito deve propor diretrizes, metas e objetivos que, após aprovação, terão vigência nos próximos três anos de sua gestão e no primeiro ano da gestão seguinte. É do PPA que saem as metas para cada ano de gestão.

Políticas Públicas: é o conjunto de ações ou normas de iniciativa governamental que visa determinados objetivos. Nessa perspectiva, as Políticas Públicas têm sempre caráter estatal, ainda que sua execução, por meio de programas, de projetos e de atividades, possa envolver agentes privados.

Poluição Sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade.

População residente ou fixa: é aquela constituída pelos moradores em domicílios na data de referência de elaboração do Censo Demográfico. Considera-se como moradora a pessoa que tinha o domicílio como local de residência habitual e que, na data de referência, estava presente ou ausente por período que não tenha sido superior a 12 (doze) meses em relação àquela data.

Potencial construtivo (PC): é a área que se pode construir num lote. É calculado pela fórmula: área total do terreno (AT) x coeficiente de aproveitamento (CA).

Preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção ao longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.

Quadra: divisão resultante do processo de loteamento, delimitada por vias de circulação e/ou limites deste mesmo loteamento.

Recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original.

Reflorestamento: processo que restabelece a cobertura florestal de uma área anteriormente desmatada; repovoamento florestal.

Regularização fundiária: o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, que visem a adequar assentamentos preexistentes, informais ou irregulares, às conformações legais, de modo a garantir o direito a cidades menos impactantes e o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana.

RIMA: Relatório de Impacto Ambiental. É o relatório que descreve todas as conclusões apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e deve esclarecer todos os elementos da proposta em estudo, de modo que possam ser divulgados e apreciados pelos grupos sociais interessados e por todas as instituições envolvidas na tomada de decisão. É obrigatório para o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente

Ruído: qualquer som que cause ou tenda a causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos e ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais.

Serviços públicos: são todos os serviços prestados pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controle estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado. Englobam os serviços de esporte, lazer, educação, cultura, saúde, segurança, convívio social, transporte coletivo, limpeza pública, coleta de lixo seletiva, entre outros.

Sistema viário: conjunto das vias públicas, rurais e urbanas, que possuem funções e características físicas as quais definem-se por: ruas, avenidas, vielas, estradas, caminhos, passagens, calçadas, passeios, ciclovias e outros logradouros.

Subsolo: pavimento inferior ao nível da via pública de acesso principal ao lote onde se localiza a edificação, sendo que sua cota superior deverá estar no máximo a 1,50 m de altura da via pública e seu piso no mínimo 1,50 m abaixo da via pública.

Taxa de ocupação: corresponde ao índice urbanístico que limita a máxima projeção ortogonal possível da área construída sobre o lote em questão.

Taxa de permeabilidade do solo: é a relação entre a área onde não é permitido edificar ou revestir o solo com material que impeça a absorção da água da chuva, e a área total do terreno.

Testada: comprimento da frente do lote ou gleba, expressa em metros, medida entre as divisas laterais do lote ou gleba.

Tóxico: substância ou agente venenoso capaz de provocar envenenamento.

Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Uso do solo: é o conjunto das atividades e processos individuais de produção e reprodução de uma sociedade sobre uma aglomeração urbana. É uma combinação de um tipo de uso e um tipo de assentamento.

Uso: refere-se ao tipo de utilização do imóvel, sendo: a) habitacional; b) não habitacional; ou c) misto.

Via: superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central.

ANEXO X – LISTA DE SIGLAS

ADEE - Área de Desenvolvimento Econômico Especial;
AEIS - Área Especial de Interesse Social;
AEUF - Área de Expansão Urbana Futura;
AI - Área Industrial;
AIC - Área Industrial Consolidada;
AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani;
AOUP - Área de Ocupação Urbana Prioritária;
ALA - Área de Lazer Ambiental;
AP - Área do Parque;
APEA - Área da Floresta das Araucárias;
APP - Associações de Pais e Professores;
APP - Área de Preservação Permanente;
ARAP - Área de Resguardo Ambiental e da Paisagem;
AORB - Área de Ocupação Restrita da Bacia;
AUD - Área Urbana Descontínua;
CPD - Conselho do Plano Diretor;
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente;
DBO - Demanda Bioquímica de Oxigênio;
DQO - Demanda Química de Oxigênio;
EDU - Eixo de Densificação Urbana;
ECF - Eixo de Conexão Futura;
EIA - Estudo de Impacto Ambiental;
EIE - Eixo de Integração Interestadual;
EIM - Eixo de Integração Intermunicipal;
EIV - Estudo Impacto de Vizinhaça;
EMP - Equipe Municipal de Planejamento;
EPR - Eixo de Escoamento da Produção;
FMPD - Fundo Municipal do Plano Diretor;
GLP - Gás Liquefeito de Petróleo;
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano;
HIS - Habitação de Interesse Social;
MAPP - Macroárea de Produção Primária;
MAURB - Macroárea Urbana;
Macroárea da UHE Quebra Queixo;
Macroárea da PCH Ludesá;
Macroárea da PCH Santa Luzia Alto;
MDMaratá - Macroárea do Distrito de Maratá;
MDVilaMilani - Macroárea do Distrito de Vila Milani;
PACUERA - Plano de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais;
PEA - Parque Estadual das Araucárias;
Ph- Potencial hidrogeniônico;
PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência;
RAEIS - Regularização de Área Especial de Interesse Social;
REIV - Relatório de Impacto de Vizinhaça;
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental;
SIMPLAGE - Sistema Municipal de Planejamento e Gestão.

ANEXO XI – SIMPLAGE

POR 1952 DE 16 05 16 FÉRIAS A SERVIDORA KAREN PAOLA ANGHINONI

PORTARIA Nº 1952, DE 16 DE MAIO DE 2016.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimento protocolado sob o 805/2016 junto ao Setor de Pessoal deste município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Karen Paola Anghinoni	Agente Administrativo	10/03/14 a 09/03/15	12	17/05/16 a 28/05/16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 16 de maio de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1953 DE 18 05 16 CONCEDE AFASTAMENTO LEGAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULIANE BRUNETTO

PORTARIA Nº 1953, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede afastamento legal a servidora pública municipal

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

· Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

· Considerando Art. 80 letra b, da Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 14/05/2016 a 18/05/16, por motivo de falecimento de seu pai, a Servidora Publica Municipal, Juliane Brunetto, ocupante do Cargo Público de Assessor de Secretaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 18 de maio de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

POR 1954 DE 18 05 16 CONCEDE AFASTAMENTO LEGAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VITORIO BRUNETTO NETO

PORTARIA Nº 1954, DE 18 DE MAIO DE 2016

Concede afastamento legal ao servidor público municipal

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

· Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

· Considerando Art. 80 letra b, da Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 14/05/2016 a 18/05/16, por motivo de falecimento de seu irmão, o Servidor Publico Municipal, Vitorio Brunetto Neto, ocupante do Cargo Público de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 18 de maio de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 1949, DE 06 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1949, DE 06 DE MAIO DE 2016

Constitui Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal das Cidades e dá outras providências

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o Decreto Federal nº 5.790, de 25 de maio de 2006, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências;

Considerando Portaria nº 24 de 29 de outubro de 2015, da Secretaria de Estado do Planejamento, nos termos da Resolução Normativa nº 19 de 18 de setembro de 2015 do Ministério das Cidades;

Considerando o disposto no artigo 116B da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990, atualizada, que assim estabelece:

"Art. 116 B. É obrigatória a realização de conferências nas áreas da saúde, assistência social, criança e adolescente, meio ambiente e política urbana, com periodicidade, procedimentos e forma de convocação disciplinados em lei municipal";

Considerando a necessidade de organizar, avaliar e formular programação e regimento interno para a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades, convocada através do Decreto Municipal nº 2273, de 05 de maio de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal das Cidades, nos termos do art. 21 do Regimento Interno da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 2º A Comissão Preparatória Municipal será composta por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil e poder público municipal, conforme segue:

I. Gestores, administradores públicos e legislativos:

a) Ana Claudia Barizon Fontana da Luz;

b) Sandra Maria Fiorese;

c) Ari Pertile;

d) Vianeí Ferrarini Meoti;

II. Movimentos Populares:

a) Nicanor Rodrigues de Souza;

b) Sebastiana Eronita Galvão;

c) Janete Nair Maciel;

III. Trabalhadores, por suas entidades sindicais:

d) João Carlos Cenci;

IV. Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano:

a) Fabio Bigolin;

V. Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais:

a) Andressa Lorenzon, CREA nº 126668-0;

VI. ONG's com atuação na área do Desenvolvimento Urbano:

a) não há organização desta natureza no município;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de maio de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

São João do Oeste

PREFEITURA

ANULAÇÃO 27/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que foi anulado o Processo Licitatório nº 43/2016, Pregão Presencial 027/2016, em virtude de dúvidas geradas acerca da descrição do objeto do certame, a Comissão Permanente de Licitação decidiu pela anulação do presente certame.

Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 16 de maio de 2.016. Sérgio Luis Theisen – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e LMV- Informática – Delta Informática

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2016

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e material permanente para estruturação do centro municipal de saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 189,00

VIGÊNCIA: 10.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 10 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Zilmar Lazarotto Mei

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2016

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e material permanente para estruturação do centro municipal de saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 2.450,00

VIGÊNCIA: 10.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 10 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e JV- Itech Informática Tecnologia e Impressão LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2016

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e material permanente para estruturação do centro municipal de saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 9.166,00

VIGÊNCIA: 10.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 10 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Megha Equipamentos e Materiais Médicos- LTDA.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2016

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e material permanente para estruturação do centro municipal de saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 7.330,00

VIGÊNCIA: 10.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 10 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Dental Oeste- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2016

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e material permanente para estruturação do centro municipal de saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 15.350,00

VIGÊNCIA: 10.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 10 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e MB Catarinense- LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2016

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e material permanente para estruturação do centro municipal de saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 2.400,00

VIGÊNCIA: 10.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 10 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Telecopy Equipamentos LTDA- EPP

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2016

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e material permanente para estruturação do centro municipal de saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 7.198,20

VIGÊNCIA: 10.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 10 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e LMV Informática- Delta Informática.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 05/2016

OBJETO: "Aquisição de material de expediente para a manutenção das atividades da Secretaria da Saúde de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 1.840,00

VIGÊNCIA: 18.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 18 de maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

VIGÊNCIA: 07.05.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 08 de maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Telecopy Equipamentos LTDA- EPP

ORIGEM: Pregão Presencial nº 05/2016

OBJETO: "Aquisição de material de expediente para a manutenção das atividades da Secretaria da Saúde de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 3.877,17

VIGÊNCIA: 18.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 18 de maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 34/2016

OBJETO: "Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção das atividades do departamento da terceira idade do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 3.244,76

VIGÊNCIA: 07.05.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 08 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Supermercado Bressler- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 05/2016

OBJETO: "Aquisição de material de expediente para a manutenção das atividades da Secretaria da Saúde de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 290,00

VIGÊNCIA: 18.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 18 de maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Flávio Rauber- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 34/2016

OBJETO: "Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção das atividades do departamento da terceira idade do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 5.995,00

VIGÊNCIA: 07.05.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 08 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 52/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 52/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Fabiano Patricio Bido-MEI

ORIGEM: Pregão Presencial nº 32/2016

OBJETO: "Aquisição de tintas e matérias e contratação de mão de obras para reforma e pintura externa do prédio da Prefeitura do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 26.800,00

VIGÊNCIA: 04.05.2016 até 30.07.2016

São João do Oeste – 04 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Supermercado Bressler LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 34/2016

OBJETO: "Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção das atividades do departamento da terceira idade do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 6.220,00

VIGÊNCIA: 07.05.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 08 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Ilaine Rasch Oberger-Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 34/2016

OBJETO: "Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção das atividades do departamento da terceira idade do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 9.950,00

VIGÊNCIA: 07.05.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 08 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 54/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 54/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Associação dos Árbitros de Guaraciaba – ASSAG.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 35/2016

OBJETO: "Contratação de empresa para efetuar serviços de arbitragem nos campeonatos promovidos pela CME do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 13.900,00

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Padaria e Confeitaria Reinehr Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 34/2016

OBJETO: "Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção das atividades do departamento da terceira idade do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 3.960,00

VIGÊNCIA: 07.05.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 08 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

VIGÊNCIA: 18.05.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 18 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 56/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 56/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Maravimáquinas Comércio de Peças e Serviços- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 35/2016

OBJETO: "Aquisição de peças e manutenção de motoniveladora New Holand RG. 170, do setor de obras do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 2.216,00

VIGÊNCIA: 11.05.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 11 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 60/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 60/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Arte Cores Impressão Digital – LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2016

OBJETO: "Aquisição de placas de trânsito reflexivas, estrutura e poste 03 galvanizado para o setor de urbanismo do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 4.470,00

VIGÊNCIA: 19.05.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 19 de maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e JV-Itch Informática tecnologia e impressão Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 40/2016

OBJETO: "Aquisição de móveis, equipamentos eletrônicos e quadros escolares, destinado as diversas secretarias do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 9.888,00

VIGÊNCIA: 19.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 19 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 57/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 57/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e César Kramer- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 36/2016

OBJETO: "Aquisição de plantas ornamentais para o setor de urbanismo do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 8.905,00

VIGÊNCIA: 11.05.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 11 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e MB Catarinense- Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 40/2016

OBJETO: "Aquisição de móveis, equipamentos eletrônicos e quadros escolares, destinado as diversas secretarias do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 1.000,00

VIGÊNCIA: 19.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 19 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 59/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 59/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Gesul Comercial- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 38/2016

OBJETO: "Aquisição de Conjunto de Lixeiras para o setor de urbanismo do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 8.390,00

VIGÊNCIA: 18.05.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 18 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e LMV- Informática – Delta Informática

ORIGEM: Pregão Presencial nº 03/2016

OBJETO: "Aquisição de equipamentos e material permanente para estruturação do centro municipal de saúde do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 189,00

VIGÊNCIA: 10.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 10 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 59/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 59/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Gesul Comercial- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 38/2016

OBJETO: "Aquisição de Conjunto de Lixeiras para o setor de urbanismo do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 8.390,00

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Tiago Kronbauer Fritzen- EPP

ORIGEM: Pregão Presencial nº 40/2016

OBJETO: "Aquisição de móveis, equipamentos eletrônicos e quadros escolares, destinado as diversas secretarias do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 5.599,00

VIGÊNCIA: 19.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 19 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016

ORIGEM: Pregão Presencial nº 04/2016

OBJETO: "Aquisição de pneus novos para os veículos da secretaria da Saúde de São João do Oeste".

São João do Oeste – 11 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e LMV Informática LTDA-ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 40/2016

OBJETO: "Aquisição de móveis, equipamentos eletrônicos e quadros escolares, destinado as diversas secretarias do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 2.372,00

VIGÊNCIA: 19.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 19 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Telecopy Equipamentos- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 40/2016

OBJETO: "Aquisição de móveis, equipamentos eletrônicos e quadros escolares, destinado as diversas secretarias do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 627,00

VIGÊNCIA: 19.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 19 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 61/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e JP Equipamentos- Ltda-ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 40/2016

OBJETO: "Aquisição de móveis, equipamentos eletrônicos e quadros escolares, destinado as diversas secretarias do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 86,94

VIGÊNCIA: 19.05.2016 até 30.06.2016

São João do Oeste – 19 de Maio de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 143/2016

DECRET O Nº 143/2016

“QUE ABRE CRÉDITO POR REMANEJAMENTO ENTRE DOTAÇÕES DENTRO DO MESMO PROJETO/ATIVIDADE NO ORÇAMENTO PROGRAMADA DE 2016, CONFORME ARTIGO 4º DA LEI Nº 4.383/2015, DE 23/12/2015 ”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
(33)3.3.90.00.00.00.00.2.010-0160 – Aplicações Diretas
54.600,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 54.600,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do remanejamento parcial do saldo da seguinte Dotação:

03 – PODER EXECUTIVO

03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
(34)4.4.90.00.00.00.00.2.010-0160 – Aplicações Diretas
54.600,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 54.600,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 144/2016

DECRET O Nº 144/2016

“QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 16, datado de 01/02/2016; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por ANGELA LUZIA BATHKE, de um imóvel urbano de terras medindo 5.412,00m², situado no Loteamento Paulo Bathke Filho, nesta cidade, conforme especificações que segue:

MEMORIAL DESCRITIVO

ÁREA TOTAL: 5.412,00m²: Frente com 63,00 metros, confronta-se com a Rua nº 02; fundos com 60,00 metros, confronta-se com a Rua nº 01; pelo lado esquerdo com 88,00 metros, confronta-se com terras de João Rogério de Souza Campos; pelo lado direito com 88,00 metros, confronta-se com a Rua nº 06, fechando as confrontações e medidas da área total.

LOTE 93: 450,00m² : Frente com 17,90 metros, confronta-se com a Rua nº 01; fundos com 17,90 metros, confronta-se com o Lote nº 95 de Angela Luzia Bathke; pelo lado esquerdo com 25,14 metros, confronta-se com a Rua nº 06; pelo lado direito com 25,14 metros, confronta-se com o lote nº 94 de Angela Luzia Bathke, fechando as confrontações e medidas do lote nº 93, distante 102,10 metros da Rua nº 05.

LOTE 94: 366,00m² : Frente com 14,10 metros, confronta-se com a Rua nº 01; fundos com 14,95 metros, confronta-se com o Lote nº 95 de Angela Luzia Bathke; pelo lado esquerdo com 25,14 metros, confronta-se com o Lote nº 93 de Angela Luzia Bathke; pelo lado direito com 25,14 metros, confronta-se com o Lote nº 103 de Angela Luzia Bathke, fechando as confrontações e medidas do lote nº 94, distante 17,90 metros da Rua nº 06 e 88,00 metros da Rua nº 05.

LOTE 95: 416,60m² : Frente com 12,57 metros, confronta-se com a Rua nº 06; fundos com 12,57 metros, confronta-se com o Lote nº 103 de Angela Luzia Bathke; pelo lado esquerdo com 33,28 metros, confronta-se com o Lote nº 96 de Angela Luzia Bathke; pelo lado direito com 32,85 metros, confronta-se respectivamente 17,90 metros com o Lote nº 93 e 14,95 metros com o Lote nº 94, todos de Angela Luzia Bathke, fechando as confrontações e medidas do Lote nº 95, distante 50,28 metros da Rua nº 02 e 25,14 metros da Rua nº 01.

LOTE 96: 421,00m² : Frente com 12,57 metros, confronta-se com a Rua nº 06; fundos com 12,57 metros, confronta-se respectivamente 6,28 metros com o Lote nº 100 e 6,29 metros com o Lote nº 103, todos de Angela Luzia Bathke; pelo lado esquerdo com 33,70 metros, confronta-se com o Lote nº 97, de Angela Luzia Bathke; pelo lado direito com 33,28 metros, confronta-se com o Lote nº 95 de Angela Luzia Bathke, fechando as confrontações e medidas do Lote nº 96, distante 37,71 metros da Rua nº 02 e 37,71 metros da Rua nº 01.

LOTE 97: 426,40m² : Frente com 12,57 metros, confronta-se com a Rua nº 06; fundos com 12,57 metros, confronta-se com o Lote nº 100, de Angela Luzia Bathke; pelo lado esquerdo com 34,14 metros, confronta-se respectivamente 17,90 metros com o Lote nº 99 e 16,24 metros com o Lote nº 98, todos de Angela Luzia Bathke; pelo lado direito com 33,70 metros, confronta-se com o Lote nº 96 de Angela Luzia Bathke, fechando as confrontações e medidas do Lote nº 97, distante 25,14 metros da Rua nº 02 e 50,28 metros da Rua nº 01.

LOTE 98: 418,00m² : Frente com 17,10 metros, confronta-se com a Rua nº 02; fundos com 16,24 metros, confronta-se com o Lote nº 97 de Angela Luzia Bathke; pelo lado esquerdo com 25,14 metros, confronta-se com o Lote nº 100 de Angela Luzia Bathke; pelo lado direito com 25,14 metros, confronta-se com o Lote nº 99 de Angela Luzia Bathke, fechando as confrontações e medidas do Lote nº 98, distante 88,00 metros da Rua nº 05 e 17,90 metros da Rua nº 06.

LOTE 99: 450,00m² : Frente com 17,90 metros, confronta-se com a Rua nº 02; fundos com 17,90 metros, confronta-se com o Lote nº 97 de Angela Luzia Bathke; pelo lado esquerdo com 25,14 metros, confronta-se com o Lote nº 98 de Angela Luzia Bathke; pelo lado direito com 25,14 metros, confronta-se com a Rua nº 06, fechando as confrontações e medidas do lote nº 99, distante 105,10 metros da Rua nº 05.

LOTE 100: 616,00m² : Frente com 14,00 metros, confronta-se com a Rua nº 02; fundos com 14,00 metros, confronta-se com o lote nº 103 de Angela Luzia Bathke; pelo lado esquerdo com 44,00 metros, confronta-se com o lote nº 101 de Angela Luzia Bathke; pelo lado direito com 44,00 metros, confronta-se respectivamente, 25,14 metros com o Lote nº 98, 12,57 metros com o Lote nº 97 e 6,28 metros com o Lote nº 96, todos de Angela Luzia Bathke, fechando as confrontações e medidas do lote nº 100, distante 74,00 metros da Rua nº 05 e 35,00 metros da Rua nº 06.

LOTE 101: 616,00m² : Frente com 14,00 metros, confronta-se com a Rua nº 02; fundos com 14,00 metros, confronta-se com o Lote nº 102 de Angela Luzia Bathke; pelo lado esquerdo com 44,00 metros, confronta-se com terras de João Rogério de Souza Campos; pelo lado direito com 44,00 metros, confronta-se com o Lote nº 100 de Angela Luzia Bathke, fechando as confrontações e medidas do lote nº 101.

LOTE 102: 616,00m² : Frente com 14,00 metros, confronta-se com a Rua nº 01; fundos com 14,00 metros, confronta-se com o Lote nº 101 de Angela Luzia Bathke; pelo lado esquerdo com 44,00 metros, confronta-se com o Lote nº 103, de Angela Luzia Bathke; pelo lado direito com 44,00 metros, confronta-se com terras de João Rogério de Souza Campos, fechando as confrontações e medidas do Lote nº 102, distante 46,00 metros da rua nº 06 e 60,00 metros da rua nº 05.

LOTE 103: 616,00m² : Frente com 14,00 metros, confronta-se com a Rua nº 01; fundos com 14,00 metros, confronta-se com o lote nº 100 de Angela Luzia Bathke; pelo lado esquerdo com 44,00 metros, confronta-se respectivamente 25,14 metros com o Lote nº 94, 12,57 metros com o Lote nº 95 e 6,29 metros com o Lote nº 96, todos de Angela Luzia Bathke; pelo lado direito com 44,00 metros, confronta-se com o lote nº 102 de Angela Luzia Bathke, fechando as confrontações e medidas do Lote nº 103, distante 32,00 metros da rua nº 06 e 74,00 metros da rua nº 05.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 145/2016

DECRETO Nº 145/2016

"NOMEIA NOVOS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim – SC., no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.377/2015, de 15 de Dezembro de 2015, em seu art. 2º; Ficam NOMEADOS os Membros para comporem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social- CGFMHIS:

- REPRESENTANTES DA DIRETORIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E AÇÕES COMUNITÁRIAS:

Titular: Caroline Tomaz Carvalho

Suplente: Jozimara de Fatima Pereira

- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

Titular: Elson Cavalheiro Nunes

Suplente: Claudimir Rodrigues da Silva

- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular: Dayane Oliveira de Brida;

Suplente: Lusiane Zandonadi Nunes;

- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO:

Titular: Neri Antonio Chiodelli;

Suplente: Luciano Boering;

- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO:

Titular: Layse Cechinel Rodrigues;

Suplente: Wilmar da Silva;

- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

Titular: Daniela Pereira Matos;

Suplente: Daniele Hugen Rodrigues;

- REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO JOAQUINENSE DA TERCEIRA IDADE AJOTERI:

Titular: Neri Silveira

Suplente: Vilma Terezinha Silveira

-REPRESENTANTES DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-SUBSESSÃO DE SÃO JOAQUIM-SC

Titular: Sarita Nunes;

Suplente: Gustavo Moraes Pagani;

- REPRESENTANTES DO SINDICATO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO JOAQUIM- SINTRAF-SJR:

Titular: Ilton Carvalho;

Suplente: Edite Ramos Nunes;

- REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS SJR:

Titular: Renato dos Santos;

Suplente: Sebastião Ribeiro da Silva.

Parágrafo Primeiro – O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mandato subsequente.

Parágrafo Segundo – As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 146/2016

DECRET O Nº 146/2016

"QUE EXONERA A FUNCIONÁRIA
MARCIA NUNES"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Conforme apresentação de Atestado de Óbito; Fica EXONERADA por falecimento a funcionária MARCIA NUNES, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Administrativo, para o qual havia sido admitida através da C.T.P.S. nº 8.397, série 00011 e nomeada através do Decreto Nº 112/1996.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 13 de Maio de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 147/2016

DECRET O Nº 147/2016

"QUE REMANEJA DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA ATIVIDADE, DA MESMA FONTE DE RECURSOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO
03.14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(15)3.3.90.00.00.00.00.2.020-0623 – Aplicações Diretas
25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 25.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do remanejamento parcial do saldo da seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO
03.14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(7)3.1.90.00.00.00.00.2.020-0623 – Aplicações Diretas
25.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO
..... 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 148/2016

DECRETO Nº 148/2016

"QUE EFETIVA FUNCIONÁRIO APROVADO EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação especial de Estágio Probatório, fica EFETIVADO o funcionário: – ITAMAR OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Operador de Máquina e Equipamento, sendo que o mesmo já foi aprovado nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 06 de Maio de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 149/2016

DECRET O Nº 149/2016

"QUE CONCEDE PONTO FACULTATIVO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, no dia 27/05/2016 (Sexta-Feira) em virtude do Feriado de Corpus Christi, voltando ao expediente normal no dia 30/05/2016 (Segunda-feira).

Parágrafo Único – Excetuam-se das disposições do artigo 1º os serviços considerados de natureza especial das Secretarias Municipais de Obras e Viação, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria de Administração (rodoviária) e Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 27/05/2016, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 140/2016, 10 de Maio de 2016, por haver saído com incorreções..

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 150/2016

DECRET O Nº 150/2016

"QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DA FONTE DE RECURSOS LIVRES VERIFICADO EM 31/12/2015, NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2016 "

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO**03.04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

(2)3.3.90.00.00.00.00.2.005-0015 – Aplicações Diretas
50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro da fonte de recursos livres verificado em 31/12/2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 151/2016

DECRETO Nº 151/2016

“QUE NOMEIA FUNCIONÁRIOS, POR FORÇA DE
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam NOMEADAS as seguintes pessoas: – GLECI TEREZINHA DOS SANTOS, para ocupar o Cargo Efetivo de Professora Plena - Anos Iniciais, na E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, com 20 horas semanais classificada em 8º lugar no Concurso Público Nº 02/2015, realizado em data de 17/01/16, sob o regime estatutário, pois a professora titular do Cargo Leonilda Aparecida Tortelli Pereira aposentou-se. – JANETE BARBOSA DE SOUZA, para ocupar o Cargo Efetivo de Professora Plena – Anos Iniciais, na E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, com 20 horas semanais classificada em 4º lugar no Concurso Público Nº 002/2015, realizado em data de 17/01/16, sob o regime estatutário, pois a professora titular do Cargo Marli de Fatima Matos da Silva aposentou-se.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 152/2016

DECRETO Nº 152/2016

“QUE EFETIVA FUNCIONÁRIO APROVADO EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação especial de Estágio Probatório, fica EFETIVADO o funcionário: – CLAITON MARTINS ALVES, ocupante do Cargo de Médico Veterinário, sendo que o mesmo já foi aprovado nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 153/2016

DECRETO Nº 153/2016

“CRIA E NOMEIA OS MEMBROS PARA A COMISSÃO
COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.333/2016; Fica Criada e Nomeada a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, integrada pelos seguintes membros:

- Representantes da SMECD:
Titular: Fabiane Silva Cevey Tamaki;
Suplente: Claudia Lourenço Bueno,

- Representantes do Fundo Municipal da Educação:
Titular: Fabiano Padilha;
Suplente: Maria Bernadete Barbosa Pereira,

- Representantes do Conselho Municipal de Educação:
Titular: Pedro Paulo Goulart da Silva;
Suplente: Mariléia de Brida Amaral,

- Membros da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores:
Titular: Presidente Edson Andrade Lima;
Suplente: Mauricio Yamashiro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.412

LEI Nº 4.412/2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e

promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional suplementar por conta de superávit financeiro verificado no exercício anterior da fonte de recursos próprios na conta bancária 113880-4 do Banco do Brasil - CTA FUNREBOM.

Art. 2º - Fica aberto no orçamento programa de 2016 crédito adicional suplementar na dotação orçamentária que segue:

03- PODER EXECUTIVO

03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

Atividade 2.010 MANUTENÇÃO DO FUNREBOM

(77)4.4.90.00.00.00.00-0210 – Aplicações Diretas 204.393,72

TOTAL SUPLEMENTAÇÃO
..... 204.393,72

Art. 3º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2015 da fonte de recursos fonte de recursos próprios na conta bancária 113880-4 do Banco do Brasil - CTA FUNREBOM.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 206/2016

PORTARIANº 206/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – VITOR PAULO GOULART, ocupante do Cargo de Borracheiro, por 10 (dez) dias, a contar do dia 02/05/2016. – ANDRÉ MORAES DA ROSA, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 04/05/2016. – SUZANA NAZARÉ ATAIDE DE LIMA, ocupante do Cargo de Professora, por 06 (seis) dias, a contar do dia 04/05/2016. – LUCIANA ZANDONADI, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, do dia 05/05/2016. – JULIANA GOULART ROSA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 05/05/2016. – ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 06/05/2016. – MICHELLE CASSÃO MUNIZ, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 06/05/2016. – LUCIANE PADILHA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia no período matutino, no dia 09/05/16. – IVETE PADILHA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 09/05/2016. – JOSEANE LEHNKUHL, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 09/05/2016. – TEREZINHA MARCILENE DIAS DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 10/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º

desta Portaria, ficando revogadas as disposições da Portaria Nº 200/2016 de 11/05/2016, por haver saído com incorreções.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 207/2016

PORTARIANº 207/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS ao seguinte funcionário: - ALDORI BARBOSA, ocupante do Cargo de Operador de Máquina, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 02/05/2016 à 31/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 208/2016

PORTARIANº 208/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Requerimento Protocolado sob o nº 144/2016, datado de 11/05/2016 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 19; Fica REMOVIDA a senhora RENALDA CÂNDIDO ANELMO, ocupante do Cargo de Professora, lotada na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para desempenhar suas funções na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, a partir desta data.

Parágrafo Único – A Professora mencionada no artigo 1º desta Portaria continuará com carga horária de 20 horas semanais, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 209/2016

PORTARIANº 209/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS ao seguinte funcionário: - VITOR PAULO GOULART, ocupante do Cargo de Borracheiro, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 13/05/2016 à 11/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 210/2016

PORTARIANº 210/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora GLECI TEREZINHA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Professora, no CEI Substação, Bairro Substação, na área de Educação Infantil, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 092/2016, de 26/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2016 – PR 167/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2016 – PR 167/2015 – Processo 513/2015 – Fornecedores: BRUTHAN COMERCIAL LTDA; GIZELE REGINA DA SILVA ME e LAS COMÉRCIO LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS (SCFV-CAJ), OFERTADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, ATRAVÉS DA DIRETORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (DPSB). Valor da ATA: R\$ 681.744,63 (seiscentos e oitenta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 09 de março de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2016 – PR 164/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2016 – PR 164/2015 – Processo 509/2015 – Fornecedor: RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VAN, DESTINADOS AO TRANSPORTE DE ATLETAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, PARA PARTICIPAREM DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS. Valor da ATA: R\$ 301.406,00 (trezentos e um mil e quatrocentos e seis reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 02 de maio de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2016 – PR 034/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2016 – PR 034/2016 – Processo 125/2016 – Fornecedor: BKZ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL S10 E B500, ETANOL, ARLA 32) DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 1.737.313,05 (um milhão, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e treze reais e cinco centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 10 de maio de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2016 – PR 017/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2016 – PR 017/2016 – Processo 070/2016 – Fornecedor: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (KIT LANCHE) DESTINADOS AOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS CADASTRADOS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$197.114,40 (cento e noventa e sete mil, cento e quatorze reais e quarenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 10 de maio de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ERRATA AO EXTRATO DA REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DA REABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 19/05/2016, ONDE SE LÊ: “ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 06 de maio de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 06 de maio de 2016” LEIA-SE: “ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 06 de junho de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 06 de junho de 2016”. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

PORTARIA Nº 004, DE 19 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 004, DE 19 DE MAIO DE 2016.

INSTAURA COMISSÃO

A Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13, IX, da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de Processo Administrativo Preliminar para apurar supostas irregularidades na aquisição de materiais e prestações de serviços, em razão da apresentação de notas fiscais para pagamento sem o devido processo licitatório ou outro procedimento que justificasse a sua dispensa.

Art. 2º. Designar os servidores Fernando Artur Raupp, Decreto nº 5387/2015, ocupante do cargo de Superintendente Adjunto; Amanda de Brito Gamba, matrícula nº 41427-1, ocupante do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro e Ana Paula Sana, matrícula nº 41668, ocupante do cargo de agente administrativo, todos lotados na Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS, para comporem, sob a presidência do

primeiro, a Comissão de Processo Administrativo Preliminar.

Art. 3º. Determinar que a Comissão, inicie os procedimentos processuais, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data da publicação desta Portaria e encerre-se no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período em caso de força maior.

Parágrafo único. No procedimento deverá ser apurado se de fato houve a aquisição dos materiais e/ou prestação dos serviços sem o devido processo legal, bem como se houve dano ao erário.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 19 de maio de 2016.

FERNANDA VIEIRA DINIZ FARIAS

Superintendente da FMADS/SJ

Decreto Municipal nº 6214/2016

PORTARIA Nº 37/2016

PORTARIA Nº 37/2016

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE TOMADA ESPECIAL REFERENTE AO PROCESSO Nº 02/2013/AUD/SMS.

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/1990, no parágrafo único do art. 66, inciso II, e

Considerando o disposto no Decreto nº 368/2013, de 20 de fevereiro de 2013, que disciplina a instauração e a organização dos Processos de Tomada de Contas Especial e estabelece outras providências;

Considerando a exoneração da servidora Greyce Pivotto, matrícula 346500 de seu cargo comissionado junto ao Município de São José/SC e que os membros destas comissões serão prioritariamente servidores efetivos nos termos do § 3º do art. 8º Decreto nº 368/2013 fato esse que não recomenda a possibilidade da mesma compor comissão de tomada de contas especiais no âmbito desse Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Substitui a Sra. Greyce Pivotto da função de membro da Comissão de Tomada de Contas Especial referente ao processo nº 02/2013/AUD/SMS designando neste mesmo ato pra substituí-la o servidor efetivo o Sr. Carlos Eduardo Souza matrícula 329738.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São José (SC), 17 de maio de 2016.

Sinara Regina Landt Simioni

Secretária Municipal da Saúde

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016 - Processo nº 060/2016. Fornecedores: I - EDP COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI – ME e II - SUPERPEÇAS COMÉRCIO E PEÇAS LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Percentual de desconto: I - vencedora do lote 01, sendo o percentual de desconto na mão de obra de 60% (sessenta por cento) e no fornecimento de peças de 26% (vinte e seis por cento) e II - vencedora dos lotes 02, sendo o percentual de desconto na mão de obra de 72% (setenta e dois por cento) e no fornecimento de peças de 34% (trinta e quatro por cento) e lote 03, sendo o percentual de desconto na mão de obra de 50% (cinquenta por cento) e no fornecimento de peças de 30% (trinta por cento). Valor para mão de obra e para peças por Lote: Lote 1 – VEÍCULOS PESADOS: Peças: R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) e Mão de obra: R\$ 90.082,52 (noventa mil, oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos); Lote 2 – VEÍCULOS MÉDIOS: Peças: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) e Mão de obra: R\$ 34.342,60 (trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos) e Lote 3 – VEÍCULOS LEVES: Peças: R\$ 12.059,28 (doze mil, cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos) e Mão de obra: R\$20.000,00 (vinte mil reais). Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº. 463, DE 19 DE MAIO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº. 463, DE 19 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR GERALDO SWIECH.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 42, IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO c/c ART. 23, ALÍNEA "J" E ART. 74, INCISO II, "5", DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedido licença ao Vereador GERALDO SWIECH, para tratar de interesse particular pelo prazo de 32 (trinta e dois) dias, conforme ofício nº. 011/16 (doc. anexo), contados a partir do dia 18 de maio de 2016, nos termos do artigo 37, III, §3º da Lei Orgânica c/c o artigo 87, inciso III, §3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de São José/SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 19 de maio de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 464, DE 19 DE MAIO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº. 464, DE 19 DE MAIO DE 2016.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO DIA 27 DE MAIO DE 2016, NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 42, II, da Lei Orgânica c/c. 74, II, "a", 1, do Regimento Interno instituído pela Resolução nº. 164, de 20 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO no dia 27 de maio de 2016 (sexta-feira), no Poder Legislativo Municipal de São José/SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 19 de maio de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 65/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°65/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº65/2016, Edital de Pregão N°65/2016, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTA E TONNER, PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 06/06/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br , ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 66/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°66/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº66/2016, Edital de Pregão N°66/2016, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA USO E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, DAS MAQUINAS, DOS CAMINHÕES E OUTROS EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 03/06/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br , ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2016 - SRP - PR Nº 059/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 03/06/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2016. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELEVISOR PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC NO ANO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de maio de 2016.
GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.395, DE 19 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 5.395, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Altera o Decreto nº 5.364, de 1º de abril de 2016, que dispõe sobre a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, artigo 55, inciso VII e;

CONSIDERANDO o requerimento de reclassificação para o último lugar dos classificados, apresentado pela candidata Noely de Oliveira, inscrita no CPF sob o nº 695.073.259-72, aprovada no Concurso Público nº 001/2016, para o cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

CONSIDERANDO também o requerimento de reclassificação para o último lugar dos classificados, apresentado pela candidata Franciane Marta Simon, inscrita no CPF sob o nº 088.359.459-50, aprovada no Concurso Público nº 001/2016, para o cargo de Odontólogo Especialista - Odontopediatria, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais;

CONSIDERANDO a previsão do subitem 9.3.1., do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2016, acrescentado pelo Edital nº 001.7/2016, de 28 de março de 2016;

DECRETA:

Art. 1º O Anexo I, do Decreto nº 5.364, de 1º de abril de 2016, alterado pelo Decreto nº 5.387, de 06 de maio de 2016 e pelo Decreto nº 5.392, de 13 de maio de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de maio de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(Decreto nº 5.395, de 19 de maio de 2016)

“ANEXO I
(Decreto nº 5.364, de 1º de abril de 2016)

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2016 - TP Nº 011/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, através do Sr. Prefeito, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 06/06/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS ENG. Nº 011/2016. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA DA LINHA LAGEADO RAUL DO MUNICÍPIO SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, 1ª ETAPA COM ÁREA TOTAL DE 510M², CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: Fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de maio de 2016.
GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

ODONTÓLOGO ESPECIALISTA - ODONTOPEDIATRA											
Inscrição	Candidato	C. GERAIS	PORT	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
130	SÔNIA FRANCHINI	2,50	0,75	1,25	4,00	8,50		8,50	APROVADO(A)	1º	23/06/1990
152	TATIANE PERIOLO BERNARDI	2,25	0,50	1,00	3,75	7,50		7,50	APROVADO(A)	2º	30/10/1984
342	ANNE ADANIR ELISA SECCO	2,00	0,50	0,75	3,50	6,75		6,75	APROVADO(A)	3º	31/05/1992
254	LETÍCIA DE CEZARO	2,00	1,25	1,00	4,50	8,75		8,75	APROVADO(A)	4º	08/04/1989
250	FRANCIANE MARTA SIMON	2,25	1,00	1,25	4,25	8,75		8,75	APROVADO(A)	5º	26/07/1993

TÉCNICO EM ENFERMAGEM											
Inscrição	Candidato	C. GERAIS	PORT	MAT	ESP	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
60	SOLANGE HERBERTS	2,50	0,75	0,75	3,75	7,75		7,75	APROVADO(A)	1º	30/01/1986
204	JAIRSON LAZAROTTO	1,75	0,75	1,25	3,25	7,00		7,00	APROVADO(A)	2º	30/10/1969
312	ANDREIA COLET DALLACORT	2,25	0,50	0,50	3,25	6,50		6,50	APROVADO(A)	3º	10/10/1990
196	MARIZIELI LAZZAROTTO MENDES	1,75	0,50	1,00	3,25	6,50		6,50	APROVADO(A)	4º	30/06/1990
290	ROSMARI SALETE DANELUZ	2,25	0,50	0,50	2,50	5,75		5,75	APROVADO(A)	5º	19/11/1965
372	CLAIZA HELENA GARDA	2,00	0,50	0,75	2,50	5,75		5,75	APROVADO(A)	6º	10/03/1977
338	AMARILDE LUNKES	1,25	0,75	0,50	3,00	5,50		5,50	APROVADO(A)	7º	22/11/1987
715	MAICON ADRIANO LAUTÉRIO	1,75	0,50	0,50	2,75	5,50		5,50	APROVADO(A)	8º	07/08/1988
756	JOSIELI DALLA SANTA	1,50	0,50	0,25	3,00	5,25		5,25	APROVADO(A)	9º	03/07/1990
314	IONE LUCIA GRANELLA BENDER	1,50	0,25	0,75	2,75	5,25		5,25	APROVADO(A)	10º	18/07/1980
718	IZIQUEL JOSE DOS SANTOS	1,50	1,00	0,25	2,50	5,25		5,25	APROVADO(A)	11º	14/04/1995
26	FABIANE VIERA CARNEIRO	1,50	1,00	0,50	2,00	5,00		5,00	APROVADO(A)	12º	20/02/1993
27	ELIZANGELA JUSTINO FÉO	2,00	0,75	0,50	1,75	5,00		5,00	APROVADO(A)	13º	28/07/1981
17	ANDRESSA MUNZLINGER DA MOTA	2,25	0,50	0,75	1,50	5,00		5,00	APROVADO(A)	14º	31/07/1992
287	MARCIA COLI TREVELIN HOFFMANN	2,25	0,75	1,00	2,25	6,25		6,25	APROVADO(A)	15º	19/05/1983
281	NOELY DE OLIVEIRA	1,75	0,25	0,50	3,50	6,00		6,00	APROVADO(A)	16º	01/12/1968

". (NR)

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de maio de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 100, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 100, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabriel Livi Rosa, de matrícula nº 702664260, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Angela Maria Livi Rosa, CPF nº 938.388.679-84.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569TX2V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9829, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 100, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Angela Maria Livi Rosa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 101, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 101, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabriela Romanoski, de matrícula nº 601673255, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rosângela Carina Dos Santos, CPF nº 059.102.049-12.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703L4G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9815, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 101, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rosângela Carina Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 102, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 102, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Hariany Albino De Oliveira, de matrícula nº 502356030, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maura Isabel Albino, CPF nº 057.641.699-17.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SR2J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9824, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 102, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maura Isabel Albino - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 103, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 103, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Kauan Ribeiro Pires, de matrícula nº 600598829, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Claudete Aparecida Ribeiro Pires, CPF nº 027.383.109-74.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703K1Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9813, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 103, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Claudete Aparecida Ribeiro Pires - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 104, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 104, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Lauana Machado Pagliari, de matrícula nº 1100204080, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Simone Machado, CPF nº 076.759.429-06.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570YF7E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9751, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 104, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Simone Machado - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 105, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 105, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Luana Da Silva Corrêa, de matrícula nº 901996432, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Kerri Vanessa Da Silva, CPF nº 046.249.909-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SF8D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9891, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 105, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Kerri Vanessa Da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 106, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 106, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Luiz Fernando Antunes, de matrícula nº 503689076, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Laurindo Antunes, CPF nº 593.934.169-15.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569TT8D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9832, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 106, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Laurindo Antunes - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 107, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 107, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Lyuan Matheus Galli, de matrícula nº 1200134605045, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Silvana Furlanetto, CPF nº 017.096.830-82.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703F9N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9787, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 107, de 01 de maio de 2016.

maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Silvana Furlanetto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 108, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 108, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Maitê Maciel, de matrícula nº 702480690, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Claidi Aparecida Pinheiro Dos Santos, CPF nº 694.453.389-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5769W67W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9741, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 108, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Claidi Aparecida Pinheiro Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 109, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 109, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Marcos Antônio Brasso, de matrícula nº 802878423, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Wanessa Brasso, CPF nº 100.391.939-18.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570X95F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9883, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 109, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Wanessa Brasso - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 110, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 110, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Maurício Luan Rojahn, de matrícula nº 503688690, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Mauri Rojahn, CPF nº 908.038.259-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569V27D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9844, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 110, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Mauri Rojahn - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 111, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 111, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Guilherme Do Prado, de matrícula nº 702666661, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adriana Da Silva, CPF nº 042.390.539-27.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SB81, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9897, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 111, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Adriana Da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 112, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 112, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Natan De Oliveira, de matrícula nº 702665428, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ledir De Oliveira, CPF nº 052.512.839-54.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SC00, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9796, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 112, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ledir De Oliveira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 113, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 113, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Nelson Moro, de matrícula nº 702480797, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Maróstica Moro, CPF nº 030.728.289-97.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SF5Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9890, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 113, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Maróstica Moro - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 114, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 114, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Quilherme Augusto De Oliveira Dias, de matrícula nº 1200134605004, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Zorleide Do Prado, CPF nº 027.304.539-38.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SK33, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9857, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 114, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Zorleide Do Prado - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 115, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 115, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Rhaylyn Costa De Almeida, de matrícula nº 405725744, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Janaina Alice Costa, CPF nº 027.768.229-01.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SJ9U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9866, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 115, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Janaina Alice Costa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 116, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 116, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Rian Ferreira Pereira, de matrícula nº 702665860, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Roberto Pereira, CPF nº 039.679.429-70.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570S67H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9805, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 116, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Roberto Pereira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 119, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 119, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Samira Martins Bras Alessio, de matrícula nº 1100091383, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jaqueline Martins, CPF nº 072.044.769-05.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SG8G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9911, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 119, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço

do Oeste e Jaqueline Martins - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 120, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 120, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Taís Alves Da Luz, de matrícula nº 1600134605005, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marisete Alves, CPF nº 010.049.849-36.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570S96L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9903, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 120, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marisete Alves - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 121, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 121, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Aclailton Alexsandro De Oliveira De Godois, de matrícula nº 60059855, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Antônio Claudir Batista De Godois, CPF nº 894.504.269-53.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703J20, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9816, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 121, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Antônio Claudir Batista De Godois - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 122, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 122, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Amanda Copetti, de matrícula nº 802252532, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lauro Copetti, CPF nº 032.038.149-86.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703R7D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9759, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 122, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lauro Copetti - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 123, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 123, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº

83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Andrei Alex Bottin, de matrícula nº 1400058939045, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jocelia Aparecida Becher Botti, CPF nº 025.702.179-56.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572689T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9594, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 123, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jocelia Aparecida Becher Botti - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 124, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 124, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Bieli Martini, de matrícula nº 802878679, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Elizandra Martini, CPF nº 032.607.369-80.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SF30, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9925, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 124, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Elizandra Martini - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 125, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 125, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Bruna Fernanda Bortoli, de matrícula nº 503689688, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Delair Alves Da Silva, CPF nº 003.390.960-12.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726X9W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9578, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 125, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste Delair Alves Da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 126, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 126, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Bruno José Galeazzi, de matrícula nº 702664111, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Eleani Aparecida Soratto, CPF nº 023.628.299-95.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570V221, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10064, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 126, de 01 de

maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste Eleani Aparecida Soratto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 127, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 127, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Cauã Cruzetta Monteiro, de matrícula nº 702666467, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Vanderlei Monteiro, CPF nº 991.346.679-20.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5643X73, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10056, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 127, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste Vanderlei Monteiro - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 128, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 128, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Cauan Ariel Duarte, de matrícula nº 901995568, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Evilasio Duarte, CPF nº 024.197.219-18.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570V24B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10068, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 128, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste Evilasio Duarte - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 129, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 129, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Cauê De Almeida Sander, de matrícula nº 901994570, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marinês De Almeida, CPF nº 049.575.319-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5643X04, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10058, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 129, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste Marinês De Almeida - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 130, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 130, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Cauê Benetti, de matrícula nº 1000572282, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jair Benetti, CPF nº 608.048.749-72.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VM90, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10072, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 130, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste Jair Benetti - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 131, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 131, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Eduardo Henrique Mezari, de matrícula nº 802877826, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adelir Mezari, CPF nº 022.099.949-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SF30, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9925, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 131, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste Adelir Mezari - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 132, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 132, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Emanuel Vinicius Da Rosa Berti, de matrícula nº 702665126, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Janete Da Rosa, CPF nº 048.385.299-61.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570TZ88, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10067, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 132, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste Janete Da Rosa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 133, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 133, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Emili Honório Padilha, de matrícula nº 901962570, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Dirlei Padilha, CPF nº 045.353.859-20.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VP1T, com registro no

patrimônio do Município sob o nº 10073, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 133, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste Dirlei Padilha - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 134, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 134, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Erikson Jacir Três, de matrícula nº 702666378, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Tariki Luan Da Rosa Amaro, CPF nº 090.370.239-83.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570V18S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10061, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 134, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Tariki Luan Da Rosa Amaro - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 137, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 137, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Gabriel Maciel Dos Santos, de matrícula nº 503689050, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adriel Lima Dos Santos, CPF nº 026.295.969-07.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570V584, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10040, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 137, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Adriel Lima Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 138, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 138, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Gabriel Rodrigues, de matrícula nº 1400058939071, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Cristina Rodrigues, CPF nº 072.884.669-14.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570XR62, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9952, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 138, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Cristina Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 139, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 139, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Gustavo Detoni, de matrícula nº 802252230, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Valdecir Detoni, CPF nº 653.716.589-04.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570XD3H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9954, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 139, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Valdecir Detoni - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 140, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 140, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Gabriel Soratto, de matrícula nº 702666920, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ivandro Soratto, CPF nº 023.723.289-80.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703G6B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9941, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 140, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivandro Soratto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 141, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 141, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Jardel Cúnico Maciel, de matrícula nº 901994626, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Oswaldo Antunes Maciel, CPF nº 593.931.229-20.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SM4E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9989, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 141, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Oswaldo Antunes Maciel - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 142, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 142, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Jéssica Eduarda Rebelatto Nunes, de matrícula nº 802252346, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lidiane Terezinha Rebelatto, CPF nº 054.160.969-69.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5645Q7W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9935, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 142, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lidiane Terezinha Rebelatto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 143, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 143, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Jorge Francisco Moreira, de matrícula nº 901995584, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Nederlei Francisco Moreira, CPF nº 502.144.469-72.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5702Q9D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9933, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 143, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Nederlei Francisco Moreira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 144, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 144, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno José Antônio Bernardo, de matrícula nº 601680740, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Geni De Fátima Bazzi Bernardo, CPF nº 777.314.769-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703X7V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9929, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 144, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Geni De Fátima Bazzi Bernardo - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 145, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 145, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Kauane Gonçalves, de matrícula nº 1200134605006, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marli Greski Gonçalves, CPF nº 022.354.779-41.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SS2M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9979, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 145, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São

Lourenço do Oeste e Marli Greski Gonçalves - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 146, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 146, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Luis Fernando Marques Belo, de matrícula nº 702666815, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Heder Marques Belo, CPF nº 021.998.759-97.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703J9Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9973, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 146, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Heder Marques Belo - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 147, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 147, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Luiz Carlos Rodrigues Da Silva, de matrícula nº 800518268, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Celia Ferla Rodrigues Da Silva, CPF nº 056.581.859-71.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570TL6S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9964, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 147, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Celia Ferla Rodrigues Da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 148, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 148, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Maikeli Westrupp Rodrigues, de matrícula nº 702480541, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sandra Da Silva Westrupp, CPF nº 064.611.689-22.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570YJ7Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9956, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 148, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sandra Da Silva Westrupp - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 149, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 149, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Marcieli Muraro Pacheco, de matrícula nº 802877931, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Valdir Pacheco, CPF nº 592.314.169-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570V54K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10043, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 149, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Valdir Pacheco - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 150, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 150, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno Micaela Cristina Toigo, de matrícula nº 601673379, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Grasiela Bazzi Bernardo, CPF nº 064.709.699-41.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VN1N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10046, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 150, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Grasiela Bazzi Bernardo - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 55, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 55, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Alana Zago Dos Santos, de matrícula nº 702664464, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Diana Zago dos Santos, CPF nº 034.183.729-61.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726Q02, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9604, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 55, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Diana Zago dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 56, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 56, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Alessandra Pretto Ascari, de matrícula nº 802877621, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Juliana Maria Pretto, CPF nº 037.337.619-79.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703Z2C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9611, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 56, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Juliana Maria Pretto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 57, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 57, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Amanda Bosa, de matrícula nº 1000750768, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jaquelina Borges Bosa, CPF nº 063.643.349-89.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572704N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9572, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 57, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jaquelina Borges Bosa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 58, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 58, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Brenda Camila Soares, de matrícula nº 901995010, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Valmira Cardoso, CPF nº 032.285.859-30.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726XON, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9581, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 58, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Valmira Cardoso - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 59, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 59, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Bruno Rodrigues, de matrícula nº 702666017, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sirlei Rodrigues, CPF nº 052.014.339-60.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726C95, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9595, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 59, de 01 de

maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sirlei Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 60, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 60, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Cassia Cassaniga, de matrícula nº 702664669, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Vera Lucia Almeida, CPF nº 033.025.573-79.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703Y83, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9609, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 60, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Vera Lucia Almeida - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 61, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 61, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Charles Rodrigues Feldemann, de matrícula nº 1001564712, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Margarida Da Aparecida Da Luz Rodrigues, CPF nº 817.583.429-20.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726Z92, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9565, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 61, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Margarida Da Aparecida Da Luz Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 62, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 62, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Daniela Fernanda Amaro Diehl, de matrícula nº 702664162, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Roseli Amaro, CPF nº 058.364.669-71.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570V93R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10049, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 62, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Roseli Amaro - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 63, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 63, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Francieli Lazzarotto, de matrícula nº 901995576, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Nelci De Almeida, CPF nº 702.861.329-15.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5702S5Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9612, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 63, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Nelci De Almeida - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 64, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 64, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabriel Henrique Porn, de matrícula nº 802252664, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Simone Milan Porn, CPF nº 040.848.159-50.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726R2F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9600, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 64, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Simone Milan Porn - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 65, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 65, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabrieli De Carvalho, de matrícula nº 802252290, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Isabela Bender De Carvalho, CPF nº 034.864.899-50.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726Q17, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9606, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 65, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Isabela Bender De Carvalho - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 66, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 66, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gustavo Dos Santos, de matrícula nº 802200990, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jussara De Souza, CPF nº 053.434.879-39.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703L95, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9613, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 66, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jussara De Souza - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 67, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 67, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Jakson Fritzen Eufrazio Dos Santos, de matrícula nº 702480444, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Romeu Eufrázio Dos Santos, CPF nº 026.964.889-59.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726W0K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9584, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 67, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Romeu Eufrázio Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 68, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 68, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Jaqueline Do Prado Britze, de matrícula nº 1400134605013, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maristela Maria Do Prado, CPF nº 045.526.729-40.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572768P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9580, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 68, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maristela Maria Do Prado - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 69, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 69, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: João Paulo Lissa Dal Prá, de matrícula nº 901996386, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Vorlei Luiz Lissa Dal Prá, CPF nº 562.285.549-72.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703N3H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9614, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 69, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Vorlei Luiz Lissa Dal Prá - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 70, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 70, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Vinicius Gabriel Maehler, de matrícula nº 802878989, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marli Inês Oppermann Maehler, CPF nº 034.004.899-99.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572737B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9670, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 70, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marli Inês Oppermann Maehler - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 71, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 71, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Juliane Dias De Oliveira, de matrícula nº 601673476, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Paulo Dias De Oliveira, CPF nº 867.039.949-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5702R1C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9623, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 71, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Paulo Dias De Oliveira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 72, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 72, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº

83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Larissa Bonfin Eleutério Da Luz, de matrícula nº 901996335, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Paulo José Eleutério Da Luz, CPF nº 706.865.219-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703S7G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9619, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 72, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Paulo José Eleutério Da Luz - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 73, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 73, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Maria Eduarda Greski, de matrícula nº 601673522, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ivone De Oliveira Greski, CPF nº 022.306.189-96.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726Z6N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9642, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 73, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivone De Oliveira Greski - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 74, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 74, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Jhenyffer Luana Balsan, de matrícula nº 702664081, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lourdes Ferreira, CPF nº 024.943.249-80.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726R3K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9576, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 74, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lourdes Ferreira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 75, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 75, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Maria Eduarda Borges Janczeski, de matrícula nº 802878334, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Elaine Borges, CPF nº 007.090.409-03.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572721E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9666, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 75, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Elaine Borges - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 76, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 76, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Maria Eduarda Noal, de matrícula nº 702666866, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ana Paula Borges Noal, CPF nº 048.479.959-29.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570361S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9627, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 76, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ana Paula Borges Noal - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 77, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 77, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Michelli Begnini Da Silva, de matrícula nº 1100058912097, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Julia Graciela Begnini, CPF nº 050.551.979-86.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726J41, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9671, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 77, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Julia Graciela Begnini - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 78, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 78, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Patrick Marchetti Salvalaio, de matrícula nº 503689033, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marizete Marchetto Salvalaio, CPF nº 026.137.489-31.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570Y075, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9655, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 78, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço

do Oeste e Marizete Marchetto Salvalaio - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 79, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 79, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Pedro Henrique Weirich, de matrícula nº 802252605, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Solange Poggere Weirich, CPF nº 022.230.869-56.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726Z6N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9642, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 79, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Solange Poggere Weirich - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 80, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 80, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Rafaela Cecília Francisco Menegon, de matrícula nº 802877923, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Luciane Cristina Francisco Menegon, CPF nº 598.754.962-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572740F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9559, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 80, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Luciane Cristina Francisco Menegon - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 81, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 81, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Sabrina Dalacorte, de matrícula nº 800887425, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rosenilda Maciel, CPF nº 047.852.119-70.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726S8C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9663, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 81, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rosenilda Maciel - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 82, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 82, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Tais Lazzarotto, de matrícula nº 702666220, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Edirceia Costa Lazzarotto, CPF nº 048.670.559-56.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570Y56F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9650, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 82, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Edirceia Costa Lazzarotto - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 83, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 83, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Tais Micheli Silva Do Nascimento, de matrícula nº 1500134605030, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Suzana Soares Da Silva, CPF nº 065.678.209-93.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570XQ6Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9648 com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 83, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Suzana Soares Da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 84, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 84, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Thiago Samuel Hentz, de matrícula nº 702666270, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: João Carlos Hentz, CPF nº 753.967.509-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703M98, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9630 com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 84, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e João Carlos Hentz - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 85, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 85, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Vinicius Frare, de matrícula nº 702664324, da

Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Mariviane Frare, CPF nº 032.242.079-22.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SG4W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9918 com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 85, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Mariviane Frare - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 88, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 88, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Amanda Letícia Baggio, de matrícula nº 702664065, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Noeli De Fátima Pereira, CPF nº 040.395.189-50.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703M29, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9770, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 88, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Noeli De Fátima Pereira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 89, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 89, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Ananda Da Silva, de matrícula nº 4500374514, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Elton Luiz Pasquali, CPF nº 030.609.399-50.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726B5I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9727, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 89, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Elton Luiz Pasquali - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 90, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 90, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Andrei Patinho, de matrícula nº 802879128, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jorge Patinho, CPF nº 012.502.530-04.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5727003, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9719, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 90, de 01 de

maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jorge Patinho - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 91, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 91, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Andreia Micheli Jost, de matrícula nº 1500134605004, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Valdecir Pedro Jost, CPF nº 848.619.919-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SH3U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9910, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 91, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Valdecir Pedro Jost - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 92, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 92, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Cristian Moreira Benini, de matrícula nº 901995169, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Claudirene Borba Moreira Begnini, CPF nº 023.122.539-33.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570YF8J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9757, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 92, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Claudirene Borba Moreira Begnini - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 93, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 93, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Daphne Zabot Nervis, de matrícula nº 802252630, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Dinamerico Nervis, CPF nº 027.451.158-02.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726J3W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9672, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 93, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Dinamerico Nervis - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 94, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 94, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Douglas Comin, de matrícula nº 702480983, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Cerli Maria Dos Santos Comin, CPF nº 981.699.559-04.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569HQ33, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9688, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 94, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Cerli Maria Dos Santos Comin - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 95, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 95, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Eliézer Holschuh De Mattos, de matrícula nº 802878520, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Pedro Dos Santos, CPF nº 869.835.209-04.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569TP4H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9847, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 95, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Pedro Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 96, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 96, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Emeli Dos Santos Miranda, de matrícula nº 601673425, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Luciane Aparecida Dos Santos, CPF nº 905.270.119-91.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572759R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9736, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 96, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Luciane Aparecida Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 97, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 97, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº

83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Felipe Jeremias, de matrícula nº 802877575, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jovanei Carlos Miglioretto Jeremias, CPF nº 018.486.849-16.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569HM8G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9697, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 97, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jovanei Carlos Miglioretto Jeremias - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 98, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 98, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Felipe Pelegrini, de matrícula nº 802253466, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Salete Pelegrini, CPF nº 694.445.102-30.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703J1V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9698, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 98, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Salete Pelegrini - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 99, DE 01 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 99, DE 01 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabriel Euripides Chaves, de matrícula nº 503689041, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Helio Rodrigues Chaves, CPF nº 345.379.029-49.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SK48, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9867, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 99, de 01 de maio de 2016.

Data da assinatura: 01/05/2016

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Helio Rodrigues Chaves - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EXT. CONTRATO 06.2016 - AGRICOLA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA
EXT. CONTRATO 06/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 04/ 2016
CREDENCIAMENTO Nº 02/ 2016
OBJETO: O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, objetivando o FORNECIMENTO DE SEMENTES EM CUMPRIMENTO A LEI Nº 6.449/2011 DE 28/02/2011 DE ACORDO COM O EDITAL.
VALOR: 2. 1.1 - 9.200 kg de Aveia Preta:
Valor Unitário R\$: 1,60
Valor Total R\$: 14.720,00
2.1.2 - 2.560 kg de Aveia Branca:
Valor Unitário R\$: 1,40
Valor Total R\$: 3.584,00
2.1.3 - 4.400 kg Azevem Certificado:
Valor Unitário R\$: 7,00
Valor Total R\$: 30.800,00
2.1.4 - 212,50 kg Ervilhaca:
Valor Unitário R\$ 4,00
Valor Total R\$: 850,00
2.1.5 - 687,50 kg Nabo Forrageiro:
Valor Unitário R\$ 3,20
Valor Total R\$: 2.200,00
CONTRATADO: AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA
VIGÊNCIA: 30/12/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: ALCEO LAZAROTTO
ASSINA pela CONTRATADA: CLEUZE FACHIN MARTINS PINTO
São Miguel do Oeste, SC., 08 de abril de 2016.

EXT. CONTRATO 07.2016 - AGRICOLA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA
EXT. CONTRATO 07/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 04/ 2016
CREDENCIAMENTO Nº 02/ 2016
OBJETO: O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, objetivando o FORNECIMENTO DE SEMENTES EM CUMPRIMENTO A LEI Nº 6.449/2011 DE 28/02/2011 DE ACORDO COM O EDITAL.
VALOR: 2. 1.1 - 9.200 kg de Aveia Preta:
Valor Unitário R\$: 1,60
Valor Total R\$: 14.720,00
2.1.2 - 2.560 kg de Aveia Branca:
Valor Unitário R\$: 1,40
Valor Total R\$: 3.584,00
2.1.3 - 4.400 kg Azevem Certificado:
Valor Unitário R\$: 7,00
Valor Total R\$: 30.800,00
2.1.4 - 212,50 kg Ervilhaca:
Valor Unitário R\$ 4,00
Valor Total R\$: 850,00
2.1.5 - 687,50 kg Nabo Forrageiro:
Valor Unitário R\$ 3,20
Valor Total R\$: 2.200,00

CONTRATADO: AGROPECUÁRIA SILDRI LTDA - ME
VIGÊNCIA: 30/12/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: ALCEO LAZAROTTO
ASSINA pela CONTRATADA: SILVIA DE BRITO BALLEEN
São Miguel do Oeste, SC., 08 de abril de 2016

EXT. CONTRATO 08.2016 - AGRICOLA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA
EXT. CONTRATO 08/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 04/ 2016
CREDENCIAMENTO Nº 02/ 2016
OBJETO: O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, objetivando o FORNECIMENTO DE SEMENTES EM CUMPRIMENTO A LEI Nº 6.449/2011 DE 28/02/2011 DE ACORDO COM O EDITAL.
VALOR: 2. 1.1 - 9.200 kg de Aveia Preta:
Valor Unitário R\$: 1,60
Valor Total R\$: 14.720,00
2.1.2 - 2.560 kg de Aveia Branca:
Valor Unitário R\$: 1,40
Valor Total R\$: 3.584,00
2.1.3 - 4.400 kg Azevem Certificado:
Valor Unitário R\$: 7,00
Valor Total R\$: 30.800,00
2.1.4 - 212,50 kg Ervilhaca:
Valor Unitário R\$ 4,00
Valor Total R\$: 850,00
2.1.5 - 687,50 kg Nabo Forrageiro:
Valor Unitário R\$ 3,20
Valor Total R\$: 2.200,00
CONTRATADO: AGRIFIL AGRONEGÓCIOS LTDA - EPP
VIGÊNCIA: 30/12/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: ALCEO LAZAROTTO
ASSINA pela CONTRATADA: FERNANDO DALA POSSA
São Miguel do Oeste, SC., 08 de abril de 2016

EXT. CONTRATO 09.2016 - AGRICOLA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA
EXT. CONTRATO 09/2016
Processo Licitatório nº 10/2016
Pregão Presencial nº 06/2016
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DE POÇOS MODELO CAXAMBU E REVESTIMENTO DE POÇOS NAS PROPRIEDADES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR Nº 4.870 DE 03/10/2001, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO N.º 81/ 2016.
VALOR: 12.020,00
CONTRATADO: EUROPA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
VIGÊNCIA: 30/12/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: ALCEO LAZAROTTO
ASSINA pela CONTRATADA: LEVINO LAZZAROTTO SILVESTRE
São Miguel do Oeste, SC., 12 de maio de 2016

EXT. CONTRATO 30.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

EXT. CONTRATO 30/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E LOCAÇÃO DE CADEIRAS A SEREM REALIZADOS NOS EVENTOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 7.350,00

CONTRATADO: LATITUDE EVENTOS LTDA - ME

VIGÊNCIA: 31/12/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: RAFAEL JUNIOR AGOSTINI

São Miguel do Oeste, SC., 16 de maio de 2016.

EXT. CONTRATO 31.2016 - ASSIST. SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXT. CONTRATO 31/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA BENEFÍCIOS EVENTUAIS – AUXÍLIO NATALIDADE, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, CONFORME LEI Nº 6.948/2014, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: COMERCIAL MOCELIN LTDA

VALOR: 7.015,20

VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2016.

Assina pela CONTRATANTE: SIMONE CARMEM THOMAS -

Gestora do Fundo

Assina pela CONTRATADA: DIEGO MOCELIN

São Miguel do Oeste, 13 de maio de 2016.

EXT. CONTRATO 31.2016 - CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA LAZER E TURISMO

EXT. CONTRATO 31/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E LOCAÇÃO DE CADEIRAS A SEREM REALIZADOS NOS EVENTOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 40.680,00

CONTRATADO: WEBER SEGURANÇA LTDA ME

VIGÊNCIA: 31/12/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

ASSINA pela CONTRATADA: ADEMIR EUGENIO WEBER

São Miguel do Oeste, SC., 16 de maio de 2016.

EXT. CONTRATO 32.2016 - ASSIST. SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXT. CONTRATO 32/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA BENEFÍCIOS EVENTUAIS – AUXÍLIO NATALIDADE, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, CONFORME LEI Nº 6.948/2014, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: DROGARIA HAYDUK LTDA - ME

VALOR: 5.246,00

VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2016.

Assina pela CONTRATANTE: SIMONE CARMEM THOMAS -

Gestora do Fundo

Assina pela CONTRATADA: SUELEN CRISTINA HAYDUK

São Miguel do Oeste, 13 de maio de 2016.

EXT. CONTRATO 34.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. CONTRATO 34/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2016

CREDENCIAMENTO Nº 04/2016

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE ATENDIMENTO MÉDICO NAS ÁREAS DE ORTOPEDIA, NEUROLOGIA E EXAMES, FONOaudiologia, ATENDIMENTO/acompanhamento em REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR, DESTINADOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME TABELA SUS EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E COMPLEMENTAÇÃO DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 6.000,00

CONTRATADO: INSTITUTO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA SÃO MIGUEL

VIGÊNCIA: 31/12/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO

ASSINA pela CONTRATADA: MARCOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS

São Miguel do Oeste, SC., 28 de abril de 2016.

EXT. CONTRATO 35.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. CONTRATO 35/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS DE ÔNIBUS DESTINADOS AO TRATAMENTO DE SAÚDE DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SMOESTE-SC, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO-TFD DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 710/2016.

VALOR: R\$ 175.845,40

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A

VIGÊNCIA: 31/12/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO

ASSINA pela CONTRATADA: VINICIUS MARINS

São Miguel do Oeste, SC., 09 de maio de 2016.

EXT. CONTRATO 36.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. CONTRATO 36/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS DE ÔNIBUS DESTINADOS AO TRATAMENTO DE SAÚDE DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SMOESTE-SC, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICÍLIO-FTD DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 710/2016.
VALOR: R\$ 29.281,50
CONTRATADO: VIAÇÃO OURO E PRATA S/A
VIGÊNCIA: 31/12/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: CARLOS AUGUSTO BURIGO BERNAUD
São Miguel do Oeste, SC., 09 de maio de 2016.

EXT. CONTRATO 37.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 37/2016
Processo Licitatório nº 14/2016
Pregão Presencial nº 07/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTES DESTINADO AOS PACIENTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS DE ACORDO COM ROTEIRO PRE ESTABELECIDOS PELA COORDENAÇÃO DO CAPS PARA ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR E PARTICIPAÇÃO DAS OFICINAS TERAPEUTICAS, CONFORME A.F. Nº 732/2016.
VALOR: R\$ 79.800,00
CONTRATADO: ORLANDO SANGALLI - ME
VIGÊNCIA: 31/12/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: ORLANDO SANGALLI
São Miguel do Oeste, SC., 11 de maio de 2016.

EXT. CONTRATO 38.2016 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXT. CONTRATO 38/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2016
CREDENCIAMENTO Nº 01/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTES DESTINADO AOS PACIENTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS DE ACORDO COM ROTEIRO PRE ESTABELECIDOS PELA COORDENAÇÃO DO CAPS PARA ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR E PARTICIPAÇÃO DAS OFICINAS TERAPEUTICAS, CONFORME A.F. Nº 732/2016.
VALOR: R\$ 37.322,66
CONTRATADO: ELENICE PILLON DE OLIVEIRA - ME
VIGÊNCIA: 31/12/2016.
ASSINA pela CONTRATANTE: KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA – GESTORA DO FUNDO
ASSINA pela CONTRATADA: ELENICE PILLON DE OLIVEIRA
São Miguel do Oeste, SC., 13 de maio de 2016.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 53/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO
Nº. 53/2016-PMS
PROCESSO Nº. 98/2016-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento e execução de pavimentação – recuperação asfáltica (tapa buraco) para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de junho de 2016 às 08h45min.
Abertura do Processo: 09 de junho de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 20 de maio de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015-SECEL/PMS - 2º CHAMADA

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS
2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LUCIENE DO CARMO, inscrita no CPF sob nº. 352.176.468-02, aprovada em 9º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 25/2016-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 25/2016-FMS

cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 02 de junho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 15.1.

Schroeder (SC), 19 de maio de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.754/2016 DE 17 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 3.754/2016 de 17 de maio de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 576,00 (quinhentos e setenta e seis reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA
04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)
3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas R\$ 576,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de maio de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

Dispensa de Licitação nº. 17/2016-FMS
Processo nº. 36/2016-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VIAÇÃO CANARINHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.438.209/0001-21, estabelecida na Rua Roberto Ziemann, nº. 460, Czerniewicz, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-300.

Objeto: Contratação de empresa especializada em transporte público para atender aos munícipes referente a concessão de auxílio passe, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em transporte público para atender aos munícipes referente a concessão de auxílio passe, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC.	235	Unidade	4,25	998,75
VALOR R\$ TOTAL					998,75

Valor total do contrato: R\$ 998,75 (novecentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 19/05/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 63/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 63/2016-PMS
Dispensa de Licitação nº. 29/2016-PMS
Processo nº. 99/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NILO STAHELIN 44656793949, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.968.645/0001-88, estabelecida na Rua Ricardo Persuhn nº 26, Itoupava Norte, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.052-660

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de Capacho para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Capacho de vinil personalizado, fabricado 100% em PVC, nas medidas de 1,20 m x 0,80 m, espessura de 10mm, anti-chamas, antiderrapante, com brasão do Município de Schroeder e letreiro MUNICÍPIO DE SCHROEDER.	02	Unidade	207,00	414,00
TOTAL R\$					414,00

Valor do contrato: R\$ 414,00 (quatrocentos e quatorze reais)

Data da Assinatura: 19/05/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/2016-PMS

PROCESSO Nº. 85/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e inclusão de item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 46/2016-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de inseticida liquido para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder (SC), ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2 Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 06 de junho de 2016.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h.

d) Abertura do processo: às 14h15min.

3.1.3 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 06 de junho de 2016 às 14h devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

Incluem-se:

VII - DA HABILITAÇÃO

(...)

7.1.14 - Registro do Produto na ANVISA;

7.1.15 - Responsável Técnico pela empresa;

7.1.16 - AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa) - Fornecido pela ANVISA.

Schroeder, 19 de maio de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 003/2016 - CMAS

Resolução nº. 003/2016.

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS;

Considerando a reunião ordinária, realizada na data de 04 de maio de 2016;

Resolve:

Art. 1º Aprovar totalmente o Demonstrativo 2015, preenchido pelo Órgão Gestor, referente aos recursos do Piso Básico Fixo, BPC Escola, Piso Fixo de Média Complexidade, IGD SUAS e IGD Bolsa Família.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de maio de 2016.

Ercílio Silvio Ramos

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 004/2016 - CMAS

Resolução nº. 004/2016.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS;

Considerando a reunião ordinária, realizada na data de 04 de maio de 2016;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2016.

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, após analisar as informações preenchidas na Rede SUAS pelo Gestor, apresenta parecer favorável ao Plano de Ação 2016 levando em consideração todos os Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais que serão desenvolvidos pela Política de Assistência Social tendo como base financeira os recursos municipais, estaduais e federais.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de maio de 2015.

Ercílio Silvio Ramos
Presidente do CMAS

ATA PREGÃO PRESENCIAL 42/2016-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 77/2016 Data do Processo: 25/04/2016
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 70/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de capina e varrição mecanizada e serviços como roçadas, pintura de meio fio, varrição manual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas SERRANA ENGENHARIA LTDA., Balsa Nova Comercial Ltda. - ME, Edson Francisco da Silva OBRAS E SERVIÇOS - ME e SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas SERRANA ENGENHARIA LTDA. e Balsa Nova Comercial Ltda. - ME estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa Edson Francisco da Silva OBRAS E SERVIÇOS - ME não apresentou procuração ou carta de credenciamento do representante legal do qual foi apresentado apenas a CNH do Senhor Joeliton Jack, documento exigido no edital no item 4.1.1, sendo assim o representante da empresa Edson Francisco da Silva OBRAS E SERVIÇOS - ME não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Constatou-se que a empresa SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA. - ME apresentou Contrato Social sem autenticação e/ou código de autenticação para aferição da veracidade na internet, este documento é exigido no edital no item 4.1.2 e deve ser apresentado conforme o edital no item 4.1.3.1, também apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital, sendo esta de 23 de fevereiro de 2016 e também apresentou a Certidão Simplificada sem autenticação e/ou código de autenticação para aferição da veracidade na internet, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 e deve ser apresentado conforme o edital no item 4.1.3.1, sendo assim o representante da empresa SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA. - ME não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas SERRANA ENGENHARIA LTDA., Balsa Nova Comercial Ltda. - ME, Edson Francisco da Silva OBRAS E SERVIÇOS - ME e SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA. - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA. - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA. - ME não apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 7.1.10 e não apresentou Certidão Simplificada documento exigido no edital no item 7.1.11, sendo que estes documentos supracitados não foram apresentados corretamente no ato do Credenciamento, apresentou Certidão Estadual vencida em 18/05/2016 documento exigido no edital no item 7.1.2, e apresentou Certidão Municipal sem validade, documento exigido no edital no item 7.1.3, sendo que o Contrato Social e a Certidão Simplificada não são documentos de regularidade fiscal, a ausência deste documentos não se enquadram no benefício da Lei 123/2006, diante o exposto a empresa SYSTEM SEG SERVIÇOS LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Sendo assim serão passados os itens para a segunda colocada a empresa Edson Francisco da Silva OBRAS E SERVIÇOS - ME sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa Edson Francisco da Silva OBRAS E SERVIÇOS - ME não apresentou Alvará de Licença e Localização ou Sanitário documento exigido no edital no item 7.1.6 e apresentou Certidão de Falência e Concordata sem autenticação, documento exigido no edital no item 7.1.13 o qual deve ser apresentado de acordo com o edital no item 7.4, sendo assim a empresa Edson Francisco da Silva OBRAS E SERVIÇOS - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto serão passados os itens para a terceira colocada a empresa Balsa Nova Comercial Ltda. - ME sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa Balsa Nova Comercial Ltda. - ME apresentou Certidão Estadual vencida em 17/05/2016 documento exigido no edital no item 7.1.2, em se tratando de empresa ME será concedido o benefício de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no seu artigo 43 traz que "§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. § 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 42/2016 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 77/2016 Data do Processo: 25/04/2016
	Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 70/2016 (Sequência: 1)

Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação" e com o edital no item 8.2 "Havendo alguma restrição na comprovação exigida pelo artigo 27 de Lei Federal nº 8.666/96, será assegurado, as mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa". Sendo concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de nova certidão estadual, sendo até o dia 06/06/2016 para apresentação da mesma, caso contrário a empresa Balsa Nova Comercial Ltda. - ME será considerada inabilitada. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, XX da Lei Federal nº 10.520/02. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Schroeder, 19 de Maio de 2016

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natália Kersten Brumüller	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

CARLOS EDUARDO DUARTE	- - Representante
OMAR FERREIRA COELHO	- - Representante
JOELITON JACK	- - Representante
JACIR JOSÉ MERLO	- - Representante
ELOIR JOSÉ WENDT	- - Setor Solicitante

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 13/2016-FAS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 19/05/2016		Válido até: 19/05/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de formula infantil para atender o fornecimento de Ordens Judiciais sob nº 0900043-63.2015.8.24.0026 e nº 0900597-95.2015.8.24.0026 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo d					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	NEOCATE LCP - 400g - ACIP nº 0900043-63.2015.8.24.0026 e nº 0900597-95.2015.8.24.0026	LATA	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (12740)	NEOCATE LCI	0	245,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 19/05/2016		Válido até: 19/05/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de formula infantil para atender o fornecimento de Ordens Judiciais sob nº 0900043-63.2015.8.24.0026 e nº 0900597-95.2015.8.24.0026 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo d					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	ALFAMINO - 400g - ACIP nº 0900597-95.2015.8.24.0026	LATA	CM HOSPITALAR LTDA (12169)		0	162.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 19/05/2016		Válido até: 19/05/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de formula infantil para atender o fornecimento de Ordens Judiciais sob nº 0900043-63.2015.8.24.0026 e nº 0900597-95.2015.8.24.0026 da Secretaria de Saude do Município de Schroeder/SC, ao longo d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016

PROCESSO Nº 31/2016

(12169) - CIM HOSPITALAR LTDA

(12740) - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.

Schroeder, 19 de Maio de 2016.

DISPENSA 17/2016-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 17/2016 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 36/2016
Data: 19/05/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: VIAÇÃO CANARINHO LTDA
Endereço: RUA ROBERTO ZIEMANN, 460
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 84.438.209/0001-21

Código: 6320

Inscrição Estadual: 251767345

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em transporte público para atender aos munícipes referente a concessão de auxílio passe, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	235,00	Contratação de empresa especializada em transporte público para atender aos munícipes referente a concessão de auxílio passe, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC.	UN	4,25	998,75

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Transporte público para atender aos munícipes referente a concessão de auxílio de passe, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC. A empresa contratada é a única que faz o transporte nas cidades onde pacientes necessitam ir e vir, por esse motivo temos somente um orçamento.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 19 de Maio de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 17/2016 - DL**Processo Nr.:** 36/2016
Data: 19/05/2016

Folha: 2/2

18/05/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 18 de Maio de 2016

Valor da Despesa:

998,75 (novecentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 29/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICIPIO DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 29/2016 - DL**Processo Nr.: 99/2016**
Data: 19/05/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: NILO STAHELIN 44656793949
Endereço: R RICARDO PERSUHN,26 - CASA
Cidade: Blumenau - SC
CNPJ: 18.968.645/0001-88

Código: 13352

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de Capacho para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Capacho de vinil personalizado, fabricado 100% em PVC, nas medidas de 1,20 m x 0,80 m, espessura de 10mm, anti-chamas, antiderrapante, com brasão do Município de Schroeder e letreiro MUNICIPIO DE SCHROEDER.	UN	207,00	414,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, e tendo em vista o valor total da aquisição. Enquadrando-se nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 19 de Maio de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 29/2016 - DL**Processo Nr.:** 99/2016
Data: 19/05/2016

Folha: 2/2

18/05/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 18 de Maio de 2016

Valor da Despesa:

414,00 (quatrocentos e quatorze reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1071

DECRETO Nº 1071, de 19 de maio de 2016.

Abre créditos adicionais suplementares por conta do remanejamento de dotações orçamentárias no valor de R\$ 37.800,00.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei Municipal nº 1844, de 18 de novembro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 - LDO, e combinado com alínea "d", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1854, de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2.053 Gestão das Políticas, Ações e Parceriais de Atenção Básica da Saúde Pública

Modalidade: 11 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0003 Aplicação DiretaR\$ 10.000,00

Projeto Atividade: 2.058 Gestão da Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial, Hospitalar e Laboratorial

Modalidade: 33 – 3.3.93.00.00.00.00.0.1.0003 Aplicação Direta Decorrente

de Op. Entre ÓrgãosR\$ 27.800,00

TOTAL GERALR\$ 37.800,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta do remanejamento das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2.053 Gestão das Políticas, Ações e Parceriais de Atenção Básica da Saúde Pública

Modalidade: 10 – 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0003 Transferências a Instituições

Privadas Sem Fins LucrativosR\$ 10.000,00

Projeto Atividade: 2.058 Gestão da Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial, Hospitalar e Laboratorial

Modalidade: 25 – 3.1.71.00.00.00.00.0.1.0003 Transf. Cons. Públicos..R\$ 5.200,00

Modalidade: 27 – 3.3.71.00.00.00.00.0.1.0003 Transf. Cons. Públicos.R\$ 22.600,00

TOTAL GERALR\$ 37.800,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 19 de maio de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se
Em 19 de maio de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

DECRETO Nº 1072

DECRETO Nº 1072, de 19 de maio de 2016

Abre créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R\$ 300.762,08

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei Municipal nº 1844, de 18 de novembro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 - LDO, e combinado com alínea "d", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1854, de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2.058 Gestão da Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial, Hospitalar e Laboratorial

Modalidade: 52 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0011 Aplicação Direta R\$ 183.361,61

Projeto Atividade: 2.054 Gestão das Ações de Assistência a Farmácia Básica e Suplementar

Modalidade: 53 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0028 Aplicação Direta R\$ 117.400,47

TOTALR\$ 300.762,08

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro nas fontes de recursos:
Fonte 0.3.0011 – SUS Plena UniãoR\$ 183.361,61

Fonte 0.3.0028 – Piso de Atenção Básica – PABR\$ 117.400,47

TOTAL GERALR\$ 300.762,08

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 19 de maio de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se
Em 19 de maio de 2016

Claudiomar Garghetti
Secretário Adjunto

PORTARIA Nº 343

PORTARIA Nº 343, de 18 de maio de 2016

Aprova e Divulga Relatório de Gestão Fiscal do Município de Seara - SC.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos X e XIX do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, e considerando as disposições estabelecidas, nos artigos 48, 54, 55 e 63 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, na Lei Municipal nº 1.198, de 22 de março de 2001 e, na Portaria MF/STN nº 637, de 18 de outubro de 2012, e considerando as disposições contidas no art. 12, inciso I da Instrução Normativa do TCE/SC/N TC-0019/2015, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e divulgar o Relatório de Gestão Fiscal do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, de acordo com a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – SNT supra mencionada, com informações realizadas e registradas no Departamento de Contabilidade, das Unidades Gestoras da Administração Direta, Direta Descentralizada e Fundacional, relativo ao 1º (primeiro) Quadrimestre de 2016, composto dos seguintes anexos:

- a) Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- b) Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
- c) Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- d) Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito;
- e) Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, em 18 de maio de 2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 18 de maio de 2016

Claudiomar Garghetti
Secretário Adjunto

PORTARIA Nº 344

PORTARIA Nº 344, de 18 de maio de 2016.

Aprova e Divulga Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Município de Seara - SC.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos X e XIX do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, e considerando as disposições do § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos artigos 48, 52 e 53 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF e na portaria MF/STN nº 637, de 18 de outubro de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, de acordo com a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – SNT supra mencionada, com informações realizadas e registradas no Departamento de Contabilidade, das Unidades Gestoras da Administração Direta, Direta Descentralizada e Fundacional, relativo ao 2º bimestre de 2016, composto dos anexos a seguir relacionados:

- a) Anexo 1 - Balanço Orçamentário;
- b) Anexo 2 – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;
- c) Anexo 3 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

- d) Anexo 4 – Demonstrativo das Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- e) Anexo 5 – Demonstrativo do Resultado Nominal;
- f) Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado Primário;
- g) Anexo 7 – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- h) Anexo 8 – Demonstrativos das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- i) Anexo 12 – Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com ações e serviços públicos de saúde;
- j) Anexo 13 – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas; e,
- k) Anexo 14 – Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, em 18 de maio de 2016

LACI GRIGOLO
Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se
Em, 18 de maio de 2016

Claudiomar Garghetti
Secretário Adjunto

PORTARIA Nº 343 - ANEXO 1

MUNICÍPIO DE SEARA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.061.839,95	0,00
Pessoal Ativo	22.094.100,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	967.739,15	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	400.646,91	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	400.646,91	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	22.661.193,04	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	45.670.943,97	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	22.661.193,04	49,62
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	24.662.309,74	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	23.429.194,26	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	22.196.078,77	48,60

FONTE:

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

ARLEI LUCIA DE COL
Sec. da Fazenda CPF 836.014.309-91

ADRIANA G. CÊ VERZA
Cons. Controle Interno

PORTARIA Nº 343 - ANEXO 2

MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.260.239,36	933.920,83	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	819.431,08	767.471,22	0,00	0,00
Interna	819.431,08	767.471,22	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	440.808,28	166.449,61	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.493.650,44	5.233.876,07	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.398.075,23	5.248.165,49	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	904.424,79	14.289,42	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.233.411,08	-4.299.955,24	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	45.051.924,08	45.670.943,97	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,80%	2,04%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-2,74%	-9,42%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	54.062.308,90	54.805.132,76	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	48.656.078,01	49.324.619,49	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	819.431,08	767.471,22	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	422.343,71	392.703,85	0,00	0,00
De Tributos	356.223,24	347.335,11	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	66.120,47	45.368,74	0,00	0,00
Previdenciárias	66.120,47	45.368,74	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	397.087,37	374.767,37	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	117.907,37	404.162,77	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.307.881,59	998.060,70	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (V) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

ARLEI LUCIA DE COL
Sec. da Fazenda CPF 836.014.309-91

ADRIANA G. CÊ VERZA
Cons. Controle Interno

FONTE:

PORTARIA Nº 343 - ANEXO 3

MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	45.062.524,18	45.670.943,97	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	9.913.755,32	10.047.607,67	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	8.922.379,79	9.042.846,91	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SEARA, 18/05/2016

 LACI GRIGOLO
 Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

 ADEMIR FRANCISCO MORA
 Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

 ARLEI LUCIA DE COL
 Sec. da Fazenda CPF 836.014.309-91

 ADRIANA G. CÊ VERZA
 Cons. Controle Interno

PORTARIA Nº 343 - ANEXO 4

MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	45.670.943,97	—
OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	7.307.351,04	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	6.576.615,93	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.196.966,08	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

ARLEI LUCIA DE COL
Sec. da Fazenda CPF 836.014.309-91

ADRIANA G. CÊ VERZA
Cons. Controle Interno

PORTARIA Nº 343 - ANEXO 6

MUNICÍPIO DE SEARA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		45.670.943,97	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		22.661.193,04	49,62
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		24.662.309,74	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		23.429.194,26	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-4.299.955,24	-9,42
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		54.805.132,76	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		10.047.607,67	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		7.307.351,04	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		3.196.966,08	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		10.440.086,67	2.726.756,93

FONTE:

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

ARLEI LUCIA DE COL
Sec. da Fazenda CPF 836.014.309-91

ADRIANA G. CÊ VERZA
Cons. Controle Interno

PORTARIA Nº 344 - ANEXO 1

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "g" e "h" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	53.736.790,00	53.736.790,00	8.024.740,13	14,93	15.540.858,29	28,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	49.936.290,00	49.936.290,00	7.965.680,13	15,95	15.461.796,29	30,96
IMPOSTOS	5.259.700,00	5.259.700,00	1.727.249,83	32,84	2.204.823,43	41,92
TAXAS	4.268.700,00	4.268.700,00	1.261.987,11	29,56	1.698.086,25	39,78
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	791.000,00	791.000,00	457.138,21	57,79	493.780,97	62,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	200.000,00	8.124,51	4,06	12.956,21	6,48
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	806.500,00	806.500,00	154.225,40	19,12	230.118,28	28,53
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	30.100,00	30.100,00	5.691,85	18,91	10.093,05	33,53
RECEITA PATRIMONIAL	776.400,00	776.400,00	148.533,55	19,13	220.025,23	28,34
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	374.050,00	374.050,00	63.850,93	17,07	83.502,63	22,32
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	222.650,00	222.650,00	56.829,91	25,52	57.008,75	25,60
RECEITA DE SERVIÇOS	151.400,00	151.400,00	7.021,02	4,64	26.493,88	17,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	215.300,00	215.300,00	29.147,82	13,54	120.387,18	55,92
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	42.637.590,00	42.637.590,00	5.900.529,25	13,84	12.563.709,75	29,47
TRANSF. DE PESSOAS	41.881.020,00	41.881.020,00	5.760.066,17	13,75	12.327.579,72	29,43
TRANSF. DE CONV.	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	746.570,00	746.570,00	140.463,08	18,81	236.130,03	31,63
MULTAS E JUROS DE MORA	643.150,00	643.150,00	90.676,90	14,10	259.257,02	40,31
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	375.050,00	375.050,00	46.087,07	12,29	99.218,52	26,45
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	55.900,00	55.900,00	8.937,02	15,99	91.029,78	162,84
RECEITAS DIVERSAS	200.700,00	200.700,00	35.652,81	17,76	69.008,72	34,38
RECEITAS DE CAPITAL	11.500,00	11.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.800.500,00	3.800.500,00	59.060,00	1,55	79.060,00	2,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	40.000,00	40.000,00	59.060,00	147,65	79.060,00	197,65
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	40.000,00	40.000,00	59.060,00	147,65	59.060,00	147,65
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	53.736.790,00	53.736.790,00	8.024.740,13	14,93	15.540.858,29	28,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL



RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	53.736.790,00	53.736.790,00	8.024.740,13	14,93	15.540.858,29	28,92
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	53.736.790,00	53.736.790,00	8.024.740,13	14,93	15.540.858,29	28,92
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	465.271,20	—	—	116.587,62	—
Superávit Financeiro	—	465.271,20	—	—	116.587,62	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPEAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPEAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPEAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	53.736.790,00	54.751.182,12	9.552.955,13	24.229.155,74	30.522.026,38	8.248.239,49	13.731.775,37	41.019.406,75	12.773.301,75
DESPESAS CORRENTES	47.358.080,00	47.812.704,11	7.424.657,31	21.585.558,31	26.227.145,80	7.965.956,55	13.228.196,74	34.584.507,37	12.330.658,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.610.997,00	26.554.899,56	4.128.463,60	7.342.964,66	19.211.934,90	4.020.199,57	7.161.965,74	19.392.933,82	6.896.865,63
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	76.700,00	76.700,00	0,00	54.000,00	22.700,00	8.242,57	16.224,33	60.475,67	16.224,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.670.383,00	21.181.104,55	3.296.193,71	14.188.593,65	6.992.510,90	3.937.514,41	6.050.006,67	15.131.097,88	5.417.568,54
DESPESAS DE CAPITAL	6.373.710,00	6.933.478,01	2.128.297,82	2.643.597,43	4.289.880,58	282.282,94	503.578,63	6.429.899,38	442.643,25
INVESTIMENTOS	5.869.710,00	6.429.478,01	2.128.297,82	2.489.637,43	3.939.840,58	256.189,07	451.618,77	5.977.859,24	390.683,39
INVERSOES FINANCEIRAS	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	154.000,00	154.000,00	0,00	153.960,00	40,00	26.093,87	51.959,86	102.040,14	51.959,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	53.736.790,00	54.751.182,12	9.552.955,13	24.229.155,74	30.522.026,38	8.248.239,49	13.731.775,37	41.019.406,75	12.773.301,75

Continua 2/3



Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	53.736.790,00	54.751.182,12	9.552.955,13	24.229.155,74	30.522.026,38	8.248.239,49	13.731.775,37	41.019.406,75	12.773.301,75
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.809.082,92	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	53.736.790,00	54.751.182,12	9.552.955,13	24.229.155,74	—	8.248.239,49	15.540.858,29	—	12.773.301,75

FONTE:

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

PORTARIA Nº 344 - ANEXO 12

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL



RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

**RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	4.421.000,00	4.421.000,00	1.737.875,44	39,31
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.065.800,00	1.065.800,00	826.842,48	77,58
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	264.800,00	264.800,00	83.747,10	31,63
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.233.000,00	2.233.000,00	729.596,94	32,67
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	705.100,00	705.100,00	57.899,73	8,21
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	14.600,00	14.600,00	2.464,20	16,88
Dívida Ativa dos Impostos	91.700,00	91.700,00	23.247,67	25,35
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	46.000,00	46.000,00	14.077,32	30,60
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	36.324.900,00	36.324.900,00	10.791.307,92	29,71
Cota-Parte FPM	13.879.500,00	13.879.500,00	4.086.336,94	29,44
Cota-Parte ITR	4.500,00	4.500,00	404,60	8,99
Cota-Parte IPVA	2.186.600,00	2.186.600,00	581.423,73	26,59
Cota-Parte ICMS	19.853.800,00	19.853.800,00	6.009.600,92	30,27
Cota-Parte IPLExportação	310.200,00	310.200,00	89.476,45	28,84
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	90.300,00	90.300,00	24.065,28	26,65
Desoneração ICMS (LC 87/96)	90.300,00	90.300,00	24.065,28	26,65
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	40.745.900,00	40.745.900,00	12.529.183,36	30,75

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

**DESPESAS COM SAÚDE
(Por Grupo de Natureza da Despesa)**

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	13.114.397,00	13.114.397,00	6.286.554,87	47,94	3.615.316,75	27,57
Pessoal e Encargos Sociais	6.837.784,00	6.837.784,00	1.916.996,49	28,04	1.871.495,96	27,37
Outras Despesas Correntes	6.276.613,00	6.276.613,00	4.369.558,38	69,62	1.743.820,79	27,78
DESPESAS DE CAPITAL	104.000,00	151.585,12	50.407,12	33,25	40.313,78	26,59
Investimentos	104.000,00	151.585,12	50.407,12	33,25	40.313,78	26,59

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL



DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	104.000,00	151.585,12	50.407,12	33,25	40.313,78	26,59
Investimentos	104.000,00	151.585,12	50.407,12	33,25	40.313,78	26,59
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	13.218.397,00	13.265.982,12	6.336.961,99	47,77	3.655.630,53	27,56
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.757.180,00	5.804.765,12	2.286.555,05	36,08	1.399.584,71	38,29
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.757.180,00	5.804.765,12	2.286.555,05	36,08	1.399.584,71	38,29
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.757.180,00	5.804.765,12	2.286.555,05	36,08	1.399.584,71	38,29
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	7.461.217,00	7.461.217,00	4.050.406,94	63,92	2.256.045,82	61,71
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,01
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIb)/100]⁶						376.668,32

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL



EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS					
Inscritos em 2015	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00			0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00			0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
-	-						-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
Atenção Básica	7.379.115,00	2.705.530,46	42,69	2.126.365,19	58,17		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.830.263,00	3.320.247,66	52,39	1.281.515,92	35,06		
Suporte Profilático e Terapêutico	731.170,00	199.909,35	3,15	174.713,61	4,78		
Vigilância Sanitária	66.200,00	34.976,45	0,55	10.657,76	0,29		
Vigilância Epidemiológica	191.649,00	75.150,37	1,19	61.230,35	1,67		
Alimentação e Nutrição	20.000,00	1.147,70	0,02	1.147,70	0,03		
TOTAL	13.218.397,00	6.336.961,99	100,00	3.655.630,53	100,00		

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[(V(i+h)) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4



Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

PORTARIA Nº 344 - ANEXO 13



Município de SEARA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA

Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

PORTARIA Nº 344 - ANEXO 14

Município de SEARA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

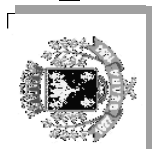
R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	53.736.790,00	
Previsão Atualizada		—	53.736.790,00	
Receitas Realizadas		8.024.740,13	15.540.858,29	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	116.587,62	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	53.736.790,00	
Créditos Adicionais		—	1.014.392,12	
Dotação Atualizada		—	54.751.182,12	
Despesas Empenhadas		9.552.955,13	24.229.155,74	
Despesas Liquidadas		8.248.239,49	13.731.775,37	
Superavit Orçamentário		—	1.809.082,92	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		9.552.955,13	24.229.155,74	
Despesas Liquidadas		8.248.239,49	13.731.775,37	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			45.670.943,97	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.449.936,54	-3.066.544,16	-211,50
Resultado Primário		-3.752.450,00	1.820.258,36	-48,51
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.307.881,59	11,63	308.289,26	999.580,70
EXECUTIVO	1.307.881,59	11,63	308.289,26	999.580,70
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	904.424,79	0,00	891.655,37	12.769,42
EXECUTIVO	904.424,79	0,00	891.655,37	12.769,42
TOTAL:	2.212.306,38	11,63	1.199.944,63	1.012.350,12
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.739.360,24	25%	21,86
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.337.465,56	60%	79,07
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	3.500.000,00	
Despesa de Capital Líquida		503.578,63	6.429.899,38	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SEARA - SC



DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores							
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00		250.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00		0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					2.256.045,82	15,00	18,01
Liquidadas					0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados					0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA

Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

PORTARIA Nº 344 - ANEXO 2

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL



RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)								
Legislativa	53.736.790,00	54.751.182,12	9.552.955,13	24.229.155,74	100,00	8.248.239,49	13.731.775,37	41.019.406,75
Ação Legislativa	1.737.380,00	1.737.380,00	293.514,34	503.188,62	2,08	296.796,67	445.894,92	1.291.485,08
Administração	1.737.380,00	1.737.380,00	293.514,34	503.188,62	2,08	296.796,67	445.894,92	1.291.485,08
Administração Geral	4.957.627,00	4.957.627,00	539.625,79	2.064.978,97	8,52	553.030,35	1.307.483,59	3.650.143,41
Administração Financeira	2.936.509,00	2.936.509,00	386.554,54	1.445.301,32	5,97	495.472,43	895.928,47	2.040.580,53
Controle Interno	989.759,00	989.759,00	94.257,13	297.399,46	1,23	125.425,02	229.707,05	760.051,95
Assistência Comunitária	126.359,00	126.359,00	17.168,92	43.044,09	0,18	17.986,30	38.851,57	87.507,43
Alimentação e Nutrição	900.000,00	900.000,00	41.645,20	279.234,10	1,15	14.146,60	142.996,50	757.003,50
Segurança Pública	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Policimento	845.156,00	1.534.686,82	56.102,93	257.265,42	1,06	70.437,53	127.163,93	1.407.522,89
Defesa Civil	211.156,00	411.156,00	35.958,47	174.513,41	0,72	48.893,77	72.952,76	338.203,24
Assistência Social	634.000,00	1.123.530,82	20.144,46	82.752,01	0,34	21.543,76	54.211,17	1.069.319,65
Assistência ao Idoso	1.785.724,00	1.827.964,34	371.765,13	725.032,12	2,99	206.696,95	372.393,04	1.455.561,30
Assistência à Criança e ao Adolescente	45.000,00	45.000,00	1.520,00	13.153,10	0,05	3.184,90	4.391,69	40.808,31
Assistência Comunitária	23.000,00	27.713,20	3.040,00	3.040,00	0,01	0,00	0,00	27.713,20
Saúde	1.717.724,00	1.755.241,14	367.205,13	708.839,02	2,93	203.515,43	368.001,35	1.387.239,79
Atenção Básica	13.218.397,00	13.265.982,12	1.620.817,87	6.336.961,99	26,15	1.988.213,00	3.655.630,53	9.610.351,59
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.379.115,00	7.426.700,12	1.063.706,68	2.705.530,46	11,17	1.081.572,01	2.126.365,19	5.300.334,93
Suporte Profilático e Terapêutico	4.830.263,00	4.830.263,00	441.711,91	3.320.247,66	13,70	792.861,37	1.281.515,92	3.548.747,08
Vigilância Sanitária	731.170,00	731.170,00	55.593,60	199.909,35	0,83	64.597,68	174.713,61	566.456,39
Vigilância Epidemiológica	66.200,00	66.200,00	10.461,21	34.976,45	0,14	7.249,93	10.657,76	55.542,24
Alimentação e Nutrição	191.649,00	191.649,00	49.045,07	75.150,37	0,31	41.333,21	61.230,35	130.418,65
Educação	20.000,00	20.000,00	299,40	1.147,70	0,00	598,80	1.147,70	18.852,30
Administração Geral	12.154.111,00	12.167.000,40	2.180.646,56	4.498.711,26	18,57	1.932.090,52	2.697.303,62	9.469.696,78
Alimentação e Nutrição	2.397.377,00	2.397.377,00	437.284,87	680.286,02	2,81	413.814,17	539.348,65	1.858.028,35
Ensino Fundamental	302.897,00	302.897,00	150.812,39	181.546,18	0,75	51.126,18	64.299,03	238.597,97
Ensino Médio	4.715.692,00	4.669.692,00	775.965,24	1.593.038,68	6,57	693.585,56	1.009.686,21	3.660.005,79
Ensino Profissional	70.000,00	70.000,00	30.120,00	30.120,00	0,12	39.890,00	5.020,00	64.980,00
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	0,17	6.792,50	6.792,50	33.207,50
Educação Infantil	210.000,00	210.000,00	150.055,20	150.055,20	0,62	47.299,20	47.299,20	162.700,80
Educação de Jovens e Adultos	4.295.145,00	4.308.034,40	559.542,86	1.777.908,77	7,34	706.321,15	1.015.290,41	3.292.743,99
Educação Especial	63.000,00	109.000,00	2.960,00	11.850,41	0,05	2.480,76	3.916,62	105.083,38
	60.000,00	60.000,00	33.906,00	33.906,00	0,14	5.651,00	5.651,00	54.349,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL



FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	53.736.790,00	54.751.182,12	9.552.955,13	24.229.155,74	100,00	8.248.239,49	13.731.775,37	100,00	41.019.406,75
	931.360,00	931.360,00	130.084,37	287.442,24	1,19	132.073,92	220.434,55	1,61	710.925,45
	931.360,00	931.360,00	130.084,37	287.442,24	1,19	132.073,92	220.434,55	1,61	710.925,45
	307.653,00	307.653,00	53.366,94	120.994,91	0,50	45.119,46	95.390,37	0,69	212.262,63
	215.383,00	215.383,00	42.038,46	78.429,87	0,32	33.221,19	68.313,07	0,50	147.069,93
	3.840,00	3.840,00	3.040,00	3.040,00	0,01	0,00	0,00	0,00	3.840,00
	88.430,00	88.430,00	8.288,48	39.525,04	0,16	11.898,27	27.077,30	0,20	61.352,70
	7.269.462,00	7.429.462,00	2.328.722,73	3.648.867,70	15,06	591.719,45	1.050.493,41	7,65	6.378.968,59
	6.459.062,00	6.459.062,00	2.286.832,53	2.861.796,00	11,81	440.901,91	829.269,77	6,04	5.629.792,23
	810.400,00	970.400,00	41.890,20	787.071,70	3,25	150.817,54	221.223,64	1,61	749.176,36
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	33.000,00	33.000,00	0,00	25,87	0,00	0,00	25,87	0,00	32.974,13
	25.000,00	25.000,00	0,00	25,87	0,00	0,00	25,87	0,00	24.974,13
	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
	1.160.000,00	1.160.000,00	0,00	810.093,06	3,34	180.020,68	270.031,02	1,97	889.968,98
	1.140.000,00	1.140.000,00	0,00	810.093,06	3,34	180.020,68	270.031,02	1,97	889.968,98
	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
	62.979,00	62.979,00	0,00	22.800,00	0,09	3.800,00	7.600,00	0,06	55.379,00
	52.979,00	52.979,00	0,00	22.800,00	0,09	3.800,00	7.600,00	0,06	45.379,00
	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
	2.472.097,00	2.472.097,00	428.177,18	1.429.336,44	5,90	516.205,24	965.187,69	7,03	1.506.909,31
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	280.000,00	280.000,00	0,00	278.676,80	1,15	77.841,05	128.044,79	0,93	151.955,21
	1.825.201,00	1.825.201,00	408.889,65	921.132,58	3,80	352.083,81	655.805,43	4,78	1.169.395,57
	245.000,00	245.000,00	0,00	189.457,00	0,78	66.428,84	144.839,90	1,05	100.160,10
	121.896,00	121.896,00	19.287,53	40.070,06	0,17	19.851,54	36.497,57	0,27	85.398,43
	412.760,00	462.680,00	222.212,70	314.069,19	1,30	232.979,43	253.024,38	1,84	209.655,62
	412.760,00	462.680,00	222.212,70	314.069,19	1,30	232.979,43	253.024,38	1,84	209.655,62
	43.000,00	43.000,00	12.888,00	16.354,40	0,07	15.006,00	15.006,00	0,11	27.994,00
	43.000,00	43.000,00	12.888,00	16.354,40	0,07	15.006,00	15.006,00	0,11	27.994,00
	3.074.222,00	3.086.258,44	682.106,33	1.505.917,95	6,22	635.590,68	1.180.100,93	8,59	1.906.157,51
	3.074.222,00	3.086.258,44	682.106,33	1.505.917,95	6,22	635.590,68	1.180.100,93	8,59	1.906.157,51
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	884.378,00	884.378,00	141.046,46	384.547,52	1,59	145.139,56	216.121,63	1,57	668.256,37
	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
	764.378,00	764.378,00	141.046,46	384.547,52	1,59	145.139,56	216.121,63	1,57	548.256,37

Continuação 2/3



Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Encargos Especiais	53.736.790,00	54.751.182,12	9.552.955,13	24.228.155,74	30.522.026,38	8.248.239,49	13.731.775,37	41.019.406,75
Serviço da Dívida Interna	2.382.484,00	2.382.684,00	491.877,80	1.302.569,08	1.080.115,92	603.320,05	852.489,89	1.530.194,11
Outros Encargos Especiais	230.700,00	230.700,00	0,00	207.960,00	22.740,00	34.336,44	68.184,19	162.515,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.151.784,00	2.151.984,00	491.877,80	1.094.608,08	1.057.375,92	568.983,61	784.305,70	1.367.678,30
	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	53.736.790,00	54.751.182,12	9.552.955,13	24.228.155,74	30.522.026,38	8.248.239,49	13.731.775,37	41.019.406,75

FONTE:

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

PORTARIA Nº 344 - ANEXO 3

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.227.257,69	3.942.312,47	4.058.542,94	3.948.936,10	3.976.722,17	4.185.330,30	4.321.557,79	5.693.680,99	4.211.325,92	4.440.960,70	4.828.477,41	4.140.205,95	51.978.290,43	57.041.270,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	359.676,08	233.381,39	337.162,78	394.941,57	222.598,73	390.161,62	405.530,18	567.111,91	262.952,45	214.621,15	1.323.187,92	404.051,91	5.258.700,00	5.258.700,00
IPTU	66.944,47	8.940,34	9.184,61	3.509,15	4.893,35	2.917,88	5.442,04	7.298,75	2.435,37	3.527,27	729.893,71	90.996,13	905.473,07	1.065.900,00
I.R.R.F.	5.691,93	1.654,13	36.625,52	203.074,69	6.930,20	123.888,81	164.811,60	275.490,09	4.093,46	20.593,25	8.738,58	24.474,44	876.036,70	705.100,00
I.S.S.	188.022,18	173.971,54	238.739,29	152.681,79	169.423,39	226.047,76	188.796,83	245.492,41	226.886,89	144.910,19	186.296,29	171.821,57	2.310.772,13	2.230.000,00
I.T.B.L.	17.497,73	22.107,41	19.381,52	16.377,63	18.103,40	19.291,22	32.549,49	21.189,66	16.371,02	14.571,69	23.314,11	26.490,28	290.245,16	264.800,00
Outras Receitas Tributárias	83.719,77	26.807,97	33.211,84	19.298,31	22.229,39	18.415,95	13.930,22	17.671,00	10.355,71	31.118,75	374.973,23	90.289,49	743.011,63	991.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	67.126,70	67.628,16	69.894,09	70.272,10	72.195,77	71.997,12	70.773,34	150.592,27	2.408,91	73.465,97	75.707,78	76.517,82	870.557,83	806.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	25.956,49	18.726,37	14.940,97	34.653,82	24.153,29	12.130,86	27.076,72	464.397,27	14.770,75	4.880,56	54.027,56	11.732,92	707.549,37	374.050,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	17.823,47	16.138,03	17.435,57	14.289,83	15.043,07	19.567,74	25.956,80	24.955,24	82.090,33	9.179,03	15.655,07	13.292,75	271.966,93	215.300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.694.592,20	3.567.126,59	3.576.716,47	3.388.162,60	3.317.578,39	3.377.481,11	3.480.784,68	4.266.023,78	3.795.710,39	4.023.638,57	3.315.497,03	3.587.126,50	43.390.638,31	48.742.570,00
Cota-Parte do FPM	1.182.623,99	1.028.176,78	901.324,06	891.297,82	743.090,54	845.748,79	954.916,78	1.614.701,33	1.043.442,17	1.306.236,76	793.433,72	943.222,29	12.298.807,83	14.707.100,00
Cota-Parte do ICMS	1.365.440,45	1.423.522,12	1.437.865,40	1.380.471,37	1.440.853,97	1.489.827,70	1.486.789,26	1.463.137,16	1.731.866,22	1.385.822,94	1.425.383,96	1.465.527,80	17.598.708,35	19.853.900,00
Cota-Parte do IPVA	299.455,06	185.590,42	210.359,49	188.947,42	181.921,91	139.822,84	96.911,65	61.234,03	108.074,60	144.265,96	161.061,87	168.001,30	1.956.726,55	2.185.600,00
Cota-Parte do ITR	68,06	179,32	38,73	88,63	919,22	3.784,45	145,28	22,85	6,21	30,48	348,49	18,42	5.832,14	4.500,00
Outras Transferências Correntes	437.874,27	538.746,26	685.102,98	594.003,87	594.531,87	507.895,10	546.302,23	732.951,68	421.057,88	742.431,82	510.169,25	655.595,54	6.778.216,75	7.595.970,00
Transferências de LC 61/1989	23.474,75	22.393,72	20.997,83	21.917,04	21.854,79	25.349,78	23.065,89	22.805,78	27.114,13	20.940,32	20.444,36	20.977,64	270.599,03	310.200,00
Transferências de LC 87/1996	6.213,78	6.213,78	6.213,78	6.213,78	6.213,78	6.213,78	6.213,78	6.213,78	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	73.775,52	90.300,00
Transferências do FUNDEB	379.240,84	360.334,19	344.363,40	354.617,67	338.202,31	358.838,67	354.423,91	394.857,17	458.132,86	416.891,97	398.619,06	417.771,19	4.547.035,14	5.003.100,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	61.882,75	35.311,93	43.333,06	47.403,18	325.181,92	313.801,85	311.424,07	220.690,52	53.405,09	115.175,03	45.202,05	45.474,85	1.622.019,30	643.150,00
DEDUÇÕES (II)	578.331,21	535.929,75	490.916,12	502.105,53	482.311,11	504.395,71	518.331,84	536.465,94	593.305,71	572.862,75	481.341,71	520.752,57	6.307.346,46	7.104.980,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	575.499,22	533.608,24	487.273,65	489.787,02	479.988,64	502.157,23	516.010,33	530.291,48	593.305,71	572.862,75	481.341,71	520.752,57	6.281.889,55	7.104.980,00
Outras Contribuições Sociais	2.831,99	2.321,51	3.642,47	2.321,51	3.322,47	2.231,51	2.321,51	6.174,46	0,00	0,00	0,00	0,00	26.456,91	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.648.926,48	3.406.382,72	3.568.626,82	3.446.830,57	3.494.411,06	3.680.534,08	3.803.205,95	5.157.215,05	3.618.020,21	3.868.097,95	4.348.135,70	3.619.453,38	46.670.943,97	49.936.290,00
FONTE: SEARA, 18/05/2016														

FONTE:

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLLO
 Prefeitura Municipal CPF 982.426.739-88
 ADEMIR FRANCISCO MORA
 Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

PORTARIA Nº 344 - ANEXO 4

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL



RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Caixa		0,00
Bancos Conta Movimento		0,00
Investimentos		0,00
Outros Bens e Direitos		0,00
		0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		
RECEITAS CORRENTES (VIII)		
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLO ADEMIR FRANCISCO MORA
Prefeita Municipal CPF 982.428.73 Tec. Cont. CRC/SC 11.657/D-1

PORTARIA Nº 344 - ANEXO 5

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.260.239,36	1.234.373,37	933.920,83
DEDUÇÕES (II)	2.493.650,44	5.422.123,09	5.233.876,07
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.398.075,23	5.483.289,80	5.248.165,49
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	904.424,79	61.166,71	14.289,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.233.411,08	-4.187.749,72	-4.299.955,24
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	166.449,61	166.449,61	166.449,61
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.399.860,69	-4.354.199,33	-4.466.404,85

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	-112.205,52	-3.066.544,16

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.449.936,54

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLO
 Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
 Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

PORTARIA Nº 344 - ANEXO 6

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	49.713.640,00	15.404.789,54	14.859.581,42
Receita Tributária	5.259.700,00	2.204.823,43	2.114.559,06
I.P.T.U.	1.065.800,00	826.842,48	750.685,79
I.S.S.	2.233.000,00	729.596,94	683.701,02
I.T.B.I.	264.800,00	83.747,10	72.437,14
I.R.R.F.	705.100,00	57.899,73	17.265,10
Outras Receitas Tributárias	991.000,00	506.737,18	590.470,01
Receita de Contribuição	806.500,00	230.118,28	242.583,31
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	806.500,00	230.118,28	242.583,31
Receita Patrimonial Líquida	151.400,00	26.493,88	46.010,86
Receita Patrimonial	374.050,00	83.502,63	51.067,09
(-) Aplicações Financeiras	222.650,00	57.008,75	5.056,23
Transferências Correntes	42.637.590,00	12.563.709,75	12.233.241,95
F.P.M.	11.931.200,00	3.269.067,68	3.420.293,88
I.P.V.A	1.749.280,00	465.139,32	428.724,29
I.C.M.S.	16.043.040,00	4.807.681,08	4.893.517,04
Convênios	746.570,00	236.130,03	112.578,89
Outras Transferências Correntes	12.167.500,00	3.785.691,64	3.378.127,85
Demais Receitas Correntes	858.450,00	379.644,20	223.186,24
Dívida Ativa	200.700,00	69.008,72	56.905,44
Diversas Receitas Correntes	657.750,00	310.635,48	166.280,80
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.800.500,00	79.060,00	16.085,60
Operações de Crédito (III)	3.500.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	10.500,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	250.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	40.000,00	79.060,00	16.085,60
Convênios	40.000,00	59.060,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	20.000,00	16.085,60
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	40.000,00	79.060,00	16.085,60
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	49.753.640,00	15.483.849,54	14.875.667,02

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	47.812.704,11	21.585.558,31	20.046.685,22	13.228.196,74	12.653.441,60
Pessoal e Encargos Sociais	26.554.899,56	7.342.964,66	6.596.797,20	7.161.965,74	6.532.849,47
Juros e Encargos da Dívida (IX)	76.700,00	54.000,00	69.730,00	16.224,33	34.531,81
Outras Despesas Correntes	21.181.104,55	14.188.593,65	13.380.158,02	6.050.006,67	6.086.060,32
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	47.736.004,11	21.531.558,31	19.976.955,22	13.211.972,41	12.618.909,79
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.933.478,01	2.643.597,43	1.342.408,62	503.578,63	826.867,84
Investimentos	6.429.478,01	2.489.637,43	634.595,32	451.618,77	495.230,24
Inversões Financeiras	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	154.000,00	153.960,00	707.813,30	51.959,86	331.637,60
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	6.779.478,01	2.489.637,43	634.595,32	451.618,77	495.230,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	5.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	54.520.482,12	24.021.195,74	20.611.550,54	13.663.591,18	13.114.140,03



Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.766.842,12	-8.537.346,20	-5.735.883,52	1.820.258,36	1.761.526,99
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	116.587,62	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	116.587,62	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-3.752.450,00

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

PORTARIA Nº 344 - ANEXO 7

Município de SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		RP NÃO PROCESSADOS						RP PROCESSADOS		RP NÃO PROCESSADOS	
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (b)
		En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015				En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNIC. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COM. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADANIA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SEARA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SEARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE DE SEARA RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	PODER/ÓRGÃO	-	904.424,79	891.655,37	-	12.769,42	123.438,12	1.184.443,47	308.289,26	11,63	999.590,70
		0,00	904.424,79	891.655,37	0,00	12.769,42	123.438,12	1.184.443,47	308.289,26	11,63	999.590,70
		0,00	887.460,92	879.198,55	0,00	8.292,37	123.438,12	1.130.803,47	306.169,26	11,63	949.590,70
		0,00	227.886,05	225.514,43	0,00	2.371,62	113.058,12	640.405,7	44.867,24	0,01	132.231,44
		0,00	20.339,21	16.001,66	0,00	4.337,55	0,00	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00
		0,00	33.951,19	33.951,19	0,00	0,00	0,00	12.129,70	11.645,70	0,00	484,00
		0,00	27.852,61	27.852,61	0,00	0,00	0,00	423.088,77	106.523,15	11,62	316.434,00
		0,00	41.595,96	41.463,66	0,00	132,30	0,00	38.670,00	38.670,00	0,00	0,00
		0,00	189.989,38	189.602,58	0,00	387,00	0,00	140.653,17	56.988,71	0,00	83.664,46
		0,00	219.644,43	219.524,43	0,00	120,00	0,00	445.209,76	37.322,96	0,00	407.886,80
		0,00	43.034,15	43.034,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	7.322,28	6.358,38	0,00	963,90	10.380,00	5.011,50	6.931,50	0,00	8.450,00
		0,00	75.865,66	75.865,66	0,00	0,00	0,00	420,00	0,00	0,00	420,00
		0,00	6.405,38	2.839,94	0,00	3.565,44	0,00	3.640,00	3.640,00	0,00	0,00
		0,00	6.405,38	2.839,94	0,00	3.565,44	0,00	3.640,00	3.640,00	0,00	0,00
		0,00	10.557,49	9.646,88	0,00	910,61	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
		0,00	10.557,49	9.646,88	0,00	910,61	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	904.424,79	891.655,37	0,00	12.769,42	123.438,12	1.184.443,47	308.289,26	11,63	999.590,70

FONTE:

SEARA 1805/2016

LACI GRIGOLLO
Prefeita Municipal CPF: 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/O-1

PORTARIA Nº 344 - ANEXO 8

MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	4.421.000,00	4.421.000,00	1.737.875,44	39,31
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.188.200,00	1.188.200,00	861.158,78	72,48
1.1.1- IPTU	1.065.800,00	1.065.800,00	826.863,75	77,58
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	8.300,00	8.300,00	1.800,17	21,69
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	79.000,00	79.000,00	20.255,18	25,64
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	35.100,00	35.100,00	12.258,95	34,93
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(21,27)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	264.800,00	264.800,00	83.747,10	31,63
1.2.1- ITBI	264.800,00	264.800,00	84.947,10	32,08
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(1.200,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.262.900,00	2.262.900,00	735.071,83	32,48
1.3.1- ISS	2.233.000,00	2.233.000,00	729.779,34	32,68
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.300,00	6.300,00	664,03	10,54
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	12.700,00	12.700,00	2.992,49	23,56
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.900,00	10.900,00	1.818,37	16,68
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(182,40)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	705.100,00	705.100,00	57.899,73	8,21
1.4.1- IRRF	705.100,00	705.100,00	57.899,73	8,21
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.152.500,00	37.152.500,00	10.791.307,92	29,05
2.1- Cota-Parte FPM	14.707.100,00	14.707.100,00	4.086.336,94	27,78
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.707.100,00	14.707.100,00	4.086.336,94	27,78
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	19.853.800,00	19.853.800,00	6.009.600,92	30,27
2.3- ICMS-Desoneração - LC. nº87/1996	90.300,00	90.300,00	24.055,28	26,65
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	310.200,00	310.200,00	89.478,45	28,84
2.5- Cota-Parte ITR	4.500,00	4.500,00	404,60	8,99
2.6- Cota-Parte IPVA	2.186.600,00	2.186.600,00	581.423,73	26,59
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	41.573.500,00	41.573.500,00	12.529.183,36	30,14
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	763.570,00	763.570,00	246.319,19	32,26
5.1- Transferências do Salário-Educação	540.200,00	540.200,00	201.212,22	37,25
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	128.910,00	128.910,00	29.416,00	22,82
5.4- Transferências Diretas - PNAE	84.910,00	84.910,00	14.520,90	17,10
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	9.550,00	9.550,00	1.170,07	12,25
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	370.280,00	370.280,00	68.856,40	18,60
6.1- Transferências de Convênios	368.380,00	368.380,00	68.856,40	18,69
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.900,00	1.900,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	58.400,00	58.400,00	43.075,30	73,76
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.192.250,00	1.192.250,00	358.250,89	30,05
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.104.980,00	7.104.980,00	2.158.262,74	30,38
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.775.900,00	2.775.900,00	817.269,26	29,44
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.810.760,00	3.810.760,00	1.201.919,84	31,54
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	18.060,00	18.060,00	4.813,04	26,65
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	62.040,00	62.040,00	17.895,29	28,84
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	900,00	900,00	80,90	8,99
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	437.320,00	437.320,00	116.284,41	26,59
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.028.100,00	5.028.100,00	1.691.421,08	33,64
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.003.100,00	5.003.100,00	1.691.421,08	33,81
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-2.101.880,00	-2.101.880,00	-466.841,66	22,21
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				



MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.028.100,00	5.028.100,00	1.337.465,56	26,60	1.337.465,56	26,60
13.1- Com Educação Infantil	2.369.273,00	2.369.273,00	637.033,04	26,89	637.033,04	26,89
13.2- Com Ensino Fundamental	2.658.827,00	2.658.827,00	700.432,52	26,34	700.432,52	26,34
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.028.100,00	5.028.100,00	1.337.465,56	26,60	1.337.465,56	26,60
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.337.465,56
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						79,07
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						0,00
19.3 - Mínimo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						20,93
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	10.393.375,00		10.393.375,00		3.132.295,84	30,14
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.305.145,00	4.305.145,00	1.768.314,82	41,07	1.014.501,05	23,56
23.1- Creche	505.000,00	505.000,00	490.000,00	97,03	85.724,00	16,98
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	505.000,00	505.000,00	490.000,00	97,03	85.724,00	16,98
23.2- Pré-escola	3.790.145,00	3.790.145,00	1.275.026,82	33,64	925.489,05	24,42
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.369.273,00	2.369.273,00	637.033,04	26,89	637.033,04	26,89
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.420.872,00	1.420.872,00	637.993,78	44,90	288.456,01	20,30
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.132.429,00	6.132.429,00	2.007.921,52	32,74	1.258.017,53	20,51
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.658.827,00	2.658.827,00	700.432,52	26,34	700.432,52	26,34
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.473.602,00	3.473.602,00	1.307.489,00	37,64	557.585,01	16,05
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	10.437.574,00	10.437.574,00	3.776.236,34	36,18	2.272.518,58	21,77
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-466.841,66
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-466.841,66
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						2.739.360,24
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						21,86
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	546.700,00	546.700,00	289.271,69	52,91	278.697,05	50,98
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	587.150,00	600.039,40	144.351,35	24,06	35.013,72	5,84
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.133.850,00	1.146.739,40	433.623,04	37,81	313.710,77	27,36
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	11.571.424,00	11.584.313,40	4.209.859,38	36,34	2.586.229,35	22,33



MUNICÍPIO DE SEARA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		9.610,45	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.691.421,08	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.700.981,53	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.643.798,96	0,00
49.2 Restos a Pagar		57.182,57	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		50,00	0,00

SEARA, 18/05/2016

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal CPF 982.428.739-68

ADEMIR FRANCISCO MORA
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 075/2016

DECRETO Nº 075/2016 DE 19 DE MAIO DE 2016.

“Nomeia membros para compor a Comissão Intersetorial para elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Lei Municipal nº 604/2003, em Reunião Ordinária do dia 05 de maio de 2016.

· Considerando a Resolução 171/2014/CONANDA que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

· Considerando o Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

· Considerando que a elaboração do plano decenal deve ser realizada de forma articulada e Intersetorial entre os diversos órgãos públicos e de organizações representativas da sociedade civil, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos;

RESOLVE:

Art 1º Para a elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Serra Alta/SC será constituída a Comissão Intersetorial composta pelos seguintes órgãos públicos e organizações representativas com seus devidos representantes:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Representante: LIANE TERESINHA DE ALMEIDA

II - Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS

Representante: EJUSILIANE MARCIA JACOSKI FLECK

III - Conselho Municipal da Saúde – CMS

Representante: RONNY KUFNER

IV - Conselho Municipal da Cultura

Representante: JUCIÉLI HANAUER

V - Conselho Municipal da Educação

Representante: VANTUIR DE MORAIS

VI - Crianças e adolescentes

Representantes: PAOLA MULLER

ADÃO FLORES

VII - Conselho Tutelar

Representante: ROSELI TAUFFER DOS SANTOS MOCELIN

VIII – Rede de Atendimento à Infância e Juventude – RAIJ

Representantes: ALISSON MONTEIRO

MARLI BOTTEGA

IX - Representantes governamentais

Da Cultura: IDINÉIA CECATTO

Do Esporte: HELOÍSE CERIZOLLI

Da Educação: EDIONE MARCIA DETONI PANDOLFO

Da Saúde: CRISTINA INES SCHMITZ

Da Assistência Social: VOLNEI LUIZ FICAGNA

Do Transporte: ROBERTO FLAVIO PRIOR

Do Urbanismo: VALMIR SENHOR

§ 1º O Poder Executivo municipal deverá nomear seus representantes no prazo máximo de 15 dias.

§ 2º A Comissão poderá, no intuito de qualificar os debates e encaminhamentos, convidar profissionais e especialistas na temática para participarem de suas reuniões.

§ 3º Representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e de outras instituições públicas poderão participar da Comissão Intersetorial na condição de convidados em caráter permanente, com direito a voz e voto.

§ 4º Para compor os representantes de crianças e adolescentes, serão nomeados os adolescentes indicados como delegados na Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Art. 2º Compete à Comissão Intersetorial:

I - definir plano de atividades para discussão e elaboração do plano decenal, bem como elaborar a proposta do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, no seu âmbito de atuação;

II - articular junto a órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos objetivando sua participação na discussão e na elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III - assegurar a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de discussão e elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

IV - propor e acompanhar a realização de diagnóstico da situação local referente à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; e

V - submeter a minuta de plano decenal à consulta pública local, seja por audiência pública, consulta virtual ou outro mecanismo participativo equivalente.

Art. 3º Compete ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - aprovar e deliberar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes e encaminhá-lo ao Chefe do Poder Executivo Municipal para aprovação mediante Lei Municipal;

II - encaminhar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

III - definir instrumentos de avaliação e monitoramento da implementação do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

Art. 4º O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente terá o prazo estabelecido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para elaborar e deliberar o plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes do município de Serra Alta/SC.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação, no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Maio de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 076/2016

DECRETO Nº 076/2016 DE 19 DE MAIO DE 2016.

“Concede Licença Saúde à Servidora Pública Municipal NAIANA PAULA DONIDA, e dá outras providências”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença Saúde, à Servidora Pública Municipal NAIANA PAULA DONIDA, conforme atestado médico de 02/05/2016 até a emissão do Laudo Pericial do INSS, a mesma é ocupante do Cargo efetivo de Agente Educativo Nível 11, do grupo 1 –SEG, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir de 02/05/2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Maio de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 077/2016

DECRETO Nº 077/2016 DE 19 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre atribuição de Adicional de Titulação a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o anexo VI, do art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005, parágrafo 2º do art. 6º da Lei 692/2006 de 13 de abril de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído Adicional de Graduação sobre o vencimento do servidor, a Servidora Pública Municipal ANA CLÁUDIA LAUXEN ZUZELISKI de acordo com a escolaridade e respectivo percentual constante do anexo VI da Lei Complementar nº 684/2005.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento

Vigente.

Ar. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta, 19 de Maio de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 017/2016

DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS
1º QUADRIMESTRE/2016

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e cumprindo o estabelecido na Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF) e Lei Municipal nº. 470/2001, torna público e comunica a todos os interessados a convocação da realização de Audiência Pública, para a DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 1º Quadrimestre/2016, que fica agendada para:

Data: 30/05/2016 – Segunda-Feira;

Horário: 20h30min;

Local: Câmara Municipal de Vereadores (Rua 28 de Abril, 370, centro, em frente ao correio).

Ficando assim convocados todas as associações, representantes dos vários segmentos da comunidade e toda a população em geral.

Será imprescindível a presença de todos.

Serra Alta, SC, 18 de maio de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 34 2016 PMT - FORNECIMENTO E MONTAGEM DE MÓVEIS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016 PMT

OBJETO: contratação de empresa(s) para fornecimento e montagem de móveis sob medida para o Núcleo de Educação Infantil Mundo Mágico e para a Unidade Pré-Escolar Violeta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 03 de junho de 2016. ABERTURA: dia 03 de junho de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBÓ (SC), 19/05/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

LEI Nº 2831, DE 20 DE MAIO DE 2016

LEI Nº 2831, DE 20 DE MAIO DE 2016

Autoriza a abertura e suplementação de Crédito Especial de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2016, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.805 de 26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDOS

24.02.006.181.0046.1267.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.02.006.181.0046.1267.	POLÍCIA MILITAR	
24.02.006.181.0046.1267.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POLÍCIA MILITAR	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11000	CONVENIO DE TRANSITO MILITAR	10.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO	10.000,00

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir Crédito Especial, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.805 de 26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDOS

24.02.006.181.0046.1267.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.02.006.181.0046.1267.	POLÍCIA MILITAR	
24.02.006.181.0046.1267.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POLÍCIA MILITAR	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
443000.00	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E AO DIST. FEDERAL	
0.11000	CONVENIO DE TRANSITO MILITAR	10.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	10.000,00

Art. 3º O Prefeito fica autorizado a abrir Crédito Especial, no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), à conta do SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.805 de 26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUMTRAN

24.02.006.181.0046.1267.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.02.006.181.0046.1267.	POLÍCIA MILITAR	
24.02.006.181.0046.1267.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - POLÍCIA MILITAR	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	

440000.00	INVESTIMENTOS	
443000.00	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E AO DIST. FEDERAL	
0.31000	CONVENIO DE TRANSITO MILITAR - SUPERAVIT	10.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	10.000,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNREPOM

23.04.006.181.0048.1403.	FUNREPOM	
23.04.006.181.0048.1403.	POLICIA MILITAR	
23.04.006.181.0048.1403.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS – FUNREPOM	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
443000.00	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E AO DIST. FEDERAL	
0.30000	SUPERAVIT FINANC. EXERCICIO ANTERIOR	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2832, DE 20 DE MAIO DE 2016

LEI Nº 2832, DE 20 DE MAIO DE 2016

Altera a Lei nº 2.798, de 22 de outubro de 2015, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2016.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo III, Demonstrativo L, Demonstrativo de Ações – Produto - Unidade de Medida – Meta – Valor – Fonte de Recursos, da Lei nº 2.798, de 22 de outubro de 2015, passa a vigorar com o acréscimo da redação do programa apresentado, nos termos do anexo respectivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Programa: 46 - Sistema viário e mobilidade		
Objetivos:		
Desenvolver macro projeto visando a reestruturação do sistema viário do Município e dar continuidade ao projeto do anel viário; Desviar o tráfego pesado do centro urbano; Desenvolver e implantar programas e ações voltadas para a garantia da acessibilidade; Tornar o transporte coletivo acessível, eficiente, seguro e atrativo, promovendo a agilização do sistema de transporte com a introdução de novos serviços e tecnologias; Implantar e padronizar os abrigos e pontos de parada, visando melhorar a segurança da população que usa o transporte coletivo; Interligar as ruas dos loteamentos para evitar sobrecarga do Transporte Coletivo das vias básicas e facilitar a comunicação entre bairros; Desenvolver e aplicar o programa de pavimentação de vias e passeios públicos; Manter as atividades e capacitar o servidor para disponibilizar serviços de qualidade a população. Assegurar meios de fiscalização e atendimento das ocorrências de trânsito, bem como aplicação de multas e sanções. Melhorar o planejamento e a infra-estrutura operacional para a fiscalização do trânsito municipal. Implementar todas as ações de trânsito de competência municipal e estadual.		
Diretrizes: As condicionantes geográficas, a ocupação urbana e a deficiente malha viária do município, além da evidente prioridade conferida ao transporte individual em detrimento do coletivo são dificuldades a serem vencidas por este programa. Algumas intervenções foram realizadas com o intuito de melhorar a mobilidade da cidade como um todo, as quais ajudaram a trazer segurança viária para o município. O aprimorando e incremento destas, é prioridade no programa de sistema viário e mobilidade, onde é enfatizado os meios de transporte alternativo e a garantia da acessibilidade. Ainda sendo comprovada a eficácia e importância de aparelhos de controladores de velocidade em nosso município. Verificado a necessidade de aquisição de controlador de velocidade mais eficaz e moderno, visando também a praticidade para fácil transporte do equipamento e instalação do mesmo. Necessidade de padronização de identificação dos fiscalizadores de trânsito, tornado-os mais visíveis durante a realização de abordagens para identificação de automotores. Necessidade de equipar a Polícia Militar com veículos equipados com notebook com acesso a rede mundial de computadores para acesso a consultas de veículos e indivíduos.		

.....		
Ação: 1265 - Imóveis e Instalações - Demutran		
Produto		
Unidade Medida		
Quantidade		
4 - Imóvel		
M2		
867,00		
Vínculo		
Valor		
Recursos fiscais		
80.000,00		
Total Ação		80.000,00
.....		
	
Total Geral		2.420.000,00

AÇÃO 1265 - Desapropriar imóveis para abertura de vias urbanas e implantação de trevos, canteiros, rótulas e garantir a segurança do pedestre e ciclista, através do alargamento dos passeios e outras.

LEI Nº 2833, DE 20 DE MAIO DE 2016

LEI Nº 2833, DE 20 DE MAIO DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Especial de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2016, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a abrir Crédito Especial, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), à conta do SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2.805 de 26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDOS

24.01.026.782.0046.1265.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.1265.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.1265.	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - DEMUTRAN	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	Recursos Ordinários – Sup. financeiro	80.000,00
	TOTAL	80.000,00

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 107 2015 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 107/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para contratação de serviços em pneus (recauchutagem, recapagem, conserto, balanceamento entre outros serviços) para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta do Município.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Paul Nuber & Filhos Ltda Epp; Grando Pneus Ltda; Recauchutadora de Pneus Neri Ltda Epp; e R.B. Truck Center Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 433.888,80 (quatrocentos e trinta e três mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/11/2016

Timbó, 19/11/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Trombudo Central

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2016
CHAMAMENTO PUBLICO

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993 e alterações posteriores, e de acordo com a Lei nº 11.947/2009, e Resolução CD/FNDE nº 038/2009 fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, objetivando a aquisição de GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO. Os interessados deverão apresentar documentação conforme solicitada no Edital, junto ao Depto de Licitações da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC, no horário das 07:00 às 13:00 horas a partir de 23/05/2016 até 24/05/2016. A íntegra do presente edital poderá ser solicitado através do email licita@trombudocentral.sc.gov.br ou através da home page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 20 de maio de 2016.

Silvio Venturi
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 35/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 35/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 35/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR LOTE, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALCETEIRO E AJUDANTE PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h do dia 06 de junho de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 20 de maio de 2016.

Silvio Venturi
Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 81/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 63/2016 REAGENTES

Processo de Compra Nº.: 81/2016
Pregão Presencial nº: 63/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, tem por objeto a aquisição de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ANALISE DE AGUA DESTINADOS PARA A HIDRAULICA MUNICIPAL. Entrega das propostas e Credenciamento até 9h do dia 03 de junho de 2016. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 19 de maio de 2016.
Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 80/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 62/2016

Processo de Compra Nº.: 80/2016
Pregão Presencial nº: 62/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, tem por objeto a aquisição de Equipamentos e Materiais destinados para a Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal da Agricultura. Entrega das propostas e Credenciamento até 14h30min do dia 03 de junho de 2016. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 19 de maio de 2016.
Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 4082/2016

PORTARIA Nº. 4.082/2016.
Em 20 de Maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 026/2011 e alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO, VAGNER BORGES DE AQUINO, do cargo de MÉDICO - ESF, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 31 de Maio de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 20 de Maio de 2016.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA 4083/2016

PORTARIA Nº. 4.083/2.016
Em 20 de Maio de 2.016

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010, e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, FERNANDA ENGROFF, para o cargo de DIRETORA ADJUNTA DE DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, cargo este de provimento em Comissão, nível DAI 1, A-01, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Planejamento e Finanças, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de Maio de 2.016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 20 de Maio de 2.016.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO 02/2016 CV

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2016 - PR
CNPJ: 03.063.493/0001-05 Rua da Matriz, 53 C.E.P.: 89898-000 - Tunápolis - SC	Processo Administrativo: 2/2016 Processo de Licitação: 2/2016 Data do Processo: 02/05/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente Da Câmara, ELÓI WINK, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2016
b) Licitação Nr.: 2/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/05/2016
e) Data da Adjudicação: 19/05/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Aquisição de um Microcomputador completo para o suprir as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 006247 - LMV INFORMÁTICA LTDA ME	1	0,0000	2.600,00
	1		2.600,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 73.181,05

Tunápolis, 19 de Maio de 2016.

ELÓI WINK
PRESIDENTE DA CÂMARA

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 35/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 35/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2016
Tipo : Menor Preço/Global
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA REFORMA GERAL DA RETROESCAVADEIRA RANDON RK406B.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06 de Junho de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 06 de Junho de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 20 de maio de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

TA 001/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS

Nº 003/2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE/SC

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo e conforme consta no Contrato Original, resolvem reajustar o Contrato Nº 003/2014.

VALOR: R\$ 739,60 (Setecentos e trinta e nove reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA: 04/05/2016 à 31/12/2016

UNIÃO DO OESTE-SC, 18 de Maio de 2016.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

PRESIDENTE

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL 24 2016 PMU PR 20 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016/FMS

Objeto: aquisição de servidor e licenças de software. Recebimento dos envelopes: até 09h30 do dia 07/06/2016, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h30 do dia 07/06/2016. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES.

Outras informações no e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

Rosane Zatta. Pregoeira

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2016

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEÃO

O município de VARGEÃO, SC, com sede na Rua 7 de Setembro, nº 477, Centro, Vargeão, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.009.928/0001-64, Telefone (49) 3434 0148, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 horas do dia 06 de JUNHO de 2016, tendo como local o Auditório MUNICIPAL METEÓRO, sito a Rua 7 de Setembro, nº 477 (fundos), Centro, Vargeão, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.VARGEAO.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (49) 3434 0148, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Vargeão (SC), em 20 de maio de 2016.

AMARILDO PAGLIA

PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEÃO

Videira

PREFEITURA

ATA Nº 219/16

ATA 219/2016/CMAS – Aos doze dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira - Santa Catarina, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social para reunião ordinária com a seguinte pauta: 1. Informações sobre o programa bolsa família; 2. Apreciação do Demonstrativo físico financeiro dos recursos federais de 2015; 3. Apresentação do parecer da Comissão de Normas e Regulamentação acerca do pedido de inscrição do Lions; 4. Informes: 4.1. Regulamentação do Sistema Único de Assistência Social pela gestão; 4.2. Andamento dos trabalhos das Comissões de atualização da Resolução 016/2010/CMAS e de atualização da Lei de Criação do CMAS; 5. Apresentação da documentação protocolada pelas entidades inscritas no CMAS e repasse à Comissão de Normas e Regulamentação - Audiência Pública e eleição dos representantes das entidades e usuário; 6. Plano Decenal da Assistência Social; 7. Assuntos Gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. O Presidente do CMAS, Sr. Ademar Gaedke, tratando-se das informações acerca do programa bolsa família, repassou a palavra às Sras. Marli Karpen, Assistente Social, e Vivian Briniak Moreira, que é a servidora do Departamento responsável pelo Programa Bolsa Família (PBF). As servidoras apresentaram ao Conselho os dados do PBF no Município, com o número de famílias beneficiadas e o valor pago, e informaram que ocorre triagem, atualização dos cadastros, visitas e reuniões com os beneficiários, a fim de que sejam repassadas orientações quanto ao funcionamento do Programa. Na última reunião com as famílias, nesse sentido, trabalhou-se em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de possibilitar o atingir das metas em relação aos serviços prestados. Apresentaram-se, também acerca do PBF, as ações que foram realizadas no ano de 2015, especialmente com a priorização das famílias do PBF para os cursos do PRONATEC, e as ações que já foram realizadas em 2016, especialmente no que concerne à atualização dos cadastros junto aos CRAS do Município. Explanou-se, de igual forma, acerca do aporte de recursos da assistência às creches que atendem crianças do PBF, conforme o número de matrículas. Esse recurso tem a finalidade de incentivar a matrícula das crianças e o retorno dos seus responsáveis ao mercado de trabalho. Em continuidade à pauta, com relação ao demonstrativo físico financeiro dos recursos federais de 2015, após o devido preenchimento e apreciação, houve aprovação, em unanimidade, pelo Conselho. Em seguida, repassou-se a palavra aos membros da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS para se tratar do parecer relativo ao pedido de inscrição do Lions Clube Videira Perdizes no Conselho. Apresentado o parecer, após as devidas discussões, o CMAS aprovou, em unanimidade, os termos do Parecer da Comissão, a fim de se indeferir o pedido de inscrição do Lions Clube Videira Perdizes. Após, quanto à Regulamentação do Sistema Único de Assistência Social pela gestão, ao andamento dos trabalhos da Comissão de atualização da Resolução 016/2010/CMAS e da Comissão responsável pela atualização da Lei de Criação do CMAS, a qual está tratando também da atualização do Regimento Interno do Conselho, informou-se aos Conselheiros que haverá conclusão dos trabalhos e a apresentação ao plenário nas próximas reuniões. O Conselho definiu que deverá haver a revogação da Resolução 001/2016-CMAS, a qual trata de nomeação de Comissão de acompanhamento do programa bolsa família e, em conformidade à Resolução 015/2014-CNAS, deverá ser encaminhada à Administração Municipal sugestão de nomeação do CMAS como instância de participação e de

controle social do Programa Bolsa Família (PBF). Em sequência à pauta, apresentou-se ao CMAS a documentação protocolada pelas entidades CIEE, Sorria Criança, Escola de Pais e APAE, em razão do encaminhamento do ofício nos termos da última reunião, e o pedido de inscrição no Conselho da Comunidade Terapêutica São Francisco. Essas documentações foram repassadas à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS para análise. Após, tratou-se da necessidade de designação de audiência pública no mês de junho/2016 para que as entidades inscritas no CMAS apresentem os projetos desenvolvidos, conforme o que preconiza a Resolução 016/2011/CMAS. Por ocasião dessa audiência, sugeriu-se a realização da eleição dos representantes da sociedade civil, a fim de se proceder à composição do novo Conselho. A organização da eleição será articulada com a Gestão. Quanto ao Plano Decenal da Assistência Social, informou-se ao Conselho que há divergência no entendimento quanto à necessidade de elaboração de Plano Decenal Municipal e que essa informação será repassada ao plenário nas próximas reuniões. Ao final, apresentou-se o e-mail encaminhado à Secretaria dos Conselhos pelo CIEE, o qual trata da dúvida da entidade quanto a provisoriedade ou tempo indeterminado da inscrição no CMAS. O Conselho definiu que deverá ser analisada a documentação apresentada e ser organizada visita à entidade. Encerradas as discussões, às 17h25min, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do CMAS agradeceu a presença de todos. Sugeriu-se que ocorra a designação de reunião extraordinário do Conselho para apresentação do parecer da Comissão que está tratando da atualização do regimento interno. Registre-se que esta Ata, lavrada nesta reunião, em razão do horário de término, será lida e colocada para aprovação, em lista própria de assinaturas, na próxima reunião. Eu, Sabrina Surdi _____, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei e assino esta Ata. Eu, Ademar Gaedke _____, Presidente do CMAS, após a leitura e a competente aprovação da redação, assino esta Ata.

DECRETO Nº 12.974/16

DECRETO Nº 12.974/16, DE 16 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Engenheiro Eletricista

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações, e ainda a concessão de liminar em Mandado de Segurança – Processo n. 0301483-47.2016.8.24.0079,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FABIO NUNES LIMA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Eletricista, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.975/16

DECRETO Nº 12.975/16, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Procurador Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUCIANE MARIA DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Procurador Municipal, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.976/16

DECRETO Nº 12.976/16, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.727/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 8943/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.727/16, que nomeou MARISA RODRIGUES MACHADO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.977/16

DECRETO Nº 12.977/16, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.733/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 8944/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.733/16, que nomeou MARILEINE DA SILVA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.978/16

DECRETO Nº 12.978/16, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.102/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 8949/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.102/15, que nomeou MARILENE APARECIDA DA SILVA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.979/16

DECRETO Nº 12.979/16, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.692/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 8945/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.692/16, que nomeou MARLON ALEXANDRO STEFFENS ORTH, para exercer o cargo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.980/16

DECRETO Nº 12.980/16, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.119/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 8950/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.119/15, que nomeou RENATA MARQUES DA SILVA, para exercer o emprego público de Odontólogo - ESF, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.982/16

DECRETO Nº 12.982/16, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARCIA MIRANDA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.983/16

DECRETO Nº 12.983/16, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CREUZEMAR MELO DE GODOI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.984/16

DECRETO Nº 12.984/16, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RODRIGO DE SOUZA FIDELIS tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.986/16

DECRETO Nº 12.986/16 DE 18 DE MAIO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.359/16 de 18 de maio de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 124.234,75 (Cento e vinte e quatro mil duzentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0065.59 – Aplicações Diretas	20.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0167.13 – Aplicações Diretas	104.234,75
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	124.234,75

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015 e da anulação parcial ou total das seguintes dotações:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	

Proj/Ativ – 2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.59 – Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EXTRATO DO CONTRATO N. 0170/2016

Extrato do Contrato n. 0170/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE LUIZA FRACANABIA

CPF: 762.963.349-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARLEI

REGINA DE OLIVEIRA EM GOZO DE LICENÇA PREMIO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 a 01 de julho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0171/2016

Extrato do Contrato n. 0171/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISLAINE DE MATIAS

CPF: 094.863.529-09

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO INCAPAZ DE SER SUPORTADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PARA ATENDER CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 a 30 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0172/2016

Extrato do Contrato n. 0172/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SONIA SALETE DA SILVA BALDISSARELLI

CPF: 655.879.609-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VERA LUCIA ILDEBRANDO GARBIN EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 a 08 de julho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0181/2016

Extrato do Contrato n. 0181/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELISANGELA SILVEIRA

CPF: 068.042.039-84

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EM MARI-
NES SALETE DA SILVA GUZZI EM GOZO DE LICENÇA PREMIO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 a 01 de julho de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais
e oitenta e dois centavos)**EXTRATO DO CONTRATO N. 0191/2016**

Extrato do Contrato n. 0191/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NATALIA PALHOZA

CPF: 088.409.009-42

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSANE
HAMPEL MUNDSOCK EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 13 de abril de 2016 a 12 de junho de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais
e oitenta e dois centavos)**EXTRATO DO CONTRATO N. 0186/2016**

Extrato do Contrato n. 0186/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVIA VARELA CAUS

CPF: 008.217.889-57

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIS RE-
GINA BRUSCHI AFASTADA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE AS-
SESSOR SECRETARIA ESCOLAR II

VIGÊNCIA: de 12 de abril de 2016 a 30 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0196/2016

Extrato do Contrato n. 0196/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA SPIERING PEREIRA

CPF: 039.485.319-94

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SANDRA
REGINA TESTA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 15 de abril de 2016 a 26 de julho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0187/2016

Extrato do Contrato n. 0187/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIMARI ALVES DOS SANTOS VALIERI

CPF: 049.178.499-69

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VANIA RE-
DEMSKI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 a 30 de maio de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0208/2016

Extrato do Contrato n. 0208/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARGARETE ATT

CPF: 080.514.189-80

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-
NAL INTERESSE PÚBLICO – AUMENTO DA DEMANDA DE CRIAN-
ÇAS INCAPAZ DE SER SUPOSTADO PELA SECRETARIA DE EDUCA-
ÇÃO, POR NÃO HAVER MAIS CARGOS EM VACÂNCIA E ATÉ QUE
OCORRA A CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS

VIGÊNCIA: de 19 de abril de 2016 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0188/2016

Extrato do Contrato n. 0188/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JIZELI TERESINHA ANTUNES GOMES

CPF: 020.295.039-59

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LEONICE
APARECIDA DEBASTIANI BOGONI EM LICENÇA PARA TRATAMEN-
TO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 12 de abril de 2016 a 08 de julho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0209/2016

Extrato do Contrato n. 0209/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CAMILA MORESCO

CPF: 083.408.599-27

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIANE
BALDO FANTINEL AFASTADA PARA ATUAR COMO DIRETORA de
CEMEI

VIGÊNCIA: de 22 de abril de 2016 a 30 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais
e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0211/2016

Extrato do Contrato n. 0211/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARCIA BALESTRIN TIBOLA

CPF: 664.965.869-34

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA ATUAR NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

VIGÊNCIA: de 12 de abril de 2016 a 09 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.59 – Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EXTRATO DO CONTRATO N. 0215/2016

Extrato do Contrato n. 0215/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE ALVES DOS SANTOS

CPF: 081.780.739-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA ANGELINA ANGREWSKI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 22 de abril de 2016 a 18 de julho de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

PORTARIA Nº 0414/16

PORTARIA nº 0414/16

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidora Pública que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 1627/2016,

RESOLVE

Art. 1º Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional da servidora MARIA ANDREOLA VOIDALESKI, Merendeira, o qual será computado em dobro, totalizando 114 (cento e quatorze) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 29/04/1991 a 31/12/1993 e 10/01/1994 a 30/06/1994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0061/16.

Videira, 16 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0423/16

PORTARIA nº 0423/16

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 8123/2016,

RESOLVE

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0065.59 – Aplicações Diretas	20.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0167.13 – Aplicações Diretas	104.234,75
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	124.234,75

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015 e da anulação parcial ou total das seguintes dotações:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
-------------------------------	--

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pela Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Videira, no dia 10 de dezembro de 2016, das 19h00min às 01h00min do dia 11 de dezembro de 2016 para a realização do Baile de Confraternização.

§1º A responsável pela organização do evento se compromete a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- d. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- e. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- j. Recolher o Imposto sobre Serviços na alíquota de 5%, conforme item 12.07 do Código tributário Municipal;

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando a Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Videira inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0424/16

PORTARIA Nº 0424/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00038/16-6, nos assentos funcionais do servidor LEONILDO DIAS, detentor da matrícula funcional nº 2245, e do cargo de provimento efetivo de Motorista III - Ônibus, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 8908/16,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor, LEONILDO DIAS, detentor da matrícula funcional nº 2245 e do cargo de provimento efetivo de Motorista III - Ônibus, pelo período de 13 (treze) anos, 07 (sete) meses e 02 (dois) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00038/16-6.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de maio de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0425/16

PORTARIA nº 0425/16

Nomeia Comissão de Avaliação de Bem Móvel

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 8.614/2016 e no Parecer Jurídico n. 164/2016;

RESOLVE

Art. 1º Designar JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA, MAYNARA GUILL e TATIANE DA COSTA, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 03 (três) dias, para fins de autorização de uso, 02 (dois) berços de madeira, com as seguintes dimensões: 1,33mx0,64cmx81cm.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de maio de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de maio de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

RESOLUÇÃO Nº 011/16

RESOLUÇÃO Nº 011/2016-CMAS.

Dispõe sobre a aprovação dos serviços, do IGD-PBF e IGD-SUAS no demonstrativo físico financeiro dos recursos federais do ano de 2015

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

1º - APROVAR, nos termos da Ata 219/2016/CMAS, de 12 de maio de 2016, os serviços, o IGD-PBF e o IGD-SUAS no demonstrativo físico financeiro dos recursos federais do ano de 2015, conforme a documentação anexa.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 12 de maio de 2016.

Ademar Gaedke

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 012/16

RESOLUÇÃO Nº 012/2016-CMAS.

Dispõe sobre o acolhimento do parecer da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e sobre o indeferimento do pedido de inscrição no Conselho formulado pelo Lions Clube Videira Perdizes no Conselho.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

1º - ACOLHER, em sua integralidade, o Parecer 001/2016 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS e INDEFERIR, nos termos da Ata 219/2016/CMAS, de 12 de maio de 2016, o pedido de inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) formulado pelo Lions Clube Videira Perdizes.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 12 de maio de 2016.

Ademar Gaedke

Presidente do CMAS

PARECER 001/2016/COMISSÃO DE NORMAS E REGULAMENTAÇÃO DO CMAS PEDIDO DE INSCRIÇÃO DO LIONS CLUBE VIDEIRA PERDIZES

A Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município de Videira-SC, no uso de suas atribuições legais, conforme o Regimento Interno do Conselho e o que dispõe a Resolução 016/2011/CMAS, em seu art. 12, apresentou Parecer em relação ao pedido de inscrição do Lions Clube Videira Perdizes.

Trata-se de pedido de inscrição municipal do Lions Clube Videira Perdizes no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Videira. Recebida a documentação (Ata 215/2016/CMAS), em reunião realizada no dia 08-03-2016, esta Comissão, com arrimo na legislação vigente, entendeu pela necessidade de solicitar ao Lions a complementação da documentação necessária à inscrição, consoante o que consta no Relatório de Reunião 001/2016, eis que:

I- não houve apresentação do Plano de Ação;

II- não houve apresentação do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

III- não houve apresentação de relatório Financeiro do Exercício anterior;

IV- não houve apresentação de relatório de atividades;

V- não houve apresentação de Parecer do Conselho Fiscal da Entidade com assinatura dos responsáveis.

Solicitada a complementação da documentação, a Comissão designou data para reunião com os representantes da requerente, a fim de se expor o procedimento para inscrição das entidades no CMAS e quais são os requisitos que devem ser preenchidos para tanto, especialmente no que se refere à caracterização da entidade como de assistência social, conforme a legislação em vigor. Essa reunião ocorreu na data de 08-04-2016 (Relatório de Reunião 002/2016), sendo que, também nessa data, houve o protocolo da documentação complementar solicitada.

Com o protocolo formalizado, na data de 20-04-2016, esta Comissão procedeu à análise da documentação apresentada, assim como dos requisitos necessários à inscrição. Conforme o Relatório de Reunião 003/2016, aferiu-se que:

I- não houve a apresentação de Parecer do Conselho Fiscal da Entidade com assinatura dos responsáveis;

II- não houve apresentação do Relatório das Atividades desenvolvidas no ano anterior;

III- não houve apresentação do Plano de Ação com preenchimento de todos os requisitos legais.

Entendeu-se por ocasião dessa reunião, de igual forma, pela análise da documentação apresentada, que as atividades desenvolvidas pelo Lions Clube Videira Perdizes são consideradas de área diversa da assistência social.

Apresentado esse relato da condução dos trabalhos, veja-se, nos termos da redação da Resolução 016/2011/CMAS, em seus arts. 2º, I, 6º e 7º, que:

Art. 2º As entidades e organizações de assistência social podem ser isolada ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

[...]

Art. 6º. A inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS é o reconhecimento público das ações realizadas pelas entidades e organizações sem fins econômicos, ou seja, sem fins lucrativos, no âmbito da Política de Assistência Social. [...]

Art. 7º Os critérios para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV- garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da missão da entidade ou organização, bem como a efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Além disso, consoante aos arts. 9º e 3º, desse mesmo diploma,

tem-se que:

Art. 9º As entidades e organizações de assistência social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

I - requerimento, conforme anexo I;

II - cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;

IV - plano de ação;

V - cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

VI - relatório Financeiro do Exercício anterior;

VII - parecer do Conselho Fiscal da Entidade com assinatura dos responsáveis.

VIII - o Plano de Ação e o Relatório de Atividade deverão vir assinados e rubricados por profissional de Assistência Social inscrito no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS. (acrescentado pela Resolução 026/2012/CMAS).

Art. 3º As entidades e organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída, conforme disposto no art. 53 do Código Civil Brasileiro e no art. 2º da Lei nº 8.742, de 1993;

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar plano de ação anual contendo:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:
 - e.1) público alvo;
 - e.2) capacidade de atendimento;
 - e.3) recursos financeiros a serem utilizados (alterado pela Resolução CNAS nº 10/2011);
 - e.4) recursos humanos envolvidos;
 - e.5) abrangência territorial;
 - e.6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial executado, informando respectivamente:
 - e.1) público alvo;
 - e.2) capacidade de atendimento;
 - e.3) recurso financeiro utilizado;
 - e.4) recursos humanos envolvidos;
 - e.5) abrangência territorial;
 - e.6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou

estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

Conforme a documentação apresentada, portanto, nota-se que o trabalho desenvolvido pelo Lions, nos termos do seu Plano de Ação, tem relação direta com os serviços de saúde (distribuição de cadeiras de rodas, cadeiras de banho, andadores, muletas, tipóias, órteses, meias sigvares, tala metálica, imobilizadores de joelho, remédios e curativos) e com doações a instituições (APAE, Pastoral da Criança, Clínica São Francisco, Liga Videirense de Combate ao Câncer, entre outras), o que não tem enquadramento previsto como serviço da assistência social (Resolução 109/2009/CNAS).

Além disso, insta salientar, que o Lions Clube Videira não apresentou ao Conselho o parecer fiscal acerca do relatório de contas, o relatório de atividades e o plano de ação, conforme os requisitos esculpidos no art. 3º, da Resolução 016/2011/CMAS, conforme supracitado. Esses requisitos também estão expressos na Resolução 014/2014/CNAS.

Ante o exposto, entendendo-se que as atividades desenvolvidas pelos Lions Clube Videira Perdizes não se encontram amparadas pela legislação, a fim de se caracterizarem como de assistência social, embora sejam de extrema valia, essa Comissão entende que, enquanto entidade, fica impossibilitada a inscrição junto ao CMAS.

Contudo, conforme a previsão legal do art. 11, da Resolução 016/2016/CMAS, afere-se que o Lions Clube Videira Perdizes, caso seja de interesse da entidade, poderá formalizar pedido de inscrição de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, desde preencham os requisitos legais e ocorra apresentação da documentação exigida em sua integralidade (Resolução 016/2011/CMAS e Resolução 014/2014/CNAS).

Esse é o Parecer da Comissão de Normas e Regulamentação do CMAS para o pedido de inscrição do Lions Clube Videira Perdizes. Encaminha-se ao plenário do Conselho para deliberação.

ADEMAR GAEDKE
Presidente do CMAS

FRANCIELI AP. VIZOLLI DE SOUZA
Membro da Comissão

HELMA DE MARTINE
Membro da Comissão

NEUSA PRIAMO
Membro da Comissão

Videira - SC, 22 de abril de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 013/16 RESOLUÇÃO Nº 013/2016-CMAS.

Dispõe sobre revogação da Resolução 001/2016, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

1º - REVOGAR, nos termos da Ata 219/2016/CMAS, de 12 de maio de 2016, a revogação da Resolução 001/2016, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), a qual nomeou Comissão Permanente para acompanhamento do programa bolsa família (PBF).

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 12 de maio de 2016.
Ademar Gaedke
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 019/16

RESOLUÇÃO Nº 019/2016/CMDCA

Dispõe sobre a nomeação da Comissão para tratar do assunto do Enfrentamento do Uso de Álcool e Drogas para o Plano Decenal.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

1º- NOMEAR, nos termos da Ata 211/2016/CMCDA e conforme as indicações formalizadas perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em resposta aos Ofícios 114/2016/CMDCA ao 117/2016/CMDCA, os seguintes membros para composição da Comissão que tratará do tema "Enfrentamento do Uso de Álcool e Drogas" para o Plano Decenal:

- COMISSÃO – ENFRENTAMENTO DO USO DE ÁLCOOL E DROGAS

1. Representante do CMDCA
· RICARDO BURATTO
2. Representante da Secretaria de Saúde - Saúde Mental
· ADRIANA APARECIDA FELICETTI
3. Representante do Departamento de Ação Social
· TATIANE DA COSTA
4. Representante do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS
· JUSSARA ZAMBOM
5. Representante do Conselho Municipal Antidrogas de Videira - COMAD
· SONIA MARIA CARDOSO DOS SANTOS

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 16 de maio de 2016.
Ricardo Buratto
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 020/16

RESOLUÇÃO Nº 020/2016/CMDCA

Dispõe sobre a substituição de membros na Comissão de elaboração do Plano Decenal do eixo da violência e exploração sexual.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE:

1º- NOMEAR, em substituição dos membros representantes da Secretaria de Saúde - Vigilância Epidemiológica e da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, conforme as indicações formalizadas perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em resposta aos Ofícios 122/2016/CMDCA ao 123/2016/CMDCA, para composição da Comissão de elaboração do Plano Decenal do eixo da violência e exploração sexual:

- COMISSÃO – VIOLÊNCIA SEXUAL

2. Representante da Secretaria de Saúde - Vigilância Epidemiológica
· MARIANE CAROLINA DE ALMEIDA
5. Representante da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso
· CLAUDIANA CRUZ DA SILVA

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 16 de maio de 2016.
Ricardo Buratto
Presidente do CMDCA

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 081/2016

PORTARIANº 081/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2016, homologado no dia 11 de maio de 2016,

Nome: IVETE CARNEIRO

Cargo: NUTRICIONISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, podendo ser lotada em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de maio de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE MAIO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0048/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0048/2016, tendo como objeto Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Confeção, fornecimento de material e mão de obra, bem como a Instalação de Corrimãos em ferro das escadas e rampas, Guardas Corpo e Confeção, Reforma e instalação de Porta nos estabelecimentos de ensino da Rede Municipal. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 07 de junho de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 19 de maio de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH- AJG 144/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 144/2016

EXONERAR A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.776/91 Artigo 35.

RESOLVE

EXONERAR a pedido a partir de 16.05.2016, a Servidora Pública Municipal, a Sr(a) GLAUCIA PASINI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 5.373.087 e CPF nº 083.853.149-03, nomeada conforme Decreto nº AJG 085/2016, no cargo de PROFESSORA NÍVEL I, INGLÊS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0001872/2016 datado de 16.05.2016.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº AJG 085/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 16 de maio de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AJG 145/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 145/2016

EXONERAR A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 34.

RESOLVE

EXONERAR a pedido a partir de 17.05.2016, o (a) Servidor (a) Público (a) Municipal, o (a) Sr(a) JULIANA SAMPAIO CARDOSO, brasileiro (a), casado (a), residente e domiciliado(a) na cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 4.384.697, CPF nº 008.822.449-06, nomeado (a) conforme Decreto nº BLB 117/2012, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0001910/2016 datado de 17.05.2016.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº BLB 117/2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 17 de maio de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AJG 146/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 146/2016

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 060/2014 QUE DESIGNAVA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº HW 1775/91 e Lei Complementar nº AM 2907/06

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 18.05.2016 a Portaria nº RH-AJG 060/2014, que cedia para atuar na Secretaria Municipal de Educação a Servidora Pública Municipal o(a) Sr(a), ADELINA BIEDERMANN DO AMARAL, brasileiro (a), residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, (a), portador da CI nº 3.720.327, CPF nº 046.773.789-40, nomeada conforme Decreto nº BLB 254/11, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, a qual voltará a exercer a sua função na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº RH-AJG 060/2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 18 de maio de 2016.
ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AJG 147/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 147/2016

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 223/2013 QUE CEDIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE XANXERÊ.

ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº HW 1775/91
RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 18.05.2016 a Portaria nº RH-AJG 223/2013, que cedia a servidora publica municipal ROSELI RIBEIRO NASCIMENTO SONAGLIO para exercer atividades administrativas na Secretaria de Desenvolvimento Regional de Xanxerê, nomeada conforme Decreto nº BLB 232/11, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, a qual deverá exercer as suas funções na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº RH-AJG 223/2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 18 de maio de 2016.
ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AJG 148/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 148/2016

REDUZIR CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº BLB 3482/12

CONSIDERANDO a Lei Complementar BLB nº 3482/12 que assegura à servidores públicos municipais, quanto a filho portador de deficiência, no que se refere a redução de carga horária semanal;

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 30 (trinta) horas semanais para 15 (quinze) horas semanais da Servidora Pública Municipal a Sra. GIULIANE CASANOVA SCHURHAUS, brasileira, separada, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê – SC, portadora do CI sob nº 2.076.982-2 e CPF sob nº 745.710.019-91, nomeada conforme Decreto AM 106/2002, lotada na Secretaria Municipal de Saúde. A redução de carga horária ocorrerá no período de 20 de maio de

2016 a 19 de novembro de 2016.

O deferimento atende ao parecer da Assessoria Jurídica, datado de 16 de maio de 2016.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 18 de maio de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº RH- AJG 149/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 149/2016

REVOGAR A PORTARIA RH-AJG 335/2015 QUE CEDIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NA FCDX- FRATERNIDADE CRISTÃ DE DOENTES E DEFICIENTES DE XANXERÊ

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê
No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.
RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº RH-AJG 335/2013 que cedia Servidor Público Municipal THASSIO JULIANO DE NEGRI para exercer atividades profissionais na FCDX- Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes de Xanxerê, nomeado conforme Decreto nº 123/03 no cargo de PROFESSOR MODALIDADE ESPORTIVA NÍVEL FUNDAMENTAL MÉDIO com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Esportes.

Determinar o retorno do Servidor Público Municipal para o cargo de origem na Secretaria Municipal de Esportes.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 19 de maio de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 17 DE MAIO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 17 DE MAIO DE 2016.

Estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação do plano decenal dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES DE XAVANTINA no uso de suas atribuições legais e;
Considerando os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e os eixos e os objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;
Considerando a necessidade de apontar orientações para que os conselhos dos direitos da criança e do adolescente estadual, distrital e municipal elaborem os seus respectivos planos decenais;
Considerando que a elaboração do plano decenal deve ser realizada de forma articulada e intersetorial entre os diversos órgãos públicos e de organizações representativas da sociedade civil, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Municipal de Acompanhamento da elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes estruturada de forma intersetorial e com a participação da sociedade civil através de entidades.

Art. 2º Fazem parte da Comissão:

a) Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

- 1- Celso Mota Pereira
- 2- Gicelle Parisotto

b) Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- 1-Elenir Ticiani
- 2-Juliana Canton

c) Representante do Centro de Referência Da Assistência Social – CRAS:

- 1-Gersiane Ciotta
- 2-Marineuza Fachinello Granoski

d) Representante do Conselho Tutelar:

- 1- Juçara F. Câmera
- 2- Soleni Paludo

e) Representante do Conselho Municipal dos Direitos da criança e Adolescente:

- 1- Maria Canesso
- 2- Juliane Tedesco

Art. 3º O prazo final de entrega deste plano é de 30 de junho de 2016.

Art. 4º A comissão municipal de acompanhamento de elaboração do plano decenal solicita o chamamento de audiência pública para apresentação e aprovação do plano decenal 2017/2026, a realizar-se no dia 06 de junho de 2016, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, localizado na Rua Praça Rio Branco, nº 410, centro, na cidade de Xavantina, com início às 13:30 horas.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor após a data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Meryen A. R M. de Quadros
Presidente do CMDCA

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 43/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 081/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 043/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório supra citado objetivando o Registro de Preços de doses de sêmen bovino para inseminação artificial do rebanho dos agricultores do Município de Xaxim , de acordo com o edital e seus anexos. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h:15min do dia 02 de junho de 2016, procedendo à abertura às 14h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 19 de maio de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

REPUBLICAÇÃO PREGÃO 36/2016

MUNICIPIO DE XAXIM

PREGÃO PRESENCIAL N. 066/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 036/2016

AVISO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL

O Município de Xaxim – SC torna público a REPUBLICAÇÃO referente ao pregão presencial, objetivando aquisição de material e mão de obra para manutenção de ônibus, conforme descrição completa no edital, destinado para Secretaria de Educação e Cultura, na qual não houve interessados, restando à licitação deserta.

Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h: 00min do dia 08 de junho de 2016, procedendo à abertura às 14h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 19 de maio de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Associações

AMMVI

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2016 - COMPETI

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2016

Considerando-se a necessidade de repactuação do objeto e do valor estabelecido originariamente no instrumento contratual para ;

As partes, de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob no 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a COMPETI - CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO DE PROCESSOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 16.708.673/0001-30, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 585, bairro Sete de Setembro, na cidade de Gaspar - SC, neste ato representada por Maurélio Soares – CPF nº 694.663.789-53, doravante designada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Alteração ao Contrato de Prestação de Serviços nº 01/2016, firmado em 10/02/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 – O item 1.1 da Clausula Primeira do Contrato de Prestação de Serviços nº 01/2016 fica retificado na forma que segue:

“1.1 - O objeto deste contrato consiste na prestação de serviços profissionais de assessoria técnica relativo aos custos do serviço público municipal de saúde, em consonância com o "Projeto de Excelência na Saúde" dos municípios da AMMVI, realizado por meio de atividades de conhecimento econômico/contábil que envolvam a coleta, tabulação, análise, interpretação e apresentação dos dados pesquisados.

§ 1º -

§ 2º -

§ 3º - Sem prejuízo do objeto estabelecido no caput deste item, a CONTRATADA também poderá prestar seus serviços técnicos, a pedido do CONTRATANTE, para levantamento de custos em outros projetos ou programas de interesse dos municípios.”

1.2 – Ficam incluídos os itens 1.2 e 1.3 na Clausula Primeira do Contrato de Prestação de Serviços nº 01/2016, com a seguinte redação:

“1.2 - A prestação de serviços de que trata este contrato será executado inicialmente em relação aos municípios de Botuverá e Rodeio, podendo alcançar outros até o final do prazo contratual, e serão executados na forma fixada nos §§ 1º e 2º do item 1.1 da Clausula Primeira, sem prejuízo da possibilidade de visita a sede dos municípios pelo profissional da CONTRATADA para coleta de informações.”

1.3 - Eventuais despesas com alimentação e deslocamento do profissional da CONTRATADA para fora do município sede da CONTRATANTE, a pedido desta, será reembolsado mediante a apresentação de comprovante fiscal de sua realização, observadas as distâncias oficiais e os horários empregados.”

1.3 – A remuneração dos serviços contratados, prevista no item 2.1 da Clausula Segunda do Contrato de Prestação de Serviços nº 01/2016 passa a corresponder ao valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por hora de trabalho, a contar de 1º de abril do corrente, com pagamento mensal até o 5º (quinto) dia do mês subsequente, mediante apresentação da Nota Fiscal e liquidação da despesa, majorando-se proporcionalmente o valor global de que trata o item 2.2 da Clausula Segunda do mesmo instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços nº 01/2016, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes abaixo.

Blumenau/SC, 21 de março de 2016.

CONTRATANTE CONTRATADA

FERNANDO TOMASELLI Maurélio Soares

Presidente da AMMVI

Consórcios

ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 043/2016 - DISPENSA 029/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 43/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 29/2016

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Token para certificado digital.

Contratado: Digital do Brasil e-commerce Ltda.

CNPJ: 07.830.105/0001-17

VALOR TOTAL: R\$ 115,18 (cento e quinze reais e dezoito centavos)

Florianópolis, 17 de maio de 2016.

Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 044/2016 - DISPENSA 030/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 44/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 30/2016

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de certificado digital, e-CPNJ A3, com validade de 36 meses.

Contratado: Empresa Brasileiras de Correios e Telegrafos.

CNPJ: 34.028.316/0001-03

VALOR: R\$ 252,18 (duzentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos)

Florianópolis, 18 de maio de 2016.

Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

CIDEMA

RESOLUÇÃO CIDEMA Nº 05/2016

RESOLUÇÃO Nº 05/2016

FABIANO DA LUZ, Prefeito de Pinhalzinho, e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 17 Estatuto Social:

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a abertura de Adicional Crédito Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), destinado à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 02 : CIDEMA
Unidade 01 : PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS
Projeto/Atividade 2.001....: PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS
Elemento da Despesa : 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Valor : R\$ 7.000,00

Art. 2º Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrá por conta da anulação de dotação, conforme abaixo discriminado:

Órgão 02 : CIDEMA
Unidade 01 : PROGRAMA GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS
Projeto/Atividade 2.001....: PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS
Elemento da Despesa : 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Valor : R\$ 7.000,00

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, em 18 de maio de 2016.

FABIANO DA LUZ
Prefeito de Pinhalzinho
Presidente do CIDEMA

RESOLUÇÃO CIDEMA Nº 06/2016

RESOLUÇÃO Nº 06/2016

FABIANO DA LUZ, Prefeito de Pinhalzinho e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art.1º Nomear, PAULO UTZIG, ocupante do cargo de Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, matrícula nº 01, CPF nº 430.923.909-97, para acompanhar e fiscalizar, a execução dos Contratos nº 01/2016, 02/2016, 03/2016, 04/2016, 05/2016, 06/2016, 07/2016 e 08/2016, firmados pelo CIDEMA.

Art.2º O serviço de fiscal de contrato é considerado de caráter público relevante, sendo vedado qualquer remuneração.

Art. 3º Está Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e terá vigência até a vencimento dos contratos ou de suas garantias quando tiver.

Chapecó, SC, 19 de maio de 2016.

FABIANO DA LUZ
Prefeito de Pinhalzinho
Presidente do CIDEMA

CIMCATARINA**EDITAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA 0001_2016**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº. 0001, DE 19 DE MAIO DE 2016

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial o contido no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal; artigo 46, do Protocolo de Intenções; artigo 46, do Contrato de Consórcio Público, artigo 50 do Estatuto do Consórcio Público e na Resolução 0019/2016;

FAZ SABER:

Encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo dos empregos públicos abaixo descritos para Contratação em Caráter Temporário para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, nas ações do Programa Intermunicipal de Gestão dos Recursos Hídricos – PROHIDRO, Projeto 2 “Perfuração de Poços Tubulares”, para preenchimento de vagas no ano de 2016, podendo ser prorrogado, para exercer o emprego público junto ao Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, em conformidade com as disposições do Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto, respeitadas as cláusulas, condições e prazos estabelecidos neste Edital.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições serão realizadas no período de 23 de maio de 2016 à 03 de junho de 2016, no horário compreendido entre as 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, excetuados sábados, domingos e feriados, na sede do CIMCATARINA, localizado na Rua. Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, CEP 89.580-000.

1.2. No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego;
- V - habilitação profissional para exercício do emprego, quando exigido;
- VI - idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VII - aptidão física e mental;
- VIII - outros previstos neste edital, especialmente o contido no item 1.4.

1.3. O candidato interessado em participar do processo seletivo simplificado deverá realizar a inscrição no local e prazos estabelecidos no item 1.1 deste Edital, para um dos empregos públicos/funções do quadro abaixo.

1.4. Quadro de emprego público, carga horária semanal, salário escolaridade e habilitação profissional exigida:

Código	Emprego Público	Carga Horária Semanal	Salário Base Mensal (*)
01	Sondador/Operador de Roto-Pneumática	40h	R\$ 2.771,76
	Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente à 4ª Série do 1º Grau). Habilitação Profissional Exigida: Curso e ou comprovação de experiência de Sondador/Operador de Roto-Pneumática para perfuração de poço tubular profundo e carteira de Habilitação Categoria “C”, “D” ou “E”.		
02	Ajudante de Sondador	40h	R\$ 1.255,31
	Escolaridade: Ensino Fundamental (Equivalente à 4ª Série do 1º Grau). Habilitação Profissional Exigida: Carteira de Habilitação Categoria “C”, “D” ou “E”.		

(*) Ao salário base mensal descrito conforme quadro acima, será acrescido de Produtividade Variável que será paga em conformidade com a quantidade de metros efetivamente perfurados na execução dos poços tubulares, no valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por metro para emprego público de “Sondador/Operador de Roto-Pneumática”, e no valor de R\$ 0,70 (setenta centavos) por metro para o emprego público de “Ajudante de Sondador”.

1.4.1. As atribuições dos empregos públicos são as previstas no Anexo I, parte integrante do presente Edital.

1.5. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos:

- I - Carteira de Identidade;
- II - CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- III - Certidão de Casamento ou Nascimento;
- IV - Certidão de Nascimento dos Filhos com até 16 anos;
- V - Carteira de Habilitação;
- V - Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício do emprego público;
- VI - Diplomas, Certificados ou comprovantes de cursos e comprovantes de experiência profissional;
- VII - Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- VIII - Comprovante de Residência.

- 1.6. A inscrição será efetuada no Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante.
- 1.7. Não será admitida inscrição condicional, com falta de documentos.
- 1.8. A inscrição poderá ser efetuada através de procuração com firma reconhecida.
- 1.9. Não poderá ser efetuada mais de 1 (uma) inscrição para o mesmo emprego público ou para emprego público diferentes.
- 1.10. Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição e inclusão de novos documentos, exceto dos dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone, requeridos por escrito.

1.10.1. Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2. DA CLASSIFICAÇÃO

2.1. A classificação do processo seletivo será através da soma dos pontos atribuídos a experiência e aos títulos de acordo com o quadro de pontos abaixo especificado.

2.2. Do quadro de títulos e pontuação para o emprego de público de Sondador/Operador de Rotopneumática:

Experiência ou Títulos	Pontos
Experiência na área de sondador/operador de rotopneumática para perfuração de poço tubular profundo: comprovada através de registro em carteira de trabalho, declarações que participou da formação de equipes de serviços de monitoramento ambiental, coleta de amostras de solo, água subterrânea, águas superficiais, utilização e operação de guinchos, sondas de perfuração, brocas e outros equipamentos, etc.	1 (um) ponto para cada atividade comprovada (computados até 10 pontos)
Cursos de especialização, atualização e aperfeiçoamento: comprovado através de diploma ou certificado de conclusão do curso.	1 (um) ponto para cada curso de atualização e ou aperfeiçoamento (computados até 5 pontos)

2.3. Do quadro de títulos e pontuação para o emprego de público de Ajudante de Sondador:

Experiência ou Títulos	Pontos
Experiência na área de ajudante de sondador, para perfuração de poço tubular profundo: comprovada através de registro em carteira de trabalho, declarações que participou da formação de equipes de serviços de monitoramento ambiental, coleta de amostras de solo, água subterrânea, águas superficiais, utilização e operação de guinchos, sondas de perfuração, brocas e outros equipamentos, etc.	1 (um) ponto para cada atividade comprovada (computados até 10 pontos)
Cursos de especialização, atualização e aperfeiçoamento: comprovado através de diploma ou certificado de conclusão do curso.	1 (um) ponto para cada curso de atualização e ou aperfeiçoamento (computados até 5 pontos)

2.4. Na computação dos pontos as experiências ou títulos já considerados para pontuação não serão somados novamente.

2.5. A classificação ocorrerá distintamente emprego público, em ordem decrescente da soma total dos pontos obtidos.

2.6. Em caso de empate, terá melhor classificação o candidato que atender os seguintes critérios por ordem de eliminação:

- 1º) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício do emprego público;
- 2º) maior número de pontos no item experiência;
- 2º) maior idade.

2.7. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

- I - apresentar dados inverídicos na sua inscrição;
- II - não atender os requisitos de habilitação necessários para o emprego público;
- III - descumprir qualquer item deste edital;
- IV - houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante perante a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, por infração disciplinar, com aplicação de penalidade de advertência, repreensão, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou destituição de função gratificada.

2.8. Julgadas as inscrições com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências do edital, a lista dos candidatos classificados será publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, veiculado eletronicamente no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br

2.09. O candidato que se sentir prejudicado na classificação, terá até 02 (dois) dias após a data de publicação da lista publicada no órgão oficial para apresentar recurso, devendo este ser por escrito, fundamentado e encaminhado ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

2.10. Julgados os recursos ou expirado o prazo sem recurso, a classificação final será homologada pelo Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e publicado no órgão oficial de publicação.

3. DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. A convocação obedecerá à ordem rigorosa da classificação.

3.2. A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência do Edital ocorrerá mediante Termo de Convocação, tendo o candidato 03 (três) dias para comparecer, no horário de expediente na Diretoria Executiva, localizada na sede do Consórcio Público, sito à Rua. Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, munido com os documentos relacionados no item 3.6 deste Edital.

3.3. A não manifestação no prazo estipulado no item 3.2 implicará na eliminação do candidato no processo seletivo.

3.4. O contratado temporariamente será remunerado em conformidade com a Resolução 019/2016.

3.5. O contrato de trabalho terá carga horária de 20(vinte) horas semanais ou 40(quarenta) horas semanais, podendo variar para mais ou para menos de acordo com a necessidade e interesse do Consórcio Intermunicipal Catarinense- CIMCATARINA, sendo que o contratado será remunerado proporcionalmente pelo número de horas semanais trabalhadas.

3.6. No ato da contratação o candidato deverá apresentar:

I - Atestado médico de aptidão para o desempenho da atividade;

II - Declaração que a posse do emprego público não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

III - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público.

3.7. O contrato temporário extinguir-se-á:

I - pelo término do prazo contratual, sem direito a indenização;

II - por iniciativa do contratado, antes do término do prazo contratual e sem direito a indenização;

III - por iniciativa do consórcio, antes do término do prazo contratual.

3.7.1. A extinção do contrato, no caso do inciso II deste item, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente ao valor do salário, na proporção do número de dias faltantes para o cumprimento do prazo.

3.7.2. A extinção do contrato nos termos do inciso III deste item somente poderá ocorrer em razão de interesse público devidamente justificado, e importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 30(trinta) dias do salário que lhe caberia.

3.7.3. As contratações temporárias terão prazo de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

3.8. O candidato convocado ficará a disposição do Consórcio Público, devendo exercer as atividades para a qual se inscreveu nos municípios consorciados.

3.9. O ato convocatório cessará os efeitos quando expirar prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final de sua validade previamente estabelecida.

3.10. As normas de contratação seguirão o regime especial estabelecido no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Consórcio Público ou com os municípios consorciados.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição prevista no Anexo II, deste Edital, e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas mesmas.

4.2 A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação das normas do processo seletivo.

4.3 O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Consórcio Público ou com os municípios consorciados.

4.4 Caso o candidato não queira ou tenha impedimento de exercer o emprego público ao qual foi convocado, será eliminado da lista pertencente ao processo seletivo que esteja vinculado.

4.5 Em caso de alteração de endereço ou telefone do candidato, é obrigatória sua atualização junto a Diretoria Executiva do Consórcio Público, sob pena de, uma vez não localizado no momento da convocação, ser considerado renúncia tácita à vaga.

4.6 O processo seletivo de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Diretoria Executiva do Consórcio Público e supervisionado pela Presidência e Conselho Fiscal.

4.7 O presente edital poderá ser impugnado em pedido fundamentado encaminhado ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, em até 02 (dois) dias úteis da sua publicação no órgão oficial do Consórcio Público.

4.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital, no órgão oficial de publicação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Fraiburgo, SC, 19 de maio de 2016.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

a) Sondador/Operador de Roto-Pneumática

Descrição das Atribuições:

- 1 - operar um conjunto de sonda rotativa pneumática (Perfuratriz Roto-Pneumática) da marca Prominas, modelo R-1H BX com capacidade de 500 metros; com Compressor, Moto-Bomba, Munck, Grupo Gerador e ferramental;
- 2 - dirigir caminhão, conduzir e manobrar máquinas, acionar motor e manipular comandos conforme as necessidades do serviço;
- 3 - realizar carregamento e descarregamento de equipamentos e material, entre outros, para realização da perfuração de poços tubulares, de acordo com a necessidade;
- 4 - operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;
- 5 - executar todos os serviços relacionados a perfuração de poço tubular profundo;
- 6 - zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;
- 7 - efetuar pequenos reparos de emergência nas máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade;
- 8 - por em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação dos equipamentos e das máquinas, bem como o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI, a fim de evitar possíveis acidentes;
- 9 - acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;
- 10 – coletar amostras dos poços tubulares, anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, sobre consumo de combustível, conservação e outras ocorrências;
- 11 - conduzir as máquinas e caminhão sob sua responsabilidade para abastecimento, controlando sempre o nível de combustível e óleo lubrificante necessário aos mesmos;
- 12 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

b) Ajudante de Sondador

Descrição das Atribuições:

- 1 - prestar ajuda para o sondador;
- 2 - dirigir caminhão, conduzir e manobrar máquinas, acionar motor e manipular comandos conforme as necessidades do serviço;
- 3 - realizar carregamento e descarregamento de equipamentos e material, entre outros, para realização da perfuração de poços tubulares, de acordo com a necessidade;
- 4 - operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;
- 5 – auxiliar a execução de todos os serviços relacionados a perfuração de poço tubular profundo;
- 6 - zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;
- 7 - efetuar pequenos reparos de emergência nas máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade;
- 8 - por em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação dos equipamentos e das máquinas, bem como o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI, a fim de evitar possíveis acidentes;
- 9 - acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;
- 10 – coletar amostras dos poços tubulares, anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, sobre consumo de combustível, conservação e outras ocorrências;
- 11 - conduzir as máquinas e caminhão sob sua responsabilidade para abastecimento, controlando sempre o nível de combustível e óleo lubrificante necessário aos mesmos;
- 12 - executar outras atividades correlatas inerentes às atribuições regimentais do Consórcio.

ANEXO II

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Nº. 0001, DE 19 DE MAIO DE 2016

FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO N.º:	
CANDIDATO:	

ENDEREÇO:			
BAIRRO/CIDADE/UF:			
TELEFONE:		CELULAR:	
DATA NASC.		RG:	
ESTADO CIVIL:		CPF:	
N.º FILHOS		PORT. DEFICIÊNCIA	
CÓDIGO/EMPREGO			

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
TOTAL	

Declaro que as informações acima serão verídicas, estando ciente das normas que regem o presente Edital e que preencho todos os requisitos nele previsto.

Fraiburgo, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Candidato

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Nº. 0001, DE 18 DE MAIO DE 2016

INSCRIÇÃO N.º:	
CANDIDATO:	
CÓDIGO/EMPREGO	

Declaramos que a inscrição acima foi processada nesta data.

Fraiburgo, _____ de _____ de 2016.

Responsável pela Inscrição

RESOLUÇÃO 0020_2016

Resolução n. 0020/2016

Dispõe sobre nomeação do cargo em comissão de Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. GILBERTO AMARO COMAZZETTO, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

RESOLVE:

Art.1º Nomear o Sr. LUIZ GUSTAVO PAVELSKI, brasileiro, solteiro, portador de RG n. 4.696.090, inscrito no CPF sob n. 066.386.479-89, residente e domiciliado na cidade de Caçador - SC, para exercer cargo em comissão de Diretor de Programa de Desenvolvimento Regional, desempenhando as funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto a partir de 23 de maio de 2016.

Art. 2º. A nomeação prevista nesta Resolução deverá ser levada a apreciação da Assembléia Geral do Consórcio CIMCATARINA, para ratificação, nos termos do artigo 23, VII, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de maio de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito de Caçador
Presidente do CIMCATARINA

CIS/AMARP**EXTRATO CONTRATO 93/2016****EXTRATO DE CONTRATO 93/ 2016**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas Especializadas, exames e cirurgias eletivas na especialidade de Otorrinolaringologia/Cabeça e Pescoço, Cirurgia Geral, Ginecologia, Urologia/Nefrologia, cirurgias Múltiplas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 93/2016.

Prazos: inicia-se em 18 de Maio de 2016, encerrando-se em 31 de dezembro de 2016.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 18/05/2016

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Flamarion da Silva Lucas contratado.

RESOLUÇÃO 06/2016 CPL

	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISAMARP Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC. http://www.cisamarp.sc.gov.br cis@amarp.org.br CNPJ 11.023.771/0001-10
--	---

Resolução nº. 06/2016 - CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o credenciamento de IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2016 para Credenciamento de Serviços de procedimentos em:

COD.	DESCRIÇÃO	PORTE	Valor Incentivo (R\$)
0407020284	HEMORROIDECTOMIA	M	280,00
0407030026	COLECISTECTOMIA	M	280,00
0407030034	COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	M	280,00
0407040064	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA	M	280,00
0407040080	HERNIOPLASTIA INCISIONAL	M	280,00
0407040099	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	M	280,00
0407040102	HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	M	280,00
0407040129	HERNIOPLASTIA UMBILICAL	M	280,00
0409060020	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR COM AMPUTAÇÃO DE COLO	G	380,00
0409060046	CURETAGEM SEMIÓTICA COM OU SEM DILATAÇÃO DO COLO UTERINO	G	380,00
0409060100	HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL)	G	380,00
0409060119	HISTERECTOMIA COM ANEXECTOMIA UNI OU BILATERAL	G	380,00
0409060135	HISTERECTOMIA TOTAL	G	380,00
0409060216	OOFERECTOMIA / OOFOROPLASTIA	G	380,00
0409070050	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	G	380,00
0409070157	EXERESE DE GLANDULA DE BARTHOLIN / SKENE	G	380,00
0409070270	TRATAMENTO CIRURGICO DA INCONTINENCIA URINÁRIA POR VIA VAGINAL	G	380,00
0409060127	HISTERECTOMIA SUBTOTAL	G	380,00
0404010016	ADENOIDECTOMIA	M	280,00
0404010024	AMIGDALECTOMIA	M	280,00
0404010032	AMIGDALECTOMIA C/ ADENOIDECTOMIA	M	280,00

0404010237	MICROCIRURGIA OTOLÓGICA	M	280,00
0404010415	TURBNECTOMIA	M	280,00
0404010482	SEPTOPLASTIA PARA CORREÇÃO DE DESVIO	M	280,00
0409010561	URETEROLITOTOMIA	G	380,00
0415010012	TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MULTIPLAS	M	280,00
90336	Consulta pré-cirúrgica	-	60,00
90360	Consulta pré-anestésica	-	60,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 17 de maio de 2016.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CISAMARP

RESOLUÇÃO 11/2016

Resolução nº 11/2016

Luciano Paganini, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Iomerê, usando da competência que lhe confere o inciso I e VIII, art.17 do Estatuto Social do CISAMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços a seguir:

IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2016, Termo de credenciamento 93/2016.

COD.	DESCRIÇÃO	PORTE	Valor Incentivo (R\$)
0407020284	HEMORROIDECTOMIA	M	280,00
0407030026	COLECISTECTOMIA	M	280,00
0407030034	COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	M	280,00
0407040064	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA	M	280,00
0407040080	HERNIOPLASTIA INCISIONAL	M	280,00
0407040099	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	M	280,00
0407040102	HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	M	280,00
0407040129	HERNIOPLASTIA UMBILICAL	M	280,00
0409060020	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR COM AMPUTAÇÃO DE COLO	G	380,00
0409060046	CURETAGEM SEMIÓTICA COM OU SEM DILATAÇÃO DO COLO UTERINO	G	380,00
0409060100	HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL)	G	380,00
0409060119	HISTERECTOMIA COM ANEXECTOMIA UNI OU BILATERAL	G	380,00
0409060135	HISTERECTOMIA TOTAL	G	380,00
0409060216	OOFERECTOMIA / OOFOROPLASTIA	G	380,00
0409070050	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	G	380,00
0409070157	EXERESE DE GLANDULA DE BARTHOLIN / SKENE	G	380,00
0409070270	TRATAMENTO CIRURGICO DA INCONTINENCIA URINÁRIA POR VIA VAGINAL	G	380,00
0409060127	HISTERECTOMIA SUBTOTAL	G	380,00
0404010016	ADENOIDECTOMIA	M	280,00
0404010024	AMIGDALECTOMIA	M	280,00
0404010032	AMIGDALECTOMIA C/ ADENOIDECTOMIA	M	280,00
0404010237	MICROCIRURGIA OTOLÓGICA	M	280,00
0404010415	TURBNECTOMIA	M	280,00
0404010482	SEPTOPLASTIA PARA CORREÇÃO DE DESVIO	M	280,00
0409010561	URETEROLITOTOMIA	G	380,00

0415010012	TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MULTIPLAS	M	280,00
90336	Consulta pré-cirúrgica	-	60,00
90360	Consulta pré-anestésica	-	60,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 17 de Maio de 2016.

Luciano Paganini

Presidente CISAMARP

CIS/AMOSC

RESOLUÇÃO CIS-AMOSC Nº 05/2016

RESOLUÇÃO Nº 05/2016

VILMAR FOPPA, Prefeito de Caxambu do Sul e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art.1º Nomear, PAULO UTZIG, ocupante do cargo de Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, matrícula nº 01, CPF nº 430.923.909-97, para acompanhar e fiscalizar, a execução do Contrato nº 01/2016, firmado pelo CIS-AMOSC.

Art.2º O serviço de fiscal de contrato é considerado de caráter público relevante, sendo vedado qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e terá vigência até a vencimento dos contratos ou de suas garantias quando tiver.

Chapecó, SC, 19 de maio de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito de Caxambu do Sul

Presidente do CIS-AMOSC

CONSÓRCIO MAMPITUBA

EDITAL PR 1/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DA

REGIÃO DO VALE DO RIO MAMPITUBA

Aviso de Licitação

Processo Adm. N. 02/2016

Edital: Pregão Presencial n. 01/2016

Tipo: Menor Preço

Objeto: A aquisição de Emulsão Asfáltica de Petróleo Tipo RM 1C, para pavimentação em trechos do município de Mampituba-RS.

Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 02 de junho de 2016.

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 02 de junho de 2016.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte

endereço e horário: Rua Irineu Bornhausen, 320, nos dias úteis, de

segunda à sexta, das 08:00 às 11:30 h. e das 13:30 as 17:00 h,

ou pelo telefone 48 3532-0132.

Praia Grande-SC, 05 de maio de 2016.

Pedro Juarez da Silva

Presidente do Consórcio